



Cornell Law School Library





The original of this book is in the Cornell University Library.

There are no known copyright restrictions in the United States on the use of the text.

THE COMMERCIAL LAWS OF THE WORLD

VOLUME IV
BRAZIL

ALL RIGHTS RESERVED ALSO THE RIGHT OF TRANSLATION INTO FOREIGN LANGUAGES

AMERICAN EDITION

THE COMMERCIAL LAWS OF THE WORLD EDITED BY THE HON. SIR THOMAS EDWARD SCRUTTON, JUDGE OF THE KING'S BENCH DIVISION OF THE HIGH COURT OF JUSTICE, ENGLAND (CONSULTING EDITOR), WILLIAM BOWSTEAD, OF THE MIDDLE TEMPLE, BARRISTER AT LAW, LONDON (GENERAL EDITOR), CHARLES HENRY HUBERICH, J. U. D. (HEIDELBERG), D. C. L. (YALE), LL. D. (MELBOURNE), COUNSELLOR AT LAW, BERLIN AND PARIS, SOMETIME PROFESSOR OF LAW IN THE LAW SCHOOL OF THE LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY (CALIFORNIA)

BOSTON, MASS.
THE BOSTON BOOK CO.
83-91, FRANCIS STREET

FRENCH EDITION

LE DEOIT COMMERCIAL DE TOUS LES PAYS CIVILISÉS EDITED BY DR. LYON-CAEN, PROFESSOR AND DEAN OF THE FACULTY OF LAW IN PARIS, PAUL CARPENTIER, EDITOR AND MEMBER OF THE FRENCH BAR, LILLE, AND FERNAND DAGUIN, MEMBER OF THE FRENCH BAR, COURT OF APPEAL, PARIS, SECRETARY GENERAL OF THE FRENCH LAW ASSOCIATION, SECRETARY OF THE WORK, HENRI PRUDHOMME, JUDGE OF THE HIGH-COURT AT LILLE

PARIS
LIBRAIRIE GÉNÉRALE DE DROIT
ET DE JURISPRUDENCE
F. PICHON & DURAND-AUZIAS

GERMAN EDITION

DIE HANDELSGESETZE DES ERDBALLS, ORIGINATED BY DE. OSCAR BORCHARDT, BERLIN, AND EDITED BY DR. JOSEF KOHLER, GEH. JUSTIZRAT (K.C.), PROFESSOR AT THE UNIVERSITY OF BERLIN, HEINRICH DOVE, GEH. JUSTIZRAT (K.C.) SYNDIC OF THE BERLIN CHAMBER OF COMMERCE, SECOND VICE PRESIDENT OF THE REICHSTAG, GEH. JUSTIZRAT (K.C.) DR. FELIX MEYER, GEH. JUSTIZRAT (K.C.) DR. GEORGE OF THE COURT OF APPEAL, BERLIN, AND DR. HANS TRUMPLER, SYNDIC OF THE FRANKFORT CHAMBER OF COMMERCE

BERLIN (SW. 19)
R. v. DECKER'S VERLAG
G. SCHENCK
KÖNIGLICHER HOFBUCHHÄNDLER

THE COMMERCIAL LAWS OF THE WORLD

COMPRISING

THE MERCANTILE, BILLS OF EXCHANGE, BANKRUPTCY AND MARITIME LAWS OF ALL CIVILISED NATIONS

TOGETHER WITH

COMMENTARIES ON CIVIL PROCEDURE, CONSTITUTION OF THE COURTS, AND TRADE CUSTOMS

IN THE ORIGINAL LANGUAGES INTERLEAVED WITH AN ENGLISH TRANSLATION

CONTRIBUTED BY

NUMEROUS EMINENT SPECIALISTS OF ALL NATIONS

BRITISH EDITION

CONSULTING EDITOR:

THE HON. SIR THOMAS EDWARD SCRUTTON,
JUDGE OF THE KING'S BENCH DIVISION OF THE HIGH COURT OF JUSTICE

GENERAL EDITOR:

WILLIAM BOWSTEAD,

OF THE MIDDLE TEMPLE, BARRISTER AT LAW

LONDON
SWEET & MAXWELL LIMITED
3 CHANCERY LANE

O DIREITO COMMERCIAL, CAMBIAT MARITIMO E AS LEIS DE FALLENCIA DO BRASIL

THE COMMERCIAL,
BILLS OF EXCHANGE,
MARITIME AND
BANKRUPTCY LAWS
OF BRAZIL

TRATADO

COMPILED

PELO

 $\mathbf{B}\mathbf{Y}$

DR. JUR. RODRIGO OCTAVIO DE LANGGAARD MENEZES

ADVOGADO E PROFESSOR CATHEDRATICO RIO DE JANEIRO RODRIGO OCTAVIO LL.D. DE LANGGAARD MENEZES

ADVOCATE AND PROFESSOR IN ORDINARY RIO DE JANEIRO

TRANSLATED

 \mathbf{BY}

JOHN NORRIS MARSDEN

SOLICITOR, LISBON.

LONDON

SWEET & MAXWELL LIMITED

3 CHANCERY LANE

Indice.

Pagina

Introducção historica
Bibliografia
Exposição do processo commercial
a) Generalidades
a) Generalidades
c) Processo
0, 12000000
Codigo Commercial.
Courge Commercial.
Parte I. Do commercio em geral.
Titulo I. Dos commerciantes
Capitulo I. Das qualidades necessarias para ser commerciante
Capitulo II. Das obrigações communs a todos os commerciantes
Capitulo III. Das prerogativas dos commerciantes
Capitulo IV. Disposições geraes
Titulo II. Das pracas do commercio
Titulo III. Dos agentes auxiliares do commercio
Capitulo I. Disposições geraes
Capitulo II. Dos corretores
Capitulo III. Dos agentes de leilão
Capitulo IV. Dos feitores, guarda livros e caixeiros
Capitulo V. Dos trapideiros e administradores de armazens de deposito 37
Capitulo VI. Dos conductores de generos e commissarios de transportes 38
Titulo IV. Dos banqueiros
Titulo V. Dos contractos e obrigações mercantis
Titulo VI. Do mandato mercantil
Titulo VII. Da commissão mercantil
Titulo VIII. Da compra e venda mercantil
Titulo IX. Do escambo on troca mercantil
Titulo X. Da locação mercantil
Titulo XI. Do mutuo, e dos juros mercantis
Titulo XII. Das fianças, e cartas de credito e abono
Titulo XIII. Da hypotheca, e penhor mercantil
Titulo XIII. Da hypotheca, e penhor mercantil
Titulo XV. Das companhias e sociedades commerciaes
Capitulo I. Disposições geraes
Capitulo I. Disposições geraes
Capitulo III. Das sociedades commerciaes
Secção I. Disposições geraes
Secção II. Da sociedade em commandita
Secção III. Das sociedades em nome collectivo ou com firma 57
Secção IV. Das sociedades de capital e industria
Secção V. Da sociedade em conta de participação
Secção VI. Dos direitos e obrigações dos socios
Secção VII. Da dissolução da sociedade
Secção VII. Da dissolução da sociedade
Titulo XVI. (Revogado)
Titulo XVI. (Revogado)
Capitulo I. Disposições geraes
Capitulo II. Dos pagamentos mercantis
Capitulo III. Da novação e compensação mercantil
Titulo XVIII. Da prescripção
Parte II. Do commercio maritimo.
Titulo I. Das embarcações
Titulo II. Dos proprietarios, compartes e caixas de navios
Titulo III. Dos capitães ou mestres de navio
Titulo IV. Do piloto e contramestre
Titulo V. Do ajuste e soldadas dos officiaes e gente da tripolação, seus direitos e obrigações 73
Titulo VI. Dos fretamentos
Capitulo I. Da natureza e forma do contracto de fretamento, e das cartas partidas 71
Capitulo II. Dos conhecimentos

Table of Contents.

Page

Historical introduction
Bibliography
Exposition of commercial procedure
a) Generalities
b) Judicial organization
c) Process
Commercial Code.
Part I. Commerce in general.
Title I. Traders
Title I. Traders
Chapter II. Obligations common to all traders
Chapter III. Prerogatives of traders
Chapter III. Prerogatives of traders
Title II. Markets of commerce
Title III. Auxiliary commercial agents
Chapter I. General provisions
Chapter II. Brokers
Chapter III. Auctioneers
Chapter IV. Managers, book-keepers and clerks
Chapter V. Warehousemen and managers of depositories
Chapter VI. Carriers and transport agents
Title IV. Bankers
Title V. Commercial contracts and obligations
Title VI. Commercial agency
Title VII. Commercial commission agency
Title VIII. Commercial sale
Title IX. Commercial exchange or barter
Title X. Commercial hiring
Title XI. Mutum (loan) and commercial interest
Title XII. Guarantees and letters of credit
Title XIII. Mortgage and commercial pledge
Tilte XIV. Commercial deposit
Title XV. Trading companies and partnerships
Chapter I. General provisions
Chapter II. Joint stock companies
Chapter III. Trading partnerships
Section I. General provisions
Section II. Limited partnerships
Section III. Ordinary (unlimited) partnerships
Section IV. Partnerships of capital and industry
Section V. Associations on joint account
Section V. Associations on joint account
Section VII. Dissolution of partnership
Section VIII. Liquidation (winding-up) of a partnership
Title XVI. (Repealed)
Title XVII. The manner in which commercial obligations may be dissolved and extinguished 60
Chapter I. General provisions
Chapter II. Commercial payments
Chapter III. Commercial novation and set-off
Title XVIII. Prescription
-
Part II. Maritime Commerce.
Title I. Vessels
Title II. Shipowners, part-owners and ship's husbands 67
Title III. Captains or shipmasters
Title IV. Navigating and chief officers
Title V. Agreements with and pay of officers and members of the crew, their rights and
duties
Title VI. Affreightment
Chapter I. The nature and form of the contract of affreightment, and of charter-parties 75
Chapter II. Bills of lading

	Pagina
Capitulo III. Dos direitos e obrigações do fretador e afretador	. 78
Capitulo IV. Dos passageiros	. 82
Titulo VII. Do contracto de dinheiro a risco ou cambio maritimo	. 82
Titulo VIII. Dos seguros maritimos	. 86
Capitulo I. Da natureza e fórma do contracto de seguro maritimo	. 86
Capitulo II. Das cousas que podem ser objecto de seguro maritimo	. 88
Capitalo II. Das cousas que podem ser objecto de seguro mariamo	. 88
Capitulo III. Da avaliação dos objectos seguros	. 89
Capitulo IV. Do começo e fim dos riscos	
Capitulo V. Das obrigações reciprocas do segurador e do segurado	. 92
Titulo IX. Do naufragio e salvados	
Titulo X. Das arribadas forçadas	. 93
Titulo XI. Do damno causado por abalroação	. 93
Titulo XII. Do abandono	. 94
Titulo XIII. Das avarias	. 94
Capitulo I. Da natureza e classificação das avarias	. 94
Capitulo II. Da liquidação, repartição e contribuição da avaria grossa	. 96
Capitulo II. Da inquidação, repartição e contribuição da avaita grossa	• ••
Parte III. Das fallencias.	
[Toda essa parte foi revogada. Vide p. 164.]	
Lei de 25 junho de 1850.	
Titulo unico. Da administração de justiça nos negocios e causas commerciaes	. 99
Capitulo I. Dos Tribunaes e Juizo Commerciaes	. 99
Secção I. Dos Tribunaes do commercio	. 99
Secção 1. Dos irribunaes do commercio	
Secção II. Da eleição dos Deputados commerciantes	. 101
Secção III. Do Juizo Commercial	
Capitulo II. Da ordem do Juizo nas causas commerciaes	. 101
Leis Complementares de Commercio.	
Registro de firmas on razões commerciaes	. 102
Registro de firmas on fazoes commerciaes	
Obrigações preferenciaes (debentures)	. 104
Titulos ao portador	. 108
Armazens geraes (Warant).	. 109
Capitulo I. Estabelecimento, obrigações e direitos das emprezas de armazens gera	es 109
Capitulo II. Emissão circulação e extincção dos titulos emittidos pelas empresas d	le
armazens geraes	. 113
Capitulo III. Salas de vendas publicas	. 117
Capitulo IV. Disposições fiscaes e penaes	
Capitulo V. Disposições geraes	. 118
Marcas de fabrica e de Commercio	. 119
Facturas Consulares	
Capitulo I. Das facturas consulares	. 123
Capitulo II. Legalisação das facturas	. 123
Capitulo II. Legalisacao das facturas	
Capitulo III. Emolumentos	. 123
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 124
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 124 . 125
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 124 . 125 . 125
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 124 . 125 . 125
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126 . 126
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126 . 126 . 126
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126 . 126
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126 . 126 . 126
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126 . 126 . 126 . 127
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 . 126 al 126 . 126 . 127 . 127 . 127
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126 . 126 . 127 . 127 . 127 . 127
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126 . 126 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126 . 126 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127
Capitulo III. Emolumentos Capitulo IV. Modelo das facturas consulares Capitulo V. Deveres dos consules Capitulo VI. Das alfandegas de mestras de rendas Capitulo VIII. Nomenclatura das mercadorias Capitulo IX. Das multas Capitulo IX. Das multas Capitulo X. Disposições geraes Navegação de cabotagem Capitulo I. Da navegação de cabotagem Capitulo II. Do registro das embarcações Capitulo III. Do registro das embarcações e sua arqueação Capitulo V. Das vistorias das embarcações e sua arqueação Capitulo V. Da transferencia da propriedade das embarcações e baixa do registro Capitulo VI. Da matricula das embarcações e da tripulação VI. Da matricula das embarcações e da tripulação	. 123 . 124 . 124 . 124 . 125 al 126 . 126 . 126 . 127 . 127 . 127 . 127 . 128 . 129 . 130 . 131
Capitulo III. Emolumentos	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126 . 126 . 127 . 127 . 127 . 127 . 128 . 129 ro 130 . 131
Capitulo III. Emolumentos Capitulo IV. Modelo das facturas consulares Capitulo V. Deveres dos consules Capitulo VII. Das alfandegas de mestras de rendas Capitulo VIII. Nomenclatura das mercadorias Capitulo IX. Das multas Capitulo IX. Das multas Capitulo IX. Disposições geraes Navegação de cabotagem Capitulo II. Da navegação de cabotagem Capitulo III. Do registro das embarcações Capitulo III. Do registro das embarcações Capitulo IV. Das vistorias das embarcações e sua arqueação Capitulo VII. Da matricula das embarcações e da tripulação Capitulo VII. Do serviço de transito, reexportação, baldeação e reembarque Capitulo VIII. Do serviço de exportação de mercadorias já nacionalisadas e dos genere	. 123 . 124 . 124 . 125 . 126 . 126 . 126 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 128 . 129 ro 130
Capitulo III. Emolumentos Capitulo IV. Modelo das facturas consulares Capitulo V. Deveres dos consules Capitulo VI. Das alfandegas de mestras de rendas Capitulo VIII. Nomenclatura das mercadorias Capitulo IX. Das multas Capitulo IX. Das multas Capitulo IX. Disposições geraes Navegação de cabotagem Capitulo II. Da navegação de cabotagem Capitulo III. Do registro das embarcações Capitulo III. Do registro das embarcações Capitulo IV. Das vistorias das embarcações e sua arqueação Capitulo V. Da transferencia da propriedade das embarcações e baixa do registro Capitulo VI. Do servico de transito, reexportação, baldeação e reembarque Capitulo VIII. Do servico de exportação de mercadorias já nacionalisadas e dos genero de producção nacional.	. 123 . 124 . 124 . 125 . 126 . 126 . 126 . 127 . 128 . 129 co 130 . 131 . 131
Capitulo III. Emolumentos Capitulo IV. Modelo das facturas consulares Capitulo V. Deveres dos consules Capitulo VII. Das alfandegas de mestras de rendas Capitulo VIII. Nomenclatura das mercadorias Capitulo IX. Das multas Capitulo IX. Das multas Capitulo IX. Das multas Capitulo II. Da navegação de cabotagem Capitulo II. Da navegação das embarcações Capitulo III. Do registro das embarcações Capitulo III. Do registro das embarcações Capitulo IV. Das vistorias das embarcações e sua arqueação Capitulo V. Da transferencia da propriedade das embarcações e baixa do registro Capitulo VII. Do servico de transito, reexportação, baldeação e reembarque Capitulo VIII. Do serviço de exportação de mercadorias já nacionalisadas e dos genero de producção nacional. Disposições transitorias	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126 . 126 . 126 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 128 . 129 so 130 . 131 . 131
Capitulo III. Emolumentos Capitulo IV. Modelo das facturas consulares Capitulo V. Deveres dos consules Capitulo VI. Das alfandegas de mestras de rendas Capitulo VIII. Nomenclatura das mercadorias Capitulo IX. Das multas Capitulo IX. Das multas Capitulo IX. Disposições geraes Navegação de cabotagem Capitulo II. Da navegação de cabotagem Capitulo III. Do registro das embarcações Capitulo III. Do registro das embarcações Capitulo IV. Das vistorias das embarcações e sua arqueação Capitulo V. Da transferencia da propriedade das embarcações e baixa do registro Capitulo VI. Do servico de transito, reexportação, baldeação e reembarque Capitulo VIII. Do servico de exportação de mercadorias já nacionalisadas e dos genero de producção nacional.	. 123 . 124 . 124 . 125 . 125 al 126 . 126 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 127 . 128 . 129 co 130 . 131 . 131

	Page
Chapter III. Rights and obligations of the shipowner and freighter	78
Chapter IV. Passengers	82
little VII. Contracts of bottomry or loans on maritime risk	82
Title VIII. Marine insurance	86
Chapter 1. The nature and form of the contract of marine insurance	86
Chapter 11. Things which may from the subject matter of marine insurance	88
Chapter II. The valuation of things insured	88
Chapter IV. Commencement and termination of the risks	
Chapter V The weigneed ship termination of the risks	89
Chapter V. The reciprocal obligations of the insurer and assured	90
	92
Title A. Ports of refuge	93
Title XI. Damage caused by collision	93
Title XII. Abandonment	94
Title XIII. Average	94
Chapter I. Nature and classification of average	94
Chapter II. Adjustment, apportionment and contribution to general average	96
•	•
Part III. Bankruptcy.	
(The whole of this Part is repealed. See p. 164.)	
Law of the 25th June, 1850.	
Only Title. The administration of justice in commercial matters and suits	99
Chapter I. Commercial tribunals and jurisdiction	99
Section I. Commercial tribunals	99
Section II The election of denuiting who are trader	
Section II. The election of deputies who are traders	100
Section III. Commercial jurisdiction	101
Chapter II. The order of legal procedure in commercial suits	101
Complementary Commercial Laws.	
The register of commercial names or styles	102
The register of commercial names or styles	
Preferential obligations (debentures)	104
Instruments (titles) to bearer	108
General warehouses (warrants)	109
Chapter I. The establishment, obligations and rights of general warehouse under-	
takings	109
Chapter II. The issue, circulation and redemption of documents of title issued by	
general warehouse undertakings	113
Chapter III. Public sale rooms	117
Chapter III. I table said rough provisions	117
Chapter IV. Fiscal and penal provisions	
Chapter V. General provisions	118
Industrial and trade marks	119
Consular invoices	123
Chapter I. Consular invoices	123
Chapter II. The authentication of invoices	124
Chapter III. Emoluments	124
Chapter IV. The form of consular invoices	124
Chapter V. The duties of consuls	125
Chapter VI. Customs Houses and offices for receiving dues	$\frac{125}{125}$
	120
Chapter VII. The obligations and duties of the Department of the Commercial Statistical	100
Service	126
Chapter VIII. The nomenclature of merchandise	126
Chapter IX. Fines	126
Chapter X. General provisions	127
Coasting navigation	127
Chapter I. Coasting navigation	127
Chapter II. Nationalization of vessels	127
	128
	129
Chapter V. The transference of ownership of vessels and the cancellation of registration	130
Chapter VI. The registration of vessels and of the crew	131
Chapter VII. The service of transit, re-exportation, transhipment and re-embarcation.	131
Chapter VIII. The service of the exportation of merchandise already nationalized and	
of goods of national production	132
Transitory provisions	134
Joint stock companies	134
Chapter I. The nature, character and essential conditions for the formation of joint	LUI
stock companies	134
BIJUCA CULLIDALION	104

3 Brasil: Indice.

P	agina
Capitulo II. Das sociedades que carecem de auctorização do governo para se organi-	100
Zerom	138 140
Capitulo III. Da constitutição das sociedades anonymas	144
Capitulo V. Dos fiscaes	146
Capitulo VI. Da assembléa geral	146
Capitulo VII. Da dissolução e liquidação amigavel	149 150
Capitulo VIII. Da liquidação forçada das sociedades anonymas	154
Capitulo IX. Disposições penaes	155
Capitulo XI. Das sociedades em commandita por acções	155
Seguros de vida, maritimos et terrestres	157
Titulo I. Das companhias de seguros	157 157
Capitulo I. Disposições geraes	197
em geral	158
Capitulo III. Das condições de funccionamento das companhias estrangeiras de	
seguros em geral	159
Capitulo IV. Das companhias de seguros sob a fórma mutua	160
Capitulo V. Disposições especiaes à companhias de seguros de vida nacionaes e estrangeiras	161
Capitulo VI. Da fiscalisação	161
Capitulo VII. De regimen penal	163
Titulo II. Disposições geraes	163
A nova lei sobre fallencias	164
Titulo I. Da natureza e declaração da fallencia	164
Secção I. Dos caracteristicos da fallencia	164 166
Titulo II. Dos effeitos juridicos da sentença declaratoria da fallencia	170
Secção I. Dos effeitos quanto aos direitos dos credores	170
Secção II. Dos effeitos quanto á pessoa do fallido	172
Secção III. Dos effeitos quanto aos bens do fallido	173
Secção IV. Dos effeitos quanto aos contractos do fallido	173 174
Titulo III. Do pessoal da administração da fallencia	176
Secção I. Dos syndicos	176
Secção II. Dos liquidatarios	177
Secção III. Das disposições communs aos syndicos e aos liquidatarios	178
Titulo IV. Da arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos de fallido	180
Titulo V. De verificação e classificação dos creditos	181
Secção I. Da verificação dos creditos	181
Secção II. Da classificação dos credores da fallencia	185
Titulo VI. Das assembléas dos credores	186 187
Titulo VIII. Da realização do activo e liquidação do passivo	191
Secção I. Da realização do activo	191
Secção II. Do pagamento aos credores da massa	193
Secção III. Do pagamento aos credores da fallencia	193
Titulo IX. Da reivindicação	194 196
Titulo XI. Da concordata preventiva	196
Titulo XII. Da homologação e effeitos das sentenças estrangeiras em materia de fallencia	
e meios preventivos de sua declaração	199
Titulo XIII. Dos crimes em materia de fallencia e de concordata preventiva e do respectivo processo	200
Titulo XIV. Das disposições especiaes	202
Titulo XV. Das disposições geraes	204
Decreto n.º 2044 de 31 de dezembro de 1908. (Define a letra de cambio e a nota pro-	
missoria e regula as operações cambiaes.)	206
Titulo I. Da letra de cambio	206
Capitulo I. Do saque	206
Capitulo III. Do acceite	206 206
Capitulo IV. Do aval	207
Capítulo V. Da multiplicação da letra de cambio	207
Capitulo VI. Do pagamento	207
CADILIO VII. DO DACAMENTO	207

	Page
Chapter II. Companies which require Government authorisation in order to be formed	138
onepoir companies which require dovermions authorized as or acceptance of the companies	
Chapter III. The constitution of joint stock companies	140
Chapter IV. Directors	144
Chapter V. Inspectors	146
Chapter VI. The general meeting	146
Chapter VII. Voluntary dissolution and winding-up	149
Chapter VIII. Compulsory winding up of joint stock companies	150
Chapter IX. Penal provisions	154
Chapter X. General provisions	155
Chapter XI. Limited partnerships with share capital	155
Life, marine and land insurance	157
Title I. Insurance associations	157
Chapter I. General provisions	157
Chapter II. The conditions for the carrying on of business by national insurance	
associations in general	158
Chapter III. The conditions for the carrying on of business by foreign insurance	
associations in general	159
Chapter IV. Mutual insurance societies	160
Chapter V. Special provisions relating to national and foreign life assurance asso-	
ciations	161
Chapter VI. Inspection	161
Chapter VII. Penal provisions	163
Title II. General provisions	163
The new Law of Bankruptcy	164
	164
Title I. The nature and decree of bankruptcy	164
Section 1. Of the characteristics of bankruptcy and of persons subject thereto .	166
Section II. Judicial decree of bankruptcy	170
Title II. The legal effects of the decree of bankruptcy	170
Section I. Effects as to the rights of creditors	172
Section III. Effects as to the person of the bankrupt	173
Section IV. Effects as to the contracts of the bankrupt	173
Section V. Avoidance of transactions of the debtor before bankruptcy	174
Title III. The persons who administer the bankruptcy	176
Section I. Trustees	176
Section II. Liquidators	177
Section III. Provisions applicable to both trustees and liquidators	178
Title IV. The taking possession and preservation of the property, books and docum-	1.0
onts of the healtrant	180
ents of the bankrupt	181
Section I. The proof of claims	181
Section II. The classification of the creditors of the bankruptcy	185
Title VI. Meeting of creditors	186
Title VII. Composition with creditors	187
Title VIII. The realisation of the assets and the liquidation of the liabilities	191
Section I. The realisation of the assets	191
Section II. Payment of creditors of the estate	193
Section III. Payment of the creditors of the bankruptcy	193
Title IX. Recovery of specific assets	194
Title X. Discharge	196
Title XI. Preventive composition	196
Title XII. The approval and the effects of foreign judgments in bankruptcy matters	
and the means of preventing decrees in bankruptcy	199
Title XIII. Offences in matters relating to bankruptcy and composition with creditors	
to prevent bankruptcy, and the proceedings as regards each	200
Title XIV. Special provisions	202
Title XV. General provisions	204
Decree No. 2044 of 31 December 1908. (Defining a bill of exchange and promissory note	
and regulating exchange operations)	206
Title I. Bill of exchange	206
	206
	206
*	206
The same of the sa	207
	207
	207
Chapter VI. Maturity	207
TARREST VII. LEVINDIN	~~ •

3a Brasil: Indice

	Pagina
Capitulo VIII. Do protesto	
Capitulo IX. Da intervenção	
Capitulo X. Da annullação da letra	
Continuo XI Do reseave	
Capitulo XI. Do resaque	
Capitulo XII. Dos direitos e das obrigações cambiaes	
Capitulo XIII. Da acção cambial	
Capitulo XIV. Da prescripção da acção cambial	
Titulo II. Da nota promissoria	
Capitulo I. Da emissão	
Capitulo II. Disposições geraes	
Leis Consulares	212
Titulo I. Da organisação do corpo consular	
Capitulo I. Dos empregados consulares, mas jurisdicções, nomeações classes e prero-	
gativas	212
Titulo II. Da receita e despeza	214
Capitulo I. Dos emolumentos consulares et sua escripturação	
Capitulo II. Das estampilhas consulares e sua escripturação	215
Capitulo III. Da execução da tabella de emolumentos	215
Titulo III. Das attribuições dos empregados consulares em relação ao commercio e á	
navegação	
Capitulo I. Das informações commerciaes, contractos, escripturas e protesto de	
letras	217
Capitulo II. Das embarcações, seu despacho, legalização de manifestos, conhecimen-	
tos e facturas de mercadorias, cartas de saude e matricula de equi-	
pagem	
Capitulo III. Da navegação de cabotagem, compra e venda de embarcações	
Capitulo IV. Dos accidentes, perigos e mais circumstancias occorridas em viagem	227
Titulo V. Das attribuições dos empregados consulares com relação aos passaportes, pro-	
curações e demais documentos	
Titulo VI. Disposições geraes	230
Tratados Commerciaes	

Chapter IX. Intervention (for honour) Chapter X. Cancellation of a bill Chapter XI. Cross bill (re-draft) Chapter XII. Exchange rights and obligations Chapter XIII. Bill of exchange action Chapter XIIV. Prescription of bills of exchange actions Chapter XIV. Prescription of bills of exchange actions Title II. Promissory notes Chapter I. Issue Chapter II. General provisions The Consular Laws Title I. The organization of the consular body Chapter I. Consular officers, their powers, appointment, classes and privileges Title II. Receipts and disbursements Chapter I. Consular dees and their record Chapter II. Consular adhesive stamps and the record of them Chapter III. The observance of the table of fees Title III. The functions of consular officers in relation to commerce and navigation Chapter II. Commercial information, contracts, documents and the protest of bills of exchange Chapter II. Coasting navigation and the purchase and sale of vessels Chapter IV. Accidents, risks and other circumstances which may occur on a voyage Title V. The functions of consular officers with regard to passports, powers of attorney and other documents 229	BRAZIL: TABLE OF CONTENTS.	3 a
Chapter IX. Intervention (for honour) Chapter XI. Cancellation of a bill 209 Chapter XI. Cross bill (re-draft) 210 Chapter XII. Exchange rights and obligations 210 Chapter XIII. Bill of exchange action 211 Chapter XIV. Prescription of bills of exchange actions 212 Title II. Promissory notes 212 Chapter I. Issue 212 Chapter II. General provisions 212 Chapter II. General provisions 212 Title I. The organization of the consular body 212 Chapter I. Consular officers, their powers, appointment, classes and privileges 212 Title II. Receipts and disbursements 214 Chapter I. Consular adhesive stamps and the record of them 215 Chapter III. The observance of the table of fees 215 Title III. The functions of consular officers in relation to commerce and navigation 217 Chapter I. Commercial information, contracts, documents and the protest of bills of exchange 217 Chapter II. Constilar navigation and the purchase and sale of vessels 215 Chapter III. Coasting navigation and the purchase and sale of vessels 225 Chapter IV. Accidents, risks and other circumstances which may occur on a voyage 227 Title V. The functions of consular officers with regard to passports, powers of attorney and other documents 229		Page
Chapter IX. Intervention (for honour) Chapter XI. Cancellation of a bill 209 Chapter XI. Cross bill (re-draft) 210 Chapter XII. Exchange rights and obligations 210 Chapter XIII. Bill of exchange action 211 Chapter XIV. Prescription of bills of exchange actions 212 Title II. Promissory notes 212 Chapter I. Issue 212 Chapter II. General provisions 212 Chapter II. General provisions 212 Title I. The organization of the consular body 212 Chapter I. Consular officers, their powers, appointment, classes and privileges 212 Title II. Receipts and disbursements 214 Chapter I. Consular adhesive stamps and the record of them 215 Chapter III. The observance of the table of fees 215 Title III. The functions of consular officers in relation to commerce and navigation 217 Chapter I. Commercial information, contracts, documents and the protest of bills of exchange 217 Chapter II. Constilar navigation and the purchase and sale of vessels 215 Chapter III. Coasting navigation and the purchase and sale of vessels 225 Chapter IV. Accidents, risks and other circumstances which may occur on a voyage 227 Title V. The functions of consular officers with regard to passports, powers of attorney and other documents 229	Chapter VIII. Protest	208
Chapter X. Cancellation of a bill	Chapter IX. Intervention (for honour)	209
Chapter XI. Cross bill (re-draft)	Chapter X. Cancellation of a bill	
Chapter XII. Exchange rights and obligations Chapter XIII. Bill of exchange action Chapter XIV. Prescription of bills of exchange actions 2112 Title II. Promissory notes 212 Chapter I. Issue Chapter II. General provisions 212 Chapter II. General provisions 212 Title I. The organization of the consular body Chapter I. Consular officers, their powers, appointment, classes and privileges 212 Title II. Receipts and disbursements 214 Chapter I. Consular fees and their record 214 Chapter II. Consular adhesive stamps and the record of them 215 Title III. The observance of the table of fees 215 Title III. The functions of consular officers in relation to commerce and navigation 217 Chapter I. Commercial information, contracts, documents and the protest of bills of exchange 217 Chapter II. Vessels, their clearance, the authentication of the manifests, bills of lading and invoices of merchandise, bills of health and the muster roll of the crew 219 Chapter IV. Accidents, risks and other circumstances which may occur on a voyage 227 Title V. The functions of consular officers with regard to passports, powers of attorney and other documents 229	Chapter XI. Cross bill (re-draft)	
Chapter XIII. Bill of exchange action	Chapter XII. Exchange rights and obligations	
Chapter XIV. Prescription of bills of exchange actions Title II. Promissory notes Chapter I. Issue Chapter II. General provisions The Consular Laws Title II. The organization of the consular body Chapter I. Consular officers, their powers, appointment, classes and privileges Title II. Receipts and disbursements Chapter I. Consular fees and their record Chapter II. Consular adhesive stamps and the record of them Chapter III. The observance of the table of fees Title III. The functions of consular officers in relation to commerce and navigation Chapter I. Commercial information, contracts, documents and the protest of bills of exchange Chapter II. Vessels, their clearance, the authentication of the manifests, bills of lading and invoices of merchandise, bills of health and the muster roll of the crew Chapter III. Coasting navigation and the purchase and sale of vessels Chapter IV. Accidents, risks and other circumstances which may occur on a voyage Title V. The functions of consular officers with regard to passports, powers of attorney and other documents 229	Chapter XIII Bill of exchange action	
Title II. Promissory notes	Chapter XIV. Prescription of bills of exchange actions	
Chapter I. Issue	Title II Promissory notes	
Chapter II. General provisions	Chanter I Igna	
Title I. The organization of the consular body	Chapter II General provisions	
Title I. The organization of the consular body Chapter I. Consular officers, their powers, appointment, classes and privileges	The Compular Laws	
Chapter I. Consular officers, their powers, appointment, classes and privileges	Title Consular Laws	
Title II. Receipts and disbursements	Chartes I Complete of the consular body	
Chapter I. Consular fees and their record	Chapter 1. Consular officers, their powers, appointment, classes and privileges	212
Chapter I. Consular fees and their record	Title II. Receipts and disbursements	214
Chapter II. Consular adhesive stamps and the record of them	Chapter I. Consular fees and their record	214
Chapter III. The observance of the table of fees	Chapter II. Consular adhesive stamps and the record of them	
Chapter I. Commercial information, contracts, documents and the protest of bills of exchange	Chapter III. The observance of the table of fees	
Chapter I. Commercial information, contracts, documents and the protest of bills of exchange	Title III. The functions of consular officers in relation to commerce and navigation	
of exchange		
of exchange	Chapter I. Commercial information, contracts, documents and the protest of bills	
Chapter II. Vessels, their clearance, the authentication of the manifests, bills of lading and invoices of merchandise, bills of health and the muster roll of the crew		217
lading and invoices of merchandise, bills of health and the muster roll of the crew	Chapter II. Vessels, their clearance, the authentication of the manifests, bills of	
roll of the crew		
Chapter III. Coasting navigation and the purchase and sale of vessels		219
Chapter IV. Accidents, risks and other circumstances which may occur on a voyage Title V. The functions of consular officers with regard to passports, powers of attorney and other documents	Chapter III. Coasting navigation and the purchase and sale of vessels	225
Title V. The functions of consular officers with regard to passports, powers of attorney and other documents	Chapter IV. Accidents, risks and other circumstances which may occur on a voyage	227
and other documents		,
Title VI Congress progrissions		229
Tivio vi, Cronorai provisions	Title VI. General provisions	230

Introducção historica.

O Brasil, vasta região occupando mais de metade de toda a America Meridional, esteve até 1822 sujeito ao dominio portuguez. Se bem que em 1815 houvesse sido elevado á categoria de Reino, portuguezas continuáram a ser as leis vigentes no Brasil, e assim foi, até mesmo depois da proclamação de sua independencia e da Constituição do Imperio, em 1822.

A lei de 20 de Outubro de 1823 determinou a vigencia das leis portuguezas no Brasil até que os novos orgaãos constitucionaes dotassem a nova nacionalidade de sua legislação propria.

Só em 1850, promulgado pela lei No. 556 de 25 de junho, teve o Brasil o seu Codigo Commercial, ainda hoje vigente com as alterações que lhe tem sido trazidas por leis posteriores.

O Codigo Commercial Brasileiro, notavel monumento de sabedoria e senso pratico, para o seu tempo, foi a obra de um lento trabalho de quasi 20 annos. O Governo da Regencia, durante a menoridade do Imperador Pedro 2°, mandou elaborar o projecto em 1833, nomeando para isso uma commissão de negociantes, presidida pelo Senador José Clemente Pereira, estadista de grande auctoridade e saber. Apresentado o projecto ao Governo, em Agosto de 1834, foi enviado ao Poder Legislativo onde passou pelo estudo de varias Commissões parlamentares na Camara dos Deputados e no Senado, sendo afinal enviado á sancção e convertido na referida lei de 1850.

Então, decretados os regulamentos necessarios para funcionamento do seu mechanismo e relativos á eleição dos membros (Deputados e Supplentes) dos Tribunaes de Commercio, processo geral das causas commerciaes e processo das fallencias, entrou o Codigo em vigor, obrigatorio para toda a vasta extensão do Brasil, no dia 25 de Dezembro de 1850.

Posteriormente tem o Codigo soffrido profundas alterações parciaes. E'assim que toda a parte 3ª relativa ás quebras (fallencias), foi substituida pelo Decreto No. 917 de 14 de Novembro de 1890, que deu novo regulamento ao instituto e processo das fallencias, decreto esse que por sua vez foi substituido pela lei No. 859 de 16 de Agosto de 1902, regulamentada pela Decreto n.º 4855 de 2 de Junho de 1903.

Na primeira parte de Codigo, relativa ao Commercio em geral foram também feitas varias modificações, tendo-se estabelecido, por leis especiaes, a constituição das sociedades anonymas, cujas disposições se acham consolidadas no Decreto $n.^{\circ}$ 434 de 4 de Julho de 1891.

Salvo, porem, estas e outras alterações, que serão indicadas no lugar respectivo no texto do Codigo que adiante publicaremos, esse antigo monumento de legislação regula ainda, em suas linhas geraes, as relações commerciaes do Brasil.

Historical Introduction.

Brazil, that vast tract of country occupying more than half the South American Continent, was until 1822 under Portuguese sovereignty. Although in 1815 she had been raised to the Category of Kingdom, the Portuguese laws remained in force, and so continued, even after the proclamation of her independence and the Constitution of the Empire in 1822.

The Law of the 20th Oct. 1823 enacted that the existing Portuguese laws should remain in force until the newly created constitutional powers should endow the young nation with its own legislation.

It was only in 1850 that Brazil came to possess her own Commercial Code, promulgated by the Law No. 556 of the 25th June, which Code still remains in force, with the alterations which have been introduced by more recent laws.

The Brazilian Commercial Code, a remarkable monument of wisdom and common sense, taking into account the epoch, was the result of the slow and sustained labours of nearly 20 years. In 1833, the Government of the Regency, during the minority of the Emperor Pedro II, ordered that the new project should be drawn up, appointing for the work, a committee of merchants, under the presidency of Senator José Clemente Pereira, a statesman of great influence and ability. In August 1834, the project, after having been presented to the Government, was submitted to the Legislative Power, where it underwent the examination of various parliamentary Committees in the Chamber of Deputies and in the Senate, being finally presented for the Imperial assent, and became the Law of 1850, to which reference has already been made.

Then, after the rules necessary for its proper working, and relating to the election of the members (Deputies and Elected Substitutes) of the Commercial Courts, and after the course of proceedings in Commercial Causes and in Bankruptcy had been decreed, the Code came into operation and became binding throughout the whole of Brazil on the 25th Dec. 1850.

At subsequent dates the Code has undergone most important partial alterations. Thus the 3rd part relating to failures (bankruptcies) was superseded by the Decree No. 917 of the 14th Nov. 1890, which established new regulations in proceedings in bankruptcy, a Decree which was superseded by the Law No. 859 of the 16th Aug. 1902, regulated by the Decree No. 4855 of the 2nd June 1903, which in its turn was superseded by the Decree No. 2044 of the 31st Dec. 1908.

In the first part of the Code, relating to commerce in general, also various modifications were introduced, the constitution of joint stock companies being established by means of special laws, whose effects are consolidated in the Decree No. 424 of the 4th July 1891.

With the exception, however, of these and some other alterations, which will be indicated in their proper place in the text of the Code hereafter published, this old monument of legislation still regulates, in its general lines, commercial relations in Brazil.

Certamente tem sido muito accentuada a influencia da legislação Brasileira nas leis dos demais paizes sul americanos. Os notaveis trabalhos de codificação civil de Teixeira de Freitas gozam de tanta auctoridade no Brasil como em outros paizes da America de Sul; e, no tocante á legislação commercial, é incontestavel a influencia do Codigo de 1850 na formação do direito commercial sul americano.

A esse respeito o illustre commercialista argentino Dr. Lisandro Segovia, autor de projecto que serviu de base para o novo Codigo argentino de 1889, reconhece que o Codigo do Brasil forneceu mais de uma terça parte de texto ao antigo Codigo argentino de 1855¹).

E se attendermos que esse codigo argentino de 1855, onde, de modo tão consideravel, influiu a lei brasileira, foi adoptado como lei no Paraguay, onde se falla a mesma lingua, que o Codigo de Uruguay (1865) é quasi copia do Codigo argentino, e que o Codigo Chileno (1865) é igualmente baseado no Codigo argentino, se bem que melhorado sob o influxo dos progressos do direito commercial no velho mundo, é justo reconhecer a larga influencia que teve a codificação brasileira na formação do direito commercial na mais culta parte da America do Sul.

Bibliography.

I. General works.

A) Legal Bibliographies.

Dos Santos, D. C. V.: Catalogo da exposição de trabalhos juridicos realizada pelo Instituto da Ordem dos Advogados. Rio de Janeiro. 1894.

B) Collections of statutes.

Collecção das leis do Imperio do Brasil. Parte I. 45 Tomos. Parte II. Tomo 1ff. Rio de Janeiro. 1838 ff.

Collecção das decisões do Governo. Rio de Janeiro. 1869 ff.

Sousa, Tarquinio de, e Montenegro, Caetano: Leis Usuaes do Brasil. Rio de Janeiro. 1903

C) Systematic views and introductions of Law, Encyclopædias.

Sousa Pinto, A. de: Diccionario de Legislação Commercial Brasiliera. 2 vol. Lisbôa. 1892. Silva Ramos, J. J.: Abecedario Juridico Commercial. Rio de Janeiro. 1861. Rodrigues, João José: Miscellanea Juridica. Rio de Janeiro. 1875.

D) Journals.

O Direito. Revista mensal de direito e jurisprudencia. Rio de Janeiro. 1867 e. s.
Revista de Jurisprudencia. Revista mensal de direito e jurisprudencia. Rio de Janeiro. 1896 e. s.

Revista dos Tribunaes. Revista mensal de direito e jurisprudencia. Rio de Janeiro. 1904. O Forum. Revista mensal de direito e jurisprudencia. Bello Horisonte. 1894 e. s. Gazeta Juridica. Revista mensal de direito e jurisprudencia. Rio de Janeiro. (1876—1890.) Rodrigues, João José: Consultas de jurisconsultos brasileiros. Rio de Janeiro. 1873. Cultura Juridica. Recife. 1905 e. s. (Revista mensal.)
Revista de Direito. Rio de Janeiro. 1906. (Revista mensal.)

¹⁾ Explicacion y critica del nuevo Codigo de Comercio de la Republica Argentina-Introduccion. XVIII.

The influence of the Brazilian legislation has undoubtedly made itself greatly felt in the laws of other South American countries. The notable civil code works of Teixeira de Freitas enjoy as great an authority in Brazil as in other South American countries, and as far as commercial legislation is concerned, the influence of the Code of 1850 in the establishment of South American commercial law is indisputable.

In this respect the distinguished Argentine authority on commercial matters, Dr. Lisandro Segovia, author of the project which served as a basis for the new Argentine Code of 1889, admits that the Code of Brazil furnished more than a third part of the text of the old Argentine Code of 1855.

And if we bear in mind that this Argentine Code of 1855, which was in so marked a manner influenced by the Brazilian law, was adopted by Paraguay, where the same language is spoken, as her own law, that the Code of Uruguay (1865) is almost a copy of the Argentine Code, and that the Chilean Code (1865) is also based on the Argentine Code, although bettered with the improvements in commercial law in the old world, it is only right to recognize the great influence which the Brazilian codification has exercised in the formation of commercial law in the most enlightened part of South America.

E) Reports and leading cases on commercial law.

Jurisprudencia de Supremo Tribunal Federal. 1 vol. por anno depois 1896 seq. Rio de Janeir Marques Pinheiro, Francisco: Jurisprudencia Commercial. Rio de Janeiro. 1870. Montenegro, Caetano: Trabalhos Judiciarios. Rio de Janeiro. 1895.

II. Special literature on the commercial law.

A) Commercial Code.

a. Editions.

Codigo Commercial do Brasil. Lei de 25 de Junho de 1850. Varias edições officiaes. Teixeira de Freitas: Additamentos ao codigio do commercio (Legislação do Brasil). Vol. 1—2. Rio de Janeiro. 1878—79.

b. Commentaries.

Borges, B. J.: O commerciante, ou completo manual instructivo contendo o codigo commercial annotado; legislação das alfandegas ... 2. ed. Rio de Janeiro. 1878.

Orlando de Araujo Costa, Salustiano: Codigo commercial do Brazil. 5. ed. Rio de Janeiro. 1896.

Faria, Bento de: Codigo Commercial annotado. Rio de Janeiro. 1903.

Veiga, Didimo da: Codigo Commercial Commentado. 2 volumes. Rio de Janeiro. 1898.

c. Handbooks and Treatises.

Silva Lisbôa: Principios de direito mercantil. 6. edição. Rio de Janeiro. 1874.
 Candido Mendes: Introdução á 6. Edição dos Principios de Direito Mercantil de Silva Lisbôa.
 Rio de Janeiro. 1874.

Inglez de Sousa, Herculano: Direito Commercial. Preleções de aula compilada por A. Bialchini. Rio de Janeiro. 1906.

d. Special Treatises.

1. Traders, traders' books.

Barroso, Liberato: Contractos e obrigações mercantis. Rio de Janeiro. 1871. Veiga, Didimo da: Direito Hypothecario. Rio de Janeiro. 1899.

¹⁾ Explanations and criticisms on the New Commercial Code of the Argentine Republic. Introduction XVIII.

Miranda Castro, A. de: Credito Commercial. Rio de Janeiro. 1877.

Celso, Affonso: Credito movel. Rio de Janeiro. 1898.

Celso, Affonso: Marcas Industriaes e nome Commercial. Rio de Janeiro. 1888.

Faria, Bento de: Das marcas de fabrica e de commercio e do nome commercial. Rio de Janeiro. 1906.

Carvalho de Mendonça, J. Xavier: Dos Livros dos Commerciantes. S. Paulo. 1906. Celso, Affonso: Do contracto do penhor. Rio de Janeiro. 1886.

2. Commercial associations.

Jorge, A.: As operações em conta de participação assumem o caracter de uma sociedade commercial? Pernambuco. 1896.

Veiga, Didimo da: As sociedades anonymas. Rio de Janeiro. 1888.

Magalhães Castro, J. A. de: Indole das Sociedades anonymas. Rio de Janeiro. 1879.

Barboza, Ruy, e Graça Aranha: Sociedades anonymas. Vicios na sua organisação. Rio de Janeiro. 1893.

3. Commercial contracts.

Cabral, J.: Direito commercial. Theoria juridica da conta corrente. Recife. 1896.

Silva Costa, J. da: Contracto de conta corrente. Rio de Janeiro 1901.

Lacerda, Paulo de: Contracto de conta corrente. São Paulo. 1901.

Lacerda, Paulo de: Contracto de abertura de credito. São Paulo. 1906.

Alcantara Machado: Do momento da formação dos contractos por correspondencia. São Paulo. 1892.

4. Negotiable instruments.

Inglez de Sousa, Herculano: Titulos ao Portador. Rio de Janeiro. 1898.

Exposição do processo commercial.

a) Generalidades.

O Imperio no Brasil, demolido em 15 de novembro de 1889 e substituido pela Republica Federativa, havia creado e mantido, em todo o territorio nacional, a unidade da legislação substantiva e a unidade do processo e da organisação judiciaria. O espirito ultra federalista que dominou os constituintes republicanos quasi destruiu essa situação tão necessaria para a conservação da unidade nacional. Do grande combate parlamentar a unidade do direito sahiu victoriosa, em principio, mas a Constituição Federal deu aos Estados Federados a faculdade de estabelecer sua organisação judiciaria e respectivo processo.

Como consequencia dessa faculdade e da co-existencia do Estado-União e do

Estado particular, nasceu o principio da dualidade da magistratura.

Reivindicando cada estado particular a competencia exclusiva de organisar, de accordo com as respectivas necessidades, a magistratura que houvesse de interpretar e applicar as leis dentro dos seus territorios, ficaria a Nação privada de um dos orgãos da soberania, se, por sua vez, não creasse tambem uma magistratura que conhecesse dos litigios de caracter federal e tornasse effectiva a legislação nacional e as garantias asseguradas a todos os cidadãos.

Determinaram estas circunstancias a co-existencia das duas magistraturas, uma local (dos Estados) e outra federal (da União); a primeira, para processar e julgar as questões de direito commum entre os individuos e as que particularmente interessassem ao respectivo Estado; a segunda, para conhecer das questões que, interessando á União, escapassem á competencia da justiça dos Estados, bem como para garantir a uniformidade da jurisprudencia na interpretação e applicabilidade das disposições da Constituição, leis e tratados federaes.

A primeira é organisada livremente pelos respectivos Estados, a quem compete não só regular sua estructura como prover ás respectivas nomeações; a organisação

da segunda é da competencia da União.

Firmados estes principios, estabeleceu-se consequentemente a pluralidade da lei processoal, que necessariamente deve ser adaptada á estructura da respectiva orga-

III. Special commercial laws.

a. Bills of exchange.

Ferreira, J. P.: Letra de cambio. Recife. 1896.

Sousa Pinto, J. M. P. de: Curso de Direito Cambial Brasileiro. Rio de Janeiro. 1851.

Saraiva, José A.: Direito Cambial Brasileiro. 1.° volume publicado. Bello Horisonte (Minas Geraes). 1905.

b. Limited partnerships.

Rocha, F. José da: Sociedades em commandita. Rio de Janeiro. 1884. Rocha, F. José da: Commandita por acções. Rio de Janeiro. 1885.

c. Insurance.

Nogueira Itagyba, J.: Tratado sobre seguros de vida. Rio de Janeiro. 1900. Silva Costa, José da: Seguros maritimos e terrestres. Rio de Janeiro. 1883.

Silva Lisbôa, José da: Tratado do seguro maritimo incluido nos principios de direito mercantil e leis da marinha. 6. ed. de Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro. 1874.

d. Maritime Law.

Silva Costa, José da: Direito Commercial Maritimo. 2 vol. Rio de Janeiro. 1899.

e. Bankruptcy and Insolvency.

Carvalho de Mendonça, J. Xavier: Das Fallencias e dos meios preventivos de sua declaração. 2 vol. S. Paulo. 1899.

Bento de Faria: Das Fallencias. Rio de Janeiro. 1902.

Hollanda Cavaleanti, Luiz: Informação sobre o processo das quebras. Rio de Janeiro. 1865 Autran, Godofredo: Das Fallencias. Rio de Janeiro. 1895.

f. Consular Law.

Azevedo Castro, José Antonio de: O Livro das Convenções Consulares. Rio de Janeiro. 1885.

Exposition of Commercial Procedure.

a) Generalities.

The Empire of Brazil, overthrown on the 15th November 1889, and superseded by the Federal Republic, had created and maintained, throughout the country, the unity of substantive legislation and unity in legal procedure and in the constitution of the Courts. The extreme federal feeling which dominated the republican constituents almost destroyed a situation so necessary for the preservation of national unity. From the great parliamentary struggle, the unity of law emerged victorious in principle, but the Federal Constitution endowed the Federated States with the power of establishing each its own constitution and procedure.

The principle of the double qualities of the magistracy was the outcome of this power and of the co-existence of the States United and the State Individual.

If each individual State asserted its exclusive right to create, according to its respective needs, the magistracy which had to interpret and apply the laws within its own districts, the Nation would be deprived of one of the organs of authority, if in its turn it did not also create a magistracy which could try cases of a federal character and enforce the national laws and the guarantees assured to all its citizens.

These circumstances determined the co-existence of two magistracies, one local (of the States) and the other federal (of the Union); the first to proceed in and decide questions of common right between individuals which particularly applied to the respective State; the second to try cases which, of interest to the Union, might escape the competency of the Courts of the States, as well as to guarantee the uniformity of jurisprudence in the interpretation and application of the dispositions of the Constitution, the laws and federal treaties.

dispositions of the Constitution, the laws and federal treaties.

The first is organized freely by the respective States, on which falls the duty not only of regulating its constitution, but also of making its nominations; the

organization of the second belongs to the Union.

Based on these principles, the plurality of the process law, which had necessarily to be adapted to the structure of the respective judicial organization to

nisação judiciaria a que tem de servir. Assim, cada Estado tem competencia para promulgar a respectiva lei de processo, tendo a União Federal attribuições para prover sobre o processo no Districto Federal, séde da Capital da Republica, que, não sendo um Estado e não tendo competencia senão para prover acerca dos negocios de caracter puramente municipal, tem sua justiça organisada e o respectivo

pessoal nomeado pelo poder federal.

Por sua natureza, as questões commerciaes devem ser processadas não só perante as justicas locaes (dos Estados e do Districto Federal), como perante a justiça federal. A justiça local é a competente para conhecer das questões oriundas dos contractos e das relações commerciaes em geral; a outra cabe, por expressa disposição da Constituição federal (art. 60-g-), conhecer das questões de direito maritimo e navegação, assimtanto no oceano, como nos rios e lagos do paiz. Felizmente, no que interessa ás questões commerciaes, havendo dualidade de orgãos competentes para dellas conhecer, conforme sua materia, não ha de facto diversidade de processo. O Decreto n.º 848 de 11 de Outubro de 1890, que estabeleceu o processo perante a justiça federal, adoptou os principios do Regulamento n.º 737 de 25 de Novembro de 1850, que estabelece o processo para as causas commerciaes, e tem sido adoptado pela totalidade dos Estados como lei em seu territorio. Por essa forma, esse Regulamento n.º 737 de 1850 está constituido em verdadeiro Codigo de Processo no Brasil.

b) Organisação judiciaria.

Os juizes e tribunaes que conhecem das questões commerciaes são organisados em duas instancias. Quer na Justiça federal, quer na Justiça local dos Estados, quer no Districto Federal, as questões são geralmente julgadas em primeira instancia

por um juiz singular, e, em gráo de recurso, por um tribunal superior. Pela organisação da justiça federal ha um só juiz federal, de la instancia, em cada Estado e 2 no Districto Federal, denominados Juizes de Secção, ou Juizes seccionaes, e um Supremo Tribunal Federal com séde no Districto Federal, Capital da Republica. Nas demais circumscripções judiciarias em que os Estados se dividem (comarcas) ha apenas supplentes do Juiz seccional respectivo.

Semelhante é a organisação dos Estados em geral, havendo em cada um delles, 1 juiz de la instancia em cada uma das suas circumscripções judiciaes (Comarcas) e um Tribunal de 2ª instancia com séde na Capital de Estado. O Districto Federal tem organisação dada pela União, a que está directamente subordinado; é uma região do paiz neutralisada, que não faz parte do territorio de Estado algum e dentro de cujos limites está a grande cidade do Rio de Janeiro (800 000 habitantes); tendo o Districto Federal uma população muito condensada, foi preciso dar-lhe uma organisação especial; ahi a justiça é administrada pelos seguintes orgãos: I. Os Fretores, funcionarios locaes que exercem a justiça administrativa e tem competencia para processar e julgar as causas commerciaes contenciosas até o valor de 5:000\$000, com recurso voluntario que a parte pode interpôr para o respectivo Juiz de Direito. Os Pretores são 15 e tem seu auditorio dentro da respectiva circumscripção; — II. Os Juizes de Direito, com jurisdicção privativa, havendo 3 de jurisdicção commercial, que conhecem, em gráo de recurso, das questões ate 5:000\$000 julgadas pelos Pretores e processam e julgam as causas commerciaes contenciosas de valor excedente de 5:000\$000, como tambem as liquidações e fallencias das sociedades commerciaes e as liquidações forçadas das Companhias Das decisões proferidas em la instancia pelos Juizes de Direito ha recurso voluntario da parte para a Côrte de Appellação; — III. A Côrte de Appellação, com 2 Camaras, ás quaes por distribuição, se sujeita o conhecimento dos recursos interpostos das decisões dos juizes de Direito, conhecendo afinal ambas as Camaras Reunidas das arguições (embargos) de nullidade oppostas contra o julgado de qualquer dellas.

c) Processo.¹)

A forma de processo, as disposições sobre prova e recursos estão estabelecidos no citado Regulamento n.º 737 de 1850, salvas pequenas modificações que tem sido trazidas por leis posteriores.

¹⁾ Para bôa comprehensão das normas de processo no Brasil é preciso ter em mente que ali o systema ainda é o do processo escripto. Todas as acções e incidentes são apresentadas

which it had to apply, was consequently established. Thus each State has the power to promulgate its particular law of procedure, the Federal Union having jurisdiction over process in the Federal District, the seat of the Capital of the Republic, which not being a State, and not having power to proceed in matters other than those of a purely municipal character, has its court organized and its

officers nominated by federal authority.

From their nature, commercial cases are tried not only in the local courts (of the States and of the Federal District), but also in the Federal Court. The local court is the one competent to try cases arising from contracts and commercial relations in general, the other is empowered by express disposition of the Federal Constitution (Art. 60g) to try cases of maritime right and navigation, whether on the sea, in the rivers or on the lakes of the country. Fortunately, as regards commercial cases, there being double jurisdiction competent to try them, according to the subject matter, there is not as a matter of fact any difference in the proceedings. Decree No. 848 of the 11th October 1890, which established the process in the Federal Court, adopted the principles of the Regulation No. 737 of the 25th November 1850, which establishes the process for commercial causes, and has been adopted by all the States as law in their territory. In this way, this Regulation No. 737 of 1850 is in fact the real Code of Procedure in Brazil.

b) Judicial Organization.

The judges and courts which try commercial cases are organized in two instances. Whether it be in the Federal Court, in the local Courts of the States, or in the Federal District, cases are generally tried in first instance by a single

judge, and, on appeal, by a higher tribunal.

According to the organization of the Federal Court, there is only one Federal judge of first instance in each State, and two in the Federal District, called Judges of Division or Divisional Judges, and one Supreme Federal Tribunal, with its seat in the Federal District, the Capital of the Republic. In the other judicial divisions into which the States are divided (comarcas or hundreds) there are only substitutes

of the respective sectional Judge (Justices).

The organization of the States in general is similar, there being in each one of them, one judge of first instance in each one of their judicial divisions and a Tribunal of second instance with its seat in the Capital of the State. The Federal District has its organization granted by the Union, to which it is directly subordinate; it is a neutral region of the country, does not form part of any State and within its confines stands the great city of Rio de Janeiro (800,000 inhabitants); as the Federal District has so dense a population, it was necessary to endow it with a special organization; there, justice is administered by the following powers: I. The Pretores, local functionaries who exercise administrative justice, and are empowered to proceed in and try contentious commercial causes up to the value of 5:000\$000, with a right of appeal which the party may bring before the respective superior Judge (Judge of Right). The Pretores are 15 in number and hear their cases within the respective area; — II. The superior Judges (Judges of Right) with special jurisdiction, there being three exercising commercial jurisdiction, who try on appeal questions up to 5:000 \$000 already tried by the Pretores, and who proceed in and try contentious commercial causes of a value exceeding 5:000 \$000, as also liquidations and bankruptcies of commercial associations, and compulsory liquidations of joint stock companies. From judgments delivered in first instance by the superior Judges there is the right of appeal of the party to the Court of Appeal; — III. The Court of Appeal with two chambers, either of which, as appointed, hears appeals from the decisions of the superior judges, both Chambers together finally hearing the arguments against the judgment of either of them.

c) Process.1)

The form of proceedings, the rules as to evidence and appeals, are, with the exception of small modifications which have been introduced by more recent laws, established by the before mentioned Regulation No. 737 of 1850.

¹⁾ In order to properly understand the rules of process in Brazil, it is necessary to bear in mind, that the system there is still that of written process. All actions and matters pertaining

Como já foi anteriormente dito, a cada Estado cabe decretar sua respectiva legislação processoal. De facto, porem, essa diversidade de legislação não existe, porque, a não ser em pequenas reformas, sem importancia, o Regulamento n.º 737 de 1850 tem sido adoptado como lei pelos diversos Estados da União brasileira.

Para dar uma ideia das regras do processo a que estão geralmente subordinadas no Brasil as causas commerciaes, apresento em seguida a exposição das principaes

regras estatuidas pelo mencionado Regulamento de 1850.

Da jurisdicção commercial em razão das pessoas e dos actos.

Competem á jurisdicção commercial todas as causas que derivarem de direitos e obrigações sujeitas ás disposições do Codigo Commercial, com tanto que uma das

partes seja commerciante (art. 18, Tit. unico, Codigo).

Não basta para determinar a competencia da jurisdicção commercial que ambas as partes ou alguma dellas seja commerciante, mas, é essencial que a divida seja tambem commercial: outrosim, não basta que a divida seja commercial, mas é essencial que ambas ou uma das partes seja commerciante.

A parte não commerciante é sujeita á jurisdicção commercial ou interviesse no contracto, ou seja herdeiro, successor, cessionario, subrogado, possuidor de titulos e papeis de creditos commerciaes (art. 277, Codigo), possuidor de bens por penhor ou hypotheca obrigados a dividas commerciaes (arts. 265 e 269, Codigo), possuidor de bens alienados em fraude de dividas commerciaes (art. 828, Codigo)¹), vendedor no caso de evicção (art. 215, Codigo).

As questões de bens de raiz, com excepção daquellas que occorrerem nas execuções, ou derivarem de hypothecas commerciaes (art. 269, Codigo), ou do direito da rescisão, que o art. 8282) confere ao credor commerciante, não pertencem ao Juizo Commercial (art. 191, Codigo, 19 § 30, Tit. unico, Codigo).

Competem tambem á jurisdicção commercial em razão das pessoas e dos actos: 1.º As questões sobre ajustes, soldadas, direitos, obrigações, responsabilidade dos officiaes da tripolação, e gente do mar; — 2.º As questões de ajuste, salarios, direitos, obrigações, responsabilidade dos agentes auxiliares do commercio; — 3.º Os actos de commercio praticados por estrangeiros residentes no Brasil (art. 30, Codigo).

Da citação.

A citação para as causas commerciaes póde ser feita por despacho ou mandado do Juiz, por precatoria, por edictos, ou com hora certa.

Para a citação requer-se: 1.º Que o official da diligencia leia á propria pessoa que vai citar o requerimento da parte com o despacho do Juiz, ou o mandado por este assignado, dando-lhe contra-fé³), ainda que esta não seja pedida. — 2.º Que

aos juizes em requerimentos escriptos. Junto de cada juiz serve um escrivão que coordena as diversas peças do processo, formando o que se chama — autos. E'nesses autos que os advogados escrevem os sons articulados, razões e recursos e os juizes os seus despachos e sentenças. Para isso o escrivãs recorre aos advogados e juizes, lavrando, para remettel-os para aquelles, um termo de — vista — e para estes um termo de — conclusão

¹⁾ O art. 828 do Codigo Commercial está comprehendido na Parte 3a, que trata das Quebras (fallencias) e foi toda revogada, quanto às fallencias commerciaes, pelo Decreto 917 de 14 de Novembro de 1890 (hoje substituido pela nova lei de fallencias No. 859 de 16 de agosto de 1902), e quanto às liquidações forçadas das sociedades anonymas pela parte respectiva da lei. Achando-se assim revogada essa Parte 3ª do Codigo (arts. 797 a 913), não a fazemos reproduzir no texto completo do Codigo que damos adiante, mas faremos sempre, para comprehensão da doutrina, a transcripção dos artigos de que se fizer referencia. O art. 828, varias vezes referido, é de teor seguinte: Todos os actos do fallido, alienativos de bens de raiz, moveis ou semoventes, e todos os mais actos e obrigações, ainda mesmo que sejam de operações commerciaes, podem ser annullados, qualquer que seja a epocha em que fossem contrahidas, emquanto não prescreverem, provando se que nelles interveio fraude em damno de credores. — 2) Vide nota 1. - 3) Contra-fé é a copia do inteiro teor do requerimento ou mandado que o official de justiça, encarregado de qualquer citação, deve entregar á pessoa que vae citar afim de que ella fique informada convenientemente daquiello de que foi notificada.

As has already been stated, on each State devolves the duty of decreeing its process legislation. As a matter of fact however, no difference of legislation exists, as except in the case of some small and unimportant improvements, the Regulation No. 737 of 1850 has been adopted as law by all the States of the Brazilian Union.

No. 737 of 1850 has been adopted as law by all the States of the Brazilian Union. In order to give an idea of the rules of process to which commercial causes are in Brazil generally subordinated, the following is a statement of the principal rules enacted by the before mentioned Regulation of 1850.

Commercial jurisdiction as regards persons and acts.

All causes which are derived from rights and obligations under the dispositions of the Commercial Code come under commercial jurisdiction, providing one of

the parties is a merchant (Art. 18, additional Title, Code).

It is not sufficient, in order to decide the competency of the commercial jurisdiction, that both the parties, or either of them, be merchants, but it is essential that the cause of action should also be commercial; on the other hand, it is not sufficient that the cause of action should be commercial, but it is essential that both or one of the parties should be a merchant.

The party who is not a merchant is subject to commercial jurisdiction if he should have become a party to the subject matter of the action, or be heir, successor, assignee, representative, holder of titles and papers of commercial credit (Art. 277, Code), holder of personal or real property as security for commercial obligations (Art. 265 and 269, Code), holder of property alienated to the prejudice of commercial obligations (Art. 828, Code)¹), or the vendor in case of dispossession (Art. 215 Code).

Questions concerning real property, with the exception of those which occur in executions, or are derived from commercial mortgages (Art. 269, Code) or from the right of rescission which Article 8282) confers on the commercial creditor, do not come under commercial jurisdiction (Art. 191, Code 19, § 30. Additional Title.

Code).

There are also included in the commercial jurisdiction as regards persons and acts: 1. Questions of agreements, wages, rights, obligations, and responsibility of the officers of a crew and seafaring persons; — 2. Questions of agreement, salaries, rights, obligations, and responsibility of commercial auxiliary agents; — 3. Commercial acts practised by foreigners resident in Brazil (Art. 30, Code).

Summons.

The summons in commercial causes is made by Judge's order or mandate, by "precatoria" (a communication made from the judge in one district to the judge in another), by edicts, or with a certain time specified.

For the summons it is necessary: 1. That the officer charged with the service should read to the person to be summoned, the requisition of the party with the Judge's order or the mandate signed by the Judge, giving him the "contra-fé", and the summoned of the party with the Judge's order or the mandate signed by the Judge, giving him the "contra-fé", and the summons it is necessary: 1. That the officer charged with the service should read to the person to be summoned, the requisition of the party with the service should read to the person to be summoned, the requisition of the party with the service should read to the person to be summoned, the requisition of the party with the service should read to the person to be summoned, the requisition of the party with the Judge's order or the mandate signed by the Judge, giving him the "contra-fé".

thereto are presented to the judges by requisitions in writing. Every judge has a clerk who puts in order the particulars of the process, forming what are called autos (records). It is on these "autos" that the advocates write their case, pleadings and evidence, and the judges their rulings and decisions. To obtain this the clerks communicate with the advocates and judges, inscribing when sending them to the former the word — vista (seen) — and to the latter the word — conclusão — (conclusion).

¹⁾ Article 828 of the Code is included in Part III, which treats of Failures (Bankruptcies), and was entirely repealed, as to commercial bankruptcies, by Decree 917 of the 14th November 1890 (superseded by the Bankruptcy Laws No. 859 of the 16th August 1902 and more recently by the Decree No. 2044 of the 31st December 1908) and as to compulsory liquidation of joint stock companies by the part of the law relating to the same. Seeing that this portion of Part III of the Code (Arts. 797 to 913) has been repealed, we do not reproduce it in the complete text of the Code hereafter given, but in order that its tenour may be understood, we shall always reproduce the articles to which reference is made. Article 828 several times referred to is as follows: All acts of alienation of property, whether real or personal, by the bankrupt, and all other acts and obligations, even though they be commercial operations, may be annulled, whatever be the period when they were contracted, as long as they are not prescribed, on proving that fraud was practised to the prejudice of creditors. — 2) See note 1. — 3) "Contra-fé" (writ) is the copy of the requisition or mandate which the officer of justice charged with any summons has to deliver to the person to be summoned in order that he may be correctly informed of that for which he is being summoned.

na fé da citação¹), que passar no requerimento ou mandado, declare se deu contra-fé, e bem assim se a parte citada recebeu, ou não quiz receber.

A citação subentende-se feita para a audiencia seguinte, nunca para o mesmo dia da citação: e para o logar do costume, se outro não for designado.

A citação será feita por despacho, quando for dentro da Cidade, Villa, ou seus arrabaldes; e por mandado²), quando for dentro do Termo (circumscripção judicial).

A citação pessoal só é necessaria no principio da causa e da execução, citandose tambem a mulher do réo ou do executado, se a questão versar sobre bens de raiz.

Achando-se o réo fóra do lugar onde a obrigação foi contrahida, poderá ser feita a primeira citação na pessoa de seus mandatarios, administradores, feitores ou gerentes, nos casos em que a acção derivar de actos praticados pelos mesmo mandatarios, administradores, feitores ou gerentes. O mesmo terá lugar a respeito nas obrigações contrahidas pelos capitães ou mestres de navios, consignatarios e sobrecargas, não se achando presente o principal devedor ou obrigado.

A citação com hora certa é subsidiaria da citação pessoal, quando esta se não póde fazer por se occultar a pessoa que tem de ser citada, ou seja o réo, ou qualquer

dos mandatarios e propostos de que trata o artigo antecedente.

A citação por precatoria tem lugar quando a parte que tem de ser citada se acha em jurisdicção alheia ao Juiz perante o qual tem de responder.

Cumprida a precatoria pelo Juiz deprecado, mandará este citar a parte por

mandado ou com hora certa conforme o caso.

Oppondo a parte citada embargos á precatoria, serão estes remetidos ao Juiz deprecante para delles conhecer, salvo se demonstrarem evidentemente a incompe-

tencia do Juiz deprecante.

A citação por edictos tem lugar: 1.º Quando for incerto, ou inaccessivel por causa de peste ou guerra, o lugar em que se achar o ausente, que tem de ser citado; — 2.º Quando fôr incerta a pessoa que tem de ser citada; — 3.º Quando deverem ser citados os interessados na avaria grossa (art. 772, Codigo), não sendo conhecidos os seus procuradores; — 4.º Para a intimação de protesto judicial ao devedor ausente de que se não tiver noticia (art. 453 n. 3°, Codigo); — 5.º Em geral, quando forem desconhecidos os interessados em qualquer acto ou diligencia judicial, que seja necessario intimar as partes.

A citação inicial da causa torna a cousa litigiosa; induz a litispendencia; previne a jurisdicção, salvo sendo nulla ou circumducta a citação; interrompe a prescripção,

e constitue em mora o devedor.

Do foro competente.

As acções commerciaes serão propostas no fôro do domicilio do réo. Se forem mais de um os réos simultaneamente obrigados e diversos os domicilios, podem ser todos demandados naquelle que o autor escolher. Todavia, obrigandose a parte expressamente no contracto a responder em lugar certo, ahi será demandada, salvo se o autor preferir o fôro do domicilio.

Os herdeiros, successores, cessionarios, os chamados á autoria, os assistentes, oppoentes, responderão no fôro em que corre a causa. A obrigação do fôro do contracto passa para os herdeiros, successores e cessionarios.

Da acção ordinaria e sua proposição.

A acção ordinaria é competente em todas as causas para as quaes não estiver determinada alguma acção summaria, especial ou executiva. No Districto Federal cabe esta acção para as causas de valor excedente a 1:000 \$ 000.

¹⁾ Fé de citação é a certidão que passa o official de justiça narrando a citação que fez. — 2) Mandado é um documento assignado pelo juiz, no qual se ordena uma citação ou outra deligencia.

even though it may not be asked for; — 2. That in the "fé da citacão" 1) which he passes on the requisition or mandate, he should declare if he served the "contrafé", and if the party summoned received it or did not wish to receive it.

It is understood that the summons is served for the next sitting of the Court, never for the day of service; and in the customary place, should no other have been

designated.

The summons is served by Judge's order, when it is within the City, Town or

the suburbs; and by mandate²) when it is within the Term (judicial area).

Personal summons is only necessary in the beginning of the action and of the execution, the wife of the defendant or of the person against whom execution

is granted being also summoned if the question relates to real property.

Should the defendant be outside the place where the cause of action arose, the first service can be made on his madataries, administrators, managers or agents, in the cases in which the action arises from acts practised by the said mandataries, administrators, managers or agents. The same occurs in respect of obligations contracted by the captains or masters of ships, consignees and supercargoes, if the principal debtor or obligor is not present.

The summons with a certain time specified is subsidiary to the personal summons, when this cannot be effected by reason of the person to be served keeping out of the way, whether he be the defendant or any of the mandataries and persons

of which the preceding paragraph treats.

The summons "por precatoria" occurs when the party to be summoned is in a different jurisdiction from that of the Judge before whom he has to appear.

The "precatoria" having been complied with by the Judge applied to, the latter will summon the party by mandate or with a certain time specified as the case may be.

Should the party summoned oppose the "precatoria", his objections will be remitted to the first Judge for his judgment, unless the incompetency of the same

judge be clearly shewn.

Summons by edict occurs: 1. When the place where the absentee who has to be summoned is, is uncertain or unapproachable on account of epidemic or war; — 2. When the identity of the person to be summoned is uncertain; — 3. When those interested in general average (Art. 772, Code) have to be summoned, their agents being unknown; — 4. In the case of intimation of judicial protest to the absent debtor about whom there is no information (Art. 453 No. 3, Code); — 5. In general, when those interested in any act or judicial investigation which it is necessary to intimate to the parties, are unknown.

The initial notice of action in a cause makes the subject matter litigious;

The initial notice of action in a cause makes the subject matter litigious; suspends a pending suit between the same parties for the same cause of action; determines the jurisdiction, unless the summons be null or cancelled; stays prescrip-

tion and places the debtor in delay.

Forum Competens.

Commercial actions are commenced in the Court of the domicile of the defendant. Should the defendants simultaneously brought into the action be more than one and have different domiciles, all may be sued in the one the plaintiff may choose. If the party, however, be expressly obliged by the contract to appear in any fixed place, he will be sued there, unless the plaintiff should choose the court of the domicile.

The heirs, successors, assigns, those called to the case, the assistants, and opposing third parties, must appear in the Court in which the action is being tried. The obligation to appear in the Court where the action arises passes to the heirs, successors and assigns.

The Ordinary Action and its Commencement.

The ordinary action applies to all causes for which some summary, special or executive action has not been determined. In the Federal District this action is applicable to causes where the amount exceeds 1:000 \$000.

¹⁾ The "fé de citação" (certificate of service) is the certificate which the officer of justice passes particularizing the service of the summons. — 2) Mandate is a document signed by the judge, in which a summons or other service is ordered.

A acção ordinaria será iniciada por uma simples petição, que deve conter: 1.º O nome do autor e do réo; — 2.º O contracto, transacção ou facto dos quaes resultar, segundo o Codigo, o direito do autor e a obrigação do réo; — 3.º O pedido com todas as especificações e estimativa do valor, quando não for determinado; — 4.º A indicação das provas em que se funda a demanda.

Com a acção é o autor obrigado a juntar os documentos em que se ella funda.

Proposta a acção, na mesma audiencia se assignará o termo de dez dias para a contestação.

Das excepções.

Nas causas commerciaes só tém lugar as seguintes excepções: 1.° De incompetencia e suspeição do Juiz; — 2.° De illegitimidade das partes; — 3.° De litispendencia; — 4.° De cousa julgada.

As outras excepções, ou dilatorias ou peremptorias, constituem materia de defesa, e serão allegadas na contestação.

Da contestação.

A contestação deve conter simplesmente a exposição dos motivos e causas que podem illidir a acção. A ella se devem ajuntar os documentos em que se funda a acção. Na contestação deve o réo inserir, antes da allegação da materia de defesa, a arguição das nullidades da acção, citação, e de todos os actos e termos que tiverem occorrido até o ponto da contestação.

Offerecida a contestação, terão vista por dez dias cada um, o autor para replicar, e o réo para treplicar. Se a contestação, ou a replica, ou a treplica forem por negação 1), a causa ficará logo em prova á a requerimento de alguma das partes. Da mesma fórma se procederá quando o autor não replicar, ou o réo não treplicar no termo assignado.

Da reconvenção.2)

Se o réo quizer reconvir ao autor, proporá a reconvenção simultaneamente com a contestação no mesmo termo para ella assignado, e sem dependencia de previa citação do autor.

Da dilação das provas.

Posta a causa em prova, assignar-se-ha na mesma audiencia uma só dilação de vinte dias, e esta dilação correrá independentemente de qualquer citação.

Das provas.

São admissiveis no Juizo Commercial as provas seguintes: 1.° As escripturas publicas e instrumentos que são como taes considerados pelo Codigo Commercial e Leis Civis; — 2.° Os escriptos particulares; — 3.° A confissão judicial; — 4.° A confissão extrajudicial; — 5.° O juramento suppletorio; — 6.° O juramento in litem; — 7.° As testemunhas; — 8.° As presumpções; — 9.° O arbitramento; — 10.° O depoimento da parte; — 11.° As vistorias.

A respeito das provas dos contractos, guardar-se-ha o que está prescripto no Codigo Commercial a respeito dos contractos em geral (Titulo V, Parte I), e de cada

um delles em particular.

¹⁾ Diz-se contestar por negação quando o réo, em vez de responder circumstanciadamente às pretenções do autor, contidas no petição inicial, limita-se a negar que sejam verdadeiras. — Contesto por negação — é a formula devendo a parte em seguida protestar convencer afinal de facto e de direito. Essa formula de contestação é admissivel quando a questão é puramente de direito, que pode ser convenientemente respondida nas allegações finaes. — 2) Reconvenção é a acção do Reo contra o Autor e que aquelle processa cumulativamente na acção que o Autor lhe move. São duas acções que se processam numa só. E'o meio mais summario de se operarem as compensações ou de se liquidarem por differença os direitos e obrigações reciprocos do autor e do reo.

The ordinary action is commenced by a simple petition which must state:

1. The name of the plaintiff and of the defendant; — 2. The contract, transaction, act or deed from which, according to the Code, the right of the plaintiff and the liability of the defendant arise; — 3. The claim with all particulars and estimate of value, when such is not already determined; — 4. An indication of the proofs on which the claim is based.

The plaintiff is bound to produce in the action the documents on which the action is based.

The action being commenced, in the same sitting the period of ten days is assigned for the contestation (statement of defence).

Exceptions (pleas).

The following are the only exceptions in commercial actions: 1. In case of the legal incompetency or suspicion of the Judge. — 2. When the parties have no legal rights; — 3. In case of "litis pendencia" (the simultaneous existence of two actions for the same object before different courts); — 4. When the case has been already tried.

Other pleas, either dilatory or peremptory, constitute material for defence, and may be stated in the statement of defence.

Contestation (statement of defence).

The contestation must contain simply the reasons and causes which can refute the action. To it must be added the documents on which the action is based. In the contestation the defendant must insert, before that which he alleges as material of defence, the arguments in favour of the nullity of the action, the summons and of all the acts and processes which may have occurred up to the time of the contestation.

The contestation having been presented, ten days are allowed respectively to the plaintiff to reply and to the defendant to make rejoinder. If the contestation, the reply or the rejoinder takes the form of a denial 1), issue will be at once joined at the request of one of the parties in writing. The same procedure is adopted, should the plantiff not reply, or the defendant not make rejoinder during the period allowed.

Counterclaim.2)

Should the defendant wish to counterclaim against the plaintiff, he must present the counterclaim at the same time as the contestation, in the same period as allowed for it, and without reference to the previous citation of the plaintiff.

Extension of the proofs.

The action having commenced, there is assigned to it at the same sitting only one extension of 20 days, and this extension runs independently of any summons.

The proofs.

In the commercial jurisdiction the following proofs are admissible: 1. Public records and instruments considered as such by the Commercial Code and Civil Laws; — 2. Private documents; — 3. Judicial confession; — 4. Confession not judicial; — 5. Suppletory oaths; — 6. Oaths in litem; — 7. Witnesses; — 8. Presumptions; — 9. Arbitration; — 10. The deposition of the party; — 11. "Vistorias" (ocular inspection made by a judge with experts).

Regarding proofs of contracts, the provisions in the Commercial Code with regard to contracts in general (Title V, Part. I), and of each one of them in particular must be observed.

cular, must be observed.

^{1) &}quot;Contestar por negação" (to defend by denial) is the term employed, when the defendant, instead of answering circumstantially the claims of the plaintiff contained in the initial petition, contents himself by denying that they are true. — "Contesto por negação" (I defend by denial) — is the form employed, and the party must at once protest in order that his claims of fact and right may be recognized. — This form of contestation is allowed when the question is purely one of right, which can be conveniently answered in the final allegations. - 2) Counterclaim is the action of the defendant against the plaintiff, which the former brings together with the contestation which the plaintiff causes him to make. They are two actions, which are proceeded with as one only. It is the quickest method of adjusting the claims and liquidating the reciprocal rights and liabilities of the plaintiff and defendant.

Dos instrumentos.

Constituem prova plena absoluta: 1.º As escripturas, instrumentos publicos, e os actos que são como taes considerados pelo Codigo (arts. 21, 52, 569, 586, 587 e 633) e pelas Leis Civis; — 2.º Os actos authenticos passados em Paizes estrangeiros, conforme ás Leis respectivas, competentemente legalisados pelos Consules Brasileiros¹).

Constituem prova plena relativa: 1.º Os instrumentos particulares dos contractos commerciaes, entre as partes que os assignarem; — 2.º Os escriptos de transacções commerciaes de qualquer valor, contra o commerciante que os assignar (art. 22 do Codigo); — 3.° Os livros commerciaes, nos casos e pela fórma regulada nos arts. 20, 23 e 544 do Codigo.

A prova plena absoluta ou relativa admitte prova em contrario. A presumpção que a prova plena absoluta induz é extensiva aos terceiros, quanto á existencia do contracto, e dos factos e actos certificados no instrumento pelo Official publico, por se haverem passado na presença delle e das testemunhas.

A presumpção que a prova plena relativa induz é restricta ás partes contractantes e seus herdeiros, e comprehende não só a existencia do contracto, e dos actos e factos certificados no instrumento pelo Official publico, por se haverem passado na presença delle e das testemunhas, mas tambem os actos e factos referidos, narrados, ou enunciados, se elles têm relação directa com o contracto. Em todo caso os actos e factos referidos, narrados ou enunciados fazem prova plena contra aquelle que os refere, narra ou enuncia.

Não têm fé em Juizo os instrumentos publicos ou particulares e quaesquer documentos cancellados, raspados, riscados, borrados em logar substancial e sus-

peito, salvo provando-se que o vicio foi feito pela parte interessada nelle.

Tambem não produzirão effeito os instrumentos publicos ou particulares, e quaesquer documentos emendados ou entrelinhados em logar substancial e suspeito,

não sendo a emenda competentemente resalvada. São inadmissiveis no Juizo Commercial quaesquer escriptos commerciaes de obrigações contrahidas no territorio brasileiro, que não forem exarados no idioma nacional, salvo sendo estrangeiros todos os contrahentes, e neste caso deverão ser

apresentados competentemente traduzidos em lingua nacional (art. 125, Codigo). A traducção, salva a disposição do art. 62 do Codigo, será feita pelos interpretes nomeados pelas Juntas Commerciaes, e na falta ou impedimento destes por um interprete nomeado pelo Juiz a aprazimento das partes (arts. 16 e 62, Codigo).

À traducção feita na fórma do artigo antecedente tem fé publica (art. 62,

O original será exhibido logo que alguma das partes requerer. As disposições dos artigos antecedentes são extensivas aos actos authenticos, escriptos de obrigações commerciaes passados em paiz estrangeiro, e a quaesquer documentos e

livros escriptos em diversa lingua.

Entre os escriptos particulares, que servem de prova no Juizo Commercial, ou por si sós ou acompanhados de outras provas, comprehendem-se: 1.º Os instrumentos de contractos; — 2.º Os escriptos de transacções commerciaes e notas promissorias; — 3. A correspondencia epistolar; — 4. As quitações e recibos; — 5. As contas commerciaes, balanços, facturas, minutas de contractos e negociações, ou não reclamadas ou escriptas, ou assignadas pelas partes contra as quaes se produzem; — 6.º As notas do capitão do navio, o rol da equipagem da matricula (art. 543, Codigo).

Ajuntando-se copia, publica fórma, ou extracto de algum documento original, feito sem citação da parte, não farão prova, salvo sendo conferidas com o original na presença do Juiz pelo Escrivão da causa, ou por outro que for nomeado para esse fim, citada a parte ou seu procurador, lavrando-se termo da conformidade

ou differenças encontradas.

Se a parte interessada convier em que seja dispensada a conferencia, as sobreditas copias, publica fórma, ou extracto, valerão contra ella, mas não contra terceiro.

As certidões extrahidas das Notas Publicas ou dos autos pelos tabelliães e escrivães fazem prova, independentemente da conferencia.

¹⁾ E'o reconhecimento do principio: locus regit actum.

Documentary Evidence.

The following constitute full absolute proof: 1. Records, public instruments, and the acts which are considered as such by the Code (Arts. 21, 52, 569, 587 and 633) and by the Civil Laws; — 2. Acts duly authenticated and passed in foreign countries according to their respective laws, properly legalized by the Brazilian Consuls 1).

The following constitute full relative proof: 1. Private instruments of commercial contracts, between the parties who signed them; — 2. Documents of commercial transactions of whatever amount, against the merchant who has signed them (Art. 22, Code); — 3. Commercial books, in the cases and in the form set out in

Articles 20, 23 and 544 of the Code.

Full absolute or relative proof admits of proof to the contrary. The presumption which full absolute proof involves extends to third parties, as to the existence of the contract, and of the facts and acts certified in the instrument by the public official as having been passed in his presence and in the presence of witnesses.

The presumption which full relative proof involves is restricted to the contracting parties and their heirs, and comprehends not only the existence of the contract, and of the acts and facts certified in the instrument by the public official as having been passed in his presence and in the presence of witnesses, but also the acts and facts referred to, narrated or enunciated, if they are directly related to the contract. In every case the acts and facts referred to, narrated or enunciated are full proof against the person who so refers to, narrates or enunciates them.

Public or private instruments and any documents which have been cancelled, erased, struck out or blotted in a material and suspected part, are not admitted in the Courts, unless it is proved that the mutilation was done by the party inter-

ested.

Public or private instruments and any documents altered or interlined in a material and suspected part also are of no effect, unless the alteration has been duly validated.

Any commercial documents of obligations contracted in Brazilian territory, which are not couched in the national idiom, except when the contracting parties are foreigners, in which case they must be translated into the national tongue,

are inadmissible in the Commercial Court (Art. 125, Code).

The translation, except as set out in art. 62 of the Code, must be made by the interpreters appointed by the Commercial Councils, and failing these by an interpreter named by the Judge with the consent of the parties (Arts. 16 and 62, Code).

The translation made according to the preceding paragraph is admitted in the

Courts (Art. 62, Code).

The original must be shewn when either or any of the parties demand it. The dispositions of the preceding paragraph extend to the authenticated acts and documents of commercial obligations contracted in a foreign country, and to any documents

ments and books written in a foreign language.

Among the private documents which are admitted as proof in the Commercial Court either alone or accompanied by other proofs, are included: 1. Instruments of contracts; — 2. Documents of commercial transactions and promissory notes; — 3. Letters and correspondence; — 4. Quittances and receipts; — 5. Commercial accounts, balance sheets, invoices, notes of contracts and negotiations, either not reclaimed or written or signed by the parties against whom they are produced; — 6. Notes of the captain of a ship, the muster-roll (Art. 543, Code).

— 6. Notes of the captain of a ship, the muster-roll (Art. 543, Code).

The addition of a copy, in public form, or extract of any original document, made without summons on the party, does not constitute proof, unless it has been compared with the original in the presence of the Judge by the Clerk of the cause, or by someone nominated for the purpose, the party or his procurator having been summoned, the correctness or the differences encountered being registered.

Should it suit the interested party to dispense with the comparison, the above mentioned copies, in public form, or extracts, will have effect as against him, but

not as against a third party.

Certificates extracted from the Public Registries or from the "autos" or records by the notaries and clerks of the court constitute proof, independently of the comparison.

¹⁾ This is the recognition of the principle: locus regit actum.

Da confissão.

A confissão somente vale sendo livre, clara, certa, com expressa causa, versando sobre o principal e não sobre o accessorio, sendo feita pela parte em pessoa, ou

por procurador bastante e com poderes especiaes.

E' indivisivel, para não ser acceita em parte, e rejeitada em parte, se outra prova não houver. Constitue prova plena—relativa—e só póde ser retractada por erro de facto. A confissão tem lugar ou por termo nos autos, ou em depoimento, ou nas respostas ao Juiz, ou no acto da conciliação. A confissão extrajudicial sendo verbal só é admissivel nos casos em que o Codigo não exige a prova litteral. O Juiz lhe dará a fé que conforme o direito ella merecer. A confissão extrajudicial por escripto terá a mesma fé, que compete ao instrumento em que for ella feita.

Do juramento suppletorio.

O juramento suppletorio somente é admissivel, ou nos casos expressos no Codigo, ou nas demandas cujo valor não exceder a 400 \$ 000 reis. Não póde ser deferido senão pelo Juiz. Não tem lugar, ou quando a prova é plena, ou quando não ha prova alguma. Só póde ser deferido á pessoa que tenha razão de saber do facto. E' susceptivel de impugnação e o Juiz póde rejeital-o.

Do juramento in litem.

O juramento in litem tem lugar quando o réo deixa de restituir ou de apresentar o deposito, ou o penhor (art. 272, Codigo), ou quando aliena cousa litigiosa. O Juiz, previamente informado por peritos, estabelecerá a taxa até a qual somente póde ser crido o juramento do autor.

Este juramento só póde ser prestado pela propria parte.

Das testemunhas.

As testemunhas devem ser juramentadas conforme a Religião de cada uma,

excepto se forem de tal seita que prohiba o juramento.

Devem declarar seus nomes, prenomes, idades, profissão, estado, domicilio ou residencia, se são parentes, em que gráo, amigos ou inimigos, ou dependentes de algumas das partes.

Não pódem ser testemunhas o ascendente, descendente, marido, mulher, parente consanguineo, ou affin por Direito Canonico até o 2º gráo, e o menor de 14 annos.

Se alguma testemunha houver de ausentar-se, ou por sua avançada idade ou estado valetudinario houver receio de que ao tempo da prova já não exista, poderá, citada a parte, ser inquirida á a requerimento dos interessados, aos quaes será entregue o depoimento para delle se servirem quando e como lhes convier.

As testemunhas serão perguntadas ou reperguntadas somente sobre os factos allegados na acção, contestação, replica e treplica, e suas circumstancias.

As testemunhas podem comparecer independentemente da citação; mas, si forem citadas e não comparecerem, serão conduzidas debaixo de vara, e o Juiz

procederá contra ellas conforme Codigo do Processo Criminal¹).

As testemunhas serão inquiridas pelas proprias partes que as produzirem, ou por seus advogados ou procuradores, e reperguntadas e contestadas pela parte contraria, ou por seus advogados ou procuradores; os depoimentos serão escriptos pelo Escrivão, e rubricados pelo Juiz, que assistirá á inquirição para deferir juramento ás testemunhas e manter a ordem.

No acto da inquirição poderá o Juiz fazer ás testemunhas as perguntas que

julgar convenientes.

E' inadmissivel a prova testemunhal: 1.º Para prova dos contractos que, conforme o Codigo, só podem ser provados por escripto, ou cujo valor exceder a 400 \$ 000 reis; — 2.° Contra ou além do conteudo do instrumento de sociedade (art. 300, Codigo).

¹⁾ E'o art. 53 de Lei de 3 de Dezembro de 1871 que estatue sobre as penas em que incorre a testemunha que não attende á notificação para depôr. E'trazida preza e pode ser punida com prisão de 5 dias; alem disso se a súa falta determinar o adiamento de qualquer diligencia, responde pelas despesas judiciaes da nova diligencia.

Confession (Admissions).

Confession is only of value when it is free, clear, definite, explicit as to the matter, applying to the principal and not to the accessory, made by the party in

person or by his duly authorized procurator with special powers.

It must be complete and indivisible, so as not to be accepted in part and rejected in part, should there be no other proof. It constitutes full proof — relative — and can only be retracted on account of error of fact. Confession can occur in the "autos", in the depositions, in the replies to the Judge, or in the act of conciliation. Extrajudicial confession, being verbal, is only admissible in the cases in which the Code does not exact literal proof. The Judge will accept it on its merits. Written extrajudicial confession has the same force as the instrument in which it is made.

The suppletory oath.

The suppletory oath is only admissible in cases expressly mentioned in the Code, or in claims which do not exceed in value 400 \$000. It can only be accepted by the Judge. It does not take place either when the proof is full or when there is no proof. It can only be granted to the person who has knowledge of the fact. It is susceptible of being impugned and the Judge can reject it.

The oath in litem.

The oath in litem occurs when the defendant does not restore or produce the deposit, or the pledge (Art. 272, Code), or when he alienates the chose in action. The judge, previously informed by experts, will establish the limit up to which only can the oath of the plaintiff be accepted.

This oath can only be taken by the party himself.

The witnesses.

Witnesses must be sworn according to the religion of each, unless they belong to a sect which forbids the oath.

They must declare their Christian names, surnames, age, profession, state, domicile or residence, if they are relations, and in what degree, friends or otherwise, or dependent on any of the parties.

The ascendant, descendant, husband, wife, blood relation, or relation by the Canonical Law to the 2nd degree, and minors of less than 14 years, cannot act

as witnesses.

If any witness is unable to attend, or on account of his advanced age or infirm state, there is reason to suppose that at the time of the proof he will be dead, the party being summoned, an enquiry may be instituted, at the request of the interested parties, to whom the depositions must be delivered, for production when and as they may wish.

Witnesses must be examined or cross-examined only on the facts alleged in

the action, contestation, reply and rejoinder, and the circumstances.

Witnesses may appear independently of the summons, but should they be summoned and not appear, they then come under the jurisdiction, and the Judge can proceed against them according to the Code of Criminal Procedure 1).

Witnesses must be examined by the parties themselves who produce them, or by their advocates or procurators, and cross-examined and contested by the opposite side, or by their advocates or procurators; the depositions must be written by the Clerk, and initialled by the Judge, who must assist at the enquiry in order to administer the oath to the witnesses and to maintain order.

During the enquiry the Judge may ask the witnesses any questions he may

consider necessary.

Proof by witnesses is inadmissible: 1. For proof of those contracts which according to the Code can only be proved by writing, or the value of which exceeds 400 \$ 000; — 2. In opposition to or overstepping the contents of articles of partner-ship (Art. 300, Code).

¹⁾ Art. 53 of the Law of the 3rd December 1871 enacts what are the penalties to which a witness who does not answer to the subpoena is liable. He is arrested and may be punished with imprisonment for 5 days; besides this if his absence should cause the postponement of any diligence, he is answerable for the costs of the new diligence.

Qualquer que seja a quantia do contracto, a prova testemunhal é admissivel como subsidiaria ou complementar de outra prova por escripto.

Das presumpções.

As presumpções legaes ou são absolutas ou condicionaes.

São presumpções legaes absolutas os factos ou actos que a lei expressamente estabelece como verdade, ainda que haja prova em contrario, como—a cousa julgada.

Presumpção legal condicional é o facto ou acto que a lei expressamente estabelece como verdade, em quanto não ha prova em contrario (arts. 200, 305, 316, 432, 433, 434, 476, e outros, Codigo).

Estas presumpções dispensam do onus de prova áquelle que as tem em seu favor.

Presumpções communs são aquellas que a lei não estabelece, mas se fundam naquillo que ordinariamente acontece.

Estas presumpções devem ser deduzidas pelo juiz, conforme as regras do direito,

e com prudencia e discernimento.

As presumpções communs são admissiveis nos mesmos casos em que o é a prova testemunhal.

Do arbitramento.

O arbitramento terá lugar ou nos casos expressos no Codigo (arts. 80, 82, 95, 194, 201, 209, 215, 217, 749, 750, 776 e outros), ou quando o facto do qual depende a decisão final carece do juizo, informação, ou avaliação dos homens da arte, ou peritos.

Quando ás partes convier o arbitramento, devem requerel-o na acção, contes-

tação ou allegações finaes.

Proceder-se-ha ao arbitramento na dilação probatoria, sendo anteriormente requerido pelas partes, ou nos casos em que o Codigo o exige; terá, porém, logar afinal quando fôr decretado pelo juiz, ou ex-officio, ou a requerimento das partes.

A louvação será feita na audiencia aprazada, nomeando cada uma das partes os seus arbitradores, em numero igual. Este numero será marcado pelo juiz, salvo se as partes accordarem em um só.

Na mesma audiencia nomeará o Juiz¹) terceiro arbitrador.

Ao juiz compete a nomeação dos arbitradores ou á revelia das partes, ou quando o arbitramento fôr ex-officio, ou quando houver segundo arbitramento por divergencia dos tres arbitradores.

Os tres arbitradores consultarão entre si, e o que resolverem por pluralidade de votos será reduzido a escripto pelo terceiro arbitrador e assignado por todos, cumprindo ao vencido declarar expressamente as razões de divergencia.

Se nenhum accordo houver, e forem os tres arbitradores de opinião diversa, cada um escreverá o seu laudo como entender, dando as razões em que se funda e impugnando os laudos contrarios.

O arbitramento, no caso de accordo, ou havendo divergencia, os laudos serão escriptos em termos claros e precisos e conforme aos quesitos propostos.

Os quesitos dos advogados serão apresentados na audiencia da louvação, e os do juiz virão insertos ou mencionados no despacho pelo qual fôr o arbitramento decretado ou aprazado. O juiz não é adstricto ao arbitramento e póde mandar proceder a segundo, no caso de divergencia dos tres arbitradores.

Prestado o juramento, se não comparecerem no dia e lugar designado, ou não derem o laudo, ou concorrerem para que o arbitramento não seja feito no termo assignado, que o juiz prorogará razoavelmente, serão multados de 50 \$ a 100 \$, e pagarão as custas do retardamento e despezas do novo arbitramento, ao qual se

¹⁾ Assim se processa no Districto Federal, e em alguns Estados. Em outros o terceiro arbitrador é nomeado pelo juiz, mas dentre tres nomes indicados por cada uma dos partes.

Whatever the amount of the contract may be, proof by witnesses is admissible as subsidiary or complementary to written proof.

Presumptions.

Legal presumptions are either absolute or conditional.

The facts and acts which the law expressly establishes as the truth, even though there may be proof to the contrary, as in the case of a judgment, are absolute legal presumptions.

The fact or act which the law expressly establishes as the truth, so long as there is no proof to the contrary, is a conditional legal presumption (Arts. 200, 305, 316, 432, 433, 434, 476 and others, Code).

These presumptions relieve the person in whose favour they exist from the

Common presumptions (presumptions of fact) are those which are not established by law, but are founded on what in the ordinary course of things happens.

These presumptions must be accepted by the judge, according to the rules of law and with prudence and discernment.

Common presumptions (presumptions of fact) are admissible in the same cases as those in which proof by witnesses is admissible.

Arbitration.

Arbitration takes place either in the cases expressed in the Code (Arts. 80, 82, 95, 194, 201, 209, 215, 217, 749, 750, 776 and others) or when the fact on which the final decision depends requires judgment, information, or valuation by men of special knowledge, or experts.

When arbitration suits the parties, they must ask for it in the action, con-

testation or final allegations.

Arbitration must be proceeded with within the probatory extension of time, when the parties have previously asked for it, or in the cases in which the Code exacts it; it must take place, however, when it has been decreed by the judge, either ex officio, or at the request of the parties.

The arbitration must be held at the audience previously fixed, each of the parties naming his arbitrators, in equal number. This number must be determined

by the judge, unless the parties agree to have one only.

The Judge 1), in the same audience, must name a third arbitrator.

On the judge falls the duty of naming the arbitrators when the parties do not appear, when the arbitration is ex officio, or should there be a second arbitration owing to the three arbitrators being unable to agree.

The three arbitrators must consult with one another, and what they decide by a majority of votes must be reduced to writing by the third arbitrator and signed by all, it being the duty of the arbitrator in the minority to expressly declare his reasons for disagreement.

Should no agreement be arrived at, and should the three arbitrators hold different opinions, each one must give his decision as he understands it, giving the reasons on which it is founded, and why he disagrees with the other decisions.

The award, in case of agreement, or should there be disagreement, the several decisions must be written in clear and precise terms and in accordance with the

questions proposed.

The questions of the advocates must be presented in the audience of arbitration, and those of the judge must have been inserted or mentioned in the despatch decreeing or fixing the arbitration. The judge is not bound by the arbitration, and can order a second to be proceeded with, in case of disagreement of the three arbitrators.

Having taken the oath, should they not meet on the day and at the place designated, or should they not give the decision, or so act that the award may not be made in the period assigned, which the judge may extend within reason, they will be fined from 50\$ to 100\$ and must pay the costs of the delay and the

¹⁾ Such are the proceedings in the Federal District and in some of the States. In others the third arbitrator is named by the judge, but chosen from three names indicated by each of the parties.

procederá, nomeando o juiz o arbitrador ou arbitradores em lugar dos que faltarem.

Todavia será transferido o dia do arbitramento, ou prorogado o termo para elle

assignado, se a parte contraria concordar na transferencia ou prorogação.

O juiz deve denegar o arbitramento, quando o facto depende somente do testemunho commum, e não do juizo especial de peritos, ou quando delle não depende a decisão da causa.

Do depoimento da parte.

O depoimento da parte prova plenamente contra ella, mas não a favor, e sómente podem depor aquelles que estão na livre administração de seus bens.

Se a parte não comparece, ou comparece e não quer depor, é havida por con-

fessada.

Para que a parte seja obrigada a depor é essencial: 1.° Que os artigos sejam claros, precisos, não contradictorios, não criminosos, não diffamatorios, e nem meramente negativos; — 2.° Que os artigos versem sobre materia de facto e sobre cousa certa, e pertencente ou connexa com a causa.

Da vistoria.

A vistoria tem lugar ou sendo requerida pelas partes, como no arbitramento,

ou ex-officio, ou nos casos prescriptos no Codigo.

Se a vistoria depender de arbitramento, proceder-se-ha a elle na fórma indicada, com as differenças seguintes: 1.° O arbitramento ou os laudos divergentes serão escriptos no auto da vistoria pelos arbitradores; — 2.° Além dos quesitos escriptos, poderão o juiz e as partes dirigir aos arbitradores no acto da vistoria as perguntas convenientes.

No exame dos livros proceder-se-ha como dispõem os arts. 17 até 20 do Codigo. O juiz terá em attenção, nas vistorias que houve em lugar por occasião de avarias

grossas, a disposição dos arts. 618 e 772 do Codigo.

A vistoria não tem lugar: 1.° Quando o facto fôr sómente susceptivel do juizo de peritos; — 2.° Quando a inspecção occular fôr impraticavel em razão da natureza transeunte do facto; — 3.° Quando ella fôr desnecessaria, á vista das provas; — 4.° Quando fôr inutil em relação á questão.

A vistoria será reduzida a auto assignado pelo juiz, partes, advogados, arbi-

tradores e testemunhas.

Da prova dos usos commerciaes e do costume em geral.

A prova dos usos commercia esdos paizes estrangeiros (arts. 424 e 673 § 3°, Codigo) deve consistir: 1.° Em certidão extrahida da secretaria do Tribunal do Commercio¹), se do livro competente constar algum assento do mesmo Tribunal sobre o uso allegado; — 2.° Em algum acto authentico do paiz ao qual se refere o uso, competentemente legalisado pelo Consul brasileiro.

o uso, competentemente legalisado pelo Consul brasileiro.

Contra o assento do Tribunal só é admissivel algum acto authentico do paiz ao qual se refere o uso; illide-se tambem a prova do acto authentico, provando-se que elle não é authentico conforme a Lei do paiz em o qual foi passado.

Nos casos que conforme o Codigo (arts. 154, 169, 176, 186, 201, 291 e outros) são regulados pelos usos commerciaes das Praças do Brasil, devem esses usos ser provados ou por assento do Tribunal do Commercio, tomado conforme o respectivo Regimento, ou, em falta de assento, por um attestado do mesmo Tribunal sobre informação da Praça.

Quando sobre o uso allegado houver assento do Tribunal, a certidão respectiva basta para prova-lo, e contra elle é inadmissivel qualquer contestação

¹⁾ O Codigo creára os Tribunaes de Commercio aos quaes deu, alem de funcçãoes administrativas, funcções judiciarias no processo e julgamento das fallencias e a faculdade de tomar assentos sobre interpretação dos textos controvertidos, nas materias de sua competencia. Esses Tribunaes foram supprimidos pelo Decreto 2662 de 1875 que passou suas attribuições judiciarias para os Juizes de Commercia e as administrativas para ao as Juntas Commerciaes.

expenses of the new arbitration, which will be proceeded with, the judge naming the arbitrator or arbitrators in the place of those who have failed.

The day appointed for arbitration, however, may be adjourned, or the period assigned for it prorogued, if the opposing party consents to such adjournment or

The judge must refuse arbitration when the fact depends only on common testimony, and not on the special judgment of experts, or when the decision of the cause does not depend thereon.

The deposition of the party.

The deposition of the party is full proof against him, but not in his favour, and only those can depose who have the free administration of their property.

If the party does not appear, or appears and does not wish to depose, it is

understood that he has confessed.

In order to oblige a party to depose it is essential: 1. That the clauses be clear, precise, not contradictory, nor criminal, nor defamatory nor merely negative;

— 2. That the clauses apply to matters of fact and to a definite thing, and belonging to or connected with the cause.

"Vistoria."

"Vistoria" takes place at the request of the parties, as in arbitration, or ex

officio, or in the cases prescribed in the Code.

Should the "vistoria" be dependent on arbitration, it must be proceeded with in the mode indicated, with the following differences: 1. The arbitration or the divergent decisions must be written in the "auto de vistoria" by the arbitrators; — 2. Besides the written questions, the judge and the parties may direct to the arbitrators in the act of the "vistoria" the questions they may deem necessary.

In the examination of the books, the proceedings must be as set out in Articles 17 to 20 of the Code. The Judge must bear in mind, in the "vistorias" which take place on the occasion of general average, the provisions of the Articles 618 and 772

of the Code.

The "vistoria" does not take place: 1. When the fact can only be decided by the judgment of experts; — 2. When the ocular inspection is impracticable owing to the transitory nature of the fact; - 3. When it is unnecessary in view of the proofs; — 4. When it is useless in relation to the question.

The "vistoria" must be reduced to writing (auto), signed by the judge, the parties, advocates, arbitrators and witnesses.

The proof of trade customs and of custom in general.

The proof of the trade customs of foreign countries (Arts. 424 and 673 § 3rd, Code) must consist: 1. In a certificate taken out in the office of the Tribunal of Commerce 1), if the appropriate book contains some registry in the said Tribunal treating of the custom alleged; — 2. In some authentic act of the country to which the custom refers, duly authenticated by the Brazilian Consul.

Against the registry in the Tribunal, some authentic act of the country to which the custom refers is alone admissible; also the proof of the authentic act can be refuted, if it is proved that it is not authentic according to the law of the

country in which it took place.

In the cases which, according to the Code (Arts. 154, 169, 176, 186, 201, 291 and others), are regulated by the trade customs of the markets of Brazil, these customs must be proved either by registry in the Tribunal of Commerce, taken according to the Regulation applicable, or failing the registry, by an attestation of the same Tribunal from information of the market.

When there is registry in the Tribunal concerning the alleged custom, the corresponding certificate is sufficient to prove it, and against it any contestation

¹⁾ The Code has created the Tribunals of Commerce to which it has given, as well as administrative functions, judicial functions in the process and trial of failures and the faculty of registering entries on the interpretation of doubtful texts, in the materials with which they are competent to deal. These Tribunals were suppressed by the Decree 2662 of 1875, which transferred their judicial powers to the Commercial Judges and their administrative powers to the Commercial Councils.

que não seja sobre a identidade do caso: contra o attestado é admissivel qualquer

Não se considera como uso commercial o costume que houver em alguma Provincia em que não ha Praça de Commercio, e neste caso regerão os usos da Praça

Nos casos que o Codigo manda que sejão regulados pelo costume geral (arts. 234

e outros), será este provado por qualquer genero de prova.

O Juiz ou Tribunal que julgarem provado algum uso commercial, remetterão cópia da sentença ou decisão á Junta Commercial.

Das allegações finaes.

Na mesma audiencia em que se derem por findas as dilações a requerimento das partes, se assignarão dez dias á cada uma dellas para dizerem afinal por seu advogado, dizendo primeiro o autor e depois o réo. Findo o termo, o escrivão cobrará os autos com razões ou sem ellas, e, sellados e preparados, os fará logo conclusos ao Juiz.

Com as razões finaes poderão as partes ajuntar documentos, que não obtiveram durante a dilação, ou aquelles que versarem sobre questões, que de novo tenham occorrido.

Da sentenca definitiva.

Si, examinados os autos, o Juiz entender necessaria para julgar afinal alguma diligencia, ainda que lhe não tenha sido requerida nas allegações finaes, a poderá ordenar, marcando para isso o prazo conveniente.

Julgando o Juiz que a causa se acha em estado de ser decidida, dará sua sentença definitiva, condemnando ou absolvendo, em todo ou em parte do pedido, segundo for provado dos autos, devendo a condemnação ser de cousa ou quantia certa, salvo se a quantia, sendo incerta, puder ser liquidada na execução.

A sentença deve ser clara, summariando o Juiz o pedido e a contestação com os fundamentos respectivos, motivando com precisão o seu julgado, e declarando sob sua responsabilidade a Lei, uso ou estylo em que se funda.

Das acções summarias.

São summarias no Juizo Commercial e processadas conforme este Titulo: 1.º As acções de pequeno valor e não excedentes a 200\$0001); — 2.° As acções relativas ao ajuste e despedida dos individuos da tripolação (Tit.V, Parte II, Codigo), guardalivros, feitores e caixeiros (Tit. III, Cap. IV, Parte I, Codigo); — 3.° As acções para pagamento de salarios, commissões, alugueis ou retribuições devidas aos depositarios (art. 282, Cod.), guarda-livros, feitores e caixeiros (Tit. III, Cap. IV, Parte I, Cod.), trapicheiros e administradores de armazens de depositos (art. 96, Codigo), fiadores (art. 259, Codigo); — 4.° As acções relativas ao fornecimento de victualhas e

(art. 259, Codigo); — 4. As acções relativas ao fornecimento de victuamas e mantimentos para os navios; — 5.º As acções que derivarem da conducção e transporte, ou deposito de mercadorias (Caps. V e VI, Tit. III, Parte I, Codigo).

As acções summarias serão iniciadas por uma petição, que deve conter, além do nome do autor e réo: 1.º O contracto, transação, ou facto de que resulta o direito do autor e a obrigação do réo conforme a Legislação Commercial; — 2.º O pedido com todas as especificações e estimativa do valor, quando não for deter-

minado; — 3.º A indicação das provas em que se funda a demanda.

Na audiencia, para a qual for o réo citado, presente elle, ou apregoado e á sua revelia, o autor ou seu advogado lerá a petição inicial, a fé da citação 2); e, exhibindo o escripto do contracto nos casos em que o Codigo o exige, e os documentos que tiver, exporá de viva voz a sua intenção e depositará o rol das testemunhas.

Em seguida o réo ou seu advogado fará a defesa oral, ou por escripto, exhibindo os documentos que tiver e o rol das testemunhas.

¹⁾ No Districto Federal o processo summario compete ás causas de 500\$000 ate 1:000\$000, ás quaes por sua natureza não caiba alguma acção especial. — 2) Vide nota 1 a pagina 9.

which does not concern the identity of the case is inadmissible: any proof is admis-

sible against the attestation.

The custom which may exist in any Province, in which there is no Commercial Market, is not considered a trade custom, and in this case the customs of the neighbouring market rule.

In the cases which the Code orders to be regulated by the general custom

(Arts. 234 and others), this may be proved by any kind of proof.

The Judge or Tribunal which decides any trade custom as proved must send a copy of the sentence or decision to the Commercial Council.

The final allegations.

In the same audience in which the extensions of time at the request of the parties are concluded, ten days will be allowed to each of them to close the pleadings by his advocate, the plaintiff first pleading and afterwards the defendant. At the expiry of the term, the clerk will receive the "autos", with or without further arguments, and, they having been stamped and prepared, will present them as final to the Judge.

With the final pleadings the parties may add any documents which were not in their possession during the extension of time, or such as applied to matters which

had been resuscitated or recently happened.

The final judgment.

If, on an examination of the pleadings, the Judge should deem it necessary in order to arrive at a final decision on any question, although not asked to do so in the final allegations, he may order the question to be submitted to him, naming the time during which it must be proceeded with.

Should the Judge be of opinion that the cause can be at once decided, he must pronounce the judgment, condemning or absolving, in whole or in part, according to the evidence, the judgment being of a determined chose or amount, unless the

amount, being undetermined, can only be liquidated in the execution.

The judgment must be clear, and the Judge must sum up the claim and defence, with the pleadings on each side, giving clear and precise reasons for his judgment, and giving also on his own responsibility the law, usage or custom on which his decision is based.

Summary Actions.

In the Commercial Court the following are summary and are tried under this Title: 1. Actions of small amount not exceeding 200\$000¹); — 2. Actions relating to the agreement with and discharge of the members of a ship's crew (Title V, Part. II, Code), book keepers, managers and clerks (Title III, Chap. IV, Part. I, Code); — 3. Actions for the payment of salaries, commissions, hirings or payments due to depositaries (Art. 282, Code), book keepers, managers and clerks (Title III, Chap. IV, Part. I, Code), keepers of dock warehouses, storekeepers (Art. 96, Code), and sureties (Art. 259, Code); — 4. Actions relating to the furnishing of victuals and provisions for ships; — 5. Actions which arise from the carrying and transport or deposit of merchandise (Chap. V and VI, Title III, Part. I, Code).

Summary actions must be commenced by petition, which must contain, besides the name of the plaintiff and defendant: 1. The contract, transaction, or fact from which results the right of the plaintiff and the obligation of the defendant according to commercial legislation; — 2. The claim with all particulars and the estimated value when such is not exactly known; — 3. A statement of the proo s

on which the claim is founded.

At the hearing to which the defendant has been summoned, if he is present, or if his name has been called out and he has not appeared, the plaintiff or his advocate must read the initial petition, the certificate of service²); and producing the instrument of the contract, where the Code so requires, and the documents bearing thereon, must present his case vivâ voce, and deposit his list of witnesses.

The plaintiff or his advocate must reply, either orally or in writing, producing any

documents there may be, and the list of witnesses.

¹⁾ In the Federal District summary process is applied to causes of from 500\$000 to 1:000\$000, to which from their nature no special action applies. — 2) See note 1, page 9.

Depois da defesa terá lugar a inquirição das testemunhas, a qual, se não fôr concluida na mesma audiencia, será continuada nas seguintes, podendo o juiz marcar

audiencias extraordinarias para esse fim.

Findas as inquirições, arrazoando ou requerendo as partes o que lhes convier, ou verbalmente ou por escripto, o juiz fará reduzir a termo circumstanciadamente as allegações e requerimentos oraes, e depoimentos das testemunhas, e, autoado esse termo com a petição inicial, documentos, conciliação e allegações escriptas, será concluso ao juiz.

Conclusos os autos, o Juiz procederá ex-officio, ou a requerimento das partes, ás diligencias necessarias para julgar afinal, ou ao arbitramento nos casos em que o Codigo o determina.

A sentença do juiz será proferida na audiencia seguinte á conclusão do processo

ou das diligencias que tiver decretado.

Os depoimentos das testemunhas serão escriptos por inteiro e não resumidos: 1.º Quando alguma das partes o requerer á sua custa; — 2.º Quando a prova for somente testemunhal.

Esta fórma de processo é extensiva a qualquer acção, se as partes assim o con-

vencionarem expressamente.

Das acções summarissimas.

O recente Regulamento approvado pelo Decreto n.º 5561 de 19 de junho de 1905 e que consolidou as normas de processo vigentes no Districto Federal, dispoz acerca do processo summarissimo pela forma seguinte:

Nas causas até ao valor de 500 \$, a petição inicial deverá conter, além do nome

do autor e do réo:

I, o contracto, transacção ou facto de que resultem o direito do autor e a obrigação do réo, com as necessarias especificações e estimativa do valor, quando não for determinado;

II, a indicação das provas, inclusive o rol das testemunhas.

Citado o réo, a quem se dará cópia da petição inicial, e presente elle na audiencia aprazada com as suas testemunhas, que poderá levar, si as tiver, independente de citação, ou á revelia do mesmo réo, si não comparecer, o juiz ouvirá as testemunhas de uma e outra parte, mandando tomar por termo os seus depoimentos.

A citação da testemunha tão somente será ordenada, si a parte a requerer. Concluidas as inquirições e tomado o depoimento de qualquer das partes, si fôr requerido ou ordenado pelo juiz, serão ellas ouvidas verbalmente, juntando-se aos autos as allegações e documentos que offerecerem; depois do que serão conclusos, e o juiz proferirá sentença na seguinte audiencia.

Das acções especiaes.

Da assignação de dez dias.

Consiste esta acção na assignação judicial de dez dias para o réo pagar, ou dentro delles allegar e provar os embargos que tiver. Compete esta acção: 1.° A's escripturas publicas, e instrumentos que são como taes considerados pelo Codigo e Leis Civis; — 2.° Aos instrumentos de contractos commerciaes; — 3.° A's letras de cambio, e áquellas que conforme o Codigo têm a mesma força e acção (arts. 635 e 651, Codigo); — 4.° A's notas promissorias, ou escriptos de transacções commerciaes (art. 22, Codigo); — 5.° Aos conhecimentos de frete (art. 587, Codigo); — 6.° A's apolices ou letras de seguro para haver o segurador o premio do seguro (art. 675, Codigo); — 7.° A's facturas e contas de generos vendidos em grosso, não reclamadas no prazo legal, sendo assignadas pela parte.

Esta acção é incompetente para por ella se demandarem instrumentos illiquidos, ou cujas obrigações são dependentes de factos e condições que carecem de provas além das mesmas escripturas; salvo se esses factos e condições puderem ser pro-

vados incontinente por documentos ou confissão da parte.

Na audiencia seguinte á da citação do réo lhe serão assignados dez dias, ou para pagar, ou para dentro delles allegar por via de embargos as excepções e defesa que lhe assistirem.

Following on the defence, the examination of the witnesses must take place, which, if not finished at the same hearing, must be continued at following ones, the judge being empowered to fix extraordinary hearings for this purpose.

When the examinations are finished, and the parties have argued or made their requests as suited them, either verbally or in writing, the judge must order the oral allegations and requests with all details, and the depositions of witnesses, to be reduced to writing, and, they having been joined to the records along with the initial petition, documents, settlement and written allegations, must be finally presented for judgment.

After the foregoing have been finally presented, the Judge must proceed either ex officio or at the request of the parties, to the investigations necessary to arrive at a final judgment, or to arbitration in such cases as the Code determines.

The judgment of the Court must be delivered at the hearing next succeeding the conclusion of the process or of the investigations which the judge may have decreed.

The depositions of the witnesses must be written out in full and not abbreviated: 1. When either of the parties asks for it at his own cost; — 2. When the proof is only of witnesses.

This form of process is applicable to any action, if the parties expressly so

agree.

Ultra-summary Actions.

The recent Regulation approved by the Decree No. 5561 of the 19th June 1905. which consolidated the rules of process in force in the Federal District, determines ultra-summary process as follows:

In causes up to the value of 500\$, the initial petition must contain, besides

the names of the plaintiff and defendant:

I. The contract, transaction or fact from which the right of the plaintiff and the obligation of the defendant result, with the necessary particulars and estimated value, when this is not exactly known;

II. The indication of the proofs, including the list of witnesses.

The defendant, to whom a copy of the initial petition must be given, having been summoned, and himself being present at the appointed hearing with his witnesses, which he must produce, if he has them, whether subpœnaed or not, or not appearing, the judge must hear the witnesses of one and the other party, ordering their depositions to be taken down.

A witness will be subprenaed only in the case of the party requesting it.

The enquiries having been concluded and the depositions of any or either of the parties having been taken, should this be asked for or ordered by the judge, they must be questioned verbally, any allegations or documents which they present being added to the records; after this the case will be considered as finished, and the judge will pronounce judgment at the next sitting of the Court.

Special actions.

The assignment of 10 days.

This action consists in the judicial assignment of ten days for the defendant to pay, or within the period to allege and prove the objections he may have. To this form of action belong: 1. Public records and instruments which are so considered by the Code and Civil Laws; — 2. Instruments of commercial contracts; — 3. Bills of exchange, and such instruments as according to the Code have the same force and action (Arts. 635 and 651 Code); — 4. Promissory notes or writings of commercial transactions (Art. 22, Code); — 5. Bills of lading (Art. 587, Code); — 6. Insurance policies in order that the insurer may have the insurance premium (Art. 675, Code); - 7. Invoices and accounts of goods sold wholesale, not protested within the legal period, being signed by the party.

This action cannot be maintained where instruments still unsettled are demanded or where the obligations are dependent on facts and conditions which require proofs beyond those already in writing; unless these facts and conditions can be proved

immediately by documents or the confession of the party.

At the next hearing to that to which the defendant has been summoned ten days must be assigned, either to pay, or during which to allege by means of objections the exceptions and defence which may help him.

A proposição da acção rescisoria do contracto não induz litispendencia para a acção de dez dias proveniente do mesmo contracto. Todavia, havendo já alguma sentença pronunciando a nullidade do contracto, o autor não poderá levantar a importancia da execução sem prestar fiança.

Findos os dez dias, o escrivão passará certidão de haverem decorrido, e fará os autos conclusos, sellados e preparados com os embargos e provas, ou sem elles

se não forem produzidos nos dez dias.

Conclusos os autos, se o réo não oppuzer embargos, ou os embargos que oppuzer forem improcedentes por sua materia, o Juiz o condemnará, e a sentença será executada não obstante quaesquer recursos.

Se o réo oppuzer embargos revelantes e os provar cumpridamente nos dez dias

assignados, o Juiz os receberá para dar logar á discussão.

Sendo relevantes os embargos oppostos, mas não provados cumpridamente nos dez dias, o juiz os receberá; mas, não obstante, condemnará o réo, e a sentença será

executada, prestando o autor fiança.

Recebidos os embargos com condemnação, e extrahida a sentença respectiva, ou recebidos sem condemnação, se dará vista ao autor para contestal-os, e proseguirá desde esse termo a causa ordinariamente, conforme o processo estabelecido para as acções ordinarias.

Também compete esta acção aos escriptos particulares, se forem previamente reconhecidos em juizo pela parte que os tiver escripto e assignado, ou assignado somente.

Se a parte citada para reconhecer em juizo a sua assignatura não comparecer na audiencia para que foi citada, ficará esperada para a immediatamente seguinte, e, não comparecendo nessa, será reconhecida a sua assignatura á revelia, e logo no mesmo acto assignados os dez dias.

Se a parte comparecer por si ou seu procurador e negar a assignatura, será absolvida da instancia, e o autor usará da acção ordinaria, ou daquella que lhe

competir, depositando previamente as custas da instancia.

Se a parte ou seu procurador reconhecer a assignatura, mas negar a obrigação, terá logar, não obstante e no mesmo acto, a assignação dos dez dias.

Assignados os dez dias, seguir-se-ha, quanto aos referidos escriptos, o mesmo

processo aqui estabelecido.

A acção de assignação de dez dias só tem logar entre as proprias partes contractantes, e os endossadores de letras e papeis de credito commerciaes.

Do deposito.

A acção de deposito é competente somente contra o depositario, e não contra

os seus herdeiros e successores, e para a restituição e entrega do deposito.

A petição inicial deve consistir em requerer o autor que o réo, em 48 horas, que correrão no cartorio e da intimação judicial, entregue, sob pena de prisão, ou o deposito, cuja quantidade e qualidade serão declaradas circumstanciadamente, ou o seu equivalente estimado pelo autor, sob juramento, se não estiver declarado no contracto (art. 284, Codigo).

A petição inicial para ser admissivel será instruida com a escriptura ou escripto

de deposito (art. 281, Codigo).

O Juiz, prestado o juramento pelo autor, mandará passar mandado de notificação com o prazo e comminação referidos.

O réo não póde ser ouvido sem o effectivo deposito do equivalente.

Effectuado o deposito do equivalente, o réo poderá allegar no termo de cinco dias somente os seguintes embargos: 1.° Falsidade; — 2.° Roubo, ou perecimento do deposito por caso fortuito ou força maior, succedidos antes da mora.

Vindo o réo com os seus embargos, se assignará uma dilação de dez dias para as provas, finda a qual, e depois de arrazoarem o autor e réo, dentro de cinco dias cada um, serão os autos conclusos, e o Juiz julgará afinal.

Se o réo nada allegar dentro das 48 horas, autoada a petição inicial, escriptura ou escripto de deposito, fé da citação, juramento, e certidão do escrivão de haverem

The commencement of an action for rescinding a contract does not suspend the action of ten days arising out of the same contract. Should, however, a judgment have been pronounced annulling a contract, the plaintiff cannot take the amount to which he has been declared entitled without giving security.

At the end of the ten days, the clerk of the court must certify that the period has elapsed, and must close the records, stamped and sealed, and prepared with the objections and proofs, or without them should they not have been produced

during the ten days.

On the records being closed, if the defendant does not present objections, or if the objections which he presents are not justified on account of their matter, the judge must condemn him, and the judgment must be executed notwithstanding any further action.

Should the defendant present relevant objections to the action, and duly prove them during the ten days assigned, the Judge must receive them for discussion.

Should the objections be relevant but not duly proved during the ten days, the Judge must receive them; but must condemn the defendant notwithstanding,

and the judgment must be executed, the plaintiff giving security.

The objections having been received with condemnation, and the respective judgment extracted, or having been received without condemnation, the plaintiff must be notified to contest them, and must thereafter proceed as in an ordinary cause, according to the process established for ordinary actions.

To this form of action also belong private writings, if they have been previously legally recognized by the party who has written or signed them, or only signed them.

Should the party summoned to have his signature legally recognized not appear at the sitting to which he has been summoned, he will be awaited at the sitting next following, and should he not appear at this, his signature will be recognized in his absence, and simultaneously the ten days will be assigned.

Should the party appear personally or by his procurator, and deny the signature, he must be absolved from the instance, and the plaintiff must proceed by ordinary action, or by that to which his claim applies, having previously deposited the costs

of the instance.

Should the party or his procurator admit the signature, but deny the obligation, the assignment of ten days must simultaneously take place notwithstanding.

The period of ten days having been assigned, the same process here established,

as to the writings referred to, must be followed.

The action of assignment of ten days only takes place between the contracting parties themselves and the indorsers of commercial bills and papers of credit.

Deposit.

The action of deposit can be brought only against the depositary, and not against his heirs and successors, and for the restitution and delivery of the deposit.

The initial petition should consist in the plaintiff seeking that the defendant in 48 hours, which must commence from the judicial intimation, deliver, under penalty of imprisonment, either the deposit, the quantity and quality of which must be circumstantially declared, or its equivalent according to the opinion of the plaintiff, under oath, if it has not been declared in the contract (Art. 284, Code).

The initial petition to be admissible must be supported with the registered

document or written instrument of deposit (Art. 281, Code).

The Judge, when the plaintiff has sworn, must order the notification to be

made out, with the time and penalty referred to.

The defendant cannot be heard without having made the deposit of the equivalent.

Having made the deposit of the equivalent, the defendant can allege in the period of five days only the following objections: 1. Falsification; - 2. Robbery or destruction of the deposit through accident or by vis major, if such has happened before the expiry of the time.

The defendant having come with his objections, an extension of ten days must be assigned for the proofs, at the end of which time, and after the arguments for the plaintiff and defendant, within five days for each, the particulars must be

closed, and the Judge must pronounce final judgment.

Should the defendant allege nothing within the 48 hours, and the initial petition, the registered document or written instrument of deposit, the certificate of service, decorrido as 48 horas sem contestação, serão os autos conclusos, e o Juiz mandará passar mandado de prisão, ao qual nada obstará senão o deposito do equivalente.

E' licito ao réo, depositado o equivalente, oppor embargos ao mandado de

prisão.

Julgando o Juiz improcedentes os embargos oppostos á notificação, ou ao mandado de prisão, ou lançado o réo dos embargos por não vir com elles no termo assignado, será entregue ao autor o equivalente depositado por simples mandado, não obstante quaesquer recursos.

Esta acção é extensiva a todos aquelles que, conforme o Codigo, são considerados depositarios, como os trapicheiros e administradores de armazens de depositos (arts. 87, 91 e 98, Codigo), conductores ou commissarios de transportes (art. 114, Codigo).

Do penhor.

Da remissão do penhor.

Depositado o preço da divida por mandado do juiz e com citação do réo, o autor, ajuntando o conhecimento do deposito, e escriptura ou escripto do contracto, requererá a entrega do penhor.

O processo que compete a esta acção é o mesmo do deposito (art. 276, Codigo), mas, além dos embargos admittidos no deposito, póde o réo allegar tambem que — a divida não está inteiramente paga.

Excussão de penhor.

Vencida a divida a que o penhor serve de garantia, não a pagando o devedor, ou não convindo em que a venda se faça de commum accordo (art. 275, Codigo), terá logar a excussão do penhor.

O autor, ajuntando a escriptura ou escripto do contracto, requererá que seja o réo citado para a avaliação e arrematação do penhor, que será para esse fim de-

positado.

Na audiencia para a qual fôr o réo citado, proporá o autor a sua acção, offerecendo a petição inicial e certidão do deposito do penhor: ao réo se concederá vista por 5 dias para a contestação, que sómente póde consistir em falsidade, pagamento, compensação, novação e transacção.

Findos os 5 dias serão os autos conclusos, e o Juiz receberá, ou rejeitará in

limine os embargos.

Se forem recebidos, se assignará uma dilação de dez dias para a prova, depois da qual, arrazoando o autor e réo dentro de cinco dias cada um, serão julgados

Se forem rejeitados in limine, ou julgados afinal não provados, ou se o réo não comparecer na audiencia para a qual foi citado, ou não contestar no termo assignado, proceder-se-ha á venda do penhor por intermedio de agente de leilões ou corretor, expedindo-se para esse fim mandado do Juiz, do qual deve constar a avaliação.

Das soldadas.

Esta acção compete aos individuos da tripolação (art. 564, Codigo), ou aos

seus herdeiros (arts. 561 e 562, Codigo).

Esta acção é sómente competente para as soldadas vencidas, e não para aquellas que forem devidas no caso de rompimento da viagem, ou de despedida por causa não justa (arts. 547 e seguintes, e 554 e seguintes, Codigo).

Não póde ser proposta pelos individuos da tripolação, senão tres dias depois

da descarga (art. 563, Codigo).

A petição inicial desta acção deve conter, além dos nomes do autor e réo: 1.º O contracto ou ajuste com as especificações necessarias, como o tempo e o preço das soldadas; — 2.º A quantia das soldadas vencidas; — 3.º Indicação das provas em que se funda a demanda.

Nesta petição deve o autor requerer que o réo seja citado para ver jurar as

soldadas vencidas, e pagal-as.

the oath, and the certificate of the clerk of the Court that the 48 hours have passed without contestation, having been entered in the records, they will be deemed closed, and the judge must pass the order for imprisonment, which nothing but the deposit of the equivalent will prevent.

It is lawful for the defendant, having deposited the equivalent, to present

objections to the order for imprisonment.

Should the Judge find the objections to the notification or to the order for imprisonment not justified, or the defendant deprived of the value of the objections, because of his not having presented them in the period assigned, the equivalent must be delivered to the plaintiff by simple order, notwithstanding any further action.

This action applies to all those who, according to the Code, are considered depositaries, such as keepers of dock warehouses and store keepers (Arts. 87, 91 and 98, Code), carriers and transport commission agents (Art. 114, Code).

Pledge.

The redemption of pledges.

The value of the debt having been deposited by judicial order and with notice to the defendant, the plaintiff, when he has produced the receipt for the deposit along with the registered document or written contract must seek for delivery of the pledge.

The process applicable to this action is the same as that which applies to deposit (Art. 276, Code), but, besides the defences allowed in actions of deposit, the defendant can also plead that the debt is not fully discharged.

Seizure of the pledge.

The debt for which the pledge serves as security having become due, the debtor not statisfying it, or not agreeing that the sale shall be made by common accord

(Art. 275, Code), seizure of the pledge must take place.

The plaintiff, joining the authenticated copy of the contract or the contract itself, must apply for the defendant to be summoned for the valuation and auction

of the pledge, which must be deposited for the purpose.

At the sitting to which the defendant has been summoned, the plaintiff must propound his action, presenting the initial petition and the certificate of the deposit of the pledge: the defendant will be allowed 5 days during which to present his defences, which can only consist of falsification, payment, set-off, renewal and agreement.

At the end of 5 days the pleadings will be closed, and the Judge must accept

or reject the defences at the outset.

Should they be accepted, an extension of ten days must be assigned for the proof, at the end of which time, the plaintiff and defendant being allowed five days

each for reply and rejoinder they must be finally judged.

Should they be rejected at the outset, or finally judged as not proved, or should the defendant not appear at the sitting to which he has been summoned, or not plead within the time assigned, the pleage must be sold by an auctioneer or broker, the Judge's order, which must give the valuation, being issued for the purpose.

Wages.

This action applies to the members of a ship's crew (Art. 564, Code), or to their

heirs (Arts. 561 and 562, Code).

This action can only be brought for wages which have become due, and not for those owing in the case of an uncompleted voyage, or of discharge for an unjust cause (Arts. 547 and following, and 554 and following, Code).

It cannot be commenced by the members of the crew, unless three days have elapsed after the discharge (Art. 563, Code).

The initial petition of this action must contain, besides the names of the plaintiff and defendant: 1. The contract or agreement with the necessary particulars, such as the duration and rate of wages; — 2. The amount of the wages which have become due; — 3. A statement of the proofs on which the claim is based.

In this petition the plaintiff must apply for the defendant to be summoned

to attend at the swearing of the wages due, and to pay them.

A petição inicial deve ser instruida com a nota do capitão (art. 543, Codigo),

se não fôr elle quem propuzer a acção.

Na audiencia para a qual fôr o réo citado, presente elle, ou apregoado e á sua revelia, prestará o autor o juramento.

O réo não é ouvido sem depositar a quantia jurada.

Quando o individuo da tripolação deixar de ajuntar a nota dos arts. 543 do Codigo, allegando que o capitão lh'a recusara, o juramento inicial deve versar não só sobre as soldadas vencidas, como tambem sobre a recusa.

Depositada a quantia jurada, se assignará ao réo o termo de 5 dias para contestar, findos os quaes seguir-se-ha a dilação das provas de dez dias, e depois de arrazoarem

o autor e réo dentro de cinco dias cada um, será a causa julgada afinal.

Se o réo fôr condemnado na quantia pedida, e não obstante a appellação, por simples mandado levantará o autor o deposito.

Se o autor fôr o capitão e a sua conta tiver sido contestada, não póde levantar

o deposito sem fiança (art. 535, Codigo).

Dos seguros.

Esta acção é somente competente para a indemnisação do sinistro.

A acção de seguros terá logar em juizo arbitral¹), se as partes assim o estipularem na apolice (art. 667 § 11, Codigo), ou por compromisso posterior.

Na petição inicial pedirá o autor que o réo seja condemnado a pagar a indemnisação do sinistro, em 15 dias, que lhe serão assignados em audiencia, ou allegar e provar dentro delles os embargos que tiver.

Na mesma petição póde o autor requerer que se lhe tome por termo o abandono, nos casos em que tem logar (art. 753, Codigo), e que seja intimado o réo ao mesmo

tempo da citação da acção.

A petição inicial deve ser instruida com a apolice ou minuta do seguro (arts. 666 e 667, Codigo), conta e documentos respectivos (art. 730, Codigo), prova litteral das clausulas do art. 671 do Codigo, e do tempo da viagem (art. 720, Codigo); e todos os documentos necessarios, como denuncias (art. 719, Codigo), reclamações (art. 721, Codigo).

Tomado por termo o abandono, será o réo intimado e citado para a acção.

Na audiencia para a qual fôr o réo citado, lhe serão assignados 15 dias para

pagar ou dentro delles allegar e provar os seus embargos.

O réo póde allegar nos 15 días todos os embargos que tiver, como: 1.° Nullidade; — 2.° Fraude; — 3.° Falsidade; — 4.° Não responsabilidade (art. 711, Codigo); — 5.° Omissão culposa da denuncia e reclamação (arts. 719 e 721, Codigo); — 6.° Avaliação fraudulenta (art. 700, Codigo); — 7.° Falta de declaração na apolice do valor do navio segurado (art. 692, Codigo); — 8.° Incompetencia do abandono (art. 753, Codigo).

Não tendo sido o objecto do seguro avaliado na apolice, será a avaliação feita na execução, conforme as regras estabelecidas no Capitulo III, Titulo VIII, Parte II

do Codigo.

Findos os 15 dias, serão os autos conclusos ao Juiz, e se procederá quanto aos embargos e fórma desta acção pelo mesmo processo estabelecido para a assignação de dez dias.

Das acções executivas.

Compete esta acção para cobrança: 1.º Dos fretes de navios (Tit. VI, Parte II, Codigo); — 2.º Dos fretes e alugueis de transporte por agua ou por terra (Cap. VI, Tit. III, Parte I, Codigo); — 3.º Das despezas e commissões de corretagem (art. 64, Codigo).

¹⁾ O juizo arbitral havia sido instituido pelo Codigo como obrigatorio para certos casos e foi regulado pelo Regulamento 737 de 1850, do artigo 411 a 475. A Lei No. 1350 de 11 de Setembro de 1866 tornou o Juizo arbitral sempre voluntario e o Decreto No. 3900 de 26 de Junho de 1867 regulou o modo de seu funcionamento. Deve ser instituido mediante compromisso judicial ou extrajudicial das partes, capazes para transigir.

With the initial petition the note of the captain must be joined (Art. 543,

Code), should it not be he himself who has commenced the action.

At the sitting to which the defendant has been summoned, should he be present, or should his name have been called out and he have not replied, the plaintiff must present his case under oath.

The defendant will not be heard without having deposited the amount sworn to. Should the member of the crew omit to join the note specified in Art. 543 of the Code, alleging that the captain has refused it to him, the initial oath must

apply not only to the wages due, but also to the refusal.

When the amount sworn to has been deposited, 5 days must be assigned to the defendant during which to plead, at the end of which time an extension of the proofs for ten days must follow, and after the plaintiff and defendant have been allowed five days each for reply and rejoinder, the cause must be finally judged.

Should the defendant be condemned to pay the amount sought, and not with-

standing an appeal, the plaintiff may by simple order take possession of the deposit. Should the plaintiff be the captain and his account have been contested, he cannot withdraw the deposit without giving security (Art. 535, Code).

Insurance.

This action only applies to indemnity against loss.

The insurance action must take place in the arbitration court 1), if the parties have so stipulated in the policy (Art. 667 § 11, Code), or if they have previously

In the initial petition the plaintiff must apply that the defendant be condemned to pay the indemnity for the loss within 15 days, which must be assigned to him at the sitting, or to allege and prove within this period the objections he may have.

In the same petition the plaintiff may apply that the subject of the insurance be abandoned, in the cases where it may take place (Art. 753, Code), and that the defendant be so notified at the same time as he is served with the notice of action.

With the initial petition the policy or minute of insurance (Arts. 666 and 667, Code), the account and respective documents (Art. 730, Code), the literal proof of the clauses of Art. 671 of the Code, and of the duration of the voyage (Art. 720, Code) must be joined; also all the necessary documents, such as informations (Art. 719, Code), and claims (Art. 721, Code).

The abandonment having been entered, the defendant must be notified and

summoned to the action.

At the sitting to which the defendant has been summoned, 15 days must be

assigned during which he must pay, or allege and prove his objections.

The defendant may allege during the 15 days all the objections he may have, such as: 1. Nullity; — 2. Fraud; — 3. Falsification; — 4. That he is not responsible (Art. 711, Code); — 5. Culpable omission of the informations and claim (Arts. 719 and 721, Code); — Fraudulent valuation (Art. 700, Code); — 7. Omission to declare in the policy the value of the ship insured (Art. 692, Code); — 8. Invalidity of the abandonment (Art. 753, Code).

If the object insured has not been valued in the policy, the valuation must be made in the execution, according to the rules established in Chapter III, Title VIII

Part. II of the Code.

The 15 days having expired, the records must be delivered to the Judge as final, and the same procedure as to the objections and to the form of this action must be adopted as that established for the assignation of ten days.

Executive Actions.

By means of this action recovery can be made: 1. Of ship's freights (Tit. VI, Part. II, Code); — 2. Of freights and transport hire by water or by land (Chap. VI, Tit. III, Part. I, Code); — 3. Of the expenses and commissions of brokerage (Art. 64 Code).

¹⁾ The arbitration court was established as compulsory by the Code in certain cases and was regulated by Rule 737 of 1850, from Article 411 to Article 475. Law No. 1350 of the 11th September 1866 made the arbitration court always voluntary and Decree No. 3900 of the 26th June 1867 regulated its manner of working. It must be employed with the judicial or extrajudicial agreement of the parties, capable of so acting.

Para ser concedido o mandado executivo é essencial que a petição que o requer seja instruida com os documentos seguintes: 1.º Com a carta de fretamento ou conhecimento de frete e recibo de descarga e entrega; — ou 2.º Com a cautela e recibo respectivo (arts. 100 e 109, Codigo); — ou 3.º Com as facturas ou minutas das negociações, ou certidões extrahidas dos livros dos corretores.

O mandado executivo deve determinar que o réo pague incontinenti, ou se proceda á penhora nos bens que elle offerecer ou lhe forem achados, tantos o quanto

bastem para os pagamento da divida e custas.

Accusada a penhora, serão assignados seis dias ao réo para allegar seus embargos.

Si dentro dos seis dias o réo não allegar embargos, será a penhora julgada por sentença, e se proseguirá nos termos ulteriores, como na execução da sentença.

Todavia, poderá o réo appellar da referida sentença.

Dentro dos seis dias assignados, poderá o réo produzir testemunhas e protestar pelo depoimento da parte.

Com os embargos, documentos, e prova testemunhal, se a houver, serão os

autos conclusos ao Juiz, que receberá ou rejeitará os embargos.

Si forem recebidos os embargos, o juiz assignará ao autor cinco dias para contestal-os; depois da contestação terá logar a dilação das provas que será de dez dias, e arrazoando o autor e réo, dentro de cinco dias cada um, será a causa julgada afinal.

Si forem rejeitados, se procederá á execução.

Si o réo appellar, não poderá o autor sem fiança receber o pagamento.

Quando a penhora executiva fôr para pagamento de fretes, será feita nas mercadorias que deverem os fretes sómente nos casos seguintes: 1.° Si tiverem sido préviamente embargadas, ou depositadas a requerimento do capitão (arts. 527 e 619, Cod.), ou pelo commissario ou conductor; — 2.° Si ainda se acharem em poder do dono ou consignatario, dentro ou fóra das estações publicas (arts. 527 e 619, Codigo).

Si as mercadorias depositadas ou embargadas tiverem sido vendidas, por serem de facil deterioração, ou de guarda arriscada e dispendiosa, a penhora se fará de

preferencia no preço dellas.

Da execução.

Do ingresso da execução.

Da extracção da sentença.

A carta de sentença¹) somente, é necessaria quando a causa excede a alçada do Juiz; isto é, se da sentença cabe recurso.

Si a causa cabe na alçada não se extrahe sentença, mas mandado executivo

em o no qual deve ser inserta a sentença do Juiz.

Também não é necessaria a carta de sentença, e basta o mandado do Juiz, quando a parte vencida se conforma com o julgado e quer satisfazer a condemnação.

Do juiz e partes competentes para a execução.

E' competente para a execução: 1.º O Juiz da causa principal ou aquelle que o succeder; — 2.º O Juiz do termo em que estão situados os bens, precedendo carta precatoria executoria do Juiz da causa principal.

A execução compete: 1.º A' parte vencedora; — 2.º Aos seus herdeiros; —

3.º Ao subrogado, cessionario e successor singular.

E' competente a execução contra: 1.° A parte vencida; — 2.° Os herdeiros, ou successores universaes; — 3.° O fiador; — 4.° O chamado á autoria; — 5.° O successor singular, sendo a acção real; — 6.° O comprador ou possuidor de bens hypothecados (art. 269 § 20, Codigo), segurados (art. 676, Codigo), ou alienados em fraude de execução, e em geral contra todos os que recebem cousa do vencido, como o comprador da herança; — 7.° Todos os que detêm os bens em nome do

¹⁾ Carta de sentença é o instrumento que se extráe de um processo depois do julgamento e no qual se transcrevem as peças necessarias para ser o julgado executado.

In order that an executive mandate may be granted, it is essential that the following documents be joined to the petition by which it is applied for: 1. The charter-party or bill of lading and receipt of discharge and delivery; — or 2. The warrant and relative receipt (Arts. 100 and 109, Code); — or 3. The invoices or minutes of the negotiations, or certificates extracted from the brokers' books.

The executive mandate must order that the defendant should pay immediately, or the goods which he offers or which are found will be seized, in so far as they

are necessary for satisfaction of the debt and costs.

The seizure having been effected, six days must be assigned to the defendant

during which to allege his objections.

If during the six days the defendant has not alleged objections, judgment of seizure must be passed, and the same procedure must be followed, as in the case of execution of a judgment.

The defendant may however appeal against the judgment.

During the six days assigned, the defendant may produce witnesses and protest by the deposition of the party.

With the objections, documents, and proof by witnesses, should there be any, the records must be closed, and the judge must accept or reject the objections.

Should the objections be accepted, the judge must assign five days to the plaintiff for reply; after the reply an extension of the proofs for ten days must take place, five days each being allowed to the plaintiff and defendant for further pleadings, after which they must be closed.

Should the objections be rejected execution must follow.

If the defendant should appeal, the plaintiff cannot enforce payment without

When the executive seizure is for payment of freight, it may be made on the merchandise for which freight is owing, only in the following cases: 1. If it has previously been arrested, or deposited on the application of the captain (Arts. 527 and 619, Code), or by the commission agent or carrier; — 2. If it should still be in possession of the owner or consignee, within or outside the public stations (Arts. 527 and 619, Code).

If the merchandise deposited or arrested should have been sold, owing to its perishable nature, or as being dangerons or expensive to keep, the seizure must

preferentially be made on the proceeds.

Execution.

The commencement of the execution.

The drawing up of the judgment.

The "carta de sentença" (writ of execution) is only necessary when the cause extends beyond the jurisdiction of the Judge; that is, in case relief may be sought from the judgment.

Should the cause be within the jurisdiction, judgment is not drawn up, but

an executive mandate which must contain the decision of the Judge.

A writ of execution is also unnecessary, the mandate of the Judge being sufficient, when the party against whom the decision has been given conforms to the judgment and wishes to satisfy that to which he has been condemned.

The judge and the parties who are competent for the execution.

Execution may be issued: 1. By the Judge of the principal cause, or by whomsoever may succeed him; - 2. By the Judge of the district where the goods are, when there is an executive application from the Judge of the principal cause.

Execution may be carried out: 1. By the judgment creditor; — 2. By his

heirs; — 3. By his subrogate, assign and singular successor.

Execution may be issued against: 1. The judgment debtor; — 2. The heirs or universal successors; — 3. The surety; — 4. A joint party to the action; — 5. The singular successor, when the action refers to real property; — 6. The buyer or person in possession of property hypothecated (Art. 269, § 20, Code), insured (Art. 676, Code), or alienated to avoid execution, and in general against all those who receive any thing from the judgment debtor, such as the buyer of an inheri-

^{1) &}quot;Carta de sentença' is the instrument which is drawn up from a record after judgment and in which are transcribed the details necessary for execution against the party condemned.

vencido, como o depositario, o rendeiro, o inquilino quanto a esses bens somente; — 8.º O socio.

A respeito dos bens da mulher casada e do menor, não commerciantes, guardar-

se-ha o direito civil¹).

Consideram-se alienados em fraude de execução os bens do executado: 1.º Quando são litigiosos, ou sobre elles pende demanda; — 2.º Quando a alienação é feita depois da penhora, ou proximamente a ella; — 3.º Quando o possuidor dos bens tinha razão para saber que pendia demanda, e outros bens não tinha o executado por onde pudesse pagar.

A sentença não é exequivel contra o terceiro que possue bens do commerciante fallido, alienados em fraude dos credores, mas é essencial contra o mesmo terceiro

acção competente e directa.

Sendo o fiador executado, póde offerecer á penhora os bens do devedor, si os tiver desembargados, mas si contra elles apparecer embargo ou opposição, ou não forem sufficientes, a execução correrá nos proprios bens do fiador até effectivo e real embolso do exequente (art. 261, Codigo).

Os bens particulares dos socios não podem ser executados por dividas da socie-

dade, senão depois de executados todos os bens sociaes (art. 350, Codigo).

O credor particular de um socio só póde executar os fundos liquidos, que o devedor possuir na companhia ou sociedade, não tendo este outros bens desembargados, ou si depois de executados os que tiver, não forem sufficientes para o pagamento (art. 292, Codigo).

Tambem não póde ser executado nenhum navio na sua totalidade por dividas particulares de um comparte; mas a execução terá logar no valor do quinhão do devedor, sem prejuizo da livre navegação do mesmo navio, prestando os mais com-

partes fiança idonea (art. 483, Codigo).

Si o executado não tem bens no termo da causa principal, ou os que tem são insufficientes, expedir-se-ha carta precatoria executoria, dirigida ao Juiz do termo onde são situados os bens para proceder á penhora, avaliação e arrematação delles.

A decisão dos embargos oppostos no fôro da situação dos bens compete ao Juiz da causa, a quem serão remettidos sem suspensão.

Si o executado possue bens no termo da causa principal e em outro termo, a execução delles não será simultanea, mas successiva, sendo executados primeiramente uns e depois outros, salvo si os bens de um e outro termo forem manifestamente insufficientes.

Das sentenças illiquidas.

A liquidação tem logar: 1.° Quando a sentença versa sobre fructos e cousas que consistem em peso, numero e medida; — 2.° Quando a sentença versa sobre interesses, perdas e damnos; — 3.° Quando a acção é universal ou geral

Das sentenças liquidas.

Da nomeação.

Sendo a sentença liquida, será o executado citado para pagar ou nomear bens á penhora nas 24 horas seguintes á citação.

Da penhora.

Si o executado dentro das 24 horas não pagar, ou não nomear bens á penhora, proceder-se-ha effectivamente á penhora passando-se mandado.

¹⁾ As disposições do Direito civil que possam ser applicadas ao caso são somente as referentes á assistencia do marido, em relação á mulher casada e do pae e tutor em relação ao menor. O Direito Civil não prescreve disposições especiaes relativas á penhora e execução dos bens da mulher casada ou do menor, para pagamento de dividas pelas quaes sejam responsaveis.

tance; — 7. All those who detain property in the name of the judgment debtor, as the depositary, the hirer, the tenant, as to the particular goods only; — 8. The partner.

With regard to the goods of married women and of minors, who are not traders,

the Civil Law must be observed 1).

The goods of the party against whom execution is issued are considered alienated to avoid execution: 1. When they are subject to litigation, or are threatened therewith;

— 2. When the alienation is made after the seizure, or immediately before;

— 3. When the person in possession of the goods had reason to think that litigation was threatened, and that the party against whom execution is issued had not other goods with which to pay.

The execution judgment cannot be issued against a third party who holds the goods of a bankrupt trader, alienated to defraud creditors, a competent and

direct action against such third party being necessary.

Should the surety be the person against whom execution is issued, he can offer for seizure the goods of the debtor, if they are free, but if any objection or opposition to this should appear, or if they should be insufficient, execution may be levied against the goods of the surety, until the judgment debt has been effectively and absolutely discharged to the execution creditor (Art. 261, Code).

The private property of partners cannot be seized for debts of the partnership, except after all the partnership property has been taken in execution (Art. 350, Code).

The private creditor of a partner can only proceed to execution against the net funds which the debtor possesses in the partnership or society, if the debtor has no other free property, or if after execution has been levied on that which he has, there is not sufficient for the payment (Art. 292, Code).

Also execution cannot be issued against any ship as a whole for the private debts of a co-owner; the execution in such case must take place in regard to the value of the share of the debtor, without prejudice to the free navigation of the

ship, the other co-owners giving proper security (Art. 483, Code).

Should the party against whom execution is issued not possess property in the district of the principal cause, or should that which he does possess be insufficient, an executory request must be made, directed to the Judge of the district where the property is, to proceed to its seizure, valuation and sale by auction.

The decision of the objections raised in the place where the property is situated comes under the jurisdiction of the judge of the cause, to whom they must be

remitted without suspensive effect.

Should the person against whom execution is issued possess property in the district of the principal cause and also in another district, the execution against it must not be simultaneous, but successive, first in the one and afterwards in the other district unless the property in both districts is manifestly insufficient.

Judgments for unliquidated damages.

Liquidation takes place: 1. When the judgment applies to produce and things which are estimated by weight, quantity and measure; — 2. When the judgment applies to interest, losses and damage; — 3. When the action concerns universitates rerum or collection of things.

Judgments for liquidated amounts. Specification.

Where the judgment is for a liquidated sum, the person against whom execution is issued must be summoned either to pay or to specify the property for seizure within the 24 hours following the summons.

The Seizure.

If the person against whom execution is issued does not pay or specify the property for seizure within 24 hours, the seizure must be made, an order being passed for the purpose.

¹⁾ The provisions of the Civil Law which can be applied to the case are only those referring to the assistance of the husband, in relation to the married woman, and of the father and guardian in relation to the minor. The Civil Law does not prescribe special provisions regarding the seizure of and execution against the property of married women or minors for payment of the debts for which they are responsible.

A penhora póde ser feita em quaesquer bens do executado, guardada a ordem seguinte: 1.º Dinheiro, ouro, prata e pedras preciosas; — 2.º Titulos de divida publica, e quaesquer papeis de credito do Governo; — 3.º Moveis e semoventes; — 4.º Bens de raiz ou immoveis; — 5.º Direitos e acções.

Entre os immoveis comprehendem-se as embarcações (art. 478, Codigo).

A penhora deve ser feita em tantos bens quantos bastem para o pagamento, sob responsabilidade dos officiaes de justiça.

Para que se faça penhora em dinheiro do executado existente em mão de ter-

ceiro, é preciso que este o confesse no acto da penhora.

Si o devedor confessar no acto da penhora, assignando o auto respectivo, será havido como depositario, a cuja pena e responsabilidade fica sujeito, si dentro em tres dias, que lhe serão assignados, o não entregar ou depositar.

O executado que esconder os bens para não serem penhorados, ou deixar de possuil-os por dólo, será preso até que entregue os bens, ou o seu equivalente, ou até um anno, si antes não entregar.

Não podem ser absolutamente penhorados os bens seguintes: 1.° Os bens inalienaveis; — 2.° Os ordenados e vencimentos dos magistrados e empregados publicos; — 3.° Os soldos e vencimentos dos militares; — 4.° As soldadas da gente de mar, e salarios dos guarda-livros, feitores, caixeiros e operarios; — 5.° Os equipamentos dos militares; — 6.° Os utensilios e ferramentas dos mestres e officiaes de officios mecanicos, que forem indispensaveis ás suas occupações ordinarias; — 7.° Os materiaes necessarios para as obras; — 8.° As pensões, tenças e montepios, inclusive o dos servidores do Estado; — 9.° As sagradas imagens e ornamentos de altar, salvo si forem de grande valor; — 10.° Os fundos sociaes pelas dividas particulares do socio (art. 292, Codigo); — 11.° O que fôr indispensavel para a cama, vestuario do executado e de sua familia, não sendo precioso; — 12.° As provisões de comida que se acharem na casa do executado.

São sujeitos á penhora, não havendo absolutamente outros bens: 1.° O vestuario que os empregados publicos usam no exercicio das suas funcções; — 2.° Os livros dos Juizes, professores, advogados e estudantes; — 3.° As machinas e instrumentos destinados ao ensino, pratica ou exercicio das artes liberaes e das sciencias; — 4.° Os fructos e rendimentos dos bens inalienaveis; — 5.° Os fundos liquidos que o executado possuir na companhia ou sociedade commercial a que pertencer (art. 292, Codigo).

Os bens especificados nos paragraphos seguintes só podem ser penhorados verificando-se as clausulas que nelles se contém: 1.º Os bens particulares dos socios por dividas da sociedade, depois de executados primeiramente todos os bens sociaes (art. 350, Codigo); — 2.º As machinas, bois, cavallos, que forem effectiva e immediatamente empregados nas fabricas de mineração, assucar, lavoura de cannas, sendo penhorados juntamente com as mesmas fabricas (lei de 30 de agosto de 1833)¹); — 3.º Os navios, guardada a disposição dos arts. 479 e seguintes do Codigo.

Da avaliação.

Accusada a penhora, e decorridos os seis dias sem embargos, proceder-se-ha á avaliação.

Dos editaes e prégões.

Feita a avaliação se passarão editaes, os quaes serão affixados na Praça do Commercio e casa das audiencias, e impressos em os jornaes no dia da affixação e da arrematação.

¹⁾ O art. 8 do Regulamento para as execuções civeis e commerciaes, approvado pelo Dec. 9549 de 23 de Janeiro de 1886, estatue que — o privilegio de integridade, decretado pelo Lei de 1833, a que se refere o texto, em favor das fabricas de mineração e assucar, só terá lugar nas execuções por dividas que não forem provenientes de creditos hypothecarios ou e penhor agricola.

Seizure may be made on any property of the person against whom execution is issued, the following sequence being observed: 1. Money, gold, silver and precious stones; — 2. Public securities, and any Government documents of credit; — 3. Movable property and live stock; — 4. Real or immovable property; — 5. Choses in action.

Ships and boats are included in the designation immovable property (Art. 478,

Code).

Seizure must be made on as much property as will be sufficient for the payment,

under the responsibility of the officers of justice.

In order to effect seizure of money belonging to the person against whom execution is issued, but held by a third person, it is necessary that the latter should confess at the time of seizure.

If the third person confesses at the time of seizure, he himself signing the record of the proceedings, he must be considered as the depositary, and as such subject to the penalty and responsibility thereto attaching, unless within three days, which must be assigned to him, he either delivers or deposits the subject matter.

Should the person against whom execution is issued conceal the property to avoid seizure, or purposely avoid taking possession of it, he must be kept under arrest until he delivers the property or its equivalent, or for one year, if he should

not deliver it before that period has elapsed.

The following property is absolutely exempt from seizure: 1. Inalienable property; — 2. The salaries and earnings of magistrates and of persons employed in public offices; — 3. The pay and earnings of soldiers; — 4. The pay of seafaring people, and the salaries of book-keepers, managers, clerks and workmen; — 5. Military equipments; — 6. Utensils and tools of the heads and skilled workmen of manufacturing establishments, which are indispensable to their usual occupations; — 7. The materials necessary for building and other works; — 8. Pensions, regular payments for past services and annuities, including State pensions; — 9. Sacred images and altar ornaments, unless they are of great value; — 10. Partnership funds for the private debts of a partner (Art. 292, Code); — 11. What is indispensively sable for the bed and clothing of the person against whom execution is issued and of his family, so long as they are not of fancy value; — 12. Food and provisions found in the house of the person against whom execution is issued.

If there is absolutely no other property, the following are subject to seizure: 1. The clothing which public functionaries use in the exercise of their calling; 2. The books of judges, professors, advocates and students; — 3. Machines and instruments used in instruction, or in the practice or exercise of the liberal arts and science; — 4. The produce of and receipts from inalienable property; — 5. The net funds which the person against whom execution is issued possesses in the society

or trading partnership to which he belongs (Art. 292, Code).

The property specified in the following paragraphs can only be seized in accordance with the clauses which refer to it: 1. Private property of the partners for debts of the partnership, after execution has been effected on all the partnership property (Art. 350, Code); — 2. Machines, oxen, horses, which have been effectively and up to the time of execution employed in mining and sugar mills, and in the culture of sugar cane, seizure taking place along with the said mills (Law of the 30th August 1833)1); — 3. Ships, always observing the provisions of the Articles 479 and following of the Code.

The valuation.

The seizure having been effected, and the six days having elapsed without objections, the valuation must be proceeded with.

The public notices and public cries.

After the valuation has been made, public notices must be issued, which must be exhibited in the Commercial Market-place (Exchange) and in the Court where the sittings are held, and printed in the newspapers on the day when they are exhibited and when the auction takes place.

¹⁾ Article 8 of the Regulation for civil and commercial executions, approved by Decree 9549 of the 23rd of January 1886, enacts that — the privilege of exemption, decreed by the Law of 1833, which is referred to in the text, in favour of mining and sugar mills, shall only occur in executions for debts which do not arise from mortgage claims or from agricultural pledges.

As despezas da impressão se comprehenderão nas custas.

E' licito não só ao executado, mas tambem á sua mulher, ascendentes e descendentes remir ou dar lançador a todos ou a algum dos bens penhorados até a assignatura do auto da arrematação ou publicação da sentença de adjudicação¹), sem que seja necessaria citação do executado para dar lançador.

Si a penhora fôr em dinheiro, se affixarão editaes marcando o prazo de dez dias aos credores incertos para poderem requerer a sua preferencia; si não comparecerem os credores incertos chamados pelos referidos editaes, ou os credores certos citados pessoalmente, passar-se-ha mandado de levantamento ao exequente.

Da arrematação.

A arrematação será feita no dia e logar annunciados, publicamente; presentes o Juiz, escrivão e porteiro, e expostos os objectos que devem ser arrematados, ou as amostras, sendo possivel.

A arrematação solemnemente feita não se retracta, ainda havendo quem offereça maior lanço.

Si o arrematante ou o seu fiador não pagar o preço da arrematação nos tres dias seguintes ao acto da arrematação, será preso o arrematante até que o pague,

e contra o fiador se procederá executivamente.

O preço da arrematação não póde ser levantado sem fiança: 1.º Pendendo embargos ou apellação, salvo os casos expressos; — 2.º Pendendo a acção de nullidade; — 3.º Quando do registro do navio arrematado consta que elle está obrigado por algum credito privilegiado (art. 477, Codigo).

O preço da arrematação não póde ser levantado havendo embargo ou protesto

de preferencia ou rateio por parte de outro credor.

Das sentenças sobre acção real, ou cousa certa, ou em especie.

Quando o réo fôr condemnado por sentença a entregar cousa certa, será citado

para, em dez dias, fazer a entrega della.

Si o réo dentro em dez dias não entregar a cousa por ter sido alienada depois de litigiosa, a sentença será executada contra o terceiro, de cujo poder se tirará a cousa, sem que seja ouvido antes de ser ella depositada.

Póde tambem o exequente, em vez de executar a sentença contra o terceiro, executar o condemnado pelo valor della, se já si achar estimado na sentença, ou requerer o juramento in litem.

Si o vencido não tiver com que pague a estimação da cousa que alienou em fraude da execução, será preso até pagar, ou até um anno si antes não pagar.

Dos embargos.

Dos embargos do executado.

Nenhuns embargos serão oppostos na execução, senão nos termos seguintes: 1.° Depois de feita a penhora dentro dos seis dias seguintes; — 2.° Depois do acto da arrematação, mas antes da assignatura da carta de arrematação ou adjudicação²).

Nas execuções das acções reaes, os embargos somente teem logar dentro dos dez dias assignados para a entrega da cousa, mas seguro o Juizo com dinheiro, ouro,

prata, pedras preciosas, ou titulos e papeis de credito equivalentes.

São admissiveis na execução, com suspensão della, e propostos conjunctamente nos seis dias seguintes á penhora, os embargos: 1. $^{\circ}$ De nullidade do processo

¹⁾ Adjudicação é o acto pelo qual se transfere ao credor exequente a propriedade da cousa executada, quando não encontra arrematante na venda judicial. — 2) Vide nota anterior.

The expenses of printing must be included in the costs.

It is lawful not only for the person against whom execution is issued, but also for his wife, his ascendants and descendants to redeem, or to name a bidder for, all or part of the property seized, up to the time of the signing of the document for sale by auction or the publication of the judgment of adjudication 1), without its being necessary for the person against whom execution is issued to be summoned to name a bidder.

Should the seizure be of money, public notices must be exhibited, giving a period of ten days during which unknown creditors can apply for preference; if no unknown creditors appear in obedience to the said notices, nor the known creditors personally summoned, an order must be issued to the execution creditor that

he may have possession.

The sale by auction.

The sale by auction must be made publicly, on the day and at the place advertized, in the presence of the Judge, the clerk of the court and the auctioneer, and the objects which have to be sold, or samples or patterns must be exposed to view, where possible.

A sale by auction made with the due observance of all formalities cannot be retracted, even although there should be someone who makes a higher bid.

Should the successful bidder or his surety not pay the purchase-money of the auction within the three days next succeeding the auction, he must be imprisoned until he pays, and the surety must be proceeded against by way of execution.

Possession of the proceeds of the auction cannot be had without security:

1. Pending objections or appeal, save in certain cases; — 2. Pending an action of nullity; — 3. When from the register of a ship put up for auction it appears that it is secured to some privileged creditor (Art. 477, Code).

Possession cannot be had of the proceeds of the auction should there be an

objection or claim of preference or to a proportionate share, on the part of another

creditor.

Judgments in actions for recovery of real property, or for a certain thing, or things em especie (res fungibiles).

When the defendant has been condemned by judgment to deliver a certain thing, he must be summoned to make delivery of it within ten days.

Should the defendant not deliver the thing within ten days, because he has parted with it after the conclusion of the action, the judgment must be executed against the third person, from whose possession it must be taken, without his being heard before it is deposited.

The execution creditor may also, instead of executing the judgment against

the third person, proceed to execution against the party condemned for its value, if it should have been already valued in the judgment, or seek the oath in litem. Should the party against whom judgment has been given not have wherewith to pay the value of the thing he has parted with to avoid execution, he must be placed under arrest until payment, or for one year if he should not pay sooner.

Objections.

Objections of the execution debtor.

No objections will be admitted in the execution, except during the following periods: 1. Within six days after the seizure has been made; — 2. After proceeding to the sale by auction, but before the signing of the document for the carrying out of the sale by auction or the adjudication²).

In executions in actions for recovery of property, objections must only take place within the ten days assigned for the delivery of the thing, on security being given to the Court in money, gold, silver, precious stones or equivalent securities and documents of credit.

Against the execution with its suspension, the following objections put forward during the six days following the seizure, are admissible: I. Nullity of the process

¹⁾ Adjudication is the act whereby the property in the thing against which execution is issued passes to the execution creditor when there has not been a successful bidder at the judicial sale, - 2) See preceding note.

e sentença com prova constante dos autos, ou offerecida incontinente; — 2.° De nullidade, e excesso da execução até a penhora; — 3.° De moratoria; — 4.° De concordata; — 5.° De compensação (arts. 439 e 440, Codigo); — 6.° De declaração de quebra; — 7.° De pagamento, novação, transacção, e prescripção supervenientes depois da sentença, ou não allegados e decididos na causa principal; — 8.° Infringentes do julgado com prova incontinente do prejuizo, sendo oppostos: a) Pelo menor e pessoas semelhantes, ás quaes compete restituição; — b) Pelo revel; — c) Pelo executado, offerecendo documentos obtidos depois da sentença.

São por igual admissiveis na execução, com suspensão della, e propostos conjunctamente depois do acto da arrematação, e antes de assignada a carta de arrematação ou adjudicação, os seguintes embargos: 1.° De nullidade, desordem ou excesso da execução, depois da penhora até a assignatura das cartas de arrematação ou adjudicação; — 2.° De pagamento, novação, transacção, compensação, prescripção, moratoria, concordata, declaração de quebra, supervenientes depois da penhora; — 3.° De restituição.

São admissiveis na execução das acções reaes os seguintes embargos: 1.° Nullidade do processo e execução com prova constante dos autos ou produzida incontinente; — 2.° De nullidade e excesso da execução; — 3.° De retenção de bemfeitorias; — 4.° Infringentes do julgado com prova produzida incontinente, sendo oppostos: a) Pelo menor, ou pessoas semelhantes, ás quaes compete restituição; — b) Pelo chamado á autoria; — c) Pelo executado, com documentos havidos depois da sentença.

A nullidade do processo somente póde ser allegada por embargos na execução, si fôr preterida alguma formula ou termo substancial do processo commercial.

Quaesquer outros embargos, correrão em apartado, sem prejuizo da execução.

Offerecidos os embargos dentro dos seis dias da penhora, serão conclusos ao Juiz que os receberá ou rejeitará in limine.

Si forem recebidos, se assignará o termo de cinco dias para a contestação, findos os quaes terá logar a dilação das provas, e ao depois arrazoando successivamente o embargante e embargado no prazo de 5 dias cada um, serão os embargos julgados afinal.

Da sentença que julgar provados os embargos haverá appellação em ambos os effeitos¹); e da sentença que os julgar não provados a appellação será somente no effeito devolutivo.

Dos embargos de terceiro.

Os embargos de terceiro somente podem ser oppostos nos termos marcados

para os do executado.

Vindo algum terceiro com embargos á execução, porque a cousa penhorada lhe pertence por titulo habil e legitimo, e tendo posse natural ou civil com effeitos da natural, ser-lhe-ha concedida vista para allegar e provar os seus embargos dentro em tres dias.

Provando o terceiro embargante nos referidos tres dias os seus embargos, ou por documentos, ou por testemunhas, serão recebidos, e se concederá ao embargado o prazo de cinco dias para contestar.

Findos os cinco dias, e vindo o embargado com a sua contestação, terá logar a dilação das provas, que será de dez dias, e arrazoando o embargante e embargado no termo de cinco dias cada um, serão os embargos julgados afinal.

¹⁾ As appellações podem ter dois effeitos: ou devolve somente o conhecimento da causa ao Juiz superior sem suspender a execução da sentença appellada; ou suspende a execução da sentença ate decisão final do recurso; esses effeitos chamão-se — devolutivo e suspensivo.

and judgment with proof derived from the particulars, or offered immediately; — 2. Nullity, and excess in the execution up to the seizure; — 3. Stay of proceedings; — 4. Composition; — 5. Set-off (Arts. 439 and 440, Code); — 6. Declaration of bankruptcy; — 7. Any payment, novation, compromise or prescription occurring or arising after the judgment, or not alleged and decided in the principal cause; - 8. Objections against the legal validity of the judgment, with immediate proof of the damage, being shewn: a) By a minor or person in a similar position, who can claim restitution; — b) By a person who has not appeared; — c) By the person against whom execution is issued, presenting documents obtained after the judgment.

The following objections to the execution are equally admissible, with suspension of the execution, and put forward after the proceeding to the sale by auction, and before the signing of the document for the carrying out of the sale by auction or the adjudication: 1. Nullity, irregularity or excess in the execution after seizure and up to the signing of the documents for carrying out the sale or the adjudication; — 2. Any payment, novation, compromise, set-off, prescription, stay of proceedings, composition, declaration of bankruptcy, occurring or arising after the seizure;

- 3. Restitution.

The following objections to the execution are admissible in the case of actions for recovery of property: 1. Nullity of the process and execution with proof derived from the particulars or produced immediately; — 2. Nullity and excess in the execution; — 3. Retention of benefits or improvements; — 4. Objections against the legal validity of the judgment with immediate proof produced, if shewn: a) By a minor or person in a similar position, who can claim restitution; — b) By any person joined as a party to the action; — c) By the person against whom execution is issued, with documents obtained after the judgment.

Nullity of the process can only be alleged by objections to the execution, if

some formula or important provision of the commercial procedure has not been

observed.

Any other objections must be judged separately, without prejudice to the execution.

The objections having been offered within six days of the seizure, they must be delivered to the Judge as final, who must receive or reject them at the outset.

Should they be received, a period of five days must be assigned for reply, at the end of which time an extension of the proofs must take place, and the party raising the objections and the party against whom the objections are raised successively pleading during a period of 5 days allowed to each, the pleadings must

From the judgment which decides that the objections are proved, there may be an appeal with both effects 1); and from the judgment which decides that they are not proved an appeal may only be of devolutive effect.

Objections of a third person.

The objections of a third person can only be raised in the same periods as

those fixed for the objections of the party against whom execution is issued.

Should any third person appear with objections to the execution, because the thing seized belongs to him by right and legal title, and should he have possession in fact or possession in law with the effects of possession in fact, leave must be granted to him to allege and prove his objections within three days.

The third person raising the objections having proved them in the said three days, either by documents or by witnesses, they must be received, and a period of five days must be allowed to the party against whom the objections are raised

At the end of five days, the party against whom the objections are raised having appeared with his reply, an extension of the proofs for ten days must take place, and the person raising the objections and the party against whom the objections are raised having further pleaded, each one in the period of five days, the objections must be closed.

¹⁾ Appeals can be of two effects; the one only remitting the consideration of the cause to the superior Judge without suspending the execution of the judgment appealed against; the other suspending the execution of the judgment until final decision of the relief sought; these effects are called — devolutive and suspensive.

Si os embargos não forem oppostos á todos os bens, mas somente á alguns delles, correrão em separado, proseguindo a execução somente quanto aos bens não embargados.

Recebidos os embargos, mandará o juiz passar mandado de manutenção a

favor do terceiro embargante, que prestará fiança.

Si o exequente, sendo recebidos os embargos de terceiro, desistir da penhora nos bens embargados, e requerer outra penhora, cessará a discussão dos embargos, e a penhora dos bens embargados será levantada.

Não offerecendo ou não provando o embargante os seus embargos no triduo, ou si forem manifestamente calumniosos, serão rejeitados in limine, e a execução proseguirá por deante.

Não são admissiveis na execução embargos de terceiro que não seja ao mesmo tempo senhor e possuidor, ficando ao terceiro prejudicado direito salvo sobre o

preço da arrematação (art. 584, Codigo).

Das preferencias.

E' competente para instaurar o concurso de preferencias o Juizo onde se procedeu á arrematação dos bens.

A preferencia deve ser disputada no mesmo processo da execução.

Deve versar, ou sobre o preço da arrematação, ou sobre os proprios bens, si não foram arrematados.

Não se póde disputar a preferencia senão depois do acto da arrematação. Sendo commerciante o devedor insolvavel, a preferencia deverá ser resolvida em fallencia que deve ser requerida pela parte a quem interessar, por isso que

o juiz não a pode declarar ex-officio.

Em qualquer termo da execução até a entrega do preço da arrematação, ou extracção e assignatura da carta de adjudicação, podem os credores fazer o protesto de preferencia, e requerer que o preço não seja levantado, ou se não passe carta de adjudicação, sem que primeiro se dispute a preferencia.

Para ser o credor admittido a concurso é essencial que se apresente no Juizo da preferencia, munido de algum dos titulos de divida, aos quaes compete assignação de dez dias, ou sentença obtida contra o executado.

Citados os credores, e accusada a citação, serão propostos os artigos de preferencia pelo credor que promoveu o concurso, e aos demais credores se assignará o termo de cinco dias a cada um para successivamente formarem os seus artigos.

Offerecidos todos os artigos, se assignará a cada um dos credores o termo de

cinco dias para contestarem na mesma ordem em que articularam.

Concluida a contestação, seguir-se-ha a dilação das provas que será de vinte dias, e finda a dilação e arrazoando os credores successivamente cada um no termo de cinco dias, serão os autos conclusos, e o Juiz julgará a preferencia a quem competir, ou mandará que se proceda a rateio no caso de não haverem credores privilegiados, ou hypothecarios.

A disputa entre os credores póde versar não sómente sobre a preferencia que cada um allega, senão tambem sobre nullidade, simulação, fraude e falsidade das dividas ou contractos.

A preferencia, no caso de insolvabilidade do devedor civil, havendo concurso de credores commerciaes, será regulada classificando-se os credores em: 1.° Credores de dominio; — 2.° Credores privilegiados; — 3.° Credores com hypotheca; — 4.° Credores simples ou chirographarios.

Dos recursos. Dos embargos.

Dentro de dez dias depois da publicação ou intimação da sentença, poderão as partes oppor embargos á sentença da 1ª instancia, somente si forem de simples declaração, ou de restituição de menores.

If the objections are not raised against all the property, but only against a part of it, they must be judged separately, the execution proceeding only with regard to the property as to which there are no objections.

The objections having been received, the judge must issue an order for possession in favour of the third person raising the objections, who must give security.

If the execution creditor, the objections of the third person having been received, should desist from seizure of the property against which the objections have been raised, and seek some other seizure, the discussion of the objections must cease, and the seizure of the property against which the objections have been made must be withdrawn.

If the third person does not present or does not prove his objections within the three days, or if they are manifestly calumnious, they must be rejected at the outset, and the execution must proceed.

The objections of a third person who is not at the same time absolute owner and possessor are not admissible in the execution, a third person prejudiced still having a right of action, except as to the purchase-money of the sale by auction (Art. 584, Code).

Preferential claims.

Claims to preference may be made in the Court where the auction of the property has taken place.

The claim of preference must be argued in the process of the execution. It must be based either on the proceeds of the auction, or on the property itself if it has not been already sold by auction.

The right of preference cannot be disputed except after the auction.

Should the debtor be insolvent and a trader, the question of preference must be decided in the course of the bankruptcy, which must be applied for by the person interested, for the reason that the Judge cannot declare it ex officio.

In any process of execution up to the handing over of the proceeds of the auction, or the drawing up and signing of the letter of adjudication, creditors may present their claims to preference, and apply that the amount should not be handed over, or that the letter of adjudication should not be passed without the claim to preference being first argued.

In order that the claim of a creditor may be admitted it is essential that he should present himself in the Court which deals with the claims of preference, furnished with some document of title to the debt, for which a period of ten days is assigned, or with a judgment obtained against the person against whom execution has been issued.

When the creditors have been summoned, and their summonses acknowledged, the creditor who has commenced the proceedings must put forward his claim to preference, and a period of five days must be assigned to the other creditors for each one successively to formulate his claim.

All the claims having been presented, a period of five days must be assigned to each of the creditors to plead in the order in which they have made their claims.

The pleadings having been concluded, an extension of the proofs for twenty days must follow, and the period of extension having expired and the creditors having successively pleaded, each one during the period of five days, the proceedings must be closed, and the Judge must decide who is entitled to preference, or must order that the claims be proceeded with *pro rata* where there are no creditors who are privileged or mortgagees.

Questions between creditors may arise not only on the claim of preference which each one alleges, but also in regard to the nullity, simulation, fraud and falsification

of the debts or contracts.

Claims of preference in the case of insolvency of a civil debtor, when claims are made by trading creditors, must be regulated by the following classification of the creditors: 1. Creditors who claim ownership; — 2. Privileged creditors; — 3. Creditors with mortgages or liens; — 4. Simple creditors or creditors with written acknowledgments of indebtedness (chirographs).

Recourse. Objections.

Within ten days after the publication or intimation of the judgment, the parties may present objections to the judgment of the first instance, only if they consist of a simple declaration or of the restitution of minors.

Os embargos de restituição de menores só serão admittidos, quando estes não tiverem sido partes desde o principio da causa, ou si lhes não tiverem dado tutor ou curador; ou tiver corrido a causa á revelia; ou o tutor ou curador tiver deixado de arguir alguma nullidade do processo no termo legal.

Os embargos de declaração só terão logar, quando houver na sentença alguma obscuridade, ambiguidade, ou contradicção, ou quando se tiver omittido algum ponto sobre que devia haver condemnação.

Das appellações.

Tem logar a apellação para o Tribunal Superior, quando a sentença fôr definitiva,

ou tiver força de definitiva.

Os effeitos da appellação serão suspensivos e devolutivos, ou devolutivos somente: o suspensivo compete ás acções ordinarias, e aos embargos oppostos na execução, ou pelo executado ou por terceiro, sendo julgados provados; o effeito devolutivo compete em geral a todas as sentenças proferidas nas demais acções commerciaes.

As sentenças proferidas em segunda instancia poderão ser embargadas dentro de dez dias, pedindo o embargante vista dos proprios autos por cinco dias, seja

parte singular ou collectiva.

Estes embargos podem ser modificativos ou infringentes do julgado; nelles poderá allegar-se qualquer nullidade, e, quanto á materia de facto só poderão ser offerecidos sendo acompanhados de prova litteral incontinente. Além dos referidos embargos serão ainda admissiveis os de restituição.

Os mesmos Juizes que assignaram o Accordam embargado conhecerão desses embargos, e dos de declaração, ou de restituição de menores, havendo-se no julgamento de todos elles a fórma seguida para o dos embargos nas causas civeis.

No Districto Federal compondo-se a Côrte de Appellação de 2 Camaras, os embargos infringentes do julgado ou de nullidade oppostos a um accordam de uma dellas são julgados pelos juizes das 2 Camaras reunidas.

Dos aggravos.

O aggravo é um recurso de solução immediata que se interpõe no correr do processo com suspensão do curso da causa. Só pode ser admittido em casos expres-

samente especificados nos Regulamentos.

Os aggravos são interpostos por um termo que é assignado pelo advogado da parte aggravante e do qual deve constar a disposição expressa que autorisa a interposição do recurso. Em seguida a advogado do aggravante recebe os autos e deve apresentar sua minuta, ou demonstração de seu direito lesado pelo despacho aggravado, no prazo improrogavel de 24 horas. O advogado da parte contraria deve responder á minuta do aggravo em 48 horas e depois, em egual prazo, deve o Juiz dar as razões pelas quaes proferiu o despacho aggravado, sendo lhe licito reformar o seu despacho, se se convencer do fundamento do aggravo. Mantendo o Juiz o seu despacho sobem os autos ao Tribunal Superior sendo o recurso julgado de modo summario.

Do recurso extraordinario.

Alem desses recursos normaes, creados pelas leis de processo, existe no Brasil ainda um recurso extraordinario creado pelo Constituição Federal e no intuito de assegurar a applicação e validade das leis e tractados federaes, por parte dos tribunaes dos Estados.

Cabe esse recurso constitucional das sentenças finaes dos Tribunaes dos Estados

para o Supremo Tribunal Federal:

I. quando se questionar sobre a validade ou a applicação de tratados e leis

federaes e a decisão do Tribunal do Estado fôr contra ella;

II. quando se contestar a validade de leis e de actos dos governos dos Estados, em face da Constituição ou das leis federaes, e a decisão do tribunal do Estado considerar validos esses actos ou essas leis impugnadas. São disposições do art. 59-3ab da Constituição Federal.

Objections for the restitution of minors must only be admitted when they have not been parties from the commencement of the cause, or if no tutor or curator has been appointed for them; or if the cause has proceeded in their absence; or if the tutor or curator has omitted to plead some nullity in the procedure within the legal period.

"Objections of declaration" must only be admitted when there is some obscurity, ambiguity, or contradiction in the judgment, or when some point has been

omitted on which there should have been a condemnation.

Appeals.

Appeal to the Superior Court takes place when the judgment is definitive, or

has the force of being definitive.

The effects of the appeal must be suspensive and devolutive, or only devolutive; the suspensive effect applies in ordinary actions, and in the case of the objections raised in the execution, either by the person against whom execution is issued or by a third person, if they are found to be proved; the devolutive effect applies in general to all the other judgments pronounced in commercial actions.

in general to all the other judgments pronounced in commercial actions.

Judgments pronounced in second instance may be objected to within ten days, the objecting party requesting that the pleadings should remain open for five

days, either for himself alone or for parties collectively.

These objections may seek the modification or absolute reversal of the judgment; in them any ground of nullity may be alleged, and as to matters of fact they may only he offered if accompanied by immediate written proof. Besides the objections referred to those for restitution are still admissible.

The same Judges who sign the *Accordam* must take cognizance of the objections raised and of those of declaration, or for restitution of minors, the method followed in the case of objections in civil causes being applicable in the trial of all of them.

In the Federal District the Court of Appeal of the two Chambers having been composed, objections seeking the absolute reversal of the judgment or objections of nullity offered to an accordam of one of them must be tried by the judges of the two united Chambers.

Complaints.

"Complaint" (aggravo) is a form of recourse for immediate solution which is interposed during the proceedings and suspends the course of the cause. It can

only be admitted in cases expressly specified in the Regulations.

"Complaints" are initiated by an application which is signed by the advocate of the aggrieved party and in which must be stated the express provision which authorizes the interposition of the recourse. Following on this the advocate of the aggrieved party must receive the record of the cause and must present his minute, or demonstration of his violated right according to the decision admitting the complaint, within a period of 24 hours, which cannot be extended. The advocate of the adverse party must reply to the minute of the complaint within 48 hours, and afterwards, within a like period, the Judge must give the grounds on which he granted the admission of the complaint, it being lawful for him to alter his decision, if he should be convinced as to the grounds of the complaint. Should the Judge maintain his decision, the written proceedings go to the Superior Court, the recourse being tried summarily.

Extraordinary recourse.

Besides these normal kinds of recourse, created by the laws of procedure, there also exists in Brazil a right of extraordinary recourse created by the Federal Constitution with the object of assuring the application and validity of the laws and federal treaties by the tribunals of the States.

This constitutional right of recourse against the final judgments of the Tribunals of the States, comes under the jurisdiction of the Supreme Federal Tribunal:

I. When the validity or the application of treaties and federal laws is questioned

and the decision of the Tribunal of the State is against it;

II. When the validity of the laws or acts of the Governments of the States, according to the Constitution or to the federal laws, is contested, and the decision of the Tribunal of the State pronounces these acts or contested laws impugned. They are the provisions of Art. 59, § 3 a b of the Federal Constitution.

Codigo Commercial.

(Lei n. 566 — de 25 de junho de 1850.)1)

Parte I. Do commercio em geral.

Titulo I. Dos commerciantes.

Capitulo I. Das qualidades necessarias para ser commerciante.

Art. 1. Podem commerciar no Brasil: 1.º Todas as pessoas que, na conformidade das Leis deste Imperio, se acharem na livre administração de suas pessoas e bens, e não forem expressamente prohibidas neste Codigo; — 2.º Os menores legitimamente emancipados; — 3.º Os filhos-familia que tiverem mais de dezoito annos de idade, com autorização dos paes, provada por escriptura publica. O filho maior de vinte e um annos, que fôr associado ao commercio do pae, e o que com sua approvação, provada por escripto, levantar algum estabelecimento commercial, será reputado emancipado e maior para todos os effeitos legaes nas negociações mercantis; — 4.º As mulheres casadas, maiores de dezoito annos, com autorização de seus maridos para poderem commerciar em seu proprio nome, provada por escriptura publica. As que se acharem separadas da cohabitação dos maridos por sentença de divorcio perpetuo²), não precisam da sua autorização. Os menores, os filhos-familia e as mulheres casadas devem inscrever os titulos da sua habilitação civil, antes de principiarem a commerciar, no Registro do Commercio³) do respectivo districto.

2. São prohibidos de commerciar: 1.° Os presidentes e os commandantes de armas das Provincias, os magistrados vitalicios, os juizes municipaes e os de orphãos, e os officiaes de fazenda, dentro dos districtos em que exercerem as suas funcções; — 2.° Os officiaes militares de 1ª linha, de mar e terra, salvo se forem reformados, e os dos corpos policiaes; — 3.° As corporações de mão morta⁴), os clerigos e os regulares⁵); — 4.° Os fallidos em quanto não forem legalmente rehabilitados.

3. Na prohibição do artigo antecedente não se comprehende a faculdade de dar dinheiro a juro ou a premio, com tanto que as pessoas nelle mencionadas não façam do exercicio desta faculdade profissão habitual de commercio; nem de ser accionista em qualquer companhia mercantil, uma vez que não tomem parte na gerencia administrativa da mesma companhia.

¹⁾ Este é o texto official do Codigo do Commercio do Brasil, publicado com as correcções mandadas observar pelo Decreto no. 3257 de 10 de abril de 1899. Não tendo ainda sido decretado o Codigo Civil Brasileiro, que está desde muitos annos em elaboração, não podemos fazer referencias aos textos da lei civil como supplementar do Codigo do Commercio. A não ser as leis especiaes sobre diversos institutos de direito civil, em geral, a legislação civil vigente no Brasil ainda é a das velhas Ordenações Philipinas, do Reino de Portugal, decretadas no anno de 1581 por Philippe 2° de Portugal e Hespanha. Assim, em vez do direito Civil ser subsidiario do direito commercial, no Brasil o Codigo Commercial, em sua parte geral, é que é direito subsidiario do Direito Civil. — 2) No Brasil não ha divorcio com dissolução do vinculo; é a simples separação de corpos e de bens a que impropriamente se chama divorcio. Essa instituição é regulada pela lei 181 A de 24 de Janeiro de 1890, que estabeleceu o casamento civil. Todo o divorcio é perpetuo, podendo porem os conjuges se conciliar em qualquer tempo. O Codigo Commercial foi escripto antes da lei do casamento Civil e quando vigorava o divorcio canoncio, requerido perante a auctoridade eclesiastica e que podia ser temporario ou perpetuo. — 3) O Registro do Commercio esta a cargo das Junctas Commerciaes creadas posteriormente. — 4) Ao tempo en que foi elaborado o Codigo Commercial as Corporações de mãomorta estavão sujeitas a um regimen especial quanto á acquisição de patrimonio. A Constituição Federal, porem, no § 3 do art. 72 revogou as leis da amortisação estabelecendo que todos os individuos e confissões religiosas podem exercer livremente o seu culto, associando se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições de direito commum. — 5) Do mesma forma estará revogada a disposição do Codigo referente aos clerigos e regulares em virtude das disposições da Constituição Federal que separaram do modo o mais absoluto a Igreja do Estado (art. 72, § 7).

Commercial Code.

(Law No. 566 of the 25th June 1850.)1)

Part I. Commerce in general.

Title I. Traders.

Chapter I. The necessary qualifications of a Trader.

Art. 1. The following may trade in Brazil: 1. All persons who, in accordance with the Laws of this Empire, are free agents and have the free management of their property and who are not expressly forbidden by this Code; — 2. Minors legally freed from parental and other tutelage (emancipated); — 3. Children living under parental tutelage of more than eighteen years of age, with the consent, registered by a notary, of the parents. A child who, having attained the age of 21 years, has been in business partnership with his father, and who, with his consent in writing, should open a business establishment, is considered free from parental or other tutelage and of age for all legal purposes and effects in commercial transactions; — 4. Married women of the age of eighteen years, with the consent, registered by a notary, of their husbands to trade in their own name. Those who are separated from their husbands by decree of perpetual divorce²) do not require the husband's consent. Minors, children under parental tutelage and married women must register their claims to civil qualification in the Commercial Registry³) of their district, before beginning to trade.

2. The following are forbidden to trade: 1. Presidents and military commanders of the Provinces, magistrates appointed for life, municipal judges and judges of orphans, and officers of the public treasury, in the districts where they exercise their functions; — 2. Military officers of the 1st line, of sea and land, unless pensioned; also those of the police force; — 3. Corporations of mortmain⁴) and the clergy, both spiritual and secular⁵); — 4. Bankrupts who have not been legally discharged.

3. As long as the persons mentioned in the preceding article do not make a regular business of it, they are not forbidden to lend money at interest or at a premium; neither are they prevented from holding shares in any commercial association, as long as they take no part in the direction and management of the same association.

¹⁾ This is the official text of the Commercial Code of Brazil, published with the corrections to be observed by the Decree No. 3257 of the 10th April 1899. We cannot refer to the text of the civil law as supplemental to the Commercial Code, as the Brazilian Civil Code, which has been for many years in preparation, has not yet been decreed. The civil legislation in force in Brazil in general, with the exception of special Laws treating of various institutes of civil law, is still that of the old Ordinances of the Kingdom of Portugal, decreed in the year 1581 by Phillip II, King of Portugal and Spain. Thus, instead of the civil law being subsidiary to the commercial law, in Brazil the Commercial Code, in its general portion, is subsidiary to the civil law. -2) In Brazil there is no such thing as divorce with dissolution of the marriage tie; it is simply separation of the persons and property which is incorrectly called divorce. This institution is regulated by Law 181 A of the 24th January 1890, which established civil marriage. Every divorce is perpetual, it being allowed however for the husband and wife to be reconciled at any time. The Commercial Code was framed before the law of civil marriage, and when canonical divorce, sought from the ecclesiastical authority and which could be either temporary or perpetual, was in force. 3) The Commercial Registry is in charge of the Commercial Councils afterwards created. 4) At the time when the Commercial Code was framed corporations of mortmain were subject to special rules as to bequests and legacies in their favour. The Federal Constitution, however, in § 3 of Art. 72 repealed the laws of mortmain and established that all persons and religions could freely exercise their religious opinions, associating for this purpose and acquiring property, as long as the provisions of common law were observed. — 5) In the same way, by virtue of the provisions of the Federal Constitution which in the most absolute manner separated Church and State (Art. 72 § 7), the provisions of the Code referring to the spiritual and secular clergy were repealed.

4. Ninguem é reputado commerciante para effeito de gozar da protecção que este Codigo liberalisa em favor do commercio, sem que se tenha matriculado em algum dos Tribunaes de Commercio do Imperio¹), e faça da mercancia profissão

habitual (art. 9°).

5. A petição da matricula deverá conter: 1.° O nome, idade, naturalidade e domicilio do supplicante, e sendo sociedade, os nomes individuaes que a compoem, e a firma adoptada (arts. 302, 311 e 325); — 2.° O logar ou domicilio do estabelecimento. Os menores, os filhos-familias e as mulheres casadas deverão juntar os titulos da sua capacidade civil (art. 1.°, ns. 2, 3 e 4).

- 6. O Tribunal, achando que o supplicante tem capacidade legal para poder commerciar, e goza de credito publico, ordenará a matricula, a qual será logo communicada a todos os Tribunaes do Commercio, e publicada por editaes e pelos jornaes onde os houver, expedindo-se ao mesmo supplicante o competente titulo.
- 7. Os negociantes que se acharem matriculados na Junta do Commercio²), ficam obrigados a registrar o competente titulo no Tribunal do seu domicilio, dentro de quatro mezes da sua installação; podendo o mesmo Tribunal prorogar este prazo a favor dos commerciantes que residirem em logares distantes (art. 31).

8. Toda a alteração, que o commerciante ou sociedade vier a fazer nas circumstancias declaradas na sua matricula, será levada, dentro do prazo marcado no artigo antecedente, ao conhecimento do Tribunal respectivo, o qual a mandará averbar na mesma matricula, e proceder ás communicações e publicações deter-

minadas no art. 6°.

9. O exercicio effectivo de commercio para todos os effeitos legaes presume-se começar desde a data de publicação da matricula.

Capitulo II. Das obrigações communs a todos os commerciantes.

10. Todos os commerciantes³) são obrigados: 1.° A seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escripturação, e a ter os livros para esse fim necessarios; — 2.° A fazer registrar no Registro do Commercio todos os documentos, cujo registro fôr expressamente exigido por este Codigo, dentro de quinze dias uteis, da data dos mesmos documentos (art. 31), se maior ou menor prazo se não achar marcado neste Codigo; — 3.° A conservar em boa guarda toda a escripturação, correspondencias e papeis pertencentes ao gyro do seu commercio, em quanto não prescreverem as acções que lhes possam ser relativas (Titulo XVII); — 4.° A formar um balanço geral do seu activo e passivo, o qual deverá comprehender todos os bens de raiz, moveis e semoventes, mercadorias, dinheiros, papeis de credito e outra qualquer especie de valores, e bem assim todas as dividas e obrigações passivas, e será datado e assignado pelo commerciante a quem pertencer.

11. Os livros que os commerciantes são obrigados a ter indispensavelmente, na conformidade do artigo antecedente são o diario e o copiador de cartas.

12. No diario é o commerciante obrigado a lançar com individuação e clareza todas as suas operações de commercio, letras e outros quaesquer papeis de credito que passar, acceitar, afiançar ou endossar, e em geral tudo quanto receber e despender de sua ou alheia conta, seja por que titulo for, sendo sufficiente que as parcellas de despezas domesticas se lançem englobadas na data em que forem extrahidas da caixa. Os commerciantes de retalho deverão lançar diariamente no diario a somma total das suas vendas a dinheiro, e em assento separado, a somma total das vendas fiadas no mesmo dia.

No mesmo diario se lançará tambem em resumo o balanço geral (art. 10 n. 4), devendo aquelle conter todas as verbas deste, apresentando cada uma verba a somma total das respectivas parcellas; e será assignado nas mesma data do balanço geral.

¹⁾ Os Tribunaes de Commercio, aos quaes aqui e em muitas outras partes o Codigo se refere, foram extinctos pelo Decreto no. 2662 de 9 de Outubro de 1875, que creou em seu lugar as Junctas Commerciaes, cujo regulamento vigente foi dado pelo Decreto no. 596 de 19 de julho de 1890. Para essas Junctas Commerciaes passaram as attribuições administrativas que o Codigo concedeu aos Tribunaes de Commercio; as funcções judiciarias desses Tribunaes extinctos passaram para as justiças ordinarias. — 2) A Juncta do Commercio era um antigo Tribunal creado em 1808 e abolido pelo Codigo (art. 30 do Titulo Unico). — 3) Todos ao commerciantes, matriculados e não matriculados. Decreto do 6. Julho 1857.

4. No one is considered a trader in order to profit by the protection which this Code affords in favour of trade, unless he has been duly registered in one of the Commercial Tribunals of the Empire 1), and makes trading his habitual

occupation (Art. 9).

5. The petition for registration must contain: 1. The name, age, nationality and address of the petitioner, and if a partnership, the names of the individual partners of which it is composed, and the firm or style adopted (Arts. 302, 311 and 325); — 2. The place or address of the establishment. — Minors, children living under parental tutelage and married women must add their claims to civil qualifica-

tion (Art. 1, Nos. 2, 3, and 4).

6. The Tribunal on finding that the petitioner has the legal qualification for trading, and is of good repute, must grant the registration, which must be at once communicated to all the Commercial Tribunals, and made known by public notices and insertions in the newspapers where they exist, the proper and necessary title

being sent to the said petitioner.

7. Traders who are inscribed in the Commercial Council²), are bound to register their title in the Tribunal of the place where they carry on their business, within four months of their installation; the said Tribunal can prolong this term in favour

of traders residing at a distance (Art. 31).

8. Every alteration which the trader or partnership should desire to make in the particulars stated in the inscription, must, within the period named in the preceding Article, be brought to the cognizance of the proper Tribunal, which must order its insertion in the said inscription, and must carry out the communications and publications determined in Art. 6.

9. The effective exercise of trading for all legal purposes is deemed to commence

from the date of the publication of the inscription.

Chapter II. Obligations common to all traders.

10. All traders³) are obliged: 1. To adopt a regular system of accounts and book-keeping, and to have the books necessary for the purpose; - 2. To cause to be registered in the Commercial Registry all documents the registration of which is expressly required by this Code, within fifteen working days from the date of the said documents (Art. 31), if a longer or shorter period is not specified in the Code; — 3. To carefully preserve all entries, correspondence and documents relating to the regular course of the business, as long as actions to which they may relate are not prescribed (Title XVII); — 4. To take out a general balance sheet of assets and liabilities, which must comprise all real and personal property, including live stock, merchandize, money, papers of credit and any other kind of assets, as also all outstanding debts and liabilities, which balance sheet must be dated and signed by the trader to whom it belongs.

11. The books which traders are bound to keep in conformity with the preced-

ing article are the day-book and the copy letter book.

12. In the day-book the trader is bound to enter separately and clearly all his business transactions, bills of exchange and any other documents of credit which he may give, accept, guarantee or indorse, and generally whatever he may receive or expend for his own or another's account, and by whatever title, it being sufficient that the items for domestic expenses be entered as a whole on the day on which they are taken from the cash. Retail traders must enter day by day in the day-book the total amount of their sales for cash, and separately, also day by day, the total amount of their sales on credit.

An epitome of the general balance (Art. 10 No. 4) must also be entered in the said day-book, and it must contain all the headings, each heading representing the sum total of the respective items; and it must be signed on the same day as the

general balance.

¹⁾ Decree No. 2662 of the 9th October 1875 abolished the Commercial Tribunals, to which here and in many other places the Code refers, and created in their stead Commercial Councils, whose powers were granted by Decree No. 596 of the 19th July 1890. The administrative attributes with which the Code endowed the Commercial Tribunals were transferred to these Commercial Councils; the judicial functions possessed by the extinct Tribunals passed to the ordinary justices. - 2) The Commercial Council was an old Tribunal created in 1808, and abolished by the Code (Art. 30 of the additional Title). — 3) All traders both registered and unregistered. Decree of the 6th July 1857.

No copiador o commerciante é obrigado a lançar o registro de todas as cartas missivas que expedir, com as contas, facturas ou instrucções que as acompanharem.

13. Os dous livros sobreditos devem ser encadernados, numerados, sellados, e rubricados em todas as suas folhas por um dos membros do Tribunal do Commercio respectivo, a quem couber por distribuição, com termos de abertura e encerramento subscriptos pelo secretario do mesmo Tribunal e assignados pelo presidente.

subscriptos pelo secretario do mesmo Tribunal e assignados pelo presidente.

Nas provincias onde não houver Tribunal do Commercio, as referidas formalidades serão preenchidas pela Relação do districto¹); e na falta desta, pela primeira autoridade judiciaria da Comarca do domicilio do commerciante, e pelo seu distribuidor e escrivão, si o commerciante não preferir antes mandar os seus livros ao Tribunal do Commercio. A disposição deste artigo só começará a obrigar desde o dia que os Tribunaes do Commercio, cada um no seu respectivo districto, designarem.

14. A escripturação dos mesmos livros será feita em fórma mercantil, e seguida pela ordem chronologica de dia, mez e anno, sem intervallo em branco, nem entre-

linhas, borraduras, raspaduras ou emendas.

- 15. Qualquer dos dous mencionados livros, que for achado com algum dos vicios especificados no artigo precedente, não merecerá fé alguma nos logares viciados a favor do commerciante a quem pertencer, nem no seu todo, quando lhe faltarem as formalidades prescriptas no art. 13, ou os seus vicios forem tantos ou de tal natureza, que o tornem indigno de merecer fé.
- 16. Os mesmo livros, para serem admitidos em Juizo, deverão achar-se escriptos no idioma do paiz: si por serem de negociantes estrangeiros estiverem em diversa lingua, serão primeiro traduzidos, na parte relativa á questão, por interprete juramentado, que deverá ser nomeado a aprazimento de ambas as partes, não o havendo publico; ficando a estas o direito de contestar a traducção de menos exacta.
- 17. Nenhuma Autoridade, Juizo ou Tribunal, debaixo de pretexto algum por mais especioso que seja, póde praticar ou ordenar alguma diligencia para examinar si o commerciante arruma ou não devidamente seus livros de escripturação mercantil, ou nelles tem commettido algum vicio.

18. A exhibição judicial dos livros de escripturação commercial por inteiro, ou de balanços geraes de qualquer casa de commercio, só póde ser ordenada a favor dos interessados em questões de successão, communhão ou sociedade, administração,

gestão mercantil por conta de outrem, e em caso de quebra.

19. Todavia, o juiz ou Tribunal do Commercio, que conhecer de uma causa, poderá, a requerimento de parte, ou mesmo ex-officio, ordenar, na pendencia da lide, que os livros de qualquer ou de ambos os litigantes sejão examinados na presença do commerciante a que pertencerem e debaixo de suas vistas, ou na de pessoa por elle nomeada, para delles se averiguar e extrahir o tocante á questão.

Si os livros se acharem em diverso districto, o exame será feito pelo juiz de direito do commercio respectivo, na fórma sobredita: com declaração, porem, de que em nenhum caso os referidos livros poderão ser transportados para fóra do domicilio do commerciante a quem pertencerem, ainda que elle nisso convenha.

20. Si algum commerciante recusar apresentar os seus livros quando judicialmente lhe for ordenado, nos casos do artigo 18, será compellido á sua apresentação debaixo de prisão, e nos casos do art. 19 será deferido juramento suppletorio²) á outra parte.

Si a questão for entre commerciantes, dar-se-ha plena fé aos livros do commerciante a favor de quem se ordenar a exhibição, si forem apresentados em fórma

regular (arts. 13 e 14).

Capitulo III. Das prerogativas dos commerciantes.

21. As procurações bastantes dos commerciantes, ou sejam feitas pela sua propria mão ou por elles sómente assignados, teem a mesma validade que si fossem feitas por tabelliães publicos³).

A Relação do Districto é o Tribunal de Justica de 2a instancia. — 2) Vide na Exposição do Processo, na parte referente o que seja e em que casos se admitte o juramento suppletorio. — 3) Hoje, em virtude da Lei no. 79 de 23 de agosto de 1892, não só os commerciantes, mas

The trader is bound to enter in the copy letter book a register of all correspondence and written communications, with the accounts, invoices or instructions which accompany them.

13. The two said books must be bound, paged, stamped and initialled on every page by one of the members of the proper Commercial Tribunal on whom falls the duty by distribution, with the particulars of the beginning and end, subscribed by the secretary of the said Tribunal and signed by the President.

scribed by the secretary of the said Tribunal and signed by the President.

In the provinces where there is no Commercial Tribunal, the said formalities must be performed by the Appeal Court of the District 1); and failing this, by the first judicial authority of the Hundred where the trader carries on his business, or by his process server or clerk, unless the trader prefers to send his books to the Commercial Tribunal. The provisions of this article only begin to operate from the day which the Commercial Tribunals, each in its own district, shall name.

14. The said books must be kept in a commercial manner, and in the chronological order of the day, month and year, without any blank spaces, interlineations,

blotting out, erasures or corrections.

15. Either of the said books which should be found to contain any of the defects specified in the preceding article, will not form trustworthy evidence, as regards the places where such defects have occurred, in favour of the trader to whom it belongs, or in its entirety if the formalities prescribed in Art. 13 have not been complied with, or if the defects should be so numerous or of such a nature, as to make it untrustworthy.

16. The said books, in order to be admitted in any Court, must be written in the language of this country: if owing to the traders being foreigners they are written in another language, they must be first translated, as to the part relating to the matter in dispute, by an interpreter duly sworn, who must be nominated with the consent of both parties, if there is not an official interpreter; either party has the right of challenging the translation as not being accurate.

17. No Authority Court or Tribunal may under any pretext, however plausible.

17. No Authority, Court or Tribunal may under any pretext, however plausible, hold or order any enquiry for ascertaining if the trader properly keeps his books

or not, or if they shew any defect.

18. Judicial production of the commercial books in their entirety, or of the general balance sheets of any commercial house, can only be ordered in favour of those interested in suits relating to succession, community of property or partnership, administration, commercial management for another's account, and in case of insolvency.

19. However, the judge or Commercial Tribunal, which should try a cause, may, at the request of a party, or even ex officio, order, during the course of the trial, that the books of either or both of the parties be examined in the presence of the trader to whom they belong and under his supervision, or under that of a person appointed by him, in order to verify or extract from them matter material to the suit.

If the books are in a different district, the examination must be made by the superior Commercial Judge of the district, in the manner above mentioned: with a declaration, however, that in no case must the said books be taken beyond the domicile of the trader to whom they belong, even though it should be to his interest.

20. Should any trader refuse to produce his books when ordered by the Court to do so in the cases mentioned in Article 18, he must be forced to appear under arrest, and in the cases mentioned in Article 19 the suppletory oath²) must be granted to the other party.

Should the matter in dispute be between traders, full credence must be given to the books of the trader in favour of whom the production has been ordered,

if they have been presented in proper form (Arts. 13 and 14).

Chapter III. Prerogatives of traders.

21. General powers of attorney given by traders, whether in their own hand-writing or only signed by them, have the same force as though effected by public notaries³).

¹⁾ The Appeal Court of the District is the Tribunal of Justice of the 2nd instance.

2) See the Exposition of Commercial Procedure in the part to which reference is made, what is and in what cases the suppletory oath is allowed.

3) Now, in virtue of the Law

22. Os escriptos de obrigações relativas a transacções mercantis, para as quaes se não exija por este Codigo prova de escriptura publica, sendo assignados por commerciantes, terão inteira fé contra quem os houver assignado, seja qual for o

seu valor.

23. Os dois livros mencionados no art. 11, que se acharem com as formalidades prescriptas no art. 13, sem vicio nem defeito, escripturados na fórma determinada no art. 14, e em perfeita harmonia uns com os outros, fazem prova plena: 1.° Contra as pessoas que delles forem proprietarios, originariamente ou por successão; — 2.° Contra commerciantes, com quem os proprietarios, por si ou por seus ante cessores, tiverem ou houverem tido transacções mercantis, si os assentos respectivos se referirem a documentos existentes que mostrem a natureza das mesmas transacções, e os proprietarios provarem também por docu mentos, que não foram omissos em dar em tempo competente os avisos necessarios, e que a parte contraria os recebeu; — 3.° Contra pessoas não commerciantes, si os assentos forem comprovados por algum documento, que só por si não possa fazer prova plena.

24. Fica entendido que os referidos livros não podem produzir prova alguma naquelles casos, em que este Codigo exige que ella só possa fazer-se por instrumento

publico ou particular.

25. Illide-se a fé dos mesmos livros, nos casos comprehendidos no n. 2 do art. 23, por documentos sem vicio, por onde se mostrem que os assentos contestados são falsos ou menos exactos; e quanto aos casos comprehendidos na disposição do n. 3 do mesmo artigo, por qualquer genero de prova admittida em commercio.

Capitulo IV. Disposições geraes.

26. Os menores e os filhos-familia commerciantes podem obrigar, hypothecar e alhear validamente os seus bens de raiz, sem que possam allegar o beneficio de restituição¹) contra estes actos ou outras quaesquer obrigações commerciaes que contrahirem.

Em caso de duvida, todas as obrigações por elles contrahidas presumem-se

commerciaes.

27. A mulher casada commerciante não pode obrigar, hypothecar ou alhear os bens proprios do marido adquiridos antes do casamento, se os respectivos titulos houverem sido lançados no Registro do Commercio dentro de quinze dias depois do mesmo casamento (art. 31), nem os de raiz que pertencerem em commum a ambos os conjuges, sem autorização especial do marido, provada por escriptura publica inscripta no dito Registro.

Poderá, porém, obrigar, hypothecar e alhear validamente os bens dotaes, os parafernaes, os adquiridos no seu commercio, e todos os direitos e acções em que tiver communhão, sem que em nenhum caso possa allegar beneficio algum de direito.

- 28. A autorização para commerciar dada pelo marido á mulher póde ser revogada por sentença ou escriptura publica; mas, a revogação só sortirá effeito relativamente a terceiro depois que fôr inscripta no Registro do Commercio, e tiver sido publicada por editaes e nos periodicos do logar, e communicada por cartas a todas as pessoas com quem a mulher tiver a esse tempo transacções commerciaes.
- 29. A mulher commerciante, casando, presume-se autorizada pelo marido, em quanto este não manifestar o contrario por circular dirigida a todas as pessoas com quem ella a esse tempo tiver transacções commerciaes, inscripta no Registro do Commercio respectivo, e publicada por editaes e nos periodicos do logar.

30. Todos os actos de commercio praticados por estrangeiros residentes no Brazil serão regulados e decididos pelas disposições do presente Codigo.

31. Os prazos marcados nos artigos 10 n. 2, e 27, começarão a contar-se, para as pessoas que residirem fóra do logar onde se achar estabelecido o Registro do

todas as pessoas habilitadas para os actos da vida civil, podem passar procurações de proprio punho, salvo para os casos em que a lei exige que sajam feitaç por tabelião.

¹) O beneficio da restituição é o instituto da restituição in integrum do Direíto Romanoque a lei Civil brasileira assegura aos menores lesados e de que podem usar até 4 annos depoisde haverem attingido á maioridade, que é aos 21 annos.

22. Obligations in writing relating to commercial transactions, for which proof by notarial registration is not required by this Code, being signed by traders, form trustworthy evidence against whoever has signed them, and whatever be their value.

23. The two books mentioned in Art. 11, in which the formalities prescribed in Art. 13 have been observed without blemish or defect, and kept according to the form determined in Art. 14, and in perfect agreement one with the other, constitute full evidence: 1. Against the persons to whom they originally or by succession belonged; — 2. Against traders with whom the owners, on their own account or on that of their predecessors, had or may have had commercial transactions, if the entries refer to existing documents which shew the nature of the said transactions, and the owners prove, also by documents, that the necessary notices were not omitted to be given at the proper time, and that the opposing party received them; — 3. Against persons who are not traders, if the entries are supported by the evidence of some document, which in itself does not constitute full proof.

24. It must be understood that the said books do not constitute proof of any kind in those cases where this Code requires some public or private instrument

for effecting the transaction.

25. The said books cannot be accepted as trustworthy evidence in the cases which come under No. 2 of Art. 23, as regards documents without blemish, from which it appears that the entries in dispute are false or inexact; and as regards the cases which come under the provision No. 3 of the same article, where this is shown by any kind of proof admitted in commerce.

Chapter IV. General provisions.

26. Minors and children under parental tutelage who are traders can validly contract obligations on, or mortgage or alienate their real property, without being entitled to allege the benefit of restitution 1) against these acts or against any other commercial obligations which they contract.

In case of doubt, all obligations contracted by them are deemed commercial.

27. A married woman who is a trader cannot contract obligations on, or mortgage or alienate the property of the husband acquired before marriage, if the proper titles should have been inscribed in the Commercial Registry within fifteen days after the said marriage (Art. 31), nor the real property which belongs in common to both, without the special authority of the husband proved by notarial instrument inscribed in the said Registry.

She can, however, validly contract obligations on, mortgage or alienate property received by her as dowry, her separate estate, the profits of her trading, and all rights and claims which she and her husband hold in common, without in any

case being able to allege any right of restitution.

28. Authority to trade given by the husband to the wife may be revoked by judicial order, or by notarial instrument; but revocation only takes effect as regards a third party after having been inscribed in the Commercial Registry, and made known by public notices and in the newspapers of the place, and communicated by letter to everyone with whom the wife had at the time commercial transactions.

29. A wife being a trader on marrying is presumed to have been authorized by the husband, so long as he does not give notice to the contrary by circular directed to everyone with whom at the time she had commercial transactions, and inscribed in the proper Commercial Registry, and made known by public notices and in the newspapers of the place.

30. Every act of commerce practised by foreigners residing in Brazil must

be regulated and decided by the provisions of this Code.

31. The periods mentioned in Articles 10 No. 2 and 27, for persons who reside away from the place where the Commercial Registry is established, begin to be

No. 79 of the 23rd August 1892, not only traders, but every person responsible for his civil acts may give powers of attorney in his own handwriting, except in the cases which the law determines must be effected by a notary.

1) The benefit of restitution is the institute of restitutio in integrum of the Roman Law which the civil law of Brazil assures to minors prejudiced in their rights and of which they can avail themselves during the 4 years after having attained their majority, that is up to the age of 21.

Commercio, do dia seguinte ao da chegada do segundo correio, paquete ou navio, que houver sahido do districto do domicilio das mesmas pessoas, depois da data dos documentos que deverem ser registrados.

Titulo II. Das praças do commercio.1)

32. Praça do Commercio é não só o local mas tambem a reunião dos commerciantes, capitães e mestres de navios, corretores e mais pessoas empregadas no commercio.

Este local e reunião estão sujeitos á policia e inspecção das autoridades com-

petentes.

- O Regulamento das Praças do Commercio marcará tudo quanto respeitar á policia interna das mesmas praças, e mais objectos a ellas concernentes.
- 33. O resultado das negociações que se operarem na Praça determinará o curso do cambio, e o preço corrente das mercadorias, seguros, fretes, transportes de terra e agua, fundos publicos, nacionaes ou estrangeiros, e de outros quaesquer papeis de credito, cujo curso possa ser annotado.

34. Os commerciantes de qualquer praça poderão eleger dentre si uma com-

missão que represente o corpo do commercio da mesma praça.

Titulo III. Dos agentes auxiliares do commercio.

Capitulo I. Disposições geraes.

35. São considerados agentes auxiliares do commercio, sujeitos ás Leis commerciaes com relação ás operações que nessa qualidade lhes respeitam: 1.° Os corretores; — 2.° Os agentes de leilões; — 3.° Os feitores, guarda-livros e caixeiros; — 4.° Os trapicheiros, e os administradores de armazens de deposito; — 5.° Os commissarios de transportes.

Capitulo II. Dos corretores.2)

- 36. Para ser corretor, requer-se ter mais de vinte e cinco annos de idade, e ser domiciliado no logar por mais de um anno.
- 37. Não podem ser corretores: 1.º Os que não podem ser commerciantes; 2.º As mulheres; 3.º Os corretores uma vez destituidos; 4.º Os fallidos não rehabilitados, e os rehabilitados, quando a quebra houver sido qualificada como comprehendida na disposição dos arts. 800, n. 2, e 801, n. 1³).
- 38. Todo o corretor é obrigado a matricular-se no Tribunal do Commercio do seu domicilio: e antes de entrar no exercicio do seu officio prestará juramento de bem cumprir os seus deveres perante o Presidente, podendo ser admittidos a jurar por procurador os corretores das Praças distantes do logar onde o Tribunal residir: pena de uma multa correspondente a dez por cento da fiança que houver prestado, e de que a sua gestão só produzirá o effeito de mandato.

¹⁾ A Praça do Commercio é o que na Europa se chama Bolsa (Bourse). A do Rio de Janeiro tem a sua organisação e suas operações reguladas pelo Regulamento approvado por acto do Ministro da Fazenda de 11 de Maio de 1904. — 2) A nomeação e funções dos corretores, a organisação da sua Camara Syndical e as operações de Bolsa são regidas por diversos Regulamentos especiaes (D. no. 345 de 16 de Dezembro de 1893; D. no. 1359 de 2 de abril de 1883; D. no. 2475 de 13 de Março de 1897 e D. no. 2813 de 7 de Fevereiro de 1898). O Regimento Interno da Bolsa e dos Corretores de Fundos Publicso da Capital Federal foi approvado por despacho do Ministro da Fazenda de 11 de maio de 1904. — 3) As disposições referidas (art. 800 e 801) são disposições da parte do Codigo relativo ás quebras e revogadas pela nova lei de fallencias (Lei no. 859 de 16 de agosto de 1902 e seu Regulamento no. 4855 de 2 de Junho de 1903). As disposições mencionadas no texto se referem a perdas avultadas no jogo de qualquer especie, e quando o fallido não tem a escripturação feita nos termos do Codigo, casos em que a fallencia é qualificada de culposa. Essas disposições do Codigo correspondem ás dos arts. 331—V e 332—IX de Regulamento citado no. 4855 de 1903.

reckoned from the day following the arrival of the second post, steamship or ship, which may have left the district of the domicile of the said persons, after the date of the documents which have to be registered.

Title II. Markets of Commerce. 1)

32. The Market of Commerce is not only the place but also the meeting of traders, captains and masters of ships, brokers and any other persons employed in trade.

This place or meeting is under police surveillance and subject to the inspection

of the proper authorities.

The Regulations concerning the Markets of Commerce determine everything respecting the internal policing of the said markets, and all other matters appertaining to them.

33. The result of the transactions which are carried out on the Market fixes the rate of exchange, and the current price of merchandise, insurances, freights, transport by land and sea, public funds, national and foreign, and of any other papers of credit, the current price of which can be quoted.

34. The traders of any Market may elect from among themselves a committee

to represent the commercial community of the said Market.

Title III. Auxiliary Commercial Agents.

Chapter I. General provisions.

35. The following are considered auxiliary commercial agents, and as such subject to the commercial Laws with regard to the operations which in that character they transact: 1. Brokers; — 2. Auctioneers; — 3. Managers, book-keepers and clerks; — 4. Warehousemen and managers of depositories; — 5. Transport agents.

Chapter II. Brokers.²)

- 36. In order to be a broker, the person must be 25 years of age, and must have resided in the place for more than a year.
- 37. The following cannot be brokers: 1. Those who cannot be traders; 2. Women; 3. Brokers who have been once disqualified; 4. Undischarged bankrupts, and discharged bankrupts should the bankruptcy have been characterised as set out in the provision of the Arts. 800, No. 2 and 801, No. 13).
- 38. Every broker is obliged to register himself in the Commercial Tribunal where he has his domicile: and before entering on the exercise of his functions must take oath before the President that he will faithfully discharge his duty, brokers of the Markets distant from the place where the Tribunal is being allowed to swear by procuration: the penalty for not so doing is a fine corresponding to ten per cent. of the security which has been given, and which if incurred will in itself have the effect of a mandate.

¹⁾ The Market of Commerce is what in Europe is called the Bourse (Exchange). That of Rio de Janeiro has its organisation and its operations regulated by the Regulation approved by act of the Minister of Finance (Ministro do Fazenda) of the 11th May 1894. — 2) The appointment and functions of brokers, the organisation of their associated Chamber (Camara Syndical) and their operations on the Exchange are subject to various special Regulations (Decree No. 345 of the 16th December 1893; Decree No. 1359 of the 2nd April 1883; Decree No. 2475 of the 13th March 1897 and Decree No. 2813 of the 7th February 1898). The Rules of the Internal Management of the Exchange and of the Brokers of the Public Funds of the Federal Capital were approved by despatch of the Minister of Finance of the 11th May 1904. — 3) The provisions referred to (Arts. 800 and 801) are those of the part of the Code relating to bankruptcy repealed by the Bankruptcy Law (Law No. 859 of the 16th August 1892 and its Regulation No. 4855 of the 2nd June 1903), which in its turn has been replaced by the new Bankruptcy Law No. 2024 of the 17th December 1908. The provisions mentioned in the text refer to considerable losses in gambling of any kind, or when the bankrupt has not kept his books according to the terms of the Code, cases in which the bankruptcy is termed culpable. These provisions of the Code correspond to those of Arts. 331—V and 332—IX of the said Regulation No. 4855 of 1903, and to Arts. 167 No. 7 and 168 Title XIII of the said Bankruptcy Law No. 2024 of the 17th December 1908.

39. A petição para matricula deve declarar a naturalidade e domicilio do impetrante, o genero de commercio para que requer habilitar-se, e a Praça onde pretende servir de corretor; e ser instruida com os seguintes documentos originaes: 1.° Certidão de idade; — 2.° Titulo de residencia, por onde mostre que se acha domiciliado ha mais de um anno na praça em que pretende ser corretor; — 3.° Attestado de haver praticado o commercio sobre si, ou em alguma casa de commercio de grosso trato, na qualidade de socio gerente, ou pelo menos de guardalivros ou primeiro agente de algum corretor, com bom desempenho e credito.

Passados cinco annos, a contar da data da publicação do presente Codigo, nenhum estrangeiro não naturalisado poderá exercer o officio de corretor, ainda

que anteriormente tenha sido nomeado, e se ache servindo.

40. Mostrando-se o impetrante nas circumstancias de poder ser corretor, o Tribunal o admittirá a prestar fiança idonea; e apresentando certidão authentica de a ter prestado lhe mandará passar patente de corretor, procedendo-se aos mais termos dispostos no art. 6 para matricula dos commerciantes.

41. A fiança será prestada no cartorio do escrivão do Juiz do Commercio do

domicilio do corretor.

Os Tribunaes do Commercio, logo que forem installados, fixarão o quantitativo das fianças que devem prestar os corretores 1), com relação ao giro das transacções commerciaes das respectivas praças; podendo alterar o seu valor por uma nova fixação sempre que o julgarem conveniente.

42. Na falta de fiança, será o habilitante admittido a depositar a sua importancia em dinheiro ou apolices da Divida Publica, pelo valor real que estas tiverem

ao tempo do deposito.

Se no lugar onde deva prestar-se a fiança não houver giro de apolices da Divida Publica, poderá effectuar-se o deposito na praça mais proxima onde ellas girarem.

- 43. A fiança será conservada effectivamente por inteiro, e por ella serão pagas as multas em que o corretor incorrer, e as indemnisações a que for obrigado, se as não satisfizer immediatamente o que nellas for condemnado, ficando suspenso em quanto a fiança não for preenchida.
- 44. No caso de morte, fallencia ou ausencia de algum dos fiadores, ou de se terem desonerado da fiança por fórma legal (art. 262), cessará o officio de corretor em quanto não prestar novos fiadores.
- 45. O corretor póde intervir em todas as convenções, transacções e operações mercantis: sendo todavia entendido que é permittido a todos os commerciantes, e mesmo aos que o não forem, tratar immediatamente por si, seus agentes e caixeiros as suas negociações, e as de seus committentes, e até inculcar e promover para outrem vendedores e compradores, com tanto que a intervenção seja gratuita.

46. Nenhum corretor póde dar certidão senão do que constar do seu protocollo e com referencia a elle (art. 52); e sómente poderá attestar o que viu ou ouviu relativamente aos negocios do seu officio por despacho de autoridade competente; pena de uma multa correspondente a dez por cento da fiança prestada.

47. O corretor é obrigado a fazer assento exacto e methodico de todas as operações em que intervier, tomando nota de cada uma, apenas for concluida, em

um caderno manual paginado.

- 48. Os referidos assentos serão numerados seguidamente pela ordem em que as transacções forem celebradas, e deverão designar o nome das pessoas que nellas intervierem, as qualidades, quantidade e preço dos effeitos que fizerem o objecto da negociação, os prazos e condições dos pagamentos, e todas e quaesquer circumstancias occorrentes que possam servir para futuros esclarecimentos.
- 49. Nos assentos de negociações de letras de cambio deverá o corretor notar as datas, termos e vencimentos, as praças onde e sobre que forem sacadas, os nomes do sacador, endossadores e pagador, e as estipulações relativas ao cambio, se algumas se fizerem.

Nos negocios de seguros é obrigado a designar os nomes dos seguradores e do segurado (art. 667 n. 1), o objecto do seguro, seu valor segundo a convenção, logar

¹⁾ Na Capital Federal a fiança dos Corretores é de 5:000\$000 e deve ser prestada em dinheiro ou apolices. (art. 14 do Regulamento de 1904).

39. The application for registration must declare the nationality and domicile of the applicant, the kind of business for which he asks to be licensed, and the Market where he seeks to act as broker; and the following original documents must be included: 1. Certificate of age; — 2. Title of residence, from which it is shewn that he has been domiciled for more than a year in the place where he seeks to act as broker; — 3. Attestation of having been engaged in commerce on his own account or in some important commercial house, as managing partner, or at least as book-keeper or principal agent of a broker, with efficiency and credit.

After five years dating from the publication of this Code, no foreigner who has not been naturalized can exercise the functions of broker, even although he may

have been previously appointed and is so acting.

40. When the applicant has shewn that he has the qualifications to act as broker, the Tribunal will require him to give the proper security; and on presenting the certificate of having done so, will grant him the licence to act as broker, he proceeding thereafter as set out in Art. 6 for the registration of traders.

41. The security must be given at the office of the clerk of the Commercial

Judge where the broker has his domicile.

The Commercial Tribunals, as soon as they are installed, must fix the amount of security which brokers 1) have to find, having regard to the course of the commercial transactions of the respective markets; and they may alter the amount to a new one whenever they deem it necessary.

42. Failing to find security, the applicant must be allowed to deposit the amount in money or securities of the Public Debt, at their real value at the time

of the deposit.

If in the place where the security has to be given, the securities of the Public Debt are not quoted, the deposit must be lodged in the nearest market where they

are quoted.

- 43. The security must remain intact, but from it will be deducted the fines to which the broker may become liable, and the indemnities to which he may become bound, should he not immediately satisfy that to which he has been condemned, he being suspended as long as the security has not been brought up to its full amount.
- 44. In case of the death, failure or absence of any surety or should the security have been withdrawn in legal form (Art. 262), the broker's functions as such must cease, as long as the new surety does not appear.
- 45. A broker can intervene in all commercial contracts, transactions and operations: it being however understood that all traders and even those who are not traders, are themselves or through their agents or clerks allowed to transact their own business, and business committed to them, and even to recommend and obtain for another sellers and buyers, as long as their intervention is gratuitous,
- 46. A broker can only certify what is stated in his register, making reference thereto (Art. 52): and can only give evidence as to what he has seen or heard regarding the business of his calling by order of a competent authority; the penalty being a fine corresponding to ten per cent. of the security given.

47. A broker must make an exact and methodical entry of all transactions in which he intervenes, taking note of each one as soon as concluded, in a paged

pocket book.

- 48. The said entries must be made in the numerical order in which the transactions took place, and must give the names of the parties concerned in them, with the nature, quantity and price of the effects which formed the object of the business, the times and conditions of payment, and all and each of the surrounding circumstances which might serve for future elucidation.
- 49. In the entries of bills of exchange transactions the broker must note the dates, terms and due dates, the places where and on which they are drawn, the names of the drawers, indorsers and drawees, and the stipulations relating to the exchange should any have been made.

In transactions of insurance the names of the insurers and the assured (Art. 667 No. 1) must be given, the subject matter of the insurance, its value according to

¹⁾ In the Federal Capital the security given by Brokers is 5:000\$000 and must be lodged in money or securities. (Art. 14 of the Regulation of 1904).

da carga e descarga, o nome, nação e matricula do navio e o seu porte, e o nome

do capitão ou mestre.

50. Os assentos do caderno manual deverão ser lançados diariamente em um protocollo, por cópia litteral, por extenso, e sem emendas nem interposições, guardada a mesma numeração do manual.

O protocollo terá as formalidades exigidas para os livros dos commerciantes do art. 13, sob pena de não terem fé os assentos que nelle se lançarem, e de uma

multa correspondente á metade da fiança prestada.

O referido protocollo será exhibivel em Juizo, a requerimento de qualquer interessado, para os exames necessarios, e mesmo officialmente por ordem dos

Juizes e Tribunaes do Commercio (arts. 19 e 20).

51. O corretor, cujos livros forem achados sem as regularidades e formalidades especificadas no art. 50, ou com falta de declaração de alguma das individuações mencionadas nos arts. 48 e 49, será obrigado a indemnisar as partes dos prejuizos que dahi lhes resultarem, multado na quantia correspondente á quarta parte da fiança, e suspenso por tempo de tres a seis mezes: no caso de reincidencia será punido com a multa de metade da fiança, e perderá o officio.

No caso porém de se provar que obrou por dólo ou fraude, além da indemnisação das partes, perderá toda a fiança, e ficará sujeito á acção criminal que

possa competir.

52. Os livros dos corretores que se acharem sem vicio nem defeito, e regularmente escripturados na fórma determinada nos arts. 48, 49 e 50 terão fé publica.

As certidões extrahidas dos mesmos livros com referencia á folha em que se acharem escripturadas, sendo pelos mesmos corretores subscriptas e assignadas, terão força de instrumento publico para prova dos contractos respectivos (art. 46), nos casos em que por este Codigo se não exigir escriptura publica, ou outro genero de prova especial.

O corretor que passar certidão contra o que constar dos seus livros, incorrerá nas penas do crime de falsidade, perderá a fiança por inteiro, e será destituido.

53. Os corretores são obrigados a assistir á entrega das cousas vendidas por sua intervenção, si alguma das partes o exigir, sob pena de uma multa correspondente a cinco por cento da fiança, e de responderem por perdas e damnos.

54. Os corretores são igualmente obrigados em negociação de letra, ou de outros quaesquer papeis de credito endossaveis, ou apolices da Divida Publica, a havel-os do cedente e a entregal-os ao tomador, bem como receber e a entregar

o preço.

- 55. Ainda que em geral os corretores não respondão, nem possam constituir-se responsaveis pela solvabilidade dos contrahentes, serão comtudo garantes nas referidas negociações da entrega material do titulo ao tomador e do valor ao cedente, e responsaveis pela veracidade da ultima firma de todos e quaesquer papeis de credito por via delles negociados, e pela identidade das pessoas que intervierem nos contractos celebrados por sua intervenção.
- 56. E' dever dos corretores guardar inteiro segredo nas negociações de que se encarregarem; e se da revelação resultar prejuizo, serão obrigados á sua indemnização, e até condemnados á perda do officio e da metade da fiança prestada, provando-se dólo ou fraude.
- 57. O corretor que no exercicio do seu officio usar de fraude, ou empregar cavilação ou engano, será punido com as penas do art. 51.
- 58. Os corretores, ultimada a transacção de que tenham sido encarregados, serão obrigados a dar a cada uma das partes contrahentes cópia fiel do assento da mesma transacção, por elles assignada, dentro do prazo de quarenta e oito horas uteis, o mais tardar; pena de perderem o direito que tiverem adquirido á sua commissão, e de indemnisarem as partes de todo prejuizo que dessa falta lhes resultar.
- 59. E' prohibido aos corretores: 1.º Toda a especie de negociação e trafico directo ou indirecto, debaixo de seu ou alheio nome, contrahir sociedade de qualquer denominação ou classe que seja, e ter parte ou quinhão em navios ou na sua carga;

agreement, the place of loading and discharge, the name, nationality and register

of the ship and its port, and the name of the captain or master.

50. The entries in the pocket book must be transferred day by day to a register, being copied word for word, in extenso and without corrections or additions, the same numbering being observed as in the pocket book.

The register must obey all the formalities of Art. 13 required for the books

of traders, on pain that the entries thereto transferred shall be of no effect, and of

a fine corresponding to one half of the security given.

The said register is subject to production in Court at the instance of any interested party, for the examinations which may be necessary, and even by order of the Judges and Commercial Tribunals ex officio (Arts. 19 and 20).

51. A broker whose books are found without the formalities specified in Art. 50, or without the details mentioned in Arts. 48 and 49 having been entered, shall be obliged to indemnify the parties from the resulting losses, and fined in an amount corresponding to a fourth part of the security, and suspended for from three to six months: in case of a repetition of the offence he shall be punished by a fine of one half of the security and deprived of his office.

In the case, moreover, of its being proved that he acted deceitfully or fraudulently, he shall as well as having to indemnify the parties, lose all his security, and

shall be subject to the criminal proceeding which applies.

52. The books of brokers which are found without blemish or defect, and regularly written up in the manner determined in Arts. 48, 49 and 50 form trust-

worthy evidence.

Certified extracts from the said books, with reference to the page on which they have been entered, and signed by the said brokers, shall have the full force of a legalized document for proof of the contracts (Art. 46), in the cases in which a notarial instrument or other kind of special proof is not required according to this Code.

A broker who shall certify contrary to what is contained in his books, shall incur the penalties of the crime of falsity, shall lose all his security, and be deprived

of his office.

53. Brokers must be present at the delivery of things sold with their intervention, should any of the parties so demand, on pain of a fine corresponding to five per cent. of the security, and of being answerable for loss and damage.

54. Brokers must also in transactions relating to bills of exchange, or to any other indorsable papers of credit, or securities of the Public Debt, receive them from the assignor and deliver them to the taker, as well as receive and hand over

their value.

55. Although in general brokers are not answerable, nor can they be made responsible, for the solvency of the contracting parties, they must however be guarantors in the said transactions for the delivery of the subject matter to the taker and of the value to the assignor, and responsible for the authenticity of the last signature to all and any papers of credit negotiated through them, and for the identity of the persons between whom the business in which they intervene is being transacted.

56. It is the duty of brokers in the transactions with which they are entrusted to preserve absolute secrecy; and if they should divulge anything from which damage or loss results, they shall be bound to make compensation for such loss or damage, and even condemned to loss of office and to the loss of half of the security

given, if deceit or fraud be proved.

57. A broker who in the exercise of his functions makes use of fraud, or raises frivolous objections or is guilty of misrepresentation, shall be penalized as stated

in Art. 51.

58. When the transaction with which he has been entrusted is concluded, a broker must, within forty-eight hours at the latest, not counting holidays, deliver to each of the contracting parties a faithful copy of the entry of such transaction, signed by himself; should be not do so be shall lose the right to any commission to which he may be entitled, and shall indemnify the parties against any resulting loss.

59. Brokers are forbidden: 1. To enter into any kind of negotiation or dealing, direct or indirect, in their own or any other name, to join a partnership of whatever nature or class it may be, or to take a part or share in ships or their cargo; the pena de perdimento do officio, e de nullidade do contracto; — 2.º Encarregar-se de cobrança ou pagamentos por conta alheia; pena de perdimento do officio; — 3.º Adquirir para si ou para pessoa de sua familia cousa, cuja venda lhes fôr incumbida ou a algum outro corretor, ainda mesmo que seja a pretexto de seu consumo particular; pena de suspensão ou perdimento do officio, a arbitrio do Tribunal, segundo a gravidade do negocio, e de uma multa correspondente ao dobro do preço da cousa comprada.

60. Na disposição do artigo antecedente não se comprehende a acquisição de apolices da Divida Publica, nem a de acções de sociedades anonymas, das quaes, todavia, não poderão ser directores, administradores ou gerentes, debaixo de qual-

quer titulo que seja.

61. Toda a fiança dada por corretor em contracto ou negociação mercantil

feita por sua intervenção, será nulla.

62. Aos corretores de navios fica permittido traduzir os manifestos e documentos que os mestres de embarcações estrangeiras tiverem de apresentar para despacho nas Alfandegas do Imperio.

Estas traducções, bem como as que forem feitas por interpretes nomeados pelos Tribunaes do Commercio, terão fé publica; salvo ás partes interessadas o direito de impugnar a sua falta de exactidão.

63. Aos corretores de navios, que nas traducções de que trata o artigo antecedente commetterem erro ou falsidade de que resulte damno ás partes, são applicaveis as disposições do art. 51.

64. Os Tribunaes do Commercio, dentro dos primeiros seis mezes da sua installação, organisarão uma tabella dos emolumentos que aos corretores e inter-

pretes competem pelas certidões que passarem.

Toda a corretagem¹), não havendo estipulação em contrario, será paga repartidamente por ambas as partes.

1) Esta é a Tabella das corretagens devidas aos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal para as negociações por elles effectuadas.

Objectos	Pago pelo vendedor	Pago pelo comprador	Observações
Apolices da Divida Publica e Estadoaes	1/4 %	1/4 %	Sobre o valor nominal.
Idem Municipaes de valor nominal superior a 200\$000	1/4 %	1/4 %	Idem idem.
Idem idem até o valor nominal de 200\$ inclusive	500 réis	500 réis	Por apolice.
Acções ou quaesquer titulos de bancos ou companhias, até o valor venal de 50\$ inclusive	250 réis	250 réis	Por acção ou qualquer titulo.
Idem do valor venal de 50\$, até o de 200\$ inclusive	500 réis	500 réis	Idem idem.
Idem idem de mais de 200\$000	1/4 %	1/4 %	Idem idem.
Pelas transferencias de acções ou quaesquer titulos, por herança ou legado, por partilha judicial ou amigavel, ou para composição de fundo social, ou quaesquer outras, serão cobradas pelas taxas acima.	, , , ,		
Pelo registro no protocollo de corretor, dos numeros de ordem de titulos ao portador			
(nunca menos de 1\$000)	20 réis	_	Por numero de titulo, pago pelo interessado.
Metaes em moeda	1/8 %	1/8 %	Sobre a importancia em
Letras de cambio	3/16 %		Idem idem.
Descontos até 4 mezes	1/4 %		
Idem idem 6 mezes	3/8 %		
Idem idem 12 mezes	1/2 %		
Idem por mais de 12 mezes	Conven- ção		

penalty for so doing is loss of office and nullity of the contract; — 2. To undertake to collect or make payments on account of another; the penalty for so doing is loss of office; - 3. To acquire for themselves or for any member of their family, anything the sale of which has been entrusted to them or to any other broker, even under pretext that it is for their private consumption; the penalty for so doing is suspension or loss of office at the discretion of the Tribunal, according to the gravity of the case, and a fine corresponding to double the value of the thing bought.

60. In the provisions of the preceding article the acquisition of securities of the Public Debt, and shares in limited (joint stock) companies, of which however brokers cannot be directors, administrators or managers, under whatsoever title,

are not included.

61. Every guarantee given by a broker in respect of any trading contract or transaction made with his intervention, is null and void.

62. Shipbrokers are allowed to translate the manifests and documents which the masters of foreign vessels have to present for despatch in the Custom Houses

These translations, as well as those made by interpreters appointed by the Commercial Tribunals, form trustworthy evidence; except that the interested

parties have the right of challenging their want of exactitude.

63. Shipbrokers who, in the translations of which the preceding article treats should have committed an error or falsity from which loss to the parties results, are subject to the provisions of Art. 51.

64. The Commercial Tribunals, during the first six months of their installation, must draw up a table of emoluments which brokers and interpreters must follow

for the certificates which they give.

All brokerage 1) unless there has been a stipulation to the contrary, must be paid in parts by both parties.

1) The following is the Table of brokerage payable to Brokers of the Public Funds of the Federal Capital, in respect of transactions effected by them.

Subject matter	Payable by the vendor	Payable by the buyer	Observations
Public and State Debt securities	1/4%	1/4%	On the nominal value.
Municipal securities of a nominal value of over 200\$000	1/4%	1/4%	ditto.
Municipal securities of a nominal value of 200\$000 or under	500 reis	500 reis	Each security.
Shares or any titles (securities) of banks or companies, up to a marketable value of 50\$ inclusive	250 reis	250 reis	For each share or title.
Ditto of a marketable value of 50\$ to 200\$ inclusive	500 reis	500 reis	ditto.
Ditto of over 200\$	1/4%	1/4%	ditto.
Registration in the broker's register of the order numbers of titles (securities) to bearer (never less than 1\$000)	20 reis	_	Each title number paid by the party interested.
Coins	1/8%	1/8%	On the value in current coin.
Bills of exchange	$^{3/16}\%$ $^{1/4}_{4}\%$ $^{3/8}\%$ $^{1/2}\%$ as agreed.		ditto.

65. Vagando algum officio de corretor, o escrivão do Juizo do Commercio procederá immediatamente á arrecadação de todos os livros e papeis pertencentes ao officio que vague, e inventariados elles, dará parte ao Tribunal do Commercio, para este lhes dar o destino que convier.

66. O mesmo escrivão, no acto da arrecadação, é obrigado a proceder a exame nos sobreditos livros, em presença das partes interessadas e de duas testemunhas,

para se conhecer o seu estado.

67. O Governo, precedendo consulta dos respectivos Tribunaes do Commercio, marcará o numero de corretores que deverá haver em cada uma das Praças de Commercio do Brazil, e lhes dará Regimento proprio, e bem assim aos agentes de leilão, comtanto que por estes Regimentos se não altere disposição alguma das comprehendidas no presente Codigo.

Capitulo III. Dos agentes de leilão.1)

68. Para ser agente de leilões, requerem-se as mesmas qualidades e habilitações que para ser corretor.

Aos agentes de leilões, são applicaveis as disposições dos arts. 38, 59, 60 e 61

 $(art. 804)^2$.)

69. Os agentes de leilões, quando exercerem o seu officio dentro das suas proprias casas de leilão, e fóra dellas não se achando presente o dono dos effeitos que houverem de ser vendidos, são reputados verdadeiros consignatarios, sujeitos ás disposições do Titulo VIII — Da commissão mercantil — arts. 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 181, 182, 185, 186, 187, 188 e 189.

70. Os agentes de leilões ficam sendo exclusivamente competentes para a

70. Os agentes de leilões ficam sendo exclusivamente competentes para a venda de fazendas e outros quaesquer effeitos, que por este Codigo se mandam fazer judicialmente ou em hasta publica, e nesses casos tem fé de officiaes publicos.

Esta disposição não comprehende as arrematações judiciaes por execução de

sentença³).

71. Em cada agencia ou casa de leilão haverá indispensavelmente tres livros: o — Diario da entrada —, no qual se lançarão por ordem chronologica, sem interpolações, nem emendas ou raspaduras, as fazendas e effeitos que receberem; indicando-se as quantidades, volumes ou peças, suas marcas e signaes, as pessoas de quem se receberam e por conta de quem hão de ser vendidas; outro, o — Diario da sahida —, no qual se fará menção, dia a dia, das vendas, por conta e ordem de quem, e a quem, preço e condições de pagamento, e as mais clarezas que pareçam necessarias; terceiro, finalmente, o livro de — Contas correntes — entre a agencia e cada um dos seus committentes.

Aos referidos livros são applicaveis as disposições dos arts. 13 e 15, e serão exhibiveis em Juizo como os dos corretores (art. 50).

Objectos		Pago pelo comprador	Observações
Pelo lançamento de emprestimos por apolices, letras hypothecarias, debentures ou quaesquer outros titulos preferenciaes	_		Pago pelo contractante, conforme convenção mutua.
Pela avaliação de acções ou quaesquer titulos de bancos ou companhias ou de apolices As certidões e buscas, passadas pelos corretores de fundos publicos, serão cobradas de conformidade com a tabella de emolumentos da Camara Syndical.	5\$000	_	Pago por cada especie, pelo interessado.

¹) As funcções dos agentes de leilão são reguladas pelo D. no. 858 de 10 de Nov. de 1851 Lei no. 489 de 15 dezembro de 1897 ≎ D. no. 857 de 9 de agosto de 1902. — ²) Esta disposição da parte revogada de Codigo estatue que a fallencia dos agentes de leilão, como a dos leiloeiros é sempre considerada fraudulenta. Corresponde ao art. 332, X, do Regulamento das fallencias (no. 4855 de 1903). — ³) Neste caso as vendas são feitas pelo official judiciario respectivo.

65. Should the office of any broker become vacant, the clerk of the Commercial Court must proceed immediately to collect all the books and papers belonging to the vacant office, and having made a list of them, must inform the Commercial Tribunal, in order that it may deal with them as it may deem fit.

66. The said clerk, on collecting them, must proceed to an examination of the

said books, in the presence of the interested parties and of two witnesses, in order

to ascertain their condition.

67. The Government after consulting the proper Commercial Tribunals, must determine the number of brokers which there should be in each of the Commercial Markets of Brazil, and must give to each its own Regulations, as well as to the auctioneers, but such Regulations must not be contrary to any provision of this Code.

Chapter III. Auctioneers. 1)

68. The same qualifications and ability are required for being an auctioneer as for being a broker.

The provisions of Arts. 38, 59, 60 and 61 apply to auctioneers (Art. 804)2).

- 69. Auctioneers, whether they exercise their functions within their own auction establishments or elsewhere, are, in the absence of the owner of the goods to be sold, considered actual consignees, and subject as such to the provisions of Title VIII -Trading Commission — Arts. 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 181, 182, 185, 186, 187, 188 and 189.
- 70. Auctioneers have the exclusive power to sell goods or any other effects which according to this Code are ordered to be sold judicially or by public auction, and in such cases are deemed public officers.

This provision does not embrace judgment sales by auction.3)

71. In every auction establishment three books must be kept without fail: first — the day-book of entries —, in which must be entered in chronological order. without interpolations, corrections or erasures, the goods and effects which are received; indicating the quantities, bales, boxes or pieces, their marks and signs, the persons from whom they are received, and on whose account they are to be sold; secondly — the day-book of outgoings —, in which must be entered, day by day, the sales, on account and order of whom, and to whom, the prices and conditions of payment, and any other details which may appear necessary; thirdly and finally — the book of current accounts — between the auctioneer and each of his principals.

The provisions of Arts. 13 and 15 apply to these books, and they are subject

to be called for production in Court as are those of brokers (Art. 50).

Subject matter	Payable by the vendor	Payable by the buyer	Observations
Entry of loans on bonds, letters of hypothecation, debentures or any other preferential titles (securities)	_	_	Paid by the contracting party according to mutual agreement.
Valuation of shares or any titles (securities) of banks or companies or of bonds	5\$000	_	Paid by the interested party, for each kind.

1) The functions of auctioneers are regulated by Decree No. 858 of the 10th November 1851, Law No. 489 of the 15th December 1897 and Decree No. 857 of the 9th August 1902. -2) This provision of the part of the Code which has been repealed enacts that the bankruptcy of an auctioneer is always considered fraudulent. It corresponds to Article 332, X, of the Rules relating to bankruptcies (No. 4855 of 1903), and to Article 170, No. 4 of the New Bankruptcy Law (Decree No. 2044 of the 31st December 1908). - 3) In this case the sales are made by the proper officer of the Court.

72. Effeituado o leilão, o agente entregará ao committente, dentro de tres dias, uma conta por elle assignada, das fazendas arrematadas com as convenientes declarações, e dentro de oito dias immediatamente seguintes ao do leilão, realisará o pagamento do liquido apurado e vencido.

Havendo móra por parte do agente de leilão, poderá o committente requerer, no Juizo competente, a decretação da pena de prisão contra elle, até effectivo pagamento, e neste caso perderá o mesmo agente a sua commissão.

73. Os agentes de leilão em nenhum caso poderão vender fiado ou a prazos,

sem autorização por escripto do committente.

Capitulo IV. Dos feitores, guarda-livros e caixeiros.

- 74. Todos os feitores, guarda-livros, caixeiros e outros quaesquer prepostos das casas de commercio, antes de entrarem no seu exercicio, devem receber de seus patrões ou preponentes uma nomeação por escripto, que farão inscrever no Tribunal do Commercio (art. 10 n. 2); pena de ficarem privados dos favores por este Codigo concedidos aos da sua classe 1).
- 75. Os preponentes são responsaveis pelos actos dos feitores, guarda livros, caixeiros e outros quaesquer prepostos, praticados dentro das suas casas de commercio, que forem relativos ao giro commercial das mesmas casas ainda que se não achem autorisados por escripto.

Quando porém, taes actos forem praticados fóra das referidas casas, só obrigarão os preponentes, achando-se os referidos agentes autorisados pela fórma determinada pelo art. 74.

- 76. Sempre que algum commerciante encarregar um feitor, caixeiro ou outro qualquer preposto do recebimento de fazendas compradas, ou que por qualquer outro titulo devam entrar em seu poder, e o feitor, caixeiro ou preposto as receber sem objecção ou protesto, a entrega será tida por boa, sem ser admittida ao preponente reclamação alguma; salvo as que podem ter lugar nos casos prevenidos nos arts. 211, 616 e 618.
- 77. Os assentos lançados nos livros de qualquer casa de commercio por guardalivros ou caixeiros encarregados da escripturação e contabilidade, produzirão os mesmos effeitos como se fossem escripturados pelos proprios preponentes.
- 78. Os agentes de commercio sobreditos são responsaveis aos preponentes por todo e qualquer damno que lhes causarem por malversação, negligencia culpavel, ou falta de exacta e fiel execução das suas ordens e instrucções, competindo até contra elles acção criminal no caso de malversação.
- 79. Os accidentes imprevistos e inculpados, que impedirem aos prepostos o exercicio de suas funcções, não interromperão o vencimento do seu salario, com tanto que a inhabilitação não exceda a tres mezes continuos.
- 80. Si no serviço do preponente acontecer aos prepostos algum damno extraordinario, o preponente será obrigado a indemnisal-o a juizo de arbitradores.
- 81. Não se achando accordado o prazo do ajuste celebrado entre o preponente e os seus prepostos, qualquer dos contrahentes poderá da-lo por acabado, avisando o outro da sua resolução com um mez de antecipação.

Os agentes despedidos terão direito ao salario correspondente a esse mez, mas

o preponente não será obrigado a conserval-os no seu serviço.

82. Havendo um termo estipulado, nenhuma das partes poderá desligar-se da convenção arbitrariamente; pena de ser obrigada a indemnisar a outra dos prejuizos que por este facto lhe resultarem, a juizo de arbitradores.

¹) O art. 78, IB de Lei das Fallencias (no. 859 de 1902) estatue que são credores de Fallencia, com garantia sobre todo o activo, salvo hypothecas anteriormente inscriptas, "os feitores, guardalivros, caixeiros, bem como agentes e domesticos do fallido, pelos salarios e soldadas vencidas no anno immediatamente anterior á data da declaração de fallencia, tenham ou não registrados os titulos de nomeação."

72. After the auction has taken place, the auctioneer must within three days deliver to his principal an account signed by himself, of the goods which have been sold by auction with the necessary declarations, and within eight days immediately following that of the sale, must make payment of the exact net amount due to him.

Should there be delay on the part of the auctioneer, the principal may apply to the proper Court for an order for his arrest until payment has been made, and in such a case the auctioneer shall lose his commission.

73. An auctioneer must in no case sell on credit or for payment by instalments, without the written authority of his principal.

Chapter IV. Managers, book-keepers and clerks.

- 74. All managers, book-keepers, clerks and any other subordinate employees of commercial establishments, must, before entering on their duties, receive from their masters or principals their appointment in writing, which they must cause to be inscribed in the Commercial Tribunal (Art. 10 No. 2), on pain of being deprived of the advantages which this Code allows to those of their class 1).
- 75. Principals are responsible for the transactions of their managers, book-keepers, clerks or other subordinates, which have been effected within their own commercial establishments, and which relate to the regular course of the business of the same establishments, even although such transactions have not been authorized in writing.

When however the transactions have been effected outside the said establishments, the principals are only responsible if the said agents have been authorized in the manner determined by Art. 74.

- 76. Whenever a trader entrusts his manager, clerk or other subordinate with the receipt of goods which have been purchased, or which by any other title should come into his possession, and the manager, clerk or other subordinate receives them without objection or protest, the delivery will be deemed a good and proper delivery, and no objection thereto on the part of the principal will be allowed, except in the cases provided for in Arts. 211, 616 and 618.
- 77. Entries made in the books of any commercial establishment by book-keepers or other clerks entrusted with the book-keeping or accounts, are as effective for all purposes as though made by the principals themselves.
- 78. The above mentioned commercial agents are responsible to their principals for any and every loss occasioned by their misconduct, culpable negligence, or failure scrupulously and faithfully to execute their orders and instructions, being even liable to a criminal prosecution in case of malversation.
- 79. Occurrences which, being unforeseen and for which they are not responsible, prevent them from discharging their duties, do not deprive subordinates of their right to the regular receipt of their salaries, so long as the inability to attend to their duties does not exceed three continuous months.
- 80. Should a subordinate, while in the service of his principal, suffer any extraordinary loss or damage, the principal is bound to indemnify him according to the decision of arbitrators.
- 81. Should no term of employment have been agreed upon between the principal and his subordinate, either may terminate it by giving one month's notice to the other.

An employee who has been discharged is entitled to such month's salary, but the principal is not bound to keep him for this period in his service.

82. Should a fixed term have been agreed upon, neither side can arbitrarily free himself from the agreement, on pain of being bound to compensate the other for all losses occasioned, as decided by arbitrators.

¹⁾ Art. 78, I B of the Bankruptcy Law (No. 859 of 1902) enacts that "managers, book-keepers, cashiers (clerks), as well as agents and domestic servants of the bankrupt, as to the salaries or wages which have become due in the year immediately preceding the date of the declaration of bankruptcy, whether their titles of appointment are registered or not" are creditors of the estate with a preferential claim over all the assets, subject only to mortgages previously registered, and the New Bankruptcy Law of the 31st December 1908 contains in effect the same provision (Title V, Section II, Art. 91 No. 3).

- 83. Julgar-se-ha arbitraria a inobservancia da convenção por parte dos prepostos, sempre que se não fundar em injuria feita pelo preponente á seguridade, honra ou interesses seus ou de sua familia.
- 84. Com respeito aos preponentes, serão causas sufficientes para despedir os prepostos, sem embargo de ajuste por tempo certo: 1.º As causas referidas no artigo precedente; 2.º Incapacidade para desempenhar os deveres e obrigações a que se sujei taram; 3.º Todo o acto de fraude, ou abuso de confiança; 4.º Negociação por conta propria ou alheia sem permissão do preponente.
- 85. Os prepostos não podem delegar em outrem, sem autorização por escripto dos preponentes, quaesquer ordens ou encargos que delles tenham recebido; pena de responderem directamente pelos actos dos substitutos, e pelas obrigações por elles contrahidas.
- 86. São applicaveis aos feitores as disposições do Titulo VI De mandato mercantil arts. 145, 148, 150, 151, 160, 161 e 162.

Capitulo V. Dos trapicheiros e administradores de armazens de deposito.

87. Os trapicheiros e os administradores de armazens de deposito são obrigados a assignar no Tribunal do Commercio, ou perante o Juiz de Direito do Commercio, nos logares distantes da residencia do mesmo Tribunal, termo de fieis depositarios dos generos que receberem, e á vista delle se lhes passará titulo competente, que será lançado no Registro do Commercio.

Em quanto não tiverem preenchido esta formalidade, não terão direito para haver das partes aluguel algum pelos generos que receberem, nem poderão valer-se das disposições deste Codigo, na parte em que são favoraveis aos trapicheiros, e

aos administradores de armazens de deposito.

- 88. Os trapicheiros e os administradores de armazens de deposito são obrigados: 1.° A ter um livro authenticado com as formalidades exigidas no art. 13, e escripturado sem espaços em branco, entrelinhas, raspaduras, borraduras ou emendas; 2.° A lançar no mesmo livro numeradamente, pela ordem chronologica de dia, mez e anno, todos os effeitos que receberem; especificando com toda a clareza e individuação as qualidades e quantidades dos mesmos effeitos, e osnomes das pessoas que os remetterem e a quem, com as marcas e numeros que tiverem, annotando competentemente a sua sahida; 3.° A passar recibos competentes, declarando nelles as qualidades, quantidades, numeros e marcas, fazendo pesar, medir ou contar no acto do recebimento aquelles generos que forem susceptiveis de serem pesados, medidos ou contados; 4.° A ter em boa guarda os generos que receberem, e a vigiar e cuidar que se não deteriorem, nem se vasem sendo liquidos, fazendo para esse fim, por conta de quem pertencer, as mesmas diligencias e despezas que fariam se seus proprios fossem; 5.° A mostrar aos compradores, por ordem dos donos, as fazendas e generos arrecadados; 6.° A responder por todos os riscos do acto da carga e descarga dos generos que receberem.
- 89. Os administradores dos trapiches alfandegados remetterão, até o dia 15 dos mezes de janeiro e julho de cada anno, ao Tribunal do Commercio respectivo, um balanço em resumo de todos os generos que no semestre antecedente tiverem entrado e sahido dos seus trapiches ou armazens, e dos que nelles ficarem existindo; cada vez que forem omissos no cumprimento desta obrigação, serão multados pelo mesmo Tribunal na quantia de 100 \$\mathset{s}\$ a 200\$000.
- 90. Os Tribunaes do Commercio poderão officialmente mandar inspeccionar os livros dos trapicheiros e os trapiches, para certificar-se da exactidão dos ditos balanços, sempre que o julgarem conveniente. Si pela inspecção e exame se achar que os balanços são menos exactos, presumir-se-ha que houve extravio de direitos: e ao trapicheiro cujo for o balanço se imporá a multa do duplo do valor dos direitos que deverão pagar os generos que se presumirem extraviados; applicando-se metade do seu producto á Fazenda Nacional, e a outra metade ao cofre do Tribunal do Commercio.
- 91. Os trapicheiros, e os administradores de armazens de deposito são responsaveis ás partes pela prompta e fiel entrega de todos os effeitos que tiverem recebido.

83. The non-observance of the agreement on the part of a subordinate must be deemed arbitrary, unless it is founded on an injury done by the principal to the

credit, honour or interests of himself or of his family.

84. The following are sufficient grounds for the dismissal by principals of their subordinates, even when there is an agreement for a fixed term: 1. The grounds mentioned in the preceding Article; — 2. Inability to fulfil the duties and obligations which they have undertaken; — 3. Any act of fraud, or abuse of confidence; — 4. Doing business on their own or another's account without permission of the principal.

85. Subordinates may not delegate to others, without the written authority of their principals, any orders or commissions which they have received from them, on pain of being held directly responsible for the acts of their substitutes and for

the obligations incurred by them.

86. The provisions of Title VI — Commercial Agency —, Arts. 145, 148, 150, 151, 160, 161 and 162 are applicable to managers.

Chapter V. Warehousemen and managers of depositories.

87. Warehousemen and managers of depositories are obliged to bind themselves in the Commercial Tribunal, or before the Superior Commercial Judge in places distant from the said Tribunal, to act as faithful depositaries of the goods committed to their care, after doing which they will receive the proper license, which must be entered in the Commercial Registry.

As long as this formality is not complied with, they will not be entitled to any hire for the goods they receive, nor can they avail themselves of those provisions of this Code which apply in favour of warehousemen and managers of depositories.

88. Warehousemen and managers of depositories are bound: 1. To keep a book with all the formalities required by Art. 13, and without blank spaces, interlineations, erasures, blotting out or corrections; — 2. To enter in the same book in numerical order, and in the chronological order of the day, month and year, all the goods they receive, clearly and separately expressing the quality and quantity of the same goods, the names of the persons who deliver them and to whom they are delivered, with the marks and numbers they bear, taking correct note of their leaving the warehouse; — 3. To give proper receipts, stating in them the quality, quantity, numbers and marks, causing such goods as are susceptible of being weighed, measured or counted, to be weighed, measured or counted at the time of receipt; - 4. To carefully guard the goods they receive, and to see and take care that they do not deteriorate, and in the case of liquids, that no part is lost through leakage, taking with that object, and on account of the owner, the same measures and incurring the same expenditure as they would do if they were their own; — 5 To shew to buyers, on order of the owners, the goods or products deposited; — 6. To be answerable for all the risks, in the act of loading or unloading of the goods they receive.

89. Managers of bonded warehouses must deliver up to the 15th of January and 15th of July in each year to the proper Commercial Tribunal, an abridged balance sheet of all goods which during the preceding six months have entered or left their warehouses or depots, and of the goods existing in them: for each omission to comply with this obligation, they shall be fined by the said Tribunal from 100

to 200 milreis.

90. The Commercial Tribunals, whenever they deem fit, may order an official inspection of the books of the warehousemen and warehouses, in order that they may satisfy themselves of the correctness of the said balance sheets. If from the inspection and examination it is seen that the balance sheets are not correct, avoidance of the duties shall be presumed; and a fine of double the amount of the duties which ought to have been paid in respect of the goods presumed to have been smuggled shall be imposed on the warehouseman to whom the balance sheet belongs; half of this shall be paid to the National Treasury, and half to the funds of the Commercial Tribunal.

91. Warehousemen and managers of depositories are answerable to those interested for the prompt and faithful delivery of all goods which they have received,

constantes de seus recibos; pena de serem presos sempre que a não effectuarem dentro de vinte e quatro horas depois que judicialmente forem requeridos.

92. E' licito, tanto ao vendedor como ao comprador de generos existentes nos trapiches ou armazens de deposito, ex gir dos trapicheiros ou administradores que repesem e contem os mesmos effeitos no acto da sahida, sem que sejam obrigados a pagar quantia alguma a titulo de despeza de repeso ou contagem.

Todas as despezas que se fizerem a titulo de safamento serão por conta dos

mesmos trapicheiros ou administradores.

93. Os trapicheiros, e os administradores de armazens de deposito respondem pe los furtos acontecidos dentro dos seus trapiches ou armazens; salvo sendo commettidos por força maior, a qual deverá provar-se, com citação dos interessados o u dos seus consignatarios, logo depois do acontecimento.

94. São igualmente responsaveis ás partes pelas malversações e omissões de seus feitores, caixeiros ou outros quaesquer agentes, e bem assim pelos prejuizos que lhes resultarem da sua falta de diligencia no cumprimento do que dispõe o

art. 88, n. 4.

95. Em todos os casos em que forem obrigados a pagar ás partes falta de effeitos, ou outros quaesquer prejuizos, a avaliação será feita por arbitradores.

96. Os trapicheiros, e os administradores de armazens de deposito tem direito de exigir o aluguel que fôr estipulado ou admittido por uso na falta de estipulação, podendo não dar sahida aos effeitos em quanto não forem pagos; porém, si houver logar a alguma reclamação contra elles (arts. 93 e 94), só terão direito a requerer

o deposito do aluguel.

97. Os mesmos trapicheiros, e os administradores de armazens de deposito teem hypotheca tacita¹) nos effeitos existentes nos seus trapiches ou armazens, ao tempo da quebra do commerciante proprietario dos mesmos effeitos, para serem pagos dos alugueis e despezas feitas com a sua conservação (art. 88 n. 4), com preferencia a outro qualquer credor.

98. As disposições do Titulo XIV — Do deposito mercantil — são applicaveis

aos trapicheiros, e aos administradores de armazens de deposito.

Capitulo VI. Dos conductores de generos, e commissarios de transportes.

99. Os barqueiros, tropeiros e quaesquer outros conductores de generos ou commissarios, que do seu transporte se encarregarem mediante uma commissão, frete ou aluguel, devem effeituar a sua entrega fielmente no tempo e no logar do ajuste, e empregar toda a diligencia e meios praticados pelas pessoas exactas no cumprimento dos seus deveres em casos semelhantes para que os mesmos generos se não deteriorem, fazendo para esse fim, por conta de quem pertencer, as despezas necessarias; e são responsaveis ás partes pelas perdas e damnos, que, por malversação ou omissão sua, ou dos seus feitores, caixeiros ou outros quaesquer agentes resultarem.

100. Tanto o carregador como o conductor devem exigir-se mutuamente uma cautela ou recibo, por duas ou mais vias se forem pedidas, o qual deverá conter: 1.° O nome do dono dos generos ou carregador, o do conductor ou commissario de transportes, e o da pessoa a quem a fazenda é dirigida, e o logar onde deva fazer-se a entrega; — 2.° Designação dos effeitos e sua qualidade, genero e peso, ou numero dos volumes, e as marcas ou outros signaes externos destes; — 3.° O frete ou aluguel do transporte; — 4.° O prazo dentro do qual deva effeituar-se a entrega; — 5.° Tudo o mais que tiver entrado em ajuste.

101. A responsabilidade do conductor ou commissario de transportes começa a correr deste o momento em que recebe as fazendas, e só expira depois de effeituada

a entrega.

¹⁾ Depois da reforma da legislação hypothecaria levada a effeito pela lei no. 1237 de 24 de setembro de 1864 e confirmada pela lei 169 A de 19 de Janerio de 1890 e seu Regulamento no. 370 de 2 de Maio do mesmo anno, só existem no Brasil as hypothecas legaes e as convencionaes, devendo ambas ser especialisadas e inscriptas no Registro Geral para valer contra terceiros. Assim deixou de ter existencia legal a hypotheca tacita a que se refere este artigo do Codigo e outros notadamente os arts 108, 118, 189, 265 e outros. A hypotheca tacito creada por essas disposições se traduz hoje, num direito de retenção e, no caso de fallencia do devedor. na preferencia de pagamento sobre o preço dos objectos retidos.

as appears from the receipts; on pain of imprisonment if within twenty-four hours after they have been judicially ordered to do so, they do not effect delivery.

92. Both the seller and buyer of goods existing in warehouses or depositories may demand of the warehousemen or managers that the said goods shall be reweighed or recounted at the time of withdrawal, without being bound to pay anything in respect of such reweighing or recounting.

All expenses connected with the withdrawal of the goods must be borne by

the said warehousemen or managers.

93. Warehousemen and managers of depositories are answerable for thefts committed in their warehouses or depositories, unless they are committed by vis major, which must be proved, with a citation of the parties interested or their consignees, immediately after the occurrence.

94. They are also answerable to the interested parties for the malversations or defaults of their managers, clerks or other subordinates, as also for the loss resulting from their want of care in the fulfilment of the provisions of Art. 88, No. 4.

95. In every case in which they are bound to pay the interested parties for loss of goods, or for any damage, the valuation (assessment) must be made by arbitrators.

96. Warehousemen and managers of depositories have the right to demand the hire agreed upon, or the customary hire in the absence of agreement, and to refuse to allow the withdrawal of any goods for which the hire has not been paid; should there, however, be any ground for a counterclaim against them (Arts. 93 and 94), they can only demand the deposit of the hire.

97. The said warehousemen and managers of depositories hold, with preference to any other creditor, an implied hypothecation (lien) 1) of the goods existing in their warehouses or depositories at the time of the bankruptcy of the trading owner of the said goods, for the payment of the hire and all expenses incurred in their

preservation (Art. 88, No. 4).

98. The provisions of Title XIV — Commercial deposit — apply to ware-housemen and managers of depositories.

Chapter VI. Carriers and transport agents.

- 99. Boatmen, muleteers and any other carriers of goods or agents who undertake their transport for reward, freight or hire, must faithfully effect delivery in the time and at the place agreed, and employ all the care and means practised by persons who are scrupulous in the fulfilment of their duties in similar cases, so that the goods do not deteriorate, paying to this end, on account of the owner, the necessary expenses; and they are responsible to the interested parties for any loss or damage resulting from their own malversation or default, or from that of their managers, clerks or other subordinates.
- 100. Both the consignor and the carrier may mutually demand a way bill or receipt, in two or more copies if they should be asked for, which must contain:

 1. The name of the owner or consignor of the goods, of the carrier or transport agent, and of the person to whom the goods are directed, and the place where delivery has to be made; 2. A list of the goods, with their quality, nature and weight, the number of bales, boxes or pieces, and their marks or other external signs; 3. The freight or transport hire; 3. The time within which delivery must be effected; 5. Anything else which has formed part of the agreement.

101. The responsibility of the carrier or transport agent begins to run from the moment at which he receives the goods, and only expires after delivery has

been effected.

¹⁾ After the reform of the legislation concerning mortgages (hypothecations) effected by Law No. 1237 of the 24th of September 1864 and confirmed by Law 169 A of the 19th of January 1890 and Rule No. 370 of the 2nd of May of the same year, only legal and conventional mortgages (hypothecations), both having to be inscribed with all particulars in the General Registry as against third persons, can exist in Brazil. The implied hypothecation (lien) to which this Article of the Code and others, particularly Arts. 108, 118, 189, 265 refers, thus ceased to have any legal existence. The implied hypothecation (lien) created by these provisions is understood to-day as being a right of retention, and in case of the bankruptcy of the debtor, a prior right of payment out of the proceeds of the articles retained.

102. Durante o transporte, corre por conta do dono o risco que as fazendas soffrerem, proveniente de vicio proprio, força maior ou caso fortuito.

A prova de qualquer dos referidos sinistros, incumbe ao conductor ou commis-

sario de transportes.

103. As perdas ou avarias acontecidas ás fazendas durante o transporte, não provindo de alguma das causas designadas no artigo precedente, correm por conta

do conductor ou commissario de transportes.

- 104. Si, todavia, se provar que para a perda ou avaria dos generos interveio negligencia ou culpa do conductor ou commissario de transportes, por ter deixado de empregar as precauções e diligencias praticadas em circumstancias identicas por pessoas diligentes (art. 99), será este obrigado á sua indemnisação, ainda mesmo que tenha provindo de caso fortuito, ou da propria natureza da cousa carregada.
- 105. Em nenhum caso o conductor ou commissario de transportes é responsavel senão pelos effeitos que constarem da cautela ou recibo que tiver assignado, sem que seja admissivel ao carregador a prova de que entregou maior quantidade dos effeitos mencionados na cautela ou recibo, ou que entre os designados se continham outros de maior valor.

106. Quando as avarias produzirem somente diminuição no valor dos generos, o conductor ou commissario de transportes só será obrigado a compor a im-

portancia do prejuizo.

- 107. O pagamento dos generos que o conductor ou commissario de transportes deixar de entregar, e a indemnisação dos prejuizos que causar, serão liquidados por arbitradores, á vista das cautelas ou recibos (art. 100).
- 108. As bestas, carros, barcos, apparelhos, e todos os mais instrumentos principaes e accessorios dos transportes, são hypotheca tacita em favor do carregador para pagamento dos effeitos entregues ao conductor ou commissario de transportes¹).

109. Não terá logar reclamação alguma por diminuição ou avaria dos generos transportados, depois de se ter passado recibo da sua entrega sem declaração de

diminuição ou avaria.

- 110. Havendo, entre o carregador e o conductor ou commissario de transportes, ajuste expresso sobre o caminho por onde deva fazer-se o transporte, o conductor ou commissario não poderá variar delle; pena de responder por todas as perdas e damnos, ainda mesmo que sejam provenientes de algumas das causas mencionadas no art. 102; salvo se o caminho ajustado estiver intransitavel, ou offerecer riscos maiores.
- 111. Tendo-se estipulado prazo certo para a entrega dos generos, se o conductor ou commissario de transportes o exceder por facto seu, ficará responsavel pela indemnisação dos damnos que d'ahi resultarem na baixa do preço, e pela diminuição que o genero vier a soffrer na quantidade se a carga fôr de liquidos, a juizo de arbitradores.
- 112. Não havendo na cautela ou recibo prazo estipulado para a entrega dos generos, o conductor, sendo tropeiro, tem obrigação de os carregar na primeira viagem que fizer, e sendo commissario de transportes é obrigado a expedil-os pela ordem do seu recebimento, sem dar preferencia aos que forem mais modernos; pena de responderem por perdas e damnos.

113. Variando o carregador a consignação dos effeitos, o conductor ou commissario de transportes é obrigado a cumprir a sua ordem, recebendo-a antes de

feita a entrega no logar do destino.

- Si, porém, a variação do destino da carga exigir variação de caminho, ou que o conductor ou commissario de transportes passe do primeiro logar destinado, este tem direito de entrar em novo ajuste de frete ou aluguel, e não se acordando, só será obrigado a effectuar a entrega no logar designado na cautela ou recibo.
- 114. O conductor ou commissario de transportes não tem acção para investigar o direito por que os generos pertencem ao carregador ou consignatario: e logo que se lhe apresente titulo bastante para os receber deverá entregal-os, sem lhe ser

¹⁾ Vide nota 1 ao art. 97.

102. Any damage which the goods may suffer through inherent defect, vis major or unforeseen accident during transport, is at the risk of the owner.

The onus of proof of any of the aforesaid misfortunes lies on the carrier or

transport agent.

103. The carrier or transport agent is liable for loss of or damage to the goods during transport, not arising from any of the causes named in the preceding article.

104. Should it be proved, however, that the loss of or damage to the goods arose from the negligence or fault (culpa) of the carrier or transport agent, in his having omitted to employ the precautions and measures taken by careful persons in like circumstances (Art. 99), he will be bound to make compensation for such loss or damage, even when the loss or damage arose from unforeseen accident or from the inherent nature of the thing carried.

105. In no case is a carrier or transport agent responsible for other than the goods stated in the way bill or receipt which he has signed, and the consignor is not allowed to adduce evidence that he delivered a larger quantity of goods than are mentioned in the way bill or receipt, or that among them are others of greater

value.

106. When the effect of the damage is only to diminish the value of the goods, a carrier or transport agent is only bound to the extent of the amount of the damage.

107. The amount of the payment to be made for the goods which a carrier or transport agent has failed to deliver, and of the compensation for the loss which may have been caused, must be settled by arbitrators, on production of the way bills or receipts (Art. 100).

108. A consignor has an implied lien (hypothecation) on transport animals, carts, boats, equipment, and all other principal or accessory aids to transport, for the payment for the goods delivered to the carrier or transport agent 1).

- 109. After a delivery receipt has been signed without any declaration of shortage or damage, no claim can be made for shortage of or damage to the goods carried.
- 110. When there is an express agreement between a consignor and a carrier or transport agent, as to the route by which the transport is to be made, the carrier or agent may not depart from it; on pain of being answerable for all loss and damage, although they arise from any of the causes mentioned in Art. 102; unless the route agreed upon is impassable, or offers greater risks.

111. If a certain time has been stipulated for delivery of the goods, and the carrier or transport agent has exceeded it by his own action, he is liable to make compensation for the loss which may have resulted therefrom in the way of a decrease in their value, and for any diminution in quantity the goods may have suffered in the event of the cargo or load being liquid, according to the award of arbitrators.

112. If there is no time stipulated in the way bill or receipt for the delivery of the goods, the carrier, if in charge of a conveyance or pack horses or mules, is bound to transport them in the first journey which he makes, and if a transport agent, is bound to despatch them in the order in which they were received, without giving preference to those more recently received; on pain of being answerable for loss or damage.

113. Should a consignor alter the destination of the goods, the carrier or transport agent is bound to fulfil the new order, if he receives it before delivery

is made at the original place of destination.

If, however, the alteration of destination of the cargo or load involves an alteration of the route, or renders it necessary for the carrier or transport agent to go beyond the place of the first destination, he has the right of making a new agreement for freight or hire, and if no agreement is arrived at, is only bound to effect delivery at the place mentioned in the way bill or receipt.

114. A carrier or transport agent cannot claim to investigate the right of the consignor or consignee to the possession of the goods; and as soon as a sufficient document of title to receive them is presented to him he must deliver them in the

¹⁾ See note to Art. 97.

admittida opposição alguma; pena de responder por todos os prejuizos e riscos que resultarem da mora, e de proceder-se contra elle como depositario (art. 284).

115. Os conductores, e os commissarios de transportes são responsaveis pelos damnos que resultarem de omissão sua ou dos seus propostos no cumprimento das formalidades das Leis ou Regulamentos fiscaes em todo o curso da viagem, e na entrada no logar do destino, ainda que tenham ordem do carregador para obrarem em contravenção das mesmas Leis ou Regulamentos.

116. Os conductores, ou commissarios de transportes de generos por terra ou agua teem direito a serem pagos, no acto da entrega, do frete ou aluguel ajustado; passadas 24 horas, não sendo pagos, nem havendo reclamação contra elles (art. 109) poderão requerer sequestro e venda judicial dos generos transportados, em quantidade que seja sufficiente para cobrir o preço do frete e despezas, se algumas tiverem supprido para que os generos se não deteriorem (art. 99).

- 117. Os generos carregados são hypotheca tacita¹) do frete e despezas; mas, esta deixa de existir logo que os generos conduzidos passam do poder do proprietario ou consignatario, para o dominio de terceiro.
- 118. As disposições deste capitulo são applicaveis aos donos, administradores e arraes de barcas, lanchas, saveiros, falúas, canôas, e outros quaesquer barcos de semelhante natureza empregados no transporte dos generos commerciaes.

Titulo IV. Dos banqueiros.

119. São considerados banqueiros, os commerciantes que tem por profissão

habitual do seu commercio as operações chamadas de Banco.

120. As operações de Banco serão decididas e julgadas pelas regras geraes dos contractos estabelecidos neste Codigo, que forem applicaveis segundo a natureza de cada uma das transacções que se operarem.

Titulo V. Dos contractos e obrigações mercantis.

121. As regras e disposições do direito civil para os contractos em geral, são applicaveis aos contractos commerciaes, com as modificações e restricções estabele-

cidas neste Codigo²).

122. Os contractos commerciaes podem provar-se: 1.° Por escripturas publicas; — 2.° Por escriptos particulares; — 3.° Pelas notas dos corretores, e por certidões extrahidas dos seus protocollos; — 4.° Por correspondencia epistolar; — 5.° Pelos livros dos commerciantes; — 6.° Por testemunhas.

123. A prova de testemunhas, fóra dos casos expressamente declarados neste Codigo, só é admissivel em Juizo commercial, nos contractos cujo valor não exceder

a quatrocentos mil réis.

Em transações de maior quantia, a prova testemunhal sómente será admittida

como subsidiaria de outras provas por escripto.

124. Aquelles contractos para os quaes neste Codigo se estabelecem fórmas e solemnidades particulares, não produzirão acção em Juizo commercial, se as mesmas fórmas e solemnidades não tiverem sido observadas.

125. São inadmissiveis nos Juizos do Commercio quaesquer escriptos commerciaes de obrigações contrahidas em territorio Brasileiro que não forem exarados no idioma do Imperio; salvo sendo estrangeiros todos os contrahentes, e neste caso deverão ser apresentados competentemente traduzidos na lingua nacional.

126. Os contractos mercantis são obrigatorios, tanto que as partes se accordam sobre o objecto da convenção, e os reduzem a escripto, nos casos em que esta prova

é necessaria

127. Os contractos tratados por correspondencia epistolar reputam-se concluidos e obrigatorios desde que o que recebe a proposição expede carta de resposta, acceitando o contracto proposto sem condição nem reserva; até este ponto é livre retractar a proposta; salvo se o que a fez se houver compromettido a esperar resposta,

¹⁾ Vide nota 1 ao art. 97. — 2) As disposições do Codigo Commercial sobre contractos e obrigações são os textos mais completos da legislação brasileira sobre a materia. Não tendo ainda sido promulgado o Codigo Civil, em elaboração parlamentar, a materia de obrigações em direito civil ó sinda regulada no Brasil pelas disposições esparsas nos velhas Ordenações Philippinas, de 1603.

face of any objection; on pain of being answerable for all damages and risks resulting from the delay, and of being proceeded against as a depositary (Art. 284).

115. Carriers and transport agents are answerable for the losses resulting from the non-observance by themselves or their subordinates of the formalities of the fiscal Laws and Regulations, during the whole course of the journey, and up to their arrival at the place of destination, even although they have orders from the consignor to act in contravention of the said Laws and Regulations.

116. Carriers and transport agents of goods by land or water are entitled to be paid the freight or hire agreed upon at the time when the goods are delivered; if they have not been paid within 24 hours, and no claim has been made against them (Art. 109), they can apply for a sequestration and judicial sale of such a quantity of the goods transported as is sufficient to cover the cost of freight and the expenses, in case any have been incurred in order to avoid deterioration of the goods (Art. 99).

117. Goods which have been carried are subject to an implied lien (hypothecation) 1) for freight and expenses; but this ceases to exist as soon as the transported goods pass from the possession of the owner or consignee into that of a third person as

the owner thereof.

118. The provisions of this Chapter are applicable to owners, managers and masters of boats, lighters, fishing boats, feluccas, canoes and any other boats of a similar nature employed in the transport of merchandise.

Title IV. Bankers.

119. Those traders are considered bankers who in the carrying on of their

business habitually engage in so-called bank operations.

120. Bank operations are decided and adjudicated upon according to such of the general rules for contracts established by this Code as may be applicable to them having regard to the nature of each one of the operations transacted.

Title V. Commercial contracts and obligations.

121. The rules and provisions of the civil law with regard to contracts in general apply also to commercial contracts, subject to the modifications and restrictions

established by this Code 2).

122. Commercial contracts may be proved: 1. By notarial instruments; — 2. By private documents; — 3. By notes taken by brokers, and by certified extracts from their registers; — 4. By epistolary correspondence; — 5. By the books of traders; — 6. By witnesses.

123. Proof by witnesses, except in cases expressly mentioned in this Code,

is only admissible in Commercial Courts in the case of contracts the value of which

does not exceed four hundred milreis.

In transactions of a greater amount, proof by witnesses is only admitted as

subsidiary to other documentary evidence.

124. Contracts for which special forms and solemnities are established by this Code do not give rise to actions in the Commercial Courts, unless the said forms and solemnities have been observed.

125. Commercial documents relating to obligations contracted in Brazilian territory which are not expressed in the language of the Empire, are not admitted in the Commercial Courts; except when all the contracting parties are foreigners, in which case they must be presented properly translated into the national language.

126. Commercial contracts are binding as soon as the parties are in agreement as to the subject matter of the contract, and reduce the terms to writing

in the cases in which proof in writing is necessary.

127. Contracts entered into by epistolary correspondence are deemed to be concluded and binding, as soon as the receiver of the offer sends a reply by letter, accepting the terms of the contract proposed without condition or reserve; up to this point the offer may be withdrawn; except when the proposer has promised

¹⁾ See note to Art. 97. — 2) The provisions of the Commercial Code as to contracts and obligations are the most complete in the existing Brazilian legislation on the subject. The Civil Code not having yet been promulgated nor subjected to parliamentary revision, the subject matter of obligations is in the civil law still regulated in Brazil by the provisions scattered through the old Ordinances of Philip of 1603.

e a não dispor do objecto do contracto senão depois de rejeitada a sua proposição, ou até que decorra o prazo determinado.

Si a acceitação fôr condicional, tornar-se-ha obrigatoria desde que o primeiro

proponente avisar que se conforma com a condição.

128. Havendo no contracto pena convencional, se um dos contrahentes se arrepender, a parte prejudicada só poderá exigir a pena (art. 218).

129. São nullos todos os contractos commerciaes: 1.º Que forem celebrados entre pessoas inhabeis para contractar; — 2.º Que recahirem sobre objectos prohibidos pela Lei, ou cujo uso ou fim fôr manifestamente offensivo da sã moral e bons costumes; — 3.º Que não designarem a causa certa de que deriva a obrigação; — 4.º Que forem convencidos de fraude, dolo ou simulação; — 5.º Sendo contrahidos por commerciante que vier a fallir, dentro de quarenta dias anteriores á declaração da quebra.

130. As palavras dos contractos e convenções mercantis devem inteiramente entender-se segundo o costume e uso recebido no commercio, e pelo mesmo modo e sentido por que os negociantes se costumam explicar, posto que entendidas de outra

sorte possam significar cousa diversa.

- 151. Sendo necessario interpretar as clausulas do contracto, a interpretação, além das regras sobreditas, será regulada sobre as seguintes bases: 1.° A intelligencia simples e adequada, que fôr mais conforme á boa fé, e ao verdadeiro espirito e natureza do contracto, deverá sempre prevalecer á rigorosa e restricta significação das palavras; 2.° As clasulas duvidosas serão entendidas pelas que o não forem, e que as partes tiverem admittido; e as antecedentes e subsequentes, que estiverem em harmonia, explicarão as ambiguas; 3.° O facto dos contrahentes posterior ao contracto, que tiver relação com o objecto principal, será a melhor explicação da vontade que as partes tiveram no acto da celebração do mesmo contracto; 4.° O uso e pratica geralmente observada no commercio nos casos da mesma natureza, e especialmente o custume do logar onde o contracto deva ter execução, prevalecerá a qualquer intelligencia em contrario que sepretenda dar á spalavras; 5.° Nos casos duvidosos, que não possam resolver-se segundo as bases estabelecidas, decidir-se-ha em favor do devedor.
- 132. Si para designar a moeda, peso ou medida, se usar no contracto de termos genericos que convenham a valores ou quantidades diversas, entender-se-ha feita a obrigação na moeda, peso ou medida em uso nos contractos de igual natureza.
- 133. Omittindo-se na redacção do contracto clausulas necessarias á sua execução, deverá presumir-se que as partes se sujeitáram ao que é de uso e pratica em taes casos entre os commerciantes, no logar da execução do contracto.
- 134. Todo o documento de contracto commercial em que houver raspadura ou emenda substancial não resalvada pelos contrahentes com assignatura da resalva, não produzirá effeito algum em Juizo; salvo mostrando-se que o vicio fôra de proposito feito pela parte interessada em que o contracto não valha.

135. Em todas as obrigações mercantis com prazo certo, não se conta o dia da data do contracto, mas, o immediato seguinte; conta-se, porêm, o dia da ex-

piração do prazo ou vencimento.

- 136. Nas obrigações com prazo certo, não é admissivel petição alguma judicial para a sua execução antes do dia do vencimento; salvo nos casos em que este Codigo altera o vencimento da estipulação, ou permitte acção de remedios preventivos.
- 137. Toda a obrigação mercantil que não tiver prazo certo estipulado pelas partes, ou marcado neste Codigo, será exequivel dez dias depois da sua data.
- 138. Os effeitos da móra no cumprimento das obrigações commerciaes, não havendo estipulação no contracto, começam a correr desde o dia em que o credor, depois do vencimento, exige judicialmente o seu pagamento.
- 139. As questões de facto sobre a existencia de fraude, dólo, simulação, ou omissão culpavel na formação dos contractos commerciaes, ou na sua execução, serão determinados por arbitradores.

to await the reply, and not to dispose of the subject matter of the contract unless his offer has been refused, or until a fixed period has elapsed.

If the acceptance is conditional, it becomes binding as soon as the first proposer

gives notice that he agrees to the condition.

128. If the contract is made subject to a penalty which has been agreed upon, and one of the contracting parties wishes to withdraw from it, the party prejudiced

can only demand the penalty (Art. 218).

129. The following commercial contracts are null and void: 1. Those entered into by persons incapable of contracting; — 2. Those the subject matter of which is prohibited by law, or the purpose or object of which is manifestly offensive to sound morals and good customs; — 3. Those which do not designate a definite consideration (causa certa) from which the obligation is derived; — 4. Those induced by fraud, deceit or pretence; — 5. Those contracted by a trader within forty days before the declaration of his bankruptcy.

130. The words of commercial contracts and agreements must always be understood according to the custom and usage of trade, and in the same manner and sense in which business men are accustomed to understand them, even if, having been understood in another manner, they may mean something different.

131. When it is necessary to interpret the clauses of a contract, the interpretation, besides being subject to the aforesaid rules, shall be regulated on the following bases: 1. A simple and adequate construction, which must also be in accordance with good faith, and with the true spirit and nature of the contract, must always prevail over a narrow and restricted meaning of the words; — 2. Doubtful clauses must be interpreted with reference to those which are not so, and which the parties have admitted; and preceding and subsequent clauses which are in harmony must be regarded for the purpose of explaining those which are ambiguous; — 3. The acts of the contracting parties subsequent to the contract, which relate to the principal object of the contract, will furnish the best explanation of the intention of the parties at the time of making the contract; — 4. The usage and practice generally observed in trade in cases of a like nature, and especially the custom of the place where the contract has to be performed, must prevail over any contrary interpretation which it is sought to give to the words; — 5. All doubtful cases which cannot be resolved according to the bases established, must be decided in favour of the obligor.

132. When generic terms which may apply to different values or quantities are used in a contract to denote money, weight or measure, the obligation must be understood to have been contracted in the money, weight or measure customary

in contracts of a like nature.

133. If in the drawing up of a contract any terms necessary for its performance have been omitted, it must be presumed that the parties are subject to the usage and practice in such cases amongst traders in the place where the contract has to

be performed.

134. Every document of a commercial contract in which there are erasures or substantial alterations not confirmed by the contracting parties with their signatures, shall have no effect in law, unless it is shewn that the erasure or alteration has been purposely made by a party interested in order to invalidate the contract.

135. In all commercial obligations subject to a fixed term, such term commences to run on the day following the date of the contract; the day on which the

term expires or the obligation falls due is, however, counted.

136. In obligations subject to a fixed term, no application by legal process for its performance before the day of maturity is admissible, except in cases where this Code alters the day of maturity or permits an action for preventive remedies.

137. Every commercial obligation which is not subject to a fixed term agreed upon by the parties or defined by this Code, must be performed ten days after its date.

138. The effects of delay in the fulfilment of commercial obligations, if there is no stipulation to the contrary, commence to run from the day on which the obligee, after the time for fulfilment has passed, demands fulfilment by legal process.

139. Questions of fact as to the existence of fraud, deceit, pretence or culpable omission in the formation of commercial contracts, or in their execution, must be

decided by arbitrators.

Titulo VI. Do mandato mercantil.

140. Dá-se mandato mercantil, quando um commerciante confia a outrem a gestão de um ou mais negocios mercantis, obrando o mandatario e obrigando-se em nome do committente.

O mandato requer instrumento publico ou particular, em cuja classe entram as cartas missivas; comtudo, poderá provar-se por testemunhas nos casos em que

é admissivel este genero de prova (art. 123).

141. Completa-se o mandato pela acceitação do mandatario; e a acceitação póde ser expressa ou tacita; o principio da execução prova a acceitação para todo o mandato.

142. Acceito o mandato, o mandatario é obrigado a cumpril-o segundo as ordens e instrucções do committente; empregando na sua execução a mesma diligencia que qualquer commerciante activo e probo costuma empregar na gerencia dos seus proprios negocios.

143. Não é livre ao mandatario, acceito o mandato, abrir mão delle; salvo se sobrevier causa justificada que o impossibilite de continuar na sua execução.

144. Si o mandatario depois de acceito o mandato vier a ter conhecimento de que o committente se acha em circumstancias que elle ignorava ao tempo em que acceitou, poderá deixar de exequir o mandato, fazendo prompto aviso ao mesmo committente.

Póde igualmente o mandatario deixar de exequir o mandato, quando a execução depender de supprimento de fundos, em quanto não receber do committente os necessarios; e até suspender a execução já principiada se as sommas recebidas não

forem sufficientes.

145. O mandato geral abrange todos os actos de gerencia connexos e consequentes, segundo se entende e pratica pelos commerciantes em casos semelhantes no logar da execução; mas, na generalidade dos poderes não se comprehendem os de alhear, hypothecar, assignar fianças, transacções, ou compromissos de credores, entrar em companhias ou sociedades, nem os de outros quaesquer actos para os quaes se exigem neste Codigo poderes especiaes.

146. O mandatario não póde subrogar¹), se o mandato não contém clausula

expressa que autorize a delegação.

147. Quando no mesmo mandato se estabelece mais de um mandatario, entendese que são todos constituidos para obrarem na falta, e depois dos outros, pela ordem da nomeação; salvo declarando-se expressamente no mandato que devem obrar solidaria e conjunctamente: neste ultimo caso, ainda que todos não acceitem, a maioria dos que acceitarem poderá exequir o mandato.

148. Si o mandatario fôr constituido por diversas pessoas para um negocio commum, cada uma dellas será solidariamente obrigada por todos os effeitos do

mandato.

149. O committente é responsavel por todos os actos praticados pelo mandatario dentro dos limites do mandato, ou este obre em seu proprio nome, ou em nome do committente.

150. Sempre que o mandatario contractar expressamente em nome do committente, será este o unico responsavel; ficará, porém, o mandatario pessoalmente obrigado se obrar no seu proprio nome, ainda que o negocio seja de conta do committente.

151. Havendo contestação entre um terceiro e o mandatario, que com elle contractou em nome do committente, o mandatario ficará livre de toda a responsabilidade, apresentando o mandato, ou ratificação daquelle por conta de quem contractou.

152. Se o mandatario, tendo fundos ou credito aberto do committente, comprar, em nome delle mandatario, algum objecto que devera comprar para o committente por ter sido individualmente designado no mandato, terá este acção para o obrigar

á entrega da cousa comprada.

153. O commerciante que tiver na sua mão fundos disponiveis do committente, não póde recusar-se ao cumprimento das suas ordens relativamente ao emprego

 $^{^{1})\} A$ expressão «subrogar» quer aqui dizer substabelecer, transferir os poderes do mandato a terceira pessoa.

Title VI. Commercial agency.

140. A commercial mandate (agency) exists when one trader entrusts another with the management of one or more commercial businesses, the agent acting in the name of the principal and binding him.

The mandate must be granted by either a notarial or private instrument, in which the powers entrusted to the agent are entered; however, it may be proved by oral testimony in cases where this kind of proof is admissible (Art. 123).

141. The agency is complete on acceptance by the agent; and the acceptance may be express or implied; the entering upon its execution constitutes an accept-

ance of the whole of the mandate.

142. When the mandate has been accepted, the agent is bound to fulfil it according to the orders and instructions of his principal; bestowing the same care and diligence in its execution as any active and honest trader would usually bestow in the conduct of his own business.

143. When the mandate has been accepted, the agent may not desist from its performance, unless some justifiable cause which makes it impossible for him to continue the performance thereof arises.

144. If after having accepted the mandate, it comes to the knowledge of the agent that his principal is in a position of which he was ignorant when he accepted it, he may relinquish the mandate on giving immediate notice to the principal.

In like manner the agent may relinquish the mandate, when its execution depends upon a supply of funds, if he does not receive what is necessary from his principal; and he may even suspend any execution already begun, if the sums received should not be sufficient.

145. A general mandate comprises all acts connected with and consequent on the management of the business, according to what is understood and practised by traders in similar cases in the place of performance; but, in the generality of the powers conferred those of alienating, mortgaging, signing guarantees, compromises or compositions with creditors, joining partnerships or other associations, are not included, nor are those in respect of any other acts for which special powers are required by this Code.

146. An agent cannot subrogate 1), unless the mandate contains a clause

which expressly authorizes the delegation.

147. When more than one agent is appointed by the same mandate, it is understood that any of them can act in the absence of the others in the order of their nomination, unless it is expressly declared in the mandate that they must exercise their powers jointly; and in this latter case, even although all do not accept, the majority of those who do can execute the mandate.

148. If an agent has been appointed by several persons for a business in common, each of the principals is jointly bound with the others for all the consequences

of the mandate.

- 149. A principal is responsible for all the acts of his agent within the limits of the mandate, whether the latter acts in his own name or in that of the principal.
- 150. Whenever an agent contracts expressly in the name of his principal, the latter is alone responsible; an agent is personally liable, however, if he acts in his own name, even although the business may be on account of his principal.
- 151. In the event of there being any dispute between a third person and an agent who has contracted with him in the name of the principal, the agent, on presenting his mandate, or on ratification by the person for whom he has contracted, shall be free from all responsibility.

152. If an agent, holding funds belonging to his principal or having open credit with him, purchases in his (the agent's) own name any object which, as having been specially named in the mandate, he ought to purchase for his principal, the latter can bring an action to compel delivery to him of the thing so purchased.

153. A trader who holds disposable funds of a principal, may not refuse to execute his orders as to the employment or disposal of the said funds; on pain

¹⁾ The expression "subrogate" here means "substitute"; to transfer the powers of the mandate to a third person.

ou disposição dos mesmos fundos; pena de responder por perdas e damnos que dessa falta resultarem.

- 154. O committente é obrigado a pagar ao mandatario todas as despezas e desembolsos que este fizer na execução do mandato, e os salarios ou commissões que forem devidas por ajuste expresso, ou por uso e pratica mercantil do logar onde se cumprir o mandato, na falta de ajuste.
- 155. O committente e o mandatario são obrigados a pagar juros um ao outro reciprocamente; o primeiro pelos dinheiros que o mandatario haja adiantado para cumprimento das suas ordens, e o segundo pela demora que possa ter na entrega dos fundos que pertencerem ao committente.

156. O mandatario tem direito para reter, do objecto da operação que lhe foi commettida, quanto baste para pagamento de tudo quanto lhe fôr devido em consequencia do mandato.

157. O mandato acaba: 1.º Pela revogação do committente; — 2.º Quando o mandatario demitte de si o mandato; — 3.º Pela morte natural ou civil¹), inhabilitação para contractar, ou fallimento, quer do committente, quer do mandatario; 4.° Pelo casamento da mulher commerciante que deu ou recebeu o mandato, quando o marido negar a sua autorização pela fórma determinada no art. 29.

158. A nomeação do novo mandatario é sempre derogatoria do mandato

anterior, ainda que esta clausula se não expresse no novo mandato.

159. O instrumento do mandato geral, e o da sua revogação deverão ser registrados no Tribunal do Commercio do domicilio do mandante e do mandatario, ou no cartorio do escrivão do Juizo do Commercio, nos logares distantes da residencia do Tribunal.

A falta de registro estabelece a presumpção da validade dos actos praticados

pelo mandatario destituido.

- 160. A morte do committente, ou a sua incapacidade civil não prejudica a validade dos actos praticados pelo mandatario até que receba a noticia, nem tão pouco aos actos successivos que forem consequencia dos primeiros, necessarios para o adimplemento do mandato.
- 161. Morrendo o mandatario, seus herdeiros, successores, ou representantes legaes são obrigados a participal-o ao committente, e, até receberem novas ordens, devem zelar os interesses deste, e concluir os actos de gestão começados pelo finado mandatario, se da móra poder vir damno ao committente.
- 162. O mandatario responde ao committente por todas as perdas e damnos que no cumprimento do mandato lhe causar, quer procedam de fraude, dólo ou malicia, quer ainda mesmo os que possam attribuir-se somente a omissão ou negligencia culpavel (art. 139).
- 163. Quando um commerciante sem mandato, ou excedendo os limites deste, conclue algum negocio para o seu correspondente, é gestor de negocio segundo as disposições da Lei geral; mas, se este for ratificado, toma o caracter de mandato mercantil, e entende-se feito no logar do gestor.
- **164.** As disposições do Titulo VII. Da commissão mercantil. Artigos 167, 168, 169, 170, 175, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187 e 188, são applicaveis ao mandato mercantil.

Titulo VII. Da commissão mercantil.

165. A commissão mercantil é o contracto do mandato relativo a negocios mercantis, quando, pelo menos, o commissario é commerciante, sem que nesta gestão seja necessario declarar ou mencionar o nome do committente.

166. O commissario, contractando em seu proprio nome, ou no nome da sua firma ou razão social, fica directamente obrigado ás pessoas com quem contractar, sem que estas tenham acção contra o committente, nem este contra ellas; salvo si o commissario fizer cessão dos seus direitos a favor de uma das partes.

¹⁾ Só por inadvertencia podia o legislador referir-se á morte civil quenunca existiu no Brasil.

of being answerable for the losses and damage resulting from his failure to do so.

154. A principal is bound to reimburse his agent all expenses and disbursements which the latter may incur or make in the execution of the mandate, and to pay him the salaries or commissions due in pursuance of express agreement, or in accordance with the commercial usage and practice of the place where the mandate has to be executed, in the absence of agreement.

155. A principal and his agent are mutually bound to pay interest to each

other, the one in respect of moneys which the agent may have advanced in fulfilment of his orders, and the other in respect of any delay there may be in paying over

the funds which belong to the principal.

156. An agent has the right to retain, from the result of any operation entrusted to him, sufficient to satisfy the payment of everything due to him by reason of the mandate.

157. The authority of an agent ceases: 1. By the revocation of the principal; -2. When the agent renounces his mandate; —3. By the natural or civil 1) death, incapacity to contract, or bankruptcy of the principal or the agent; — 4. By the marriage of a female trader who has given or received the mandate, when the husband refuses his authority in the manner determined in Art. 29.

158. The nomination of a new agent always annuls a previous mandate, even

although such a provision is not expressed in the new mandate.

159. The instrument of a general mandate, and that of its revocation, must be registered in the Commercial Tribunal of the domicile of the principal and of the agent, or in the records of the clerk of the Commercial Court, in places distant from the seat of the Tribunal.

Failure to register establishes the presumption of the validity of the acts

performed by an agent who has been deprived of his authority.

160. The death of a principal or his civil incapacity does not prejudice the validity of the acts performed by his agent up to the time of the latter receiving notice of the same, nor even of the subsequent acts which are a necessary consequence of the first, and which are requisite for the completion of the mandate.

161. When an agent dies, his heirs, successors, or legal representatives are bound to notify his principal of the fact, and until they receive new directions, must zealously watch the interests of the latter, and conclude any business commenced

by the deceased agent, if by delay the principal might suffer loss.

162. An agent is responsible to his principal for all loss and damage which in the performance of the mandate he may cause him through fraud, deceit or malice, and even for that which can only be attributed to culpable omission or negligence

(Art. 139).

163. When a trader without a mandate, or exceeding the limits of any mandate he holds, concludes any business for his correspondent, he is a negotiorum gestor (a person who transacts business for another without authority) according to the provisions of the general law; but if the transaction is ratified, it takes the character of a commercial mandate, and is understood as having been concluded by the trader as an authorised agent.

164. The provisions of Title VII — Commercial commission agency — Articles 167, 168, 169, 170, 175, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187 and 188, are applicable

to commercial mandate (agency).

Title VII. Commercial commission agency.

165. A commercial commission is a contract of agency relating to trading transactions, when, the commission agent (factor) at least being a trader, it is not necessary in such transactions to declare or mention the name of the principal.

166. A commission agent (factor) contracting in his own name, or in the name of his firm or partnership, is directly bound to the persons with whom he contracts, without the latter having any right of action against the principal, or the principal against them, unless the commission agent should have assigned his rights in favour of one of the parties.

¹⁾ It can only be through inadvertence that the framer of the code refers to civil death, which has never existed in Brazil.

- 167. Competem ao committente todas as excepções que póde oppor o commissario; mas, não poderá allegar a incapacidade deste, ainda quando se prove, para annullar os effeitos da obrigação contrahida pelo mesmo commissario.
- 168. O commissario que acceitar o mandato expressa ou tacitamente, é obrigado a cumpril-o na fórma das ordens e instrucções do committente: na falta destas, e na impossibilidade de as receber em tempo opportuno, ou occorrendo successo imprevisto, poderá exequir o mandato, obrando como faria em negocio proprio, e conformando-se com o uso do commercio em casos semelhantes.
- 169. O commissario que se afastar das instrucções recebidas, ou na execução do mandato não satisfizer ao que é de estilo e uso do commercio, responderá por perdas e damnos ao committente.
- Será, porém, justificavel o excesso da commissão: 1.° Quando resultar vantagem ao committente; 2.° Não admittindo demora a operação commettida, ou podendo resultar damno de sua expedição, uma vez que o commissario tenha obrado segundo o costume geralmente praticado no commercio; 3.° Qodendo resumir-se em boa fé, que o commissario não teve intenção de exceder os limites da commissão; 4.° Nos casos do art. 163.
- 170. O commissario é responsavel pela boa guarda e conservação dos effeitos de seus committentes, quer lhe tenham sido consignados, quer os tenha elle comprado, ou os recebesse como em deposito, ou para os remetter para outro logar; salvo caso fortuito ou de força maior, ou si a deterioração provier de vicio inherente á natureza da cousa.
- 171. O commissario é obrigado a fazer aviso ao committente, na primeira occasião opportuna que lhe offerecer, de qualquer damno que soffrerem os effeitos deste existentes em seu poder, e a verificar em fórma legal a verdadeira origem donde proveio o damno.
- 172. Iguaes diligencias deve praticar o commissario todas as vezes que, ao receber os effeitos consignados, notar avaria, diminuição, ou estado diverso daquelle que constar dos conhecimentos, factura ou avisos de remessa: si fôr omisso, o committente terá acção para exigir delle que responda pelos effeitos nos termos precisos em que os conhecimentos, cautelas, facturas, ou cartas de remessa os designarem; sem que ao commissario possa admittir-se outra defesa que não seja a prova de ter praticado as diligencias sobreditas.
- 173. Acontecendo nos effeitos consignados alteração que torne urgente a sua venda para salvar a parte possivel do seu valor, o commissario procederá á venda dos effeitos damnificados, em hasta publica, em beneficio e por conta de quem pertencer.
- 174. O commissario encarregado de fazer expedir uma carregação de mercadorias em porto ou logar differente, por via de commissario que elle haja de nomear, não responde pelos actos deste, provando que lhe transmittiu fielmente as ordens do committente, e que gozava de credito entre commerciantes.
- 175. O commissario não responde pela insolvencia das pessoas com quem contractar em execução da commissão, se ao tempo do contracto eram reputadas idoneas; salvo nos casos do art. 179, ou obrando com culpa ou dólo.
- 176. O commissario presume-se autorizado para conceder os prazos que forem do uso da Praça, sempre que não tiver ordem em contrario do committente.
- 177. O commissario que tiver vendido a pagamento deve declarar no aviso e conta que remetter ao committente o nome e domicilio dos compradores, e os prazos estipulados: deixando de fazer esta declaração explicita, presume-se que a venda foi effectuada a dinheiro de contado, e não será admittida ao commissario prova em contrario.
- 178. Vencidos os pagamentos das mercadorias ou effeitos vendidos a prazo, o commissario é obrigado a procurar e fazer effectiva a sua cobrança; e si nesta se portar com omissão ou negligencia culpavel, responderá ao committente por perdas e damnos supervenientes.

- 167. All defences which a commission agent can raise may be used by the principal; but the latter cannot plead the legal incapacity of the former, even when it is proved, in order to annul the effects of the obligation contracted by the said commission agent.
- 168. A commission agent who expressly or tacitly accepts the mandate, is bound to fulfil it according to the orders and instructions of the principal; if there are none, or if it is impossible to receive them in proper time, or if anything unforeseen has happened, he may execute the mandate, acting as he would in his own affairs, and conforming to the usage of commerce in similar cases.
- 169. A commission agent who departs from the instructions he has received, or who does not in the execution of the mandate observe and comply with commercial methods and usage, is liable to the principal for any loss and damage.

Exceeding the commission is, however, justifiable: 1. When advantage results to the principal; — 2. If the transaction entrusted to the agent does not admit of delay, or if loss might result from its being carried out, provided that the agent has acted according to the custom generally followed in commerce; — 3. If it can be concluded in good faith that the commission agent had no intention of exceeding the limits of his commission; — 4. In cases falling under Art. 163.

- 170. A commission agent is responsible for the safe custody and preservation of the goods of his principals, whether they have been consigned to him, or whether he has bought them or received them on deposit or for forwarding to another place, except in the case of unforeseen accident or *vis major* or if the deterioration arises from a natural and inherent defect of the thing.
- 171. A commission agent is bound, on the first suitable occasion which offers, to advise his principal of any damage suffered by the goods of the latter in his control, and to verify in legal form the true origin whence the damage proceeds.
- 172. A commission agent must take the same measures on all occasions when on receipt of goods consigned to him, he notices damage, diminution, or a condition different from that stated in the bills of lading, way bills, invoices or forwarding advices; should he omit to do so, the principal shall have a right of action to make him liable for the goods in the exact terms by which they are designated in the bills of lading, way bills, invoices, or forwarding advices; and the commission agent shall not be permitted any other defence than the proof of his having taken the above-mentioned measures.
- 173. If any alteration occurs in the goods consigned which makes a sale urgent in order to save a part of their value, the commission agent must proceed to sell the damaged goods by public auction, for the benefit and on account of the person to whom they belong.
- 174. A commission agent charged with the duty of despatching a load or cargo of goods in another port or place by means of a sub-agent, whom he has to nominate, is not liable for the acts of the sub-agent, if he proves that he faithfully transmitted the orders of his principal, and that the sub-agent held a good reputation among traders.
- 175. A commission agent is not liable for the insolvency of the persons with whom he has contracted in fulfilment of his commission, if at the time of the contract they were reputed fit and proper persons, except in the cases of Art. 179 or if he acts with negligence (culpa) or fraud.
- 176. A commission agent is presumed to be authorized to allow periods of credit according to the usage of the market, provided he has received no order to the contrary from his principal.
- 177. A commission agent who has sold on credit must declare in the advice and account which he renders to his principal the names and addresses of the buyers, with the stipulated terms of payment; if he does not make this explicit declaration, it is presumed that the sale has been made for ready money, and the agent will not be allowed to furnish evidence to the contrary.
- 178. When the time for payment for the goods or effects sold on credit has expired, a commission agent is bound to apply for and collect the amount due; and if he is guilty of culpable omission or negligence in this respect, he shall be liable to his principal for the resulting loss or damage.

179. A commissão del credere constitue o commissario garante solidarioa o committente da solvabilidade e pontualidade daquelles com quem tratar por cotna deste, sem que possa ser ouvido com reclamação alguma.

Si o del credere não houver sido ajustado por escripto, e todavia o committente o tiver acceitado ou consentido, mas impugnar o quantitativo, será este regulado pelo estilo da Praça onde residir o commissario, e na falta de estilo por arbitradores.

- 180. O commissario que distrahir do destino ordenado os fundos do seu committente, responderá pelos juros a datar do dia em que recebeu os mesmos fundos, e pelos prejuizos resultantes do não cumprimento das ordens; sem prejuizo das acções criminaes a que possa dar logar o dólo ou fraude.
- 181. O commissario é responsavel pela perda ou extravio de fundos de terceiro em dinheiro, metaes preciosos, ou brilhantes existentes em seu poder, ainda mesmo que o damno provenha de caso fortuito ou força maior, se não provar que na sua guarda empregou a diligencia que em casos semelhantes empregam os commerciantes acautelados.
- 182. Os riscos occorrentes na devolução de fundos do poder do commissario para a mão do committente, correm por conta deste, salvo si aquelle se desviar das ordens e instrucções recebidas, ou dos meios usados no logar da remessa, si nenhuma houver recebido.
- 183. O commissario que fizer uma negociação a preço e condições mais onerosas do que as correntes ao tempo da transacção, na Praça onde ella se operou, responderá pelo prejuizo; sem que o releve o haver feito iguaes negociações por conta propria.
- 184. O commissario que receber ordem para fazer algum seguro, será responsavel pelos prejuizos que resultarem si o não effectuar, tendo na sua mão fundos sufficientes do committente para satisfazer o premio
- sufficientes do committente para satisfazer o premio.

 185. O committente é obrigado a satisfazer á vista, salvo convenção em contrario, a importancia de todas as despezas e desembolsos feitos no desempenho da commissão, com os juros pelo tempo que mediar entre o desembolso e o effectivo pagamento, e as commissões que forem devidas.

As contas dadas pelo commissario ao committente devem concordar com os seus livros e assentos mercantis, e no caso de não concordarem poderá ter logar

a acção criminal de furto.

186. Todo o commissario tem direito para exigir do committente uma commissão pelo seu trabalho, a qual, quando não tiver sido expressamente convencionada, será regulada pelo uso commercial do logar onde se tiver executado o mandato (art. 154).

187. A commissão deve-se por inteiro, tendo-se concluido a operação ou mandato; no caso de morte ou despedida do commissario, é devida unicamente a quota

correspondente aos actos por este praticados.

188. Quando, porém, o committente retirar o mandato antes de concluido, sem causa justificada procedida de culpa do commissario, nunca poderá pagar-se menos de meia commissão, ainda que esta não seja a que exactamente corresponda

aos trabalhos praticados.

189. No caso de fallencia do committente, tem o commissario hypotheca¹) e precedencia privilegiada nos effeitos do mesmo committente, para indemnisação e embolso de todas as despezas, adiantamentos que tiver feito, commissões vencidas e juros respectivos, emquanto os mesmos effeitos se acharem á sua disposição em seus armazens, nas estações publicas, ou em qualquer outro logar, ou mesmo achandose em caminho para o poder do fallido, si provar a remessa por conhecimentos ou cautelas competentes de data anterior á declaração da quebra.

190. As disposições do Titulo VI — Do mandato mercantil — são applicaveis á

commissão mercantil.

Titula VIII. Da compra e venda mercantil.

191. O contracto de compra e venda mercantil é perfeito e acabado logo que o comprador e o vendedor se accordam na cousa, no preço e nas condições; e desde

¹⁾ Vide nota ao art. 97.

179. A del credere commission constitutes the agent a personal and independent guarantor to his principal of the solvency and punctuality in meeting liabilities of those with whom he transacts business on account of the principal, and no objection which he may make will be heard.

If the del credere commission has not been agreed to in writing, and nevertheless the principal has accepted or consented to it, but questioned the amount, it shall be decided by the custom of the place where the commission agent resides, and

in default of custom by arbitrators.

180. A commission agent who diverts the funds of his principal from their proper employment shall be liable for interest thereon from the day on which he received them, and for the losses arising from the non-fulfilment of the orders he received; without prejudice to the criminal proceedings to which he may be subject for deceit or fraud.

181. A commission agent is responsible for the loss or deviation of the funds of a third person in cash, precious metals, or brilliants in his control, even if the loss proceeds from an unforeseen accident or vis major, unless he can prove that while they were in his custody he bestowed the same care which in similar cases is bestowed by prudent traders.

182. Risks which are run in the return of the funds from the control of a commission agent to the possession of his principal, are borne by the latter, unless the former has departed from the orders and instructions received, or, if none have been received, from the usual means of remitting from the place in question.

183. A commission agent who effects a transaction at a price and under conditions more onerous than those prevailing at the time of the transaction in the market in which it is effected, shall be liable for damages; and the fact of his having effected similar transactions on his own account does not relieve him.

184. A commission agent who receives an order to effect some insurance, shall be liable for the losses resulting from his not having done so, provided he held

sufficient funds of his principal to pay the premium.

185. A principal is bound to pay on demand, unless there is an agreement to the contrary, the amount of all expenses and disbursements incurred or made in the performance of the commission, with interest from the time of disbursement until actual payment, and any commissions which are due.

The accounts presented by a commission agent to his principal must agree with his books and trading entries, and if they should disagree a criminal prosecution

for theft will lie.

186. Every commission agent has a right to demand from his principal a commission for his work, which, unless expressly agreed upon, shall be determined by the commercial usage of the place where the mandate has been performed

(Art. 154).

187. When the transaction or mandate has been concluded, the commission that the death or dismissal of the agent, only the proportion is due in full; but in case of the death or dismissal of the agent, only the proportion

corresponding to the acts performed by him is due.

188. When, however, a principal revokes a mandate before its completion, without proof of a cause arising from the fault (culpa) of the commission agent, the latter shall never be paid less than half the commission, although it may not

exactly correspond to the work performed.

189. In case of the bankruptcy of the principal, the commission agent has a lien 1) and preferential claim on the effects of the principal for indemnity, reimbursement of all expenses and advances which he may have made, commissions and interest due, as long as the said effects are in his control in his warehouses, in the public stations, or in any other place, or even on the way to him, if he can prove the despatch by the corresponding bills of lading or way bills bearing a date anterior to the declaration of bankruptcy.

190. The provisions of Title VI — Commercial agency — are applicable to

commercial commission agency.

Title VIII. Commercial sale.

191. A contract of commercial sale is complete and concluded immediately the buyer and seller are agreed as to the subject-matter, the price and the terms;

¹⁾ See note to Art. 97.

⁷

esse momento nenhuma das partes póde arrepender-se sem consentimento da outra, ainda que a cousa se não ache entregue nem o preço pago. Fica entendido que nas vendas condicionaes não se reputa o contracto perfeito senão depois de verificada

a condição (art. 127).

E' unicamente considerada mercantil a compra e venda de effeitos moveis ou semoventes, para os revender por grosso ou a retalho, na mesma especie ou manufacturados, ou para alugar o seu uso; comprehendendo-se na classe dos primeiros a moeda metallica e o papel moeda, titulos de fundos publicos, acções, de companhias e papeis de credito commerciaes, com tanto que nas referidas transacções o comprador ou vendedor seja commerciante.

192. Ainda que a compra e venda deva recahir sobre cousa existente e certa,

é licito comprar cousa incerta, como por exemplo lucros futuros.

- 193. Quando se faz entrega da cousa vendida sem que pelo instrumento do contracto conste preço, entende-se que as partes se sujeitaram ao que fosse corrente no dia e logar da entrega: na falta de accordo por ter havido diversidade de preço no mesmo dia e logar, prevalecerá o termo médio.
- 194. O preço da venda póde ser incerto, e deixado na estimação de terceiro: si este não puder ou não quizer fazer a estimação, será o preço determinado por arbitradores.
- 195. Não se tendo estipulado no contracto a qualidade da moeda em que deve se fazer o pagamento, entende-se ser a corrente no logar onde o mesmo pagamento ha de effectuar-se, sem agio ou desconto.

196. Não havendo estipulação em contrario, as despezas do instrumento da venda, e as que se fazem para se receber e transportar a cousa vendida, são por

conta do comprador.

- 197. Logo que a venda é perfeita (art. 191), o vendedor fica obrigado a entregar ao comprador a cousa vendida no prazo e pelo modo estipulado no contracto; pena de responder pelas perdas e damnos que da sua falta resultarem.
- 198. Não procede, porém, a obrigação da entrega da cousa vendida antes de effectuado o pagamento do preço, si, entre o acto da venda e o da entrega, o comprador mudar notoriamente de estado, e não prestar fiança idonea aos pagamentos nos prazos convencionados.

199. A tradição da cousa vendida, na falta de estipulação expressa, deve fazer-se no lugar onde a mesma cousa se achava ao tempo da venda; e póde operar-se pelo facto da entrega real ou symbolica, ou pela do titulo, ou pelo modo que estiver

em uso commercial no lugar onde deva verificar-se.

- 200. Reputa-se mercantilmente tradição symbolica, salvo a prova em contrario no caso de erro, fraude ou dolo: 1.° A entrega das chaves do armazem, loja, ou caixa em que se achar a mercadoria ou objecto vendido; 2.° O facto de pôr o comprador a sua marca nas mercadorias compradas, em presença do vendedor ou com o seu consentimento; 3.° A remessa e acceitação da factura, sem opposição immediata do comprador; 4.° A clausula por conta lançada no conhecimento ou cautela de remessa, não sendo reclamada pelo comprador dentro de tres dias uteis, achando-se o vendedor no lugar onde se receber a cautela ou conhecimento, ou pelo segundo correio ounavio que levar correspondencia para o lugar onde elle se achar; 5.° A declaração ou averbação em livros ou despachos das estações publicas a favor do comprador, com accordo de ambas as partes.
- 201. Sendo a venda feita á vista de amostras, ou designando-se no contracto qualidade de mercadoria conhecida nos usos do commercio, não é licito ao comprador recusar o recebimento, si os generos corresponderem perfeitamente ás amostras ou á qualidade designada; offerecendo-se duvida será decidida por arbitradores.
- 202. Quando o vendedor deixa de entregar a cousa vendida no tempo aprazado, o comprador tem opção, ou de rescindir o contracto, ou de demandar o seu cumprimento com os damnos da móra; salvo os casos fortuitos ou de força maior.
- 203. O comprador que tiver ajustado por junto uma partida de generos sem declaração de a receber por partes ou lotes, ou em épocas distinctas, não é obrigado a receber parte com promessa de se lhe fazer posteriormente a entrega do resto.

and from that moment neither of the parties can withdraw from it without the consent of the other, even although the subject-matter is not delivered nor the price paid. In the case of conditional sales it is understood that the contract is not to be considered complete until the condition has been fulfilled (Art. 127).

A sale and purchase of movable effects or live stock is only considered commercial, when it is for reselling by wholesale or retail, either in the same state or manufactured, or for letting out on hire; coin, paper money, public securities, shares in companies, and commercial negotiable securities, are included in the first class (movable effects), provided that in the transactions in question the buyer or seller is a trader.

192. While a sale and purchase must have as subject-matter an existing and determined thing, it is lawful to purchase an undetermined thing, as for example

future profits.

193. When delivery is made of the thing sold without the price having been stated in the contractual instrument, it is understood that the parties submit to the price current on the day and in the place of delivery; in default of agreement owing to the price having varied on the same day and in the same place, the average price shall prevail.

194. The price of the thing sold may be uncertain, or be left to the valuation of a third person; if he should be unable or unwilling to make a valuation, the price

must be decided by arbitrators.

195. If the kind of money in which payment has to be made has not been stipulated in the contract, it is understood to be that current in the place where the payment has to be made, without exchange premium or discount.

196. In the absence of any stipulation to the contrary, the expenses of the instrument of sale, and those incurred in receiving and transporting the thing sold,

must be borne by the buyer.

197. As soon as the sale is complete (Art. 191), the seller is bound to deliver the thing sold to the buyer at the time and in the manner stipulated in the contract; on pain of being answerable for any loss or damage resulting from his failure to

198. There is no obligation, however, to deliver the thing sold before payment of the price has been effected, if, between the act of sale and that of delivery, the buyer has notoriously changed his position, and has not found proper security for his payments at the times agreed upon.

199. The delivery of the thing sold, in default of express stipulation, must be made in the place where it was at the time of the sale; and may be operative as an actual or symbolic delivery, or by delivery of documents of title, or in the manner which is in commercial use in the place where it has to be effected.

200. The following are in commerce considered symbolic delivery in the absence of proof to the contrary in case of error, fraud or deceit: 1. Delivery of the keys of the warehouse, shop or case in which the goods or objects sold are contained; - 2. The fact of the buyer placing his mark on the goods bought, in the presence of the seller or with his consent; — 3. The despatch and acceptance of the invoice, without immediate objection on the part of the buyer; - 4. The clause "for account" placed on the bill of lading or way bill, if not objected to by the buyer within three working days, the seller being in the place where the way bill or bill of lading is received, or by the second post or ship which takes correspondence to the place where he is; -5. A declaration or entry in the books or despatches of the public stations in favour of the buyer, with the consent of both parties.

201. If a sale of goods is made by samples, or by a quality known in commercial usage which is designated in the contract, the buyer is not permitted to refuse to receive the goods, if they exactly correspond with the samples or with the quality designated; if there is any doubt on the point it must be decided by arbitrators.

202. When a seller omits to deliver the thing sold in the stipulated time. the buyer has the option, either of rescinding the contract, or of demanding its fulfilment with damages for delay, except in cases of unforeseen accident or vis major.

203. A buyer who has bargained for a quantity of goods in one lot, without any declaration as to their being received in parts or lots, or at different times, is not bound to receive part with a promise that the remainder will be delivered later.

7*

204. Si o comprador sem justa causa recusar receber a cousa vendida, ou deixar de a receber no tempo ajustado terá o vendedor acção para rescindir o contracto, ou demandar o comprador pelo preço com os juros legaes da mora; devendo no segundo caso requerer deposito judicial dos objectos vendidos, por conta e risco de quem pertencer.

205. Para o vendedor ou comprador poder ser considerado em móra, é necessario que preceda interpellação judicial da entrega da cousa vendida, ou do paga-

mento do preço.

- 206. Logo que a venda é de todo perfeita, e o vendedor põe a cousa vendida á disposição do comprador, são por conta deste todos os riscos dos effeitos vendidos, e as despezas que se fizerem com a sua conservação; salvo si occorrerem por fraude ou negligencia culpavel do vendedor, ou por vicio intrinseco da cousa vendida; e tanto em um como em outro caso o vendedor responde ao comprador pela restituição do preço com os juros legaes, e indemnisação dos damnos.
- 207. Correm, porêm, a cargo do vendedor os damnos que a cousa vendida soffrer antes da sua entrega: 1.° Quando não é objecto determinado por marcas ou signaes distinctivos que a differencêem entre outras da mesma natureza e especie, com as quaes possa achar-se confundida; 2.° Quando, por condição expressa no contracto, ou por uso praticado em commercio, o comprador tem direito de a examinar, e declarar si se contenta com ella, antes que a venda seja tida por perfeita e irrevogavel; 3.° Sendo os effeitos da natureza daquelles que se devem contar, pesar, medir ou gostar, emquanto não forem contados, pesados, medidos ou provados: em taes compras a tradição real suppre a falta de contagem, peso, medida ou sabor; 4.° Se o vendedor deixar de entregar ao comprador a cousa vendida, estando este prompto para a receber.

208. Quando os generos são vendidos a esmo ou por partida inteira, o risco corre por conta do comprador, ainda que não tenham sido contados, pesados ou medidos, e bem assim nos casos do n. 3 do artigo antecedente, quando a contagem,

peso e medida deixa de fazer-se por culpa sua.

- 209. O vendedor, que, depois da venda perfeita, alienar, consumir ou deteriorar a cousa vendida, será obrigado a dar ao comprador outra igual em especie, qualidade e quantidade, ou pagar-lhe, na falta desta, o valor em que por arbitradores for estimada, com relação ao uso que o comprador della pretendia fazer, ou ao lucro que podia provir-lhe, abatendo-se o preço, si o comprador o não tiver ainda pago.
- 210. O vendedor, ainda depois da entrega, fica responsavel pelos vicios e defeitos occultos da cousa vendida, que o comprador não podia descobrir antes de a receber, sendo taes que a tornem impropria do uso a que era destinada, ou que de tal sorte diminuam o seu valor, que o comprador, si os conhecera, ou a não comprara, ou teria dado por ella muito menor preço.
- 211. Tem principalmente applicação a disposição do artigo precedente, quando os generos se entregam em fardos ou debaixo de coberta que impeçam o seu exame e reconhecimento, se o comprador, dentro de dez dias immediatamente seguintes ao do recebimento, reclamar do vendedor falta na quantidade, ou defeito na qualidade: devendo provar-se no primeiro caso que as extremidades das peças estavam intactas, e no segundo que os vicios ou defeitos não podiam acontecer, por caso fortuito, em seu poder.

Esta reclamação não tem lugar, quando o vendedor exige do comprador que

examine os generos antes de os receber, nem depois de pago o preço.

212. Se o comprador reenvia a cousa comprada ao vendedor, e este a acceita (art. 76), ou, sendo-lhe entregue contra sua vontade, a não faz depositar judicialmente por conta de quem pertencer, com intimação do deposito ao comprador, presume-se que consentiu na rescisão da venda.

213. Em todos os casos em que o comprador tem direito de resilir do contracto, o vendedor é obrigado não só a restituir o preço mas tambem a pagar as despezas

que tiver occasionado, com os juros da Lei.

214. O vendedor é obrigado a fazer boa ao comprador a cousa vendida, ainda, que no contracto se estipule que não fica sujeito a responsabilidade alguma; salvo si o comprador, conhecendo o perigo ao tempo da compra, declarar expressamente no instrumento do contracto, que toma sobre si o risco: devendo entender-se que

204. If the buyer without just cause refuses to receive the thing sold, or omits to receive it within the agreed time, the seller may apply for rescission of the contract or claim the price from the buyer with legal interest for the delay; in the latter case he must apply for a judicial deposit of the objects sold, for the account and at the risk of the owner.

205. In order that the seller or buyer should be considered in default, judicial demand for delivery of the thing sold, or for payment of the price, must first take

place.

206. As soon as the sale is complete, and the seller places the thing sold at the disposition of the buyer, all the risks of the goods sold pass to the latter, and the expenses incurred for their preservation must be borne by him, provided they have not been incurred in consequence of fraud or the culpable negligence of the seller, or in consequence of some inherent defect of the thing sold; in both these cases the seller is bound to repay to the buyer the price with legal interest and to

indemnify him in respect of loss or damage.

207. Damage which may be suffered by the thing sold before delivery, is, however, at the risk of the seller: 1. When the object cannot be ascertained by marks or distinctive signs which distinguish it from others of the same nature or kind with which it is liable to be confounded; — 2. When, by express condition in the contract, or by commercial usage, the buyer has the right of examining the thing sold and of declaring if he is satisfied with it, before the sale is taken as complete and irrevocable; — 3. When the goods are of such a nature that they have to be counted, weighed, measured or tested, so long as they have not been counted, weighed, measured or tested: in such purchases an actual delivery annuls the obligation to count, weigh, measure or test; — 4. When the seller fails to deliver the thing sold to the buyer, the latter being ready to receive it.

208. When the goods are sold at sight or in one lot, they are at the risk of the buyer, although they have not been counted, weighed or measured, as well as in the cases under No. 3 of the preceding Article when the counting, weighing and

measuring has been omitted to be done through his own fault.

209. A seller who after completion of a sale, alienates, consumes or damages the thing sold, is bound to give to the buyer an equivalent in kind, quality and quantity, or in default, to pay him the value as determined by arbitrators, taking into consideration the use which the buyer intended to make thereof, and the profit which might accrue to him, after deducting the price of the sale, should the buyer not have yet paid it.

210. The seller, even after delivery, is answerable for the blemishes and hidden defects of the thing sold, which the buyer was unable to discover before its receipt, if they are such as to make it unsuitable for the use for which it was intended, or they diminish its value in such a way that the buyer, if he had known of them, either would not have bought it, or would only have given a much lower

price for it.

211. The provision of the preceding Article prinicipally applies when the goods are delivered in bales or covers which prevent their examination or recognition, if the buyer within ten days immediately following their receipt claims against the seller in respect of shortage in the quantity or inferiority in the quality: but in the first case he must prove that the ends of the bales or covers were intact, and in the second that the blemishes or defects could not be the result of unforeseen accident while in his control.

This claim cannot be made, when the seller imposes on the buyer the duty of examining the goods before he receives them, nor after the price has been paid.

212. If the buyer returns to the seller the thing bought, and the latter accepts it (Art. 76), or, if it is returned against his will, and he does not make a judicial deposit for the account of the owner, with notice of the deposit to the buyer, it is presumed that he has consented to the rescission of the contract.

213. In every case where the buyer has the right of rescinding the contract, the seller is bound, not only to refund the price, but also to pay the expenses which

may have been occasioned, with legal interest.

214. The seller is bound to make good to the buyer the thing sold, even although in the contract it is stipulated that he is not under any responsibility; unless the buyer, knowing of the uncertainty at the time of the purchase, expressly declares in the instrument of the contract that he takes the risk upon himself: and it is

esta clausula não comprehende o risco da cousa vendida, que, por algum titulo

possa pertencer a terceiro.

215. Si o comprador fôr inquietado sobre a posse ou dominio da cousa comprada, o vendedor é obrigado á evicção em juizo, defendendo á sua custa a validade da venda; e si fôr vencido, não só restituirá o preço com os juros e custas do processo, mas poderá ser condemnado á composição das perdas e damnos consequentes, e até ás penas criminaes, quaes no caso couberem.

A restituição do preço tem logar, posto que a cousa vendida se ache depreciada na quantidade ou na qualidade ao tempo da evicção por culpa do comprador ou força maior. Si, porém, o comprador auferir proveito da depreciação por elle causada, o vendedor tem direito para reter a parte do preço que fôr estimada por arbi-

tradores

216. O comprador que tiver feito bemfeitorias na cousa vendida, que augmentem o seu valor ao tempo da evicção, si esta se vencer, tem direito a reter a posse da mesma cousa até ser pago do valor das bemfeitorias, por quem pertencer.

217. Os vicios e differenças de qualidades das mercadorias vendidas, serão

determinadas por arbitradores.

- 218. O dinheiro adiantado antes da entrega da cousa vendida, entende-se ter sido por conta do preço principal, e para maior firmeza da compra, e nunca como condição suspensiva da conclusão do contracto: sem que seja permittido o arrependimento, nem da parte do comprador, sujeitando-se a perder a quantia adiantada, nem da parte do vendedor, restituindo-a, ainda mesmo que o que se arrepender se offereça a pagar outro tanto do que houver pago ou recebido; salvo si assim fôr ajustado entre ambos como pena convencional do que se arrepender (art. 128).
- 219. Nas vendas em grosso ou por atacado, entre commerciantes, o vendedor é obrigado a apresentar ao comprador por duplicado, no acto da entrega das mercadorias, a factura ou conta dos generos vendidos, as quaes por ambos serão assignadas, uma para ficar na mão do vendedor e outra na do comprador. Não se declarando na factura o prazo do pagamento, presume-se que a compra foi á vista (art. 137).

As facturas sobreditas, não sendo reclamadas pelo vendedor ou comprador, dentro de dez dias subsequentes á entrega e recebimeno (art. 135), presumem-se

contas liquidas.

220. A rescisão por lesão não tem logar nas compras e vendas celebradas entre pessoas todas commerciantes; salvo provando-se erro, fraude ou simulação.

Titulo IX. Do escambo ou troca mercantil.

221. O contracto de troca ou escambo mercantil opéra ao mesmo tempo duas verdadeiras vendas, servindo as cousas trocadas de preço e compensação reciproca (art. 191). Tudo o que póde ser vendido, póde ser trocado.

222. Si um dos permutantes, depois da entrega da cousa trocada, provar que o outro não é dono della, não será obrigado a entregar a que promettera, mas

somente a devolver a que recebeu.

- 223. O permutante que fôr vencido na evicção da cousa recebida em troca, terá a opção, ou de pedir o seu valor com os damnos, ou de repetir a cousa por elle dada (art. 215); mas si a esse tempo tiver sido alienada só terá logar o primeiro arbitrio.
- 224. Si uma cousa certa e determinada, promettida em troca, perecer sem culpa do que a devia dar, deixa de existir o contracto, e a cousa que já tiver sido entregue será devolvida áquelle que a houver dado.
- 225. Em tudo o mais as trocas mercantis regulam-se pelas disposições do Titulo VIII Da compra e venda mercantil.

Titulo X. Da locação mercantil.

226. A locação mercantil é o contracto pelo qual uma das partes se obriga a dar a outra, por determinado tempo e preço certo, o uso de alguma cousa ou do seu trabalho.

understood that this clause does not include the risk of the thing sold if a third

person has a legal title to it.

215. If the buyer is disturbed in the possession or ownership of the thing sold, the seller is bound to defend the validity of the sale in court at his own expense; and if he is unsuccessful, must not only repay the price with interest and the costs of the process, but may be condemned to pay for the resulting loss and damage, and even to suffer the criminal penalties which apply to the case.

Repayment of the price takes place although the thing sold is lessened in quantity or depreciated in quality at the time of eviction through the fault (culpa) of the buyer or vis major. If, however, the buyer should obtain a material advantage through the depreciation caused by himself, the seller has the right of retaining a portion of the price, as may be determined by arbitrators.

216. A buyer who has improved the thing sold, so that its value is enhanced at the time of eviction, has the right of retaining possession of the said thing until

the owner pays him the value of the improvements.

217. Questions of defects or differences in the quality of the goods sold must

be determined by arbitrators.

218. Money advanced (by the buyer) before delivery of the thing sold is understood to be paid on account of the full price, and as earnest money of the purchase and never by way of a suspensive condition (condition precedent) of the completion of the contract: and a withdrawal from the contract, either on the part of the buyer, subject to the loss of the amount advanced, or on the part of the seller subject to repayment of it, even although the party who withdraws offers to pay to the other as much again as he has paid or received, is not allowed, unless it has been agreed between the parties as a conventional penalty to be paid by the party withdrawing (Art. 128).

219. In the case of sales, either wholesale or retail, between traders, the seller is bound to present to the buyer, in the act of delivering the goods, an invoice or account in duplicate of the goods sold, which must be signed by both, one to remain in the possession of the seller, and the other in that of the buyer. If the time for payment is not stated in the invoice, it is understood to be on presentation

(Art. 137).

The said invoices, if not disputed by the seller or buyer within ten days following the delivery and receipt (Art. 135), are considered correct accounts.

220. Recission for laesio (inadequacy) cannot take place in contracts entered into between persons who are all traders, unless mistake, fraud or misrepresentation is proved.

Title IX. Commercial exchange or barter.

221. The contract of commercial exchange operates at the same time as two genuine sales, the things exchanged serving reciprocally as price and compensation (Art. 191). Anything that can be sold may be exchanged.

222. If one of the exchanging parties, after delivery to him of the thing exchanged, proves that the other was not the owner thereof, he is not bound to deliver that which he has promised, but only to return that which he has received.

223. An exchanging party who has been condemned in a process of eviction to deliver up the thing received in exchange has the option, either of claiming its value with damages, or of reclaiming the thing given by him (Art. 215); if, however, this has already been alienated, only the first choice can be exercised.

224. If a certain and determined thing which had been promised in exchange, is destroyed through no fault of the party who promised it, the contract is extinguished, and the thing which may have been already delivered must be returned

to the party who delivered it.

225. Commercial exchange is governed as regards all other matters by the provisions of Title VIII — Commercial sale.

Title X. Commercial hiring.

226. Commercial hiring is the contract by which one of the parties binds himself to render to the other, for a fixed time and at a fixed price, the use of a chattel or of his personal service.

O que dá a cousa ou presta serviço chama-se locador, e o que a toma ou acceita

o serviço locatario.

227. O locador é obrigado a entregar ao locatario a cousa alugada no tempo e na fórma do contracto; pena de responder pelos damnos provenientes da não entrega.

A presente disposição é applicavel ao empreiteiro que deixar de entregar a

empreitada concluida no tempo e na fórma ajustada.

228. Durante o tempo do contracto, não é licito ao locador retirar a cousa alugada do poder do locatario, ainda que diga ser para uso seu; nem a este fazer entrega della ao locador, antes de findo o tempo convencionado; salvo pagando

por inteiro o aluguer ajustado.

229. O locatario não é obrigado a indemnisar o damno que a cousa alugada soffrer por caso fortuito; salvo se por alguma fórma puder attribuir-se a culpa sua, como, por exemplo, se tiver empregado a cousa alugada em outro destino ou logar que não seja o designado no contracto, ou por um modo mais violento e excessivo que o regularmente praticado.

230. O locatario é obrigado a entregar ao locador a cousa alugada, findo o tempo da locação: si recusar fazer a entrega, sendo requerido, pagará ao locador o aluguer que este arbitrar por toda a demora, e responderá por qualquer damnificação que a cousa alugada soffrer, ainda mesmo que proceda de força maior ou

caso fortuito.

231. Nos ajustes de locação de serviços, si o locador, oficial ou artifice se encarregar de fornecer a materia e o trabalho, perecendo a obra antes da entrega, não terá direito a paga alguma; salvo si, depois de prompta, o locatario for negligente em a receber.

232. Si o empreiteiro contribuir só com o seu trabalho ou industria, perecendo os materiaes sem culpa sua, perecem por conta do dono, e o empreiteiro não tem direito a salario algum; salvo si, estando a obra concluida, o locatario for omisso

receber, ou a cousa tiver perecido por vicio proprio da sua materia.

233. Quando o empreiteiro se encarrega de uma obra por um plano designado no contracto, póde requerer novo ajuste, si o locatario alterar o plano antes ou

depois de começada a obra.

234. Concluida a obra no conformidade do ajuste, ou, não o havendo, na fórma do costume geral, o que a encommendou é obrigado a recebel-a; si, porém, a obra não estiver na fórma do contracto, plano dado, ou costume geral, poderá rejeital-a ou exigir que se faça abatimento no preço.

235. O operacio, que, por impericia ou erro do seu officio, inutilisa, alguma obra para que tiver recebido os materiaes, é obrigado a pagar o valor destes, ficando

com a obra inutilisada.

236. O que der a fabricar alguma obra de empreitada, poderá a seu arbitrio a dilir do contracto, posto que a obra esteja já começada a executar, indemnisando o empreiteiro de todas as despezas e trabalhos, e de tudo o que poderia ganhar na mesma obra.

237. Si a obra encommendada tiver sido ajustada por medida ou numeros, sem fixar a quantidade certa de medida ou numeros, tanto o que fez a encommenda como o empreiteiro podem dar por acabado o contracto quando lhes convier, pa-

gando o locatario a obra feita.

238. O empreiteiro é responsavel pelos factos dos operarios que empregar,

com acção regressiva contra os mesmos.

239. Os operarios, no caso de não serem pagos pelo empreiteiro, têm acção para embargar na mão do dono da obra, si ainda não tiver pago, quantia que baste para pagamento dos jornaes devidos

para pagamento dos jornaes devidos.

240. A morte do empreiteiro dissolve o contracto de locação de obra. O locatario, quando a materia tiver sido fornecida pelo empreiteiro é obrigado a pagar nos seus herdeiros ou successores, á proporção do preço estipulado na convenção, o valor da obra feita, e dos materiaes apparelhados.

241. Os mestres, administradores, ou directores de fabricas, ou qualquer outro estabelecimento mercantil, não podem despedir-se antes de findar o tempo do contracto, salvo nos casos previstos no artigo 83; pena de responderem por damno aos preponentes; e estes despedindo-os fóra dos casos especificados no artigo

The person letting the chattel on hire or rendering the service is called the letter

and the person who receives the chattel or accepts the service the hirer.

227. The letter is bound to deliver to the hirer the thing hired at the time and in the manner provided by the contract, on pain of being liable for the damages arising from non-delivery.

The present provision is applicable to an undertaker who fails to deliver the finished work at the time and in the manner agreed.

228. During the period of the contract, the letter is not permitted to take the thing hired out of the possession of the hirer, even if he says that it is for his own use; nor may the hirer deliver it to the letter before the expiration of the time agreed, except on payment of the whole stipulated amount of the hire.

229. The hirer is not bound to compensate for the damage which the thing hired may suffer through unforeseen accident, unless in some way the fault can

be attributed to him, as for example, if he has employed the thing hired for some other purpose or in some other place than that stipulated in the contract, or put it to some use more violent or excessive than that to which it is customarily applied.

230. The hirer is bound to deliver the thing hired to the letter when the period of hiring has elapsed; if on being asked he refuses to deliver it, he must pay the letter the hire which the letter may estimate for the whole of the extra period during which it has been in his possession, and be answerable for any injury which the thing hired may have suffered, although it proceeds from vis major or unforeseen accident.

231. In agreements for the hiring of personal services, if the letter, workman or artisan engages to furnish material and labour, and the work is destroyed before being delivered, he will not be entitled to any recompense, unless the hirer, after completion of the work, has been guilty of default in regard to accepting it.

232. If the undertaker furnishes his labour or industry only, and the materials are destroyed without any fault of his own, the loss must be borne by the owner, and the undertaker has no claim to any recompense; unless the hirer after completion of the work, has been guilty of default in regard to accepting it, or the thing has been destroyed through some inherent defect in the material.

233. When an undertaker takes in hand a work according to a plan designated in the contract, he can claim a new agreement, in the event of the hirer altering

the plan before or after the commencement of the work.

234. When the work is completed according to agreement, or, in the absence of agreement, according to general usage, the person who has ordered it is bound to accept it; if, however, the work is not according to contract, to a given plan, or to general usage, he can reject it or demand an abatement in the price.

235. A workman who, through want of experience or ignorance of his craft, renders useless any work for which he has received the materials, is bound to pay their value, the work which he has rendered useless remaining on his hands.

236. Any person giving contract work to be executed may at his discretion annul the contract, although the work has already been begun, but he must compensate the undertaker or contractor for all expenses and labour, and for all profit he could have earned by the said work.

237. If the work ordered has been contracted for by measurement or quantity, without a certain measurement or quantity having been fixed, either the person who gave the order or the undertaker may consider the contract performed when

he pleases; payment being made by the hirer for the work done.

238. An undertaker is liable for the acts of the workmen employed by him,

with a right of action over against the said workmen.

239. A workman, in the case of his not having been paid by the undertaker, has the right of restraining in the hands of the owner of the work, if it has not yet been paid for, sufficient to discharge the wages due to him.
240. The death of the undertaker dissolves a contract for hiring of work. When

the materials have been furnished by the undertaker, the hirer is bound to pay to his heirs or successors the value of the work done and of the materials prepared,

in proportion to the price stipulated in the agreement.

241. Managers, administrators or directors of factories, or of any other commercial establishment, may not leave before finishing the term of their contracts, except in the cases provided for in Article 83; on pain of being answerable to their principals in damages; and principals discharging them in cases not specified in

84, serão obrigados a pagar-lhes o salario ajustado por todo o tempo que faltar

para a duração do contracto.

242. Os mesmos mestres, administradores, ou directores, no caso de morte do preponente, são obrigados a continuar nu sua gerencia pelo tempo do contracto, e na alta deste até que os herdeiros ou successores do fallecido possam providenciar opportunamente.

- 243. Todo o mestre, administrador, ou director de qualquer estabelecimiento mercantil é responsavel pelos damos que occasionar ao proprietario por omissão culpavel, impericia, ou malversação, e pelas faltas e omissões dos empregados que servirem debaixo das suas ordens, provando-se que foi omisso em as prevenir (art. 238).
- 244. O commerciante emprezario de fabrica, seus administradores, directores e mestres, que por si ou por interposta pessoa alliciarem empregados, artifices ou operarios de outras fabricas que se acharem contractados por escripto, serão multados no valor do jornal dos alliciados, de tres mezes a um anno, a beneficio da outra fabrica.

245. Todas as questões que resultarem de contractos de locação mercantil,

serão decididas em Juizo arbitral.

246. As disposições do Titulo VI — Do mandato mercantil — tem logar a respeito dos mestres, administradores ou directores de fabricas, na parte em que forem applicaveis.

Titulo XI. Do mutuo, e dos juros mercantis.

- 247. O mutuo é emprestimo mercantil, quando a cousa emprestada póde ser considerada genero commercial, ou destinada a uso commercial, e pelo menos, o mutuario é commerciante.
- 248. Em commercio podem exigir-se juros desde o tempo do desembolso, ainda que não sejam estipulados, em todos os casos em que por este Codigo são permittidos ou se mandam contar. Fóra destes casos, não sendo estipulados, só podem exigir-se pela móra no pagamento de dividas liquidas, e nas illiquidas só depois da sua liquidação.

Havendo estipulação de juros sem declaração do quantitativo ou do tempo, presume-se que as partes convieram nos juros da lei, e só pela móra (art. 138).

249. Nas obrigações que se limitam ao pagamento de certa somma de dinheiro, os damnos e interesses resultantes da móra consistem meramente na condemnação dos juros legaes.

250. O credor que passa recibos ou dá quitação de juros menores dos estipulados, não póde exigir a differença relativa ao vencimento passado; todavia, os juros futuros não se julgam por esse facto reduzidos a menos dos estipulados.

- 251. O devedor que paga juros não estipulados, não póde repetil-os, salvo excedendo a taxa da Lei: e neste caso, só póde repetir o excesso, ou imputal-o no capital.
- 252. A quitação do capital dada sem reserva de juros faz presumir o pagamento delles, e opéra a descarga total do devedor, ainda que fossem devidos.
- 253. E' prohibido contar juros de juros: esta prohibição não comprehende a accumulação de juros vencidos aos saldos liquidados em conta corrente de anno a anno.

Depois que em juizo se intenta acção contra o devedor, não póde ter lugar a accumulação de capital e juros.

- 254. Não serão admissiveis em juizo contas de capital com juros, em que estes se não acharem reciprocamente lançados sobre as parcellas do debito e credito das mesmas contas.
- 255. Os descontos de letras de cambio ou da terra¹), e de quaesquer titulos de credito negociaveis, regulam-se pelas convenções das partes.

 $^{^{1})}$ Letras de cambio passadas e acceitas na mesma Provincia (Estado). Vide no art. 425 deste Codigo.

Article 84, are bound to pay them the salary agreed for all the unexpired term of their contracts.

- 242. The said managers, administrators or directors, in the case of the death of the principal, are bound to continue their services for the term of their contract, and after its expiration until the heirs or successors of the deceased can make the necessary arrangements for their leaving.
- 243. Every manager, administrator or director of any commercial establishment is answerable for any loss he may occasion to the proprietor through culpable negligence, inexperience, or misconduct, and for the faults and omissions of those who are employed under his orders, if it is proved that he was negligent in preventing such faults and omissions (Art. 238).
- 244. Commercial managing owners of factories, their administrators, directors or managers, who, either themselves or through intermediaries, induce clerks, artisans or workmen of other factories who have written contracts to leave their employment, shall be fined for the benefit of the other factory, to the extent of from three months' to one year's wages of those they have induced to leave.

245. All questions which arise out of contracts of commercial hiring must

be decided by the Arbitration Court.

246. The provisions of Title VI — Commercial agency — govern in relation to managers, administrators and directors of factories, so far as they are applicable to them.

Title XI. Mutuum (loan) and commercial interest.

- 247. Mutuum is a commercial loan when the thing lent may be considered of a commercial nature or intended for commercial use, and when at least the borrower is a trader.
- 248. In commerce interest from the time of disbursement can be claimed, even although not stipulated for, in every case where it is permitted or ordered to run by this Code. In other cases, if not stipulated for, it can only be claimed in respect of delay in the payment of ascertained (liquidated) debts, and in the case of those which are not ascertained, only after they have become liquidated.

Where there is a stipulation for interest without any statement as to the rate or time, it is presumed that the parties have agreed to the legal rate, and that only

in case of delay (Art. 138).

249. In the case of obligations which are limited to the payment of a certain sum of money, damages and the interest on account of delay merely consist in being condemned to pay legal interest.

250. A creditor who gives receipts or discharges for interest at a less rate than that stipulated for, cannot claim the difference in respect of interest already accrued due; future interest cannot, however, on this account be considered as reduced below that stipulated for.

251. A debtor who pays interest which has not been stipulated for cannot reclaim it, unless it is in excess of the interest established by law: and in the latter

case, he can only claim the excess, or allocate it to the capital.

252. Payment of the capital without any reservation as to interest raises the presumption that the interest has been paid, and operates as a complete discharge to the debtor, although there may have been interest due.

253. Compound interest is not permitted: but this prohibition does not apply to an accumulation of interest due on net balances in accounts current from year

to year.

After an action has been brought against a debtor, an accumulation of capital and interest cannot take place.

- 254. Accounts of capital with interest, in which the interest on the items of debit and credit in the same accounts has not been reciprocally entered, are not admitted in any action.
- 255. Discounts on general or local 1) bills of exchange, and on any other negotiable instruments, are regulated by agreement between the parties.

¹⁾ Bills of exchange drawn and accepted in the same Province (State). See Article 425 of this Code.

Titulo XII. Das fianças, e cartas de credito e abono. Capitulo I. Das fianças.

- 256. Para que a fiança possa ser reputada mercantil, é indispensavel que o afiançado seja commerciante, e a obrigação afiançada derive de causa commercial, embora o fiador não seja commerciante.
- 257. A fiança só póde provar-se por escripto, abrange sempre todos os accessorios da obrigação principal, e não admitte interpretação extensiva a mais do que precisamente se comprehende na obrigação assignada pelo fiador.

258. Toda a fiança commercial é solidaria: nas que se prestam judicialmente, as testemunhas de abonação ficam todas solidariamente obrigadas na falta do

fiador principal.

A obrigação do fiador passa a seus herdeiros; mas a responsabilidade da fiança é limitada ao tempo decorrido até o dia da morte do fiador, e não póde exceder as forças da sua herança.

259. O fiador mercantil póde estipular do afiançado uma retribuição pecuniaria pela responsabilidade da fiança; mas estipulando retribuição não póde reclamar

o beneficio da desoneração permittidó no art. 262.

- 260. O fiador que paga pelo devedor fica subrogado em todos os direitos e acções do credor. Havendo mais fiadores, o fiador que pagar a divida terá acção contra cada um delles pela porção correspondente, em rateio geral; si algum fallir, o rateio do quinhão deste terá logar por todos os que se acharem solventes.
- 261. Si o fiador fôr executado com preferencia ao devedor originario, poderá offerecer á penhora os bens deste, si os tiver desembargados; mas, si contra elles apparecer embargo ou opposição, ou não forem sufficientes, a execução ficará correndo nos proprios bens do fiador, até effectivo e real embolso do exequente.
- 262. O fiador fica desonerado da fiança, quando o credor, sem o seu consentimento ou sem lhe ter exigido o pagamento, concede ao devedor alguma prorogação de termo, ou faz com elle novação do contracto (art. 438): e póde desonerar-se da fiança que tiver assignado sem limitação de tempo, sempre que lhe convier; ficando, todavia, obrigado por todos os effeitos da fiança anteriores ao acto amigavel, ou sentença por que fôr desonerado.

263. Desonerando-se, morrendo ou fallindo o fiador, o devedor originario é

obrigado a dar nova fiança, ou a pagar immediatamente a divida.

Capitulo II. Das cartas de credito.

264. As cartas de credito devem necessariamente contrahir-se a pessoa ou pessoas determinadas, com limitação de quantia creditada: o commerciante que as escreve e abre o credito fica responsavel pela quantia que, em virtude dellas, fôr entregue ao creditado até a concurrencia da somma abonada.

As cartas que não abrirem credito pecuniario com determinação do maximo, presumem-se meras cartas de recommendação, sem responsabilidade de quem as

escreveu.

Titulo XIII. Da hypotheca, e penhor mercantil. Capitulo I. Da hypotheca.¹)

265. A hypotheca de bens de raiz feita para segurar qualquer obrigação ou divida commercial, só póde provar-se por escriptura publica, inscripta no Registro do Commercio (art. 10 n. 2); fica, porém, entendido que a presente disposição não comprehende os casos em que por este Codigo se estabelece a hypotheca tacita.

¹) Toda esta parte sobre hypotheca de bens de raiz está expressamente revogoda pelo art. 2 da Lei no. 169 A de 19 de Janeiro de 1890, que reformou a legislação hypothecaria. O instituto da hypotheca é puramente civil e este capitulo do Codigo Commercial havia sido deretado antes da regulamentação do instituto por lei nacional, só feita em 1864, pelo acto no. 1237 de 24 de setembro.

Title XII. Guarantees and letters of credit. Chapter I. Guarantees.

256. In order that a guarantee may be considered commercial, it is necessary that the person guaranteed should be a trader, and that the obligation guaranteed should arise from a commercial transaction, although the guaranter may not be a trader.

257. A guarantee can only be proved by writing, must always contain all the accessories of the principal obligation, and does not admit of any interpretation beyond what is exactly comprised in the document signed by the guarantor.

258. Every commercial guarantee is joint and several; in those which are given judicially, the persons standing as guaranters are all jointly and severally

liable in default of the principal guarantor.

The obligation of a guarantor passes to his heirs; but the responsibility of the guarantee is limited to the time which has elapsed up to the day of the death of the guarantor, and cannot exceed the ability of his estate.

259. A commercial guaranter can stipulate with the person guaranteed for a pecuniary recompense for the responsibility of the guarantee; but if he stipulates for a recompense he cannot claim the benefit of release allowed in Art. 262.

260. A guarantor who has discharged the obligations of the debtor is subrogated to all the rights and actions of the creditor. If there are other guarantors, the guarantor who has discharged the obligation can claim from each of them a corresponding proportion, in a general ratio; and if any one of them becomes bankrupt, his proportionate share of liability must be distributed among those who are solvent.

261. If a guarantor is sued in an executive action in preference to the principal debtor, he can offer the property of the latter for seizure, if it is free; but if there is already an execution on it or claim against it, or if it is insufficient, execution shall issue against the property of the guarantor until the creditor has received

full and effective payment.

262. A guarantor is released from the guarantee when the creditor, without his consent or without having demanded performance, grants further time to the debtor, or agrees with him to an alteration in the contract (Art. 438): and he may be released from a guarantee which he has given without limitation of time, whenever he pleases; he is, however, bound by all the effects of the guarantee up to the time of the said alteration in the contract, or up to the decision which releases him.

263. Where the guarantor is released, dies or becomes bankrupt, the original

debtor is bound to find fresh security or immediately discharge his debt.

Chapter II. Letters of credit.

264. A letter of credit must of necessity be directed to a certain person or persons with a limit to the amount to be paid to the bearer: the trader who gives it and opens the credit is responsible for the amount which, by virtue thereof, may be paid to the bearer up to the total amount stated in the letter of credit.

Letters which do not open a credit for a monetary sum with a fixed amount as the maximum, are considered as mere letters of introduction, without any respon-

sibility attaching to the person who has given them.

Title XIII. Mortgage and commercial pledge. Chapter I. Mortgage. 1)

265. A mortgage of real property effected to secure any commercial obligation or debt, can only be proved by notarial instrument, inscribed in the Commercial Registry (Art. 10 No. 2); it is to be understood, however, that this provision does not embrace cases in which by this Code an implied hypothecation is established.

¹⁾ The whole of this part concerning mortgages of real property is expressly repealed by Art. 2 of Law No. 169 A of the 19th of Jannuary 1899, which reformed the legislation relating to mortgages. The institute of the mortgage is a purely civil one and this Chapter of the Commercial Code had been decreed before the regulation of the institute by national law, which only took place in 1864, by Act No. 1237 of the 24th of September.

266. A escriptura deve enunciar a natureza da divida, a sua importancia, a causa de que procede, a natureza dos bens que se hypothecam, e si estão livres e desembargados, ou si se acham sujeitos a outra hypotheca ou a outro algum onus. Hypothecando-se diversos bens, devem todos ser nomeados especificadamente: a hypotheca geral sem nomeação especifica de bens, não produz effeito algum nas obrigações mercantis.

267. Si o commerciante devedor fôr casado, não é válida a hypotheca que recahir sobre bens do casal em que a mulher seja meeira, se esta não assignar também

a escriptura.

268. A hypotheca de bens dotaes da mulher feita pelo marido é nulla, ainda

- que a escriptura seja por ella assignada (art. 27).
 269. São effeitos da hypotheca: 1.º Tornar nulla, a favor do credor hypothecario somente, qualquer alheação dos bens hypothecados que o devedor posteriormente fizer por titulo, quer gratuito, quer oneroso; — 2.º Poder o credor hypothecario com sentença penhorar e executar para seu pagamento a cousa hypothecada, em qualquer parte que ella se achar; — 3.° Dar ao credor hypothecario preferencia nos bens hypothecados, pela fórma que se dirá no Titulo — Das preferencias.
- 270. Si alguma cousa fôr hypothecada a dous ou mais credores, estes preferirão entre si pela ordem estabelecida nos arts. 884 e 885; mas, si o valor da cousa hypothecada cobrir todas as hypothecas, ou si paga a primeira ainda houver sobras nestas, ou no excedente do valor, ficarão radicadas a segunda ou mais hypothecas.

Capitulo II. Do penhor mercantil.

- 271. O contracto de penhor, pelo qual o devedor ou um terceiro por elle entrega ao credor uma cousa movel em segurança e garantia de obrigação commercial, só póde provar-se por escripto assignado por quem recebe o penhor.
- 272. O escripto deve enunciar com toda a clareza a quantia certa da divida, a causa de que procede, e o tempo do pagamento, a qualidade do penhor, e o seu valor real ou aquelle em que for estimado: não se declarando o valor, se estará no caso do credor deixar de restituir ou de apresentar o penhor quando for requerido, pela declaração jurada do devedor.

273. Podem dar-se em penhor bens moveis, mercadorias e quaesquer outros effeitos, titulos da Divida Publica, acções de companhias ou emprezas, e em geral

quaesquer papeis de credito negociaveis em commercio.

Não podem porêm dar-se em penhor commercial escravos 1), nem semoventes. 274. A entrega do penhor póde ser real ou symbolica, e pelos mesmos modos

por que póde fazer-se a tradição da cousa vendida (art. 199).

275. Vencida a divida a que o penhor serve de garantia, e não a pagando o devedor, é licito ao credor pignoraticio requerer a venda judicial do mesmo penhor, si o devedor não convier em que se faça de commum accordo.

276. O credor que recebe do seu devedor alguma cousa em penhor ou garantia, fica por esse facto considerado verdadeiro depositario da cousa recebida, sujeito a todas as obrigações e responsabilidades declaradas no Titulo — Do deposito

mercantil.

277. Si a cousa empenhada consistir em titulos de credito, o credor que os tiver em penhor entende-se subrogado pelo devedor para praticar todos os actos que sejam necessarios para conservar a validade dos mesmos titulos, e os direitos do devedor, ao qual ficará responsavel por qualquer omissão que possa ter nesta parte. O credor pignoraticio é igualmente competente para cobrar o principal e redditos do titulo ou papel de credito empenhado na sua mão, sem ser necessario que apresente poderes geraes ou especiaes do devedor (art. 387).

278. Offerecendo-se o devedor a remir o penhor, pagando a divida ou consignando o preço em Juizo, o credor é obrigado á entrega immediata do mesmo penhor;

pena de se proceder contra elle como depositario remisso (art. 284).

¹⁾ Felizmente, desde 13 de Maio de 1888 não existem mais escravos no Brasil. Toda esta segunda parte do art. 273 foi expressamente derogado pelo art. 2, § 11 da Lei hypothecaria, no. 169 A de 1890.

266. The instrument must state the nature of the debt, its amount, the consideration (causa) on which it is founded, the nature of the property mortgaged, and if it is free and unencumbered, or subject to any previous mortgage or burden. When various properties are mortgaged, they must all be specifically named: a general mortgage without a specific naming of the properties has no legal effect as a commercial obligation.

267. If the trading debtor is married, a mortgage of the property of the marriage in which the wife has an equal share is not valid unless the wife also signs the

instrument.

268. A mortgage of the dotal property of the wife made by the husband is

null and void, even although the instrument is signed by her (Art. 27).

269. The following are the effects of a mortgage: 1. To render void, in favour of the mortgagee only, any alienation of the mortgaged property which the debtor may afterwards make whether for valuable consideration or gratuitously; — 2. A mortgagee who has obtained judgment may seize and levy execution on the property mortgaged, wherever it may be, for payment of the debt due; — 3. To give to the mortgagee a preference in respect of the property mortgaged, as set out in the Title "Preferences".

270. If any property is mortgaged to two or more mortgagees, these shall have preference among themselves in the order established in Arts. 884 and 8851); but, if the value of the mortgaged property is sufficient to pay off all the mortgages, or if after paying of the first there is still a surplus, the second and succeeding mortgages shall be discharged in their order.

Chapter II. Commercial pledge.

271. A contract of pledge, by which a debtor or third person on his behalf delivers a chattel to his creditor as security and guarantee for a commercial obligation, can only be proved by a written document signed by the party who receives

272. The document must clearly state the exact amount of the debt, the consideration (causa) on which it is founded, the time for payment, the nature of the pledge, and its actual value or that at which it is estimated: if its value is not stated, it will be estimated, in case the creditor fails to restore or produce the pledge when required, according to the sworn declaration of the debtor.

273. Movable property, merchandise and any other effects, public securities, shares in companies or undertakings, and in general any documents of credit negotiable in commerce, may be pledged. Slaves2) and live stock, however, cannot be

pledged in commerce.

274. Delivery of the pledge may be actual or symbolic, and may be made

in the same manner as is prescribed for delivery of a thing sold (Art. 199).

275. When the debt for which the pledge is security has become due, and the debtor has not satisfied it, the creditor who holds the pledge may demand a judicial sale thereof, if he and the debtor do not mutually agree that it shall be sold.

276. A creditor who receives from his debtor any thing as pledge or security is on this account considered as a depositary of the thing received, and as such is subject to all the obligations and responsibilities as set forth under the Title —

Commercial deposit.

277. If the pledge consists of documents of credit, the creditor who holds them is understood to be subrogated to the debtor for performing all acts which may be necessary to preserve the validity of the documents and the rights of the debtor, to whom he shall be liable for any omission in relation thereto. A creditor holding a pledge is likewise empowered to receive the principal and interest of the document or instrument of credit which he holds in pledge, without its being necessary to present general or special powers from the debtor.

278. If the debtor offers to redeem the pledge, satisfying the debt or paying the amount into Court, the creditor is bound to immediately deliver the pledge to him, on pain of being proceeded against as a defaulting depositary (Art. 284).

¹⁾ Arts. 91 and 92 of the new Bankruptcy Law, No. 2024 of the 17th of December 1908. 2) Since the 13th of May 1888 slaves, happily, no longer exist in Brazil. The whole of the second part of Art. 273 has been expressly repealed by Art. 2 § 11 of the Law relating to Mortgages No. 169 A of 1890.

279. O credor pignoraticio, que por qualquer modo alhear ou negociar a cousa dada em penhor ou garantia, sem para isso ser autorisado por condição ou consentimento por escripto do devedor, incorrerá nas penas do crime de estellionato.

Titulo XIV. Do deposito mercantil.

280. Só terá a natureza de deposito mercantil o que for feito por causa proveniente de commercio, em poder de commerciante, ou por conta de commerciante.

281. Este contracto fica perfeito pela tradição real ou symbolica da cousa depositada (art. 199); mas só póde provar-se por escripto assignado pelo depositario.

282. O depositario póde exigir, pela guarda da cousa depositada, uma commissão estipulada no contracto, ou determinada pelo uso da Praça; e si nenhuma houver sido estipulada no contracto, nem se achar estabelecida pelo uso da Praça, será regulada por arbitradores.

283. O deposito voluntario confere-se e acceita-se pela mesma fórma que o mandato ou commissão; e as obrigações reciprocas do depositante e depositario regulam-se pelas que se acham determinadas para os mesmos contractos entre committente e mandatario ou commissario, em tudo quanto forem applicaveis.

284. Não entregando o depositario a cousa depositada no prazo de quarenta e oito horas da intimação judicial, será preso até que se effectue a entrega do deposito, ou do seu valor equivalente (arts. 272 e 440).

285. Os depositos feitos em Bancos ou Estações Publicas ficam sujeitos ás disposições das Leis, Estatutos ou Regulamentos da sua instituição.

286. As disposições do Capitulo II — Do penhor mercantil — são applicaveis

ao deposito mercantil.

Titulo XV. Das companhias e sociedades commerciaes. Capitulo I. Disposições geraes.

287. E' da essencia das companhias e sociedades commerciaes, que o objecto e fim a que se propõem seja licito, e que cada um dos socios contribua para o seu capital com alguma quota, ou esta consista em dinheiro ou em effeitos e qualquer sorte de bens, ou em trabalho ou industria.

288. E' nulla a sociedade ou companhia em que se estipular que a totalidade dos lucros pertença a um só dos associados, ou em que algum seja excluido, e a que desonerar de toda a contribuição nas perdas as sommas ou effeitos entrados

por um ou mais socios para o fundo social.

- 289. Os socios devem entrar para o fundo social com as quotas e contingentes a que se obrigarem, nos prazos e pela fórma que se estipular no contracto. O que deixar de o fazer, responderá á sociedade ou companhia pelo damno emergente da móra, si o contingente não consistir em dinheiro; consistindo em dinheiro pagará por indemnisação o juro legal somente (art. 249). N'um e n'outro caso, porém, poderão os outros socios preferir, á indemnisação pela móra, a rescisão da sociedade a respeito do socio remisso.
- 290. Em nenhuma associação mercantil se póde recusar aos socios o exame de todos os livros, documentos, escripturação e correspondencia, e do estado da caixa da companhia ou sociedade, sempre que o requerer; salvo tendo-se estabelecido no contracto ou outro qualquer titulo de instituição da companhia ou sociedade, as épocas em que o mesmo exame unicamente poderá ter logar.

as épocas em que o mesmo exame unicamente poderá ter logar.

291. As leis particulares do commercio, a convenção das partes sempre que lhes não fôr contraria, e os usos commerciaes, regulam toda a sorte de associação mercantil; não podendo recorrer-se ao direito civil para decisão de qualquer duvida

que se offereça, senão na falta de lei ou uso commercial.

292. O credor particular de um socio só póde executar os fundos liquidos que o devedor possuir na companhia ou sociedade, não tendo este outros bens desembargados, ou si, depois de executados, os que tiver não forem sufficientes para o pagamento.

279. A pledgee who in any manner alienates or negotiates the thing pledged or given as security, without being authorized by a special clause or the written consent of the debtor to do so, is subject to the penalties of the crime of stellionate.

Title XIV. Commercial deposit.

280. Only that is considered a commercial deposit which is made for a reason connected with commerce, under the control of a trader, or on account of a trader.

281. This contract becomes binding by the delivery actual or symbolic of the thing deposited (Art. 199); but it can only be proved by writing signed by the depositary

depositary.
282. For keeping the thing deposited, a depositary can demand a commission as stipulated in the contract, or determined by the custom of the market; but if no commission has been stipulated in the contract or is established by the custom

of the market, it shall be decided by arbitrators.

283. A voluntary deposit is made and accepted in the same manner as a mandate or commission; and the reciprocal obligations of the depositor and depositary are regulated by those which are prescribed for like contracts between principal and agent or factor (commission agent), as far as they are applicable.

284. If the depositary does not deliver the thing deposited within forty-eight hours after being judicially ordered to do so, he shall be kept under arrest until he has effected the delivery of the deposit, or paid its equivalent in value (Arts. 272)

and 440).

285. Deposits made in banks or public stations are subject to the provisions

of the Laws, Statutes or Regulations of their foundation.

286. The provisions of Chapter Π — Commercial pledge — apply also to commercial deposit.

Title XV. Trading companies and partnerships. Chapter I. General provisions.

287. It is essential that the object and aim of a trading company or partnership should be lawful, and that each of the members should contribute towards the capital, whether the contribution consists of money or property of any kind, or of

labour or industry.

288. A partnership or company in which it is stipulated that the whole of the profits shall belong to one of the members only, or in which any one of them is excluded, or in which the sums or effects contributed by one or more members towards the funds of the association are exempted from bearing the losses, is null and void.

289. The members must contribute to the capital the shares or obligations to which they bind themselves, for the periods and in the manner stipulated in the contract. A member who fails to do so, if the obligation is not a monetary one, is liable to the partnership or company for any loss resulting from the delay; and if it is a monetary one, only for the legal interest (Art. 249). In either case, however, the other members may, in lieu of compensation for delay or interest, decide that the association shall be rescinded, so far as the defaulting member is concerned.

290. In no trading association may a member be denied the right of examining all the books, documents, entries and correspondence, and into the financial state of the company or partnership, whenever he demands it, unless the times at which such examination may alone be made have been fixed in the contract or in

any other instrument of foundation of the company or partnership.

291. The special laws relating to commerce, the agreements of the parties so long as they do not contravene such laws, and the usages of trade, regulate every kind of trading association; and the civil law cannot be invoked for a decision on any doubtful point which may arise, except in the absence of any commercial law or usage.

292. The private creditor of a member can only levy execution on the net funds which the debtor owns in the company or partnership, if he does not possess other free property, or if, after having levied execution on such property, that which

he possesses is not sufficient to satisfy the debt.

Quando uma mesma pessoa é membro de diversas companhias ou sociedades com diversos socios, fallindo uma, os credores della só podem executar a quota liquida que o socio commum tiver nas companhias ou sociedades solventes depois de pagos os credores destas.

Esta disposição tem logar si as mesmas pessoas formarem diversas companhias ou sociedades: fallindo uma, os credores da massa fallida só têm direito sobre as massas solventes depois de pagos os credores destas.

293. Os socios administradores ou gerentes, são obrigados a dar contas justifi-

cadas da sua administração aos outros socios.

294. Todas as questões sociaes que se suscitarem entre os socios durante a existencia da sociedade ou companhia, sua liquidação ou partilha, serão decididas em juizo arbitral¹).

Capitulo II. Das companhias de commercio ou sociedades anonymas.²)

295. As companhias ou sociedades anonymas, designadas pelo objecto ou empreza a que se destinam, sem firma social, e administradas por mandatarios revogaveis, socios ou não socios, só pódem estabelecer-se por tempo determinado, e com autorização do Governo, dependente da approvação do Corpo Legislativo quando hajam de gozar de algum privilegio: e devem provar-se por escriptura publica, ou pelos seus estatutos, e pelo acto do Poder que as houver autorizado.

As companhias só podem ser dissolvidas: 1.º Expirando o prazo da sua duração; — 2.º Por quebra; — 3.º Mostrando-se que a companhia não póde preencher o intuito e fim social.

296. A escriptura, estatutos e acto da autorização das companhias devem ser inscriptos no Registro do Commercio, e publicados pelo Tribunal respectivo,

antes que as companhias comecem a exercer suas operações.

As companhias só podem ser prorogadas com approvação do Poder que houver autorizado a sua instituição, procedendo a novo registro.

297. O capital das companhias divide-se em acções, e estas podem ser sub-

divididas em fracções.

As acções podem ser exaradas em fórma de titulo ao portador, ou por inscripções nos registros da companhia: no primeiro caso opera-se a transferencia por via de endosso; no segundo só póde operar-se por acto lançado nos mesmos registros com assignatura do proprietario ou de procurador com poderes especiaes, salvo o caso de execução judicial.

298. Os socios das companhias ou sociedades anonymas não são responsaveis a mais do valor das acções, ou do interesse por que se houverem compromettido.

299. Os administradores ou directores de uma companhia respondem pessoal e solidariamente a terceiros, que tratarem com a mesma companhia, até o momento em que tiver logar a inscripção do instrumento ou titulo da sua instituição no Registro do Commercio (art. 296); effectuado o registro respondem só á companhia pela execução do mandato.

Capitulo III. Das sociedades commerciaes.

Secção I. Disposições geraes.

300. O contracto de qualquer sociedade commercial só póde provar-se por escriptura publica ou particular; salvo nos casos dos arts. 304 e 325.

Nenhuma prova testemunhal será admittida contra e além do conteúdo no

instrumento do contracto social.

301. O teor do contracto deve ser lançado no Registro do Commercio do Tribunal do districto em que se houver de estabelecer a casa commercial da so-

¹⁾ Vide nota sobre o juizo arbitral, a paginas 13. — 2) As diversas disposições legaes relativas ás sociedades anonymas se acham reunidas no Decreto no. 434 de 4 de julho de 1891, que consolidou as leis e regulamentos anteriores, e cujo texto adiante se encontrará. Este Capitulo do Codigo, pois, se acha revogado e substituido pelas referidas leis; consolidadas no mencionado Decreto no. 434.

When the same person is a member in several companies or partnerships with different members, and one of the companies or partnerships becomes bankrupt, the creditors of such bankrupt company or partnership can only levy execution on the net share which the common member possesses in the companies or partnerships which are solvent after the creditors of the latter are paid.

This provision applies if the same persons form different companies or partnerships: if one becomes bankrupt, the creditors of the bankruptcy estate can only claim against the estates of the others after their creditors have been paid.

293. Active or managing members are bound to give to the other members

correct accounts of their administration.

294. Every question relating to the association which may arise between the members during the existence of the partnership or company, its liquidation or the distribution of its assets, must be decided by judicial arbitration 1).

Chapter II. Joint stock companies.²)

295. Joint stock companies, designated according to the object or undertaking for which they are intended, not having a partnership style, and administered by agents who are liable to have their mandates revoked, whether they are shareholders or not, can only be established for a definite period, and with authority from the Government, which depends on the consent of the Legislative Body, when they seek to enjoy some special privilege; and their existence must be proved by notarial instrument, or by their statutes (articles of association), and by the Act of the Authority which has granted them their powers.

Companies can only be dissolved: 1. On the expiration of the period for which they were formed; — 2. On bankruptcy; — 3. When it is shewn that the company

is not able to fulfil the object and aim for which it was formed.

296. The memorandum of association, statutes (articles of association) and Act of authorization of companies must be inscribed in the Commercial Registry, and made public by the proper Tribunal, before they may begin to carry on their operations.

The prolongation of companies may only take place with the approval of the Authority which granted them their foundation, and on their effecting a new

registration.

297. The capital of companies must be divided into shares, and these shares

may again be sub-divided into parts of shares.

Shares may be issued in the form of documents to bearer, or be inscribed in the company's register; in the first case they may be transferred by simple indorsement; and in the second case by entries made in the register with the signature of the proprietor or of an attorney with special powers, the case of judicial execution being excepted.

298. Members of joint stock companies are not liable for more than the amount

of their shares, or of the liabilities which they have undertaken.

299. The administrators or directors of a company are personally and jointly and severally liable to third persons who have had dealings with the company, up to the time when the instrument or title of its foundation is inscribed in the Commercial Registry (Art. 296); after the registration has been effected they are only answerable to the company for the performance of their mandate.

Chapter III. Trading partnerships.

Section I. General provisions.

300. A contract of trading partnership can only be proved by a notarial or private instrument; except in those cases to which Arts. 304 and 325 apply.

No oral testimony will be admitted in opposition or in addition to what is

contained in the instrument of the contract of partnership.

301. The substance of the contract must be registered in the Commercial Registry of the Court of the district in which the trading house of the partnership

¹⁾ See note on judicial arbitration, page 13. — 2) The various legal provisions regarding joint stock companies are brought together in Decree No. 434 of the 4th of July 1891, which consolidated the previous laws and regulations, and the text of which will be found below. This Chapter of the Code is therefore repealed and replaced by the above named laws, consolidated in the said Decree No. 434.

ciedade (art. 10 n. 2), e si esta tiver outras casas de commercio em diversos districtos,

em todos elles terá logar o registro.

As sociedades estipuladas em paizes estrangeiros com estabelecimento no Brasil, são obrigadas a fazer igual registro nos Tribunaes do Commercio competentes do Imperio antes de começarem as suas operações.

Em quanto o instrumento do contracto não fôr registrado, não terá validade entre os socios nem contra terceiros, mas dará acção a estes contra todos os socios

solidariamente (art. 304).

302. A escriptura, ou seja publica ou particular, deve conter: 1.º Os nomes, naturalidades e domicilios dos socios; — 2.º Sendo sociedade com firma, a firma por que a sociedade ha de ser conhecida; — 3.º Os nomes dos socios que podem usar da firma social ou gerir em nome da sociedade; na falta desta declaração, entendese que todos os socios pode musar da firma social e gerir em nome da sociedade; — 4.º Designação específica do objecto da sociedade, da quota com que cada um dos socios entra para o capital (art. 287), e da parte que ha de ter nos lucros e nas perdas; — 5.º A fórma da nomeação dos arbitros para juizes das duvidas sociaes; — 6.º Não sendo a sociedade por tempo indeterminado, as epocas em que ha de começar e acabar, e a fórma da sua liquidação e partilha (art. 344); — 7.º Todas as mais clausulas e condições necessarias para se determinarem com precisão os direitos e obrigações dos socios entre si, e para com terceiro.

Toda a clausula ou condição occulta, contraria ás clausulas ou condições contidas

no instrumento ostensivo do contracto, é nulla.

303. Nenhuma acção entre os socios ou destes contra terceiro, que fundar a sua intenção na existencia da sociedade, será admittida em juizo, si não fôr logo acompanhada do instrumento probatorio da existencia da mesma sociedade.

304. São, porém, admissiveis, sem dependencia da apresentação do dito instrumento, as acções que terceiros possam intentar contra a sociedade em commum, ou contra qualquer dos socios em particular. A existencia da sociedade, quando por parte dos socios se não apresenta instrumento, póde provar-se por todos os generos de prova admittidos em commercio (art. 122), e até por presumpções fundadas em factos de que existe ou existiu sociedade.

305. Presume-se que existe ou existiu sociedade, sempre que alguem exercita actos proprios de sociedade, e que regularmente se não costumam praticar sem

a qualidade social.

Desta natureza são especialmente: 1.° Negociação promiscua e commum; — 2.° Acquisição, alheação, permutação, ou pagamento commum; — 3.° Si um dos associados se confessa socio, e os outros o não contradizem por uma fórma publica; — 4.° Si duas ou mais pessoas propõem um administrador ou gerente commum; — 5.° A dissolução da associação como sociedade; — 6.° O emprego do pronome nós ou nosso nas cartas de correspondencia, livros, facturas, contas e mais papeis commerciaes; — 7.° O facto de receber ou responder cartas endereçadas ao nome ou firma social; — 8.° O uso de marca commum nas fazendas ou volumes; — 9.° O uso de nome com a addição — e companhia.

A responsabilidade dos socios occultos é pessoal e solidaria, como si fossem socios estansivos (est. 216)

ostensivos (art. 316).

306. A pessoa que emprestar o seu nome como socio, ainda que não tenha interesse nos lucros da sociedade, será responsavel por todas as obrigações da mesma sociedade, que forem contrahidas debaixo da firma social, com acção regressiva contra os socios, mas não responderá a estes por perdas e damnos.

307. Si expirado o prazo de sociedade, celebrada por tempo determinado, esta tiver de continuar, a sua continuação só poderá provar-se por novo instrumento, passado e legalisado com as mesmas formalidades que o da sua instituição

(art. 301).

O mesmo terá logar, quando se fizer alguma alteração no contracto primordial. 308. Quando a sociedade, dissolvida por morte de um dos socios, tiver de continuar com os herdeiros do fallecido (art. 335 n. 4), si entre os herdeiros algum ou alguns forem menores, estes não poderão ter parte nella, ainda que sejam autorisados judicialmente; salvo sendo legitimamente emancipados.

is to be established (Art. 10 No. 2), and if there are trading houses in several districts

registration must be effected in each separate district.

Partnerships formed in a foreign country with establishments in Brazil are also bound to effect a like registration in the proper Commercial Courts of the Empire before they may commence to transact business.

As long as the contractual instrument is not registered, it will have no force as between the partners or against third persons, but the latter have right of action

against all the partners jointly and severally (Art. 304).

302. The instrument, whether notarial or private, must contain: 1. The names, nationalities and addresses of the partners; -2. In case of a partnership with a firm name, the firm name by which the partnership will be known; — 3. The names of those partners who may use the partnership signature or act in the name of the partnership; in default of such a statement, it is understood that all the partners may use the partnership signature and act in the name of the partnership; — 4. A specific designation of the object of the partnership, of the share which each partner contributes towards the capital (Art. 287), and of the participation which each has in the profits and losses; — 5. The manner of appointing arbitrators in case of disputes between partners; — 6. If the partnership is for a fixed period, when it commences and when it ends, and the manner of its liquidation and the division of its assets (Art. 344); — 7. All other clauses and conditions necessary for exactly determining the rights and obligations of the partners among themselves and towards third persons.

Every secret clause or condition, contrary to the clauses or conditions contained

in the ostensible instrument of the contract, is null and void.

303. No action between partners or by them against a third person, which is founded on an allegation of the existence of the partnership, shall be admitted in a court of law, unless accompanied by the instrument proving the existence of

the said partnership.

304. Actions which third persons bring against a partnership as a whole, or against any one of the partners, are, however, admitted, without the necessity of producing the said instrument. The existence of a partnership, when the instrument is not produced on behalf of the partners, may be proved by any kind of proof allowed in commerce (Art. 122), and even by means of presumptions based on facts which shew that the partnership exists or has existed.

305. It is presumed that a partnership exists or has existed, if anyone performs acts appropriate to a partnership which are not according to ordinary custom performed unless a partnership exists.

Of such a nature are specially: 1. Negotiations conducted indiscriminately and in common; — 2. Acquisition, alienation, barter, or payment made in common; — 3. If a person associated with others declares himself a partner, and the others do not publicly contradict him; — 4. If two or more persons appoint a common administrator or manager; — 5. The dissolution of the association as a partnership; — 6. The use of the expression "we" or "our" in correspondence, books, invoices, accounts and other commercial papers; — 7. The fact of receiving or replying to correspondence directed to a partnership or firm name or style; — 8. The employment of a common mark on goods, cases or packets; — 9. The employment of a name with the addition "and company".

The liability of sleeping partners is personal and joint and several, as though

they were ostensible partners (Art. 316).

306. A person who lends his name as partner, although he has no interest in the profits of the partnership, is liable for all the obligations of the said partnership which have been contracted under the partnership name, with a right of action over against the partners, but without liability to them for loss or damage.

307. If the term of a partnership which has been formed for a definite period has expired, and the intention is that the partnership shall continue, such continuation can only be effected by a new instrument, effected and legalized with the same

formalities as those employed in its foundation (Art. 301).

The same rule applies when any alteration is made in the original agreement. 308. When a partnership, dissolved by the death of one of the partners, is to be continued with the heirs of the deceased (Art. 335, No. 4), and one or more of the heirs are minors, they cannot act in the partnership, even though judicially authorized, unless they have been legally emancipated (freed from parental or other control). 309. Fallecendo sem testamento algum socio que não tenha herdeiros presentes, quer a sociedade deva dissolver-se pela sua morte, quer haja de continuar, o Juizo a que competir a arrecadação da fazenda dos ausentes não poderá entrar na arrecadação dos bens da herança do fallecido que existirem na massa social, nem ingerir-se por fórma alguma na administração, liquidação e partilha da sociedade; competindo sómente ao mesmo Juizo arrecadar a quota liquida que ficar pertencendo á dita herança.

No caso do socio fallecido ter sido o caixa ou gerente da sociedade, ou quando não fosse, sempre que não houver mais de um socio sobrevivente, e mesmo fóra dos dous referidos casos, si o exigir um numero tal de credores que represente metade de todos os creditos, nomear-se-ha um novo caixa ou gerente para a ultimação das negociações pendentes: procedendo-se á liquidação e partilha pela fórma determinada na Secção VIII deste Capitulo; com a unica differença de que os credores terão parte na nomeação da pessoa ou pessoas a quem deva encarregar-se a liquidação.

A nomeação do novo caixa ou gerente será feita pela maioria dos votos dos socios e dos credores, reunidos em assembléa presidida pelo Juiz de Direito do Commercio, e só poderá recahir sobre socio ou credor que seja commerciante.

310. As disposições do artigo precedente têm igualmente logar, sempre que algum commerciante (que não tenha socios, ou mesmo alguem, ainda que não seja commerciante, fallecer sem testamento nem herdeiros presentes, e tiver credores commerciantes: nomeando-se pela fórma acima declarada dous administradores e um fiscal, para arrecadar, administrar e liquidar a herança, e satisfazer todas as obrigações do fallecido.

Não existindo credores presentes, mas constando pelos livros do fallecido ou por outros titulos authenticos que os ha ausentes, serão os dous administradores e

fiscal nomeados pelo Tribunal do Commercio.

Secção II. Da sociedade em commandita.

311. Quando duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma commerciante, se associam para fim commercial, obrigando-se uns como socios solidariamente responsaveis, e sendo outros simples prestadores de capitaes, com a condição de não serem obrigados alem dos fundos que forem declarados no contracto, esta associação tem a natureza de sociedade em commandita.

Se houver mais de um socio solidariamente responsavel, ou sejam muitos os encarregados da gerencia ou um só, a sociedade será ao mesmo tempo em nome collectivo para estes, e em commandita para os socios prestadores de capitaes.

- 312. Na sociedade em commandita não é necessario que se inscreva no Registro do Commercio o nome do socio commanditario, mas requer-se essencialmente que se declare no mesmo Registro a quantia certa do total dos fundos postos em commandita.
- 313. Na mesma sociedade os socios commanditarios não são obrigados além dos fundos com que entram ou se obrigam a entrar na sociedade, nem a repor, salvo nos casos do artigo 8281), os lucros que houverem recebido: mas os socios responsaveis respondem solidariamente pelas obrigações sociaes, pela mesma fórma que os socios das sociedades collectivas (art. 316).
- 314. Os socios commanditarios não podem praticar acto algum de gestão, nem ser empregados nos negocios da sociedade, ainda mesmo que seja como procuradores, nem fazer parte da firma social: pena de ficarem solidariamente responsaveis como os outros socios; não se comprehende porém nesta prohibição a faculdade de tomar parte nas deliberações da sociedade, nem o direito de fiscalisar as suas operações e estado (art. 290).

¹) A disposição do referido art. 828 está comprehendida na parte revogado do Codigo. Referese aos actos e operações commerciaes que podem ser annulladas em qualquer epoca. provandose que houve fraude em prejuzio dos credores. A revogoda disposição do Codigo corresponde ao art. 36 B da lei de fallenças no. 859 de 1902 e ao art. 144-II do seu Regulamento no. 4855 de 1903.

309. If a partner dies intestate and without heirs present, whether the partnership is to be dissolved on his death or to continue, the Court on whom the duty devolves of managing the property of the absent heirs cannot intervene in the management of the estate of the deceased which exists in the partnership property, nor interfere in any manner in the administration, liquidation or division of the assets of the partnership; it is only competent to the said Court to administer the net share which belongs to the estate of the deceased.

In case the deceased partner was the cashier or manager of the partnership, or where he was not so, if there is not more than one surviving partner, and even in other cases, if a number of the creditors representing one half of the outstanding debts demand it, a new cashier or manager must be appointed to complete pending negotiations, and proceed to the liquidation and division of the assets in the manner laid down in Section VIII of this Chapter, with the only difference that the creditors have the right to take part in the appointment of the person or persons who are charged with the liquidation.

The new cashier or manager must be appointed by a majority of the votes of the partners and creditors, assembled in a meeting and presided over by a Superior Judge of the Commercial Court, and only a partner or a creditor who is a trader

can be so appointed.

310. The provisions of the preceding Article have equal application when a trader who has no co-partners, and even in the case of any one who is not a trader, dies intestate and without heirs present, and has creditors who are engaged in trade: in such a case two administrators and a person to have the supervision of the accounts must be appointed to manage, administer and liquidate the estate, and to satisfy all the obligations of the deceased.

If there are no creditors present, but from the books of the deceased or other authentic documents it appears that there are absent creditors, the two administrators and the person charged with the supervision of the accounts must be appointed

by the Commercial Tribunal.

Section II. Limited partnerships.

311. An association is of the nature of a limited partnership, when two or more persons, one at least of whom is a trader, combine for a commercial object, some being partners jointly and severally liable, and others simply furnishing capital on the condition of not being liable beyond the funds stated in the articles of partnership.

If there is more than one partner jointly and severally liable, whether more than one are entrusted with the management or one only, the partnership is an ordinary (unlimited) one as regards the latter, and at the same time a limited one

as regards those who have merely furnished capital.

312. In the case of a limited partnership it is not necessary that the name of the limited partner should be inscribed in the Commercial Registry, but it is an essential requirement that the exact amount of the total funds subscribed by the

limited partners should be declared in such Registry.

313. In such partnerships the limited partners are not liable for more than the funds which they have provided or bound themselves to provide towards the partnership capital, nor to replace, except in the cases coming under Art. 828¹), the profits they have received: but the responsible partners are liable jointly and severally for partnership obligations in the same way as partners in ordinary (unlimited) partnerships (Art. 316).

314. A limited partner may not practise any act of management, nor be

314. A limited partner may not practise any act of management, nor be employed in the business of the partnership, even although he may hold a power of attorney, nor may his name appear in the firm name of the partnership; on pain of being jointly and severally liable with the other partners; in this prohibition, however, the faculty of taking part in the deliberations of the partnership, and the right of examining its financial state and transactions are not included.

¹⁾ The provision of Art. 828 is included in the repealed portion of the Code. It refers to acts and commercial transactions which may be annulled at any time on proving fraud to the prejudice of creditors. The provision of the Code which has been repealed corresponds to Art. 36 B of the Bankruptcy Law No. 859 of 1902, and to Art. 144 II of the Regulation No. 4855 of 1903; and these have been supplanted by the Bankruptcy Law No. 2024 of the 17th December 1908.

Secção III. Das sociedades em nome collectivo ou com firma.

315. Existe sociedade em nome collectivo ou com firma, quando duas ou mais pessoas, ainda que algumas não sejam commerciantes, se unem para commerciar em commum, debaixo de uma firma social.

Não podem fazer parte da firma social nomes de pessoas que não sejam socios

commerciantes.

316. Nas sociedades em nome collectivo, a firma social assignada por qualquer dos socios gerentes, que no instrumento do contracto for autorisado para usar della, obriga todos os socios solidariamente para com terceiros e a estes para com a sociedade, ainda mesmo que seja em negocio particular seu ou de terceiro; com excepção somente dos casos em que a firma social for empregada em transacções estranhas ao negocio designado no contracto.

Não havendo no contracto designação do socio ou socios que tenham a faculdade de usar privativamente da firma social, nem algum excluido, presume-se que todos

os socios têm direito igual de fazer uso della.

Contra o socio que abusar da firma social, dá-se acção de perdas e damnos, tanto da parte dos socios como de terceiro: e se com o abuso concorrer tambem fraude ou dólo, este poderá intentar contra elle a acção criminal que no caso couber.

Secção IV. Das sociedades de capital e industria.

317. Diz-se sociedade de capital e industria aquella que se contrahe entre pessoas, que entram por uma parte com os fundos necessarios para uma negociação commercial em geral, ou para alguma operação mercantil em particular, e por outra parte com a sua industria sómente.

O socio de industria não póde, salva convenção em contrario, empregar-se em operação alguma commercial estranha á sociedade; pena de ser privado dos lucros

daquella, e excluido desta.

318. A sociedade de capital e industria póde formar-se debaixo de uma firma social, ou existir sem ella. No primeiro caso são-lhe applicaveis todas as disposições estabelecidas na Secção III deste Capitulo.

319. O instrumento do contracto da sociedade de capital e industria, além das enunciações indicadas no art. 302, deve especificar as obrigações do socio ou socios que entrarem na associação com a sua industria sómente, e a quota de lucros que deve caber-lhes em partilha.

Na falta de declaração no contracto, o socio de industria tem direito a uma quota nos lucros, igual á que fôr estipulada a favor do socio capitalista de menor

entrada.

320. A obrigação dos socios capitalistas é solidaria, e estende-se além do

capital com que se obrigarem a entrar na sociedade.

- 321. O socio de industria não responsabilisa o seu patrimonio particular para com os credores da sociedade. Se, porém, além da industria, contribuir para o capital com alguma quota em dinheiro, bens ou effeitos, ou fôr gerente da firma social, ficará constituido socio solidario em toda a responsabilidade.
- 322. O socio de industria não é obrigado a repòr, por motivo de perdas supervenientes, o que tiver recebido de lucros sociaes nos dividendos; salvo provando-se dólo ou fraude de sua parte (art. 828).

323. Os fundos sociaes em nenhum caso podem responder, nem ser executados por dividas ou obrigações particulares do socio de industria sem capital; mas, poderá

ser executada a parte dos lucros que lhe couber na partilha.

324. Competem tanto aos socios capitalistas como aos credores sociaes contra o socio de industria, todas as acções que a Lei faculta contra o gerente ou mandatario infiel, ou negligente culpavel.

Secção V. Da sociedade em conta de participação.

325. Quando duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma commerciante, se reunem, sem firma social, para lucro commum, em uma ou mais operações de commercio determinadas, trabalhando um, alguns ou todos em seu nome individual para o fim social, a associação toma o nome de sociedade em conta de participação,

Section III. Ordinary (unlimited) partnerships.

315. An ordinary partnership exists, when two or more persons, even although some may not be traders, combine to trade in common under a firm name.

The names of persons who are not trading partners may not be included in the firm name.

316. In an ordinary partnership, the name of the firm signed by any one of the acting partners who by the articles of partnership is entitled to use it, binds all the partners jointly and severally as regards third persons and third persons as regards the partnership, even although it is his private transaction or that of a third person; cases where the firm name has been used in transactions foreign to the business stated in the articles of partnership being alone excepted.

If the articles of partnership do not designate a partner or partners as having the faculty of exclusively using the firm name, and do not exclude any of them from this right, it is presumed that all the partners have an equal right to use it.

An action for loss or damage will lie against a partner who makes an improper use of the firm name, as well in favour of the partners as of a third person: and if together with the improper use of the name there is fraud or deceit, the latter can institute against him the criminal proceeding which is appropriate to the case.

Section IV. Partnerships of capital and industry.

317. A partnership of capital and industry is one formed between persons, who on the one side contribute the capital necessary for general business or for a particular commercial transaction, and on the other side contribute their industry only.

The industrial partner may not, in the absence of agreement to the contrary, enter into any commercial transaction foreign to the partnership; on pain of being deprived of his profits in the partnership, and of being removed from the same.

318. A partnership of capital and industry may be formed under a firm name, or may exist without one. In the first case all the provisions established in Section III

of this Chapter apply to it.

319. The instrument of the contract of a partnership of capital and industry, besides the statements required by Art. 302, must specify the obligations of the partner or partners who join the partnership on the terms of contributing their industry only, and the share in the profits to which they are entitled on division.

In default of such a declaration, the industrial partner has a right to a share in the profits equal to that to which the partner who has introduced the least

capital is entitled.

320. The obligation of the capitalist partners is joint and several and extends beyond the capital with which they bound themselves to enter the partnership.

321. An industrial partner is not bound as regards his own private property to the creditors of the partnership. If, however, besides his industry he contributes a share in money, property or effects towards the capital, or is manager of the partnership he constitutes himself a personally responsible (unlimited) partner with the attendant liability.

322. An industrial partner is not on account of losses which may arise, bound to return that which he has received as his share in the partnership profits, unless

deceit or fraud on his part can be proved (Art. 828)1).

323. The partnership funds can in no case be liable nor be taken in execution for the private debts or obligations of an industrial partner without capital; but the share of profits to which he is entitled on a division may be taken in execution.

324. The capitalist partners as well as the partnership creditors may exercise against an industrial partner all the rights of action which the Law allows against an unfaithful, or culpably negligent manager or agent.

Section V. Associations on joint account.

325. When two or more persons, one of whom at least is a trader, combine, without a firm name, for common profit, in one or more determined commercial transactions, one, some or all working in their individual names for a partnership object, the association takes the name of an association on joint account, or an

¹⁾ See the preceding footnote.

accidental, momentanea ou anonyma; esta sociedade não está sujeita ás formalidades prescriptas para a formação das outras sociedades, e póde provar-se por todo o genero

de provas admittidas nos contractos commerciaes (art. 122).

326. Na sociedade em conta de participação, o socio ostensivo é o unico que se obriga para com terceiro: os outros socios ficam unicamente obrigados para com o mesmo socio por todos os resultados das transacções e obrigações sociaes emprehendidas nos termos precisos do contracto.

327. Na mesma sociedade o socio gerente responsabilisa todos os fundos sociaes, ainda mesmo que seja por obrigações pessoaes, se o terceiro com quem tratou ignorava a existencia da sociedade; salvo o direito dos socios prejudicados

contra o socio gerente.

328. No caso de quebrar ou fallir o socio gerente, é licito ao terceiro com quem houver tratado saldar todas as contas que com elle tiver, posto que abertas sejam debaixo de distinctas designações, com os fundos pertencentes a quaesquer das mesmas contas: ainda que os outros socios mostrem que esses fundos lhes pertencem, uma vez que não provem que o dito terceiro tinha conhecimento, antes da quebra, da existencia da sociedade em conta de participação.

Secção VI. Dos direitos e obrigações dos socios.

329. As obrigações dos socios começam da data do contracto, ou da epoca nelle designada; e acabam depois que, dissolvida a sociedade, se acham satisfeitas e extinctas todas as responsabilidades sociaes.

330. Os ganhos e perdas são communs a todos os socios na razão proporcional dos seus respectivos quinhões no fundo social; salvo se outra cousa fôr expressa-

mente estipulada no contracto.

331. A maioria dos socios não tem faculdade de entrar em operações diversas das convencionadas no contracto, sem o consentimento unanime de todos os socios. Nos mais casos todos os negocios sociaes serão decididos pelo voto da maioria, computado pela fórma prescripta no art. 486.

332. Se o contracto social fôr da natureza daquelles que só valem sendo feitos por escriptura publica, nenhum socio pode responsabilisar a firma social validamente sem autorisação especial dos outros socios, outorgada expressamente por escriptura

publica (art. 307).

333. O socio que, sem consentimento por escripto dos outros socios, applicar os fundos ou effeitos da sociedade para negocio ou uso de conta propria, ou de terceiro, será obrigado a entrar para a massa commum com todos os lucros resultantes: e, se houver perdas ou damnos, serão estes por sua conta particular; além do procedimento criminal que possa ter lugar (art. 316).

334. A nenhum socio é licito ceder a um terceiro que não seja socio, a parte que tiver na sociedade, nem fazer-se substituir no exercicio das funcções que nella exercer sem expresso consentimento de todos os outros socios; pena de nullidade do contracto: mas, poderá associal-o á sua parte, sem que por esse facto o associado

fique considerado membro da sociedade.

Secção VII. Da dissolução da sociedade.

335. As sociedades reputam-se dissolvidas: 1.º Expirando o prazo ajustado da sua duração; — 2.° Por quebra da sociedade, ou de qualquer dos socios; — 3.° Por mutuo consenso de todos os socios; — 4.° Pela morte de um dos socios, salva convenção em contrario a respeito dos que sobreviverem; — 5.º Por vontade de um dos socios, sendo a sociedade celebrada por tempo indeterminado.

Em todos os casos deve continuar a sociedade, somente para se ultimarem as

negociações pendentes; procedendo-se á liquidação das ultimadas.

336. As mesmas sociedades podem ser dissolvidas judicialmente, antes do periodo marcado no contracto, a requerimento de qualquer dos socios: 1.º Mostrandose que é impossivel a continuação da sociedade por não poder preencher o intuito e fim social, como nos casos de perda inteira do capital social, ou deste não ser sufficiente; — 2.° Por inhabilidade de algum dos socios, ou incapacidade moral ou civil, julgada por sentença; — 3.° Por abuso, prevaricação, violação ou falta de cumprimento das obrigações sociaes, ou fuga de algum dos socios. accidental, transitory or anonymous partnership, and is not subject to the formalities prescribed for the formation of other partnerships, and may be proved by all kinds

of proof admitted in the case of commercial contracts (Art. 122).

326. In an association on joint account the ostensible partner is the only one who is bound towards a third person: the other partners are only bound towards such partner for all the results of the transactions and partnership obligations undertaken according to the exact terms of the contract.

327. In this kind of association the acting partner makes all the partnership funds liable, even although it is for personal obligations, if the third person with whom he contracted was ignorant of the existence of the partnership; saving the

right of the prejudiced partners against the acting partner.

328. In case of the bankruptcy or cessation of payments of the acting partner, it is lawful for the third person with whom he has contracted to balance all the accounts which he had with him, although they are open under different names, with the moneys standing to the credit of any of the same accounts: the other partners, even although they can shew that these funds belong to them, have no remedy, if they cannot prove that the third person in question was cognizant, before the bankruptcy, of the existence of the partnership.

Section VI. Rights and obligations of partners.

329. The obligations of partners commence from the date of the contract of partnership, or from the time stated therein; and terminate after all the partnership responsibilities are satisfied and extinguished, on the dissolution of the partnership.

330. The profits and losses are divided between all the partners in proportion to their respective shares in the partnership capital, in the absence of some other

express stipulation in the contract.

331. A majority of the partners has no power to transact any business different from that agreed to in the contract of partnership, without the unanimous consent of all the partners. In other cases, all the partnership affairs must be decided by the vote of the majority, computed in the manner prescribed by Art. 486.

332. If the contract of partnership is of such a nature as can only be made by notarial instrument, no partner can validly bind the partnership firm without the special authorization of the other partners, expressly granted by notarial

instrument (Art. 307).

333. A partner who, without the written consent of his co-partners, applies the funds or effects of the partnership to the business or use of himself, or of a third person, is bound to bring all the resulting profits into the partnership estate: but if there is loss or damage, it shall be borne by himself; and he is besides liable to any criminal proceeding which may apply (Art. 316).

334. No partner can transfer the share he holds in the partnership to a third person who is not a partner, nor can he appoint a substitute to discharge his functions therein without the express consent of all his co-partners; under pain of the nullity of the contract: but he may hold his share in common with another person, without his associate being on this account considered a member of the partnership.

Section VII. Dissolution of partnership.

335. A partnership is considered dissolved: 1. By the expiration of the term fixed for its duration; -2. By the bankruptcy of the partnership, or of any of the partners; — 3. By the mutual consent of all the partners; — 4. By the death of one of the partners, unless there is an agreement to the contrary regarding those who survive; — 5. By the will of one of the partners, if the partnership was formed for an indefinite time.

In all these cases the partnership must continue only for the purpose of completing pending transactions and proceeding with the liquidation of those that are completed.

336. A partnership may be judicially dissolved before the expiration of the period fixed in the contract, on the demand of any of the partners: 1. On shewing that its continuation is impossible owing to inability to attain the partnership object, as in the case of the entire loss or insufficiency of the partnership capital; - 2. On the ground of legal incapacity of one of the partners, or moral or civil incapacity, as decided by a judgment; — 3. On the ground of misuse (of the firm name), misappropriation, violation of, or failure to carry out his obligations towards the partnership by, or the flight of, one of the partners.

337. A sociedade formada por escriptura publica, ou particular, deve ser dissolvida pela mesma fórma de instrumento por que foi celebrada, sempre que o

distracto tiver lugar amigavelmente.

338. O distracto da sociedade, ou seja voluntario ou judicial, deve ser inserto no Registro do Commercio, e publicado nos periodicos do domicilio social, ou no mais proximo que houver, e na falta deste por annuncios affixados nos logares publicos; pena de subsistir a responsabilidade de todos os socios a respeito de quaesquer obrigações que algum delles possa contrahir com terceiro, em nome da sociedade.

339. O socio que se despedir antes de dissolvida a sociedade ficará responsavel pelas obrigações contrahidas, e perdas havidas até o momento da despedida. No caso de haver lucros a esse tempo existentes, a sociedade tem direito de reter os fundos e interesses do socio que se despedir, ou for despedido com causa justificada, até se liquidarem todas as negociações pendentes que houverem sido intentadas antes da despedida.

340. Depois da dissolução da sociedade nenhum socio póde validamente pôr a firma social em obrigação alguma, posto que essa fosse contrahida antes do periodo

da dissolução, ou fosse applicada para pagamento de dividas sociaes.

341. Uma letra de cambio ou da terra, sacada ou acceita por um socio depois de devidamente publicada a dissolução da sociedade, não póde ser accionada contra os outros socios, ainda que o endossado possa provar que tomou a letra em boa fé por falta de noticia, nem ainda mesmo que prove que a letra foi applicada, pelo socio sacador ou acceitante, á liquidação de dividas sociaes, ou que adiantou o dinheiro para uso da firma durante a sociedade; salvo os direitos que ao socio sacador ou acceitante possam competir contra os outros socios.

342. Fazendo-se participação aos devedores, depois de dissolvida a sociedade, de que um socio designado se acha encarregado de receber as dividas activas da mesma sociedade, o recibo passado posteriormente por um dos outros socios não desonera o devedor.

343. Se no tempo de dissolver-se a sociedade, um socio tomar sobre si receber os creditos e pagar as dividas passivas, dando aos outros socios resalva contra toda a responsabilidade futura, esta resalva não prejudica a terceiros, se estes nisso não convierem expressamente; salvo se fizerem com aquelle alguma novação de contracto (art. 438). Todavia, se o socio que passou a resalva continuar no giro da negociação que fazia objecto da sociedade extincta, debaixo da mesma ou de nova firma, os socios que sahirem da sociedade ficarão desonerados inteiramente, se o credor celebrar, com o socio que continúa a negociar debaixo da mesma ou de nova firma, transacções subsequentes, indicativas de que confia no seu credito.

Secção VIII. Da liquidação da sociedade.

344. Dissolvida uma sociedade mercantil, os socios autorizados para gerir durante a sua existencia devem operar a sua liquidação debaixo da mesma firma, additada com a clausula — em liquidação —; salvo havendo estipulação diversa no contracto, ou querendo os socios, a aprazimento commum ou por pluralidade de votos em caso de discordia, encarregar a liquidação a algum dos outros socios

não gerentes, ou a pessoa de fóra da sociedade.

- 345. Os liquidantes são obrigados: 1.° A formar inventario e balanço do cabedal social nos quinze dias immediatos á sua nomeação, pondo-o logo ao conhecimento de todos os socios; pena de poder nomear-se em Juizo uma administração liquidadora á custa dos liquidantes se forem socios; e não o sendo, não terão direito a retribuição alguma pelo trabalho que houverem feito; 2.° A communicar mensalmente a cada socio o estado da liquidação, debaixo da mesma pena; 3.° Ultimada a liquidação, a proceder immediatamente á divisão e partilha dos bens sociaes; se os socios não accordarem que os dividendos se façam na razão de tantos por cento, á proporção que os ditos bens se forem liquidando, depois de satisfeitas todas as obrigações da sociedade.
- 346. Não bastando o estado da caixa da sociedade para pagar as dividas exigiveis, é obrigação dos liquidantes pedir aos socios os fundos necessarios, nos casos em que elles forem obrigados a prestal-os.

337. A partnership formed by notarial or private instrument must be dissolved by the same form of instrument as that by which it was created, but only when

the dissolution is effected amicably.

338. The dissolution of a partnership, whether voluntary or judicial, must be entered in the Commercial Registry, and published in the newspapers of the place of the partnership domicile, or in the place nearest to it, and failing this by notices fixed in the public places; if this is not done, the liability of all the partners in respect of any obligations which any one of them may contract with a third person in the name of the firm will continue.

339. A partner who retires from the partnership before its dissolution is liable for the obligations contracted and the losses incurred up to the moment of his retirement. If at this time there were profits existing, the partnership has the right of retaining the funds and interests of the partner who has retired, or who has been justifiably expelled, until all pending transactions which have been entered

into before his retirement or expulsion are liquidated.

340. After its dissolution no partner can validly use the firm name for any obligation, even although the obligation was contracted before the date of the dissolution, or was applied to the payment of the partner ship debts.

341. General or local bills of exchange, drawn or accepted by a partner after

the dissolution of the partnership has been duly published, cannot be enforced against the other partners, even if the holder can prove that he took the bill in good faith and without notice, or even if he proves that the bill was applied by the partner who drew or accepted it in payment of the partnership debts, or that he advanced the money for the use of the firm during the partnership; without prejudice to the rights which belong to the partner who drew or accepted the bill against the other partners.

342. If the debtors are informed after the dissolution of a partnership, that a particular partner has been entrusted with the collection of the debts of the partnership, a receipt given thereafter by one of the other partners does not exonerate

the debtor.

343. If at the time of the dissolution of the partnership, a partner takes upon himself the collection and payment of the debts, guaranteeing the other partners against all future responsibility, such guarantee does not prejudice third persons, unless they have expressly agreed to exonerate the other partners, or have made some novation of contract with the first mentioned partner (Art. 438). However, if the partner who gave the guarantee continues to act in the business which formed the object of the extinguished partnership, under the same or a new name, the partners who have withdrawn from the partnership are completely exonerated, if the creditor carries out, with the partner who continues to trade under the same or a new name, subsequent transactions which indicate that he trusts to his credit.

Section VIII. Liquidation (winding up) of a partnership.

344. When a trading partnership has been dissolved, the partners authorized to manage it during its existence must carry out its liquidation under the same name, with the addition — "in liquidation" —; unless there is a different stipulation in the contract or the partners, by unanimous consent or by a majority of votes in case of disagreement, desire to entrust the liquidation to any of the other

partners, not being managers, or to a person outside the partnership.

345. The liquidators are bound: 1. To make an inventory and balance sheet of all the partnership property, within fifteen days immediately following their appointment, and bring it without loss of time to the knowledge of all the partners; on pain of new liquidators being appointed by the Court at the cost of those liquidators who are partners; and if they are not partners, they will not be entitled to any remuneration for the work they have done; — 2. To communicate monthly to each partner the state of the liquidation, subject to the same penalty; — 3. To proceed immediately to the apportionment and division of the partnership property as soon as the liquidation is finished, unless the partners agree that dividends shall be paid at the rate of so much per cent. as the said property is liquidated, after the satisfaction of all the obligations of the partnership.

346. If the financial position of a partnership is such that there are insufficient funds to pay the execution debts, the liquidators are bound to apply to the partners for the necessary funds in the cases in which they are bound to supply them.

347. Os liquidantes são responsaveis aos socios pelo damno que á massa resultar de sua negligencia no desempenho de suas funções, e por qualquer abuso dos effeitos da sociedade.

No caso de omissão ou negligencia culpavel, poderão ser destituidos pelo Tribunal do Commercio, ou pelo Juiz de Direito do Commercio nos logares fóra da residencia do mesmo Tribunal, e não terão direito a paga alguma do seu trabalho; provando-se abuso ou fraude, haverá contra elles a acção criminal que competir.

348. Acabada a liquidação, e proposta a fórma da divisão e partilha, e approvada uma e outra pelos socios liquidados, cessa toda e qualquer reclamação da parte destes, entre si reciprocamente e contra os liquidantes. O socio que não approvar a liquidação ou a partilha é obrigado a reclamar, dentro de dez dias, depois desta lhe ser communicada; pena de não poder mais ser admittido a reclamar, e de se julgar por boa a mesma liquidação e partilha.

A reclamação que fôr apresentada em tempo, não se accordando sobre ella os interessados, será decidida por arbitros, dentro de outros dez dias uteis; os quaes o Juiz de Direito do Commercio poderá prorogar por mais dez dias improrogaveis.

349. Nenhum socio póde exigir que se lhe entregue o seu dividendo emquanto o passivo da sociedade se não achar todo pago, ou se tiver depositado quantia sufficiente para o pagamento; mas, poderá requerer o deposito das quantias que se forem apurando.

Esta disposição não comprehende aquelles socios que tiverem feito emprestimo á sociedade, os quaes devem ser pagos das quantias mutuadas, pela mesma fórma

que outros quaesquer credores.

350. Os bens particulares dos socios não podem ser executados por dividas

da sociedade, senão depois de executados todos os bens sociaes.

351. Os liquidantes não podem transigir, nem assignar compromisso sobre os interesses sociaes, sem autorização especial dos socios, dada por escripto; pena de nullidade.

352. Depois da liquidação e partilha definitiva, os livros de escripturação e os respectivos documentos sociaes serão depositados em casa de um dos socios,

que á pluralidade de votos se escolher.

353. Nas liquidações de sociedades commerciaes em que houver menores interessados, procederá a liquidação e partilha com seus tutores, e com um curador especial que para este fim lhes será nomeado pelo Juiz dos Orphãos: e todos os actos que com os ditos tutor e curador se praticarem serão válidos e irrevogaveis, sem que contra elles em tempo algum se possa allegar beneficio de restituição; ficando unicamente direito salvo aos menores para haverem de seus tutores e curadores os damnos que de sua negligencia culpavel, dólo ou fraude lhes resultarem.

Titulo XVI. Das letras, notas promissorias, e creditos mercantis.

Titulo XVII. Dos modos por que se dissolvem e extinguem as obrigações commerciaes.

Capitulo I. Disposições geraes.

428. As obrigações commerciaes dissolvem-se por todos os meios que o direito civil admitte para a extincção e dissolução das obrigações em geral, com as modificações deste Codigo.

Capitulo II. Dos pagamentos mercantis.

429. O pagamento só é válido sendo feito ao proprio credor, ou a pessoa por elle competentemente autorizada para o receber.

347. Liquidators are liable to the partners for any loss resulting to the estate from negligence in the discharge of their functions, and for any misuse of the

property of the partnership.

In the case of culpable omission or negligence, they may be deprived of their functions by the Commercial Tribunal, or in places beyond that in which the said Tribunal is established, by the superior Commercial Judge, and shall have no claim to be recompensed for their services; if misuse or fraud is proved, they are

liable to the criminal proceeding which applies to the case.

348. When the liquidation is completed, and the manner in which it is proposed to make the apportionment and division submitted, and when both the one and the other have been approved by the interested partners, each and every claim on their part ceases, both as between themselves reciprocally and against the liquidators. Any partner who disagrees with the liquidation or apportionment is bound to state his objection within ten days after the same has been communicated to him; on pain of losing his right to object, and of the liquidation and apportionment being held to be good.

Any claim presented in due time which is not agreed to by the interested parties shall be decided by arbitrators within the period of another ten working days; the period may be extended for a further ten days, but never for more, by

the superior Commercial Judge.

349. No partner can demand payment of his share until all the liabilities of the partnership have been satisfied, or until a sufficient sum has been deposited in Court for the payment thereof; but he may demand the payment into Court of the sums as they are received in the course of the liquidation.

This provision does not include such partners as have advanced money on loan to the partnership, who must be repaid the amounts advanced in the same

way as any other creditors.

350. The private property of the partners cannot be taken in execution for the debts of the partnership until all the partnership property has been taken in execution.

351. Liquidators cannot enter into or sign compromises affecting the partnership interests, without the special authorization of the partners, given in writing, on pain of nullity.

352. After final liquidation and division, the books and all the documents of the partnership must be deposited in the house of one of the partners, who shall

be chosen by a majority of votes.

353. In the liquidation of a trading partnership in which there are minors interested, the liquidation and division shall be conducted with their guardians (tutors) and with a special curator who must be appointed for this purpose by the Guardianship Judge (Judge of orphans): and all transactions which take place with the said guardian (tutor) and curator are valid and irrevocable, and the benefit of restitution 1) cannot be pleaded against them at any time; the minors have only the right of proceeding against their guardians (tutors) and curators for damages resulting from culpable negligence, deceit or fraud.

Title XVI. Bills of exchange, promissory notes and commercial documents of credit.

(Repealed by Decree No. 2044 of December 31, 1908. See infra.)

Title XVII. The manner in which commercial obligations may be dissolved and extinguished.

Chapter I. General provisions.

428. Commercial obligations are dissolved by the same means as the civil law recognizes for the dissolution and extinction of obligations in general, subject to the modifications contained in this Code.

Chapter II. Commercial payments.²)

429. A payment²) is valid only if made to the creditor himself, or to a person duly authorized by him to receive it.

¹⁾ See note to Art. 26. — 2) The word 'payment' in this Chapter includes the discharge of any obligation by actual performance.

430. Na falta de ajuste de lugar, deve o pagamento ser feito no domicilio do

devedor.

431. O credor não póde ser obrigado a receber o pagamento em lugar differente do ajustado, nem antes do tempo do vencimento; nem a receber por parcellas o que fôr devido por inteiro; salvo: 1.° Sendo illiquida a quantia restante; — 2.° Quando se devem sommas e prestações distinctas, ou provenientes de diversas causas ou titulos; — 3.° Se a obrigação é divisivel por direito, como nas partilhas de credores, socios ou herdeiros; — 4.° Nas execuções judiciaes, quando os bens executados não chegam para o total pagamento.

Se a divida fôr em moeda metallica, na falta desta o pagamento póde ser effectuado na moeda corrente do paiz, ao cambio que correr no lugar e dia do vencimento; e se, havendo mora, o cambio descer, ao curso que tiver no dia em que o pagaeotmn se effectuar; salvo, tendo-se estipulado expressamente que este deverá ser feito em certa e determinada especie, e a cambio fixo.

432. As verbas creditadas ao devedor em conta corrente assignada pelo credor, ou nos livros commerciaes deste (art. 23), fazem presumir o pagamento, ainda

que a divida fosse contrahida por escriptura publica ou particular.

433. Quando se deve por diversas causas ou titulos differentes, e dos recibos ou livros não consta a divida a que se fez applicação da quantia paga, presume-se o pagamento feito: 1.° Por conta de divida liquida em concorrencia com outra illiquida; — 2.° Na concorrencia de dividas igualmente liquidas, por conta da que fôr mais onerosa; — 3.° Havendo igualdade na natureza dos debitos, imputar-se-ha o pagamento na divida mais antiga; — 4.° Sendo as dividas da mesma data e de igual natureza, entende-se feito o pagamento por conta de todas em devida proporção; — 5.° Quando a divida vence juros, os pagamentos por conta imputam-se primeiro nos juros, quanto baste para solução dos vencidos.

434. O credor, quando o devedor se não satisfaz com a simples entrega do titulo, é obrigado a dar-lhe quitação ou recibo, por duas ou tres vias se elle requerer

mais de uma.

A quitação ou recibo concebido em termos geraes sem reserva ou limitação, e quando contém a clasula de — ajuste final de contas, resto de maior quantia, — ou outra equivalente, presume-se que comprehende todo e qualquer debito, que provenha de causa anterior á data da mesma quitação ou recibo.

435. Passando-se quitação geral a uma administração, não ha lugar a reclamação alguma contra esta; salvo provando-se erro de conta, dólo ou fraude.

436. A solução ou pagamento feito por um terceiro desobriga o devedor; mas, se este tinha interesse em que se não fizesse o pagamento, por que podia illidir a acção do credor por qualquer titulo, o pagamento do terceiro é julgado indevida e incompetentemente feito, e não perime o direito e acção do credor contra o seu devedor.

Sendo o pagamento feito antes do vencimento, o cessionario subrogado não

póde accionar o devedor senão depois de vencido o prazo.

437. O devedor em cujo poder alguma quantia for embargada, e o comprador de alguma cousa que esteja sujeita a algum encargo ou obrigação fica desonerado, consignando o preço ou a cousa em deposito judicial, com citação pessoal dos credores conhecidos e edital para os desconhecidos.

A citação não prejudica o direito dos credores desconhecidos que tiverem hypotheca na cousa vendida por tempo certo designado na Lei ou no contracto,

em quanto esse prazo não expirar.

Capitulo III. Da novação e compensação mercantil.

438. Dá-se novação: 1.º Quando o devedor contrahe com o credor uma nova obrigação que altera a natureza da primeira; — 2.º Quando um novo devedor substitue o antigo, e este fica desobrigado; — 3.º Quando por uma nova convenção se substitue um credor a outro, por effeito da qual o devedor fica desobrigado do primeiro.

A novação desonera todos os co-obrigados que nella não intervêm (art. 262).

430. If there is no agreement as to where payment is to be made, it must

be effected at the address of the debtor.

431. A creditor is not bound to accept payment (performance) in a place different from that agreed upon, or before it has become due; nor to accept payment (performance) by instalments of that which is due as a whole, except: 1. When the balance due is unascertained (unliquidated); — 2. When separate sums or performances are owing, or such as arise from different sources or are due under different instruments (titles); — 3. When the obligation is divisible by law, as in the case of partitions between creditors, partners or heirs; — 4. In the case of executions of judgments, where the property seized does not suffice for full payment.

If the obligation is for payment in metallic coin, it may failing this be made in the current money of the realm, at the rate of exchange ruling at the place on the day of maturity; and if there is delay, and the rate of exchange becomes less favourable, then at the rate current on the day when payment is made, unless it has been expressly stipulated that payment must be made in a certain and determined

species of coin, or at a fixed rate of exchange.

432. Items credited to the debtor in current account signed by the creditor, or entered in the commercial books of the latter (Art. 23), are presumed to be payments, although the debt has been contracted by notarial or private instrument.

433. When debts arise from various sources or are due under different instruments (titles), and the receipts or books do not shew to which of them a payment is to be applied, the payment must be presumed to be made: 1. In discharge of an ascertained (liquidated) debt in preference to one which is not ascertained; — 2. As between debts which are all ascertained (liquidated), in discharge of the one which is most onerous; — 3. If the debts are on an equality as to their nature, in discharge of the oldest; — 4. If the debts are on an equality as to their nature, and of the same date, on account of them all in due proportion; — 5. When the debts carry interest, payments on account are considered to be made first in satisfaction of interest, so far as they represent interest which has become due.

434. A creditor, when his debtor is not satisfied with the simple delivery of the document proving the debt (document of title), is bound to give a quittance or

receipt, in duplicate or triplicate if the debtor desires more than one.

A quittance or receipt couched in general terms without reserve or limitation, and when it contains the clause "in full satisfaction of all accounts, balance of the original amount" or an equivalent, is presumed to include each and every debt which is antecedent to the said quittance or receipt.

435. When a general quittance is given to an administration, no claim can be made against the latter, unless error in the account, deceit or fraud is proved.

436. Performance or payment effected by a third person discharges the debtor

436. Performance or payment effected by a third person discharges the debtor (obligor); but if it was to the interest of the latter that such payment should not be made, because it would remove any impediment to the right of action of the creditor, the payment (performance) by the third person is considered as invalid and improperly effected, and does not extinguish the right of action of the creditor against his debtor.

If the payment is made before maturity, the third person cannot proceed

against the debtor before the time of maturity has elapsed.

437. A debtor in whose power any sum is restrained, and a buyer of any thing which is subject to any charge or obligation, is discharged if he makes a judicial deposit of the amount or the thing, with personal notice to the creditors who are known and public notice to those who are unknown.

The notice does not prejudice the rights of unknown creditors who have a mortgage (hypothecation) on the thing sold for a certain time fixed by the Law

or by contract, as long as such period is unexpired.

Chapter III. Commercial novation and set-off.

438. Novation takes place: 1. When a debtor (obligor) contracts with his creditor (obligee) a new obligation which alters the nature of a previous one; — 2. When an original debtor (obligor) is replaced by a new one, and the former is discharged; — 3. When by a new agreement one creditor (obligee) is substituted for another, the effect being that the debtor (obligor) is discharged from any obligation towards the original creditor (obligee).

Novation discharges all the co-obligors who do not take part in it (Art. 262).

- 439. Se um commerciante é obrigado a outro por certa quantia de dinheiro ou effeitos, e o credor é obrigado ou devedor a elle em outro tanto mais ou menos, sendo as dividas ambas igualmente liquidas e certas, ou os effeitos de igual natureza e especie, o devedor que fôr pelo outro demandado tem direito para exigir que se faça compensação ou encontro de uma divida com a outra, em tanto quanto ambas concorrerem.
- 440. Todavia, se um commerciante, sendo demandado pela entrega de certa quantia, ou outro qualquer valor dado em guarda ou deposito, allegar que o credor lhe é devedor de outra igual quantia ou valor, não terá logar a compensação, e será obrigado a entregar o deposito; salvo se a sua divida proceder de titulo igual.

Titulo XVIII. Da prescripção.

441. Todos os prazos marcados neste Codigo para dentro delles se intentar alguma acção ou protesto, ou praticar algum outro acto, são fataes e improrogaveis, sem que contra a sua prescripção se possa allegar reclamação ou beneficio de restituição, ainda que seja a favor de menores.

Além dos casos de prescripção especificados em diversos artigos deste Codigo (arts. 109, 211, 512, 527 e 618), também se dá prescripção nos de que tratam os

442. Todas as acções fundadas sobre obrigações commerciaes contrahidas por escriptura publica ou particular, prescrevem não sendo intentadas dentro de vinte

443. As acções provenientes de letras prescrevem no fim de cinco annos, a contar da data do protesto, e na falta deste da data do seu vencimento, nos termos

do artigo 381. 444. As acções de terceiro contra socios não liquidantes, suas viuvas, herdeiros ou successores, prescrevem no fim de cinco annos, não tendo já prescripto por outro titulo, a contar do dia do fim da sociedade, se o distrate houver sido lançado no Registro do Commercio e se houverem feito os annuncios determinados no artigo 338; salvo se taes acções forem dependentes de outras propostas em tempo competente.

As acções dos socios entre si reciprocamente e contra os liquidantes, prescrevem, não sendo a liquidação reclamada, dentro de dez dias depois da sua communicação (art. 348).

445. As dividas provadas por contas correntes dadas e acceitas, ou por contas de vendas de commerciante a commerciante presumidas liquidas (art. 219), prescre-

vem no fim de quatro annos da sua data.

446. O direito para demandar o pagamento de mercadorias fiadas sem titulo escripto assignado pelo devedor, prescreve no fim de dous annos, sendo o devedor residente na mesma provincia do credor; no fim de tres annos, se fôr morador noutra provincia; e passados quatro annos, se residir fóra do Imperio.

A acção para demandar o cumprimento de qualquer obrigação commercial que se não possa provar senão por testemunhas, prescreve dentro de dous annos.

447. As acções, resultantes de letras de dinheiro a risco ou seguro maritimo, prescrevem no fim de um anno a contar do dia em que as obrigações forem exequiveis (arts. 638, 660 e 667 ns. 9 e 10), sendo contrahidas dentro do Imperio, e no fim de tres, tendo sido contrahidas em paiz estrangeiro.

448. As acções de salarios, soldadas, jornaes, ou pagamento de empreitadas contra commerciantes, prescrevem no fim de um anno, a contar do dia em que os agentes, caixeiros ou operarios tiverem sahido do serviço do commerciante, ou a obra da empreitada for entregue. Se, porém as dividas se provarem por titulos escriptos, a prescripção seguirá a natureza dos titulos.

449. Prescrevem igualmente no fim de um anno: 1.º As acções entre contribuintes para avaria grossa, se a sua regulação e rateio se não intentar dentro de um anno, a contar do fim da viagem em que teve lugar a perda; — 2.° As acções por entrega da carga, a contar do dia em que findou a viagem; — 3.° As acções de frete e primagem, estadias e sobr' estadias, e as de avaria simples, a contar do dia da entrega da carga; — 4.º Os salarios e soldadas da equipagem, a contar do

439. If one trader is bound to another for a certain sum in money or for a certain quantity of effects, and the creditor (obligee) is bound to the debtor (obligor) in a greater or less amount or quantity, both the debts being liquidated and certain, or the effects of a like nature and kind, the debtor (obligor) who has been called upon by the other to discharge the debt or obligation has the right of claiming that a set-off of one debt against another shall be made, to the extent to which the

amounts or quantities of both concur.

440. If, however, a trader who is called upon for the delivery of a certain sum or anything else of value entrusted to him for safe keeping or on deposit, alleges that the creditor (depositor) is indebted to him for an equal sum or value, no set-off shall take place, and he is bound to deliver what has been deposited, except where the debt claimed to be set off proceeds from a transaction of an equivalent

nature.

Title XVIII. Prescription.

441. All the periods which are fixed in this Code within which any action may be commenced or protest made, or any act performed, are definite and cannot be extended, and no claim or benefit of restitution (restitutio in integrum) can be pleaded against its prescription, even in favour of minors.

Besides the cases of prescription specified in various Articles of this Code (Arts. 109, 211, 512, 527 and 618), prescription is also allowed in the cases of which

the following Articles treat.

442. All actions founded on commercial obligations contracted by private or notarial instrument are prescribed if not brought within twenty years.

443. Actions arising from bills of exchange are prescribed at the end of five years, counting from the date of protest, and in default of this from the date of their

maturity, according to the terms of Art. 381.

444. Actions of a third person against partners who are not liquidators, their widows, heirs or successors, are prescribed at the end of five years, if not already prescribed on another ground, counting from the date of the dissolution of the partnership, if such dissolution has been entered in the Commercial Registry and if the announcements required by Art. 338 have been made; except where such actions arise from others which have been commenced within the proper time.

Actions of partners against one another or against the liquidators are prescribed, if the liquidation is not contested, within ten days of its being notified (Art. 348).

445. Debts proved by current accounts presented and accepted, or by accounts of sales between trader and trader which are presumed to be correct (Art. 219),

are prescribed at the end of four years from their date.

446. The right of demanding payment for goods sold on credit without any document signed by the debtor, is prescribed at the end of two years, if the debtor resides in the same province as the creditor; at the end of three years, if he resides in another province; and at the end of four years if he resides outside the Empire.

An action demanding the fulfilment of any commercial obligation which can

only be proved orally, is prescribed within two years.

447. Actions arising from bottomry bonds or insurance contracts are prescribed at the end of one year, counting from the day on which the obligations become enforceable (Arts. 638, 660 and 667 Nos. 9 and 10), if contracted within the Empire,

and at the end of three years, if contracted in a foreign country.

448. Actions against traders for salaries, wages, or daily earnings, or for payment to contractors for work, are prescribed at the end of one year, counting from the day on which the agent, clerk or workman left the service of the trader, or from the day on which the work contracted for was delivered. If however, the debts are proved by written documents, prescription runs according to the nature of such documents.

449. The following also are prescribed at the end of one year: 1. Actions between contributors to general average, if an adjustment and apportionment has not been claimed within one year, counting from the end of the voyage during which the loss occurred; - 2. Actions in respect of delivery of cargo, counting from the day on which the voyage terminated; - 3. Actions in respect of freight or primage, days and extra days on demurrage, and those in respect of particular average.

dia em que findar a viagem; — 5.° As acções por mantimentos suppridos a marinheiros por ordem do capitão, a contar do dia do recebimento; — 6.° As acções por jornaes de operarios empregados em construcção ou concerto de navio, ou por obra de empreitada para o mesmo navio, a contar do dia em que os operarios foram despedidos ou a obra se entregou.

Em todos os casos prevenidos no n. 3 e seguintes, se a divida se provar por obrigação escripta e assignada pelo capitão, armador ou consignatario, a prescripção

seguirá a natureza do titulo escripto.

450. Não corre prescripção a favor de depositario, nem de credor pignoraticio; prescreve, porém, a favor daquelle, que, por algum titulo legal, succeder na cousa depositada ou dada em penhor, no fim de trinta annos, a contar do dia da posse do successor, não se provando que é possuidor de má fé.

451. O capitão de navio não póde adquirir por titulo de prescripção posse da

embarcação em que servir, nem de cousa a ella pertencente.

452. Contra os que se acharem servindo nas Armadas ou Exercitos Imperiaes em tempo de guerra, não correrá prescripção, emquanto a guerra durar, e um anno

depois.

453. A prescripção interrompe-se por algum dos modos seguintes: 1.° Fazendo-se novação da obrigação, ou renovando-se o titulo primordial della; — 2.° Por via de citação judicial, ainda mesmo que tenha sido só para Juizo conciliatorio; — 3.° Por meio de protesto judicial, intimado pessoalmente ao devedor, ou por edictos ao ausente de que se não tiver noticia.

A prescripção interrompida principia a correr de novo: no 1° caso, da data da novação, ou reforma do titulo; no 2°, da data do ultimo termo judicial que se

praticar por effeito da citação; no 3°, dadata da intimação do protesto.

454. A citação ou intimação de protesto feita a devedor ou herdeiro commum, não interrompe a prescripção contra os mais co-réos da divida. Exceptuam-se os socios, contra os quaes ficará interrompida a prescripção, sempre que um dos socios fôr pessoalmente citado ou intimado do protesto.

455. Aquelle que possue por seus agentes, prepostos ou mandatarios, paes,

tutores ou curadores, entende-se que possue por si.

Quem provar que possuia por si, ou por seus ante-possuidores ao tempo do começo da prescripção, presume-se ter possuido sempre sem interrupção.

456. O tempo para a prescripção de obrigações mercantis contrahidas, e direitos adquiridos anteriormente á promulgação do presente Codigo, será computado e regulado na conformidade das disposições nelle contidas, começando a contarse o prazo da data da mesma promulgação.

Parte II. Do commercio maritimo.

Titulo I. Das embarcações.

457. Somente podem gozar das prerogativas e favores concedidos a embarcações brasileiras, as que verdadeiramente pertencerem a subditos do Imperio,

sem que algum estrangeiro nellas possua parte ou interesse.

Provando-se que alguma embarcação, registrada debaixo do nome de brasileira pertence no todo ou em parte a estrangeiro, ou que este tem nella algum interesse, será apprehendida como perdida; e metade do seu producto applicado para o denunciante, havendo-o, e a outra metade a favor do cofre do Tribuna! do Commercio respectivo.

Os subditos brasileiros domiciliados em paiz estrangeiro não pódem possuir embarcação brasileira; salvo se nella fôr comparte alguma casa commercial brasileira

estabelecida no Imperio.

458. Acontecendo que alguma embarcação brasileira passe por algum titulo a dominio de estrangeiro no todo ou em parte, não poderá navegar com a natureza de propriedade brasileira, em quanto não fôr alienada a subdito do Imperio.

counting from the day when the cargo was delivered; - 4. Salaries and wages of a crew, counting from the day on which the voyage terminated; — 5. Actions in respect of provisions supplied to seamen by order of the master, counting from the day on which they were received; — 6. Actions in respect of the daily earnings of workmen employed in the construction or repair of a ship, or in respect of work done by contract on the same ship, counting from the day on which the workmen were discharged or the work contracted for handed over.

In all cases coming under No. 3 and under those which follow, if the obligation is proved in writing and signed by the master, managing owner or consignee, pre-

scription runs in accordance with the nature of the written document.

450. Prescription does not run in favour of a depositary or pledgee; it operates, however, in favour of a person who, by any legal title, becomes possessed of the thing deposited or pledged, at the end of thirty years, counting from the day of possession, if it is not proved that he became the possessor thereof in bad faith.

451. The master of a ship cannot acquire the vessel on which he serves or

anything pertaining thereto by prescription.

452. Prescription does not run against those who are serving in the Imperial Navy or Army in time of war, during the time the war lasts and one year afterwards.

453. Prescrption may be interrupted in any of the following ways: 1. By making an alteration in the original contract or renewing the same; — 2. By means of a judicial summons, even although it is issued by a conciliatory Court; — 3. By means of a judicial protest, intimated to the debtor personally, or in his absence by public advertisements where his address is unknown.

Interrupted prescription begins to run afresh; in the 1st case, from the date of the alteration or renewal of the contract; in the 2nd, from the date of the last judicial step taken in consequence of the summons; and in the 3rd, from the date

of the intimation of the protest.

454. A summons issued or intimation of protest given to a co-debtor or coheir does not interrupt the prescription as against other co-debtors or co-heirs. Partners against whom prescription is interrupted are excepted, whenever one of them is personally summoned or has received an intimation of the protest.

455. A person who has possession by means of his agents, managers or mandatories, parents, guardians (tutors) or curators, is considered as being himself in possession.

A person who can prove that possession was held by himself or by his predecessors at the time when the prescription commenced, is presumed to have always been in possession without interruption.

456. The time for prescription of commercial obligations contracted and rights acquired prior to the promulgation of the present Code, must be calculated and regulated in conformity with the provisions contained in it, the time commencing to run from the date of the said promulgation.

Part II. Maritime Commerce.

Title I. Vessels.

457. Only those vessels which really belong to subjects of the Empire can enjoy the privileges and favours granted to Brazilian vessels, and no foreigner can hold a share or interest in them.

Should it be proved that any vessel registered in a Brazilian name belongs in whole or in part to a foreigner, or that a foreigner has any interest in her, she will be seized, and half the product of her sale be given to the informer, should there be one, and the other half paid into the funds of the proper Commercial Tribunal.

Brazilian subjects domiciled in a foreign country cannot own a Brazilian vessel, unless a Brazilian commercial house established in the Empire is a partowner.

458. Should any Brazilian vessel pass by any title into the ownership of a foreigner in whole or in part, she cannot be sailed as being of Brazilian ownership, as long as she has not been transferred to the ownership of a subject of the Empire. 459. E' livre construir as embarcações pela fórma e modo que mais conveniente parecer; nenhuma, porem, poderá apparelhar-se sem se reconhecer préviamente, por vistoria feita na conformidade dos Regulamentos do Governo, que se acha navegavel.

O auto original da vistoria será depositado na Secretaria do Tribunal do Commercio respectivo; e antes deste deposito nenhuma embarcação será admittida

a registro.

460. Toda a embarcação brasileira destinada á navegação do alto mar, com excepção somente das que se empregarem exclusivamente nas pescarias das costas, deve ser registrada no Tribunal do Commercio do domicilio do seu proprietario ostensivo ou armador (art. 484), e sem constar do registro não será admittida a

despacho.

461. O registro deve conter: 1.º A declaração do lugar onde a embarcação foi construida, o nome do constructor, e a qualidade das madeiras principaes; — 2.º As dimensões da embarcação em palmos e pollegadas, e a sua capacidade em toneladas, comprovadas por certidão de arqueação com referencia á sua data; — 3.º A armação de que usa, e quantas cobertas tem; — 4.º O dia em foi lançada ao mar; — 5.º O nome de cada um dos donos ou compartes, e os seus respectivos domicilios; — 6.º Menção especificada do quinhão de cada comparte, se fôr de mais de um proprietario, e a época da sua respectiva acquisição, com referencia á natureza e data do titulo, que deverá acompanhar a petição para o registro.

O nome da embarcação registrada e do seu proprietario ostensivo ou armador

serão publicados por annuncios nos periodicos do lugar.

462. Se a embarcação fôr de construcção estrangeira, além das especificações sobreditas, deverá declarar-se no registro a nação a que pertencia, o nome que tinha e o que tomou, e o titulo por que passou a ser de propriedade brasileira, podendo omittir-se, quando não conste dos documentos o nome do constructor.

463. O proprietario armador prestará juramento por si ou por seu procurador, nas mãos do Presidente do Tribunal, de que a sua declaração é veridica, e de que todos os proprietarios da embarcação são verdadeiramente subditos brasileiros, obrigando-se por termo a não fazer uso illegal do registro, e a entregal-o dentro de um anno no mesmo Tribunal, no caso da embarcação ser vendida, perdida ou julgada incapaz de navegar; pena de incorrer na multa no mesmo termo declarada, que o Tribunal arbitrará.

Nos lugares onde não houver Tribunal do Commercio, todas as diligencias sobreditas serão praticadas perante o Juiz de Direito do Commercio, que enviaráao Tribunal competente as devidas participações, acompanhadas dos documentos respectivos.

464. Todas as vezes que qualquer embarcação mudar de proprietario ou de nome, será o seu registro apresentado no Tribunal do Commercio respectivo para as competentes annotações.

465. Sempre que a embarcação mudar de capitão, será esta alteração annotada no registro, pela autoridade que tiver a seu cargo a matricula dos navios, no porto

onde a mundança tiver lugar.

466. Toda a embarcação brasileira em viagem é obrigada a ter a bordo: 1.° O seu registro (art. 460); — 2.° O passaporte do navio; — 3.° O rol da equipagem ou matricula; — 4.° A guia ou manifesto da Alfandega do porto brasileiro donde houver sahido, feito na conformidade das Leis, Regulamentos e Instrucções fiscaes; — 5.° A carta de fretamento nos casos em que este tiver lugar, e os conhecimentos da carga existente a bordo, se alguma existir; — 6.° Os recibos das despezas dos portos donde sahir, comprehendidas as de pilotagem, ancoragem e mais direitos ou impostos de navegação; — 7.° Um exemplar do Codigo Commercial.

467. A matricula deve ser feita no porto do armamento da embarcação, e conter: 1.° Os nomes do navio, capitão, officiaes e gente da tripolação, com declaração de suas idades, estado, naturalidade e domicilio, e o emprego de cada um a bordo; — 2.° O porto da partida e o do destino, e a torna-viagem, se esta for determinada; — 3.° As soldadas ajustadas, especificando-se, se são por viagem ou ao mez, por quantia certa ou a frete, quinhão ou lucro na viagem; — 4.° As quantias adiantadas, que se tiverem pago ou promettido pagar por conta das soldadas; — 5.° A assignatura do capitão, e de todos os officiaes do navio e mais individuos da tripolação que souberem escrever (arts. 511 e 512).

459. Vessels may be constructed in the form and manner which appear most convenient; none, however, may be fitted out without a previous examination and survey, made in conformity with the Government Regulations, to ascertain that she is seaworthy.

The original record of the survey must be deposited in the Office of the proper Commercial Tribunal; and before such deposit has been made, no vessel will be

admitted to registration.

460. Every Brazilian vessel intended for navigation on the high seas, with the exception only of those which are employed exclusively in coast fishing, must be registered in the Commercial Tribunal of the district where the ostensible proprietor or managing owner resides (Art. 484), and without proof of registration the vessel

will not be permitted to depart.

461. The register must contain: 1. A declaration of the place where the vessel was constructed, the name of the builder, and the quality of the principal woods employed in her construction; — 2. The dimensions of the vessel in palmos and inches, and her capacity in tons, confirmed by a certificate of tonnage, with the date; — 3. Her equipment and the number of her decks; — 4. The day on which she was launched; — 5. The names of the owners or part-owners, and where they respectively reside; — 6. A specific statement, which must accompany the applicacation for registration, of the share of each part-owner, if there is more than one owner, and of the time when each acquired his share, with the nature and date of his title in addition.

The name of the registered vessel and of her ostensible proprietor or managing

owner must be published in the newspapers of the place.

462. Should the vessel be of foreign construction, besides the before mentioned particulars, her nationality must be declared in the register, the name she had and the one she has taken, and the means by which she came to be of Brazilian owner ship, but the name of the builder may be omitted, when not stated in the documents.

463. A shipowner must swear either personally or by attorney, before the President of the Tribunal, that his declaration is true, and that all the owners of the vessel are really Brazilian subjects, and he must bind himself in legal form to make no improper use of the certificate of registry, and to deliver it within a year to the said Tribunal, in case the vessel should be sold, lost or pronounced unfit for navigation; on pain of incurring the fine declared in his undertaking, as the Tribunal may determine.

In places where there is no Commercial Tribunal, all the above named steps must be taken before the Superior Commercial Judge, who must make the necessary communications, accompanied by their respective documents, to the proper Tribunal.

464. Whenever a vessel changes ownership or name, her certificate of registry must be presented to the proper Commercial Tribunal in order that the necessary annotations may be made.

465. Whenever the master of a vessel is changed, such change must be noted in the register by the authority which is charged with the registration of vessels,

in the port where the change takes place.

466. Every Brazilian vessel on a voyage is bound to have on board: 1. Her certificate of registry (Art. 460); — 2. Her passport; — 3. The roll or list of the ship's company; — 4. The permit or manifest of the Custom House of the Brazilian port whence she has sailed, taken out in conformity with the Laws, Regulations and Fiscal Instructions; — 5. The charter-party, if any, and the bills of lading of the cargo on board, should there be any; — 6. Receipts for expenses in the ports whence she sails, including those for pilotage, anchorage and any other navigation dues or imposts; — 7. A copy of the Commercial Code.

467. The roll or list of the crew must be made at the port where the vessel is fitted out, and must contain: 1. The names of the vessel and of the master, officers and members of the crew, with a statement of their ages, status, nationality and domicile, and how each one on board is employed; — 2. The ports of departure and destination, and the ports of the return voyage, if such have been fixed; -3. The agreed pay, stating whether for the voyage or by the month, for a fixed sum or according to the freight, or by a share or on the profits of the voyage; -4. Advances which have been made or promised on account of pay; - 5. The signatures of the master, of all the ship's officers and of all the members of the crew who can write (Arts. 511 and 512).

468. As alienações ou hypothecas de embarcações brasileiras destinadas á navegação do alto mar, só podem fazer-se por escriptura publica, na qual se deverá inserir o theor do seu registro, com todas as annotações que nelle houver (arts. 472 e 474); pena de nullidade.

Todos os aprestos, apparelhos e mais pertences existentes a bordo de qualquer navio ao tempo da sua venda, deverão entender-se comprehendidos nesta, ainda que delles se não faça expressa menção; salvo havendo no contracto convenção

em contrario.

- 469. Vendendo-se algum navio em viagem, pertencem ao comprador os fretes que vencer nessa viagem; mas, se na data do contracto o navio tiver chegado ao lugar do seu destino, serão do vendedor; salvo convenção em contrario.
- 470. No caso de venda voluntaria, a propriedade da embarcação passa para o comprador com todos os seus encargos; salvos os direitos dos credores privilegiados que nella tiverem hypotheca tacita. Taes são: 1.º Os salarios devidos por serviços prestados ao navio, comprehendidos os de salvados e pilotagem; — 2.º Todos os direitos de porto e impostos de navegação; — 3.º Os vencimentos de depositarios, e despezas necessarias feitas na guarda do navio, comprehendido o aluguel dos armazens de deposito dos aprestos e apparelhos do mesmo navio; — 4.º Todas as despezas do custeio do navio e seus pertences, que houverem sido feitas para sua guars da e conservação depois da última viagem, e durante a sua estada no porto da venda; — 5.º As soldadas do capitão, officiaes e gente da tripolação, vencidas na ultima viagem; — 6.° O principal e premio das letras de risco tomadas pelo capitão sobre o caso e apparelho, ou sobre os fretes (art. 651) durante a ultima viagem, sendo o contracto celebrado e assignado antes do navio partir do porto onde taes obrigações forem contrahidas; — 7.° O principal e premio de letras de risco, tomadas sobre o casco e apparelhos, ou fretes, antes de começar a ultima viagem, no porto da carga (art. 515); — 8.° As quantias emprestadas ao capitão, ou dividas por ella carga (art. 515); ou dividas por elle contrahidas para o concerto e custeio do navio, durante a ultima viagem, com os respectivos premios de seguro, quando em virtude de taes emprestimos o capitão houver evitado firmar letras de risco (art. 515); — 9.° Faltas na entrega da carga, premios de seguro sobre o navio ou fretes, e avarias ordinarias, e tudo que respeitar á ultima viagem sómente.

471. São igualmente privilegiadas, ainda que contrahidas fossem anteriormente á ultima viagem: 1.° As dividas provenientes do contracto da construcção do navio e juros respectivos, por empo de tres annos, a contar do dia em que a construcção ficar acabada; — 2.° As despezas do concerto do navio e seus apparelhos, e juros respectivos, por tempo dos dous ultimos annos, a contar do dia em que

o concerto terminou.

472. Os creditos provenientes das dividas especificadas no artigo precedente, e nos numeros 4, 6, 7 e 8 do art. 470, só serão considerados como privilegiados quando tiverem sido lançados no Registro do Commercio em tempo util (art. 10 n. 2) e as suas importancias se acharem annotadas no registro da embarcação (art. 468).

As mesmas dividas, sendo contrahidas fóra do Imperio, só serão attendidas

achando-se authenticadas com o — Visto — do respectivo Consul.

- 473. Os credores contemplados nos arts. 470 e 471 preferem entre si pela ordem dos numeros em que estão collocados: as dividas contempladas debaixo do mesmo numero e contrahidas no mesmo porto, preferirão entre si pela ordem em que ficam classificadas, e entrarão em concurso sendo de identica natureza; porém, se dividas identicas se fizerem por necessidade em outros portos, ou no mesmo porto a que voltar o navio, as posteriores preferirão ás anteriores.
- 474. Em seguimento dos creditos mencionados nos arts. 470 e 471, são tambem privilegiados o preço da compra do navio não pago, e os juros respectivos, por tempo de tres annos, a contar da data do instrumento do contracto; comtanto, porém, que taes creditos constem de documentos escriptos lançados no Registro do Commercio em tempo util, e a sua importancia se ache annotada no registro da embarcação.

475. No caso de quebra ou insolvencia do armador do navio, todos os creditos a cargo da embarcação que se acharem nas precisas circumstancias dos arts. 470,

471 e 474, preferirão sobre o preço do navio a outros credores da massa.

468. Sales or mortgages of Brazilian vessels intended for navigation on the high seas, can only be made by notarial instrument, which must contain the substance of the entries in the register, with all the annotations made therein (Arts. 472 and 474); on pain of nullity.

On the sale of a vessel it is understood, even although express mention is not made of them, that all the equipment, fittings and everything on board pertaining to the vessel is included; unless in the contract there is an agreement to the

469. Should a vessel be sold while on a voyage, the freights which she earns on the said voyage belong to the buyer, but if at the date of the contract the vessel has arrived at her destination, they belong to the vendor, unless there is an agree-

ment to the contrary.

470. In the case of a voluntary sale, the ownership of the vessel passes to the buyer with all its incumbrances; without prejudice to the rights of privileged creditors who have an implied lien thereon. Such liens exist for: 1. Remuneration owing for services rendered to a vessel, including that of salvage or pilotage; — 2. All port and navigation dues; — 3. Sums owing to depositaries, and the necessary expenses incurred in the care of the vessel, including the hire of the warehouses for the deposit of the equipments and fittings thereof; — 4. All the expenses for the upkeep of the vessel and her belongings which have been incurred for her protection and preservation since the last voyage, and during her stay in the port where she has been sold; — 5. The pay of the master, officers and crew which has become due during the last voyage; — 6. The principal and premium of bottomry loans contracted by the master on the hull and equipment, or on the freights (Art. 651) during the last voyage, if the contract had been made and signed before the vessel left the port where such obligations were contracted; -7. The principal and premium of bottomry loans contracted on the hull and equipment or freights, before commencing the last voyage, at the port of loading (Art. 515); — 8. Sums advanced to the master on loan, or debts contracted by him for the repair or upkeep of the vessel, during the last voyage, with the respective insurance premiums, when by virtue of such loans the master has avoided contracting bottomry loans (Art. 515); - 9. Omissions to deliver the cargo, to pay the insurance premium on the vessel or freight, and general average and all omissions, occurring during the last voyage only.

471. The following are also privileged, although contracted previous to the last voyage: 1. Debts arising from the contract for building the vessel, with the interest thereon, for a period of three years, counting from the day on which the building was completed; — 2. Expenses for repairs to the vessel or her belongings, with the respective interest, for the period of the last two years, counting from the

day on which the repairs were finished.

472. Claims arising from the debts specified in the preceding Article, and in numbers 4, 6, 7 and 8 of Art. 670, are only considered as privileged when they have been entered in the Commercial Registry within the proper time (Art. 10 No. 2) and when the amounts have been noted in the ship's register (Art. 468).

If the said debts have been contracted outside the Empire, they will only

be recognized, if authenticated with the "Visa" of the proper Consul.

473. Creditors coming under Arts. 470 and 471 rank among themselves in the order of the numbers in which they are placed; and debts coming under the same number and contracted in the same port, rank among themselves in the order in which they are classified, but rank equally if of an identical nature; however, if debts of an identical nature have been through necessity contracted in other ports, or in the same port to which the vessel returns, the last in date rank over those preceding.

474. Following on the debts stated in Arts. 470 and 471, the amount still unpaid of the purchase money of the vessel, and the interest thereon, are also privileged, for a period of three years, counting from the date of the instrument of the contract: but such debts must be stated in the written documents entered in the Commercial Registry within the proper time, and the amount noted in the

ship's register.

475. In the event of the bankruptcy or insolvency of the managing owner of the vessel, all debts which are a charge on the vessel and which come under the conditions defined in Arts. 470, 471 and 474, rank as regards the value of the vessel over the other creditors of the estate.

476. O vendedor de embarcação, é obrigado a dar ao comprador uma nota por elle assignada de todos os creditos privilegiados a que a mesma embarcação possa achar-se obrigada (arts. 470, 471 e 474); a qual deverá ser encorporada na escriptura da venda em seguimento do registro da embarcação. A falta de declaração de algum credito privilegiado induz presumpção de má fé da parte do vendedor, contra o qual o comprador poderá intentar a acção criminal que seja competente, se fôr obrigado ao pagamento de algum credito não declarado.

477. Nas vendas judiciaes extingue-se toda a responsabilidade da embarcação para com todos e quaesquer credores, desde a data do termo da arrematação, e

fica subsistindo somente sobre o preço, em quanto este se não levanta.

Todavia, se do registro do navio constar que este está obrigado por algum credito privilegiado, o preço da arrematação será conservado em deposito, em tanto quanto baste para solução dos creditos privilegiados constantes do registro; e não poderá levantar-se antes de expirar o prazo da prescripção dos creditos privilegiados, ou se mostrar que estão todos pagos, ainda mesmo que o exequente seja credor privilegiado, salvo prestando fiança idonea; pena de nullidade do levantamento do deposito; competindo ao credor prejudicado acção para haver de quem indevidamente houver recebido, e de perdas e damnos solidariamente contra o juiz e escrivão que tiverem passado e assignado a ordem ou mandado.

478. Ainda que as embarcações sejam reputadas bens moveis, comtudo, nas vendas judiciaes, se guardarão as regras que as Leis prescrevem para as arrematações dos bens de raiz; devendo as ditas vendas, além da affixação dos editaes nos lugares publicos, e particularmente nas Praças do Commercio, ser publicadas por tres annuncios insertos, com o intervallo de oito dias, nos jornaes do lugar, que habitualmente publicarem annuncios, e, não os havendo, nos do lugar mais visinho.

Nas mesmas vendas, as custas judiciaes do processo da execução e arrematação

preferem a todos os creditos privilegiados.

479. Emquanto durar a responsabilidade da embarcação por obrigações privilegiadas, póde esta ser embargada e detida, a requerimento de credores que apresentarem titulos legaes (arts. 470, 471 e 474), em qualquer porto do Imperio onde se achar, estando sem carga ou não tendo recebido a bordo mais da quarta parte da que corresponder á sua lotação; o embargo, porém, não será admissivel achando-se a embarcação com os despachos necessarios para poder ser declarada desempedida, qualquer que seja o estado da carga; salvo se a divida proceder de fornecimentos feitos no mesmo porto, e para a mesma viagem.

480. Nenhuma embarcação póde ser embargada ou detida por divida não privilegiada; salvo no porto de sua matricula, e mesmo neste, unicamente nos casos em que os devedores são por direito obrigados a prestar caução em Juizo,

achando-se préviamente intentadas as acções competentes.

481. Nenhuma embarcação, depois de ter recebido mais da quarta parte da carga correspondente á sua lotação, póde ser embargada ou detida por dividas particulares do armador, excepto se estas tiverem sido contrahidas para apromptar o navio para a mesma viagem, e o devedor não tiver outros bens com que possa pagar; mas, mesmo neste caso se mandará levantar o embargo, dando os mais compartes fiança pelo valor de seus respectivos quinhões, assignando o capitão termo de voltar ao mesmo lugar finda a viagem, e prestando os interessados na expedição fiança idonea á satisfação da divida no caso da embarcação não voltar por qualquer incidente, ainda que seja de força maior.

O capitão que deixar de cumprir o referido termo, responderá pessoalmente pela divida, salvo o caso de força maior, e a sua falta será qualificada de barataria.

482. Os navios estrangeiros surtos nos portos do Brasil não podem ser embargados nem detidos, ainda mesmo que se achem sem carga, por dividas que não forem contrahidas no territorio brasileiro, em utilidade dos mesmos navios ou da sua carga; salvo provindo a divida de letras de risco ou de cambio sacadas em paiz estrangeiro, no caso do art. 651, e vencidas em algum lugar do Imperio.

483. Nenhum navio póde ser detido ou embargado, nem executado na sua totalidade por dividas particulares de um comparte; poderá porém, ter logar a execução no valor do quinhão do devedor, sem prejuizo da livre navegação do mesmo

navio, prestando os mais compartes fiança idonea.

476. The vendor of a vessel is bound to supply the purchaser with a note signed by himself of all the privileged debts to which the said vessel is subject (Arts. 470, 471 and 474); which must be incorporated in the instrument of sale following on the registration of the vessel. Failure to declare any privileged debt leads to the presumption of bad faith on the part of the vendor, against whom the creditor may commence the criminal proceeding which applies to the case, if he should become liable for the payment of any undeclared debt.

477. In judicial sales, all liability of the vessel in favour of all or any creditors is extinguished from the date of the auction, and exists only as regards the

price in so far as it is not taken up.

If, however, the ship's register states that the vessel is liable in favour of a privileged creditor, the price of the auction must remain in Court to such an amount as will satisfy the privileged debts stated in the register; and cannot be withdrawn until the expiration of the term of prescription for privileged debts, or until it is shewn that such debts are discharged, even although the person against whom execution is levied is a privileged creditor himself, unless he gives the proper security; on pain of the withdrawal of the price remaining in Court being considered null and void. The prejudiced creditor may bring an action for restoration against whomsoever has improperly received it, and for loss and damage jointly and severally against the judge and his clerk who have issued and signed the order or authority.

478. In judicial sales, although vessels are considered chattels, the rules which the Laws prescribe for auctions of real property must be observed; and in addition to notices of them being affixed in the public places, and especially in the Commercial Markets, they must be made public by announcements inserted three times, with intervals of eight days between each, in the local newspapers which usually publish announcements, but should there be no local newspapers, then in those

of the nearest place which has them.

In such sales, the judicial costs of the process of execution and sale by auction

rank before all privileged debts.

479. As long as the liability of the vessel for privileged debts lasts, she can be arrested and detained, on the application of the creditors who produce legal documents of title (Arts. 470, 471 and 474), in whatever port of the Empire she may be, whether she is without cargo or has not received on board more than one fourth of the cargo corresponding to her tonnage; such arrest, however, cannot take place if the vessel has received the documents necessary for her clearance, whatever the amount of her cargo may be; unless the debt proceeds from stores furnished in the same port and for the same voyage.

480. No vessel can be arrested or detained for an unprivileged debt; except in the port of register, and even then only in the cases in which the debtors are by law bound to give security in Court, and after having previously commenced

the proper actions.

481. No vessel, after having received more than one fourth of the cargo corresponding to her tonnage, can be arrested or detained for the private debts of her managing owner, unless they have been contracted in order to prepare the vessel for her voyage, and the debtor has no other property out of which to obtain payment and even in such a case the arrest may be discharged, on the other partowners giving security in the proportion of their respective shares, on the master undertaking to return to the same place on the termination of the voyage, and on the interested parties giving a sufficient guarantee to satisfy the debt should the vessel through some casualty, even though it be vis major, not return.

A master who does not bind himself as stated is personally liable for the debt, except in the case of *vis major*, and his omission to do so is considered a misdemeanour.

482. Foreign vessels lying in Brazilian ports cannot be arrested or detained, even if they have no cargo, for debts which have not been contracted in Brazilian territory for the benefit of the same vessels or of their cargoes; except those arising from bottomry bonds or bills of exchange drawn in a foreign country, in the case laid down in Art. 651, and matured in some place of the Empire.

483. No vessel can be detained or arrested, or seized in execution in her entirety, for the private debts of a part-owner; execution can, however, take place to the amount of the share of the debtor, without prejudice to the free navigation of the

vessel if the other part-owners furnish the proper security.

Titulo II. Dos proprietarios, compartes e caixas de navios.

484. Todos os cidadãos brasileiros pódem adquirir e possuir embarcações brasileiras; mas a sua armação e expedição só pode girar debaixo do nome e responsabilidade de um proprietario ou comparte, armador ou caixa, que tenha as qualidades requeridas para ser commerciante (arts. 1 e 4).

485. Quando os compartes de um navio fazem delle uso commum, esta sociedade ou parceria maritima regula-se pelas disposições das sociedades commerciaes

(Part. 1, Tit. XV); salvas as determinações contidas no presente Titulo.
486. Nas parcerias ou sociedades de navios, o parecer da maioria no valor dos interesses prevalece contra o da minoria nos mesmos interesses, ainda que esta seja representada pelo maior numero de socios e aquella por um só. Os votos computam-se na proporção dos quinhões; o menor quinhão será contado por um voto: no caso de empate decidirá a sorte, se os socios não preferirem commetter a decisão a um terceiro.

487. Achando-se um navio necessitado de concerto, e convindo neste a maioria, os socios dissidentes, se não quizerem annuir, serão obrigados a vender os seus quinhões aos outros compartes, estimando-se o preço antes de principiar-se o concerto: se estes não quizerem comprar, proceder-se-ha á venda em hasta publica.

488. Se o menor numero entender que a embarcação necessita de concerto e a maioria se oppuzer, a minoria tem direito para requerer que se proceda a vistoria judicial: decidindo-se que o concerto é necessario todos os compartes são obrigados

a contribuir para elle.

489. Se algum comparte na embarcação quizer vender o seu quinhão, será obrigado a affrontar os outros parceiros; estes tem direito a preferir na compra em igualdade de condições, com tanto que effectuem a entrega do preço á vista, ou o consignem em juizo no caso de contestação. Resolvendo-se a venda do navio por deliberação da maioria, a minoria póde exigir que se faça em hasta publica.

490. Todos os compartes tem direito de preferir no fretamento a qualquer

terceiro, em igualdade de condições: concorrendo na preferencia para a mesma viagem dous ou mais compartes, preferirá o que tiver maior parte de interesses na embarcação; no caso de igualdade de interesses dicidirá a sorte; todavia, esta preferencia não dá direito para exigir que se varie do destino da viagem acordada pela maioria.

491. Toda a parceria ou sociedade de navio é administrada por um ou mais caixas, que representa em Juizo e fóra delle a todos interessados, e os responsabilisa; salvas as restricções contidas no instrumento social, ou nos poderes do seu mandato

competentemente registrados (art. 10 n. 2).

- 492. O caixa, deve ser nomeado dentre os compartes; salvo se todos convierem na nomeação de pessoa estranha á parceria: em todos os casos é necessario que o caixa tenha as qualidades exigidas no art. 484.
- 493. Ao caixa, não havendo estipulação em contrario, pertence nomear, ajustar e despedir o capitão e mais officiaes do navio, dar todas as ordens, e fazer todos os contractos relativos á administração, fretamento e viagens da embarcação; obrando sempre em conformidade do accordo da maioria e do seu mandato, debaixo de sua responsabilidade pessoal para com os compartes, pelo que obrar contra o mesmo accordo, ou mandato.
- 494. Todos os proprietarios e compartes são solidariamente responsaveis pelas dividas que o capitão contrahir para concertar, habilitar e aprovisionar o navio; sem que esta responsabilidade possa ser illidida, allegando-se que o capitão excedeu os limites das suas faculdades, ou instrucções, se os credores provarem que a quantia pedida foi empregada a beneficio do navio (art. 517).
 Os mesmos proprietarios e compartes são solidariamente responsaveis pelos

prejuizos que o capitão causar a terceiro por falta da diligencia que é obrigado a empregar para boa guarda, acondicionamento e conservação dos effeitos recebidos a bordo (art. 519). Esta responsabilidade cessa, fazendo aquelles abandono do

navio e fretes vencidos e a vencer na respectiva viagem.

Title II. Shipowners, part-owners and ship's husbands.

484. Every Brazilian citizen can acquire and possess Brazilian vessels; and the equipment and voyage of such a vessel can only be managed under the name and responsibility of an owner or part-owner, managing owner or ship's husband, who possesses the qualifications necessary for a trader (Arts. 1 and 4).

485. When the owners make use of a vessel in common, this maritime partnership or co-ownership is regulated by the provisions relating to trading partnerships (Part I, Title XV); saving the enactments contained in the present Title.

486. In maritime co-ownerships and partnerships, the opinion of the majority of the value of the interests prevails over that of the minority of the same interests, even if the latter is represented by a greater number of partners or part-owners and the former by one only. The votes are computed in the proportion of the shares, the smallest share being counted as one vote; in the case of equal voting the result shall be decided by lot, unless the partners or part-owners prefer to submit the decision to a third party.

487. When a vessel requires repairs, and the majority agree thereto, the dissenting partners or part-owners, unless they are willing to give way, are bound to sell their shares to the other part-owners at a valuation before beginning the repairs: should the latter not wish to purchase, the sale must be made by public auction.

488. If the minority are of opinion that the vessel requires repairs and the majority are opposed thereto, the former have the right of demanding a judicial survey: and if it is decided that the repairs are necessary, all the part-owners are bound to contribute towards them.

489. Should any part-owner of a vessel wish to sell his share, he must offer it to his co-owners; and the latter have a prior right of purchase, the conditions being equal, provided they pay ready money, or pay the price into court in case of dispute. Should a sale of the vessel be resolved upon by a decision of the majority, the minority may demand that it be made by public auction.

490. Part-owners have the right of preference over a third person as regards affreightment, under equal conditions: should two or more part-owners claim this preference for the same voyage, the one who has the greatest interest in the vessel shall be preferred; and in the case of equality of interests, the question shall be decided by lot; this preference, however, does not give the right of demanding that the destination which has been fixed for the voyage by the majority shall be altered.

491. Every maritime co-ownership or partnership must be administered by one or more ship's husbands, who represent both in Court and out of it all the interested parties, and can act in their name; saving the restrictions contained in the articles of partnership, or in the powers of their appointments duly registered (Art. 10, No. 2).

492. A ship's husband must be chosen from among the part-owners, unless all agree to the appointment of a person outside the co-ownership; in both cases it is necessary that the ship's husband should possess all the qualifications required by Art. 484.

493. A ship's husband, unless there is a stipulation to the contrary, is empowered to appoint, make agreements with and discharge the master and other officers of the vessel, to give all the orders, to enter into all the contracts relating to the administration, affreightment and voyages of the vessel; always acting in accordance with the decision of the majority and in the terms of his authority, under personal liability towards the co-owners where he acts contrary to their decision or the terms of his authority.

494. All owners or part-owners are jointly and severally liable for the debts which a master may contract for repairing, fitting out and provisioning a vessel; without being able to elude such liability by pleading that the master exceeded the limits of his powers or instructions, if the creditors prove that the amount claimed was expended for the benefit of the vessel (Art. 517).

The said owners or part-owners are jointly and severally liable for the losses which the master may cause to a third person through want of that care which he is bound to employ for the safe custody and proper storing and preservation of the goods received on board (Art. 519). This liability ceases on the abandonment by the said owners or part-owners of the vessel and of the freights earned or which have to be collected during the voyage.

Não é permittido o abandono ao proprietario ou comparte que fôr ao mesmo

tempo capitão do navio.

495. O caixa é obrigado a dar aos proprietarios ou compartes, no fim de cada viagem, uma conta da sua gestão, tanto relativa ao estado do navio e parceria, como da viagem finda, acompanhada dos documentos competentes, e a pagar sem demora o saldo liquido que a cada um couber; os proprietarios ou compartes são obrigados a examinar a conta do caixa logo que lhes for apresentada e a pagar sem demora a quota respectiva aos seus quinhões.

A approvação das contas do caixa dada pela maioria dos compartes do navio, não obsta a que a minoria dos socios intente contra ellas as acções que julgar competentes.

Titulo III. Dos capitães ou mestres de navio.

496. Para ser capitão ou mestre de embarcação brasileira, palavras synonimas neste Codigo para todos os effeitos de direito, requer-se ser cidadão brasileiro, domiciliado no Imperio, com capacidade civil para poder contractar validamente.

497. O capitão é o commandante da embarcação; toda a tripolação lhe está sujeita, e é obrigada a obdecer e cumprir as suas ordens em tudo quanto fôr relativo

ao serviço do navio.

498. O capitão tem a faculdade de impor penas correccionaes aos individuos da tripolação que perturbarem a ordem do navio, commetterem faltas de disciplina, ou deixarem de fazer o serviço que lhes competir; e até mesmo de proceder a prisão por motivo de insubordinação, ou de qualquer outro crime commettido a bordo, ainda mesmo que o delinquente seja passageiro; formando os necessarios processos, os quaes é obrigado a entregar com os presos ás autoridades competentes no primeiro porto do Imperio aonde entrar.

499. Pertence ao capitão escolher e ajustar a gente da equipagem, e despedi-la, nos casos em que a despedida possa ter lugar (art. 555), obrando de concerto com o dono ou armador, caixa, ou consignatario do navio, nos lugares onde estes se acharem presentes. O capitão não póde ser obrigado a receber na equipagem indi-

viduo algum contra a sua vontade.

500. O capitão que seduzir ou desencaminhar marinheiro matriculado em outra embarcação, será punido com a multa de 100\$ 000 por cada individuo que desencaminhar, e obrigado a entregar o marinheiro seduzido, existindo a bordo do seu navio; e se a embarcação por esta falta deixar de fazer-se á vela, será responsavel pelas estadias da demora.

501. O capitão é obrigado a ter escripturação regular de tudo quanto diz respeito á administração do navio, e á sua navegação; tendo para este fim tres livros distinctos, encadernados e rubricados pela autoridade a cargo de quem estiver a matricula dos navios; pena de responder por perdas e damnos que resultarem

da sua falta de escripturação regular.

- 502. No primeiro, que se denominará livro da carga —, assentará diariamente as entradas e sahidas da carga, com declaração especifica das marcas e numeros dos volumes, nomes dos carregadores e consignatarios, portos da carga e descarga, fretes ajustados, e quaesquer outras circumstancias occurrentes que possam servir para futuros esclarecimentos. No mesmo livro se lançarão também os nomes dos passageiros, com declaração do lugar do seu destino, preço e condições da passagem, e a relação da sua bagagem.
- 503. O segundo livro será da receita e despeza da embarcação e nelle, debaixo de competentes titulos, se lançará, em fórma de contas correntes, tudo quanto o capitão receber e despender respectivamente á embarcação; abrindo-se assento a cada um dos individuos da tripolação, com declaração de seus vencimentos, e de qualquer onus a que se achem obrigados, e a carga do que receberem por conta de suas soldadas.

504. No terceiro livro, que será denominado — diario da navegação —, se assentarão diariamente, em quanto o navio se achar em algum porto, os trabalhos que tiverem lugar a bordo, e os concertos ou reparos do navio.

No mesmo livro se assentará tambem toda a derrota da viagem, notando-se diariamente as observações que os capitães e os pilotos são obrigados a fazer, todas

Abandonment is not permitted to an owner or part-owner who is at the same

time master of a vessel.

495. A ship's husband is bound to give to the owners or part-owners at the end of each voyage, an account of his management, both as to the condition of the vessel and the co-ownership, and of the concluded voyage, accompanied by the respective documents, and to pay without delay the net balance which falls to each; the owners or part-owners are bound to examine the accounts of the ship's husband as soon as they are presented to them and to pay without delay his quota according to their respective shares.

If the accounts of the ship's husband are approved by a majority of the partowners of the vessel, such approval does not prevent the minority thereof from

bringing any actions against them which they may deem expedient.

Title III. Captains or shipmasters.

496. The captain or master, synonymous words used in this Code for all legal effects, of a Brazilian vessel must be a Brazilian citizen, domiciled in the Empire, with the civil capacity for making valid contracts.

497. A master has the supreme control of his vessel; all the crew are subject to him, and are bound to obey and carry out all his orders which relate to the service

of the same.

498. A master has the power to inflict correctional punishment on members of the crew who disturb order on the vessel, commit errors of discipline, or fail to perform the service required of them; and can even imprison them in case of insubordination, or of any other crime committed on board, even although the offender be a passenger; he must formulate the necessary charges, which with the delinquent he is bound to hand over to the proper Authorities in the first port of the Empire at which he touches.

499. It is the function of a master to select and make agreements with the members of his crew, and to discharge them in cases in which he is empowered to do so (Art. 555), acting in concert with the owner or managing owner, ship's husband, or consignee of the vessel, in places where the latter are present. A master is not bound to receive any person as a member of his crew whom he does not wish

to employ.

500. A master shall be fined Rs. 100 000 for every registered seaman whom he induces or prevails upon to leave his employment in another vessel, and must deliver up the seaman whom he has enticed away, if still on board his own vessel; and if on account of this offence the sailing of the other vessel be delayed, he shall be answerable for demurrage.

501. A master is bound to keep a regular record of all that concerns the administration of the vessel and her navigation, having for this purpose three separate books, bound and rubricated by the authority which has charge of the ships' register; on pain of being liable for loss or damage resulting from the omission to make regular

entries.

502. In the first, which is called "the cargo book", daily entries must be made of the reception and discharge of cargo, with a declaration specifying the marks and numbers of the cases or packages, the names of the shippers and consignees, the ports of lading and discharge, the stipulated freights, and all other particulars which may serve for future elucidation. In the same book the names of the passengers must also be entered, with a declaration of their place of destination, what they have paid as passage money, with the conditions of the passage, and details of their luggage.

503. The second book is that of "the receipts and disbursements of the vessel" and in it, under the proper headings, must be entered in the form of accounts current all that the master receives and expends in relation to the vessel; opening an account for each member of the ship's company, stating his pay, any obligation or debt

which he owes, and sums advanced on account of his pay.

504. In the third book which is called "the log book", must be entered day by day, when the vessel is in port, the work done on board, and the re-fittings and repairs to the vessel.

In the same book the vessel's course must also be entered, noting day by day the observations which masters and pilots are bound to take, all incidents interest-

as occurrencias interessantes á navegação, acontecimentos extraordinarios que possam ter lugar a bordo, e com especialidade os temporaes, e os damnos ou avarias que o navio ou a carga possam soffrer, as deliberações que se tomarem por accordo dos officiaes da embarcação, e os competentes protestos.

505. Todos os processos testemunhaveis e protestos formados a bordo, tendentes a comprovar sinistro, avarias, ou quaesquer perdas, devem ser ratificados com juramento do capitão perante a autoridade competente do primeiro lugar onde chegar; a qual deverá interrogar o mesmo capitão, officiaes, gente da equipagem (art. 545 n. 7) e passageiros sobre a veracidade dos factos e suas circumstancias, tendo presente o diario da navegação, se houver sido salvo.

506. Na vespera da partida do porto da carga, fará o capitão inventariar, em presença do piloto e contramestre, as amarras, ancoras, velames e mastreação, com declaração do estado em que se acharem. Este inventario será assignado pelo

capitão, piloto e contramestre.

Todas as alterações que durante a viagem soffrer qualquer dos sobreditos artigos, serão annotadas no diario da navegação, e com as mesmas assignaturas.

- 507. O capitão é obrigado a permanecer a bordo desde o momento em que começa a viagem de mar até a chegada do navio a surgidouro seguro e bom porto, e a tomar os pilotos e praticos necessarios em todos os lugares em que os regulamentos, o uso e prudencia o exigirem; pena de responder por perdas e damnos que da sua falta resultarem.
- 508. E' prohibido, ao capitão abandonar a embarcação, por maior perigo que se offereça, fóra do caso de naufragio; e julgando-se indispensavel o abandono, é obrigado a empregar a maior diligencia possivel para salvar todos os effeitos do navio e carga, e com preferencia os papeis e livros da embarcação, dinheiro e mercadorias de maior valor.

Se apezar de toda a diligencia os objectos tirados do navio, ou os que nelle ficarem se perderem ou forem roubados sem culpa sua, o capitão não será re-

sponsavel.

509. Nenhuma desculpa poderá desonerar o capitão que alterar a derrota que era obrigado a seguir, ou que praticar algum acto extraordinario de que possa provir damno ao navio ou á carga, sem ter precedido deliberação tomada em junta composta de todos os officiaes da embarcação, e na presença dos interessados do navio ou na carga, se algum se achar a bordo.

Em taes deliberações, e em todas as mais que fôr obrigado a tomar com accordo dos officiaes do navio, o capitão tem voto de qualidade; e até mesmo poderá obrar contra o vencido, debaixo de sua responsabilidade pessoal, sempre que o julgar

conveniente.

- 510. E' prohibido ao capitão entrar em porto estranho ao do seu destino; e se alli fôr levado por força maior (art. 740), é obrigado a sahir no primeiro tempo opportuno que se offerecer; pena de responder pelas perdas e damnos que da demora resultarem ao navio ou á carga (art. 748).
- 511. O capitão que entrar em porto estrangeiro é obrigado a apresentar-se ao Consul do Imperio nas primeiras vinte e quatro horas uteis, e a depositar nas suas mãos a guia ou manifesto da Alfandega, indo de algum porto do Brasil, e a matricula; e a declarar, e fazer annotar nesta pelo mesmo Consul, no acto da apresentação, toda e qualquer alteração que tenha occorrido sobre o mar na tripolação do navio; e antes da sahida as que occorrerem durante a sua estada no mesmo porto.

Quando a entrada fôr em porto do Imperio, o deposito do manifesto terá lugar na Alfandega respectiva, havendo-a, e o da matricula na repartição onde esta se

costuma fazer com as sobreditas declarações.

512. Na volta da embarcação ao porto d'onde sahio, ou naquelle onde largar o seu commando, é o capitão obrigado a apresentar a matricula original na repartição encarregada da matricula dos navios, dentro de vinte e quatro horas uteis, depois que der fundo, e a fazer as mesmas declarações ordenadas no artigo precedente.

Passados oito dias depois do referido tempo, prescreve qualquer acção de procedimento, que possa ter lugar contra o capitão por faltas por elle commettidas na matricula durante a viagem.

ing in navigation, any extraordinary events which take place on board, and in particular, storms, the accidents or damage which the vessel or cargo may suffer, any resolutions taken in agreement with the officers of the vessel, and the necessary protests.

505. All enquiries with witnesses or protests drawn up on board, tending to prove disaster, damage, or any other losses, must be verified by the oath of the master before the proper Authority at the first port of arrival; and such Authority must interrogate the master, officers, members of the crew (Arts. 545, No. 7) and passengers as to the truth of the facts and the surrounding circumstances, with the help of the log, should it have been saved.

506. On the eve of departure from the port of loading, the master must cause an inventory to be made, in the presence of the navigating and chief officer, of the cables, anchors, sails, masts and rigging, with a statement of their condition. This inventory must be signed by the master, the navigating officer and the chief officer.

Anything that may happen to the before named articles during the voyage,

must be noted in the log, and signed by the same persons.

- 507. A master is bound to remain on board from the moment he commences a sea voyage up to the time of the arrival of the vessel in a good and safe roadstead, and to take on the necessary pilots in all places where the regulations or custom and prudence require it; on pain of being answerable for resulting loss or damage.
- 508. A master is prohibited from abandoning his vessel, whatever be the danger, except in case of shipwreck; and if he thinks abandonment imperative, he is bound to exercise the greatest diligence possible to save all the effects of the vessel and cargo, giving preference to the ship's papers and books, money, and the merchandise of the greatest value.

If, notwithstanding all his diligence, the goods taken from the vessel, or those remaining on board, are lost or stolen, without any blame attaching to him, the

master shall not be liable.

509. No excuse can exonerate a master who alters the course which he was bound to follow, or who does any other extraordinary act from which damage to the vessel or cargo results, without having first taken council with all the officers of the vessel in meeting assembled, and in the presence of all persons interested in the vessel or cargo who are on board.

In such deliberations, and in all others which he is bound to take in agreement with the officers of the vessel, the master may act on his own responsibility; and may even do so against the opinion of the majority, on his personal responsibility,

whenever he deems it expedient.

510. A master is prohibited from entering a port different from that of his destination; and if he is obliged to do so through vis major (Art. 740), he must leave on the first fitting opportunity; on pain of being liable for any loss or damage resulting to the vessel or cargo from the delay (Art. 748).

511. A master who enters a foreign port is bound to present himself to the Consul of the Empire within twenty-four working hours, and to deliver into his hands the Custom House clearing document or manifest issued from a Brazilian port, and the list of the crew; and to declare, and cause to be entered in the said list by the said Consul, at the time of presentation, each and every alteration in the ship's company which may have occurred while at sea, and before his departure, any alterations which may have occurred during his stay in port.

Should the vessel enter a port of the Empire, the delivery of the manifest must be made in the Custom House of the port, if there is one, and the delivery of the list of the crew in the department where it is customary to deliver it, along

with the said declarations.

512. On the return of the vessel to the port of departure, or to that at which he resigns his command, the master is bound to present his original list of the crew in the department charged with the registration of ships, within twenty-four working hours after having anchored, and to make the same declarations as required in the preceding Article.

After eight days have elapsed from the time mentioned, any right of action against the master for any errors he may have made in the list of the crew during

the voyage, is prescribed.

O capitão que não apresentar todos os individuos matriculados, ou não fizer constar devidamente a razão da falta, será multado, pela autoridade encarregada da matricula dos navios, em 100 \$\mathscr{S}\$ por cada pessoa que apresentar de menos, com recurso para o Tribunal do Commercio competente.

513. Não se achando presentes os proprietarios, seus mandatarios ou consignatarios, incumbe ao capitão ajustar fretamentos, segundo as instrucções que

tiver recebido (art. 569).

514. O capitão nos portos onde residirem os donos, seus mandatarios ou consignatarios, não póde, sem autorização especial destes, fazer despeza alguma extra-

ordinaria com a embarcação.

515. E' permittido ao capitão em falta de fundos, durante a viagem, não se achando presente algum dos proprietarios da embarcação, seus mandatarios ou consignatarios, e na falta delles algum interessado na carga, ou mesmo se achando-se presentes não providenciarem, contrahir dividas, tomar dinheiro a risco sobre o casco e pertences do navio e remanescente dos fretes depois de pagas as soldadas, e até mesmo na falta absoluta de outro recurso, vender mercadorias da carga, para o reparo ou provisão da embarcação; declarando nos titulos das obrigações que assignar a causa de que estas procedem (art. 517).

As mercadorias da carga que em taes casos se venderem serão pagas aos carregadores pelo preço que outras de igual qualidade obtiverem no porto da descarga, ou pelo que por arbitradores se estimar no caso da venda ter comprehendido todas

as da mesma qualidade (art. 621).

516. Para poder ter lugar alguma das providencias autorizadas no artigo precedente, é indispensavel: 1.° Que o capitão prove falta absoluta de fundos em seu poder pertencentes á embarcação; — 2.° Que não se ache presente o proprietario da embarcação ou mandatario seu ou consignatario, e na sua falta algum dos interessados na carga; ou que, estando presentes, se dirigio a elles e não providenciaram; — 3.° Que a deliberação seja tomada de accordo com os officiaes da embarcação, lavrando-se no diario da navegação termo da necessidade da medida tomada (art. 504).

A justificação destes requisitos será feita perante o Juiz de Direito do Commercio do porto onde se tomar o dinheiro a risco ou se venderem as mercadorias, e por elle julgada procedente, e nos portos estrangeiros perante os Consules do Imperio.

517. O capitão, que, nos títulos ou instrumentos das obrigações procedentes de despezas por elle feitas para fabrico, habilitação ou abastecimento da embarcação, deixar de declarar a causa de que procedem, ficará pessoalmente obrigado para com as pessoas com quem contractar; sem prejuizo da acção que estas possam ter contra os donos do navio, provando que as quantias devidas foram effectivamente applicadas a beneficio deste (art. 494).

518. O capitão que tomar dinheiro sobre o casco do navio e seus pertences, empenhar ou vender mercadorias, fóra dos casos em que por este Codigo lhe é permittido, e o que fôr convencido de fraude em suas contas, alem das indemnisações

de perdas e damnos, ficará sujeito á acção criminal que no caso couber.

519. O capitão é considerado verdadeiro depositario da carga e de quaesquer effeitos que receber a bordo, e como tal está obrigado á sua guarda, bom acondicionamento e conservação, e a sua prompta entrega á vista dos conhecimentos (arts. 586 e 587).

A responsabilidade do capitão a respeito da carga principia a correr desde o momento em que a recebe, e continúa até o acto da sua entrega no lugar que se

houver convencionado, ou que estiver em uso no porto da descarga.

520. O capitão tem direito para ser indemnizado pelos donos de todas as despezas necessarias que fizer em utilidade da embarcação com fundos proprios ou alheios, com tanto que não tenha excedido as suas instrucções, nem as faculdades que por sua natureza são inherentes á sua qualidade de capitão.

521. E' prohibido ao capitão pôr carga alguma no convéz da embarcação sem ordem ou consentimento por escripto dos carregadores; pena de responder pessoal-

mente por todo o prejuizo que dahi possa resultar.

522. Estando a embarcação fretada por inteiro, se o capitão receber carga

de terceiro, o afretador tem direito a faze-la desembarcar.

523. O capitão, ou qualquer outro individuo da tripolação, que carregar na embarcação, ainda mesmo a pretexto de ser na sua camara ou nos seus agazalhados,

A master who does not produce all the persons entered in the list, or does not duly explain the reason of the omission, shall be fined by the Authority charged with the registration of vessels Rs. 100000 for every person he fails to produce, with a right of appeal to the proper Commercial Tribunal.

513. In the absence of the owners, their agents or consignees, the duty devolves on the master of settling freights, according to the instructions he may have received

(Article 569).

514. A master, in the ports where the owners, their agents or consignees reside, may not incur any extraordinary expense for the vessel without their special authorization.

515. It is permitted to a master during the voyage, when in want of funds, in the absence of the owners of the vessel, their agents or consignees, and in default of them, in the absence of anyone interested in the cargo, or if present and not offering the necessary funds, to contract debts, borrow money on bottomry bonds on the hull and belongings of the vessel and to take what remains from the freights after having paid the wages, and even in the case of absolute want of other means, to sell merchandise from the cargo, for the repair or provisioning of the ship; declaring in the documents of obligation which he signs the cause from which they proceed (Art. 517).

Merchandise which in such cases has been sold from the cargo must be paid for to the shippers at the price which that of equal quality has obtained at the port of discharge, or at a price fixed by arbitrators in case all the merchandise

of the same quality should have been sold (Art. 621).

516. In order that any of the measures authorized in the preceding Article may be taken, it is indispensable: 1. That the master should prove absolute want of funds in his possession belonging to the vessel; — 2. That there should not be present the owner of the vessel, his agent or consignee, and in default of them, anyone interested in the cargo; or that, although present, he has applied to them and they have not offered the necessary funds; — 3. That the decision should have been taken in agreement with the officers of the vessel, and an entry have been made in the log as to the necessity of the measures taken (Art. 504).

The justification for these measures must be shewn before the Superior Commercial Judge at the port where the bottomry loan was contracted or the merchandise sold, and be decided by him, and in foreign ports before the Consuls of the Empire.

517. A master who, in the documents or instruments of obligation necessitated by the outlay made by him for the repair, refitting or provisioning of the vessel, omits to state the cause from which they proceed, is personally liable to the persons with whom he has contracted; without prejudice to any right of action which the latter may have against the owners of the vessel, if they prove that the sums due were in fact applied for the benefit of the vessel (Art. 494).

518. A master who borrows money on the hull of the vessel and her belongings, or pledges or sells merchandise, except in the cases allowed by this Code, and who is found guilty of fraud in his accounts, is liable to the criminal proceeding which applies to the case, in addition to compensation for loss or damage.

519. A master is considered the actual depositary of the cargo and of any effects he receives on board, and as such is responsible for their safe custody, proper storing and preservation, and for their immediate delivery on presentation of the bills of lading (Arts. 586 and 587).

The responsibility of a master with respect to the cargo begins to run from the moment he receives it, and continues up to the act of its delivery at the place

agreed upon, or at that customary at the port of discharge.

520. A master is entitled to be indemnified by the owners in respect of all expenses necessary for the benefit of the vessel incurred by means of his own funds or those of another person, provided he has not exceeded his instructions or the powers which in his capacity of master naturally belong to him.

521. A master is forbidden to place any cargo on the deck of his vessel without the written order or consent of the shippers; on pain of being personally liable for

all loss or damage resulting therefrom.

522. If a vessel is chartered as a whole, and the master receives cargo from

a third person, the charterer is entitled to have such cargo disembarked.

523. A master or any other member of a ship's company who takes on board the vessel, even under the pretext of placing them in his berth or quarters, goods

mercadorias de sua conta particular, sem consentimento por escripto do dono do

navio ou dos afretadores, póde ser obrigado a pagar frete dobrado.

524. O capitão que navega em parceria a lucro commum sobre a carga não póde fazer commercio algum por sua conta particular, a não haver convenção em contrario; pena de correrem por conta delle todos os riscos e perdas, e de pertencerem aos demais parceiros os lucros que houver.

525. E' prohibido ao capitão fazer com os carregadores ajustes publicos ou secretos que revertam em beneficio seu particular, debaixo de qualquer titulo ou pretexto que seja: pena de correr por conta delle e dos carregadores todo o risco

que acontecer, e de pertencer ao dono do navio todo o lucro que houver.

526. E' obrigação do capitão resistir por todos os meios que lhe dictar a sua prudencia a toda e qualquer violencia que possa intentar-se contra a embarcação, seus pertences e carga: e se fôr obrigado a fazer entrega de tudo ou de parte, deverá munir-se com os competentes protestos e justificações no mesmo porto, ou no pri-

meiro onde chegar (arts. 504 e 505).

527. O capitão não póde reter a bordo os effeitos da carga a titulo de segurança do frete, mas tem direito de exigir dos donos ou consignatarios, no acto da entrega da carga, que depositem ou afiancem a importancia do frete, avarias grossas e despezas a seu cargo; e na falta de prompto pagamento, deposito, ou fiança, poderá requerer embargo pelos fretes, avarias e despezas sobre as mercadorias da carga, em quanto estas se acharem em poder dos donos ou consignatarios, ou estejam fóra das Estações Publicas ou dentro dellas; e mesmo para requerer a sua venda immediata, se forem de facil deterioração, ou de guarda arriscada ou dispendiosa.

A acção de embargo prescreve passados trinta dias a contar da data do ultimo

dia da descarga.

528. Quando por ausencia do signatario, ou por se não apresentar o portador do conhecimento á ordem, o capitão ignorar a quem deva competentemente fazer a entrega, solicitará do Juiz de Direito do Commercio, e onde o não houver da Autoridade local a quem competir, que nomeie depositario para receber os generos, e pagar os fretes devidos, por conta de quem pertencer.

529. O capitão é responsavel por todas as perdas e damnos que por culpa sua, omissão ou impericia sobrevierem ao navio ou á carga; sem prejuizo das acções

criminaes a que a sua malversação ou dólo possa dar lugar (art. 608).

O capitão é tambem civilmente responsavel pelos furtos ou quaesquer damnos praticados a bordo pelos individuos da tripolação nos objectos da carga, em quanto

esta se achar debaixo da sua responsabilidade.

530. Serão pagas pelo capitão todas as multas que forem impostas á embarcação por falta de exacta observancia das Leis e Regulamentos das Alfandegas e policia dos portos, e igualmente os prejuizos que resultarem de discordias entre os individuos da mesma tripolação no serviço desta, se não provar que empregou

todos os meios convenientes para as evitar.

531. O capitão, que, fóra do caso de inavegabilidade igualmente provada, vender o navio sem autorização especial dos donos, ficará responsavel por perdas e damnos, além da nullidade da venda, e do procedimento criminal que possa ter

lugar.

532. O capitão, que, sendo contractado para uma viagem certa deixar de a concluir sem causa justificada, responderá aos proprietarios, afretadores e carrega-

dores pelas perdas e damnos que dessa falta resultarem.

Em reciprocidade, o capitão, que sem justa causa fôr despedido antes de finda a viagem, será pago da sua soldada por inteiro, posto á custa do proprietario ou afretador no lugar onde começou a viagem, e indemnisado de quaesquer vantagens que possa ter perdido pela despedida.

Póde, porém, ser despedido antes da viagem começada, sem direito a indem-

nisação, não havendo ajuste em contrario.

533. Sendo a embarcação fretada para porto determinado, só póde o capitão negar-se a fazer a viagem, sobrevindo peste, guerra, bloqueio ou impedimento legitimo da embarcação, sem limitação de tempo.

534. Acontecendo fallecer algum passageiro ou individuo da tripolação durante a viagem, o capitão procederá a inventario de todos os bens que o fallecido deixar, on his private account, without the written consent of the owner of the vessel or

of the charterers, is liable to pay double freight.

524. A master who shares in the general profits of the cargo cannot do any business on his own account, unless there is an agreement to the contrary, on pain of being himself liable for all losses, and of the other part-owners being entitled to any profits there may be.

525. A master is prohibited from making any agreements either open or secret with the shippers which are for his private benefit, under any consideration or pretext whatever, on pain of being liable together with the shippers for any losses which may occur, and of the owner of the vessel being entitled to all the profits

there may be.

526. A master is bound to resist by every means which prudence can suggest all and every violence which may be attempted against the vessel, her belongings or her cargo: and should he be compelled to surrender all or part, he must provide himself with the necessary documents of protest and justification in the port where

he is, or at the first port he reaches (Arts. 504 and 505).

527. A master cannot retain on board shipped goods as security against freight, but has the right to demand of the owners or consignees, at the time of delivery of the cargo, that they deposit or give security for the amount of the freight, general average and expenses chargeable to them; and in default of prompt payment, deposit, or security, can apply for arrest of the shipped goods in respect of the freight, average and expenses connected with the said goods, while they are in the control of the owners or consignees, whether they be in public warehouses or places or not; and can even demand their immediate sale if the goods readily deteriorate, or are dangerous or costly to take charge of.

A claim for arrest is prescribed after the lapse of thirty days reckoned from

the last day of discharge.

528. When, by reason of the absence of the consignee, or because of the holder of the bill of lading to order not presenting himself, the master does not know to whom he should properly make delivery, he must apply to the Superior Commercia Judge, and if there should not be one, to the proper local Authority, who must appoint a depositary to receive the goods and pay the freight owing for account of the person to whom they belong.

529. A master is liable for all loss or damage occurring to the vessel or to her cargo through his fault (culpa), negligence or unskilfulness, without prejudice to the criminal proceedings to which his misconduct or fraud may give rise (Art. 608.)

A master is also civilly liable for thefts of or damage to any part of the cargo while under his responsibility, committed on board by members of the ship's

company.

530. All fines imposed on the vessel for failure scrupulously to observe the Laws and Regulations of the Custom Houses and of the police of the ports, must be paid by the master, and likewise damages which arise from disturbances among the members of the ship's company, unless he can prove that he took all the proper precautions to avoid them.

531. A master who, except in the case of the unseaworthiness of his vessel similarly proved unavoidable, should sell her without the special consent of the owners, is liable for loss and damage, and, in addition to the sale being annulled,

to the criminal proceeding which applies.

532. A master who, having been engaged for a particular voyage, should fail to complete it without justifiable cause, is liable to the owners, charterers or

shippers for the loss and damage resulting from such failure.

On the other hand, a master who, without just cause, is discharged before the completion of the voyage, shall receive the whole of his pay deposited at the cost of the owner or charterer at the place where the voyage commenced, and be compensated for any advantages he may have lost on account of his discharge.

He may, however, be discharged before the commencement of the voyage, without any right to compensation, if there is no agreement to the contrary.

533. If the vessel has been chartered for a particular port, the master may not refuse to make the voyage, except in the event of pestilence, war, blockade or lawful detention of the vessel, without limitation of time.

534. Should any passenger or member of a ship's company die during the voyage, the master must proceed to make an inventory of all the property of the com assistencia dos officiaes da embarcação e de duas testemunhas, que serão com preferencia passageiros, pondo tudo em boa arrecadação; e logo que chegar ao porto da sahida fará entrega do inventario e bens ás autoridades competentes.

- 535. Finda a viagem, o capitão é obrigado a dar sem demora contas da sua gestão ao dono ou caixa do navio, com entrega do dinheiro que em si tiver, livros e todos os mais papeis. E o dono ou caixa é obrigado a ajustar as contas do capitão, logo que as receber, e a pagar a somma que lhe fôr devida. Havendo contestação sobre a conta, o capitão tem direito para ser pago immediatamente das soldadas vencidas, prestando fiança de as repor, a haver lugar.
- 536. Sendo o capitão o unico proprietario da embarcação, será simultaneamente responsavel aos afretadores e carregadores por todas as obrigações impostas aos capitães e aos armadores.

537. Toda a obrigação pela qual o capitão, sendo comparte do navio, fôr responsavel á parceria, tem privilegio sobre o quinhão e lucros que o mesmo tiver

no navio e fretes.

Titulo IV. Do piloto e contramestre.

538. A habilitação e deveres dos pilotos e contramestres são prescriptas nos

regulamentos de Marinha.

539. O piloto, quando julgar necessario mudar de rumo, communicará ao capitão as razões que assim o exigem; e se este se oppuzer, desprezando as suas observações, que em tal caso deverá renovar-lhe na presença dos mais officiaes do navio, lançará o seu protesto no diario da navegação (art. 504), o qual deverá ser por todos assignado, e obedecerá ás ordens do capitão sobre quem recahirá toda a responsabilidade.

540. O piloto, que por impericia, omissão ou malicia perder o navio ou lhe causar damno, será obrigado a resarcir o prejuizo que soffrer o mesmo navio ou a carga, além de incorrer nas penas criminaes que possam ter logar: a responsabilidade

do piloto não exclue a do capitão nos casos do art. 529.

- 541. Por morte ou impedimento do capitão recahe o commando do navio no piloto, e na falta ou impedimento deste no contramestre, com todas as prerogativas, faculdades, obrigações e responsabilidades inherentes ao lugar de capitão.
- 542. O contramestre, que, recebendo ou entregando fazendas, não exige e entrega ao capitão as ordens, recibos, ou outros quaesquer documentos justificativos do seu acto, responde por perdas e damnos dahi resultantes.

Titulo V. Do ajuste e soldadas dos officiaes e gente da tripolação, seus direitos e obrigações.

543. O capitão é obrigado a dar ás pessoas da tripolação, que o exigirem, uma nota por elle assignada, em que se declare a natureza do ajuste e preço da soldada, e a lançar na mesma nota as quantias que se forem pagando por conta.

As condições do ajuste entre o capitão e a gente da tripolação, na falta de outro titulo do contracto, provam-se pelo rol da equipagem ou matricula; subentendendo-se sempre comprehendido no ajuste o sustento da tripolação.

Não constando pela matricula, nem por outro escripto do contracto, o tempo determinado do ajuste, entende-se sempre que foi por viagem redonda ou de ida

e volta ao lugar em que teve lugar a matricula.

- 544. Achando-se o livro da receita e despeza do navio conforme á matricula (art. 467), e escripturado com regularidade (art. 503), fará inteira fé para solução de quaesquer duvidas que possam suscitar sobre as condições do contracto das soldadas: quanto porêm ás quantias entregues por conta, prevalecerão, em caso de duvida, os assentos lançados nas notas de que trata o artigo precedente.
- 545. São obrigações dos officiaes e gente da tripolação: 1.° Ir para bordo promptos para seguir viagem no tempo ajustado; pena de poderem ser despedidos;
 2.° Não sahir do navio nem passar a noite fóra sem licença do capitão; pena

deceased, with the assistance of the officers of the vessel and of two witnesses, who must preferably be passengers, everything being placed in good order; and immediately on arrival at the port of departure he must deliver the inventory and effects

to the proper Authorities.

535. At the end of a voyage, a master is bound to give without delay an account of his management to the owner or ship's husband, and to deliver the money, books and all other ship's documents relating to such management. And the owner or ship's husband is bound to adjust the accounts of the master, as soon as he receives them, and to pay the sums owing to him. Should any question arise concerning the accounts, the master can claim to be immediately paid the salary due to him, giving security to return it if necessary.

536. If the master is the sole owner of the vessel, he is liable to the charterers and shippers for all obligations imposed on masters and managing owners simulta-

537. Every obligation for which the master, being part-owner of the vessel, is responsible to the maritime partnership, has priority over the share and profits which he may have in the vessel and freight.

Title IV. Navigating and chief officers.

538. The qualifications and duties of navigating officers (mates) and chief

officers are set forth in the Marine Regulations.

539. When a navigating officer (mate) deems it necessary to alter the course of the vessel, he must acquaint the master with the reasons which require it; and should the latter object, and differ from his observations, which in such a case he must repeat in the presence of the other officers of the ship, he must enter his protest in the log (Art. 504), which must be signed by all, and must obey the orders of the master, on whom all the responsibility shall fall.

540. A navigating officer (mate) who, through unskilfulness, negligence or malice should lose the vessel or cause damage to her, is bound to make good any loss which the vessel or her cargo may suffer, besides being liable to the criminal penalties which apply: the responsibility of the navigating officer does not exclude

that of the master in the cases which come under Art. 529.

541. On the death or incapacity of the master the command of the vessel shall devolve on the navigating officer (mate), and in the absence or incapacity of the latter, on the chief officer, with all the prerogatives, powers, obligations and responsibilities appertaining to the position of master.

542. A chief officer who, when he receives or delivers goods, does not demand

and deliver to the master the orders, receipts, or any other documents which justify

his acts, is liable for the resulting loss or damage.

Title V. Agreements with and pay of officers and members of the crew, their rights and duties.

543. A master is bound to give to the members of the ship's company, who demand it, a note signed by himself, in which is stated the nature of the agreement and the agreed pay, and to enter in the said note the amounts paid in advance.

The terms and conditions of agreement between the master and the members of the ship's company, in default of any other contractual document is proved by the muster-roll or list of the crew; and it is always understood that in the agreement maintenance of the ship's company is included.

If in the muster roll or other document of the contract, no fixed time is stated, it is always understood to be for the round voyage or for the voyage outwards and

return voyage to the place where the engagement took place.

544. If the book of receipts and disbursements of the vessel is in conformity with the list of the crew (Art. 467), and the entries are regularly made (Art. 503), it shall form complete evidence for the solution of any doubts which may arise regarding the terms and conditions of the contract as regards pay: but as to amounts paid in advance, the entries made in the notes of which the preceding Article treats shall prevail in case of doubt.

545. The duties of the officers and members of a ship's company are: 1. To go on board ready to commence the voyage at the time agreed; on pain of being liable to dismissal; - 2. Not to leave the vessel or pass the night elsewhere without leave de perdimento de um mez de soldada; — 3.º Não retirarem os seus effeitos de bordo sem serem visitados pelo capitão, ou pelo segundo; debaixo da mesma pena; — 4.º Obedecer sem contradição ao capitão e mais officiaes nas suas respectivas qualidades, e abster-se de brigas; debaixo das penas declaradas nos arts. 498 e 555; — 5.º Auxiliar o capitão, em caso de ataque do navio, ou desastre sobrevindo á embarcação ou á carga, seja qual fôr a natureza do sinistro; pena de perdimento das soldadas vencidas; — 6.º Finda a viagem, fundear e desapparelhar o navio, conduzil-o a surgidouro seguro, e amarra-lo, sempre que o capitão o exigir; pena de perdimento das soldadas vencidas; — 7.º Prestar os depoimentos necessarios para ratificação dos processos testemunhaveis, e protestos formados a bordo (art. 505), recebendo pelos dias da demora uma indemnisação proporcional ás soldadas que venciam: faltando a este dever não terão acção para demandar as soldadas vencidas.

546. Os officiaes e quaesquer outros individuos da tripolação, que, depois de matriculados, abandonarem a viagem antes de começada, ou se ausentarem antes de acabada, podem ser compellidos com prisão ao cumprimento do contracto, a repor o que se lhes houver pago adiantado, e a servir um mez sem receberem

soldada.

547. Se depois de matriculada a equipagem se rompe a viagem no porto da matricula, por facto do dono, capitão ou afretador, a todos os individuos da tripolação justos ao mez se abonará a soldada de um mez, além da que tiverem vencido: aos que estiverem contractados por viagem abonar-se-ha metade da soldada

ajustāda.

Se porém o rompimento da viagem tiver lugar depois da sahida do porto da matricula, os individuos justos ao mez tem direito a receber, não só pelo tempo vencido, mas tambem pelo que seria necessario para regressarem ao porto da sahida, ou para chegarem ao do destino, fazendo-se a conta por aquelle que se achar mais proximo: aos contractados por viagem redonda se pagará como se a viagem se achasse terminada.

Tanto os individuos da equipagem justos por viagem, como os justos por mez, tem direito a que se lhes pague a despeza da passagem do porto da despedida para aquelle onde ou para onde se ajustaram, que for mais proximo. Cessa esta obrigação sempre que os individuos da equipagem podem encontrar soldada no porto da despedida.

548. Rompendo-se a viagem por causa de força maior, a equipagem, se a embarcação se achar no porto do ajuste, só tem direito a exigir as soldadas

vencidas.

São causas de força maior: 1.° Declaração de guerra, ou interdicto de commercio entre o porto da sahida e o porto do destino da viagem; — 2.° Declaração de bloqueio do porto, ou peste declarada nelle existente; — 3.° Prohibição de admissão no mesmo porto dos generos carregados na embarcação; — 4.° Detenção ou embargo da embarcação (no caso de se não admittir fiança ou não ser possivel dal-a), que exceda ao tempo de noventa dias; — 5.° Innavegabilidade da embarcação acontecida por sinistro.

549. Se o rompimento da viagem por causa de força maior acontecer achandose a embarcação em algum porto de arribada, a equipagem contractada ao mez só tem direito a ser paga pelo tempo vencido desde a sahida do porto até o dia em que for despedida, e a equipagem justa por viagem não tem direito a soldada alguma

se a viagem se não conclue.

550. No caso de embargo ou detenção, os individuos da tripolação justos ao mez vencerão metade de suas soldadas durante o impedimento, não excedendo este de noventa dias: findo este prazo caduca o ajuste. Aquelles porém que forem justos por viagem redonda são obrigados a cumprir seus contractos até o fim da viagem.

Todavia, se o proprietario da embarcação vier a receber indemnisação pelo embargo ou detenção, será obrigado a pagar as soldadas por inteiro aos que forem

justos ao mez, e aos de viagem redonda na devida proporção.

551. Quando o proprietario, antes de começada a viagem, der á embarcação destino differente daquelle que tiver sido declarado no contracto, terá lugar novo ajuste; e os que se não ajustarem só terão direito a receber o vencido, ou a reter o que tiverem recebido adiantado.

of the master; on pain of losing one month's pay; — 3. Not to remove their effects from on board without the master's or chief officer's inspection; under the same penalty; — 4. To obey without contradiction the master and other officers in their respective capacities and to refrain from quarrels; under the penalties declared in Arts. 498 and 555; — 5. To assist the master in case of attack on the vessel, or any disaster occurring to the vessel or her cargo, whatever be the nature thereof; on pain of forfeiting the pay due; — 6. On the termination of a voyage, to dismantle the vessel, to conduct her to a safe anchorage or moor her whenever the master requires it; on pain of forfeiting the pay due; — 7. To make the necessary depositions for the verification of the oral enquiries or protests drawn up on board (Art. 505), receiving for the days of delay compensation in proportion to their pay: if they fail to perform this duty they shall have no right of action to demand the pay due.

546. Officers and any other members of a ship's company who, after being entered on the list of the crew, abandon the vessel before commencing the voyage, or desert before its termination, may be compelled by imprisonment to fulfil their contract, to return any payments made in advance, and to serve a month without

receiving any pay.

547. If, after the crew has been enrolled, the voyage should be cancelled at the port of enrolment through the action of the owner, master or charterer, all the members of the ship's company who have contracted by the month shall receive one month's pay, in addition to the pay due; those who have contracted

for the voyage shall receive one half of the pay agreed.

If, however, the cancellation of the voyage should take place after departure from the port of enrolment, those members who have contracted by the month are entitled to receive their pay, not only for the time that has elapsed, but also for the time necessary for returning to the port of departure or for arriving at their destination, the account being made for that which is the nearest: those engaged for the round voyage must be paid as though the voyage had terminated.

Members of the crew engaged for the voyage, as well as those engaged by the month, are entitled to the payment of their passage money from the port of dismissal to that in which or to which they agreed, whichever is nearer. This obligation ceases whenever the members of the crew can find employment in the port of dis-

548. Should the voyage be cancelled through vis major, the crew, if the vessel is in the port of engagement, are only entitled to demand the pay which has become

The following are causes of vis major: 1. Declaration of war or prohibition of commerce between the port of departure and the port of destination; — 2. Declaration of blockade of the port, or of the existence of pestilence therein; — 3. Prohibition to receive at the said port the goods borne by the vessel; — 4. Detention or arrest of the vessel (in case security is not allowed or it is impossible to give it), exceeding a period of ninety days; — 5. Any disaster to the vessel rendering her unseaworthy.

549. Should the cancellation of the voyage through vis major arise when the vessel has taken refuge in some port, a crew contracted by the month are only entitled to be paid for the time which has elapsed from the departure from port to the day of dismissal, and a crew contracted for a voyage are not entitled to any

pay if the voyage is not completed.

550. In case of arrest or detention, the members of a ship's company engaged by the month are entitled to half their pay during such arrest or detention, if it does not exceed ninety days: at the expiration of this period the agreement lapses. Those members, however, who are contracted for the round voyage are bound to fulfil their contracts up to the termination of the voyage.

Nevertheless, if the shipowner receives compensation for the arrest or detention, he is bound to pay the full earnings of those engaged by the month, and a proper proportion of those engaged for the round voyage.

551. When a shipowner, before commencing a voyage, alters the destination of the vessel from that declared in the contract to a different one, a new agreement must be made; and those of the ship's company who do not agree to the change are only entitled to receive the pay due, or to retain what may have been advanced to them.

552. Se depois da chegada da embarcação ao porto do seu destino, e ultimada a descarga, o capitão, em lugar de fazer o seu retorno, fretar ou carregar a embarcação para ir a outro destino, é livre aos individuos da tripolação ajustarem-se de novo ou retirarem-se, não havendo no contracto estipulação em contrario.

Todavia, se o capitão, fóra do Imperio, achar a bem navegar para outro porto livre, e nelle carregar ou descarregar, a tripolação não póde despedir-se, posto que a viagem se prolongue além do ajuste; recebendo os individuos justos por viagem um augmento de soldada na proporção da prolongação.

553. Sendo a tripolação justa a partes ou quinhão no frete, não será devida indemnisação alguma pelo rompimento, retardação ou prolongação da viagem causada por força maior: mas se o rompimento, retardação ou prolongação provier de facto dos carregadores, terá parte nas indemnisações que se concederem ao navio; fazendo-se a divisão entre os donos do navio e a gente da tripolação na mesma proporção em que o frete deveria ser dividido.

Se o rompimento, retardação ou prolongação provier de facto do capitão ou proprietario do navio, estes serão obrigados ás indemnisações proporcionaes respectivas.

Quando a viagem for mudada para porto mais visinho, ou abreviada por outra qualquer causa, os individuos da tripolação justos por viagem serão pagos por

inteiro.

554. Se alguem da tripolação depois de matriculado for despedido sem justa causa, terá direito de haver a soldada contractada por inteiro sendo redonda, e se for ao mez far-se-ha a conta pelo termo medio do tempo que costumar gastar-se nas viagens para o porto do ajuste. Em taes casos o capitão não tem direito para exigir do dono do navio as indemnisações que for obrigado a pagar; salvo tendo obrado com sua autorisação.

555. São causas ustas para a despedida: 1.º Perpetração de algum crime, ou desordem grave que perturbe a ordem da embarcação, reincidencia em insubordinação, falta de discip ina ou de cumprimento de deveres (art. 498); — 2.º Embriaguez habitual; — 3.º Ignorancia do mister para que o despedido se tiver ajustado; — 4.º Qualquer occurrencia que o inhabilite para desempenhar as suas obrigações, com excepção do caso prevenido no art. 560.

556. Os officiaes e gente da tripolação podem despedir-se, antes de começada a viagem, nos casos seguintes: 1.° Quando o capitão muda do destino ajustado (art. 551); — 2.° Se depois do ajuste o Imperio é envolvido em guerra maritima, ou ha noticias certas de peste no lugar do destino; — 3.° Se assoldadados para ir em comboio, este não tem lugar; — 4.° Morrendo o capitão, ou sendo despe-

dido.

557. Nenhum individuo da tripolação póde intentar litigio contra o navio ou capitão, antes de terminada a viagem; todavia, achando-se o navio em bom porto, os individuos mal tratados, ou a quem o capitão houver faltado com o devido sustento, poderão demandar a rescisão do contracto.

558. Sendo a embarcação aprezada, ou naufragando, a tripolação não tem direito ás soldadas vencidas na viagem do sinistro, nem o dono do navio a reclamar

as que tiver pago adiantadas.

559. Se a embarcação aprisionada se recuperar achando-se ainda a tripolação

a bordo, será esta paga de suas soldadas por inteiro.

Salvando-se do naufragio alguma parte do navio ou da carga, a tripolação terá direito a ser paga das soldadas vencidas na ultima viagem, com preferencia a outra qualquer divida anterior, até onde chegar o valor da parte do navio que se puder salvar; e não chegando esta, ou se nenhuma parte se tiver salvado, pelos fretes da carga salva.

Entende-se ultima viagem, o tempo decorrido desde que a embarcação principiou a receber o lastro ou carga que tiver a bordo na occasião do aprezamento,

ou naufragio.

Se a tripolação estiver justa a partes, será paga sómente pelos fretes dos salvados, e em devida proporção de rateio com o capitão.

552. If, after the arrival of the vessel at the port of destination, and after discharging, the master, instead of making a return voyage, should freight or load the vessel for another destination, the members of the ship's company are free to renew their contracts or leave, if there is no stipulation to the contrary in the contract.

Should the master, however, being away from the Empire, consider it advisable to sail for another free port, whereat to load or discharge, the crew may not leave, although the voyage is prolonged beyond that agreed upon; but those members who have contracted for the voyage shall receive an increase of pay in

proportion to the prolongation.

553. Should the members of the ship's company have contracted for a part or share in the freights, no compensation shall be due to them for the cancellation, delay or prolongation of the voyage caused by vis major: but if the cancellation, delay or prolongation should proceed from the action of the shippers, the former shall have a share in any compensation which may be granted to the vessel; and the division between the shipowners and the members of the ship's company shall be made in the same proportion as that in which the freight would have been divided.

Should the cancellation, delay or prolongation proceed from the action of the master or shipowner, they shall be liable for the respective proportionate

compensations.

When the voyage is altered for a nearer port, or shortened for any reason, the members of the ship's company engaged for the voyage shall receive their

pay in full.

554. Should any member of a ship's company, after having been enrolled, be dismissed without just cause, he is entitled to receive the total pay for which he contracted if it is a lump sum, and if he contracted by the month, his pay shall be calculated according to the average time generally occupied in voyages to the port of engagement. In such cases the master has no claim on the shipowner for the compensation he is bound to pay, unless he has acted with the authority of the shipowner.

555. The following are just causes for dismissal: 1. The perpetration of any crime, or serious disorder which disturbs the discipline of the vessel, repeated insubordination, want of discipline or failure to perform the duties required (Art. 498); -2. Habitual drunkenness; -3. Ignorance of the duty for which the member dismissed has contracted; — 4. Any occurrence which unfits a member for the dis-

charge of his duties, except as provided in Art. 560.

556. Officers and members of a ship's company may leave before the commencement of a voyage, in the following cases: 1. When the master changes the agreed destination (Art. 551); — 2. If after the agreement the Empire becomes involved in a maritime war, or if there is certain news of pestilence at the place of destination; — 3. If, having contracted to sail in convoy, this does not take place; — 4. In case of the death or dismissal of the master.

557. No member of a ship's company can bring an action against the vessel or master before the termination of the voyage; if, however, the ship is in a good port, those members who are badly treated, or to whom the captain has neglected

to supply proper rations, can demand the rescission of the contract.

558. In case of the capture or shipwreck of the vessel, the members of the ship's company are not entitled to the pay earned during the voyage, nor the shipowner to demand repayment of sums advanced.

559. If the captured vessel is retaken and the members of the ship's company

are still on board, they must be paid their whole earnings.

If any part of the vessel or cargo is salved, the members of the ship's company are entitled to be paid what is owing to them for the last voyage in preference to any previous debt, up to the value of the part of the vessel salved; should this not be sufficient, or if no part of the vessel is salved, then from the freights of the salved cargo.

By last voyage is understood the time which has elapsed since the vessel commenced to receive ballast or cargo which she had on board at the time of capture

or shipwreck.

Should the members of the ship's company have contracted for a share, they shall be paid only according to the freights of the salved goods, and in the proper proportion to that received by the master.

560. Não deixará de vencer a soldada ajustada, qualquer individuo da tripolação que adoecer durante a viagem em serviço do navio, e o curativo será por conta deste: se porém a doença for adquirida fóra do serviço do navio cessará o vencimento da soldada em quanto ella durar, e a despeza do curativo será por conta das soldadas vencidas; e se estas não chegarem, por seus bens ou pelas soldadas que possa vir a vencer.

561. Fallecendo algum individuo da tripolação durante a viagem, a despeza do seu enterro será paga por conta do navio: e seus herdeiros tem direito á soldada devida até o dia do fallecimento, estando justo ao mez; até o porto do destino se a morte acontecer em caminho para elle, sendo o ajuste por viagem; e á de ida e volta acontecendo em torna viagem, se o ajuste for por viagem redonda.

562. Qualquer que tenha sido o ajuste, o individuo da tripolação que for morto em defesa da embarcação, será considerado como vivo para todos os vencimentos e quaesquer interesses, que possam vir aos da sua classe, até que a mesma embarcação chegue ao porto do seu destino.

O mesmo beneficio gozará o que for aprisionado em acto de defesa da embar-

cação, se esta chegar a salvamento.

563. Acabada a viagem, a tripolação tem acção para exigir o seu pagamento dentro de tres dias depois de ultimada a descarga, com os juros da Lei no caso de móra (art. 449 n. 4).

Ajustando-se os officiaes e gente da tripolação para diversas viagens, poderão,

terminada cada viagem, exigir as soldadas vencidas.

564. Todos os individuos da equipagem tem hypotheca tacita no navio e fretes para serem pagos das soldadas vencidas na ultima viagem com preferencia a outras dividas menos privilegiadas; e em nenhum caso o réo será ouvido sem depositar a quantia pedida.

Entender-se-ha por equipagem ou tripolação para o dito effeito, e para todos os mais dispostos neste Titulo, o capitão, officiaes, marinheiros e todas as mais

pessoas empregadas no serviço de navio, menos os sobrecargas.

565. O navio e frete respondem para com os donos da carga pelos damnos que soffrerem por delictos, culpa ou omissão culposa do capitão ou gente da tripolação, perpetrados em serviço do navio; salvas as acções dos proprietarios da embarcação contra o capitão, e deste contra a gente da tripolação.

O salario do capitão e as soldadas da equipagem são hypotheca especial nestas acções.

Titulo VI. Dos fretamentos.

Capitulo VI. Da natureza e forma do contracto de fretamento, e das cartas partidas.

566. O contracto de fretamento de qualquer embarcação, quer seja na sua totalidade ou em parte, para uma ou mais viagens, quer seja á carga, colheita ou prancha, o que tem lugar quando o capitão recebe carga de quantos se apresentam, deve provar-se por escripto. No primeiro caso o instrumento, que se chama carta partida ou carta de fretamento, deve ser assignado pelo fretador e afretador, e por quaesquer outras pessoas que intervenham no contracto, do qual se dará a cada uma das partes um exemplar: e no segundo, o instrumento chama-se conhecimento, e basta ser assignado pelo capitão e o carregador. Entende-se por fretador o que

dá, e por afretador o que toma a embarcação a frete.

567. A carta partida deve enunciar: 1.º O nome do capitão e o do navio, o pórte deste, a nação a que pertence, e o porto do seu registro (art. 460); — 2.° O nome do fretador e o do afretador, e seus respectivos domicilios; se o fretamento for por conta de terceiro deverá tambem declarar-se o seu nome e domicilio; — 3.° A designação da viagem, se é redonda ou ao mez, para uma ou mais viagens, e se estas são de ida e volta ou sómente para ida ou volta, e finalmente se a embar cação se freta no todo ou em parte; — 4.° O genero e quantidade da carga que o navio deve receber, designada por toneladas, numeros, peso ou volumes, e por conta de quem a mesma será conduzida para bordo, e deste para terra; — 5.° O tempo da carga e descarga, portos de escala quando a haja, as estadias 560. A member of a ship's company who falls ill during the voyage in the vessel's service shall not cease to earn his agreed pay, and the expenses of his cure must be borne by the vessel; should, however, the illness be contracted outside the vessel's service, the pay shall cease as long as the illness lasts, and the expenses of his cure must be deducted from the pay due; and should these not suffice, from his property or from his future pay.

561. If any member of a ship's company dies during the voyage, the expenses of his burial must be borne by the vessel: and his heirs are entitled to the pay due up to the time of his death, if the agreement is by the month; and if his death occurs on the way to the port of destination, then up to that port, if the agreement is for the voyage; and if his death occurs on a return voyage, to the time of return

if the agreement is made for the round voyage.

562. Whatever the agreement may have been, a member of a ship's company who is killed in defence of the vessel shall be considered alive for the purpose of earning pay and any benefits which may accrue to those of his class, up to the time of the vessel's arrival at the port of destination.

A member captured in the defence of his vessel, if she is saved, shall enjoy

the same benefit.

563. A ship's company, on the termination of the voyage, can bring an action demanding payment within three days after the unloading is finished, with the legal interest in case of delay (Art. 449, No. 4).

If the officers and members of a ship's company have agreed for several voyages,

they can, on the termination of each voyage, demand the pay due.

564. All the members of a ship's company have an implied lien on the ship and freights for the pay earned during the last voyage, with preference over debts less privileged; and in no case can a defendant be heard without having paid into court the amount claimed.

It must be understood for all the effects and purposes of this Title, that the expression "crew" or "members of a ship's company", includes the master, officers, seamen and all other persons employed in the service of the vessel, with the excep-

tion of the supercargoes.

565. The owners of the cargo have a claim on the vessel and freights for any losses suffered through the crimes, *culpa* or culpable omission of the master or members of the ship's company, which have occurred while serving on the vessel; without prejudice to the rights of the shipowners against the master, and of the latter against the members of the ship's company.

The pay of the master and of the crew form a special lien in these actions.

Title VI. Affreightment.

Chapter I. The nature and form of the contract of affreightment, and of charter-parties.

566. A contract of affreightment of any vessel, whether in whole or in part, for one or more voyages, and whether for a determined or general cargo, which takes place when the master receives cargo from as many as bring it, must be proved by writing. In the first case the instrument, which is called a charter-party or charter of affreightment, must be signed by the shipowner and charterer, and by any other persons who enter into the contract, of which a copy must be given to each of the parties: and in the second case the instrument is called a bill of lading, and it is sufficient if signed by the master and shipper. By shipowner is understood the person who gives, and by charterer the person who takes the vessel on hire.

567. A charter-party must state: 1. The name of the master and of the vessel, her tonnage, the nation to which she belongs, and her port of register (Art. 460); —2. The name of the shipowner and of the charterer, and their respective addresses; if the affreightment is on account of a third person, his name and address must also be stated; —3. A description of the voyage, whether a round voyage or by the month, for one or more voyages, and if these are outward and inward or only outward or inward, and finally, if the vessel is chartered in whole or in part; —4. The nature and quantity of the cargo which the vessel has to receive, stated in tons, quantities, weight or parcels, and for whose account it will be brought on board, and thence landed; —5. The time allowed for loading and discharging (lay

e sobr' estadias, e a forma, por que estas se hão de vencer e contar; — 6.° O preço do frete, quanto ha de pagar-se de primagem ou gratificação, e de estadias e sobr' estadias, e a fórma, tempo e lugar do pagamento; — 7.° Se ha lugares reservados no navio, além dos necessarios para uso e acommodação do pessoal e material do serviço da embarcação; — 8.° Todas as mais estipulações em que as partes se accordarem.

568. As cartas de fretamento devem ser lançadas no Registro do Commercio, dentro de quinze dias a contar da sahida da embarcação nos lugares da residencia dos Tribunaes do Commercio, e nos outros, dentro do prazo que estes designarem

(art. 31).

569. A carta de fretamento, valerá como înstrumento publico tendo sido feita por intervenção e com assignatura de algum corrector de navios, ou na falta de corrector por tabellião que porte por fé ter sido passada na sua presença e de duas testemunhas com elle assignadas. A carta de fretamento que não for authenticada por alguma das duas referidas fórmas, obrigará as proprias partes mas não dará direito contra terceiro.

As cartas de fretamento assignadas pelo capitão valem, ainda que este tenha excedido as faculdades das suas instrucções; salvo o direito dos donos do navio por

perdas e damnos contra elle, pelos abusos que commetter.

570. Fretando-se o navio por inteiro, entende-se que fica sómente reservada a camara do capitão, os agazalhados da equipagem, e as accommodações necessarias

para o material da embarcação.

571. Dissolve-se o contracto de fretamento sem que haja lugar exigencia alguma de parte a parte: 1.° Se a sahida da embarcação for impedida, antes da partida, por força maior sem limitação de tempo; — 2.° Sobrevindo, antes de principiada a viagem, declaração de guerra, ou interdicto de commercio com o paiz para onde a embarcação é destinada, em consequencia do qual o navio e a carga conjunctamente não sejam consideradas como propriedade neutra; — 3.° Prohibição de exportação de todas ou da maior parte das fazendas comprehendidas na carta de fretamento do lugar donde a embarcação deva partir, ou de importação no do seu destino; — 4.° Declaração de bloqueio do porto da carga ou do seu destino, antes da partida do navio.

Em todos os referidos casos as despezas da descarga serão por conta do afre-

tador ou carregadores.

572. Se o interdicto de commercio com o porto do destino do navio acontece durante a sua viagem, e se por este motivo o navio é obrigado a voltar com a carga, deve-se sómente o frete pela ida, ainda que o navio tivesse sido fretado por ida

e por volta.

- 573. Achando-se um navio fretado em lastro para outro porto onde deva carregar, dissolve-se o contracto, se chegados a esse porto sobrevier algum dos impedimentos designados nos arts. 571 e 572, sem que possa ter lugar indemnização alguma por nenhuma das partes, quer o impedimento venha só do navio, quer do navio e carga. Se porém o impedimento nascer da carga e não do navio, o afretador será obrigado a pagar metade do frete ajustado.
- 574. Poderá igualmente rescindir-se o contracto de fretamento a requerimento do afretador, se o capitão lhe tiver occultado a verdadeira bandeira da embarcação; ficando este pessoalmente responsavel ao mesmo afretador por todas as despezas da carga e descarga, e por perdas e damnos, se o valor do navio não chegar para satisfazer o prejuizo.

Capitulo II. Dos conhecimentos.

575. O conhecimento deve ser datado, e declarar: 1.° O nome do capitão, o do carregador e consignatario, (podendo omittir-se o nome deste, se fôr á ordem) e o nome e pórte do navio; — 2.° A qualidade e a quantidade dos objectos da carga, suas marcas e numeros, annotados á margem; — 3.° O logar da partida e o do destino, com declaração das escalas, havendo-as; — 4.° O preço do frete e primagem, se esta for estipulada, e o lugar e fórma do pagamento; — 5.° A assignatura do capitão (art. 577), e a do carregador.

days), ports of call when there are any, the days and extra days on demurrage, and the manner in which they have to be reckoned; — 6. The freight to be paid, how much for primage or as gratuity, and for days and extra days on demurrage, and the manner, time and place of payment; — 7. If there are places reserved on the vessel, besides those necessary for the use and accommodation of the ship's company and material for the service of the vessel; — 8. All other stipulations to

which the parties have agreed.

568. Charter-parties must be entered in the Commercial Registry within fifteen days reckoned from the sailing of the vessel, in places where Commercial Tribunals

exist, and in others, within the periods which they establish (Art. 31).

569. A charter-party is valid as a notarial instrument, if made through the intervention of and signed by a shipbroker, and in default of a broker, by a notary who certifies that it has been executed in his presence and in that of two witnesses who have signed with him. A charter-party which has not been authenticated in one of the two said forms, is binding on the parties themselves but gives no right of action against a third person.

Charter-parties signed by the master are valid, although he may have exceeded the powers of his instructions; without prejudice to the right of the owners of the vessel against him for loss or damage resulting from the abuses committed

by him.

570. If a vessel is chartered as a whole, it is understood that only the captain's cabin, the quarters of the crew, and the places necessary for keeping the material

of the vessel, are reserved.

571. A charter-party may be dissolved without either party having a claim against the other: 1. If the departure of the vessel is prevented before her sailing by vis major without limitation of time; — 2. If, before the voyage has commenced, there should be a declaration of war, or prohibition of commerce with the country for which the vessel is destined, in consequence of which the vessel and cargo together are not considered as neutral property; — 3. Prohibition of export of all or the greater part of the goods included in the charter-party from the place whence the vessel should sail, or of importation thereof to the place of her destination; — 4. Declaration of blockade of the port of loading or of her destination, before the sailing of the vessel.

In all the before mentioned cases the expenses of discharge shall be borne

by the charterer or shippers.

572. If prohibition of commerce with the port of destination of the vessel occurs during the voyage, and if on this account the vessel has to return with her cargo, only the outward freight is payable, although the vessel may have been chartered for outward and inward voyages.

573. If a vessel is chartered in ballast for another port where she has to load, the contract is dissolved, if on arrival at the said port any of the obstacles stated in Arts. 571 and 572 should arise, and none of the parties have a right to any compensation, whether the obstacle arises only on account of the vessel, or of the vessel and cargo. Should, however, the obstacle arise on account of the cargo and not of the vessel, the charterer shall be liable for half the freight agreed.

574. A charter-party may likewise be rescinded on the application of the charterer, if the master has concealed the proper flag under which the vessel sails; and the latter is personally responsible to the charterer for all the expenses of loading and discharging, and for all loss and damage, if the value of the vessel

is not sufficient to satisfy the loss suffered.

Chapter II. Bills of lading.

575. A bill of lading must be dated, and contain: 1. The name of the master, that of the shipper and consignee (the name of the latter may be omitted, if the bill of lading is to order) and the name and tonnage of the vessel; — 2. The kind and quantity of the goods, their marks and numbers, noted in the margin; - 3. The place of loading and that of destination, stating the places of call, if any; — 4. The amount of the freight and primage, if any has been agreed upon, and the place and manner of payment; - 5. The signature of the master (Art. 577), and that of the shipper.

576. Sendo a carga tomada em virtude de carta de fretamento, o portador do conhecimento não fica responsavel por alguma condição ou obrigação especial contida na mesma carta, se o conhecimento não tiver a clausula — segundo a carta de fretamento.

577. O capitão é obrigado a assignar todas as vias de um mesmo conhecimento que o carregador exigir, devendo ser todas do mesmo teor e da mesma data, e conter o numero da via. Uma via ficará em poder do capitão; as outras pertencem ao

carregador.

Se o capitão for ao mesmo tempo o carregador, os conhecimentos respectivos serão assignados por duas pessoas da tripolação a elle immediatas no commando do navio, e uma via será depositada nas mãos do armador ou do consignatario.

578. Os conhecimentos serão assignados e entregues dentro de vinte e quatro horas, depois de ultimada a carga, em resgate dos recibos provisorios; pena de serem responsaveis por todos os damnos que resultarem do retardamento da viagem, tanto o capitão como os carregadores que houverem sido remissos na entrega dos mesmos conhecimentos.

579. Seja qual for a natureza do conhecimento, não poderá o carregador variar a consignação por via de novos conhecimentos, sem que faça prévia entrega

ao capitão de todas as vias que este houver assignado.

O capitão que assignar novos conhecimentos sem ter recolhido todas as vias do primeiro, ficará responsavel aos portadores legitimos que se apresentarem com alguma das mesmas vias.

580. Allegando-se extravio dos primeiros conhecimentos, o capitão não será obrigado a assignar segundos, sem que o carregador preste fiança á sua satisfação

pelo valor da carga nelles declarada.

581. Fallecendo o capitão da embarcação antes de fazer-se á vela, ou deixando de exercer o seu officio, os carregadores teem direito para exigir do successor que revalide com a sua assignatura os conhecimentos por aquelle assignados, conferindose a carga com os mesmos conhecimentos; o capitão que os assignar sem esta conferencia, responderá pelas faltas; salvo se os carregadores convierem que elle declare nos conhecimentos que não conferiu a carga.

No caso de morte do capitão ou de ter sido despedido sem justa causa, serão pagas pelo dono do navio as despezas da conferencia; mas se a despedida provier

de facto do capitão, serão por conta deste.

582. Se as fazendas carregadas não tiverem sido entregues por numero, peso ou medida, ou no caso de haver duvida na contagem, o capitão póde declarar nos conhecimentos, que o mesmo numero, peso ou medida lhe são desconhecidos; mas se o carregador não convier nesta declaração, deverá proceder-se á nova contagem, correndo a despeza por conta de quem a tiver occasionado.

Convindo o carregador na sobredita declaração, o capitão ficará sómente obrigado a entregar no porto da descarga os effeitos que se acham dentro da embarcação pertencentes ao mesmo carregador, sem que este tenha direito para exigir mais carga; salvo se provar que houve desvio da parte do capitão ou da tripolação.

- 583. Constando ao capitão que ha diversos portadores das differentes vias de um conhecimento das mesmas fazendas, ou tendo-se feito sequestro, arresto ou penhora nelles, é obrigado a pedir deposito judicial, por conta de quem pertencer.
- 584. Nenhuma penhora ou embargo de terceiro, que não for portador de alguma das vias de conhecimento, póde, fóra do caso de reivindicação, segundo as disposições deste Codigo (art. 874 n. 2)1), privar o portador do mesmo conhecimento da faculdade de requerer o deposito ou venda judicial das fazendas no caso sobredito; salvo o direito do exequente ou de terceiro oppoente sobre o preço da venda.
- 585. O capitão póde requerer o deposito judicial todas as vezes que os portadores de conhecimentos se não apresentarem para receber a carga immediatamente que elle der principio á descarga, e nos casos em que o consignatario esteja ausente ou seja fallecido.

¹⁾ Actualmente nas leis da fallencia.

576. If the cargo is taken in virtue of a charter-party, the holder of the bill of lading is not responsible for any special condition or obligation contained in such charter-party, unless the bill of lading contains the clause "according to the charter-party".

577. A master is bound to sign as many copies of a bill of lading as the shipper requires, and they must all be of the same tenor and date, and state the numbers of the copies. One copy shall remain in the possession of the master; the others

belong to the shipper.

If a master is at the same time a shipper, the bills of lading must be signed by the two members of the ship's company who immediately follow him in the command of the vessel, and one copy must be deposited with the managing owner

or consignee.

578. Bills of lading must be signed and delivered within twenty-four hours after the loading is completed, in exchange for the provisional receipts; on pain of both the master and the shippers who have been remiss in the delivery of the said bills of lading, being liable for all losses resulting from the voyage being delayed.

579. Whatever be the nature of the bill of lading, a shipper cannot alter the consignation by means of new bills of lading, without having previously delivered to the master all the copies which the latter has signed.

A master who signs new bills of lading without having collected all the copies of the first, is liable to the lawful holders who appear with any of the said copies.

580. If loss of the first bills of lading is alleged, a master is not bound to sign others, unless the shipper gives security satisfactory to the master for the value

of the cargo declared in them.

581. Should the master of a vessel die before sailing, or should he cease to exercise his command, the shippers are entitled to demand that his successor shall confirm with his signature the bills of lading signed by the former, and check the cargo with the said bills of lading; a master who signs them without such checking is liable for any shortage; unless the shippers agree that he should declare in the

bills of lading that he has not checked the cargo.

In case of the death of a master or of his dismissal without just cause, the expenses of the checking must be borne by the shipowner; but if the dismissal arises from the wrongful action of the master, the latter is liable for such expenses.

582. If the goods loaded have not been delivered by number, weight or measure, or in the case of there being any doubt in the counting, a master may declare in the bills of lading that the number, weight or measure is unknown to him; but should the shipper not agree to such declaration, a fresh counting must be made, the expenses of which are to be borne by whomsoever has occasioned them.

If the shipper agrees to the said declaration, the master is only bound to deliver at the port of discharge the goods belonging to the said shipper which are on board the vessel, and the latter cannot claim more cargo, unless it is proved that there

was abstraction on the part of the master or crew.

583. If it appears to the master that there are various holders of different copies of a bill of lading of the same goods, or if a sequestration, arrest or seizure of them has been made, he is bound to apply for a judicial deposit for the account

of the person to whom they belong.

584. No seizure or arrest by a third person who is not the holder of one of the copies of the bill of lading can, except in the case of reclamation according to the provisions of this Code (Art. 874, No. 2)1), deprive the holder of the bill of lading of the right to apply for the judicial deposit or sale of the goods in the case aforesaid; without prejudice to the right of the execution creditor or of a third party over the proceeds of the sale.

585. A master can apply for judicial deposit whenever the holders of the bills of lading do not appear to receive the cargo immediately it begins to be dis-

charged, and in cases where the consignee is either absent or dead.

¹⁾ This article was included in the old Bankruptcy Laws, which have been repealed and replaced by the new Law No. 2024 of the 17th of December 1908; the reference should now be to Title IX. Art. 138 of the new Law.

- 586. O conhecimento concebido nos termos enunciados no art. 575 faz inteira drova entre todas as partes interessadas na carga e frete, e entre ellas e os segurapores; ficando salva a estes e aos donos do navio a prova em contrario.
- 587. O conhecimento feito em fórma regular (art. 575) tem força e é accionavel como escriptura publica.

Sendo passado á ordem é transferivel e negociavel por via de endosso.

588. Contra os conhecimentos só póde oppor-se falsidade, quitação, embargo, arresto ou penhora e deposito judicial, ou perdimento dos effeitos carregados por

causa justificada.

589. Nenhuma acção entre o capitão e os carregadores ou seguradores será admissivel em juizo, se não for logo acompanhada do conhecimento original. A falta deste não póde ser supprida pelos recibos provisorios da carga; salvo provando-se que o carregador fez dilligencia para obtel-o, e que, fazendo-se o navio á vela sem o capitão o haver passado, interpoz competente protesto dentro dos primeiros tres dias uteis, contados da sahida do navio, com intimação do armador, consignatario ou outro qualquer interessado, e na falta destes por editaes; ou sendo a questão de seguros sobre sinistro acontecido no porto da carga, se provar que o mesmo sinistro aconteceu antes do conhecimento poder ser assignado.

Capitulo III. Dos direitos e obrigações do fretador e afretador.

590. O fretador é obrigado a ter o navio lestes para receber a carga, e o afretador a effectual-a no tempo marcado no contracto.

- 591. Não se tendo determinado na carta de fretamento o tempo em que deve começar a carregar-se, entende-se que principia a correr desde o dia em que o capitão declarar que está prompto para receber a carga; se o tempo que deve durar a carga e a descarga não estiver fixado, ou quanto se ha de pagar de primagem e estadias e sobr'estadias, e o tempo e modo do pagamento, será tudo regulado pelo uso do porto onde uma ou outra deva effeituar-se.
- 592. Vencido o prazo, e o das estadias e sobr'estadias que se tiverem ajustado, e, na falta de ajuste, as do uso no porto da carga, sem que o afretador tenha carrogado effeitos alguns, terá o capitão a escolha, ou de resilir do contracto e exige, do afretador metade do frete ajustado e primagem com estadias e sobr'estadiair ou de emprehender a viagem sem carga, e finda ella exigir delle o frete por inteirs, e primagem, com as avarias que forem devidas, estadias e sobr'estadias.
- 593. Quando o afretador carrega só parte da carga no tempo aprazado, o capitão, vencido o tempo das estadias e sobr'estadias, tem direito, ou de proceder a descarga por conta do mesmo afretador e pedir meio frete, ou de emprehender a viagem com a parte da carga que tiver a bordo, para haver o frete por inteiro no porto do seu destino, com as mais despezas declaradas no artigo antecedente.

594. Renunciando o afretador ao contracto antes de começarem a correr os dias supplementares da carga, será obrigado a pagar metade do frete e primagem.

- 595. Sendo o navio fretado por inteiro, o afretador póde obrigar o fretador a que faça sahir o navio logo que tiver mettido a bordo carga sufficiente, para pagamento do frete e primagem, estadias e sobr'estadias, ou prestado fiança ao pagamento. O capitão neste caso não póde tomar carga de terceiro sem consentimento por escripto do afretador, nem recusar-se á sahida; salvo por falta de promptificação do navio, que, segundo as clausulas do fretamento, não possa ser imputavel ao fretador.
- 596. Tendo o fretador direito de fazer sahir o navio sem carga ou só com parte della (arts. 592 e 593), poderá, para segurança do frete e de outras indemnisações a que haja lugar, completar a carga por outros carregadores, independente de consentimento do afretador; mas o beneficio do novo frete pertencerá a este.
- 597. Se o fretador houver declarado na carta-partida maior capacidade daquella que o navio na realidade tiver, não excedendo da decima parte, o afretador terá opção para annullar o contracto, ou exigir correspondente abatimento no frete,

586. A bill of lading made out in the form prescribed in Art. 575 constitutes full proof between all the parties interested in the cargo and freight, and between them and the insurers; without prejudice to any contrary proof adduced by the latter or by the owners of the vessel.

587. Å bill of lading made out in proper form (Art. 575) constitutes full proof

and has the force of and is actionable as a notarial instrument.

When it is to order it is transferable and negotiable by means of endorsement. 588. The only defences which can be set up against a bill of lading are fraud, quittance, restraint, arrest or seizure and judicial deposit, or loss of the goods carried

arising from a justifiable cause.

589. No action at law between the master and shippers or insurers shall be allowed, unless it is accompanied by the original bill of lading. The want of this cannot be supplied by the provisional receipts for the cargo, unless it is proved that the shipper endeavoured to obtain a bill of lading, and that, the vessel having sailed without the master having signed it, a proper protest was lodged within the first three working days, counting from the departure of the vessel, with notice to the managing owner, consignee or other interested party, and failing these by public announcements; or being a question of insurance relating to a casualty which has happened in the port of loading, it is proved that the said casualty happened before the bill of lading could have been signed.

Chapter III. Rights and obligations of the shipowner and freighter.

590. A shipowner is bound to have his vessel ready to receive cargo and a

freighter to load it in the time fixed by the contract.

591. If the time when loading ought to commence is not stated in the charter-party, it is understood to commence on the day on which the master declares that he is ready to receive the cargo; if the time during which the loading and discharge ought to last (lay days), or the amount to be paid for primage, days on demurrage and extra days on demurrage, and the time and manner of payment, have not been fixed, they must all be regulated by the custom of the port where either the one or the other has to take place.

592. When the time stipulated has elapsed, also that of the days and extra days on demurrage, and, in default of stipulation, those customary in the port of loading, without the charterer having loaded any goods, the master has the option of either rescinding the contract and demanding from the charterer half the agreed freight, primage and demurrage, or of sailing without cargo, and at the end of his voyage demanding from him the whole freight and primage, with the average and

demurrage owing.

593. When a charterer loads only part of the cargo in the time stipulated, the master, when the period of the days and extra days on demurrage has elapsed, has the right to proceed to discharge for account of the said charterer and to demand half the freight, or to sail with the part of the cargo which he has on board, and to receive the whole freight at the port of destination, with the other expenses stated in the preceding Article.

594. If the charterer abandons the contract before the supplementary lay

days commence to run, he is liable for half the freight and primage.

595. Should the vessel be chartered as a whole, the charterer can oblige the shipowner to cause the vessel to sail as soon as he has placed cargo on board sufficient to pay the freight, primage, and demurrage, or has given security for the payment thereof. In such a case the master may not receive cargo from a third person without the written consent of the charterer, nor may he refuse to sail unless on account of the unreadiness of the vessel, for which, according to the terms of the charter-party, the shipowner cannot be made responsible.

596. When the shipowner has a right to cause the vessel to sail without cargo or with only a part of it (Arts. 592 and 593), he may, in order to secure the freight and any other compensations there may be, complete the cargo by taking in that of other shippers without the consent of the charterer; but any benefit derived

from the new freight belongs to the charterer.

597. If the shipowner has stated in the charter-party a greater capacity than the vessel in reality has, not exceeding the tenth part, the charterer has the option of either cancelling the contract or demanding a corresponding abatement in the

com indemnisação de perdas e damnos; salvo se a declaração estiver conforme á

lotação do navio.

598. O fretador póde fazer descarregar á custa do afretador os effeitos que este introduzir no navio além da carga ajustada na carta de fretamento; salvo prestando-se aquelle a pagar o frete correspondente, se o navio os poder receber.

599. Os carregadores ou afretadores respondem pelos damnos que resultarem, se, sem sciencia e consentimento do capitão, introduzirem no navio fazendas, cuja sahida ou entrada for prohibida, e de qualquer outro facto illicito que praticarem ao tempo da carga ou descarga; e, ainda que as fazendas sejam confiscadas, serão

obrigados a pagar o frete e primagem por inteiro e a avaria grossa.

600. Provando-se que o capitão consentiu na introducção das fazendas prohibidas, ou que chegando ao seu conhecimento em tempo as não fez descarregar, ou sendo informado depois da viagem começada as não denunciara no acto da primeira visita da alfandega que receber a bordo do porto do seu destino, ficará solidariamente obrigado para com todos os interessados por perdas e damnos que resultarem ao navio ou á carga, e sem acção para haver o frete, nem indemnisação alguma do carregador, ainda que esta se tenha estipulado.

601. Estando o navio a frete de carga geral, não póde o capitão, depois que tiver recebido alguma parte da carga, recusar-se a receber a mais que se lhe offerecer por frete igual, não achando outro mais vantajoso; pena de poder ser compellido pelos carregadores dos effeitos recebidos a que se faça á vela com o primeiro vento favoravel, e de pagar as perdas e damnos que da demora resultarem.

602. Se o capitão, quando tomar frete á colheita ou á prancha, fixar o tempo

602. Se o capitão, quando tomar frete á colheita ou á prancha, fixar o tempo durante o qual a embarcação estará á carga, findo o tempo marcado, será obrigado a partir com o primeiro vento favoravel; pena de responder pelas perdas e damnos que resultarem do retardamento da viagem; salvo convindo na demora a maioria

dos carregadores em relação ao valor do frete.

603. Não tendo o capitão fixado o tempo da partida, é obrigado a sahir com o primeiro vento favoravel depois que tiver recebido mais de dous terços da carga correspondente á lotação do navio, se assim o exigir a maioria dos carregadores em relação ao valor do frete, sem que nenhum dos outros possa retirar as fazendas

que tiver a bordo.

604. Se o capitão, no caso do artigo antecedente, não puder obter mais de dois terços da carga dentro de um mez depois que houver posto o navio a frete geral, poderá subrogar outra embarcação para transporte da carga que tiver a bordo, com tanto que seja igualmente apta para fazer a viagem, pagando a despeza da baldeação da carga, e o augmento de frete e do premio do seguro; será, porém, licito aos carregadores retirar de bordo as suas fazendas, sem pagar frete, sendo por conta delles a despeza de desarrumação e descarga, restituindo os recibos provisorios ou conhecimentos, e dando fiança pelos que tiverem remettido. Se o capitão não puder achar navio, e os carregadores não quizerem descarregar, será obrigado a sahir sessenta dias depois que houver posto o navio á carga, com a que tiver a bordo.

605. Não tendo a embarcação capacidade para receber toda a carga contractada com diversos carregadores ou afretadores, terá preferencia a que se achar a bordo, e depois a que tiver prioridade na data dos contractos; e se estes forem todos da mesma data, haverá lugar a rateio, ficando o capitão responsavel pela indemnisação

dos damnos causados.

606. Fretando-se a embarcação para ir receber carga em outro porto, logo que lá chegar, deverá o capitão apresentar-se sem demora ao consignatario, exigindo delle que lhe declare por escripto na carta de fretamento o dia, mez e anno da sua apresentação; pena de não principiar a correr o tempo do fretamento antes da sua

apresentação.

Recusando o consignatario fazer na carta de fretamento a declaração requerida, deverá protestar e fazer-lhe intimar o protesto, e avisar o afretador. Se passado o tempo devido para a carga, e o da demora ou de estadias e sobr'estadias, o consignatario não tiver carregado o navio, o capitão, fazendo-o previamente intimar por via de novo protesto para effectuar a entrega da carga dentro do tempo ajustado, e não cumprindo elle, nem tendo recebido ordens do afretador, fará diligencia para contractar carga por conta deste para o porto do seu destino; e com carga ou sem

freight, with compensation for loss or damage; unless such statement is accord-

ing to the displacement of the vessel.

598. A shipowner may cause to be discharged at the cost of the charterer any goods introduced on board by the latter which are not included in the charterparty; unless the charterer offers to pay the corresponding freight, where the vessel can receive such goods.

599. Shippers or charterers are liable for the losses which result, if, without the knowledge and consent of the master, they introduce on board goods the exit or entry of which is prohibited, or for any other illegal act which they practise at the time of loading or discharge; and, although the goods may be confiscated, they are bound to pay the whole of the freight, primage and general average.

- 600. If it is proved that the master consented to the introduction of the prohibited goods, or that, becoming acquainted in time, he did not cause them to be discharged, or becoming acquainted after commencing the voyage, he did not declare their character at the first visit of the customs to the vessel at the port of destination, he is liable to all the persons interested for the loss or damage which may result to the vessel or cargo, and has no right of action for recovery of the freight, or for indemnity from the shipper, even if such indemnity has been stipulated for.
- 601. If the vessel is freighted with general cargo, the master cannot, after having received any part of the cargo, refuse to receive any other which may be offered at equal freight, if there is no other more advantageous; on pain of being compelled by the shippers of the goods received to sail with the first favourable wind, and to pay any loss or damage resulting from the delay.

602. If a master, when taking in general cargo, should fix the time during which the vessel may be loading, he is bound, at the expiration of the stated time, to leave with the first favourable wind, on pain of being liable for the loss and damage resulting from the delay in the voyage, unless the majority of the shippers reckoned

by the value of the freight acquiesce in the delay.

603. If the master has not fixed the time of sailing, he is bound to sail with the first favourable wind after having received more than two-thirds of the cargo corresponding to the tonnage of the vessel, if so requested by the majority of the shippers reckoned by the value of the freight, and none of the others may dis-

charge the goods they have on board.

604. If the master, in the case of the preceding Article, cannot obtain more than two-thirds of the cargo within a month after the vessel was available for general cargo, he may substitute another vessel to carry the cargo he has on board, provided that she is equally suitable to undertake the voyage, but paying the expense of transhipment, the increase of freight and of the premium of insurance; the shippers, however, may take their goods from on board without paying freight, but bearing the expense of unstowing and discharge, on restoring the provisional receipts or bills of lading, and giving security for those they may have remitted. If the master cannot find another vessel, and the shippers do not wish to unload, he is bound to sail with the cargo he has on board, sixty days after the vessel was open to receive it.

605. If the vessel has not sufficient capacity to receive all the cargo contracted for with different shippers or freighters, the cargo on board shall have the preference, and the remainder shall have priority according to the dates of the contracts; but should the latter be all of the same date, they shall be taken *pro rata*, and the master

shall be liable for the losses which ensue.

606. When a vessel is chartered to receive cargo in another port, the master must present himself to the consignee without delay immediately on arrival, and demand from him a declaration in writing on the charter-party of the day, month and year of his presenting himself; on pain of the period of affreightment not com-

mencing to run before the date of such presentation.

Should the consignee refuse to make on the charter-party the declaration demanded, the master shall protest and cause intimation to be made to the consignee of such protest, and also notify the charterer. If at the expiration of the time during which he has to receive the cargo (lay days), and of the demurrage and extra demurrage days, the consignee has not loaded the ship, the master, after having previously notified him by means of a fresh protest to deliver the cargo within the time stipulated, if he has not attended to it or has not received orders from the

ella seguirá para elle, onde o afretador será obrigado a pagar-lhe o frete por inteiro com as demoras vencidas, fazendo encontro dos fretes da carga tomada por sua conta, se alguma houver tomado (art. 596).

- 607. Sendo um navio embargado na partida, em viagem, ou no lugar da descarga, por facto ou negligencia do afretador ou de algum dos carregadores, ficará o culpado obrigado, para com o fretador ou capitão e os mais carregadores, pelas derdas e damnos que o navio ou as fazendas vierem a soffrer provenientes desse facto.
- 608. O capitão é responsavel ao dono do navio e ao afretador e carregadores por perdas e damnos, se por culpa sua o navio for embargado ou retardado na partida, durante a viagem, ou no lugar do seu destino.
- 609. Se antes de começada a viagem ou no curso della, a sahida da embarcação for impedida temporariamente por embargo ou força maior, subsistirá o contracto, sem haver lugar a indemnisações de perdas e damnos pelo retardamento.

O carregador neste caso poderá descarregar os seus effeitos durante a demora, pagando a despeza e prestando fiança de os tornar a carregar logo que cesse o impedimento, ou de pagar o frete por inteiro e estadias e sobr'estadias, não os reembarcando.

610. Se o navio não puder entrar no porto do seu destino por declaração de guerra, interdicto de commercio, ou bloqueio, o capitão é obrigado a seguir immediatamente para aquelle que tenha sido prevenido na sua carta de ordens. Não se achando prevenido, procurará o porto mais proximo que não estiver impedido; e dahi fará os avisos competentes ao fretador e afretadores, cujas ordens deve esperar por tanto tempo quanto seja necessario para receber a resposta. Não recebendo esta, o capitão deve voltar para o porto da sahida com a carga.

611. Sendo arrestado um navio no curso da viagem por ordem de uma Potencia, nenhum frete será devido pelo tempo da detenção, sendo fretado ao mez, nem

augmento de frete se for por viagem.

Quando o navio for fretado para dous ou mais portos, e acontecer que em um delles se saiba ter sido declarada guerra contra a Potencia a que pertence o navio ou a carga, o capitão, se nem esta nem aquelle forem livres, quando não possa partir em comboio ou por algum outro modo seguro, deverá ficar no porto da noticia até receber ordens do dono do navio ou do afretador.

Se só o navio não for livre, o fretador póde resilir do contracto, com direito ao frete vencido, estadias e sobr'estadias e avaria grossa, pagando as despezas da descarga. Se pelo contrario só a carga não for livre, o afretador tem direito para rescindir o contracto, pagando a despeza da descarga, e o capitão procederá na conformidade dos arts. 592 e 596.

612. Sendo o navio obrigado a voltar ao porto da sahida, ou a arribar a outro qualquer por perigo de piratas ou de inimigos, podem os carregadores ou consignatarios convir na sua total descarga, pagando as despezas desta, e o frete da ida por inteiro, e prestando a fiança determinada no art. 609.

Se o fretamento for ao mez, o frete é devido sómente pelo tempo que o navio

tiver sido empregado.

- 613. Se o capitão for obrigado a concertar a embarcação durante a viagem, o afretador, carregadores, ou consignatarios, não querendo esperar pelo concerto, podem retirar as suas fazendas pagando todo o frete, estadias e sobr'estadias e avaria grossa, havendo-a, as despezas da descarga e desarrumação.
- 614. Não admittindo o navio concerto, o capitão é obrigado a fretar por sua conta, e sem poder exigir augmento algum de frete, uma ou mais embarcações para transportar a carga ao lugar do destino.

Se o capitão não puder fretar outro ou outros navios dentro de sessenta dias depois que o navio for julgado innavegavel, e quando o concerto for impraticavel. deverá requerer deposito judicial da carga e interpor os competentes protestos para sua resalva; neste caso o contracto ficará resciso, e sómente se deverá o frete vencido. Se porem, os afretadores ou carregadores provarem que o navio condemnado por incapaz estava innavegavel quando se fez á vela, não serão obrigados a frete algum charterer, shall take steps to obtain freight for account of the charterer for the port of destination; and either with or without cargo shall proceed to it, where the charterer is bound to pay the master the whole freight and demurrage owing, after deducting the freights received on his account, should he have received any (Art. 596).

607. Should a vessel be arrested on sailing, during the voyage, or at the place of discharge, through the act or negligence of the charterer or of one of the shippers, the party who is to blame is liable to the owner or master and to the other shippers, for the loss or damage which the vessel or cargo may sustain and which arise from such act.

608. A master is liable to the owner of the vessel and to the charterer or shippers for loss and damage, if through his fault the vessel is arrested or delayed

on sailing, during the voyage, or at the place of her destination.

609. If, before the commencement of the voyage or during its course, the sailing of the vessel is temporarily delayed through arrest or vis major, the contract will stand, without any compensation being allowed for loss or damage arising from such delay.

A shipper can in such a case discharge his goods during the delay, on paying the expenses and giving security to reload immediately on the cessation of the impediment or to pay the entire freight and for the days and extra days on

demurrage if he does not reload.

610. If a vessel cannot enter the port of her destination on account of declaration of war, prohibition of commerce, or blockade, a master is bound immediately to proceed to the port indicated in his instructions. If none is indicated, he must proceed to the nearest free and open port; and from there send the necessary advices to the shipowner and freighters, whose orders he must await for the time necessary to obtain a reply. If no reply is received, the master must return to his port of departure with the cargo.

611. If a vessel is detained in the course of her voyage by order of any Power, no freight is payable for the time of detention if the affreightment was agreed

by the month nor any increase of freight if for the voyage.

When the vessel has been chartered for two or more ports, and on arrival at one of them it is known that war has been declared against the Power to which the vessel or cargo belongs, the master, if neither the one nor the other is free, when she cannot leave under convoy or in any other safe manner, must remain at the port where he received the news until he receives instructions from the owner or charterer of the vessel.

If only the vessel is not free, the owner may rescind the contract, with a right to the freight due and payment for the days and extra days on demurrage and general average, on paying the expenses of discharge. If, on the contrary, only the cargo is not free, the charterer is entitled to rescind the contract on paying the cost of discharge, and the master shall proceed in conformity with Arts. 592 and 596.

612. If a vessel is obliged to return to the port of departure, or to seek safety in any other port to avoid the danger of pirates or an enemy, the shippers or consignees can agree to her total discharge, on paying the cost of the same, and the whole outward freight, and giving security as determined in Art. 609.

If the affreightment was by the month, the freight is only payable for the time

during which the vessel was employed.

613. Should a master be obliged to repair the vessel during the voyage, the charterer, shippers or consignees, if they do not wish to await the repair, may withdraw their goods on paying the whole of the freight, and for the days and extra days on demurrage and general average, if any, and the cost of discharge and unstowing.

614. If the vessel does not admit of repair, the master is bound to charter on his own account, and without power to demand any increase of freight, one or

more vessels for the carriage of the cargo to the place of destination.

If the master is not able to charter any other vessel or vessels within sixty days after his vessel has been judged unseaworthy, or if the repairs cannot be carried out, he must apply for a judicial deposit of the cargo and lodge the necessary protests to safeguard himself; in this case the contract is rescinded, and only the freight for the distance traversed is payable. If, however, the charterers or shippers prove that the vessel condemned as unfit was unseaworthy when she sailed, they are not bound e terão acção de perdas e damnos contra o fretador. Esta prova é admissivel não obstante e contra os certificados da visita da sahida.

- 615. Ajustando-se os fretes por peso, sem se designar se é liquido ou bruto, deverá entender-se que é peso bruto; comprehendendo-se nelle qualquer especie de capa, caixa ou vasilha, em que as fazendas se acharem acondicionadas.
- 616. Quando o frete for justo por numero, peso ou medida, e houver condição de que a carga será entregue no portaló do navio, o capitão tem direito de requerer que os effeitos sejam contados, medidos ou pesados a bordo do mesmo navio antes da descarga; e procedendo-se a esta diligencia não responderá por faltas que possam apparecer em terra; se porém, as fazendas se descarregarem sem se contarem, medirem ou pesarem, o consignatario terá direito de verificar em terra a identidade, numero, medição ou peso, e o capitão será obrigado a conformar-se com o resultado desta verificação.
- 617. Nos generos que por sua natureza são susceptiveis de augmento ou diminuição, independentemente de má arrumação ou falta de estiva, ou de defeito no vasilhame, como é, por exemplo, o sal, será por conta do dono qualquer diminuição ou augmento que os mesmos generos tiverem dentro do navio: e em um e outro caso deve-se frete do que se numerar, medir ou pesar no acto da descarga.
- 618. Havendo presumpção de que as fazendas foram damnificadas, roubadas ou diminuidas, o capitão é obrigado, e o consignatario e quaesquer outros interessados teem direito a requerer que sejão judicialmente visitadas e examinadas, e os damnos estimados a bordo antes da descarga, ou dentro em vinte e quatro horas depois: e ainda que este procedimento seja requerido pelo capitão não prejudicará os seus meios de defesa.

Se as fazendas forem entregues sem o referido exame, os consignatarios teem direito de fazer proceder a exame judicial no preciso termo de quarenta e oito horas depois da descarga; e passado este prazo não haverá mais lugar a reclamação alguma.

Todavia, não sendo a avaria ou diminuição visivel por fóra, o exame judicial poderá validamente fazer-se dentro de dez dias depois que as fazendas passarem

ás mãos dos consignatarios, nos termos do art. 211.

619. O capitão ou fretador não póde reter fazendas no navio a pretexto de falta de pagamento de frete, avaria grossa ou despezas; poderá, porém, precedendo competente protesto, requerer o deposito de fazendas equivalentes, e pedir a venda dellas, ficando-lhe direito salvo pelo resto contra o carregador, no caso de insufficiencia do deposito.

A mesma disposição tem logar quando o consignatario recusa receber a carga Nos dous referidos casos, se a avaria grossa não puder ser regulada immediata

mente, é licito ao capitão exigir o deposito da somma que se arbitrar.

- 620. O capitão que entregar fazendas antes de receber o frete, avaria grossa e despezas, sem pôr em pratica os meios do artigo precedente, ou os que lhe facultarem as leis ou usos do lugar da descarga, não terá acção para exigir o pagamento do carregador ou afretador, provando este que carregou as fazendas por conta de terceiro.
- 621. Pagam frete por inteiro as fazendas que se deteriorarem por avaria, ou diminuirem por máo acondicionamento das vasilhas, caixas, capas ou outra qualquer cobertura em que forem carregadas, provando o capitão que o damno não procedeu de falta de arrumação ou de estiva (art. 624).

Pagam igualmente frete por inteiro as fazendas que o capitão é obrigado a vender

nas circumstancias previstas do art. 515.

O frete das fazendas alijadas para salvação commum do navio e da carga, abona-se por inteiro como avaria grossa (art. 764).

622. Não se deve frete das mercadorias perdidas por naufragio ou varação, roubo de piratas ou preza de inimigo, e, tendo-se pago adiantado, repete-se; salvo convenção em contrario.

Todavia, resgatando-se o navio e fazendas, ou salvando-se do naufragio, devese o frete correspondente até o lugar da preza ou naufragio, e será pago por inteiro to pay any freight and have the right of bringing an action for loss and damage against the shipowner. This proof is admissible notwithstanding and in spite of the survey certificates given on the sailing of the vessel.

615. When the freights are agreed by weight, without stating whether net or gross, it must be understood to mean gross weight, including any kind of cover-

ing, case or cask, in which the goods are contained.

- 616. When the freight is agreed by number, weight or measure, and there is a condition that the cargo must be delivered at the vessel's side, the master has the right to demand that the goods be counted, measured or weighed on board the said vessel before discharge; and after he has adopted these measures he is not liable for anything wanting after the goods are on land; if, however, the goods are discharged without having been counted, measured or weighed, the consignee has the right to verify on land the identity, number, measure or weight, and the master is bound to abide by the result of such verification.
- 617. In the case of goods which owing to their nature are susceptible of increase or diminution, independently of bad stowing or trimming, or of defect in their coverings or cases, as, for example, salt, any increase or diminution which the said goods may have or suffer when on the vessel is for the account of the owner; and in both cases freight is paid on the result of the counting, measuring or weighing at the time of discharge.
- 618. If there is a suspicion that the goods have been damaged, stolen or diminished, the master is bound, and the consignee or any other interested parties are entitled, to demand that they be judicially surveyed and examined, and an estimate made on board of the losses before discharge, or within twenty-four hours after: and although such a measure be at the request of the master it shall not prejudice his means of defense.

If the goods have been delivered without the said examination, the consignees are entitled to cause a judicial examination to be made within forty-eight hours after discharge; but after the lapse of this period there shall be no ground for any

claim.

If, however, the damage or diminution is not visible from the outside, the judicial examination may validly be made within ten days after the goods have passed into the hands of the consignees, according to the terms of Art. 211.

619. A master or shipowner may not retain goods on his vessel on the pretext that freight, general average or expenses are unpaid; he may, however, on making the proper protest, demand a deposit of goods of equal value, and request their sale, without prejudice to his right against the shipper for the remainder, in case the goods deposited are insufficient.

The same provision applies when the consignee refuses to receive the cargo. In the above mentioned two cases, if the general average cannot immediately be determined the master may demand the deposit of any sum which may be

decided upon.

620. A master who delivers goods before receiving the freight, general average and expenses, and without putting into practice the measures referred to in the preceding Article, or those powers which the laws or usage of the place of discharge give to him, has no claim on the shipper or charterer for payment, if either one or the other can prove that the goods were taken on board for the account of a third person.

621. Goods which have suffered deterioration through accident, or loss through their receptacles, cases, wrappings or other coverings in which they were loaded being in bad condition, pay the whole freight, if the master proves that the loss

did not proceed from carelessness in stowing or trimming (Art. 624).

Freight is likewise paid in its entirety on goods which a master is obliged to

sell under the circumstances provided for in Art. 515.

Freight on goods jettisoned for the common safety of the vessel and cargo,

is paid in full as general average (Art. 764).

622. Freight is not paid on goods lost through shipwreck or stranding, stolen by pirates or captured by an enemy, and, if it has been paid in advance, it must be refunded, unless there is an agreement of the contrary.

Nevertheless, if the vessel and goods be ransomed or saved from shipwreck, the corresponding freight is owing as far as the place of capture or shipwreck, and se o capitão conduzir as fazendas salvas até o lugar do destino, contribuindo este ao fretador por avaria grossa no damno, ou resgate.

623. Salvando-se no mar ou nas praias, sem cooperação da tripolação, fazendas que fizeram parte da carga, e sendo depois de salvas entregues por pessoas estranhas, não se deve por ellas frete algum.

624. O carregador não póde abandonar as fazendas ao frete. Todavia póde ter lugar o abandono dos liquidos, cujas vasilhas se achem vasias ou quasi vasias.

625. A viagem para todos os effeitos do vencimento de fretes, se outra cousa se não ajustar, começa a correr desde e momento em que a carga fica debaixo da responsabilidade do capitão.

626. Os fretes e avarias grossas teem hypotheca tacita e especial nos effeitos que fazem objecto da carga, durante trinta dias depois da entrega, se antes desse

termo não houverem passado para o dominio de terceiro.

627. A divida de fretes, primagem, estadia, e sobr'estadias, avarias e despezas da carga prefere a todas as outras sobre o valor dos effeitos carregados; salvos os casos de que trata o art. 470, n. 1.

628. O contracto de fretamento de um navio estrangeiro exequivel no Brasil, ha de ser determinado e julgado pelas regras estabelecidas neste Codigo, quer tenha sido ajustado dentro do Imperio, quer em paiz estrangeiro.

Capitulo IV. Dos passageiros.

629. O passageiro de um navio deve achar-se a bordo no dia e hora que o capitão designar, quer no porto da partida, quer em qualquer outro de escala ou arribada; pena de ser obrigado ao pagamento do preço da sua passagem por inteiro, se o navio se fizer de vela sem elle.

630. Nenhum passageiro póde transferir a terceiro, sem consentimento do

capitão, o seu direito de passagem.

Resilindo o passageiro do contracto antes da viagem começada, o capitão tem direito á metade do preço da passagem; e ao pagamento por inteiro, se aquelle a não quizer continuar depois de começada.

Se o passageiro fallecer antes da viagem começada, deve-se só metade do preço

da passagem.

631. Se a viagem fôr suspensa ou interrompida, por causa de força maior, no porto da partida, rescinde-se o contracto, sem que, nem o capitão nem o passageiro, tenham direito a indemnisação alguma; tendo lugar a suspensão ou interrupção em outro qualquer porto de escala ou arribada, deve-se sómente o preço correspondente á viagem feita.

Interrompendo-se a viagem depois de começada por demora de concerto do navio, o passageiro póde tomar passagem em outro, pagando o preço correspondente á viagem feita. Se quizer esperar pelo concerto, o capitão não é obrigado ao seu sustento; salvo se o passageiro não encontrar outro navio em que commodamente se possa transportar, ou o preço da nova passagem exceder o da primeira, na proporção da viagem andada.

632. O capitão tem hypotheca privilegiada para pagamento do preço da passagem em todos os effeitos que o passageiro tiver a bordo, e direito de os reter

emquanto não for pago.

O capitão só responde pelo damno sobrevindo aos effeitos que o passageiro tiver a bordo debaixo da sua immediata guarda, quando o damno provier de facto seu ou da tripolação.

Titulo VII. Do contracto de dinheiro a risco ou cambio maritimo.

633. O contracto de emprestimo a risco ou cambio maritimo, pelo qual o dador estipula do tomador um premio certo e determinado por preço dos riscos de mar que toma sobre si, ficando com hypotheca especial no objecto sobre que recahe o emprestimo, e sujeitando-se a perder o capital e premio se o dito objecto vier a perecer por effeito dos riscos tomados no tempo e lugar convencionados, só póde provar-se por instrumento publico ou particular; o qual será registrado no Tribunal do Commercio dentro de oito dias da data da escriptura ou letra. Se o contracto tiver logar em paiz estrangeiro por subditos brasileiros, o instrumento

must be paid in its entirety if the master carries the goods salved to the place of destination, and such goods shall contribute to the damage or ransom as general average.

623. If goods which formed part of the cargo are salved at sea or on shore without the help of the crew, and are afterwards delivered by outsiders, freight

is not payable on such goods.

624. A shipper cannot abandon the goods in payment of the freight. Liquids,

however, the receptacles of which are empty or almost empty, may be abandoned. 625. A voyage, for all the effects of the falling due of freights, if no other agreement has been made, commences to run from the moment when the cargo

is under the responsibility of the master.
626. For freights and general average there is an implied and special lien on the goods which form the cargo, for thirty days after delivery, if before this

period they have not passed into the possession of a third person.

627. In respect of the sum owing for freights, primage, days and extra days on demurrage, average and expenses in connection with the cargo there is a right of preference over all other debts against the value of the goods on board; except in the cases of which Art. 470, No. 1 treats.

628. The charter-party of a foreign vessel which has to be carried out in Brazil must be determined and judged by the rules established in this Code, whether

contracted within the Empire or in a foreign country.

Chapter IV. Passengers.

629. A passenger on a vessel must be on board on the day and at the hour fixed by the master, whether at the port of departure, or in any other at which the vessel calls or to which she is driven; on pain of being liable for the payment of the full passage money if the vessel sails without him.

630. No passenger may transfer his right of passage to a third person without

the consent of the master.

If a passenger cancels his contract before the commencement of the voyage, the master can claim half the passage money, and the whole passage money, if the former does not wish to continue after having commenced the voyage.

Should a passenger die before the commencement of the voyage, only half

of the passage money is due.

631. Should a voyage be suspended or interrupted through vis major at the port of departure, the contract is rescinded, and neither the master nor the passenger can claim any compensation; if such suspension or interruption occurs in any other port of call or refuge, only the passage money corresponding to the part of the

voyage made is due.

If a voyage is interrupted after having been commenced through the vessel being repaired, a passenger may take his passage in another vessel, paying passage money according to the distance traversed. If he wishes to wait until the repairs are completed, the master is not bound to maintain him, unless the passenger fails to find another vessel in which he can be carried in comfort, or unless the price of the fresh passage exceeds that of the first, in proportion to the distance already traversed.

632. A master has a privileged lien for payment of the passage money on all the effects which a passenger has on board, with the right of retaining them until

the passage money is paid.

A master is only responsible for damage occurring to the effects which a passenger has on board under his immediate care, when such damage proceeds from his own action of from that of his crew.

Title VII. Contracts of bottomry or loans on maritime risk.

633. A bottomry loan or loan on maritime risk, by which the lender stipulates with the borrower for a certain and determined premium against sea risks which he takes upon himself, having a special lien on the object on which the loan is taken, and subjecting himself to the risk of losing the principal sum and premium through the effect of the risks taken in the time and place agreed, if the object is lost, can only be proved by notarial or private instrument, which must be registered in the Commercial Tribunal within eight days from the date of the instrument

deverá ser authenticado com o — visto — do Consul do Imperio, se ahi o houver, e em todo o caso annotado no verso do registro da embarcação, se versar sobre o navio ou fretes. Faltando no instrumento do contracto alguma das sobreditas formalidades, ficará este subsistindo entre as proprias partes, mas não estabelecerá direitos contra terceiro.

E' permittido fazer emprestimo a risco não só em dinheiro, mas tambem em effeitos proprios para o serviço e consumo do navio, ou que possam ser objecto de commercio; mas em taes casos a cousa emprestada deve ser estimada em valor

fixo para ser paga com dinheiro.

634. O instrumento do contracto de dinheiro a risco deve declarar: 1.° A data e o lugar em que o emprestimo se faz; — 2.° O capital emprestado, e o preço do risco, aquelle e este especificados separadamente; — 3.° O nome do dador e do tomador, com o do navio e o do seu capitão; — 4.° O objecto ou effeito sobre que recahe o emprestimo; — 5.° Os riscos tomados, com menção especifica de cada um; — 6.° Se o emprestimo tem logar por uma ou mais viagens, qual a viagem, e por que termo; — 7.° A época do pagamento por embolso, e o lugar onde deva effectuar-se; — 8.° Qualquer outra clausula em que as partes convenham, com tanto não seja opposta á natureza deste contracto, ou prohibida por Lei.

O instrumento em que faltar alguma das declarações enunciadas, será considerado como simples credito de dinheiro de emprestimo ao premio da Lei, sem

hypotheca nos effeitos sobre que tiver sido dado, nem privilegio algum.

635. A escriptura ou letra de risco exarada á ordem tem força de letra de cambio contra o tomador e garantes; e é transferivel e exequivel por via de endosso, com os mesmos direitos e pelas mesmas acções que as letras de cambio.

O cessionario toma o logar de endossador, tanto a respeito do capital como do premio e dos riscos, mas a garantia da solvabilidade do tomador é restricta ao capital; salva condição em contrario quanto ao premio.

636. Não sendo a escriptura ou letra de risco passada á ordem, só póde ser transferida por cessão, com as mesmas formalidades e effeito das cessões civis, sem outra responsabilidade da parte do cedente, que não seja a de garantir a existencia da divida.

637. Se no instrumento do contracto se não tiver feito menção especifica dos riscos com reserva de algum, ou deixar de se estipular o tempo, entende-se que o dador do dinheiro tomara sobre si todos aquelles riscos maritimos, e pelo

mesmo tempo que geralmente costumam receber os seguradores.

638. Não se declarando na escriptura ou letra de risco que o emprestimo é só por ida ou só por volta, ou por uma e outra, o pagamento, recahindo o emprestimo sobre fazendas, é exequivel no lugar do destino destas, declarado nos conhecimentos ou fretamento; e se recahir sobre o navio, no fim de dous mezes depois da chegada ao porto do destino, se não apparelhar de volta.

639. O emprestimo a risco póde recahir: 1.° Sobre o casco, fretes e pertences do navio; — 2.° Sobre a carga; — 3.° Sobre a totalidade destes objectos, conjuncta ou separadamente, ou sobre uma parte determinada de cada um delles.

640. Recahindo o emprestimo a risco sobre o casco e pertences do navio, abrange na sua responsabilidade o frete da viagem respectiva.

Quando o contracto é celebrado sobre o navio e carga, o privilegio do dador

é solidario sobre uma e outra cousa.

Se o emprestimo for feito sobre a carga ou sobre um objecto determinado do navio ou da carga, os seus effeitos não se estendem além desse objecto ou da carga.

641. Para o contracto sortir o seu effeito legal, é necessario que exista dentro do navio no momento do sinistro a importancia da somma dada de emprestimo

a risco, em fazendas, ou no seu equivalente.

642. Quando o objecto sobre que se toma dinheiro a risco não chega a por-se effectivamente em risco por não se effectuar a viagem, rescinde-se o contracto: e o dador neste caso tem direito para haver o capital com os juros da Lei desde o dia da entrega do dinheiro ao tomador, sem outro algum premio, e goza do privilegio de preferencia quanto ao capital sómente.

or bond. If the contract has been made in a foreign country by Brazilian subjects, the instrument must be legalized with the visa of the Consul of the Empire, if any, and in any case annotated by endorsement on the ship's certificate of registry if it affects the vessel or freights. If any of the said formalities are wanting in the contractual instrument, it shall be valid between the parties themselves, but shall not establish rights against third persons.

A bottomry loan may be made not only in money, but also in effects which are proper for the service and maintenance of the vessel, or which may be for commercial purposes; but in such cases the effects lent must have a fixed price so that

repayment may be made in money.

634. The instrument of a bottomry loan in money must state: 1. The date and the place when and where the loan is made; — 2. The principal sum lent, and the premium, each being separately specified; — 3. The names of the lender and borrower, and also those of the vessel and master; — 4. The object or article on which the loan is made; — 5. The risks taken, each one being mentioned specifically; — 6. If the loan applies to one or more voyages, what they are, and for what period; - 7. The period for repayment, and the place where it has to be effected; - 8. Any other term stipulated by the parties; provided it is not contrary to the nature of the contract nor prohibited by law.

The instrument in which any of the foregoing statements is absent shall be considered as a simple monetary loan at legal interest, without any lien or privilege

on or over the effects on or over which it has been given.

635. A bottomry bond made out to order has the same force as a bill of exchange as against the obligor and sureties; and is transferable and enforceable by way of endorsement, with the same rights and rights of action as bills of ex-

The endorsee takes the place of the endorser, both as regards the principal sum and the premium and risks, but the guarantee of the solveney of the obligor is confined to the principal sum, unless it has been otherwise agreed with regard

to the premium.

636. If a bottomry bond is not made out to order, it can only be transferred by assignment, with the same formalities and effects as in the case of civil assignments, without any other responsibility on the part of the assignor than of guaranteeing the existence of the obligation.

637. If in the instrument of the contract a specific statement of the risks is not made and none are excepted, or their duration is not stipulated, it is understood that the lender accepts all the maritime risks, and for the same period as insurers

customarily accept them.

638. If it is not declared in the bond that the loan is only for the outward voyage or only for the inward, or for both, payment, if the loan applies to goods, is due when such goods arrive at their destination, as declared in the bills of lading or charter-party, and if it applies to the vessel, two months after her arrival at the port of destination, if she is not preparing for the return voyage.

639. A bottomry loan may be made: 1. On the hull, freights and belongings of the vessel; — 2. On the cargo; — 3. On the whole of these objects, jointly or

separately, or on a determined part of any of them.

640. If the loan applies to the hull and belongings of the vessel, the freight

of the particular voyage is also included in the liability.

If the contract is made on the vessel and cargo, the obligee has a privileged

claim on both the one and the other, jointly and severally.

If the loan is made on the cargo or on a determined object of the vessel or cargo, its effects do not extend beyond such determined object or beyond the cargo.

641. In order that a bottomry contract may have legal effect, it is necessary that at the time of the casualty there should be on board the vessel value equal

to the amount of the loan, in goods or an equivalent.

642. When the subject-matter on which a bottomry loan is made is not actually subjected to the risk owing to the voyage not taking place, the contract is rescinded; and the lender in such a case can claim the principal sum and legal interest from the date of payment to the borrower, without any premium, and ranks as a privileged creditor only as to the principal sum.

643. O tomador que não carregar effeitos no valor total da somma tomada a risco, é obrigado a restituir o remanescente ao dador antes da partida do navio, ou todo se nenhum empregar; e se não restituir, dá-se acção pessoal contra o tomador pela parte descoberta, ainda que a parte coberta ou empregada venha a perder-se (art. 655).

O mesmo terá lugar quando o dinheiro a risco for tomado para habilitar o navio, se o tomador não chegar a fazer uso delle ou da cousa estimavel, em todo ou em parte.

- 644. Quando no instrumento de risco sobre fazendas houver a faculdade de tocar e fazer escala —, ficam obrigados ao contracto, não só o dinheiro carregado em especie para ser empregado na viagem, e as fazendas carregadas no lugar da partida, mas tambem as que forem carregadas em retorno por conta do tomador, sendo o contracto feito de ida e volta; e o tomador neste caso tem a faculdade de trocal-as ou vendel-as e comprar outras em todos os portos de escala.
- 645. Se ao tempo do sinistro parte dos effeitos objecto de risco já se acharem em terra, a perda do dador será reduzida ao que tiver ficado dentro do navio; e se os effeitos salvos forem transportados em outro navio para o porto do destino originario (art. 614), neste continuam os riscos do dador.

646. O dador a riscos sobre effeitos carregados em navio nominativamente designado no contracto, não responde pela perda desses effeitos, ainda mesmo que seja acontecida por perigo de mar, se forem transferidos ou baldeados para outro navio, salvo provando-se legalmente que a baldeação tivera lugar por força

maior.

647. Em caso de sinistro, salvando-se alguns effeitos da carga objecto do risco, a obrigação do pagamento de dinheiro a risco fica reduzida ao valor dos mesmos objectos estimados pela fórma determinada no art. 694 e seguintes. O dador neste caso tem direito para ser pago do principal e premio por esse mesmo valor até onde alcançar, deduzidas as despezas de salvados, e as soldadas vencidas nessa viagem.

Sendo o dinheiro dado sobre o navio, o privilegio do dador comprehende não só os fragmentos naufragos do mesmo navio, mas tambem o frete adquirido pelas fazendas salvas, deduzidas as despezas de salvados, e as soldadas vencidas na viagem respectiva, não havendo dinheiro a risco ou seguro especial sobre esse frete.

648. Havendo sobre o mesmo navio ou sobre a mesma carga um contracto de risco e outro de seguro (art. 650), o producto dos effeitos salvos será dividido entre o segurador e o dador a risco pelo seu capital sómente, na proporção dos respectivos interesses.

649. Não precedendo ajuste em contrario, o dador conserva seus direitos integros contra o tomador, ainda mesmo que a perda ou damno da cousa objecto do risco

provenha de alguma das causas enumeradas no art. 711.

650. Quando alguns, mas não todos os riscos, ou uma parte sómente do navio ou da carga se acham seguros, póde contrahir-se emprestimo a risco pelos riscos ou parte não segura até á concurrencia do seu valor por inteiro (art. 682).

651. As letras mercantis provenientes de dinheiro recebido pelo capitão para despezas indispensaveis do navio ou da carga nos termos dos arts. 515 e 516, e os premios do seguro correspondente, quando a sua importancia houver sido realmente segurada, tem o privilegio de letras de emprestimo a risco, se contiverem declaração expressa de que o importe foi destinado para as referidas despezas; e são exequiveis, ainda mesmo que taes objectos se percam por qualquer evento posterior, provando o dador que o dinheiro foi effectivamente empregado em beneficio do navio ou da carga (arts. 515 e 517).

652. O emprestimo de dinheiro a risco sobre o navio tomado pelo capitão no lugar do domicilio do dono, sem autorização escripta deste, produz acção e privilegio sómente na parte que o capitão possa ter no navio e frete; e não obriga o dono, ainda mesmo que se pretenda provar que o dinheiro foi applicado em beneficio da

embarcação.

653. O emprestimo a risco sobre fazendas, contrahido antes da viagem começada, deve ser mencionado nos conhecimentos e no manifesto da carga, com designação da pessoa a quem o capitão deve participar a chegada feliz no lugar do destino. Omittida aquella declaração, o consignatario, tendo acceitado letras de cambio, ou feito adiantamentos na fé dos conhecimentos, preferirá ao portador da letra de

643. A borrower who does not take on board goods to the value of the sum lent is bound to restore the surplus to the lender before the departure of the vessel, or all if he does not use any of it; and if he does not restore it, a personal action will lie against the borrower for the part in excess of what he has taken on board, although the part covered or used is subsequently lost (Art. 655).

The same takes place when money is lent on bottomry in order to fit out a vessel, if the borrower does not in fact use it or its equivalent in whole or in part.

644. When in a bottomry bond on goods there is the power "to touch or call at a port", not only the money taken on board in specie to be employed during the voyage, and the goods loaded at the place of departure, are subject to the bond, but also those taken on board during the voyage for the account of the obligor, if the contract is made for the outward and inward voyages; and the obligor in such a case has the power of exchanging or selling them and of buying others at all the ports of call.

645. If at the time of a casualty part of the goods the object of the bond are already on shore, the loss of the lender is reduced to what remains on board the vessel; and if the goods salved are carried in another vessel to the port of original

destination (Art. 614), the risks of the lender continue in such vessel.

646. The lender of a bottomry loan on goods on board a vessel specified by name in the contract, does not bear the loss of such goods, even although it may have been occasioned by sea peril, if they have been transferred to or placed on board another vessel, unless it is legally proved that the transhipment was made owing to vis major.

647. If, in case of a casualty, some of the goods the object of the risk are salved, the obligation to pay the money borrowed is reduced to the value of the same goods calculated in the manner determined by Art. 694 and by those which follow. The lender in such a case is entitled to be paid the principal sum and premium for this same value, after deducting the expenses of salvage and the wages earned

on the voyage.

If the money has been advanced on the vessel, the privilege of the lender comprises not only the broken wreckage of the said vessel, but also the freight accruing from the goods salved, after deducting the expenses of salvage and the wages earned on the same voyage, when there is no special bottomry loan or insurance covering such freight.

648. If there is on the same vessel or on the same cargo both a bottomry contract and an insurance (Art. 650), the proceeds of the salved goods shall be divided between the insurer and the lender on bottomry, only so far as concerns the capital

of each, in the proportion of their respective interests.

649. Unless there is agreement to the contrary, the lender preserves his rights intact as against the borrower, even although the loss of or damage to the subject-matter of the loan arises from any of the causes enumerated in Art. 711.

650. When some, but not all, the risks, or a portion only of the vessel or cargo is insured, a bottomry loan may be contracted for the risks or the portion not insured

up to their total value (Art. 682).

651. Commercial bills of exchange given for money received by the master for the necessary expenses of the vessel and cargo according to Arts. 515 and 516, and the corresponding insurance premiums, when the value has really been insured, have the privileges of bottomry bonds, if they contain an express statement that the amount was for the said expenses, and are subject to execution, even although such goods are lost by any subsequent event, on the lender proving that the money was in fact employed for the benefit of the vessel or cargo (Arts. 515 and 517).

652. A bottomry loan on a vessel borrowed by the master in the place where the owner resides, without the written authority of the latter, produces a right of action and privilege only as to the share which the master has in the vessel or freight, and does not bind the owner, even although it is attempted to be proved

that the money was applied for the benefit of the vessel.

653. A bottomry loan on goods, contracted before commencing the voyage, must be mentioned in the bills of lading and manifest of the cargo, stating the person whom the master has to advise of the safe arrival at the place of destination. If such declaration is omitted, the consignee, who has accepted bills of exchange or made advances on the faith of the bills of lading, shall be preferred to the holder

risco. Na falta de designação a quem deva participar a chegada, o capitão póde descarregar as fazendas, sem responsabilidade alguma pessoal para com o portador da letra de risco.

654. Se entre o dador a risco e o capitão se der algum conluio por cujo meio os armadores ou carregadores soffram prejuizo, será este indemnisado solidariamente pelo dador e pelo capitão; contra os quaes poderá intentar-se a acção criminal que

competente seja.

655. Incorre no crime de estellionato o tomador que receber dinheiro a risco por valor maior que o do objecto do risco, ou quando este não tenha sido effectivamente embarcado (art. 643): e no mesmo crime incorre o dador que, não podendo ignorar esta circumstancia, a não declarar á pessoa a quem endossar a letra de risco. No primeiro caso o tomador, e no segundo o dador, respondem solidariamente pela importancia da letra, ainda quando tenha perecido o objecto do risco.

656. E' nullo o contracto de cambio maritimo: 1.° Sendo o emprestimo feit o a gente da tripolação; — 2.° Tendo o emprestimo sómente por objecto o frete a vencer, ou o lucro esperado de alguma negociação, ou um e outro simultanea e exclusivamente; — 3.° Quando o dador não corre algum risco dos objectos sobre os quaes se deu o dinheiro; — 4.° Quando recahe sobre objectos, cujos riscos já tem sido tomados por outrem no seu inteiro valor (art. 650); — 5.° Faltando o registro, ou as formalidades exigidas no art. 516 para o caso de que ahi se trata.

Em todos os referidos casos, ainda que o contracto não surte os seus effeitos legaes, o tomador responde pessoalmente pelo principal mutuado e juros legaes, posto que a cousa, objecto do contracto, tenha perecido no tempo e no lugar dos riscos.

657. O privilegio do dador a risco sobre o navio comprehende proporcionalmente, não só os fragmentos naufragos do mesmo navio, mas tambem o frete adquirido pelas fazendas salvas, deduzidas as despezas de salvados e as soldadas devidas por essa viagem; não havendo seguro ou risco especial sobre o mesmo frete.

658. Se o contracto a risco comprehender navio e carga, as fazendas conservadas são hypotheca do dador, ainda que o navio pereça: o mesmo é vice-versa,

quando o navio se salva e as fazendas se perdem.

659. E' livre aos contrahentes estipular os premios na quantidade, e o modo de pagamento que bem lhes pareça; mas, uma vez concordado, a superveniencia de risco não dá direito a exigencia de augmento ou diminuição de premio; salvo se outra cousa fôr accordada no contracto.

660. Não estando fixada a época do pagamento, será este reputado vencido apenas tiverem cessado os riscos. Desse dia em diante corre para o dador os juros da Lei sobre o capital e premio no caso de mora; a qual só póde provar-se pelo

protesto.

661. O portador na falta de pagamento no termo devido, é obrigado a protestar e a praticar todos os deveres dos portadores de letras de cambio para vencimento dos juros, e conservação do direito regressivo sobre os garantes do instrumento de risco.

662. O dador de dinheiro a risco adquire hypotheca no objecto sobre que recahe o emprestimo; mas fica sujeito a perder todo o direito á somma mutuada, perecendo o objecto hypothecado no tempo e lugar, e pelos riscos convencionados; e só tem direito ao embolso do principal e premio por inteiro no caso de chegada a salvamento.

663. Incumbe ao tomador provar a perda, e justificar que os effeitos, objecto

do emprestimo, existiam na embarcação na occasião do sinistro.

664. Acontecendo preza ou desastre de mar ao navio ou fazendas sobre que recahio o emprestimo a risco, o tomador tem obrigação de noticiar o acontecimento ao dador, apenas tal nova chegar ao seu conhecimento. Achando-se o tomador a esse tempo no navio, ou proximo aos objectos sobre que recahio o emprestimo, é obrigado a empregar na sua reclamação e salvação as diligencias proprias de um administrad or exacto; pena de responder por perdas e damnos que da sua falta resultarem.

of the bond. If the person to whom the arrival has to be advised is not stated, the master may discharge the goods, without any personal liability towards the holder of the bond.

654. If between the lender of a bottomry loan and the master there should be any collusion through which the managing owners or freighters suffer injury, the latter shall be compensated by the lender and master jointly and severally,

against whom the proper criminal proceedings shall lie.

655. A borrower who receives money on a bottomry loan for a greater amount than the value of the subject-matter of the loan, or when the same has not been effectively charged (Art. 643), commits the crime of deceit (stellionate): and a lender who cannot be ignorant of that circumstance, and does not declare it to the person to whom he endorses the bond, is guilty of the same crime. In the first case the borrower, and in the second the borrower and lender, jointly and severally, are liable for the amount of the loan, even although the subject-matter of the bond has perished.

656. A contract of loan on maritime risk is void: 1. If the loan is made to members of the ship's company; — 2. If the loan is made only on freights not earned, or on profits expected from some transaction, or on one and the other simultaneously or exclusively; - 3. If the lender does not run any risk on the subject-matter on which he advanced the money; — 4. If the loan applies to a subject-matter, the risks on which have already been taken by others at their full value (Art. 650); — 5. In default of registration or observance of the formalities required by Art. 516

in the case there treated.

In all the said cases, although the contract does not attain its legal effects, the borrower is personally liable for the principal sum lent and legal interest, although the thing, the subject-matter of the contract, has perished during the time and at the place of the risks.

657. The privilege of the lender on bottomry on a vessel comprises proportionately, not only the wreckage of the said vessel, but also the freight paid on the goods salved, after deducting the expenses of salvage and the pay due for the voyage,

unless there is a special insurance or bond over the same freight.

658. If the bottomry contract comprises both vessel and cargo, the lender has a lien on the goods preserved, although the vessel is lost; and vice versa, when the vessel is saved and the goods lost.

659. The contracting parties are at liberty to settle the amount and manner of payment of the premiun as seems good to them; but, once agreed, the increase or diminution of the risk does not give a right to demand an increase or diminution of the premium, unless it has been otherwise agreed in the contract.

660. If the time of payment is not fixed, it shall be considered to have arrived as soon as the risks cease. From that day forward, in case of delay, the legal interest on the principal sum and premium runs in favour of the lender; delay can only be

proved by the protest.

661. A holder, in default of payment at the time due, is bound to protest and perform all the duties of holders of bills of exchange for the accrual of interest and the preservation of the right of action over against the guarantors of the

bottomry bond.

662. The lender on bottomry acquires a lien on the subject-matter of the loan; but subjects himself to lose all right to the amount lent, if the subject-matter perishes during the time and at the place and according to the risks agreed; and he only has a right to the payment of the whole principal sum and premium in case of the safe arrival of the vessel.

663. It is incumbent on the borrower to prove the loss, and to verify that the effects, the subject-matter of the loan, were actually on the vessel at the time

of the casualty.

664. If the vessel or goods the object of the bottomry loan are captured or suffer disaster at sea, the borrower is bound to advise the lender of the event as soon as the news comes to his knowledge. If the borrower is at the time on the vessel, or near the objects, the subject-matter of the loan, he is bound to employ in their recovery or salvage the measures required of a conscientious agent, on pain of being answerable for the loss or damage resulting from his failure to do so.

665. Quando sobre contracto de dinheiro a risco occorra caso que se não ache prevenido neste Titulo, procurar-se-ha a sua decisão por analogia, quanto seja compativel, no Titulo dos seguros maritimos e vice-versa.

Titulo VIII. Dos seguros maritimos.¹⁾

Capitulo I. Da natureza e fórma do contracto de seguro maritimo.

- 666. O contracto de seguro maritimo, pelo qual o segurador, tomando sobre si a fortuna e riscos do mar, se obriga a indemnisar ao segurado da perda ou damno que possa sobrevir ao objecto do seguro, mediante um premio ou somma determinada, equivalente ao risco tomado, só póde provar-se por escripto, a cujo instrumento se chama Apolice: comtudo julga-se subsistente para obrigar reciprocamente ao segurador e ao segurado desde o momento em que as partes se convieram, assignando ambas a minuta, a qual deve conter todas as declarações, clausulas e condições da apolice.
- 667. A apolice do seguro deve ser assignada pelos seguradores, e conter: 1.° O nome e domicilio do segurador e do segurado; declarando este se segura por sua conta ou por conta de terceiro, cujo nome póde omittir-se: omittindose o nome do segurado, o terceiro que faz o seguro em seu nome, fica pessoal e solidar iamente responsavel. A apolice em nenhum caso póde ser concebida ao portador; 2.° O nome, classe e bandeira do navio, e o nome do capitão; salvo não tendo o segurado certeza do navio (art. 670); 3.° A natureza e qualidade do objecto seguro, e o seu valor fixo ou estimado; 4.° O lugar onde as mercadorias foram, deviam ou devam ser carregadas; 5.° Os portos ou ancoradouros, onde o navio deve carregar e descarregar, e aquelles em que deva tocar por escala; 6.° O porto donde o navio partio, devia ou deve partir: e a época da partida, quando esta houver sido positivamente ajustada; 7.° Menção especial de todos os riscos que o segurador toma sobre si; 8.° O tempo e o lugar em que os riscos devem começar e acabar; 9.° O premio do seguro, e o lugar, época e fórma do pagamento; 10.° O tempo, lugar e fórma do pagamento no caso de sinistro; 11.° Declaração de que as partes se sujeitam á decisão arbitral, quando haja contestação, se ellas assim o accordarem; 12.° A data do dia em que se concluio o contracto, com declaração, se antes, se depois do meio-dia; 13.° E geralmente todas as outras condições em que as partes convenham.

Uma apolice póde conter dous ou mais seguros differentes.

668. Sendo diversos os seguradores, cada um deve declarar a quantia por que se obriga, e esta declaração será datada e assignada. Na falta de declaração, a assignatura importa responsabilidade solidaria por todo o valor segurado.

Se um dos seguradores se obrigar por certa e determinada quantia, os seguradores que depois delle assignarem sem declaração da quantia por que se obrigam, ficarão

responsaveis cada um por outra igual somma.

669. O seguro póde recahir sobre a totalidade de um objecto ou sobre parte delle sómente; e póde ser feito antes da viagem começada ou durante o curso della, de ida e volta, ou só por ida ou só por volta, por viagem inteira ou por tempo limitado della, e contra os riscos de viagem e transportes por mar somente, ou comprehender tambem os riscos de transportes por canaes e rios.

670. Ignorando o segurado a especie de fazendas que hão de ser carregadas, ou não tendo certeza do navio em que o devam ser, póde effectuar validamente o seguro debaixo do nome generico — fazendas — no primeiro caso, e sobre um ou mais navios — no segundo; sem que o segurado seja obrigado a designar o nome do navio, uma vez que na apolice declare que o ignora, mencionando a data e assignatura da ultima carta de aviso ou ordens que tenha recebido.

671. Effectuando-se o seguro debaixo do nome generico de — fazendas —, o segurado é obrigado a provar, no caso de sinistro, que effectivamente se embarcaram as fazendas no valor declarado na apolice; e se o seguro se tiver feito — sobre um ou mais navios —, incumbe-lhe provar, que as fazendas seguras foram effectivamente embarcadas no navio que soffreu o sinistro (art. 716).

¹⁾ A funccionamento das companhias de seguro (maritimos, terrestres e de vida) foi regulado pelo Decreto no. 5072 de 12 de Dezembro de 1903, e cujo texto adiante se encontrará.

665. When any case occurs in relation to a bottomry loan which is not provided for in this Title, its decision must be sought for by analogy, so far as is compatible, with the Title "Marine Insurance" or *vice versa*.

Title VIII. Marine Insurance. 1)

Chapter I. The nature and form of the contract of marine insurance.

666. A contract of marine insurance, by which the insurer, taking upon himself perils and risks of the sea, binds himself to compensate the assured for any loss or damage which may occur to the subject-matter of the insurance, in return for a premium or determined amount equivalent to the risk taken, can only be proved by a written instrument, which is called a "Policy": it is, however, considered of effect for reciprocally binding the insurer and assured from the time that the parties have come to an agreement, if both of them sign the covering note (slip), which must contain all the statements, clauses and conditions of the

policy.

667. An insurance policy must be signed by the insurers, and contain: 1. The names and addresses of the insurer and assured; the latter stating if he insures for his own account or for account of a third person, whose name may be omitted: if the name of the assured is omitted, the third person who effects the insurance in his name is personally and fully liable. In no case can a policy be made out to bearer; — 2. The name, class and flag of the vessel, and the name of the master; unless the assured is not certain of the vessel (Art. 670); — 3. The nature and quality of the subject-matter insured, with its real or estimated value; — 4. The place at which the goods were, ought to have been or are to be loaded; — 5. The ports or roadsteads at which the vessel has to load and discharge, and those at which she has to call; — 6. The port from which the vessel has sailed, ought to have sailed or ought to sail; and the time of departure, when this has been expressly agreed upon; — 7. Special mention of all the risks which the insurer takes upon himself; — 8. The time during which and the place at which the risks are to commence and finish; — - 9. The premium of insurance, and the place, time and manner of payment; -10. The time, place and manner of payment in case of casualty; — 11. A declaration that the parties agree to arbitration in case of difference, if they so agree; — 12. The day on which the contract was concluded, with a statement whether it was before or after mid-day; - 13. Generally, any other terms and conditions to which the parties agree.

A policy may cover two or more different insurances.

668. If there are several insurers, each one must declare the amount to which he binds himself, and such declaration must be dated and signed. If no declaration is made, the signature signifies joint and several liability for the whole amount insured.

If one of the insurers binds himself for a certain and definite amount, the insurers who sign after him without any declaration as to the amount to which

they bind themselves, are each liable for another like amount.

669. An insurance may apply to the whole or only to a part of the object; and may be made before the commencement or during the course of a voyage, for both outward and inward, or only for the outward or for the inward voyage, for the whole voyage or for a limited part of it, for risks during the voyage and only for sea carriage, or may also include carrying risks by canal or river.

670. If the assured is ignorant of the class of goods which have to be loaded, or is not certain of the vessel in which they have to be carried, he can effect a valid insurance under the generic name "goods" in the first case, and "in one or more vessels" in the second; without the assured being obliged to state the name of the vessel, so long as he declares in the policy that he is ignorant of it, but stating the date and the signature of the last letter of advice or orders which he has received.

671. If the insurance is made under the generic name of "goods", the assured is bound to prove in case of a casualty that the goods were effectively put on board up to the value declared in the policy; and if the insurance has been made "in one or more vessels", it is incumbent on him to prove that the insured goods were effectively put on board the vessel which met with the casualty (Art. 716).

¹⁾ The functions of insurance companies (marine, land and life) are regulated by Decree No. 5072 of the 12th December 1903, hereafter set out.

672. A designação geral — fazendas —, não comprehende moeda de qualidade alguma, nem joias, ouro ou prata, perolas ou pedras preciosas, nem munições de guerra; em seguros desta natureza é necessario que se declare a especie do objecto

sobre que recahe o seguro.

673. Suscitando-se duvida sobre a intelligencia de alguma ou algumas das condições e clausulas da apolice, a sua decisão será determinada pelas regras seguintes: 1.º As clausulas escriptas terão mais força do que as impressas; -As que forem claras, e expuzerem a natureza, objecto ou fim do seguro, servirão de regra para esclarecer as obscuras, e para fixar a intenção das partes na bração do contracto; — 3.° O costume geral, observado em casos identicos na Praça onde se celebrou o contracto, prevalecerá a qualquer significação diversa que as palavras possam ter em uso vulgar; — 4.° Em caso de ambiguidade que exija interpretação, será esta feita segundo as regras estabelecidas no art. 181.

674. A clausula de fazer escala comprehende a faculdade de carregar e descarregar fazendas no lugar da escala, ainda que esta condição não seja expressa na apolice (art. 667 n. 5).

675. A apolice de seguro é transferivel e exequivel por via de endosso, substituindo o endossado ao segurado em todas as suas obrigações, direitos e acções

(art. 363).

676. Mudando os effeitos segurados de proprietario durante o tempo do contracto, o seguro passa para o novo dono, independente de transferencia da apolice;

salva condição em contrario.

677. O contracto de seguro é nullo: 1.º Sendo feito por pessoa que não tenha interesse no objecto segurado; — 2.º Recahindo sobre algum dos objectos prohibidos no art. 686; — 3.° Sempre que se provar fraude ou falsidade por alguma das partes; — 4.° Quando o objecto do seguro não chega a por-se effectivamente em risco; — 5.° Provando-se que o navio sahio antes da época designada na apolice, ou que se demorou além della, sem ter sido obrigado por força maior; -6.º Recahindo o seguro sobre objectos já segurados no seu inteiro valor, e pelos mesmos riscos. Se, porém, o primeiro seguro não abranger o valor da cousa por inteiro, ou houver sido effectuado com excepção de algum ou alguns riscos, o seguro prevalecerá na parte, e pelos riscos exceptuados; — 7.º O seguro de lucro esperado, que não fixar somma determinada sobre o valor do objecto do seguro; — 8.º Sendo o seguro de mercadorias que se conduzirem em cima do convez, não se tendo feito na apolice declaração expressa desta circumstancia; — 9.º Sobre objectos que na data do contracto se achavam já perdidos ou salvos, havendo presumpção fundada de que o segurado ou segurador podia ter noticia do evento ao tempo em que se effectuou o seguro. Existe esta presumpção, provando-se por alguma fórma que a noticia tinha chegado ao lugar em que se fez o seguro, ou áquelle donde se expedio a ordem para elle se effectuar, ao tempo da data da apolice ou da expedição da mesma ordem, e que o segurado ou segurador a sabia.

Se porém, a apolice contiver a clausula — perdido ou não perdido —, ou sobre

boa ou má nova —, cessa a presumpção; salvo provando-se fraude.
678. O seguro póde tambem annullar-se: 1.º Quando o segurado occulta a verdade ou diz o que não é verdade; — 2.º Quando faz declaração erronea, calando, falsificando ou alterando factos ou circumstancias, ou produzindo factos ou circumstancias não existentes, de tal natureza e importancia, que, a não se terem occultado, falsificado ou produzido, os seguradores, ou não houveram admittido o seguro, ou o teriam effectuado debaixo de premio maior e mais restrictas condições.

679. No caso de fraude da parte do segurado, além da nullidade do seguro, será este condemnado a pagar ao segurador o premio estipulado em dobro. Quando a fraude estiver da parte do segurador, será este condemnado a retornar o premio

recebido, e a pagar ao segurado outra igual quantia.

Em um e outro caso póde-se intentar acção criminal contra o fraudulento.

- 672. The general description "goods", does not include money of any kind, jewelry, gold or silver, pearls or precious stones, or munitions of war; in insurances of this nature it is necessary to declare the kind of object to which the insurance applies.
- 673. Should doubt arise as to the interpretation to be given to one or any of the terms or clauses of the policy, its meaning shall be determined by the following rules: 1. Written clauses shall be of greater force than those which are printed; 2. Those which are clear, and describe the nature, object or aim of the insurance, shall serve as a guide for the elucidation of those which are obscure, and for arriving at the intention of the parties who entered into the contract; 3. The general usage followed in identical cases in the place (Market) where the contract was made shall be preferred to any different interpretation which the words may bear in common parlance; 4. In the case of ambiguity which requires interpretation, such shall be decided according to the rules established in Art. 1811.
- 674. The clause respecting calling places includes the power to load and discharge goods at the place of call, although this condition is not expressed in the policy (Art. 667, No. 5).
- 675. An insurance policy is transferable and enforceable by way of endorsement, the endorsee being substituted for the assured with regard to all the obligations, rights and rights of action (Art. 363).
- 676. If the subject-matter of an insurance changes ownership during the term of the contract, the insurance passes to the new owner, independent of the transference of the policy, unless there is agreement to the contrary.
- 677. A contract for insurance is null and void: 1. If made by a person who has no interest in the subject-matter of the insurance; — 2. If effected on any of the objects prohibited by Art. 686; — 3. Whenever fraud or falsity is proved by any of the parties; — 4. When the subject-matter of the insurance does not in fact come to be subjected to the risk; — 5. If it is proved that the vessel sailed before the time stated in the policy, or that she delayed beyond it, without having been forced to do so through vis major; — 6. If the insurance is effected on objects already insured up to their full value, and against the same risks. Should, however, the first insurance not cover the whole value of the subject-matter, or should it have been effected excepting one or more risks, the insurance shall stand as to the part uncovered, and as to the risks excepted; — 7. Insurance on expected profits, which does not fix a definite amount on the value of the subject-matter of the insurance; - 8. If the insurance is for goods which are carried on the upper deck, and no express declaration of this circumstance has been made in the policy; — 9. On a subject-matter which at the date of the contract was already lost or salved, there being a well grounded presumption that the assured or insurer could have had news of the occurrence at the time when the insurance was effected. Such presumption exists, if it is proved in some manner that the news had reached the place in which the insurance was effected, or that from which the order for its being effected was sent, at the time of the date of the policy or of the despatch of the said order and that the assured or insurer was aware of it.

If, however, the policy contains the clause "lost or not lost" or "on good or bad news", the presumption ceases; without prejudice to fraud being proved.

- 678. An insurance may also be annulled: 1. If the assured conceals the truth or says that which is not true; 2. If he makes an erroneous declaration, is silent, falsifies or alters facts or circumstances, or states facts or circumstances which do not exist, and which are of such a nature and importance, that, if they had not been concealed, falsified or stated, the insurers either would not have accepted the insurance, or would have effected it at a greater premium and under more onerous conditions.
- 679. In case of fraud on the part of the assured, in addition to the cancellation of the insurance, he shall be condemned to pay to the insurer double the premium agreed. When the insurer is guilty of fraud, he shall be condemned to return the premium received, and to pay to the assured a like amount.

In both cases a criminal prosecution will lie against the person who has practised the fraud.

¹⁾ This should apparently be Art. 131 (Translator's note).

680. A desviação voluntaria da derrota da viagem, e a alteração na ordem das escalas, que não fôr obrigado por urgente necessidade ou força maior, annullará o seguro pelo resto da viagem (art 509).

681. Se o navio tiver varios portos de escala designados na apolice, é licito ao segurado alterar a ordem das escalas; mas, em tal caso só poderá escalar em um

unico porto dos especificados na mesma apolice.

682. Quando o seguro versar sobre dinheiro dado a risco, deve declarar-se na apolice, não só o nome do navio, do capitão, e do tomador do dinheiro, como outrosim fazer-se menção dos riscos que este quer segurar e o dador exceptuara, ou qual o valor descoberto sobre que é permittido o seguro (art. 650). Além desta declaração é necessario mencionar tambem na apolice a causa da divida para que servio o dinheiro.

683. Tendo-se effectuado sem fraude diversos seguros sobre o mesmo objecto, prevalecerá o mais antigo na data da apolice. Os seguradores cujas apolices forem posteriores, são obrigados a restituir o premio recebido, retendo por indemnisação

meio por cento do valor segurado.

684. Em todos os casos em que o seguro se annullar por facto que não resulte directamente de força maior, o segurador adquire o premio por inteiro, se o objecto do seguro se tiver posto em risco; e se não se tiver posto em risco, retem meio por cento do valor segurado.

Annullando-se, porém, algum seguro por viagem redonda com premio ligado,

o segurador adquire metade (tão somente) do premio ajustado.

Capitulo II. Das cousas que podem ser objecto de seguro maritimo.

685. Toda e qualquer cousa, todo e qualquer interesse apreciavel a dinheiro, que tenha sido posto ou deva por-se a risco de mar, póde ser objecto de seguro

maritimo, não havendo prohibição em contrario.

686. É' prohibido o seguro: 1.º Sobre cousas, cujo commercio não seja licito pelas Leis do Imperio, e sobre os navios nacionaes ou estrangeiros que nesse commercio se empregarem; — 2.º Sobre a vida de alguma pessoa livre; — 3.º Sobre soldadas a vencer de qualquer individuo da tripolação.

687. O segurador póde se segurar por outros seguradores os mesmos objectos que elle tiver segurado, com as mesmas ou differentes condições, e por igual, maior

ou menor premio.

O segurado póde tornar a segurar, quando o segurador ficar insolvente, antes da noticia da terminação do risco, pedindo em Juizo annullação da primeira apolice: e se a esse tempo existir risco pelo qual seja devida alguma indemnisação ao segurado, entrará este pela sua importancia na massa do segurador fallido.

- 688. Não se declarando na apolice de seguro de cinheiro a risco, se o seguro comprehende o capital e o premio, entende-se que comprehende só o capital, o qual, no caso de sinistro, será indemnisado pela fórma determinada no art. 647.
- 689. Póde segurar-se o navio, seu frete e fazendas na mesma apolice; mas, neste caso, ha de determinar-se o valor de cada objecto distinctamente; faltando esta especificação, o seguro ficará reduzido ao objecto definido na apolice somente.
- 690. Declarando-se genericamente na apolice, que se segura o navio sem outra alguma especificação, entende-se que o seguro comprehende o casco e todos os pertences da embarcação, aprestos, botes, utensilios, e vitualhas ou provisões; mas, em nenhum caso, os fretes, nem o carregamento, ainda que este seja por conta do capitão, dono ou armador do navio.

691. As apolices de seguro por ida e volta cobrem os riscos seguros que sobrevierem durante as estadias intermedias, ainda que esta clausula seja omissa na

apolice.

Capitulo III. Da avaliação dos objectos seguros.

692. O valor do objecto do seguro deve ser declarado na apolice em quantia certa, sempre que o segurado tiver delle conhecimento exacto.

No seguro de navio, esta declaração é essencialmente necessaria, e faltando

ella o seguro julga-se improcedente.

680. Voluntary deviation from the course of the voyage, or alteration in the order of the calling places, which has not arisen from urgent necessity or vis major, shall annul the insurance for the remainder of the voyage (Art. 509).

681. If the vessel has various ports of call stated in the policy, the assured may alter the order of the calling places; but in such a case he may only call at

one of the ports specified in the same policy.

682. When the insurance applies to money advanced on bottomry, not only the names of the ship, master and borrower must be declared in the policy, but also the risks which the borrower wishes to insure against and those which the lender excepts must be stated, or what is the uncovered value on which the insurance is permitted (Art. 650). Besides this declaration it is necessary also to

state in the policy the cause of the debt for which the money was used.

683. If several insurances have been effected without fraud on the same subject-matter, the policy of that which is the oldest in date shall have the preference. The insurers whose policies come later are bound to restore the premiums received, retaining as compensation one half per cent. of the value insured.

684. In all cases where the insurance is annulled through an act which does not directly arise from vis major, the insurer is entitled to the whole premium, if the subject-matter of the insurance has been exposed to risk; and if it has not been exposed to risk, he may retain one half per cent. of the insured value. If however, any insurance for a round voyage with a single premium is annulled,

the insurer is entitled to half (so much only) of the agreed premium.

Chapter II. Things which may form the subject-matter of marine insurance.

685. Every and any thing, and every and any interest having a monetary value, which may have been exposed or may be exposed to sea risk, may be the subject-matter of marine insurance, if there is no prohibition to the contrary.

686. Insurance is not allowed: 1. On things which according to the laws of the Empire cannot be objects of trade, and on national or foreign ships which are employed in such trade; — 2. On the life of any free person; — 3. On the pay to be earned by any member of a ship's company.

An insurer can reinsure through other insurers the same subject-matter which he has insured, under the same or different conditions, and for an equal,

greater or less premium.

An assured can reinsure if the insurer becomes insolvent before the termination of the risk has become known, on applying to the Court that the first policy be annulled: but if at the time any risk exists against which the assured may be entitled to indemnity, such right of indemnity, according to its value, shall be admitted as a claim against the estate of the bankrupt insurer.

688. If, in a policy of insurance on money advanced on bottomry, it is not stated whether the insurance includes the principal sum and premium, it is understood that only the principal sum is included, which, in case of casualty, shall be

paid in the manner determined in Art. 647.

689. A vessel, her freight and goods may be insured in the same policy; but, in this case, the value of each object must be specifically determined; failing such specification, the insurance shall be reduced to the object defined in the policy only.

690. If it is declared in the policy that only the vessel is insured, without any other specification, it is understood that the insurance covers the hull and all the belongings of the vessel, fittings, boats, utensils, and victuals or provisions; but in no case the freights or cargo, even though they may be for account of the master, owner or managing owner of the vessel.

691. Policies of insurance for outward and inward voyages cover the risks insured which occur during the intermediate days on demurrage, even although

such a clause be omitted in the policy.

The valuation of things insured. Chapter III.

692. The value of the thing insured must be declared in the policy as an exact amount, whenever the assured knows exactly what it is.

In the insurance of a vessel, this declaration is essentially necessary, and if

it is absent the insurance is considered as of no effect.

Nos seguros sobre fazendas, não tendo o segurado conhecimento exacto do

seu verdadeiro importe, basta que o valor se declare por estimativa.

693. O valor declarado na apolice, quer tenha a clausula — valha mais ou valha menos —, quer a não tenha, será considerado em Juizo como ajustado e admittido entre as partes para todos os effeitos do seguro. Comtudo, se o segurador allegar que a cousa segura valia ao tempo do contracto um quarto menos, ou dahi para cima, do preço em que o segurado a estimou, será admittido a reclamar a avaliação; incumbindo-lhe justificar a reclamação pelos meios de prova admissiveis em commercio. Para este fim, e em ajuda de outras provas, poderá o segurador obrigar o segurado á exhibição dos documentos ou das razões em que se fundara para o calculo da avaliação que déra na apolice; e se presumirá ter havido dólo da parte do segurado se elle se negar a esta exhibição.

- 694. Não se tendo declarado na apolice o valor certo do seguro sobre fazendas, será este determinado pelo preço da compra das mesmas fazendas, augmentado com as despezas que estas tiverem feito até o embarque, e mais o premio do seguro e a commissão de se effectuar, quando esta se tiver pago; por fórma que, no caso de perda total, o segurado seja embolsado de todo o valor posto a risco. Na apolice de seguro sobre fretes sem valor fixo, será este determinado pela carta de fretamento, ou pelos conhecimentos, e pelo manifesto, ou livro da carga, cumulativamente em ambos os casos.
- 695. O valor do seguro sobre dinheiro a risco prova se pelo contracto original, e o do seguro sobre despezas feitas com o navio ou carga durante a viagem (arts. 515 e 651) com as respectivas contas competentemente legalisadas.
- 696. O valor de mercadorias provenientes de fabricas, lavras ou fazendas do segurado, que não for determinado na apolice, será avaliado pelo preço que outras taes mercadorias poderiam obter no lugar do desembarque, sendo ahi vendidas, augmentado na fórma do art. 694.

697. As fazendas adquiridas por troca, estimam-se pelo preço que poderiam obter no mercado do lugar da descarga aquellas que por ellas se trocaram, augmen-

tado na fórma do art. 694.

698. A avaliação em seguros feitos sobre moeda estrangeira faz-se, reduzindose esta ao valor da moeda corrente no Imperio, pelo curso que o cambio tinha na data da apolice.

699. O segurador em nenhum caso póde obrigar o segurado a vender os ob-

jectos do seguro para determinar o seu valor.

700. Sempre que se provar que o segurado procedeu com raude na declaração do valor declarado na apolice, ou na que posteriormente se fizer no caso de se não ter feito no acto do contracto (arts. 692 e 694), o Juiz, reduzindo a estimação do objecto segurado ao seu verdadeiro valor, condemnará o segurado a pagar ao segurador o dobro do premio estipulado.

701. A clausula inserta na apolice — valha mais ou valha menos —, não releva o segurado da condemnação por fraude; nem pode ser valiosa sempre que se provar, que o objecto seguro valia menos de um quarto que o preço fixado na

apolice (arts. 692 e 693).

Capitulo IV. Do começo e fim dos riscos.

702. Não constando da apolice do seguro o tempo em que os riscos devem começar e acabar, os riscos de seguro sobre navio principiam a correr por conta do segurador desde o momento em que a embarcação suspende a sua primeira ancora para velejar, e terminam depois que tem dado fundo e amarrado dentro do porto do seu destino, no lugar que ahí fôr designado para descarregar, se levar carga, ou no lugar em que dér fundo e amarrar, indo em lastro.

703. Segurando-se o navio por ida e volta, ou por mais de uma viagem, os riscos correm sem interrupção por conta do segurador, desde o começo da primeira viagem até o fim da ultima (art. 691).

704. No seguro de navios por estada em algum porto, os riscos começam a correr desde que o navio dá fundo e se amarra no mesmo porto, e findam desde o momento em que suspende a sua primeira ancora para seguir viagem.

705. Sendo o seguro sobre mercadorias, os riscos têm principio desde o momento em que ellas se começam a embarcar nos cáes ou á borda d'agua do lugar In insurances of goods, if the assured does not know their exact value, it is

sufficient that their estimated value be declared.

693. The value declared in a policy, whether it contains the clause "worth more or less" or does not contain it, will be considered in law as agreed and admitted between the parties for all effects of the insurance. If the insurer, however, alleges that the thing insured was at the time of the contract worth one fourth or more less than the value at which the assured estimated it, he shall be allowed to claim that it be taken at its proper value; taking it upon himself to assert his claim by such forms of proof as are admissible in trade. To this end, and as an aid to other proofs, the insurer can require the assured to produce the documents or grounds on which the means of arriving at the value which is given in the policy are based; and if the assured refuses to produce them it shall be presumed that there was fraud on his part.

694. If the exact value of goods insured is not declared in the policy, it shall be determined by the cost price of the said goods, with the addition of the expenses which have been incurred up to their being placed on board, and the premium of insurance and brokerage for effecting the insurance, if it has been paid; so that in case of total loss the assured will be paid the total value exposed to risk. In a policy of insurance of freights without fixed value, the value shall be determined by the charter-party or by the bills of lading, and by the manifest or cargo book,

all considered together in both cases.

695. The value of an insurance on money advanced on bottomry is proved by the original contract, and that of an insurance on the expenses incurred in respect of the vessel or cargo during the voyage (Arts. 515 and 651), by the respective

accounts properly authenticated.

696. The value of goods coming from mills, farms or properties of the assured, which is not determined in the policy, shall be valued according to the price which other similar goods would fetch in the place of discharge if sold there, with the additions mentioned in Art. 694.

697. Goods acquired by barter are valued according to the price obtainable in the market of the place of discharge of those given in exchange, with the addi-

tions mentioned in Art. 694.

698. Valuations of insurances made in foreign money are calculated by reducing it to the value of the current money of the Empire, according to the rate of exchange ruling at the date of the policy.

699. In no case can an insurer oblige an assured to sell the subject-matter

of the insurance in order to determine its value.

700. Whenever it is proved that an assured acted with fraud in the declaration of value stated in the policy, or in that which he may have afterwards made if it was not made at the time of the contract (Arts. 692 and 694), the Judge, after reducing the estimated value of the subject-matter insured to its true value, shall condemn the assured to pay to the insurer double the stipulated premium.

701. The clause inserted in the policy "worth more or less" does not release the assured from being condemned for fraud; nor can it be of value whenever it is proved that the subject-matter insured was worth less by one fourth than the

value stated in the policy (Arts. 692 and 693).

Chapter IV. Commencement and termination of the risks.

702. If the time at which the risks are to begin and end are not stated in the policy of insurance, the risks of insurance on a vessel begin to run for the account of the insurer from the moment when the vessel weighs her first anchor in order to sail, and terminate after she has anchored or been moored within her port of destination at the place which has there been appointed for her discharge, if she takes cargo, or at the place at which she anchors or is moored, if in ballast.

703. If a vessel is insured for the outward and homeward voyages, or for

more than one voyage, the risks run without interruption for the account of the insurer, from the commencement of the first voyage to the end of the last (Art. 691).

704. In the insurance of ships during their stay in any port, the risks begin to run from the time the vessel anchors or is moored in the said port, and terminate the moment she weighs her first anchor in order to pursue her voyage.

705. If the insurance is on goods, the risks commence from the moment they begin to be put on the quays or at the water's edge at the place of loading, and only da carga, e só terminam depois que são postas a salvo no lugar da descarga, ainda mesmo no caso do capitão ser obrigado a descarregal-as em algum porto de escala, ou de arribada forçada.

706. Fazendo-se seguro sobre fazendas a transportar alternadamente por mar e terra, rios ou canaes, em navios, barcos, carros ou animaes, os riscos começam logo que os effeitos são entregues, no lugar onde devem ser carregados, e só expiram

quando são descarregados a salvamento no lugar do destino.

707. Os riscos de seguro sobre frete tem o seu começo desde o momento e á medida que são recebidas a bordo as fazendas que pagam frete, e acabam logo que sahem para fóra do portaló do navio, e á proporção que vão sahindo; salvo se por ajuste ou por uso do porto o navio fôr obrigado a receber a carga á beira d'agua, e a pol-a em terra por sua conta.

O risco do frete, neste caso, acompanha o risco das mercadorias.

- 708. A fortuna das sommas mutuadas a risco principia e acaba para os seguradores na mesma época, e pela mesma fórma que corre para o dador do dinheiro a risco; no caso, porém, de se não ter feito no instrumento do contracto a risco menção especifica dos riscos tomados, ou se não houver estipulado tempo, entendese que os seguradores tomaram sobre si todos os riscos, e pelo mesmo tempo que geralmente costumam receber os dadores de dinheiro a risco.
- **709.** No seguro de lucro esperado, os riscos acompanham a sorte das fazendas respectivas.

Capitulo V. Das obrigações reciprocas do segurador e do segurado.

710. São a cargo do segurador todas as perdas e damnos que sobrevierem ao

objecto seguro por algum dos riscos especificados na apolice.

711. O segurador não responde por damno ou avaria que aconteça por facto do segurado, ou por alguma das causas seguintes: 1.º Desviação voluntaria da derrota ordinaria e usual da viagem; — 2.º Alteração voluntaria na ordem das escalas designadas na apolice; salva a excepção estabelecida no art. 680; — 3.° Prolongação voluntaria da viagem além do ultimo porto atermado na apolice. Encurtando-se a viagem, o seguro surte pleno effeito, se o porto onde elle findar fôr de escala declarada na apolice; sem que o segurado tenha direito para exigir reducção no premio estipulado; — 4.º Separação espontanea decomboio, ou de outro navio armado, tendo-se estipulado na apolice de ir em conserva delle; — 5.º Diminuição e derramamento de liquidos (art. 624); — 6.° Falta de estiva, ou defeituosa arrumação da carga; — 7.° Diminuição natural de generos, que por sua qualidade são susceptiveis de dissolução, diminuição ou quebra em peso ou medida, entre o seu embarque e o desembarque; salvo tendo estado encalhado o navio, ou tendo sido descarregadas essas fazendas por occasião de força maior; devendo-se, em taes casos, fazer deducção da diminuição ordinaria que costuma haver em generos de semelhante natureza (art. 617); — 8.° Quando a mesma diminuição natural acontecer em cereaes, assucar, café, farinhas, tabaco, arroz, queijos, fructas seccas ou verdes, livros ou papel e outros generos de semelhante natureza, se a avaria não exceder a dez por cento do valor seguro; salvo se a embarcação tiver estado encalhada, ou as mesmas fazendas tiverem sido descarregadas por motivo de força maior, ou o contrario se houver estipulado na apolice; — 9 ° Damnificação de amarras, mastreação, velame ou outro qualquer pertence do navio, procedida do uso ordinario de seu destino; — 10.° Vicio intrinseco, má qualidade, ou máo acondicionamento do objecto seguro; -- 11.º Avaria simples ou particular, que, incluida a despeza de documentos justificativos, não exceda de tres por cento do valor segurado; — 12.º Rebeldia do capitão ou da equipagem; salvo havendo estipulação em contrario declarada na apolice. Esta estipulação é nulla, sendo o seguro feito pelo capitão, por conta delle ou alheia, ou por terceiro por conta do capitão.

712. Todo e qualquer acto por sua natureza criminoso praticado pelo capitão no exercicio do seu emprego, ou pela tripolação, ou por um e outra conjunctamente, do qual aconteça damno grave ao navio ou á carga, em opposição á presumida

vontade legal do dono do navio, é rebeldia.

713. O segurador que toma o risco de rebeldia, responde pela perda ou damno procedente do acto de rebeldia do capitão ou da equipagem, ou seja por consequencia immediata, ou ainda casualmente, uma vez que a perda ou damno tenha acontecido dentro do tempo dos riscos tomados, e na viagem e portos da apolice.

terminate after they have been safely deposited at the place of discharge, even when the master is obliged to discharge them in some port of call, or where he is

forced to seek safety.

706. If the insurance is on goods to be alternately carried by sea and land, rivers or canals, in vessels, boats, carts or on animals, the risks commence immediately the goods are delivered at the place where they have to be loaded, and only terminate when they are safely deposited in the place of destination.

707. Risks of insurance on freight commence from the moment when and according as the goods which pay freight are received on board, and terminate as soon as and according as they leave the side of the vessel, unless by agreement or custom of the port the vessel is obliged to receive cargo at the water's edge, and to place it on land for her own account.

In this case, the risk of freight follows the risk of the goods.

708. The risks of an insurer on sums advanced on bottomry loans commence and terminate at the same time and in the same manner as they commence and terminate in the case of a lender of money on bottomry; if, however, no special mention of the risks taken has been made in the instrument of the contract, or if no time has been stipulated, it is understood that the insurer takes upon himself all the risks, and for the same time as lenders on bottomry are generally accustomed

709. In an insurance of expected profit, the risks follow the fortune of the respective goods.

Chapter V. The reciprocal obligations of the insurer and assured.

710. All loss or damage occurring to the subject-matter insured from any of the risks specified in the policy, are borne by the insurer.

711. An insurer is not liable for loss or damage which occurs by the act of the assured, or from any of the following causes: 1. Voluntary deviation from the ordinary and usual route of the voyage; — 2. Voluntary alteration in the order of the calling places stated in the policy; saving the exception established in Art. 680;
— 3. Voluntary prolongation of the voyage beyond the last port specified in the policy. Where the voyage is shortened, the insurance takes complete effect, if the port where it ends is one of the ports of call stated in the policy; without the assured being entitled to claim any reduction in the agreed premium; -4. Voluntary separation from a convoy or other armed vessel, if there is a stipulation in the policy to travel under its protection; — 5. Diminution and leakage of liquids (Art. 624); — 6. Want of stowing or bad stowage of the cargo; — 7. Natural diminution of goods, which by their nature are susceptible of melting, diminution or loss in weight or measure, between their embarcation and disembarcation, unless the vessel has stranded, or the goods have been discharged through vis major; in such cases, the usual allowance for diminution which it is customary to grant in goods of a similar nature must be made (Art. 617); — 8. When such natural diminution occurs in grain, sugar, coffee, milling products, tobacco, rice, cheese, dried or fresh fruit, books or paper and other goods of a similar nature, if the loss does not exceed ten per cent. of the insured value; unless the vessel has stranded, or the said goods have been discharged through vis major, or the contrary has been stipulated in the contract; - 9. Injury to cables, masts or rigging, sails or any other belongings of the vessel, arising from the ordinary use for which they were intended; — 10. Inherent defect, bad quality, or bad condition of the subject-matter insured; — 11. General or particular average which, including the cost of the documents of proof, does not exceed three per cent. of the insured value; — 12. Barratry of the master or crew; unless there is a stipulation to the contrary declared in the policy. This stipulation is void, if the insurance has been effected by the master, for the account of himself or a third person, or by a third person for the account of the master.

712. Any and every act of a criminal nature done by the master in the exercise of his office, or by the crew, or by one and the other jointly, from which serious damage is occasioned to the vessel or to the cargo, against the presumed legal will of the owner of the vessel, is barratry.

713. An insurer who takes the risk of barratry is liable for the loss or damage arising from the act of barratry of the master or crew, whether it be by immediate or accidental result, provided that the loss or damage has occurred during the period of the risks taken, and during the voyage or in the ports of the policy.

714. A clausula — livre de avarias — desobriga, os seguradores das avarias simples ou particulares; a causula — livre de todas as avarias —, desonera-os tambem das grossas. Nenhuma destas clausulas, porém, os isenta nos casos em que tiver lugar o abandono.

715. Nos seguros feitos com a clausula — livre de hostilidade —, o segurador é livre, si os effeitos segurados perecem ou se deterioram por effeito de hostilidades. O seguro neste caso cessa, desde que foi retardada a viagem, ou mudada a derrota

por causa das hostilidades.

716. Contendo o seguro sobre fazendas a clausula — carregadas em um ou mais navios —, o seguro surte todos os effeitos, provando-se que as fazendas seguras foram carregadas por inteiro em um só navio, ou por partes em diversas embarcações.

717. Sendo necessario baldear-se a carga, depois de começada a viagem, para embarcação differente da que tiver sido designada na apolice, por innavegabilidade ou força maior, os riscos continuam a correr por conta do segurador até o navio substituido chegar ao porto do destino, ainda mesmo que tal navio seja de diversa bandeira, não sendo esta inimiga.

718. Ainda que o segurador não responde pelos damnos que resultam ao navio por falta de exacta observancia das Leis e Regulamentos das Alfandegas, e policia dos portos (art. 530) esta falta não o desonera de responder pelos que dahi

sobrevierem á carga.

719. O segurado deve sem demora participar ao segurador, e, havendo mais de um, somente ao primeiro na ordem da subscripção, todas as noticias, que receber de qualquer sinistro acontecido ao navio ou á carga. A omissão culposa do segurado

a este respeito, póde ser qualificada de presumpção de má fé.

- 720. Si passado um anno a datar da sahida do navio nas viagens para qual quer porto da America e dous annos para outro qualquer porto do mundo, e, tendo expirado o tempo limitado na apolice, não houver noticia alguma do navio, presume-se este perdido, e o segurado póde fazer abandono ao segurador, e exigir o pagamento da apolice: o qual, todavia, será obrigado a restituir, si não houver perdido ou si vier a provar que o sinistro aconteceu depois de ter expirado o tempo dos riscos.
- 721. Nos casos de naufragio ou varação, preza ou aresto de inimigo, o segurado é obrigado a empregar toda a diligencia possivel para salvar ou reclamar os objectos seguros, sem que para taes actos se faça necessaria a procuração do segurador, do qual póde o segurado exigir o adiantamento do dinheiro preciso para a reclamação intentada ou que se possa intentar, sem que o máo sucesso desta prejudique ao embolso do segurado pelas despezas occorridas.
- 722. Quando o segurado não póde fazer por si as devidas reclamações, por deverem ter lugar fóra do Imperio, ou do seu domicilio, deve nomear para esse fim competente mandatario, avisando desta nomeação ao segurador (art. 719). Feita a nomeação e o aviso, cessa toda a sua responsabilidade, nem responde pelos actos do seu mandatario; ficando unicamente obrigado a fazer cessão ao segurador das acções que competirem, sempre que este o exigir.
- 723. O segurado, no caso de preza ou aresto de inimigo só está obrigado a seguir os termos da reclamação até a promulgação da sentença da primeira instancia.
- 724. Nos casos dos tres artigos precedentes, o segurado é obrigado a obrar de accordo com os seguradores. Não havendo tempo para os consultar, obrará como melhor entender, correndo as despezas por conta dos mesmos seguradores.

Em caso de abandono admittido pelos seguradores, ou destes tomarem sobre si as diligencias dos salvados ou das reclamações, cessam todas as sobreditas obri-

gações do capitão e do segurado.

725. O julgamento de um Tribunal estrangeiro, ainda que baseado pareça em fundamentos manifestamente injustos, ou factos notoriamente falsos ou desfigurados, não desonera o segurador mostrando o segurado que empregou os meios ao seu alcance, e produzio as provas que lhe era possivel prestar para prevenir a injustiça do julgamento.

726. Os objectos segurados que forem restituidos gratuitamente pelos aprezadores, voltam no dominio de seus donos, ainda que a restituição tenha sido feita

a favor do capitão ou de qualquer outra pessoa.

714. The clause "free of average" exonerates the insurers from simple or particular average; the clause "free of all average" exonerates them also from general average. Neither of these clauses, however, frees them in cases in which abandonment takes place.

715. In insurances effected with the clause "free of hostility", the insurer is absolved if the insured goods perish or are deteriorated through hostilities. The insurance in this case ceases, from the time the voyage was delayed or the route

changed on account of hostilities.

716. If the insurance of goods contains the clause "loaded on one or more vessels", the insurance takes complete effect on its being proved that the goods insured were loaded entirely on one vessel, or divided amongst different vessels.

717. If it is necessary after the commencement of the voyage to transfer the cargo to a different vessel from that which has been stated in the policy, because of unseaworthiness or vis major, the risks continue to run for account of the insurer until the vessel to which the cargo has been transferred arrives at the port of destination, although such vessel carries a different flag, if not that of an enemy.

718. Although the insurer is not liable for damages which the vessel may suffer through failure strictly to observe the Laws and Regulations of the Custom Houses and police of the ports (Art. 530), such failure does not exonerate him

from those which may happen to the cargo therefrom.

719. An assured must without delay inform the insurer, and, if there is more than one, only the first underwriter, of all news he receives of any disaster which may have happened to the ship or cargo. The culpable neglect of the assured to

do so, can be taken as a presumption of dishonesty.

720. If a year has elapsed from the sailing of a vessel for any port in America and two years for any other port in the world, and if the time to which the policy is limited has expired, and there should be no news of the vessel, she is presumed to be lost, and the assured can effect abandonment to the insurer, and demand payment of the policy, which, however, he is bound to restore, if the vessel has not been lost or if it is proved that the casualty occurred after the period of the risks had expired.

721. In cases of shipwreck or stranding, or capture or arrest by an enemy, the assured is bound to employ every possible diligence to salve or claim the subject-matter insured, without a power of attorney from the insurer being necessary for such action, and the assured can demand from the insurer the payment of any money in advance which may be necessary to support a claim brought or which may be brought, and the non-success of such claim does not prejudice the re-payment

to the assured of the expenses incurred.

722. When the assured cannot personally make the necessary claims, on account of their having to be made outside the Empire or away from the place where he resides, he must appoint for the purpose a proper representative, and advise the insurer of such appointment (Art. 719). After the said appointment and advice have been made and sent, all his responsibility ceases, and he is not responsible for the acts of his representative; being solely bound to assign to the insurer, whenever he may demand it, the rights of action which may arise.

723. The assured, in case of capture or arrest by an enemy, is only bound to follow the action of reclamation until the publication of the judgment of first

instance.

724. In the cases of the three preceding Articles, the assured is bound to work in agreement with the insurers. If there is no time to consult them, he must act as appears best, the expenses being borne by the said insurers.

In case of abandonment admitted by the insurers, or if they take upon themselves the measures necessary for the salvage or claims, all the said obligations

of the master and assured cease.

725. The decision of a foreign Tribunal, although it may appear based on manifestly unjust grounds, or on notoriously false or distorted facts, does not exonerate the insurer if the assured proves that he employed all the means in his power, and produced all the proofs which it was possible for him to produce to prevent the injustice of the decision.

726. Insured objects which have been gratuitously restored by their captors, must be given up to their owners, even although the restitution has been made in

favour of the master or any other person.

- 727. Todo o ajuste que se fizer com os aprezadores no alto mar para resgatar a cousa segura, é nullo; salvo havendo para isso autorisação por escripto na apolice.
- 728. Pagando o segurador um damno acontec do á cousa segura, ficará subrogado em todos os direitos e acções que ao segurado competirem contra terceiro; e o segurado não póde praticar acto algum em prejuizo do direito adquirido dos seguradores.

729. O premio do seguro é devido por inteiro, sempre que o segurado receber

a indemnisação do sinistro.

730. O segurador é obrigado a pagar ao segurado as indemnisações a que tiver direito, dentro de quinze dias da apresentação da conta, instruida com os documentos respectivos; salvo se o prazo do pagamento tiver sido estipulado na apolice.

Titulo IX. Do naufragio e salvados.

731. Ninguem póde arrecadar as fazendas naufragadas no mar ou nas praias, estando presente o capitão ou quem suas vezes fizer, sem consentimento seu.

732. O Juiz de Direito do Commercio respectivo, logo que lhe constar que algum navio tem naufragado ou se acha em perigo de naufragar, passará sem demora ao lugar do naufragio, e empregará todas as diligencias que forem praticaveis para a salvação da gente, navio e carga: e faltando o capitão ou quem suas vezes faça, ou não apparecendo neste acto o dono, consignatário ou pessoa por elles, mandará proceder a inventario dos objectos salvados, e os fará pôr em boa e segura guarda.

Si o naufragio acontecer em porto onde houver Alfandega ou Mesa de Rendas, ou em costas visinhas, as diligencias do inventario e arrecadação serão praticadas com assistencia dos empregados respectivos, e na sua falta com os das Collectorias.

733. Os objectos salvados que puderem deteriorar-se pela demora, serão vendidos em hasta publica, e o seu producto posto em deposito, por conta de quem pertencer. Os objectos que se acharem em bom estado serão conduzidos para a respectiva Alfandega, procedendo-se a respeito delles na conformidade do Regimento das Alfandegas.

734. Achando-se presente o capitão, ou o dono das mercadorias, ou quem suas vezes faça, tomará conta das fazendas salvas, e as poderá conduzir para o porto do seu destino, ou outro qualquer: com declaração porém de que, si as fazendas, por serem de origem estrangeira, estiverem sujeitas ao pagamento de alguns direitos, si o capitão ou dono preferir navegal-as para porto do Imperio, só lhe será permit-

tida a viagem si nesse porto houver Alfandega.

735. Ŝi alguem puder salvar navio, fragmento ou carga abandonados no alto mar ou nas costas, entregando tudo immediatamente e sem desfalque ao Juiz de Direito do Commercio do districto, haverá um premio de dez a cincoenta por cento do seu valor; deixando de fazer a entrega, incorrerá nas penas criminaes impostas aos que não entregam a cousa alheia perdida.

- 736. O salario que vencerem as pessoas empregadas no serviço do salvamento do navio ou carga, e bem assim os premios que se deverem nos casos em que estes puderem ter lugar, serão regulados por arbitros; tendo-se em consideração o perigo e a natureza do serviço, a promptidão com que este fôr prestado, e a fidelidade com que as pessoas nelle empregadas houverem feito entrega dos objectos salvos.
- 737. O capitão e pessoas da tripolação que salvarem ou ajudarem a salvar o navio, fragmentos ou carga, além das suas soldadas pela viagem (art. 559), têm direito a uma gratificação correspondente ao seu trabalho e aos perigos que tiverem corrido.
- 738. As despezas com os salvados, as necessarias para habilitar o navio para a sua navegação, e as que se fizerem com o transporte da carga (art. 614), têm hypotheca especial e preferencia nos objectos salvos ou no seu producto.
- 739. As questões que se moverem sobre o pagamento de salvados, serão decididas por arbitros no lugar do districto onde tiver acontecido o naufragio.

727. Every agreement which is made on the high seas with the captors for ransoming the thing insured is void, unless there is a written authorization to make

such an agreement in the policy.

728. If an insurer pays for damage which has occurred to a thing insured, he is subrogated to all the rights and actions which belong to the assured as against a third person; and the assured cannot perform any act which may prejudice the right acquired by the insurers.

729. The insurance premium is payable in full, whenever the assured receives

indemnity for the casualty.

730. An insurer is bound to pay to an assured all indemnities to which he is entitled, within fifteen days of presentation of the account accompanied by the necessary documents, unless a term for payment has been stipulated in the policy.

Title IX. Shipwreck and salvage.

731. No one may recover shipwrecked goods in the sea or on the coast if the master or a person who is acting for him is present, without his consent.

732. The competent Superior Commercial Judge, as soon as it is brought to his knowledge that a vessel is shipwrecked or in danger of shipwreck, shall proceed without delay to the scene of the shipwreck, and shall employ all measures which are practical for the safety of the people on board, of the vessel and of the cargo: and in the absence of the master or of a person who is acting for him, or if the owner, the consignee or someone representing them, does not appear on the occasion, he shall order an inventory of the goods salved to be made, and cause them to be placed in good and safe custody.

If the shipwreck takes place in a port where there is a Custom House or Office for Receiving Dues or on the neighbouring coast, the measures for the recovery and taking of the inventory shall be employed with the assistance of the proper officers,

and in their absence with those of the Collecting Offices.

733. Objects salved which are liable to deteriorate through delay must be sold by public auction, and the proceeds deposited for the account of the owner. Objects in sound condition must be taken to the proper Custom House, and treated in accordance with Custom House Regulations.

734. If the master, or the owner of the goods, or a person who is acting for him, is present, he shall take charge of the goods salved, and may convey them to their port of destination, or to any other port: subject to the condition, however, that if the goods, as being of foreign origin, are subject to the payment of duty, and the master or owner prefers to carry them to a port of the Empire, he will

only be allowed to do so if there is a Custom House in such port.

735. Should anyone salve a vessel, wreckage or cargo abandoned on the high seas or on the coast, and at once deliver all without retaining anything to the Superior Commercial Judge of the district, he shall receive a reward of from ten to fifty per cent. of its value; if he fails to deliver it, he makes himself liable to the criminal penalties imposed on those who do not deliver a thing which has been lost and which belongs to another person.

736. The remuneration to which persons employed in the service of salvage of a vessel or cargo are entitled, as also the rewards which are due in cases where they are recognized, must be decided by arbitrators; the danger and nature of the service, the alacrity with which such service was rendered, and the rectitude with which the persons employed in it delivered the objects salved, must be taken

into consideration.

737. The master and members of a ship's company who have salved or helped to salve the vessel, wreckage or cargo, are entitled to a gratuity corresponding to their labour and to the dangers they have risked, in addition to their pay for the voyage (Art. 559).

738. For expenses incurred in salvage, those necessary for putting the vessel in a seaworthy condition, and those which have been incurred for the transport of the cargo (Art. 614), there is a special lien and preference on the objects salved

or the proceeds of their sale.

739. Questions which arise respecting the payment for salvage shall be decided by arbitrators in the place of the district where the shipwreck has occurred.

Titulo X. Das arribadas forçadas.

740. Quando um navio entra por necessidade em algum porto ou lugar distincto dos determinados na viagem a que se propuzera, diz-se que fizera arribada forçada (art. 510).

741. São causa justa para arridada forçada: 1.º Falta de viveres ou aguaba; 2.º Qualquer accidente acontecido á equipagem, carga ou navio, que impos sibilite este de continuar a navegar; — 3.º Temor fundado de inimigo ou pirata.

- 742. Todavia, não será justificada a arribada: 1.° Si a falta de viveres ou de aguada proceder de não haver-se feito a provisão necessaria, segundo o costume e uso da navegação, ou de haver-se perdido e estragado por má arrumação ou descuido, ou porque o capitão vendesse alguma parte dos mesmos viveres ou aguada; 2.° Nascendo a innavegabilidade do navio de máo concerto de falta, de apercebimento ou esquipação, ou de má arrumação da carga; 3.° Si o temor de inimigo ou pirata não fôr fundado em factos positivos que não deixem duvida.
- 743. Dentro das primeiras vinte e quatro horas uteis da entrada no porto de arribada, deve o capitão apresentar-se á autoridade competente para lhe tomar o protesto da arribada, que justificará perante a mesma autoridade (arts. 505 e 512).

744. As despezas occasionadas pela arribada forçada, correm por conta do fretador ou do afretador, ou de ambos, segundo for a causa que as motivou, com direito regressivo contra quem pertencer.

745. Sendo a arribada justificada, nem o dono do navio, nem o capitão respondem pelos prejuizos que puderem resultar á carga; se, porém, não fôr justificada, um e outro serão responsaveis solidariamente até a concorrencia do valor do navio e frete.

746. Só póde autorizar-se a descarga no porto de arribada, sendo indispensavelmente necessaria para concerto do navio ou reparo de avaria da carga (art. 614). O capitão, neste caso, é responsavel pela boa guarda e conservação dos effeitos descarregados; salvos unicamente os casos de força maior, ou de tal natureza que não possam ser prevenidos.

que não possam ser prevenidos.

A descarga será reputada legal em Juizo, quando tiver sido autorizada pelo Juiz de Direito do Commercio. Nos paizes estrangeiros compete aos Consules do Imperio dar a autorização necessaria, e onde os não houver será requerida á autori-

dade local competente.

747. A carga avariada será reparada ou vendida, como parecer mais con-

veniente; mas, em todo o caso, deve preceder autorização competente.

748. O capitão não póde, debaixo de pretexto algum differir a partida do porto da arribada desde que cessa o motivo della; pena de responder por perdas e damnos resultantes da dilação voluntaria (art. 510).

Titulo XI. Do damno causado por abalroação.1)

- 749. Sendo um navio abalroado por outro, o damno inteiro causado ao navio abalroado e á sua carga será pago por aquelle que tiver causado a abalroação, se esta tiver acontecido por falta de observancia do Regulamento do porto, impericia, ou negligencia do capitão ou da tripolação; fazendo-se a estimação por arbitros.
- 750. Todos os casos de abalroação serão decididos, na menor dilação possivel, por peritos, que julgarão qual dos navios foi o causador do damno, conformando-se com as disposições do Regulamento do porto, e os usos e pratica do lugar. No caso dos arbitros declararem que não podem julgar com segurança qual navio foi o culpado, soffrerá cada um o damno que tiver recebido.

751. Si acontecendo a abalroação no alto mar, o navio abalroado for obrigado a procurar porto de arribada para poder concertar, e se perder nessa derrota, a perda do navio presume-se causada pela abalroação.

752. Todas as perdas resultantes de abalroação pertencem á classe de avarias particulares ou simples; exceptua-se o unico caso em que o navio, para evitar damno

¹⁾ Havendo o Brasil adherido ás resoluções da Conferencia Maritima Internacional de Washington, as regras ali adoptadas para evitar o abalroamento no mar foram publicadas e mandadas observar pelo Dec. no. 1898 de 14 de Março de 1895.

Title X. Ports of refuge.

740. When a vessel enters through necessity any port or place different from those determined in the intended voyage, she is said to take forced refuge (Art. 510).

741. Just causes for forced refuge are: 1. Want of food or water; — 2. Any accident occurring to the crew, cargo or ship, which prevents her from continuing

her voyage; — 3. Well grounded fear of enemies or pirates.

742. Nevertheless, refuge will not be considered justified: 1. If the want of food or water proceeds from not having made the necessary provision according to custom and usage in navigation, or from its having been lost or damaged through bad stowage or want of care, or because the master has sold some part of the said food or water; — 2. If the unseaworthiness of the vessel arises from her having been repaired, prepared or equipped for the voyage in an improper manner, or from bad stowage of the cargo; — 3. If the fear of enemies or pirates is not based on positive facts which do not admit of doubt.

743. Within twenty-four working hours after arrival at a port of refuge, the master must present himself to the proper Authority in order to note the protest of refuge, which he must justify before the same Authority (Arts. 505 and 512).

744. Expenses occasioned by forced refuge must be borne by the shipowner or charterer, or both, according to the causes which made them necessary, with the right of proceeding against any other person who may be liable for them.

745. If the refuge is justified, neither the owner of the vessel nor the master is liable for damage which the cargo may suffer; if, however, it is not justified, both one and the other are jointly and severally liable up to an amount equal to

the value of the vessel and freight.

746. Unloading in the port of refuge may only be allowed when it is absolutely necessary for the repair of the vessel or to repair damage to the cargo (Art. 614). In this case, the master is responsible for the safe custody and preservation of the goods unloaded, except only in cases of *vis major*, or in cases of such a nature as cannot be foreseen.

The unloading will be accounted lawful when it has been authorized by the Superior Commercial Judge. In foreign countries the Consuls of the Empire must give the necessary authorization, and where there is no Consul, application must be made to the proper local Authority.

747. Damaged cargo shall be repaired or sold, as may be more convenient;

but, in either case, proper authorization must previously be obtained.

748. A master may not, under any pretext, postpone his sailing from the port of refuge when once the reason for refuge has ceased; on pain of being liable for the loss and damage resulting from his voluntary delay (Art. 510).

Title XI. Damage caused by collision.1)

749. If one vessel has collided with another, the whole damage caused to the vessel struck and to her cargo shall be paid by the vessel which has caused the collision, if it has occurred through non-observance of the Rules of the port, want of skill or negligence of the master or crew; and the amount of the damage shall be estimated by arbitrators.

750. All cases of collision must be decided, with the least possible delay, by experts, who, subject to the provisions of the Rules of the port, and to the custom and practice of the place, shall decide which of the vessels caused the damage. In case the arbitrators declare that they cannot decide with assurance which vessel

was to blame, each one must bear the damage she has sustained.

751. If a collision occurs on the high seas, and the vessel struck is forced to seek a port of refuge in order to effect repairs, and if she is lost on her way there, the loss of the vessel is presumed to have been caused by the collision.

752. All losses from collision belong to the class of particular or simple average, with the sole exception of the case when a vessel, in order to avoid greater damage

¹⁾ Brazil having adhered to the resolutions of the International Maritime Conference of Washington, the rules there adopted to prevent collisions at sea were published and ordered to the observed by Decree No. 1898 of the 14th of March 1895.

maior de uma abalroação imminente, pica as suas amarras, e abalroa a outro para sua propria salvação (art. 764). Os damnos que o navio ou a carga neste caso soffre, são repartidos pelo navio, frete e carga por avaria grossa.

Titulo XII. Do abandono.

753. E' licito ao segurado fazer abandono dos objectos seguros, e pedir ao segurador a indemnisação de perda total nos seguintes casos: 1.º Preza, ou arresto por ordem de Potencia estrangeira, seis mezes depois da sua intimação, se o arresto durar por mais deste tempo; — 2.º Naufragio, varação, ou outro qualquer sinistro de mar comprehendido na apolice, de que resulte não poder o navio navegar, ou cujo concerto importe em tres quartos ou mais do valor por que o navio foi segurado; — 3.º Perda total do objecto seguro, ou deterioração que importe, pelo menos, tres quartos do valor da cousa segurada (arts. 759 e 777); — 4.º Falta de noticia do navio sobre que se fez o seguro, ou em que se embarcaram os effeitos seguros (art. 720).

754. O segurado não é obrigado a fazer abandono; mas, se o não fizer nos casos em que este Codigo o permitte, não poderá exigir do segurador indemnização maior do que teria direito a pedir se houvera acontecido perda total; excepto nos casos de letra de cambio passada pelo capitão (art. 515), de naufragio, reclamação

de preza, ou arresto de inimigo, e de abalroação.

755. O abandono só é admissivel quando as perdas acontecem depois de começada a viagem. Não póde ser parcial, deve comprehender todos os objectos contidos na apolice. Todavia, si na mesma apolice se tiver segurado navio e carga, póde ter lugar o abandono de cada um dos dous objectos separadamente (art. 689).

- **756.** Não é admissivel o abandono por titulo de innavegabilidade, se o navio, sendo concertado póde ser posto em estado de continuar a viagem até o lugar do destino; salvo se á vista das avaliações legaes, a que se deve proceder, se vier ao conhecimento de que as despezas do concerto excederiam pelo menos a tres quartos do preço estimado na apolice.
- 757. No caso de innavegabilidade do navio, si o capitão, carregadores, ou pessoas que os represente não puderem fretar outro para transportar a carga ao seu destino dentro de sessenta dias depois de julgada a innavegabilidade (art. 614), o segurado póde fazer abandono.
- 758. Quando nos casos de preza constar que o navio foi retomado antes de intimado o abandono, não é este admissivel; salvo se o damno soffrido por causa da preza, e a despeza com o premio da retomadia, ou salvagem importa em tres quartos, pelo menos, do valor segurado, ou se em consequencia da repreza os effeitos seguros tiverem passado a dominio de terceiro.
- 759. O abandono do navio comprehende os fretes das mercadorias que se puderem salvar, os quaes serão considerados como pertencentes aos seguradores; salva a preferencia que sobre os mesmos possa competir á equipagem por suas soldadas vencidas na viagem (art. 564), e a outros quaesquer credores privilegiados (art. 738).

760. Si os fretes se acharem seguros, os que forem devidos pelas mercadorias salvas, pertencerão aos seguradores dos mesmos fretes; deduzidas as despezas dos salvados, e as soldadas devidas á tripolação pela viagem (art. 559).

Titulo XIII. Das avarias.

Capitulo I. Da natureza e classificação das avarias.

- 761. Todas as despezas extraordinarias feitas a bem do navio ou da carga, conjunctas ou separadamente, e todos os damnos acontecidos áquelle ou a esta, desde o embarque e partida até a sua volta e desembarque, são reputadas avarias.
- 762. Não havendo entre as partes convenção especial exarada na carta partida ou no conhecimento, as avarias hão de qualificar-se, e regular-se pelas disposições deste Codigo.

763. As avarias são de duas especies: avarias grossas ou communs, e avarias simples ou particulares. A importancia das primeiras é repartida proporcional-

from an imminent collision, cuts her cables, and collides with another to save herself (Art. 764). Damage which a vessel or cargo suffer in such a case, shall be divided between the vessel, the freight and the cargo as general average.

Title XII. Abandonment.

753. An assured may abandon the objects insured, and demand from the insurer compensation for total loss in the following cases: 1. Capture or arrest by order of a foreign Power, six months after intimation, should the arrest last beyond that time; — 2. Shipwreck, stranding, or any other disaster at sea included in the policy, which makes it impossible for the vessel to be navigated, or the necessary repairs to which would amount to three fourths or more of the sum for which she is insured; — 3. Total loss of the object insured, or deterioration which amounts to three fourths at least of the value of the thing insured (Arts. 759 and 777); — 4. Absence of news of the vessel on which the insurance was effected, or on which the goods insured were loaded (Art. 720).

754. An assured is not bound to effect an abandonment; but, should be not do so in the cases allowed by this Code, he cannot demand from the insurer any compensation greater than that which he would have a right to claim if total loss had occurred; except in cases of a bill of exchange drawn by the master (Art. 515),

in respect of shipwreck, claim for capture, arrest by an enemy or collision.
755. Abandonment is only admissible when the losses have occurred after the commencement of the voyage. It cannot be partial, but must include all the objects contained in the policy. If, however, the vessel and cargo are insured in the same policy, abandonment of each of the two can take place separately (Art. 689).

756. Abandonment is not admissible on account of unseaworthiness, if the vessel by means of repairs can be placed in such a condition as to be able to continue her voyage to the place of destination; except where, after a legal survey, which must take place in order to arrive at the cost of repairs, it is ascertained that the expenses of repair will exceed at least three fourths of the sum declared in the policy

757. In case of the unseaworthiness of the vessel, the assured can effect abandonment, if the master, shippers or persons who represent them cannot charter another vessel to carry the cargo to its destination within sixty days after she has been

pronounced unseaworthy (Art. 614).
758. Abandonment is not admissible when in cases of capture it appears that the vessel was retaken before notice of abandonment was given; unless the damage suffered by reason of the capture, and the expenses and reward for recapture or salvage amount to three fourths at least of the sum insured, or unless in consequence of the recapture the goods insured have passed into the ownership of a third person.

759. The freight of goods which have been salved is included in the abandonment of a vessel, and the said freight is considered as belonging to the insurers; saving the preference which the crew may have over it for their pay due on the voyage (Art. 564), or which any other privileged creditors may have (Art. 738).

760. If the freights are insured, those owing for salved goods belong to the insurers of the same freights, after deducting the expenses of salvage, and the pay due to the members of the ship's company for the voyage (Art. 559).

Title XIII. Average.

Chapter I. Nature and classification of average.

761. All extraordinary expenses incurred on behalf of the vessel and cargo, jointly or separately, and all damages which either the one or the other suffers, from the time of loading and sailing to that of arrival and discharge, are considered average.

762. If there is no special agreement between the parties expressed in the charter-party or bill of lading, average must be considered and regulated by the

provisions of this Code.

763. Average is of two kinds: general or common average, and simple or particular average. The amount of the first is divided proportionately between mente entre o navio, seu frete e a carga; e a das segundas é supportada, ou só pelo navio, ou só pela cousa que soffreu o damno ou deu causa á despeza.

764. São avarias grossas: 1.º Tudo o que se dá ao inimigo, corsario ou pirata por composição ou a título de resgate do navio e fazendas, conjuncta ou separadamente; — 2.º As cousas alijadas para salvação commum; — 3.º Os cabos, mastros, velas e outros quaesquer apparelhos deliberadamente cortados, ou partidos por força de vela para salvação do navio e carga; — 4.º As ancoras, amarras e quaesquer outras cousas abandonadas para salvamento ou beneficio commum; — 5.º Os damnos causados pelo alijamento ás fazendas restantes á bordo; — 6.º Os damnos feitos deliberadamente ao navio para facilitar a evacuação d'agua, e os damnos acontecidos por esta occasião á carga; — 7.º O tratamento, curativo, sustento e indemnisações da gente da tripolação ferida ou mutilada defendendo o navio; — 8.º A indemnisação ou resgate da gente da tripolação mandada ao mar ou á terra em serviço do navio e da carga, e nessa occasião aprisionada ou ret ida; — 9.º As soldadas e sustento da tripolação durante arribada forçada; — 10.º Os direitos de pilotagem, e outros de entrada e sahida n'um porto de arribada forçada; - 11.º Os alugueis de armazens em que se depositem, em porto de arribada forçada, as fazendas que não puderem continuar a bordo durante o concerto do navio; -12.º As despezas da reclamação do navio e carga, feitas conjunctamente pelo capitão n'uma só instancia, e o sustento e soldadas da gente da tripolação durantea mesma reclamação, uma vez que o navio e carga sejam relaxados e restituidos; ---13.º Os gastos de descarga, e salarios para alliviar o navio e entrar n'uma abra ou porto, quando o navio é obrigado a faze-lo, por borrasca, ou perseguiçãode inimigo e os damnos acontecidos ás fazendas pela descarga e recarga do navio em perigo; — 14.º Os damnos acontecidos ao corpo e quilha do navio, que premeditadamente se faz varar para prevenir perda total, ou preza do inimigo; — 15.° As despezas feitas para por a nado o navio encalhado, e toda a recompensa por serviços extraordinarios feitos para prevenir a sua perda total, ou preza; — 16.º As perdas ou damnos sobrevindos ás fazendas carregadas em barcas ou lanchas, em consequencia de perigo; — 17.º As soldadas e sustento da tripolação, se a navio depois da viagem começada é obrigado a suspendel-a por ordem de Potencia estrangeira, ou por superveniencia de guerra; e isto por todo o tempo que o navio e carga forem impedidos; — 18.º O premio do emprestimo a risco, tomado para fazer face a despezas que devam entrar na regra de avaria grossa; — 19.º O premio do seguro das despezas de avaria grossa, e as perdas soffridas na venda da parte da carga no porto de arribada forçada para fazer face ás mesmas despezas; — 20.° As custas judiciaes para regular as avarias, e fazer a repartição das avarias grossas; As despezas de uma quarentena extraordinaria.

E em geral, os damnos causados deliberadamente em caso de perigo ou desastre imprevisto, e soffridos como consequencia immediata destes eventos, bem como as despezas feitas em iguaes circumstancias, depois de deliberações motivadas (art. 509), em bem e salvamento commum do navio e mercadorias, desde a sua carga e partida

até o seu retorno e descarga.

765. Não serão reputadas avarias grossas, posto que feitas voluntariamente e por deliberações motivadas para bem do navio e carga, as despezas causadas por vicio interno do navio, ou por falta ou negligencia do capitão ou da gente da tripolação. Todas estas despezas são a cargo do capitão ou do navio (art. 565).

766. São avarias simples e particulares: 1.° O damno acontecido ás fazendas por borrasca, preza, naufragio, ou encalhe fortuito, durante a viagem, e as despezas feitas para as salvar; — 2.° A perda de cabos, amarras, ancoras, velas e mastros causadas por borrasca ou outro accidente do mar; — 3.° As despezas de reclamação, sendo o navio e fazendas reclamadas separadamente; — 4.° O concerto particular de vasilhas, e as despezas feitas para conservar os effeitos avariados; — 5.° O augmento de frete e despezas de carga e descarga, quando, declarado o navio innavegavel, as fazendas são levadas ao lugar do destino por um ou mais navios (art. 614).

Em geral as despezas feitas e o damno soffrido só pelo navio, ou só pela

carga, durante o tempo dos riscos.

767. Se em razão de baixios ou bancos de areia conhecidos o navio não puder dar á vela do lugar da partida com a carga inteira, nem chegar ao lugar do destino

the vessel, her freight and the cargo; and that of the second is borne, either entirely by the vessel or entirely by the thing which has suffered the damage or occasioned

the expense.

764. The following are general average: 1. Everything which is given to enemies, privateers or pirates by arrangement or as ransom of the vessel and goods, jointly or separately; — 2. Things jettisoned for the common safety; 3. Cables, masts, sails and any other tackle intentionally cut, or broken by crowding sail, for the safety of the vessel and cargo; - 4. Anchors, hawsers and any other things abandoned for the common safety or benefit; — 5. Damage caused by jettison to the other goods on board; — 6. Damage intentionally caused to the vessel in order to facilitate the escape of water, and damage caused at the time to the cargo; - 7. Medical treatment and nursing, keep and compensation of members of the ship's company who have been wounded or maimed in defence of the vessel; -8. Compensation or ransom of members of the ship's company who have been sent on sea or on land in the service of the vessel or cargo, and at the time been made prisoners or detained; — 9. Pay and keep of the members of a ship's company while in a port of refuge; — 10. Pilotage and other dues for entering and leaving a port of refuge; — 11. Hiring of warehouses in a port of refuge, in which are deposited the goods which cannot remain on board during the repair of the vessel; — 12. Expenses of a claim incurred by the master for the vessel and cargo together and at the same time, and the keep and pay of the members of the ship's company during the said claim, provided that the vessel and cargo are freed and restored; — 13. Expenses of unloading, and payments made in order to lighten a vessel and enable her to enter a roadstead or port, when she is forced to do so through storm or pursuit of enemies, and the damage caused to the cargo through the unloading and reloading of the vessel in danger; — 14. Injury caused to the hull or keel of a vessel, when she has been intentionally stranded to avoid total loss or capture by enemies; — 15. Expenses incurred in floating a stranded vessel, and all remuneration for extraordinary services rendered to prevent her total loss or capture; — 16. Loss or damage caused to goods which, in consequence of danger, have been put on lighters or boats; — 17. The pay and keep of the members of a ship's company, if the vessel after having commenced the voyage is forced to suspend it by order of a foreign Power, or through the outbreak of war; and this lasts as long as the vessel and cargo are detained; — 18. The premium of a bottomry loan taken to meet expenses which have to be considered as general average; — 19. The premium of insurance on the expenses of general average, and the losses occasioned on the sale of a part of the cargo in a port of refuge to meet the said expenses; — 20. Law costs incurred in arriving at the average and in making the apportionment of general average; — 21. Expenses of extraordinary quarantine.

And in general, damage intentionally caused in case of unforeseen danger

And in general, damage intentionally caused in case of unforeseen danger or disaster, and suffered as an immediate consequence thereof, as well as expenses incurred in like circumstances, after resolutions occasioned thereby (Art. 509), for the benefit and common safety of the vessel and cargo, from her loading and

sailing to her return and discharge.

765. Expenses caused by internal defects of a vessel, or through the fault or negligence of the master or members of the ship's company, are not considered general average, although incurred voluntarily and in virtue of resolutions taken for the benefit of the vessel and cargo. All such expenses must be borne by the

master or the vessel (Art. 565).

766. The following are simple or particular average: 1. Damage occasioned to the cargo through storm, capture, shipwreck or accidental stranding during the voyage, and expenses incurred in salving it; — 2. Loss of cables, hawsers, anchors, sails or masts caused by storm or other disaster at sea; — 3. Expenses of claims, when the vessel and the cargo are claimed separately; — 4. The individual repair of coverings or receptacles, and expenses incurred to preserve the damaged goods; — 5. The increase of freight and the expenses of loading and discharging when, the vessel having been pronounced unseaworthy, the goods are carried to the place of destination by one or more other vessels (Art. 614).

In general, expenses incurred and damage suffered only by the vessel, or only

by the cargo, during the period of risk.

767. If on account of known shoals or sandbanks a vessel cannot sail from the place of departure with her full cargo, or reach the place of destination without

sem descarregar parte da carga em barcas, as despezas feitas para aligeirar o navio não são reputadas avarias, e correm por conta do navio somente; não havendo

na carta partida ou nos conhecimentos estipulação em contrario.

768. Não são igualmente reputadas avarias, mas simples despezas a cargo do navio, as despezas de pilotagem da costa e barras, e outras feitas por entrada e sahida de abras ou rios, nem os direitos de licenças, visitas, tonelagem, marcas, ancoragem, e outros impostos de navegação.

769. Quando fôr indispensavel lançar-se ao mar alguma parte da carga, deve começar-se pelas mercadorias e effeitos que estiverem em cima do convez; depois serão alijadas as mais pesadas e de menos valor, e dada igualdade, as que estiverem na coberta e mais á mão: fazendo-se toda a diligencia possivel para tomar nota das

marcas e numeros dos volumes alijados.

770. Em seguimento da acta da deliberação que se houver tomado para o alijamento (art. 509) se fará declaração bem especificada das fazendas lançadas ao mar; e se pelo acto do alijamento algum damno tiver resultado ao navio ou á carga remanescente, se fará tambem menção deste accidente.

771. As damnificações que soffrerem as fazendas postas a bordo de barcos para a sua conducção ordinaria, ou para aligeirar o navio em caso de perigo, serão reguladas pelas disposições estabelecidas neste capitulo que lhes forem applicaveis,

segundo as diversas causas de que o damno resultar.

Capitulo II. Da liquidação, repartição e contribuição da avaria grossa.

772. Para que o damno soffrido pelo navio ou carga possa considerar-se avaria a cargo do segurador, é necessario que elle seja examinado por dous arbitradores peritos que declarem: 1.° De que procedeu o damno; — 2.° A parte da carga que se acha avariada, e por que causa, indicando as suas marcas, numeros ou volumes; — 3.° Tratando-se do navio ou dos seus pertences, quanto valem os objectos avariados, e quanto poderá importar o seu concerto ou reposição.

Todas estas diligencias, exames e vistorias serão determinadas pelo Juiz de Direito do respectivo districto, e praticadas com citação dos interessados, por si ou seus procuradores; podendo o Juiz, no caso de ausencia das partes, nomear de

officio pessoa intelligente e idonea que as represente (art. 618).

As diligencias, exames e vistorias sobre o casco do navio e seus pertences, devem ser praticadas antes de dar-se principio ao seu concerto, nos casos em que

este possa ter lugar.

- 773. Os effeitos avariados serão sempre vendidos em publico leilão a quem mais der, e pagos no acto da arrematação: e o mesmo se praticará com o navio, quando elle tenha de ser vendido, segundo as disposições deste Codigo; em taes casos o Juiz, se assim lhe parecer conveniente, ou se algum interessado o requerer, poderá determinar que o casco e cada um dos seus pertences se venda separadamente.
- 774. A estimação do preço para o calculo da avaria será feita sobre a differença entre o respectivo rendimento bruto das fazendas sãs e o das avariadas, vendidas a dinheiro, no tempo da entrega; e em nenhum caso pelo seu rendimento liquido, nem por aquelle que, demorada a venda ou sendo a prazos, poderiam vir a obter.
- 775. Se o dono ou consignatario não quizer vender a parte das mercadorias sãs, não póde ser compellido; e o preço para o calculo será em tal caso o corrente que as mesmas fazendas, se vendidas fossem ao tempo da entrega, poderiam obter no mercado, certificado pelos preços correntes do logar, ou, na falta destes, attestado debaixo de juramento, por dous commerciantes acreditados de fazendas do mesmo genero.
- 776. O segurador não é obrigado a pagar mais de dous terços do custo do concerto das avarias que tiverem acontecido ao navio segurado por fortuna do mar, com tanto que o navio fosse estimado na apolice por seu verdadeiro valor, e os concertos não excedam de tres quartos desse valor no dizer de arbitradores expertos. Julgando estes, porém, que pelos concertos o valor real do navio se augmentaria além do terço da somma que custariam, o segurador pagará as despezas, abatido o excedente valor do navio.

unloading part of the cargo into boats, the expenses incurred in lightening the vessel are not considered average, but run for the account of the vessel only, if there is no stipulation in the charter-party or in the bills of lading to the contrary.

768. Expenses of pilotage of the coast and bars, and those incurred on entering or leaving roadsteads or rivers, or dues for licenses, visits, tonnage, marks, anchorage, and other navigation dues, are likewise not considered average, but

simple expenses for the account of the vessel.

769. When it is absolutely necessary to jettison part of the cargo, the goods and effects which are on the upper deck must be the first to go; afterwards those of greater weight and less value must be jettisoned, and other circumstances being equal, those on the main deck and nearest to hand: everything possible must be done to take note of the marks and numbers of the packages jettisoned.

770. After the resolution has been taken deciding on jettison (Art. 509) a correct and detailed statement must be made of the goods which have been thrown overboard; and if through the act of jettison any damage has occurred to the vessel or to the cargo remaining on board, mention of such damage must be made.

or to the cargo remaining on board, mention of such damage must be made.
771. Damage suffered by goods placed in boats for ordinary transference, or in order to lighten the vessel in case of danger, is regulated by the provisions established in this Chapter which apply, according to the different causes from which the damage has resulted.

Chapter II. Adjustment, apportionment and contribution to general average.

772. In order that the damage suffered by a vessel or cargo may be considered as average to be borne by the insurer, it is necessary that it be examined by two expert arbitrators, who shall declare: 1. The cause of the damage; — 2. The part of the cargo which is damaged, and from what cause, indicating the marks, numbers and packages; — 3. If referring to the vessel or to her belongings, the value of the objects damaged, and how much their repair or replacement will cost.

All these measures, examinations and investigations shall be determined by the Superior Judge of the respective district, and carried into effect by notice on the interested parties, personally or by their representatives; and in case of the absence of the parties, the Judge may ex officio appoint an intelligent and suitable

person to represent them (Art. 618).

Measures, examinations and investigations with respect to the hull of the vessel and her belongings, must be carried into effect before commencing the repairs,

in cases where it is possible to be done.

773. Damaged goods shall always be sold by public auction to the highest bidder, and paid for at the time of sale: and the same proceedings shall be adopted as regards the vessel, when she has to be sold, according to the provisions of this Code; in such cases the Judge, should he deem fit, or should any interested party demand it, may order the hull and any of the belongings of the vessel to be sold separately.

774. The estimate of the value to be calculated as average shall be made on the difference between the gross proceeds of the sound goods and of those that are damaged, sold for cash at the time of delivery; and in no case on the net proceeds, or on those which, after delay in their sale, or being sold on credit, they ultimately

fetch.

775. If the owner or consignee does not wish to sell the part of the goods which are sound, he cannot be compelled to do so, and the value for the calculation shall in such a case be the current price which the same goods, had they been sold at the time of delivery, would have fetched in the market, as proved by the current prices of the place, or, in default of these, certified on oath, by two credible

traders in goods of the same class.

776. An insurer is not bound to pay more than two thirds of the cost of repairs for damage which has happened to the insured vessel through sea risks, if the vessel has been declared in the policy at her true value, and the repairs do not exceed three fourths of this value according to the appraisement of expert arbitrators. If the latter, however, find that owing to the repairs the true value of the vessel is increased by more than a third of the amount they have cost, the insurer shall pay the expenses, after deducting the increased value of the vessel.

777. Excedendo as despezas a tres quartos do valor do navio, julga-se este declarado innavegavel a respeito dos seguradores; os quaes, neste caso, serão obrigados, não tendo havido abandono, a pagar a somma segurada, abatendo-se nesta o valor do navio damnificado ou dos seus fragmentos, segundo o dizer de arbitradores

expertos.

778. Tratando-se de avaria particular das mercadorias e achando-se estas estimadas na apolice por valor certo, o calculo do damno será feito sobre o preço que as mercadorias avariadas alcançarem no porto da entrega, e o da venda das não avariadas no mesmo lugar e tempo, sendo de igual especie e qualidade, ou, se todas chegaram avariadas, sobre o preço que outras semelhantes não avariadas alcançaram ou poderiam alcançar; e a differença, tomada a proporção entre umas e outras, será a somma devida ao segurado.

779. Se o valor das mercadorias se não tiver fixado na apolice, a regra para achar-se a somma devida será a mesma do artigo precedente, comtanto que, primeiro se determine o valor das mercadorias não avariadas; o que se fará, accrescentando a importancia das facturas originaes ás despezas subsequentes (art. 694). E tomada a differença proporcional entre o preço por que se venderam as não avariadas e as avariadas, se applicará a proporção relativa á parte das fazendas avariadas pelo

seu primeiro custo e despezas.

780. Contendo a apolice a clausula de pagar-se avaria por marcas, volumes, caixas, saccas ou especies, cada uma das partes designadas será considerada como um seguro separado para a fórma da liquidação das avarias ainda que essa parte

se ache englobada no valor total do seguro (art. 689 e 692).

781. Qualquer parte da carga, sendo objecto susceptivel de avaliação separada, que se perca totalmente, ou que por algum dos riscos cobertos pela respectiva apolice fique tão damnificada que não valha cousa alguma, será indemnisada pelo segurador como perda total, ainda que relativamente ao todo ou á carga segura seja parcial, e o valor da parte perdida ou destruida pelo damno se ache incluido, ainda que indistinctamente no total do seguro.

782. Se a apolice contiver a clausula de pagar avarias como perda de salvados, a differença para menos do valor fixado na apolice, que resultar da venda liquida que os generos avariados produzirem no lugar onde se venderam, sem attenção alguma ao producto bruto que tenham no mercado do porto do seu destino será

a estimação da avaria.

783. A regulação, repartição ou rateio das avarias grossas será feito por arbitros

nomeados por ambas as partes, a instancias do capitão.

Não se querendo as partes louvar, a nomeação de arbitros será feita pelo Tribunal do Commercio respectivo, ou pelo Juiz de Direito do Commercio a que pertencer, nos lugares distantes do domicilio do mesmo Tribunal.

Se o capitão fôr omisso em fazer effectuar o rateio das avarias grossas, póde a diligencia ser promovida por outra qualquer pessoa que seja interessada.

784. O capitão tem direito para exigir, antes de abrir as escotilhas do navio, que os consignatarios da carga prestem fiança idonea ao pagamento da avaria grossa, a que suas respectivas mercadorias forem obrigadas no rateio da contribuição commum.

785. Recusando-se os consignatarios a prestar a fiança exigida, póde o capitão requerer deposito judicial dos effeitos obrigados á contribuição, até ser pago, ficando o preço da venda subrogado, para se effectuar por elle o pagamento da avaria grossa,

logo que o rateio tiver lugar.

- 786. A regulação e repartição das avarias grossas, deverá fazer-se no porto da entrega da carga. Todavia, quando por damno acontecido depois da sahida, o navio fôr obrigado a regressar ao porto da carga, as despezas necessarias para reparar os damnos da avaria grossa, podem ser neste ajustadas.
- 787. Liquidando-se as avarias grossas ou communs no porto da entrega da carga, hão de contribuir para a sua composição: 1.° A carga, incluindo o dinheiro, prata, ouro, pedras preciosas, e todos os mais valores que se acharem a bordo; 2.° O navio e seus pertences, pela sua avaliação no porto da descarga, qualquer que seja o seu estado; 3.° Os fretes, por metade do seu valor tambem.

Não entram para a contribuição o valor dos viveres que existirem a bordo para mantimento do navio, a bagagem do capitão, tripolação e passageiros, que

777. If the expenses amount to more than three fourths of the value of the vessel, it is considered that she has been declared unseaworthy with regard to the insurers, who shall be bound, in this case, if there has not been abandonment, to pay the sum insured, after deducting therefrom the value of the damaged vessel

or of the wreck, according to the appraisement of expert arbitrators.

778. If it is a question of particular average of goods, and they are declared in the policy at a certain value, the damage shall be ascertained on the price which the damaged goods fetch at the port of delivery, and on that of the sale of the sound goods at the same place and time, if they are of a similar nature and quality, or, if all have arrived damaged, on the price which other similar sound goods have fetched or would fetch; and the difference, having taken the proportion between one and the other, shall be the amount due to the assured.

779. If the value of the goods has not been declared in the policy, the rule for arriving at the amount due shall be the same as in the preceding Article, provided that the value of the sound goods has first been determined; this shall be ascertained, by adding the subsequent charges to the amount of the original invoices (Art. 694), and having taken the proportionate difference between the price at which the damaged and the sound goods were sold, the proportion relating to the portion of the goods which are damaged and to their first cost and charges shall be adopted.

780. If the policy contains a clause to pay for losses by marks, packages, cases, sacks or species, each one of the expressed parts shall be considered as a separate insurance for the purpose of settling the average, although that part is

included in the total amount of the insurance (Arts. 689 and 692).

781. Any part of the cargo, being an object susceptible of separate valuation, which is totally lost, or which is so injured by one of the risks covered by the respective policy as to be of no value whatever, shall be paid for by the insurer as a total loss, although relatively to the whole or to the cargo insured it is partial, and the value of the part lost or destroyed by the damage shall be included, although not separately specified in the total amount of the insurance.

782. If the policy contains a clause to pay for losses as a salvage loss, the difference between the value stated in the policy and the net proceeds of the sale of the damaged goods in the place where they were sold, if less, and without any reference to the gross proceeds which they might have obtained in the market

of the port of destination, shall be the amount of the average.

783. The adjustment, distribution and apportionment of general average shall be made by arbitrators appointed by both parties at the request of the master.

If the parties do not wish a reference to arbitration, the appointment of arbitrators shall be made by the proper Commercial Tribunal, or by the Superior Commercial Judge attached thereto, in places away from the place where the said Tribunal is.

If the master neglects to take measures to effect the apportionment of general

average, the work may be undertaken by any other interested person.

784. A master has the right to demand that, before opening the hatches of the vessel, the consignees of the cargo shall give proper security for the payment of general average, and that their respective goods shall be bound by the rate of common contribution.

785. If the consignees refuse to give the security demanded, the master may seek a judicial deposit of the goods bound to contribute until it is paid, and the proceeds of the sale are subrogated, in order to effect by them the payment of

general average, as soon as the apportionment takes place.

786. The adjustment and distribution of general average must be made in the port of delivery of the cargo. When however, owing to damage which has occurred after departure, the vessel is obliged to return to the port of loading, the expenses necessary for repairing the general average damage may be adjusted in the latter.

787. If general or common average is adjusted in the port of delivery, the following must contribute thereto: 1. The cargo, including money, silver, gold, precious stones, and all other valuables on board; — 2. The vessel and her belongings, according to her valuation at the port of discharge, whatever the condition she is in; — 3. Freight, to the extent of half its value.

The value of the provisions which are on board for the maintenance of the vessel, the luggage of the master, of members of the ship's company and passengers,

fôr do seu uso pessoal, nem os objectos tirados do mar por mergulhadores á custa do dono.

788. Quando a liquidação se fizer no porto da carga, o valor da mesma será estimado pelas respectivas facturas, augmentando-se ao preço da compra as despezas até o embarque: e quanto ao navio e frete se observarão as regras estabelecidas no artigo antecedente.

789. Quer a liquidação se faça no porto da carga, quer no da descarga, contribuirão para as avarias grossas as importancias que forem resarcidas por via da

respectiva contribuição.

- 790. Os objectos carregados sobre o convez (arts. 521 e 677 n. 8), e os que tiverem sido embarcados sem conhecimento assignado pelo capitão (art. 599), e os que o proprietario ou seu representante, na occasião do risco de mar, tiverem mudado do logar em que se achavão arrumados sem licença do capitão, contribuem pelos respectivos valores, chegando a salvamento; mas o dono, no segundo caso, não tem direito para a indemnização reciproca, ainda quando fiquem deteriorados ou tenhão sido alijados a beneficio commum.
- 791. Salvando-se qualquer cousa em consequencia de algum acto deliberado de que resultou avaria grossa, não póde quem soffreu o prejuizo causado por este acto exigir indemnização alguma por contribuição dos objectos salvados, se estes por algum accidente não chegarem ao poder do dono ou consignatario, ou se, vindo ao seu poder, não tiverem valor algum, salvo os casos do art. 651 e 764, ns. 12 e 19.
- 792. No caso de alijamento, se o navio se tiver salvado do perigo que o motivou, mas, continuando a viagem, vier a perder-se depois, as fazendas salvas do segundo perigo são obrigadas a contribuir por avaria grossa para a perda das que fôrão alijadas na occasião de primeiro.

Se o navio se perder no primeiro periodo e algumas fazendas se poderem salvar, estas não contribuem para a indemnização das que fôrão alijadas na occasião do

desastre que causou o naufragio.

793. A sentença que homologa a repartição das avarias grossas com condemnação de cada um dos contribuintes tem força de definitiva, e póde executar-se logo, ainda que della se recorra.

- 794. Se, depois de pago o rateio, os donos recobrarem os effeitos indemnizados por avaria grossa, serão obrigados a repôr pro rata a todos os contribuintes o valor liquido dos effeitos recobrados. Não tendo sido contemplados no rateio para a indemnização, não estão obrigadas a entrar para a contribuição da avaria grossa com o valor dos generos recobrados depois da partilha em que deixárão de ser considerados.
- 795. Se o segurador tiver pago uma perda total, e depois vier a provar-se que ella foi só parcial, o segurado não é obrigado a restituir o dinheiro recebido; mas neste caso o segurador fica sobrogado em todos os direitos e acções do segurado, e faz suas todas as vantagens que poderem resultar dos effeitos salvos.
- 796. Se, independente de qualquer liquidação ou exame, o segurador se ajustar em preço certo de indemnização, obrigando-se por escripto na apolice, ou de outra qualquer fórma, a pagar dentro de certo prazo, e depois se recusar ao pagamento, exigindo que o segurado prove satisfactoriamente o valor real do damno, não será este obrigado á prova senão no unico caso em que o segurador tenha em tempo reclamado o ajuste por fraude manifesta da parte do mesmo segurado.

which are for their personal use, do not contribute nor do objects taken from the

sea by divers at the expense of the owner.

788. When the adjustment is made at the port of loading, the value of the goods loaded shall be ascertained from the respective invoices, with the addition to the buying price of the charges up to the time of loading: and the rules established in the preceding Article shall be observed as to the vessel and cargo.

789. Whether the adjustment is made in the port of loading or in that of discharge, the amounts which are recovered by way of contribution shall themselves

contribute to the general average.

790. Objects carried on the upper deck (Arts. 521 and 677, No. 8), and those which have been embarked without bills of lading signed by the master (Art. 599), also those which the owner or his representative, on the happening of the sea risk, has moved from the place where they were stowed without the consent of the master, contribute according to their respective value, if they are salved; but the owner, in the second case, is not entitled to any reciprocal compensation, although they have suffered injury or been jettisoned for the common good.

791. If anything is salved in consequence of any deliberate act which resulted in general average, the person who has suffered the loss caused by such act cannot demand any compensation by contribution of the objects salved, if the latter by any accident do not come into the control of the owner or consignee, or if, coming into his control, they are of no value whatever, saving the cases set out in Arts. 651

and 764, Nos. 12 and 19.

792. In the case of jettison, if the vessel is saved from the peril which gave rise to it, and, continuing her voyage, is afterwards lost, the goods salved from the second peril are bound to contribute to general average for the loss of those which were jettisoned on the occasion of the first.

If the vessel is lost on the first occasion of peril and some goods have been salved, these do not contribute to compensation for those which were jettisoned on the occasion of the disaster which caused the shipwreck.

793. A judgment which confirms the distribution of general average and condemns each one of the contributors is definitely binding, and execution thereon may be immediately issued, even though it is appealed against.

794. If, after the apportionment is made, the owners recover the goods for which compensation has been paid by general average, they are bound to return pro rata to all the contributors the net value of the goods recovered. If they have not been included in the apportionment for compensation, they are not bound to enter for contribution to general average in respect of the value of the goods recovered after the division in which they were not included.

795. If the insurer has paid for total loss, and it is afterwards proved that the loss was only partial, the assured is not bound to return the money received; but in this case the insurer is subrogated to all the rights and rights of action of the assured, and can claim all the advantages which may result from the goods salved.

796. If, independently of any adjustment or examination, an insurer agrees to a certain amount as compensation, and binds himself by writing in the policy, or in any other manner, to pay within a certain period, and afterwards refuses the payment, demanding that the assured should satisfactorily prove the actual extent of the loss, the latter is not bound to give such proof, excepting only in the case when the insurer has in due time repudiated the agreement on the ground of manifest fraud on the part of the assured.

Tercera Parte. Das fallencias.1)

Lei de 25 junho de 1850.

Titulo unico.²⁾ Da administração de justiça nos negocios e causas commerciaes.

Capitulo I. Dos Tribunaes e Juizo Commerciaes.

Secção I. Dos Tribunaes do Commercio.

Art. 1. Haverá Tribunaes do Commercio na Capital do Imperio, nas Capitaes das Provincias da Bahia e Pernambuco, e nas Provincias onde para o futuro se crearem, tendo cada um por districto o da respectiva Provincia.

Nas Provincias onde não houver Tribunal do Commercio, as suas attribuições serão exercidas pelas Relações; e, na falta destas, na parte administrativa, pelas Autoridades administrativas, e na parte judiciaria, pelas Autoridades judiciarias que o Governo designar (art. 27)

que o Governo designar (art. 27).

2. O Tribunal do Commercio da Capital do Imperio será composto de um Presidente letrado, seis Deputados commerciantes, servindo um de Secretario, e tres Supplentes tambem commerciantes; e terá por adjunto um Fiscal, que será sempre um Desembargador com exercicio effectivo na Relação do Rio de Janeiro.

Os Tribunaes das Provincias serão compostos de um Presidente letrado, quatro Deputados commerciantes, servindo um de Secretario, e dous Supplentes também commerciantes; e terão por adjunto um Fiscal, que será sempre um Desembargador com exercicio effectivo na Relação da respectiva Provincia.

3. Os Presidentes e os Fiscaes são da nomeação do Imperador, podendo ser removidos sempre que o bem do serviço o exigir.

Os Deputados e os Supplentes serão eleitos por eleitores commerciantes.

4. Os Deputados commerciantes e os Supplentes servirão por quatro annos, renovando-se aquelles por metade de dous em dous annos.

Na primeira renovação recahirá a exclusão nos menos votados, decidindo a

sorte em igualdade de votos.

Nos casos de vagado lugar de Deputado ou Supplente commerciante, procederse-ha a nova eleição; mas o novo eleito servirá somente pelo tempo que faltava ao substituido.

5. Nenhum commerciante poderá eximir-se do serviço de Deputado ou Supplente dos Tribunaes do Commercio; excepto nos casos de idade avançada, ou molestia grave e continuada que absolutamente o impossibilite. Os que sem justa causa não aceitarem a nomeação, nunca mais poderão ter voto activo nem passivo nas eleições commerciaes.

Não é porêm obrigatoria a acceitação antes de passados quatro annos de inter-

vallo entre o serviço da antecedente e nova nomeação.

- 6. Não poderão servir conjunctamente no mesmo Tribunal os parentes dentro do segundo gráo de affinidade emquanto durar o cunhadio, ou do quarto de consanguinidade, nem tambem dous ou mais Deputados commerciantes que tenhão sociedade entre si.
- 7. Em cada Tribunal do Commercio haverá uma Secretaria com um official maior, e os escripturarios e mais empregados que necessarios sejão para o expediente dos negocios.

¹) Aqui seguia-se a 3a parte do Codigo que se referia ás quebras (fallencias) comprehendendo dos arts. 797 a 913. Toda essa parte foi revogada, regendo hoje as fallencias a Lei 859 de 15 de Agosto de 1902 e seu respectivo regulamento approvado pelo Decreto no. 4855 de 2 de junho de 1903. A liquidação forçada dos sociedades anonymas é regulada por disposições especiaes consolidadas no referido Decreto 434 de 4 de julho de 1891. — ²) Este Titulo Unico foi publicado em seguimento ao Codigo Commercial; contem disposições complementares para sua exempção.

Part III. Bankruptcy.1)

Law of the 25th June 1850.

Only Title.2) The administration of justice in commercial matters and suits.

Chapter I. Commercial Tribunals and Jurisdiction.

Section I. Commercial Tribunals.

Art. 1. There shall be Commercial Tribunals in the Capital of the Empire, in the Capitals of the Provinces of Bahia and Pernambuco, and in the Provinces where hereafter they may be created, each one having for its district that of the respective Province.

In the Provinces where there is no Commercial Tribunal, their functions shall be exercised by the Courts of Appeal; and, failing these, by the administrative Authorities as to the administrative part, and by the judicial Authorities, which shall be appointed by the Government, as to the judicial part (Art. 27).

2. The Commercial Tribunal of the Capital of the Empire shall be composed of a President who is a man of legal education, six Deputies who are traders, one

acting as Secretary, and three Substitutes who also are traders; and shall have as assistant a Fiscal, who shall always be a Judge of Appeal acting in the Court of Appeal of Rio de Janeiro.

The Tribunals of the Provinces shall be composed of a President who is a man of legal education, four Deputies who are traders, one acting as Secretary, and two Substitutes who also are traders; and shall have as assistant a Fiscal, who shall always be a Judge of Appeal acting in the Court of Appeal of the respective

Province.

3. The Presidents and Fiscals are appointed by the Emperor, and can be removed whenever the good of the service demands it.

Deputies and Substitutes must be elected by electors who are traders.

4. The Deputies and Substitutes shall serve for four years, half the former being renewed every two years.

At the first renewal those who have received the smallest number of votes shall retire, and when votes have been equal the retirement shall be decided by lot.

In the case of a vacancy occurring in the office of either a Deputy or Substitute, a new election shall take place; but the person newly elected shall serve only for the unexpired term of the person replaced.

5. No trader can be exempted from serving as Deputy or Substitute of the Commercial Tribunals, except in the case of advanced age, or serious and continued illness which absolutely prevents him from serving. Those who without just cause do not accept election can never again have either an active or passive vote in commercial elections.

Acceptance, however, is not obligatory when there has not been an interval

- of four years between two elections.

 6. Relatives within the second degree of relationship by marriage, as long as it lasts, or within the fourth degree of blood relationship, cannot serve together in the same Tribunal, nor can two or more trading Deputies who are partners.
- 7. In every Commercial Tribunal there shall be an Office with a chief clerk and bookkeepers and other clerks necessary for the despatch of business.

¹⁾ Here followed the 3rd Part of the Code, which referred to failures (bankruptcy), comprising Arts. 797 to 913. All this Part has been repealed, as also the Bankruptcy Law 859 of the 15th of August 1892 and the Bankruptcy Regulation approved by Decree No. 4855 of the 2nd June 1903. Forced liquidation of joint stock companies was governed by special provisions consolidated in Decree 434 of the 4th of July 1891. The Bankruptcy Laws of Brazil are now all included in the New Bankruptcy Law No. 2024 of the 17th of December 1908. — 2) This sole Title was published in continuation of the Commercial Code; it contains complementary provisions for its application.

A primeira nomeação do official maior, escripturarios e mais empregados será feita pelo Imperador, tendo preferencia os que actualmente servem no Tribunal da Junta do Commercio, se tiverem a precisa idoneidade. As subsequentes nomeações e demissões dos officiaes maiores, escripturarios e porteiros terão lugar por consulta dos respectivos Tribunaes; aos quaes fica pertencendo no futuro a livre nomeação e demissão de todos os mais empregados e agentes subalternos.

- 8. Aos Tribunaes do Commercio competirá alêm das attribuições expressamente declaradas no Codigo Commercial, aquella juridicção voluntaria inherente á natureza da sua instituição, que for marcada nos Regulamentos do Poder Executivo (art. 27).
- 9. Ao Tribunal do Commercio da Capital do Imperio e especialmente encarregada a estatistica annual do commercio, agricultura, industria e navegação do Imperio; e para a sua organisação se entenderá com os Tribunaes das Provincias, e ainda com outras autoridades que serão obrigadas a cumprir as suas requisições.
- 10. Os negocios de mero expediente, poderão ser despachados por tres Membros do Tribunal, sendo um delles o Presidente. Todos os outros o serão por metade e mais um dos Membros que o compuzerem, comprehendido o Presidente. Exceptuão-se unicamente os casos de que tratão os artigos 806, 820 e 894 do Codigo Commercial, para a decisão dos quaes é indispensavel que o Tribunal se ache completo. Em todos os casos a maioria absoluta dos votos determina o vencimento.
- 11. Haverá nas Secretarias dos Tribunaes do commercio um Registro publico do Commercio, no qual, em livros competentes, rubricados pelo Presidente do Tribunal, se inscreverá a matricula dos commerciantes (Cod. commerc. art. 4), e todos os papeis, que segundo as disposições do Codigo Commercial, nelle devão ser registrados. (Cod. Commerc. art. 10 n.° 2).

12. Os Presidentes dos Tribunaes do Commercio das Provincias são obrigados a formar annualmente relatorios dos negocios que perante os mesmos Tribunaes se apresentarem, com as decisões que se tomarem; e delles remetterão copia ao Presidente do Tribunal da Capital do Imperio, com as observações que julgarem convenientes.

19

13. O Presidente do Tribunal do Commercio da Capital do Imperio, formando pela sua parte igual relatorio, os levará todos ao conhecimento do Governo, acompanhados das suas observações, para este providenciar como achar conveniente na parte que couber nas suas attribuições, e propor ao Poder Legislativo as disposições que dependerem de medidas legislativas.

Secção II. Da eleição dos Deputados commerciantes.

14. Podem votar e ser votados nos Collegios Commerciaes, todos os commerciantes (art. 4) estabelecidos no districto onde tiver lugar a eleição, que forem Cidadãos Brasileiros, e se acharem no livre excercicio dos seus direitos civis e politicos, ainda que tenhão deixado de fazer profissão habitual do commercio.

Na primeira eleição, não havendo, pelo menos, vinte commerciantes matriculados no Tribunal da Junta do Commercio para formar o Collegio Commercial, serão admittidos a votar e ser votados os negociantes que tiverem ou se presumir

terem um capital de quarenta contos.

Ficão porêm excluidos de votar e ser votados aquelles commerciantes, que em algum tempo forão convencidos de perjurio, falsidade ou quebra com culpa ou fraudulenta, posto que tenhão cumprido as sentenças que os condemnárão, ou se achem rehabilitados.

15. Nenhum commerciante póde ser Deputado ou Supplente, antes de trinta annos completos de idade, e sem que tenha pelo menos cinco annos de profissão habitual de commercio. A nomeação do Presidente não poderá recahir em pessoa que tenha menos da referida idade.

16. Os Tribunaes do Commercio designarão a epoca em que deverá ter lugar a reunião do Collegio Eleitoral dos commerciantes; e será este presidido pelo Pre-

sidente do Tribunal.

The first appointment of chief clerk, of the bookkeepers and of other clerks, shall be made by the Emperor, those who at present serve in the Tribunal of the Commercial Council, if they have the necessary qualifications, being preferred. Subsequent appointments and dismissals of chief clerks, bookkeepers and other employés shall be decided upon by the respective Tribunals, on whom the future free appointment and dismissal of all the other clerks and inferior employés shall devolve.

8. In addition to the powers expressly bestowed by the Commercial Code on the Commercial Tribunals, that voluntary jurisdiction which naturally belongs to their foundation, and which is established in the Regulations of the Executive

Power (Art. 27), shall fall to them.

9. The Commercial Tribunal of the Capital of the Empire is specially charged with the annual statistics of the trade, agriculture, industry and navigation of the Empire; and its organization shall be agreed with the Tribunals of the Provinces, and even with any other Authorities, which shall be bound to comply with its requests.

10. Merely formal business may be despatched by three members of the Tribunal, one of them being the President. All other business must be despatched by one half of the members who compose it and one more, including the President. Exception is made only in cases of which Articles 806, 820 and 894 of the Commercial Code treat, for the decision of which it is indispensable that all the members of the Tribunal be present. In all cases an absolute majority of votes determines the issue.

11. There shall be in the Offices of the Commercial Tribunals a public Commercial Register, in which, in proper books, rubricated by the President of the Tribunal, shall be inscribed the entries relating to the registration of traders (Commercial Code, Art. 4) and all documents which according to the provisions of the Commercial Code ought to be therein registered (Commercial Code, Art. 10, No. 2).

12. The Presidents of the Commercial Tribunals of the Provinces are bound to draw up annual reports of the business which has been brought before the same Tribunals, with the decisions which have been taken; and must send copies of them to the President of the Tribunal of the Capital of the Empire, with the remarks

they think necessary.

13. The President of the Commercial Tribunal of the Capital of the Empire, having drawn up a like report so far as concerns himself, shall bring all the reports to the notice of the Government, accompanied by his own remarks, in order that the latter may take any measures it deems necessary in so far as appertains to it, and in order to place before the Legislative Power the situations which arise from observance of the law in force.

Section II. The election of Deputies who are traders.

14. All traders (Art. 4), who are Brazilian Citizens, and established in the district where the election takes place, and who are in the free enjoyment of their civil and political rights, although they may have retired from trade as a regular employment, may vote and be voted for in the Commercial Colleges.

At the first election, if there are not at least twenty traders registered in the Tribunal of the Commercial Council to form the Commercial College, those traders who have or are presumed to have a capital of forty contos 1) shall be admitted

to vote and to be voted for.

Those traders, however, who at any time have been convicted of perjury, fraud, culpable bankruptcy or fraudulent bankruptcy, although they have undergone the punishments to which they were condemned or are discharged bankrupts, are excluded from voting or being voted for.

15. No trader can act as Deputy or Substitute before he has attained the age of thirty years, nor unless he has practised trade as a regular employment for at least five years. A President who is younger than the age stated cannot be elected.

16. The Commercial Tribunals must fix the time when the meeting of the Electoral College of traders shall take place; and the President of the Tribunal shall preside at such meeting.

¹⁾ A conto is equal to Rs. 1.000000. (Translator's Note.)

A designação do dia da primeira eleição será feita pelo Ministro do Imperio na Côrte, e pelos Presidentes nas Provincias.

Secção III. Do Juizo Commercial.

17. As attribuições conferidas no Codigo Commercial aos Juizes de Direito do commercio serão exercidas pelas Justiças ordinarias; ás quaes fica tambem ocmpetindo o conhecimento das causas commerciaes em primeira instancia, com recurso para as Relações respectivas; com as excepções estabelecidas no Codigo Commercial para os casos de quebra.

18. Serão reputadas commerciaes, todas as causas que derivarem de direitos e obrigações sujeitos ás disposições do Codigo Commercial, comtanto que uma

das partes seja commerciante.

19. Serão tambem julgadas na conformidade das disposições do Codigo Commercial, e pela mesma fórma de processo, ainda que não intervenha pessoa commerciante: 1.º As questões entre particulares sobre titulos da divida publica, e outros quaesquer papeis de credito do Governo; — 2.º As questões de companhias ou sociedades, qualquer que seja a sua na tureza ou objecto; — 3.º As questões que derivarem de contractos de locação comprehendidos nas disposições do Titulo X do Codigo Commercial, com excepção somente das que forem relativas á locação de predios rusticos ou urbanos.

20. Serão necessariamente decididas por arbitros as questões e controversias

a que o Codigo Commercial dá esta fórma de decisão.

21. Todo o Tribunal ou Juiz que conhecer de negocios ou causas do commercio, todo o arbitro ou arbitrador, experto ou perito que tiver de decidir sobre objectos, actos ou obrigações commerciaes, é obrigado a fazer applicação da Legislação commercial aos casos occorrentes.

Capitulo II. Da ordem do Juizo nas causas commerciaes.

22. Todas as causas commerciaes devem ser processadas, em todos os Juizos e instancias, breve e summariamente, de plano e pela verdade sabida, sem que seja necessario guardar e strictamente todas as fórmas ordinarias, prescriptas para os processos civis: sendo unicamente indispensavel que se guardem as formulas e termos essenciaes para que as partes possão allegar o seu direito, e produzir as suas provas.

23. Não é necessaria a conciliação nas causas commerciaes que procederem de papeis de credito commerciaes que se acharem endossados, não em que as partes

não podem transigir, nem para os actos de declaração de quebra.

24. Nas causas commerciaes só se exige que seja pessoal a primeira citação,

e a que deve fazer-se no principio da execução.

25. Achando-se o réo fóra do lugar onde a obrigação foi contrahida, poderá ser citado na pessoa de seus mandatarios, administradores, feitores ou gerentes, nos casos em que a acção derivar de actos praticados pelos mesmos mandatarios, administradores, feitores ou gerentes. O mesmo terá lugar a respeito das obrigações contravidas pelos capitães ou mestres de navios, consignatarios e sobrecargas, não se achando presente o principal devedor ou obrigado.

26. Não haverá recurso de appellação nas causas commerciaes (art. 18) cujo valor não exceder de duzentos mil réis, nem o de revista, se o valor não exceder

de dous contos de réis.

- 27. O Governo, alêm dos Regulamentos e instrucções da sua competencia para a boa execução do Codigo Commercial, é autorisado para, em um Regulamento adequado, determinar a ordem do juizo no processo commercial; e particularmente para a execução do segundo periodo do artigo 1.º e do artigo 8.º, tendo em vista as disposições deste Titulo e as do Codigo Commercial: e outrosim para estabelecer as regras e formalidades que devem seguir-se nos embargos de bens, e na detenção pessoal do devedor que deixa de pagar divida commercial.
- 28. Os lugares de Presidente, Deputado e Fiscal dos Tribunaes de Commercio, são empregos honorificos, e os que os servirem só perceberão, por este titulo, os emolumentos que directamente lhes pertencerem. Recahindo a nomeação de Pre-

The date of the first election shall be fixed by the Minister of the Empire the Capital, and by the Presidents in the Provinces.

Section III. Commercial Jurisdiction.

17. The powers conferred on the superior Commercial Judges by the Commercial Code shall be exercised by ordinary Justices, who are also empowered to try commercial suits in first instance, subject to appeal to the respective Courts of Appeal; with the exceptions established in the Commercial Code in cases of bankruptcy.

18. All suits arising from rights and obligations which are subject to the provisions of the Commercial Code are considered commercial, provided one of

the parties is a trader.

19. The following are also considered as coming under the provisions of the Commercial Code, and are subject to the same form of procedure, although a trader is not a party in the cause: 1. Questions between private individuals concerning public securities, or any other Government documents of credit; — 2. Questions concerning companies or partnerships, whatever be their nature or object; — 3. Questions arising from contracts for hire included in the provisions of Title X of the Commercial Code, with the exception only of those relating to the leasing of country or town property.

20. Questions and disputes must necessarily be decided by arbitrators where

the Commercial Code requires this form of decision.

21. Every Tribunal or Judge who takes cognizance of commercial matters or suits, every arbiter or arbitrator, expert or specialist who has to decide concerning commercial objects, acts or obligations, is bound to apply the Commercial Legislation to the cases which occur.

Chapter II. The order of Legal Procedure in Commercial Suits.

22. All commercial suits must be legally conducted in all the Courts and instances, shortly and summarily, without reserve and truthfully, and without the necessity of strictly observing all the ordinary forms prescribed by civil process: it being only indespensable that the forms and essential terms be observed in order to enable the parties to allege their rights and present their proofs.

23. Conciliation is not necessary in commercial suits which have arisen from commercial negotiable instruments which have been endorsed, or in which the parties cannot arrive at an agreement, or for the proceedings for declaration of bankruptcy.

24. In commercial suits it is only necessary that the first summons and that which has to be served at the commencement of execution should be personal.

25. Should the defendant be away from the place where the obligation was contracted, he can be summoned in the person of his agents, administrators, factors or managers, in cases in which the action arises from acts done by the said agents, administrators, factors or managers. The same rule applies with regard to obligations which have been violated by masters or captains of vessels, consignees and supercargoes, if the principal debtor or obligor is not present.

26. There shall be no right of appeal in commercial suits (Art. 18) where the value does not exceed two hundred thousand reis, nor of ultimate appeal

for revision if the value does not exceed two contos 1) of reis.

27. The Government, besides the Regulations and instructions which it is competent to enforce for the proper observance of the Commercial Code, is authorized, in a comprehensive Regulation, to determine the order of procedure in commercial process; and particularly is authorized as to the execution of the second paragraph of Article 1 and of Article 8, having in view the provisions of this Title and those of the Commercial Code: and likewise as to the establishment of the rules and formalities which have to be followed in cases of seizure of property, and in those of the personal detention of the debtor who fails to pay a commercial debt.

28. The offices of President, Deputy and Fiscal of the Commercial Tribunals are honorary, and those who occupy them shall only receive, as such, the emoluments which directly belong to them. If the President who is elected is also a

14

¹⁾ See note to Art. 14 (Translator).

sidente em Desembargador, este accumulará os dous empregos, mas só perceberá o seu ordenado se tiver exercicio effectivo na Relação do lugar onde se achar o Tribunal do Commercio. Os demais empregados dos mesmos Tribunaes perceberão uma gratificação arbitrada pelo Governo sobre consulta dos respectivos Tribunaes paga pela caixa dos emolumentos.

- 29. O Governo estabelecerá a tarifa dos emolumentos que devem perceber os Tribunaes do Commercio. Todas as multas decretadas no Codigo Commercial sem applicação especial, entrarão para a caixa dos emolumentos dos respectivos Tribunaes do Commercio.
- 30. Fica extincto o Tribunal da Junta do Commercio. Os Membros do mesmo Tribunal serão aposentados com as honras e prerogativas de que gozavão, e os vencimentos correspondentes ao seu tempo de serviço.

Os demais empregados do mesmo Tribunal que não puderem ser admittidos nas Secretarias dos Tribunaes do Commercio, continuarão a perceber os seus ven-

cimentos por inteiro, emquanto não forem novamente empregados.

Mandamos por tanto a todas autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como n'ella se contêm. O Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr.

Leis Complementares de Commercio.

Registro de firmas ou razões commerciaes.

(Decreto n. 916 — de 24 de outubro de 1890.)

- Art. 1. E' creado o registro das firmas ou razões commerciaes a cargo da secretaria das Juntas Commerciaes e das Inspectorias commerciaes nas respectivas sédes e dos officiaes do registro das hypothecas nas outras comarcas.
- 2. Firma ou razão commercial é o nome sob o qual o commerciante ou sociedade exerce o commercio e assigna-se nos actos a elle referentes.
- 3. O commerciante que não tiver socio ou o tiver não ostensivo ou sem contracto devidamente archivado, não poderá tomar para firma sinão o seu nome, completo ou abreviado, additando, se quizer, designação mais precisa de sua pessoa ou genero de negocio. 1.º A firma de sociedade em nome collectivo, deve, si não individualisar todos os socios, conter pelo menos o nome ou firma de um com o additamento por extenso ou abreviado e companhia, não podendo della fazer parte pessoa não commerciante; 2.º A firma da sociedade em commandita simples ou por acções deve conter o nome ou firma de um ou mais socios pessoal e solidariamente responsaveis com o additamento por extenso ou abreviado e companhia—, sem que se inclua o nome completo ou abreviado de qualquer commanditario, podendo a que tiver o capital dividido em acções qualificar-se por denominação especial ou pela designação de seu objecto seguida das palavras «Sociedade em commandita por acções», e da firma; 3.º A firma da sociedade de capital e industria não poderá conter o nome por extenso ou abreviado do socio de industria; 4.º A sociedade em conta de participação não poderá ter firma que indicie existencia de sociedade.

Judge of Appeal he shall hold the two offices together, but shall only receive his salary if he exercises his office of Judge in the Court of Appeal of the place where the Commercial Tribunal is. The other clerks of the said Tribunals shall receive a remuneration fixed by the Government in agreement with the respective Tribunals, and paid from the emolument fund.

29. The Government shall fix the scale of emoluments which the Commercial Tribunals have to receive. All fines decreed by the Commercial Code without having to be applied to a special object shall enter into the emolument fund of the respective Commercial Tribunals.

30. The Tribunal of the Commercial Council is abolished. The honours and prerogatives which the members of the same Tribunal enjoyed, and the pensions corresponding to their period of services, shall be continued to them.

The other clerks of the same Tribunal who cannot be admitted into the Offices of the Commercial Tribunals shall continue to receive their full pay, as long as

they are unemployed.

We therefore command all Authorities whom the cognizance and execution of the said Law may concern, to observe it and cause it to be observed, and to faithfully fulfil all contained in it. The Secretary of State for Judicial Affairs shall order the printing, publishing and circulation thereof.

Complementary Commercial Laws.

The register of commercial firm names or styles.

(Decree No. 916 of the 24th of October 1890.)

- Art. 1. A register of commercial firm names or styles is hereby created and is in charge of the bureau of the Commercial Councils or of that of the commercial Inspectors in the places where they exist or of the officers for the registration of mortgages in other districts.
- 2. A commercial firm name or style is the name under which a trader or association carries on trade and which is used as the signature in acts relating to such trade.
- 3. A trader who has no partner or no ostensible (general) partner or a partner the contract with whom has not been duly filed, cannot adopt as his trading name any other than his own, either in full or abbreviated, adding, should he so wish, a more particular description of himself or of the nature of his business: 1. The firm name of a general (unlimited) partnership must, if it does not particularize all the partners, contain at least the name or firm name of one, with the addition. either in full or abbreviated, of "and company", and no person who is not a trader can form part of it; — 2. The firm name of a simple limited partnership or of one with share capital must contain the name or trading name of one or more partners who are personally and jointly and severally liable, with the addition, in full or abbreviated, of "and company", and the full or abbreviated name of any limited partner shall not be included, and a partnership which has its capital divided into shares can be represented by a special style or by the designation of its object followed by the words "Limited partnership with share capital" and by the firm name; — 3. The firm name of an association of capital and industry cannot contain the full or abbreviated name of an industrial partner; — 4. A joint adventure (sleeping partnership; association on joint account) cannot have a firm name which indicates the existence of a partnership.

4. As companhias anonymas designar-se-hão por uma denominação particular ou pela indicação de seu objecto, não lhes sendo permittido ter firma ou razão social nem incluir na designação o nome por extenso ou abreviado de um accionista.

Paragrapho unico. As companhias anonymas estrangeiras com autorização para funccionar ou ter agencias na Republica conservarão a designação com que

se tiverem constituido no paiz de origem.

5. Quem exercer o commercio terá o direito de fazer registrar ou inscrever a firma ou razão commercial no registro da séde do estabelecimento principal, podendo fazer inscrevel-a tambem na séde dos estabelecimentos filiaes, uma vez que a do estabelecimento principal, quando situado na Republica, estiver inscripta.

6. Toda firma nova deverá se distinguir de qualquer outra que exista inscripta no registro do logar; 1.º Se o commerciante tiver nome identico ao de outro já inscripto deverá accrescentar designação que o distinga; — 2.º Quando se estabelecer uma filial e no logar já existir firma identica inscripta, dever-se-ha observar o disposto no paragrapho antecedente.

7. E' prohibida a acquisição de firma sem a do estabelecimento a que estiver

ligada.

Paragrapho unico. O adquirente por acto inter vivos ou mortis causa poderá continuar a usar da firma antecedendo-a da de que usar com a declaração — «suc-

8. Modificada uma sociedade pela retirada ou morte de socio, a firma não

poderá conservar o nome do socio que se retirou ou falleceu.

Paragrapho unico. A pessoa que emprestar o nome como socio, ainda que não tenha interesse nos lucros da sociedade, será responsavel por todas as obrigações da mesma sociedade, que forem contrahidas sob a firma social.

9. Cessando o exercicio do commercio, dissolvida e liquidada uma sociedade,

a inscripção da firma será cancellada.

- 10. O emprego ou uso illegal de firma registrada ou inscripta dará direito ao dono de exigir a prohibição desse uso e a indemnização por perdas e damnos, além da acção criminal que no caso couber; 1.° A acção será summaria e processada no juizo commercial; — 2.° A propriedade da firma é imprescriptivel e só deixará de subsistir no caso do art. 9; — 3.° Tambem será summaria e processada no juizo commercial a acção para obrigar o concurrente, que tenha direito á firma identica, a modifical-a por fórma que seja impossivel erro ou confusão.
- 11. A inscripção no registro é facultativa e será feita em livro especial, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente da Junta Commercial, ou pelo inspector commercial, ou pelo juiz do commercio, conforme a séde do registro, á vista de requerimento e declaração em duplicata, contendo: a) a firma ou razão; b) o nome, por extenso, dos socios ou pessoas com direito ao seu uso ou emprego; c) a firma, assignada por todas as pessoas com direito ao seu uso ou emprego; d) o reconhecimento por tabellião; — e) o genero de commercio ou as operações do commerciante; — f) o domicilio, com especificação da rua e numero; — g) a data em que começou a funccionar o estabelecimento e a do archivamento do contracto social; — h) a denuncia da existencia de filiaes e sua séde. — 1.° Um dos exemplares será archivado e outro entregue ao requerente com a nota do dia e da hora em que foi apresentado o requerimento e feita a inscripção, designada a folha do livro; — 2.º No livro da inscripção serão transcriptas em columnas distinctas as declarações do requerente, havendo uma para a averbação de alterações, cessação do commercio, fallencia, rehabilitação e o mais que dever ser notado; — 3.º Haverá um indice remissivo alphabetico.
- 12. O livro de registro ou inscripção poderá ser consultado gratuitamente, emquanto funccionar a secretaria da Junta Commercial, a Inspectoria Commercial, e estiver aberto o cartorio do official das hypothecas.

Paragrapho unico. Serão dadas certidões em relatorio ou de verbo ad verbum.

13. Não serão inscriptas as companhias anonymas.
14. As formalidades do art. 13 do Codigo Commercial não serão preenchidas sem que esteja inscripta a firma a quem pertencerem os livros.

4. Joint stock companies must be designated by a special name or by a name indicating their object, and a firm name or partnership style cannot be adopted by them, nor can one which contains the full or abbreviated name of a shareholder.

Sole paragraph. Foreign joint stock companies which are authorized to carry on trade or to have agencies in the Republic must preserve the name by which they

have been constituted in the country of origin.

5. Anyone who carries on trade has the right of registering or inscribing his firm name or commercial style in the register where his principal place of business is situated, and he may also register it where his branches are, so long as that of his principal place of business, if in the Republic, has been inscribed.

6. Every new firm name must be distinguished from every other which is inscribed in the register of the place; 1. If a trader has a name identical with that of another already inscribed, he must add some designation whereby to distinguish it; — 2. When a branch is opened and in the same place another firm of the same name has already been inscribed, that which is set out in the preceding paragraph must be observed.

7. The acquisition of a firm name without that of the place of business to which it is attached is prohibited.

Sole paragraph. Any person who acquires a firm name from living persons or as the result of death may continue to use it, preceding it with the name he uses and the words "successor of..."

8. If a partnership has been altered by the retirement or death of a partner the firm cannot continue to retain the name of the partner who has retired or died.

Sole paragraph. A person who lends his name as partner although he may not have an interest in the profits of the partnership, is liable for all the obligations of the partnership which have been contracted under the partnership name.

9. Whenever an association ceases to carry on trade, and is dissolved or liquidated, the inscription of the firm name will be cancelled.

10. The illegal employment or use of a registered or inscribed firm name gives the owner the right to demand the prohibition of such use and to compensation for loss or damage, besides the right of criminal prosecution which applies to the case: 1. The action shall be summary and conducted under commercial jurisdiction; — 2. The proprietorship of a firm name is not subject to prescription and shall only cease to exist as set out in Art. 9; — 3. The action to oblige a person who is

entitled to the same firm name, to alter it so as to prevent error or confusion, shall also be summary and conducted under commercial jurisdiction.

- 11. The inscription in the register gives the right to use the firm name, and must be made in a special book, open to inspection, numbered, rubricated and sealed by the President of the Commercial Council, by the Commercial Inspector, or by the Commercial Judge, according to the place where the register is kept, on furnishing an application and statement in duplicate, containing: a) The firm name or style; — b) The full names of the partners or persons who are entitled to use or employ it; — c) The firm name signed by all the persons who are entitled to use or employ it; — d) Attestation by a notary; — e) The particular branch of trade or the usual transactions of the trader; — f) The address, specifying the street and the number of the street; — g) The date on which business commenced to be transacted and that of the filing of the articles of partnership; — h) A list of the trade branches and where they are. — 1. One of the copies shall be filed and the other delivered to the applicant with a note of the day and hour when the application was presented and the inscription made, giving the page of the book; -2. In the book of inscription the statements of the applicant shall be entered in separate columns, there being one for the entry of alterations, ceasing to trade, bankruptcy, discharge and anything else that should be noted; — 3. There shall be an alphabetical index with references.
- 12. The book of registration or inscription can be inspected gratuitously, as long as the bureau of the Commercial Council and that of the Commercial Inspector exists, and the records of the official of mortgages are open to inspection.

Sole paragraph. Certificates may be given either generally or verbatim.

13. Joint stock companies shall not be inscribed.

14. The formalities required by Art. 13 of the Commercial Code will not be accepted unless the firm to whom the books belong has been inscribed.

15. Este decreto não se refere ao nome commercial ou industrial, continuando em todo o vigor os decretos ns. 3346 de 14 de outubro de 1887 e 9828 de 31 de dezembro do mesmo anno.

16. Cobrar-se-ha: a) por qualquer inscripção — 2\$000; — b) por qualquer averbação — 1\$000; — c) por certidão em relatorio — 1\$000; — d) por certidão de verbo ad verbum — 2\$000.

17. Este decreto começará a vigorar em 1 de março de 1891.18. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Obrigações preferenciaes (debentures).1)

(Decreto N.º 177A — de 15 de setembro de 1893.)

Art. 1. As companhias ou sociedades anonymas poderão emittir emprestimos em obrigações ao portador (debentures) de conformidade com o disposto nesta lei.

§ 1. As obrigações que as sociedades anonymas emittirem terão por fiança todo o activo e bens de cada companhia, preferindo a outros quaesquer titulos de divida.

I. Liquidando-se a sociedade, os portadores dessas obrigações (obrigacionistas) serão pagos antes de quaesquer outros credores, os quaes não serão admittidos

senão depois de recolhidas todas ellas, ou de depositado o seu valor.

II. A preferencia assegurada aos obrigacionistas não prejudica aos credores hypothecarios, antichresistas e pignoraticios, quanto ás hypothecas, ás antichreses

e aos penhores anterior- e regularmente inscriptos. § 2. As sociedades anonymas que contrahirem taes emprestimos poderão abonal-os especialmente com hypothecas, antichreses e penhores, ficando fóra do commercio, nesse caso, e só nelle, os bens especificados em garantia dessas operações.

Na inscripção e transcripção respectiva se observará o disposto no decreto n. 370 de 2 de maio de 1890, sem prejuizo do estabelecido nesta lei, art. 4.

§ 3. O valor total das emissões de uma companhia não excederá ao do capital

estipulado nos seus estatutos.

- § 4. Exceptuam-se desta regra: 1.º As associações de credito hypothecario; 2.º As associações de estradas de ferro, navegação, colonização e mineração; 3.º As que segurarem o excesso mediante titulos de divida da União, dos Estados ou das Municipalidades, cujo vencimento coincida com o das obrigações depositando-se estas no thesouro, ou nas repartições federaes de fazenda, nos Estados, até á sua remissão.
- § 5. Não se fará emissão de obrigações sem prévia deliberação da assembléa geral dos accionistas, adoptada por tantos socios quantos representem, pelo menos, metade do capital social em reunião a que assista numero de accionistas correspondente a tres quartos delle, pelo menos.

A acta dessa assembléa será publicada na folha official e em uma das de maior

circulação do logar.

§ 6. Na acta da assembléa geral serão exaradas as condições essenciaes da emissão que se resolver.

§ 7. A inobservancia de qualquer destes preceitos (§§ 5 e 6) envolve nullidade,

em proveito dos obrigacionistas.

2. Autorizada assim a emissão, antes de leval-a a effeito, os administradores da sociedade publicarão na folha official e em uma das de maior circulação do logar onde a emissão se houver de fazer, um manifesto annunciando: 1.º O nome, o objecto e a séde da sociedade; — 2.º A data da publicação, na folha official, de

¹⁾ A emissão de debentures é regulada pela Lei 177a de 15 de setembro de 1893, e o seu resgate, no caso de insolvencia ou liquidação pelo Decreto n.º 2519 de 22 de Maio de 1897. A reivindicação dos titulos ao pordator, em geral, é regulada pela Lei n.º 149B de 20 de julho de 1893.

15. This Decree does not apply to a commercial or industrial name, and Decrees Nos. 3346 of the 14th of October 1887 and 9928 of the 31st of December of the same year, continue in full force.

16. There shall be collected: a) For every inscription 2 \$000; — b) For every additional entry 1 \$000; — c) For a general certificate 1 \$000; — d) For a

verbatim certificate 2 \$ 000.

17. This Decree shall begin to operate on the 1st of March 1891.
18. All legislation contrary to these provisions is repealed.

Preferential obligations (debentures).1)

(Decree No. 177 A of the 15th of September 1893).

Art. 1. Joint stock companies or "anonymous" associations may issue loans in obligations to bearer (debentures) in conformity with the provisions of this Law.

§ 1. The debentures which joint stock companies issue shall have as security all the assets and property of each company, and shall rank before all other debts and liabilities.

I. When the company is liquidated, the bearers of these debentures (debenture holders) shall be paid before any other creditors, and the latter shall be admitted only after the said debentures have been discharged or their amount deposited.

II. The preference assured to debenture holders does not prejudice the rights

of mortgagees, antichresists and pledgees, as to the mortgages, antichreses and pledges previously and properly inscribed.

§ 2. Joint stock companies which have contracted such loans may specially guarantee them by mortgages, antichreses and pledges, and in this case, and only in this case, the property specified as security for such operations shall be outside commercial jurisdiction.

In the inscription and transcription respectively the provisions of Decree No. 370 of the 2nd of May 1890 shall be observed, without prejudice to what is established

by this Law, Art. 4.

§ 3. The total value of the issues of a company shall not exceed the capital

stipulated in its articles of association.

- § 4. The following are excepted from this rule: 1. Mortgage credit societies; - 2. Railway, navigation, colonisation and mining companies; - 3. Those which guarantee the issue with Union, State or Municipal securities, which become due at the same time as the debentures, the latter being deposited in the treasury, or in the federal treasury departments in the States, until their discharge.
- § 5. No issue of debentures shall be made without the previous resolution of a general meeting of the shareholders, adopted by as many shareholders as represent, at least, half the capital of the company and at which a number of shareholders representing at least three fourths of it are present.

The minutes of this meeting shall be published in the official newspaper and

in one of those which has the greater circulation in the district.

§ 6. In the minutes of the general meeting the conditions essential for the issue which has been resolved upon shall be set out.

§ 7. Failure to observe either of these directions (§§ 5 and 6) involves nullity

as regards the debenture holders.

2. If the issue has been duly authorized, the directors of the company before giving effect to such authorization, shall publish in the official newspaper and in one which has the greater circulation in the district where the issue has to be made, a declaration announcing: 1. The name, objects and seat of the company; —

¹⁾ The issue of debentures is regulated by the Law 177 a of the 15th of September 1893, and their redemption, in case of insolvency or liquidation, by the Decree No. 2519 of the 22nd of May 1897. The recovery (reivindicatio) of instruments to bearer, in general, is regulated by the Law No. 149 B of the 20th of July 1893.

seus estatutos, bem como das alterações por que tiverem passado; — 3.º A data da publicação official da acta da assembléa geral que resolveu a emissão e lhe fixou as condições, precisando-se os jornaes onde essa publicação se fez (art. 1 §§ 3 e 4); — 4.° O importe dos emprestimos anteriormente emittidos pela sociedade; — 5.° O numero e o valor nominal das obrigações cuja emissão se pretende, com o juro correspondente a cada uma, assim como a época e as condições da amortização ou do resgate, e do pagamento dos juros; — 6.° O activo e o passivo actual da sociedade; — 7.° Havendo bens hypothecaveis, a individuação dos que sociedade offerece á hypotheca em garantia do emprestimo, com a data da inscripção provisoria, a que se refere o art. 3 § 2.

§ 1. Estas enunciações, salvo as dos ns. 6 e 7, serão reproduzidas nas listas

de subscripção, bem como nas obrigações (debentures).

§ 2. Os titulos de obrigação (debentures), além das especificações expressas neste art. ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 7, terão estampados á margem, numeradamente, os coupons correspondentes ao pagamento periodico dos juros, accrescendo a esses requisitos: 1.º A designação da serie a que a obrigação pertencer; — 2.º O seu numero de ordem; — 3.º A data da inscripção do emprestimo no registro geral (art. 4); — 4.° A assignatura de um administrador, pelo menos.

§ 3. O typo das obrigações serão uniformes em cada serie.

§ 4. Não é licito abrir emissão de serie nova antes de subscripta e realisada a anterior.

§ 5. Em caso de inobservancia das formalidades estatuidas neste artigo até ao § 3, inclusivamente, o tribunal poderá, conforme as circumstancias, pronunciar a nullidade da emissão, em beneficio dos obrigacionistas.

§ 6. Nos casos de venda publica de obrigações, os cartazes, prospectos, annuncios e circulares, bem como as notas de compra, conterão as declarações exigidas

para a emissão neste artigo, ns. 1 a 5.

Pela violação desse artigo, ficarão solidariamente sujeitos a perdas e damnos

aquelles a quem ella fôr imputavel.

§ 7. Aos mutuantes para sua garantia, emquanto lhes não forem entregues as debentures, poderá dar a sociedade mutuaria títulos provisorios, os quaes terão os mesmos requisitos deste artigo, § 2, menos os coupons, e que serão equiparados ás debentures para todos os effeitos.

§ 8. As sociedades anonymas que emittirem obrigações ao portador publicarão, na primeira quinzena de cada semestre, o balanço do seu estado no ultimo

dia do anterior.

3. Nenhuma sociedade ou empreza de qualquer natureza, nenhum commerciante ou individuo de qualquer condição, poderá emitir, sem autorização do poder legislativo, notas, bilhetes, fichas, vales, papel ou titulo, contendo promessa de pagamento em dinheiro ao portador, ou com o nome deste em branco, sob pena da multa do quadruplo de seu valor e de prisão simples por quatro a oito mezes.

A pena de prisão só recahe sobre o emissor, e a da multa tanto sobre este, como

sobre o portador.

§ 1. Incorrem na mesma penalidade os administradores das sociedades que emittirem titulos de obrigação (debentures) ao portador sem os requisitos da pre-

§ 2. O disposto neste artigo não comprehende os recibos e mandatos ao portador passados para serem pagos na mesma praça, em virtude de contas correntes,

comtanto que sejam de quantia superior a 100\$000.

Taes recibos e mandatos deverão, todavia, ser apresentados no prazo de tres dias, contados das respectivas datas, sob pena de perder o portador o direito regressivo contra o passador.

4. No registro geral das hypothecas haverá um livro especial destinado á inscripção dos emprestimos em obrigações ao portador contrahidos pelas sociedades anonymas.

Čada inscripção neste livro conterá, além das observações necessarias, as fixa-

das por esta lei, art. 2, ns. 1 a 5.

§ 1. A propriedade entre as series de obrigações emittidas por uma companhia se firma pela ordem da inscripção, nos termos deste artigo.

2. The date of publication, in the official newspaper, of its articles of association, as well as of any alterations which have been made in them; — 3. The date of the official publication of the minutes of the general meeting which resolved upon the issue and fixed the conditions, stating the names of the newspapers wherein this publication appeared (Art. 1, §§ 3 and 4); — 4. The amount of the debentures previously issued by the company; — 5. The number and nominal value of the debentures the issue of which is projected, with the interest on each, as well as the time and the conditions of amortisation or of redemption, and of the payment of interest; — 6. The assets and liabilities of the company at the time; — 7. If there is property which can be mortgaged, a particularized statement of that which the company offers as security and guarantee of the loan, with the date of the provisional inscription to which Art. 3, § 2 refers.

§ 1. These declarations, with the exception of Nos. 6 and 7, shall be reproduced

in the subscription lists as well as in the debentures.

§ 2. The documents of title (debentures), besides the particulars expressed in this Article Nos. 1, 2, 3, 4, 5 and 7, shall have printed in the margin in numerical order the coupons corresponding to the periodical payments of the interest, and in addition: I. The designation of the series to which the debenture belongs; — 2. Its consecutive number; — 3. The date of inscription of the loan in the general register (Art. 4); — 4. The signature of at least one director.

§ 3. The form of the debentures shall be identical for each series.

§ 4. It is not lawful to open the issue of a new series before a previous one has been subscribed and effected.

§ 5. If the formalities set out in this Article up to § 3 inclusive have not been observed, the Court, according to the circumstances, can declare the issue void as regards the debenture holders.

§ 6. In cases when debentures are publicly sold, the placards, prospectuses, advertisements and circulars, as well as the purchase notes, shall contain the same

declarations as are required in this Article, Nos. 1 to 5 for issue.

In case this Article is violated, those responsible for such violation shall be

jointly and severally liable for loss and damage.

§ 7. In order to guarantee the subscribers while the debentures remain undelivered, the issuing company may give provisional certificates, which shall contain all that is required in this Article, § 2, with the exception of the coupons, and which shall be equivalent to debentures for all their effects.

§ 8. Joint stock companies which have issued debentures shall publish, during the first fifteen days of each half year, a balance sheet of their condition on the

last day of the previous half year.

3. No association or undertaking whatever be its nature, nor any trader or individual whatever be his condition, can issue, without authority from the legislative Power, notes, bills, slips, drafts or orders (vales), papers or documents of indebtedness, containing a promise to pay in money to bearer, or with the name of the holder left blank, under pain of a fine of four times the value and of simple imprisonment of from four to eight months.

The penalty of imprisonment can only be imposed on the issuer, but that of

the fine on him as well as on the holder.

§ 1. Directors of companies who issue debentures without observing the requirements of the present Law incur the same penalty.

§ 2. The provisions of this Article do not comprise receipts or orders made out to bearer to be met in the same place in virtue of current accounts, provided that they are of a greater value than 100 \$000.

Such receipts or orders must, however, be presented within three days from their respective dates, on pain of the holder losing his regressive right of action

against the drawer.

4. In the general registry of mortgages there shall be a special book destined for the inscription of loans on debentures contracted by joint stock companies.

Every inscription in this book shall contain, besides the necessary remarks,

the declarations required by this Law, Art. 2, Nos. 1 to 5.

§ 1. The ownership of the series of debentures issued by a company shall be established according to the order of inscription, in the terms of this Article.

A inscripção é essencial para esse fim, assim como para a preferencia contra terceiro.

§ 2. Aberta a subscripção de um emprestimo em obrigações ao portador (debentures), sobre garantia hypothecaria, os directores da sociedade requererão immediatamente a inscripção eventual dos bens offerecidos em hypotheca, a beneficio da communhão dos futuros portadores desses titulos; pena de responderem por perdas e damnos para com os prejudicados pela demora.

I. A hypotheca ulteriormente constituida decorrerá da data dessa inscripção.

II. A inscripção tornar-se-ha definitiva, no prazo de seis mezes, sob pena de preempção, pela menção, á margem, da data do acto definitivo da hypotheca; ficando solidariamente responsaveis para com os credores prejudicados os administradores da sociedade.

§ 3. Qualquer obrigacionista poderá promover a inscripção do emprestimo, sanar as lacunas, irregularidades ou inexactidões occorridas na inscripção feita pelos directores.

Neste caso, o official do registro notificará á administração da sociedade para

que lhe ministre as indicações e documentos convenientes.

5. No caso de insolvencia ou liquidação de sociedade anonyma, e tratando-se do resgate das obrigações emittidas (debentures), é valida a proposta de accordo que a respeito for acceita e assignada por obrigacionistas, representando mais de dois tercos do debito total emittido.

6. As sociedades anonymas não poderão emittir obrigações reembolsaveis mediante sorteio a preço superior ao da emissão, sem que sujeitos fiquem taes titulos ao juro annual de 3%, pelo menos, e sejam todos resgataveis pela mesma somma, de modo que o importe da annuidade, comprehendendo a amortização e os juros, se mantenha egual em toda a duração do emprestimo: tudo sob pena de nullidade da emissão.

Paragrapho unico. Em caso de liquidação forçada, as obrigações desta especie não serão admittidas ao passivo senão pelo valor correspondente ao capital que se prefizer, reduzidas ao seu valor actual, á taxa de 5%, as unidades do juro e da amortização por vencer. Cada obrigação representará importancia egual ao quociente desse capital, dividido pelo numero de obrigações ainda nãô extinctas.

7. E' marcado o prazo de seis de seis mezes da promulgação da presente lei,

afim de que os administradores das sociedades anonymas resgatem os seus titulos ao portador (debentures), que não estiverem nos termos dos arts. 1 e 2, sob as penas comminadas no art. 3 § 1.

8. O governo da Republica emittirá notas de 500, 1\$, 2\$ e 5\$ no valor de

5.000:000\$, fazendo recolher egual somma em notas de 50\$ para cima.

9. Revogam-se as disposições em contrario.

Obrigações preferencias (debentures).

(Decreto N.º 2519 — de 22 de maio de 1897.)

Art. 1. A sociedade anonyma que se achar em estado de insolvencia ou de liquidação, poderá fazer accordo com os portadores de obrigações preferenciaes (debentures) acerca do resgate ou pagamento das mesmas obrigações, estipulando quaesquer clausulas, comtanto que não sejam contrarias a direito.

2. E' requisito essencial para validade do accordo, que seja elle consentido por portadores que representem mais de dous terços do valor total das obrigações emittidas, e por accionistas que representem igualmente mais de dous terços do

capital social.

3. O accordo consentido nos termos deste decreto é obrigatorio para todos

os portadores de obrigações.

4. O accordo só será admissivel depois que a sociedade anonyma se declarar em estado de insolvencia, ou depois que entrar em liquidação amigavel ou forçada (decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, cap. VII).

5. A proposta para o accordo poderá ser feita pela sociedade anonyma ou

pelos portadores de obrigações.

Inscription is essential for this purpose, as well as for giving preference against

a third person.

§ 2. When the subscription of a loan on debentures under mortgage security has been opened, the directors of the company shall immediately apply for the consequent inscription of the property offered as security, for the common benefit of the future holders of these instruments; on pain of being answerable for loss and damage to those who suffer from delay.

I. When application has been made later the mortgage operates from the

date of inscription.

II. The inscription must be made definitive within a period of six months, under pain of cancellation, by the mention in the margin of the date of the definitive instrument of mortgage; and for default the directors of the company are jointly and severally liable to the creditors who are prejudiced.

§ 3. Any debenture holder can apply for the inscription of the loan, or supply omissions, irregularities or inexactitudes, which have occurred in the inscription

made by the directors.

In this case the official of the registry shall notify the board of directors of the

company to furnish him with the necessary information and documents.

5. In case of the insolvency or winding up of a joint stock company, and when treating of the repayment of the debentures issued, a proposal of composition which in this connection has been accepted and signed by the debenture holders representing more than two thirds of the total debentures issued, is valid.

6. Joint stock companies cannot issue debentures repayable by drawings at a higher price than that of issue, without such debentures being subject to interest of 3% per annum at least, and all being repayable at the same amount, so that the annual amount payable, comprising amortisation and interest, is kept at the same figure while the loan lasts: all on pain of the issue being annualled.

Sole paragraph. In case of compulsory winding up, debentures of this nature will not be admitted as liabilities except at the value corresponding to the capital they represent, after reducing to their actual value, less 5%, the amounts of interest and amortisation to become due. Each debenture will represent an amount equal to the quotient of this capital, divided by the number of debentures still subsisting.

7. The period of the promulgation of the present Law is renewed every six months, in order that directors of joint stock companies may redeem the debentures to bearer which have not come under the terms of Arts. 1 and 2, under the penalties

threatened in Art. 3, § 1.

8. The Govenment of the Republic shall issue notes of 500 reis, 1\$000, 2\$000 and 5\$000 to the amount of 5000:000\$000, calling in to a like amount notes of 50\$000 and upwards.

9. All legislation contrary to these provisions is repealed.

Preferential obligations (debentures).

(Decree No. 2519 of the 22nd of May 1897.)

Art. 1. A joint stock company which is in a state of insolvency or liquidation can make an agreement with the debenture holders concerning the redemption or payment of the said debentures, and may make any stipulations, provided they are not contrary to law.

2. It is absolutely necessary in order that the agreement may be valid, that it should have the consent of debenture holders who represent more than two thirds of the value of the debentures issued, and of shareholders who likewise re-

present more than two thirds of the share capital.

3. An agreement accepted in the terms of this Decree is binding on all the

debenture holders.

4. The agreement will only be admissible after the company has declared itself in a state of insolvency, or after it has entered into a friendly or compulsory liquidation (Decree No. 434, of the 4th of July 1891, chap. VII).

5. The proposal for agreement may be made by the company or by the debenture

holders.

6. A convocação da assembléa geral dos accionistas para resolver ácerca da proposta do accordo que tiver de ser offerecido aos portadores de obrigações, e a da que tiver de discutir e acceitar ou não a proposta apresentada pelos portadores de obrigações, bem como as deliberações que a respeito se tomarem, serão regidas pelas disposições do direito vigente, ou que lhes forem applicaveis (citado decreto n. 434 de 4 de julho de 1891).

7. A proposta de accordo por parte dos portadores de obrigações poderá se realisar: a) por declaração escripta e assignada pelos portadores em numero sufficiente (art. 2); — b) por consentimento delles dado em reunião para esse fim

convocada.

8. A chamada dos portadores de obrigações para acceitarem a proposta formulada pela sociedade anonyma, ou para apresentarem a proposta que por parte delles tiver de ser offerecida á sociedade anonyma, poderá ser feita: a) pela directoria da sociedade anonyma; — b) pelo conselho fiscal da mesma; — c) por portadores que representem mais de 1/4 do valor total das obrigações.

O conselho fiscal só terá poderes para fazer a chamada de que se trata, se a

directoria a isso se recusar.

§ 1. A convocação dos portadores será feita por annuncios publicados por tres vezes na imprensa do logar, se houver, ou pelos outros meios ordinarios. A reunião dar-se-ha 30 dias, ao menos, depois do annuncio.

§ 2. A reunião será presidida pelo portador de obrigações que fôr acclamado

ou nomeado presidente por maioria de votos.

§ 3. Os portadores de obrigações podem se fazer representar por procuradores

munidos de poderes sufficientes e com direito a votar.

9. Das deliberações que forem tomadas pelos portadores de obrigações se lavrará um termo que deverá ser assignado pelo presidente, secretarios e portadores, sendo as firmas reconhecidas por tabellião.

Esse documento ficará sob a guarda do presidente, que lhe dará o destino legal.

10. Se no dia marcado não comparecer numero sufficiente de portadores (art. 2) será a reunião, a primeira vez, adiada para oito dias, a segunda para mais tres.

Se ainda no dia por ultimo marcado não comparecer numero sufficiente, entenderse-ha que os portadores de obrigações se recusam a formular ou acceitar proposta de accordo.

11. A declaração escripta dos portadores, contendo proposta ou termo de que conste a deliberação propondo o accordo, será apresentada á directoria da sociedade e ao conselho fiscal, ou aos liquidantes ou syndicos, afim de seguir-se a convocação da assembléa geral dos accionistas que tiver de tomar conhecimento do accordo formulado e resolver a respeito.

Dentro de tres dias, depois de apresentada a proposta, deverá ser convocada

a assembléa geral dos accionistas.

No caso de ser a proposta de accordo offerecida pela sociedade anonyma, a reunião dos portadores de obrigações para discutil-a, acceital-a ou não, será convocada dentro de igual prazo, a contar da data da deliberação.

12. O accordo offerecido pela sociedade anonyma e acceite pelos portadores de obrigações, ou proposto pelos portadores e acceite pela sociedade anonyma, reputa-se perfeito e acabado desde o momento da acceitação, mas só produzirá os seus effeitos de direito depois de homologado pelo juiz commercial com jurisdicção na sede da sociedade.

Paragrapho unico. O pedido de homologação será processado de accôrdo com

os arts. 121 e 122 do decreto n. 917 de 24 de outubro de 1890.

13. Os portadores de obrigações designarão, no papel escripto contendo a proposta de accordo (art. 7), ou na reunião em que propuzerem o accordo, ou na destinada a approvar a proposta offerecida pela sociedade anonyma, um fiscal que, em nome delles, collabore com a directoria ou liquidantes na execução do accordo, e que vigie por seus direitos e interesses.

- 6. The summoning of the general meeting of shareholders to resolve upon the proposal of agreement which has to be offered to the debenture holders, and the summoning of the meeting which has to discuss and accept or reject the proposal presented by the debenture holders, as well as the resolutions which are taken in relation thereto, shall be governed by the provisions of the law in force, or those which are applicable to them (the said Decree No. 434 of the 4th of July 1891).
- 7. The proposal for agreement on the part of the debenture holders can be made: a) By a declaration in writing and signed by a sufficient number of the debenture holders (Art. 2); — b) By their consent given at a meeting summoned for the purpose.
- 8. The convening of the debenture holders in order to accept the proposal formulated by the company, or in order to present the proposal which on their part is to be offered to the company, can be effected: a) By the board of directors of the company; — b) By the fiscal council 1) of the same; — c) By debenture holders who represent more than one fourth of the total amount of the debentures.

The fiscal council shall only have power to summon the meeting for the object under consideration, if the board of directors refuse to do so.

§ 1. The summoning of the debenture holders shall be made by announcements published three times in the press of the place, if there is any, or by other usual means. The meeting must take place 30 days, at least, after the publication.

§ 2. The meeting shall be presided over by the debenture holder voted by

acclamation or elected chairman by a majority of votes.
§ 3. Debenture holders may be represented by attorneys furnished with sufficient powers and with the right of voting.

9. A minute of the resolutions taken by the debenture holders shall be drawn up, and must be signed by the chairman, secretaries and debenture holders, their signatures being attested by a notary.

This document shall remain in the possession of the chairman, who shall trans-

mit it to the proper legal quarter.

10. If on the day a sufficient number of debenture holders should not appear (Art. 2), the meeting shall be first adjourned for eight days, and afterwards for three more.

If on the day ultimately fixed a sufficient number still do not appear, it is understood that the debenture holders refuse to formulate or accept a proposal of agreement.

11. A written declaration of the debenture holders, containing a proposal or clause from which a resolution to propose an agreement is clear, shall be presented to the board of directors of the company and to the fiscal council, or to the liquidators or trustees, in order to bring about the summoning of the general meeting of shareholders which has to consider the agreement proposed and take a resolution in respect thereof.

Within three days after the proposal has been presented, a general meeting

of the shareholders must be convened.

In case the proposal of agreement has been presented by the company, the meeting of the debenture holders to discuss it and accept or reject it, shall be summoned within a like period, counting from the date of the resolution.

12. An agreement presented by the company and accepted by the debenture holders, or proposed by the debenture holders and accepted by the company, is considered complete and concluded from the moment of acceptance, but will only become effective after it has been ratified by the Commercial Judge who has jurisdiction where the company has its seat.

Sole paragraph. The application for ratification shall be proceeded with in accordance with Arts. 121 and 122 of Decree No. 917 of the 24th of October 1890.

13. Debenture holders shall designate, in the document containing the proposal of agreement (Art. 7), or at the meeting at which they propose the agreement, or at that where the proposal presented by the company is to be approved, a scrutineer (fiscal), who in their names shall co-operate with the board of directors or liquidators in the performance of the agreement, and who shall watch over their rights and interests.

¹⁾ A body elected to scrutinize the accounts (Translator's note).

- 14. No caso de achar-se a sociedade anonyma em liquidação forçada, o accordo se juntará aos autos respectivos para o fim de ser julgado por sentença.
- § 1. Podem embargar o accordo as partes dissidentes, mas só são admissiveis embargos de nullidade, fraude, simulação ou erro. Na apresentação, discussão e julgamento destes embargos, que terão effeito suspensivo do accordo, se observarão as disposições do art. 187 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.
- 15. O accordo, ainda julgado por sentença, poderá ser desfeito ou rescindido por acção provando-se nullidade, fraude, simulação ou erro.

16. A execução do accordo por parte da sociedade anonyma incumbe á direc-

toria ou a quem de direito representar a mesma sociedade.

17. A recusa do accordo pela sociedade anonyma ou pelos portadores de obrigações preferenciaes não induz embaraço legal para a tentativa e acceitação de nova proposta, sobrevindo motivos que aconselhem semelhante procedimento.

18. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Titulos au portador.

(Decreto N.° 149B — de 20 de julho 1893.)

- Art. 1. O proprietario de titulos ao portador que delles fôr desapossado por motivo estranho á sua vontade e á disposição da lei, poderá obter novos titulos e impedir que a outrem sejam pagos o capital e os rendimentos.
- 2. Perante o juiz ou tribunal do domicilio do devedor, o proprietario allegará em petição as circumstancias em que foi desapossado, declarando a quantidade, natureza, valor nominal e numeração dos titulos, e serie, se houver, e, quanto possivel, a época e logar em que os adquirira e em que recebera os ultimos juros ou dividendos.
- 3. Concluirá pedindo a intimação: Do devedor ou seu representante, para que não pague o capital nem os juros ou dividendos; Do presidente da Junta dos Corretores, para que não sejam admittidos os titulos em negociação na praça; Do detentor dos titulos, ou de quem interessado fôr, para allegar o que lhe convier.
- 4. O juiz mandará immediatamente fazer as intimações e expedir edital, marcando aos terceiros interessados o prazo de um anno para dizerem do seu direito.
- 5. Decorrido o prazo de um anno sem opposição, e se houverem sido distribuidos dous dividendos, poderá o requerente ser autorisado a perceber os juros e dividendos vencidos e que se forem vencendo e o capital que se tornar exigivel, mediante caução.

6. A caução comprehenderá o capital exigivel e a importancia das annuidades vencidas, sendo a do ultimo anno computada em dobro. Não será julgada sem

audiencia do ministerio publico, ou de um curador á lide.

7. Dous annos depois da autorisação póde ser levantada a caução relativa aos juros e dividendos, permanecendo quanto ao capital, por mais dous annos. Para as apolices da divida publica o prazo será de nove annos, contados da autorisação, salvo a disposição do art. 16, letra d.

8. Se o requerente não puder ou não quizer prestar caução, serão depositados o capital e rendimentos exigiveis, os quaes só poderão ser levantados depois de

decorridos os prazos do artigo antecedente.

9. Se se tratar sómente de coupons destacados dos titulos, o prazo será o

mesmo marcado para juros e dividendos no art. 7.

10. Os pagamentos feitos de accôrdo com esta lei importam quitação ao devedor, e os terceiros que se julgarem prejudicados só terão acção contra aquelle que, sem justa causa, se tiver apresentado como proprietario desapossado.

- 14. In case a joint stock company is in compulsory liquidation, the agreement shall be annexed to the respective records in order to be decided by judgment.
- § 1. Dissenting parties may oppose the agreement, but opposition is only admissible in case of nullity, fraud, misrepresentation or error. In the presentation, discussion and judgment of such opposition, which shall have the effect of suspending the agreement, the provisions of Art. 187 of Decree No. 434 of the 4th of July 1891 shall be observed.

15. The agreement, even if confirmed by a judgment, can be upset or rescinded

by an action proving nullity, fraud, misrepresentation or error.

16. Performance of the agreement on the part of the company devolves on

the board of directors or on whoever legally represents the said company.

17. The refusal of the agreement by the company or by the debenture holders does not legally prevent the presentation and acceptance of a new proposal if reasons arise to make such a proceeding advisable.

18. Provisions to the contrary are repealed.

Instruments (titles) to bearer.

(Decree No. 149 B of the 20th of July 1893.)

Art. 1. The owner of instruments (titles) to bearer who has been dispossessed of them against his will and for reasons contrary to the provisions of the law, can obtain new instruments (titles) and prevent the principal and proceeds from being mid to another recent

being paid to another person.

2. The owner shall allege by petition to the Judge or Court where the debtor resides, the circumstances under which he became dispossessed of the instruments, declaring the quantity, nature, nominal value and the numbers thereof, and the series, should there be one, and, as far as possible, the time and place when and where he acquired them and when and where he received the last interest or dividends.

3. He shall conclude by asking that the following be notified: The debtor or his representative, to shew cause why he should not pay the principal and interest or dividends; — The President of the Council of Brokers, not to admit the instruments to be negotiated in the market; — The person detaining the instruments, or whoever is interested, to state whatever he may have to allege.

4. The Judge shall immediately order the notifications to be made and the notices to be published, granting to interested third persons the period of one year

during which to state their claims.

5. After the period of one year has elapsed without opposition, and if two dividends have been paid, the petitioner may be authorized to receive the interest and dividends which have become due and which are falling due, and the principal which may be claimed, on his giving security.

6. The security shall cover the principal which may be claimed and the annual

6. The security shall cover the principal which may be claimed and the annual payments due, that of the last year being calculated at double its amount. It will not be decided without hearing the *ministerio publico*¹), or a curator appointed

for the suit.

7. The security relating to the interest and dividends can be withdrawn two years after authorization, the security as to the principal remaining for another two years. For Government securities the period will be nine years, reckoned from authorization, saving the provision of Art. 16, letter d.

8. If the petitioner cannot or does not wish to give security, the principal and income to be claimed shall be deposited, and the same can only be withdrawn

after the periods mentioned in the preceding Article have elapsed.

9. If it is only a question of coupons which have been detached from the instruments, the period shall be the same as that fixed for interest and dividends in Art. 7.

10. Payments made in accordance with this Law discharge the debtor, and third persons who consider themselves prejudiced shall only have a right of action against the person who without just cause has presented himself as the dispossessed owner.

¹⁾ A body attached to every Court to see that the laws are observed (Translator's note).

11. O devedor, a quem forem apresentados os titulos denunciados, é obrigado

a apprehendel-os e communicar a occurrencia ao juiz.

12. Se um terceiro se apresentar portador dos titulos denunciados, terá vista para contestar, ficando suspensa qualquer autorisação concedida para o recebimento do capital e juros ou dividendos.

13. E' nulla a negociação de titulos furtados ou extraviados, feita depois da intimação á Junta dos Corretores ou da publicação do edital, e o adquirente só terá acção contra o vendedor e o corretor que tiver intervindo na operação.

14. Se não houver contestação no prazo de tres annos, contados da publicação do edital, poderá o juiz ordenar que ao proprietario desapossado sejam passadas

duplicatas dos titulos reclamados.

- 15. Independente de despacho, poderá o proprio interessado, por si ou por official de justiça, fazer ao devedor e á Junta dos Corretores a intimação do art. 3 por meio de notas em duplicata, em um de cujos exemplares será lançado o sciente dos intimados ou certidão do official. Taes intimações, porém, deverão ser judicialmente ratificadas dentro de seis dias, sob pena de nullidade.
- 16. As disposições desta lei se applicam aos seguintes titulos, sempre que forem ao portador: a) Recibos e cheques ou mandatos passados para serem pagos na mesma praça em virtude de conta corrente; b) Acções e obrigações de companhias, observadas as disposições das leis sobre sociedades anonymas; c) Lettras hypothecarias emittidas por sociedades de credito real, nos termos da lei; d) Apolices da divida publica, quando não regidas por leis especiaes.
 - 17. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Armazens geraes (Warrant).

(Decreto N.º 1102 — de 21 de novembro de 1903.)

Capitolo I. Estabelecimento, obrigações e direitos das emprezas de armazens geraes.

Art. 1. As pessoas naturaes ou juridicas, aptas para o exercicio do commercio, que pretenderem estabelecer emprezas de armazens geraes, tendo por fim a guarda e conservação de mercadorias e a emissão de titulos especiaes, que as representem, deverão declarar á Junta Commercial do respectivo districto: 1.º A sua firma, ou, se se tratar de sociedade anonyma, a designação que lhe fôr propria, o capital da empreza e o domicilio; — 2.º A denominação, a situação, o numero, a capacidade, a commodidade e a segurança dos armazens; — 3.º A natureza das mercadorias que recebem em deposito; — 4.º As operações e serviços a que se propõem.

A essas declarações juntarão: a) O regulamento interno dos armazens e da sala de vendas publicas; — b) A tarifa remuneratoria do deposito e dos outros serviços; — c) A certidão do contracto social ou estatutos devidamente registrados,

se se tratar de pessoa juridica.

- § 1. A Junta Commercial, verificando que o regulamento interno não infringe os preceitos da presente lei, ordenará a matricula do pretendente no registro do commercio e, dentro do prazo de um mez, contado do dia desta matricula, fará publicar, por edital, as declarações, o regulamento interno e a tarifa.
- § 2. Archivado na secretaria da Junta Commercial um exemplar das folhas em que se fizer a publicação, o emprezario assignará termo de responsabilidade como fiel depositario dos generos e mercadorias que receber, e só depois de preenchida esta formalidade, que se fará conhecida de terceiros por novo edital da Junta, poderão ser iniciados os serviços e operações que constituem objectos da empreza.
- § 3. As alterações ao regimento interno e á tarifa entrarão em vigor trinta dias depois da publicação, por edital da Junta Commercial, e não se applicarão

11. The debtor to whom the denounced instruments have been presented is

bound to retain them, and to communicate the fact to the Judge.

12. Should a third person present himself as the holder of the denounced instruments, he shall be allowed to contest any authorization which has been granted for the suspension of the receipt of principal and interest or dividends.

13. Any transaction in instruments which have been stolen or gone astray, made after notification to the Council of Brokers or publication of the notices, is void, and the person who has acquired them has only a right of action against the vendor and the broker who has negotiated the transaction.

14. Should no claim be made during a period of three years, reckoning from the publication of the notices, the Judge can order that duplicates of the instruments

which are reclaimed shall be issued to the dispossessed owner.

15. Independently of judicial notification, the interested person himself, or an officer of justice in his name, can cause the notification of Art. 3 to be made to the debtor and to the Council of Brokers, by means of notes in duplicate, in one of which shall be stated what is known of the persons notified or the certificate of the officer. Such notifications, however, must be judicially ratified within six

- days, on pain of nullity.

 16. The provisions of this Law apply to the following instruments, whenever they are to bearer: a) Receipts and cheques or orders passed for payment in the same market in virtue of an account current; — b) Shares and debentures of companies, the provisions of the Laws relating to joint stock companies being observed; c) Letters of charge (mortgage debentures) issued by real property credit societies, in the terms of the law; — d) Government securities when not governed by special Laws.
 - 17. All provisions to the contrary are repealed.

General warehouses (Warrants).

(Decree No. 1102 of the 21st of November 1903.)

The establishment, obligations and rights of general Chapter I. warehouse undertakings.

Art. 1. Natural or juridical persons capable of carrying on trade, who seek to establish general warehouse undertakings, having as their object the care and preservation of merchandise, and the issue of special documents of title to represent it, must make the following declarations to the Commercial Council of the respective district: 1. The firm name, or when a joint stock company is concerned its designation, the capital of the undertaking and where it is situated; — 2. The name, situation, number, capacity, suitability and security of the warehouses; — 3. The nature of the merchandise to be received for storing; — 4. The transactions and service it is proposed to undertake.

To these declarations shall be added: a) The internal regulations of the warehouses and of the public auction room; — b) The tariff to be charged for warehousing and for other services; — c) A certificate of the articles of partnership or of the articles of association duly registered, if a juridical person (association) is concerned.

§ 1. The Commercial Council, after verifying that the internal regulations do not infringe the provisions of this Law, shall order the registration of the declarant in the Commercial Registry, and, within a period of one month, reckoning from the day of such registration, shall cause to be published, by public notice, the declarations, the internal regulations and the tariff.

§ 2. After a copy of the newspapers in which the publication has been made has been filed in the office of the Commercial Council, the head of the undertaking shall sign a document accepting responsibility, as a faithful depositary of the goods and merchandise which he may receive, and only after having complied with this formality, which shall be made known to third persons by a fresh public notice of the Council, can the services and operations which form the objects of the undertaking be commenced.

§ 3. Alterations in the internal regulations and in the tariff shall come into force thirty days after publication by public notice of the Commercial Council, aos depositos realizados até a vespera do dia em que ellas entrarem em vigor, salvo

se trouxerem vantagens ou beneficios aos depositantes.

§ 4. Os administradores dos armazens geraes, quando não forem os proprios emprezarios, os fieis e outros prepostos, antes de entrarem em exercicio, receberão do proponente uma nomeação escripta, que farão inscrever no registro do commercio (Codigo Commercial, arts. 74 e 10, n. 2).

§ 5. Não poderão ser emprezarios, administradores ou fieis de armazens geraes os que tiverem soffrido condemnação pelos crimes de fallencia culposa ou fraudu-

lenta, estellionato, abuso de confiança, falsidade, roubo ou furto.

§ 6. As publicações a que se refere este artigo devem ser feitas no *Diario Official* da União ou do Estado e no jornal de maior circulação da séde dos armazens geraes e á custa do interessado.

2. O Governo Federal designará as alfandegas que estiverem em condições de emittir os titulos de que trata o capitulo II, sobre mercadorias recolhidas em seus armazens, e, por decreto expedido pelo Ministerio da Fazenda, dará as instrucções sobre o respectivo serviço e a tarifa.

Paragrapho unico. Os titulos emanados destas repartições serão em tudo equiparados aos que as emprezas particulares emittirem, e as mercadorias por

elles representadas ficarão sob o regimen da presente lei.

3. Nas estações de estrada de ferro da União poderá o Governo, por intermedio do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, estabelecer armazens geraes, expedindo as necessarias instrucções e a tarifa, sendo applicada ás mercadorias em deposito e aos titulos emittidos a disposição do paragrapho unico do art. 2.

Paragrapho unico. As companhias ou emprezas particulares de estrada de ferro ficarão sujeitas ás disposições do art. 1 se quizerem emittir os titulos de que trata o capitulo II, sobre mercadorias recolhidas a armazens de suas estações, devendo apresentar, com as declarações a que se refere aquelle artigo, autorisação

especial do governo que lhes fez a concessão.

4. As emprezas ou companhias de dócas que recebem em seus armazens mercadorias de importação e exportação (decreto legislativo n. 1746 de 13 de outubro 1869 art. 1) e os concessionarios de entrepostos e trapiches alfandegados poderão solicitar do Governo Federal autorisação para emittirem sobre mercadorias em deposito os titulos de que trata o capitulo II, declarando as garantias que offerecem á Fazenda Nacional e apresentando o regulamento interno dos armazens e da tarifa remuneratoria do deposito e de outros serviços a que se proponham.

Nesses regulamentos serão estabelecidas as relações das companhias de dócas e concessionarios de entrepostos e trapiches alfandegados com os empregados aduaneiros.

A autorisação para a emissão dos titulos e a approvação do regulamento e tarifa serão dadas por decreto expedido pelo Ministerio da Fazenda.

Nenhuma alteração será feita no regulamento ou na tarifa sem as mesmas formalidades, prevalecendo a disposição da segunda parte do § 3 do art. 1.

Paragrapho unico. Obtida a autorisação, as dócas, os entrepostos particulares e os trapiches alfandegados ficarão sujeitos ás disposições da presente lei, adquirindo

a qualidade de armazens geraes,

5. Na porta principal dos entrepostos publicos ou armazens das alfandegas e das estações de estrada de ferro da União (arts. 2 e 3), na dos estabelecimentos mantidos e custeados por emprezas particulares (arts. 1 e 4) e nas salas de vendas publicas (art. 28) serão affixados, em logar visivel, as instrucções officiaes ou o regulamento interno, e a tarifa, e exemplares impressos destas peças serão entregues gratuitamente aos interessados que os solicitarem.

6. Das mercadorias confiadas á sua guarda, os armazens geraes passarão recibo declarando nelle a natureza, quantidade, numero e marcas, fazendo pesar, medir ou contar, no acto do recebimento, as que forem susceptiveis de ser pesadas,

medidas ou contadas.

No verso desse recibo serão annotadas pelo armazem geral as retiradas parciaes das mercadorias, durante o deposito.

and shall not be applied to deposits made up to the evening of the day before which they come into force, unless they are to the advantage or benefit of the depositors.

§ 4. Managers of general warehouses, when they are not themselves the heads of the undertaking, overseers and other subordinates, before entering on their duties, shall receive from the principal a written appointment, which they shall have inscribed in the Commercial Registry (Commercial Code, Arts. 74 and 10, No. 2).

§ 5. Those who have been condemned for the crimes of culpable or fraudulent bankruptcy, stellionate, abuse of confidence, falsity, robbery or theft, cannot be

heads of undertakings, managers or overseers of general warehouses.

§ 6. The publications to which this Article refers must be inserted in the Official Gazette of the Union or of the State, and in the newspaper which has the greater circulation in the place where the general warehouses are and at the cost of the interested person.

2. The Federal Government shall specify the custom-houses which are in circumstances to issue the documents of title of which Chapter II. treats, relating to merchandise gathered in their warehouses, and shall give the instructions concerning the respective service and tariff, by a Decree issued by the Ministry of Finance.

Sole paragraph. Documents of title emanating from these departments shall be in all respects considered equivalent to those which private enterprises issue, and the merchandise represented by them shall be governed by this Law.

3. In the railway stations of the Union the Government may, through the Ministry of Industry, Ways and Public Works, establish general warehouses, issuing the necessary instructions and the tariff, and the provision of the sole paragraph of Art. 2 shall apply to the merchandise deposited and to the documents of title issued.

Sole paragraph. Private railway companies or undertakings shall be subject to the provisions of Art. 1, if they wish to issue documents of title of which Chapter II treats, relating to merchandise collected in the warehouses of their stations, and they must present, together with the declarations to which the said Article refers, the special authorization of the Government which has granted them the concession.

4. Dock undertakings or companies which receive into their warehouses merchandise for import or export (legislative Decree No. 1746 of the 13th of October, 1869, Art. 1) and the concessionaires of bonded warehouses or wharf warehouses can apply to the Federal Government for authorization to issue in respect of merchandise on deposit the documents of title of which Chapter II treats, on stating the guarantees which they offer to the National Treasury and presenting the internal regulations of the warehouses and of the tariff of charges for warehousing and other services which they propose to undertake.

In these regulations the relations of the dock companies and the concessionaires of the bonded warehouses and wharf warehouses to the custom house officials shall

be laid down.

The authorization for the issue of documents of title and the approval of the regulations and tariff shall be granted by Decree issued by the Ministry of Finance.

No alteration shall be made in the regulations or in the tariff without the same formalities, and the provision of the second part of § 3 of Art. 1 shall prevail.

Sole paragraph. After the authorization has been obtained, the docks, the private warehouses and the bonded wharf warehouses shall be subject to the provi-

sions of this Law, and be considered as general warehouses.

5. The official instructions or the internal regulations, and the tariff, shall be posted up in a conspicuous place in the principal entrance of public warehouses or custom house warehouses and of railway stations of the Union (Arts. 2 and 3), in that of establishments maintained and supported by private undertakings (Arts. 1 and 4) and in the public auction rooms (Arts. 28), and printed copies of these notices shall be given gratuitously to the interested persons who apply for them.

6. General warehouses shall give receipts for merchandise committed to their charge, stating in them the nature, quantity, number and marks, and those which are susceptible of being weighed, measured or counted, shall be weighed, measured

or counted at the time of receipt.

Merchandise, as it is withdrawn during the time of deposit, shall be endorsed

by the general warehouse on these receipts.

Esta disposição não se applica ás mercadorias estrangeiras sujeitas a direitos

de importação, a respeito das quaes se observarão os regulamentos fiscaes.

Paragrapho unico. O recibo será restituido ao armazem geral contra a entrega das mercadorias ou dos titulos do art. 15, que, a pedido do dono, forem emittidos. A quem tiver o direito de livre disposição das mercadorias é facultado, durante o prazo do deposito (art. 10), substituir esses titulos por aquelle recibo.

7. Além dos livros mencionados no art. 11 do Codigo Commercial, as emprezas de armazens geraes são obrigadas a ter, revestido das formalidades do art. 13 do mesmo Codigo, e escripturado rigorosamente dia a dia, um livro de entrada e sahida de mercadorias, devendo os lançamentos ser feitos na fórma do art. 88, n. II, do citado codigo, sendo annotadas as consignações em pagamento (art. 22), as vendas e todas as circumstancias que occorrerem relativamente ás mercadorias depositadas.

As docas, entrepostos particulares e trapiches alfandegados lançarão naquelle livro as mercadorias estrangeiras sujeitas a direitos de importação sobre as quaes,

a pedido do dono, tenham de emittir os titulos do art. 15.

O Governo, nas instrucções que expedir para as alfandegas e armazens de estrada de ferro da União, determinará os livros destinados ao serviço do registro das mercadorias sobre as quaes forem emittidos os titulos do art. 15 e seus requisitos de authenticidade.

8. Não podem os armazens geraes:

§ 1. Estabelecer preferencia entre os depositantes a respeito de qualquer serviço. § 2. Recusar o deposito excepto: a) se a mercadoria que se deseja armazenar não for tolerada pelo regulamento interno; — b) Se não houver espaço para a sua accommodação; — c) Se, em virtude das condições em que ella se achar, puder damnificar as já depositadas.

§ 3. Abater o preço marcado na tarifa em beneficio de qualquer depositante.

§ 4. Exercer o commercio de mercadorias identicas ás que se propoem receber em deposito, e adquirir para si ou para outrem mercadorias expostas á venda em seus estabelecimentos, ainda que seja a pretexto de consumo particular.

§ 5. Emprestar ou fazer, por conta propria ou alheia, qualquer negociação

sobre os titulos que emittirem.

9. Serão permittidos aos interessados o exame e a verificação das mercadorias depositadas e a conferencia das amostras, podendo, no regulamento interno do armazem, ser indicadas as horas para esse fim e tomadas as cautelas convenientes.

Paragrapho unico. As mercadorias de que trata o art. 12 serão examinadas

pelas amostras que deverão ser expostas no armazem.

10. O prazo do deposito, para os effeitos deste artigo, começará a correr da data da entrada da mercadoria nos armazens geraes e será de seis mezes, podendo

ser prorogado livremente por accordo das partes.

Para as mercadorias estrangeiras sujeitas a direitos de importação e sobre as quaes tenham sido emittidos os titulos do art. 15, o prazo de seis mezes poderá ser prorogado até mais um anno pelo inspector da alfandega, se o estado das mercadorias garantir o pagamento integral daquelles direitos, armazenagens e as despezas e adeantamentos referidos no art. 14.

Se estas mercadorias estiverem depositadas nas docas, nos entrepostos particulares e nos trapiches alfandegados, a prorogação do prazo dependerá tambem

do consentimento da respectiva companhia ou concessionario.

§ 1. Vencido o prazo do deposito, a mercadoria reputar-se-ha abandonada, e o armazem geral dará aviso ao depositante, marcando-lhe o prazo de oito dias, improrogaveis, para a retirada da mercadoria contra a entrega do recibo (art. 6) ou dos titulos emittidos (art. 15).

Findo este prazo, que correrá do dia em que o aviso fôr registrado no Correio, o armazem geral mandará vender a mercadoria, por corretor ou leiloeiro, em leilão publico, annunciado com antecedencia de tres dias, pelo menos, observando-se as disposições do art. 28 §§ 3, 4, 6, e 7.

This provision does not apply to foreign merchandise subject to import duties,

regarding which the fiscal laws shall be observed.

Sole paragraph. The receipt shall be returned to the general warehouse against delivery of the merchandise or of the documents of title specified in Art. 15 which, at the request of the owner, have been issued. Anyone having the right of free disposal of the merchandise is empowered, during the term of the deposit (Art. 10), to substitute these documents of title for the same receipt.

7. Besides the books mentioned in Art. 11 of the Commercial Code, undertakings of general warehouses are bound to have a book of the entry and withdrawal of merchandise, in which, besides the formalities required by Art. 13 of the said Code, and the obligation scrupulously to write it up day by day, the entries must be made according to Art. 88, No. 2 of the said Code, entering payments received as warehouse rent (Art. 22), sales and anything that happens relating to the merchandise deposited.

Docks, private warehouses and bonded wharf warehouses shall enter in the said book foreign merchandise subject to import duties on which, at the request of the owner, the documents of title specified in Art. 15 have to be issued.

The Government, in the instructions which it issues to the custom houses and railway warehouses of the Union, shall specify the books intended for the registration of the merchandise in respect of which the documents of title of Art. 15 are issued and what is required to authenticate them.

8. General warehouses may not:

§ 1. Establish a preference between depositors with regard to any service; § 2. Refuse a deposit unless: a) The merchandise which it is desired to warehouse is not allowed to enter according to the internal regulations of the warehouse; b) There is no space for its accommodation;
 c) It may cause injury to merchandise already stored, on account of its condition.

§ 3. Make an abatement on the price marked in the tariff in favour of any

depositor.

§ 4. Trade in the same merchandise as that which it is proposed to receive on deposit, or acquire for themselves or for a third person merchandise exposed for sale in their establishments, even under the pretext that it is for private consumption.

§ 5. Lend money on or enter into, on their own or another's account, any

transaction in relation to the documents of title which they issue.

9. Persons interested shall be allowed to examine and verify merchandise on deposit and to compare it with samples, and the hours for the purpose may be indicated, and the proper safeguards taken, in the internal regulations of the warehouse.

Sole paragraph. Merchandise of which Art. 12 treats shall be examined by the

samples which must be on view in the warehouse.

10. The period of deposit, for the effects of this Article, shall begin to run from the date of the entry of the merchandise into the general warehouse and shall be for six months, and it may be prolonged indefinitely by agreement of the parties.

For foreign merchandise subject to import duties and in respect of which the documents of title specified in Art. 15 have been issued, the period of six months may be extended up to one year more by the custom-house inspector, if the condition of the merchandise is such as to guarantee the whole payment of such duties, warehouse rents and the charges and advances set out in Art. 14.

If this merchandise has been deposited in the docks, in the private warehouses or in the bonded wharf warehouses, the prolongation of the period will depend

also on the consent of the company or concessionaire in question.

§ 1. When the period of deposit has expired, the merchandise shall be considered as abandoned, and the general warehouse shall notify the depositor, fixing a period of eight days, which cannot be extended, for the withdrawal of the merchandise against the delivery of the receipt (Art. 6) or of the documents of title issued (Art. 15).

At the end of this period, which shall commence from the day on which the notification was registered in the Post, the general warehouse shall order the merchandise to be sold, by a broker or auctioneer, by public auction, after having advertised for at least three days previously, the provisions of Art. 28 §§ 3, 4, 6, and

7 being observed.

§ 2. Para prova do aviso prévio bastarão a sua transcripção no copiador do

armazem geral e o certificado do registro da expedição pelo Correio.

§ 3. O producto da venda, deduzidos os creditos indicados no art. 26 § 1, se não for procurado, por quem de direito, dentro do prazo de oito dias, será depositado judicialmente por conta de quem pertencer.

As alfandegas reterão em seus cofres esse saldo, e a administração da estrada de ferro da União o recolherá á repartição fiscal designada pelo Governo nas instrucções expedidas na conformidade do art. 3.

§ 4. Não obstante o processo do art. 27 §§ 2 e 3, verificado o caso do § 1 do presente artigo, o armazem geral ou a competente repartição federal fará vender a mercadoria, scientificando, com antecedencia de cinco dias, ao juiz daquelle processo.

Deduzidos do producto da venda os creditos indicados no art. 26 § 1, o liquido

será posto á disposição do juiz.

È' permittido ao que perder o titulo obstar a venda, ficando prorogado o deposito por mais tres mezes, se pagar os impostos fiscaes e as despezas declaradas no art. 23 § 6.

- 11. As emprezas de armazens geraes, além das responsabilidades especialmente estabelecidas nesta lei, respondem: 1.º Pela guarda, conservação e prompta e fiel entrega das mercadorias que tiverem recebido em deposito, sob pena de serem presos os emprezarios, gerentes, superintendentes ou administradores, sempre que não effectuarem aquella entrega, dentro de 24 horas depois que judicialmente forem requeridos. Cessa a responsabilidade nos casos de avarias ou vicios provenientes da natureza ou acondicionamento das mercadorias, ou de força maior, salvo a disposição do art. 37, paragrapho unico; — 2.º Pela culpa, fraude ou dólo de seus empregados e prepostos e pelos furtos acontecidos aos generos e mercadorias dentro
- § 1. A indemnização devida pelos armazens geraes, nos casos referidos neste artigo, será correspondente ao preço da mercadoria em bom estado, no logar e no tempo em que devia ser entregue.

O direito á indemnização prescreve em tres mezes, contados do dia em que a mercadoria foi ou devia ser entregue.

- § 2. Pelas alfandegas e estradas de ferro da União responde directamente a Fazenda Nacional, com acção regressiva contra seus funccionarios culpados.
- 12. Nos armazens geraes podem ser recebidas mercadorias da mesma natureza e qualidade, pertencentes a diversos donos, guardando-se misturadas.

Para este genero de deposito deverão os armazens geraes dispor de logares

proprios e se apparelhar para o bom desempenho do serviço.

A's declarações de que trata o art. 1 juntará o emprezario a descripção minuciosa de todos os aprestos do armazem, e a matricula no registro do commercio sómente será feita depois do exame mandado proceder pela Junta Commercial, por profissionaes e á custa do interessado.

- \S 1. Neste deposito, além das disposições especiaes na presente lei, observarse-hão as seguintes: 1.° O armazem geral não é obrigado a restituir a propria mercadoria recebida, mas, póde entregar mercadoria da mesma qualidade; — 2.º O armazem geral responde pelas perdas e avarias da mercadoria, ainda mesmo no caso de força maior.
- § 2. Relativamente ás dócas, entrepostos particulares e trapiches alfandegados a attribuição acima conferida á Junta Commercial cabe ao Governo Federal.
- 13. Os armazens geraes ficam sob a immediata fiscalização das juntas commerciales, ás quaes os emprezarios remetterão, até o dia 15 dos mezes de abril, julho, outubro e janeiro de cada anno, um balanço, em resumo, das mercadorias que, no trimestre anterior, tiverem entrado e sahido e das que existirem, bem como a demonstração do movimento dos titulos que emittirem, a importancia dos valores que com os mesmos titulos forem negociados, as quantias consignadas, na conformidade do art. 22, e o movimento das vendas publicas onde existirem as salas de que trata o capitulo III.

§ 2. The transcription into the copy book of the general warehouse and the registration certificate of posting shall be sufficient proof of previous notification.

§ 3. The proceeds of the sale, after deducting the moneys indicated in Art. 26, § 1, if not claimed by the person having a right to them within a period of eight days, shall be deposited in Court for the account of the person to whom they may belong.

The custom-houses shall retain this balance in their coffers, and the railway administration of the Union shall cause it to be sent to the fiscal department named by the Government in the instructions sent out in accordance with Art. 3.

§ 4. Notwithstanding the proceedings referred to in Art. 27, §§ 2 and 3, if the case of § 1 of this Article has occurred, the general warehouse or proper federal department shall cause the merchandise to be sold, after having given the Judge in the said proceedings a notice of five days.

After the moneys indicated in Art. 26 § I have been deducted from the proceeds,

the net amount shall be placed at the disposition of the Judge.

It is lawful for a person who has lost the document of title to oppose the sale, and on his paying the dues and the expenses declared in Art. 23 § 6, the period of deposit shall be extended for three months more.

- 11. Undertakings of general warehouses, besides the obligations especially established by this Law, shall be responsible: 1. For the custody, preservation and immediate and faithful delivery of the merchandise which they have received on deposit, on pain of the heads of the undertaking, managers, superintendents or administrators being arrested, whenever they do not make such delivery within 24 hours after having been judicially ordered to do so. The responsibility ceases in cases of damage or defects arising from the nature or condition of the merchandise, or from vis major, except as provided in Art. 37, sole paragraph; 2. For the negligence, fraud or deceit of their clerks or subordinates, and for thefts of the goods or merchandise while in the warehouses.
- § 1. The compensation to be paid by the general warehouses, in the cases mentioned in this Article, shall be that corresponding to the value of the merchandise in good condition, at the place and time where and when it ought to be delivered.

The right to compensation lasts for three months, reckoned from the day

when the merchandise was or ought to have been delivered.

§ 2. The National Treasury is directly responsible for the custom-houses and railways of the Union, with regressive right of action against their guilty officials.

12. In general warehouses merchandise of the same nature and quality belonging to different owners may be received and stored mixed together.

For this kind of deposit general warehouses must provide suitable places and must be fitted with proper tackle for the satisfactory performance of the service.

To the declarations of which Art. 1 treats, the head of the undertaking shall append a detailed description of all the tackle of the warehouse, and the entry in the Commercial Registry shall only be made after the inspection by experts ordered to be undertaken by the Commercial Council, and at the expense of the interested party.

- § 1. In this kind of deposit, besides the special provisions of this Law, the following must be observed: 1. The general warehouse is not bound to restore the same merchandise received, but may deliver merchandise of the same quality; 2. The general warehouse is liable for loss and damage to the merchandise, even in the case of vis major.
- § 2. With regard to docks, private warehouses and bonded wharf warehouses, the power above conferred on the Commercial Council falls to the Federal Government.
- 13. General warehouses are under the direct inspection of the Commercial Councils, to which the heads of undertakings shall furnish, by the 15th day of the months of April, July, October and January in each year, a balance sheet, abridged, of the merchandise which during the previous three months has entered and left and of that which still exists, as well as a statement of the movement of the documents of title which they have issued, the import of the amounts which have been negotiated with the said documents of title, the amounts consigned, in conformity with Art. 22, and the transactions at the public sales where rooms of which Chapter III treats exist.

Até o dia 15 de março as emprezas apresentarão o balanço detalhado de todas as operações e serviços realizados durante o anno anterior, nos armazens geraes e salas de vendas publicas, fazendo-o acompanhar de um relatorio circumstanciado, contendo as considerações que julgarem uteis.

§ 1. As alfandegas, dócas, entrepostos particulares e trapiches alfandegados ficarão, porém, sob a exclusiva fiscalização do Ministerio da Fazenda, e os armazens das estações de estradas de ferro da União, sob a do Ministerio da Industria, Viação

e Obras Publicas.

Os inspectores das alfandegas, emprezas ou companhias de dócas, concessionarios de entrepostos e trapiches alfandegados, e directores de estradas de ferro federaes, enviarão nas épocas acima designadas os balanços trimensaes e o balanço e o relatorio annuaes ao respectivo Ministerio.

§ 2. O Ministerio da Fazenda, o da Industria, Viação e Obras Publicas e as Juntas Commerciaes poderão, sempre que acharem conveniente, mandar inspeccionar os armazens sob sua fiscalização, afim de verificarem se os balanços apresentados estão exactos, ou se teem sido fielmente cumpridas as instrucções ou o regulamento interno e a tarifa.

14. As emprezas de armazens geraes teem o direito de retenção para garantia do pagamento das armazenagens e despezas com a conservação e com as operações beneficios e serviços prestados ás mercadorias, a pedido do dono; dos adeantamentos feitos com fretes e seguro, e das commissões e juros, quando as mercadorias lhes tenham sido remettidas em consignação (Codigo Commercial, art. 189).

Esse direito de retenção póde ser opposto á massa fallida do devedor.

Tambem teem as emprezas de armazens geraes direito de indemnização pelos prejuizos que lhes venham por culpa ou dólo do depositante.

Capitulo II. Emissão, circulação e extincção dos titulos emittidos pelas emprezas de armazens geraes.

15. Os armazens geraes emittirão, quando lhes for pedido pelo depositante, dous titulos unidos, mas separaveis á vontade, denominados — conhecimento de

deposito e warrant.

- § 1. Cada um destes titulos deve ser á ordem e conter, além da sua designação particular: 1.° A denominação da empreza do armazem geral e sua séde; 2.° O nome, profissão e domicilio do depositante ou de terceiro por este in dicado; 3.° O logar e prazo do deposito; 4.° A natureza e quantidade das mercadorias em deposito, designadas pelos nomes mais usados no commercio, seu peso, o estado dos envoltorios e todas as marcas e indicações proprias para estabelecerem a sua identidade; 5.° A qualidade da mercadoria, tratando-se daquellas a que se refere o art. 12; 6.° A indicação de segurador da mercadoria e o valor do seguro (art. 16); 7.° A declaração dos impostos e direitos fiscaes, dos encargos e despezas a que a mercadoria está sujeita, e do dia em que começaram a correr as armazenagens (art. 26 § 2); 8.° A data da emissão dos titulos e a assignatura do emprezario ou pessoa devidamente habilitada por este.
- § 2. Os referidos titulos serão extrahidos de um livro do talão, o qual conterá todas as declarações acima mencionadas e o numero de ordem correspondente.

No verso do respectivo talão, o depositante, ou terceiro por este autorizado, passará recibo dos titulos. Se a empreza, a pedido do depositante, os expedir pelo Correio mencionará esta circumstancia e o numero e data do certificado do registro postal.

Annotar-se-hão tambem no verso do talão as occurrencias que se derem com os titulos delle extrahidos, como substituição, restituição, perda, roubo, etc.

§ 3. Os armazens geraes são responsaveis para com terceiros pelas irregularidades e inexactidões encontradas nos titulos que emittirem, relativamente á quantidade natureza e peso da mercadoria.

16. As mercadorias, para servirem de base á emissão dos titulos, devem ser

seguradas contra riscos de incendio do valor designado pelo depositante.

By the 15th of March undertakings shall present a detailed balance sheet of all the transactions and services effected during the previous year in the general warehouses and public sale rooms, and it must be accompanied by a circumstantial report, containing any information which may be considered of use.

§ 1. Custom-houses, docks, private warehouses and bonded wharf warehouses shall, however, be under the exclusive inspection of the Ministry of Finance and the warehouses of the railway stations of the Union under that of the Ministry of

Industry, Ways and Public Works.

The inspectors of custom-houses, dock undertakings or companies, concessionaires of bonded warehouses or bonded wharf warehouses, and directors of the federal railways, shall furnish at the times above specified to the proper Ministerial Department the three-monthly balance sheets and the annual balance sheet and

§ 2. The Ministry of Finance and of Industry, Ways and Public Works and the Commercial Councils may, whenever they choose, cause the warehouses under their superintendence to be inspected, in order to verify if the balance sheets presented are correct, and if the instructions or internal rules and the tariff have been

faithfully adhered to.

14. Undertakings of general warehouses have the right of retention (lien) in order to secure the payment of warehouse rents and expenses connected with the preservation and with transactions entered into for the improvement of and services rendered to the merchandise at the request of the owner; of the advances made in respect of freights and insurance, and of the commissions and interest, when the goods have been sent to them on consignment (Commercial Code, Art. 189).

This right of retention (lien) may constitute a claim on the bankrupt estate

of the debtor.

Undertakings and general warehouses have also a right to compensation for injuries which they may suffer through the negligence or fraud of the depositor.

Chapter II. The issue, circulation and redemption of documents of title issued by general warehouse undertakings.

15. General warehouses shall issue, when required by a depositor, two documents of title joined together, but separable at will, called "certificate of deposit" and "warrant"

§ 1. Each of these documents of title must be to order and contain, besides their special denomination: 1. The name of the general warehouse undertaking and where it is situated; — 2. The name, trade or profession, and address of the depositor or of a third person named by him; — 3. The place and period of the deposit; -4. The nature and quantity of the deposited merchandise, giving the designation by which it is generally known in trade, its weight, the condition of the covers and all the marks and particulars necessary to distinguish it; — 5. The quality of the merchandise, with reference to the provisions of Art. 12; — 6. The name of the insurer of the merchandise and the amount for which it is insured (Art. 16); — 7. A declaration of the fiscal dues and duties, of the charges and expenses to which the merchandise is subject, and of the day on which warehouse rent commences to run (Art. 26 § 2); — 8. The date of the issue of the documents of title and the signature of the head of the undertaking or of the person duly authorized by him.
§ 2. The said documents of title shall be issued from a counterfoil book, which

shall contain all the particulars above mentioned and be in the corresponding

numerical order.

On the back of the counterfoil the depositor, or a third person authorized by him, shall give a receipt for the documents of title. If the undertaking, at the request of the depositor, despatches them by post, this circumstance shall be mentioned and also the number and date of the certificate of postal registration.

On the back of the counterfoil must also be noted any reasons why the documents of title have been issued, such as substitution, restitution, loss, theft, etc.

§ 3. General warehouses are liable to third persons for irregularities and inaccuracies which occur in the documents of title they issue, relating to the quantity, nature and weight of the merchandise.

16. The merchandise, in order to serve as a basis for the issue of documents of title, must be insured against the risk of fire to the value named by the depositor.

Os armazens poderão ter apolices especiaes ou abertas para este fim.

No caso de sinistro o armazem geral é o competente para receber a indemnização devida pelo segurador, e sobre esta exercerão a Fazenda Nacional, a empreza de armazens geraes e os portadores de conhecimentos de deposito e warrant os mesmos direitos e privilegios que tenham sobre a mercadoria segurada.

Paragrapho unico. As mercadorias de que trata o art. 12 serão seguradas em nome da empreza do armazem geral, a qual fica responsavel pela indemnização no caso de sinistro.

17. Emittidos os titulos de que trata o art. 15, os generos e mercadorias não poderão soffrer embargo, penhora, sequestro ou qualquer outro embargo que prejudique a sua livre e plena disposição, salvo nos casos do art. 27.

O conhecimento de deposito e o warrant, ao contrario, pódem ser penhorados, arrestados por dividas do portador.

18. O conhecimento de deposito e o warrant pódem ser transferidos, unidos

ou separados, por endosso.

§ 1. O endosso póde ser em branco; neste caso confere ao portador do titulo os direitos de cessionario.

- § 2. O endosso dos titulos unidos confere ao cessionario o direito de livre disposição da mercadoria depositada; o warrant, separado do conhecimento de deposito, o direito de penhor sobre a mesma mercadoria; e o do conhecimento de deposito a faculdade de dispor da mercadoria, salvo os direitos do credor, portador do warrant.
- 19. O primeiro endosso do warrant declarará a importancia do credito garantido pelo penhor da mercadoria, a taxa dos juros e a data do vencimento.

Essas declarações serão transcriptas no conhecimento de deposito e assignadas pelos endossatarios do warrant.

20. O portador dos dous titulos tem o direito de pedir a divisão da mercadoria em tantos lotes quantos lhe convenham, e a entrega de conhecimentos de deposito e warrant correspondentes a cada um dos lotes, sendo restituidos, e ficando annullados os titulos anteriormente emittidos.

Esta divisão sómente será facultada si a mercadoria continuar a garantir os

creditos preferenciaes do art. 26 § 1.

Paragrapho unico. Outrosim, é permittido ao portador dos dous titulos pedir novos titulos á sua ordem, ou de terceiro que indicar, em substituição dos primitivos, que serão restituidos ao armazem geral e annullados.

21. A mercadoria depositada será retirada do armazem geral contra a entrega do conhecimento de deposito e do warrant correspondente, liberta pelo pagamento do principal e juros da divida si fôr negociado.

22. Ao portador do conhecimento de deposito é permittido retirar a mercadoria antes do vencimento da divida constante do warrant, consignando no armazem geral o principal e juros até o vencimento e pagando os impostos fiscaes, armazenagens vencidas e mais despezas.

Da quantia consignada o armazem geral passará recibo, extrahido de um

livro de talão.

§ 1. O armazem geral dará por carta registrada immediato aviso desta consignação ao primeiro endossador do warrant.

Este aviso, quando contestado, será provado nos termos do art. 10 § 2.

- § 2. A consignação equivale a real e effectivo pagamento, e a quantia consignada será promptamente entregue ao credor mediante a restituição do warrant com a devida quitação.
- § 3. Si o warrant não fôr apresentado ao armazem geral até oito dias depois do vencimento da divida a quantia consignada será levada a deposito judicial, por conta de quem pertencer.

Nas alfandegas e estradas de ferro federaes, essa quantia terá o destino declarado

no art. 10 § 3 in fine.

§ 4. A perda, o roubo ou extravio do warrant não prejudicarão o exercicio do direito que este artigo confere ao portador do conhecimento de deposito.

Warehouses may have special or floating policies for this purpose.

In case of loss by fire the general warehouse is competent to receive the compensation due from the insurer, and the National Treasury, the undertaking of the general warehouses and the holders of certificates of deposit and warrants shall exercise is respect of it the same rights and privileges as they had in respect of the merchandise which was insured.

Sole paragraph. The merchandise of which Art. 12 treats shall be insured in the name of the general warehouse undertaking, which shall be liable for indem-

nification in case of loss.

17. After the documents of title of which Art. 15 treats have been issued, goods and merchandise cannot be subjected to any arrest, seizure, sequestration or other restraint which prevents the free and full right of disposition, save in the cases stated in Art. 27.

The certificate of deposit and the warrant may, on the other hand, be seized or arrested for the debts of the holder.

18. The certificate of deposit and the warrant may be transferred, either together or separately, by endorsement.

§ 1. The endorsement may be in blank; in this case it confers on the bearer

of the document of title the rights of a transferee.

- § 2. The endorsement of the two documents of title together confers on the transferee the right freely to dispose of the merchandise deposited; that of the warrant separate from the certificate of deposit, the right of a pledgee of the said merchandise; and that of the certificate of deposit, the power to dispose of the merchandise, saving the rights of the creditor who is the holder of the warrant.
- 19. The first endorsement of the warrant shall declare the amount of the credit secured by the pledge of the merchandise, the rate of interest and the date of maturity.

These declarations shall be copied on the certificate of deposit and signed

by the endorsers of the warrant.

20. The holder of the two documents of title has the right of demanding a division of the merchandise into as many lots as he may require, and the delivery of certificates of deposit and warrants corresponding to each of the lots, the documents of title previously issued being restored and cancelled.

This division will only be allowed to take place if the merchandise continues

to suffice as security for the preferential credits of Art. 26, § 1.

Sole paragraph. Moreover, it is lawful for the holder of the two documents of title to demand new documents of title to his order, or to the order of any third person he may name, in substitution of the original documents of title, which shall be restored to the general warehouse and cancelled.

21. Merchandise deposited shall be withdrawn from the general warehouse against delivery of the certificate of deposit and the corresponding warrant, freed by the payment of the principal and interest of the debt if it has been negotiated.

22. The holder of the certificate of deposit may withdraw the merchandise before maturity of the debt as it appears in the warrant, on depositing in the general warehouse the principal and interest up to maturity and paying the fiscal dues, warehouse rent owing and any other expenses.

The general warehouse shall give a receipt, entered in a counterfoil book, of

the amount deposited.

§ 1. The general warehouse shall give immediate advice of such deposit by registered letter to the first endorser of the warrant.

This advice, when contested, shall be proved as set out in Art. 10, § 2.

- § 2. The deposit is equivalent to a full and effective payment, and the amount deposited shall immediately be delivered to the creditor on his restoring the warrant with due quittance.
- § 3. If the warrant should not be presented at the general warehouse within eight days after maturity of the debt, the amount deposited shall be paid into Court for the account of the person to whom it belongs.

In the federal custom-houses and railways, this amount shall be destined as

stated at the end of § 3 of Art. 10.

§ 4. The loss, thet or mislaying of the warrant shall not prejudice the exercise of the right which this Article confers on the holder of the certificate of deposit.

23. O portador do warrant que, no dia do vencimento, não fôr pago, e que não achar consignada no armazem geral a importancia do seu credito e juros (art. 22) deverá interpor o respectivo protesto nos prazos e pela fórma applicaveis ao protesto das letras de cambio, no caso de não pagamento.

O official dos protestos entregará ao protestante o respectivo instrumento dentro do prazo de tres dias, sob pena de responsabilidade e de satisfazer perdas

e damnos.

§ 1. O portador do *warrant* fará vender em leilão, por intermedio do corretor ou leiloeiro, que escolher, as mercadorias especificadas no titulo, independente de formalidades judiciaes.

§ 2. Igual direito de venda cabe ao primeiro endossador que pagar a divida do warrant, sem que seja necessario constituir em móra os endossadores do conhe-

cimento de deposito.

- § 3. O corretor ou leiloeiro, encarregado da venda, depois de avisar o administrador do armazem geral ou o chefe da competente repartição federal, annunciará pela imprensa o leilão, com antecedencia de quatro dias, especificando as mercadorias conforme as declarações do warrant e declarando o dia e a hora da venda, as condições desta e o logar onde podem ser examinadas aquellas mercadorias.
- O agente da venda conformar-se-ha em tudo com as disposições de regulamento interno dos armazens e das salas de vendas publicas ou com as instrucções officiaes, tratando-se de repartição federal.

§ 4. Si o arrematante não pagar o preço da venda, applicar-se-ha a disposição

do art. 28 § 6.

§ 5. A perda ou extravio do conhecimento de deposito (art. 27 § 1), a fallencia, os meios preventivos de sua declaração e a morte do devedor não suspendem, nem

interrompem a venda annunciada.

§ 6. O devedor poderá evitar a venda até o momento de ser a mercadoria adjudicada ao que maior lanço offerecer, pagando immediatamente a divida do warrant, os impostos fiscaes, despezas devidas ao armazem e todas as mais a que a execução deu logar, inclusive custas do protesto, commissões do corretor ou agente de leilões e juros da móra.

§ 7. O portador do warrant que, em tempo util, não interpuzer o protesto por falta de pagamento ou que, dentro de dez dias, contados da data do instrumento do protesto, não promover a venda da mercadoria, conservará tão sómente acção contra o primeiro endossador do warrant e contra os endossadores do conhecimento

de deposito.

24. Effectuada a venda, o corretor ou leiloeiro dará a nota do contracto ou conta de venda ao armazem geral, o qual receberá o preço e entregará ao com-

prador a mercadoria.

- § 1. O armazem geral, immediatamente após o recebimento do producto da venda, fará as reducções dos creditos preferenciaes do art. 26 § 1, e com o liquido pagará o portador do warrant, nos termos do art. 26, principio.
- § 2. O portador do warrant, que ficar integralmente pago, entregará ao armazem geral o titulo com a quitação; no caso contrario, o armazem geral mencionará no warrant o pagamento parcial feito e o resituiruá ao pagador.
- § 3. Paga o credor, o excedente do preço da venda será entregue ao portador do conhecimento de deposito contra a restituição deste titulo.
- § 4. As quantias reservadas ao portador do warrant ou ao do conhecimento de deposito, quando não reclamadas no prazo de 30 dias depois da venda da mer-

cadoria, terão o destino declarado no art. 10 § 3.

25. Se o portador do warrant não ficar integralmente pago, em virtude da insufficiencia do producto liquido da venda da mercadoria ou da indemnisação do seguro, no caso de sinistro, tem acção para haver o saldo contra os endossadores anteriores solidariamente, observando-se a esse respeito as mesmas disposições substanciaes e processuaes (de fundo e de fórma) relativas ás letras de cambio.

O prazo para a prescripção de acção regressiva corre do dia da venda.

23. The holder of a warrant the debt secured by which has not been paid on the day of maturity, and which has no amount representing the debt and interest deposited in the general warehouse (Art. 22), must make the protest in the period and form adopted in protesting bills of exchange in case of non-payment.

The protest official shall deliver to the person protesting the corresponding document within a period of three days, on pain of liability and of making good

damage and loss.

§ 1. The holder of the warrant shall cause the merchandise specified in the document of title to be put up for auction, through the intervention of the broker or auctioneer whom he may choose, independent of judicial formalities.

§ 2. The first endorser who may pay the debt secured by the warrant has an equal right of sale without it being necessary that the endorsers of the certificate

of deposit should be guilty of undue delay (mora). § 3. The broker or auctioneer charged with the sale, after having notified the manager of the general warehouse or the head of the proper federal Department, shall advertise the sale in the press four days before it takes place, specifying the merchandise according to the declarations in the warrant and stating the day and hour and the conditions of the sale, and the place where the said merchandise can be examined.

The auctioneer must conform in everything to the provisions of the internal regulations of the warehouses and of the public auction rooms, or to the official instructions, when treating of a federal Department.

§ 4. Should the highest bidder not pay the purchase money, the provision of

Art. 28, § 6 must be applied. § 5. The loss or mislaying of the certificate of deposit (Art. 27 § 1), the bankruptcy, obstacles placed in the way of its declaration, or the death of the debtor, do not

suspend or stop the sale which has been advertised.

§ 6. The debtor may prevent the sale up to the moment of the merchandise being knocked down to the highest bid made, on immediately paying the debt secured by the warrant, the fiscal dues, expenses owing to the warehouse and all others arising from the execution, including the costs of protest, the commission of the broker or auctioneer and the interest arising from delay.

§ 7. The holder of the warrant who does not, during the proper period, make the protest for default in payment or who does not, within ten days reckoned from the date of the document of protest, bring about the sale of the merchandise, shall only preserve a right of action against the first endorser of the warrant and against

the endorsers of the certificate of deposit.

24. After the sale has taken place, the broker or auctioneer shall give the contract note or sale account to the general warehouse, which shall receive the

price and deliver the merchandise to the purchaser.

§ 1. The general warehouse, immediately after the receipt of the proceeds of the sale, shall deduct the preferential credits of Art. 26 § 1, and with the balance shall pay the holder of the warrant according to the terms of the first part of Art. 26.

§ 2. The holder of a warrant the debt secured by which has been fully paid, shall deliver to the general warehouse the document of title with the quittance; in the contrary case, the general warehouse shall note on the warrant the part payment made and shall return it to the holder.

§ 3. After the creditor has been paid, the surplus of the proceeds of the sale shall be delivered to the holder of the certificate of deposit in exchange for this

document of title.

§ 4. Amounts reserved to the holder of the warrant or to the holder of the certificate of deposit, if not claimed within a period of 30 days from the sale of the

merchandise, shall be dealt with as declared in Art. 10 § 3.

25. If the holder of the warrant is not fully paid, on account of the insufficiency of the net proceeds of the sale of the merchandise, or of the insurance compensation, in case of loss, he has a right of action for the difference against the previous endorsers jointly and severally, in which case the same fundamental and processual provisions shall be observed (in substance and in form) as relate to bills of

The period of prescription for the regressive right of action runs from the day

of the sale.

26. O portador do warrant será pago do seu credito, juros convencionaes e da móra, á razão de 6% ao anno e despezas do protesto, precipuamente, pelo pro-

ducto da venda da mercadoria.

§ 1. Preferem, porém, a este credor: 1.° A Fazenda Nacional, pelos direitos ou impostos que lhe forem devidos; — 2.° O corretor ou leiloeiro, pelas commissões taxadas em seus regimentos ou reguladas por convenção entre elle e os committentes, e pelas despezas com annuncio da venda; — 3.° O armazem geral, por todas as despezas declaradas no art. 14, a respeito das quaes lhe é garantido o direito de retenção.

§ 2. Os creditos do § 1 ns. 1 e 3 devem ser expressamente referidos nos títulos (art. 15 § 1, n. 7), declarando-se a quantia exacta dos impostos devidos á Fazenda Nacional e de todas as despezas liquidas até ao momento da emissão daquelles

titulos, pena de perda da preferencia.

Todas as vezes que lhe fôr exigido pelo portador do conhecimento de deposito ou do warrant, o armazem geral é obrigado a liquidar os creditos que preferem ao warrant e fornecer a nota da liquidação, datada e assignada, referindo-se ao numero do titulo e ao nome da pessoa á ordem de quem foi emittido.

27. Aquelle que perder o titulo avisará ao armazem geral e annunciará o facto durante tres dias, pelo jornal de maior circulação da séde daquelle armazem.

- § 1. Se se tratar do conhecimento de deposito e correspondente warrant, ou só do primeiro, o interessado poderá obter duplicata ou a entrega da mercadoria, garantido o direito do portador do warrant, se este foi annunciado, ou do saldo á sua disposição, se a mercadoria foi vendida, observando-se o processo do § 2, que correrá perante o juiz do commercio em cuja jurisdição se achar o armazem geral.
- § 2. O interessado requererá a notificação do armazem geral para não entregar, sem ordem judicial, a mercadoria ou saldo disponivel no caso de ser ou de ter sido ella vendida na conformidade dos art. 10 § 4 e 23 § 1, e justificará summariamente a sua propriedade.

O requerimento deve ser instruido com um exemplar do jornal em que fôr annunciada a perda e com a cópia fiel do talão do titulo perdido, fornecida pelo

armazem geral e por este authenticada.

O armazem geral terá sciencia do dia e da hora da justificação, e para esta, se o warrant foi negociado e ainda não voltou ao armazem geral, será citado o endossatario desse titulo, cujo nome devia constar do correspondente conhecimento de deposito perdido (art. 19, 2ª parte).

O juiz na sentença, que julgar procedente a justificação, mandará publicar editaes com o prazo de 30 dias para reclamações.

Estes editaes produzirão todas as declarações constantes do talão do titulo perdido e serão publicados no Diario Official e no jornal onde o interessado annunciou a referida perda e affixados na porta do armazem e na sala de vendas publicas.

Não havendo reclamação, o juiz expedirá mandado conforme o requerido ao armazem geral ou depositario.

Sendo ordenada a duplicata, della constará esta circumstancia.

Se, porém, apparecer reclamação, o juiz marcará o prazo de dez dias para prova, e, findo estes, arrazoando o embargante e o embargado em cinco dias cada um, julgará afinal com appellação sem effeito suspensivo.

Estes prazos serão improrogaveis e fataes e correrão em cartorio, independente de lançamento em audiencia.

§ 3. No caso de perda do warrant, o interessado, que provar a sua propriedade,

tem o direito de receber a importancia do credito garantido.

Observar-se-ha o mesmo processo do § 2 com as seguintes modificações: a) Para justificação summaria, serão citados o primeiro endossador e outros que forem conhecidos. O armazem será avisado do dia e hora da justificação, e notificado judicialmente da perda do titulo; — b) O mandato judicial de pagamento será expedido contra o primeiro endosador ou contra quem tiver em consignação ou deposito a importancia correspondente á divida do warrant.

26. The holder of the warrant shall preferentially be paid his debt, the interest agreed upon and interest for delay at the rate of 6% per annum, and the expenses

of protest, from the proceeds of the sale of the merchandise.

§ 1. The following, however, rank before this creditor: 1. The National Treasury for the duties and dues owing to it; — 2. The broker or auctioneer for commission fixed in his regulations or for that agreed upon between himself and the principals, and for the expenses of advertising the sale; — 3. The general warehouse for all the expenses referred to in Art. 14, in respect of which the right of retention is secured to it.

§ 2. The credits of § 1 Nos. 1 and 3 must be expressly stated in the documents of title (Art. 15 § 1, No. 7), the exact amount of the dues owing to the National Treasury and of all the net expenses up to the moment of the issue of the said

documents of title being declared, on pain of losing preference.

Whenever required by the holder of the certificate of deposit or of the warrant, the general warehouse is bound to pay the credits which rank before the warrant and to furnish a liquidation note, dated and signed, and stating the number of the document of title and the name of the person to whose order it was issued.

27. Should any person lose a document of title he shall advise the general warehouse and advertise the loss for three days in a newspaper of greater circulation

where the warehouse is.

§ 1. If it is a question of the certificate of deposit and the corresponding warrant or only of the former being lost, the interested party can obtain a duplicate or delivery of the merchandise, on guaranteeing the right of the holder of the warrant should it have been advertised or of the balance at his disposal, if the merchandise has been sold, always observing the proceedings of § 2, which shall be conducted before the Commercial Judge in whose jurisdiction the general warehouse is situated.

§ 2. The interested person shall apply for a notification to the general warehouse not to deliver without a judicial order the merchandise, or the disposable balance in case of its being or having been sold in accordance with Arts. 10, § 4 and 23,

§ 1, and shall summarily prove his right of ownership.

There must be annexed to the application a copy of the newspaper in which the loss was advertised and a true copy of the counterfoil of the lost document of

title furnished by the general warehouse and authenticated by it.

The general warehouse shall be informed of the day and hour of the hearing, and if the warrant has been negotiated and not yet returned to the general warehouse, the endorsee of this document of title, whose name must appear on the corresponding certificate of deposit which has been lost (Art. 19 2nd part), shall be summoned to it.

If the Judge in his decision finds the ownership substantiated, he shall order

public notices to be issued, with a period of 30 days for claims.

These public notices shall state all the particulars appearing on the counterfoil of the lost document of title and shall be published in the Official Gazette and in the newspaper in which the interested party advertised the said loss and affixed on the door of the warehouse and in the public sale room.

Should there be no claim, the Judge shall issue instructions to the general

warehouse or depository in conformity with the application.

If a duplicate is ordered, this circumstance shall be stated in it.

If, however, any claim should be lodged, the Judge shall order a period of ten days for proof, and at the end of this period, five days being allowed to each of them, the claimant and the applicant, during which to plead, he shall deliver final judgment with a right of appeal without suspensive effect.

These periods are final and cannot be prolonged and run in the record, in-

dependent of being fixed at the hearing.

§ 3. In case of the loss of the warrant, the interested party who proves his right of ownership is entitled to receive the amount of the debt guaranteed.

The same procedure as in the case of § 2 must be observed, with the following modifications: a) For summary proof of ownership, the first endorser and others who are known shall be summoned. The warehouse shall be advised of the day and hour of the hearing, and judicially notified of the loss of the document of title; - b) The judicial order for payment shall be issued against the first endorser or against whomsoever has on deposit the amount corresponding to the debt secured by the warrant.

O referido mandado, se a divida não está vencida, será apresentado áquelle primeiro endossador no dia do vencimento, sendo applicavel a disposição do art. 23,

no caso de não pagamento.

§ 4. Cessa a responsabilidade do armazem geral e do devedor quando, em virtude de ordem judicial, emittir duplicata ou entregar a mercadoria ou saldo em seu poder ou pagar a divida. O prejudicado terá acção sómente contra quem indevidamente dispoz da mercadoria ou embolsou a quantia.

§ 5. O que fica disposto sobre perda do titulo applica-se aos casos de roubo, furto, extravio ou destruição.

Capitulo III. Salas de vendas publicas.

28. Annexas aos seus estabelecimentos, as emprezas de armazens geraes poderão ter salas apropriadas para vendas publicas, voluntarias, dos generos e mercadorias em deposito, observando-se as seguintes disposições:

§ 1. Estas salas serão franqueadas ao publico, e os depositantes poderão ter

ahi exposição de amostras.

§ 2. E' livre aos interessados escolher o agente da venda dentre os corretores

ou leiloeiros da respectiva praça.

§ 3. A venda será annunciada pelo corretor ou leiloeiro, nos jornaes locaes, declarando-se o dia, hora e condições do leilão e da entrega da mercadoria, numero, natureza e quantidade de cada lote, armazens onde se acha, e as horas durante as quaes pódem ser examinada.

Além disso, affixará aviso na praça do commercio e na sala onde tenha de

effectuar a venda.

- § 4. O publico será admittido a examinar a mercadoria annunciada á venda sendo proporcionadas todas as facilidades pelo administrador do armazem onde ella se achar.
- § 5. A venda será feita por atacado, não podendo cada lote ser de valor inferior a dous contos de réis, calculado pela cotação média da mercadoria.
- § 6. Se o arrematante não pagar o preço no prazo marcado nos annuncios, e, na falta destes, dentro de vinte e quatro horas depois da venda, será a mercadoria levada a novo leilão por sua conta e risco, ficando obrigado a completar o preço por que a comprou e perdendo em beneficio do vendedor o signal que houver dado.

Para cobrança da differença terá a parte interessada a acção executiva dos arts. 309 e seguintes do decreto n. 737 de 25 de novembro de 1850, devendo a petição inicial ser instruida com certidão extrahida dos livros do corretor ou agente de leilões.

§ 7. Tratando-se das mercadorias a que se refere o art. 12, observar-se-ha

o disposto no § 1 n. 1, do mesmo artigo.

 $29.\,$ Onde existirem salas de vendas publicas serão nellas effectuadas as vendas de que tratam os arts. 10 \S 1, e 23 \S 1, não sendo então applicavel a disposição restrictiva do art. 28 \S 5.

Capitulo IV. Disposições fiscaes e penaes.

30. São sujeitos ao sello fixo de tresentos réis: 1.º O recibo das mercadorias depositadas nos armazens geraes (art. 6); — 2.º O conhecimento de deposito.

O mesmo sello das letras de cambio e de terra pagará a warrant quando, separada de deposito, fôr pela primeira vez endossada.

- 31. Não podem ser taxados pelos Estados, nem pelas Municipalidades os depositos nos armazens geraes, bem como as compras e vendas realizadas, annexas a estes armazens.
- 32. Incorrerão na multa de 200\$ a 5:000\$ os emprezarios de armazens geraes que não observarem as prescripções dos arts. 5, 7 e 8 §§ 1 a 4, 13, 22 § 3, 24 §§ 1 e 4, 26 § 2, ultima parte.

Paragrapho unico. A multa será imposta por quem tiver a seu cargo a fiscalização do armazem, e cobrada executivamente por intermedio do ministerio

The said order, if the debt has not become due, shall be presented to the said first endorser on the day of maturity, and in case of non-payment the provision

of Art. 23 shall apply.

§ 4. The liability of the general warehouse and of the debtor ceases when, by virtue of a judicial order, a duplicate is issued or the merchandise or balance in the possession of the warehouse is delivered or the debt paid. The party prejudiced shall only have a right of action against anyone who has improperly disposed of the merchandise or retained the amount.

§ 5. The provisions as to loss of documents of title are applicable to cases of

robbery, theft, mislaying or destruction.

Chapter III. Public sale rooms.

28. Undertakings of general warehouses may have, attached to their establishments, rooms suitable for voluntary public sales of the goods and merchandise on deposit, always observing the following provisions:

§ 1. These rooms shall be open to the public, and depositors may exhibit

their samples there.

§ 2. Interested parties are free to select an auctioneer from among the brokers

or auctioneers of the respective market.

§ 3. The sale shall be advertised by the broker or auctioneer in the local newspapers, stating therein the day, hour and conditions of the auction and of the delivery of the merchandise, the number, nature and quantity of each lot, the warehouses where they are, and the hours during which they may be examined.

Besides this, a notice shall be fixed in the market place and in the room where

the sale has to take place.

§ 4. The public shall be admitted to examine the merchandise advertised for sale and all facilities be granted by the manager of the warehouse containing it.

§ 5. The sale shall be wholesale, no lot being of a less value than two contos of reis, reckoned according to the average market price of the merchandise.

§ 6. Should the highest bidder not pay the price within the time stated in the advertisements, or, if the time is not stated, within twenty-four hours after the sale, the merchandise shall be again put up for auction for his own account and risk, he being bound to make up the price to that of his bid, and forfeiting in favour of the vendor any earnest money he may have paid.

In order to recover the difference the interested party shall have the executive right of action of Art. 309 and those which follow of Decree No. 737 of the 25th of November 1850, the certificate taken from the books of the broker or auctioneer

being annexed to the initial petition.

§ 7. If the merchandise of which Art. 12 treats is in question, the provision

in § 1 No. 1 of the same Article must be observed.

29. Sales of which Arts. 10 § 1, and 23 § 1 treat shall be effected in public sale rooms where they exist, and in these cases the restrictive provision of Art. 28 § 5 shall not apply.

Chapter IV. Fiscal and penal provisions.

30. The following are subject to a stamp duty of three hundred reis: 1. The receipt for merchandise deposited in general warehouses (Art. 6); — 2. The certificate of deposit.

When a warrant, separated from the (certificate of) deposit, is for the first time endorsed, it shall be subject to the same stamp duty as general and local

bills of exchange.

- 31. Deposits in general warehouses, or what is bought and sold in connection with these warehouses, cannot be taxed by the States or by the Municipalities.
- 32. The heads of undertakings of general warehouses who do not observe the provisions of Arts. 5, 7 and 8 §§ 1 to 4, 13, 22 § 3, 24 §§ 1 and 4, and the last part of § 2, Art. 26, shall incur a fine of from 200\$000 to 5 000\$000.

Sole paragraph. The fine shall be imposed by the person charged with the inspection of the warehouse and recovered by execution through the ministerio publico, se não fôr paga dentro de oito dias depois de notificada, revertendo em beneficio das misericordias e orphanatos existentes na séde dos armazens.

33. Será cassada a matricula (art. 1 § 1) ou revogada a autorização (art. 4), por quem a ordenou ou concedeu, nos casos seguintes: 1.° Fallencia e meios preventivos, ou liquidação da respectiva empreza; — 2.° Cessão ou transferencia da empreza a terceiro, sem prévio aviso á Junta Commercial, ou sem autorização do Governo, nos casos em que esta fôr necessaria; — 3.° Infraçção do regulamento interno em prejuizo do commercio ou da Fazenda Nacional.

Paragrapho unico. A disposição deste artigo não prejudica a imposição das multas comminadas no art. 32, nem a applicação das outras penas em que, por-

ventura, tenham incorrido os emprezarios de armazens e seus prepostos.

34. As penas estabelecidas para os casos dos arts. 32 e 33, ns. 2 e 3, só poderão ser impostas depois de ouvidos o emprezario do armazem geral, o gerente ou superintendente das companhias de dócas e os concessionarios de entrepostos e trapiches alfandegados, em prazo razoavel, facultando-se-lhes a leitura do inquerito, relatorio, denuncia e provas colhidas.

- 35. Incorrerão nas penas de prisão cellular por um a quatro annos e multa 100\$ a 1:000\$000: 1.° Os que emittirem os titulos referidos no capitulo II, sem que tenham cumprido as disposições dos arts. 1 e 4 desta lei; 2.° Os emprezarios ou administradores de armazens geraes que emittirem os ditos titulos sem que existam em deposito as mercadorias ou generos nelles especificados; ou que emittam mais de um conhecimento de deposito e de warrant sobre as mesmas mercadorias ou generos, salvo os casos do art. 20; 3.° Os emprezarios ou administradores de armazens geraes que fizerem emprestimos ou quaesquer negociações, por conta propria oude terceiro, sobre titulos que emittirem; 4.° Os emprezarios ou administradores de armazens geraes que desviarem, no todo ou em parte, fraudarem ou substituirem por outras as mercadorias confiadas á sua guarda, sem prejuizo da pena de prisão de que trata o art. II n. 1; 5.° Os emprezarios ou administradores de armazens geraes que não entregarem no devido tempo, a quem de direito, a importancia das consignações de que trata o art. 22, e as quantias que lhes sejam confiadas nos termos desta lei.
- § 1. Se a empreza fôr sociedade anonyma ou commanditaria por acções, incorrerão nas penas acima comminadas os seus administradores, superintendentes, gerentes ou fieis de armazens que, para o facto criminoso, tenham concorrido directa ou indirectamente.
- § 2. Se os titulos forem emittidos pelas repartições federaes, de que tratam os arts. 2 e 3, incorrerão nas penas acima comminadas os fieis ou quaesquer funccionarios que concorram para o facto.

§ 3. Ñesses crimes cabe a acção publica.

Capitulo V. Disposições geraes.

36. Ficam comprehendidos na disposição do artigo n. 19 § 3 do decreto n. 737 de 25 de novembro de 1850, os depositos nos armagens geraes e as operações sobre os titulos que as respectivas emprezas emittirem e os contractos de compra e venda a que se refere o art. n. 28.

37. São nullas as convenções ou clausulas que diminuam ou restrinjam as obrigações e responsabilidades que, por esta lei, são impostas ás emprezas de armazens

geraes e aos que figurarem nos titulos que ellas emittirem.

Paragrapho unico. Ao contrario podem os armazens geraes obrigar-se, por convenção com os depositantes e mediante a taxa combinada, a indemnizar os prejuizos acontecidos á mercadoria por avarias, vicios intrinsecos, falta de acondicionamento e mesmo pelos casos de força maior.

Esta convenção, para que tenha effeitos para com terceiros deverá constar

dos titulos de que trata o art. 15.

38. A presente lei não modifica as disposições do capitulo V, do titulo III, da parte I do Codigo Commercial, que continuam em inteiro vigor.

39. Revogam-se as disposições em contrario.

publico, if it has not been paid within eight days after notice, and shall devolve in favour of the charitable institutions for the relief of sick and needy persons and foundlings and of the orphanages in the places where the warehouses are situated.

The registration shall be annulled (Art. 1 § 1), or the authorization revoked (Art. 4), by the Authority which ordered or granted it, in the following cases: 1. Bankruptcy and preventive measures or liquidation of the undertaking in question; - 2. Assignment or transference of the undertaking to a third person without previous notice to the Commercial Council, or without authorization from the Government, in cases where it is necessary; — 3. Infraction of the internal regula-

tions to the injury of trade or of the National Treasury.

Sole paragraph. The provision of this Article does not prevent the imposition of the fines threatened in Art. 32, or the application of other penalties which the

heads of undertakings or their subordinates may possibly have incurred.

34. The penalties established in the cases of Arts. 32 and 33, Nos. 2 and 3, can only be imposed after the head of the undertaking of the general warehouse, the manager or superintendent of the dock companies and the concessionaires of the bonded warehouses and bonded wharf warehouses, have been heard within a reasonable time, every facility being granted them for perusing the inquiry, report, information and proofs collected.

35. The following incur the penalty of solitary confinement of from one to four years and a fine of from 100\$000 to 1:000\$000 reis: 1. Those who issue the documents of title referred to in Chapter II, without having fulfilled the provisions of Arts. 1 and 4 of this Law; — 2. The heads or administrators of general warehouses who issue the said documents of title without the merchandise or goods specified in them existing on deposit; or who issue more than one certificate of deposit and warrant in respect of the same merchandise or goods, except in the cases coming under Art. 20; — 3. The heads or administrators of general warehouses who have raised loans or entered into any transactions, for their own or another's account, in respect of the documents of title which they issue; — 4. The heads or administrators of general warehouses who cause to be wrongfully removed in whole or in part, practise fraud or substitute for others, the goods committed to their charge, without prejudice to the penalty of imprisonment of which Art. 11 No. 1 treats; — 5. The heads or administrators of general warehouses who have not delivered within the proper period to the rightful owner, the amount of the deposit of which Art. 22 treats, and the moneys which have been confided to them in the terms of this Law.

§ 1. Should the undertaking be a joint stock company or a limited partnership with share capital, its administrators, superintendents, managers or overseers of the warehouses who have contributed to the criminal act, either directly or in-

directly, shall incur the penalties above threatened.

§ 2. Should the documents of title have been issued by the Federal Departments of which Arts. 2 and 3 treat, the overseers or any functionaries who contribute to the act shall incur the penalties above threatened.

§ 3. In these crimes the Government prosecutes.

Chapter V. General provisions.

36. Deposits in general warehouses and transactions in respect of the documents of title which the respective undertakings issue, and the contracts of purchase and sale to which Art. No. 28 refers, come under the provisions of Art. No. 19 § 3 of Decree No. 737 of the 25th of November 1850.

37. Agreements or clauses which diminish or restrict the obligations and responsibilities which by this Law are imposed on undertakings of general warehouses and on those who appear in the documents of title which they issue are null and void.

Sole paragraph. General warehouses may on the contrary bind themselves by agreement with the depositors and for a sum agreed, to compensate them for injury caused to the merchandise through deterioration, inherent defect, want of proper coverings, and even in cases of vis major.

This agreement, is order to be effective as regards third persons, must appear

in the documents of title of which Art. 15 treats.

38. This Law does not modify the provisions of Chapter V, Title III, of Part I of the Commercial Code, which shall continue in full force.

39. Provisions to the contrary are hereby repealed.

Marcas de fabrica e de Commercio.1)

(Decreto N°. 1.236 — de 24 de setembro de 1904.)

Art. 1. O industrial ou negociante tem o direito de assignalar as suas mer-

cadorias ou productos por meio de marcas especiaes.

2. As marcas de industria e de commercio podem consistir em tudo o que esta lei não prohiba e faça differençar os objectos de outros identicos ou semelhantes de proveniencia diversa.

Qualquer nome, denominação necessaria ou vulgar, firma ou razão social e as lettras ou cifras sómente servirão para esse fim revestindo fórma distinctiva.

Paragrapho unico. As marcas podem ser usadas tanto nos artigos, directamente, como sobre os recipientes ou envolucro dos ditos artigos.

3. Para que seja garantido o uso exclusivo das ditas marcas, são indispensa-

veis o seu registro, deposito e publicidade nos termos desta lei.

- 4. E' competente para registro a Junta ou a Inspectoria Commercial da séde do estabelecimento, ou do principal, quando mais de um da mesma especie pertencerem a um só dono. Tambem é competente a Junta Commercial do Rio de Janeiro para o registro das marcas estrangeiras e deposito central das registradas em outras Juntas ou Inspectorias.
- 5. Para effectuar-se o registro é necessaria petição do interessado ou seu procurador especial, acompanhada de tres exemplares da marca, contendo: 1.° A representação do que constitua a marca, com todos os seus accessorios e explicações; 2.° Declaração do genero de industria ou de commercio a que se destina, pro fissão do requerente e seu domicilio.
- 6. O secretario da Junta ou o empregado da Inspectoria, para esse fim designado, certificará em cada um dos modelos o dia e hora de sua apresentação e, ordenado o registro, archivará um delles, entregando os demais á parte, com indicação do registro e sua numeração.
- 7. Dentro de trinta dias fará o interessado publicar no jornal que inserir o expediente do Governo Federal ou Estadual a certidão do registro, contendo a explicação dos caracteristicos da marca, transcripta da declaração exigida no art. 5, n. 1; e dentro de sessenta, contados estes prazos da data do mesmo registro, effectuará na Junta Commercial do Rio de Janeiro o deposito de um dos modelos, na fórma do art. 4.
- 8. E' prohibido o registro da marca que contiver ou consistir em: 1.º Armas, brazões, medalhas ou distinctivos publicos ou officiaes, nacionaes ou estrangeiros, quando para seu uso não tenha havido autorização competente; 2.º Nome commercial ou firma social de que legitimamente não possa usar o requerente; 3.º Indicação de localidade determinada ou estabelecimento que não seja da proveniencia do objecto, quer a esta indicação esteja junto um nome supposto ou alheio, quer não; 4.º Palavras, imagens ou representações que envolvam offensa individual ou a odecoro publico; 5.º Reproducção de outra marca já registrada para objecto da mesma especie; 6.º Imitação total ou parcial de marca já registrada para producto da mesma especie, que possa induzir em erro ou confusão o comprador. Considerarse-ha verificada a possibilidade de erro ou confusão sempre que as differenças das duas marcas não possam ser reconhecidas sem exame attento ou confrontação.
- 9. No registro observar-se-ha o seguinte: 1.° A precedencia no dia e hora da apresentação da marca estabelece preferencia para o registro em favor do requerente; na simultaneidade desse acto relativamente a duas ou mais marcas identicas ou semelhantes, será admittida a daquelle que a tiver usado ou possuido por mais tempo, e, na falta deste requisito, nenhuma será registrada sem que os interessados a modifiquem; 2.° Movendo-se duvida sobre o uso ou posse da

¹⁾ Esta lei, á qual foi dada Regulamento pelo Decreto n.º 5424 de 10 de Janeiro de 1905, veio reformar a anterior legislação consignada na lei 3346 de 14 de Outubro de 1897.

Industrial and trade marks.¹⁾

(Decree No. 1236 of the 24th of September 1904.)

Art. 1. A manufacturer or trader has the right of distinguishing his mer-

chandise or productions by means of special marks.

2. Industrial and trade marks may consist of anything which this Law does not prohibit and which distinguishes objects from others which are identical or similar but of a different origin.

Any name, any appellation, whether a necessary one or one commonly used, any firm name or partnership style and the initials or cipher, shall only be used

for this purpose if they bear a distinctive form.

Sole paragraph. The marks may be used on the articles themselves, as well

as on the receptacles or wrappers of the said articles.

3. In order that the exclusive use of the said marks may be secured, their

registration, deposit and publicity in the terms of this Law are indispensable.

4. The Commercial Council or Bureau of Inspection in the place where the establishment is, or when more than one of the same kind belong to one owner, in the place where the head place of business is, is competent to grant registration. The Commercial Council of Rio de Janeiro is also competent to grant the registration of foreign marks and to serve as the central deposit of those registered in other Councils or Bureaux of Inspection.

5. In order to effect registration the interested party must make an application, accompanied by three copies of the mark, either personally or by his special attorney, which must contain: 1. A representation of what constitutes the mark, with all its accessories and a description of it; — 2. A declaration of the kind of industry or trade for which it is destined, the trade or profession of the applicant

and his address.

6. The secretary of the Council or the clerk of the Inspection Bureau who has been appointed for the purpose, shall certify on each of the copies the day and hour of its presentation, and after registration has been granted, shall file one of them, delivering the others to the party, with the particulars and number of the

registration.

- 7. The interested party shall within thirty days cause to be published in the Journal which the Federal or State Government uses as its official organ the certificate of registration, containing a description of the characteristics of the mark, copied from the declaration required by Art. 5, No. 1; and within sixty days, these periods being reckoned from the date of the said registration, shall lodge in the Commercial Council of Rio de Janeiro one of the copies, as set out in Art. 4.
- The registration of a mark containing or consisting of the following is prohibited: 1. Coats of arms, escutcheons, Government or official medals or badges, whether national or foreign, when the proper authorization for their use has not been granted; — 2. A trading name or partnership style which the applicant cannot legally use; — 3. The indication of a particular locality or establishment from which the object does not come, whether such indication is joined to a fictitious or alien name or not; — 4. Words, figures or representations which are offensive to the individual or to public decency; - 5. The reproduction of another mark already registered for an object of the same kind; — 6. Total or partial imitation of a mark already registered for a production of the same kind, which may lead a buyer into error or confusion. The possibility of error or confusion must be considered established whenever the difference between the two marks cannot be recognized without careful examination or comparison.

9. The following must be observed in the registration: 1. Precedence in the day and hour of presentation of the mark establishes preference for registration in favour of the applicant; if two or more identical or similar marks are presented simultaneously, precedence shall be allowed to the one who has used or possessed it for a longer time, and in default of such requisite, neither shall be registered unless the interested parties modify it; — 2. Should doubt arise as to the use or possession

¹⁾ This Law, which came into force by Decree No. 5424 of the 10th of January 1905, supersedes the previous legislation contained in Law 3346 of the 14th of October 1897.

marca, determinará a Junta ou Inspectoria que os interessados liquidem a questão perante o juizo commercial, procedendo ao registro na conformidade do julgado; — 3.° Se as marcas identicas ou semelhantes, nos termos do art. 8 ns. 5 e 6, forem registradas em Juntas ou Inspectorias diversas, prevalecerá a de data anterior, e, no caso de simultaneidade de registro, qualquer dos interessados poderá recorrer ao mesmo juizo commercial, que decidirá qual deve ser mantida, tendo em vista o mais que está disposto no n. 1 deste artigo; — 4.° Do despacho que negar o registro haverá aggravo, no Districto Federal, para a Côrte de Appellação e, nos Estados, para o tribunal judiciario de instancia superior: — I. Quem por ella se ulgar prejudicado em marca registrada. — II. O interessado nos casos do art. 8°, numeros 2 e 3. — III. O offendido no caso do n. 4, primeira parte. — IV. O promotor publico nos dos ns. 1 e 4, ultima parte.

O prazo para a interposição desses recursos será de cinco dias, a contar da publicação do despacho; se, porém, a parte não residir no logar em que ella se fizer, e não tiver ahi procurador especial, começará a correr trinta dias depois.

- 10. Nem a falta de interposição do recurso nem o seu indeferimento dirime o direito que a outrem assista, na fórma do artigo antecedente, de propor acção: 1.º Para ser declarada a nullidade do registro feito contra o que determina o art. 8; 2.º Para obrigar o concurrente que tenha direito a nome identico ou semelhante a modifical-o por fórma que seja impossivel erro ou confusão (art. 8, n. 6, parte final). Esta acção cabe sómente a quem provar posse anterior da marca ou nome para uso commercial ou industrial, embora não o tenha registrado, e prescreve, assim como a referente ao art. 8, ns. 2, 3 e 4, primeira parte, se não forem intentadas até seis mezes depois do registro da marca.
- 11. O registro prevalecerá para todos os seus effeitos por quinze annos, findos os quaes poderá ser renovado, e assim por deante.

Considerar-se-ha o registro sem vigor se, dentro do prazo de tres annos, o dono

da marca registrada não fizer uso della.

12. A marca sómente póde ser transferida com o genero de industria ou de commercio para o qual tenha sido adoptada, fazendo-se no registro a competente annotação, á vista de documentos authenticos.

Igual annotação far-se-ha se, alteradas as firmas sociaes, subsistir a marca.

Em ambos os casos é necessaria a publicidade.

- 13. Será punido com as penas de prisão de seis mezes a um anno e multa a favor do Estado, de 500 \$ a 5:000 \$, aquelle que: 1.° Usar de marca alheia legitima, em producto de falsa procedencia; 2.° Usar de marca alheia, falsificada no todo ou em parte; 3.° Vender ou expozer á venda objectos revestidos de marca alheia, não sendo taes objectos de proveniencia do dono da marca; 4.° Vender ou expozer á venda objectos revestidos de marca alheia, falsificada no todo ou em parte; 5.° Reproduzir, sem ser com licença do dono ou do seu legitimo representante, por qualquer meio, no todo ou em parte, marca de industria ou de commercio devidamente registrada e publicada; 6.° Imitar marca de industria ou de commercio, de modo que possa illudir o consumidor; 7.° Usar de marca assim imitada; 8.° Vender ou expozer á venda objectos revestidos de marca imitada; 9.° Usar de nome ou firma commercial que lhe não pertença, faça ou não faça parte de marca registrada.
- § 1. Para que se dê a imitação a que se referem os ns. 6 a 9 deste artigo, não é necessario que a semelhança da marca seja completa, bastando, sejam quaes forem as differenças, a possibilidade de erro ou confusão, na fórma do art. 8, n. 6 parte final.

§ 2. Reputar-se-ha existente a usurpação de nome ou firma commercial de que tratam os ns. 5 e 6, quer a reproducção seja integral, quer com accrescentamentos, omissões e alterações, comtanto que haja a mesma possibilidade de erro ou confusão

do consumidor.

of a mark, the Council or Inspection Bureau shall require the interested parties to settle the question before the Commercial Court, the registration proceeding in accordance with the decision; — 3. If identical or similar marks, in the terms of Art. 8 Nos. 5 and 6, have been registered in different Councils or Inspection Bureaux, that of earlier date shall prevail, and in the case of simultaneous registration, any of the interested parties can appeal to the said Commercial Court, which shall decide which ought to be maintained, having in view what else is required in No. 1 of this Article; — 4. From the decision which refuses registration relief can be sought, in the Federal District from the Court of Appeal, and in the States from the Court of Superior Instance: I. By any person who considers himself prejudiced on account of the registration of the mark; — II. By the interested party in the cases of Art 8, numbers 2 and 3. — III. By the party who has been refused registration in the case of the first part of No. 4; - IV. By the public prosecutor in the cases of No. 1 and the last part of No. 4.

The period during which these appeals may be lodged shall be five days, reckoned from the publication of the decision; if, however, the party does not reside in the place where it was given, and has not a special attorney there, it shall

be reckoned as commencing thirty days after.

10. Neither omission to appeal nor the dismissal of the appeal destroys the right of an interested third party, as mentioned in the preceding Article, of bringing an action: 1. For a declaration of nullity of a registration granted in opposition to what Art. 8 provides; — 2. For obliging a competitor who is entitled to an identical or similar name to modify it so that error or confusion is impossible (Art. 8 No. 6 final portion). This right of action lies only when a person proves previous possession of the mark or name for trading or industrial use, although it may not have been registered, and is prescribed, as also an action in reference to what is provided in Art. 8, Nos. 2, 3 and the first part of No. 4, if not brought within six months of registration of the mark.

11. Registration shall prevail for all its effects for fifteen years, at the end

of which time it may be renewed, and so on for future terms.

Registration shall be considered as of no effect if, during a period of three

years, the owner of the registered mark makes no use of it.

12. The mark may only be assigned together with the particular kind of industry or trade for which it has been adopted, the proper entry being made in the register, on production of the authentic documents.

A like entry must be made if the firm name or style is altered, but the mark

remains. In both cases publication is necessary.

13. The following will be punished with imprisonment of from six months to one year and a fine, which goes to the State, of from 500 \$000 to 5000 \$000: 1. Those who use the legitimate mark of another, on productions of false origin; — 2. Those who use the mark of another, falsified wholly or in part; — 3. Those who sell or expose for sale objects bearing the trade mark of another, when such objects are not the productions of the owner of the mark; — 4. Those who sell or expose for sale objects bearing the mark of another, falsified wholly or in part; — 5. Those who reproduce by any means, wholly or in part, an industrial or trade mark which has been duly registered and published, without the permission of the owner or of his lawful representative; — 6. Those who imitate an industrial or trade mark, in such a manner as to deceive the purchaser; — 7. Those who make use of a mark so imitated; — 8. Those who sell or expose for sale objects bearing an imitation trade mark; — 9. Those who use a trade name or style which does not belong to them, whether or not it forms part of a registered trade mark.

§ 1. To constitute an imitation to which Nos. 6 and 91) of this Article refer, it is not necessary that the similarity of the mark should be perfect, it being sufficient, whatever the differences, that there is the possibility of error or confusion as provided

in the final part of No. 6 of Art. 8.

§ 2. The usurpation of the trade name or style of which Nos. 5 and 62) treat. shall be considered as subsisting, whether the reproduction be exact or with additions, omissions or alterations, so long as there is the said possibility of error or confusion on the part of the consumer.

¹⁾ Apparently a mistake for No. 7 (Trans.).

²⁾ Apparently a mistake for No. 9 (Trans.).

14. Será punido com as penas de multa de 100 \$ a 500 \$ em favor do Estado o que: 1.° Sem autorização competente, usar, em marca de industria ou de commercio, de armas, brazões ou distinctivos publicos ou officiaes, nacionaes ou estrangeiros; — 2.° Usar de marca que offenda o decoro publico; — 3.° Usar de marca de industria ou de commercio que contiver indicação de localidade ou estabelecimento que não seja o da proveniencia da mercadoria ou producto, quer a esta indicação esteja junto um nome supposto ou alheio, quer não; — 4.° Vender ou expozer á venda mercadoria ou producto revestido de marca nas condições dos ns. 1 e 2 deste artigo; — 5.° Vender ou expozer á venda mercadoria ou producto nas condições do n. 3.

15. Com as mesmas penas do artigo anterior será punido aquelle que usar de marca que contiver offensa pessoal, vender ou expozer á venda objectos dellare vestidos.

16. A acção criminal contra os delictos previstos nos ns. 1°, 2° e 4° do art. 14 será intentada pelo promotor publico da comarca onde forem encontrados objectos revestidos das marcas de que alli se trata.

E' competente para promovel-a contra os dos ns. 3° e 5° qualquer industrial ou commerciante de genero similar que residir no logar da proveniencia, e o dono do estabelecimento falsamente indicado; e contra os dos arts. 14 e 15 o offendido

ou o interessado.

17. A reincidencia será punida com o dobro das penas estabelecidas nos art. 13, 14 e 15, se não tiverem decorrido dez annos depois da anterior condemnação por algum dos delictos previstos nesta lei.

18. As referidas penas não isentam os delinquentes da satisfação do damno

causado, que os prejudicados poderão pedir por acção competente.

19. As sentenças proferidas sobre os delictos de que trata esta lei serão publicadas na sua integra, pela parte vencedora, no mesmo jornal em que se der publi-

cidade aos registros, sem o que não serão admittidas á execução.

20. O interessado poderá requerer: 1.º Busca ou vistoria para verificar a existencia de marcas falsificadas ou imitadas, ou de mercadorias e productos que as contenham; — 2.º Apprehensão e destruição de marcas falsificadas ou imitadas nas officinas em que se preparam, ou onde quer que sejam encontradas, antes de utilizadas para fim criminoso; — 3.º Destruição das marcas falsificadas ou imitadas nos volumes ou objectos que as contiverem, antes de serem despachados nas repartições fiscaes, ainda que estragados fiquem os envolucros e as proprias mercadorias ou productos; — 4.º Apprehensão e deposito de mercadorias ou productos revestidos de marca falsificada ou imitada ou que indique falsa proveniencia, nos termos do art. 8, n. 3.

§ 1. A apprehensão e o deposito só teem logar como preliminares de acção,

ficando sem nenhum effeito se não for intentada no prazo de trinta dias.

§ 2. Os objectos apprehendidos servirão para garantir a effectividade da multa e da indemnização da parte, para o que serão vendidos em hasta publica, no correr da acção, se facilmente se deteriorarem, ou na execução exceptuados os productos nocivos á saude publica, que serão destruidos.

21. A apprehensão dos productos falsificados com marca falsa ou verdadeira,

usada dolosamente, será a base do processo.

22. A apprehensão será feita a requerimento da parte ou ex-officio: a) A requerimento da parte, por qualquer autoridade policial, pretor ou juiz do Tribunal Civil e Criminal, no Districto Federal; e nos Estados, pelas autoridades competentes para a busca; — b) Ex-officio: pelas Alfandegas, no acto da conferencia; pelos fiscaes de impostos de consumo, sempre que encontrarem taes falsificações nos estabelecimentos que visitarem; por qualquer autoridade, quando em quaesquer diligencias deparar com falsificações.

23. Feita a apprehensão ex-officio, serão intimados os donos da marca ou seus representantes para procederem contra os responsaveis, assignando-se-lhes

o prazo de 30 dias para isso, sob pena de ficar sem effeito a apprehensão.

14. The following shall be punished with fines of from 100 \$ 000 to 500 \$ 000 to be paid to the State: 1. A person who without proper authorization uses as an industrial or trade mark, coats of arms, Government or official escutcheons or badges, whether national or foreign; — 2. A person who uses a trade mark which offends public decency; — 3. A person who uses an industrial or trade mark indicating a locality or establishment which is not that of the origin of the merchandise or production, whether such indication is joined to a fictitious or to another name or not; — 4. A person who sells or exposes for sale merchandise or products bearing a mark coming under the conditions of No. 1 or 2 of this Article; — 5. A person who sells or exposes for sale merchandise or products coming under the conditions of No. 3.

15. A person who uses a mark which contains personal offence, or sells or exposes for sale objects bearing such a mark, shall suffer the same penalties.

16. A criminal proceeding against those guilty of the offences expressed in Nos. 1, 2 and 4 of Art. 14, shall be brought by the public prosecutor of the district where objects bearing the marks which are there treated have been met with.

Any manufacturer of or trader in similar goods who resides in the place of origin and the owner of the establishment falsely indicated, may institute such proceedings against those guilty of the offences referred to in Nos. 3 and 5; and the party prejudiced or interested against those guilty of the offences referred to in Arts. 14 and 15.

17. Repetition of the offence will be punished with double the penalties established in Arts. 13, 14 and 15, if ten years have not elapsed since the last condemnation

for any of the offences expressed in this Law.

18. The said penalties do not discharge the delinquents from liability to make good the loss caused, which those prejudiced can claim by bringing the

proper action.

19. Judgments given in respect of the offences of which this Law treats shall be published in their entirety by the successful party, in the same journal in which the registration was published, without which execution will not be effected.

20. The interested party can demand: 1. A search or examination to verify the existence of the falsified or imitated marks, or of the merchandise and products which bear them; — 2. The seizure and destruction of the falsified or imitated marks in the workshops where they are made, or wherever they may be met with, before being used for a criminal purpose; — 3. Destruction of the falsified or imitated marks on the parcels or objects which bear them, before being cleared in the fiscal departments, although the wrappings and the merchandise itself or the products are damaged; — 4. The seizure and deposit of merchandise or products which bear a falsified or imitated mark or one which indicates a false origin in the terms of Art. 8, No. 3.

§ 1. Seizure and deposit only take place as preliminaries to an action (or prosecution), and are of no effect if such action (or prosecution) is not commenced

within a period of thirty days.

§ 2. The objects seized shall serve as security for payment of the fine and compensation to the party, to satisfy which they shall be sold by public auction during the course of the proceedings, if they easily deteriorate, or at the execution, excepting those products which are injurious to public health, and these shall be destroyed.

21. Seizure of falsified products with either a false mark or a genuine mark

used fraudulently, shall be the foundation of the proceedings.

22. Seizure shall be made on demand of the party or ex officio: a) On demand of the party, by any police authority, magistrate or judge of the Civil or Criminal Court, in the Federal District; and in the States, by the Authorities which can order the search; — b) Ex officio: by the Customs Houses at the time of examination; by the inspectors of the consumption tax1), whenever they meet with such falsifications in the establishments they visit; by any Authority, when, being employed on any service, it meets with falsifications.

23. When a seizure has been made ex officio, the owners of the mark or their representatives shall be notified to proceed against the guilty persons, a period of 30 days being granted for the purpose, on pain of the seizure being of no effect.

¹⁾ A municipal tax on articles of consumption entering a town, somewhat similar to the French octroi (Translator).

24. A busca e apprehensão a requerimento da parte serão ordenadas mediante termo de responsabilidade assignado perante a autoridade que ordenar a diligencia.

Paragrapho unico. Neste termo o autor tomará o compromisso de pagar as perdas e damnos que causar com a busca, se o resultado for negativo e a parte contra quem foi requerida provar que o dito autor agiu com má fé.

25. Feita a apprehensão, serão arrecadados os livros encontrados no local assim como todos os machinismos e mais objectos que servirem, directa ou indirectamente, para a falsificação.

26. Para a concessão da fiança é competente a autoridade que effectuar a

apprehensão.

27. No acto da apprehensão serão presas em flagrante as pessoas de que trata

o art. 32 desta lei.

28. Feita a apprehensão, proceder-se-ha a corpo de delicto para verificar-se a infracção commettida.

29. Dentro de trinta dias da data da apprehensão será apresentada a queixa contra os responsaveis, acompanhada dos autos de apprehensão, corpo de delicto e prisão em flagrante, se esta tiver sido effectuada, rol de testemunhas e indicação

de diligencias necessarias.

Paragrapho unico. No Districto Federal é competente para conhecer da acção o Tribunal Civil e Criminal, que observará o processo estabelecido no paragrapho unico do art. 101 do decreto n. 1.030, de 14 de novembro de 1890. Nos Estados seguir-se-ha o processo determinado pela respectiva legislação, competindo sempre o julgamento em primeira instancia á justiça singular.

30. O fôro para as acções de que trata esta lei é o do domicilio do réo ou o do logar em que forem encontradas as mercadorias assignaladas por marca falsificada ou imitada, ou marca legitima, indevidamente usada.

31. A competencia de que trata o art. 12 da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, é relativa ao art. 60, lettra f, da Constituição, nos casos de convenção ou

tratado de reciprocidade.

- 32. São solidariamente responsaveis pelas infrações dos arts. 13, 14 e 15: 1.° O dono da officina onde se prepararem marcas falsificadas ou imitadas; 2.° A pessoa que as tiver sob sua guarda; 3.° O vendedor das mesmas; 4.° O dono ou morador da casa ou local onde estiverem depositados os pro ductos desde que não possam mencionar quem o seu dono; 5.° Aquelle que houver comprado a pessoa desconhecida ou não justificar a procedencia do artigo ou producto.
- 33. As disposições desta lei são applicaveis a brazileiros ou estrangeiros, cujos estabelecimentos estiverem fóra do territorio nacional, concorrendo as seguintes condições: 1.° Que entre a União e a Nação em cujo territorio existam os referidos estabelecimentos haja convenção diplomatica assegurando reciprocidade de garantia para as marcas brazileiras; 2.° Que as marcas tenham sido registradas na conformidade da legislação local; 3.° Que tenham sido depositados na Junta Commercial do Rio de Janeiro o respectivo modelo e a certidão de registro; 4.° Que a certidão e a explicação da marca tenham sido publicadas no Diario Official.

Paragrapho unico. Gozarão das garantias desta lei os estrangeiros que, em vez de depositarem certidão do registro feito no seu respectivo paiz, requererem

directamente o registro de sua marca no Brazil.

- 34. Prevalece em favor das marcas registradas nos paizes estrangeiros que firmaram a convenção promulgada pelo decreto n. 9.233, de 28 de junho de 1884, ou a ella adheriram, concorrendo os requisitos do artigo antecedente, ns. 2.° a 4.°, o disposto no art. 9.° n. 3, pelo prazo de quatro mezes, a contar do dia em que se effectuar o registro, segundo a legislação local.
- 35. A's marcas registradas com as leis anteriores são applicaveis as garantias nestas conferidas.
- **36.** O Governo reverá o regulamento n. 9.828, de 1887, pondo-o de accordo com as disposições desta lei.

24. Search and seizure on demand of the party shall be granted on his signing a document before the Authority which grants the same that he takes upon him-

self the responsibility.

Sole paragraph. In this document the party demanding the search, etc. shall guarantee to pay for the loss and damage caused by the search, if the result is negative and the person against whom the search was granted proves that the former acted in bad faith.

25. After the seizure, the books met with in the place, as well as all the machinery and any other objects which might serve, directly or indirectly, for the falsification, shall be gathered together.

26. The Authority which effects the seizure is competent to grant bail.

27. Those persons of whom Art. 32 of this Law treats, if taken in the act

at the time of seizure, shall be arrested.

28. After seizure has been made, the ingredients of the offence (corpus delicti) shall be collected in order to verify what particular infraction has been committed.

29. Within thirty days from the date of seizure the complaint shall be made against the responsible persons accompanied by the records of the seizure, the corpus delicti and the arrest in the act, if such has taken place, the list of witnesses

and an indication of the mode of procedure.

Sole paragraph. In the Federal District the Civil and Criminal Court is competent to take cognizance of the proceedings, and it shall observe the procedure established in the sole paragraph of Art. 101 of Decree No. 1030 of the 15th of November 1890. In the States the procedure laid down by the particular legislation shall be followed, justice in first instance being always dispensed by a State Court.

30. The forum for the proceedings of which this Law treats is that of the domicile of the defendant or that of the place where the merchandise bearing a

falsified or imitated mark, or a genuine mark improperly used, has been met with.

31. The powers of which Art. 12 of Law No. 221 of the 20th of November 1894 treats, relate to Art. 60, letter f, of the Constitution, in cases of conventions

or treaties of reciprocity.

32. The following are jointly and severally liable for infractions of Arts. 13, 14 and 15: 1. The owner of the workshop where falsified or imitated marks have been made; -2. The person who has them in his custody; -3. The person who sells the same; — 4. The owner of or dweller in the house or place where the products are kept, if he cannot say who is the owner; — 5. Anyone who has bought from a person he does not know, or who does not satisfactorily explain the origin of the article or product.

33. The provisions of this Law apply to Brazilians or foreigners whose estab-

lishments are not in national territory, under the following conditions: 1. That there is a diplomatic convention between the Union and the Nation in the territory of which the said establishments exist, guaranteeing reciprocity of treatment for Brazilian marks; - 2. That the marks have been registered in accordance with the requirements of the local law; — 3. That a representation of the mark and the certificate of registration have been deposited in the Commercial Council of Rio de Janeiro; — 4. That the certificate and description of the mark have been published in the Government Gazette.

Sole paragraph. Foreigners who, instead of depositing a certificate of registration taken out in their own Country, apply directly for the registration of their

mark in Brazil, shall enjoy the privileges of this Law.

34. The provision of Art. 9, No. 3, for a period of four months, reckoned from the day when registration was effected according to the requirements of the local law, shall prevail in favour of marks registered in those foreign countries which have signed the convention promulgated by Decree No. 9233, of the 28th of June 1884, or which have adopted it, fulfilling the requirements of the preceding Article, Nos. 2 to 4.

35. The treatment conferred by previous Laws shall apply to marks registered

under them.

36. The Government shall review the provisions of No. 9828, of 1887, and bring them into agreement with the provisions of this Law.

37. São modificados os arts. 353 a 355 do Codigo Penal, na conformidade do que dispõem os arts. 13, 14 e 15 desta lei.

38. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Facturas Consulares.

(Decreto N. 1103 — de 21 de novembro de 1903.)

Capitulo I. Das facturas consulares.

Art. 1. As facturas consulares, de que trata o art. 1 da lei n. 651 de 22 de novembro de 1899, serão organisadas de conformidade com o disposto no Cap. IV art. 13, attendidas as disposições do presente regulamento.

2. As mercadorias que forem expedidas de paiz estrangeiro para consumo no Brasil, quer venham por via maritima, quer por via terrestre, com excepção das

mencionadas no art. 3, deverão ser acompanhadas de facturas consulares.

Paragrapho unico. São consideradas mercadorias, para os fins deste regulamento, a prata ou ouro amoedados, bilhetes de banco e titulos, cotados em bolsa.

3. Não é exigivel a factura consular: a) Das encommendas postaes de qualquer valor, procedentes de paizes com os quaes tenha o Brasil firmado convenções; — b) Das encommendas ou amostras cujo valor commercial na praça exportadora não exceder de 10 libras esterlinas ou equivalente em moeda de outro typo, incluidas as despezas de frete, commissão, empacotamento, etc. Quando as encommendas excederem o limite estabelecido, serão ellas sujeitas a despacho, na fórma de todas as demais mercadorias; — c) Das bagagens dos passageiros, de que tratam os arts. 5 a 7 das instrucções que baixaram com o decreto n. 3529 de 15 de dezembro de 1899, ainda que não acompanhem seus donos; — d) Das mercadorias procedentes de qualquer porto ou de ponto terrestre de paizes limitrophes, onde não existam autoridades consulares do Brasil, observando-se neste caso a disposição do art. 6 deste regulamento.

4. As facturas consulares serão apresentadas em tres vias ao agente consular, o qual, depois de authentical-as, lhes dará os seguintes destinos: a) A la vias erá entregue ao carregador para ser enviada ao consignatario, afim de que, apresentada por este á Alfandega, no porto ou ponto do destino da mercadoria, sirva para o despacho aduaneiro; — b) A 2ª via será enviada sem demora á Repartição do Serviço de Estatistica Commercial, no Rio de Janeiro; — c) A 3ª via ficará no

archivo do Consulado.

5. A la via das facturas será escripta á mão ou á machina, em tinta indelevel, e deverá ser sellada antes de visada pelo agente consular. As outras vias poderão ser copiadas por qualquer processo, comtanto que sejam facilmente legiveis.

6. Na falta de autoridade consular no porto de embarque ou no ponto de expedição, quando esta se fizer de paiz limitrophe para o Brasil, por via terrestre, os consignatarios das mercadorias ou seus prepostos serão obrigados a apresentar para o despacho respectivo, duas copias das facturas commerciaes, em substituição das facturas consulares; devendo uma das vias ser sellada com sello de valor identico ao das facturas, e ficar archivada na repartição aduaneira, e a outra ser enviada pela Alfandega, na primeira opportunidade, á Repartição do Serviço de Estatistica Commercial.

7. As mercadorias importadas directamente para o serviço da União ficam sujeitas ao regimen das facturas consulares, das quaes, porém, não serão cobrados

emolumentos.

Paragrapho unico. As disposições destes artigos serão applicadas aos objectos importados pelo agentes diplomaticos estrangeiros acreditados junto ao Governo da Republica, e pelos navios de guerra das nações amigas fundeados em portos do Brasil.

8. A falta da factura consular, nos casos do artigo anterior, poderá ser relevada pelo Ministro da Fazenda, na Capital Federal, e pelos delegados fiscaes, nos Estados, mediante declaração detalhada das mercadorias, seu peso, qualidade, quantidade, valor e origem.

37. Articles 353 to 355 of the Penal Code are modified, so as to be brought into agreement with Articles 13, 14 and 15 of this Law.

38. All provisions to the contrary are hereby repealed.

Consular Invoices.

(Decree No. 1103 — of the 21st of November 1903.)

Chapter I. Consular Invoices.

Art. 1. Consular invoices, of which Art. 1 of Law No. 651 of the 22nd of November 1899 treats, shall be made out in accordance with what is set out in Chap. IV, Art. 13, subject to the provisions of this Law.

2. Merchandise, with the exception of that mentioned in Art. 3, which has been sent from a foreign country for consumption in Brazil, whether it comes

by sea or by land, must be accompanied by a consular invoice.

Sole paragraph. Silver and gold coin, bank notes and securities, which are quoted on the Exchange, are, for the purposes of this Law, considered as merchandise.

- 3. A consular invoice is not required for: a) Postage parcels of whatever value, coming from countries with which Brazil has entered into conventions;—b) Parcels or samples the commercial value of which in the exporting market does not exceed £10 sterling or its equivalent in any other currency, including charges for freight, commission, packing, etc. When parcels exceed the limit established, they shall be subject to clearance in the same manner as all other merchandise;—c) Passengers' luggage, of which Arts. 5 to 7 of the Instructions issued with Decree No. 3529 of the 15th of December 1899 treat, although unaccompanied by the owner;—d) Merchandise proceeding from any port or terrestrial point of neighbouring countries where there are no Brazilian consular authorities, in which case the provision of Art. 6 of this Law must be observed.
- 4. Three copies of consular invoices shall be presented to the consular agent, who, after having authenticated them, shall distribute them as follows: a) The first shall be delivered to the shipper to be sent to his consignee, so that, when presented by him at the Customs House at the port or place of destination of the merchandise, it serves for the customs house clearance; b) The second shall be sent without delay to the Department of the Commercial Statistical Service in Rio de Janeiro; c) The third shall be filed in the Consulate.

5. The first copy of the invoice shall be written by hand or machine in indelible ink, and must be stamped before being viséd by the consular agent. The other

copies may be made out by any process, provided they are easily legible.

6. In default of a consular authority at the port of loading or at the place of despatch, when it takes place by land from a country adjoining Brazil, the consignees of the merchandise or their representatives shall be bound to present for the clearance two copies of the commercial invoices instead of the consular invoices; one of which must be stamped with a stamp of the same value as that of the (consular) invoices, and be filed in the Custom House, and the other sent by the Custom House at the first opportunity to the Department of the Commercial Statistical Service.

7. Merchandise imported direct for the service of the Union is subject to the rules regarding consular invoices, on which, however, no emoluments shall be

collected

Sole paragraph. The provisions of these Articles shall be applied to objects imported by foreign diplomatic agents accredited to the Govenment of the Republic, and by the war ships of friendly nations anchored in Brazilian ports.

8. In cases within the preceding Article the consular invoice, if there is none, may be dispensed with by the Minister of Finance in the Federal Capital, or by the fiscal delegates in the States, on producing a detailed statement of the merchandise, its weight, nature, quantity, value and origin.

Capitulo II. Legalisação das facturas.

9. A legalisação das facturas consulares póde ser feita em qualquer consulado ou agencia consular do Brasil, quer nos portos de embarque, quer nos pontos de expedição da mercadoria.

Capitulo III. Emolumentos.

- 10. Os emolumentos das facturas continuarão a ser os estabelecidos pelo decreto n. 741 de 26 de dezembro de 1900 (3\$ ouro, ao cambio de 27).
 - 11. Na falta de estampilhas, o sello será cobrado por meio de verba lançada

no documento competente.

12. Os documentos apresentados para prova de origem das mercadorias serão legalisados gratuitamente pelas autoridades consulares.

Capitulo IV. Modelo das facturas consulares.

13. As facturas consulares deverão satisfazer ás seguintes formalidades:

- a) Numeração da factura Compete exclusivamente á autoridade consular que houver authenticado a factura, começando-a em cada anno pelo n. 1;
- b) Declaração Deverá ser firmada pelo exportador, carregador ou seu preposto, que garantirá a exactidão da mesma;

c) Nome e nacionalidade do navio — Deverão ser mencionados, assim como se o

navio é á vela ou a vapor;

d) Ponto de embarque das mercadorias — E' aquelle em que a mercadoria for

effectivamente embarcada com destino ao Brasil;

e) Porto do destino da mercadoria — E' o ultimo porto aduaneiro para o qual a mercadoria tiver sido despachada. No caso de opção para outro porto, deverá ser feita declaração neste sentido, na factura;

f) Valor total declarado — Deve representar o valor total da factura, inclusive

fretes e despezas approximadas;

g) Frete e despezas — Serão entendidas por despezas que se fizerem depois da

compra da mercadoria;

- h) Agio da moeda do paiz da procedencia Quando a mercadoria for procedente de paiz em que a moeda não tiver valor fixo ou o respectivo cambio nãofor cotado na praça do Rio de Janeiro, é indispensavel declarar-se no logar competente da factura o agio do ouro ou o cambio á vista sobre Londres. Teem actualmente cotação na praça do Rio de Janeiro as taxas ao cambio sobre a Grã-Bretanha, França, Allemanha, Estados Unidos da America do Norte, Portugal e Italia;
- i) Marcas e numeros Deverão ser escriptos no verso da factura, em suas columnas respectivas e em devida ordem;

j) Quantidade e especie dos volumes — Sob estas rubricas deverão ser mencionadas, guardando tambem a devida ordem, a quantidade e especie de volumes,

isto é, se são caixas, barris, barricas, gigos, fardos, etc.;

k) Especificação das mercadorias — Ao carregador fica facultado fazer a descripção das mercadorias, quer de accordo com a nomenclatura official, approvada pela circular n. 1, do Ministerio da Fazenda, de 10 de janeiro de 1890, annexa a este regulamento, quer segundo o seu uso commercial, designando o material de

que se compõe cada artigo em separado;

l) Pesos em kilos — Na columma — peso bruto dos volumes — se lançará o peso total destes; na columna — peso liquido real — o da mercadoria, excluidos os seus envoltorios tanto externos, como internos; na columna — peso bruto da mercadoria — o peso desta com os envoltorios, que são excluidos para a cobrança dos direitos, taes como latas, saccos, caixas, ou caixinha de papelão etc., e que se acham descriptos na tarifa. Assim, quando a mercadoria pagar direitos a peso liquido real, bastará que a factura mencione com o peso bruto (total) do volume ou volumes o peso real da mercadoria com exclusão de todos os envoltorios, quer externos quer internos, que a acondicionam. Semelhantemente, quando a mercadoria pagar direitos a peso bruto nos envoltorios designados na tarifa, a factura declarará

Chapter II. The authentication of invoices.

9. Consular invoices may be authenticated in any Brazilian consulate or consular agency, either in the ports of loading, or in the places whence the merchandise is despatched.

Chapter III. Emoluments.

10. The emoluments in respect of invoices shall continue to be those established by Decree No. 741 of the 26th of December 1890 (3\$000 gold, at the exchange rate of 27)1).
11. In default of adhesive stamps, the stamp duty shall be collected by means

of a statement written on the document requiring the stamp.

12. Documents presented for proof of origin of merchandise shall be authenticated by the consular authorities gratuitously.

Chapter IV. The form of consular invoices.

13. Consular invoices must fulfil the following formalities:

- a) Numerical order of the invoice. This is the exclusive duty of the consular officer who has authenticated the invoice, and he must commence each year with No. 1;
- b) Declaration. This must be signed by the exporter or shipper or his representative, who shall guarantee the correctness of the same;

c) Name and nationality of the vessel. These must be stated, as also if she is

- a sailing or steam vessel;
 d) Place where the merchandise was loaded. It is that in which the merchandise was loaded for a Brazilian destination;
- e) Place to which the merchandise is destined. It is the last custom-house port for which the merchandise has been despatched. In cases where another port may be chosen, a declaration to this effect must be made in the invoice;

f) Total value declared. This must represent the total value of the invoice,

including freight and approximate charges;

g) Freight and charges. Charges shall be understood to mean those which

have been incurred after the purchase of the merchandise;

h) The exchange value of the currency of the country from which the merchandise comes. When the merchandise comes from a country where the currency has no fixed value or the rate of exchange is not quoted in the Exchange of Rio de Janeiro, it is indispensable that the gold rate of exchange or the exchange at sight on London be declared in the proper place in the invoice. At the present time the rates of exchange on Great Britain, France, Germany, The United States of North America, Portugal and Italy, are quoted in the Exchange of Rio de Janeiro;

i) Marks and numbers. These must be written on the back of the invoice, in their respective columns and in proper order;

j) Quantity and description of the packages. Under these headings the proper order being always observed, must be stated the quantity and description of the

- packages, that is, if they are boxes, casks, barrels, baskets, bales, etc.;

 k) Description of the merchandise. The shipper may describe the merchandise either according to the official nomenclature approved by circular No. 1 of the Treasury, of the 10th of January 1890, annexed hereto, or according to commercial usage, stating separately the material of which each item is composed.
- l) Weights in kilograms. In the column "gross weight of the packages" shall be entered their total weight; in the column "net weight" that of the merchandise, excluding its external and internal coverings; in the column "gross weight of the merchandise" its weight with the coverings, which are excluded for the collection of the duties, such as tins, bags, boxes, or cardboard cases, etc., which are stated in the tariff.

Thus, when the merchandise pays duties on its net weight, it is sufficient to state in the invoice along with the gross (total) weight of the package or packages the net weight of the merchandise excluding all the coverings, whether external or internal, in which it is contained. In like manner, when the merchandise pays

¹⁾ That is, 27 pence for each 1\$000 (Translator).

esse peso na columna respectiva. Para as mercadorias, como os oleos essenciaes ou essencias, ou oleos volateis, para os quaes é obrigatoria a taxa da tarifa, é bastante a decla ração do peso bruto no envoltorio immediato á mercadoria;

m) valor parcial declarado — Nesta columna se mencionará o valor de cada

artigo facturado;

n) paiz de origem — Para a materia prima é o da sua producção, e para os artefactos de qualquer especie aquelle em que a materia prima tiver recebido beneficio;

o) quantidade da mercadoria — Esta columna será aproveitada para as mercadorias que forem sujeitas a direitos sobre unidade diversa de peso, tal como

duzia, milheiro, cento, metro cubico, etc.

Paragrapho unico. Quando em uma mesma factura tiverem sido incluidas mercadorias de diversas origens, o exportador ou carregador deverá mencionar na columna respectiva a origem de cada uma em separado.

14. A especificação da mercadoria poderá ser feita no idioma do paiz da expedição, devendo, porém, o consignatario apresentar para despacho traducção da

mesma por traductor publico ou particular.

15. Os exportadores ou carregadores poderão mandar imprimir as facturas consulares com traducção interlinear (parcial ou integral) em qualquer idioma europeu, comtanto que não seja feita a menor alteração na fórma e dizeres do modelo.

16. Os consulados fornecerão gratuitamente ao exportador ou carregador

formulas das facturas impressas em portuguez.

Capitulo V. Deveres dos consules.

17. Além dos deveres já estabelecidos no presente regulamento, incumbe mais aos consules e agentes consulares remetter pontual e regularmente logo após a authenticação, á Repartição do serviço de Estatistica Commercial no Rio de Janeiro as segundas vias das facturas, mencionando nos officios de remessa o numero e quantidade das mesmas.

§ 1. No mez em que não houver facturas, a autoridade consular communi-

cará o facto á sobredita repartição.

§ 2. A remessa das facturas deverá ser feita por via postal ordinaria, quando o seu peso não exceder de 50 grammas. Excedendo este peso, serão as mesmas enviadas como encommendas postaes ou como papeis de negocio, registradas.

18. O consul não poderá reter a factura ou deixar de legalizal-a sob pretexto algum, nem mesmo quando se tratar de mercadorias isentas da exhibição desse

documento, se o exportador entender fazel-o.

19. No caso de omissão de qualquer dos requisitos exigidos no presente regulamento, o consul convidará o exportador ou carregador para preenchel-a na propria factura, e, se não for attendido fará declaração neste sentido na dita factura, o que o eximirá da responsabilidade dessa omissão.

20. Feita a declaração de que trata o artigo anterior, é responsavel pela omissão dos requisitos indispensaveis na factura consular o carregador ou o exportador

na pessoa do dono ou o consignatario da mercadoria.

21. Os agentes consulares assignarão do proprio punho as 128 e 228 vias das

facturas consulares.

22. Os consules acceitarão como prova satisfactoria de origem qualquer dos documentos seguintes: a) factura authentica do fabricante da mercadoria; — b) certidão passada pela alfandega ou camara commercial do ponto da expedição da mercadoria, declarando a sua verdadeira origem.

Paragrapho unico. Na impossibilidade de apresentação de qualquer dos documentos de que trata este artigo, o interessado produzirá documentos de outra na-

tureza, que comprovem a origem da mercadoria, afim de serem visados.

Capitulo VI. Das alfandegas e mesas de rendas.

23. Incumbe ás alfandegas e mesas de rendas: 1.º Não permittir o despacho das mercadorias, sem que o consignatario apresente a primeira via da factura consular, a menos que assigne termo responsabilisando-se por apresentar esse docu-

duties on its gross weight with the coverings stated in the tariff, the invoice shall declare this weight in the proper column. For merchandise such as essential oils or essences, or volatile oils, on which the tariff duty is fixed, a declaration of the gross weight in the covering next to the merchandise is sufficient;

m) Separate value declared. In this column the value of each article invoiced

shall be declared;

n) Country of origin. For raw material it is the country where it was produced, and for material of any description on which labour has been expended to improve it, that in which the raw material has been improved;

o) Quantity of the merchandise. This column shall be used for merchandise which is subject to duties otherwise than by weight, such as by the dozen, thousand, hundred, cubic metre, etc.

Sole paragraph. When merchandise of various origins has been included in the same invoice, the exporter or shipper must state in the proper column the origin of each one separately.

14. The description of the merchandise may be made in the language of the country from which it comes; the consignee must, however, in such a case, when clearing, present a translation of the same made by an official or private translator.

15. Exporters or shippers may have their consular invoices printed with an interlined translation (partially or wholly) in any European language, provided that not the slightest alteration is made in the setting and wording of the form.

16. Consulates shall furnish gratuitously to exporters or shippers invoice

forms printed in Portuguese.

Chapter V. The duties of consuls.

17. Besides the duties imposed in the foregoing portion of the present Law, consuls and consular agents must also punctually and regularly and immediately after authentication, send the second copies of the invoices to the Department of Commercial Statistical Service in Rio de Janeiro, stating in their advice notes their numbers and how many there are.

§ 1. In the month when there are no invoices, the consular authority shall

advise the above mentioned Department of the fact.

§ 2. The invoices must be sent by ordinary post, when their weight does not exceed 50 grammes. If they exceed this weight, they shall be sent registered as postal parcels or as commercial documents.

18. A consul may not retain an invoice or refuse to authenticate it under any pretext, not even when it is for merchandise which does not require the presentation

of this document, if the exporter requires it to be done.

19. If any of the requirements demanded by this Law are omitted, the consul shall invite the exporter or shipper to fill them in in the invoice itself, and if this should not be done, shall make a declaration to this effect in the said invoice, which shall exonerate him from responsibility for such omission.

20. After the declaration of which the preceding Article treats, the exporter or shipper in the person of the owner or consignee of the merchandise, is responsible for the omission of what is indispensably required in the consular invoice.

21. Consular agents must sign with their own hands the first and second

copies of the consular invoices.

22. Consuls shall accept as satisfactory proof of origin either of the following documents: a) An invoice authenticated by the manufacturer of the merchandise; — b) A certificate granted by the customs house or chamber of commerce of the place from which the merchandise has been sent, declaring its true origin.

Sole paragraph. In case of its being impossible to present either of the documents of which this Article treats, the interested person shall produce documents of any other nature which prove the origin of the merchandise, in order to be viséd.

Chapter VI. Customs houses and offices for receiving dues. 1)

23. It is the duty of customs houses and offices for receiving dues: 1. Not to allow the clearance of merchandise without presentation by the consignee of the first copy of the consular invoice, or his at least signing an undertaking

¹⁾ The "Mesa de Renda" is a Department created by the Federal Government and subordinate to the Fiscal Delegate of the Federal Treasury of the Department of State, for the

mento, dentro do prazo que lhe fôr marcado; — 2.º Acceitar, em caso de extravio da primeira via da factura, certidão da segunda, passada pelo serviço de Estatistica Commercial, para servir ao despacho aduaneiro; — 3.º Exigir o reconhecimento da firma do consul, exarada nas facturas, quando suspeitar que a mesma não é verdadeira; — 4.° Exigir do consignatario a apresentação da traducção da factura consular; — 5.° Arrecadar por meio de sello os emolumentos, na hypothese prevista no art. 11 deste regulamento; — 6.º Remetter impreterivelmente, de 15 em 15 dias, sob pena de responsabilidade, á Repartição de Estatistica, a terceira via, nesta data creada, de todos os despachos, quaesquer que sejam, de importação, reexportação baldeação, transito e quaesquer documentos de receita que interessem ao serviço de estatistica, taes como despachos maritimos e de arrematação em praça, differenças de qualidade e quantidade, etc.

24. As terceiras vias dos despachos, revestidas de todas as formalidades legaes, serão, na Alfandega do Rio, rubricadas pelo porteiro da alfandega e remettidas immediatamente em protocollo ao director da Estatistica. Nas demais alfandegas, os inspectores designarão um empregado para esse serviço, quando não forem providas de porteiro, ou quando este exercer cumulativamente as funções de administrador das capatazias.

Nessas mencionadas terceiras vias de despacho a alfandega destinataria lan-

çará o numero e o Consulado da factura consular que lhes corresponder.

25. As alfandegas e mesas de rendas só deverão exigir prova de origem quando estiver estabelecida a tarifa differencial para qualquer paiz.

Para apresentação das provas de origem, fica concedido o prazo de 90 dias,

que póde ser prorogado por mais tres mezes.

Capitulo VII. Obrigações e deveres da repartição do serviço de estatistica commercial.

26. A' Repartição do Serviço de Estatistica Commercial incumbe:

§ 1. Organizar a estatistica geral da importação directa de mercadorias e valores que se effectuar nos portos da Republica, de accordo com o apanhamento das terceiras vias dos despachos e das segundas vias das facturas consulares e com a nomenclatura official approvada pela circular n. 7, de 6 de fevereiro de 1899, do Ministerio da Fazenda.

Servirá de modelo para a estatistica o que se acha officialmente estabelecido

na Alfandega do Rio de Janeiro.

§ 2. Prestar as informações que lhe forem requisitadas pelas repartições de

- fazenda e pelas autoridades consulares. § 3. Communicar ao chefe da repartição respectiva as irregularidades, lacunas e erros que porventura sejam verificados nas 3as vias dos despachos.
- § 4. Passar certidão da 2º via da factura, quando requerida e em caso de extravio da la, cobrando os respectivos emolumentos em estampilhas, inutilizandoas na propria certidão.

Capitulo VIII. Nomenclatura das mercadorias.

27. A descripção das mercadorias nas facturas deverá ser feita de conformidade com a nomenclatura official, annexa ou detalhada, declarando-se neste caso a natureza do material (art. 13, lettra k, do presente regulamento) sob pena de multa estipulada no art. 28 § 1, que será applicada ao consignatario como unico responsavel.

Capitulo IX. Das multas.

28. Os infractores do presente regulamento serão punidos com as seguintes

multas, que lhes serão impostas pelos chefes das repartições fiscaes.

§ 1. Pela divergencia da factura consular com o conteúdo do volume ou volumes, verificado em acto de conferencia, será imposta a multa dos direitos em dobro ao consignatario da mercadoria nos casos seguintes.

to present such document within the time fixed for him to do so; — 2. To accept, in case the first copy of the invoice has gone astray, a certificate of the second, granted by the Commercial Statistical Service, in order to serve for the customs house clearance; — 3. To demand that the signature of the consul required in the invoices be authenticated, when it is suspected that the same is not genuine; — 4. To demand from the consignee the presentation of the translation of the consular invoice; — 5. To collect the emoluments by means of a written statement, in the event provided for in Art. 11 of this Law; — 6. To send without fail, every 15 days, under pain of liability, to the Statistical Department, the third copy of all despatches made during the period, whatever they may be, of importation, reexportation, transhipment, transit and any documents of receipt which are of interest to the statistical service, such as maritime despatches and relating to sale by public auction, differences in the quality and quantity, etc.

24. The third copies of the despatches, invested with all the legal formalities,

24. The third copies of the despatches, invested with all the legal formalities, shall, in the Customs House of Rio, be rubricated by the entrance clerk of the customs house and immediately sent in protocol to the Director of Statistics. In the other customs houses, the inspectors shall nominate a clerk for this duty when there is no entrance clerk provided, or when the latter exercises at the same time

the functions of administrator of the department of overseers.

In the above mentioned third copies of despatch the customs house for which the merchandise is destined shall enter the number and the Consulate of the consular invoice which correspond to them.

25. Customs houses and offices for receiving dues must only demand proof of origin when a differential tariff has been established against any country.

A period of 90 days, which can be extended for a further three months, shall be granted for the presentation of proofs of origin.

Chapter VII. The obligations and duties of the Department of the Commercial Statistical Service.

26. It is the duty of the Department of the Commercial Statistical Service:

§ 1. To organize the general statistics of the direct importation of merchandise and valuables which is effected in the ports of the Republic, in accordance with the collecting of the third copies of the despatches and with the second copies of the consular invoices, and with the official nomenclature approved by circular No. 7, of the 6th of February 1899, of the Ministry of Finance.

That which is officially established in the Customs House of Rio de Janeiro

shall serve as a model for statistics.

§ 2. To furnish all information which is asked for by the departments of finance

or by the consular authorities.

§ 3. To inform the head of the respective department of any irregularities, omissions or mistakes which perchance may be met with in the third copies of the despatches.

§ 4. To grant a certificate of the second copy of the invoice, when requested and in the case of the first copy going astray, collecting the respective emoluments by means of adhesive stamps, and cancelling them on the certificate itself.

Chapter VIII. The nomenclature of merchandise.

27. The description of the merchandise in the invoices must be made in conformity with the official nomenclature, as annexed or detailed, declaring in the latter case the nature of the material (Art. 13, letter k, of this Law), on pain of the fine set out in Art. 28 § 1, which will be imposed on the consignee as the only responsible person.

Chapter IX. Fines.

28. Those who infringe the present Law shall be punished with the following

fines, which shall be imposed by the heads of the fiscal departments.

§ 1. For a difference between the consular invoice and the contents of the parcel or parcels, discovered in the act of examination, a fine of double the duties shall be imposed on the consignee of the merchandise in the following cases.

purpose of collecting in the interior the revenue of the Government of the Union, such as stamp duties, dues, receipts from the despatch of vessels, and it may even discharge the duties of captain of the port (Translator's note).

17*

§ 2. Se da divergencia resultar differença para menos nos direitos, quer se trate de peso, quer se trate de mercadorias de taxa inferior, a imposição da multa só terá logar na hypothese prevista na 2ª parte do art. 90 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

§ 3. As divergencias por differenças de qualidade, que importem em pagamento de direitos superior ao que o dono ou o consignatario da mercadoria se propunha pagar, são passiveis da multa de direitos em dobro quando o valor do accres-

cimo exceder de 100\$000.

§ 4. As divergencias em peso só serão passiveis da mesma multa, quando o

accrescimo exceder de 10% do peso declarado na factura.

§ 5. Pelo não cumprimento das obrigações impostas pelo presente regulamento aos consules e outras autoridades consulares, ficarão os mesmos sujeitos á multa de 50\$ a 500\$, que lhes será imposta pelo Ministro da Fazenda, em vista de informação do chefe da Repartição do Serviço de Estatistica Commercial.

Capitulo X. Disposições geraes.

29. As despezas dos Consulados com o serviço das facturas consulares serão feitas por conta dos emolumentos arrecadados pelas ditas facturas.

30. E' prohibida, tanto nos Consulados, como na Repartição do Serviço de Estatistica Commercial e nas Alfandegas e Mesas de Rendas, a exhibição das fac-

turas consulares a pessoas estranhas ao objecto das mesmas.

- 31. Nos casos omissos neste regulamento e que forem de natureza urgente, os consules e os chefes das estações fiscaes e da Repartição do Serviço de Estatistica Commercial resolverão como julgarem conveniente, dando, porém, conta do seu acto ao Ministerio da Fazenda para decisão final.
- 32. O presente regulamento entrará em vigor em todos os Consulados, cincoenta dias depois de sua publicação no Diario Official, exceptuando-se os consulados da India e Nova Zelandia, em que o prazo será de sessenta dias, e nas Alfandegas e Mesas de Rendas, logo que forem recebidas as novas facturas enviadas pelos Consulados.

33. Revogam-se as disposições em contrario.

Navegação de Cabotagem.

(Decreto N.° 2304 — de 2 de julho de 1896.)

Capitulo I. Da navegação de cabotagem.

Art. 1. A navegação de cabotagem só poderá ser feita por navios nacionaes

préviamente registrados.

2. Entende-se por navegação de cabotagem a que tem por fim a communicação e o commercio directo entre os portos da Republica, dentro das aguas destes e dos rios que percorram o seu territorio.

3. A navegação costeira, tambem chamada de costeagem, que se faz ao longo da costa e depende de observações astronomicas, calculos de pilotagem e mareação de cabo a cabo, não poderá ser confiada a practico que não seja official de nautica.

4. Aos navios das nações limitrophes é permittida a navegação dos rios e aguas interiores, nos termos das convenções e tratados existentes.

Capitulo II. Da nacionalisação das embarcações.

5. Para um navio ser considerado nacional é preciso:

I. Que seja propriedade de cidadão brasileiro, residente ou não no territorio da Republica, ou de sociedade ou empreza com séde nella e gerida exclusivamente por cidadão brasileiro;

II. Que tenha capitão ou mestre brasileiro;

III. Que tenha, pelo menos, dous terços de equipagem formados por brasileiros.

§ 2. If on account of the difference, less duties have to be paid, whether it is a question of weight, or of merchandise subject to a lower duty, the fine shall only be imposed on the supposition provided for in the 2nd part of Art. 90 of the Consolidation of the Laws of the Customs Houses and Offices for receiving dues.

§ 3. Differences in the quality which make the owner or consignee of the mer-

chandise liable to the payment of higher duties than those he proposed to pay involve a fine of double the duties when the increased value exceeds 100\$000.

§ 4. Differences in weight only involve the same fine when the increase exceeds

10% of the weight declared in the invoice.

§ 5. For the non-fulfilment of the obligations imposed by the present Law on consuls and other consular authorities, the same shall be subject to a fine of from 50 \$ to 500 \$, which shall be imposed by the Minister of Finance, on information furnished by the head of the Department of the Commercial Statistical Service.

Chapter X. General provisions.

29. The expenses incurred by the Consulates in the service connected with the consular invoices shall be deducted from the emoluments collected in respect of the said invoices.

30. In the Consulates, as well as in the Department of the Commercial Statistical Service and in the Customs Houses and Offices for receiving dues, it is forbidden to shew consular invoices to persons who have no interest in the object of the same.

- 31. In cases which have not been provided for in this Law and which are of an urgent nature, the consuls and the heads of the fiscal departments and of the Department of the Commercial Statistical Service shall decide as they may deem fit, furnishing, however, an account of their action to the Ministry of Finance for final decision.
- 32. The present Law shall come into force in all Consulates fifty days after its publication in the Official Gazette, except in the Consulates of India and New Zealand, in which the period shall be sixty days, and in the Customs Houses and Offices for receiving dues, as soon as the new invoices sent by the Consulates are received.

33. All provisions to the contrary are hereby repealed.

Coasting Navigation.

(Decree No. 2304 of the 2nd of July 1896.)

Chapter I. Coasting navigation.

Art. 1. Coasting navigation can only be exercised by national vessels pre-

viously registered.

2. Coasting navigation is understood to be that which has for its object communication and direct trade between the ports of the Republic, within her waters and on the rivers which traverse her territory.

3. Navigation of the coast, also called coasting, which is exercised along the coast and depends on astronomical observations, pilotage calculations and the mancevring of vessels from cape to cape may not be entrusted to an officer who is not properly qualified.

Vessels of neighbouring countries are allowed to navigate the rivers and inland waters, according to the terms of the existing conventions and treaties.

Chapter II. Nationalization of Vessels.

5. For a vessel to be considered national it is necessary:I. That she should be the property of a Brazilian citizen, resident or not in the territory of the Republic, or of an association or undertaking with its head office there and managed exclusively by a Brazilian citizen;

II. That she should have a Brazilian master or captain; III. That two-thirds at least of the ship's company should be Brazilians.

§ 1. Para os effeitos deste regulamento, pela expressão—cidadão brasileiroentende-se: — a) As pessoas de ambos os sexos e de qualquer idade; — b) A mulher brasileira casada com estrangeiro, se, pelo contracto ante-nupcial, além de não haver communhão de bens, lhe couber a administração pessoal ou directa dos que lhe

- forem proprios.
 § 2. Considera-se nacional: a) A sociedade em nome collectivo, em commandita simples ou de capital e industria, constituida em territorio da Republica, não podendo, porém, fazer o commercio maritimo de cabotagem sem que seja cidadão brasileiro o gerente, socio ou não; — b) A sociedade em nome collectivo ou em commandita simples, constituida exclusivamente por brasileiros, fóra do territorio da Republica, se tiver seu contracto archivado no Brasil, a firma inscripta e a gerencia confiada a brasileiro; — c) A sociedade anonyma ou em commandita por acções constituida em paiz estrangeiro, si, obtida autorização para funccionar na Republica, transferir para o territorio della sua séde, e tiver por directores ou socios gerentes cidadãos brasileiros.
- 6. Quando, por qualquer motivo, o proprietario do navio deixar de ser cidadão brasileiro, será cassada a carta de nacionalidade e cancellado o registro.
- § 1. O cancellamento do registro deverá ser requerido, pelo interessado ou seu representante legal, dentro de seis mezes da data em que se der o facto em virtude do qual o navio não possa mais ser considerado nacional.
- § 2. Passado o prazo de seis mezes, ficará o navio sujeito á apprehensão e venda judicial, considerando-se-o, para todos os effeitos, como contrabando.

Capitulo III. Do registro das embarcações.

- 7. O registro, a que são obrigadas as embarcações empregadas no serviço de navegação e commercio de cabotagem será feito: a) Nos arsenaes de marinha das capitaes dos Estados em que este serviço estiver a seu cargo, nos termos da legislação em vigor; — b) Nas capitanias dos portos dos Estados onde não houver arsenal de marinha; — c) Nas alfandegas e mesas de rendas onde não existirem aquellas repartições; — d) Nas delegacias do Thesouro Federal, onde não houver repartição da marinha de guerra nacional ou aduaneira; — e) Nos consulados brasileiros de Montevidéo, Buenos Ayres, Assumpção e Iquitos, se os navios tiverem sido adquiridos nas republicas limitrophes, Oriental do Uruguay, Argentina, do Paraguay ou do Perú.
- 8. O registro se realizará no porto onde tiver domicilio o proprietario. Havendo mais de um proprietario, será feito em nome do que tiver maior quinhão, e sendo iguaes os quinhões, em nome do representante da maioria, préviamente escolhido pelos interessados e declarado á autoridade competente em requerimento.
- 9. Para os effeitos do artigo antecedente, o Districto Federal fica equiparado aos Estados e nelle se fará o registro quando o proprietario residir fóra da Republica.

10. O registro deverá conter:

I. A declaração do logar onde a embarcação foi construida, o nome dos con-

structores e a qualidade dos principaes materiaes empregados;

- II. As dimensões da embarcação em metros e decimetros e a sua capacidade em toneladas metricas, comprovadas por certidão de arqueação com referencia á sua data;
 - III. A armação de que usar e o numero de cobertas que tiver;

IV. O dia em que foi lançada ao mar;

- V. O nome de cada um dos donos ou compartes e os seus respectivos domi-
- VI. A especificação do quinhão de cada comparte, se fôr de mais de um proprietario e a época de sua acquisição, com referencia á natureza e data do titulo, que deverá acompanhar a petição para o registro.
- 11. Se a embarcação fôr de construcção estrangeira, além das especificações sobreditas, dever-se-ha declarar no registro a nação a que pertencia, o nome que tinha e o que tomou e o titulo por força do qual passou a ser de propriedade brasileira, podendo omittir-se, quando não conste dos documentos, o nome do constructor.

- § 1. For the effects of this Law, by the expression "Brazilian citizen" is understood: a) Persons of both sexes and of any age; — b) A Brazilian woman married to a foreigner, if, according to the ante-nuptial contract, besides there not being community of property, she has the personal or direct management of that which
- § 2. The following are considered national: a) An ordinary (unlimited) partnership, a simple limited partnership or an association of capital and industry, formed in the territory of the Republic, not being allowed, however, to carry on a maritime coasting trade, unless the manager, whether a partner or not, is a Brazilian citizen; — b) An ordinary (unlimited) partnership or a simple limited partnership formed exclusively by Brazilians outside the territory of the Republic, if its articles of partnership have been lodged in Brazil, the firm name inscribed and the management entrusted according to Brazilian law; — c) A joint stock company or a limited partnership with share capital formed in a foreign country, if, having obtained permission to trade in the Republic, it transfers to her territory its head office, and has as directors or managing partners Brazilian citizens.

6. When, for any reason, the owner of a vessel ceases to be a Brazilian citizen, her certificate of nationality shall be annulled and the registration cancelled.

- § 1. The cancellation of the registration must be demanded by the interested person or his lawful representative within six months from the date when the fact by virtue of which the vessel could no longer be considered national occurred.
- § 2. After the lapse of six months, the vessel shall be subject to seizure and judicial sale, being considered for all effects as contraband.

Chapter III. The Registry of Vessels.

7. Entry in the registry of vessels, which is compulsory for vessels employed in coast navigation and trade service, shall be effected: a) In the naval arsenals of the capitals of the States which are charged with this service according to the terms of the law in force; — b) In the Government maritime offices of the ports of the States where there is no naval arsenal; — c) In the customs houses and offices for receiving dues where the above mentioned departments do not exist; — d) In the offices of the delegates of the Federal Treasury, where there is no national naval department or customs house; — e) In the Brazilian consulates of Montevideo, Buenos Ayres, Assumption and Iquitos, if the vessels have been acquired in the neighbouring republics of Uruguay, Argentina, Paraguay or Peru.

8. Registration shall be effected in the port where the owner resides. Should there be more than one owner, it shall be effected in the name of the one having the greatest share, and if the shares are equal, in the name of the one who represents the majority previously chosen by the interested persons and declared in a requisi-

tion to the proper Authority.

9. For the effects of the preceding Article, the Federal District is on a par with the States and registration shall be effected in it when the owner resides outside the Republic.

10. The entry in the register must contain:

I. A declaration of the place where the vessel was constructed, the name of

the constructors and the quality of the principal materials employed;

II. The dimensions of the vessel in metres and decimetres and her capacity in metrical tons, proved by a certificate of tonnage with reference to her measurements;

III. The equipment she uses and the number of her decks;

IV. The day when she was launched;

V. The name of each of the owners or part-owners and their respective addresses;

VI. Particulars of the share of each part-owner, if there is more than one owner, and the date of its acquisition, with reference to the nature and date of the document of title, which must accompany the petition for registration.

11. Should the vessel be of foreign construction, besides the above-mentioned particulars, the nation to which she belonged must be declared in the register. also the name she had and that which she has taken and the means by which she became Brazilian property, and when it does not appear in the documents, the name of the constructor may be omitted.

Paragrapho unico. O acto de vistoria, a certidão de arqueação e todos o titulos justificativos do registro ficarão archivados na repartição competente do logar

em que elle houver sido realizado.

- 12. Provando-se que algum navio registrado como nacional obteve o registro ob e subrepticiamente, ou perdeu, ha mais de seis mezes, as condições precisas para poder continuar a ser considerado nacional, o inspector do Arsenal de Marinha, o capitão do porto, o inspector da Alfandega, o administrador da Mesa de Rendas, ou a autoridade competente do logar em que se houver realizado o registro, ou onde se verificar a infracção dos preceitos aqui estabelecidos, procederá, á apprehensão do navio e pol-o-ha immediatamente á disposição do juiz seccional do Estado onde se realizar a apprehensão para processo, julgamento e imposição da pena criminal.
- § 1. E' da competencia das autoridades fiscaes a apprehensão do contrabando e o processo administrativo, inclusive a applicação das multas.
- § 2. Emquanto o juiz não nomear depositario, exercerá tal funcção a autoridade do logar a quem competir o registro, conforme o art. 7, procedendo-se ao arrolamento e inventario de tudo quanto existir a bordo; do que se lavrará termo assignado pelo capitão ou mestre da embarcação, se o quizer assignar.
- § 3. As mercadorias encontradas á bordo do navio serão consideradas para todos effeitos, como contrabando.

§ 4. O juiz julgará por sentença a apprehensão e mandará proceder á venda em hasta publica, cabendo da sentença recurso voluntario de appellação com

effeito suspensivo.

- § 5. Effectuada a venda e deduzidas as despezas, inclusive a porcentagem dos depositarios, interinos ou effectivos, a qual será arbitrada pelo juiz da Iª instancia, com recurso de aggravo, depositar-se-ha o saldo para ser levantado por quem de direito.
- § 6. Os praticos das barras e portos, os empregados da policia do porto e da Alfandega, e os agentes consulares, sob pena de demissão administrativa, são obrigados a denunciar á autoridade competente do respectivo districto do registro todas as embarcações que incidirem nas disposições do art. 12.
- 13. Os registros dos actos e contractos, que pela legislação federal incumbia ás juntas commerciaes, ficarão a cargo dos arsenaes de marinha, capitanias de porto, estações fiscaes ou consulados, nos termos do art. 7. Nas cartas de nacionalidade far-se-hão as averbações determinadas pelo Codigo do Commercio e mais disposições em vigor, em tudo quanto interessar ao navio e ao seu carregamento.
- 14. Nenhum navio registrado poderá ser desmanchado sem que seja cancellado o respectivo registro.

15. Será concellado o registro do navio de que não houver noticia por mais de dous annos.

16. Não estão sujeitos ao registro: a) Os navios que se empregarem em pescaria nas costas; — b) Os vapores de reboque, de coberta ou não, que se empregarem no serviço interior dos portos ou rios navegaveis; — c) As embarcações á vela ou a vapor, destinadas, no interior dos portos, ao transporte de passageiros e suas bagagens, ao serviço de carga e descarga e ao transporte de mercadorias estrangeiras ainda não despachadas para consumo e transbordadas dos navios que as tiverem conduzido.

§ 1. Taes embarcações serão matriculadas na Capitania dos portos, na fórma

dos regulamentos vigentes.

§ 2. Qualquer que seja a nacionalidade de seu proprietario, taes embarcações considerar-se-hão essencialmente brasileiras, e não poderão, em caso algum, içar outra bandeira que não seja a da Republica.

Capitulo IV. Das vistorias das embarcações e sua arqueação.

17. Nenhum navio será admittido ao registro, nem poderá se apparelhar, sem que tenha sido requerida vistoria á autoridade competente, julgado em condições de navegar e verificada a sua arqueação, segundo o disposto nas instrucções vigentes.

Sole paragraph. The particulars of the survey, the certificate of tonnage and all the documents required for the purpose of granting registration, shall be filed

in the proper department of the place where it has been effected.

12. If it is proved that any vessel registered as national has obtained the registration secretly or surreptitiously, or has lost, for more than six months, the conditions necessary for her to continue to be considered national, the inspector of the Naval Arsenal, the captain of the port, the inspector of the Customs House, the manager of the Office for receiving dues, or the proper Authority of the place where registration has been effected, or where the infringement of the rules here established has been discovered, shall proceed to seize the vessel and immediately place her at the disposal of the divisional judge of the State where seizure has been effected, for process, trial and imposition of the criminal penalty.

§ 1. It is within the competence of the fiscal Authorities to seize contraband and to proceed in respect thereof administratively, inclusive of the imposition of

fines.

§ 2. Until the judge names a depositary, the Authority of the place to whom the duty of registration falls in conformity with Art. 7, shall discharge such office, and proceed to make a list or inventory of all that exists on board; from which the process shall be drawn up, signed by the master or captain of the vessel, if he wishes to sign it.

§ 3. Merchandise found on board the vessel shall be considered for all effects

as contraband.

§ 4. The judge shall pass judgment on the seizure and shall order a sale by public auction, there being a free right of appeal with suspensive effect against the

§ 5. After the sale has been effected and the expenses deducted, including the remuneration of the depositaries, provisional or effective, which remuneration shall be fixed by the judge of first instance, subject to appeal by complaint, the balance shall be paid into Court to be withdrawn by the person entitled to it.

§ 6. The pilots of the bars and ports, the clerks of the police of the port and of the Customs House, and the consular agents, on pain of administrative dismissal, are bound to denounce to the proper authority of the respective district of registra-

tion all vessels which come within the provisions of Art. 12.

13. The registration of the instruments and contracts which by the federal legislation is incumbent on the commercial councils, shall be undertaken by the naval arsenals, Government maritime offices, fiscal or consular departments, in the terms of Art. 7. In the certificate of nationality the formalities required by the Commercial Code and other regulations in force must be observed in all that concerns the vessel and her cargo.

14. No registered vessel may be broken up without her registration having

been cancelled.

15. The registration of a vessel shall be cancelled when there has been no

news of her for more than two years.

16. The following are not subject to registration (in the ship's registry): a) Vessels employed in fishing on the coasts; —b) Steam tugs, whether with decks or not, which are employed in the interior service of the ports or navigable rivers; — c) Sailing or steam vessels, destined, within the ports, for the transport of passengers or their luggage, for the service of loading and discharge and for the transport of foreign merchandise, not yet cleared for consumption or transhipped from the vessels which have brought it.

§ 1. Such vessels shall be registered in the Government maritime offices,

according to the regulations in force.

§ 2. Such vessels, whatever be the nationality of their owner, are considered essentially Brazilian, and may not on any account hoist a flag which is not that of the Republic.

Chapter IV. Surveys of vessels and their measurement.

17. No vessel will be admitted to registration, nor may she be equipped, without an application for a survey having been made to the proper Authority, and without having been pronounced in a seaworthy condition and her measurement verified, according to what is set out in the instructions in force.

Paragrapho unico. E' da exclusiva competencia da autoridade federal a vistoria

das embarcações.

18. As vistorias serão realizadas por profissionaes dos arsenaes de marinha, capitanias dos portos, alfandegas, etc., conforme estatue o art. 7, e nos consulados por pessoas competentes, da escolha do respectivo consul, quando lhes incumbir o registro das embarcações adquiridas ou paradas por motivo de força maior da navegação ou por conveniencias commerciaes.

19. A arqueação será feita por empregados das alfandegas, conforme a legislação em vigor, ou por pessoas competentes, da escolha dos consules brasileiros ou dos outros funccionarios a quem incumba o registro nos portos em que não

houver repartição aduaneira.

Paragrapho unico. Todas as despezas correrão por conta do proprietario.

20. Todas as embarcações mercantes a vapor, comprehendidas as do trafego do porto, empregadas no serviço de transporte de cargas ou materiaes e passageiros, reboques, pesca e as de recreio serão vistoriadas em suas machinas, caldeiras e cascos, de seis em seis mezes, sendo uma vez por anno a vistoria feita em secco ou no dique.

§ 1. A vistoria será feita tendo a embarcação os porões varridos e as caldeiras preparadas para serem examinadas á pressão de agua, se assim se julgar necessario.

- § 2. Nos portos onde houver Arsenal de Marinha a esta repartição competirá fazer as vistorias. Naquelles portos em que só houver capitania a vistoria será feita por uma commissão presidida pelo capitão do porto, e composta do 1° machinista e do mestre do navio de guerra que na occasião se achar no porto, ou por profissionaes das embarcações das Alfandegas e Mesas de Rendas.
- § 3. Na falta de profissionaes dessas classes, será feita a vistoria pelo pessoal competente que o capitão do porto ou o inspector da alfandega ou administrador da mesa de rendas encontrar na localidade.
- § 4. Nos portos estrangeiros a que se refere a lettra e) do art. 7, são competentes para autorizar e presidir á vistoria os consules brasileiros, os quaes nomearão a respectiva commissão.
- 21. As vistorias, a que se refere este regulamento, serão gratuitas e deverão ser requeridas á repartição competente pelos respectivos proprietarios, com antecedencia de oito dias.

Capitluo V. Da transferencia da propriedade das embarcações e baixa do registro.

- 22. A transferencia ou transmissão de propriedade da embarcação será requerida, no porto em que se realisar o facto, á autoridade encarregada do registro e matricula, na conformidade deste regulamento, fazendo-se a averbação, sob pena de não valer contra terceiros.
- 23. A mudança de nome da embarcação será communicada á repartição que effectuou o registro, afim de ser annotada e proceder-se ás necessarias rectificações ou averbações na carta de nacionalisação; procedendo-se do mesmo modo quanto á mudança do capitão ou mestre do navio.
- 24. No caso de realisada a venda ou transferencia da embarcação nacional a pessoa que a não possa adquirir nos termos deste regulamento, deverá ser préviamente requerida a retirada da bandeira.
- 25. O capitão do porto, inspector da Alfandega, agente consular ou autoridade a quem competir o registro não consentirá na transferencia ou baixa do mesmo registro sem que tenha sido realisado o deposito de quantia sufficiente para o pagamento das soldadas e despezas de repatriação da equipagem, calculados conforme os respectivos contractos de engajamento, e na falta destes conforme os preços em vigor para taes serviços no porto de procedencia.
- 26. A carta de nacionalisação do navio que perder a qualidade de brasileiro ou fôr desmanchado será archivada na repartição que a tiver expedido.

Sole paragraph. The survey of vessels pertains exclusively to the federal Authority.

- 18. Surveys shall be made by experts from the naval arsenals, Government maritime offices, customs houses, etc., as enacted in Art. 7, and in the consulates by competent persons chosen by the respective consul, when the registration of vessels acquired or detained by vis major of navigation, or for the convenience of trade, is incumbent on them.
- 19. The measurement shall be made by customs house employees, in conformity with the legislation in force, or by competent persons chosen by the Brazilian consuls or other officials on whom the registration in the ports where there is no customs house department, is incumbent.

Sole paragraph. All expenses must be borne by the owner.

20. All merchant steamships, including those for port traffic, which are employed in the service of transport of cargo or material and passengers, towing, fishing and those for pleasure, shall be surveyed as to their machinery, boilers and hulls, every six months, such survey being made once every year when the vessel is out of the water or in dry dock.

§ 1. The survey shall be made when the vessel has her holds cleared and swept and her boilers prepared for hydraulic testing, should this be necessary.

- § 2. In ports where there is a Naval Arsenal, the survey shall be made by this department. In those ports where there is only a Government maritime office the survey shall be made by a Commission presided over by the captain of the port, and composed of the first engineer and the master of the war vessel which is at the time in port, or by experts from vessels of the Customs Houses or Offices for receiving dues.
- § 3. In default of experts of these categories, the survey shall be made by competent persons whom the captain of the port or the inspector of the customs house or manager of the office for receiving dues may obtain in the locality.
- § 4. In the foreign ports to which letter e) of Art. 7 refers, the Brazilian consuls have power to authorize and preside over the survey, and they shall appoint the Commission.
- 21. Surveys to which this Law refers are gratuitous and must be applied for to the proper department by the respective owners, with a previous notice of eight days.

Chapter V. The transference of ownership of vessels and the cancellation of registration.

22. The transference or transmission of ownership of a vessel shall be demanded, in the port in which it is to take place, from the Authority charged with registration and inscription in conformity with this Law, and the proper entries must be made, on pain of its being invalid against third persons.

23. The change of name of a vessel shall be communicated to the department which has effected registration, in order to be noted and the necessary alterations or observations shall be made in the certificate of nationalization; the same mode of procedure shall be adopted in the case of a change of master or captain of a

24. In the case of a sale or transference of a national vessel being effected to a person who cannot acquire it according to the terms of this Law, the withdrawal of the flag must previously be demanded.

25. The captain of a port, inspector of a Customs House, consular agent or Authority, empowered to grant registration, shall not consent to the transference or giving up of the said registration unless there has been deposited an amount sufficient for the payment of the wages and expenses of repatriation of the ship's company, calculated according to their respective contracts of engagement, and in default of these according to the rate of pay existing for such services in the port of departure.

26. The certificate of nationalization of a vessel which loses her quality of Brazilian or which has been broken up shall be filed away in the department which

granted it.

Capitulo IV. Da matricula das embarcações e da tripulação.

27. A matricula das embarcações nacionaes continuará a ser feita, de seis em seis mezes, na séde do districto de sua navegação, parada ou estadia, nas repartições indicadas no art. 7.

28. O pessoal das embarcações de cabotagem continuará a ser matriculado nas capitanias do porto, nos arsenaes de marinha ou nas alfandegas, devendo a

matricula ser renovada de seis em seis mezes.

Paragrapho unico. Durante cinco annos, contados da publicação do decreto n. 227 A de 5 de dezembro de 1894, que prorogou por dous annos o prazo do art. 8 da lei n. 123 de 1892, a matricula a que se referem os arts. 27 e 28 será gratuita,

salvo o sello do requerimento.

29. Nenhuma embarcação será matriculada sem que se prove que existem a bordo todos os recursos precisos para os serviços de illuminação e signaes de pharóes, indispensaveis á segurança da navegação, nos mares, bahias e rios, bem como os que são imprescindiveis para os incidentes do mar e salvação de passageiros e carregamentos.

Paragrapho unico. Aos fiscaes das linhas de navegação cumpre exercer a mais

severa investigação sobre estes serviços.

- 30. As embarcações empregadas no serviço de cabotagem são obrigadas a ter a bordo todos os documentos referentes ao seu registro e matricula do pessoal, á qualidade e quantidade de seu carregamento por procedencia e destino, o rol da equipagem e os manifestos ou relações de carga por numeros e marcas, despachos ou conhecimentos das mercadorias ou generos nacionaes sujeitos a direitos ou nacionalisados, recebidos no porto inicial ou nos intermedios de escala, nos termos dos arts. 344, 363 e 369 da Consolidação das Leis das Alfandegas.
- 31. Por occasião do despacho ou desembaraço da embarcação, as repartições fiscaes terão o cuidado de verificar se a embarcação satisfez todos os requisitos do presente regulamento e mais disposições vigentes.

Paragrapho unico. No caso negativo, cumpre-lhes obstar a sahida da embarcação pelos meios que a legislação aduaneira faculta, dando parte ás autoridades da marinha de guerra do porto, para que se torne effectivo o impedimento do navio

até que sejam satisfeitas as exigencias do presente regulamento.

Capitulo VII. Do serviço de transito, reexportação, baldeação e reembarque.

- 32. Continuam em vigor todas as disposições concernentes á entrada e sahida das embarcações dos portos da Republica, embarque e desembarque de passageiros, serviço de correio, policia e saude publica, fiscalisação das alfandegas e capitanias, actualmente observados pelas embarções nacionaes.
- 33. 'As embarcações mercantes brasileiras que fizerem o commercio de transito, baldeação e reexportação ficam sujeitas, quanto ao despacho e fiscalisação nos portos e ancoradouros, ás mesmas disposições que regem as estrangeiras.

34. A nenhuma mercadoria se concederá transito, baldeação ou reexportação sem despacho processado de accordo com os requisitos e formalidades prescriptos no capitulo 4 do tit. 8 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

35. A's embarcações estrangeiras será permittido, mediante as cautelas fiscaes e precedendo licença das autoridades aduaneiras para cada viagem, seguir de um para outro porto nacional para se occuparem dos seguintes serviços:

I. Carregar ou descarregar mercadorias e objectos pertencentes á administra-

ção publica. II. Entrar em um porto por franquia e seguir com sua carga para outro dentro do prazo regulamentar.

III. Entrar por inteiro em um porto e seguir para outro com a mesma carga,

no todo ou em parte despachada para consumo ou reexportação. IV. Transportar de um para outros portos da Republica passageiros de qualquer classe e procedencia, suas bagagens, animaes e tambem volumes classificados como encommendas, ou productos agricolas e fabris de facil deterioração e valores amoedados.

Chapter VI. The registration of vessels and of the crew.

27. The registration of national vessels shall continue to be made, every six months, in the port of the district of their navigation, stay or detention, in the departments indicated in Art. 7.

28. The crews of vessels employed in coasting shall continue to be registered in the Government maritime offices, in the naval arsenals or in the customs houses,

such registration being renewed every six months.

Sole paragraph. For five years, reckoned from the publication of Decree No. 227 A of the 5th of December 1894, which extended for two years the period of Art. 8 of Law No. 123 of 1892, the registration to which Arts. 27 and 28 refer shall be gratuitous, except as regards the stamp for the application.

29. No vessel shall be registered unless it is proved that she has on board

all the appliances and material necessary for the services of illumination and ship's signals indispensable for the safety of navigation, in the seas, bays and rivers, as well as those which are requisite for accidents at sea and the saving of passengers and cargo.

Sole paragraph. It is the duty of the inspectors of the lines of navigation to

exercise the most rigorous inspection in respect of these services.

30. Vessels employed in the service of coasting are bound to have on board all documents relating to their registration and the registration of their crew, to the quality and quantity of their cargo, whence coming and whither destined, the muster-roll and the manifests or lists of their cargo by numbers and marks, the despatches or bills of lading of the national merchandise or goods subject to duties or nationalized, which have been received in their ports of departure or in the intermediate calling places, according to the terms of Arts. 344, 363 and 369 of the Consolidation of the Laws of the Customs Houses.

31. On the occasion of the despatch or clearance of a vessel, the departments of inspection shall be careful to verify that the vessel satisfies all the requirements

of the present Law, and of other existing provisions.

Sole paragraph. In the contrary case, they must prevent the sailing of the vessel by the means which the Customs House Law gives them, and must notify the naval authorities of the port, in order that the detention of the vessel may become effective until the requirements of the present Law are satisfied.

Chapter VII. The service of transit, re-exportation, transhipment and re-embarcation.

32. All the provisions concerning the arrival and departure of vessels to and from the ports of the Republic, the embarcation and disembarcation of passengers, the service of the post, the police and public health, the inspection of customs houses and Government maritime offices, at the present time observed by national

vessels, continue in force.

33. Brazilian merchant vessels which engage in a transit, transhipment or re-export trade are subject, as to their clearance and inspection in the ports and

roadsteads, to the same laws as apply to foreign vessels.

34. Transit, transhipment or re-export will not be granted for any merchandise, without a "despatch" taken out in accordance with the requirements and formalities prescribed in Chapter 4 of Title 8 of the Consolidation of the Laws of the Customs Houses and Offices for Receiving Dues.

35. Foreign vessels, on presenting their papers and having obtained a license from the customs house authorities for each voyage, will be allowed to sail from

one to another national port for performing the following services:

I. To load or discharge merchandise and objects belonging to the Government.

II. To enter a port for orders and to sail with her cargo for another within the

III. To enter a port and sail for another with the same cargo, in whole or in

part cleared for consumption or re-exportation.

IV. To carry from one to other ports of the Republic passengers of any class and from wheresoever they have come, their luggage, animals and also packages ' classified as parcels, and agricultural or manufactured products which easily deteriorate, and coined money.

V. receber em mais de um porto generos manufacturados ou produzidos no paiz, afim de exportal-os para fóra da Republica.

VI. Levar soccorro a qualquer Estado ou ponto da Republica, nos casos de

fome, peste ou outra calamidade.

VII. Transportar quaesquer cargas de um ponto para outro nos casos de guerra externa, commoção interna, vexames e prejuizos causados á navegação e commercio nacional por cruzeiros ou forças estrangeiras, embora não haja declaração de guerra.

36. Em casos urgentes de segurança ou salvação publica, taes como: fome, peste, guerra externa ou revolução intestina, o Governo da União poderá fretar navios estrangeiros para o serviço de transporte ou quaesquer outros misteres que

as circumstancias exigirem.

37. Fóra destes casos será considerado contrabando, e sujeitos penas da legislação vigente, o commercio de cabotagem e serviço de transporte exercido nos portos da Republica por navios estrangeiros.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os casos de arribada forçada, varação ou força maior em que as mercadorias conduzidas por navios estrangeiros de um porto

da Republica podem ser vendidas.

38. Os agentes ou consignatarios das embarcações estrangeiras, a que, nos termos dos artigos antecedentes fôr commettido o serviço de transito, baldeação ou reexportação, se obrigarão, perante as alfandegas, mediante termo de responsabilidade, pelo valor dos direitos das mercadorias que as embarcações transportarem e respectivas multas. A liquidação ou responsabilidade se tornará effectiva dentro do prazo que no mesmo termo fôr estabelecido, e conforme a legislação

Paragrapho unico. Os favores de que gosam os paquetes de linhas regulares não isentam os agentes e consignatarios das respectivas emprezas das obrigações impostas no presente regulamento em tudo quanto interessa ao commercio de transito, baldeação e reexportação.

39. A baixa da responsabilidade na alfandega expeditora será dada em vista da certidão, verbo ad verbum da 2a via do despacho de consumo realisado nas repartições aduaneiras do destino, quando se tratar de mercadorias armazenadas e reexportadas para portos da Republica.

§ 1. Nos casos de baldeação de um para outro navio, ou de reexportação no mesmo navio, a conferencia e embarque de volumes versará sobre a identidade dos volumes despachados, por sua qualidade, quantidade, marcas, contramarcas e numeros, nome da embarcação e do seu commandante.

§ 2. A certidão de effectiva descarga dos volumes e mercadorias assim despachados, passada pela repartição aduaneira do porto do destino, com todos os requisitos dos respectivos despachos de procedencia, servirá para a baixa da respon-

sabilidade contrahida na repartição expeditora.

§ 3. O mesmo preceito será observado com referencia ás mercadorias de transito internacional recolhidas aos entrepostos, ou trafegadas de umas para outras embarcações, mediante o certificado ou authenticidade consular nos documentos acima alludidos, nos termos da legislação em vigor.

40. O serviço de reembarque de volumes ou mercadorias descarregados em porto estrangeiro e sujeitos a direito de consumo, obedecerá ás regras em vigor que

não forem contrarias ao presente regulamento.

Capitulo VIII. Do serviço de exportação de mercadorias já nacionalisadas e dos generos de produçção nacional.

41. No serviço de despacho e embarque de productos ou generos nacionaes ou de mercadorias estrangeiras já nacionalisadas pelo pagamento dos direitos ou privilegios estabelecidos por tratados celebrados com as nações limitrophes, observar-se-hão os preceitos da legislação vigente, quanto ao regimen aduaneiro e de policia dos portos e ancoradouros, do mesmo modo que no serviço de desembaraço em portos de destino.

42. Os generos nacionaes navegados por cabotagem serão acompanhados de relações de carga assignadas pelo capitão e organisadas em vista dos respectivos conhecimentos, com discriminação de quantidades, numeros, marcas e contra-

V. To receive in more than one port goods manufactured or produced in the country, for export beyond the Republic.

VI. To take succour to any State or place in the Republic, in cases of famine,

pestilence or other calamity.

VII. To transport cargo from one place to another in case of external warfare, civil strife, trouble and loss caused to navigation and national trade by foreign cruisers or forces, although there may be no declaration of war.

- 36. In urgent cases of public security or safety, such as: famine, pestilence, external warfare or internal revolution, the Government of the Union may charter foreign vessels for transport service or for any other services which circumstances necessitate.
- 37. Outside these cases, coast trade and transport service carried on in the ports of the Republic by foreign vessels will be considered contraband, and subject to the penalties of the existing laws.

 Sole paragraph. Cases of forced refuge, stranding or vis major, in which the

merchandise carried by foreign vessels from a port of the Republic may be sold,

are excepted.

38. The agents or consignees of foreign vessels, to whom, in the terms of the preceding Articles, the service of transit, transhipment or re-exportation has been entrusted, are bound to guarantee to the customs houses that they will be responsible for the amount of the duties on the merchandise which the vessels bring and for the respective fines. Payment shall be made or responsibility become effective within the period established in the said guarantee, and in conformity with the existing laws.

Sale paragraph. The advantages which the steamships of regular lines enjoy do not exempt the agents and consignees of the respective undertakings from the obligations imposed by the present Law in all that affects the interests of the

transit, transhipment and re-exportation trade.

39. The cancellation of the guarantee in the customs house where it was given shall be granted on production of the certificate, word for word, of the second copy of the "despatch" for consumption effected in the customs house departments of destination, when it is a question of merchandise warehoused and re-exported for ports of the Republic.

§ 1. In cases of transhipment, or of re-exportation in the same vessel, the checking and loading of the packages shall depend on the identity of the packages cleared, as to quality, quantity, marks, counter-marks and numbers, the name of

the vessel and of her master.

§ 2. The certificate of the effective discharge of the packages and merchandise so cleared, passed by the customs house department at the port of destination, with all the requirements of the respective despatches of origin, shall serve for the

cancellation of the guarantee, given in the customs house of departure.

§ 3. The same rule shall be observed with reference to merchandise of international transit stored in the warehouses, or transferred from one vessel to another, on production of a consular certificate or authority on the documents above referred

to, in the terms of the existing laws.

40. The service of re-embarcation of packages or merchandise discharged in a foreign port and subject to the duties of consumption, shall follow the rules in force which are not opposed to the existing Law.

Chapter VIII. The service of the exportation of merchandise already nationalized and of goods of national production.

41. In the service of clearance and loading of national products or goods or of foreign merchandise already nationalized by the payment of duties or through privileges established by treaties made with neighbouring nations, the rules of the existing laws as to the customs house tariff and the police of the ports and roadsteads shall be observed, in the same manner as in the service of clearance in the ports of destination.

42. National goods carried on coasting vessels shall be accompanied by lists of the cargo signed by the master and drawn up from the respective bills of lading, specifying the quantities, numbers, marks and counter-marks, description of packages marcas, especie dos volumes e qualidade dos generos ou productos. Esta relação deverá ser exibida, no acto da entrada do navio, ao guarda-mór ou a quem suas vezes fizer.

Paragrapho unico. As embarcações que pertencerem a companhias ou emprezas que se empreguem no serviço da cabotagem em virtude de contracto celebrado com o Governo da União serão regidas de harmonia com o estatuido nos mesmos contractos e no regulamento aduaneiro.

43. A's embarcações de cabotagem quando transportarem mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, servirão de manifesto as cartas de guia ou 2 as vias dos respectivos despachos, expedidos pelas alfandegas da procedencia.

Paragrapho unico. Fica extensiva esta disposição ás embarcações brasileiras de longo curso que receberem nos portos nacionaes, por onde fizerem escala, pro-

ductos do paiz que tenham similares estrangeiros.

44. A falta de carta de guia ou 2a via do despacho, a que se refere o artigo antecedente, dará logar á percepção dos direitos de consumo como se a mercadoria fosse directamente importada do estrangeiro, incorrendo, além disso, o capitão do navio em multa de 10\$ a 100\$ por volume.

do navio em multa de 10\$ a 100\$ por volume.

Paragrapho unico. Taes direitos poderão ser restituidos se dentro de um prazo improrogavel, marcado pelo inspector da alfandega, de accordo com as circumstancias de communicação entre as alfandegas respectivas, fôr apresentado documento que prove ter sido a mercadoria despachada para consumo no porto da procedencia.

45. As alfandegas e mesas de rendas remetterão pela propria embarcação que conduzir mercadorias de origem estrangeira já nacionalisadas, reexportadas ou comprehendidas no paragrapho unico do art. 43, as respectivas cartas de guia, notas ou despachos necessarios para o seu prompto desembaraço no porto do destino, evitando-se desta arte que o commercio ou a embarcação seja, pela falta de taes documentos, prejudicado por qualquer fórma.

46. Para boa execução do estatuido no artigo antecedente, os signatarios, agentes, ou capitães das embarcações deverão communicar préviamente ás alfandegas o dia e hora marcados para a sahida das embarcações, affixando avisos nos escriptorios e postos fiscaes de embarque e os publicando na imprensa diaria, de modo que se possa realisar a expedição das mercadorias e fazer as diligencias fis-

caes com a precisa regularidade.

47. O inspector da Alfandega ou o administrador da Mesa de Rendas, logo que tiver sciencia da hora da partida do navio fará com a necessaria antecedencia recolher a repartição, de conformidade com o disposto na legislação em vigor, todos os despachos e papeis que se referirem aos generos embarcados, afim de serem, por occasião do desembaraço do navio, encaminhadas com officio as respectivas 2^{as} vias ao ponto do destino.

48. Se a partida da embarcação fôr em dia feriado, ou quando, por interesse do commercio, os embarques se prolongarem até depois da hora do expediente, mediante licença prévia da Alfandega, conforme o regimen do ancouradoro, os respectivos chefes providenciarão para que o serviço se execute por intermedio da guarda-moria ou estação do expediente externo nas Mesas de Rendas, de modo que a remessa dos papeis indispensaveis á carga do navio e organisação dos seus róes ou manifestos, sejam expedidas pela propria embarcação, nos termos do artigo antecedente.

As primeiras vias desses documentos serão no dia seguinte ou após a partida da embarcação, recolhidas á primeira secção da alfandega, para os devidos effeitos.

49. Nos casos em que, á hora da partida da embarcação, préviamente annunciada conforme o art. 46, não estiverem satisfeitas as exigencias fiscaes, é licito ao capitão do navio enviar ao guarda-moria da Alfandega ou á barca de registro do ancoradouro respectivo sua declaração ou aviso, correndo neste caso, sob a responsabilidade dos empregados aduaneiros, as consequencias da demora havida no desembaraço das embarcações.

50. No caso de infracção do disposto no art. 46, os consignatarios e agentes ou capitães dos navios ficam sujeitos á multa de 100\$ a 500\$ á juizo do inspector da Alfandega ou administrador da mesa de rendas, podendo esta autoridade demorar por mais duas horas a sahida da embarcação para concluir-se o serviço de que tratam os artigos antecentes, de modo que todo o carregamento seja acompan-

hado dos respectivos documentos.

and the quality of the goods or products. This list shall be produced on arrival of the vessel, to the Chief of the Customs or to the person acting for him.

Sole paragraph. Vessels which belong to companies or undertakings employed in coastal service by virtue of contracts entered into with the Government of the Union shall be treated in harmony with what is determined in the same contracts and according to the customs house regulations.

43. The passports or second copies of the respective despatches issued by the customs houses from whence coasting vessels come, shall serve as manifests for the same vessels when they carry foreign goods already cleared for consumption.

Sole paragraph. This provision applies to Brazilian vessels of long voyages which receive in national ports where they call similar products of foreign origin.

44. The want of the passport or of the second copy of the despatch to which the preceding Article refers, shall entail the collection of the duties of consumption as if the merchandise had been imported directly from abroad, the master of the vessel incurring in addition, a fine of from 10 \$ to 100 \$ for each package.

Sole paragraph. Such duties may be restored if within a period, which cannot be extended, fixed by the inspector of the customs house, according to the means of communication between the respective customs houses, a document is presented proving that the merchandise was cleared for consumption in the port of departure.

45. Customs houses and offices for receiving dues shall send by the same vessel as carries goods of foreign origin already nationalised, re-exported or coming under the sole paragraph of Art. 43, the respective passports, documents or despatches necessary for their immediate clearance at the part of destination, by this method preventing trade or the vessel from being prejudiced in any way through the want of such documents.

46. For the proper execution of that which is set out in the preceding Article, the consignees, agents, or masters of the vessels must previously communicate to the customs houses the day and hour fixed for the sailing of the vessels, and post notices in the offices and customs house stations of loading and publish them in the daily press, so that the expedition of the merchandise may take place and the customs house service be effected with the necessary regularity.

47. The inspector of the Customs House or the manager of the Office for Receiving Dues shall, immediately he is made acquainted with the hour of the sailing of the vessel, with the necessary notice, gather to the department, in conformity with the provisions of the existing laws, all the despatches and documents which have reference to the goods loaded, in order that the respective second copies may, when the vessel is cleared, be forwarded along with the official document to the place of destination.

48. Should the sailing of the vessel take place on a holiday, or when, in the interest of trade, the loading is prolonged beyond the office hours, with the previous consent of the Customs House, according to the rule of the roadstead, the respective chiefs shall arrange that the service be performed through the chief office or through the outside station of the Office for Receiving Dues, so that the forwarding of the documents indispensable to the cargo of the vessel and to the making up of her lists of manifests, be performed by the vessel herself, in the terms of the preceding Article.

The first copies of these documents shall on the following day or after the sailing of the vessel, be gathered to the first section of the customs house, for the due effects.

49. In cases in which, at the time of the sailing of the vessel, which has been previously announced in conformity with Art. 46, the fiscal requirements have not been satisfied, the master of the vessel may send to the chief office of the Customs House or to the respective roadstead registration boat his declaration or notice, in which case, the customs house clerks are responsible for the consequences of the delay which has occurred in clearing the vessel.

50. In case the provision of Art. 46 has been infringed, the consignees and agents or masters of the vessels are liable to a fine of from 100 \$ to 500 \$ at the discretion of the Customs House inspector or manager of the office for receiving dues, and this officer may delay the sailing of the vessel for a further two hours in order that the service of which the previous Articles treat may be concluded, so that the whole cargo may be accompanied by the proper documents.

51. Fica expressamente prohibida a pratica em uso nas alfandegas de remetterem-se as guias e despachos ou notas de generos ou mercadorias embarcados

em um navio por embarcações que seguirem depois.

52. A embarcação empregada no commercio de cabotagem que, por circumstancias de mar ou incidente occorrido em viagem, entrar em porto estrangeiro e receber ou não carregamento, deverá apresentar no porto do seu destino certificado expedido pela autoridade aduaneira ou consular, se fôr nacional ou estrangeiro o porto onde houver tocado, para os effeitos previstos na Consolidação das Leis das Alfandegas.

Disposições transitorias.

Art. 1. O presente regulamento entrará em execução no dia 5 de dezembro do corrente anno.

2. O Ministro de Estado dos negocios da fazenda expedirá, para a completa execução deste regulamento, as tabellas de emolumentos, formulas e instrucções que forem necessarias; e os dos negocios da marinha e relações exteriores as que forem relativas aos empregados subordinados a esses ministerios.

Sociedades Anonymas.1)

(Decreto N.° 434 — de 4 de julho de 1891.)

Capitulo I. Da natureza, qualificação e condições das sociedades anonymas.

Art. 1. As companhias ou sociedades anonymas, se distinguem das outras especies de sociedades pela divisão do capital em acções, pela responsabilidade limitada dos accionistas e necessidade do concurso, pelo menos, de sete socios. (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 1).

2. Podem ser objecto da sociedade anonyma: todo o genero de commercio ou de industria, as emprezas agricolas, e todas e quaesquer serviços de natureza commercial ou civil, uma vez que não sejam contrarios á lei, á moral e aos bons costumes (Cod. Com. art. 287; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 2).

3. As companhias ou sociedades anonymas, quer os seu objecto seja commercial, quer civil, são regidas pela Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, pelos Decretos n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno; n. 164 de 17 de janeiro; n. 850 de 13 de outubro; n. 997 de 11 de novembro de 1890; n. 1362 de 14 de fevereiro, e n. 1386 de 20 de fevereiro de 1891.

4. As sociedades anonymas se podem constituir sem autorização do Governo (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 1, Dec. n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno, art. 3; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 1).

5. As sociedades anonymas, para abrirem subscripção publica, formarão os seus prospectos, nos quaes se deverão declarar os nomes das pessoas que preliminarmente se associarem para constituil-as (Dec. n. 1362 de 14 fevereiro de 1891, art. 1).

6. Nos mesmos prospectos se mencionarão por suas datas: 1.º Os contractos em que se basearem, se os houver, e os que tiverem sido feitos com incorporadores, syndicatos ou outras quaesquer entidades civis; — 2.° As sommas que se devem desembolsar por compras, commissões, percentagens ou quaesquer outros encargos (Dec. n. 1362 de 14 de fevereiro de 1891, art. 2).

7. Os prospectos serão acompanhados do projecto de estatutos.

§ 1. Todos os documentos a que se referirem os ditos prospectos ficarão depositados no escriptorio do incorporador, para serem examinados por quem deseje

¹⁾ Este Regulamento é uma Consolidação systematica de todas as disposições vigentes sobre sociedades anonymas, tendo sido modificado em relação a emissão de debentures (obrigações ao portador) pela lei 177a de 15 de Setembro de 1893.

51. The practice in use in the customs houses of sending the passports and despatches or lists of the goods or merchandise embarked in a ship, by vessels which

follow later, is expressly forbidden.

52. A vessel employed in coasting trade which, on account of the state of the sea or of any occurrence which has taken place on the voyage, enters a foreign port, whether she receives cargo or not, must present in the port of her destination a certificate passed by a customs house or consular authority, according to whether the port where she has touched is national or foreign, for the effects provided for in the Consolidation of the Laws of the Customs Houses.

Transitory provisions.

Art. 1. The present Law shall come into force on the 5th of December of the

present year.

2. The Minister of Finance shall send out, for the proper execution of this Law, the tables of emoluments and the forms and instructions which may be necessary; and the Ministers of Marine and of Foreign Affairs those which relate to the employments subordinate to these offices.

Joint Stock Companies.1)

(Decree No. 434 the 4th of July 1891.)

Chapter I. The nature, character and essential conditions for the formation of joint stock companies.

Art. 1. Joint stock companies or "anonymous" associations are distinguished from other kinds of associations by the division of the capital into shares, by the limited liability of the shareholders, and by the necessity for the participation of at least seven members (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 1).

2. The following may be the objects of a joint stock company: every kind of trade or industry, agricultural undertakings, and any and every kind of service of a commercial or civil nature, so long as it is not contrary to the law, to morality or to public decorum (Com. Code, Art. 287; Decree No. 8821 of the 30th of December

1882, Art. 2).

3. Joint stock companies or "anonymous" associations, whether their object is commercial or civil, are governed by Law No. 3150 of the 4th of November 1882, by Decrees No. 8821 of the 30th of December of the same year; No. 164 of the 17th of January; No. 850 of the 13th of October; No. 997 of the 11th of November 1890; No. 1362 of the 14th of February, and No. 1386 of the 20th of February 1891.

4. Joint stock companies may be formed without the authorization of the Government (Law No. 3150 of the 4th of November 1882, Art. 1, Decree No. 8821 of the 30th of December of the same year, Art. 3; Decree No. 164 of the 17th of Jan-

uary 1890, Art. 1).

5. Joint stock companies, in order to open public subscriptions, shall draw up their prospectuses, in which they must declare the names of the persons who in the first place associate for the purpose of constituting them (Decree No. 1362)

of the 14th of February 1891, Art. 1).

6. In the same prospectuses shall be mentioned with and in order of their dates: 1. The contracts on which they are based, if there are any, and those which have been made with founders, syndicates or any other entities under the civil law; — 2. The amounts which have to be expended in purchases, commissions, percentages or any other charges (Decree No. 1362 of the 14th of February 1891, Art. 2).

7. The prospectuses shall be accompanied by the proposed articles of association. § 1. All the documents to which the said prospectuses refer shall be deposited in the office of the founder for examination by anyone who wishes to subscribe.

¹⁾ This Law is a systematic Consolidation of all the provisions in force concerning joint stock companies, having been modified with regard to the issue of debentures (bonds to bearer) by Law 177a of the 15th of September 1893.

§ 2. A subscripção só poderá effectuar-se oito dias depois de feito esse deposito

(Dec. n. 1362 de 14 de fevereiro de 1891, art. 3).

8. Os documentos serão assignados pelo incorporador e interessados, e servirão para instrucção do registro na Junta Commercial (Dec. n. 1362 de 14 de fe-

vereiro de 1891, art. 4).

9. Os documentos, de que tratam os artigos antecedentes, serão exihibidos na assembléa constituinte da sociedade e com a acta da sua constituição e certidão do deposito em dinheiro da decima parte do capital servirão para o registro, que se fará na Junta Commercial dentro de um mez (Dec. n. 1362, de 14 de fevereiro de 1891, art. 5).

10. Os fundadores ou incorporadores de sociedades anonymas, os cedentes de contractos, feitos com o poder publico, que auferirem vantagens, sob a fórma de renda, commissão ou percentagens, a deduzir do capital, pagarão 5% do valor da renda, commissão ou percentagem (art. 7 do Dec. n. 1362 de 14 de fevereiro

de 1891).

- 11. Este pagamento se fará no Thesouro Nacional, com guia dos incorporadores; o registro na Junta Commercial só se fará depois de realizado tal pagamento, que se effectuará dentro de 30 dias depois de constituida a sociedade (art. 8 do Dec. n. 1362 de 14 de fevereiro de 1891).
- 12. Os fundadores ou incorporadores respondem bona fide collectivamente pelas declarações dos prospectos, fazendo-se effectiva a responsabilidade civil ou ou criminal, como no caso caiba (art. 9 do Dec. n. 1362 de 14 de fevereiro de 1891).
- 13. Não é permittido á sociedade anonyma ter firma ou razão social, nem qualificar-se pelo nome de qualquer dos socios (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 2 § 1; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno, art. 5; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 2 § 1).

14. A sociedade anonyma será designada por uma denominação particular,

ou pela indicação do seu objecto.

- § 1. A designação ou denominação será declarada nos estatutos ou contracto social, e deverá differencial-a de outras sociedades.
- § 2. Si fôr identica, ou semelhante, de modo que possa induzir em erro, ou engano, assiste a qualquer interessado o direito de fazel-o modificar, e demandar as perdas ou damnos ,causados pela identidade ou semelhança (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 2; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno, art. 6; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 2).

15. Os socios são responsaveis sómente pela quota do capital das acções, que subscrevem, ou que lhes são cedidas (Lei n. 3150 de 1882, art. 2 § 2; Dec. n. 8821

do mesmo anno, art. 4; Dec. n. 164 de 1890, art. 2 § 2).

- 16. São da exclusiva competencia do juizo commercial as questões relativas á existencia das companhias, aos direitos e obrigações dos socios entre si e entre elles e a sociedade, á dissolução, liquidação e partilha (Lei n. 3150 de 1882, art. 2, § 3; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 23; Dec. n. 164 de 1890, art. 2 § 3).
- $17.~{
 m O}$ capital das sociedades anonymas póde consistir em dinheiro, bens, coisas ou direitos.

As entradas ou prestações em bens, coisas ou direitos, só serão admittidas pelo valor em que fôrem estimadas por louvados.

§ 1. A avaliação, para produzir effeito, depende da approvação da assem-

bléa geral.

- § 2. Se ao valor declarado nos estatutos ou contracto social, fôr inferior o valor dado pelos louvados, o socio responsavel pela prestação será obrigado a entrar com a differença em dinheiro (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 7).
 - 18. O capital social deve ser divido em acções.

§ 1. As acções se podem dividir em fracções de valor igual.

§ 2. As fracções, reunidas em numero que dê valor equivalente ao da acção, serão consideradas como formando uma acção e conferirão os direitos que teem por base a acção como unidade.

§ 2. The subscription may only be effected eight days after such deposit has

been made (Decree No. 1362 of the 14th of February 1891, Art. 3).

8. The documents shall be signed by the founder and by those interested, and shall serve as the basis of registration in the Commercial Council (Decree No. 1362 of the 14th of February 1891, Art. 4).

9. The documents of which the preceding Articles treat shall be produced at the meeting at which the company is constituted and with the record of its constitution and a certificate of the deposit in money of a tenth part of the capital, shall serve for the registration, which shall be effected in the Commercial Council within one month (Decree No. 1362 of the 14th of February 1891).

10. Founders or incorporators of joint stock companies, and assignors of contracts made with a public body, who derive benefits in the form of periodical payments, commission or percentage, to be derived from the capital, shall pay 5% of the value of such periodical payments, commission or percentage (Art. 7 of

Decree No. 1362 of the 14th of February 1891).

11. This payment shall be made to the National Treasury, with a statement of particulars by the founders; registration in the Commercial Council shall only take place after such payment, which shall be effected within 30 days after the company has been constituted, has been made (Art. 8 of Decree No. 1362 of the 14th of February 1891).

12. The founders or incorporators are jointly bound to answer in good faith for the declarations of the prospectuses, the responsibility being made effective either civilly or criminally, as the case may be (Art. 9 of Decree No. 1362 of the

14th of February 1891).

13. A joint stock company cannot have a partnership style or firm name, nor be designated by the name of any of the shareholders (Law No. 3150 of the 4th of November 1882, Art. 2 § 1; Decree No. 8821 of the 30th of December of the same year, Art. 5; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 2 § 1).

14. A joint stock company shall be designated by a special name, or by the

indication of its object.

- § 1. The designation or name shall be declared in the articles of association or contract of association, and must be different from that of any other association.
- § 2. Should it be identical or similar, so that it may lead to error or confusion, any interested person has the right of causing it to be modified, and of claiming for loss or damage caused by such identity or similarity (Law No. 3150 of the 4th of November 1882, Art. 2; Decree No. 8821 of the 30th of December of the same year, Art. 6; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 2).

15. The shareholders are only liable to the extent of the portion of the capital represented by their shares, for which they have subscribed or which have been transferred to them (Law No. 3150 of 1882, Art. 2 § 3; Decree No. 8821 of the

same year, Art. 23; Decree No. 164 of 1890, Art. 2 § 3).

16. Questions relating to the existence of companies, to the rights and obligations of the shareholders between themselves and between them and the company, to the dissolution, winding up and distribution of assets, are within the exclusive competence of the commercial courts (Law No. 3150 of 1882, Art. 2, § 3; Decree No. 8821 of the same year, Art. 23; Decree No. 164 of 1890, Art. 2 § 3).

17. The capital of joint stock companies may consist of money, properties,

things or rights.

Subscriptions or payments made in properties, things or rights, shall only be admitted according to the value as estimated by valuers.

§ 1. The valuation, to have effect, is dependent on the approval of a general

meeting of shareholders.

§ 2. If the value estimated by the valuers is less than the value declared in the articles of association or contract of association, the shareholder responsible for the payment shall be bound to subscribe the difference in money (Decree Ño. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 7).

18. The capital of the company must be divided into shares.

§ 1. Shares may be divided into fractions of equal value. § 2. Fractions brought together so as to constitute an amount equal to a share will be considered as forming one share and shall confer the rights which a share has as a whole.

§ 3. O dono de cada fracção poderá exercer separadamente os direitos que não entram na definição do numero antecedente, como o da alienação e o de receber dividendos (Lei n. 3150 de 1882, art. 7; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 8; Dec. n. 164 de 1890, art. 7).

19. Não são permittidas acções que não representem effectivamente capital em dinheiro, bens, ou direitos declarados nos estatutos ou contracto social (Dec.

n. 8821 de 1882, art. 9).

20. E' licito, depois de constituida a sociedade, estabelecer-se em favor dos fundadores ou de terceiros, que hajam concorrido com serviços para a formação da companhia, qualquer vantagem consistente em uma parte dos lucros liquidos.

Esta vantagem só póde ser concedida por deliberação da assemblea geral (Lei n. 3150 de 1882, art. 3, § 3; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 9 paragrapho unico;

Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 3 § 3).

21. As acções serão nominativas até o seu integral pagamento.

Resolvido o dito pagamento, poderão ser convertidas em acções transferiveis

por endosso, ou em acções ao portador.

A conversão só poderá ser feita por deliberação da assembléa geral (Dec. n. 8821 de 1882, art. 10; Lei n. 3150 do mesmo anno, art. 7 § 1; Dec. n. 164 de 1890, § 1

22. Haverá na séde das companhias um livro de registro com termo de abertura e encerramento, numerado, rubricado e sellado nos termos do art. 13 do Codigo Commercial, para o fim que nelle se lançarem: 1.° O nome de cada accionista, com indicação do numero de suas acções; — 2.° A declaração das entradas de capital realizadas; — 3.º As inscripções das propriedades e as transferencias das acções com a respectiva data, assignadas pelo cedente e cessionario, ou por seus legitimos procuradores; — 4.º As conversões das acções em titulos ao portador e transferencias por endosso.

E' livre á qualquer accionista o exame do livro do registro (Lei n. 3150 de 1882, art. 7 § 3; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 18; Dec. n. 164 de 17 janeiro de 1890,

art. 7 § 3).

23. A propriedade das acções nominativas se estabelece pela inscripção no

A cessão se opera pelo termo de transferencia, lavrado no dito livro e assignado pelo cedente e cessionario, ou por seus legitimos procuradores, revestidos dos poderes

No caso de transmissão da acção á titulo de legado, de successão universal ou por virtude de arrematação ou adjudicação, o termo de transferencia para o nome do legatario, herdeiro, arrematante ou credor adjudicatario, não poderá ser lavrado senão á vista do alvará do juiz competente, de formal de partilha, ou de carta de arrematação ou de adjudicação.

Aos interessados, se exigirem, serão dadas certidões dos termos de inscripção

e transferencia (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 11).

24. A cessão das acções ao portador se consumma pela simples tradição dos titulos. O portador da acção se presume dono, emquanto o contrario não fôr pro-

vado (Dec. n. 8821 de 1882, art. 12).

25. As acções de companhias, que não teem garantia publica de juros, não podem ser validamente negociadas senão depois de constituida definitivamente a sociedade, e de realizados 40% do capital subscripto (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 13; Dec. n. 850 de 13 de outubro de 1890, art. 2; Dec. n. 1362 de 14 de fevereiro de 1861, art. 10).

26. São irritos e nullos os contractos que violarem esta disposição (art. 3 do

Dec. n. 850 de 13 de outubro de 1890).

27. As acções de companhias que teem como objecto a realização de melhoramentos materiaes concedidos pelo Governo Federal, sob garantia publica de juros, podem ser negociadas, desde que tenham realizado um quinto do seu valor (Dec. n. 997 de 11 de novembro de 1890, art. 1, combinado com o Dec. n. 164 de 17 de janeiro do mesmo anno, art. 7 § 2).

28. As acções das companhias, que se destinarem a explorar concessões garantidas pelos governos dos Estados, poderão ser negociadas depois de realizado um quinto do seu valor, si taes companhias se constituirem nas respectivas praças; se, porém, constituirem-se na Capital Federal, as acções sómente poderão ser nego§ 3. The owner of each fraction can exercise separately the rights which do not fall within the provision of the preceding paragraph, such as that of alienation and that of receiving dividends (Law No. 3150 of 1882, Art. 7; Decree No. 8821 of the same year, Art. 8; Decree No. 164 of 1890, Art. 7).

19. Shares which do not effectively represent capital in money, properties or rights declared in the articles of association or contract of association are not

permitted (Decree No. 8821 of 1882, Art. 9).

20. After the company has been constituted, it is lawful to establish in favour of the founders or of third persons who have contributed with their services to the formation of the company, any benefit consisting of a part of the net profits.

formation of the company, any benefit consisting of a part of the net profits.

This benefit can only be granted by resolution of the shareholders in general meeting (Law No. 3150 of 1882, Art. 3 § 3; Decree No. 8821 of the same year, Art. 9 sole paragraph; Decree No. 164 of the 17th of January of 1890, Art. 3 § 3).

21. Shares shall be nominative until they are fully paid up.

When such payment has been made, they can be converted into shares trans-

ferable by endorsement or into shares to bearer.

This conversion can only be made by resolution of the shareholders in general meeting (Decree No. 8821 of 1882, Art. 10; Law No. 3150 of the same year, Art. 7

§ 1; Decree No. 164 of 1890, § 1 of Art. 7).

22. A book of registration shall be kept at the head office giving particulars of its commencement and ending, paged, rubricated and stamped according to Art. 13 of the Commercial Code, with the object that in it the following entries shall be made: 1. The name of each shareholder, stating the number of his shares; — 2. A statement of the payments which have been made towards the capital; — 3. The titles of ownership and the transfers of shares with the respective dates, signed by the transferor and transferee or by their lawful representatives; — 4. The conversions of shares into warrants to bearer and transfers by endorsement.

Any shareholder is at liberty to examine the book of registration (Law No. 3150 of 1882, Art. 7 § 3; Decree No. 8821 of the same year, Art. 18; Decree No. 164 of

the 17th of January 1890, Art. 7 § 3).

23. The ownership of nominative shares is established by the entry in the

book of registration.

The transfer operates by an entry of transference in the said book signed by the transferor and transferee, or by their lawful representatives invested with the

necessary powers.

In case of the transmission of a share by way of legacy, by general succession or in virtue of a sale by auction or judicial award, the entry of the transfer to the name of the legatee, heir, highest bidder or judgment creditor, can only be made in pursuance of the order of the proper judge, in the form of an order for division or certificate of sale by auction or judicial award.

Certificates of the entries of registration and transfer will be given to such interested persons as apply for them (Decree No. 8821 of the 30th of December

1882, Art. 11).

24. The transfer of shares to bearer takes place by the simple handing over of the share warrants. The holder of the share warrant is presumed to be the owner, so long as the contrary is not proved (Decree No. 8821 of 1882, Art. 12).

25. Shares of companies which have no Government guarantee of interest, cannot validly be negotiated until the company has been definitely constituted, and 40% of the subscribed capital paid up (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 13; Decree No. 850 of the 13th of October 1890, Art. 2; Decree No. 1362 of the 14th of February 1861, Art. 10).

26. Contracts which violate this provision are null and void (Art. 3 of Decree

No. 850 of the 13th of October 1890).

27. Shares in companies which have as their object the realization of material improvements in pursuance of a concession from the Federal Government under a Government guarantee of interest, may be negotiated when a fifth part of their amount has been paid up (Decree No. 997 of the 11th of November 1890, Art. 1, combined with Decree No. 164 of the 17th of January of the same year, Art. 7 § 2).

28. Shares in companies the object of which is to work concessions guaranteed by the Governments of the States, may be negotiated after a fifth part of their amount has been paid up, if such companies are constituted in the places in question; if, however, they are constituted in the Federal Capital, the shares can only be

ciadas depois de realizados 40% do capital subscripto (Dec. n. 997 de 11 de novembro de 1890, art. 2, combinado com o art. 7 § 2 do Dec. n. 164 de 17 de janeiro do mesmo anno).

29. E' prohibida a transferencia dos certificados, promessas ou cautelas de

pagamentos parciaes do capital das acções.

Não se comprehende nesta prohibição a transmissão por legado, successão universal, doação, arrematação, adjudicação, ou venda em leilão publico por ordem

do juiz (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 13 §§ 1 e 2).

30. Ainda quando negociadas as acções subsiste a responsabilidade do cedente para com a sociedade, pelas quantias que faltarem para completar as entradas das acções cedidas.

Tal responsabilidade prevalecerá tão sómente no caso da sociedade se tornar insolvavel por culpa ou damno occorrido ao tempo em que o cedente era accionista.

E' assegurado ao cedente o direito de indemnização contra o cessionario, com quem transigir, e os cessionarios ulteriores, os quaes todos são solidariamente obrigados (Dec. n. 8821 de 1882, art. 14; Lei n. 3150 do mesmo anno, art. 7 § 2; Dec.

n. 164 de 1890, art. 7 § 2 n. 1).

31. Cessa a responsabilidade do cedente, desde que a assembléa geral da sociedade approvar as contas annuaes, ou no prazo de cinco annos, a contar da data da publicação da cessão, se a assembléa geral não se reunir, ou não approvar as contas annuaes (Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 7 § 2 n. 2, combinado com o 2.° alinea do § 2 do art. 7 da Lei n. 3150 de 1882; e § 2 do art. 14 do Dec. n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno).

32. Toda a acção é indivisivel em referencia á sociedade.

Quando um desses titulos pertencer a diversas pessoas, a sociedade suspenderá o exercicio dos direitos que a taes titulos são inherentes, emquanto um só individuo

não fôr designado para junto della figurar como proprietario. A sociedade poderá igualmente suspender o exercicio dos direitos da acção, emquanto não forem satisfeitas as obrigações inherentes á mesma acção (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 8; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno;

Decr. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 8).

- 33. Quando o accionista não effectuar as entradas no prazo estipulado, cabe á sociedade, salva a sua acção de pagamento contra os subscriptores e cessionarios, o direito de fazer vender em leilão as acções, por conta e risco do seu dono, á cotação do dia, depois de notificado o accionista mediante uma intimação judicãal publicada por dez vezes, durante um mez, em duas folhas, das de maior circulaçi, o na séde da companhia (Dec. n. 850 de 13 de outubro de 1890, art. 4, parte 1a),
- 34. Quando a venda não se effectuar por falta de compradores, a sociedade poderá declarar perdida a acção e apropriar-se das entradas feitas, ou exercer contra os subscriptores e os cessionarios os direitos derivados de suas responsabilidades. (Dec. n. 850 de 13 de outubro de 1890, art. 4).
- 35. As acções e as fracções de acções serão assignadas, pelo menos, por dois administradores, e deverão conter: 1.° O numero de ordem; 2.° O valor que cada uma representa; 3.° A designação ou denominação da sociedade; 4.° O direito que conferem aos dividendos e capital; — 5.º A data da constituição da sociedade e da publicação dos actos constitutivos (Dec. n. 8821 de 1882, art. 16).

36. As acções transferiveis por endosso e ao portador, além das declarações

mencionadas no artigo antecedente, conterão:

1.º A somma total do capital subscripto, com especificação da parte em dinheiro e da parte em bens, cousas e direitos; — 2.° O numero das acções em que es divide o capital; — 3.° A duração da sociedade; — 4.° O dia e o lugar da reunião annual da assembléa geral (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 17).

37. As acções podem ser objecto de penhor.

O penhor das nominativas se constitue por simples averbação nos termos da inscripção e de transferencia; o das transferiveis por endosso, e o das acções ao portador, pela entrega do titulo ao credor e por papel assignado pelo devedor, ao qual o credor dará a respectiva cautela (Codigo Commercial arts. 271 e 272; Dec. 8821 de 1882, art. 19; Dec. n. 164 de 1890, art. 7 § 4).

negotiated after 40% of the subscribed capital has been paid up (Decree No. 997 of the 11th of November 1890, Art. 2, combined with Art. 7 § 2 of Decree No. 164 of the 17th of January of the same year).

29. The transfer of certificates or other written acknowledgments of part

payment of the capital of shares is prohibited.

In this prohibition the transmission by way of bequest, general succession, gift, sale by auction, judicial award, or judicial sale by auction is not included (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 13 §§ 1 and 2).

30. Even when shares are negotiated the responsibility of the transferor continues towards the company, as regards amounts which are wanting to complete

the full payment of the shares transferred.

This responsibility shall prevail only in case the company becomes insolvent owing to some fault (culpa) or loss which occurred at the time when the transferor was a shareholder.

The transferor has a right of indemnity against the transferee with whom he has negotiated, and against future transferees, who are all jointly and severally liable (Decree No. 8821 of 1882, Art. 14; Law No. 3150 of the same year, Art. 7 § 2;

Decree No. 164 of 1890, Art. 7 § 2 No. 1).

31. The liability of the transferor ceases as soon as the general meeting of the company approves the annual accounts, or after five years reckoned from the date of publication of the transfer, should the general meeting not take place, or not approve the annual accounts (Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 7 § 2 No. 2, combined with the 2nd clause of § 2 of Art. 7 of Law No. 3150 of 1882; and § 2 of Art. 14 of Decree No. 8821 of the 30th of December of the same year).

32. Every share is indivisible with reference to the company.

When one of these complete shares belongs to various persons, the company shall suspend the exercise of the rights which belong to such share, as long as one individual has not been chosen to act in reference to the company as the owner.

The company may also suspend the exercise of the rights belonging to a share, as long as the obligations appertaining to the same share have not been satisfied (Law No. 3150 of the 4th of November 1882, Art. 8; Decree No. 8821 of the 30th of December of the same year; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 8).

33. When a shareholder does not make the payments in the stipulated time, the company is entitled, reserving its right of action for payment against the subscribers and transferees, to cause the shares to be sold by public auction for the account and at the risk of the owner at the quotation of the day, after having notified the shareholder by means of a judicial notice published ten times within a month in two newspapers of the greater circulation in the place where the chief office of the company is situated (Decree No. 850 of the 13th of October 1890, Art. 4, part 1a).

When the sale is not effected owing to want of buyers, the company may declare the share forfeited, and appropriate the payments made, or exercise against the subscribers or the transferees the rights arising from their obligations (Decree No. 850 of the 13th of October 1890, Art. 4).

35. The shares and fractions of shares shall be signed by at least two directors and must contain: 1. The consecutive number; — Ž. The value which each one represents; — 3. The designation or name of the company; — 4. The right which they confer to the dividends and capital; - 5. The date of the constitution of the company and of the publication of the instruments constituting it (Decree No. 8821 of 1882, Art. 16).

36. Shares transferable by endorsement or to bearer, besides the statements set out in the preceding Article, shall contain: 1. The total amount of the capital subscribed, specifying the part in money and the part in properties, things and rights; — 2. The number of the shares into which the capital is divided; — 3. The duration of the company; - 4. The day and the place for holding the annual general meeting of shareholders (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 17).

37. Shares may be pledged.

The pledging of nominative shares is effected by a simple entry in the register of the transfer by way of pledge; that of shares transferable by endorsement, and that of shares to bearer, by the delivery of the share warrant to the creditor and by a document signed by the debtor, for which the creditor shall give the proper acknowledgment (Commercial Code Arts. 271 and 272; Decree 8821 of 1882, Art. 19; Decree No. 164 of 1890, Art. 7 § 4).

- 38. A constituição do penhor não inhibe o accionista de exercer os direitos da acção como o de receber dividendos, tomar parte e votar nas deliberações da assembléa geral (Lei n. 3150 de 1882, art. 7 § 4 in fine; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno art. 19 § 1; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 7 § 4, 2.° alinea).
- 39. E' prohibido ás sociedades anonymas aceitarem em penhor as proprias acções (Lei n. 3150 de 1882, art. 27 n. 4; Dec. n. 8821 do mesmo anno, § 2 do art. 19; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 27 n. 4).

40. E prohibido ás sociedades anonymas comprar e vender as proprias acções.

Nesta prohibição não se comprehende a amortisação das acções uma vez que

seja realisada com fundos disponiveis e sem offensa do capital.

A amortização não pode ser feita senão por deliberação da assembléa geral, estando presente um numero de socios, que represente, pelo menos, dois terços do capital (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 31; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno, art. 20; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 31).

41. E' permittido ás sociedades anonymas contrahir emprestimos em dinheiro, dentro ou fóra do paiz, emittindo para esse fim obrigações (debentures) ao portador.

Paragrapho unico. O titulo de obrigação, além das clausulas proprias dos instrumentos desta natureza, deverá conter: 1.º A série das obrigações; — 2.º O numero de ordem; — 3.º A somma total do emprestimo, á cuja serie pertencer (Lei n. 3150 de 1882, art. 32; Dec. n. 8821 do mesmo anno art. 21; Dec. n. 164 de 1890, art. 32).

42. A importancia de taes emprestimos não póde exceder o valor do fundo social na sua totalidade (Lei n. 3150 de 1882, art. 32 § 1; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 21 § 2; Dec. n. 164 de 1890, art. 32 § 1).

43. Essas obrigações terão por fiança todo o activo e bens da sociedade, pre-

ferindo a quaesquer outros titulos de divida.

No caso de liquidação da sociedade, os portadores dessas obrigações haverão a sua importancia antes de quaesquer outros credores; e só depois de recolhidas todas ellas, ou depositado o valor das que faltarem, serão pagos os demais credores na ordem das outras preferencias (Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, § 2 e 3 do art. 32).

- 44. Aos portadores dessas obrigações é licito: 1.° Assistir ás reuniões da assembléa geral e discutir, sem voto, qualquer assumpto, que interesse á divida representada por esses titulos (Dec. n. 164 de 1890, art. 32 § 4; Dec. n. 8821 de 1882, art. 21 § 4; Lei n. 3150 do mesmo anno, § 3 do art. 32). 2.° Nomear um fiscal para collaborar com os que houveram sido nomeados pela assembléa geral dos accionistas (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 32 § 2; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 21 § 3).
- 45. Os emprestimos por obrigações não pódem ser contrahidos senão por virtude de autorização expressa nos estatutos, ou de deliberação da assembléa geral (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 21 § 5).

Capitulo II. Das sociedades que carecem de autorização do governo para se organizarem.

46. Dependem da autorização do Governo para que se possam organizar: 1.° Os bancos de circulação (Lei n. 3403 de 24 de novembro de 1888, art. 1; Dec. n. 10,144 de 5 de janeiro de 1889, art. 1; Dec. n. 10,262 de 6 de julho do mesmo anno, art. 1; Dec. n. 16, de 17 de janeiro de 1890, art. 1 § 1 n. 1; Dec. n. 165 de 17 de janeiro do mesmo anno, art. 1); — 2.° Os bancos de credito real (Dec. n. 3471 de 3 de junho de 1865, art. 1; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 130 n. 4; Dec. n. 169 A de 19 de janeiro de 1890, art. 13 § 1; Dec. n. 370 de 2 de maio do mesmo anno, art. 278; Dec. n. 164 de 17 de janeiro do mesmo anno, art. 1 § 1, n. 2); — 3.° Os montepios, os montes de soccorro ou de piedade, as caixas economicas e as sociedades de seguros mutuos (Lei n. 3150 de 1882, art. 1 § 2; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno, art. 130, n. 2; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 1 § 1 n. 4); 4.° As sociedades anonymas, que tiverem por objecto o commercio ou fornecimento de generos ou substancias alimentares

38. The fact of pledging does not prevent the shareholder from exercising the rights pertaining to the share, such as that of receiving dividends and taking part in and voting at general meetings (Law No. 3150 of 1882, Art. 7 § 4 at the end; Decree No. 8821 of the 30th of December of the same year, Art. 19 § 1; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 7 § 4, 2nd paragraph).

39. Joint stock companies are prohibited from accepting their own shares in pledge (Law No. 3150 of 1882, Art. 27 No. 4; Decree No. 8821 of the same year, § 2 of Art. 19; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 27 No. 4).

40. Joint stock companies are prohibited from buying or selling their own shares.

In this prohibition the amortization of shares, when this can be done from available funds without encroaching on the capital, is not included.

Amortization cannot be effected except by resolution of a general meeting, there being present a number of shareholders who represent at least two thirds of the capital (Law No. 3150 of the 4th of November 1882 Art. 31; Decree No. 8821 of the 30th of December of the same year, Art. 20; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 31).

41. Joint stock companies are permitted to contract money loans, either in or outside the country, issuing for this purpose bonds (debentures) to bearer.

Sole paragraph. The document of title (debenture), in addition to the clauses necessary in instruments of this nature, must contain: 1. The series to which the bonds belong; — 2. The consecutive number; — 3. The total amount of the loan, and the series to which it belongs (Law No. 3150 of 1882, Art. 32; Decree No. 8821 of the same year, Art. 21; Decree No. 164 of 1890, Art. 32).

42. The amount of such loans may not exceed the total amount of the funds of the company (Law No. 3150 of 1882, Art. 32 § 1; Decree No. 8821 of the same year, Art. 21 § 2; Decree No. 164 of 1890, Art. 32 § 1).

43. These bonds shall be secured by all the assets and properties of the com-

pany, ranking before any other debts or liabilities.

In case of the winding up of the company, the bearers of these bonds shall rank before any other creditors; and only after they have all been collected or the amount of those which are wanting deposited, shall the other creditors be paid in the order of their preferences (Decree No. 164 of the 17th of January 1890, § 2 and 3 of Art. 32).

- 44. It is lawful for the holders of these bonds: 1. To attend the general meetings of shareholders and to discuss, without voting, any subject which is pertinent to the debt represented by the bonds (Decree No. 164 of 1890, Art. 32 § 4; Decree No. 8821 of 1882, Art. 21 § 4; Law No. 3150 of the same year, § 3 of Art. 32); 2. To appoint a representative (inspector) to work with those who have been appointed by the shareholders in general meeting (Law No. 3150 of the 4th of November 1882, Art. 32 § 2; Decree No. 8821 of the same year, Art. 21 § 3).
- 45. Loans on bonds (debentures) cannot be contracted except by virtue of authorization expressed in the articles of association, or by resolution of a general meeting (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 21 § 5).

Chapter II. Companies which require Government authorization in order to be formed.

46. The following depend on Government authorization for their formation: 1. Banks of issue (Law No. 3403 of the 24th of November 1888, Art. 1; Decree No. 10, 144 of the 5th of January 1889, Art. 1; Decree No. 10, 262 of the 6th of July of the same year, Art. 1; Decree No. 16 of the 17th of January 1890, Art. 1 § 1 No. 1; Decree No. 165 of the 17th of January of the same year, Art. 1); — 2. Banks which advance money on landed property (Decree No. 3471 of the 3rd of June 1865, Art. 1; Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 130 No. 4; Decree No. 169 A of the 19th of January 1890, Art. 13 § 1; Decree No. 370 of the 2nd of May of the same year, Art. 278; Decree No. 164 of the 17th of January of the same year, Art. 1 § 1 No. 2); — 3. Savings banks, institutions for assisting necessitous persons and for advancing money to them on pledge, societies for the management of benevolent or subscribed funds and mutual insurance societies (Law No. 3150 of 1882, Art. 1 § 2; Decree No. 8821 of the 30th of December of the same year, Art. 130, No. 2;

(Lei n. 3150 de 1882, art. 1 § 2 n. 3; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 130 n. 3; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 1 n. 4).

47. Dependem igualmente de autorização do Governo para funccionar na Republica, as sociedades anonymas estrangeiras e as suas succursaes ou caixas

filiaes, observando-se a respeito de taes associações o seguinte:

§ 1. Os estatutos declararão o prazo maximo, nunca superior a dois annos, contados da data da autorização, dentro dos quaes a sociedade ou companhia terá de realizar dois terços, pelo menos, do seu capital no paiz.

§ 2. Essas companhias ou sociedades ficam sujeitas ás disposições que regem as sociedades anonymas, no tocante ás relações, direitos e obrigações entre a sociedade e seus credores, accionistas e quaesquer interessados, que tiverem domicilio

no Brasil, embora auzentes.

- § 3. Obtida a autorização, deverão essas sociedades, sob pena de nullidade, antes de entrar em funcção, archivar na Junta Commercial, e, onde não a houver, no registro das hypothecas da comarca, os estatutos da sociedade, a lista nominativa dos subscriptores com indicação do numero de acções e entradas de cada um e a certidão do deposito da decima parte do capital, e a fazer no Diario Official e nos jornaes do termo as publicações exigidas pelo presente decreto (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 1 § 3; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 130 § 1; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 1 § 2 ns. 1, 2 e 3).
- § 4. As sociedades estrangeiras existentes no paiz são obrigadas a cumprir o disposto no paragrapho antecedente, dentro em seis mezes a contar da data da publicação do Dec. n. 164 de 12 de janeiro de 1890, sob pena de perderem o direito de funccionar nesta Republica (Dec. n. 164, art. 33 paragrapho unico.)
- 48. Não carecem de approvação do Governo as sociedades anonymas, que tiverem por objecto a construcção de estradas de ferro, concedidas pelo poder competente (Dec. n. 5561 de 28 de fevereiro de 1874; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 130 § 2).

49. Os montepios, os montes de piedade ou de soccorro, as caixas economicas e as sociedades de seguros mutuos, bem como as corporações e associações religiosas, reger-se-hão, não só quanto á sua constituição como quanto ao seu regimen, pelo direito anterior a este decreto (Dec. n. 8821 de 1882, art. 131).

50. As sociedades anonymas que dependem de autorização do Governo (arts. 44 e 45) não poderão obtel-a, senão quando o contracto ou estatutos forem organizados de conformidade com as disposições deste decreto, ás quaes são e ficam sujeitas

(Dec. n. 8821 de 1882, art. 132).

51. Os requerimentos para concessão de autorização ou approvação dos estatutos das associações serão dirigidos ao Governo, ou ao Congresso, ou ao Governador do Estado, onde a creação deve ter logar, segundo a competencia para a concessão couber, de accordo com a legislação vigente, a qualquer destes ramos do poder publico (Dec. n. 2711 de 19 de dezembro de 1860, art. 8; Dec. n. 8821 de 1882,

art. 132, § 1).
52. Recebidos os requerimentos, serão submettidos aos exames precisos para se verificar: 1.º Se o objecto ou fim da companhia ou sociedade anonyma, é licito e de utilidade publica; - 2.° Se a creação pedida é opportuna, e de exito provavel; - 3.º Se o capital marcado nos estatutos é bastante para o objecto da empreza: se está con venientemente garantida a sua realização, e se as épocas estabele cidas para as suas entradas estão combinadas de maneira que a caixa social se ache sufficientemente provida para acudir ás suas obrigações; — 4.° Se os estatutos da associação ou as bases sobre que se fundar o pedido de autorização, estão de accordo com o presente decreto e mais disposições em vigor, e se são convenientes e razoaveis; - 5.° Se o regimen administrativo da companhia offerece as garantias moraes, indispensaveis para o credito da empreza, e segurança dos interesses dos accionistas e do publico; — 6.º Se as disposições relativas á prestação de contas, divisão dos lucros, for mação do fundo de reserva, e aos direitos e interesses dos accionistas, Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 1 § 1 No. 4); — 4. Joint stock companies the object of which is the trading in or furnishing of provisions or food for consumption (Law No. 3150 of 1882, Art. 1 § 2 No. 3; Decree No. 8821 of the same year, Art. 130 No. 3; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 1 No. 4).

47. Foreign joint stock companies and their branches and dependent establishments also require Government authorization for the exercise of their functions in the Republic, and in regard to such associations the following rules shall be observed:

§ 1. The articles of association shall state the maximum period, which must never exceed two years reckoned from the date of authorization, during which two-thirds, at least, of the capital of the company or association shall be subscribed in the country.

§ 2. These companies or associations are subject to the provisions which regulate joint stock companies, as regards the relations, rights and obligations between the company and its creditors, shareholders and any interested persons who have their

domicile in Brazil, but are absent.

§ 3. These companies, after having obtained authorization, must, under pain of nullity, and before entering on their functions, file in the Commercial Council, and, where there is none, in the registration office of mortgages of the district, the articles of association of the company, a list of the names of the subscribers, stating the number of shares held and the payments made by each, and a certificate of deposit of the tenth part of the capital, and publish in the Government Gazette and in the newspapers of the district the matters required to be published by the present Decree (Law No.3150 of the 4th of November 1882, Art. 1 § 3; Decree No. 8821 of the same year, Art. 130 § 1; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 1 § 2 Nos. 1, 2 and 3).

§ 4. Foreign associations already existing in the country are bound to fulfil the provisions of the preceding paragraph within six months reckoned from the publication of Decree No. 164 of the 12th of January 1890, on pain of forfeiting the right to exercise their functions in this Republic (Decree No. 164, Art. 33, sole para-

graph).

48. Joint stock companies the object of which is the construction of railways in pursuance of concessions granted by the proper Authority do not require Government approval (Decree No. 5561 of the 28th of February 1874; Decree No. 8821

of the 30th of December 1882, Art. 130 § 2).

49. Savings banks, institutions for assisting necessitous persons and for advancing money to them on pledge, societies for the management of benevolent or subscribed funds and mutual insurance societies, as well as religious corporations and associations, shall be regulated, not only as to their constitution but also as to their rules, by the law previous to this Decree (Decree No. 8821 of 1882, Art. 131).

50. Joint stock companies which depend on Government authorization (Arts. 44 and 45) cannot obtain it, unless the contract or articles of association have been drawn up in conformity with the provisions of this Decree, to which they are and

shall continue to be subject (Decree No. 8821 of 1882, Art. 132).

51. Requisitions for the granting of authorization or approval of the articles of association shall be addressed to the Government, to Parliament, or to the Governor of the State where the company is to be formed, according to the power which each of these Authorities has of granting such authorization or approval, in conformity with existing legislation (Decree No. 2711 of the 19th of December 1860,

Art. 8; Decree No. 8821 of 1882, Art. 132, § 1).

52. After the requisitions have been received, they shall be submitted to the necessary examination in order to verify: 1. If the object or aim of the joint stock company is lawful and of public utility; — 2. If the creation asked for is opportune, and likely to be successful; — 3. If the capital stated in the articles of association is sufficient for the object of the undertaking: if its realization is properly guaranteed, and if the times established for the payments are arranged so that the funds will be sufficient to meet the obligations of the company; — 4. If the articles of association or the bases on which the requisition for authorization is founded, are in accordance with the present Decree and with other existing provisions, and if they are proper and reasonable; — 5. If the administrative organization of the company offers the moral guarantees indispensable for the good name of the undertaking, and for the security of the interests of the shareholders and of the public; — 6. If the provisions regarding the payments by instalments, division of profits, for-

e em geral ás suas operações são sufficientes para inspirar confiança aos interessados e ao publico.

53. A autorização póde ser concedida em separado á pessoa ou pessoas, que pretenderem a creação, organização ou incorporação de taes companhias sob bases definidas, ou conjunctamente com a approvação dos estatutos da associação.

54. A autorização concedida á vista das bases da associação não dispensa

a approvação do contracto ou estatutos da sociedade.

55. Na primeira hypothese do art. 53 ao registro da carta de autorização precederá a incorporação, ou organisação da companhia (Dec. n. 2711 de 1860,

56. O que impetrar carta de autorização deverá em seu requerimento expôr: 1.° O fim e objecto da companhia; — 2.° O lugar em que deve funccionar; — 3.° As probabilidades de seu bom exito; — 4.° O tempo dentro do qual deve ser organizada (Dec. n. 2711 de 1860, art. 3 § 1).

57. O requerimento deve ser datado e assignado, e as assignaturas reconhecidas, e nelle se mencionará o logar da residencia dos impetrantes (Dec. n. 2711 de 1860,

- art. 3, § 2). 58. Na segunda hypothese do art. 53, e na de simples approvação dos estatutos, previstas no art. 54, deverá ser o requerimento instruido com as seguintes peças: 1.º Exemplar dos estatutos assignados pelos incorporadores da associação; — 2.º Relação dos subscriptores, com declaração dos nomes, profissões, domicilio e numero de acções subscriptas (Dec. n. 2711 de 1860, art. 4).
- 59. Concedida a autorização solicitada ou a approvação dos estatutos e adoptados pelas partes interessadas as alterações ou additamentos exigidos á vista do competente decreto de approvação, se passarão as cartas de autorização ou de approvação, ou conjunctamente da autorização e approvação dos estatutos (Dec. n. 2711 de 1860, art. 11).

60. Concedida a autorização e praticados os actos, a que allude o art. 11 do citado Dec. n. 2711, a sociedade anonyma se constituirá pela fórma estabelecida

no presente decreto (Dec. n. 8821 de 1882, art. 132 § 2).

- 61. Praticados os ditos actos (art. 11 do Dec. n. 2711) cessará toda e qualquer intervenção do Governo em relação á sociedade (Dec. n. 8821 de 1882, art. 132 § 3).
- 62. Uma cópia authentica da carta de autorização será archivada e publicada conjunctamente com os estatutos da sociedade, nos termos do § 3 do art. 45 deste decreto (Dec. n. 8821 de 1882, art. 132 § 4).
- 63. Na prorogação do prazo da sociedade, bem como em quaesquer alterações dos estatutos, se observarão as disposições deste decreto, que regem a constituição das sociedades, que dependem de autorização do Governo (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 132 §§ 4 e 5).

64. Na concessão de autorização ás sociedades estrangeiras e ás suas succursaes, ou caixas filiaes se observarão igualmente as disposições do Decreto n. 2711

(Dec. n. 8821 de 1882, art. 134).

Capitulo III. Da constiutição das sociedades anonymas.

- 65. As sociedades anonymas não se podem definitivamente constituir senão depois de subscripto o capital social todo, e effectivamente depositado em um banco de emissão, ou em outro sujeito á fiscalisação do Governo, ou que para esse fim se sujeitar a ella, á escolha da maioria dos subscriptores, a decima parte em dinheiro, do capital subscripto (Lei n. 3150 de 1882, art. 3; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 24; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 8; Dec. n. 850 de 13 de outubro do mesmo anno, art. 5; Dec. n. 1369 de 14 fevereiro de 1891, art. 10).
- 66. Nos lugares onde não houver estabelecimento bancario nestas condições, o deposito poderá effectuar-se nas collectorias ou thesourarias de fazenda (Dec. n. 850 de 13 de outubro de 1890, art. 5, parte 2.ª e ultima).
- 67. As sociedades anonymas que tiverem emprezas consagradas á realização de melhoramentos materiaes concedidos pelo Governo Federal, sob garantia publica de juros; e as que se destinarem a explorar concessões, garantidas pelos Governos

mation of a reserve fund, rights and interests of shareholders, and in general the transactions of the company, are sufficient to inspire confidence in those interested and in the public.

53. Authorization may be granted separately to a person or persons who seek the creation, formation or incorporation of such companies on defined bases, or to-

gether with the approval of the articles of association.

54. Authorization granted on an examination of the bases of a company does

not dispense with the approval of the contract or articles of association.

55. In the first hypothesis of Art. 53, the incorporation or formation of a company shall precede the registration of the document of authorization (Decree No. 2711 of 1860, Art. 8).

56. Whoever seeks a document of authorization must in his requisition state: 1. The aim and object of the company; — 2. The place where it has to exercise its functions; — 3. The probabilities of its success; — 4. The period within which it has to be formed (Decree No. 2711 of 1860, Art. 3 § 1).

57. The requisition must be dated and signed, and the signatures authenticated, and the places of residence of the applicants shall be stated therein (Decree

No. 2711 of 1860, Art. 3, § 2).

58. In the second hypothesis of Art. 53, and in that of simple approval of the articles of association referred to in Art. 54, the requisition must be accompanied by the following documents: 1. A copy of the articles of association signed by the founders of the company; — 2. A list of the subscribers, with their names, professions, residences and the number of shares subscribed (Decree No. 2711 of 1860, Art. 4).

59. After the authorization sought or the approval of the articles of association has been granted, and after the alterations or additions required by the proper decree of approval have been adopted by the persons interested, documents of authorization or approval or jointly of authorization and approval of the articles of asso-

ciation shall be passed (Decree 2711 of 1860, Art. 11).

60. After authorization has been granted, and after the acts to which Art. 11 of the said Decree No. 2711 refers have been performed, the joint stock company shall be constituted in the manner established in the present Decree (Decree No. 8821

of 1882, Art. 132 § 2).
61. After the said acts have been performed (Art. 11 of Decree No. 2711) all and every intervention on the part of the Government with regard to the company

shall cease (Decree No. 8821 of 1882, Art. 132 § 3).

62. A certified copy of the document of authorization shall be filed and published together with the articles of association of the company, in the terms of § 3 of Art. 45 of this Decree (Decree No. 8821 of 1882, Art. 132 § 4).

63. Should the duration of the company be prolonged, or any of the articles of association be altered, the provisions of this Decree which regulate the constitution of companies depending on Government authorization, shall be observed (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 132 §§ 4 and 5).

64. In the granting of authorization to foreign companies and to their branches or dependent establishments the provisions of Decree No. 2711 shall likewise be

observed (Decree No. 8821 of 1882, Art. 134).

Chapter III. The constitution of joint stock companies.

65. Joint stock companies cannot be definitely constituted until all the association capital has been subscribed, and a tenth part of the subscribed capital effectively deposited in money in a bank of issue, or in one which is subject to Government inspection, or which for the purpose becomes subject to it, at the choice of the majority of the subscribers (Law No. 3150 of 1882, Art. 3; Decree No. 8821 of the same year, Art. 24; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 8; Decree No. 850 of the 13th of October of the same year, Art. 5; Decree No. 1369 of the 14th of February 1891, Art. 10).

66. In places where banking establishments of this nature do not exist, the deposit may be made in the Government revenue offices or treasuries (Decree No. 550

of the 13th of October 1890, Art. 5, the second and last parts).

67. Joint stock companies which have undertakings destined for the realization of material improvements in pursuance of concessions by the Federal Government, with interest guaranteed by the Government; and those which are destined to work dos Estados, effectuarão o seu deposito, á escolha de seus incorporadores ou em bancos fiscalisados pelo Governo, ou no Thesouro e nas thesourarias e collectorias, fixando o seu capital de accordo com os orçamentos acceitos pelo Governo (Dec. n. 997 de 11 de novembro de 1890, art. 3).

- 68. O deposito feito nos bancos fiscalisados pelo Governo prova-se por documentos do respectivo fiscal, certificando a realidade da entrada do dinheiro no cofre do estabelecimento e sua escripturação nos livros da casa á credito da companhia projectada; os depositos feitos no thesouro, thesourarias e collectorias, serão provados por certidão dos thesoureiros e collectores (Dec. n. 850 de 1 de outubro de 1890, art. 5 e Dec. n. 997 de 11 de novembro do mesmo anno, art. 3).
- 69. O deposito exigido no art. 65 do presente decreto, para constituição das sociedades anonymas, refere-se assim ao capital primitivo das companhias, como ás addições que ultimamente fôr elle recebendo; não se podendo haver como legalmente augmentado o capital nominal de taes associações, sem que préviamente se realise, em relação a cada accrescentamento, o deposito da sua decima parte em dinheiro (Dec. n. 8821 de 1882, art. 40 § 3; Av. de 15 de outubro de 1890).

70. Para a formação das sociedades anonymas é essencial o concurso, pelo menos, de sete socios (Lei n. 3150 de 1882, art. 80; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno, art. 24, 2.ª parte; Dec. n. 174 de 17 de janeiro de 1890, art. 3, 2.ª parte).

71. As sociedades anonymas se constituem, ou por escriptura publica ou por deliberação da assembléa geral dos subscriptores (Lei n. 3150 de 1882, art. 8 § 1;

Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 25; Dec. n. 164 de 1890, art. 3 § 1).

72. A escriptura publica será assignada por todos os subscriptores, e deverá conter a declaração da vontade de formarem a companhia, as clausulas ou estatutos, por que ella se ha de reger, e a transcripção do conhecimento da decima parte, em dinheiro, do capital subscripto (Lei n. 3150 de 1882; Dec. n. 8821 do mesmo anno; Dec. n. 164 de 1890, loc. cit.; Dec. n. 1362 de 14 de fevereiro de 1891, art. 10).

§ 1. Os subscriptores podem comparecer e assignar a escriptura por procuradores revestidos de poderes sufficientes e expressos.

§ 2. A companhia póde se constituir por uma só escriptura, ou por escripturas

successivas.

§ 3. E' permittido nomear desde logo, na escriptura; os primeiros administra-

dores e fiscaes (Dec. n. 8821 de 1882, ns. 1, 2 e 3 do art. 26).

73.1) Se as prestações ou entradas de algum ou alguns socios consistirem em bens, cousas ou direitos, se declarará na escriptura, de que trata este artigo, que a constituição fica addiada, até que seja apresentada a avaliação legalmente approvada.

§ 1. Em seguida o fundador ou fundadores convocarão a assembléa geral dos subscriptores para nomear os tres louvados, que teem de avaliar os bens ou direitos

em que consistem as prestações.

§ 2. Feita a avaliação, se convocará a assembléa geral, que della tem de tomar conhecimento.

- I. Se a avaliação fôr approvada, os bens, direitos e cousas serão admittidos pelo valor estimado. E em additamento á primeira escriptura, se lavrará outra, na qual se transcreverá a acta que contem a approvação da avaliação;
- II. Por esta escriptura, que tambem será assignada por todos os subscriptores, se entenderá definitivamente constituida a sociedade anonyma.

§ 3. Se a avaliação não fôr approvada, deixará de ter effeito o projecto de

sociedade (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 26 § 1).

74. A assembléa geral para a constituição da sociedade só poderá ser convocada depois de assignados os estatutos por todos os subscriptores. Compete aos fundadores convocal-a (Dec. n. 8821 de 1882, art. 27).

75. No dia marcado os fundadores apresentarão á assembléa geral os estatutos assignados por todos os subscriptores, e o conhecimento do deposito, em dinheiro,

¹⁾ O art. 73 e seus §§ estatuem como se procede, quando as entradas ou prestações que formam parte do capital das sociedades anonymas são constituidas em bens, cousas e direitos.

concessions guaranteed by the Governments of the States, shall effect their deposits, at the choice of their founders, either in banks under Government inspection, or in the National Treasury and in the Government treasuries and revenue offices, fixing their capital in accordance with the estimates accepted by the Government

(Decree No. 997 of the 11th of November 1890, Art. 3).

68. A deposit lodged in a bank under Government inspection is proved by documents of the respective inspector, certifying that the money has been effectively paid into the establishment and an entry made in the books thereof to the credit of the projected company; deposits lodged in the National Treasury, in the Government treasuries and revenue offices, shall be proved by certificates of the treasurers and revenue officers (Decree No. 850 of the 1st of October 1890, Art. 5 and Decree

No. 997 of the 11th of November of the same year, Art. 3).

69. The deposit required by Art. 65 of the present Decree for the constitution of joint stock companies, relates as well to the original capital of the companies, as to the additions which it may subsequently be receiving; and there cannot legally be an increase in the original capital of such companies without the deposit of a tenth part in money being previously lodged with each increase (Decree No. 8821

of 1882, Art. 40 § 3; Order of the 15th of October 1890).

70. For the formation of a joint stock company, the association of at least seven members is essential (Law No. 3150 of 1882, Art. 80; Decree No. 8821 of the 30th of December of the same year, Art. 24, 2nd part; Decree No. 174 of the 17th of January 1890, Art. 3, 2nd part).

71. Joint stock companies are constituted either by notarial instrument or by resolution of a general meeting of subscribers (Law No. 3150 of 1882, Art. 8 § 1; Decree No. 8821 of the same year, Art. 25; Decree No. 164 of 1890, Art. 3 § 1).

72. The notarial instrument shall be signed by all the subscribers, and must contain a declaration that it is their wish to form the company, the regulations or articles of association by which it is to be governed, and a copy of the receipt for a tenth part in money of the capital subscribed (Law No. 3150 of 1882; Decree No. 8821 of the same year; Decree No. 164 of 1890, loc. cit; Decree No. 1362 of the 14th of February 1891, Art. 10).

§ 1. Subscribers may appear and sign the instrument through proxies invested

with sufficient and express powers.

§ 2. A company may be constituted by one sole instrument, or by a succession of instruments.

§ 3. The first directors and inspectors may be named in the instrument at the

commencement (Decree No. 8821 of 1882, Nos. 1, 2 and 3 of Art. 26).

73.1) If the subscriptions or contributions made by one or more shareholders consist of properties, things or rights, it shall be declared in the instrument of which this Article treats that the constitution shall be postponed until the valuation legally approved has been presented.

1. The founder or founders shall thereupon summon a general meeting of subscribers to appoint the three valuers who have to value the property or rights

of which the contributions consist.

§ 2. After the valuation has been made, a general meeting shall be summoned

I. Should the valuation be approved, the properties, rights and things shall be accepted at their estimated value. And in addition to the first instrument, another shall be drawn up, in which shall be entered the minute which contains the approval of the valuation.

II. By this instrument, which shall also be signed by all the subscribers, it shall be understood that the joint stock company is definitively constituted.

§ 3. Should the valuation not be approved, the company shall not be considered as constituted (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 26 § 1).

74. The general meeting for the constitution of the company can only be summoned after the articles of association have been signed by all the subscribers. It is the duty of the founders to summon it (Decree No. 8821 of 1882, Art. 27).

75. On the day fixed the founders shall present to the general meeting the articles of association signed by all the subscribers, and the receipt for the deposit,

¹⁾ Art. 73 and its §§ enact how to proceed when the contributions or subscriptions which form part of the capital of joint stock companies consist of properties, things or rights.

da decima parte, do capital subscripto: I. Os estatutos e o dito conhecimento serão lidos; — II. Qualquer socio poderá fazer as observações que lhe aprouver; — III. Se a maioria dos socios presentes não se oppuzer, os fundadores declararão a sociedade definitivamente constituida; — IV. Nesta reunião se póde nomear os primeiros administradores e fiscaes.

§ 1. Para que a maioria da assembléa geral possa deliberar sobre a constituição da sociedade, é necessario que esteja presente um numero de socios, que re-

presente, pelo menos, dois terços do capital social.

Os subscriptores podem comparecer e tomar parte na deliberação por procuradores revestidos de poderes sufficientes e expressos, comtanto que sejam accionistas os procuradores.

§ 2. A maioria da dita assembléa não tem poder para modificar, alterar, derogar as clausulas dos estatutos (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 28).

76. A acta da reunião em que fôr deliberada a constituição da companhia, deverá ser assignada por todos os socios presentes e será lavrada em duplicata, ficando um dos exemplares em poder da sociedade, e tendo o outro destino legal (Dec. n. 8821 de 1892, art. 29).

.77. Se as prestações ou entradas de algum ou alguns socios consistirem em bens, cousas ou direitos, antes da convocação da assembléa geral para a constituição da sociedade, se reunirá a assembléa para o fim de nomear os tres louvados que

teem de avaliar os ditos bens.

§ 1. Feita a avaliação, se convocará a assembléa geral para tomar conheci-

mento della e deliberar sobre a constituição definitiva da sociedade.

§ 2. Se a avaliação fôr approvada, os bens, cousas e direitos serão acceitos pelo valor dado, e a assembléa geral em seguida deliberará sobre a constituição da sociedade.

§ 3. Não sendo approvada a avaliação, o projecto da sociedade não terá effeito

(Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 30).

78. No caso de fraude, ou lesão enorme, os louvados serão responsaveis pelas

perdas e damnos resultantes (Dec. n. 8821 de 1882, art. 31).

- 79. As sociedades anonymas, devidamente constituidas, não poderão entrar em funcção, e praticar validamente acto algum, senão de archivadas na Junta Commercial, e onde não a houver, no registro de hypothecas da comarca: 1.° O contracto ou estatutos da sociedade; 2.° A lista nominativa dos subscriptores, com indicação do numero de acções e entradas de cada uma; 3.° A certidão do deposito da decima parte do capital subscripto; 4.° A acto da installação da assembléa geral a nomeação da administração (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 3 § 4; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno, art. 32; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 3 § 4).
- 80. Antes das companhias entrarem em exercicio, serão, sob a mesma comminação do artigo antecedente, publicados, nos jornaes do termo, ou do logar mais proximo, e reproduzidos, na Capital Federal, no *Diario Official*, e, nos Estados, na folha que der o expediente do Governo, os estatutos, ou a escriptura do contracto social, com declaração da data em que foram archivados, e dos nomes, profissões e moradas dos administradores.

No registro de hypothecas da comarca da séde da sociedade será archivado um exemplar da folha, em que se fizerem as ditas publicações e as de que trata o art. 79, facultando-se a quem quer que seja o direito de lel-as e obter certidões, pagando o respectivo custo (Lei n. 3150 de 1882, art. 3 § 5; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 33; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 3 § 5).

81. O official do registro dará certificado de haver recebido a folha, e, em protocollo para esse fim creado, fará a competente nota de entrada.

E' permittido a quem quer que seja ler a dita folha e obter certidão pagando o custo (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, §§ 1 e 2 do art. 33).

82. E' nulla de pleno direito a sociedade anonyma, que se constituir sem escriptura publica, com as formalidades e declarações legaes, ou por deliberação

in money, of a tenth part of the capital subscribed: I. The articles of association and the said receipt shall be read; — II. Any member can make any remarks he wishes; — III. If the majority of the members present do not oppose, the founders shall declare the company definitively constituted; — IV. At this meeting the first directors and inspectors may be appointed.

§ 1. In order that the majority of the general meeting may resolve upon the constitution of the company, there must be present a number of members who

represent at least two-thirds of the capital of the company.

Subscribers may appear and take part in the deliberations by proxies invested with sufficient and express powers, provided that such proxies are shareholders.

§ 2. The majority of the said meeting has no power to modify, alter or vary the articles of association (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 28).

76. The minutes of the meeting at which the constitution of the company has been resolved upon, must be signed by all the members present and shall be drawn up in duplicate, one copy remaining with the company and the other having the destination which the law requires (Decree No. 8821 of 1892, Art. 29).

77. If the subscriptions or contributions made by one or more subscribers consist of properties, things or rights, before the summoning of the general meeting for the constitution of the company, a general meeting shall be held in order to appoint the three valuers who have to value the said properties.

§ 1. After the valuation has been made, a general meeting shall be summoned to consider it and to deliberate upon the definitive constitution of the company.

§ 2. Should the valuation be approved, the properties, things and rights shall be accepted at the value estimated, and the general meeting shall thereupon deliberate upon the constitution of the company.

§ 3. Should the valuation not be approved, the company shall not be considered

as constituted (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 30).

78. In case of fraud or gross over-valuation (laesio enormis), the valuers shall a liable for the resulting loss and damage (Decree 8821 of 1882, Art 21)

be liable for the resulting loss and damage (Decree 8821 of 1882, Art. 31).

79. Joint stock companies duly constituted may not enter upon their functions, nor validly enter into any transaction, unless they have filed in the Commercial Council, and where there is none, in the office for registration of mortgages of the district: 1. The contract or articles of association of the company; — 2. The list of the names of the subscribers, stating the number of shares held and the payments made by each; — 3. The certificate of deposit of a tenth part of the capital subscribed; — 4. The minutes of the resolution for the constitution of the company by the general meeting and the appointment of the board of directors (Law No. 3150 of the 4th of November 1882, Art. 3 § 4; Decree No. 8821 of the 30th of December of the same year, Art. 32; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 3 § 4).

80. Before companies can enter upon their functions, always observing what is provided in the preceding Article, the articles of association or the instrument of the contract of association shall be published in the newspapers of the district, or in those of the nearest place, and reproduced in the Federal Capital in the Government Gazette, and in the States in the newspaper which publishes Government announcements, together with a declaration of the date when they were filed, and

of the names, professions and addresses of the directors.

In the office for registration of mortgages of the district where the head office of the company is situated, a copy of the newspaper in which the said publications have appeared and those of which Article 79 treats, shall be filed, and any person, whoever he may be, has the right of reading them and of obtaining certificates on paying the proper charge (Law No. 3150 of 1882, Art. 3 § 5; Decree No. 8821 of the same year, Art. 33; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 3 § 5).

81. The registration officer shall give a certificate that he has received the newspaper, and shall make a proper entry in the book specially intended for this

purpose.

Any person, whoever be may be, is permitted to read the said newspaper and to obtain a certificate on paying the charge (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, §§ 1 and 2 of Art. 33).

82. A joint stock company which is constituted without a notarial instrument with the legal formalities and declarations, or by a resolution of a general meeting

da assembléa geral, na qual não se haja cumprido o disposto no n. 2 de § 1 do art. 3

do Dec. n. 164 de 1890.

83. E' igualmente nulla de pleno direito a sociedade anonyma, na qual se admittirem, á conta de capital, bens, cousas ou direitos, sem serem por valor determinados por tres louvados, e approvado pela assembléa geral, nos termos do § 2 do art. 3 do Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890 (Dec. n. 8821 de 1882, art. 34; Dec. n. 164 de 1890, art. 6, paragrapho unico); e aquella que se constituir sem a subscripção de todo o capital e deposito da decima parte do valor do mesmo (Dec. n. 850 de 13 de outubro de 1890, art. 3).

84. Não é permittido estipular-se nos estatutos ou contracto social, a emissão de acções por series, isto é, a divisão do capital em séries successivas de acções (Dec.

n. 8821 de 1882, art. 35).

85. Nenhum contracto ou operação se effectuará por conta da sociedade, ou companhia, senão depois de constituida ella nos termos do disposto no art. 3 §§ 1, 2 e 3 do Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, e de preenchidas as formalidades de publicidade, exigidas nos §§ 4 e 5 do mesmo artigo do Decreto citado.

86. Os actos anteriores á constituição legal da sociedade e ao preenchimento das formalidades dos arts. 68 e 69 deste Decreto ficarão sob a responsabilidade

dos fundadores (Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 5).

87. Os actos posteriores á constituição da sociedade e anteriores ao preenchimento das formalidades dos arts. 68 e 69 deste Decreto ficarão sob a responsabilidade dos administradores, se estes houverem sido nomeados na escriptura ou pela assembléa geral constitutiva da sociedade (Lei n. 3150 de 1882, art. 5; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 57; Dec. n. 164 de 1890, art. 5).

88. A assembléa geral, constituida a sociedade, poderá resolver que a responsabilidade de taes actos corra por conta da sociedade, o que importará a descarga dos fundadores e administradores (Paragrapho unico do art. 37 do Dec.

n. 8821 de 1882, e parte final do art. 5 do Dec. n. 164 de 1890).

89. São os fundadores solidariamente responsaveis aos interessados por perdas e damnos resultantes da inobservancia das prescripções legaes, relativas ás condições e constituição das companhias (Dec. n. 8821 de 1882, art. 38; Dec. n. 164 de 1890, art. 5, 2.ª parte; Lei n. 3150 de 1882, art. 5).

- 90. A responsabilidade solidaria pela inobservancia das formalidades dos arts. 68 e 69 recahirão tão sómente sobre os administradores, quando hajam sido nomeados no acto constitutivo da sociedade (Dec. n. 8821 de 1882, art. 38, 2.ª parte).
- 91. As resoluções da assembléa geral que tiverem por objecto augmentar o capital, determinar a continuação da sociedade, além do seu termo, ou dissolvel-a antes, estabelecer o modo da liquidação, ou alterar de qualquer maneira o contracto social ou estatutos, serão por via de certidões das respectivas actas, archivadas e publicadas na conformidade dos arts. 79 e 80, sob pena de não valerem contra terceiros (Lei n. 3150 de 1882, art. 6; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 39; Dec. n. 164 de 1890, art. 6).
- 92. A falta de registro e publicidade das ditas actas não póde ser opposta pela sociedade ou pelos socios contra terceiros (Lei e Decs. cits.).
- 93. O capital social não poderá ser augmentado senão nos casos: 1.º De insufficiencia de capital subscripto para o objecto da sociedade; — 2.º De accrescimo de obras; — 3.° De ampliação de serviços ou operações sociaes (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 6 n. 2; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 40; Dec. n. 164 de 1890, art. 6 n. 2).

94. Toda a proposta de augmento de capital será precedida de uma exposição justificativa (§ 1 do art. 40 do Dec. n. 8821 de 1882).

95. A proposta com a exposição será remettida aos fiscaes, para interporem parecer, sem o qual não poderá ella ser submettida á deliberação da assembléa geral (§ 2 do art. 40 do Dec. n. 8821 cit.).

96. O augmento de capital não será considerado como constituindo legalmente capital social, senão depois de subcriptas todas as accões em que fôr dividido, in regard to which the provision of No. 2 of § 1 of Art. 3 of Decree No. 164 of 1890

has not been observed, has no legal rights.

83. A joint stock company in which properties, things or rights have been taken on account of capital, without having had their value determined by three valuers and the valuation approved by a general meeting according to the terms of § 2 of Art. 3 of Decree No. 164 of the 17th of January 1890, has likewise no legal rights (Decree No. 8821 of 1882, Art. 34; Decree No. 164 of 1890, Art. 6, sole paragraph); also a joint stock company which is constituted without the subscription of the whole of the capital, and a tenth part of the amount of the same deposited (Decree No. 850 of the 13th of October 1890, Art. 3).

84. It is not permitted to provide in the articles or contract of association for the issue of shares in series, that is, the division of the capital into successive

series of shares (Decree No. 8821 of 1882, Art. 35).

85. No contract or operation shall be effected on account of the company or association until it has been constituted according to the terms of the provisions of Art. 3 §§ 1, 2 and 3 of Decree No. 164 of the 17th of January 1890, and the formalities of publication required by §§ 4 and 5 of the same Article of the said Decree, have been observed.

86. Transactions previous to the legal constitution of the company and to the observance of the formalities of Arts. 68 and 69 of this Decree are at the risk

of the founders (Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 5).

87. Transactions after the constitution of the company and before the observance of the formalities of Arts. 68 and 69 of this Decree, are at the risk of the directors if they have been appointed in the constitutive instrument or by the general meeting which constituted the company (Law No. 3150 of 1882, Art. 5; Decree No. 8821 of the same year, Art. 57; Decree No. 164 of 1890, Art. 5).

88. The general meeting, after the company has been constituted, can resolve

88. The general meeting, after the company has been constituted, can resolve that the risk of such transactions shall be for the account of the company, which will discharge the founders and directors from liability (sole paragraph of Art. 37 of Decree No. 8821 of 1882, and the final part of Art. 5 of Decree No. 164 of 1880).

89. Founders are jointly and severally liable to interested persons for loss and damage resulting from the non-observance of the laws relating to the essential conditions for formation and the constitution of companies (Decree No. 8821 of 1882, Art. 38; Decree No. 164 of 1890, Art. 5, 2nd part; Law No. 3150 of 1882, Art. 5).

90. The joint and several liability for the non-observance of the formalities required by Arts. 68 and 69 shall fall only on the directors, when they have been appointed in the constitutive instrument of the company (Decree No. 8821 of 1882,

Art. 38, 2nd part).

91. Resolutions of general meetings which have as their object to increase the capital, to provide for the continuation of the association beyond the period of its duration, or to dissolve it before the expiration of such period, to establish the mode of liquidation or to alter in any way the contract of association or articles of association, shall be made effective by certificates of the respective proceedings, filed and published in conformity with Arts. 79 and 80, under pain of being of no validity against third persons (Law No. 3150 of 1882, Art. 6; Decree No. 8821 of the same year, Art. 39; Decree No. 164 of 1890, Art. 6).

92. The failure to register and publish the said proceedings cannot be set up as a defence by the company or by the shareholders against third persons (the Law

and Decrees already cited).

93. The capital of the company can only be increased in the following cases:

1. Insufficiency of the capital subscribed for the object of the company; — 2. Extension of works; — 3. Extension of the services or operations of the company (Law No. 3150 of the 4th of November 1882, Art. 6 No. 2; Decree No. 8821 of the same year, Art. 40; Decree No. 164 of 1890, Art. 6 No. 2).

94. Every proposal to increase the capital shall be preceded by a statement

justifying the same (§ 1 of Art. 40 of Decree No. 8821 already cited).

95. The proposal with the statement shall be sent to the inspectors for their opinion, without which it cannot be submitted for discussion to the general meeting (§ 2 of Art. 40 of Decree No. 8821 already cited).

96. The increase of capital shall not be considered as legally constituting association capital until all the shares into which it has been divided have been

de depositada em dinheiro a decima parte do valor do capital subscripto, e de archivada e publicada, na conformidade dos arts. 79 e 80, a certidão da acta da assembléa geral em que fôrem verificados os ditos requisitos (Dec. n. 8821 de 30 dezembro de 1882, art. 40 § 3).

Capitulo IV. Dos administradores.

97. As sociedades anonymas serão geridas por dois ou mais administradores.

§ 1. O mandato de administrador não póde durar mais de seis annos, e é revogavel, a todo o tempo, sem necessidade de causa justificativa.

§ 2. A nomeação e a destituição dos administradores competem á assembléa

geral.

§ 3. Os administradores pódem ser reeleitos (Lei n. 3150 de 1882, art. 9, 1.ª parte; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 41; Dec. n. 164 de 1890, art. 9, 1.ª parte).

98. O mandato de administrador póde ser estipendiado ou gratuito.

Quando, pelos estatutos, ou por deliberação da assembléa geral, fôr devida aos administradores, ou a quaesquer empregados, uma certa porcentagem de lucros liquidos, essa porcentagem, salva disposição em contrario dos estatutos, será tirada dos lucros liquidos, depois de deduzida a parte destinada ao fundo de reserva, quando porventura instituido (Lei n. 3150 de 1882, art. 9; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 42; Dec. n. 164 de 1890, art. 9, 1.ª parte).

99. A nomeação para administrador póde recahir em individuos que não são socios (Lei n. 3150, loc. cit.; Dec. n. 8821 de 1882, art. 43; Dec. n. 164 de 1890, art. cit.).

100. O numero, o modo e as condições da nomeação, os vencimentos, o prazo do mandato, a destituição e substituição dos administradores serão regulados nos estatutos ou contracto social (Lei n. 3150 de 1882, art. 10; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 44; Dec. n. 164 de 1890, art. 10, 1.ª parte).

101. Os poderes dos administradores serão definidos nos estatutos ou contracto social.

No silencio ou omissão do contracto social, ou dos estatutos, subsistirão os principios seguintes: 1.° Os administradores reputam-se revestidos de poderes para praticar todos os actos de gestão relativos ao fim e ao objecto da sociedade, e para representar a sociedade em juizo, em todas as acções por ella ou contra ella intentadas; — 2.° Pódem nomear agentes que os auxiliem na gestão diaria dos negocios da companhia, sendo em todo o caso responsaveis pelos actos de taes agentes, e constituir advogados e procuradores que os representem em juizo e fóra delle (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 10 § 1, n. 2; Dec. n. 8821 de 30 de dezembro do mesmo anno, art. 45, ns. 1 e 2; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 9, 2.ª parte e art. 10 § 1 n. 2).

- 102. Não pódem os administradores, salvo expressa menção nos estatutos: 1.º Transigir, renunciar direitos, hypothecar ou empenhar bens sociaes; 2.º Contrahir obrigações, e alienar bens e direitos, excepto se estes actos se incluem nas operações que fazem objecto da sociedade (Lei n. 3150 de 1882, art. 10 § 1n. 2; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 45 n. 3; Dec. n. 164 de 1890, art. 10 § 1 n. 2).
- 103. Em caso de vaga de logar de administrador, salvo disposição em contrario nos estatutos, designarão substitutos provisorios os administradores em exercicio e os fiscaes; competindo á assembléa geral fazer a nomeação definitiva na primeira reunião que se seguir (Dec. n. 8821 de 1882, art. 46, 1.ª parte; Dec. n. 164 de 1889, art. 10, § 1 n. 1).

104. O substituto, definitivamente nomeado, servirá tão sómente pelo tempo que restar para completar o prazo do mandato do administrador substituido (Dec. n. 8821, art. 46, 2.ª parte).

105. Os administradores, antes de entrarem em exercicio, são obrigados a caucionar a responsabilidade de sua gestão com o numero de acções que se houver

fixado nos estatutos.

§ 1. A caução far-se-ha por termo no livro do registro.

subscribed, a tenth part of the amount of the subscribed capital deposited in money, and the certificate of the minutes of the general meeting at which the said requirements have been verified, filed and published in conformity with Arts. 79 and 80 (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 40 § 3).

Chapter IV. Directors.

- 97. Joint stock companies shall be administered by two or more directors.
- § 1. The mandate of a director cannot last for more than six years, and is revocable at any time, without the necessity of shewing a justifying reason.
 - § 2. The appointment and removal of directors belongs to the general meeting.
- § 3. Directors may be re-elected (Law No. 3150 of 1882, Art. 9, 1st part; Decree No. 8821 of the same year, Art. 41; Decree No. 164 of 1890, Art. 9, 1st part).

98. The office of director may be salaried or gratuitous.

When, by the articles of association or by resolution of a general meeting, a certain percentage of net profits is due to the directors or to any of the officers, such percentage, unless there is a contrary provision in the articles of association, shall be taken from the net profits after the part to be paid to the reserve fund has been deducted, when such a fund is instituted (Law No. 3150 of 1882, Art. 9; Decree No. 8821 of the same year, Art. 42; Decree No. 164 of 1890, Art. 9; 1st part).

99. The appointment of director may fall to a person who is not a shareholder (Law No. 3150, loc. sit.; Decree No. 8821 of 1882, Art. 43; Decree No. 164 of

1890, the Article already cited).

100. The number, the manner and the conditions of the appointment, the fees, the duration of the mandate, and the removal and replacement of directors shall be regulated in the articles of association or the contract of association (Law No. 3150 of 1882, Art. 10; Decree No. 8821 of the same year, Art. 44; Decree No. 164 of 1890, Art. 10, 1st part).

101. The powers of the directors shall be defined in the articles of association

or contract of association.

If such powers are not mentioned or are omitted in the contract of association or articles of association, the following principles shall obtain: 1. Directors are considered invested with powers to perform all acts of management relating to the aim and object of the company, and to represent the company in the courts, in all judicial proceedings taken by it or against it; — 2. They may appoint agents to assist them in the daily management of the business of the company, being in every case responsible for the acts of such agents, and may appoint advocates or attorneys to represent them either in or outside the courts (Law No. 3150 of the 4th of November 1882, Art. 10 § 1, No. 2; Decree No. 8821 of the 30th of December of the same year, Art. 45, Nos. 1 and 2; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 9, 2nd part and Art. 10 § 1 No. 2).

102. Directors cannot, unless expressly authorized by the articles of association:

1. Compound, renounce rights, mortgage or pledge the property of the company;

2. Contract obligations or alienate property or rights, unless such acts are included in the operations which form the object of the company (Law No. 3150 of 1882, Art. 10 § 1 No. 2; Decree No. 8821 of the same year, Art. 45 No. 3; Decree No. 164

of 1890, Art. 10 § 1 No. 2).

103. In case of a vacancy occurring on the board of directors, the directors in office and the inspectors may appoint provisional substitutes, unless there is a provision to the contrary in the articles of association; and the shareholders in general meeting are empowered to make such appointment definitive on the next occasion of a general meeting being held (Decree No. 8821 of 1882, Art. 46, 1st part; Decree No. 164 of 1889, Art. 10 § 1 No. 1).

104. The substitute, when definitively appointed, shall serve only for the unexpired term of the office of the director whose place he takes (Decree No. 8821,

Art. 46, 2nd part).

105. The directors, before entering upon their functions, are bound to guarantee the responsibility of their management with the number of shares which are fixed by the articles of association.

§ 1. The guaranty must be entered in the book of registration.

§ 2. Se as acções forem ao portador, ou transferiveis por endosso, serão depositadas na caixa da sociedade, ou em poder da pessoa designada pela assembléa geral.

§ 3. A caução poderá ser prestada por qualquer accionista, a bem do administrador (Lei n. 3150 de 1882, art. 10 § 3; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 47; Dec. n. 164 de 1890, § 3 do art. 10).

106. Sobre as acções caucionadas, de conformidade com a disposição antecedente, terão preferencia, para seu pagamento, as sociedades, os accionistas e terceiros, pelas responsabilidades em que os administradores incorrerem por faltas, culpas ou delictos (Dec. n. 8821 de 1882, art. 48).

107. O administrador que, dentro do prazo de 30 dias, não prestar caução,

entende-se que não acceitou a nomeação (Dec. n. 8821 de 1882, art. 49).

- 108. Os administradores não contrahem obrigação pessoal, individual ou solidaria, nos contractos ou operações, que realizam no exercicio de seu mandato (Lei n. 3150 de 1882, art. 10 § 2; Dec. n. 164 de 1890, § 2 do art. 10).
- 109. Os administradores são responsaveis: 1.º A' sociedade, pela negligencia, culpa ou dólo, com que se houverem no desempenho do mandato; — 2.° A' sociedade e aos terceiros prejudicados, pelo excesso do mandato; — 3.° Solidariamente á sociedade e aos terceiros prejudicados pela violação da lei e dos estatutos (Lei n. 3150 de 1882, art. 11; Dec. n. 8821, do mesmo anno, art. 50, paragrapho unico; Dec. n. 164 de 1890, art. 11).

110. O accionista tem sempre salva a acção competente para haver dos administradores as perdas e damnos resultantes da violação da lei e dos estatutos

(Lei n. 3150 de 1882, art. 11, paragrapho unico).

111. A acção poderá ser intentada conjunctamente por dois ou mais accionistas; não podendo, porém, referir-se a actos e operações já julgados por assembléas geraes (Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, paragrapho unico do art. 11).

112. O administrador, que tiver interesse opposto ao da companhia, em qualquer operação social, não poderá tomar parte na deliberação a este respeito, e será obrigado a fazer o necessario aviso aos outros administradores, devendo disso lavrarse declaração na acta das sessões:

§ 1. No caso da disposição antecedente, a deliberação será tomada pelos demais

administradores e pelos fiscaes, á maioria de votos;

- § 2. Si o administrador deixar de dar aviso, responderá pelas perdas e damnos, e, além da pena criminal em que incorrer, a deliberação será nulla (Lei n. 3150 de 1882, art. 12; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 51; Dec. n. 164 de 1890, art. 124).
- 113. Os administradores que, na falta de inventario, ou não obstante o inventario, ou por meio de inventario fraudulento, repartirem dividendos não devidos, são pessoalmente obrigados a restituir á caixa social a somma dos mesmos dividendos, e sujeitos, além disso, ás penas criminaes em que incorrerem (Lei n. 3150 de 1882, art. 13, 1.ª parte; Dec. n. 8821, do mesmo anno, art. 52; Dec. n. 164 de

1890, art. 13).

114. No caso de insolvabilidade da sociedade, os accionistas, que houverem recebido dividendos não devidos, serão subsidiariamente obrigados a restituil-os,

sendo-lhes, portanto, licito allegarem beneficio de ordem.

Esta obrigação prescreverá no prazo de cinco annos, a contar da data da distribuição dos ditos dividendos (Lei n. 3150 de 1882, art. 13, 1.ª e 2.ª alineas; Dec. n.

8821 do mesmo anno, § 1 do art. 52).

115. Teem acção contra os administradores pelos prejuizos resultantes da distribuição de dividendos não devidos, a sociedade, os credores da sociedade, no caso desta se tornar insolvavel, e o socios prejudicados (Dec. n. 8821 de 1882, art. 52 § 2).

116. Só poderão fazer parte dos dividendos da sociedade anonyma os lucros liquidos provindos de operações effectivamente concluidas no semestre (Lei n. 3150 de 1882, paragrapho unico do art. 13; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 39, 1.ª parte;

Dec. n. 164 de 1898, paragrapho unico do art. 13).

117. Para que os haveres sociaes possam entrar no calculo dos lucros liquidos, não é necessario que se achem recolhidos em dinheiro á caixa; basta que consistam § 2. If the shares are to bearer, or transferable by endorsement, they shall

be lodged with the company or with a person designated by a general meeting. § 3. The guaranty may be given by any shareholder in favour of a director (Law 3150 of 1882, Art. 10 § 3; Decree No. 8821 of the same year, Art. 47; Decree No. 164 of 1890, § 3 of Art. 10).

106. The companies, shareholders and third persons shall have a preferential right of payment, in respect of the liabilities incurred through the defaults, negligence or offences of the directors, over the shares lodged as guaranty in conformity with the provision of the preceding Article (Decree No. 8821 of 1882, Art. 48).

107. It is understood that a director who within a period of 30 days does not

give the guaranty, has not accepted the appointment (Decree No. 8821 of 1882,

108. Directors do not contract any personal liability, either individual or joint and several, in respect of the contracts or transactions which they effect in the exercise of their mandate (Law No. 3150 of 1882, Art. 10 § 2; Decree No. 164 of 1890,

§ 2 of Art. 10).

109. Directors are liable: 1. To the company for negligence, culpa or fraud, of which they are guilty in the exercise of their mandate; — 2. To the company and to prejudiced third persons for excess in the exercise of their mandate; — $\bar{3}$. Jointly and severally to the company and to prejudiced third persons for violation of the law or of the articles of association (Law No. 3150 of 1882, Art. 11; Decree No. 8821, of the same year, Art. 50, sole paragraph; Decree No. 164 of 1880, Art. 11).

110. A shareholder has always a right of action against the directors for loss and damage resulting from violation of the law or of the articles of association (Law

No. 3150 of 1882, Art. 11, sole paragraph).
111. The action may be brought by two or more shareholders jointly; it may not, however, relate to acts and transactions already decided upon by general meetings (Decree No. 164 of the 17th of January 1890, sole paragraph of Art. 11).

112. A director who has an interest opposed to that of the company in any transaction of the company may not take part in the discussion relating to it, and is bound to give the necessary information to the other directors, who must enter it in the minutes of the meetings:

§ 1. In the case of the preceding provision the decision shall be taken by the

remaining directors and the inspectors, by a majority of votes;

§ 2. Should the director fail to give the information, he shall be liable for loss and damage, and, besides the criminal penalty which he incurs, the decision shall be void (Law No. 3150 of 1882, Art. 12; Decree No. 8821 of the same year, Art. 51;

Decree No. 164 of 1890, Art. 124).

113. Directors who, in the absence of an inventory or notwithstanding an inventory, or by means of a fraudulent inventory, distribute dividends which are not due, are personally bound to restore to the funds of the company the amount of the same dividends, and are subject, besides, to the criminal penalties which they have incurred (Law No. 3150 of 1882, Art. 13, 1st part; Decree No. 8821, of the same year, Art. 52; Decree No. 164 of 1890, Art. 13).

114. In case of the insolvency of the company, shareholders who have received dividends which were not due are subsidiarily bound to restore them, it being con-

sequently lawful for them to plead the beneficium ordinis1).

This liability is prescribed after five years, reckoned from the date of the distribution of the said dividends (Law No. 3150 of 1882, Art. 13, 1st and 2nd passages;

Decree No. 8821 of the same year, § 1 of Art. 52).

115. The company, the creditors of the company in case of its becoming involvent, and the shareholders prejudiced, have a right of action against the directors for losses resulting from the distribution of dividends not due (Decree No. 8821 of 1882, Art. 52 § 2).

116. Only net profits derived from transactions effectively concluded during the half year can form part of the dividends of a joint stock company (Law No. 3150 of 1882, sole paragraph of Art. 13; Decree No. 8821 of the same year, Art. 39, 1st

part; Decree No. 164 of 1898, sole paragraph of Art. 13).

117. In order that the assets of the company may be included in calculating the net profits, it is not necessary that they should be actually in money in the

¹⁾ I. e. that the directors should first be proceeded against (Gen. Ed.).

em valores definitivamente adquiridos, ou em direitos e obrigações seguros, como letras e quaesquer papeis de credito reputados bons (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 53, 2.ª parte.)

Capitulo V. Dos fiscaes.

118. Toda a sociedade anonyma deve ter um conselho composto de tres ou

mais ficaes, e supplentes em igual numero:

§ 1. A nomeação dos fiscaes e supplentes será feita pela assembléa geral na sessão ordinaria annual, e poderá recahir em individuos que não sejam socios (Lei n. 3150 de 1882, art. 14; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 54; Dec. n. 164 de 1890 art. 14).

§ 2. O mandato dos fiscaes durará por um só anno, mas poderá ser renovado

(Dec. n. 8821 de 1882, art. 54, 2.° alinea).

- 119. Incumbe aos fiscaes apresentar á assembléa geral o parecer sobre negocios e operações sociaes do anno seguinte ao de sua nomeação, tomando por base o inventario, o balanço e as contas dos administradores (Lei n. 3150, art. cit.; Dec. n. 8821, art. 55; Lei n. 164, art. cit.).
- 120. Os fiscaes têm o direito, durante o trimestre que precede á reunião ordinaria da assembléa geral, de examinar os livros, de verificar o estado da caixa, e da carteira, exigir informações dos administradores sobre as operações sociaes, e convocar extraordinariamente a assembléa geral (Lei n. 3150 de 1882, art. 14 § 3; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 56; Dec. n. 164 de 1890, art. 14 § 3).
- 121. A attribuição de convocar extraordinariamente a assembléa geral póde ser exercida pelos fiscaes ainda fóra de prazo de tres mezes, que se refere o artigo precedente se occorrerem motivos graves e urgentes (Dec. n. 8821 de 1882, art. 64).
- 122. No parecer, além do juizo sobre os negocios e operações do anno, devem os fiscaes denunciar os erros, factos e fraudes que descobrirem, expor a situação da sociedade e suggerir as medidas e alvitres que entendam a bem da sociedade (Dec. n. 8821 de 1882, art. 57).
- 123. A deliberação da assembléa geral, approvando as contas e o balanço, será nulla, se não fôr precedida do relatorio dos fiscaes (Lei n. 3150 de 1882, art. 14 § 1; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 58; Dec. n. 164 de 1890, art. 14 § 1).
- 124. Se os fiscaes não apresentarem o seu parecer em tempo, a sessão será adiada, e a assembléa geral tomará as providencias que forem necessarias, podendo destituir os fiscaes culpados, e nomear outros (Dec. n. 8821 de 1882, art. 59).
- 125. Se não forem nomeados os fiscaes, não aceitarem o cargo, ou se tornarem impedidos, compete ao presidente da Junta Commercial, e, onde não houver, ao juiz do commercio do termo, a requerimento de qualquer dos administradores, a nomeação de quem os substitua ou sirva durante o seu impedimento (Lei n. 3150 de 1882, art. 14 § 2; Dec. n. 8821, art. 60; Dec. n. 164 de 1890, art. 14 § 2).
- 126. Os effeitos da responsabilidade dos fiscaes para com a sociedade, são determinados pelas regras do mandato (Lei n. 3150 de 1882, art. 14 § 4; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 62; Dec. n. 164 de 1890, art. 14 § 4).
- 127. A responsabilidade dos administradores e fiscaes cessa com o julgamento e approvação das contas e actos pela assembléa geral não se admittindo mais acção criminal contra estes (Dec. n. 164 de 1890, art. 27 § 2).

Capitulo VI. Da assembléa geral.

128. A assembléa geral tem poder para resolver todos os negocios, tomar quaesquer decisões, deliberar, approvar e rectificar todos os actos que interessam á companhia.

Nas suas faculdades, salvo clausula em contrario, se inclue a de modificar e alterar os estatutos ou contracto social. Não lhe é, porém permittido mudar ou transformar o objecto essencial da sociedade (Dec. n. 8821 de 1882, art. 63).

coffers of the company; it shall suffice if they are in securities definitively acquired, or in secured rights and obligations, such as bills and any other documents of credit which are reputed safe (Decree No. 8821 of the 30th December 1882, Art. 53, 2nd part).

Chapter V. Inspectors.

118. Every joint stock company must have a committee composed of three

or more inspectors, and a like number of substitutes:

§ 1. The appointment of inspectors and substitutes shall be made by the shareholders at the ordinary annual general meeting, and may fall to persons who are not shareholders (Law No. 3150 of 1882, Art. 14; Decree No. 8821 of the same year, Art. 54; Decree No. 164 of 1890, Art. 14).

§ 2. The office of the inspectors shall be for one year only, but may be renewed

(Decree No. 8821 of 1882, Art. 54, 2nd passage).

119. It is incumbent on the inspectors to present to the general meeting the report on the business and transactions of the company for the year following their appointment, taking as a basis the inventory, the balance sheet, and the accounts of the directors (Law No. 3150, the Article already cited; Decree No. 8821, Art. 55;

Law No. 164, the Article already cited).

120. The inspectors have the right, during the three months which precede the ordinary general meeting of the shareholders, to examine the books, to verify the state of the finances, and of the papers, to demand information from the directors concerning the transactions of the company, and to summon an extraordinary general meeting (Law No. 3150 of 1882, Art. 14 § 3; Decree No. 8821 of the same year, Art. 56; Decree No. 164 of 1890, Art. 14 § 3).

121. The power of summoning an extraordinary general meeting may be exercised by the inspectors even outside the period of three months referred to in the preceding Article, if serious and urgent reasons have arisen (Decree No. 8821 of 1882, Art. 64).

122. The inspectors in their report, besides giving their opinion on the transactions and operations of the year, must disclose any errors, facts or frauds which they discover, make known the position of the company and suggest any measures and expedients which they believe to be for the good of the company (Decree No. 8821 of 1882, Art. 57).

123. The resolution of the general meeting approving the accounts and balance sheet is void, unless it is preceded by the report of the inspectors (Law No. 3150 of 1882, Art. 14 § 1; Decree No. 8821 of the same year, Art. 58; Decree No. 164

of 1890, Art. 14 § 1).

124. If the inspectors have not presented their report in time, the sitting shall be adjourned, and the general meeting shall adopt the measures which may be necessary, having power to remove the defaulting inspectors and appoint others (Decree No. 8821 of 1882, Art. 59).

125. If the inspectors have not been appointed, have not accepted the appointment, or are prevented from serving, it falls to the President of the Commercial Council, and, where there is none, to the commercial judge of the district, on the demand of any of the directors, to appoint someone to act as their substitute or serve during the time they are prevented from service (Law No. 3150 of 1882, Art. 14 § 2; Decree No. 8821, Art. 60; Decree No. 164 of 1890, Art. 14 § 2).

126. The effects of the responsibility of the inspectors towards the company are determined by the terms of their mandate (Law No. 3150 of 1882, Art. 14 § 4; Decree No. 8821 of the same year, Art. 62; Decree No. 164 of 1890, Art. 14 § 4).

127. The liability of the directors and inspectors ceases with the passing and approval of the accounts and acts by the general meeting and no criminal proceeding can thereafter be taken against them (Decree No. 164 of 1890, Art. 27 § 2).

Chapter VI. The general meeting.

128. The shareholders in general meeting have power to resolve upon all business, to come to any decisions, to discuss, approve and rectify all acts and trans-

actions which are of interest to the company.

Unless there is a provision to the contrary, their powers include that of modifying and altering the articles of association or contract of association. They are not, however, permitted to change or transform the essential object of the company (Decree No. 8821 of 1882, Art. 63).

129. Para que a assembléa geral possa validamente funccionar e deliberar, é indispensavel que esteja presente um numero de accionistas que represente, pelo

menos, um quarto do capital social.

130. Se este numero não se reunir, uma nova reunião será convocada, por meio de annuncios nos jornaes, declarando-se nelles que se deliberará, qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas que comparecerem (Lei n. 3150, art. 15 §§ 2 e 3; Dec. n. 8821, art. 64; Dec. n. 164 de 1890, art. 15 §§ 2 e 3).

131. A assembléa geral, que tem de deliberar sobre a constituição da sociedade, e approvação dos valores dados ás prestações que não consistem em dinheiro, e sobre as modificações e alterações dos estatutos, ou contracto social, carece, para validamente se constituir, da presença de accionistas, que, no minimo, representem dois terços do capital social.

§ 1. Se nem na primeira, nem na segunda reunião comparecer o numero de accionistas exigido na disposição precedente, convocar-se-ha terceira, com a declaração de que a assembléa poderá deliberar, seja qual fôr a somma do capital representado pelos accionistas presentes.

- § 2. Neste caso, além dos annuncios (se as acções forem nominativas), a convocação se fará por meio de cartas (Lei n. 3150 de 1882, art. 15 § 4; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 65; Dec. n. 164 de 1890, art. 15 § 4).
- 132. As deliberações da assembléa geral, tanto no caso do art. 129, como no do antecedente, serão tomadas pela maioria dos socios presentes (Lei n. 3150 de 1882, artigo e paragrapho citados, 3.ª alinea; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 66; Dec. n. 164 de 1890, artigo e paragrapho citados, 3.ª alinea).
- 133. Para a eleição dos administradores e empregados da secretaria, bem como para as deliberações de qualquer natureza, serão admittidos votos por procuração com poderes especiaes, comtanto que estes não sejam conferidos a administradores e fiscaes, e que sejam accionistas os procuradores (Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 15 § 8; Dec. n. 8821 de 1882, art. 67; Lei n. 3150, art. 15 § 8).

134. As convocações das assembléas geraes serão motivadas e far-se-hão por annuncios nos jornaes publicos do logar, e, se não os houver, nos do mais proximo, com intervallo razoavel (Dec. n. 8821 de 1882, art. 68; Dec. n. 164 de 1890, art. 15

88 1. 5 e 9).

135. Serão acceitos como socios, para todos os effeitos de direito, os que se apresentarem com acções ao portador, e com as transferiveis por endosso traspassadas

em seus nomes, salvo prova em contrario.

136. Nos estatutos, ou contracto social se póde estabelecer que os donos das acções ao portador e das transferiveis por endosso, as depositem na caixa da sociedade, pelo menos, tres dias antes das reuniões da assembléa geral, sob pena de não tomarem parte nas discussões e deliberações (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 69).

137. Os administradores teem competencia para convocar extraordinariamente a assembléa geral a requerimento de quaesquer accionistas: 1.° Quando o requerimento fôr dirigido por socios em numero não menor de sete e representando, pelo menos, um quinto do capital social; — 2.° Quando o pedido de convocação fôr fundamentado com o motivo, que não poderá ter referencia á materia, actos e contas já apreciados e julgados em assembléa geral (Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, § 9 do art. 15).

138. Póde a assembléa geral extraordinaria ser convocada pelos proprios

accionistas nas condições do n. 1 do artigo antecedente, quando:

Os administradores não fizerem a convocação no prazo de oito dias, a contar da apresentação do requerimento dos accionistas devidamente motivado (Dec. n. 164

de 17 de janeiro de 1890, art. 15 § 9 n. 1).

- 139. Nos casos em que a lei ou estatutos determinarem expressamente a reunião da assembléa geral, é permittido a qualquer accionista exigil-a da administração, se esta retardar por mais de tres mezes, além da época estipulada.
- 140. Se o accionista não fôr attendido, terá o direito de fazer elle proprio a convocação, declarando esta circumstancia no annuncio respectivo (Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 15 § 9 n. 2).

129. In order that a general meeting may validly deliberate and pass resolutions, it is indispensable that a number of shareholders representing at least a

fourth part of the capital of the company should be present.

130. If this number does not meet, a new meeting shall be summoned by means of announcements in the newspapers, stating in them that resolutions will be taken whatever may be the amount of capital represented by the shareholders who attend (Law No. 3150, Art. 15 §§ 2 and 3; Decree No. 8821, Art. 64; Decree No. 164 of 1890, Art. 15 §§ 2 and 3).

131. The general meeting which has to decide with regard to the constitution of the company, and the approval of valuations of contributions which do not consist of money, and modifications and alterations in the articles of association or contract of association, requires, in order that it may be validly constituted, the presence of shareholders who represent at least two-thirds of the capital of the company.

§ 1. If neither at the first nor at the second meeting, the number of shareholders required by the preceding provision attends, a third must be summoned, with the declaration that the meeting can pass resolutions whatever may be the amount of

capital represented by the shareholders present.

§ 2. In this case, besides the announcements (if the shares are issued nominatively), the summoning shall be done by means of letters (Law No. 3150 of 1882, Art. 15 § 4; Decree No. 8821 of the same year, Art. 65; Decree No. 164 of 1890,

132. The resolutions of the general meeting, both in the case of Art. 129, and in that of the preceding Article, shall be passed by a majority of shareholders present (Law No. 3150 of 1882, the before cited Article and paragraph, 3rd clause; Decree No. 8821 of the same year, Art. 66; Decree No. 164 of 1890, the before cited article and paragraph, 3rd clause).

133. For the election of the directors and officers of the company, as well as for resolutions of any nature, votes by proxies with special powers shall be allowed, so long as they are not given to directors or inspectors, and that the proxies are shareholders (Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 15 § 8; Decree

No. 8821 of 1882, Art. 67; Law No. 3150, Art. 15 § 8).

134. The summoning of general meetings, with an indication of the grounds, must be effected by announcements in the public newspapers of the place, and if there are none in those of the nearest place, with reasonable notice (Decree No. 8821 of 1882, Art. 68; Decree No. 164 of 1890, Art. 15 § 1, 5 and 9).

135. Those who present themselves with shares to bearer, or with shares

transferable by endorsement passed into their names, shall be admitted as share-holders, unless there is proof to the contrary.

136. In the articles of association or contract of association it may be established

that the owners of shares to bearer or of shares transferable by endorsement shall deposit them with the company at least three days before the holding of the general meeting, on pain of not taking part in the discussions and resolutions (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 69).

137. Directors may summon an extraordinary general meeting on the requisition of any shareholders: 1. When the requisition is presented by not less than seven shareholders representing a fifth part at least of the capital of the company; — 2. When the requisition for the summoning is based on grounds which do not refer to matters, transactions and accounts already discussed and decided upon in general meeting (Decree No. 164 of the 17th of January 1890, § 9 of Art. 15).

138. An extraordinary general meeting may be summoned by the shareholders

themselves on the conditions of No. 1 of the preceding Article, when:

The directors have not summoned it within eight days, reckoned from the presentation of the requisition of the shareholders on proper grounds (Decree No. 164

of the 17th of January 1890, Art. 15 § 9 No. 1).

139. In cases in which the law or the articles of association expressly provide for the holding of a general meeting, it is permitted to any shareholder to demand it from the board of directors, if it is delayed for more than three months beyond the time fixed.

140. Should the demand of the shareholder be ignored, he himself has the right of summoning the meeting, stating this circumstance in the respective announce-

ment (Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 15 § 9 No. 2).

141. Nos estatutos se determinará a ordem, que se ha de guardar nas reuniões da assembléa geral, o numero minimo de acções que é necessario aos accionistas para serem admittidos a votar em assembléa geral e o numero de votos que compete a cada um na razão do numero de acções que possuir:

§ 1. Ainda que sem direito de votar, por não possuir o numero de acções exigido pelos estatutos, é permittido a todo o accionista comparecer á reunião da assembléa

geral e discutir o objecto sujeito á deliberação.

- § 2. Na assembléa geral, que tem de deliberar sobre a constituição da sociedade e avaliação dos quinhões dos bens, cousas ou direitos, poderá votar todo o accionista, ainda que não possua o numero de acções exigidos pelos estatutos ou contracto social (Lei n. 3150 de 1882, art. 15 §§ 6 e 7; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 71; Dec. n. 164 de 1890, art. 15 §§ 6 e 7).
- 142. Não podem votar nas assembléas geraes: os administradores, para approvarem seus balanços, contas e inventarios; os fiscaes, os seus pareceres; e os accionistas, a avaliação de seus quinhões, ou quaesquer vantagens estipuladas nos estatutos ou contracto social (Lei n. 3150 de 1882, art. 15 § 10; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 72; Dec. n. 164 de 1890, art. 15 § 10).
- 143. Em cada anno haverá uma assembléa geral dos accionistas, cuja reunião será fixada nos estatutos, e sempre annunciada pela imprensa quinze dias, com indicação do logar e hora.

§ 1. Esta reunião terá por fim especial a leitura do parecer dos fiscaes e exame, discussão e deliberação sobre o inventario, balanço e contas annuaes dos adminis-

tradores.

- § 2. Se para deliberar sobre quaesquer dos assumptos mencionados, carecer a assembléa geral de novos esclarecimentos, poderá adiar a sessão e ordenar os exames e investigações que forem necessarios (Lei n. 3150 de 1882, art. 15 § 1; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 75; Dec. n. 164 de 1890, art. 15 § 1).
- 144. As assembléas geraes ordinarias não podem funccionar com menos de tres socios capazes de constituil-as, afóra os directores e fiscaes; pena de nullidade das deliberações adoptadas (Dec. n. 164 de 1890 art. 15 § 9 n. 4).

 145. A approvação do balanço e contas, feita sem reserva, importa a rati-

ficação dos actos e operações relativas.

A approvação, porém, poderá ser annullada, em caso de erro, dólo, fraude ou

simulação (Cod. Commercial, art. 429 n. 4; Dec. n. 8821 de 1882, art. 74).

146. A approvação, pela assembléa geral de actos e operações, que importam violação da lei, ou dos estatutos, não dirime a acção dos socios ausentes e dos que não houverem concorrido com os seus votos para tal approvação (Dec. n. 8821

de 1882, art. 75).

- 147. Um mez antes da data approvada para a reunião da assembléa geral ordinaria, annunciará a administração da sociedade ficarem á disposição dos socios, no proprio estabelecimento onde ella tiver a sua séde: 1.º Cópia dos balancos contendo a indicação dos valores moveis, immoveis, e, em synopse, das dividas activas e passivas, por classes, segundo a natureza dos titulos; — 2.º Cópia da relação nominal dos accionistas, com o numero de acções respectivas e o estado do pagamento destas; — 3.º Cópia da lista das transferencias de acções, em algarismos, realizadas no decurso do anno.
- § 1. Até á vespera, o mais tardar, da sessão da assembléa geral se publicará pela imprensa o relatorio da sociedade, com o balanço e o parecer da commissão

§ 2. Até trinta dias, quando muito, após a reunião da assembléa geral, a acta

respectiva será publicada pela imprensa.

§ 3. A qualquer pessoa se dará, sem inquirir-se qual o interesse que tem, certidão dos actos archivados na conformidade das disposições dos arts. 79 e 80, e da relação nominal dos accionistas (n. 2 deste artigo; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 16; Dec. n. 8821 de 1882, art. 76).

141. The order which has to be observed in general meetings, the minimum number of shares which shareholders must possess in order to be allowed to vote at a general meeting and the number of votes which falls to each one in proportion to the number of shares he possesses, shall be determined in the articles of association:

§ 1. Every shareholder, although without the right to vote, through not possessing the number of shares required by the articles of association, is allowed to attend general meetings and to speak on the matter which is the subject of dis-

cussion.

§ 2. Every shareholder, although he does not possess the number of shares required by the articles of association or contract of association, can vote at the general meeting which has to decide with regard to the constitution of the company and the valuation of the contributions in properties, things or rights (Law No. 3150 of 1882, Art. 15 §§ 6 and 7; Decree No. 8821 of the same year, Art. 71; Decree No. 164 of 1890, Art. 15 §§ 6 and 7).

142. The following cannot vote at the general meetings: directors, as regards the approval of their balance sheets, accounts and inventories; inspectors, as regards their reports; and shareholders, as regards the valuation of their contributions, or any advantages stipulated in the articles of association or contract of association (Law No. 3150 of 1882, Art. 15 § 10; Decree No. 8821 of the same year, Art. 72;

Decree No. 164 of 1890, Art. 15 § 10).

143. There shall in each year be a general meeting of shareholders, the holding of which shall be fixed by the articles of association, and always announced with fifteen days' notice in the press, stating the place and the hour.

§ 1. This meeting shall have for its special object the reading of the report of the inspectors and the examination and discussion of and resolution upon the

inventory, balance sheet and annual accounts of the directors.

§ 2. If, in order to deliberate upon any of the subjects mentioned, the general meeting should require fresh information, the meeting may be adjourned and may order any examinations and investigations which may be necessary (Law No. 3150 of 1882, Art. 15 § 1; Decree No. 8821 of the same year, Art. 75; Decree No. 164 of 1890, Art. 15 § 1).

144. The ordinary general meetings cannot be held with less than three shareholders capable of constituting them, besides the directors and inspectors; on pain of the resolutions passed being void (Decree No. 164 of 1890, Art. 15 § 9 No. 4).

145. The approval of the balance sheet and accounts, adopted without reserve,

implies the ratification of the relative acts and transactions.

The approval, however, may be annulled in case of error, deceit, fraud or pretence (Commercial Code, Art. 4291), No. 4; Decree No. 8821 of 1882, Art. 74).

146. The approval by a general meeting of acts and transactions which involve

a violation of the law or of the articles of association, does not extinguish the right of action of absent shareholders or of those who have not concurred in such ap-

proval with their votes (Decree No. 8821 of 1882, Art. 75).

- 147. One month before the date fixed for the holding of the ordinary general meeting, the board of directors of the company shall announce that in the same establishment in which the head office is situated, shall be placed for the inspection of the shareholders: 1. A copy of the balance sheets containing a statement of the property, both real and personal, and a summary of the assets and liabilities, classified according to the nature of the documents of indebtedness; — 2. A copy of the list of the names of the shareholders, with the number of the respective shares and whether they are paid up or not, with particulars; — 3. A copy of the list of the transfers of shares effected during the year, in arabic numerals.
- § 1. By the evening before the holding of the general meeting, at the latest, the report of the company, with the balance sheet and the report of the committee of inspectors, shall be published in the press.

§ 2. Within thirty days at the outside after the holding of the general meeting,

the minutes in relation thereto shall be published in the press.

§ 3. A certificate of the documents filed in conformity with the provisions of Arts. 79 and 80, and of the list of the names of the shareholders, shall be given to any person without inquiring what interest he has (No. 2 of this Article; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 16; Decree No. 8821 of 1882, Art. 76).

¹⁾ Appatently an error for 129 (Translator).

Capitulo VII. Da dissolução e liquidação amigavel.

- 148. As companhias ou sociedades anonymas se dissolvem: 1.° Pelo consenso de todos os accionistas em instrumento publico; 2.° Por deliberação da assembléa geral; 3.° Por insolvabilidade; 4.° Pela cessação do pagamento das dividas; 5.° Pela terminação do prazo de sua duração; 6.° Pela reducção do numero dos socios a menos de sete; 7.° Mostrando-se que a sociedade não póde preencher o seu fim, por insufficiencia de capital, ou por qualquer outro motivo. (Lei n. 3150 de 1882, art. 17; Dec. n. 164, art. 17; Dec. n. 8821 de 1882, art. 77).
- 149. A assembléa geral póde resolver a dissolução da sociedade, ainda que não occorra nenhum dos casos mencionados na lei (art. 78 do Dec. n. 8821 de 1882).
- 150. A terminação do prazo da sociedade, a não ter havido prorogação, importa, por forçã da lei, a dissolução da sociedade; ficando, portanto, illimitada e solidariamente responsaveis pelos actos posteriores os que os houverem praticado, ou concorrido com seus votos para que se praticassem (Dec. n. 8821 de 1882, art. 79).
- 151. No caso de reducção de socios a numero menor de sete, a sociedade se entenderá dissolvida, se dentro do prazo de seis mezas não se preencher o numero legal (Lei n. 3150 de 1882, art. 17 n. 5; Dec. n. 8821 de 1882, art. 80; Dec. n. 164 de 1890, art. 17 n. 5).
- § 1. O dito prazo de seis mezes se começará a contar, se as acções forem nominativas, da data da publicação das transferencias; se, porém, ao portador ou transferiveis por endosso, do dia da reunião da assembléa geral, em que se verificar a alludida reducção (Dec. n. 8821 de 1882, § 1 do art. 80).
- § 2. Pelos actos que a companhia praticar, depois que o numero dos socios se reduzir a menos de sete, serão solidariamente responsaveis os administradores e accionistas, se, dentro do prazo de seis mezes, não fôr preenchido o numero legal (Dec. n. 8821 de 1882, § 2 do art. 80; Lei n. 3150 de 1882, art. 17, n. 5, 2 alinea; Dec. n. 164 de 1890, art. 17 n. 5, 2 alinea).
- 152. No caso de perda da metade do capital social, devem os administradores consultar a assembléa geral sobre a conveniencia de uma liquidação antecipada (Lei n. 3150 de 1882, art. 17 n. 6, 1 alinea; Dec. n. 8821 de 1882, art. 81; Dec. n. 164 de 1890, art. 17 n. 6, 1 alinea).
- 153. Se a perda, porém, fôr de tres quartos ou mais do capital social, qualquer accionista poderá requerer a liquidação judicial da sociedade (Lei n. 3150 de 1882, art. 17 n. 6, 2 alinea; Dec. n. 8821 de 1882, art. 82; Dec. n. 164 de 1890, art. 17 n. 6, 2 alinea).
- 154. A qualquer accionista assiste o direito de pedir por acção ordinaria a dissolução da sociedade, quando não puder esta preencher o seu fim, por insufficiencia de capital, ou por qualquer outro motivo (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 83).
- 155. Dissolvida a sociedade por qualquer dos fundamentos do art. 148, com excepção do da cessação de pagamentos, e dos do art. 153, a liquidação poderá ser feita amigavelmente (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 19 § 2; Dec. n. 8821 de 1882, art. 84; Dec. n. 164 de 1890 art. 19 § 2).

156. Supposto dissolvidas, as sociedades anonymas se reputam continuar a existir para os actos e operações da liquidação (Dec. n. 8821 de 1882, art. 85).

- 157. Compete á assembléa geral determinar o modo da liquidação, quando nos estatutos não se haja providenciado a este respeito, e nomear os liquidantes (Dec. n. 8821 de 1882, art. 86).
- 158. Na falta de estipulação dos estatutos, ou deliberação da assembléa geral, serão liquidantes os administradores (Dec. n. 8821 de 1882, art. 87).
- 159. Incumbe aos liquidantes: 1.° Organizar o inventario e o balanço da sociedade nos quinze dias immediatos á sua nomeação, ou á dissolução, dado o caso do artigo antecedente; 2.° Arrecadar os bens, intentar acções, alienar os valores moveis, cobrar as dividas activas, pagar as passivas certas e praticar em geral as operações e actos que sejam necessarios para a liquidação; 3.° Con-

Chapter VII. Voluntary dissolution and winding up.

148. Joint stock companies and "anonymous" associations may be dissolved: 1. By the assent of all the shareholders in notarial instrument; — 2. By resolution of a general meeting; — 3. By insolvency; — 4. By the stoppage of payment of debts; — 5. By the expiration of the period of their duration; — 6. By the reduction of the number of shareholders to less than seven; — 7. On its being shewn that the company cannot fulfil its object, through insufficiency of capital or for any other reason (Law No. 3150 of 1882, Art. 17; Decree No. 164, Art. 17; Decree No. 8821 of 1882,

149. A general meeting can resolve upon the dissolution of the company, although none of the cases mentioned in the Law occur (Art. 78 of Decree No. 8821

150. The expiration of the period for the duration of the company, if it has not been prolonged, involves, by force of law, the dissolution of the company; those who have transacted business subsequently, or who by their votes have assisted in the transaction of such business, are therefore liable jointly and severally and without limit (Decree No. 8821 of 1882, Art. 79).

151. In case the number of the shareholders is reduced below seven, it is understood that the company is dissolved, unless within a period of six months the legal number is made up (Law No. 3150 of 1882, Art. 17 No. 5; Decree No. 8821

of 1882, Art. 80; Decree No. 164 of 1890, Art. 17 No. 5).

§ 1. The said period of six months begins to be reckoned, if the shares are nominative, from the date of the publication of the transfers; if, however, they are to bearer or transferable by endorsement, from the day of the holding of the general meeting at which the said reduction was verified (Decree No. 8821 of 1882, § 1 of

§ 2. If, within the period of six months, the legal number has not been made up, the directors and shareholders are jointly and severally liable for acts done by the company after the number of shareholders has been reduced to less than seven (Decree No. 8821 of 1882, § 2 of Art. 80; Law No. 3150 of 1882, Art. 17 No. 5, 2nd paragraph; Decree No. 164 of 1890, Art. 17 No. 5, 2nd paragraph).

152. In case of the loss of half the association capital, the directors must consult a general meeting as to the advisability of winding up the company before the period of its duration has expired (Law No. 3150 of 1882, Art. 17, No. 6, 1st paragraph; Decree No. 8821 of 1882, Art. 81; Decree No. 164 of 1890, Art. 17,

No. 6, 1st paragraph).

153. Should the loss, however, be three fourths or more of the association capital, any shareholder may demand the judicial winding up of the company (Law No. 3150 of 1882, Art. 17, No. 6, 2nd paragraph; Decree No. 8821 of 1882, Art. 82; Decree No. 164 of 1890, Art. 17, No. 6, 2nd paragraph).

154. Any shareholder has the right of seeking by ordinary action the disso-

lution of the company, when it cannot fulfil its object, through insufficiency of capital or for any other reason (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 83).

155. If the company has been dissolved on any of the grounds of Art. 148, with the exception of stoppage of payments, or on those of Art. 153, the winding up may be effected voluntarily (Law No. 3150 of the 4th of November 1882, Art. 19 § 2; Decree No. 8821 of 1882, Art. 84; Decree No. 164 of 1890, Art. 19 § 2).

156. Joint stock companies, although dissolved, are considered as continuing to exist for the acts and operations of winding up (Decree No. 8821 of 1882, Art. 85).

157. The shareholders in general meeting must resolve upon the manner of winding up, when the articles of association have not provided for such an event, and must appoint liquidators (Decree No. 8821 of 1882, Art. 86).

158. In the absence of any provision in the articles of association or resolution of a general meeting, the directors shall act as liquidators (Decree No. 8821 of 1882,

Art. 87).

159. It is incumbent on the liquidators: 1. To draw up the inventory and balance sheet of the company during the fifteen days following their appointment, or following dissolution, if the case of the preceding Article occurs; - 2. To collect the property, bring actions, dispose of movable property, collect the debts due, pay the debts owing and in general perform all acts and operations which may be vocar a assembléa geral para resolver as questões, cuja decisão depender da sua deliberação (Dec. n. 8821 de 1882, art. 88).

160. Salvo clausula ou deliberação em contrario, não podem os liquidantes transigir, contrahir compromissos, alienar e hypothecar os immoveis e empenhar os moveis (Dec. n. 8821, art. 89).

161. Se os haveres sociaes forem insufficiente para o integral pagamento do passivo, deverão os liquidantes exigir dos socios que completem as prestações que

ainda não tenham sido realizadas (Dec. n. 8821 de 1882, art. 90).

162. A assembléa geral póde resolver que ainda antes de ultimada a liquidação, estando pago todo o passivo social, se façam dividendos, á proporção que os haveres sociaes se forem apurando (Dec. n. 8821 de 1882, art. 91).

163. De seis em seis mezes os liquidantes darão conta á assembléa geral do estado da liquidação e das causas que a teem embaraçado ou retardado (Dec.

n. 8821 de 1882, art. 93).

- 164. Terminada a liquidação e pago todo o passivo social, os liquidantes formarão o plano de partilha do activo liquidado e organizarão suas contas, fazendo-as acompanhar de um relatorio que deve conter a historia dos actos e operações por elles praticados e dos incidentes occorridos. 1.º O relatorio e contas serão remettidos ao conselho fiscal do anno em que teve logar a dissolução, para dar parecer; 2.º Em assembléa geral, para esse fim convocada, serão apresentados, discutidos e submettidos á approvação, as contas e planos de partilha, fazendo-se préviamente a leitura do relatorio dos liquidantes e parecer dos fiscaes.
- § 1. O plano de partilha póde ser approvado, ficando reservada para outra reunião a discussão das contas.
- § 2. Os accionistas divergentes não poderão reclamar contra a approvação da partilha e das contas, senão nos casos de violação da lei, ou dos estatutos.

A reclamação será feita pela acção competente, que deverá ser iniciada dentro de vinte dias, a contar da reunião em que a partilha ou as contas houverem sido approvadas (Dec. n. 8821 de 1882, art. 94).

165. A approvação das contas pela assembléa importa, de direito, a exoneração da responsabilidade dos liquidantes, salvo se tal approvação houver sido obtida por

erro, dólo, fraude, ou simulação (Dec. n. 8821 de 1882, art. 95).

Capitulo VIII. Da liquidação forçada das sociedades anonymas.

166. As sociedades e companhias anonymas não são sujeitas á fallencia; são, porém, os seus representantes e socios responsaveis pelos crimes que, como taes, commetterem contra a propria sociedade, ou contra terceiros (Lei n. 3150 de 1882, art. 18; Dec. n. 8821 de 1882, art. 96; Dec. n. 164 de 1890, art. 18).

167. A liquidação forçada não póde ser declarada senão nos tres casos seguintes: 1.º De insolvabilidade; — 2.º De cessação de pagamento das dividas; — 3.º De perda de tres quartos ou mais do capital social (Dec. n. 8821 de 1882, art. 97).

168. A liquidação forçada só póde ser declarada: 1.º Por meio de requerimento da sociedade ou de algum accionista; em qualquer dos casos do artigo antecedente, o requerimento deve ser instruido com o inventario e balanço; — 2.º Por meio de requerimento de um ou mais credores, instruido com a competente justificação, tão sómente no caso de cessação de pagamento de dividas vencidas, certas e liquidas (Dec. n. 164 de 1890, art. 19 § 1, ns. 1 e 2; Dec. n. 8821 de 1882, art. 98; Dec. n. 917 de 24 de outubro de 1890, art. 2, lettras a a h).

169. A' vista da petição e documentos, o juiz do commercio, depois de pro-

ceder ás diligencias necessarias, dará a sua sentença.

Independentemente de quaesquer diligencias, decretará o juiz a liquidação forçada, se ella fôr requerida pela propria sociedade (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 99).

170. Da sentença que decretar a liquidação, cabe o recurso de aggravo de petição (Lei n. 3150 de 1882, art. 19 § 1 n. 2, 1.ª alinea; Dec. n. 8821 de 1882, art. 100; Dec. n. 164 de 1890, art. 19 § 1, n. 2, 1 alinea).

necessary for winding up; — 3. To summon a general meeting for the purpose of resolving upon questions, the decision of which depends on its consent (Decree No. 8821 of 1882, Art. 88).

160. Unless there is a clause or resolution to the contrary, liquidators cannot compound, enter into compromises, alienate or mortgage immovable property or pledge movable property (Decree No. 8821, Art. 89).

161. If the property of the company is insufficient fully to pay the debts, the liquidators must demand that the shareholders complete the payments on their shares which they have not yet made (Decree No. 8821 of 1882, Art. 90).

162. If all the debts of the company have been satisfied, a general meeting can resolve, even before the winding up is completed, that dividends shall be paid as the property of the company is realized (Decree No. 8821 of 1882, Art. 91).

163. Every six months the liquidators shall give an account to a general meeting of the state of the winding up and of any causes which have hindered or retarded it

(Decree No. 8821 of 1882, Art. 93).

164. After the winding up has been effected and all the debts of the company paid, the liquidators shall formulate a project for the division of the surplus and make up their accounts, which shall be accompanied by a report containing a narrative of the acts and operations they have performed and of the events which have occurred. 1. The report and accounts shall be sent to the committee of inspection for the year in which the dissolution took place, in order that it may report upon it; — 2. At a general meeting summoned for the purpose, the accounts and projects for division shall be presented, discussed and submitted for approval, after the reports of the liquidators and inspectors have been read.

§ 1. The project for division may be approved, the discussion on the accounts

being reserved for another meeting.
§ 2. Dissenting shareholders cannot object to the approval of the project for division and accounts, except in the cases of violation of the law or of the articles of association.

The objection shall be raised by the proper action at law, which must be brought within twenty days, reckoned from the meeting at which the project for division

or the accounts were approved (Decree No. 8821 of 1882, Art. 94).

165. The approval of the accounts by the meeting imports, in law, the exoneration of the liquidators from liability, unless such approval has been obtained by error, deceit, fraud, or pretence (Decree No. 8821 of 1882, Art. 95).

Chapter VIII. The compulsory winding up of joint stock companies.

166. Joint stock companies and "anonymous" associations are not subject to bankruptcy; their representatives and shareholders are, however, liable for offences which, as such, they commit against the company or against third persons (Law No. 3150 of 1882, Art. 18; Decree No. 8821 of 1882, Art. 96; Decree No. 164 of 1890, Art. 18).

167. Compulsory winding up cannot be declared except in the following three cases: 1. Insolvency; — 2. Cessation of payment of debts; — 3. Loss of three fourths

or more of the association capital (Decree No. 8821 of 1882, Art. 97).

168. Compulsory winding up can only be declared: 1. In pursuance of a requisition from the company or from a shareholder; in any of the cases of the preceding Article, the requisition must be accompanied by the inventory and balance sheet; - 2. In pursuance of a requisition from one or more creditors, accompanied by the proper proof, but only in the case of cessation of payment of debts which are due, certain and liquidated (Decree No. 164 of 1890, Art. 19 § 1, Nos. 1 and 2; Decree No. 8821 of 1882, Art. 98; Decree No. 917 of the 24th of October 1890, Art. 2, letters a to h).

169. With the requisition and documents before him, the commercial judge,

after making the necessary investigations, shall give his decision.

Independently of any investigations, the judge shall decree the compulsory winding up, if it has been sought by the company itself (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 99).

170. An appeal may be brought against the decision which has decreed the winding up (Law No. 3150 of 1882, Art. 19 § 1, No. 2, 1st paragraph; Decree No. 8821 of 1882, Art. 100; Decree No. 164 of 1890, Art. 19, § 1, No. 2, 1st paragraph).

- 171. A sentença será publicada por editaes impressos nas folhas publicas, affixados na Praça do Commercio, onde a houver, nas portas externas da casa da audiencia e nas da sociedade (Dec. n. 8821 de 1882, art. 101).
- 172. Declarada a liquidação por sentença do juiz do commercio, nomeará este, dentre os cinco maiores credores, dois syndicos, cujas funcções durarão até que os credores deliberem sobre a concordata que lhes for offerecida, ou sobre o liquidação definitiva (Lei n. 3150 de 1882, art. 20; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 102; Dec. n. 164 de 1890, art. 20).
- 173. Apenas nomeados, os syndicos tomarão posse do patrimonio social por um termo, que deverá conter a relação dos bens (Lei n. 3150, art. 20 § 1; Dec. n. 8821, art. 105; Dec. n. 164, art. 20 § 1).
- 174. São obrigados os syndicos a proceder logo, por peritos designados pelo juiz, ao inventario e balanço da sociedade, ou â verificação de um e outro, se já estiverem organizados (Lei n. 3150 de 1882, art. 29 § 2; Dec. n. 8821 de 1882, art. 104; Dec. n. 164 de 1890, art. 20 § 2).
- 175. Aos syndicos, emquanto, a liquidação não se tornar definitiva, incumbe: 1.º Ter em boa guarda os bens, papeis e documentos da sociedade, sob as penas e responsabilidade de depositarios; — 2.º Arrecadar os bens da sociedade, onde quer que estejam, requerendo para esse fim as precatorias necessarias; — 3.º Vender em leilão publico, mediante licença do juiz, os generos e mercadorias que forem de facil deterioração, ou que se não possam guardar sem risco ou grande despeza; - 4.º Diligenciar o aceeite de letras e a cobrança de todas e quaesquer dividas activas da sociedade, nomeando cobradores, advogados, procuradores, com salarios previamente ajustados, passando as respectivas quitações; — 5.º Praticar todos os actos conservatorios dos direitos e acções da sociedade, como são os de que tratam os ars. 277 e 387 do Codigo Commercial (Lei n. 3150 de 1882, art. 20 § 1; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 105; Dec. n. 164 de 1890, art. 20, § 1).
- 176. As quantias, provenientes da venda de bens e mercadorias e da cobrança de dividas, ou de qualquer outra procedencia, serão recolhidas a um estabelecimento bancario, da confiança dos syndicos e sob sua responsabilidade, se os credores não resolverem que fiquem sob a guarda e deposito dos syndicos, ou sejam postas em mão de pessoa abonada.

Nenhuma somma poderá ser despendida ou retirada, senão por virtude de ordem do juiz (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 106; Dec. n. 917 de 24 de

outubro de 1890, art. 36 § 1).

Os syndicos ficarão responsaveis por dólo e falta ,devendo empregar toda a diligencia, como se fôra em seus proprios negocios (Dec. n. 917 de 24 de outubro 1890,

- art. 36 § 2). 177. São nullos, a beneficio dos credores tão sómente: 1.º As hypothecas estipuladas pela sociedade, dentro em quarenta dias precedentes á sentença que declara a liquidação forçada, para garantir dividas contrahidas em data anterior á da escriptura das mesmas hypothecas; — 2.° Os pagamentos de dividas não vencidas, effectuados no prazo de que trata o numero antecedente (Dec. n. 8821
- de 1882, art. 107).

 178. São applicaveis á liquidação forçada as disposições dos arts. 828, 829, 832, 838, 840 e 841 do Codigo Commercial, entendendo-se, com relação á sentença declaratoria da liquidação, aos credores e aos syndicos, o que nos citados artigos se diz com referencia á sentença da abertura da fallencia, á massa e ao curador fiscal (Dec. n. 8821 de 1882, art. 108; Dec. n. 917 de 24 de outubro de 1890, art. 141).
- 179. De posse do balanço e inventario, que serão acompanhados de um relatorio dos syndicos sobre as causas que determinaram a liquidação da companhia ou sociedade, o juiz do commercio convocará os credores para deliberarem sobre

171. The decision shall be announced by notices inserted in the public newspapers, posted up in the Commercial Market Place, when there is one, on the outside doors of the court where the case has been heard, and on those of the com-

pany (Decree No. 8821 of 1882, Art. 101).

172. The commercial judge, after he has given his decision to wind up the company, shall appoint, from among the five greatest creditors, two trustees, whose functions shall last until the creditors come to some resolution on the composition offered to them, or on the definite winding up of the company (Law No. 3150 of 1882, Art. 20; Decree No. 8821 of the same year, Art. 102; Decree No. 164 of 1890, Art. 20).

173. As soon as they are appointed, the trustees shall take possession of the estate of the company by an order, which must contain a list of the property (Law No. 3150, Art. 20, § 1; Decree No. 8821, Art. 105; Decree No. 164, Art. 20,

174. The trustees are bound to proceed immediately, with the assistance of experts appointed by the judge, to draw up an inventory and balance sheet of the company, or to verify the one and the other, if they have been already drawn up (Law No.3150 of 1882, Art. 29 § 2; Decree No. 8821 of 1882, Art. 104; Decree No. 164

of 1890, Art. 20 § 2).

175. It is the duty of the trustees until the winding up has been definitely effected: 1. To take proper care of the property, papers and documents of the company, subject to the penalties and liabilities of depositaries; — 2. To secure the property of the company, wherever it may be, making the necessary applications for this object; — 3. To sell by public auction, with permission of the judge, goods and merchandise which easily deteriorate, or which cannot be kept without risk or great expense; — 4. To attend properly to the acceptance of bills and to the collection of all and any debts owing to the company, appointing collectors, advocates and attorneys, for remuneration previously agreed upon, and giving the respective acknowledgments; — 5. To do all acts necessary for maintaining the rights and rights of action of the company, such as those of which Arts. 277 and 3871) of the Commercial Code treat (Law No. 3150 of 1882, Art. 20 § 1; Decree No. 8821 of the same year, Art. 105; Decree No. 164 of 1890, Art. 20, § 1).

176. Amounts proceeding from the sale of property and merchandise and from the collection of debts, or from any other source, shall be paid into a banking establishment in which the trustees have confidence and under their responsibility, if the creditors do not resolve that they shall remain in the custody and possession

of the trustees, or be deposited with a responsible person.

No amount may be expended or withdrawn except by virtue of the judge's order (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 106, Decree No. 917

of the 24th of October 1890, Art. 36 § 1).

The trustees are liable for fraud and negligence, and must exercise every care, as if the business were their own (Decree No. 917 of the 24th of October 1890,

Art. 36, § 2).

177. The following are null, as against creditors only: 1. Mortgages contracted by the company within forty days preceding the decision declaring the winding up compulsory, in order to guarantee debts contracted at a date previous to that of the instruments of the said mortgages; — 2. Payments of debts not due, made within the period of which the preceding clause treats (Decree No. 8821 of 1882,

Art. 107).

178. The provisions of Arts. 828, 829, 832, 838, 840 and 8412) of the Commercial it being understood that, in relation Code are applicable to compulsory winding up, it being understood that, in relation to the decision declaring the winding up, the creditors and the trustees, that which the said Articles contain in reference to the declaration of bankruptcy, the estate and the trustee in bankruptcy, shall apply (Decree No. 8821 of 1882, Art. 108; Decree No. 917 of the 24th of October 1890, Art. 141).

179. The commercial judge, being in possession of the balance sheet and inventory, which shall be accompanied by a report of the trustees as to the causes which determined the winding up of the company or association, shall convene

¹⁾ Art. 387 is one of those of Title XVI which has been repealed and replaced by Decree No. 2044 of the 31st of December 1908 (Translator's note). 2) See note on p. 99 ante (Translator).

a concordata ou sobre a liquidação, por meio de editaes com tempo sufficiente, e respeitadas as distancias, afim de que chegue a convocação ao conhecimento dos interessados ausentes.

§ 1. O chamamento dos credores conhecidos será por meio de cartas e o dos

que não forem, por editaes e annuncios nas folhas publicas.

§ 2. Nas cartas, editaes e annuncios se farão as declarações prescriptas no art. 842, 2.ª parte do Codigo Commercial, com as modificações resultantes do Dec. n. 3065 de 6 de Maio de 1882 (Lei n. 3150 de 1882, art. 21; Dec. n. 8821, art. 109; Dec. n. 164 de 1890, art. 21).

180. Reunidos os credores e presentes os administradores e syndicos, ou a revelia dos administradores, se fará verificação de creditos apresentados, observandose o processo estabelecido no art. 845 do Codigo Commercial. Os creditos dos

membros da commissão serão verificados pelos syndicos.

181. Na segunda reunião, que, quando muito, deverá se effectuar oito dias depois da primeira, serão apresentados os pareceres das commissões e dos syndicos, e, havidos por verificados os creditos tão sómente para o fim do credor votar e ser votado, se passará a deliberar sobre a concordata, si ella fôr offerecida pela sociedade.

Havendo contestação sobre algum credito, não chegando os credores a accordo, decidirá o juiz a questão como entender de justiça.

Da decisão do juiz não haverá recurso (Dec. n. 8821 de 1882, art. 111).

182. A concordata só sera admittida á deliberação, se a sua proposição houver sido autorizada por um numero de accionistas, que representem, pelo menos, dois terços do capital social (Dec. n. 8821 de 1882, art. 112).

183. A deliberação concedendo a concordata, para ser válida, deverá ser tomada nos termos do Dec. n. 3065 de 6 de maio de 1882 (Dec. n. 8821 de 30 de

dezembro de 1882, art. 113).

184. Torna-se desnecessaria a reunião dos credores, se os representantes da companhia apresentarem ao juiz concordata por escripto, concedida pelos credores em numero legal (Lei n. 3150 de 1882, art. 22; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 114; Dec. n. 164 de 1890, art. 22).

185. Em qualquer estado da liquidação póde ajustar-se concordata, ainda quando já rejeitada anteriormente, uma vez que seja concedida nos termos do art. 183 (Dec. n. 8821 de 1882, art. 115; Lei n. 3150 do mesmo anno, art. 23; Dec. n. 164

de 1890, art. 23).

186. Os credores de dominio, os hypothecarios e os privilegiados, que tomarem parte na deliberação sobre a concordata, ficarão sujeitos ás clausulas e condições

nella estipuladas (Dec. n. 8821 de 1882, art. 116).

187. Os credores dissidentes poderão embargar a concessão da concordata: 1.º Na apresentação discussão e julgamento dos embargos se observarão as disposiçães dos arts. 850 e 851 do Codigo Commercial; — 2.º Da sentença do juiz haverá recurso de appellação tão sómente no effeito devolutivo (Dec. n. 8821 de 1882, art. 117).

188. A concordata, depois de legalmente homologada, é obrigatoria para todos os credores, salvo para os de dominio, hypothecarios e privilegiados (Lei n. 3150,

art. 22, 2 periodo; Dec. n. 8821, art. 118; Dec. n. 164, art. 22, 2.ª parte).

- 189. Negada a concordata, rescindida, ou não havendo sido apresentada, a liquidação se tornará definitiva e proseguirá no seus termos até final (Dec. n. 164, de 1890, art. 24; Lei n. 3150, de 1882, art. 24; Dec. n. 8821 de 1882, art. 119).
- 190. Os credores, representando dois terços dos creditos, podem: 1.° Continuar o negocio da companhia, organisando para esse fim uma nova sociedade anonyma, ou em nome collectivo, ou dando á empreza que lhes aprouver; —2.° Ou cedel-o á outra sociedade existente, ou que venha a se formar.
- § 1. A deliberação dos credores a este respeito será reduzida a instrumento publico ou particular, assignado por tantos delles quantos bastem para constituir a maioria exigida.

the creditors to decide as to a composition or winding up, by means of public notices giving sufficient time, and taking into consideration distances, in order that the convening may become known to absent interested persons.

§ 1. The summoning of known creditors shall be by means of letters, and of those not known, by public notices and announcements in the public newspapers.

§ 2. In the letters, public notices and announcements, the declarations set out in Art. 8421), 2nd part, of the Commercial Code, with the modifications resulting from Decree No. 3065 of the 6th of May 1882, shall be made (Law No. 3150 of 1882, Art. 21; Decree No. 8821, Art. 109; Decree No. 164 of 1890, Art. 21).

180. When the creditors are met, the directors and trustees being present, or in the absence of the directors, the claims presented shall be verified, the procedure established in Art. 8451) of the Commercial Code being observed. The claims of

the members of the committee shall be verified by the trustees.

181. At the second meeting, which must take place at the latest within eight days after the first, the reports of the committees and of the trustees shall be presented, and after the claims have been verified, but only in order that the creditor may vote or be voted for, the discussion as to the composition, if one has been offered by the company, shall be proceeded with.

Should there be opposition with regard to any claim, and the creditors do not arrive at an agreement, the judge shall decide the question as he may deem just.

From the decision of the judge there shall be no appeal (Decree No. 8821 of

182. The composition shall only be admitted for discussion, if its proposal has been authorized by a number of shareholders who represent at least two thirds of the capital of the company (Decree No. 8821 of 1882, Art. 112).

183. The resolution accepting a composition, to be valid, must be taken in the terms of Decree No. 3065 of the 6th of May 1882 (Decree No. 8821 of the 30th

of December 1882, Art. 113).

184. The meeting of creditors is unnecessary, if the representatives of the company present to the judge a composition in writing which has been accepted by the legal number of creditors (Law No. 3150 of 1882, Art. 22; Decree No. 8821 of the same year, Art. 114; Decree No. 164 of 1890, Art. 22).

185. At any stage of the winding up a composition may be agreed to, even when it has been previously rejected, as long as it is accepted in the terms of Art. 183 (Decree No. 8821 of 1882, Art. 115; Law No. 3150 of the same year, Art. 23; Decree

No. 164 of 1890, Art. 23).

186. Creditors claiming ownership, mortgage and privileged creditors, who take part in the discussion of the composition, are subject to the clauses and conditions therein stipulated (Decree No. 8821 of 1882, Art. 116).

187. Dissenting creditors may oppose the acceptance of the composition: 1. At the presentation, discussion and decision of such objections, if the provisions of Arts. 850 and 851°) of the Commercial Code have been observed; — 2. There may be an appeal from the decision of the judge, but only with devolutive effect (Decree of 1882, Art. 117).

188. The composition, after having been legally confirmed, is binding on all the creditors, except those claiming ownership and mortgage or privileged creditors (Law No. 3150, Art. 22, 2nd sentence; Decree No. 8821, Art. 118; Decree No. 164,

Art. 22, 2nd part).

189. If the composition has been rejected, rescinded, or not presented, the winding up shall become definitive, and shall proceed through all its stages to the end (Decree No. 164, of 1890, Art. 24; Law No. 3150, of 1882, Art. 24; Decree

No. 8821 of 1882, Art. 119).

190. Creditors who represent two thirds of the claims may: 1. Continue the business of the company, forming with this object a new joint stock company, or an unlimited partnership with a firm name, or giving the undertaking a name of which they approve; — 2. Or transfer it to another existing association or to one which is to be formed.

§ 1. The resolution of the creditors in this respect shall be drawn up in a notarial or private instrument, signed by as many as are necessary to constitute the

required majority.

¹⁾ See note p. 99 ante (Translator). — 2) See note p. 99 ante (Translator).

§ 2. O activo social será recebido, assim no caso do n. 1 como do n. 2, por preço nunca inferior ao do inventario, de que trata o art. 174.

O excesso, se houver, do dito preço sobre o total das dividas, será restituido

aos accionistas.

- § 3. A' vista do requerimento, acompanhado do documento contendo a deliberação dos credores, o juiz ordenará aos syndicos que entreguem o activo social á pessoa designada no dito requerimento, ou aos terceiros a quem houver sido feita a cessão (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 25; Dec. n. 8821 de 20 de dezembro de 1882, art. 120; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 25).
- 191. Desde o momento em que a liquidação se torna definitiva (art. 189), os syndicos se reputam revestidos de plenos poderes para todas as operações e actos da liquidação, como pagarem dividas passivas, demandarem e serem demandados.

§ 1. Os syndicos podem ser destituidos, á requerimento dos credores em maioria

de numero e creditos, sem necessidade de allegarem causa justificada.

§ 2. Dando-se causa justificada, a destituição póde ser decretada ex-officio, ou á requerimento de qualquer credor (Lei n. 3150 de 1882, art. 54; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 121; Dec. n. 164 de 1890, art. 24).

192. Os syndicos procederão immediatamente á venda de todos os bens,

effeitos e mercadorias e á liquidação das dividas activas e passivas.

A venda será feita em leilão publico, precedendo licença do juiz e com as solem-

nidades da lei (Dec. n. 8821 de 1882, art. 122).

193. Para transigirem sobre as dividas e negocios da liquidação é necessario que os syndicos tenham poderes expressos, concedidos pelos credores (Dec. n. 8821 de 1882, art. 123).

194. Os syndicos são obrigados a apresentar ao juiz, todos os mezes, uma

conta exacta do estado da liquidação e das quantias em caixa.

§ 1. O juiz poderá ordenar dividendos, sempre que o rateio possa dar 5%, devendo as quantias pagas ser notadas nos respectivos titulos, ou creditos, e lançadas em uma folha que os credores assignarão.

§ 2. Se dos livros da sociedade, ou por algum documento attendivel, constar que existem credores ausentes, o juiz, sobre representação dos syndicos, poderá mandar que se reservem os dividendos que lhes podem tocar (Dec. n. 8821 de 1882,

art. 124).

195. Os syndicos, logo for negada ou rescindida a concordata, reverão a lista dos credores, cujos titulos lhes serão entregues no prazo de oito dias, annunciado nas folhas publicas; e, á proporção que os forem conferindo com os livros e papeis da sociedade, os darão, por uma nota datada e assignada, por admittidos ao passivo, ou os rejeitarão pelas razões occurrentes, segundo lhes parecer de justiça.

Em a nota de admissão se declarará a graduação que compete ao credito.

Os titulos originaes, attendidos ou desattendidos, serão restituidos aos porta-

dores (Dec. n. 8821 de 1882, art. 125).

- 196. Occorrendo duvida sobre a procedencia ou classificação dos creditos, a questão se resolverá segundo os termos e fórmas do art. 860 do Codigo Commercial; os syndicos destribuirão os credores pelas classes á que pertencerem, formando cada classe uma lista (Dec. n. 8821 de 30 dezembro de 1882, art. 126).
- 197. Terminadas as diligencias da admissão e classificados os creditos, os syndicos distribuirão os credores pelas classes a que pertencerem, formando de cada classe uma lista.
- § 1. A classificação e preferencia serão reguladas pelas disposições dos arts. 619, 620, 621, 622, 623 e 625 do Dec. n. 737 de 25 de novembro de 1850, e do Dec. n. 169 A. de 19 de janeiro de 1890.

§ 2. As listas de classificações serão remettidas ao juiz. Poderá o juiz ordenar

as alterações que lhe parecerem justas.

Das suas decisões cabe o recurso de appellação tão sómente no effeito devolutivo (Dec. n. 8821 de 1882, art. 127).

§ 2. The assets of the company shall be taken, as well in the case of No. 1 as in that of No. 2, at a price never lower than that of the inventory of which Art. 174 treats.

Should there be any surplus of the said price over the total amount of the

liabilities, the same shall be restored to the shareholders.

§ 3. On presentation of a requisition, accompanied by a document containing the resulution of the creditors, the judge shall order the trustees to deliver the assets of the company to the person designated in the said requisition, or to the third persons to whom the same have been transferred (Law No. 3150 of the 4th of November 1882, Art. 25; Decree No. 8821 of the 20th of December 1882, Art. 120; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 25).

191. As soon as the winding up has become definitive (Art. 189), the trustees are considered as vested with full powers for all the operations and acts of liquidation, such as paying outstanding debts and bringing and defending actions.

§ 1. The trustees may be removed, on the requisition of a majority in number and in claims of the creditors, without the necessity of alleging justifiable grounds.

§ 2. If justifiable grounds are presented, the removal may be decreed ex officio, or on the requisition of any creditor (Law No. 3150 of 1882, Art. 54; Decree No. 8821 of the same year, Art. 121, Decree No. 164 of 1890, Art. 24).

192. The trustees may immediately proceed to the sale of all the property,

effects and merchandise and to the liquidation of the assets and liabilities.

The sale shall be made by public auction, after permission has been obtained from the judge, and with the legal formalities (Decree No. 8821 of 1882, Art. 122).

193. It is necessary that the trustees should have express powers, granted by the creditors, to compound in respect of the debts and business of the liquidation (Decree No. 8821 of 1882, Art. 123).

194. The trustees are bound to present to the judge, monthly, an exact state-

ment of the position of the liquidation and of the moneys in hand.

§ 1. The judge may order dividends to be paid whenever an apportionment can give 5%, and payments made must be noted on the respective documents of

title or credit notes, and entered on a sheet which the creditors shall sign.

§ 2. If, from the books of the company, or from any document which merits attention, it appears that there are absent creditors, the judge, at the request of the trustees, may order that the dividends to which they may be entitled be set aside (Decree No. 8821 of 1882, Art. 124).

195. The trustees, as soon as the composition has been rejected or rescinded, shall revise the list of the creditors, whose documents of title shall be delivered to them within a period of eight days, to be announced in the public newspapers; and, as they proceed to compare them with the books and papers of the company, shall pronounce them, by a dated and signed note, as admitted to share, or shall reject them for reasons that they find, as may appear just to them.

them for reasons that they find, as may appear just to them.

In the note of admission the rank to which the claim belongs shall be

stated.

Original documents of title, whether admitted or not, shall be restored to the

holders (Decree No. 8821 of 1882, Art. 125).

196. Should any doubt arise as to the source or classification of the claims, the question shall be decided according to the terms and formalities of Art. 860¹) of the Commercial Code; the trustees shall divide the creditors according to the classes to which they belong, making a list of each class (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 126).

197. After the investigations for admission of claims are ended and the debts classified, the trustees shall divide the creditors according to the classes to which

they belong, making a list of each class.

§ 1. The classification and rank shall be regulated by the provisions of Arts. 619, 620, 621, 622, 623 and 625 of Decree No. 737 of the 25th of November 1850, and of Decree No. 169 A the 19th of January 1890.

§ 2. The list of the classifications shall be sent to the judge. The judge may

order any alterations which appear to him just.

From his decisions an appeal lies, but only with devolutive effect (Decree No. 8821 of 1882, Art. 127).

¹⁾ See note p. 99 ante (Translator).

198. Approvada a classificação dos credores, os pagamentos far-se-hão na conformidade dos arts. 178, 179 e 180 do Dec. n. 737 de 25 de novembro de 1850 (Dec. n. 8821 de 1882, art. 128).

199. Realisados os pagamentos, serão os credores convocados para assistirem

á prestação de contas.

Com a prestação de contas se entendem terminadas as operções dos syndicos (Dec. n. 8821 de 1882, art. 129).

Capitulo IX. Disposições penaes.

200. Incorrem na multa de 200\$ a 5:000\$000: 1.° Os fundadores de sociedades, que na constituição dellas deixarem de observar as formalidades prescriptas no art. 3, seus paragraphos e numeros do Dec. n. 164 de 18 de janeiro de 1890; — 2.° Os administradores, que, havendo sido nomeados no instrumento publico da constituição da sociedade, ou na assembléa geral de que trata o art. 75, deixarem de observar as prescripções dos arts. 79 e 80; — 3.° Os administradores que não cumprirem as disposições do art. 91, a do art. 112 e a do art. 143, deixando de convocar a assembléa geral ordinaria nas épocas marcadas nos estatutos; — 4.° Os administradores que violarem as disposições do art. 147; — 5.° Os administradores que emittirem obrigações ao portador em contravenção ás disposições dos arts. 41 e 42 (Lei n. 3150 de 1882, art. 26 e seus numeros; Dec. n. 8821 de 1882, art. 135 e seus numeros; Dec. n. 164 de 1890, art. 26 e seus numeros).

201. Incorrerão nas penas de prisão cellular por um a quatro annos e multas de 100\$ a 500\$000: 1.° Os administradores de sociedades ou companhias anonymas, que, por conta dellas, comprarem e venderem acções das mesmas so ciedades ou companhias; salvo a faculdade de as amortisar na fórma permittida por lei; — 2.° Os administradores ou agentes que distribuirem dividendos não devidos; — 3.° Os administradores que por qualquer artificio promoverem falsas cotações das acções; — 4.° Os administradores que, em garantia de creditos sociaes, accei-

tarem penhor de acções da propria companhia.

202. Serão considerados cumplices os fiscaes, que deixarem de denunciar nos seus relatorios annuaes a distribuição de dividendos não devidos, e quaesquer fraudes praticadas no decurso do anno, e constantes dos livros e papeis sujeitos ao seu exame (Dec. n. 847 de 11 de outubro de 1890; Codigo Criminal, art. 340; Dec. n. 8821 de

1882, art. 196, paragrapho unico).

- 203. No caso de dissolução da sociedade anonyma por insolvabilidade, ou por cessação de pagamentos, serão punidos com as penas do estellionato (art. 340 do Codigo Criminal de 11 de outubro de 1890) os administradores ou gerentes que subtrahirem os livros da mesma sociedade, inulilisarem-nos, ou lhes alterarem o conteúdo; os que diminuirem, desviarem, ou occultarem parte do activo; ou os que em instrumentos publicos, em escriptos particulares ou em balanços reconhecerem a sociedade devedora de sommas que effectivamente ella não deva (Lei n. 3150 de 1882, art. 28; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 137; Dec. n. 164 de 1890, art. 28).
- 204. Em todos os crimes de que trata este decreto, caberá a acção publica (Lei n. 3150 de 1882, art. 30; Dec. n. 8821, art. 138; Dec. n. 264 de 1890, art. 30).
- 205. A sociedade, qualquer accionista e os terceiros offendidos, podem dar queixa pelos crimes definidos nos artigos antecedentes (Dec. n. 8821 de 1882, art. 139).
- 206. Os pareceres dos fiscaes, em que se denunciarem quaesquer dos ditos crimes, serão remettidos, por cópia authentica, ao sub-procurador junto ao Tribunal Civil e Criminal no Districto Federal (Arts. 101 § 5 n. 22, e 165 do Dec. n. 1030 de 14 de novembro de 1890); e aos promotores publicos das comarcas, nos Estados, para darem denuncia e promoverem os termos da accusação (Dec. n. 8821, art. 140).
- 207. Serão igualmente e para o mesmo fim remettidos aos referidos agentes do ministerio publico, por ordem do juiz da causa, certidão das peças, autos ou termos, donde conste a existencia de qualquer dos crimes alludidos (Dec. n. 8821 de 1882, art. 141).
- 208. Os crimes, de que trata o art. 200, serão processados, segundo as prescripções dos arts. 47 e 48 do Dec. n. 4824 de 22 de novembro de 1871 e julgados

198. After the classification of the creditors has been approved, the payments shall be made in conformity with Arts. 178, 179 and 180 of Decree No. 737 of the 25th of November 1850 (Decree No. 8821 of 1882, Art. 128).

199. After the payments have been made, the creditors shall be summoned

to attend the presentation of the accounts.

After the accounts have been presented, the functions of the trustees are considered as terminated (Decree No. 8821 of 1882, Art. 129).

Chapter IX. Penal provisions.

200. The following are liable to a fine or from 200 \$000 to 5:000 \$000: 1. Founders of companies who, in the constitution of the same, fail to observe the formalities set out in Art. 3, its paragraphs and numbers of Decree No. 164 of the 18th of January 1890; — 2. Directors who, having been appointed in the notarial instrument of the constitution of the company or at the general meeting of which Art. 75 treats, fail to observe the provisions of Arts. 79 and 80; — 3. Directors who do not comply with the provisions of Art. 91, that of Art. 112 and that of Art. 143, failing to convene the ordinary general meetings at the times fixed by the articles of association; — 4. Directors who violate the provisions of Art. 147; — 5. Directors who issue debentures to bearer in contravention of the provisions of Arts. 41 and 42 (Law No. 3150 of 1882, Art. 26 and its numbers; Decree No. 8821 of 1882, Art. 135 and its numbers; Decree No. 164 of 1890, Art. 26 and its numbers).

201. The following are liable to the penalties of solitary confinement for from one to four years and fines of from 100 \$ 000 to 500 \$ 000: 1. Directors of associations or joint stock companies who, for the account of the same, buy or sell shares of the same associations or companies; saving the power of redeeming them in the manner allowed by law; — 2. Directors or agents who distribute dividends which are not due; — 3. Directors who by any artifice promote false quotations of the shares; — 4. Directors who, as security for the credits of the company, accept in pledge shares

of the same company.

202. Inspectors who fail to denounce in their annual reports the distribution of dividends which are not due, or any malpractices which have occurred during the year, and appearing in the books and papers subject to their scrutiny, will be considered as accomplices (Decree No. 847 of the 11th of October 1890; the Criminal

Code, Art. 340; Decree No. 8821 of 1882, Art. 196, sole paragraph).

203. In case of the dissolution of a joint stock company through insolvency, or through cessation of payments, the directors or agents who take away, render useless or alter the contents of the books of the said company, shall be punished with the penalties of stellionate (the selling by any one of that which does not belong to him) (Art. 340 of the Criminal Code of the 11th of October 1890); also those who embezzle, misappropriate, or conceal part of the funds; and those who by notarial instruments, by private documents or in balance sheets, make the company appear to be indebted for amounts which it really does not owe (Law No. 3150 of 1882, Art. 28; Decree No. 8821 of the same year, Art. 137; Decree No. 164 of 1890, Art. 28).

204. In respect of all the offences of which this Decree treats, a public prosecution may take place (Law No. 3150 of 1882, Art. 30; Decree No. 8821, Art. 138;

Decree No. 264 of 1890, Art. 30).

205. In respect of offences defined in the preceding Articles, the company, any shareholder or prejudiced third persons may claim redress (Decree No. 8821

of 1882, Art. 139).

206. In the Federal District, a certified copy of the report of the inspectors, in which any of the said offences are denounced, shall be sent to the assistant public prosecutor attached to the Civil and Criminal Court (Arts. 101, § 5, No. 22, and 165 of Decree No. 1030 of the 14th of November 1890); and in the States, to the public prosecutors in the hundreds, in order to commence proceedings in reference to the charge and the accusations (Decree No. 8821, Art. 140).

207. A certificate of the exhibits, records or entries, from which the existence of any of the said offences appears, shall likewise be sent, and for the same purpose, to the said representatives of the Public Prosecutor's office (Decree No. 8821 of

1882, Art. 141).

208. The offences of which Art. 200 treats shall be tried, according to the provisions of Arts. 47 and 48 of Decree No. 4824 of the 22nd of November 1871,

pelo juiz de direito da comarca nos Estados, ou pelo jury no Districto Federal, com os recursos legaes (Dec. n. 8821 de 1882, art. 142; Dec. n. 1030 de 14 de novembro de 1890, art. 107; Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 29).

209. As multas impostas em virtude das disposições do art. 200, serão recolhidas ao Thesouro Publico Nacional, como verba da receita geral da Republica.

210. Na imposição das penas decretadas pela Lei n. 3150 e Dec. n. 164 de 1890, se observarão as regras do art. 62 do Codigo Criminal (Dec. n. 8821 de 1882).

Capitulo X. Disposições geraes.

211. São applicaveis ás sociedades anonymas existentes na época da promulgação do Dec. n. 164 de 17 de janeiro de 1890, as seguintes disposições do mesmo decreto:

Os §§ 1, 2 e 8 do art. 2; o art. 6 e seus numeros;

Os §§ 1 e 2 do art. 10; os arts. 11, 13, 17 e 18 a 25 inclusive; os ns. 3 e 5 do art. 23; os ns. 1, 2 e 3 do art. 27; os arts. 28, 31 e 32; o § 3 do art. 7, os arts. 12, 14, 15 e 16; o art. 27, seus numeros e paragraphos (Dec. n. 164 de 1890, art. 33).

212. As sociedades anonymas preexistentes se podem converter nas sociedades

anonymas de que trata este decreto.

- § 1. Para esse fim é necessario que por meio de novos estatutos, ou contracto social, se organizem e se constituam de harmonia com as disposições do presente decreto.
- § 2. Póde formar capital da nova sociedade o capital da antiga e substituir a mesma divisão de acções, as quaes serão substituidas por novos titulos. O capital, consistente em bens, cousas, obras, serviços ou direitos, será admittido pelo valor, em que fôr estimado, na conformidade das disposições deste decreto.
- § 3. A nova sociedade não se reputará definitivamente constituida se todo o seu capital não estiver subscripto, e se não estiver realizada a decima parte em dinheiro do valor de cada acção (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 164).
- 213. A fusão de duas ou mais sociedades anonymas, em uma só, se considerará como constituição de nova sociedade, e, portanto, se realizará de conformidade com os arts. 65 e seguintes deste decreto (Dec. n. 8821 de 1882, art. 165).
- 214. As disposições deste decreto não comprehendem as sociedades de soccorros mutuos, nem as litterarias, scientificas, politicas e beneficentes, salvo se se organizarem pela fórma anonyma.

As ditas sociedades se podem instituir sem autorização do governo e continuam

a ser regidas pelo direito anterior a este decreto.

Capitulo XI. Das sociedades em commandita por acções.

215. E' permittido ás sociedades em commandita (Codigo do Commercio, arts.311 a 314) dividir em acções o capital, com que entram os socios commanditarios.

Não póde ser dividido em acções o capital com que entram os socios solidariamente responsaveis. Todavia, não lhes é prohibido, com os seus recursos individuaes, adquirir acções (Lei n. 3150 de 1882, art. 35; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 145; Dec. n. 164 de 1890, art. 35).

216. Os socios commanditarios só se obrigam pela quota do capital das acções que subscrevem, ou lhes são cedidas (art. 813 do Codigo Commercial; Dec. n. 8821

de 1882, art. 146).

217. Os gerentes são illimitada e solidariamente responsaveis por todas as

dividas, compromissos e obrigações sociaes.

Qualquer socio, sem ser gerente, póde, pelo contracto, contrahir responsabilidade illimitada e solidaria (Lei n. 3150 de1882, art. 35 § 1; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 147; Dec. n. 164 de 1890, art. 35 § 1).

218. As sociedades em commandita por acções, embora não lhes seja vedado qualificarem-se por uma denominação especial, ou pela designação do seu objecto, devem ter firma ou razão social.

and decided by the superior judge of the hundred in the States, or by jury in the Federal District, subject to an appeal in each case according to law (Decree No. 8821 of 1882, Art. 142; Decree No. 1030 of the 14th of November 1890, Art. 107; Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 29).

209. Fines imposed in virtue of the provisions of Art. 200 shall be paid into

the National Treasury, as general government receipts.
210. The rules of Art. 62 of the Criminal Code shall be observed in the imposition of the penalties decreed by Law No. 3150 and Decree No. 164 of 1890 (Decree No. 8821 of 1882).

Chapter X. General provisions.

211. The following provisions of Decree No. 164 of the 17th of January 1890 are applicable to joint stock companies in existence when the said Decree came into force:

§§ 1, 2 and 8 of Art. 2; Art. 6 and its numbers;

§§ 1 and 2 of Art. 10; Arts. 11, 13, 17 and 18 to 25 inclusive; Nos. 3 and 5 of Art. 23; Nos. 1, 2 and 3 of Art. 27; Arts. 28, 31 and 32; § 3 of Art. 7, Arts. 12, 14. 15 and 16; Art. 27, its numbers and paragraphs (Decree No. 164 of 1890, Art. 33).

212. Pre-existing joint stock companies may be converted into joint stock

companies of which this Decree treats.

§ 1. In order to do this it is necessary that they be organized and constituted by means of new articles of association, or a new contract of association, in accordance

with the provisions of this Decree.

§ 2. The capital of the old company may form the capital of the new, and the same division into shares may be adopted with the substitution of new documents of title. The capital, consisting of properties, things, works, services or rights, shall be accepted according to the value at which they are appraised, in conformity with the provisions of this Decree.
§ 3. The new company shall not be considered as definitely constituted unless

all the capital has been subscribed, nor unless a tenth part in money of the value of each share has been paid up (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882,

Art. 164).

213. The amalgamation of two or more joint stock companies into one, shall be considered as the formation of a new company, and, consequently, shall be effected in conformity with Art. 65 and those which follow of this Decree (Decree No. 8821 of 1882, Art. 165).

214. Mutual benefit, literary, scientific, political and philanthropic societies

do not come under the provisions of this Decree, unless they have been organized as

joint stock companies.

Such societies may be formed without Government authorization, and continue to be governed by the legislation in force previous to this Decree.

Chapter XI. Limited partnerships with share capital.

215. Limited partnerships are allowed to divide the capital which is contributed by the limited partners into shares (Commercial Code, Arts. 311 to 314).

The capital contributed by unlimited partners cannot be divided into shares. They are not, however, prevented from acquiring shares in their individual capacities (Law No. 3150 of 1882, Art. 35; Decree No. 8821 of the same year, Art. 145; Decree No. 164 of 1890, Art. 35).

216. Limited partners are only liable to the extent of the shares which they subscribe towards the capital, or which are transferred to them (Art. 8131) of the

Commercial Code; Decree No. 8821 of 1882, Art. 146).

217. The managers are jointly and severally and without limit liable for all

partnership debts, engagements and obligations.

Any partner, though not a manager, may, in the contract, bind himself jointly and severally and without limit (Law No. 3150 of 1882, Art. 35 § 1; Decree No. 8821 of the same year, Art. 147; Decree No. 164 of 1890, Art. 35 § 1).

218. Limited partnerships with share capital, although not forbidden to be designated by a special name, or by the name of their object, must have a partnership style or firm name.

¹⁾ See note p. 99 ante (Translator).

§ 1. Da firma só podem fazer parte os nomes dos gerentes e dos socios

solidarios.

§ 2. Ficam illimitada e solidariamente responsaveis os socios que, por seus nomes, prenomes, ou appellidos, figurarem na firma social, ou que della usarem, assignando-a, salvo se o fizerem como procuradores e com expressa declaração (Lei n. 3150 de 1882, art. 35 § 1; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 148; Dec. n. 164 de 1890, art. 35 § 1).

219. Os nomes dos gerentes devem ser indicados no contracto, ou acto constitutivo da sociedade (Lei n. 3150, § 2 do art. 35; Dec. n. 8821 de 1882, art. 149;

Dec. n. 164 de 1890, § 2 do art. 35).

220. A sociedade em commandita por acções se forma por escriptura publica ou particular, assignada por todos os socios; e não se reputará legalmente constituida senão depois de subscripto o capital todo e depositado em banco de emissão, ou em outro sujeito á fiscalisação do Governo ou que para esse fim se sujeite a ella, ou no Thesouro, Thesouraria ou Collectoria, a decima parte do capital subscripto (Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 36; Dec. n. 8821 de 1882, art. 150; Dec. n. 164 de 1890, art. 36; Dec. 850 de 13 de outubro de 1890, art. 5; Dec. n. 997 de 11 de novembro do mesmo anno, art. 3).

221. Nenhum contracto ou operação terá logar por conta da sociedade antes de preenchidas as formalidades dos arts. 79 e 80 deste decreto (Dec. n. 8821 de 1882,

art. 151).

222. Os poderes do gerente, os direitos dos commanditarios, quanto ás deliberações e actos de fiscalisação e os casos de dissolução, além dos mencionados no art. 148 deste decreto, serão regulados nos estatutos, ou contracto social (Lei n. 3150 de 1882, art. 37; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 152; Dec. n. 164 de 1890, art. 37).

223. No caso de omissão dos estatutos ou contracto social, os gerentes se reputam revestidos de poderes de livre administração, e, portanto, com as faculdades necessarias para praticar todos os actos e operações, que entendem com o

fim da sociedade.

Não poderão, porém, sem mandato expresso, alienar ou hypothecar os immoveis, contrahir compromissos e obrigações alheios ao objecto da sociedade, nem transigir sobre direitos, de que não lhes é licito dispor (Dec. n. 8821 de 1882, art. 153).

224. Nos estatutos, ou contracto social, se póde conferir á assembléa geral o direito de destituir o gerente, ou gerentes, e de nomear outros que o substituam.

Na falta de clausula expressa, os gerentes nomeados no contracto social não poderão ser destituidos senão por causa legitima, como infidelidade, abuso, malversação ou fraude (Dec. n. 8821 de 30 de dezembro de 1882, art. 154).

225. Salvo clausula ou estipulação em contrario:

- § 1. A assembléa geral não póde, sem expresso accordo do gerente ou gerentes, ratificar ou praticar actos que interessem á sociedade para com terceiros, ou que importem mudança ou alterações do contracto social.
- § 2. Em caso de morte (quando pelo contracto social a morte não traz a dissolução), incapacidade legal, ou de impedimento do gerente, compete aos fiscaes fazer a nomeação de um administrador provisorio, que só poderá praticar actos de simples gestão, ou os que forem necessarios para a conservação dos direitos da sociedade.
- § 3. Dentro do prazo de quinze dias a contar da data da nomeação do administrador provisorio, será convocada a assembléa geral, para eleger o gerente effectivo.
- § 4. O administrador provisorio só é responsavel como mandatario e pela execução do mandato.
- § 5. Quando os gerentes são dois ou mais, e fallece algum delles, não ha necessidade de nomear-se administrador provisorio, nem tão pouco substituto effectivo (Lei n. 3150 de 1882, art. 38; Dec. n. 8821 de 1882, arts. 155 e 158; Dec. n. 164 de 1890, art. 38).

226. A sociedade em commandita por acções, salvo estipulação em contrario, se dissolve pela morte de qualquer dos gerentes (Lei n. 3150, art. 38 § 3; Dec. n. 8821,

art. 157).

§ 1. Only the names of the managers or of the unlimited partners can form

part of the firm name.

§ 2. Partners who by their names, Christian names, or the names by which they are known, figure in the firm name, or make use of it and sign it, are jointly and severally and without limit liable, unless they do so as attorneys and with special powers (Law No. 3150 of 1882, Art. 35 § 1; Decree No. 8821 of the same year, Art. 148; Decree No. 164 of 1890, Art. 35 § 1).

219. The names of the managers must be stated in the contract or instrument by which the partnership is constituted (Law No. 3150, § 2 of Art. 35; Decree No. 8821 of 1882, Art. 149; Decree No. 164 of 1890, § 2 of Art. 35).

220. A limited partnership with share capital is formed by notarial or private instrument, signed by all the partners; and will not be considered legally constituted until all the capital has been subscribed and a tenth part thereof deposited in a bank of issue, or in one which is under Government inspection, or which for the purpose becomes subject to it, or in the Treasury or a Revenue Office (Law No. 3150 of the 4th of November 1882, Art. 36; Decree No. 8821 of 1882, Art. 150; Decree No. 164 of 1890, Art. 36; Decree No. 850 of the 13th of October 1890, Art. 5; Decree No. 997 of the 11th of November of the same year, Art. 3).

221. No contract or operation on behalf of the company can take place until the formalities required by Arts. 79 and 80 of this Decree have been complied with

(Decree No. 8821 of 1882, Art. 151).

222. The powers of the manager, and the rights of the limited partners as to the resolutions and acts of inspection, and the cases of dissolution, besides those mentioned in Art. 148 of this Decree, shall be set out in the articles or contract of partnership (Law No. 3150 of 1882, Art. 37; Decree No. 8821 of the same year, Art. 152; Decree No. 164 of 1890, Art. 37).

223. If they are omitted from the articles or contract of partnership the managers are considered as vested with the powers of free administration, and, consequently, with the powers necessary for performing all acts and operations which are in con-

formity with the object of the partnership.

They cannot, however, without express authority, alienate or mortgage the immovable property, contract engagements or obligations foreign to the object of the partnership, nor negotiate compromises concerning rights, into which it is unlawful for them to enter (Decree No. 8821 of 1882, Art. 153).

224. Power may be given to the general meeting, in the articles or the contract of partnership, to remove the manager or managers, and to appoint others in their

In default of a special clause, managers appointed by the contract of partnership cannot be removed except for a just reason, such as infidelity, abuse, misconduct or fraud (Decree No. 8821 of the 30th of December 1882, Art. 154).

225. Unless there is a clause or stipulation to the contrary: § 1. The general meeting cannot, without express agreement with the manager or managers, confirm or perform acts which concern the partnership as regards third persons, or which cause any change or alteration in the contract of partnership.

§ 2. In case of the death (when according to the contract of partnership such death does not entail dissolution), legal incapacity, or impediment of the manager, it is the duty of the inspectors to appoint a provisional administrator, who can only perform acts of simple management, or those which are necessary for maintaining the rights of the partnership.

§ 3. Within a period of fifteen days reckoned from the date of appointment of the provisional administrator, a general meeting shall be convened to elect a

permanent manager.

§ 4. The provisional administrator is only liable as a mandatory and for the

performance of the mandate.

§ 5. When there are two or more managers, and one of them dies, it is not necessary to appoint a provisional administrator, nor even a permanent substitute (Law No. 3150 of 1882, Art. 38; Decree No. 8821 of 1882, Arts. 155 and 158; Decree No. 164 of 1890, Art. 38).

226. A limited partnership with share capital, unless there is a stipulation to the contrary, is dissolved by the death of any of the managers (Law No. 3150,

Art. 38 § 3; Decree No. 8821, Art. 157).

227. Os gerentes representam a sociedade em suas relações com terceiros.

Os socios commanditarios, nas suas relações com os gerentes, são representados pela assembléa geral, e por ella exercem os seus direitos de deliberação e fiscalisação

(Dec. n. 8821 de 1882, art. 156).

228. Os fiscaes podem representar em juizo a sociedade para intentar contra os socios solidarios as acções necessarias, se assim o deliberar a assembléa geral, sem prejuizo do direito de cada um dos commanditarios (Lei n. 3150 de 1882, art. 39; Dec. n. 8821 do mesmo anno, art. 159; Dec. n. 164 de 1890, art. 39).

229. São applicaveis ás sociedades em commandita por acções as disposições dos §§ 1 e 2 do art. 1, dos arts. 4, 5, e 7, e seus paragraphos, e dos arts. 8, 11, 13, 14, 15, 16 e 17 do Dec. n. 164 de 1890.

230. São igualmente applicaveis a taes associações as disposições do art. 26 ns. 1, 2, 3 e 4, e dos arts. 27, 29, 30, 32 e seus paragraphos do decreto citado n. 164

de 1890.

231. As sociedades em commandita por acções são sujeitas ao processo da fallencia, na conformidade do Dec. n. 917 de 24 de outubro de 1890.

Seguros de vida, maritimos e terrestres.

(Decreto N°. 5072 — de 12 de dezembro de 1903.)

Titulo I. Das companhias de seguros.

Capitulo I. Disposições geraes.

- Art. 1. As companhias de seguros de vida, terrestres e maritimos, nacionaes ou estrangeiras, quer operem sob a fórma anonyma, quer sob o regimen de mutualidade, dependem de autorização do Governo Federal, para funccionar na Republica.
- 2. As companhias de seguros são obrigadas: I. A prestar uma garantia inicial de duzentos contos em dinheiro ou em apolices federaes da divida publica; II. A estabelecer, quando forem de seguros terrestres e maritimos, uma reserva estatutaria nunca inferior a 20% dos lucros liquidos, a qual será empregada em valores nacionaes, taes como: apolices federaes da divida publica, titulos garantidos pela União, immoveis situados no territorio nacional, hypothecas á curto prazo e acções de estradas de ferro; III. A fornecer á Inspectoria de Seguros, dentro dos primeiros sessenta dias do semestre seguinte, uma relação dos seguros effectuados durante o semestre findo, com os numeros das apolices emittidas ou dos recibos de renovação, o capital segurado e o respectivo premio; e tambem a dos sinistros pagos, das commissões e mais despezas; IV. A publicar annualmente, no Diario Official e nas folhas de maior circulação das Capitaes dos Estados onde tiverem a sua séde, o ultimo balanço de suas operações; V. A fornecer aos seus segurados um exemplar impresso e em lingua portugueza desse balanço.
- 3. E' licito á mesma companhia operar em seguros de vida e de outra qualquer especie, comtanto que tenha fundos e estabeleça reservas em separado para cada ramo de seguro e preste nova garantia inicial, nos termos do artigo anterior, n. I.

4. A garantia inicial está sujeita a despezas com pagamentos de multas e indemnisações, administrativa ou judicialmente decretadas, que não forem pagas

pontualmente.

- 5. A' companhia que não puder completar a garantia inicial, desfalcada com o pagamento das despezas a que se refere o artigo anterior, será cassada a autorização para funccionar na Republica.
- 6. Sempre que dos relatorios, balanços e mais documentos publicados e enviados á Inspectoria de Seguros se verificar que estão desfalcados o capital e as reservas de uma companhia, necessarios á garantia de suas operações, o Ministro

227. The managers represent the partnership in their relations with third

Limited partners, in their relations with the managers, are represented by the general meeting, and through it exercise their rights of discussion and inspection

(Decree No. 8821 of 1882, Art. 156).

228. The inspectors may represent the partnership in Court, for the purpose of bringing any actions which may be necessary against the unlimited partners, if a general meeting so resolves, without prejudice to the right of each of the limited partners (Law No. 3150 of 1882, Art. 39; Decree No. 8821 of the same year, Art. 159; Decree No. 164 of 1890, Art. 39).

229. The provisions of §§ 1 and 2 of Art. 1, of Arts. 4, 5 and 7, and paragraphs, and of Arts. 8, 11, 13, 14, 15, 16 and 17 of Decree No. 164 of 1890, are

applicable to limited partnerships with share capital.

230. The provisions of Art. 26 Nos. 1, 2, 3 and 4, and of Arts. 27, 29, 30, 32 and its paragraphs of the said Decree No. 164 of 1890, are likewise applicable to such partnerships.

231. Limited partnerships with share capital are subject to bankruptcy pro-

ceedings, in conformity with Decree No. 917 of the 24th of October 1890.

Life, marine and land insurance.

(Decree No. 5072 of the 12th of December 1903.)

Title I. Insurance associations.

Chapter I. General provisions.

Art. 1. Life, land and marine insurance associations, both national and foreign, whether they operate in the form of a joint stock company or as a mutual society, require the authorization of the Federal Government, in order to carry on business

in the Republic.

2. Insurance associations are bound: I. To furnish a preliminary guarantee of two hundred contos in money or in federal public securities; — II. To establish, when they are formed for land or marine insurance, a statutory reserve of never less than 20% of the net profits, which shall be invested in national securities, such as: federal public securities, securities guaranteed by the Union, immovable property situated in national territory, mortgages at short term and railway shares; — III. To furnish to the Insurance Inspection Department, within the first sixty days of the following six months, a statement of the insurances effected during the past six months, with the numbers of the policies issued or of the renewal receipts, the amount insured and the respective premium; and also a statement of the losses paid, and of the commissions and other charges; — IV. To publish annually in the Official Gazette and in the papers of greater circulation in the Capitals of the States where they have their head office, the last balance sheet of their operations; — V. To furnish the persons assured with a printed copy of such balance sheet in the Portuguese language.

3. The same association may operate in life insurances and in those of any other kind, provided they possess funds and establish separate reserves for each branch of insurance and furnish a new preliminary guarantee, in the terms of the

preceding Article, No. I.

4. The preliminary guarantee is subject to expenses in connection with the payments of fines and compensations, administratively or judicially decreed, which

have not been paid at the proper time.

5. Authorization to carry on business in the Republic will be annulled, in respect of an association which cannot make up the amount of the preliminary guarantee, after a deduction has been made in respect of the payment of the expenses to which the previous Article refers.

6. Whenever, from the reports, balance sheets and other documents published and sent to the Insurance Inspection Department, it is found that the capital and the reserves of an association necessary for guaranteeing its operations are diminished,

da Fazenda mandará notificar á mesma companhia para, sob pena de ser cassada a autorização para funccionar, integralisar um e outras no prazo que fixará.

- 7. No caso de fusão entre duas companhias, ou quando as operações de uma companhia forem cedidas á outra, as companhias que tiverem realizado a transacção, deverão, nos dez dias seguintes ao acto, enviar ao Governo, por intermedio da Inspectoria de Seguros: documento da situação activa e passiva de uma e outra; exposição das condições da fusão ou cessão, e cópia authentica do contracto que as legalisara.
- 8. As companhias que funccionarem na data deste decreto continuam sujeitas ás leis vigentes ao tempo em que se instituiram, ou ás clausulas dos decretos que autorizarem a organisarem-se aquellas que dependiam de autorização do Governo.
- 9. Como medida de ordem publica, ficam, entretanto, as companhias actuaes sujeitas ás disposições do art. 2 ns. III, IV e V e ás disposições dos Caps. VI e VII. Em geral, ao regimen instituido neste decreto ficam sujeitas as que se reorganisarem ou assumirem novas responsabilidades nos casos previstos no art. 7.
- 10. As companhias nacionaes ou estrangeiras que quizerem cessar as suas operações, não poderão levantar do Thesouro a garantia inicial de duzentos contos, se não depois de expirado o prazo da ultima apolice emittida e de liquidadas todas as suas transacções no paiz.

§ 1. A companhia, nas condições referidas, fará inserir no Diario Official um aviso pelo prazo de 60 dias, afim de que os interessados apresentem as suas recla-

mações.

- § 2. Demonstrada por certidão a publicação do aviso e attestada pela Inspectoria de Seguros a situação da companhia, que, para este fim, lhe facultará o exame de sua escripturação, o Ministro da Fazenda determinará o levantamento da garantia, se não julgar conveniente outras providencias de ordem administrativa.
- 11. As companhias de seguros nacionaes ou estrangeiras manterão em dia um registro geral de suas apolices em vigor na Republica.
- § 1. Deste registro extrahirão trimestralmente um quadro, que remetterão á Inspectoria de Seguros, com dados precisos sobre os contractos a que se referem as apolices.

§ 2. A' Inspectoria é facultado o exame da escripturação do registro geral

sempre que julgal-o necessario.

§ 3. No registro geral serão inscriptas todas as apolices emittidas ou renovadas durante o anno, com indicação em columnas separadas: a) Do numero da apolice; — b) Do nome do segurado; — c) Do objecto do seguro e sua situação; — d) Da importancia segurada; — e) Da data do inicio do seguro; — f) Da data de sua terminação; — g) Do premio recebido.

Capítulo II. Das condições de funccionamento das companhias nacionaes de seguro em geral.

12. As companhias que se constituirem com o fim de operar sobre seguros deverão, antes de funccionar, requerer ao Ministro da Fazenda que se lhes expeça carta-patente de autorização.

13. A petição deverá ser instruida com documentos, devidamente legalisados, que provem: I. Que a companhia se constituiu com observancia das disposições do direito escripto em vigor; — II. Que foram praticados os actos de publicidade estabelecidos em lei.

14. O requerimento será, depois de inscripto sob numero de entrada no protocollo, sujeito ao exame da Inspectoria de Seguros para verificar: I. Se a companhia se acha legalmente constituida; — II. Se o seu regimen administrativo proporciona as garantias indispensaveis á regularidade dos seguros, de modo a não periclitarem os interesses dos segurados; — III. Se, nas companhias de fórma anonyma, as estipulações reguladoras da distribuição dos dividendos não violam as disposições dos arts. 116 e 117 do decreto n. 434 de 1891, e se os estatutos contêm sancção para a fraude que porventura oc corra na fixação dos proventos liquidos,

the Minister of Finance shall cause a notification to be made to the said association, requiring it, on pain of having its authorization to carry on business annulled, to make up the full amount of such capital and reserves, within a period which he shall fix.

7. In case of the amalgamation of two associations, or when the business of one association has been transferred to another, the associations which have carried out the transaction, must, within the ten days following, send to the Government, through the Insurance Inspection Department: a document showing the assets and liabilities of the one and the other; a statement of the conditions of the amalgamation or transfer, and a certified copy of the contract which is to authenticate them.

8. Associations which are carrying on business at the date of this Decree continue subject to the laws in force at the time when they were instituted, or, as to those which require the authorization of the Government, to the clauses of the

Decrees which authorized them to be constituted.

9. As a measure of public order, in the meantime, existing associations are subject to the provisions of Art. 2 Nos. III, IV and V and to the provisions of Chapters VI and VII. In general, those which are reorganized or assume new responsibilities in the cases set out in Art. 7, are subject to the provisions laid down in this Decree.

10. National and foreign associations which wish to discontinue their operations, cannot withdraw the preliminary guarantee of two hundred contos from the Treasury, until the period of the last policy issued has expired, nor until all their transactions in Brazil have been settled.

§ 1. An association in these circumstances shall cause a notice to be inserted in the Official Gazette naming a period of 60 days, during which interested persons

may present their claims.

- § 2. After the publication of the notice has been proved by a certificate and the position of the association attested by the Insurance Inspection Department, the said association having for this purpose placed the books at its disposal for examination, the Minister of Finance shall order the withdrawal of the guarantee, if he does not deem it necessary to order other measures of an administrative nature.
- 11. National and foreign insurance associations shall keep up to date a general register of their policies in force in the Republic.

§ 1. A statement, which shall be sent to the Insurance Inspection Department, with all necessary particulars relating to the contracts to which the policies refer, shall be extracted from this register every three months.

§ 2. The Inspection Department is empowered to examine the entries in the

general registry whenever it may think necessary.

§ 3. In the general registry all the policies issued or renewed during the year shall be entered, indicating in separate columns: a) the number of the policy; — b) the name of the assured; — c) the object insured and its situation; — d) the amount of the insurance; — e) the date when the insurance begins to run; — f) the date when it ends; — g) the premium received.

Chapter II. The conditions for the carrying on of business by national insurance associations in general.

12. Associations which are constituted for the purpose of operating in insurances must, before commencing business, apply to the Minister of Finance, who shall

issue to them letters patent of authorization.

13. The application shall be accompanied by documents, duly authenticated, which prove: I. That the association has been constituted with observance of the provisions of the written law in force; — Π . That the acts of publication prescribed

by law have been performed.

14. The requisition, after having been entered under its number of entry in the register, shall be subjected to the examination of the Insurance Inspection Department to verify: I. Whether the association is legally constituted; — II. Whether in its administrative organization it furnishes the indispensable guarantees to the regular adjustment of the insurances, in such a way as not to prejudice the interests of the assured persons; — III. Whether, in the case of associations in the form of joint stock companies, the provisions regulating the distribution of dividends do not violate the provisions of Arts. 116 and 117 of Decree No. 434 of 1891, and

distribuição ou partilha dos lucros que infrinjam os preceitos dos arts. 113, 114 e 115 do citado decreto n. 434.

- 15. Depois de instituido detido exame sobre a petição e os documentos, o Inspector de Seguros emittirá o seu parecer desenvolvido sobre a regularidade da constituição da companhia requerente; apreciará as garantias que offerece o capital social ao exito e successo das operações de seguro; salientará os inconvenientes, as omissões e as falhas que se lhe afigurar existirem no plano de operações, no regimen da apuração dos resultados e da distribuição dos proventos; proporá as medidas que julgar deverem ser tomadas no sentido de assegurar a garantia dos interesses dos segurados e que lhe parecerem necessarias no contracto ou estatuto social.
- 16. O Ministro da Fazenda, á vista da petição devidamente informada e instruida, resolverá conceder ou recusar a autorização, dando em um e outro caso o fundamento de sua decisão.
- 17. Si ao Ministro parecer necessaria a inclusão de clausulas que repute assecuratorias da situação dos segurados ou do interesse publico, poderá exigir que a companhia contemple as medidas lembradas entre as clausulas dos estatutos e só depois de assim praticado concederçá a autorização.
- 18. Esta autorização constará de uma carta-patente, que fará menção de todas as condições que o Governo entenda impor á companhia para que possa funccionar, e será assignada pelo Ministro da Fazenda.

19. A carta-patente não será entregue ao representante da companhia sem que este exhiba conhecimento do deposito da garantia inicial nos cofres do The-

souro.

- 20. E' licito á companhia á qualquer accionista ou á terceiros interessados obter certidão do conhecimento do deposito, nos termos do artigo anterior.
- $21.\ \,$ De posse da $\it carta-patente$ poderá a companhia encetar as operações de seguro.

Capitulo III. Das condições de funccionamento das companhias estrangeiras de seguros em geral.

22. As companhias que pretenderem obter autorização para funccionar no Brasil, deverão solicital-a do Ministro da Fazenda, instruindo sua petição: I. Com documentos que provem a sua existencia legal no paiz onde tiverem sua séde; — II. Com um exemplar dos estatutos: estes e os documentos do numero I deverão ser authenticados pelo representante do Brasil no paiz onde as companhias tiverem sua séde, ou pelo consul respectivo.

A's companhias é licito juntar, além destes documentos, todos os que julgarem

necessarios para prova de seu direito.

23. Na petição em que solicitarem autorização para funccionar deverão as companhias estrangeiras determinar, em algarismo preciso, o capital de operações

para os seguros a realizar no Brasil.

Paragrapho unico. Na mesma petição deverão as referidas companhias assumir a obrigação de manter na cidade do Rio de Janeiro sua agencia principal, com plenos poderes para resolver todas as questões que se suscitarem, quer com os particulares, quer com o Governo.

24. As companhias se obrigarão tambem a manter, nas capitaes dos Estados

- 24. As companhias se obrigarão tambem a manter, nas capitaes dos Estados onde lhes convier tomar seguros, um agente com os poderes necessarios para assumir as responsabilidades que cabem á agencia principal em virtude deste Decreto.
- 25. As companhias declararão submetter-se, em todas as suas relações com o Governo e os particulares, ás leis, aos regulamentos e aos tribunaes brasileiros; e ficam sujeitas ás disposições que regem as sociedades nacionaes de qualquer natureza, no tocante ás relações, direitos e obrigações entre a sociedade e seus credores, accionistas e quaesquer interessados, que tiverem domicilio no Brasil, embora ausentes.

whether the articles of association contain an opening for fraud which perchance may occur in the determination of the net receipts, or the distribution or division of profits which infringe the provisions of Arts. 113, 114 and 115 of the said Decree No. 434.

15. The Inspector of Insurances, after a minute examination of the application and of the documents, shall issue his detailed report concerning the legality of the constitution of the applicant association; he shall look carefully into the guarantees which the capital of the association offers for the good result and success of the operations of insurance; he shall call special attention to the inconsistencies, omissions and flaws which appear to him to be existing in the project of operations, in the rules for arriving at correct results and for the distribution of receipts; he shall suggest the measures which he considers should be adopted with the object of assuring that the interests of the persons insured shall be guaranteed and which appear to him necessary to be inserted in the contract or articles of association.

16. The Minister of Finance, on an examination of the application, accompanied by the necessary information and documents, shall decide either to grant or refuse

the authorization, giving in either case the grounds for his decision.

17. If it appears to the Minister necessary that provisions which he considers as safeguarding the position of the persons insured or the public interest should be inserted, he can demand that the association shall favourably consider the measures suggested to be added to the clauses of the articles of association, and only after

they have been adopted shall he grant the authorization.

18. This authorization shall consist of letters patent, which shall state all the conditions the Government deems it necessary to impose on the association in order that it may carry on business, and shall be signed by the Minister of Finance.

19. The letters patent shall not be delivered to the representative of the association without his producing a receipt for the deposit of the preliminary guarantee in the coffers of the Treasury.

20. It is lawful for the association or for any shareholder or interested third person, to obtain a certificate of the receipt of the deposit, in the terms of the pre-

ceding Article.

21. Having obtained the letters patent the association can commence insurance operations.

Chapter III. The conditions for the carrying on of business by foreign insurance associations in general.

22. Associations which desire to obtain authorization to carry on business in Brazil, must apply to the Minister of Finance for it, accompanying their applications by the following: I. Documents which prove their legal existence in the country where they have their head office; — II. A copy of their articles of association: these and the documents required by number I must be certified by the representative of Brazil in the country where the association has its head office, or by the respective Consul.

Besides these documents, associations may add all those which they consider

necessary to prove their rights.

23. In the application whereby it seeks authorization to carry on business, a foreign association must state, in precise figures, the capital for the operations in respect of the insurances to be effected in Brazil.

Sole paragraph. In the same application the said association must bind itself to maintain its principal agency in the City of Rio de Janeiro, with full powers to settle all questions which may arise, whether with private individuals or with the Government.

24. The association shall also bind itself to maintain, in the Capitals of the States where it suits it to accept insurances, an agent with the powers necessary for assuming the responsibilities which fall upon the principal agency in virtue of

this Decree.

25. The association shall declare that they will submit, in all their relations with the Government or with private individuals, to the Brazilian laws, regulations and Courts; and are subject to the provisions which govern national associations of whatever nature, as regards the relations, rights and obligations between the association and its creditors, shareholders or any interested persons who are domiciled in Brazil, though absent.

26. Examinada a petição e attendendo á situação da companhia e ás garantias de solvabilidade e boa administração que offerecerem, o Inspector de Seguros interporá o seu parecer, apreciando todos os elementos de constituição, de funccionamento e de prosperidade offerecidos pela companhia impetrante e concluirá opinando pela concessão ou recusa da autorização.

27. Se lhe parecerem necessarios additamentos ás clausulas contractuaes, propol-

as-ha, fundamentando o seu alvitre.

28. Concedida a autorização pelo Ministro, deverá a companhia, antes de expedida a carta-patente, fazer o deposito de 200 000 \$000, em dinheiro ou apolices da divida publica, nos cofres do Thesouro Federal, ou de suas delegacias nos Estados, se o autorizar o Ministro da Fazenda.

29. Provado o deposito com o respectivo documento, ordenará o Ministro da Fazenda que se expeça a carta-patente, nos termos estabelecidos neste Decreto.

A carta-patente deverá ser registrada na Inspectoria de Seguros, na Junta Commercial do Districto Federal e publicada no Diario Official.

30. A agencia principal, que as companhias devem ter na Capital Federal da Republica, será investida dos poderes necessarios para decidir todas as propostas de seguros feitas no Brasil, recusando-as ou acceitando-as, e, neste caso, emittindo

as apolices definitivas.

Paragrapho unico. A acceitação ou a recusa de seguro realizar-se-ha no prazo de 90 dias contados da apresentação da proposta, reputando-se acceito o seguro se, dentro deste prazo, não for recusado, assumindo a companhia expressamente a obrigação de pagar o risco do seguro, se o sinistro occorrer dentro dos 90 dias, sendo consideradas em deposito as quantias pagas pelo proponente.

31. A agencia principal terá tambem poderes para liquidar os sinistros e as

reclamações dos segurados.

- 32. As companhias estrangeiras sujeitar-se-hão á fiscalisação permanente do Governo Federal, que a exercerá por um fiscal de sua escolha, pago pela mesma companhia, ao qual assistirá o direito de examinar a escripturação e reclamar contra as irregularidades que encontrar, communicando as á Inspectoria de Seguros e aos interessados.
- 33. E' vedado ás companhias estrangeiras darem, sem prévia autorização do Governo Federal, execução ás alterações dos estatutos apresentados no acto de sua incorporação e que se acharem registrados na Inspectoria de Seguros.

Capitulo IV. Das companhias de seguros sob a fórma mutua.

34. As companhias de seguros sob a fórma de mutualidade, que se proponham a funccionar na Republica, deverão dirigir ao Ministro da Fazenda uma petição instruida: I. Com o projecto dos estatutos; — II. Com a relação dos subscriptores, em a qual far-se-ha menção dos nomes, profissão e domicilio dos mesmos, e das quotas da contribuição de cada um, com declaração da importancia dos valores segurados.

35. Na petição devem ser mencionados: — I. O fim e o objecto da companhia; — II. O logar em que vae funccionar; — III. O tempo dentro do qual deve ser organisada; — IV. A probabilidade do exito de suas operações.

36. As assignaturas dos impetrantes devem ser reconhecidas, mencionando-

se a residencia de cada um delles.

37. A mesma petição será sujeita ao exame da Inspectoria de Seguros para apurar: - I. Se é opportuna a creação da companhia; - II. Se está apparelhada pelo mecanismo da organisação de seu fundo, formado do conjuncto dos premios dos riscos que assume, para a realização do fim a quese propõe; — III. Se propõe a classificação dos riscos e apresenta o quadro das tarifas aos mesmos applicaveis, indicando o modo de alterar o quadro dos riscos e das tarifas; — IV. Se propõe o minimo dos valores segurados, indispensaveis para que a companhia se possa constituir solidamente, assim como a parte da contribuição do primeiro anno, que

26. The Inspector of Insurances, after having examined the application and having regard to the situation of the association and to the guarantees of solvency and good administration which are offered, shall interpose his report, carefully examining all the elements of the constitution, of the working and of the prosperity offered by the applicant association, and shall conclude by giving his opinion as to whether authorization should be granted or refused.

27. If additions to the clauses of the contract (of association) appear to him to

be necessary, he must propose them, giving the grounds for his opinion.

28. After authorization has been granted by the Minister, the association must, before the letters patent are sent, make the deposit of 200:000 \$ 000, in money or in public securities, into the coffers of the Federal Treasury, or into the departments representing it in the States, if the Minister of Finance authorizes this.

29. When the deposit has been proved by means of the proper document, the Minister of Finance shall order that the letters patent be issued, in the terms

established by this Decree.

The letters patent must be registered in the Insurance Inspection Department and in the Commercial Council of the Federal District and be published in the

30. The principal agency which the association must have in the Federal Capital of the Republic shall be invested with the powers necessary for deciding upon all the proposals for insurance made in Brazil, and either refusing or accepting them,

and, in the latter case, issuing the definitive policies.

Sole paragraph. The acceptance or refusal of an insurance must be decided upon within a period of 90 days reckoned from the presentation of the proposal, the insurance being considered as accepted if it has not been refused within this period, and the association expressly assuming the obligation of paying in respect of the insurance risk, if loss occurs within the 90 days, the amounts paid by the proposer being considered as deposited.

31. The principal agent shall also have the power of settling the losses and

claims of the assured.

- 32. Foreign associations must permanently be subject to the inspection of the Federal Government, which shall exercise it through an inspector of its choice, paid by the association in question; in this right of inspection shall be included the right of examining the books and protesting against any irregularities the inspector may meet with, which he shall communicate to the Insurance Inspection Department and to interested parties.
- 33. Foreign associations are prohibited, without previous authorization of the Federal Government, from giving effect to alterations in the articles of association as they were presented in the act of their incorporation and as they have been registered in the Insurance Inspection Department.

Chapter IV. Mutual insurance societies.

34. Insurance associations under the form of mutuality, which propose to carry on business in the Republic, must direct a petition to the Minister of Finance accompanied by: I. The proposed articles of association; — II. The list of subscribers, in which must be mentioned the names, professions or occupations and addresses of the same, also of the amounts contributed by each, with a declaration of the total amount of the values insured.

35. In the petition the following must be stated: I. The aim and objects of the society; — Π . The place in which it is to carry on business; — Π . The time within which it has to be formed; — Π . The probability of the success of its

operations.

36. The signatures of the petitioners must be authenticated, and the residence

of each one of them be stated.

37. The said petition shall be subject to the examination of the Insurance Inspection Department in order to verify: I. Whether the foundation of the society is opportune; — II. Whether it is furnished with the machinery for the organization of its funds, formed in conjunction with the premiums for the risks which it undertakes, for the realization of the object which is proposed; - III. Whether it proposes a classification of the risks and presents a scale of tariffs applicable thereto, indicating the manner of altering the scale of the risks and of the tariffs; — IV. Whether it proposes the minimum of the insured values, indispensable for the society deverá ser realizada antes da constituição definitiva; — V. Se o regimen administrativo da sociedade offerece garantias aos interesses dos socios.

38. Com o parecer serão presentes a petição e peças instructivas ao Ministro da Fazenda, que, na hypothese de conceder a autorização, ordenará a expedição da carta-patente, mediante deposito prévio da garantia inicial, para que a companhia se possa constituir e sejam approvados os estatutos, nos termos dos arts. 59 e 60 do Decreto n. 434 de 1891.

Capitulo V. Disposições especiaes ás companhias de seguros de vida nacionaes e estrangeiras.

39. As companhias de seguros de vida que funccionarem ou vierem a funccionar

na Republica são obrigadas:

- § Î. A empregar o total das reservas de todas as apolices que emittirem no Brasil, em valores nacionaes, como sejam: apolices federaes da divida publica, titulos que gozem de garantias da União, bens immoveis no territorio da Republica, hypothecas sobre propriedades e immoveis, acções de companhias de estradas de ferro, bancos, emprezas industriaes ou outras estabelecidas no Brasil, ou em depositos, a prazo de um anno, pelo menos, em estabelecimentos bancarios que funccionem na Republica, á sua escolha e sem responsabilidade do Governo (Lei n. 294 de 5 de setembro de 1895, art. 2).
- § 2. A submetter á approvação do Ministro da Fazenda as tabellas para pagamento de premios e o quadro provavel de mortalidade annual, que servirem de base ás suas operações.
- § 3. A indicar nos seus boletins annuaes o quadro da mortalidade dos seus segurados e approximar esse quadro do que tiver sido approvado.
- § 4. A mortalidade para mais ou para menos será indicada, não só de accordo com as sommas dos seguros, mas tambem com o numero dos segurados.
- § 5. Para cada idade dever-se-ha apurar o numero de pessoas expostas aos riscos, o numero real dos fallecimentos e approximal-os dos fallecimentos provaveis, segundo o quadro de mortalidade, devidamente approvado.

40. O balanço annual, que as companhias deverão publicar, mencionará o lucro ou sobras provenientes de prestações recebidas, e que forem levadas á conta

de beneficio dos segurados.

41. A proposta que for apresentada á assignatura da pessoa que pretenda segurar-se, e a apolice do seguro, deverão mencionar, discriminadamente, as vantagens que a companhia garante ao segurado no caso do mesmo sobreviver ao prazo estipulado.

42. As companhias, que operarem ao mesmo tempo em seguros de vida e de outra qualquer especie, serão obrigadas a manter escripturação separada de todas as suas receitas concernentes aos contractos de seguros de vida. Essas receitas

serão reunidas para constituirem um fundo distincto.

Paragrapho unico. O fundo especial, assim constituido, será destinado á garantia exclusiva dos portadores de apolices de seguros de vida, como se pertencesse a outra companhia que só nesse ramo de seguro realizasse as suas operações.

Capitulo VI. Da fiscalisação.

43. A fiscalisação das companhias de seguros, nos termos deste Decreto, será exercida por uma Inspectoria de Seguros que funccionará no Thesouro Nacional, sob a dependencia do Ministro da Fazenda.

44. A fiscalisação não comprehende os actos de gestão e de administração

das companhias.

45. A Inspectoria de Seguros compor-se-ha de: um inspector; dois escripturarios auxiliares; dois fiscaes que forem especialmente nomeados para as companhias estrangeiras; seis sub-inspectores nos Estados onde funccionarem companhias de seguros; e um continuo.

46. O pessoal será de nomeação do Ministro da Fazenda, não terá direito á

aposentadoria e será conservado emquanto bem servir.

to be constituted without limited liability, as also the part of the contributions for the first year which must be paid before definitive constitution; — V. Whether the administrative regulations of the society offer guarantees for the interests of the

38. The petition and the explanatory exhibits shall, with the report, be presented to the Minister of Finance, who, on the hypothesis that he grants the authorization, shall order the despatch of the letters patent if the preliminary guarantee subject to which the society may be constituted and the articles of association approved in the terms of Arts. 59 and 60 of Decree No. 434 of 1891 have been previously deposited.

Chapter V. Special provisions relating to national and foreign life assurance associations.

39. Life assurance associations which carry on business or may hereafter

carry on business in the Republic are bound:

§ 1. To invest the total amount of the reserves of all the policies they issue in Brazil, in national securities, such as: federal public securities, securities which are guaranteed by the Union, immovable property in the territory of the Republic, mortgages on estates and immovable property, shares in railway companies, banks industrial or other undertakings established in Brazil, or in deposits, for a year at least, in banking establishments which operate in the Republic, as they select and without Government responsibility (Law No. 294 of the 5th of September 1895,

§ 2. To submit for the approval of the Minister of Finance the tables for payment of premiums and the probable scale of annual mortality, which serve as the

basis of their operations.

§ 3. To indicate in their annual reports the scale of mortality of their assured persons and to compare this scale as near as possible to one that has already

§ 4. The mortality, whether greater or less, shall be indicated, not only as compared with the amounts of the insurances, but also with the number of the in-

sured persons.

§ $\bar{5}$. For each age must be stated the number of persons insured, the actual number of deaths and an approximation of the probable future deaths, according to the scale of mortality which has been duly approved.

40. The annual balance sheet which the associations have to publish shall

state the profits or surplus arising from payments received, which have been placed

to the credit of the insured persons.

- 41. The proposal presented for signature to the person who wishes to be insured, and the policy of insurance, must state in detail the advantages which the association guarantees to the assured in case of his outliving the period stipulated.
- 42. Associations which operate at the same time in life assurance and in insurance of any other kind, shall be bound to keep separate books of all their receipts in respect of contracts of life assurance. These receipts shall be brought together so as to constitute a separate fund.

Sole paragraph. The special fund so constituted shall be destined to the exclusive guarantee of the holders of life assurance policies, as if it belonged to another

association which only carried on this branch of insurance business.

Chapter VI. Inspection.

43. The inspection of insurance associations, in the terms of this Decree, shall be exercised by an Insurance Inspection Department which shall operate in the National Treasury, under the direction of the Minister of Finance.

44. Inspection does not include the acts of management or administration

of associations.

45. The Insurance Inspection Department shall be composed of: a chief inspector; two assistant book-keepers; two inspectors who are specially appointed for foreign associations; six sub-inspectors in the States where insurance associations carry on business; and one inferior official.

46. The staff shall be appointed by the Minister of Finance, shall not have the

right of being lodged and shall be retained as long as they faithfully serve.

Paragrapho unico. Nos impedimentos serão substituidos o inspector e mais

funccionarios por pessoas nomeadas pelo Ministro da Fazenda.

47. A retribuição do pessoal da Inspectoria de Seguros será a estabelecida na tabella annexa; e far-se-ha pelo fundo constituido pelas contribuições das companhias de seguros que funccionarem na Republica.

- 48. Taes contribuições serão, nos prazos fixados neste Decreto, recolhidas ao Thesouro, e escripturadas á conta do serviço de fiscalisação exercida pela Inspectoria, e não serão incorporadas á receita publica.
- 49. A retribuição dos empregados da Inspectoria será considerada gratificação e como tal dependente do effectivo exercicio das funcções; poderá, porém, o Ministro da Fazenda conceder a taes empregados licença, por motivo de molestia ou outro motivo attendivel, para o effeito unico de não perderem os respectivos cargos.
- 50. A direcção de todo o serviço ficará a cargo do inspector, que regulará a frequencia do pessoal da Inspectoria, a distribuição do serviço e o tempo de duração do expediente.
- 51. O Ministro da Fazenda, no começo de cada anno, organisará o orçamento prévio da Inspectoria e fixará a contribuição com que as companhias de seguros deverão concorrer para as despezas da repartição fiscalisadora, inclusive o expediente.
- 52. No acto em que se fixarem as contribuições será marcado o prazo para as entradas das mesmas, comminando-se, no caso de móra, multas, que não poderão exceder de 20% da prestação a effectuar, e, no de omissão ou recusa de realizar a contribuição, cancellamento da autorização concedida para funccionar.
- 53. O saldo que apresentar o deposito para fiscalisação será transportado para o anno seguinte e levado, proporcionalmente, á conta da contribuição de cada companhia de seguro.

54. As companhias estrangeiras respondem exclusivamente pelo pagamento da gratificação annual destinada ao fiscal que funccionar junto a cada companhia.

- 55. A' Inspectoria de Seguros compete: I. Receber as petições em que as companhias solicitarem autorização para funccionar na Republica; II. Expedir as respectivas cartas-patentes de autorização; III. Expedir guia para o deposito da garantia inicial; IV. Encaminhar ao Ministro da Fazenda todos os papeis referentes ás companhias que exploram a industria de seguro; V. Archivar e registrar todos os documentos que digam respeito ao funccio namento da s mesmas companhias; VI. Attender ás requisições das autoridades fiscaes de seguros e facilitar lhes o exame de quaesquer documentos necessarios á fiscalisação.
- 56. Ao inspector de seguros compete: I. Apresentar ao Ministro da Fazenda relatorio sobre a legalidade da constituição das companhias, concluindo pela conveniencia ou não de conceder-se autorização para funccionarem na Republica; — II. Obter os necessarios dados sobre o funccionamento das companhias e verificar, pelos documentos que publicarem e remetterem ao Governo, se as suas operações se conformam com os seus estatutos e leis em vigor; — III. Executar os actos de fiscalisação repressiva, impondo multas ou outras penas em que possam incorrer as companhias de seguros por infracções deste Decreto; — IV. Apresentar ao Ministro da Fazenda, até o fim de março, o relatorio dos serviços da fiscalisação no anno anterior. Nesse relatorio fornecerá dados estatisticos detalhados, que proporcionem elementos para se ajuizar da acção da fiscalisação sobre o desenvolvimento das operações de seguros; a garantia de exacção e regularidade do funccionamento das companhias; o emprego das reservas em titulos nacionaes; a distribuição dos dividendos realizada pelas companhias na Republica e no estrangeiro, e quaesquer esclarecimentos sobre a situação economica das mesmas companhias; — V. Organizar toda a escripturação da Inspectoria, creando os livros que lhe parecerem necessarios; — VI. Representar ao Ministerio da Fazenda sobre tudo quanto lhe parecer conveniente ao regular funccionamento das companhias.

Sole paragraph. If they cannot so serve, the chief inspector and the other officials shall be replaced by persons appointed by the Minister of Finance.

- 47. The salaries of members of the staff of the Insurance Inspection Department shall be those fixed by the table annexed; and shall be provided from a fund formed from the contributions received from the insurance associations which carry on business in the Republic.
- 48. Such contributions shall, at the times fixed by this Decree, be paid into the Treasury, and entered to the account of the service of inspection exercised by the Inspection Department, and shall not be incorporated in the general government receipts.
- 49. The salaries of the officials of the Inspection Department shall be considered *honoraria* and as such dependent on the effective exercise of their functions; the Minister of Finance may, however, grant leave of absence to such officials, in case of illness or other cogent reason, but only so that they may not forfeit their employments.
- 50. The management of the entire service shall be in charge of the chief inspector, who shall determine when the staff of the Inspection Department shall attend, how such service is distributed and the office hours.
- 51. The Minister of Finance, at the commencement of each year, shall estimate the expenses of the Inspection Department and shall fix the contributions which the insurance associations have to pay for the expenses of such department, including office expenses.
- 52. At the time when the contributions are fixed, a period shall be stated during which the same shall be paid, and in case of delay, fines, which shall not exceed 20% of the payments to be made, may be levied, and, in case of failure or refusal to pay the contribution, the authorization granted to carry on business may be cancelled.
- 53. The surplus from the deposits made for inspection shall be carried forward to the following year, and entered, *pro rata*, to the account of the contribution of each insurance association.
- 54. Foreign associations are only liable for the payment of the yearly hono-rarium destined to the inspector who is attached to each association.
- 55. It is the duty of the Insurance Inspection Department: I. To receive petitions in which associations apply for authorization to carry on business in the Republic; II. To send out the respective letters patent granting authorization; III. To send out the notice for the deposit of the preliminary guarantee; IV. To see that all documents relating to associations which do an insurance business are sent to the Minister of Finance; V. To file and register all documents which treat of the working of the said associations; VI. To consider the requisitions of the insurance inspection officials and do all possible to enable them to examine any documents necessary to facilitate inspection.
- 56. It is the duty of the chief inspector: I. To present to the Minister of Finance a report concerning the legality of the constitutions of the associations, and to state whether authorization to carry on business in the Republic should be granted or not; — II. To obtain the necessary particulars concerning the working of the associations and to verify, by the documents they publish and forward to the Government, whether their operations are in conformity with their articles of association and the laws in force; — III. To execute acts of repressive inspection, and impose fines or other penalties to which insurance associations make themselves liable by infringing this Decree; - IV. To present to the Minister of Finance, by the end of March, a report of the inspection service of the previous year. In this report he shall supply detailed statistics, which furnish elements for the judging of the effect of the work of inspection on the progress of the insurance operations; the guarantee of the exactitude and regularity of the working of the associations; the investment of the reserves in national securities; the distribution of the dividends realized by the associations in the Republic or abroad, and any information which may elucidate the economic state of the said associations; — V. To organize all the book-keeping of the Inspection Department, opening any new books which appear to him to be necessary; — VI. To bring to the notice of the Minister of Finance anything that appears to him to be necessary for the regular working of the associations.

57. Os sub-inspectores, fiscaes das companhias estrangeiras e os escripturarios auxiliares exercerão as attribuições que lhes forem commettidas pelo inspector de seguros, em instrucções approvadas pelo Ministro da Fazenda e devidamente registradas.

58. As Sub-Inspectorias funccionarão dentro dos limites territoriaes dos Estados que constituirem as circumscripções estabelecidas pelo Ministro da Fazenda, sob proposta do inspector, e de accordo com as exigencias da fiscalisação das companhias

com séde nos mesmos Estados.

59. Os escripturarios serão nomeados dentre os guardalivros ou actuarios

reconhecidamente habilitados, á juizo do Governo.

60. Se a fiscalisação depender de exames locaes, ou de diligencias fóra da repartição, o inspector poderá effectual-as; correndo qualquer despeza por conta da companhia fiscalisada.

61. Fica extincta a Superintendencia Geral de Seguros creado pelo Decreto

n. 4270 de 10 de dezembro de 1901.

62. Os livros, documentos e mais papeis, que actualmente constituem o archivo da Superintendencia dos Seguros Terrestres e Maritimos, serão enviados á Inspectoria de Seguros.

Capitulo VII. De regimen penal.

63. As companhias de seguros em geral, nacionaes ou estrangeiras, incorrem nas seguintes penas administrativas, por omissões ou transgressões deste Decreto: I. Prohibição expressa de funccionarem na Republica, cassada, neste caso, a carta-patente de autorização; — II. Multas.

64. Essas penas serão impostas pelo Inspector de Seguros, com recurso ne-

cessario para o Ministro da Fazenda.

Paragrapho unico. As multas comminadas neste decreto serão pagas, no Districto Federal e no Estado do Rio de Janeiro, na Recebedoria do Thesouro; e, nos outros Estados, nas Delegacias Fiscaes, dentro de 15 dias de sua notificação, sob pena de serem cobradas judicialmente.

65. A companhia que realizar contractos de seguros antes de obter a cartapatente de autorização para funccionar, incorrerá na multa de 1 000\$000, por seguro
que contractar, e na de 500\$000, na reincidencia, além de ficar ipso facto nulla

a apolice.

- 66. A companhia autorizada a funccionar, que recusar submetter-se a qualquer dos actos de fiscalisação regulada neste Decreto, ou procurar illudil-os, omittindo informações, deixando de fornecer relatorio, balanços ou quaesquer outros documentos exigidos, incorrerá na multa de 1:000\$000 a 2:000\$000, e na de cassação da cartapatente para funccionar na Republica, na reincidencia.
- 67. A companhia que offerecer falsas informações ou apresentar dados inexactos sobre os factos que, segundo este Decreto, devam ser levados ao conhecimento do Governo, incorrerá na multa de 500\$000 a 1:000\$000, e, na reincidencia, na suspensão da carta-patente, durante o tempo fixado pelo Ministro da Fazenda.
- 68. A companhia que não completar a garantia inicial desfalcada, por qualquer dos factos mencionados neste Decreto, dentro do prazo de 15 dias da notificação para fazel-o, expedida por ordem do Ministro da Fazenda, incorrerá na pena de suspensão da carta-patente, até provar haver integralizado a mesma quantia.
- 69. A companhia firma commercial ou o particular que, por conta de terceiros, fôr intermediario de operação de seguros em companhias com séde no estrangeiro e sem carta-patente para funccionar no Brasil, incorrerá em multa igual ao valor nominal da apolice, obrigação ou qualquer documento indicativo das responsabilidades assumidas, cuja multa será descontada da garantia inicial, quando não satisfeita em 48 horas, ou cobrada executivamente da firma commercial ou do particular.

Titulo II. Disposições geraes.

70. Emquanto não fôr approvado pelo Congresso o § 4 deste artigo, as cartaspatentes de autorização, concedidas ás companhias de seguros, continuam sujeitas 57. The sub-inspectors, the inspectors of foreign associations and the assistant book-keepers shall exercise those functions which have been committed to them by the chief insurance inspector, through instructions approved by the Minister

of Finance and duly registered.

58. The departments of the sub-inspectors shall exercise their functions within the territorial limits of the States which constitute the districts established by the Minister of Finance, as proposed by the chief inspector, and in accordance with the requirements of inspection of the associations which have their head offices in the same States.

59. The book-keepers shall be appointed from among those book-keepers and clerks who are recognized as qualified, as the Government may select.

60. If local examinations or investigations outside the department are necessary for the inspection, the chief inspector may take them in hand; and any expenses must be borne by the association inspected.

61. The General Superintendence Insurance Department created by Decree

No. 4270 of the 10th of December 1901, is hereby abolished.

62. The books, documents and other papers which at present constitute the archives of the Superintendence Department of Land and Marine Insurance, shall be transferred to the Insurance Inspection Department.

Chapter VII. Penal provisions.

63. Insurance associations in general, both national and foreign, incur the following administrative penalties for omissions or transgressions of this Decree: I. Express prohibition to operate in the Republic, the letters patent of authorization in this case being cancelled; — II. Fines.

64. These penalties shall be imposed by the chief Insurance Inspector, with

an appeal to the Minister of Finance if necessary.

Sole paragraph. The fines imposable by this Decree shall be paid, in the Federal District and in the State of Rio de Janeiro, into the Revenue Department of the Treasury; and, in the other States, into the Fiscal Departments, within 15 days of notice being given, on pain of their being recovered judicially.

65. An association which enters into insurance contracts before obtaining the letters patent of authorization to carry on business incurs a fine of 1000 \$ 000, for each insurance contracted, and one of 500 \$000 for a repetition, in addition to

which the policy is *ipso facto* null and void.

66. An association authorized to carry on business which refuses to submit to any to the acts of inspection provided for by this Decree, or endeavours to avoid them, failing to give any information, omitting to furnish a report, balance sheets or any of the other documents required, shall incur a fine of from 1000 \$ 000 to 2000 \$ 000, and shall suffer the cancellation of the letters patent to carry on business in the Republic, in case of repetition.

67. An association which offers false information or presents incorrect particulars as to facts which, according to this Decree, have to be brought to the knowledge of the Government, shall incur a fine of from 500 \$000 to 1000 \$000, and, in case of repetition, the suspension of the letters patent during a period fixed by

the Minister of Finance.

68. An association which does not pay in the part of the preliminary guarantee which is deducted for any of the reasons mentioned in this Decree, within a period of 15 days after notification to do so, sent out by order of the Minister of Finance, shall incur the penalty of suspension of the letters patent until it proves that the

amount of the preliminary guarantee has been fully made up.

69. A commercial partnership firm which, or on individual who, for the account of third persons, is an intermediary for effecting insurances of associations with their head office abroad, and without letters patent to carry on business in Brazil, shall incur a fine equal to the nominal value of the policy, obligation or any other document indicating the responsibilities assumed, which fine shall be deducted from the preliminary guarantee, if not satisfied within 48 hours, or judicially recovered from the commercial firm or from the individual.

Title II. General provisions.

70. Until § 4 of this Article has been approved by Congress, letters patent of authorization conceded to insurance associations are subject to the stamp duty

ao sello estabelecido no Decreto n. 3564 de 22 de janeiro de 1900 — Tabella B, § 4, n. 30; e os contractos de seguros, ao que estabelece o § 6 — Tabella A do citado Decreto.

§ 1. Para o pagamento do sello proporcional destes contractos são consideradas como novas apolices de seguro as renovações ou prorogações de prazo estabelecido

nas apolices primitivamente emittidas.

§ 2. O sello proporcional das apolices de seguros terrestres ou maritimos será

sempre correspondente ao premio de um anno, ou de prazo inferior a este.

§ 3. Incorrem na penalidade do art. 66 deste Decreto as companhias que emittirem apolices e fizerem renovações ou prorogações de prazo, sem o pagamento do respectivo sello.

§ 4. Todas as companhias de seguros nacionaes e estrangeiras que funccionarem no Brasil são iguaes perante a lei fiscal.

71. Ficam dependentes da approvação do Congresso Nacional as disposições contidas no paragrapho unico do art. 30, do § 1 do art. 39, do art. 69 e do § 4 do art. 701).

72. Revogam-se as disposições em contrario.

A nova lei sobre fallencias.²)

(Lei n. 2024° de 17 de dezembro de 1908.)

Titulo I. Da natureza e declaração da fallencia.

Secção I. Dos caracteristicos da fallencia e de quem a ella está sujeito.

Art. 1. O commerciante que, sem relevante razão de direito, não paga no

vencimento obrigação mercantil liquida e certa, entende-se fallido.

Paragrapho unico. Consideram-se obrigações liquidas e certas: 1.º Os instrumentos publicos ou particulares de contractos, com a quantidade ou valor fixado da prestação; — 2.º As lettras de cambio e aquellas que, conforme o Codigo Commercial, teem a mesma força e acção (Codigo Commercial arts. 425, 635 e 651), os bilhetes de ordem pagaveis em mercadorias, as notas promissorias, os escriptos de transacções commerciaes e os cheques; — 3.° As obrigações ao portador (debentures) emittidas pelas sociedades anonymas e commanditarias por acções e as lettras hypothecarias e os respectivos coupons de ambos esses titulos para pagamento de juros; — 4.º As facturas, nos termos do art. 219 do Codigo Commercial, e as contas commerciaes com os saldos reconhecidos exactos e assignados pelo devedor; — 5.º Os conhecimentos de deposito e warrants emittidos pelas emprezas de armazens geraes e os recibos dos emprezarios destes armazens ou dos trapicheiros; — 6.º Os conhecimentos de frete; — 7.º As notas dos corretores nas operações em que estes são pessoalmente obrigados, e as contas dos leiloeiros; — 8.º As contas extrahidas dos livros commerciaes e verificadas judicialmente.

a) Esta verificação será feita nos livros do credor ou do devedor por dous

peritos nomeados pelo juiz do commercio, a requerimento do primeiro.

Si o credor requerer a verificação da conta nos proprios livros, estes deverão achar-se revestidos das formalidades legaes intrinsecas e extrinsecas e a conta comprovada nos termos do art. 23, n. 2, do Codigo Commercial.

Si nos livros do devedor, será este citado para, no dia e hora marcados, exhibil-os em juizo, sob pena de confesso, observando-se o disposto no art. 19, 1.ª alinea do

Codigo Commercial.

Os livros irregulares do devedor provarão contra este:

 $^{^1)}$ As disposições do Regulamento a que se refere este artigo foram approvados pelo Congresso Nacional por força do art. 25 da Lei 1144 de 30 de Dezembro 1903. — $^2)$ Esta lei contem importantes alterações da legislação sobre fallencias e as sociedades anonymas o revoga as disposições em contrario (veja art. 190, 192).

established by Decree No. 3564 of the 22nd of January 1900, Table B, § 4, No. 30; and insurance contracts, to that established by § 6, Table A of the said Decree.

§ 1. For the purpose of payment of the proportionate stamp duty of these contracts, renewals or prolongations of the periods established in the policies originally issued, are considered as new policies of insurance.

§ 2. The proportionate stamp duty on policies of land or marine insurance

shall always correspond to the premium of one year, or of a lesser period.

§ 3. Associations which issue policies and grant renewals or extensions of the period without payment of the respective stamp duty, incur the penalties of Art. 66 of this Decree.

§ 4. All insurance associations, both national and foreign, which carry on business

in Brazil are on an equal footing as regards the revenue laws.

71. The provisions contained in the sole paragraph of Art. 30, of § 1 of Art. 39, of Art. 69 and of § 4 of Art. 70¹), are dependent on the approval of the National Congress.

72. Provisions to the contrary are hereby repealed.

The New Law of Bankruptcy.2)

(Law No. 2024 of the 17th of December 1908).

Title I. The nature and decree of bankruptcy.

Section I. Of the characteristics of bankruptcy and of persons subject thereto.

Art. 1. A trader who, without sufficient reason in law, does not meet an

ascertained and definite obligation when due, is considered insolvent.

Sole paragraph. The following are considered ascertained and definite obligations: 1. Notarial or private instruments of contract, with a fixed payable quantity or value; — 2. Bills of exchange, and those negotiable instruments which, according to the Commercial Code, have the same force and effect (Commercial Code Arts. 4253), 635 and 651), delivery notes for goods to order, promissory notes, instruments of commercial transactions and cheques; — 3. Obligations to bearer (debentures) issued by joint stock companies or by limited partnerships with share capital, mortgage bonds and the respective coupons of these securities for the payment of interest; — 4. Invoices, in the terms of Art. 219 of the Commercial Code, and commercial accounts with balances recognized as exact and signed by the debtor; — 5. Deposit receipts and warrants issued by general warehouse undertakings and the receipts of the heads of such warehouses or of wharf warehousemen; — 6. Bills of lading: — 7. Notes of brokers in the operations in which they are personally liable, and the accounts of auctioneers; — 8. Accounts extracted from commercial books and judicially verified.

a) Such verification shall be noted in the books of the creditor or of the debtor by two experts appointed by the commercial judge, at the request of the former. Should the creditor request verification of the account in his own books, the internal and external legal formalities must have been previously observed and the

account proved according to Art. 23, No. 2, of the Commercial Code.

If in the books of the debtor, the latter shall be summoned to produce them in Court, on the day and at the hour appointed, on pain of being considered as having confessed, always observing the provision of Art. 19, 1st paragraph, of the Commercial Code.

Books of the debtor which do not conform to the law shall be evidence against him:

¹⁾ The provisions of the Decree to which this Article refers were approved by the National Congress in virtue of Art. 25 of Law 1144 of the 30th of December 1903. — 2) This law contains important alterations in the legislation concerning bankruptcy and joint stock companies and repeals provisions to the contrary (see Arts. 190 and 192). — 3) Title XVI of the Commercial Code, which contains Art. 425, has been repealed and replaced by Decree No. 2044 of the 31st of December 1908. Art. 425 simply states, that "lettras de terra"i. e. bills drawn and accepted in the same Province, are in all respects equivalent to bills of exchange (note by translator).

b) A pena de confesso será imposta si o devedor recusar a exhibição dos seus livros, sob qualquer pretexto, salvo si provar plenamente a destruição ou perda desser livros em virtude do force major.

desses livros em virtude de força maior;
c) Os peritos apresentarão o laudo dentro de tres dias e, julgado por sentença o exame, os respectivos autos serão entregues ao requerente, independente de tras-

lado, não cabendo dessa sentença recurso algum;

d) As contas, assim verificadas, consideram-se vencidas, desde a data do

despacho do juiz na petição em que o credor requerer o exame.

2. Caracteriza-se, tambem, a fallencia, independente da falta de pagamento, si o commerciante: 1.° Executado, mesmo por divida civil, não paga a importancia da condemnação nem a deposita, dentro das 24 horas seguintes á citação inicial da execução, para poder apresentar embargos; — 2.° Recusa, como endossador ou sacador prestar fiança no caso do art. 390 do Codigo Commercial; — 3.° Procede á liquidação precipitada; lança mão de meios ruinosos ou fraudulentos para realizar pagamentos; — 4.° Convoca credores e lhes propõe dilação, remissão de creditos ou cessão de bens; — 5.° Aliena, transfere, cede ou faz doação de parte ou de todo o activo a terceiro, credor ou não, com a obrigação deste solver dividas vencidas; põe bens em nome de terceiro; contrahe dividas simuladas, e assim procede com o fim de occultar ou desviar bens, de retardar pagamentos ou fraudar credores; ou tenta praticar qualquer dos referidos actos com o mesmo fim; — 6.° Constitue hypothecas, antichreses, penhores ou qualquer outra garantia, preferencia ou privilegio a favor de algum credor, sem ficar com bens livres e desembargados, equivalentes ás suas dividas, ou tenta praticar qualquer destes actos, revelado tal proposito por factos inequivocos; — 7.° Ausenta se sem deixar representante para administrar o negocio e pagar os credores; abandona o estabelecimento; occulta se, ou intenta occultar-se, deixando furtivamente o seu domicilio.

Consideram-se praticados pelas sociedades os actos desta natureza provenientes de seus administradores, directores, gerentes ou liquidantes.

3. As sociedades anonymas, ainda mesmo que o seu objecto seja civil (dec. n. 164, de 17 de janeiro de 1890, art. 1), incorrem em fallencia: 1.° Quando, sem relevante razão de direito, não pagam no vencimento obrigação liquida e certa (art. 1, paragrapho unico); — 2.° Nos casos indicados no art. 2 ns. 1 a 6; — 3.° Nos casos

de perda de tres quartos ou mais do capital social.

- 4. A fallencia não será declarada, si a pessoa contra quem for promovida provar: 1.° Falsidade do titulo da obrigação; 2.° Prescripção da divida ou nullidade de pleno direito absoluta do instrumento apresentado para prova; 3.° Novação ou pagamento da divida, mesmo depois do protesto do titulo, mas antes de requerida em juizo a fallencia; 4.° A materia do art. 588 do Codigo Commercial, referente aos conhecimentos de frete, e a dos arts. 641, 646, 655 e 656 do Codigo Commercial, relativa ás lettras do risco; 5.° Concordata preventiva, ainda mesmo em formação; 6.° Deposito judicial opportunamente procedido nos termos dos arts. 393 e seguintes do regulamento n. 737, de 25 de novembro de 1850; 7.° Qualquer motivo que, por direito, extinga, adie ou suspenda o cumprimento da obrigação ou exclua o réo do processo da fallencia.
- 5. A fallencia poderá ser declarada até dentro do prazo de um anno após a morte do devedor ou até dentro de dous annos após a cessação do exercicio do commercio ou da dissolução e liquidação da sociedade, pouco importando que aquelle estado se manifeste antes ou depois de qualquer destes factos.

§ 1. O commerciante fallecido será representado no processo da fallencia pelo conjuge sobrevivente e herdeiros. Havendo menores entre estes, o juiz nomeará

um curador.

Aberta a fallencia, será suspenso o inventario judicial, a que porventura se

estiver procedendo em razão do obito do devedor.

§ 2. A fallencia da sociedade anonyma não será declarada depois de liquidado, partilhado e distribuido o activo.

b) The penalty of admission shall be imposed if the debtor refuses under any pretext to produce his books, unless he clearly proves their destruction or loss

through vis major;

c) The experts shall present their report within three days and, a judicial decision having been given on its examination, the respective records shall be delivered to the applicant, and copies shall be retained, and from such decision there shall be no appeal;

d) The accounts so verified shall be considered as due from the date of the decision of the judge on the application in which the creditor sought an examination.

2. It is also considered bankruptcy, independent of failure to pay, if a trader: 1. Against whom execution has been issued, even for a civil debt, does not pay the amount to which he has been condemned, or deposit it, within 24 hours following the preliminary notice of execution to enable him to present his objections; -2. Refuses as endorser or drawer to give security, as set out in Art. 3901) of the Commercial Code; — 3. Proceeds to a hurried liquidation, or adopts ruinous or fraudulent means to satisfy claims; — 4. Summons creditors and suggests to them a stay of proceedings, a remission of claims or a cession of property; -- 5. Alienates, transfers, cedes or makes a gift of a part or of the whole of the assets to a third person, whether a creditor or not, under the condition of such third person satisfying the debts due; puts his property into the name of a third person; contracts pretended obligations, and proceeds in such a manner as to conceal or divert property, delay payment or defraud creditors, or attempts to carry out any of the said transactions with the aforesaid objects; — 6. Effects mortgages, antichreses, pledges or any other security, preference or privilege in favour of any creditor, unless his property remains free and unencumbered, and equal in value to his debts, or attempts to carry out any of these transactions, such attempt being made clear by indisputable facts; — 7. Absents himself without leaving a representative to manage his business and pay his creditors; abandons his place of business; absconds, or attempts to abscond, by stealthily leaving his place of residence.

Acts of this nature committed by administrators, directors, managers or liquidators of associations, are considered to be committed by the associations them-

selves.

3. Joint stock companies, even although their objects are civil (Decree No. 164 of the 17th of January 1890, Art. 1), incur bankrupcty: 1. When, without sufficient reason in law they do not fulfil an ascertained and definite obligation when due (Art. 1, sole paragraph); — 2. In the cases indicated in Art. 2 Nos. 1 to 6; — 3. In the cases where three fourths or more of the capital of the company is lost.

4. Bankruptcy shall not be declared if the person against whom it is sought proves: 1. Falsification of the document of title of the obligation; — 2. Prescription of the debt or absolute nullity of the instrument presented as proof thereof; — 3. Novation or satisfaction of the debt, even after protest of the document of title, but before the bankruptcy has been sought in Court; — 4. The grounds of Art. 588 of the Commercial Code, referring to bills of lading, and those of Arts 641, 646, 655 and 656 of the Commercial Code relating to bottomry bonds; — 5. A composition with creditors, even although only in course of formation; — 6. Payment into Court properly effected in the terms of Arts. 393 and those which follow of Regulation No. 737, of the 25th of November 1850; — 7. Any reason which in law extinguishes, postpones or suspends the fulfilment of the obligation or discharges the debtor from being proceeded against in bankruptcy.

5. Bankruptcy may be declared within a period of one year after the death of the debtor or within two years after he has ceased to carry on trade or after the dissolution or liquidation of an association, it being of small importance whether

the insolvency becomes known before or after any of these facts.

§ 1. The deceased trader shall be represented in the bankruptcy proceedings by the surviving spouse and heirs. Should there be minors amongst them, the judge shall appoint a guardian.

After the commencement of the bankruptcy, the judicial inventory which may have been begun on account of the death of the debtor shall be suspended.

§ 2. The bankruptcy of a joint stock company shall not be declared after it has been wound up, and its assets divided and distributed.

¹⁾ The law in which this Article occurs has been repealed (note by translator).

- 6. A fallencia da sociedade acarreta a de todos os socios pessoal e solidariamente responsaveis. Incorrem em fallencia, tambem, os socios que se retiraram da sociedade, embora com resalva dos outros socios, sem consentimento expresso de todos os credores então existentes, salvo si estes fizeram com os socios, que ficaram na sociedade sob a mesma ou outra firma, ou que individualmente assumiram as responsabilidades sociaes, novação do contracto, ou si continuaram a negociar com a sociedade ou com os socios successores, indicando ter confiança no seu credito.
- § 1. Nas sociedades em conta de participação sómente os socios ostensivos e

gerentes podem ser declarados fallidos.

§ 2. Os socios commanditarios comprehendidos nos termos do art. 314 do Codigo Commercial não incidem nos effeitos da fallencia, mas respondem solidariamente com o fallido por todas as obrigações sociaes.

Esta responsabilidade tornar-se-ha effectiva mediante a acção summaria estabelecida no art. 238 do regulamento n. 737, de 25 de novembro de 1850, applicada

ao caso a disposição do art. 53, § 2 da presente lei.

Secção II. Da declaração judicial da fallencia.

7. E' competente para declarar a fallencia o juiz do commercio, em cuja jurisdicção o devedor tem o seu principal estabelecimento ou casa filial de outra situada fóra do Brazil.

A fallencia dos commerciantes ambulantes e emprezarios de espectaculos publicos póde ser declarada pelo juiz do commercio de onde forem encontrados.

Paragrapho unico. O juizo da fallencia é indivisivel e competente para todas as acções e reclamações sobre bens, interesses e negocios relativos á massa fallida.

Essas acções e reclamações serão processadas na fórma por que se determina nesta lei.

- 8. O devedor que faltar ao pagamento de alguma obrigação commercial deve, no preciso prazo de 10 dias, contados do vencimento da obrigação, requerer ao juiz do commercio a declaração da fallencia, expondo as causas do fallimento e estado dos seus negocios, e juntando ao seu requerimento: a) O balanço do activo e passivo, com a indicação e a avaliação approximada de todos os bens e exclusão de dividas activas prescriptas; — b) A relação nominal dos credores commerciaes o civis; c) O contracto social ou a indicação de todos os socios e suas qualidades e dos respectivos domicilios, quando a sociedade for irregular (de facto), e os estatutos, mesmo impressos, da sociedade anonyma, si a fallencia for por esta requerida.
- § 1. Em seu despacho, o juiz mencionará a hora em que recebeu o requerimento.
- § 2. Tratando-se de sociedade em nome collectivo ou em commandita simples, o requerimento póde ser assignado por todos os socios ou por aquelles que gerem a sociedade ou teem o direito de usar a firma ou por seu liquidante, e, tratando-se de sociedade anonyma, ou em commandita por acções, pelos administradores, socios gerentes ou liquidantes.

§ 3. Os socios solidarios e os commanditarios nas sociedades em commandita simples, que não assignarem o requerimento, poderão oppôr-se á declaração da fallencia, requerendo o que for a bem de seu direito, embargar a sentença, nos termos do art. 19, § 1, ou aggravar.

- 9. A fallencia póde tambem ser requerida: 1.º Pelo conjuge sobrevivente ou pelos herdeiros do devedor, nos casos do art. 1 e do art. 2, ns. 1 e 2; — 2.º Pelo socio, ainda que commanditario ou em conta de participação, exhibindo o contracto social, e pelo accionista da sociedade anonyma, apresentando as suas acções; — 3.º Pelo credor, exhibindo titulo de seu credito, ainda que não vencido.
- § 1. O credor commerciante, com domicilio no Brazil, sómente será admittido a requerer a fallencia do seu devedor, si provar que tem inscripta a sua firma no Registro do Commercio, pela fórma indicada no decreto n. 916, de 24 de outubro de 1890.
- § 2. O credor por titulo civil poderá requerer a fallencia do devedor commerciante, provando que este, sendo por elle executado, não pagou nem depositou

6. The bankruptcy of a partnership involves that of all the partners who are personally and jointly and severally liable. There are also included in the bankruptcy partners who have retired from the partnership, although with the approval of the other partners, without the express consent of all the creditors then existing, unless the latter have effected with the partners who remain in the firm under the same or another firm name or who individually assume the partnership responsibilities, novation of the contract, or unless they continue to transact business with the firm or with the successors, shewing that they have confidence in their credit.

§ 1. In joint adventures only active partners and managers can be declared

bankrupt.

§ 2. Limited partners included in the terms of Art. 314 of the Commercial Code are not excluded from the effects of the bankruptcy, but are jointly and

severally liable along with the bankrupt for all partnership obligations.

This liability becomes effective by the summary action established by Art. 238 of Regulation No. 737 of the 25th of November 1850, the provision of Art. 53, § 2 of the present Law being applied to the case.

Section II. Judicial decree of bankruptcy.

7. The commercial judge in whose jurisdiction the debtor has his principal place of business, or the branch establishment of another business outside Brazil, may decree the bankruptcy.

The bankruptcy of ambulant traders and of managers of public shows or plays may be decreed by the commercial judge of the district where they are found.

Sole paragraph. The Bankruptcy Court is fully competent to decide all actions and claims respecting the property, interests and transactions relating to the bankruptcy estate.

These actions and claims shall be tried in the manner determined by this

Law.

8. A debtor who fails to satisfy any commercial obligation must, within the necessary period of 10 days, reckoned from the time when the obligation became due, apply to the commercial judge for the decree of bankruptcy, explaining the causes of his failure and the state of his business, and annexing to his application:
a) The balance sheet of his assets and liabilities, with an indication and approximate valuation of all his property, and which prescribed outstanding debts are excluded;
— b) A list of the names of his commercial and civil creditors; — c) The partnership contract or a statement of all the partners with their partnership status and respective residences, when the partnership has been formed without the legal formalities (partnership de facto), and the articles of association, even printed, of a joint stock company, should the bankruptcy be sought by the latter.

§ 1. In his order, the judge shall state the hour when he received the appli-

cation.

§ 2. If it is an ordinary or a simple limited partnership, the application may be signed by all the partners or by those who manage the partnership or have the right of using the firm name, or by the liquidator, and if it is a joint stock company, or a limited partnership with share capital, by the administrators, managing partners or liquidators.

§ 3. Partners jointly and severally liable and limited partners of simple limited partnerships who have not signed the application may oppose the granting of the decree of bankruptcy, applying for that which is in defence of their right, may object to the decree in the terms of Art 19 § 1 or may lodge a complaint

object to the decree in the terms of Art. 19, § 1, or may lodge a complaint.

9. Bankruptcy may also be sought: 1. By the surviving spouse or by the heirs of the debtor, in the cases of Art. 1 and of Art. 2, Nos. 1 and 2; — 2. By a partner, even if a limited partner or one engaged in a joint adventure, on production of the partnership agreement, or by a shareholder of a joint stock company, on presenting his shares; — 3. By a creditor, on production of the document of title of his credit, even although it has not become due.

§ 1. A trading creditor, residing in Brazil, shall only be allowed to apply for the bankruptcy of his debtor, if he proves that his signature is registered in the Commercial Registry, in the form stated in Decree No. 916 of the 24th of October

1890.

§ 2. A creditor with a civil title can apply for the bankruptcy of a trading debtor, on proving that the latter, execution having been issued against him, has

a importancia da condemnação dentro das 24 horas, a que se refere o art. 2, n. 1, ou provando qualquer dos actos ou factos indicados nos arts. 1 e 2, ns. 2 a 7.

§ 3. O credor privilegiado, inclusive o hypothecario, sómente poderá requerer a fallencia do devedor, declarando renunciar ao privilegio, ou, si o quizer manter, provando que os bens, que constituem a sua garantia, não chegam para a solução do credito.

Essa prova far-se-ha mediante avaliação por peritos, nomeados a aprazimento

das partes.

§ 4. O credor, que não tiver domicilio no Brazil, será obrigado a prestar fiança ás custas e ao pagamento da indemnização, de que trata o art. 21, si a sua lei nacional fizer identicas exigencias aos estrangeiros.

§ 5. Não podem requerer a fallencia, mas sómente a ella concorrer, os ascendentes

descendentes e affins e o conjuge do devedor.

§ 6. Nos casos do art. 3, n. 3, a fallencia da sociedade anonyma sómente póde

ser requerida por ella propria ou por algum accionista.

10. Requerendo a fallencia do devedor com fundamento no art. 1, deverá qualquer das pessoas mencionadas no art. 9 instruir a petição com o titulo da obrigação e certidão do respectivo protesto.

§ 1. Logo que a petição for apresentada, o juiz mandará citar o devedor para, dentro de 24 horas, allegar em cartorio o que entender a bem do seu direito.

Si o devedor não for encontrado, o prazo correrá á revelia, e certificando isso,

o escrivão fará os autos conclusos ao juiz.

§ 2. Si aquelle, cuja fallencia for requerida, allegar relevante materia (art. 4), o juiz poderá conceder, a seu requerimento, o prazo de tres dias improrogaveis para, dentro delle, provar a sua defesa, com citação do requerente ou seu procurador, si estiverem presentes no fôro da fallencia.

Findo esse prazo, serão os autos conclusos immediatamente para a sentença.

§ 3. Tratando-se de sociedade em nome collectivo ou em commandita simples qualquer socio póde oppôr-se á declaração da fallencia, nos termos do § 2 acima, si a sociedade, por seu representante, não comparece para se defender, ou si a fallencia é requerida por outro socio.

11. Nos cartorios dos officiaes encarregados do serviço de protestos crear-se-ha um livro especial, aberto, numerado e rubricado pelo juiz do commercio, para o protesto dos titulos que não estando sujeitos ao protesto necessario e obrigatorio,

devam ser ahi apresentados para os fins da presente lei.

O protesto póde ser interposto em qualquer tempo, depois do vencimento da obrigação e deverá conter: a declaração da hora, dia, mez e anno da representação do titulo ao official do protesto por extracto o titulo da divida, certidão da intimação ao devedor para pagar ou dar a razão de não pagar, a resposta ou a declaração de nenhuma ter sido dada, a assignatura da pessoa que protestar, a data em que o protesto for interposto e aquella em que se tirar o instrumento, o qual deverá ser assignado pelo protestante, subscripto pelo official publico e por este entregue, dentro de tres dias, sob pena de responsabilidade e de satisfazer perdas e damnos.

Paragrapho unico. Este livro póde ser examinado gratuitamente por qualquer

pessoa, e o official dará as certidões que lhe forem pedidas.

12. Para a fallencia ser declarada nos casos do art. 2, o autor especificará na petição, que será apresentada em duplicata, datada e assignada, o facto caracteristico da fallencia, juntando logo todas as provas, fundamento das suas allegações, ou indicando aquellas que pretende adduzir, observada a disposição do art. 720 § 2 do decreto 737, de 25 de novembro de 1850.

O réo será citado para se defender, devendo apresentar em cartorio os seus embargos, no prazo de 24 horas.

Si nenhuma das partes houver protestado por prova, o juiz, ouvido o represen-

tante do Ministerio Publico, proferirá a sentença.

Si, porém, qualquer das partes tiver protestado por testemunhas, exame de livros, depoimento pessoal ou outra prova, o juiz recebendo os embargos, logo que

not paid or deposited the amount of the judgment within the 24 hours to which Art. 2, No. 1, refers, or proves any of the acts or facts stated in Arts. 1 and 2 Nos. 2 to 7.

§ 3. A privileged creditor, including a mortgagee, can only apply for the bankruptcy of the debtor, on declaring that he renounces his privilege, or, if he wishes to maintain it, on proving that the property which constitutes his security is not sufficient to discharge his claim.

This proof must be made on the appraisement of experts appointed with the

consent of the parties.

§ 4. A creditor who is not domiciled in Brazil shall be bound to give security for costs and for payment of the compensation of which Art. 21 treats, if the law of his country demands the same requirements from foreigners.

§ 5. Ascendants, descendants and relations by marriage and the spouse of

the debtor cannot apply for his bankruptcy, but only rank with other creditors. § 6. In the cases of Art. 3, No. 3, the bankruptcy of a joint stock company

can only be applied for by the company itself or by a shareholder.

10. Should application for the bankruptcy of a debtor be made under Art. 1, any of the persons mentioned in Art. 9 must add to their application the document of title of the obligation and the certificate of the respective protest.

§ 1. As soon as the petition has been presented, the judge shall summon the debtor to enter, within 24 hours, the pleadings concerning anything he may con-

sider to be in defence of his rights.

Should the debtor not be found, the period shall run in his absence, and on this being certified, the clerk shall close the records and submit them to the judge.

§ 2. Should the person whose bankruptcy has been applied for adduce sufficient grounds against it (Art. 4), the judge may at his request grant a period of three days, which period cannot be extended, in order that, within that time, he may prove his defence, with notice to the applicant or his attorney, if they are in the district of the bankruptcy.

At the termination of this period, the records shall immediately be closed for

judgment to be pronounced.

§ 3. If it is an ordinary or simple limited partnership, any partner may oppose the decree of bankruptcy in the terms of the above § 2, if the partnership through its representative does not appear to defend, or if the bankruptcy is sought by another partner.

11. In the offices of the officials charged with the service of protests, a special

book must be formed, opened, numbered and rubricated by the commercial judge, for the protest of documents of title which, not being subject to usual and obligatory protest, must be there presented for the purposes of the present Law.

The protest may be interposed at any time after the obligation has become due,

and must contain: a declaration of the hour, day, month and year when the document of title was presented to the protest official in order to take note of the document of title of the debt, the certificate of notice to the debtor to pay or to give his reason for not paying, the reply or a declaration that none has been given, the signature of the person who protests, the date when the protest was interposed and that on which the instrument was withdrawn, which must be signed by the person protesting, subscribed by the public official and by him delivered, within three days, on pain of his being liable for and of satisfying loss and damage.

Sole paragraph. This book may be examined without charge by any person,

and the official shall grant certificates to those who apply for them.

12. In order that bankruptcy may be decreed in the cases coming under Art. 2, the applicant shall specify in the petition, which shall be presented in duplicate, dated and signed, the leading fact of the bankruptcy, annexing at the same time all the proofs, the grounds for his charges, or indicating those which he wishes to adduce, always observing the provision of Art. 720 § 2 of Decree 737, of the 25th of November 1850.

The debtor shall be summoned to defend himself, and must present his ob-

fections to the clerk of the Court within a period of 24 hours.

Should neither of the parties have protested by proof, the judge, having heard the representative of the Public Attorney, shall give his decision.

If, however, either of the parties have protested by witnesses, examination of books, personal deposition or other proof, the judge on receiving the objections.

os autos lhe forem conclusos, marcará ao mesmo tempo dia e hora para todas as diligencias requeridas, mandando notificar o representante do Ministerio Publico.

A prova deverá ser exhibida dentro de cinco dias e, findo este prazo, as partes apresentarão, em cartorio, as suas allegações finaes, dentro das 24 horas seguintes, abrindo-se vista dos autos ao representante do Ministerio Publico por outras 24 horas, sendo, em seguida, conclusos os autos para a sentença.

Paragrapho unico. O réo será citado, entregando-lhe o escrivão ou o official de justiça um dos exemplares da petição inicial, o, se não for encontrado, o juiz nomeará um curador, que o defenda.

Si o réo fôr citado e não comparecer, correrá o processo á revelia.

13. Sendo a fallencia da sociedade anonyma requerida por algum accionista, sob os fundamentos do art. 3, n. 3, observar-se-ha o mesmo processo indicado no art. 12, dispensada, porém, a intervenção do Ministerio Publico, salvo si requerida pelo autor.

14. O devedor ou réo que não for encontrado no logar do seu principal estabelecimento, deverá ser citado, para os fins dos arts. 10 e 12, na pessoa do gerente do

negocio commercial, liquidante ou representante.

As sociedades commerciaes serão citadas na pessoa dos seus gerentes ou socios

solidarios, com direito de represental-as, e dos liquidantes.

As sociedades anonymas serão citadas na pessoa dos seus administradores, gerentes ou liquidantes, os quaes ficam sujeitos ás mesmas obrigações que a presente lei impõe ao devedor ou réo.

15. Nos casos do art. 2 durante o processo preliminar da fallencia (art. 12), o juiz, ex officio, ou a requerimento do autor, poderá ordenar o sequestro dos livros, correspondencia e bens do réo e prohibir qualquer alienação ou disposição de bens, para salvaguarda do activo, publicando-se o despacho, em edital, pela imprensa.

Os bens e livros ficarão sob a guarda de depositario nomeado pelo juiz, podendo ser o proprio autor.

Paragrapho unico. Cessarão todas as medidas excepcionaes por força da

propria sentença que julgar improcedente o pedido de fallencia.

16. Praticadas as diligencias determinadas pela presente lei, o juiz, no prazo de 24 horas, proferirá a sentença nos termos do art. 232, do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850, declarando ou não aberta a fallencia e a publicará immediatamente em mão do escrivão.

A sentença que declarar a fallencia: a) Conterá o nome do devedor com toda a clareza, o logar do seu principal estabelecimento e genero de commercio, os nomes dos socios solidarios comprehendidos na fallencia e os seus domicilios, os nomes dos administradores ou liquidantes da sociedade anonyma a esse tempo; — b) Indicará a hora da abertura da fallencia, entendendo-se, no caso de omissão, que ao meio dia começára o juizo da fallencia; — c) Fixará o termo legal da fallencia, si fôr possivel, isto é, a data em que se tenha caracterizado este estado, não podendo retrotrahil-a por mais de 40 dias, contados daquelle em que foi interposto o primeiro protesto por falta de pagamento ou daquelle em que foi despachado o requerimento inicial da fallencia, nos casos do artigo 2; — d) Nomeará um ou tres syndicos para a administração da massa e mais funcções a cargo delles (art. 64); — e) Marcará o prazo para todos os credores da fallencia apresentarem as declarações e documentos justificativos dos seus creditos (art. 80); — f) Determinará o dia, hora e logar da primeira assembléa dos credores (art. 100); — g) Providenciará sobre outras diligencias que entender de conveniencia no interesse da massa; — h) Poderá ordenar a prisão preventiva do fallido, a requerimento do representante do Ministerio Publico, quando as provas colhidas demonstrarem estar elle incurso em crime punivel por esta lei ou pelo Codigo Penal.

17. O resumo da sentença declaratoria da fallencia será, dentro de tres horas depois do recebimento dos autos em cartoria: 1.º Affixado, por edital, na porta do estabelecimento e armazen do fallido; — 2.º Remettido ao representante do immediately the records have been delivered to him as closed, shall fix at the same time the day and hour for all the investigations required, and cause the represen-

tative of the Public Attorney to be notified thereof.

Proof must be produced within five days, and at the end of this period the parties shall present, at the office of the clerk of the Court, their final pleadings within the following 24 hours, and the records shall remain open for examination by the representative of the Public Attorney for a further 24 hours, being afterwards closed for the decision to be given.

Sole paragraph. The debtor shall be summoned, the clerk of the Court or the officer of justice delivering to him one of the copies of the initial petition, and if

he should not be found, the judge shall appoint a curator to defend him.

Should the debtor be summoned and not appear, the process shall proceed in his absence.

13. Should application for the bankruptcy of a joint stock company be made by a shareholder, on the basis of Art. 3, No. 3, the same process as is indicated in Art. 12 must be observed, but the intervention of the Public Attorney shall be dispensed with, unless demanded by the applicant.

14. A debtor or defendant who has not been found in the place where his principal establishment is, shall be summoned for the purposes of Arts. 10 and 12 in the person of the manager of his trading business, the liquidator or representative.

Trading partnerships shall be summoned in the person of their managers or

unlimited partners, with the right of representing them, or of the liquidators.

Joint stock companies shall be summoned in the person of their directors, managers or liquidators, any of whom are subject to the same liabilities as the present Law imposes on the debtor or defendant.

15. In cases coming under Art. 2, during the preliminary proceedings of the bankruptcy (Art. 12), the judge, either ex officio or on the demand of the plaintiff, may order the sequestration of the books, correspondence and property of the defendant and forbid any alienation or disposition of property in order to safeguard the assets, making his order publicly known by announcement in the press.

The property and books shall be in the charge of a depositary, who may be the

plaintiff himself, appointed by the judge.

Sole paragraph. All exceptional measures, in virtue of the judgment which

finds the bankruptcy petition unjustifiable, shall cease.

16. After the measures determined by the present Law have been taken, the judge within a period of 24 hours shall pronounce judgment in the terms of Art. 232 of Decree 737 of the 25th of November 1850, declaring or not the commencement of the bankruptcy, and shall immediately make it public through his clerk.

The judgment which decrees the bankruptcy: a) Shall contain the name of the debtor with all clearness, the place of his principal establishment and the kind of trade he carries on, the names of the unlimited partners included in the bankruptcy and their addresses, and in case of a joint stock company the names of the directors or liquidators at the time; — b) Shall indicate the hour when the bankruptcy commences, it being understood in case of omission that the bankruptcy shall commence at mid-day; - c) Shall fix the legal period of the bankruptcy if it is possible, that is, the date on which such a condition became manifest, but it shall not be ante-dated more tham 40 days, reckoned from that on which the first protest for failure to pay was interposed or from that on which the initial bankruptcy petition in the cases coming under Article 2 was presented; — d) Shall appoint one or three trustees to administer the estate and to discharge the other functions which are entrusted to them (Art. 64); — e) Shall fix the period during which all the creditors of the bankruptcy shall present their declarations and the documents proving their claims (Art. 80); — f) Shall determine the day, hour and place of the first meeting of creditors (Art. 100); — g) Shall provide for any other measures to be taken which are considered to be for the benefit of the estate; h) Shall order the imprisonment of the bankrupt, at the request of the representative of the Public Attorney, when the proofs collected shew that he has incurred the penalty for an offence punishable by this Law or by the Penal Code.

17. A summary of the decree of bankruptcy shall, within three hours after its having been received in the records of the clerk of the Court, be: 1. Fixed, by way of announcement, on the door of the establishment or warehouse of the bankrupt; 169

Ministerio Publico, á Junta Commercial do districto, á Associação Commercial, á Junta do Corretores, á Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos e ao official do Registro das Firmas Commerciaes na respectiva comarca, para a devida averbação.

§ 1. Esse resumo conterá o nome do juiz, os nomes e domicilios do fallido e dos socios solidariamente responsaveis tambem fallidos, os nomes dos syndicos e sua residencia, o prazo marcado para as declarações e exhibição de titulos creditorios

e o dia, hora e logar da primeira assembléa dos credores.

Podem os escrivães usar para esse fim de fórmulas impressas.

§ 2. Dentro do mesmo prazo de tres horas, o escrivão officiará ao chefe, administrador ou agente das estacões telegraphicas e postaes, que existirem no logar, communicando a fallencia do devedor e os nomes dos syndicos, a quem deve ser

entregue a correspondencia.

- 18. O juiz publicará a declaração da fallencia, por meio de edital, contendo: 1.º O nome do fallido, o seu domicilio, genero de commercio, termo legal da fallencia e o nome dos syndicos; 2.º A notificação a todos os credores para, dentro do prazo marcado, apresentarem aos syndicos a declaração dos seus creditos, acompanhada dos respectivos titulos; 3.º A convocação de todos os credores para a primeira assembléa, declarando logar, dia e hora, onde esta se realizará.
- § 1. Esta publicação deve ser feita, impreterivelmente, no *Diario Official* que se editar no dia immediato ao da declaração da fallencia e em outro journal de grande circulação.
- § 2. O escrivão certificará nos autos ter cumprido as diligencias deste e do art. 17, nos prazos ahi determinados, incorrendo na pena de suspensão por seis mezes, no caso de falta ou negligencia, e perda de todas as custas, além de responder por prejuizos e damnos.

19. Da sentença que declarar aberta a fallencia, poderá o devedor, ou seu

representante aggravar, por instrumento.

§ 1. Poderá tambem o devedor, ou seu représentante, embargar essa sentença, quando a fallencia tiver sido aberta com fundamento no art. 1.

Os embargos se processarão em apartado, com citação de quem requereu auto

a fallencia.

O embargante apresentará os embargos, deduzidos em requerimento articulado, no prazo de dous dias, contados daquelle em que for publicada a fallencia e o embargado, em seguida, e em igual prazo, os contestará, querendo.

As partes deduzirão a prova, dentro de seis dias, e, decorridos estes, allegarão afinal, no prazo de dous dias para cada uma, e, ouvido o representante do Ministerio Publico no mesmo prazo, o juiz julgará dentro de cinco dias.

Os syndicos e qualquer credor serão admittidos á assistencia, si o requererem.

Da decisão do juiz, qualquer que seja, cabe aggravo de petição.

§ 2. O aggravo e os embargos não suspenderão os effeitos da sentença declaratoria da fallencia, nem interromperão as diligencias e os actos do processo.

20. Da sentença que não declarar aberta a fallencia cabe aggravo de petição.

Paragrapho unico. Esta sentença não terá autoridade de cousa julgada.

21. Quem, por manifesto dólo ou falsidade plenamente provados, requerer a fallencia de outrem, será condemnado, na sentença que denegar a fallencia, em 1.ª ou 2.ª instancia, a indemnizar ao réo das perdas e damnos que forem liquidados na execução.

Sendo a fallencia requerida por mais de uma pessoa, a responsabilidade destas

será solidaria.

Paragrapho unico. Por acção ordinaria podera tambem o prejudicado reclamar indemnização por perdas e damnos no caso de culpa do requerente da fallencia, quando esta for negada.

22. Reformada a sentença que declarar a fallencia, será tudo reposto no antigo

estado.

— 2. Sent to the representative of the Public Attorney, to the Commercial Council of the district, to the Commercial Association, to the Council of Brokers, to the Syndical Chamber of the Brokers of Public Funds and to the Officer of the Registry of Commercial Firms in the hundred concerned, in order to be duly noted.

§ 1. This summary shall contain the name of the judge, the names and addresses of the bankrupt and the responsible unlimited partners also bankrupt, the names of the trustees and their addresses, the period fixed for the declarations and production of the documents of title of claims and the day, hour and place of the first meeting of creditors.

The clerks of the Court may use printed forms for this purpose.

§ 2. Within the said period of three hours, the clerk of the Court shall notify in writing the chief manager or agent of the postal and telegraph stations which are in the district, of the bankruptcy of the debtor and of the names of the trustees,

to whom the correspondence must be delivered.

18. The judge shall make known the decree of bankruptcy by means of a public printed announcement containing: 1. The name of the bankrupt, his address, the kind of trade he carries on, the legal date of the bankruptcy and the names of the trustees; — 2. Notice to all the creditors to present to the trustees within the period fixed, a declaration of their claims accompanied by the respective documents of title; — 3. A convocation of all the creditors to the first meeting, stating the day and hour and the place where it is to be held.

§ 1. Such announcement shall be published, without fail, in the number of the Official Journal which appears on the day immediately following that of the

decree of bankruptcy and in one other newspaper of wide circulation.

§ 2. The clerk of the Court shall certify in the records that the requirements of this Article and of Article 17 have been observed within the periods in them determined, on pain of being suspended for six months in case of omission or negligence, and of losing all fees, besides being liable for loss or damage.

19. From the judgment which decrees the commencement of the bankruptcy,

the debtor or his representative may appeal by written complaint.

§ 1. The debtor or his representative may also object to such judgment, when the bankruptcy has been commenced on the basis of Art. 1.

The objection shall proceed in a separate record, with notice to the person

who applied for the bankruptcy.

The objector shall present his objections, in a form of application drawn up in paragraphs, within a period of two days, reckoned from that on which the bankruptcy was publicly announced, and the opponent, afterwards, and within a like period, shall contest them, if he so wishes.

The parties shall furnish proof within six days, and after this period has passed, shall present their final pleadings within a period of two days for each, and the representative of the Public Attorney having been heard within the same period,

the judge shall pronounce his decision within five days.

The trustees and any creditor shall be admitted to the audience, if they apply

for admission.

From the decision of the judge, whatever it may be, appeal by petition will lie.

§ 2. The appeal and the objections shall not suspend the effects of the decree of bankruptcy, nor interrupt the investigations or the acts of the process.

20. From a decision which does not decree the commencement of the bankruptcy, an appeal by petition will lie.
Sole paragraph. This decision has not the force of a res judicata.

21. Any one who, through manifest fraud or misrepresentation fully proved, applies for the bankruptcy of another, shall be condemned in the judgment which dismisses the application in the first or second instance, to compensate the defendant for all loss and damage which has been incurred in the execution.

If application for the bankruptcy is made by more than one person, their

liability shall be joint and several.

Sole paragraph. The person prejudiced may also claim compensation for loss or damage by ordinary action in the case of culpa of the person applying for the bankruptcy, when the application has been dismissed.

22. After a decree of bankruptcy has been annulled, everything reverts to

its former state.

O resumo da sentença revocatoria da fallencia será remettido ás corporações e funccionarios mencionados no art. 17, n. 2, e publicado na fórma do art. 18, § 1.

23. Não sendo possivel fixar, na sentença declaratoria da fallencia, o termo legal desta, o juiz o fará logo que os syndicos lhe forneçam os precisos elementos, mas antes da primeira assembléa dos credores.

Do provimento do juiz, que fixar o termo legal da fallencia, na sentença declaratoria ou em interlocutorio, poderão os interessados aggravar por instrumento.

Titulo II. Dos effeitos juridicos da sentença declaratoria da fallencia.

Secção I. Dos effeitos quanto aos direitos dos credores.

24. Ao juizo da fallencia deverão concorrer todos os credores do devedor

commum, commerciaes ou civis, allegando e provando os seus direitos.

Paragrapho unico. Não poderão ser reclamados na fallencia: 1.º Os creditos fundos em sentença simplesmente de preceito, isto é, em sentença fundada em simples confissão do devedor; — 2.º Os creditos por titulos de doação, ou por prestações alimenticias; — 3.º As despesas que os credores individualmente fizerem para que possam tomar parte na fallencia, salvo custas judiciaes em litigio com a massa; — 4.º As penas pecuniarias.

- 25. As acções e execuções individuaes dos credores, sobre direitos e interesses relativos á massa fallida, ficarão suspensas, desde que seja declarada a fallencia até ao encerramento desta.
- § 1. Achando-se os bens já em praça, com dia definitivo para a arrematação, fixado por editaes, far-se-ha esta, entrando o producto para a massa.
- Si, porém, os bens já tiverem sido arrematados ao tempo da declaração da fallencia, sómente entrará para a massa a sobra, depois de pago o exequente.
- § 2. Não se comprehendem nas disposições deste artigo as acções e execuções iniciadas antes da fallencia e fundadas em titulos não sujeitos a dividendo ou rateio, as quaes proseguirão com os syndicos ou liquidatarios.

26. A fallencia produz o vencimento antecipado de todas as dividas do fallido, commerciaes ou civis, com abatimento dos juros legaes, si outra taxa não tiver

sido estipulada.

Quanto ás obrigações ao portador (debentures) emittidas pelas sociedades anonymas ou em commandita por acções, prevalecerá a disposição do art. 6 paragrapho unico do decreto legislativo n. 177 A, de 15 de setembro de 1893.

- § 1. Não terão vencimento antecipado ou immediato: 1.° As obrigações sujeitas a condição suspensiva. Não obstante, ellas entrarão na fallencia, sendo o pagamento differido até que se verifique a condição; 2.° As letras hypothecarias emittidas pelas sociedades de credito real (decreto n. 370, de 2 de maio de 1890, arts. 357 e 358).
- § 2. Os co-obrigados com o fallido nas letras de cambio e titulos a estas equiparados darão fiança ao pagamento no vencimento, não preferindo pagar immediatamente sem deducção.

Esta disposição procederá somente no caso dos co-obrigados simultaneos, mas não successivos. Sendo a obrigação successiva, como nos endossos, a fallencia do endossado posterior não dará direito a accionar os endossatarios anteriores, sem que se dê o vencimento.

§ 3. As clausulas penaes dos contractos unilateraes a prazo vencidos em virtude de fallencia não serão attendidas.

27. Contra a massa não correrão juros, ainda que estipulados forem, se ella

não chegar para o pagamento do principal.

Exceptuam-se desta disposição os juros das obrigações ao portador (debentures), emittidas pelas sociedades anonymas ou em commandita por acções, os das letras hypothecarias, emittidas pelas sociedades de credito real, e os dos creditos garantidos por hypotheca, antichrése ou penhor.

Os juros dos creditos garantidos serão pagos pelo producto dos bens constitutivos

do privilegio, hypotheca ou penhor.

A summary of the decree rescinding the bankruptcy shall be sent to the public bodies and functionaries mentioned in Art. 17, No. 2, and published as set out in Art. 18, § 1.

23. If it is not possible, in the judgment decreeing the bankruptcy, to fix the date from which it has legal effect, the judge shall do so as soon as the trustees furnish the necessary particulars, but before the first meeting of creditors.

From the decision of the judge which fixes the date from which the bankruptcy has legal effect, in his decree or interlocutory order, interested persons may appeal by written complaint.

Title II. The legal effects of the decree of bankruptcy.

Section I. Effects as to the rights of creditors.

24. All creditors of the bankrupt, whether trading or civil, must apply to the Bankruptcy Court, with a statement and proof of their claims.

Sole paragraph. The following cannot be claimed from the bankruptcy estate: 1. Claims based on a decree simply de preceito, that is, a decree founded on the simple admission of the debtor; — 2. Claims based on gifts, or for payments for maintenance; — 3. Expenses which creditors have individually incurred in order to rank in the bankruptcy, except law expenses against the estate; — 4. Monetary penalties.

25. Individual actions and executions of the creditors, concerning claims and interests relating to the bankruptcy estate, shall remain in suspense from the time

of the commencement of the bankruptcy until its close.

§ 1. If the property is already for sale, with a day definitely fixed by public announcement for the auction, such sale must be effected, the proceeds entering

If, however, the property has already been sold by auction at the time of the decree of bankruptcy, only the surplus after satisfying the person who has levied the execution shall enter into the estate.

§ 2. Actions and executions commenced before the bankruptcy and founded on titles not subject to dividends or pro rata payments, are not included in the provisions of this Article, but shall proceed against the trustees or liquidators.

26. Bankruptcy produces the anticipated maturity of all the debts of the bankrupt, whether trading or civil, subject to an abatement for legal interest, if no other rate of interest has been stipulated.

As to obligations to bearer (debentures) issued by joint stock companies or by limited partnerships with share capital, the provision of Art. 6, sole paragraph, of the legislative Decree No. 177 A, of the 15th of September 1893, shall prevail.

§ 1. Anticipated or immediate maturity shall not occur in the following cases: 1. Obligations subject to a suspensive condition. Nevertheless they shall be comprised in the bankruptcy, provided that payment is deferred until the condition is satisfied; — 2. Letters of hypothecation issued by real property associations (Decree No. 370 of the 2nd of May 1890, Arts. 357 and 358).

§ 2. Persons liable together with the bankrupt on bills of exchange and instruments of a like nature shall give security for payment at maturity, unless they

prefer to pay immediately without any deduction.

This provision shall only apply in the case of those liable simultaneously with the bankrupt, but not those liable successively. If the liability is successive, as in the case of endorsements, the bankruptcy of the later endorsee shall not give the right to proceed against the previous endorsers until maturity occurs.
§ 3. Penal clauses in unilateral contracts subject to a time limit which have

matured by reason of the bankruptcy shall not be considered.

27. Interest shall not run against the estate, even although stipulated for,

if the estate does not suffice for the payment of the principal.

Obligations to bearer (debentures) issued by joint stock companies or by limited partnerships with share capital, letters of hypothecation issued by real property associations, and obligations of credit secured by mortgage, antichresis or pledge. are excepted from this provision.

The interest on secured credits shall be paid from the proceeds of the property

which constitutes the security, mortgage or pledge.

- 28. Os fiadores do fallido poderão apresentar-se na fallencia por tudo quanto tiverem pago em descarga do afiançado ou, tambem, pelo que mais tarde possam satisfazer, si o credor não pedir a sua inclusão na fallencia.
- 29. Os credores por obrigação solidaria concorrerão pela totalidade de seus creditos nas respectivas massas dos co-obrigados simultaneamente fallidos, até serem integralmente pagos.

Os dividendos distribuidos serão annotados no respectivo titulo original pelos liquidatarios das massas, e o credor communicará ás outras massas o que de alguma

receber.

O credor que, indevidamente, receber alguma quantia dos coobrigados solventes ou das massas dos co-obrigados fallidos ficará obrigado a restituir em dobro,

além de pagar perdas e damnos.

30. As massas dos co-obrigados fallidos não terão acção regressiva umas contra as outras. Si, porém, o credor ficar integralmente pago por uma ou por diversas massas co-obrigadas, desapparecendo assim os seus direitos contra as outras massas, as primeiras terão acção regressiva contra as segundas em proporção á parte que pagaram e áquella que cada uma tinha a seu cargo.

Paragrapho unico. Si os dividendos que couberem ao credor em todas as massas co-obrigadas excederem da importancia total do credito, este excesso entrará para as massas na proporção acima dita. Si os co-obrigados eram garantes uns dos outros, aquelle excesso pertencerá, conforme a ordem das obrigações, ás massas dos co-

obrigados, que tiverem o direito de ser garantidos.

31. Os co-devedores solventes, que pagarem, total ou parcialmente, a importancia do credito, poderão reclamar da massa fallida do co-obrigado quanto pagaram, observadas as regras do direito civil sobre as obrigações solidarias.

32. Aos credores ficarão garantidos os direitos seguintes, desde o momento da declaração da fallencia: 1.° De intervir, como assistentes, em quaesquer acções promovidas contra ou pela massa; — 2.° De fiscalizar a administração da massa fallida e requerer e promover no processo da fallencia o que for a bem da referida massa e á execução da presente lei. As despezas que se fizerem serão indemnizadas pela massa, si esta auferir vantagens; — 3.° De examinar, em qualquer tempo, os livros e papeis do fallido, e da administração da massa fallida, independente de ordem ou autorização do juiz.

Paragrapho unico. Para exercer esses direitos basta que se tenha apresentado

aos syndicos a declaração de que trata o artigo 82.

33. Os credores ausentes poderão constituir procurador para represental-os na fallencia do devedor, sendo licito a uma só pessoa ser procurador de diversos credores ao mesmo tempo.

§ 1. A procuração póde ser transmitida por telegramma, cuja minuta authenticada ou legalizada deverá ser apresentada á estação expeditora, que, na trans-

missão, mencionará esta circumstancia.

§ 2. O procurador fica habilitado para tomar parte em quaesquer actos ou deliberações da massa, receber avisos, notificações ou citações.

§ 3. O procurador responde solidariamente com o mandante, quando obrar

com dólo, má fé ou fraude.

- 34. Śerão considerados representantes dos credores para todos os actos e deliberações da fallencia: 1.º Os administradores das sociedades, os gerentes, os liquidantes e os prepostos com poderes de administração geral; 2.º Os procuradores ad negotia, embora não tenham poderes especificados para a fallencia; 3.º Os herdeiros e successores; 4.º Os tutores e curadores, na fórma de direito.
- § 1. A Fazenda Nacional, quando interessada por dividas de impostos ou de lettras e titulos, será representada, no juizo da fallencia, pelo procurador da Republica, auxiliado pelos adjuntos, ajudantes ou solicitadores (lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, art. 32, n. III).

A Fazenda dos Estados e a dos municipios serão representadas pelos funccionarios, aos quaes, pelas respectivas constituições ou leis organicas, incumbir

esse dever.

35. Os credores menores e interdictos não gosam, na fallencia, de privilegio algum, dos que as leis civis lhes conferem.

28. Sureties of the bankrupt may be represented in the bankruptcy for as much as they have paid in discharge of the guarantee, and also for the amount which they may be called upon to pay later; if no creditor requests their inclusion in the bankruptcy.

29. Creditors in respect of joint and several obligations may prove for the total amount of their claims in the respective estates of the co-debtors who have

simultaneously become bankrupt, until they have been fully paid.

Dividends distributed shall be noted on the respective original documents of title by the liquidators of the estates, and the creditor shall notify the other estates what he receives from any one.

A creditor who unduly receives any amount from his solvent co-debtors or from the estates of the bankrupt co-debtors is bound to refund twice the amount,

besides having to compensate for any loss or damage.

30. The estates of the bankrupt co-debtors shall not be subject to regressive action against one another. If, however, a creditor should be fully paid from one or more of the estates jointly liable, his rights against the other estates thus being extinguished, the first shall have regressive action against the second proportionately to what they have paid and to that for which each was liable.

Sole paragraph. Should the dividends which fall to the creditor from all the estates jointly liable exceed the total amount of his claim, the surplus shall appertain to the estates in the above named proportion. Should the co-debtors be sureties of one another, such surplus shall belong, according to the order of the obligations, to the estates of the co-debtors who had the right of being guaranteed.

31. Solvent co-debtors who have paid either in whole or in part the amount of the claim, can claim from the bankruptcy estate of the co-debtor as much as they have paid, the rules of civil law concerning joint and several obligations being

32. From the moment of the decree of bankruptcy, the following rights are guaranteed to creditors: 1. Of intervening, jointly with others, in any actions brought against or by the estate; — 2. Of scrutinizing the management of the bankruptcy estate and of taking any steps in the bankruptcy which may be for the benefit of the said estate or in execution of this Law. Expenses incurred shall be paid out of the estate in case it should reap any advantage; — 3. Of examining, at any time, the books and papers of the bankrupt, and of the management of the bankruptcy estate, independently of any order or authorization from the judge.

Sole paragraph. In order that these rights may be exercised, it is sufficient that the declaration of which Art. 82 treats has been presented to the trustees.

33. Absent creditors may appoint attorneys to represent them in the bankruptcy of the debtor, it being lawful for one person to act as attorney for several creditors at the same time.

§ 1. The power of attorney may be transmitted by telegram, the power authenticated or legalized being presented at the station from which the telegram is sent, which, in transmitting it, must mention this circumstance.

§ 2. The attorney is empowered to take part in any acts or deliberations concerning the estate, and to receive advices, notifications or summonses.

§ 3. The attorney is jointly and severally liable with the person who has

given the power, when he acts with deceit, bad faith or fraud.

34. The following shall be considered as representing creditors in all the acts and resolutions of the bankruptcy: 1. Directors of companies, managers, liquidators and those to whom general powers of management are given; — Z. Attorneys for a special business, although they may not have special powers for the bankruptcy; -3. Heirs and successors; -4. Tutors and guardians, according to the provisions of the law.

§ 1. The National Treasury when interested on account of unpaid taxes or of bills or claims which have not been met, shall be represented in the Bankruptcy Court, by the Attorney General of the Republic, aided by associates, assistants or solicitors (Law No. 221, of the 20th of November 1894, Art. 32, No. III).

The Treasuries of the States and of the municipalities shall be represented

by those officers to whom, according to their respective constitution or organic

laws, such duty appertains.

35. Creditors who are minors or who are not allowed to exercise rights do not enjoy in the bankruptcy any of the privileges which the civil law gives them. Fica-lhes, entretanto, salvo o direito de haver de seus tutores ou curadores

indemnização pelos damnos provenientes de negligencia, dólo ou fraude.

36. Si os bens do fallido não chegarem para o integral pagamento dos credores, encerrada a fallencia, estes terão o direito de executar o devedor, a todo o tempo, pelo saldo de seus creditos, si o fallido não os contestou (art. 136).

Secçao II. Dos effeitos quanto á pessoa do fallido.

37. Em virtude da declaração da fallencia ficam impostas ao fallido as seguintes obrigações: 1.° Assignar nos autos, logo que tiver conhecimento da sentença declaratoria da fallencia, termo de comparecimento, indicando a rua e numero da sua residencia, para lhe serem dirigidas as notificações e os avisos necessarios, sob pena de revelia e outras comminadas por esta lei. — Não se poderá ausentar do logar da fallencia sem justo motivo e autorização expressa do juiz e sem deixar procurador bastante, sob as mesmas penas; — 2.° Entregar, sem demora, todos os bens, livros, papeis e documentos aos syndicos e lhes indicar os bens em poder de outrem para serem arrecadados; — 3.° Comparecer a todos os actos da fallencia e as assembléas dos credores, podendo ser representado por procurador, quando occorrerem justos motivos e obtiver licença do juiz; — 4.° Prestar, verbalmente ou por escripta, as informações solicitadas pelo juiz, syndicos, liquidatarios e credores em assembléa, sobre circumstancias e factos, que interessem á fallencia, e auxiliar os syndicos com zelo e lealdade; — 5.° Verificar a legitimidade, regularidade e authenticidade das reclamações de credito apresentadas á massa (art. 83); — 6.° Assistir ao levantamento e verificação do balanço e exame dos livros; — 7.° Examinar e dar parecer sobre as contas dos syndicos e liquidatarios.

Paragrapho unico. Faltando ao cumprimento de qualquer dos deveres declarados em os ns. 1 a 4 ou ausentando-se sem licença do juiz, embaraçando as funcções dos syndicos ou liquidatarios, occultando bens por qualquer modo, recebendo quaesquer quantias pelos creditos, subtrahindo documentos, desviando a correspondencia, que deva ser entregue aos syndicos ou liquidatarios, poderá o fallido ser preso por mandado do juiz.

Da prisão cabe aggravo de instrumento sem effeito suspensivo.

A prisão não poderá exceder de 60 dias e será decretada desde que, por meio summarissimo, se verifique a exactidão dos factos arguidos.

A prisão nos casos deste artigo poderá ser requerida pelos syndicos, liquidatarios ou representante do Ministerio Publico e também ordenada pelo juiz ex-officio.

38. Além dos direitos, que esta lei especialmente lhe confere, tem o fallido os de fiscalizar a administração da massa fallida, de requerer o que for a bem de seus direitos e interesses, de exercer direitos meramente conservatorios dos bens arrecadados, podendo intervir como assistente nas questões pró ou contra a massa e interpor os competentes recursos das decisões que tiverem relação com o seu estado de fallencia e consequencias deste.

Paragrapho unico. Si notificado ou avisado pela imprensa, por carta ou por official de justiça, não comparecer ou deixar de intervir em qualquer acto da fallencia os actos ou diligencias correrão á revelia, não podendo em tempo algum sobre elles reclamar, isso sem prejuizo do disposto no paragrapho unico do art. 37.

39. As sociedades anonymas são representadas na fallencia pelos seus administradores ou liquidantes, os quaes ficarão sujeitos a todas as obrigações, que a presente lei impõe ao devedor ou fallido; serão ouvidos como representantes da sociedade fallida nos casos em que a lei prescreve que o fallido seja ouvido e incorrerão nas penas de prisão nos casos declarados no paragrapho unico do art. 37.

Paragrapho unico. Não obstante isentos da fallencia, esses administradores ou liquidantes deverão prestar contas de seus actos e responderão pelos delictos commettidos contra a sociedade e contra terceiros na fórma por que dispõe o titulo XIII.

Nevertheless, the right is reserved to them of obtaining from their tutors or

guardians compensation for loss resulting from negligence, deceit or fraud.

36. Should the property of the debtor be insufficient for the payment of his creditors in full, the latter shall have the right, after the bankruptcy has been closed, of issuing execution against the debtor at any time for the balance of their claims, if the bankrupt has not contested them (Art. 136).

Section II. Effects as to the person of the bankrupt.

37. In virtue of the decree of bankruptcy the bankrupt is bound as follows: 1. To sign on the records, as soon as he is cognizant of the decree of bankruptcy, an undertaking to appear, giving the street and number of the street where he resides, in order that he may be served with the necessary notifications and advices under pain of proceedings by default and the other penalties imposed by this Law. — He may not absent himself from the jurisdiction of his bankruptcy without just cause and special permission of the judge nor without leaving an attorney with sufficient powers, under the same penalties; — 2. To deliver to the trustees, without delay, all property, books, papers and documents and to inform them of property in the power of other persons, in order that it may be brought together; — 3. To attend at all the proceedings of the bankruptcy and at the meetings of creditors, being allowed to appear by attorney when there is just cause and he has obtained permission from the judge; — 4. To supply, either verbally or in writing, any information asked for by the judge, trustees, liquidators and creditors at their meeting, as to circumstances and facts which pertain to the bankruptcy, and to assist the trustees zealously and faithfully; — 5. To verify the legality, regularity and authenticity of claims against the estate (Art. 83); — 6. To assist at the drawing up and verification of the balance sheet and examination of the books; — 7. To examine and report on the accounts of the trustees or liquidators.

Sole paragraph. The bankrupt may be arrested on an order from the judge if he fails to fulfil any of the obligations mentioned in Nos. 1 to 4, or absents himself without the permission of the judge, obstructs the trustees or liquidators in the exercise of their functions, conceals property in any way, receives any portion of the credits, withdraws documents or intercepts correspondence which should be

delivered to the trustees or liquidators.

An appeal by written complaint without suspensive effect lies against imprisonment.

The imprisonment shall not exceed 60 days and shall be ordered as soon as, by extra-summary proceedings, the correctness of the facts alleged have been verified.

Imprisonment under this Article may be asked for by the trustees, liquidators or representative of the Public Attorney and also may be ordered by the judge

ex officio.

38. In addition to the rights which this Law specially confers on him, the bankrupt has those of supervising the administration of the bankruptcy estate, of applying for anything in furtherance of his rights and interests, and of exercising such rights as are merely directed to the safe-guarding the property brought together, and he may intervene as an assistant in questions in favour of or against the estate, and lodge any available appeals from the decisions which relate to the state of the bankruptcy and its consequences.

Sole paragraph. Should the bankrupt not appear or neglect to intervene in any proceeding of the bankruptcy, after having been notified or advised in the press or by letter or by an officer of justice, judgment shall go by default, and he cannot at any time appeal against it, but without prejudice to the provision of the

sole paragraph of Art. 37.

39. Joint stock companies are represented in the bankruptcy by their directors or liquidators, who shall be subject to all the liabilities which this Law imposes on the debtor or bankrupt; they shall be heard as representing the bankrupt company in those cases in which the Law prescribes that the bankrupt shall be heard, and they shall incur the penalty of imprisonment in the cases stated in the sole paragraph of Art. 37.

Sole paragraph. Notwithstanding that they are exempt from the bankruptcy, such directors or liquidators must furnish accounts of their acts and shall be answerable for any faults committed against the company or against third persons in the

manner laid down in Title XIII.

- 40. Depois da primeira assembléa dos credores, de que trata o art. 100, o fallido poderá exercer o commercio ou qualquer industria ou profissão, salvo as restricções estabelecidas pelo Codigo Commercial e leis especiaes.
 - 41. A morte do fallido não interromperá o processo da fallencia.

O conjuge sobrevivente e os herdeiros o representarão para todos os effeitos commerciaes.

Paragrapho unico. Os herdeiros do devedor fallido não serão responsaveis

além das forças da herança.

42. Si o fallido for diligente no cumprimento de seus deveres e auxiliar os syndicos com lealdade e zelo, e si a massa comportar, póde requerer ao juiz que lhe arbitre modica remuneração. Nesse arbitramento serão ouvidos os syndicos e o representante do Ministerio Publico; e a requerimento dos syndicos, de qualquer credor, allegando justa causa, ou ex-officio, poderá ser supprimida a remuneração arbitrada.

Paragrapho unico. Esta remuneração cessará depois da primeira assembléa

dos credores e eleição dos liquidatarios.

Secção III. Dos effeitos quanto aos bens do fallido.

- 43. A fallencia comprehenderá todos os bens do devedor, inclusive direitos e acções existentes na época da sua declaração, e os adquiridos durante ella.
- 44. Desde o dia da abertura da fallencia ou da decretação do sequestro, o devedor perderá o direito de administrar e dispor dos seus bens.
- § 1. Não poderá o devedor, desde aquelle dia, praticar qualquer acto que tenha referencia, directa ou indirecta, aos bens, interesses, direitos e obrigações, comprehendidos na fallencia, sob pena de nullidade de pleno direito, podendo o juiz pronuncial-a ex-officio, independente de prova de prejuizo.

§ 2. Entretanto, si antes da publicação da fallencia ou do sequestro o devedor pagou no vencimento uma lettra de cambio ou titulo á ordem por elle acceito ou sobre elle sacado, o pagamento será válido, si o portador não conhecia a fallencia ou o sequestro, e si, conforme o direito cambial, não puder mais exercer utilmente

os seus direitos contra os co-obrigados.

- 45. Não se comprehenderão na fallencia: 1.º Os bens que o fallido possuir no dia da declaração da fallencia ou vier a possuir durante esta, com a clausula de não serem obrigados por dividas; 2.º As pensões, ordenados ou outras quantias, a que o fallido tiver direito, a titulo de alimento, aposentadoria, reforma ou jubilação; 3.º O que o fallido ganhar por seu trabalho pessoal e destinado á manutenção propria e da familia; 4.º Os vestuarios do fallido e de sua familia, a mobilia e utensilios necessarios aos usos da vida; 5.º Os rendimentos do bens dos filhos menores.
- 46. A fallencia não affectará a administração dos bens proprios e particulares da mulher e dos filhos do devedor, pelo que não poderão ser arrecadados na fallencia: 1.° Os bens dotaes estimados para qualquer effeito, os paraphernaes, os incommunicaveis sob o regimen da communhão, os que não respondem por dividas anteriores ao casamento, e as arrhas e doações antenupciaes; 2.° O peculio castrense, quasi castrense e bens adventicios dos filhos menores, legitimos, legitimados e reconhecidos.

Secção IV. Dos effeitos quanto aos contractos do fallido.

- 47. Os contractos synallagmaticos não serão resolvidos pela fallencia e poderão ser executados pelos syndicos e liquidatarios, si o acharem de conveniencia para a massa.
- § 1. A não execução integral desses contractos por parte da massa dará ao contractante o direito de exigir desta a devida indemnização pelas perdas e damnos.
- § 2. Nas vendas a entregar em prazo certo, tendo por objecto valores ou mercadorias, cuja cotação curso ou preço corrente possa ser annotado, a liquidação, si não puder realizar-se pela effectiva entrega dos valores ou mercadorias e pagamento

- 40. After the first meeting of creditors, of which Art. 100 treats, the bankrupt may engage in trade or in any industry or profession, except in the cases where he is restricted from so doing by the provisions of the Commercial Code or by special Laws.
- 41. The death of the bankrupt does not interrupt the proceedings of the bankruptcy.

The surviving spouse and the heirs shall represent the bankrupt for all commer-

cial effects.

Sole paragraph. The heirs of the bankrupt are not liable beyond the estate of the inheritance.

42. If the bankrupt is diligent in the discharge of his duties and assists the trustees faithfully and zealously, and if the estate can bear it, he may ask the judge to order him a moderate remuneration. Before ordering it the trustees and the representative of the Public Attorney shall be heard; and at the request of the trustees, of any creditor shewing just cause, or ex officio, the remuneration ordered may be withdrawn.

Sole paragraph. This remuneration shall cease after the first meeting of cre-

ditors and election of liquidators.

Section III. Effects as to the property of the bankrupt.

43. The bankruptcy shall comprise all the property of the debtor, including the rights and rights of action, existing at the time of its commencement, and that acquired during its continuance.

44. From the day of the commencement of the bankruptcy or of the decree of sequestration, the debtor shall lose the right of managing or disposing of his

property.

§ 1. The debtor may not from that day do any act which has reference, either directly or indirectly, to the property, interests, rights or obligations comprised in the bankruptcy, on pain of absolute nullity, which may be pronounced by the judge ex officio, independent of proof of loss.

§ 2. Nevertheless, if before publication of the bankruptcy or of the sequestration the debtor has met at maturity a bill of exchange or instrument to order accepted by him or drawn on him, the payment will be valid, if the holder was ignorant of the bankruptcy or sequestration, or if, according to the law of exchange, he could not further profitably exercise his rights against the co-obligors.

- 45. The following are not comprised in the bankruptcy: 1. Property which the bankrupt possesses on the day of the decree of bankruptcy or may come to possess during its continuance, subject to the clause of not being liable for debts; 2. Pensions, salaries or other sums to which the bankrupt is entitled for maintenance, lodging or allowance; 3. That which the bankrupt may earn through his personal labour and which is destined for the maintenance of himself and of his family; 4. The wearing apparel of the bankrupt and of his family, and the furniture and utensils used in everyday life; 5. The income of the property of the children who are minors.
- 46. The bankruptcy shall not affect the administration of the private property of the wife or children of the debtor, for which reason the following cannot be comprised in the bankruptcy: 1. The dotal property of the wife however employed, her paraphernalia, her separate estate, property not liable for debts previous to marriage, property settled by a husband on a wife and pre-nuptial gifts;—2. Peculium castrense, peculium quasi castrense and the adventitious property of children who are minors, whether legitimate at birth or made legitimate and recognized.

Section IV. Effects as to the contracts of the bankrupt.

47. Contracts involving mutual obligations shall not be discharged by the bankruptcy and may be performed by the trustees or liquidators, if they consider that it is for the benefit of the estate.

§ 1. The non-performance of such contracts on behalf of the estate shall give the other contracting party the right of demanding from it due compensation for

loss or damage.

§ 2. Contracts for the sale for delivery at a definite time of securities or goods, the current or market value of which at the time for delivery can be ascertained, shall be discharged by payment of the difference between the price stated in the

do preço, far-se-ha pela prestação da differença entre a cotação do dito contracto e da época da liquidação.

48. As contas correntes com o fallido consideram-se encerradas no dia da

declaração da fallencia, verificando-se o saldo.

49. Compensar-se-hão as dividas vencidas até ao dia da abertura da fallencia, provenha o vencimento da propria sentença da fallencia, ou da expiração do prazo contractual.

Paragrapho unico. Não se dará a compensação: a) Nos creditos fundados em titulos ao portador; — b) Nos creditos, mesmo vencidos antes da fallencia, adquiridos pelo devedor do fallido ou a elle transferidos já era conhecido o estado de insolvencia, para o fim da compensação em proveito proprio ou de terceiro, com prejuizo da massa; — c) Nos creditos transferidos salvo o caso de successão mortis causa.

50. Durante a fallencia ficará interrompida a prescripção.

51. Si o fallido fizer parte de alguma sociedade como socio solidario ou commanditario em commandita simples, ella reputar-se-ha dissolvida (Cod. Com. art. 335, n. 2).

Em sua liquidação intervirão os syndicos ou liquidatarios e todos os actos,

que com elles se praticarem, serão validos e irrevogaveis.

Paragrapho unico. Si algum dos socios solidarios da sociedade, cuja fallencia for declarada, fizer parte de outras sociedades, para a massa daquella entrará sómente a quota que a esse socio couber na liquidação das sociedades solventes, depois de pagos os credores destas.

52. O mandato conferido pelo devedor antes da fallencia, sobre negocios que interessam á massa fallida, continuará em vigor até que seja revogado expressamente

pelos syndicos ou liquidatarios, a quem o mandatario prestará contas.

Paragrapho unico. Para o fallido cessará o mandato ou commissão, que houver

recebido antes da fallencia.

- 53. Os accionistas das sociedades anonymas e outros socios de responsabilidade limitada são obrigados a integralizar as acções ou quotas que subscreveram para o fundo social, não obstante quaesquer restricções, limitações ou condições estabelecidas nos estatutos ou contracto da sociedade.
- § 1. Não satisfazendo amigavelmente, quando avisados, os liquidatarios proporão contra elles acção executiva, observando-se o disposto nos arts. 310 a 317 do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850.
- § 2. Os liquidatarios poderão propor a acção antes de vender os bens da sociedade e apurar o activo e sem necessidade de justificar a insufficiencia deste para

a solução do passivo da fallencia.

§ 3. A acção poderá comprehender todos os réos ou ser especial para cada

um devedor em condições de solvencia.

- 54. O socio de responsabilidade limitada, nas sociedades commerciaes, que não revestirem a fórma anonyma nem a de commandita por acções, que se despedir antes de dissolvida a sociedade, retirando os fundos com que entrára para o capital, ficará responsavel, até o valor desses fundos, pelas obrigações contrahidas e perdas havidas até o momento da despedida, que será o da respectiva averbação no registro do commercio.
- Secção V. Da revogação de actos praticados pelo devedor antes da fallencia.
- 55. Não produzirão effeito relativamente á massa, tenha ou não o contractante conhecimento do estado economico do devedor, seja ou não intenção deste, fraudar os credores: 1.° Os pagamentos de dividas não vencidas realizados pelo devedor, dentro do termo legal da fallencia, por qualquer meio de extinguir o direito do credito, inclusive o desconto dos proprios titulos; 2.° Os pagamentos de dividas vencidas e exigiveis, realizados dentro do termo legal da fallencia por qualquer meio que não seja em dinheiro ou em titulo de commercio; 3.° As hypothecas e outras garantias reaes inclusive a retenção, constituidas dentro do termo legal da fallencia, tratando-se de divida contrahida antes deste termo. Si os bens offerecidos em hypotheca constituirem objecto de outra hypotheca válida, inscripta em

said contract and the value at the time for delivery, if they cannot be fulfilled by the effective delivery of the securities or goods and payment of the price.

48. The current accounts with the bankrupt are considered closed on the

day of the decree of bankruptcy, the balance being ascertained (on this day).

49. Debts which have matured up to the day of the commencement of the bankruptcy must be met, whether maturity arises owing to the decree of bankruptcy

or to the expiration of the period agreed upon.

Sole paragraph. Payment shall not be made: a) In respect of claims founded on instruments to bearer; — b) In respect of claims, even although due before the bankruptcy, acquired by the debtor from the bankrupt or transferred to him when the state of insolvency was already known, in order to obtain payment for his own benefit or for that of a third person, with loss to the estate; — c) In respect of claims which have been transferred, except in the case of succession through death.

50. During the bankruptcy prescription does not run.

51. Should the bankrupt be an unlimited or simple limited partner in any partnership, the partnership shall be assumed to be dissolved (Commercial Code Art. 335, No. 2).

The trustees or liquidators shall intervene in its winding up, and all acts done

by them shall be valid and irrevocable.

Sole paragraph. Should any of the unlimited partners of the firm the bankruptcy of which has been decreed, have a share in other partnerships, only that share which pertains to such partner in the liquidation of the solvent partnerships,

after the creditors have been paid, shall form part of the estate.

52. A mandate conferred by the debtor before his bankruptcy shall, regarding transactions which are for the benefit of the bankrupt estate, remain in force until it has been expressly revoked by the trustees or liquidators, to whom the agent

shall present his accounts.

Sole paragraph. Any mandate or commission which a bankrupt may have

received previous to his bankruptcy shall cease.
53. Shareholders in joint stock companies and partners with limited liability are bound fully to pay up the shares or portions which they have subscribed to the capital of the company or partnership, notwithstanding any restrictions, limitations or conditions established in the articles of association or the partnership agreement.

§ 1. If, when advised, they do not pay up voluntarily, the liquidators shall commence an executive action against them, always observing the provisions of

Arts. 310 to 317 of Decree No. 737, of the 25th of November 1850.

§ 2. The liquidators can commence the action before selling the property of the company or partnership and before determining the assets, and without the necessity of shewing the insufficiency of such assets for liquidating the debts of the bankruptcy.

§ 3. The action may embrace all the defendants or be brought against each

separate debtor who is solvent.

54. A partner with limited liability in a trading association which is not a joint stock company or in the nature of a limited partnership with share capital, who severs his connection before the dissolution of the association, and withdraws his share of the capital, is liable up to the amount of such share for obligations contracted and losses sustained up to the time of his withdrawal, which shall be that entered in the Commercial Registry.

Section V. Avoidance of transactions of the debtor before bankruptcy.

55. The following are of no effect as against the estate, whether the creditorwas aware of the economic condition of the debtor or not, and whether it was the intention of the latter to defraud his creditors or not: 1. Payment of debts not due made by the debtor within the period of legal operation of the bankruptcy in any manner which can extinguish the right of claim, including the discount of the documents of title themselves; - 2. Payment of debts which have become due and in regard to which execution may be issued, made within the period of the legal operation of the bankruptcy in any manner which is not in money or by means of a negotiable instrument; — 3. Mortgages and other real property securities, including the right of retention, effected within the period of the legal operation of

segundo logar, a massa receberá a parte que devia caber ao credor da hypotheca revogada; — 4.° Todos os actos a titulo gratuito, salvo obediencia á lei ou si se referirem a objectos de valor menor de 300 \$, desde dous annos antes da declaração judicial da fallencia, façam ou não parte de contractos onerosos; — 5.º A renuncia á successão, legado ou usofructo, até dous annos antes da declaração judicial da fallencia; — 6.º A restituição antecipada do dote ou a sua entrega antes do prazo estipulado no contracto antenupcial; — 7.° As inscripções de hypothecas e as transcripções de onus reaes e de transmissões inter vivos, por titulo oneroso ou gratuito, de immoveis susceptiveis de hypotheca, realizadas após a decretação do sequestro ou a declaração da fallencia.

A falta da inscripção da hypotheca ou da transcripção dos onus reaes dá ao credor o direito de concorrer na massa como chirographario e a falta de transcripção das transmissões intervivos confere ao comprador acção pessoal para haver o preço até onde chegar o producto do immovel.

Paragrapho unico. Os actos, a que se referem os ns. 3 e 4, não serão revogaveis si, ao tempo em que foram praticados, o devedor não exercia o commercio.

56. Poderão ser revogados, tambem, relativamente á massa, todos e quaesquer actos, emquanto não prescriptos, praticados pelo devedor, na intenção de prejudicar credores, provando-se fraude de ambos os contrahentes.

57. Os bens deverão ser restituidos á massa em especie, com todos os accessorios

e, não sendo possivel, dar-se-ha a indemnização.

58. A restituição dos fructos, incluidos os que se deixaram de perceber, será devida nos casos de má fé, connivencia, fraude ou conhecimento do estado do devedor. Em todo o caso, sel-o-ha desede a propositura da acção e comprehenderá os pendentes ao tempo da acquisição.

§ 1. O donatario de boa fé restituirá sómente na proporção daquillo com que

se achar augmentado o seu patrimonio por effeito da doação.

§ 2. A massa restituirá o que tiver sido prestado pelo contrahente, salvo si do contracto ou acto não auferiu vantagem. Neste caso, o contractante será admittido como credor chirographario.

§ 3. No caso de restituição de pagamento, o credor reassumirá o seu anterior

estado de direito, e participará dos dividendos, si chirographario.

§ 4. Fica salva aos terceiros de boa fé a acção de perdas e damnos, a todo o

tempo, contra o fallido.

59. A acção revocatoria, tendo por fim pronunciar a inefficacia dos actos referidos nos arts. 55 e 56, relativamente á massa fallida, deverá ser intentada pelos

liquidatarios em nome da massa.

Paragrapho unico. Esta acção poderá ser proposta: 1.º Contra todos aquelles que figurarem no acto como contractantes ou que por effeito do acto foram pagos, garantidos ou beneficiados; — 2.º Contra os successores causa mortis das pessoas acima indicadas, até a concurrencia da quota hereditaria, do legado ou usofructo; — 3.° Contra os seus successores: a) Si tiverem conhecimento, no momento em que se creou o seu direito, da intenção de fallido de prejudicar os credores; — b) Si o direito se originou de acto revogavel nos termos do art. 55; — 4.º Contra os successores causa mortis das pessoas indicadas nas alineas a e b do n. 3 acima, até a concurrencia da quota hereditaria, legado ou usofructo.

60. A acção revocatoria correrá perante o juiz da fallencia. O seu curso será o summario, observadas as disposições dos arts. 237 a 243 do decreto n. 737, de

25 de novembro de 1850.

§ 1. O réo não poderá oppor compensação nem reconvenção. § 2. A appellação será recebida no effeito devolutivo e os autos subirão dentro do prazo de 15 dias, depois de intimadas as partes da sentença, independente de traslado, salvo si alguma das partes o requerer, pagando-o á sua custa.

§ 3. O juiz não está adstricto ás regras de direito quanto á prova da fraude ou má fé, mas decidirá conforme a sua livre e intima convicção fundamentando a sentença com os factos e as razões que motivem a sua decisão.

the bankruptcy, but referring to debts contracted before such period. — If the property offered in mortgage is the object of a second valid mortgage, the estate shall receive the part which ought to fall to the creditor under the first mortgage; — 4. All gratuitous transactions, unless in obedience to the law or unless they refer to objects of a less value than 300 \$, entered into within two years before the decree of bankruptcy, whether they form part of contracts for valuable consideration or not; — 5. The renouncing of an inheritance, legacy or usufruct, within two years before the decree of bankruptcy; — 6. The restitution by anticipation of the marriage portion, or its delivery before the time stipulated in the pre-nuptial contract; — 7. Registrations of mortgages and transcripts of real property obligations and of transferences inter vivos, whether for a consideration or gratuitous, of immovable property which can be mortgaged, effected after the decree of sequestration or bankruptcy.

Failure to register a mortgage or transcript of real property obligations gives the creditor the right of ranking as an ordinary creditor, and failure to transcribe transferences *inter vivos* gives the transferee the right of personal action to recover

the value which the immovable property realizes.

Sole paragraph. The transactions to which Nos. 3 and 4 refer, shall not be avoided if, at the time when they were entered into, the debtor was not engaged in trade.

56. Every act relative to the estate, if not prescribed, done by the debtor with the intention of prejudicing creditors, may also be avoided, if fraud of both the contracting parties is proved.

57. Property must be restored to the estate in kind, with all the appurtenances,

but if this is impossible, compensation must be given.

58. Restitution of the income, including that which has not been collected, shall be made in cases of bad faith, connivance, fraud or a knowledge of the financial position of the debtor. In any case, it shall be so after the commencement of the action and shall comprise that owing at the time of acquisition.

§ 1. A donee who has accepted in good faith shall restore only so much as

his estate has been enriched by reason of the gift.

§ 2. The estate shall satisfy all the obligations to which the contracting party has bound himself, unless no advantage has accrued from the contract or act. In the latter case, the contracting party shall rank as an ordinary creditor.

§ 3. In the case of restitution of payment, a creditor shall re-assume his previous legal position, and shall participate in the distribution of the estate, if an ordinary

creditor.

§ 4. Third persons who have acted in good faith may at any time bring an

action for loss or damage against the bankrupt.

59. A revocative action, having for its object a pronouncement of the inefficacy of the transactions referred to in Arts. 55 and 56, relating to the bankrupte y estate, must be commenced by the liquidators in the name of the estate.

Sole paragraph. Such an action may be commenced: 1. Against all those

who figure in the transaction as contracting parties, or who through the effect of the transaction have been paid, guaranteed or benefited; — 2. Against the successor s mortis causa of the persons previously mentioned, up to the amount of their inheritance, legacy or usufruct; — 3. Against their successors: a) If they knew, at the time when they became such, of the intention of the bankrupt to prejudice his creditors; — b) If the right originated from an avoidable transaction in the terms of Art. 55; — 4. Against successors mortis causa of persons mentioned in a and b of No. 3 preceding, up to the amount of their inheritance, legacy or usufruct.

60. A revocative action shall be tried before the bankruptcy judge. The proceedings shall be summary, the provisions of Arts. 237 to 243 of Decree 737

of the 25th of November 1850 being observed.

§ 1. The defendant cannot plead a set-off or counterclaim.

§ 2. An appeal shall be available with devolutive effect and the records shall be lodged within a period of 15 days after the parties have had notice of the judgment, irrespective of being copied, unless one of the parties demands it, he paying the cost.

§ 3. The judge shall not be restricted to the rules of law as to the proof of fraud or bad faith, but shall decide according to his independent and inner conviction, basing his judgment on the facts and reasons which lead him to his decision.

§ 4. A acção prescreverá um anno depois da abertura da fallencia.

61. A revogação do acto poderá tambem ser allegada e pedida em excepção

ou em embargos á execução ou á acção executiva.

Paragrapho unico. O juiz poderá, a requerimento dos liquidatarios, ouvidas tres testemunhas, ordenar como medida preventiva da acção revocatoria, o sequestro dos bens retirados do patrimonio do fallido e em poder de terceiros.

Do despacho do juiz, que indeferir ou ordenar o sequestro, cabe aggravo de

instrumento, sem effeito suspensivo.

62. A revogação do acto poderá ser decretada, embora, para a celebração delle, precedesse sentença executoria, ou fosse consequencia de transacção ou de medida assecuratoria para garantia da divida ou seu pagamento.

Revogado o acto, ficará de pleno direito rescindida a sentença que o motivou e a consequente execução.

Titulo III. Do pessoal da administração da fallencia.

63. A fallencia, em seu periodo de informação, que se estende até á primeira assembléa dos credores, a que se refere o art. 100, é administrada por syndicos nomeados pelo juiz, e, no periodo da liquidação, por liquidatarios escolhidos pelos credores, nos e outros sob a direcção e superintendencia do juiz, exercidas nos termos da presente lei.

Secção I. Dos syndicos.

64. Na sentença declaratoria da fallencia, o juiz nomeará um ou tres syndicos conforme a importancia da massa, para administeral-a, arrecadar bens e proceder aos trabalhos da verificação de creditos.

§ 1. Os syndicos serão escolhidos entre os credores do fallido, de preferencia os de maior quantia e idoneos, residentes ou domiciliados no fôro da fallencia.

Não constando dos autos a relação dos credores, o juiz mandará notificar o devedor, si estiver presente, para declarar em cartorio, dentro de duas horas e sob pena de prisão até 30 dias, os seus maiores credores residentes no fôro da fallencia e não incompativeis para exercerem o cargo de syndico.

O juiz sómente poderá nomear para syndicos pessoas estranhas, idoneas e de boa fama, si o devedor não fizer a declaração de seus credores e si não houver credores

que acceitem o cargo.

§ 2. Não poderão servir de syndicos: a) Os que tiverem laços de consanguinidade ou affinidade até ao quarto gráo civil com o fallido, ou deste forem inimigos, amigos ou dependentes; — b) Os cessionarios de creditos, desde um anno antes de ser requerida a fallencia; — c) Os que já houverem sido nomeados pelo mesmo juiz, dentro de um anno, sendo pessoas estranhas á fallencia.

§ 3. Dentro de 48 horas, depois da publicação do edital referido no art. 18, qualquer interessado poderá reclamar, por petição ao juiz, contra a nomeação de syndico em contravenção a esta lei. O juiz, attendendo ás allegações e provas,

decidirá dentro de 24 horas.

- § 4. Si o syndico nomeado for pessoa juridica, declarar-se-ha no termo de que trata o art. 65, o nome do seu representante para todos os effeitos.
- 65. Os syndicos, logo que nomeados, assignarão, nos autos, termo de compromisso de bem e fielmente desempenharem o cargo e de assumirem todas as responsabilidades na qualidade de depositarios e administradores, e entrarão, immediatamente, na administração da massa, cumprindo-lhes, além de outros deveres, que a presente lei lhes impõe: 1.º Dar a maior publicidade á sentença declaratoria da fallencia e annunciar, pela imprensa, a hora em que, diariamente, estarão no escriptorio do fallido para attender ás pessoas interessadas; 2.º Receber a correspondencia dirigida ao fallido, abril-a em presença deste ou de pessoa por elle designada, fazendo entrega daquella que se não referir a assumpto e interesses da massa; 3.º Arrecadar os bens e livros do fallido e tel-os sob sua guarda, conforme se dispõe

§ 4. The right of action shall be prescribed in one year after the commencement of the bankruptcy.

61. Avoidance of the transaction may also be pleaded or demanded against

or to stay an execution or executive action.

Sole paragraph. The judge, at the request of the liquidators, after three witnesses have been heard, may order as a preventive measure of the revocative action, the sequestration of the property withdrawn from the patrimony of the bankrupt and in the power of third persons.

From the decision of the judge who dismisses or orders sequestration, an appeal

by written complaint lies, without suspensive effect.

62. Annulment of the transaction may be decreed, notwithstanding that, for it to be carried into effect, it should be preceded by a judgment for execution, or should be the consequence of an agreement or of a precautionary measure for guaranteeing the debt or its satisfaction.

When the transaction has been annulled, the judgment which gave rise to

it and the consequent execution are by force of law rescinded.

Title III. The persons who administer the bankruptcy.

63. A bankruptcy, during the preliminary investigations, which extend to the first meeting of creditors, to which Art. 100 refers, is administered by trustees appointed by the judge, and during the period of liquidation, by liquidators chosen by the creditors, in both cases under the direction and superintendence, exercised in the terms of the present Law, of the judge.

Section I. Trustees.

64. In the decree of bankruptcy the judge shall appoint one or three trustees, according to the size of the estate, to administer it, collect the assets and verify the claims.

§ 1. The trustees shall be chosen from among the creditors of the bankrupt, in preference from among those who are capable and to whom the largest amounts are owing, and who reside or are domiciled in the district of the bankruptcy.

If the list of the creditors with their claims does not appear in the records, the judge shall order the debtor to be notified, if he is in the district, to declare on the court records, within two hours and on pain of imprisonment up to 30 days, his largest creditors residing in the district of the bankruptcy and capable of exercising the duties of trustee.

Should the debtor not declare who are his creditors, or should there be no creditors who accept the duties, the judge can only appoint as trustees outside

persons who are capable and of good reputation.

§ 2. The following cannot act as trustees: a) Those related to the bankrupt by blood or marriage to the fourth civil degree, or those who are his enemies, friends or dependents; — b) Assignees of credits who have become so within one year before the bankruptcy petition; — c) Those who have been already appointed by the same judge within one year, being persons outside the bankruptcy.

§ 3. Within 48 hours after the publication of the announcement referred to

§ 3. Within 48 hours after the publication of the announcement referred to in Art. 18, any interested person may, by petition to the judge, object to the appointment of a trustee in contravention of this Law. The judge, after examining

the objections and proofs, shall give his decision within 24 hours.

§ 4. Should the trustee appointed be a juridical person, the name of his representative must, for all effects, be declared in the statement of which Art. 65 treats.

65. The trustees, as soon as they are appointed, shall sign in the records a statement that they undertake well and faithfully to discharge their duties and to assume all the responsibilities in the quality of depositaries and managers, and shall immediately commence the administration of the estate, it being incumbent on them, besides the other duties which the present Law imposes: 1. To give the greatest publicity to the decree of bankruptcy, and to announce in the press the time during which they are daily at the office of the bankrupt, to attend to interested persons; — 2. To receive correspondence directed to the bankrupt, and to open it in his presence or in the presence of a person designated by him, delivering up all of it which does not concern the bankruptcy or the interests of the bankruptcy

no titulo IV; — 4.º Preparar a verificação e classificação dos creditos pela fórma declarada no titulo V; - 5.º Proceder ao levantamento do balanço ou verificar o que tiver sido apresentado pelo fallido, corrigindo o: — 6.º Apresentar na primeira assembléa dos credores, relatorio circumstanciado sobre as causas da fallencia, valor estimativo do activo e passivo, procedimento do devedor antes e depois de declarada a fallencia, os actos susceptiveis de revogação e especificar com todas as minucias os actos ou factos, puniveis pela presente lei e pelo Codigo Penal, praticados pelo devedor, directores das sociedades anonymas, cumplices e outras pessoas. — Esse relatorio será em duplicata. Um des exemplares juntar-se-ha aos autos e o outro será remettido ao representante do Ministerio Publico (art. 174, § 3). — Ao exemplar, remettido ao representante do Ministerio Publico, deverão acompanhar os extractos dos livros commerciaes e outros documentos necessarios para a prova dos factos articulados; — 7.º Praticar todos os actos conservatorios de direitos e acções, diligenciar a cobrança de dividas activas e passar a respectiva quitação. — Para esse fim, poderão nomear cobradores, demissiveis á vontade, exigindo delles fiança, e com salarios ou commissões usuaes na praça, préviamente ajustados e approvados pelo juiz. — Os syndicos serão para com a massa abonadores dos cobradores, que nomearem; — 8.º Representar a massa dos credores em juizo, como autora, mesmo em processos penaes, ou como ré; — 9.º Remir penhores e objectos legalmente retidos, com autorização do juiz e em beneficio da massa; — 10.º Representar ao juiz sobre a necessidade da venda de objectos sujeitos a facil deterioração ou de guarda dispendiosa (art. 77); — 11.º Chamar para os serviços da administração os empregados, guarda-livros ou quaesquer outros auxiliares, que forem necessarios, dando preferencia aos que serviam com o fallido, salvo em caso de suspeita de dolo, fraude ou má fé. — Os salarios serão previamente ajustados, attendendo-se aos trabalhos e importancia da massa, não podendo ser superiores aos que se costumam pagar a taes prepostos, na mesma praça, e serão tambem sujeitos á approvação do juiz; — 12.º Chamar avaliadores officiaes (dec. n. 596, de 19 de julho de 1896, art. 12, § 2), onde houver, e contadores ou guarda-livros para a avaliação de bens e exame de livros, quando forem absolutamente indispensaveis os serviços desses peritos por não poderem os syndicos desempenhal-os; — 13.º Recolher ao Banco do Brazil, suas agencias ou filiaes todas as quantias pertencentes á massa. Si no logar não houver essas agencias ou filiaes, o juiz designará estabelecimento bancario de notoria reputação. — As quantias depositadas não poderão ser retiradas senão por ordem expressa do juiz e por meio de cheques nominativos ou saques assignados pelos syndicos e rubricados pelo juiz, e sempre declarando o nome por extenso ou firma da pessoa a cujo favor é passado e o fim para que é levantada a importancia; — 14.º Fornecer, com presteza, todas as informações pedidas pelos interessados sobre a fallencia e administração da massa e dar extractos dos livros do fallido para a prova nas verificações ou impugnações de creditos. — Estes extractos merecerão fé, ficando salvo á parte prejuidcada provar que são inexactos ou menos verdadeiros; - 15.° Exigir dos credores e dos prepostos que serviram com o fallido quaesquer informações verbaes ou por escripto. — Em caso de recusa, o juiz, a requerimento dos syndicos, mandará vir á sua presença essas pessoas, sob pena de desobediencia, e as interrogará, tomando-se o depoimento por escripto; — 16.º Requerer todas as medidas e diligencias que forem necessarias para completar e indemnizar a massa e em beneficio da administração da fallencia, interesses dos credores e cumprimento das disposições da presente lei; — 17.º Entregar, dentro de 24 horas, aos liquidatarios ou ao devedor concordatario todos os bens da massa em seu poder, livros do fallido e assentos da sua administração, sob pena de prisão até querealizem a entrega.

Secção II. Dos liquidatarios.

66. Na assembléa, de que trata o art. 102, os credores elegerão um ou tres liquidatarios, conforme for preliminarmente resolvido, podendo recahir a nomeação em credores ou não, e tambem nos syndicos.

estate; — 3. To collect the property and books of the bankrupt and to keep them in their custody, as provided in Title IV; — 4. To prepare the verification and classification of the claims in the manner declared in Title V; — 5. To draw up a balance sheet or to verify the one presented by the bankrupt and to correct it if necessary; — 6. To present at the first meeting of creditors a detailed report on the causes of the bankruptcy, the estimated value of the assets and liabilities, the behaviour of the debtor before and after the decree of bankruptcy, and the transactions which are susceptible of being annulled, and to specify with all particulars the acts or transactions punishable by the present Law or by the Penal Code done or entered into by the debtor, directors of joint stock companies, accomplices or other persons. — This report shall be in duplicate. One of the copies must be added to the records and the other shall be sent to the representative of the Public Attorney (Art. 174, § 3). Extracts from the commercial books and other documents necessary to prove the facts stated must accompany the copy sent to the representative of the Public Attorney; — 7. To do all acts necessary for preserving rights and rights of action, diligently to collect the debts owing to the estate and to give the respective receipts. For this purpose, collectors may be appointed, who may be dismissed at will, and who shall be required to find security, with such salaries or commissions as are usually paid in the place in question, and which have been previously agreed to and approved by the judge. — The trustees shall be responsible to the estate for the collectors they appoint; — 8. To represent the general body of creditors in legal proceedings as plaintiffs, even in penal process, or as defendants; — 9. To redeem pledges and objects legally retained, with leave of the judge and for the benefit of the estate; — 10. To bring to the notice of the judge the necessity for selling objects which easily deteriorate or are expensive to keep (Art. 77); — 11. To engage for administration service clerks, book-keepers, or any other assistants who may be required, giving the preference to those who have served with the bank-rupt, except where deceit, fraud or bad faith is suspected. Their salaries shall be previously agreed to, taking into consideration the work that has to be done and the size of the estate, and they shall not be higher than those usually paid to similar employees in the same place, and shall also be subject to the approval of the judge; - 12. To engage official valuers (Decree No. 596, of the 19th of July 1896, Art. 12, § 2), where there are such officers, and accountants or book-keepers, for the valuation of the property and the examination of the books, when the services of the latter experts are absolutely necessary because the trustees cannot discharge them; -13. To gather into the Bank of Brazil, its agencies or branches, all amounts belonging to the estate. Should there be no such agencies or branches in the district, the judge shall designate a banking establishment of good repute. — Amounts deposited may not be withdrawn without the express order of the judge and by means of nominative cheques or bills signed by the trustees and rubricated by the judge, and the name of the person or firm in whose favour it is drawn shall always be stated in full, and the object for which the amount is withdrawn; — 14. To furnish with all speed all information required by persons interested in the bankruptcy and in the administration of the estate and to give extracts from the books of the bankrupt as proof in verifying or contesting claims. — These extracts shall form trustworthy evidence, it being reserved to a party who is prejudiced to prove that they are inexact or untrue; — 15. To demand from the creditors or from the employees who have served with the bankrupt any information, whether verbal or written. — In case of refusal, the judge, at the request of the trustees, shall summon such persons to his presence, on pain of suffering the penalties for disobedience, and shall question them, and take their depositions in writing; — 16. To seek all measures and precautions which may be necessary for completing and indemnifying the estate and for the benefit of the administration of the bankruptcy, the interests of the creditors and in fulfilment of the provisions of the present Law; — 17. To deliver within 24 hours to the liquidators or to the composition debtor, all the property of the estate in their power, the books of the bankrupt and the records of their administration, under pain of imprisonment until such delivery is effected.

Section II. Liquidators.

66. At the meeting of which Art. 102 treats the creditors shall elect one or three liquidators, according as it has been preliminarily decided, and the election may be made from creditors or other persons, and also from the trustees.

Paragrapho unico. Nas fallencias das sociedades, o liquidatario ou liquidatarios serão eleitos sómente pelos credores sociaes embora administrem e liquidem as massas particulares dos socios fallidos.

67. Os liquidatarios prestarão o mesmo compromisso do art. 65 e, desde logo, ficarão investidos de plenos poderes para todas as operações e actos necessarios á administração, á realização do activo e á liquidação do passivo da fallencia e para demandar activa e passivamente.

Paragrapho unico. Além dos deveres que esta lei lhes confere, cabem-lhes mais: 1.º Os mencionados no art. 65, ns. 1, 2, 7, 8, 14, 15 e 16, dispensada a approvação do juiz no caso do n. 7; — 2.º Arrecadar os bens que o fallido adquirir durante a fallencia e outros que os syndicos tenham deixado fóra da administração da massa; — 3.º Nomear prepostos e auxiliares para a liquidação, com salarios ajustados préviamente, não podendo exceder dos que usualmente se pagam na respectiva praça; — 4.º Proceder á realização do activo e liquidação do passivo na fórma por que determina esta lei; — 5.º Recolher as quantias pertencentes á massa em os estabelecimentos bancarios que a assembléa dos credores designar, ou, em falta desta designação, no Banco do Brazil, suas agencias, ou filiaes, e, em falta destas, do banco que escolherem sob a sua responsabilidade. — O levantamento das quantias depositadas será feito por cheques ou saques por elles assignados, declarando o nome da pessoa a cujo favor são passados e o fim para que é retirada a importancia; — 6.° Transigir sobre dividas e negocios da massa, ouvindo o fallido, si presente, pessoalmente ou por procurador, no fôro da fallencia, e, no caso de opposição, com licença do juiz; — 7.º Apresentar até o dia 10 de cada mez conta demonstrativa da liquidação do mez anterior, contendo, com clareza e especificadamente, as despezas feitas e o fim para que, as quantias entradas para a massa e sob que titulo ou proveniencia. Estas contas serão juntas aos autos; — 8.º Elucidar todas as circumstancias relativas á fallencia, verificar os balanços e rectifical-os, communicar ao representante do Ministerio Publico quaesquer factos puniveis do devedor ou de terceiros e fornecer as provas para a respectiva acção penal.

Secção III. Das disposições communs aos syndicos e aos liquidatarios.

- 68. Os syndicos e liquidatarios desempenharão pessoalmente as suas funcções.
- § 1. As deliberações serão tomadas por maioria, podendo o dissidente recorrer para o juiz, que, informado devidamente resolverá afinal.

Das deliberações lavrar-se-hão actas, por todos assignadas.

- § 2. As contas da administração da massa fallida serão lançadas com clareza e regularidade em um diario numerado e rubricado em suas paginas pelo juiz da fallencia com termo de abertura e encerramento assignados pelo mesmo juiz. O mesmo livro servirá para ambos os periodos da fallencia.
- § 3. Tratando-se de questões de interesse da massa, que exijam competencia technica, os syndicos e os liquidatarios poderão ouvir advogados de reconhecida competencia e, si a massa tiver de comparecer em juizo, como autora ou ré, poderão contractar advogados, tambem de reconhecida competencia, com honorarios modicos préviamente ajustados.

Os syndicos não poderão contractar advogados sem expressa approvação do juiz quanto aos honorarios e, tambem, iniciar acções que possam ser adiadas, sem inconveniente, para depois da primeira assembléa dos credores, pena de não ficar a massa obrigada pelos honorarios contractados, sendo facultado aos liquidatarios

nomear outros advogados.

- 69. Os syndicos e liquidatarios poderão ser destituidos pelo juiz ex-officio ou a requerimento de qualquer credor no caso de infracção dos deveres que a presente lei lhes impõe, negligencia, abuso de poder, malversação, fallencia e superveniencia de interesses contrarios aos da massa.
- § 1. Os liquidatarios poderão ainda ser destituidos pelos credores, que representarem a maioria dos creditos, sem necessidade de allegarem causa.

Sole paragraph. In winding up partnerships, the liquidator or liquidators shall be elected only by the partnership creditors, although they administer and liqui-

date the private estates of the bankrupt partners.

67. The liquidators shall enter into the same undertaking as is stated in Art. 65, and immediately thereafter they shall be vested with full powers for all operations and acts necessary for the administration, for the realization of the assets and for the liquidation of the liabilities of the bankruptcy, and for bringing or defending actions.

Sole paragraph. In addition to the duties which this Law confers on the liquidators, the following also are incumbent on them: 1. Those stated in Art. 65, Nos. 1, 2, 7, 8, 14, 15 and 16, the approval of the judge not being required in the case of No. 7; — 2. To collect the property which the bankrupt may acquire during the bankruptcy and any other which the trustees may not have included in the administration of the estate; — 3. To appoint clerks and assistants for the winding up, with salaries previously agreed, which may not exceed those usually paid in the place in question; — 4. To proceed to the realization of the assets and the liquidation of the liabilities in the manner determined by this Law; — 5. To pay amounts belonging to the estate into the banking establishments which the meeting of creditors may designate, or, failing such designation, into the Bank of Brazil, its agencies or branches, and, failing these, into the bank which they may choose on their own responsibility. — The withdrawal of amounts deposited shall be made by means of cheques or bills signed by themselves, declaring the name of the person in whose favour they are drawn and the object for which the amount is withdrawn; - 6. To compound in matters relating to the debts and business of the estate, the bankrupt being heard, if he is present, either personally or by attorney, in the district of the bankruptcy, and, in the case of opposition, by leave of the judge; — 7. To present before the 10th of each month, an account shewing the liquidation of the previous month, containing clearly and specifically, the expenses incurred and with what object, the amounts received for the estate and under what title or from what source. These accounts shall be annexed to the records; -8. To elucidate all the circumstances relating to the bankruptcy, to verify the balance sheets and correct them if necessary, to inform the representative of the Public Attorney of any punishable acts of the debtor or of third persons, and to furnish the proofs for the appropriate penal proceedings.

Section III. Provisions applicable to both trustees and liquidators.

68. Trustees and liquidators shall discharge their functions personally.

§ 1. Resolutions shall be passed by a majority, and any dissentient may appeal to the judge, who with the proper information before him shall finally decide.

Minutes must be taken of the deliberations, and signed by all.

§ 2. The accounts of the administration of the bankruptcy estate shall be entered clearly and regularly in a day book numbered and rubricated on the pages by the judge of the bankruptcy, with a statement of its commencement and ending signed by the same judge. The same book shall serve for both periods of the bankruptcy.

§ 3. Where questions of interest to the estate which require technical knowledge are being considered, the trustees or liquidators may consult advocates of recognized ability, and if the estate has to be represented in court, either as claiming or defending, they may engage advocates, also of recognized ability, for moderate

fees previously agreed upon.

Trustees may not engage advocates without express leave of the judge as to the fees, nor commence actions which can wait without inconvenience, until after the first meeting of creditors, and if this is done the estate shall not be liable for the fees agreed upon, and the liquidators have the power of engaging other advocates.

69. Trustees or liquidators may be removed from their office by the judge ex officio or at the request of any creditor in the case of infraction of the duties which the present Law imposes on them, negligence, abuse of power, embezzlement, bankruptcy or the supervening of interests contrary to those of the estate.

§ 1. The liquidators may also be removed from their office by creditors who represent the majority of the claims, without the necessity of shewing cause.

Para esse fim, basta requerimento ao juiz assignado por estes credores, com

as firmas reconhecidas por tabellião.

§ 2. Os syndicos ou liquidatarios e o representante do Ministerio Publico serão sempre ouvidos antes do despacho do juiz, e deste despacho, quer decrete ou não

a destituição, caberá aggravo de instrumento.

70. Si os syndicos ou liquidatarios não assignarem o termo de compromisso dentro de 24 horas após a intimação do escrivão, si não acceitarem a nomeação, si morrerem ou incorrerem em fallencia ou si forem destituidos, o juiz designará substituto e, tratando-se de liquidatarios, convocará immediatamente a assembléa dos credores para a eleição do definitivo.

Paragrapho unico. A convocação da assembléa ficará sem effeito, si credores, representando a maioria dos creditos, approvarem, em declaração assignada com firmas reconhecidas, o nomeado pelo juiz ou nomearem quem definitivamente

deva servir.

71. Os syndicos e liquidatarios prestarão contas de sua administração, quando renunciarem ao cargo, forem destituidos, terminarem a liquidação da fallencia ou se celebrar concordata.

§ 1. As contas, acompanhadas de documentos probatorios devidamente numerados, serão prestadas por petição ao juiz, tendo autoação separada para afinal

se juntarem em appenso aos autos da fallencia.

§ 2. O escrivão avisará, por edital publicado na imprensa, que as contas se acharão em cartorio durante dez dias á disposição dos interessados, que poderão mpugnal-as, e intimará o fallido para sobre ellas dizer no mesmo prazo.

Os liquidatarios são obrigados a examinar as contas dos syndicos e dar parecer sobre ellas.

§ 3. Não apparecendo reclamação nem impugnação alguma, as contas serão

julgadas boas.

§ 4. Havendo reclamação ou impugnação, o juiz ouvirá os responsaveis e o representante do Ministerio Publico, e, procedendo ás necessarias diligencias, proferirá sentença.

§ 5. Da sentença, qualquer que seja, cabe aggravo de petição.

§ 6. Os responsaveis serão intimados a entrar com qualquer alcance, ou desfalque dentro de 48 horas, sob pena de prisão.

§ 7. Com a sentença que reconhecer o alcance ou desfalque poderão ser sequestrados ou penhorados os bens dos responsaveis para indemnização da massa.

- § 8. Si os syndicos e liquidatarios não prestarem as contas dentro de cinco dias depois da destituição, renuncia ou homologação da concordata e de 30 dias após a final liquidação, depois de notificados para cumprirem esse dever, o juiz expedirá contra elles mandado de prisão, ordenando que os seus substitutos organizem as contas, tendo em vista o que aquelles receberam e o que dispenderam devidamente autorizados.
- 72. Os syndicos e liquidatarios responderão solidariamente por todos os damnos e prejuizos que a massa fallida soffrer devido a sua má administração, desidia, negligencia, abuso, má fé ou infração de qualquer disposição da presente lei.
- § 1. A autorização do juiz não os isenta da responsabilidade civil e penal, quando agirem conhecendo o prejuizo que do seu acto resultará para a massa ou quando infringirem disposição legal.

§ 2. A prestação e o julgamento das contas não os isentam tambem das re-

feridas responsabilidades.

73. Os syndicos terão direito a uma remuneração, que o juiz arbitrará, attendendo á importancia de massa, diligencia, trabalho e responsabilidades delles, não podendo exceder de 4% até 100:000\$000, de 3% sobre o excedente até 200:000\$000, de 2% sobre o excedente até 500:000\$000, de 1% sobre o excedente até 1.000:000\$000, de 1/5% sobre o que exceder de 1.000:000\$000.

A porcentagem será calculada sobre o liquido effectivamente apurado afinal,

deduzidas as despezas da liquidação.

§ 1. Os liquidatarios perceberão igual remuneração, arbitrada do mesmo modo acima, si outra lhes não for marcada pelos credores.

For this purpose, a request to the judge, signed by such creditors, with their signatures attested by a notary, is sufficient.

§ 2. The trustees or liquidators and the representative of the Public Attorney shall always be heard before the judge issues his order, and from such order, whether removal is decreed or not, appeal by written complaint will lie.

70. Should the trustees or liquidators not sign the undertaking within 24 hours after notice from the clerk of the court, should they not accept the appointment, or should they die or become bankrupt or be removed from their office, the judge shall designate substitutes, and in the case of liquidators shall immediately summon a meeting of creditors to elect liquidators who will serve.

Sole paragraph. The summoning of the meeting shall be of no effect, if creditors representing a majority of the claims approve, by a declaration bearing their signatures attested by a notary, those appointed by the judge or if they appoint

some definitively to serve.

71. The trustees or liquidators shall render accounts of their administration, when they renounce or have been removed from their office, and when they complete the liquidation of the bankruptcy or effect a composition with creditors.

§ 1. The accounts, accompanied by documents of proof duly numbered, shall be rendered on petition to the judge, and of them a separate record shall be opened

to be finally appended to the records of the bankruptcy.

§ 2. The clerk of the court, by notice published in the press, shall announce that the accounts are open for ten days at the office of the court to the inspection of interested persons, who may contest them, and he shall notify the bankrupt to reply within the same period.

Liquidators are bound to examine the accounts of trustees and to report on

- § 3. Should there be no claim or contestation, the accounts shall be deemed correct.
- § 4. Should there be any claim or contestation, the judge shall hear those responsible and the representative of the Public Attorney, and, after making the necessary investigations, shall give his decision.

§ 5. From such decision, whatever it may be, an appeal by petition will lie. § 6. Those responsible shall be notified to lodge in court any deficiency or

sum wanting within 48 hours, on pain of imprisonment.

- § 7. With the decision which recognizes the deficiency or sum wanting, the property of those responsible to the estate for compensation may be sequestered or distrained.
- § 8. If the trustees or liquidators do not render the accounts within five days after having been removed from or after having renounced their office or after confirmation of a composition with creditors or within 30 days after final liquidation, after having been notified to fulfil this duty, the judge shall issue an order for their arrest, and order their substitutes to settle the accounts, having before him what the former have received and what they have spent properly authenticated.

Trustees and liquidators are jointly and severally liable for all loss and damage which the bankruptcy estate may suffer owing to their bad administration, indolence, negligence, abuse, bad faith or infraction of any provision of the present

§ 1. Authorization of the judge does not free them from civil or penal liability, when they act with a knowledge of the loss which will result to the estate from their action, or when they infringe any legal provision.

§ 2. Neither do the rendering of the accounts or the decision on them free

the trustees or liquidators from the said liabilities.

73. Trustees shall be entitled to a remuneration, which the judge shall fix, taking into account the size of the estate, their diligence, work and responsibilities, but it may not exceed $4^{\circ}/_{0}$ up to 100:000\$000, $3^{\circ}/_{0}$ on the excess up to 200:000\$000, $2^{\circ}/_{0}$ on the excess up to 500:000\$000, $1^{\circ}/_{0}$ on the excess up to 1.000:000\$000, and $\frac{1}{50}$ on any amount exceeding 1.000:000\$000.

The percentage shall be calculated on the net amount finally ascertained, after

the expenses of liquidation have been deducted.

§ 1. Liquidators shall receive a like remuneration, fixed in the same manner as above, if another has not been fixed by the creditors.

§ 2. Si os liquidatarios tiverem servido de syndicos, ficarão com direito ás duas remunerações.

§ 3. No caso de concordata, a porcentagem será calculada sobre a quantia distribuida em dividendo ou rateio aos credores chirographarios.

§ 4. Do arbitramento da porcentagem cabe aggravo de instrumento, que

poderá ser interposto pelos syndicos, liquidatarios, credores e pelo fallido.

§ 5. A commissão será paga aos syndicos e liquidatarios depois de prestadas as contas.

§ 6. Não terão direito a remuneração alguma os syndicos e liquidatarios que, com justa causa, tenham sido destituidos, e os syndicos nomeados em contravenção das disposições desta lei.

Qualquer interessado pode oppor-se ao pagamento da remuneração arbitrada nos casos acima referidos, cabendo aggravo de instrumento, para superior com-

petente, do despacho do juiz, com effeito suspensivo. § 7. Havendo mais de um syndico ou de um liquidatario, a commissão será

uma só, repartida por todos.

§ 8. O arbitramento e pagamento da remuneração dos syndicos far-se-hão logo que for verificado o liquido, a que se refere este artigo em principio.

Titulo IV. Da arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos de fallido.

74. Os syndicos promoverão, sem perda de tempo e, immediatamente após o seu compromisso, a arrecadação dos livros, documentos e bens do fallido, onde quer que estejam, requerendo para esse fim as providencias e diligencias judicaes e necessarias.

A arrecadação far-se-ha com a assistencia do representante do Ministerio Publico, que para esse fim será convidado pelos syndicos e sem a presença do juiz e do escrivão.

- § 1. Si o fallido resistir á diligencia ou difficultal-a, os syndicos pedirão ao juiz o auxilio de officiaes de justiça e, si não for possivel terminal-a no mesmo dia, estes e o representante do Ministerio Publico apporão sellos na casa, escriptorio, livros, papeis e bens, si acharem conveniente.
- § 2. Os bens penhorados ou por outra fórma apprehendidos ou sequestrados, salvo tratando-se de acção ou execução, que a fallencia não suspende, entrarão para a massa, cumprindo ao juiz deprecar, a requerimento dos syndicos, ás autoridades competentes a entrega delles.

§ 3. A' medida que arrecadarem os bens, os syndicos levantarão inventario e estimarão cada um dos objectos nelle contemplados, ouvindo o fallido, consultando facturas e documentos ou louvando-se no parecer de avaliadores officiaes,

si houver necessidade.

O inventario será datado e assignado pelos syndicos, pelo representante do

Ministerio Publico e pelo fallido, si estiver presente.

Este poderá fazer as observações e declarações que julgar a bem de seus in-

- § 4. No mesmo dia em que iniciarem a arrecadação, os syndicos apresentarão o Diario e o Copiador do fallido ao juiz, para que os encerre.
- § 5. Serão contemplados no inventario: 1.º Os livros obrigatorios e os auxiliares ou facultativos do fallido, designando-se o estado em que se acham, o numero e a denominação de cada um, paginas escripturadas, datas do inicio da escripturação e do ultimo lançamento, e si os primeiros estão revestidos das formalidades legaes; — 2. Dinheiro, lettras, papeis, documentos e bens do fallido; — 3. Os bens do fallido em poder de terceiros, a titulo de guarda, deposito, penhor ou retenção, arrolando-se todos elles minuciosamente; — 4.º Os bens indicados como propriedade de terceiros ou reclamados por estes, mencionando-se esta circumstancia.

§ 2. If the liquidators have served as trustees, they shall be entitled to both remunerations.

§ 3. In the case of a composition with creditors, the percentage shall be calculated on the amount distributed as dividends or proportionately to the ordinary creditors.

§ 4. From the fixing of the percentage an appeal by written complaint lies, which may be brought by the trustees, liquidators or creditors or by the bankrupt.

§ 5. The commission shall be paid to the trustees or liquidators after the

accounts have been rendered.

§ 6. Trustees or liquidators who have been justly removed from their office and trustees appointed in contravention of the provisions of this Law, are not entitled to any remuneration.

Any interested person may oppose the payment of the remuneration fixed in the cases above referred to, and an appeal by written complaint lies from the order

of the judge to a superior court, with suspensive effect.

§ 7. Should there be more than one trustee or one liquidator, the commission

shall be the same, divided amongst them all.

§ 8. The fixing and payment of the remuneration of trustees shall take place immediately the net amount, referred to at the beginning of this article, has been ascertained.

Title IV. The taking possession and preservation of the property, books and documents of the bankrupt.

74. The trustees shall commence, without loss of time and immediately after signing their undertaking, to take possession of the books, documents and property of the bankrupt, wherever they may be, applying with this object to the court for the necessary measures and investigations.

Possession must be taken with the assistance of the representative of the Public Attorney, who shall be invited by the trustees to attend for the purpose,

but without the presence of the judge or clerk of the court.

§ 1. Should the bankrupt oppose or place difficulties in the way of what is being done, the trustees shall apply to the judge for the assistance of officers of justice and, if it is not possible to finish the work on the same day, the latter and the representative of the Public Attorney shall seal the outer doors, office, books, papers and property, if they find it necessary.

§ 2. Property which has been pledged or has been otherwise seized or sequestrated, except in the case of an action or execution, which the bankruptcy does not suspend, shall form part of the estate, it being in the power of the judge, when requested by the trustees, to ask the competent authorities to deliver it up.

§ 3. As the trustees take possession of the property, they shall make an inventory and shall place a value on each object entered, the bankrupt being heard, the invoices and documents consulted and the official valuers called in to make an appraisement, if it should be necessary.

The inventory shall be dated and signed by the trustees, by the representative

of the Public Attorney, and by the bankrupt, if he is in the district.

The bankrupt may make any remarks or statements which he considers for the benefit of his interests.

§ 4. On the same day as they commence the inventory, the trustees shall present the Day Book and the Copy Book of the bankrupt to the judge, in order

that he may close them.

§ 5. In the inventory shall be included: 1. The books of the bankrupt which are obligatory, auxiliary or technical, stating the condition in which they are found, the number of each and what each one is called, the pages which have been used, the dates of their commencement and of the last entries, and in the case of those which are obligatory, whether they are in accordance with the legal formalities required; - 2. Money, bills of exchange, papers, documents and the property of the bankrupt; — 3. The property of the bankrupt in the custody of third persons, as safe keepers, depositaries, pledgees or persons with a right of retention, the entries concerning all of them being made in full detail; - 4. Property stated to belong to third persons or claimed by them, such a circumstance being mentioned.

75. Os bens particulares dos socios solidarios serão arrecadados ao mesmo tempo que os da sociedade, levantando-se inventario especial dos bens de cada uma das massas.

Paragrapho unico. As despesas com a guarda e conservação dos bens parti-

culares dos socios correrão por conta delles.

76. Os bens arrecadados ficarão na guarda dos syndicos ou de pessoas por estes escolhidas, sob sua responsabilidade, podendo o fallido ser incumbido da

guarda de immoveis e mercadorias.

77. Havendo entre os bens arrecadados alguns de facil deterioração ou que se não possam guardar sem risco ou grande despesa, os syndicos mandarão vendel-os por intermedio de leiloeiro, obtendo consentimento por escripto do fallido.

Oppondo-se este ou não se achando presente, por si ou por seu procurador, no fôro da fallencia, a venda dependerá de autorização do juiz.

O producto da venda será recolhido ao banco designado para receber os dinheiros

da massa.

78. O fallido poderá requerer a continuação do seu negocio.

Ouvidos os syndicos e o representante do Ministerio Publico sobre a conveniencia do pedido, o juiz, si o deferir, nomeará pessoa idonea, proposta pelo mesmo fallido, para gerir o negocio.

§ 1. Este gerente ficará sob a immediata fiscalização dos syndicos e lançará os assentos das operações em livros especiaes, abertos, numerados e rubricados pelo syndicos.

§ 2. As compras e vendas serão a dinheiro de contado, salvo autorização especial

dos syndicos, não podendo o prazo exceder de 30 dias.

- § 3. O juiz, a requerimento dos syndicos e ouvido o representante do Ministerio Publico, poderá cassar a autorização para a continuação do commercio do fallido.
- § 4. O gerente prestará contas aos syndicos, sendo considerado depositario para todos os effeitos de direito.

§ 5. Cessará a autorização judicial, si o fallido não fizer concordata, com os

seus credores na assembléa, de que trata o art. 102.

79. Si não forem encontrados bens para serem arrecadados ou si os arrecadados forem insufficientes para as despesas do processo, os syndicos, immediatamente, levarão o facto ao conhecimento do juiz que, ouvido o representante do Ministerio Publico, marcará por editaes, publicados na imprensa, o prazo de dez dias aos interessados para requererem o que fôr a bem de seus direitos.

§ 1. Um ou mais credores poderão requerer o proseguimento da fallencia, obri-

gando-se a entrar com a quantia necessaria para as despesas.

§ 2. Pelas quantias que adeantarem serão esses credores considerados credores

da massa.

§ 3. Si os credores nada requererem, no prazo acima, o juiz encerrará a fallencia por sentença, cujo extracto será publicado pela imprensa e enviado ás corporações e funccionarios mencionados no art. 17, n. 2, e remetterá ao representante do Ministerio Publico o relatorio, que os syndicos devem apresentar, dentro de cinco dias, contendo as declarações e informações expostas no art. 65, n. 6.

Titulo V. De verificação e classificação dos creditos.

Secção I. Da verificação dos creditos.

80. Na sentença declaratoria da fallencia, o juiz marcará o prazo para os credores do fallido allegarem e provarem os seus direitos (art. 16e).

Este prazo será de 15 dias no minimo e de 30 no maximo, conforme a impor-

tancia da fallencia e os interesses nella envolvidos.

81. Os syndicos, logo que entrarem em exercicio do cargo, expedirão aos credores, que constarem da escripturação do fallido, circulares convidando-os a fazerem a declaração e exhibição de que trata o art. 82, no prazo determinado pelo juiz, e a comparecerem no dia, hora e logar da primeira assembléa.

75. The separate property of unlimited partners shall be taken possession of at the same time as that of the partnership, a separate inventory of the property of each one being made.

Sole paragraph. The expenses of keeping and preserving the separate property

of the partners shall be borne by them.

76. Property of which possession is taken shall be in the keeping of the trustees or of persons chosen by them, but under the responsibility of the former, and the bankrupt himself may be placed in charge of immovable property and merchandise.

77. If there should be amongst the property of which possession is taken goods which easily deteriorate or which cannot be kept without risk or great expense, the trustees may order them to be sold by an auctioneer, after having obtained the written consent of the bankrupt.

Should he oppose this, or should neither he nor his attorney be present in the district of the bankruptcy, leave of the judge shall be necessary for the sale.

The proceeds of the sale shall be deposited in the bank chosen to receive the money of the estate.

78. A bankrupt may apply for the continuance of his business.

After the trustees and the representative of the Public Attorney have been heard as to the advisability of granting the application, the judge, if he allows it, shall appoint a competent person, proposed by the said bankrupt, to carry on the business.

§ 1. Such a manager shall be under the immediate supervision of the trustees and shall enter his transactions in special books, provided, numbered and rubricated by the trustees.

§ 2. Purchases and sales shall be for cash, unless with the special authority

of the trustees, and then the period of credit may not exceed 30 days.

§ 3. The judge, at the request of the trustees and after having consulted the representative of the Public Attorney, may withdraw his authorization for the continuance of the business of the bankrupt.

§ 4. The manager shall furnish the trustees with accounts, being considered

a depositary for all legal effects.

- § 5. Should the bankrupt not come to an arrangement with his creditors at the meeting of which Art. 102 treats, the authorization of the judge shall be cancelled.
- 79. Should no assets be found to be taken over, or should those inventoried be insufficient to meet the costs of the proceedings, the trustees shall at once bring the fact to the notice of the judge, who, after having consulted the representative of the Public Attorney, shall fix, by notices published in the press, a period of ten days, during which interested parties may lodge their claims.

§ 1. One or more creditors may request that the bankruptcy be continued,

on guaranteeing the amount necessary for the costs.

§ 2. For the sums they advance such creditors shall be considered creditors

of the estate.

§ 3. Should the creditors not lodge any claim within the period above named, the judge shall declare the bankruptcy closed by a judgment, an extract of which shall be published in the press and be sent to the corporations and officials mentioned in Art. 17, No. 2, and he shall forward to the Public Attorney the report which the trustees have to present, within five days, containing the declarations and particulars mentioned in Art. 65, No. 6.

Title V. The proof and classification of claims.

Section I. The proof of claims.

80. In the decree of bankruptcy, the judge shall fix a period during which the creditors of the bankrupt may adduce and prove their claims (Art. 16 e).

This period shall not be less than 15 nor more than 30 days, according to the

size of the bankrupt estate and the interests involved in the bankruptcy.

81. As soon as they enter upon their duties, the trustees shall send to the creditors whose names appear on the books of the bankrupt, circulars, inviting them to make the declaration and send the particulars of which Art. 82 treats, within the period fixed by the judge, and to appear at the place, on the day and at the hour of the first meeting of creditors.

As circulares, que poderão ser impressas, serão remettidas pelo Correio, sob registro, com recibo de volta.

Nellas os syndicos transcreverão o texto do art. 82.

Os credores, conforme a distancia em que se acharem, poderão ser convidados

por telegramma.

Paragrapho unico. Os syndicos ficarão responsaveis por quaesquer prejuizos e damnos aos credores pela demora ou negligencia, e sómente se justificarão exhibindo o certificado do registro do Correio ou o recibo da estação telegraphica,

provando terem feito, opportunamente, o convite.

82. Dentro do prazo marcado pelo juiz, os credores commerciaes e civis do fallido e os particulares dos socios solidarios, si se tratar de sociedade, são obrigados a apresentar aos syndicos uma declaração por escripto, com a firma reconhecida, mencionando a importancia exacta do credito, a sua origem ou causa, a preferencia e classificação, que por direito, a elle cabe, as hypothecas, penhores e outras garantias que lhes foram dadas e as datas, especificando, minuciosamente, os bens e titulos do fallido em seu poder, os pagamentos recebidos por conta e o saldo definitivo na data da declaração da fallencia, observando-se o disposto no art. 26.

Mencionarão, tambem, a sua residencia ou do seu representante ou procurador no logar da fallencia, ou a caixa postal para onde deverão ser dirigidos todos os avisos e notificações.

§ 1. A' declaração o credor juntará o titulo ou titulos do seu credito em original ou quaesquer documentos, como contas commerciaes ou correspondencia, que

§ 2. Em uma só declaração, diversos creditos do mesmo titular poderão ser

comprehendidos, devendo, porém, ser especificado cada um delles.

§ 3. Os syndicos darão recibo das declarações e documentos recebidos, sempre

que lhes for exigido.

83. A' medida que forem recebidas as declarações, o fallido ou o seu representante dirá por escripto sobre cada uma, e os syndicos, examinando as declarações, a resposta do fallido, as contestações e impugnações, que porventura lhes tenham sido presentes, á vista dos livros, papeis e assentos do devedor e das provas e do-cumentos exhibidos e de outras diligencias a que procederem em beneficio da massa, darão tambem relativamente a cada uma o seu parecer circumstanciado e minucioso.

§ 1. A resposta do fallido e o parecer dos syndicos serão incorporados ás de-

clarações a que se referirem.

- § 2. Os syndicos organização as seguintes relações: 1.º Uma comprehendendo todos os que solicitaram a inclusão dos seus creditos na fallencia, com os nomes, domicilio e natureza destes creditos e a referencia, por meio de numeros, ás declarações com os documentos que as instruem. — Os creditos serão collocados nesta relação, conforme a ordem exposta no art. 85; — 2.º Outra comprehendendo os credores que não fizeram as declarações do art. 81, mas constantes dos livros do fallido, documentos attendiveis e outras provas. — Esta relação conterá os nomes e domicilios dos credores, a natureza e importancia de cada credito e as datas em que os syndicos lhes enviaram, por carta ou telegramma, as circulares de que trata o art. 81, mencionando a numeração do certificado do registro postal ou do recibo do telegramma; — 3.º Outras relativas aos credores particulares de cada um dos socios solidarios, contendo as mesmas declarações que a relação sob n. 1.
- § 3. Estas relações e as declarações e respectivos documentos instructivos serão depositados em cartorio dentro de cinco dias após o encerramento do prazo marcado para os credores provarem e allegarem os seus direitos.
- § 4. O escrivão dará aos syndicos recibo de todos os papeis entregues e, immediatamente, avisará pela imprensa acharem-se as relações e documentos em cartorio durante cinco dias, a contar do dia da publicação, para serem examinados pelos interessados que quizerem. Nesse aviso, o escrivão transcreverá as disposições dos §§ 5 e 6, primeira alinea, deste artigo.
- § 5. Durante esse prazo de cinco dias, os creditos incluidos naquellas relações poderão ser impugnados, quanto á sua legitimidade, importancia ou classificação.

The circulars, which may be printed, shall be forwarded by registered post, with acknowledgment of receipt.

In them the trustees shall embody the text of Art. 82.

Creditors may, according to the distance at which they are to be found, be

invited by telegram.

Sole paragraph. The trustees shall be liable to the creditors for any loss or damage arising from delay or negligence, and can only justify themselves by producing the postal registration or telegraphic station receipt, proving that they

have issued the invitation at the proper time.

82. Within the period fixed by the judge, the commercial and civil creditors of the bankrupt and the private creditors of the unlimited partners, in the case of a partnership, are bound to furnish the trustees with a written declaration, having the signature of each witnessed by a notary, stating the exact amount of each claim, its origin or consideration (causa), the rank or classification to which by law it belongs, the mortgages, pledges or other securities which have been given to them with the dates, specifying with all details the property and documents of title of the bankrupt in their control, payments received on account and the definite balance at the date of the decree of bankruptcy, allways observing the provision of Art. 26.

Each creditor shall also give his address or that of his representative or attorney in the district of the bankruptcy, or the postal box to which all advices and notifi-

cations should be directed.

§ 1. To the declaration the creditor shall annex the original document or documents of title of his claim or any documents, such as commercial accounts or correspondence, to prove it.

§ 2. Several claims of the same creditor may be included in the same declaration,

but each one must be separately specified.

§ 3. The trustees shall give receipts for the declarations and documents fur-

nished, whenever required to do so.

83. As the declarations are received, the bankrupt or his representative shall give his written opinion on each one, and the trustees, after examining the declarations, the opinion of the bankrupt, and any contestations or objections which may have been presented, and having before them the books, papers and notes of the debtor and the proofs and documents produced and the results of other measures which they may have taken for the benefit of the estate, shall also give a circumstantial and detailed report relating to each one.

§ 1. The opinion of the debtor and the report of the trustees shall be incorpo-

rated in the declarations to which they refer.

§ 2. The trustees shall draw up the following schedules: 1. One, of all those who ask to have their claims included in the bankruptcy, with their names and addresses, the nature of such claims, and a reference, by means of numbers, to the declarations with the documents by which they are accompanied. — The claims shall be arranged in this schedule in the order prescribed in Art. 85; — 2. Another, of creditors who have not made the declarations of Art. 81, but appear as creditors from the books of the bankrupt, from trustworthy documents or other proofs. — This schedule shall give the names and addresses of such creditors, the nature and amount of each credit and the dates on which the trustees sent them, either by post or telegram, the circulars of which Art. 81 treats, giving the number of the registered letter or telegraphic receipt; — 3. Others, of the private creditors of each of the unlimited partners, containing the same declarations as are required in schedule under No. 1.

§ 3. These schedules and declarations and the respective documents which accompany them, shall be deposited in the office of the court within five days after the termination of the period fixed for creditors to adduce and prove their claims.

§ 4. The clerk of the court shall give receipts to the trustees for all the papers delivered, and shall immediately announce in the press that the schedules and documents are open to the inspection of any interested persons who wish to see them, at the office of the court, for five days, reckoned from the day of announcement. In the announcement, the clerk of the court shall include the provisions of § 5 and of § 6, first paragraph, of this Article.

§ 5. During the said period of five days, the claims included in the schedules

may be contested as to their legality, amount or classification.

Os credores sociaes poderão reclamar contra a inclusão ou classificação dos credores particulares dos socios.

§ 6. À impugnação será dirigida ao juiz por meio de requerimento instruido

com documentos, justificações ou outras provas.

Cada impugnação será autoada em separado, com as declarações e documentos que lhe forem relativos, informação do fallido e parecer dos syndicos.

Si apparecerem diversas impugnações sobre o mesmo credito, serão autoadas

juntamente.

§ 7. As declarações apresentadas pelos credores, que servirem de syndicos, serão examinadas e informadas por dous credores, que o juiz nomeará entre os que tenham cumprido a disposição do art. 82, e, em falta ou recusa destes credores, por

dous peritos nomeados pelo mesmo juiz.

84. Na primeira assembléa dos credores, de que trata o art. 102, presentes os syndicos, o fallido e mais interessados, o juiz examinará uma a uma, pela ordem em que se acharem nas respectivas relações, todas as declarações apresentadas, lendo-as ou mandando ler em voz alta, com a informação do fallido, parecer dos syndicos e impugnações apresentadas.

§ 1. Considerar-se-hão verificados os creditos que não forem inpugnados pelos

syndicos ou por qualquer credor.

§ 2. Tendo sido impugnado algum credito, o juiz, depois de proceder na forma acima exposta, mandará as partes, si estiverem presentes e si o requererem, adduzir perante elle, verbal e summariamente, o seu direito dando a palavra ao impugnante e, em seguida, áquelle cujo credito for contestado. Cada uma das partes não poderá fallar por mais de 10 minutos.

Findo o debate oral, o juiz, ouvindo os syndicos e o fallido, si tiver por conveniente, proferirá immediatamente a sua decisão, exarando-a nos autos da im-

pugnação.

§ 3. Si, porém, o juiz achar indispensavel para a decisão outras provas além das apresentadas, ordenará as precisas diligencias, entre as quaes a apresentação dos livros do credor impugnado para serem examinados na parte tocante á questão.

Dessas diligencias ordenadas pelo juiz não cabe recurso algum.

§ 4. Para o exame nos livros dos credores impugnados o juiz nomeará dous ou tres credores já verificados, e, si não acceitarem ou não houver credores nessas condições, poderá chamar peritos.

O exame dos peritos, reduzido a escripto, juntar-se-ha aos respectivos autos da impugnação.

Si no mesmo dia não puder ser realizado o exame, o juiz adiará a sua decisão

até cinco dias, quando lhe for apresentado o laudo.

O exame nos livros do fallido é dispensado, bastando que os syndicos, á vista delles, respondam aos quesitos das partes ou do juiz com extractos dos mesmos livros.

Estes extractos merecerão fé, nos termos do art. 65, n. 14.

- § 5. Sendo os creditos de pequena quantia e constando dos livros do fallido, documentos attendiveis ou outras prova (art. 83, § 2, n. 2), especialmente tratandose de creditos de prepostos, operarios, gente de tripulação e domesticos, o juiz poderá ordenar a inclusão delles na fallencia e na classe que por lei lhes compete, independente das declarações e formalidades estabelecidas nesta lei.
- § 6. O escrivão juntará a cada um dos autos de impugnação um extracto da acta da assembléa na parte que lhe for relativa.
- § 7. Em seguida á acta da primeira assembléa, serão juntas aos autos da fallencia as declarações dos credores, sobre as quaes não tenha havido impugnação, e entregues aos liquidatarios os titulos apresentados para restituirem aos credores com a menção de que trata o art. 89.

No caso de concordata, os titulos não contestados ou não impugnados serão tambem juntos aos autos, ficando salvo á parte, que os apresentou, o direito de

pedir opportunamente a entrega, si delles precisar.

Partnership creditors may object to the inclusion or classification of the separate creditors of the partners.

§ 6. The objection shall be directed to the judge in the form of an application,

to which the documents, justifications and other proofs shall be annexed.

Each objection shall be recorded separately, with the declarations and documents relating to it, the opinion of the bankrupt and the report of the trustees. Should several objections appear to the same claim, they shall be recorded

jointly.

§ 7. Declarations presented by creditors who act as trustees shall be examined and investigated by two creditors, whom the judge shall appoint from among those who have fulfilled the provision of Art. 82, and failing these or if they

refuse, by two experts appointed by the same judge.

84. At the first meeting of creditors, of which Art. 102 treats, the trustees, the bankrupt and other interested persons being present, the judge shall examine one by one, according to their order in the respective schedules, all the declarations presented, reading them or having them read in a loud voice, with the opinion of the bankrupt, the report of the trustees and the objections presented.

§ 1. Claims which have not been contested by the trustees or by any creditor

must be considered as proved.

§ 2. Should any claim have been contested, the judge, after proceeding in the manner above set out, shall order the parties, if they are present and if they request it, to urge their contentions before him, orally and summarily, first allowing the objecting party to argue, and afterwards the party whose claim is contested. Neither

of the parties may speak longer than 10 minutes.

After these oral proceedings have terminated, the judge, on hearing the trustees and the bankrupt if he thinks it necessary, shall immediately give his decision and

enter it on the records of the contestation.

- § 3. Should the judge, however, in order to give his decision, find that other proofs besides those presented are indispensable, he shall order the necessary measures to be taken, amongst them the production of the books of the creditor whose claim is contested, to be examined in the parts which relate to the question.
 - From the order for such measures made by the judge there is no appeal.
- § 4. For the examination of the books of the creditor whose claim is contested the judge shall appoint two or three creditors whose claims have already been proved, but if they do not accept, or should there be no creditors in these conditions, he may call in experts.

The examination of the experts, reduced to writing, must be annexed to the

respective records of the contestation.

If the examination cannot be concluded on the same day, the judge shall postpone his decision for not exceeding five days, when the report of the experts may be submitted to him.

The examination of the books of the bankrupt can be dispensed with if the trustees, with a knowledge of their contents, reply to the questions of the parties

or of the judge, and give extracts from the same books.

These extracts form trustworthy proof, according to the terms of Art. 65, No. 14.

§ 5. If the claims are of small amount, and so appear in the books of the bankrupt, or from trustworthy documents or other proof (Art. 83, § 2, No. 2), more especially when the claims are those of clerks, workmen, members of a ship's company or domestic servants, the judge may order them to be included in the bankruptcy and to rank as the law allows, independent of the declarations and formalities established by this Law.

§ 6. The clerk of the court shall annex to each of the records of contestation

the extract from the minutes of the meeting which applies to it.

§ 7. After the first meeting, the declarations of the creditors against which there has been no objection shall be added to the records of the bankruptcy, and the documents of title furnished shall be delivered to the liquidators in order to be restored to the creditors with the written statement of which Art. 89 treats.

In the case of a composition with creditors, documents of title which have not been contested or attacked shall also be added to the records, the right being reserved to the party who has furnished them of requesting delivery thereof to him within a reasonable time, should he have need of them.

85. Na conformidade das decisões do juiz, os syndicos immediatamente organizarão o quadro geral dos credores admittidos á fallencia e sua classificação, formando as seguintes listas: 1.ª Credores com privilegio sobre todo o activo; — 2.ª Credores com privilegio sobre immoveis (hypothecarios e antichresistas); — 3.ª Credores com privilegio sobre moveis; — 4.ª Credores separatistas na conformidade do art. 98; - 5.ª Credores chirographarios; — 6.ª Credores particulares de cada um dos socios solidarios com as suas respectivas classificações.

Relativamente a cada credor serão mencionadas a residencia, a importancia do credito e as declarações uteis e necessarias.

As listas serão assignadas pelo juiz e pelos syndicos e juntas aos autos, em

seguida aos documentos a que se refere o art. 84, § 7.

86. Das decisões do juiz na verificação dos creditos, admittindo, excluindo ou classificando qualquer credor, cabe recurso de aggravo de petição, seguindo nos autos especiaes da impugnação.

§ 1. Este aggravo poderá ser interposto até 20 dias depois daquelle em que os

liquidatarios assignarem o compromisso de que trata o art. 67.

Para esse fim os liquidatarios, 48 horas depois daquelle compromisso, publicarão pela imprensa o quadro geral dos credores da fallencia admittidos pelo juiz (art. 85).

§ 2. O aggravo poderá ser interposto pelos liquidatarios, pelo prejudicado, por qualquer credor verificado, ainda mesmo que não tenha sido o impugnante, ou por mais de um interessado, e sómente subirão os autos ao tribunal superior depois de esgotado o prazo de que trata o § 1.

§ 3. O processo da fallencia não se suspenderá com a interposição desses aggra-

vos, nem estes evitarão a concordata.

§ 4. Tendo o devedor obtido concordata, o credor, si excluido da fallencia, usará a acção que couber ao titulo, em que se fundar, ou proseguirá a acção porventura iniciada antes da fallencia; si indevidamente classificado, usará acção summaria, nos termos dos arts. 37 e seguintes do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850.

Sendo vencedor, não ficará sujeito aos effeitos da concordata, si com o seu

voto pudesse ter influido para a sua rejeição.

§ 5. Si não for interposto recurso da decisão do juiz na impugnação de credito, o respectivo processo será appensado aos autos de fallencia, procedendo-se na forma do art. 89 quanto ao titulo apresentado, si este for admittido.

87. O credor que se não habilitar no prazo determinado pelo juiz poderá

justificar o seu credito até antes da final distribuição dos dividendos.

O juiz ouvirá, sobre a pretenção do credor, o fallido e os liquidatarios, e mandará annunciar por editaes, publicados na imprensa, para que os interessados apresentem as impugnações ou contestações que entenderem, dentro do prazo de 20 dias, durante os quaes se acharão em cartorio, á disposição dos mesmos interessados, o requerimento do credor, acompanhado da declaração de que trata o art. 82 e respectivos documentos, informação do fallido e parecer dos liquidatarios.

- § 1. Havendo impugnação, o juiz marcará o prazo de 10 dias para prova, e, findo elle, sentenciará, cabendo da decisão o recurso de aggravo de petição.
- § 2. Os liquidatarios desempenharão as attribuições que esta lei confere aos syndicos no processo da verificação.

§ 3. Os credores retardatarios não terão direito aos dividendos anteriormente

distribuidos.

88. Os liquidatarios poderão, a todo tempo, pedir a exclusão de qualquer credor ou outra classificação, ou simples rectificação dos creditos, nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, erros essenciaes de facto e documentos ignorados na época da verificação.

§ 1. Igual direito cabe a qualquer credor admittido na fallencia. § 2. Para esse fim, o processo será o summario dos arts. 237 e seguintes do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850, substituido o recurso de appellação pelo de aggravo de petição.

85. In conformity with the decisions of the judge, the trustees shall immediately draw up a general list of the creditors admitted in the bankruptcy, with their classification, divided as follows: 1. Creditors with preference as regards all the assets; — 2. Creditors with preference as regards the immovable property (mortgage and antichresis creditors); — 3. Creditors with preference as regards the movable property; — 4. Creditors claiming separate satisfaction in conformity with Art. 98; -5. Ordinary creditors; -6. Personal creditors of each of the unlimited partners, with their respective classifications.

Relatively to each creditor shall be mentioned his address, the amount of his

claim, and any useful or necessary information.

The list shall be signed by the judge and by the trustees and annexed to the

records, following after the documents to which Art. 84, § 7 refers.

86. From the decisions of the judge regarding the proof of claims, admitting, excluding or classifying any creditor, an appeal by petition will lie, such an appeal being added to the special records of contestation.

§ 1. Such an appeal may be lodged within 20 days after the day on which

the liquidators sign the undertaking of which Art. 67 treats.

For this purpose the liquidators, 48 hours after having signed their undertaking, shall publish in the press a general list of the creditors in the bankruptcy admitted

by the judge (Art. 85).

§ 2. The appeal may be lodged by the liquidators, by the person injured, by any creditor whose claim has been proved, even if he has not been the objector, or by more than one interested person, but the records shall only go up to the higher court after the period of which § 1 treats has elapsed.

§ 3. The proceedings of the bankruptcy shall not be suspended by the lodging of these appeals, nor shall they be a bar to a composition with creditors.

§ 4. After a debtor has obtained a composition with his creditors, a creditor, if excluded from the bankruptcy, shall have the right of action which applies to the title on which his claim is founded, or to continue any action commenced before the bankruptcy; if wrongly classified, he shall have the right of summary action according to the terms of Arts. 37 et seq. of Decree No. 737 of the 25th of November 1850.

If successful, be shall not be subject to the effects of the composition, if by his

vote he would have been able to bring about its rejection.

§ 5. Should no appeal from the decision of the judge in the contestation of a claim be brought, the process in relation thereto shall be appended to the records of the bankruptcy, the form of Art. 89 as regards the document of title presented, if it is admitted, being employed.

87. A creditor who has not qualified himself as such in the period determined

by the judge may prove his claim before the final division of the estate.

The judge shall, as regards the claim of the creditor, hear the bankrupt and the liquidators, and shall order announcements to be published in the press, so that interested persons may present their oppositions or objections within a period of 20 days, during which the demand of the creditor, accompanied by the declaration of which Art. 82 treats and the respective documents, the opinion of the bankrupt, and the report of the liquidators, shall remain in the office of the court, at the disposition of the same interested persons.

§ 1. Should there be opposition, the Judge shall fix a period of 10 days for proofs, at the expiration of which he shall give his decision, from which an appeal

by petition will lie.

§ 2. The liquidators shall perform the functions which this Law confers on

trustees in the process of proof.

§ 3. Creditors who have omitted to qualify themselves as such in time shall

have no right to the dividends previously distributed.

88. Liquidators may at any time demand the exclusion of any creditor or other classification, or a simple rectification of claims, in cases where falsity, fraud, misrepresentation, important errors of fact or documents not known of at the time of proof have been discovered.

§ 1. Any creditor admitted in the bankruptcy has a like right. § 2. For this purpose, the proceedings shall be summary as set out in Arts. 237 et seq. of Decree No. 737, of the 25th of November 1850, an appeal by petition being substituted for the formal appeal.

- 89. Aos credores admittidos na fallencia, não pendendo recurso, serão restituidos os seus titulos de credito, escrevendo os liquidatarios, a tinta vermelha os dizeres: «Admittido ao passivo da fallencia na qualidade de credor ... pela quantia de ...».
- 90. O juiz ou tribunal que excluir qualquer pessoa que pretender a sua inclusão na fallencia, ou que reduzir o seu credito, por ter usado de falsidade ou simulação, mandará, na mesma sentença, que sejam remettidas ao representante do Ministerio Publico as peças principaes dos autos e a certidão da sua sentença ou accordão para ser contra o criminoso instaurada a acção penal.

Secção II. Da classificação dos credores da fallencia.

- 91. São credores privilegiados sobre todo o activo da fallencia, salvo o direito dos credores garantidos por hypotheca, antichrése, penhor agricola, anterior e regularmente inscriptos: 1.º A Fazenda Nacional e a Estadual e as municipalidades por divida fiscal, observando-se a disposição do art. 330 do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890; 2.º Os portadores de obrigações (debentures), emittidas pelas sociedades anonymas e em commandita por acções; 3.º Os prepostos ou empregados e domesticos do fallido pelos salarios vencidos no anno anterior á declaração da fallencia, embora não tenham registrados os seus titulos de nomeação; 4.º Os operarios a serviço do fallido pelos salarios vencidos nos dous mezes anteriores á declaração da fallencia; 5.º A equipagem pelas soldadas e salarios não prescriptos, nos termos do art. 449, n. 4, do Codigo Commercial.
- 92. São credores privilegiados, sobre determinados moveis: 1.° Os credores pignoraticios sobre as cousas entregues em penhor; 2.° Os credores com direito de retenção sobre as cousas retidas, entre outros: a) Os contemplados nos casos já previstos em lei (Codigo Commercial, arts. 96, 97, 117, 156, 189, 190, 198 e outros); - b) Os artistas, fabricantes e empreiteiros sobre os objectos que fabricarem ou concertarem e dos quaes estejam de posse, para pagamento de seus salarios, fornecimentos de material e mais vantagens estipuladas; — c) Os credores por bemfeitorias sobre o augmento do valor que com ellas deram ao objecto ainda em seu poder; — d) Os credores nos casos do art. 93, §§ 1 e 2, desta lei e do art. 108 do Codigo Commercial; — 3.° Os trabalhadores ruraes ou agricolas, nos termos dos decretos legislativos n. 1150, de 5 de janeiro de 1904, e n. 1607, de 29 de dezembro de 1906; — 4.º Aquelles a quem o direito maritimo confere privilegios, taes são: a) Na cousa salvada, quem a salvou, pelas despezas com que a fez salvar (Codigo Commercial, art. 738); — b) No navio e fretes da ultima viagem a tripulação (Codigo Commercial, art. 564); — c) No navio, os que concorreram com dinheiro para a sua compra, concerto, aprestos ou provisões (Codigo Commercial, art. 475); — d) Nas fazendas carregadas, o aluguel ou frete, as despezas e avaria grossa (Codigo Commercial, arts. I17, 626 e 627); — e) No objecto sobre que recahiu o emprestimo maritimo, o dador de dinheiro a risco (Codigo Commercial, arts. 633 e 662).
- 93. E' garantido, no caso do art. 198 do Codigo Commercial, o direito de retenção, salvo a resolução do contracto.
- § 1. O credor gosa o direito de retenção sobre os bens moveis e titulos que se acharem á sua disposição por consentimento do devedor, embora não esteja vencida a divida, sempre que haja connexidade entre esta e a cousa retida. Entre commerciantes tal connexidade resulta de suas relações de negocios.
- § 2. O direito de retenção não se póde exercer de modo contrario ás instrucções do devedor, nem contra a estipulação sobre uso determinado da cousa.
- § 3. Si o devedor entregou como propria ao credor cousa pertencente a terceiro, o direito de retenção póde ser opposto ao terceiro, provada a boa fé do credor, salvo a reivindicação no caso de perda ou furto.
- 94. São credores privilegiados sobre determinados immoveis, salvo as despesas e custas judiciaes, que serão precipuamente tiradas do producto da cousa hypothe-

89. To the creditors admitted in the bankruptcy, if no appeal is pending, their documents of title of their claims will be restored, the liquidators writing on them, in red ink, the words: "Admitted to the liabilities of the bankruptcy in the quality of a creditor for the amount of "

in the quality of ... creditor for the amount of"

90. The Judge who or tribunal which excludes any person who seeks his inclusion in the bankruptcy, or reduces his claim, on account of his having practised falsity or fraud, shall order in the same judgment that the principal documents of the record and the certificate of the judgment or decision shall be sent to the Public Attorney, in order that a criminal prosecution may be instituted against the culprit.

Section II. The classification of the creditors of the bankruptcy.

- 91. The following are preferential creditors as regards all the assets of the bankruptcy, without prejudice to the rights of creditors secured by mortgage, antichresis or agricultural charge, previously registered in proper manner: 1. The National and State Treasuries, and the Municipalities for taxes owing, the provision of Art. 330 of Decree No. 848, of the 11th of October 1890, being observed; 2. Holders of debentures issued by joint stock companies or by limited partnerships with share capital; 3. Clerks or employees and domestic servants of the bankrupt, for wages which have become due during the year preceding the decree of bankruptcy even although their instruments of engagement have not been registered; 4. Workmen in the employment of the bankrupt, for wages which have become due during the two months preceding the decree of bankruptcy; 5. A ship's crew for salaries or wages which are not barred by prescription, according to the terms of Art. 449, No. 4, of the Commercial Code.
- 92. The following are preferential creditors, as regards particular movables: 1. Creditors who hold things delivered in pledge; — 2. Creditors who have the right of retaining things already in their custody, among them: a) Those who are included in the cases already provided for by law (Commercial Code, Arts. 96, 97, 117, 156, 189, 190, 198 and others); — b) Artificers, manufacturers and undertakers, as regards the objects which they make or repair and which they have in their possession, for the payment of their wages, and for material supplied or other advantages stipulated for; — c) Creditors for improvements they effect in an object which they still have in their possession, to the extent of the value by which it is thereby enhanced; - d) Creditors who come in under Art. 93, §§ 1 and 2, of this Law and Art. 108 of the Commercial Code; — 3. Rural or agricultural labourers, in the terms of the legislative Decrees No. 1150, of the 5th of January 1904, and No. 1607 of the 29th of December 1906; — 4. Those on whom the maritime law confers privileges, these being: a) As regards a thing salved, the salvors, for the expenses incurred in its salvage (Commercial Code, Art. 738); — b) The members of a ship's company, as regards the vessel and the freights of the last voyage (Commercial Code, Art. 564); - c) As regards a vessel, those who advance money for her purchase, repair, equipment or provisioning (Commercial Code, Art. 475); — d) As regards goods carried, for the freight, charges and general average (Commercial Code, Arts. 117, 626 and 627); — e) The lender on a bottomry bond, as regards the object on which the bottomry loan is effected (Commercial Code, Arts. 633 and 662).

93. The right of retention is reserved, in the case of Art. 198 of the Commercial

Code, without prejudice to the performance of the contract.

§ 1. A creditor has the right of retention as regards movable property and securities which are at his disposition with the consent of the debtor, although the debt may not have become due, whenever the two are connected with one another. Between traders such a connection results from their business relationship.

§ 2. The right of retention cannot be exercised in a manner contrary to the instructions of the debtor, nor contrary to the stipulation as to the intended use

of the thing.

- § 3. Should a debtor have delivered as his own to his creditor, a thing belonging to a third person, such third person cannot oppose the right of retention, if the good faith of the creditor is proved, unless the third person claims that the thing has been lost or stolen.
- 94. The following are preferential creditors as regards particular immovable property, without prejudice to the judicial costs and expenses, which shall, inde-

cada: 1.º Os que tiverem hypotheca legal ou convencional, inscripta regularmente; - 2.º Os credores antichresistas, salvo hypotheca anterior inscripta.

95. As lettras hypothecarias terão a garantia e preferencia estabelecidas nos arts. 326 e 329, do decreto n. 370, de 2 de maio de 1890.

96. A preferencia entre os credores hypothecarios regula-se pelos decretos ns. 169 A, de 19 de janeiro de 1890 e 370, de 2 de maio do mesmo anno.

97. Concorrendo os credores privilegiados uns com os outros a respeito dos mesmos bens por se acharem em igualdade de direitos, serão pagos em rateio, si

o producto dos bens não chegar para todos.

98. Si o fallido fizer parte de uma sociedade ou si se achar em relação de copropriedade ou de indivisão com terceiros, estes co-associados ou co-proprietarios poderão pedir a partilha e divisão da sociedade ou dos bens indivisos e exigir preferencia para o pagamento dos creditos provenientes das relações dessa sociedade ou communhão sobre a quota que na partilha couber ao fallido.

Paragrapho unico. Os credores e legatarios da pessoa fallecida, cujo herdeiro é o fallido, podem tambem pedir o seu pagamento pelos bens da herança, com exclusão dos credores do mesmo fallido.

Cessará porém, a qualidade de separatista quando o credor acceitar, por qualquer modo, no juizo do inventario ou fóra delle, como devedor proprio, o fallido, a quem foram adjudicados bens para solver o passivo do de cujus.

99. Os credores não contemplados nas classes acima referidas são chirographarios, comprehendendo-se entre estes: a) A mulher, pelos bens dotaes inestimados; — b) Os credores, por hypotheca legal não especializada; — c) Os credores privilegiados e hypothecarios, pelos saldos (art. 130); — d) Os depositantes de dinheiro, com caracter de cousa fungivel; — e) Os fiadores, por quanto tiverem pago em descarga do fallido (art. 28).

Titulo VI. Das assembléas dos credores.

100. Na sentença declaratoria da fallencia, o juiz determinará o dia, a hora e o logar da primeira assembléa dos credores (art. 16 f), para a verificação e classificação de creditos, apresentação do relatorio dos syndicos, nomeação de liquidatarios e outras deliberações e decisões no interesse da massa.

Essa assembléa, cuja convocação se fará nos termos do art. 18, n. 3, realizar-

se-ha no dia, que for designado, não podendo ser alterado esse dia.

Paragrapho unico. Além dessa primeira e de outras, a que a presente lei expressamente se refere, o juiz convocará a assembléa, quando lhe requererem credores representando um quarto dos creditos admittidos na fallencia: a) No requerimento, cujas firmas serão reconhecidas por tabellião declarar-se-ha o motivo ou objecto da assembléa; — b) A convocação dos credores será feita por edital do juiz, publicado pela imprensa e tambem por cartas-circulares do escrivão, mencionando-se, além do dia, hora e logar, a ordem do dia da assembléa; — c) As despezas da convocação e da assembléa serão por conta dos credores que a requererem, ficando salvo á assembléa deliberar que taes despezas corram por conta da massa, si esta obtiver vantagens com a reunião dos credores.

- 101. A assembléa dos credores será presidida pelo juiz, que manterá o respeito e a ordem nas discussões e deliberações e resolverá de prompto as duvidas que se suscitarem.
- § 1. O escrivão fará a chamada dos credores reconhecidos e admittidos na fallencia e o juiz examinará as procurações apresentadas, rejeitando as mal ordenadas.

Os nomes dos credores presentes serão declarados na acta; si forem muitos, poderão assignar uma folha de presença, que, depois de rubricada pelo juiz, o escrivão juntará aos autos, em seguida á acta.

pendent of the claim, be deducted from the proceeds of the mortgaged property: 1. Those who have a legal (tacit) or conventional mortgage, registered in proper manner: — 2. Antichresis creditors, without prejudice to any mortgage previously registered.

95. Letters of hypothecation shall have the security and preference estab-

lished by Arts. 326 and 329 of Decree No. 370, of the 2nd of May 1890.

96. The preference as between mortgage creditors is regulated by Decrees Nos. 169A of the 19th of January 1890 and 370 of the 2nd of May, of the same year.

97. Preferential creditors who rank equally one with another in respect of the same property, shall be paid pro rata, if the proceeds of the sale of the property

are not sufficient to satisfy all.

98. Should the bankrupt have a share in a partnership or be a joint owner or jointly interested with third persons, the co-partners or joint owners can apply for the partition or division of the partnership or of the property owned jointly and demand preference for payment of their claims arising from their relations with such partnership or common ownership, as regards the portion which in the division falls to the bankrupt.

Sole paragraph. Creditors or legatees of a deceased person, whose heir is the bankrupt, may also apply for payment out of the inheritance to the exclusion

of the creditors of the bankrupt.

The right of separate satisfaction shall cease, however, if the creditor accepts in any manner, either within or outside the jurisdiction of the inventory, as his own debtor, a bankrupt to whom property has been adjudicated to satisfy the

debts of the inheritance (de cujus).

99. Creditors not specified in the classes above mentioned are ordinary creditors, the following being included among them: a) A married woman for the unascertained property of her marriage portion; — b) Creditors claiming under a legal (tacit) but not particularized mortgage; — c) Preferential or mortgage creditors for balances of account (Art. 130); — d) Depositors of money, which has the character of a res fungibilis (that is, which may be replaced by a similar quantity and quality); - e) Sureties for as much as they have paid in discharge of their guarantee (Art. 28).

Title VI. Meetings of creditors.

100. In the decree of bankruptcy, the Judge shall fix the day, hour and place of the first meeting of creditors (Art. 16f), for the proof and classification of claims, the presentation of the report of the trustees, the appointment of liquidators and for any other resolutions or decisions in the interest of the estate.

This meeting, which shall be summoned according to the terms of Art. 18, No. 3, shall take place on the day which has been fixed, which day cannot be altered.

Sole paragraph. Besides this first meeting and others to which the present Law expressly refers, the Judge shall summon a meeting whenever creditors representing one fourth of the claims admitted in the bankruptcy apply to him for it: a) In the application, the signatures, which shall be attested by a notary, the reason or object of the meeting must be stated; — b) The summoning of the creditors shall be effected by an announcement of the Judge, published in the press and also by letter-circulars of the clerk of the court, in which shall be stated, besides the day, hour and place of the meeting, the business to be transacted thereat;—c) The expenses of the summoning and of the meeting shall be borne by those creditors who have applied for it, it being reserved to the meeting to resolve that such expenses shall be borne by the estate, should it be benefited by the meeting of creditors.

101. The meeting of creditors shall be presided over by the judge, who shall maintain due respect and order in the discussions and deliberations and shall im-

mediately decide any questions which may arise.

§ 1. The clerk of the court shall call out the names of the creditors who have been recognized as such and admitted in the bankruptcy, and the judge shall examine

the proxies presented, and reject those which are not in order.

The names of the creditors present shall be stated in the minutes; should they be numerous, they may sign an attendance list, which, after having been rubricated by the judge, shall be annexed to the records, following after the minutes, by the clerk of the court.

§ 2. A assembléa funccionará qualquer que seja o numero dos credores presentes, por si, seus representantes ou procuradores, e sómente os votos destes credores serão attendidos.

A decisão dos presentes obriga os ausentes.

§ 3. Os syndicos ou liquidatarios e o fallido devem comparecer á assembléa.

§ 4. As decisões serão tomadas por maioria, calculada sobre a importancia dos creditos presentes, incluindo-se nestes os privilegiados ou hypothecarios.

Havendo empate, prevalecerá a maioria de credores, representando a maioria

dos creditos.

A disposição deste paragrapho não comprehende aquellas deliberações para as

quaes a lei exige maioria especial.

- § 5. Nas deliberações referentes ao patrimonio social, sómente os credores sociaes tomarão parte. Para as que affectarem o patrimonio individual de cada socio fallido, concorrerão os credores particulares e os credores sociaes.
- § 6. Cada credor não poderá fallar mais de 10 minutos sobre o assumpto em discussão, salvo si o juiz consentir, depois de consultar a assembléa.

§ 7. O credor que comparecer depois de iniciados os trabalhos, não poderá

discutir materia vencida.

§ 8. Si o estudo e resolução das questões, affectas á assembléa, não puderem terminar no mesmo dia, proseguirá esta em dias successivos, podendo, tambem, ser designado autro dia. O adiamento nunca será por mais de tres dias.

Os credores se reunirão de novo, independente de convocação.

Qualquer que seja o numero das sessões da assembléa considerar-se-ha sempre

uma só reunião para o effeito das despezas judiciaes.

- § 9. O escrivão lavrará acta circumstanciada do que occorrer. Esta acta será assignada pelo juiz, fallido, syndicos ou liquidatarios e credores que quizerem.
- 102. Na primeira assembléa dos credores, proceder-se-ha á verificação e classificação des creditos e, logo depois de organizado o quadro geral dos credores (art. 85), o escrivão fará a chamada.
- § 1. Em seguida á chamada dos credores, os syndicos lerão o seu relatorio e apresentarão o inventario, balanço e mais documentos referidos neste relatorio.
- O juiz porá em discussão o relatorio, inventario e balanço. O fallido, ou seu representante, poderá oppôr as reflexões que julgar a bem do seu direito e o juiz ou qualquer credor interrogal-o.
- \S 2. Nesta assembléa, depois da leitura e discussão destes documentos, o fallido poderá propôr concordata.

§ 3. Si o fallido não offerecer proposta de concordata ou si esta não fôr acceita,

os credores elegerão os liquidatarios.

- § 4. Poderão os credores nomear, dentre si, um conselho fiscal, como orgão consultivo para os liquidatarios, traçando-lhe as attribuições.
- § 5. Os credores deliberarão ainda sobre tudo quanto julgarem necessario aos interesses e defesa da massa.

Essas deliberações serão válidas desde que não contravenham ás disposições da presente lei. Neste caso, o juiz as vetará, dando o recurso de aggravo de instrumento a qualquer credor.

§ 6. Nesta primeira assembléa de credores observar-se-hão as disposições do

artigo anterior no que lhe possam ser applicaveis.

§ 7. O representante do Ministerio Publico poderá assistir a esta assembléa e requerer o que fôr a bem da justiça publica.

Titulo VII. Da concordata.

- 103. Depois da verificação dos creditos, o fallido podera propor concordata a seus credores.
- § 1. Na fallencia das sociedades em nome collectivo e em commandita simples ou por acções, a concordata poderá ser proposta por um ou mais socios solidarios.

§ 2. The meeting shall transact business, whatever be the number of creditors present, whether acting for themselves or through their representatives or attorneys, and only the votes of such creditors shall be considered.

The decision of those present binds the absent creditors.

§ 3. The trustees or liquidators and the bankrupt must attend the meeting. § 4. Resolutions shall be taken by a majority, calculated on the amount of the claims represented, including in them preferential and mortgage claims.

Should the voting be equal, the decision shall be taken according to the majority

of the creditors who represent the majority of the claims.

The provision of this paragraph (§) does not include those resolutions for which

the law requires a special majority.

- § 5. In deliberations with reference to partnership property, only the partnership creditors shall take part. In those which affect the separate property of each bankrupt partner, the separate creditors and the partnership creditors shall participate.
- § 6. No creditor may speak for longer than 10 minutes on any subject of discussion, unless with the consent of the judge after having consulted the meeting.

§ 7. A creditor who enters a meeting after it has commenced cannot discuss

any matter on which a resolution has already been taken.

§ 8. If the examination and decision of questions pertinent to the meeting cannot be finished on the same day, the meeting shall be continued on succeeding days, with power, however, to appoint another day. The adjournment shall never be for more than three days.

Creditors shall meet again without the necessity of being summoned.

Whatever be the number of meetings, they shall always be considered as one, as regards court fees.

§ 9. The clerk of the court shall take detailed minutes of all that occurs. Such minutes shall be signed by the judge, the bankrupt, the trustees or liquidators,

and by those creditors who wish to sign them. 102. At the first meeting of creditors, the proof and classification of the claims must be proceeded with, and immediately after the general list of creditors has

been drawn up (Art. 85), the clerk of the court shall call out the names. § 1. After the names of the creditors have been called out, the trustees shall read their report, and shall present the inventory, balance sheet and any other

documents mentioned in the report.

The judge shall present the report, inventory and balance sheet for discussion. The bankrupt or his representative may bring forward any objections which he considers may benefit his own position, and the judge or any creditor may question

§ 2. At this meeting, after the said documents have been read and discussed, the bankrupt may propose an arrangement or composition with his creditors.

§ 3. Should the bankrupt not bring forward his proposal for composition,

or should it not be accepted, the creditors shall elect the liquidators.

§ 4. The creditors may appoint, from amongst themselves, a committee of inspection, as a representative body which the liquidators may consult, at the same time defining the scope of their functions.

§ 5. The creditors shall also discuss whatever they regard as necessary for

the benefit or in defence of the estate.

Such discussions shall be valid so long as they do not contravene the provisions of the present Law. If they do the judge shall veto them, allowing any creditor to appeal by formal complaint.

§ 6. At the first meeting of creditors the provisions of the preceding Article,

as far as they are applicable, must be observed.

§ 7. The representative of the Public Attorney may assist at the meeting and make any demand which is in the interest of public justice.

Title VII. Composition with creditors.

103. After the proof of claims, the bankrupt may propose a composition with his creditors.

§ 1. In the bankruptcy of ordinary partnerships, simple limited partnerships or limited partnerships with share capital, a composition with the creditors may be proposed by one or more unlimited partners.

Cada socio terá o direito de discutir a proposta do outro e apresentar sub-

§ 2. Na fallencia das sociedades anonymas, que não estiverem em liquidação a proposta de concordata deverá ser apresentada, em nome da sociedade, pelos administradores autorizados, para esse fim, por accionistas representando pelo menos dous terços do capital social.

- 104. Não poderão propôr concordata: 1.º O fallido, declarado tal por qualquer dos factos mencionados no art. 2, ns. 3, 5 e 7, e o que não assignar o termo de comparecimento exigido pelo art. 37, n. 1; — 2.° O fallido, durante o processo penal, ou si fôr condemnado por fallencia culposa ou fraudulenta ou por crimes a estes equiparados; — 3.° O fallido que, ha menos de tres annos, impetrara igual favor e não cumprira o accôrdo com os seus credores; — 4.º O fallido, cuja anterior proposta de concordata deixara de ser homologada sob o fundamento de dolo, fraude ou má fé.
- 105. A proposta de concordata indicará todas as clausulas, as garantias reaes que o devedor porventura offereça e o modo por que devem ser pagos os credores; e será sempre por escripto, assignada pelo fallido, podendo vir logo apoiada por credores com a declaração do valor dos creditos e as firmas reconhecidas por tabellião.
- § 1. A assignatura dos credores não importará acceitação definitiva da concordata, mas si os que a apoiarem por escripto não comparecerem á assembléa, os seus

votos serão contados como si presentes estiverem.

- § 2. Si o fallido apresentar fiador, este deverá declarar, logo após a proposta, que se responsabiliza solidariamente pelo seu cumprimento, sendo a firma reconhecida por tabellião. Esta declaração tem força juridica para todos as effeitos.
- § 3. Na proposta de concordata dever-se-ha manter a mais absoluta igualdade entre os credores não privilegiados. A concessão de vantagens a certos credores, sómente será admittida com o consentimento expresso dos credores menos favorecidos.
- 106. A proposta de concordata para ser válida e produzir effeitos jurídicos, si o pagamento for á vista, deverá ser acceita: a) Por maioria de credores, representando, pelo menos, tres quintos do valor dos creditos, si o dividendo offerecido fôr superior a 60%; — b) Por dous terços de credores, representando, pelo menos, tres quartos do valor dos creditos, si o dividendo fôr superior a 40%; — c) Por tres quartos dos credores, representando, pelo menos, quatro quintos do valor dos creditos, si o dividendo fôr até 40%.

§ 1. Si o pagamento do dividendo fôr á prazo, esse não poderá ser maior de 2 annos, e a proposta da concordata, para ser válida e produzir effeitos juridicos, deverá ser acceita por credores, representando, pelo menos, tres quartos do valor

dos creditos.

§ 2. Para formar a maioria exigida para a validade da concordata, não se computarão: 1.º Os creditos garantidos por hypotheca, privilegios, penhores, antichrése ou direito de retenção; — 2.º Os creditos dos parentes até o 4 gráo e cessionarios delles, tendo a cessão menos de um anno; — 3.º Os creditos cedidos mediante actos inter vivos, ainda mesmo por endosso, depois do dia em que fôr declarada a fallencia.

Nessa disposição não se comprehendem os fiadores que pagarem a divida do

fallido, ficando subrogados nos direitos dos credores.

§ 3. Os titulares de creditos referidos no § 2, n. 1, poderão tomar parte na votação da concordata, computando-se esses creditos no respectivo calculo, si renunciarem ás garantias.

O facto de votar importa essa renuncia e sujeita os titulares aos effeitos da

concordata.

Os effeitos da renuncia cessarão si a concordata não fôr homologada ou si fôr

rescindida, salvo o caso de conluio referido no art. 108, n. 3.

- § 4. Não terão mais de um voto os herdeiros do credor e o cessionario de muitos creditos, quando a cessão fôr anterior á fallencia.
- § 5. Na concordata das sociedades em nome collectivo e em commandita, sómente votarão os credores sociaes.

Any partner shall have the right of discussing the proposal of another partner,

and of presenting an alternative proposal.

§ 2. In the bankruptcy of joint stock companies which are not in liquidation, the proposal for composition must be presented in the name of the company by directors authorized for the purpose by shareholders representing at least two

thirds of the capital of the company.

- 104. The following cannot propose a composition with creditors: 1. A bankrupt, declared such under any of the circumstances mentioned in Art. 2, Nos. 3, 5 and 7, and who does not sign the undertaking to appear required by Art. 37, No. 1; -2. A bankrupt, during criminal proceedings, or if he has been found guilty of culpable or fraudulent bankruptcy; or of crimes of a like nature; — 3. A bankrupt who, within the preceding three years, has sought a like favour, and has not fulfilled the agreement with his creditors; — 4. A bankrupt whose previous proposal for composition was refused confirmation by the court on the ground of deceit, fraud or bad faith.
- 105. The proposal for composition shall state all the terms, the real securities which the debtor offers, and the manner in which the creditors are to be paid; it shall be always in writing signed by the bankrupt, and can be at once supported by creditors with a statement of the value of their claims, their signatures being attested by a notary.

§ 1. The signatures of the creditors do not imply that they definitely accept the composition, but if those who support it in writing do not attend the meeting,

their votes shall be counted as though they were present.

§ 2. If the bankrupt presents a surety, the latter must declare, immediately after the proposal, that he makes himself wholly responsible for its fulfillment, his signature being attested by a notary. Such a declaration has full legal force for all effects.

- § 3. In the proposal for composition, the most absolute equality must be maintained as regards the ordinary creditors. The granting of advantages to certain creditors shall only be permitted with the express consent of the less favoured
- 106. In order to be valid and to produce legal effects, if payment is to follow forthwith, the proposal for composition must be accepted: a) By a majority of the creditors representing at least three fifths of the value of the claims, if the dividend offered is more than 60%; — b) By two thirds of the creditors, representing at least three fourths of the value of the claims, if the dividend is more than 40%; — c) By three fourths of the creditors, representing at least four fifths of the value of the claims, if the dividend is 40% or less.

§ 1. If payment of the dividend is to be made at a future date, the term may not be for longer than 2 years, and the proposal for composition, in order to be valid and to produce legal effects, must be accepted by creditors representing at

least three fourths of the value of the claims.

§ 2. In order to form the majority required for the validity of the composition, the following are not taken into account: 1. Claims secured by mortgage, preference, pledge, antichresis or right of retention; — 2. Claims of relatives within the 4th degree and their assigns, if the assignment has been made within a year before; — 3. Claims which have been transferred *inter vivos*, even although by endorsement, after the day on which the bankruptcy was decreed.

In this provision sureties who pay the debts of the bankrupt are not included,

they being subrogated to the rights of the creditors.

§ 3. Holders of documents of title of claims mentioned in § 2, No. 1, may take part in the voting with respect to a composition, these claims being reckoned in the respective computation, if they renounce their privileges.

The fact of voting imports such a renunciation and subjects the holders of the

documents of title to the effects of the composition.

The effects of the renunciation shall cease if the composition is not confirmed or if it is rescinded, except in the case of collusion referred to in Art. 108, No. 3.

§ 4. The heirs of a creditor or the assignee of several claims shall not have more than one vote, if the inheritance or assignment occurred prior to the bank-

§ 5. In respect of a composition by ordinary partnerships and limited part-

nerships, only the partnership creditors shall vote.

§ 6. Os socios poderão tambem propôr concordata á massa de seus credores

Esta proposta sómente será tomada em consideração si se formar concordata

com os credores sociaes.

- § 7. Todos os credores reconhecidos e admittidos ao passivo da fallencia, entre os quaes os co-obrigados com o fallido, os fiadores e o fiador da concordata poderão discutir na assembléa a proposta de concordata.
- 107. Não havendo credores dissidentes, a concordata será logo, na assembléa, homologada pelo juiz.

§ 1. Si houver credores dissidentes, o juiz marcará o prazo de tres dias para

virem com os embargos. § 2. E' licito tambem a qualquer dos socios oppôr embargos á concordata,

observando-se o processo do art. 109.

108. Os embargos que os credores dissidentes, presentes á assembléa, podem oppôr, deverão ter por fundamento: 1.º Inobservancia das formalidades e dos requisitos estabelecidos por lei para a formação da concordata, a inclusão indevida de credores, cujos votos influiram na acceitação da proposta, ou violação das regras prescriptas para a convocação e reunião dos credores; — 2.º Maior sacrificio aos credores que a liquidação na fallencia, attendendo á proporção entre o valor do activo e a porcentagem offerecida; — 3.° Conluio entre o devedor e um ou mais credores, ou entre estes, para acceitarem a concordata. — Presume-se o conluio entre o devedor e o credor que desistir de suas garantias para votar na concordata, quando nenhum interesse de ordem economica lhe aconselhava esse procedimento e o seu voto influiu na formação da concordata; — 4.º Qualquer acto de fraude ou de má fé practicado pelo devedor e que influa na concordata; — 5.° Inexactidões do relatorio e das informações dos syndicos ou liquidatarios, com intento de facilitar a acceitação da proposta de concordata apresentada pelo devedor.

109. Os embargos correrão nos proprios autos da fallencia.

§ 1. Os credores dissidentes apresentarão em cartorio, dentro do prazo improrogavel de tres dias, marcados polo juiz (art. 107, § 1), os seus embargos, deduzidos em requerimento articulado e em duplicata.

Um dos exemplares, com os documentos que o acompanharem, será junto aos autos e o outro o escrivão entregará ao devedor que, dentro de 48 horas, depois

de expirado aquelle prazo, poderá contestar os mesmos embargos.

§ 2. O juiz immediatamente assignará dez dias para a prova e, finda a dilação, allegando os embargantes em 24 horas e o devedor em outras 24 horas seguintes e ouvido o representante do Ministerio Publico, por 48 horas, será o feito concluso para a sentença.

O prazo de 24 horas é para todos os embargantes apresentarem as suas allegações, sendo em cartorio concedida a vista aos advogados.

§ 3. O juiz, dentro de tres dias, proferirá a sua sentença fundamentada, homologando ou não a concordata.

Neste segundo caso, mandará proseguir a fallencia.

§ 4. Da sentença caberá aggravo de petição.
§ 5. Si o embargante ou embargantes desistirem dos embargos, a desistencia não será acceita sem que seja publicada por edital durante 15 dias, declarando-se nesse edital que qualquer outro credor dissidente poderá continuar com o processo de opposição. Si todos os credores dissidentes renunciarem aos seus direitos ou si, findo, o prazo, nenhum comparecer, julgar-se-ha por sentença a desistencia.

110. O credor, que nas deliberações sobre a concordata transigir com o seu voto para obter vantagens para si, perderá, em beneficio da massa, a importancia do seu credito, bem como quaesquer vantagens que lhe pudessem provir de semelhante

transacção.

111. A concordata, depois de passar em julgado a sentença de homologação faz cessar o processo da fallencia, entregando-se ao concordatario todos os bens da massa, livros e papeis.

§ 6. Partners may also propose a composition with their separate creditors.

This proposal shall only be taken into consideration if a composition with

the partnership creditors is formed.

§ 7. All creditors recognized as such and admitted as creditors in the bankruptcy, and amongst them those who are co-debtors with the bankrupt, the sureties and the guarantor of the composition, may discuss the proposal of composition at the meeting.

107. Should there be no dissenting creditors, the composition shall imme-

diately, at the meeting, be confirmed by the judge.

§ 1. Should there be dissenting creditors, the judge shall fix a period of three days, during which they may lodge their objections.

§ 2. Any partner is also at liberty to lodge objections to the composition, always observing the procedure of Art. 109.

108. The objections which dissenting creditors present at the meeting may lodge, must be based on: 1. Non-observance of the formalities and requirements established by the law for the formation of the composition, the improper inclusion of creditors whose votes may influence the acceptance of the proposal, or violation of the rules prescribed for the summoning and meeting of the creditors; — 2. A greater sacrifice by the creditors than a liquidation in bankruptcy would involve, taking into consideration the proportion between the value of the assets and the percentage offered; — 3. Collusion between the debtor and one or more creditors, or between the latter, in order that the composition may be accepted. — Collusion is presumed between the debtor and a creditor who desists from exercising his right to vote regarding the composition, when no interest of an economic nature warrants such a proceeding and his vote would influence the formation of the composition; — 4. Any act of fraud or bad faith practised by the debtor, which influences the composition; — 5. Incorrectness of the report or of the information furnished by the trustees or liquidators, with the intention of facilitating the acceptance of the proposal for composition presented by the debtor.

109. The objections shall be dealt with as part of the bankruptcy proceedings.

§ 1. Dissenting creditors shall lodge in the office of the court, within the period of three days fixed by the judge (Art. 107, § 1), which period cannot be extended, their objections in the form of a requisition set out in paragraphs and in duplicate.

One of these copies, with the documents which accompany it, shall be annexed to the records, and the other shall be delivered by the clerk of the court to the debtor, who, within 48 hours after the expiration of the said three days, may answer the

said objections.

§ 2. The judge shall immediately assign ten days for proof, and at the end of that period, the objectors shall lodge their allegations within 24 hours and the debtor within the 24 hours following, and the representative of the Public Attorney having been heard during 48 hours, the proceedings shall be concluded for final judgment to be delivered.

The period of 24 hours is appointed in order that all the objectors may lodge their allegations, which are open to the inspection of the advocates in the office

of the Court.

§ 3. The judge within three days shall deliver judgment, giving his reasons for the same, and either confirm or refuse confirmation of the composition.

If he does not confirm the composition, he shall order the bankruptcy to proceed.

§ 4. An appeal by petition will lie from the judgment.

§ 5. If the objector or objectors should desist from their objections, such desistance shall not be accepted unless a notice stating that any other dissenting creditor may continue the process of objection has been exhibited for 15 days. If all the dissenting creditors renounce their rights or if at the expiration of the said period, none appear, a judgment giving effect to the desistance must be delivered.

110. A creditor who in the discussions on the composition attempts by his vote to obtain advantages for himself, shall lose, for the benefit of the estate, the amount of his claim, as well as any advantages which might accrue from such

conduct.

111. The composition, after judgment of confirmation has been passed, causes the proceedings in bankruptcy to cease, all the property of the estate, the books and papers being delivered to the debtor who has obtained the composition.

§ 1. Si outra cousa não fôr estipulada na concordata, o fallido readquiriro á direito de dispor livremente de seus bens.

§ 2. Morrendo o fallido, a concordata poderá ser cumprida pelos seus herdeiros.

§ 3. Da sentençã que julgar cumprida ou não a concordata, caberá o recurso

de aggravo de petição a qualquer credor ou ao devedor.

112. Os bens da massa sómente serão entregues ao concordatario, depois de pagar ou depositar em juizo a importancia: 1.º Devida aos credores privilegiados sem garantias especiaes, não sujeitos aos effeitos da concordata, e 2.º De todas as despezas do processo e da administração da massa.

Paragrapho unico. Si o concordatario, dentro de 15 dias, depois de homologada definitivamente a concordata, não cumprir a disposição deste artigo, aquella considera-se rescindida de pleno direito, proseguindo a fallencia.

- 113. A concordata homologada obriga todos os credores commerciaes ou civis não privilegiados, admittidos ou não á fallencia, residentes e não residentes na Republica, ausentes ou dissidentes.
- 114. A concordata não produz novação, não desonera os co-obrigados com o devedor nem os fiadores deste e os obrigados por acção regressiva.

Paragrapho unico. Quando a concordata tiver sido formada com algum socio solidario da sociedade fallida, ficam desonerados de quaesquer responsabilidades

os outros socios solidarios, cessando os effeitos da sua fallencia.

- 115. A concordata poderá ser rescindida: °1. Pelo não cumprimento de qualquer das suas clausulas; 2.° Pelo abandono da massa por parte do concordatario, pela venda da maior parte do activo por preço vil, impossibilitando seu cumprimento; 3.° Pela condemnação do devedor concordatario em fallencia culposa ou fraudulenta ou em crime a ellas equiparado; 4.° Pelo pagamento antecipado feito a uns credores com prejuizo dos outros.
- § 1. Póde requerer a rescisão da concordata qualquer credor sujeito aos seus effeitos.
- O processo da rescisão será summarissimo. Expostos e provados os factos, ouvido sempre o concordatario e o representante do Ministerio Publico, o juiz julgará rescindida a concordata e reabrirá a fallencia.
- § 2. Até antes da reabertura da fallencia, o concordatario póde evitar a rescisão depositando as prestações em atrazo ou todas as prestações futuras, ou cumprindo as outras obrigações assumidas.
- \S 3. A rescisão da concordata celebrada pelo socio solidario não affectará sinão a elle.

§ 4. A rescisão não libera os fiadores que garantirem o cumprimento da con-

cordata.

116. Fica salvo a qualquer credor, sujeito aos effeitos da concordata, promover, por acção ordinaria, a cobrança do saldo do seu credito integral e juros, provando que o devedor exagerou dolosamente o passivo, occultou ou dissimulou parte relevante do activo, entrou em conluio com credores ou praticou qualquer acto de improbidade contra algum destes ou todos para obter a concordata.

Paragrapho unico. Esta acção prescreve tres annos depois de cumprida a concordata e o credor deve provar que os factos arguidos vieram ao seu conhecimento depois da homologação da concordata.

117. Rescindida a concordata, reabrir-se-ha a fallencia, proseguindo-se nesta,

si houver bens sufficientes.

§ 1. Os syndicos ou liquidatarios, que anteriormente funccionavam, receberão a massa e verificarão o seu estado, examinarão os novos credores, e apresentarão relatorio circumstanciado sobre o procedimento do devedor e novas responsabilidades assumidas.

§ 1. Unless it is otherwise stipulated in the agreement for composition, the debtor shall re-acquire the right of freely disposing of his property.

§ 2. Should the debtor die, the composition may be carried out by his heirs. § 3. From the judgment which either confirms or refuses confirmation of the

composition, any creditor or the debtor may appeal by petition.

112. The property of the estate shall only be delivered to the debtor who has obtained a composition, after he has paid or deposited in court the amount:

1. Due to the preferential creditors without special security who are not subject to the effects of the composition, and 2, Of all the costs of the proceedings and of the management of the estate.

Sole paragraph. If the debtor who has obtained a composition does not, within 15 days after such composition has been definitively confirmed, fulfil the provision of this Article, such confirmation shall be considered rescinded for all legal effects

and the bankruptcy must proceed.

113. A composition confirmed by the judge binds all the trading and civil creditors who are not entitled to preference, whether they are admitted in the bankruptcy or not, whether resident or non-resident in the Republic, and though absent or dissenting.

114. A composition does not operate as a novation, nor does it discharge those who are liable jointly with the debtor or his sureties or those liable by way

of recourse.

Sole paragraph. When the arrangement or composition has been made with any unlimited partner of a bankrupt partnership, the other unlimited partners

are freed from any liability, the effects of the bankruptcy ceasing.

- 115. A composition with creditors may be rescinded: I. By reason of the non-fulfilment of any of its clauses; 2. By reason of the abandonment of the estate by the debtor who has entered into the composition through the sale of the greater part of the assets at a very low price, thus making its fulfilment impossible; 3. By reason of the condemnation of the debtor who has entered into the composition for culpable or fraudulent bankruptcy or for an offence of a like nature; 4. By reason of anticipated payment being made to some creditors to the prejudice of others.
- § 1. Any creditor who is subject to the effects of a composition may apply for its rescission.

The procedure for rescission shall be extra-summary. After the facts have been stated and proved, and after the debtor who has entered into the composition and the representative of the Public Attorney have, in every case, been heard, the judge shall decide as to the rescission of the composition and the re-opening of the bankruptcy.

§ 2. Up to the time of his bankruptcy being re-opened, a bankrupt who has entered into a composition may prevent its rescission by depositing in Court the payments in arrear and all future payments, and by fulfilling the other obligations

he has assumed.

§ 3. The rescission of a composition brought about by an unlimited partner shall not affect anyone but himself.

§ 4. Rescission does not discharge sureties who have guaranteed the fulfilment

of the composition.

116. Any creditor who is subject to the effects of the composition has the right reserved to him of proceeding by ordinary action for the recovery of the balance of his full claim with interest, on proving that the debtor deceitfully exaggerated his liabilities, concealed or misrepresented an important part of his assets, entered into collusion with creditors or practised any act of dishonesty against any or all of them, in order to obtain the composition.

Sole paragraph. This action is prescribed in three years after the fulfilment of the composition and the creditor must prove that the facts adduced have come

to his knowledge after confirmation of the composition.

117. After the composition has been rescinded, the bankruptcy must be re-

opened and proceeded with, if there is sufficient property.

§ 1. The trustees or liquidators who have previously acted shall receive the estate and verify its position, examine new claims, and present a detailed report as regards the behaviour of the debtor and the new responsibilities assumed.

- Brasil: Nova lei sobre fallencias. Tit. VIII. Da relização do activo e liquidação 191 do passivo.
- § 2. Será convocada nova assembléa de credores, onde devem ser verificados os novos creditos e nomeados novos liquidatarios, ou confirmada a nomeação dos anteriores e tomadas as deliberações que forem necessarias para a liquidação.

§ 3. Poderão ser annullados os actos do devedor, posteriores á homologação,

no caso de fraude aos direitos dos credores.

- 118. Rescindida a concordata, concorrerão á fallencia: 1.º Os credores anteriores á concordata pela importancia total de seus creditos verificados, deduzidas as quotas pagas a titulo de dividendo. — Si o concordatario pagou a um mais que a outros, os que de mais receberam terão de restituir á massa ou esta, si preferir, completará os pagamentos aos outros credores, igualando todos; — 2.º Os credores posteriores á concordata ficarão sujeitos á verificação e classificação de seus creditos, na fórma disposta nesta lei.
- § 1. Os bens adquiridos pelo devedor, depois da concordata, augmentando a massa, serão destinados exclusivamente ao pagamento dos credores por mercadorias vendidas a credito, em boa fé, na vigencia da concordata.

§ 2. E' licito aos credores posteriores á concordata pôr á disposição dos credores anteriores a quantia necessaria ao pagamento da concordata para excluil-os da

§ 3. O fiador da concordata ou os bens que forem hypothecados para a sua

garantia respondem sómente para com os credores anteriores.

119. Si o fallido quizer celebrar concordata, depois da assembléa de que trata o art. 102, requererá ao juiz a convocação de seus credores, apresentando desde logo a proposta.

§ 1. O juiz mandará ouvir os liquidatarios, os quaes, dentro de tres dias, in-

- formarão sobre o estado da fallencia, vantagens da proposta e, depois do parecer destes, designará o dia, hora e logar da assembléa. § 2. A convocação far-se-ha por editaes na fórma do art. 100, paragrapho unico, declarando os termos da proposta e avisando que se acha em cartorio, á disposição dos interessados, o parecer dos liquidatarios.
- § 3. Todas as depezas da convocação, reunião dos credores e homologação correrão por conta do fallido, que depositará em cartorio a importancia respectiva ao apresentar o seu requerimento.

§ 4. Si a proposta de concordata vier desde logo apoiada por um terço de credores, representando um terço do valor dos creditos, o fallido poderá ao mesmo tempo pedir ao juiz que, sem suspensão da fallencia, fique sustada a venda dos bens da massa até decisão dos credores.

- § 5. O juiz, verificando que os credores presentes á reunião e os que assignaram a proposta não formam a maioria legal para a votação da concordata, dissolverá, sem mais formalidade, a assembléa, considerando rejeitada a proposta ou negada
 - § 6. Negada a concordata, o fallido sómente poderá propor outra depois de

decorridos quatro mezes. 120. E⁷ permittido aos credores, ao acceitar a proposta de concordata, no-

mearem uma commissão fiscal, concedendo-lhe poderes.

Esta commissão poderá requerer a rescisão da concordata nos casos do art. 115, sem prejuizo dos direitos que este mesmo artigo confere aos credores individualmente.

Titulo VIII. Da realização do activo e liquidação do passivo.

Secção I. Da realização do activo.

121. Os liquidatarios promoverão, com a possivel brevidade, a realização do activo da fallencia, observando o que nesta lei se determina.

122. Os bens da fallencia serão vendidos em leilão publico, annunciado com 15 dias de antecedencia, pelo menos, si se tratar de moveis, e com 30 dias, si se tratar de immoveis.

§ 2. A new meeting of creditors shall be summoned, at which the new claims must be proved and new liquidators appointed or the appointment of the previous ones confirmed, and at which the resolutions necessary for the liquidation must

§ 3. The acts of the debtor after confirmation of the composition may be

annulled, if the creditors have been defrauded as to their rights.

118. After the composition has been rescinded, the following shall be admitted into the bankruptcy: 1. Creditors anterior to the composition for the total amount of their proved claims, after deducting amounts paid by way of dividends. — If the debtor who entered into the composition has paid a larger proportion to one than to others, those who have received the larger proportion must restore the surplus to the estate, or the estate, if it is preferable, shall complete the payments to the other creditors, thus putting all on an equality; — 2. Creditors who have become so after the composition shall be subject to the proof and classification of their claims, in the manner provided by this Law.

§ 1. Property acquired by the debtor after the composition, thus increasing the estate, shall be set apart exclusively for the payment of creditors for goods sold

on credit in good faith when the composition was in force.

§ 2. Creditors who have become so after the composition may place at the disposal of previous creditors the amount necessary to satisfy the composition, in order to exclude the latter from the bankruptcy.

§ 3. The surety for the composition or property which has been mortgaged for securing it, shall only be answerable to the anterior creditors.

119. Should a bankrupt wish to make a composition with his creditors after the meeting of which Art. 102 treats, he shall apply to the judge that his creditors be summoned, at the same time presenting his proposal.

§ 1. The judge shall summon the liquidators to be heard, and they shall report

within three days on the state of the bankruptcy and the avdantages of the proposal,

and after their report he shall fix the day, hour and place of meeting.

§ 2. The summoning must be effected by announcements made in the manner provided by Art. 100, sole paragraph, stating the terms of the proposal, and notifying that the report of the liquidators is at the disposition of interested persons at the office of the court.

§ 3. All the costs of the summoning, of the meeting of creditors and of the confirmation of the composition, shall be borne by the bankrupt, who shall deposit at the office of the court the amount required, when presenting his application.

- § 4. Should the proposal for composition be at once supported by one third of the creditors, representing one third of the value of the claims, the bankrupt may at the same time petition the judge that, without suspending the bankruptcy the sale of the property of the estate shall be stopped until the decision of the
- § 5. The judge, on verifying that the creditors present at the meeting and those who have signed the proposal do not form a legal majority for the voting of the composition, shall dissolve the meeting without further formality, considering the proposal rejected and the composition negatived.

§ 6. When the proposed composition has been negatived, the bankrupt may

only propose another after the lapse of four months.

120. The creditors may, on accepting the proposal of composition, appoint

a committee of inspection, investing it with the necessary powers.

This committee may apply for the rescission of the composition in the cases of Art. 115, without prejudice to the rights which the same Article confers on the creditors individually.

Title VIII. The realization of the assets and the liquidation of the liabilities.

Section I. The realization of the assets.

121. The liquidators shall proceed with all possible despatch to the realization of the assets of the bankruptcy, always observing the provisions of this Law.

122. The property of the bankruptcy shall be sold by public auction, advertised at least 15 days before it takes place, in the case of movable property, and 30 days in the case of immovables.

§ 1. As vendas de valores negociaveis na Bolsa serão feitas por corretores de fundos publicos.

§ 2. O leiloeiro será da livre escolha dos liquidatarios e a estes prestará contas.

§ 3. A venda dos immoveis independe de outorga uxoria.

§ 4. Si o arrematante não pagar o preço á vista ou, o mais tardar, dentro de 24 horas depois do leilão, será o objecto levado a novo leilão por sua conta e risco, ficando obrigado a pagar ou a completar o preço por que o comprou e perdendo, em beneficio da massa, o signal que houver dado.

Para a cobrança os liquidatarios terão a acção executiva dos arts. 309 e seguintes do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850, devendo a petição inicial ser instruida

com certidão passada pelo leiloeiro. § 5. Nos logares onde não houver leiloeiro, servirá o porteiro dos auditorios ou quem as suas vezes fizer, com os salarios marcados em seus respectivos regimentos.

123. A venda dos bens póde ser feita englobada ou separadamente.

Podem tambem os liquidatarios preferir a venda por propostas, desde que a annunciem nos jornaes mais lidos, durante 30 dias, chamando concurrentes.

As propostas serão apresentadas em cartas lacradas, abrindo-as os liquidatarios no dia e hora designados nos annuncios perante os interessados presentes. Da abertura das propostas lavrar-se-ha um termo por todos assignado.

Os liquidatarios verificarão a mais vantajosa e levarão todas ellas, com a sua informação, ao juiz para decidir, depois de ouvido o fallido, si presente, ou seu

procurador.

124. Qualquer outro meio de liquidação do activo poderá ser autorizado por credores, representando dous terços dos creditos, e na fallencia das sociedades anonymas taes credores poderão: 1.º Continuar o negocio da sociedade fallida, organizando outra anonyma; — 2.º Ceder o activo a outra qualquer sociedade existente ou que para esse fim se venha a formar.

§ 1. A deliberação dos credores a esse respeito poderá ser tomada em assembléa ou reduzida a instrumento publico ou particular, assignado por tantos delles quantos

bastem para constituir a maioria exigida.

§ 2. O activo social será recebido ou cedido por preço nunca inferior ao do inventario, de que trata o art. 74, § 3. Si houver sobras, depois do pagamento integral dos credores, essas serão restituidas aos accionistas.

§ 3. A' vista do requerimento, acompanhado de documento contendo a deliberação dos credores, o juiz ordenará aos liquidatarios que entreguem o activo social á pessoa designada no dito requerimento ou ao terceiro a quem se houver feito a

125. Os liquidatarios não poderão remittir parcialmente (cobrar com abatimento) dividas, quando mesmo as considerem de difficil liquidação, sem audiencia

do fallido e, não consentindo este, sem autorização do juiz.

126. Os bens gravados com hypotheca serão tambem vendidos em leilão

publico, avisado o credor.

- § 1. Si os liquidatarios, dentro do prazo de trinta dias, depois da primeira assembléa dos credores, não avisarem o credor hypothecario, com o titulo vencido conforme o contracto, para assistir á venda do immovel ou immoveis, que servem de garantia, este credor poderá propor, contra a massa, acção executiva (decreto n. 370, de 2 de maio de 1890, parte IV, titulo I), tendo o direito de cobrar as multas penaes que no contracto se achem estipuladas para o caso de cobrança judicial.
- § 2. Si fôr urgente a venda do immovel, nos casos do art. 123 do decreto n. 370, de 2 de maio de 1890, o credor, justificando os factos allegados, poderá requerer a intimação dos liquidatarios para, dentro de cinco dias, incumbirem leiloeiro de proceder á venda do immovel.

Si os liquidatarios não attenderem á notificação, o credor poderá propor acção

executiva nas mesmas condições do § 1 acima.

127. Os bens dados em penhor ou antichrése ou que constituirem objecto de direito de retenção, serão tambem vendidos em leilão, sendo intimados os possuidores para entregal os.

§1. The sales of securities negotiable on the Exchange shall be conducted by brokers of the public funds.

§ 2. The auctioneer shall be freely chosen by the liquidators and to them

he shall present his accounts.

§ 3. The sale of immovable property is independent of the consent of the wife.

§ 4. If the purchaser at the auction does not pay at once, or at the latest within 24 hours after the sale, the object shall be put up again for his account and risk, he being obliged either to pay or make up the amount to the price at which be bought it, and forfeiting, for the benefit of the estate, any earnest he may have paid.

For recovery the liquidators shall have the right of executive action of Art. 309 and those which follow of Decree No. 737 of the 25th of November 1850, and the initial petition must be accompanied by a certificate given by the auctioneer.

§ 5. In places where there is no auctioneer, the officer who conducts the clerical business of the Court or whoever acts in his place shall act, with the remuneration established in the respective regulations.

123. The property may be sold either altogether or separately.

The liquidators may also choose that the sale shall take place by means of private offers, so long as they advertise in the most read newspapers for 30 days,

invting persons to make offers.

The offers shall be presented in sealed envelopes, the liquidators opening them on the day and at the time stated in the advertisements, in the presence of interested persons. A minute of the opening of the offers must be made out and signed by all.

The liquidators shall verify that which is most advantageous, and shall present all of them, with their remarks, to the Judge, in order that he may decide, after

having heard the bankrupt, if in the district, or his attorney.

124. Any other manner of liquidating the assets may be authorized by credit ors representing two thirds of the claims, and in the bankruptcy of joint stock companies such creditors may: 1. Continue the business of the insolvent company, forming another of the same character; — 2. Assign the assets to any other existing company or to any which may be formed for the purpose.

§ 1. The resolution of the creditors in this respect may be taken at their meeting or set out in a notarial or private instrument, signed by as many as suffice to

constitute the majority required.

§ 2. The assets of the company shall be received or assigned at a price never less than that of the inventory of which Art. 74 § 3 treats. Should there be a surplus, after the creditors have been paid in full, it shall be restored to the shareholders.

§ 3. On presentation of the application, accompanied by a document containing the resolution of the creditors, the Judge shall order the liquidators to deliver the assets of the company to the person designated in the said application, or to

the third person to whom the assignment has been made.

125. The liquidators cannot partially remit (collect with an abatement) debts, even when they consider them difficult to collect, without first consulting the

debtor, and, should he not consent, without the authority of the Judge.

126. Property subject to a mortgage (hypothecation) shall also be sold by

public auction, with notice to the creditor.

§ 1. If the liquidators, within a period of thirty days after the first meeting of creditors, have not notified the mortgage creditor, the redemption of whose mortgage is due on account of the bankruptcy, to attend the sale of the movable or immovable property which serves as his security, such creditor may bring an executive action (Decree No. 370 of the 2nd of May 1890, Part IV, Title I) against the estate, having the right to recover the penalties which have been stipulated for by the contract in the case of recovery by legal proceedings.

§ 2. Should the sale of the immovable property be urgent, in the cases of Art. 123 of Decree No. 370 of the 2nd of May 1890, the creditor, proving the facts he adduces, may apply that the liquidators be notified within five days to instruct an auctioneer

to proceed with the sale of the immovable property.

Should the liquidators not attend to the notification, the creditor may bring an executive action on the same conditions as are mentioned in the preceding § 1.

127. Property given in pledge or antichresis or which constitutes an object subject to a right of retention, shall also be sold by auction, the holders being notified to deliver it.

Este direito exercerão os liquidatarios, si não preferirem remir aquelles bens

em beneficio da massa.

Paragrapho unico. Os credores por penhor e com direito de retenção conservam o direito de mandar vender o objecto apenhado ou retido, si tal faculdade lhes foi conferida expressamente no contracto (Cod. Com. art. 275), prestando contas aos syndicos ou liquidatarios. Si, porém, não ficaram com tal faculdade, poderão notificar os syndicos ou liquidatarios, para, dentro de oito dias, remirem o objecto apenhado ou retido.

Si os syndicos ou liquidatarios não attenderem, nem convierem que a venda se faça de commum accôrdo, ficam os credores com o direito de executarem aquelle objecto, observando o processo do art. 283 e seguintes do decreto n. 737, de 25 de

novembro de 1850.

Secção II. Do pagamento aos credores da massa.

128. Os encargos e dividas da massa fallida serão pagos preferencialmente sobre todos os creditos do fallido.

- § 1. São encargos da massa: a) As custas judiciaes do processo da fallencia e seus incidentes e das acções em que a massa fôr vencida; — b) As despesas com a administração, conservação, guarda, realização do activo e distribuição do seu producto; — c) As despesas com molestia e enterro do fallido, que fallecer na indigencia, depois de declarada a fallencia; — d) Os impostos e contribuições publicas a cargo da massa e exigiveis durante a fallencia.
- § 2. São dividas da massa: a) As obrigações resultantes de actos juridicos válidos, praticados pelos syndicos e liquidatarios como as resultantes da execução dos contractos synallagmaticos (art. 47) e as provenientes da continuação do negocio ou empresa do fallido (arts. 78 e 180); — b) As quantias fornecidas pelos syndicos e liquidatarios ou pelos credores para a arrecadação e defesa da massa; — c) As custas pagas pelo credor que requereu a fallencia; — d) As obrigações provenientes de enriquecimento indevido da massa.

Secção III. Do pagamento aos credores da fallencia.

129. Não havendo duvidas sobre os credores com privilegio geral (art. 91)

serão pagos logo que haja dinheiro em caixa.

130. Vendidos os immoveis e moveis dados on reservados em garantia, os moveis penhorados ou retidos, os respectivos credores receberão immediatamente a importancia do seu credito até onde chegar o producto dos bens, em que tiverem privilegio.

Paragrapho unico. Esses credores, não ficando pagos do seu capital e juros, serão incluidos pelos saldos entre os chirographarios (art. 99c), independente de qualquer outra formalidade.

131. Pagos os credores preferenciaes, os liquidatarios passarão a satisfazer os

credores chirographarios, distribuindo dividendos todas as vezes que o saldo em caixa baste para um rateio de 5%.

§ 1. A distribuição será annunciada pela imprensa e avisada por carta dos

liquidatarios aos respectivos credores.

- § 2. Os pagamentos annotar-se-hão nos respectivos titulos originaes ou naquelles que serviram para a verificação dos creditos, os quaes serão para esse fim apresentados aos liquidatarios, e os credores passarão recibos nas folhas de dividendo, que serão juntas aos autos.
- § 3. Os dividendos não reclamados dentro de 60 dias depois dos annuncios e avisos serão levados ao deposito publico, por contra daquelles a quem pertencerem.
- § 4. O saldo final a favor da massa, depois de deduzidas as custas e despesas da fallencia, determinará o ultimo rateio.
- 132. Concorrendo na fallencia credores sociaes e credores particulares dos socios solidarios, observar-se-ha o seguinte:
- § 1. Os credores da sociedade serão pagos pelo producto dos bens sociaes: a) Havendo sobra, será esta rateada pelas differentes massas particulares dos socios de responsabilidade solidaria na razão proporcional dos seus respectivos quinhões

The liquidators shall exercise this right, unless they prefer to redeem such

property for the benefit of the estate.

Sole paragraph. Pledgees or creditors with a right of retention have the power of selling the object pledged or retained, if such power has been expressly given them by the contract (Commercial Code, Art. 275), but they must render accounts thereof to the trustees or liquidators. If, however, they do not possess this power, they may notify the trustees or liquidators to redeem the object pledged or retained within eight days.

Should the trustees or liquidators take no notice, or if it does not suit them to make the sale by mutual agreement, the creditors have the right of levying execution on the object, always observing the procedure of Art. 283 and of those

which follow of Decree No. 737 of the 25th of November 1850.

Section II. Payment of the creditors of the estate.

128. The charges and debts of the estate shall be paid preferentially out of

all the assets of the bankrupt.

§ 1. The following are charges on the estate: a) The legal costs of the process of the bankruptcy and of the proceedings connected therewith, and of the actions in which the estate was unsuccessful; — b) Expenses in connection with the administration, preservation, guardianship and realization of the assets and distribution of the proceeds; — c) Expenses in connection with the illness and funeral of a bankrupt who dies in poverty after the decree of bankruptcy; — d) Taxes and Government contributions to which the estate is liable, and on account of which execution may be levied during the bankruptcy.

§ 2. The following are debts of the estate: a) Obligations resulting from valid legal acts done by the trustees or liquidators, such as those resulting from the performance of bilateral contracts (Art. 47), and those arising from the continuance of the business or undertaking of the bankrupt (Arts. 78 and 180); — b) Sums advanced by the trustees or liquidators or by the creditors in taking possession of or in the defence of the estate; — c) The costs paid by the creditor who filed the petition of bankruptcy; — d) Obligations arising from a wrongful enrichment of the estate.

Section III. Payment of the creditors of the bankruptcy.

129. There being no doubts as regards the creditors with general preference

(Art. 91), they shall be paid as soon as there is ready money available.

130. After the immovable and movable property given or reserved as security, and the movable property pledged or retained, has been sold, the respective creditors shall immediately receive the amounts of their claims, so far as the proceeds

of the property with regard to which they have preference reaches.

Sole paragraph. If such creditors are not paid the amount owing to them with interest, they shall rank as regards the balances due as ordinary creditors (Art. 99c),

independent of any other formality.

131. After the preferential creditors have been paid, the liquidators shall proceed to satisfy the ordinary creditors, distributing dividends whenever the ready money available suffices for a proportionate distribution of 5%.
§ 1. The distribution shall be announced in the press and the liquidators shall

advise the respective creditors by letter.

§ 2. The payments must be noted on the respective original documents of title or on those which serve as proof of claims, either of which shall be for the purpose presented to the liquidators, and the creditors shall pass their receipts on the dividend sheets, which shall be annexed to the records.

§ 3. Dividends not claimed within 60 days after the said announcements and advices, shall be lodged with the Government, for the account of whomsoever

may have a right to them.

§ 4. The final balance in favour of the estate, after having deducted the costs and expenses of the bankruptcy, shall decide what the final distribution has to be.

- 132. With regard to partnership creditors and to the separate creditors of general (unlimited) partners who rank in the bankruptcy, the following must be
- § 1. Creditors of the partnership shall be paid according to the proceeds of the partnership property: a) Should there be a surplus, it shall be distributed according to the different separate estates of the general (unlimited) partners, in propor-

no fundo social, si outra cousa não foi expressamente estipulada no contracto social (Cod. Com. art. 330); — b) Não chegando o producto dos bens sociaes para pagamento dos credores sociaes, estes concorrerão a cada uma das massas particulares dos socios, pelo saldo dos seus creditos, para ahi entrarem em rateio com os respectivos credores particulares; — c) Os credores particulares dos socios solidarios serão pagos pela massa do socio devedor em concurso com os credores sociaes.

133. Si, pagos os credores, existir sobra, esta será restituida ao fallido ou a

seus representantes.

134. O juiz, a requerimento dos interessados, ordenará a reserva em favor destes das quantias dos creditos por cujo privilegio pugnaram ou das quotas ou dividendos que lhes possam caber até que sejam decididas as suas reclamações ou acções.

Essas reservas voltarão para a massa logo que o direito desta seja reconhecido.

Paragrapho unico. Si o interessado, a favor do qual foi ordenada a reserva deixar correr os prazos processuaes da reclamação ou acção sem exercer o seu direito, não preparar os autos dentro de tres dias depois de esgotado o ultimo prazo ou protelar ou crear qualquer estorvo ou embaraço á marcha e terminação do processo da fallencia, o juiz, a requerimento dos liquidatarios, considerará sem effeito a reserva.

- 135. Liquidados o activo e o passivo, os liquidatarios apresentarão ao juiz, que mandará juntar aos autos, o relatorio final das operações da fallencia, historiando, em breves mas expressivas palavras, o valor do activo e passivo, o producto da realização desse activo, as reivindicações, as preferencias, a importancia total dos rateios, os dividendos distribuidos a cada um dos credores e respectivas datas, e a esse relatorio juntarão a demonstração das responsabilidades com que continua o fallido para com os credores, declarando cada uma destas de per si.
- 136. Prestadas as contas dos liquidatarios, o juiz julgará por sentença encerrada a fallencia, ordenando a publicação pela imprensa e mandando passar aos credores, que pedirem, a carta de sentença para, em todo o tempo, executarem o devedor pelo saldo (art. 36).
- § 1. Esta carta conterá: a petição inicial e a sentença da abertura da fallencia, a certidão da quantia pela qual foi o credor admittido e por que titulo ou causa, a certidão do quanto pagou a massa em rateio o do quanto ficou o fallido a dever ao respectivo credor e a sentença do encerramento da fallencia.
- § 2. Si o credito foi contestado pelo fallido, o credor reconhecido na fallencia sómente o poderá executar pelos meios ordinarios ou proseguir contra elle a acção que movia antes da declaração da fallencia.
- § 3. Encerrada a fallencia, os livros do fallido serão entregues a este, subsistindo a obrigação do art. 10, n. 3 do Codigo Commercial, e, tratando-se de sociedade, observar-se-ha a disposição do art. 352 do mesmo codigo.

Tendo sido o devedor condemnado por fallencia fraudulenta, os livros ficarão archivados em cartorio durante cinco annos, findos os quaes serão entregues ao fallido, si reclamar.

137. A fallencia deve estar encerrada dous annos depois do dia da sua declaração salvo o caso de força maior devidamente provado como acção em juizo tendente a completar ou indemnizar a massa.

Titulo IX. Da reivindicação.

138. Poderão ser reivindicados na fallencia os objectos alheios encontrados em poder do fallido, e tambem, nos seguintes casos especiaes, ainda que fundados em um direito pessoal: 1.º As cousas em poder do fallido a titulo de mandato, deposito regular, penhor, antichrése, administração, arrendamentos, commodato, usofructo, uso e habitação; — 2.º As mercadorias em poder do fallido a titulo de

tion to their respective shares in the partnership capital, if it has not been otherwise expressly stipulated in the articles of partnership (Commercial Code, Art. 330); — b) Should the proceeds of the partnership property not suffice for the payment of the partnership creditors, they shall claim against each of the separate estates of the partners for the balance of their claims, in order to rank proportionately with the respective separate creditors; — c) Separate creditors of the general (unlimited) partners, as regards the estate of the partner-debtor, shall rank with the partnership creditors.

133. If, after the creditors have been paid, there remains a surplus, it shall

be paid to the bankrupt or to his representatives.

134. The Judge, on the application of the interested parties, shall order a sum to be reserved in favour of the latter, of the amounts of the claims in respect of which they seek preference, or of the shares or dividends to which they may become entitled, until their claims or actions have been decided.

The sums so reserved shall revert to the estate as soon as its right to them

has been established.

Sole paragraph. If the interested person, in whose favour the sum has been reserved, should allow the processual periods of claim or action to lapse without exercising his right, and fails to prepare the records within three days after the last period has expired, or causes or creates any impediment or hindrance to the progress and termination of the bankruptcy proceedings, the Judge, at the request of the liquidators, shall consider the sum reserved as without effect.

135. After the assets and liabilities have been liquidated, the liquidators shall present to the Judge, who shall order it to be annexed to the records, the final report of the operations of the bankruptcy, setting out, in short but expressive terms, the value of the assets and liabilities, the proceeds of the realization of the assets, the assets which have been specifically recovered, the preferences, the total amount of the percentages paid, the dividends distributed to each of the creditors with the respective dates, and they shall annex to this report a statement shewing the liabilities which still exist on the part of the bankrupt towards his creditors, each liability being separately dealt with.

136. After the accounts of the liquidators have been presented, the Judge shall by a judgment declare the bankruptcy closed, ordering its publication in the press, and ordering that any creditor who demands it shall be furnished with a document of the judgment, so that at any time he may levy execution against

the debtor for the balance of his claim (Art. 36).

§ 1. This document shall contain: the initial petition and the decree of the commencement of the bankruptcy, a certificate of the amount for which the creditor was admitted and by virtue of what title or consideration (causa); a certificate of the percentage paid from the estate, and of the amount which the debtor still owes to the creditor in question, and the judgment declaring the bankruptcy closed.

§ 2. Should the claim have been contested by the bankrupt, the creditor whose claim has been admitted can only proceed against him by the ordinary methods, or continue against him an action commenced before the decree of bankruptcy.

§ 3. After the bankruptcy has been closed, the books of the bankrupt shall be restored to him, the obligations under Art. 10, No. 3 of the Commercial Code remaining in force, and, if it is a question of a partnership, the provision of Art. 352 of the same Code must be observed.

Should the debtor have been found guilty of fraudulent bankruptcy, the books shall be preserved in the office of the Court for five years, at the end of which period

they shall be restored to the debtor, if he claims them.

137. The bankruptcy must be closed two years after the date of its being decreed except in the case of *vis major* duly proved in an action at law for completing or indemnifying the estate.

Title IX. Recovery of specific assets.

138. There may be specifically recovered in the bankruptcy objects which are found in the power of the bankrupt belonging to others and also in the following special cases, even although based on a personal right: 1. Things in the power of the bankrupt by virtue of a mandate, regular deposit, pledge, untichresis, administration, lease, loan, right of usufruct, use (usus) or residence (habitatio); —

commissão de compra ou venda, transito ou entrega. — Cessará a reivindicação si as mercadorias tiverem sido vendidas e o preço creditado em conta corrente por autorização ou ordem do dono; — 3.° Os títulos de credito á ordem transferidos ao fallido para effectuar a cobrança e guardar o valor por conta do dono ou mesmo a applicar a pagamentos designados, ainda que se achem em poder de terceiro, em nome do fallido, na época da declaração da fallencia. — Esta disposição se applica tambem aos títulos ao portador; — 4.° As cousas não pagas integralmente, expedidas pelo vendedor ao fallido, emquanto não chegarem ao poder do mesmo fallido, de seu agente ou commissario. — Não poderão ser reinvidicadas, porém, as mercadorias que o fallido, antes da fallencia, revendera sem fraude, á vista das facturas ou conhecimentos de transporte, entregues ou remettidos pelo vendedor, embora taes mercadorias não tivessem ainda chegado effectivamente ao poder do mesmo fallido, seu agente ou commissario; — 5.° As cousas vendidas a credito nas vesperas da fallencia e ainda em poder do fallido, tendo sido o vendedor induzido por dolo ou fraude do mesmo fallido.

139. A reclamação reivindicatoria, será dirigida ao juiz, contendo a exposição

do facto e allegação do direito applicavel.

§ 1. O juiz mandará autoar em separado o requerimento e documentos, que o instruirem, e ouvir o fallido e os syndicos ou liquidatarios, que responderão dentro do prazo de cinco dias, tendo em vista a disposição do art. 82 princ.

- § 2. O escrivão avisará, pela imprensa, aos interessados que se acha em cartorio a reclamação, sendo-lhes concedido o prazo de cinco dias, a contar do dia de primeira publicação, para a contestarem, ou allegarem o que entenderem.
- § 3. As contestações do fallido, dos syndicos ou liquidatarios, ou de qualquer credor, que tenha cumprido a disposição do art. 82, serão articuladas em fórma de embargos, e o juiz, recebendo-as, marcará o prazo de dez dias para a prova.

Finda a dilação, a sentença será proferida dentro do prazo de oito dias.

§ 4. Da sentença do juiz poderão aggravar por petição o reclamante, o fallido, os syndicos ou liquidatarios e qualquer credor, ainda mesmo que não tivesse offerecido embargo.

§ 5. Não se oppondo o fallido, os syndicos ou liquidatarios, nem credor algum, e nenhuma duvida mais havendo sobre o direito do reclamante, o juiz mandará

entregar logo a cousa reclamada.

§ 6. A sentença, que negar ao credor a qualidade de reivindicante, poderá mandar contemplal-o, para os effeitos da fallencia, na classe que por direito lhe caiba.

- § 7. As despezas da reclamação, quando não contestada, serão por conta do reivindicante; si contestada, serão pagas pelo vencido, sendo-o pela massa quando forem vencidos os liquidatarios ou o fallido.
- 140. Si entre os bens sequestrados ou arrecadados pela massa se acharem bens de terceiros, estes poderão logo reclamal-os por embargos de terceiro senhor e possuidor, deduzindo o seu direito em tres dias contados da data do despacho proferido em sua petição, juntando titulo de dominio e provando, no mesmo prazo, posse natural ou civil com effeitos da natural.
- § 1. Autoada a petição e recebida por embargos, em apartado, haverão vista os syndicos ou liquidatarios por tres dias, dentro dos quaes juntarão documentos e produzirão qualquer outra prova.

§ 2. Findo o triduo, o juiz dará a sua sentença, da qual cabe aggravo de petição,

que poderá tambem ser interposto por qualquer credor.

141. A reclamação suspende a venda da cousa reivindicanda; não annulla, porém, a anterior alienação.

142. Depois de vendidos os bens da massa, não se admittirá mais qualquer

reclamação reivindicatoria.

143. A massa restituirá a cousa reivindicanda em especie.

2. Merchandise in the power of the bankrupt in virtue of a commission for sale or purchase, transport or delivery. — The right to specific recovery will cease if the merchandise has been sold and the price credited in account current with the authority or by the order of the owner; — 3. Negotiable securities to order endorsed to the bankrupt for collection and the proceeds of which are to be retained for the account of the owner or even to be applied to specified payments, although in the power of a third person in the name of the bankrupt at the time of the decree of bankruptcy. — This provision also applies to securities to bearer; — 4. Things not fully paid for, sent by the vendor to the bankrupt, so long as they have not come into the power of the said bankrupt, his manager or agent. — Merchandise delivered or despatched by the vendor, which an insolvent before his bankruptcy sells without fraud by means of invoices or bills of transport, although such merchandise has not effectively come into the power of the said insolvent, his manager or agent, cannot be specifically recovered; — 5. Things sold on credit on the eve of the bankruptcy and still in the power of the bankrupt, the vendor having been induced to reach the state of the power of the bankrupt. induced to part with them by the deceit or fraud of the said bankrupt.

139. A claim for specific recovery shall be directed to the Judge, and shall contain a statement of the facts and of the law which is applicable to the allegations.

§ 1. The Judge shall order that a separate record be kept of the application and of the documents which accompany it, and that the bankrupt and the trustees or liquidators, who shall reply within a period of five days, bearing in mind the provision of the first part of Art. 82, be heard.

§ 2. The clerk of the Court shall announce the claim in the press, for the benefit of those interested persons whose names are in the record, they being allowed a period of five days, reckoned from the first day of publication, to contest it, or

to lodge their allegations.

§ 3. The contestations of the bankrupt, of the trustees or liquidators, or of any creditor who has fulfilled the provision of Art. 82, shall be set out in paragraphs in the form of objections, and the Judge, on receiving them, shall fix a period of ten days for proofs.

At the end of this period, judgment shall be given within a period of eight

days.

§ 4. The claimant, the bankrupt, the trustees or liquidators, or any creditor, even although he may not have offered any objection, may appeal by petition from the decision of the Judge.

§ 5. Should neither the bankrupt, the trustees or liquidators, nor any creditor oppose the claim, and there being no doubt as regards the right of the claimant,

the Judge shall immediately order the thing claimed to be delivered.

§ 6. The judgment which refuses to a creditor the right of specific recovery may order him to be included, for the effects of the bankruptcy, in the class to

- which by law he belongs.

 § 7. The costs of the claim, when not contested, shall be borne by the person who seeks specific recovery; but if it is contested shall be paid by the unsuccessful party, and shall be paid out of the estate when the liquidators or the bankrupt
- have not won their case.

 140. If amongst the property sequestrated or taken possession of by the estate, property of third persons is found, they may by way of third party objections as owners and possessors immediately apply for it, deducing their right during three days reckoned from the date of their application, annexing their documents of title of ownership and, during the same period, proving natural possession or civil possession with the effects of natural possession.

§ 1. After the application has been separately recorded, and the objections lodged, the trustees or liquidators shall have access to them for three days, during

which they shall annex documents and produce any other proof.

§ 2. At the expiration of the three days, the Judge shall give his decision, from which an appeal by petition will lie, which appeal may also be interposed by any creditor.

141. The application suspends the sale of the thing specifically claimed; it

does not, however, annul a previous alienation.

142. After the property of the estate has been sold, no further claim for the recovery of specific assets will be allowed.

143. The estate shall restore the identical thing claimed.

Si a cousa tiver sido subrogada por outra, a massa entregará essa outra. Si nem a propria cousa nem a subrogada existirem por occasião da restituição, a massa pagará o seu valor. A reivindicação não autoriza, porém, a repetição dos dividendos distribuidos aos credores.

Paragrapho unico. O reivindicante pagará á massa as despezas que a cousa reivindicanda ou o seu producto tiver occasionado.

Titulo X. Da rehabilitação.

144. O fallido que houver cumprido a concordata, que tiver pago principal e juros aos seus credores ou que tiver obtido destes quitação plena, será rehabilitado.

Paragrapho unico. Si o devedor tiver sido condemnado por fallencia fraudulenta ou crime a esta equiparado, sómente poderá ser rehabilitado cinco annos depois de cumprida a pena.

145. Poderá também obter a rehabilitação o fallido que tiver pago aos seus credores mais de 50%, decorrido o prazo de 10 annos depois de declarada a fallencia,

ou que tiver pago mais de 25%, decorrido o prazo de 20 annos. Paragrapho unico. Para ser rehabilitado nesses casos deverá o fallido provar que não foi condemnado por fallencia culposa ou fraudulenta ou por crime a ellas equiparado; e que durante aquelles prazos, procedeu sempre com lisura.

146. O requerimento para rehabilitação deverá ser sufficientemente instruido, autoado em separado e publicado pela imprensa, em edital de 30 dias, ouvindo-se depois o Ministerio Publico.

§ 1. Qualquer credor ou prejudicado poderá, dentro daquelle prazo de 30 dias,

- oppor-se, por petição, ao pedido do fallido. § 2. Da sentença que conceder ou negar a rehabilitação caberá appellação, no effeito suspensivo.
 - § 3. A sentença que negar a rehabilitação não terá força de cousa julgada.
- 147. Rehabilitado o fallido, será publicada a sentença por edital e communicada aos funcionarios e corporações, aos quaes foi a fallencia avisada.

Paragrapho unico. No registro de firmas commerciaes far-se-ha a devida annotação ex officio.

148. A rehabilitação faz cessar em absoluto todos os effeitos da fallencia.

Titulo XI. Da concordata preventiva.

- 149. O devedor commerciante poderá evitar a declaração de sua fallencia, requerendo ao juiz do commercio, em cuja jurisdicção se acha o seu principal estabelecimento, a convocação dos credores para lhes propor concordata preventiva.
- § 1. No requerimento, o devedor explicará os motivos da sua deliberação, o seu estado economico, as garantias que offerece para o pagamento de mais de 20% aos credores chirographarios e indicará as clausulas e condições da sua proposta.
- § 2. O requerimento será instruido com os documentos seguintes: 1.º Certidão do registro da firma do devedor, de onde conste que, desde dous annos antes, esta se acha inscripta no Registro do Commercio, ou ha menos tempo, si não data de dous annos o exercicio do commercio; — 2.º Declaração assignada pelo devedor de que não foram levados a protesto títulos de sua responsabilidade ou que o foram ha menos de oito dias; de que nunca fôra condemnado por crime de falsidade, contrabando, peculato, fallencia culposa ou fraudulenta, roubo ou furto; e de que desde cinco annos não impetrara igual favor e nem deixára de cumprir pontualmente qualquer concordata e ainda, de que, no caso de ter fallido, obtivera rehabilitação; — 3.º A lista nominativa de todas os seus credores, contendo a residencia e o domicilio de cada um e a natureza e a importancia dos creditos; — 4.º Balanço exacto do activo e passivo, contendo com clareza o valor estimativo daquelle.

If the thing has been replaced by another, the estate shall deliver such other thing. If neither the original nor the substituted thing exists at the time when restitution is to be made, the estate shall pay its value. The claim to specific recovery does not, however, carry with it the recovery of dividends paid by mistake to creditors.

Sole paragraph. The claimant to specific recovery shall pay to the estate the expenses occasioned by the recovery of the thing claimed or its equivalent.

Title X. Discharge.

144. A bankrupt who has fulfilled an arrangement (composition) with his creditors, who has paid his creditors both principal and interest, or who has obtained from them a full release, shall be discharged.

Sole paragraph. If a debtor has been found guilty of fraudulent bankruptcy or of any crime of a like nature, he can only be discharged five years after having

served his sentence.

145. A bankrupt who has paid his creditors more than 50% may, after the lapse of 10 years from the decree of bankruptcy, or who has paid them more than

25% may, after the lapse of 20 years, also obtain his discharge.

Sole paragraph. In order to be discharged in such cases, a bankrupt must prove that he has not been found guilty of culpable or fraudulent bankruptcy, or of any crime of a like nature, and that during the said periods he has always acted in a straightforward manner.

146. The application for discharge must be accompanied by the necessary documents, be separately recorded and published in the press by an announcement

of 30 days, the Public Attorney thereafter being heard.

§ 1. Any creditor or prejudiced person may, within the said period of 30 days, oppose by petition the application of the bankrupt.

§ 2. From the decision which grants or refuses a discharge, an appeal will

lie with suspensive effect.

§ 3. A decision which refuses a discharge shall not have the force of a res

judicata.

147. After the bankrupt has been discharged, the decision shall be published by a public announcement, and communicated to the same officials and public bodies as were advised of the bankruptcy.

Sole paragraph. In the register of commercial firms, the proper entry shall

be noted ex officio.

148. A discharge shall cause all the effects of the bankruptcy absolutely to cease.

Title XI. Preventive composition.

149. A trading debtor may prevent the decree of his bankruptcy by applying to the Commercial Judge in whose jurisdiction his principal place of business s established, for a meeting of his creditors, in order to propose to them a preventive composition.

§ 1. In the application the debtor shall declare the reasons for his action, his financial condition, the guarantees which he offers for the payment of more than 20% to the ordinary creditors, and shall state the terms and conditions of his

proposal.

§ 2. The application shall be accompanied by the following documents: 1. A certificate of the registration of the firm of the debtor, from which it appears that for the two previous years, or for a lesser period if the exercise of his trade does not date from two years before, it has been entered in the Commercial Registry; — 2. A declaration signed by the debtor that no instruments for which he was responsible have been protested, or if they have, that it has taken place during the last eight days; that he has never been found guilty of the crime of falsity, smuggling, peculation, culpable or fraudulent bankruptcy, or robbery or theft; and that during the previous five years he has not sought a like favour or omitted punctually to fulfil any arrangement (composition), and that if he has been made bankrupt, he has obtained his discharge; — 3. A list with the names of all his creditors, with the residence or domicile of each one, and the nature and amount of the credits; — 4. An exact balance sheet of his assets and liabilities, clearly stating the estimated value of the former.

§ 3. O devedor apresentará com o requerimento os seus livros obrigatorios, que deverão estar com todas as formalidades legaes desde o tempo exigido para

o registro da sua firma.

150. O juiz mandará o escrivão encerrar os livros apresentados, restituindo-os ao requerente, autoar todos os documentos e dar vista ao representante do Ministerio Publico por 48 horas, e, com a promoção deste, lhe deverá ser o feito concluso.

- § 1. Si o devedor não instruir o seu requerimento nos termos do art. 149 ou si se verificar, desde logo, que as declarações exigidas pelo n. 2 do mesmo artigo são falsas ou inexactas, o juiz, attendendo á promoção do Ministerio Publico, declarará aberta a fallencia, seguindo-se o disposto nos arts. 16 e seguintes.
- § 2. Si, porém, o requerimento estiver regular e em termos de ser acceito, o juiz: 1.° Mandará tornar publico por editaes pela imprensa, o pedido do devedor para que os credores e interessados possam reclamar o que fôr a bem de seus direitos e interesses; 2.° Determinará o logar, o dia e hora para a assembléa dos credores, com prazo nunca menor de 15 nem maior de 30 dias; 3.° Nomeará, dentre os credores de melhor fama e de maior quantia, tres commissarios para os fins adeante declarados; e 4.° Ordenará a suspensão de execuções contra o devedor por creditos sujeitos aos effeitos da concordata.
- § 3. Si nenhum credor acceitar, o juiz nomeará pessoa extranha para servir de commissario, observando a disposição do art. 64, § 2.
 - § 4. O dia designado para a assembléa dos credores não poderá ser alterado.
- § 5. Provando-se documentalmente, durante o processo da concordata, ser falsa ou inexacta qualquer das declarações do devedor exigidas no art. 149, § 2, o juiz, ouvindo o devedor, os commissarios e o representante do Ministerio Publico, sustará immediatamente aquelle processo e declarará aberta a fallencia, observando-se o disposto nos arts. 16 e seguintes.
- 151. Os commissarios, logo que forem nomeados, assignarão, em cartorio, termo de bem e fielmente desempenharem os deveres que a presente lei lhes impõe.
- § 1. A elles incumbirá o seguinte: 1.° Annunciar pela imprensa que se acham á disposição dos interessados para receberem reclamações, declarando o logar e a hora em que serão encontrados; 2.° Fiscalizar a conducta do devedor no administração do seu negocio e bens, emquanto se processa a concordata preventiva; 3.° Examinar todos os livros e papeis do devedor, verificar o activo e passivo e solicitar dos interessados todas as informações que acharem uteis; 4.° Averiguar e estudar quaesquer reclamações dos interessados, emittir parecer sobre ellas para ser apresentado na assemblea dos credores; 5.° Verificar si o devedor praticou actos, que a massa poderia revogar em seu beneficio, no caso de fallencia; 6.° Apresentar, em cartorio, tres dias antes da assemblea, a lista de todos os credores com direito de voto na concordata, seu domicilio e importancia do credito, e um relatorio minucioso sobre a situação economica do devedor, sobre a lealdade com que tem gerido o seu negocio, sobre as modificações ou alterações que convenha fazer na lista dos credores, sobre o valor do activo e garantias que este offerece para a execução da concordata proposta.
- § 2. Os commissarios poderão chamar avaliadores officiaes e peritos para os auxiliarem, contractando, de accôrdo com o devedor, os salarios destes ultimos. Não havendo accôrdo, resolverá o juiz.

§ 3. Os commissarios extranhos á fallencia (art. 150, § 3) terão modica remuneração arbitrada pelo juiz, não podendo ser superior á quarta parte dos salarios dos syndicos das fallencias.

§ 4. O juiz poderá impor multas desde 500 \$ até 2:000 \$ aos commissarios que não cumprirem os deveres estabelecidos nesta lei por culpa ou negligencia. Do despacho do juiz cabe aggravo de instrumento.

O producto destas multas pertencerá á Fazenda Federal ou Estadual e será

cobrado executivamente.

§ 3. The debtor shall present along with his application the books he is bound to keep according to law, which must have conformed to all the legal formalities

from the time when the registration of his firm was required.

150. The Judge shall order the clerk of the Court to close the books presented, and thereafter restore them to the applicant, to record all the documents and place them at the disposition of the Public Attorney for 48 hours, and, with the information of the last mentioned, he shall close this part of the proceedings.

§ 1. If the application of the debtor is not accompanied by the documents required by Art. 149, or if it is at once verified that the declarations required by No. 2 of the same Article are false or inaccurate, the Judge, with the information of the Public Attorney before him, shall decree the commencement of the bankruptcy,

in accordance with the provisions of Art. 16 and of those which follow.

§ 2. Should, however, the application be in proper form and in terms which can be accepted, the Judge: 1. Shall order the application of the debtor to be made public by notices in the press, in order that creditors and interested persons may claim whatever is for the benefit of their rights and interests; — 2. Shall fix the place, day and hour for the meeting of creditors, within a period of never less than 15 nor more than 30 days; — 3. Shall appoint from among the creditors of best repute and claiming the largest amounts, three commissioners for the purposes hereafter set out; — and 4. Shall order executions against the debtor for claims subject to the effects of the composition to be suspended.

§ 3. Should no creditor accept the office, the Judge shall appoint an outside person to serve as commissioner, always observing the provision of Art. 64, § 2.

§ 4. The day fixed for the meeting of creditors cannot be altered. § 5. If, during the proceedings of the composition, it is proved by documents that any of the declarations of the debtor required by Art. 149, § 2, are false or inaccurate, the Judge, after hearing the debtor, the commissioners and the representative of the Public Attorney, shall immediately stay the proceedings, and decree the commencement of the bankruptcy, always observing what is set out in Art. 16 and in those which follow.

151. The commissioners, as soon as they are appointed, shall sign at the office of the Court an undertaking well and faithfully to perform the duties which the

present Law imposes on them.

§ 1. The following duties are incumbent on them: 1. To announce in the press that they are at the disposition of interested persons for the purpose of receiving claims, stating the place and the hour where and when they may be found; --2. To supervise the conduct of the debtor in the management of his business and property, as long as the proceedings of the preventive composition last; — 3. To examine all the books and papers of the debtor, to verify the assets and liabilities and to solicit from interested persons all information which may be of use; — 4. To examine and test any claims of interested persons and issue a report concerning them for presentation to the meeting of creditors; — 5. To ascertain if any of the transactions of the debtor are such as the estate would be entitled to have revoked in its favour in case of bankruptcy; — 6. To file, in the office of the Court, three days before the meeting, a list of all the creditors who have the right of voting in the composition, their residences and the amount of their claims, and a detailed report regarding the financial state of the debtor, regarding the loyalty with which he has conducted his business, regarding the modifications or alterations which it may be necessary to make in the list of creditors, regarding the value of the assets and the security which such assets offer for the fulfilment of the proposed composition.

§ 2. The commissioners may call in official valuers or experts to assist them, contracting, in agreement with the debtor, for their remuneration. Should no

agreement be arrived at, the Judge shall decide.

§ 3. Commissioners outside the bankruptcy (Art. 150, § 3) shall receive a moderate remuneration fixed by the Judge, but it cannot be more than a fourth part of the remuneration of the trustees in bankruptcy.

§ 4. The Judge may impose fines of from 500 \$ to 2:000 \$ on those commissioners who, through culpa or negligence, do not fulfil the duties established by this Law. From the order of the Judge an appeal by written complaint will lie.

The proceeds of such fines shall belong to the Federal or State Treasury and

shall be collected by execution.

152. O devedor que requerer a concordata preventiva deverá consentir que os seus credores, com a antecedencia precisa, lhe examinem os livros e papeis e extraiam os apontamentos e as copias que entenderem. Na assembléa dos credores esses livros devem ser apresentados.

§ 1. Os credores, por sua vez, estão obrigados a fornecer aos commissarios e ao juiz, ex-officio ou a requerimento de outro qualquer credor, as informações precisas e mostrar os documentos necessarios e exhibir os seus livros na parte relativa aos negocios e transacções que tiveram com o devedor.

§ 2. Emquanto os commissarios procederem aos estudos, investigações e diligencias declarados no n. 6 do art. 151, qualquer credor poderá apresentar-lhes impugnações ou reclamações contra creditos incluidos pelo devedor em a lista a que se refere o n. 3 do art. 149, contra a sua exclusão ou contra a quantia por que

fôra contemplado nessa lista.

- 153. Serão representados no processo da concordata preventiva: 1.º O devedor fallecido, pelo conjuge sobrevivente e herdeiros; 2.º As sociedades em nome collectivo e em commandita simples, pelo socio ou socios com direito ao uso da firma social; — 3.° As sociedades em commandita por acções, por seus administradores ou gerentes, préviamente autorizados, por commanditarios que representem pelo menos dous terços do capital social, devendo o requerimento inicial ser instruido com o instrumento publico ou particular de autorização por elles assignado.
- 154. Na assembléa dos credores sob a presidencia do juiz, feita a chamada pela lista dos credores, depois de lidos o requerimento do devedor e o relatorio dos commissarios, será aberta franca discussão sobre esses documentos.
- § 1. Na primeira parte da reunião poderá qualquer credor contestar a legitimidade de outros que figurem na lista ou reclamar sobre o quantum declarado na mesma lista ou pedir a sua inclusão.

O juiz esclarecido pela discussão e tendo em vista o relatorio dos commissarios, as provas porventura apresentadas em reunião, resolverá as reclamações e admittirá ou não os credores contestados a tomarem parte na votação da concordata.

Si os creditos forem muitos e convier sobre elles meditado exame, o juiz adiará a assembléa por 48 horas, exigindo do devedor e dos commissarios as informações e os documentos que achar indispensaveis.

§ 2. Na segunda parte da assembléa, o juiz sujeitará á discussão a proposta de concordata, e encerrada aquella, seguir-se-ha a votação pelos credores reconhecidos que será tomada nominalmente.

Os credores excluidos, não obstante os seus creditos não se computarem no calculo para a concordata, devem tambem votar, tomando-se em separado os seus

votos.

§ 3. Havendo unanimidade, o juiz, no mesmo acto, homologará a concordata para que produza desde logo todos os seus effeitos.

Tendo votado credores excluidos ou credores dissidentes, o juiz lhes marcará o prazo de tres dias para, dentro delle, apresentarem embargos á concordata.

Os credores excluidos que votarem pela concordata, si forem contemplados pelo devedor na lista de credores (art. 149, § 1, n. 3) ou si forem por elle reconhecidos, não poderão embargar a concordata, nem prejudicarão, em caso algum, os direitos dos credores reconhecidos.

- § 4. Negada a concordata, o juiz mandará vir os autos conclusos e dentro de 24 horas abrirá a fallencia do devedor. A fallencia seguirá nos autos da concordata.
- § 5. Do occorrido, o escrivão lavrará acta circumstanciada com indicação dos documentos apresentados na assembléa e annexos á mesma acta.
- § 6. O representante do ministerio publico será notificado para assistir á assembléa dos credores e nella poderá requerer o que entender a bem dos interesses. da justiça.

152. A debtor who applies for a preventive composition must consent, after proper notice, to the examination by his creditors of his books and papers, and to the extraction of any notes or copies they may require. These books must be pre-

sented to the meeting of creditors.

§ 1. Creditors in their turn are bound to furnish the commissioners and the Judge, either ex officio or on the application of any other creditor, with all the information required and to shew the necessary documents and produce the parts of their books relating to any business or transactions which they may have had with the debtor.

While the commissioners are studying, investigating and taking the measures declared in No. 6 of Art. 151, any creditor may present them with objections or demands against claims included by the debtor in the list to which No. 3 of Art. 149 refers, against their exclusion or against the amount by which

they are represented in the said list.

153. The following shall be represented in the proceedings for preventive composition: 1. A deceased debtor, by the surviving spouse and heirs; — 2. Ordinary (unlimited) or simple limited partnerships, by the partner or partners who have the right to use the partnership signature; — 3. Limited partnerships with share capital, by their directors or managers previously authorized by limited partners who represent at least two-thirds of the partnership capital, but the initial application must be accompanied by the notarial or private instrument of authorization, signed by them.

154. At the meeting of the creditors under the presidency of the Judge, after the names of the creditors have been called according to the list, and after the application of the debtor and the report of the commissioners have been read,

these documents shall be open to free discussion.

§ 1. In the first part of the meeting any creditor may contest the right of others to figure on the list, may object to the amount declared on the same list

or may demand his own inclusion.

The Judge, assisted by the discussion to a knowledge of the case, and having before him the report of the commissioners and any proofs which may have been presented to the meeting, shall decide upon the applications, and either admit or not admit those creditors to whom objection has been taken or who have demanded inclusion, to take part in the voting for the composition.

Should the claims be numerous or require more careful consideration, the Judge shall adjourn the meeting for 48 hours, demanding from the debtor or from the commissioners any information or documents which he may deem indispens-

§ 2. In the second part of the meeting the Judge shall subject the proposal for composition to discussion, and after the discussion is closed, the voting by the recognized creditors, whose names shall be called out, shall be proceeded with.

Creditors who have been excluded, notwithstanding that their claims have not been taken into account for the composition, must also vote, their votes being

registered separately.

§ 3. Should the voting be unanimous, the Judge shall at the same meeting authorize the composition, in order that its effects may at once become operative.

After creditors who have been excluded and dissenting creditors have voted, the Judge shall fix a period of three days, during which they may file objections

to the composition.

Creditors excluded who have voted for the composition, if they have been included by the debtor in the list of creditors (Art. 149, § 1, No. 3) or if they have been recognized by him as such, cannot oppose the composition, nor can they under any circumstances prejudice the rights of the recognized creditors.

§ 4. Should the composition have been refused, the Judge shall order the records to be closed, and within 24 hours shall commence the bankruptcy of the

debtor. The bankruptcy shall follow in the records of the composition.

§ 5. The clerk of the Court shall draw up a detailed record of all that has occurred, indicating the documents presented at the meeting and annexed to the same record.

§ 6. The representative of the Public Attorney shall be notified to appear at the meeting of creditors and he may there demand whatever he considers in the interests of justice.

26*

155. A proposta da concordata preventiva, para ser válida e produzir effeitos juridicos, deve ser acceita nos mesmos termos do art. 106, applicando-se-lhe tambem as disposições dos §§ 1, 2, 3, 4 e 7 do mesmo artigo, sendo que não poderão votar os cessionarios de creditos, cuja cessão tenha menos de um anno.

156. Os embargos á concordata preventiva serão os mesmos que se poderão oppor na concordata durante a fallencia, applicando-se-lhes a disposição do art. 108.

O seu processo será o estabelecido no art. 109 e seus paragraphos. O credor excluido demonstrará nos embargos, como preliminar, o seu direito creditorio, quando este possa influir no resultado da votação da concordata.

157. Durante o processo da concordata preventiva, o devedor conservará a administração de seus bens e continuará com o seu negocio, sob a fiscalização dos commissarios, mas não poderá alienar ou hypothecar immoveis, nem constituir penhores, nem contrahir novas obrigações, salvo com autorização expressa do juiz. por evidente utilidade, ouvidos os commissarios.

Paragrapho unico. A prohibição de alienar e hypothecar immoveis e constituir penhores sobre generos ou mercadorias subsistirá emquanto a concordata não for cumprida, salvo pacto expresso em contrario na concordata.

158. A concordata preventiva poderá ser rescindida nos casos e pela fórma declarada no art. 115, sendo-lhe applicaveis as disposições dos $\S\S$ 1, 2 e 4 do mesmo artigo.

Rescindida a concordata, será aberta a fallencia do devedor.

159. São inteiramente applicaveis á concordata preventiva as disposições dos

arts. 105, 113, 114, primeira alinea, 116, 118 e 120.

160. Não poderão propor concordata preventiva: °1. As sociedades anonymas;

- 2.° Os corretores, agentes de leilões e empresarios de armazens geraes.

Titulo XII. Da homologação e effeitos das sentenças estrangeiras em materia de fallencia e meios preventivos de sua declaração.

- 161. As sentenças estrangeiras que abrirem fallencia a commerciantes ou sociedades anonymas, que tenham domicilio no paiz, onde foram proferidas, depois de homologadas pelo Supremo Tribunal Federal, produzirão os effeitos por direito decorrentes das sentenças declaratorias de fallencia, salvo as seguintes restricções: 1.2 Independente da homologação, e sómente com exhibição da sentença e do acto da nomeação em fórma authentica, os representantes legaes da massa terão qualidade para, como mandatarios, requererem na Republica diligencias conservatorias dos direitos da massa, cobrar dividas, transigir, si para isso tiverem poderes, e intentar acções, sem obrigação de prestar fiança ás custas. Por estas responderá, entretanto, o procurador que promover actos judiciaes; — 2.ª Todos os actos que importarem execução da sentença, como a arrecadação e venda de bens do fallido, não poderão ser praticados sinão depois que a sentença se tornar executoria pela homologação, guardando-se as fórmulas do direito patrio; — 3.ª Não obstante a homologação da sentença, os credores domiciliados na Republica, que tiverem hypotheca sobre bens aqui situados, não ficarão inhibidos de demandar os seus creditos e excutir os bens hypothecados; — 4.ª Aos credores chirographarios, domiciliados na Republica, que tiverem, na data da homologação, acções ajuizadas contra o fallido, será licito proseguir nos termos ulteriores do processo e executar os bens do mesmo, sitos na Republica.
- 162. A sentença estrangeira que abrir fallencia a commerciante ou sociedade anonyma ou outra composta de socios de responsabilidade limitada, que tenha dous estabelecimentos, um no paiz do seu domicilio e outro distincto e separado na Republica, sendo homologada, não comprehenderá em seus effeitos o estabelecimento existente na Republica.

Paragrapho unico. Os credores locaes, isto é, aquelles cujos creditos deverão ser pagos na Republica, poderão requerer a fallencia do estabelecimento aqui situado

155. In order to be valid and to produce legal effects, the proposal for a preventive composition must be accepted in the same terms as those mentioned in Art. 106, the provisions of §§ 1, 2, 3, 4 and 7 of the same Article being applied also, but assignees of claims, the assignment of which was made within the previous year, cannot vote.

156. The objections to a preventive composition shall be the same as those which may be lodged in the case of a composition during bankruptcy, the provision

of Art. 108 being applied to them.

The proceedings shall be those established in Art. 109 and its paragraphs. A creditor who has been excluded shall shew in his objections, as a preliminary step, his right as a creditor, when such right may influence the result of the voting

of the composition.

157. During the preventive composition proceedings the debtor shall remain in the management of his property and shall continue his business under the supervision of the commissioners, but he may not alienate or mortgage (hypothecate) immovable property, give property in pledge or contract new obligations, except with the express consent of the Judge, for the evident advantage, the commissioners having been heard.

Sole paragraph. The prohibition to alienate or mortgage immovable property, or to pledge goods or merchandise, shall continue in force as long as the composition is not fulfilled, provided there is no express agreement to the contrary in the com-

position.

158. A preventive composition may be rescinded in the cases and manner declared in Art. 115, the provisions of §§ 1, 2 and 4 of the same Article being applicable thereto.

After a composition has been rescinded, the bankruptcy of the debtor shall

commence.

159. The provisions of Arts. 105, 113, 114, the first portion, 116, 118 and 120 fully apply to preventive compositions.

160. The following cannot propose a preventive composition: 1. Joint stock companies; — 2. Brokers, auctioneers or undertakers of general warehouses.

Title XII. The approval and the effects of foreign judgments in bankruptcy matters and the means of preventing decrees of bankruptcy.

161. Foreign judgments which commence the bankruptcy of traders or joint stock companies domiciled in the country where they have been pronounced, after having been approved by the Supreme Federal Court, shall have the same effects in law as are produced by decrees of bankruptcy, subject to the following restrictions: 1. Independently of approval, but only on production of the judgment and of the instrument of appointment in authentic form, the lawful representatives of the estate shall be empowered, as mandatories, to seek in the Republic means for preserving the rights of the estate, collecting debts, compounding, if they hold powers to do so, and bringing actions, without the obligation of furnishing security for the costs. For these, however, the attorney who takes the proceedings shall be liable; - 2. No measures which import execution of the judgment, such as the collection and sale of the property of the bankrupt, can be taken until after the judgment has become executory in virtue of the approval, forms of the laws of the country (Brazil) always being regarded; - 3. Nothwithstanding the approval of the judgment, creditors resident in the Republic who have mortgages over property here situated are not prevented from demanding what is due to them and levying execution on the mortgaged property; — 4. Ordinary creditors resident in the Republic who have, at the date of the approval, actions against the bankrupt in which judgment has been given may continue the further proceedings and levy execution on the property of the bankrupt situated in the Republic.

162. A foreign judgment which commences the bankruptcy of a trader or joint stock company, or of any association formed of members with limited liability, which trader or company or association has two establishments, one in the country of its domicile and another separate and distinct in the Republic, having been approved, shall not include in its effects the establishment existing in the Republic.

Sole paragraph. Local creditors, that is, those whose claims have to be paid in the Republic, may apply for the bankruptcy of the establishment here situated, e serão pagos pela respectiva massa, de preferencia aos credores do estabelecimento situado no estrangeiro.

163. A lei local regulará a classificação dos creditos.

164. As concordatas e outros meios preventivos da declaração da fallencia, homologados por tribunaes estrangeiros, ficarão sujeitos á homologação do Supremo Tribunal Federal e sómente serão obrigatorios para os credores residentes no Brazil que houverem sido citados para nelles tomar parte.

165. Não são susceptiveis de execução no Brazil as sentenças estrangeiras

que declararem a fallencia do devedor brazileiro aqui domiciliado.

166. Havendo tratado ou convenção regulando a materia, observar-se-ha o que for ahi estipulado.

Titulo XIII. Dos crimes em materia de fallencia e de concordata preventiva e do respectivo processo.

- 167. A fallencia será culposa quando occorrer algum dos seguintes factos: 1.° Excesso de despeza no tratamento pessoal do fallido em relação ao seu cabedal e numero de pessoas de familia; 2.° Despezas geraes do negocio ou da empresa superiores ás que deveriam ser em relação ao capital, movimento da casa e outras circumstancias analogas; 3.° Venda por menos do preço corrente de mercadoria compradas nos seis mezes anteriores á época legal da fallencia e ainda não pagas, si foi realizada com intenção de retardar a declaração da fallencia; 4.° Empregos de meios ruinosos para obter recursos e retardar a declaração da fallencia; 5.° Abuso de acceites, de endossos e de responsabilidades de mero favor; 6.° Emprego de grande parte do patrimonio ou dos fundos ou empreza em operações arriscadas ou de puro acaso ou manifestamente imprudentes; 7.° Falta de livros e de sua escripturação na fórma exigida pelo Codigo Commercial, ou atrazo nessa escripturação, salvo si a exiguidade do commercio e a falta de habilitações litterarias rudimentares do fallido o relevarem do cumprimento do preceita legal.
- 168. A fallencia será fraudulenta, quando o devedor, com o fim de crear vantagens para si ou para outrem, conhecendo o seu máo estado economico, concorre para peiorar a posição dos credores na fallencia imminente, e especialmente si elle: 1.° Faz constar dos livros e balanços, despezas, dividas e perdas simuladas ou falsas; 2.° Paga antecipadamente a uns credores em prejuizo dos outros; 3.° Diminue o activo ou augmenta o passivo, inclusivamente si declara no balanço creditos pagos e prescriptos; 4.° Aliena, negocia ou faz doação ou contrahe dividas, hypothecas, penhores ou retenção com simulação ou fingimento; 5.° Não tem absolutamente livros nem escripturação em livros apropriados ou tem escripturação confusa e difficil de ser entendida, de modo a embaraçar a verificação dos creditos e a liquidação do activo e passivo; 6.° Deixa intervallos em branco nos livros commerciaes, falsifica-os, rasura ou risca os lançamentos ou altera o seu conteúdo; 7.° Compra bens em nome de terceira pessoa, ainda que conjuge, ascendentes, descendentes e irmãos.

Paragrapho unico. As regras da cumplicidade estabelecidas no Codigo Penal prevalecem em toda a extensão e effeitos no caso da fallencia fraudulenta.

169. Incorrerão nas penas da fallencia culposa, salvo a prova de fraude, caso em que serão applicadas as penas da fallencia fraudulenta: 1.º O devedor que tiver exercido o commercio sob firma ou razão commercial que não podia ser inscripta no Registro do Commercio; — 2.º O devedor que, depois de declarada a fallencia ou decretado o sequestro, praticar algum acto nullo (art. 44, § 1); — 3.º O devedor que, no prazo legal, não se declarar fallido, si da omissão resultar que fique fóra da influencia do termo legal da fallencia algum acto que, dentro desse termo, seria revogavel em beneficio da massa; — 4.º O fallido que se occultar, ausentar, negar informações e auxilio ao juiz e aos syndicos ou crear embaraços de qualquer especie, ao bom andamento da fallencia; — 5.º O concordatario que por negligencia, descuido

and shall be paid out of the estate in question in preference to the creditors of the establishment situated abroad.

163. The local law shall regulate the classification of the claims.

164. Compositions and other means of preventing the decree of bankruptcy, which have been approved by foreign Courts, shall be subject to the approval of the Supreme Federal Court and shall only be binding on those creditors resident in Brazil who have been cited to take part in them.

165. Foreign judgments which decree the bankruptcy of a Brazilian debtor

here resident cannot be executed in Brazil.

166. Should there be a treaty or convention which regulates bankruptcy matters, that which is there stipulated must be observed.

Title XIII. Offences in matters relating to bankruptcy and composition with creditors to prevent bankruptcy, and the proceedings as regards each.

167. A bankruptcy is culpable when any of the following facts occur: 1. Excess in the personal expenses of the bankrupt having regard to his resources and to the number of the persons of his family; — 2. The general expenses of his business or undertaking higher than they should be, having regard to his capital, to the amount of business he transacts and to other analogous circumstances; — 3. Sales for less than the market value of goods purchased within six months preceding the decree of bankruptcy and still not paid for, if effected with the intention of retarding the decree of bankruptcy; — 4. The employment of ruinous measures in order to obtain resources and to retard the decree of bankruptcy; — 5. The abuse of acceptances, of endorsements or of liabilities of mere favour; — 6. The employment of a great part of the property or of the funds of the business in risky transactions or in such as are of a gambling nature or manifestly imprudent; — 7. Absence of books or failure to make the business entries in the form required by the Commercial Code, or being behindhand in making such entries, unless the requirements of trade or the want of rudimentary literary qualities free the bankrupt from the fulfilment of the legal requirements.

168. A bankruptcy is fraudulent when the debtor, with the object of obtaining advantages for himself or for others, and knowing that his financial state is bad, so acts as to prejudice the position of the creditors of the bankruptcy which is impending and especially if he: 1. Makes it appear from his books and balance sheets that he has invented or misrepresented expenses, debts or losses; — 2. Pays accounts not yet due to some creditors to the prejudice of others; — 3. Diminishes the assets or increases the liabilities, including entries in the balance sheet of having satisfied claims already paid or prescribed; — 4. Alienates, transacts business, makes gifts, contracts debts, mortgages (hypothecates) or pledges or gives the right of retention, with a deceitful or feigned intention; — 5. Has absolutely no books or entries in the proper books or has his entries made in a confused manner or in one difficult to be understood, in such a way as to hinder the verification of the claims and the liquidation of the assets and liabilities; — 6. Leaves blank spaces

contents; — 7. Buys property in the name of a third person, even although a spouse, ascendant, descendant, brother or sister.

Sole paragraph. The rules of complicity established by the Penal Code are binding to their full extent and for all effects in the case of fraudulent bank-

in his commercial books, falsifies them, erases or strikes out entries or alters their

ruptcy.

169. The following are subject to the penalties of culpable bankruptcy, except where fraud is proved, in which case the penalties for fraudulent bankruptcy will be imposed: 1. A debtor who has carried on trade under a firm name or commercial style which could not be registered in the Commercial Registry; — 2. A debtor who, after the bankruptcy has been decreed, or sequestration ordered, does any act which is of no effect (Art. 44 § 1); — 3. A debtor who does not within the legal period declare himself bankrupt, if from his failure to do so any act which within the legal period of the bankruptcy would be revocable for the benefit of the estate, remains outside the influence of the said period; — 4. A bankrupt who goes into hiding, absents himself, refuses information or assistance to the Judge and trustees

ou outro acto de culpa, concorrer para a deterioração da massa e consequente rescisão da concordata.

170. Incorrerão nas penas da fallencia fraudulenta: 1.º O devedor que tiver empregado os fundos da casa commercial ou da empreza em despesas para fins reprovados, como jogos de qualquer especie, inclusive os chamados de Bolsa; — 2. O devedor que tiver desviado ou applicado a fins diversos do seu destino os valores de que era depositario, administrador ou mandatario; — 3.º O devedor que não proceder ao archivamento e lançamento no Registro do Commercio, dentro dos 15 dias subsequentes á celebração do seu casamento (Cod. Com. art. 31), do contracto ante-nupcial, sendo o marido commerciante ao tempo do casamento; desse contracto e dos titulos dos bens incommunicaveis da mulher, dentro de 15 dias cubsequentes ao começo do exercicio do commercio, quanto ao contracto antenupsial, e, dentro de 30 dias subsequentos á acquisição, quanto aos referidos bens; e dos titulos de aquisição de bens que não possam ser obrigados por dividas nos prazos aqui mencionados; — 4.º Os corretores ou leiloeiros officiaes que tenham fallido, embora deixassem de exercer as suas funcções, uma vez que a fallencia se funde em actos que, nessa qualidade, praticaram; — 5.° O devedor que por meio de qualquer acto fraudulento ou de simulação fizer conluio com um ou mais credores para obter concordata preventiva ou concordata na fallencia; — 6.° O fallido que reconhecer, como verdadeiros, creditos falsos, suppostos ou simulados, por occasião do processo de verificação de creditos; — 7.° Quem quer que por si ou interposta pessoa ou por procurador, apresentar declarações ou reclamações falsas ou fraudulentas, ou juntar a ella titulos falsos, simulados ou menos verdadeiros, pedindo a sua inclusão na fallencia (art. 82) ou na concordata preventiva, ou a reivindicação de bens (art. 139); — 8.° Qualquer pessoa, inclusive os syndicos, liquidatarios e guarda-livros, que se mancommunar com o devedor para, por qualquer forma, fraudar os credores ou auxiliar a occultar ou desviar bens, seja qual for a sua especie, quer antes, quer depois da declaração da fallencia; — 9.° Qualquer pessoa que occultar ou recusar aos syndicos e liquidatarios a entrega dos bens, creditos ou titulos que tenha do fallido; que admittir, depois de publicada a fallencia, cessão ou endosso do fallido ou com elle celebrar algum contracto ou ajuste sobre objecto que se prenda a interesses da massa; — 10.° O credor legitimo que fizer com o devedor, ou com terceiro, qualquer concerto em prejuizo da massa, ou transigir com o seu voto para obter vantagens para si nas deliberações e actos da concordata preventiva ou formada na fallencia, na quitação e rehabilitação; — 11.° O corretor que intervier em qualquer operação mercantil do fallido, depois de publicada a fallencia.

171. No caso de fallencia de sociedade anonyma, os seus administradores ou liquidantes serão punidos com as penas da fallencia culposa, si por sua culpa ou negligencia a sociedade foi declarada fallida, ou si praticaram os actos definidos no art. 167 e no art. 169, ns. 2 a 5; e com as penas da fallencia fraudulenta, si se tratar de actos comprehendidos nos arts. 168 e 170, ns. 1, 2, 5, 6, 8 e 9.

Paragrapho unico. Os administradores das sociedades anonymas e em commandito por acções serão, tambem, punidos com as penas da fallencia fraudulenta si: 1.° Deixarem de archivar e publicar, no prazo legal, qualquer das resoluções ou deliberações da sociedade, comprehendidas no art. 91 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891; — 2.° Derem indicações inexactas sobre a importancia do capital subscripto e effectivamente entrado para a sociedade; — 3.° Distribuirem aos accionistas dividendos manifestamente ficticios, diminuindo, assim, o capital social.

172. Serão punidos com a pena do art. 232 do Codigo Penal os juizes, syndicos e liquidatarios, avaliadores, peritos e officiaes de justiça que praticarem qualquer dos crimes ahi definidos.

§ 1. Os syndicos e liquidatarios incorrerão nas penas da fallencia fraudulenta, si: 1.° Derem informações e pareceres falsos ou inexactos, ou apresentarem relatorio contrario á verdade dos factos; — 2.° Derem extractos dos livros do fallido contrarios aos assentos ou lançamentos delles constantes.

or creates impediments of any kind to the proper progress of the bankruptcy; — 5. An insolvent who having entered into composition with his creditors, through negligence, carelessness or any other act of *culpa*, brings about any loss to the estate

and a consequent rescission of the composition.

170. The following are subject to the penalties of fraudulent bankruptcy: 1. A debtor who has employed the moneys of the commercial house or undertaking for disapproved ends, such as gambling of any kind, including that called Stock Exchange gambling; — 2. A debtor who has embezzled or misapplied things of value, of which he was the depositary, administrator or agent; — 3. A debtor who does not proceed to the filing and entry in the Commercial Registry, within fifteen days after the celebration of marriage (Commercial Code, Art. 31), of the antenuptial settlement, if the husband is a trader at the time of the marriage; of this settlement and of the titles of property the separate estate of the wife, within 15 days after commencing to carry on trade, as to the antenuptial settlement, and within 30 days after the acquisition, as to the said property; and of the titles of the acquisition of property which cannot be liable for debts during the periods here named; — 4. Brokers or official auctioneers who have become bankrupt, even although they have ceased to exercise their functions, so long as the bankruptcy is based on acts which they did in those capacities; — 5. A debtor who by means of any fraudulent or deceitful act has acted in collusion with one or more creditors in order to obtain a preventive composition or a composition in the bankruptcy; — 6. A bankrupt who recognizes false, supposititious or deceitful claims as true, when the verification of the claims is being proceeded with; — 7. Whoever whether himself or through an interposed person or by attorney, presents false or fraudulent declarations or claims, or annexes to them false or deceitful documents of title, or documents of title lacking the truth, seeking his inclusion in the bankruptcy (Art. 82), or in the preventive composition, or the recovery of specific assets (Art. 139); — 8. Any person, including the trustees, liquidators and book-keepers, who acts in concert with the debtor in any way to defraud the creditors or assists in secreting or embezzling property, whatever be its nature, and whether before or after the decree of bankruptcy; — 9. Any person who secretes or refuses to deliver to the trustees or liquidators property, credits or documents of title of the bankrupt which he holds; who, after the bankruptcy has been published, allows an assignment or endorsement by the bankrupt, or enters into any contract or agreement with him, as regards any object connected with the interests of the estate; — 10. A recognized creditor who enters into with the debtor, or with any third person, any arrangement to the prejudice of the estate, or so acts by his vote as to obtain advantages for himself in the resolutions and acts of the preventive composition or of the composition of the bankruptcy, or in the release or discharge of the bankrupt; — 11. A broker who intervenes in any trading transaction of the bankrupt after the bankruptcy has been published.

171. In case of the bankruptcy of a joint stock company, its directors or liquidators shall be punished with the penalties of culpable bankruptcy, if through their *culpa* or negligence the company has been decreed bankrupt, or if they have done the acts set out in Art. 167 and in Art. 169, Nos. 2 to 5; and with the penalties of fraudulent bankruptcy if acts comprised in Arts. 168 and 170, Nos. 1, 2, 5, 6,

8 and 9 are in question.

Sole paragraph. The directors of joint stock companies and the managers of limited partnerships with share capital, shall also suffer the penalties of fraudulent bankruptcy if: 1. They fail to file and publish, within the legal period, any of the resolutions or decisions of the company or partnership, comprised in Art. 91 of Decree No. 434, of the 4th of July 1891; — 2. They furnish untrue statements as regards the amount of the capital subscribed and effectively received by the company or partnership; — 3. They distribute to the shareholders dividends which are manifestly fictitious, thus diminishing the capital of the company or partnership.

172. Judges, trustees or liquidators, valuers, experts or officers of justice who commit any of the offences set out in Art. 232 of the Penal Code, shall suffer the

penalty therein stated.

§ 1. Trustees or liquidators shall incur the penalties of fraudulent bankruptcy if: 1. They furnish false or inaccurate information or reports, or present an account which is contrary to a true statement of the facts; — 2. They furnish extracts from the books of the bankrupt contrary to the notes and entries there appearing.

- § 2. Além destes crimes, os syndicos e liquidatarios responderão pelos actos que praticarem em opposição aos interesses a seu cargo, sendo equiparados, para os effeitos da penalidade e respectivo processo, aos funccionarios publicos.
- 173. Todos os crimes, de que trata esta lei, teem acção publica, podendo ser iniciado o processo por denuncia do Ministerio Publico ou por queixa dos liquidatarios ou de qualquer credor.

Em todos os termos da acção intentada por queixa, será ouvido o representante do Ministerio Publico, e em os daquella que o for por denuncia, poderão intervir

- os liquidatarios ou qualquer credor para auxilial-o.
 174. O processo penal contra o fallido, seus cumplices e demais pessoas punidas pela presente lei correrá em auto apartado, distincto e independente do commercial e não poderá ser iniciado antes de declarada a fallencia.
- § 1. O processo correrá até a pronuncia ou não pronuncia perante o juiz que declarou aberta a fallencia.
- § 2. A petição inicial preencherá todos os requisitos exigidos pelas leis do processo penal, sendo instruída com o relatorio dos syndicos e as cópias do processo da fallencia necessarias ou com documentos, si houver.
- § 3. Quarenta e oito horas depois da primeira assembléa dos credores, o escrivão enviará ao representante do Ministerio Publico uma das cópias authenticas do relatorio dos syndicos e a cópia da acta da assembléa, com outros documentos que o juiz ordenar.

O representante do Ministerio Publico, dentro do prazo de 15 dias depois do recebimento desses papeis, requererá o archivamento delles ou promoverá o processo penal contra o fallido, seus cumplices ou outras pessoas sujeitas á penalidade.

- O archivamente dos papeis, a requerimento do representante do Ministerio Publico, não prejudica a acção penal por parte dos liquidatarios ou dos credores.
- § 4. O processo será o da formação da culpa nos processos communs, com todos os recursos e garantias individuaes estabelecidos nas respectivas leis.
- § 5. As autoridades policiaes remetterão ao juizo processante os inqueritos a que procederem.

§ 6. Do despacho de pronuncia ou não pronuncia, caberá recurso para o superior

competente.

175. Os crimes, de que trata esta lei, serão julgados pelo juiz de direito criminal do districto da séde do estabelecimento principal do fallido.

§ 1. A fórma do processo do julgamento será a do decreto n. 707, de 9 de outubro

de 1850.

- § 2. Da sentença poderão appellar o réo, o representante do Ministerio Publico, a parte queixosa ou assistente, nos effeitos regulares.
- 176. A acção penal dos crimes definidos nesta lei prescreve um anno depois de encerrada a fallencia ou de cumprida a concordata e sempre que o fallido for rehabilitado.
- 177. O representante do Ministerio Publico tem o direito de, em qualquer tempo, examinar todos os livros, papeis e actos relativos á fallencia.

Póde elle tambem pedir aos syndicos e liquidatarios cópias e extractos desses livros e papeis e exigir todas as informações de que necessitar.

Titulo XIV. Das disposições especiaes.

178. Si do balanço ou de outras informações constar que o activo do fallido não excede de quinze contos de réis (15:000 \$), o juiz procederá summariamente. a) Elle nomeará um syndico que, com o representante do Ministerio Publico, arrecadará os bens, levantará ou verificará o balanço, convidará os credores para lhe apresentarem, dentro de 10 dias, as declarações e documentos probatorios de seus creditos (arts. 81 e 82), ouvirá o fallido (art. 83), organizará, á vista dessas provas e dos livros e documentos do mesmo fallido, a lista de todos os credores e a sua classificação, e fará o relatorio a que se refere o art. 65, n. 6; — b) Na assembléa

- § 2. Besides these offences, trustees and liquidators shall be answerable for the acts they do in opposition to the interests of their office, being put on the same level, for the effects of the penalty and the respective process, as public functionaries.
- 173. All offences of which this Law treats are subject to criminal prosecution, the proceedings in which may be commenced by information lodged by the Public Attorney or by complaint of the liquidators or of any creditor.

In all prosecutions commenced by complaint the representative of the Public Attorney shall be heard, and in those commenced by information lodged, the

liquidators or any creditor may intervene to assist him.

174. The penal process against the bankrupt, his accomplices or any other persons punishable by this Law, shall run in a separate record, distinct from and independent of the commercial, and cannot be commenced before the decree of bankruptcy.

§ 1. The process shall run until conviction or acquittal before the Judge who

decreed the commencement of the bankruptcy.

§ 2. The preliminary petition shall contain all the requirements demanded by the laws of penal process, being accompanied by the report of the trustees and by the copies of the proceedings in bankruptcy which may be necessary or by documents, if there are any.

§ 3. Forty-eight hours after the first meeting of creditors, the clerk of the Court shall send to the representative of the Public Attorney one of the authentic copies of the report of the trustees, and a copy of the minutes of the meeting, with

any other documents which the Judge may order.

The representative of the Public Attorney shall, within a period of 15 days after having received these papers, apply for them to be filed or commence criminal proceedings against the bankrupt, his accomplices or any other persons subject to the penalty.

The filing of the papers at the instance of the representative of the Public Attorney does not prejudice the right of criminal proceeding by the liquidators

or creditors.

§ 4. The procedure shall be that established in the case of *culpa* in common process, with all the rights of appeal and individual guarantees established by the respective laws.

§ 5. The police authorities shall furnish the Court in which the case is tried,

with the results of their investigations.

§ 6. From a conviction or acquittal an appeal to the competent higher Court will lie.

175. Offences of which this Law treats shall be tried by the superior criminal Judge of the district where the principal establishment of the bankrupt is situated.

§ 1. The form of procedure of the trial shall be that established by Decree

No. 707, of the 9th of October 1850.

- § 2. The defendant, the representative of the Public Attorney or the complaining or other party who is proceeding, may appeal from the judgment in the proper form.
- 176. Criminal proceedings for the offences defined in this Law are prescribed one year after the bankruptcy has been closed or composition effected, always providing that the bankrupt has been discharged.

177. The representative of the Public Attorney is empowered, at any time, to examine all the books, papers and records relating to the bankruptcy.

He may also require of the trustees or liquidators copies of and extracts from such books and papers and demand all the information he requires.

Title XIV. Special provisions.

178. If from the balance sheet or from other information it appears that the assets of the bankrupt do not exceed fifteen million reis (15:000 \$), the Judge shall proceed summarily: a) He shall appoint a trustee who, along with the representative of the Public Attorney, shall collect the property, take out and verify the balance sheet, invite the creditors to furnish him within 10 days with the declarations and documents to prove their claims (Arts. 81 and 82), hear the bankrupt (Art. 83), draw up, with these proofs before him and from the books and documents of the said bankrupt, a list of all the creditors and their classification, and make

dos credores, que se realizará dentro de 20 dias, o juiz procederá á verificação e classificação dos creditos, na conformidade do disposto nos artigos 84 e 85, dando os recursos legaes, sendo as impugnações, contestações e reclamações apresentadas nessa assembléa, e mandará ter o relatorio e documentos annexos (inventario, balanço etc.), pondo-os em discussão; — c) Não se formando concordata, os credores nomearão um liquidatario, que immediatamente realizará o activo, pagará aos credores, não devendo essas operações exceder do prazo de seis mezes depois da assembléa.

179. Na fallencia das sociedades de credito real, observar-se-hão as disposições dos arts. 352 a 361 do decreto n. 370 de 2 de maio de 1890.

A administração provisoria será nomeada pelo juiz, observada a disposição

do citado art. 352.

Paragrapho unico. Aos administradores da fallencia das sociedades de credito real applicam-se, no que for possivel, as mesmas disposições relativas aos syndicos e liquidatarios, inclusive a parte penal.

- 180. A fallencia das emprezas ou sociedades anonymas, concessionarias de serviços publicos federaes, estaduaes e municipaes, não interromperá esses serviços e a construcção das obras necessarias constantes dos respectivos contractos.
- Si, entretanto, a parte das obras em construcção não prejudicar o serviço regular na parte já construida e em trafego, o juiz, ouvida a pessoa administrativa concedente, os syndicos ou liquidatarios e os representantes da empreza ou sociedade fallida, e attendendo aos contractos, aos recursos e vantagens da massa, e ao beneficio publico, poderá ordenar a suspensão de taes obras.
- § 1. Os serviços publicos e as obras proseguirão sob a direcção dos syndicos ou liquidatarios, junto aos quaes haverá um fiscal, nomeado pela pessoa administrativa concedente.
- § 2. Esse fiscal será ouvido sobre todos os actos dos syndicos ou liquidatarios relativos áquelles serviços e obras, inclusivamente sobre a nomeação do pessoal technico e organização provisoria de taes serviços e obras, e poderá examinar todos os livros, papeis, escripturação e contas da empreza fallida e dos syndicos ou liquidatarios e requerer o que for a bem dos interesses a seu cargo.

A pessoa administrativa concedente dará ao seu fiscal as devidas instrucções para a observancia dos contractos, e elle deverá assistir ás reuniões dos syndicos ou liquidatarios (art. 68, § 1), onde dará, por escripto, as razões do seu parecer divergente.

Em caso de divergencia com os syndicos ou liquidatarios, poderá recorrer para

o juiz.

§ 3. Declarada a fallencia de taes emprezas ou sociedades, a pessoa administrativa concedente será notificada para se representar na fallencia e nomear o fiscal, de que trata o § 1.

A falta ou demora da nomeação do fiscal não prejudicará o andamento do

processo da fallencia.

- § 4. Depende de autorização da pessoa administrativa concedente a transferencia da concessão e direitos della decorrentes a terceiros por força da liquidação da massa fallida.
- 181. As juntas commerciaes estabelecerão, em sua secretaria, o registro dos livros commerciaes submettidos á rubrica. Nesse registro serão lançados os nomes dos commerciantes que apresentarem livros para aquelle fim, a natureza de cada um, o numero de folhas e a data em que se satisfizer aquella formalidade.

Os lançamentos nesse registro serão gratuitos, dando-se as certidões que forem solicitadas.

182. O representante do Ministerio Publico, além das attribuições expressas na presente lei, deverá assistir ao exame de livros do fallido e do devedor que requerer concordata preventiva, e ser ouvido ex officio ou a requerimento da parte, naquelles

out the report to which Art. 65, No. 6 refers; — b) At the meeting of creditors, which shall be held within 20 days, the Judge shall proceed to the verification and classification of the claims, in conformity with the provisions of Articles 84 and 85, granting leave to appeal according to law, the objections, contestations and claims being presented to the meeting, and he shall call for the report and the documents accompanying it (the inventory, balance sheet, etc.), and place them before the meeting for discussion; — c) Should a composition with creditors not be arranged, the creditors shall appoint a liquidator, who shall at once realize the assets and pay the creditors, but these operations must not exceed a period of six months after the meeting.

179. In the bankruptcy of real property credit companies, the provisions of Arts. 352 to 361 of Decree No. 370 of the 2nd of May 1890 must be observed. The provisional management shall be appointed by the Judge, after the provision

of the said Article 352, has been observed.

Sole paragraph. The same provisions as relate to trustees and liquidators, including the criminal portion, shall apply to the administrators of the bankruptcy of real property credit companies, wherever possible.

180. The bankruptcy of undertakings or joint stock companies to which the concession of federal, state or municipal public services has been granted, shall not interfere with the prosecution of such services or with the construction of the necessary works as stated in the respective contracts.

If, however, the part of the works in course of construction does not interfere with the regular working of the part already constructed and in use, the Judge, after having heard the person to whom the management has been conceded, the trustees or liquidators and the representatives of the bankrupt undertaking or company, and bearing in mind the contracts, the resources and the advantages which may accrue to the estate, and to the public benefit, may order the suspension of such works.

§ 1. The public services and the works shall be carried on under the direction of the trustees or liquidators, attached to whom there shall be an inspector, appointed

by the person to whom the management has been conceded.

§ 2. This inspector shall be consulted as regards all the acts of the trustees or liquidators relating to such services and works, including the appointment of the technical personnel and the provisional organization of such services and works, and he may examine all the books, papers, book entries and accounts of the bankrupt undertaking and of the trustees or liquidators and may demand anything in support of the interests of his office.

The person to whom the management has been conceded shall furnish his inspector with all proper instructions for the performance of the contracts, and he must attend the meetings of the trustees or liquidators (Art. 68, § 1), where he shall present in writing the reasons for any disagreement with them.

In case of disagreement with the trustees or liquidators, he may appeal to the

Judge.

§ 3. After the bankruptcy of such undertakings or companies has been decreed, the person to whom the management has been conceded shall be summoned to present himself in the bankruptcy and to appoint the inspector, of whom § 1 treats.

Failure to appoint or delay in the appointment of the inspector shall not

prejudice the course of the bankruptcy proceedings.

§ 4. The authorization of the person to whom the management has been conceded is necessary for the assignment of the concession and of the rights accruing to third persons on account of the liquidation of the bankrupt estate.

181. The Commercial Councils shall establish in their offices the register of the commercial books submitted for rubrication. In such register the names of the traders who present books for the purpose, the nature of each book, the number of the pages and the date on which such formality has been observed, shall be entered.

The entries in this register shall be gratuitous, any certificates that may be

asked for being given.

182. The representative of the Public Attorney, in addition to the functions expressed in the present Law, must attend at the examination of the books of the bankrupt or of the debtor who applies for a preventive composition, and must

assumptos que se relacionarem com o desempenho de suas funcções na parte penal das fallencias.

§ 1. Pelos actos que o representante do Ministerio Publico praticar, perceberá

- os emolumentos nos respectivos regimentos de custas. § 2. Na Capital Federal, o curador das massas fallidas continuará a ser o representante do Ministerio Publico, ficando elevada a 9:600 \$ a gratificação que actualmente percebe, para cujo pagamento o Governo abrirá o necessario credito.
- § 3. Os Estados poderão criar identicos cargos sem ampliar as attribuições do Ministerio Publico definidas na presente lei, nem lhes marcar commissões ou porcentagens por conta das massas.

Titulo XV. Das disposições geraes.

183. Todos os prazos marcados nesta lei correrão em cartorio independentemente de serem assignados em audiencia; serão continuos, peremptorios e improrogaveis.

§ 1. Não se conta no prazo o dia em que começar, mas conta-se aquelle em

que findar.

- § 2. Si os prazos terminarem em domingo ou dia feriado, ficam prorogados até ao primeiro dia util seguinte.
 - § 3. A terminação de qualquer prazo será certificada nos autos pelo escrivão.
- § 4. Não podem os escrivães conservar autos em cartorio por mais de 24 horas depois de preparados, sob pena de suspensão mediante reclamação da parte.
- § 5. Aos processos de fallencia e de todos os seus incidentes applicar-se-hão as disposições dos arts. 40 a 42 da lei n. 1338, de 9 de janeiro de 1905, sobre a vista dos autos aos advogados e representantes do Ministerio Publico, reduzido o prazo de cinco dias do art. 42 ao de 48 horas.

Si o advogado deixar de restituir a cartorio os autos no prazo legal, tambem,

não mais se lhe dará vista senão em cartorio.

184. Os processos de fallencia e seus incidentes preferem na ordem dos feitos a todos os do Juizo Commercial e não se suspendem durante as férias.

Em segunda instancia, os aggravos serão julgados com a major rapidez, preferindo aos outros feitos commerciaes, e o accordão lavrado na mesma sessão do julgamento ou na seguinte, o mais tardar.

185. O prazo para a interposição dos aggravos de petição ou de instrumento será o de cinco dias, salvo o caso do art. 86, § 1, desta lei.
§ 1. Esses aggravos serão julgados pelos tribunaes superiores ou camaras ou secções destes tribunaes, que conhecerem das appellações commerciaes, e a elles não poderão ser oppostos outros embargos que os de simples declaração, em caso de omissão, obscuridade ou contradicção do julgado.

§ 2. O processo em primeira e segunda instancia dos aggravos de petição ou de instrumento será o mesmo do processo commum, podendo o aggravante juntar minuta quaesquer documentos. O aggravado poderá contraminutar qualquer desses

aggravos, tendo para isso prazo igual ao do aggravante.

§ 3. Para a execução da sentença proferida em gráo de appellação ou em aggravo de instrumento, basta a certidão authentica do julgado do tribunal superior, passada pelo escrivão da appellação ou do aggravo.

§ 4. Nos aggravos de petição, a execução far-se-ha no processo original, que para esse fim deve baixar ao juizo inferior, com a maior urgencia e sem ficar

traslado.

186. As publicações officiaes sobre fallencia e concordata preventiva serão insertas por tres vezes, ao menos no Diario Official da União ou do Estado, ou, si no logar não houver este Diario, no jornal designado para publicar os actos officiaes dos juizes e tribunaes.

§ 1. Não será attendivel, para qualquer effeito, a allegação de não ter recebido cartas, avisos ou notificações pelo Correio ou pelo Telegrapho, quando a publicação

tiver sido feita nos jornaes acima referidos.

be heard ex officio or at the request of a party, in such matters as relate to the discharge of his duties in that part of bankruptcy proceedings which is of a criminal nature.

§ 1. The representative of the Public Attorney shall receive the fees stated

in the relative scale of charges, for all the acts he performs.
§ 2. In the Federal Capital, the trustee (curator) of bankruptcy estates shall continue to act as the representative of the Public Attorney, the salary which he at present receives being raised to 9:600 \$, and for the payment of which the Government shall open the necessary credit.

§ 3. The States may create like offices, but without increasing the functions of the (representatives of the) Public Attorney which are defined in the present Law or granting them commissions or percentages at the charge of the estates.

Title XV. General provisions.

- 183. All the periods fixed by this Law shall run in the office of the Court independently of being ordered at a sitting, and shall be continuous, absolute and cannot be extended.
- § 1. The day on which a period commences is not counted, but that on which it ends is.
- § 2. Should the periods end on a Sunday or holiday, they shall be extended to the first succeeding working day.
- § 3. The termination of any period shall be certified in the records by the clerk of the Court.
- § 4. Clerks of the Court may not keep records unentered for more than 24 hours after they are ready, on pain of being suspended if the prejudiced party lodges an objection to the delay.
- § 5. In bankruptcy proceedings and their subsidiary processes, the provisions of Arts. 40 to 42 of Law No. 1338, of the 9th of January 1905, are applicable, as regards the use of the records by the advocates and the representatives of the Public Attorney, the period of five days of Art. 42 being, however, reduced to one of 48 hours.

Should an advocate fail to restore the records to the office of the Court within the legal period, he may not examine them further except at the office of the Court.

184. Bankruptcy proceedings and their subsidiary processes take perference, in their order, over all causes in the Commercial Jurisdiction, and are not suspended during the vacations.

In second instance, appeals shall be decided with the greatest expedition, in preference to other commercial causes, and the decision given at the same sit-

ting of the Court, or at the next at the latest.

185. The period for the interposition of appeals by petition or by written complaint shall be one of five days, except in the case of Art. 86, § 1, of this Law.

§ 1. These appeals shall be tried by the higher Courts or by the chambers or divisions of such Courts which are competent to try commercial appeals, and in case of omission, want of clearness or contradiction of the judgment, no objections, other than those of simple declaration, can be lodged.

§ 2. The process in first and second instance of appeals by petition or by written complaint shall be the same as the common process, and the appellant may annex any documents to his particulars. The respondent may reply with counter particulars to either of such forms of appeal, and to do so has the same time allowed as the appellant.

§3. In order to execute a judgment on an appeal or an appeal by written complaint passed by a Superior Court, the authentic certificate of the judgment of

the Superior Court given by the clerk of the appeal Court is sufficient.

§ 4. In appeals by petition, execution must be issued in the original process, which for the purpose must go down to the inferior Court with the greatest despatch

and without having to be transcribed.

186. Official notices regarding bankruptcy or preventive composition shall be inserted three times at least in the Government Organ of the Union or State, or, if there should be no such Organ in the place, then in the newspaper which has been designated to publish the official acts of the Judges and Courts.

§ 1. The allegation of not having received letters, advices or notices by post or by telegraph will not be admissible for any effect, when publication has been

made in the above mentioned papers.

A parte prejudicada pela falta do recebimento dessas cartas, avisos ou notificações terá acção de perdas e damnos contra quem se mostrou desidioso no cumprimento de deveres que esta lei impõe.

§ 2. O escrivão certificará sempre nos autos qual o numero e a data do Diario

Official ou do jornal que fez a publicação e quantas vezes.

§ 3. Todos os editaes e avisos communicados pela imprensa serão precedidos da epigraphe «Fallencia de N. Aviso a » ou «Concordata preventiva de N. Aviso a ».

§ 4. Os syndicos e liquidatarios nos avisos que são obrigados a dar pela imprensa, quando entrarem no exercicio de suas funcções declararão qual o jornal

que publicará os actos officiaes da fallencia.

§ 5. Tratando-se de avisos que exijam larga publicação, como o de que trata o § 4 acima, venda de bens e outros actos, os syndicos e liquidatarios poderão mandar reproduzil-os em outros jornaes do logar e de fóra.

§ 6. Si no logar não houver jornaes, as publicações serão feitas por editaes

affixados na porta da sala dos auditorios.

187. Os juizes e escrivães perceberão nos processos de fallencia e seus incidentes as custas dos seus regimentos, approvados pelo poder federal ou estadual.

Os escrivães não terão mais de 500 reis por circular ou carta que enviarem.

O salario dos peritos pelos exames de livros do fallido será arbitrado pelo juiz, não excedendo de 300 \$ para cada um. Si se tratar de trabalho excepcional, nas fallencias de grande activo, os syndicos poderão préviamente ajustar os salarios desses peritos e submetter á approvação do juiz, não excedendo, em caso algum, do dobro daquella taxa.

Na verificação de contas de que trata o art. 1, n. 8, o salario maximo será de

50 \$ para cada perito.

Os avaliadores terão pela metade as custas taxadas nos respectivos regimentos.

O depositario de que trata o art. 15 perceberá um quarto das taxas marcadas nos regimentos de custas para os depositarios judiciaes e nada percebera si for o requerente da fallencia ou pessoa sobre que recahir a nomeação de syndico.

Os contadores judiciaes perceberão pela metade as custas taxadas nos seus regimentos.

A massa não pagará custas a advogados dos credores e do fallido.

188. A commissão dos agentes de leilões, que venderem bens das massas fallidas, será a estabelecida no art. 2 do decreto legislativo n. 857, de 9 de agosto de 1902, observada a disposição do seu art. 3.

A commissão será paga sómente pelos compradores.

189. Os depositos de dinheiro, que esta lei manda fazer em estabelecimentos bancarios, serão realizados, onde estes não existirem, em mão dos syndicos ou liquidatarios.

- 190. Os processos de fallencias e das liquidações forçadas das sociedades anonymas, já iniciados na época da promulgação desta lei, serão regulados pelo direito anterior, salvo as concordatas, prestações de contas dos syndicos e rehabilitação, que ficarão sujeitas ás disposições da presente lei.
 - 191. A presente lei não depende de regulamento do Poder Executivo.
 - 192. Revogam-se as disposições em contrario.

A party prejudiced by the non-receipt of such letters, advices or notices shall have a right of action for loss or damage against any one who is shewn to have been negligent in fulfilling the duties which this Law imposes.

2. The clerk of the Court shall always certify in the records the number and date of the Government Organ or newspaper which has published the notices

and the number of times.

§ 3. All notices and advices communicated to the press shall be preceded by the words "Bankruptcy of A. Notice to ..." or "Preventive Composition of A. Notice to ..."

§ 4. Trustees or liquidators, in the notices which they are bound to send to the press when they enter on the exercise of their functions, shall declare the news-

paper in which the official acts of the bankruptcy will be published.

§ 5. In cases of notices which have to be made widely known, such as the one of which § 4 above set out treats, the sale of property and other acts, the trustees or liquidators may cause them to be copied into other newspapers of the place or elsewhere.

§ 6. Should there be no newspapers in the place, the announcements shall

be made by public notices affixed to the door of the Court room.

187. In processes of bankruptcy and their attendant proceedings, Judges and clerks of the Court shall receive the fees according to the scale approved by the Federal or State Executive.

Clerks of the Court shall not receive more than 500 reis for each circular or

letter which they send out.

The remuneration of experts called to examine the books of a bankrupt shall be fixed by the Judge, but shall not exceed 300 \$ for each. If the work is exceptionally heavy, in bankruptcies where the assets are very large, the trustees may adjust the remuneration of such experts beforehand and submit them for the approval of the Judge, but in no case shall they exceed twice the said amount.

In the verification of accounts of which Art. 1, No. 8 treats, the maximum

remuneration shall be 50 \$ for each expert.

Valuers shall receive half the fees fixed by the respective scales.

The depositary of which Art. 15 treats shall receive a fourth part of the fees fixed by the scale for official depositaries, but shall receive nothing should he be the petitioner of the bankruptcy or a person on whom the appointment of a trustee

Official accountants shall receive one half of the fees fixed in their scale of charges.

The estate shall not pay the fees of the advocates of the creditors or of the

bankrupt.

188. The commission of auctioneers who sell property of the bankrupt estates, shall be that established in Art. 2 of the legislative Decree No. 857, of the 9th of August 1902, always observing the provision of Art. 3 of the same Decree.

The commission shall be paid only by the purchasers.

189. Deposits of money, which this Law requires to be paid into banking establishments, shall be made, where the latter do not exist, with the trustees or

liquidators.

190. Proceedings of bankruptcy or of forced liquidations of joint stock companies already commenced when this Law was promulgated, shall be governed by the law previously in force, except in the cases of compositions with creditors, distribution of dividends by the trustees and discharge, which shall be subject to the provisions of the present Law.

191. The present Law does not depend on the issue of regulations by the

Executive Power.

192. All legislation contrary to this Law is hereby repealed.

Decreto n.º 2044 de 31 de dezembro de 1908.¹)

(Define a letra de cambio e a nota promissoria e regula as operações cambiaes.)

Titulo I. Da letra de cambio.

Capitulo I. Do saque.

- Art. 1. A letra de cambio é uma ordem de pagamento e deve conter estes requisitos, lançados, por extenso, no contexto: I. A denominação «letra de cambio» ou a denominação equivalente na lingua em que for emittida; — II. A somma de dinheiro a pagar e a especie de moeda; — III. O nome da pessoa que deve pagal-a. Esta indicação pode ser inserida abaixo do contexto; — IV. O nome da pessoa a quem deve ser paga. A letra póde ser ao portador e tambem pode ser emittida por ordem e conta de terceiro. O sacador póde designar-se como tomador; — V. A assignatura do proprio punho do sacador ou do mandatario especial. A assignatura deve ser firmada abaixo do contexto.
 - 2. Não será letra de cambio o escripto a que faltar qualquer dos requisitos

acima enumerados.

3. Esses requisitos são considerados lançados, ao tempo da emissão da letra. A prova em contrario será admittida no caso de má fé do portador.

4. Presume-se mandato ao portador para inserir a data e o logar do saque,

na letra que não os contiver.

5. Havendo differença entre o valor lançado por algarismo e o que se achar por extenso no corpo da letra, este ultimo será sempre considerado verdadeiro e a differença não prejudicará a letra. Diversificando as indicações da somma de dinheiro no contexto, o titulo não será letra de cambio.

6. A letra póde ser passada: I. A' vista; — II. A dia certo; — III. A tempo

certo da data; — IV. A tempo certo da vista.

7. A época do pagamento deve ser precisa, uma e unica para a totalidade da somma cambial.

Capitulo II. Do endosso.

8. O endosso transmitte a propriedade da letra de cambio.

Para a validade do endosso, é sufficiente a simples assignatura do proprio punho do endossador ou do mandatario especial, no verso da letra. O endossatario póde completar este endosso.

§ 1. A clausula «por procuração», lançada no endosso, indica ó mandato com todos os poderes, salvo o caso de restricção, que deve ser expressa no mesmo

endosso.

- § 2. O endosso posterior ao vencimento da letra tem o effeito de cessão civil.
- § 3. E' vedado o endosso parcial.

Capitulo III. Do acceite.

9. A apresentação da letra ao acceite é facultativa, quando certa a data do vencimento. A letra a tempo certo da vista deve ser apresentada ao acceite do sacado, dentro do prazo nella marcado; na falta de designação, dentro de seis mezes contados da data da emissão do titulo, sob pena de perder o portador o direito regressivo contra o sacador, endossadores e avalistas.

Paragrapho unico. O acceite da letra, a tempo certo da vista, deve ser datado, presumindo-se, na falta de data, o mandato ao portador para inseril-a.

10. Sendo dous ou mais os sacados, o portador deve apresentar a letra ao primeiro nomeado; na falta ou recusa do acceite, ao segundo, si estiver domiciliado na mesma praça; assim, successivamente, sem embargo da fórma da indicação na letra dos nomes dos sacados.

¹⁾ Esta lei revoga o titulo XVI do Codigo Commercial (veja pag. 72), Cod. cit art. 57.

Decree No. 2044 of the 31st of December 1908.1)

(This Decree defines a bill of exchange and promissory note and regulates exchange operations.)

Title I. Bill of Exchange.

Chapter I. Drawing.

Art. 1. A bill of exchange is an order to pay and the following are required to be written in full in the text of the instrument: I. The words "Bill of Exchange" or their equivalent in the language in which it is issued; — II. The sum of money to be paid and in what species; — III. The name of the person who has to pay it. This may be stated below the text; — IV. The name of the person to whom it has to be paid. The bill may be to bearer and also may be issued to the order and for the account of a third person. The drawer may designate himself as the taker; - V. The signature of the drawer in his own handwriting or in that of his special attorney. The signature must be placed below the text.

2. A document which fails to fulfil any of the requirements above enumerated

is not a bill of exchange.

3. These requirements are considered as having been fulfilled at the time when the bill is issued. Proof to the contrary will be admitted in the case of bad faith of the holder.

4. A holder is presumed to have authority to insert the date and place of

drawing, in a bill in which they are not stated.

5. If there is a difference between the sum written in figures and that which is entered in full in the body of the bill, the latter shall be considered the true one, and such a difference shall not prejudice the bill. If there is a difference in the indications of the sum of money in the text, the document is not a bill of exchange.

6. A bill may be drawn: I. At sight; — II. For a fixed day; — III. At a

certain time after date; — IV. At a certain time after sight.

7. The time of payment must be definite, and for the undivided total of the amount of the exchange sum.

Chapter II. Endorsement.

8. Endorsement transfers the ownership of a bill of exchange.

In order that the endorsement may be valid, the simple signature of the endorser or of his special attorney, in his own handwriting, on the back of the bill, is sufficient. The endorsee may complete this endorsement.

§ 1. The words "per procuration" in the endorsement indicate an attorney with full powers, unless his powers are restricted, in which case the restriction must

be stated in the same endorsement.

- § 2. An endorsement made after the maturity of a bill has the effect of a civil assignment.
 - § 3. An incomplete endorsement is of no effect.

Chapter III. Acceptance.

9. The presentment of a bill for acceptance is permitted, but not obligatory, when the due date is fixed. A bill at a certain time after sight must be presented for the acceptance of the drawee within the period marked on it; if no period is stated, within six months reckoned from the date of the issue of the instrument, on pain of the holder losing the right of regressive action against the drawer, endorsers

Sole paragraph. The acceptance of a bill at a certain time after sight must be dated, it being presumed, in the absence of a date, that the holder has authority

10. If there are two or more drawees the holder must present the bill to the one first named; if he should fail or refuse to accept it, then to the second if he is resident in the same place, and so on successively, without prejudice to the order of the names of the drawees, as indicated in the bill.

¹⁾ This law repeals Title XVI of the Commercial Code; see Art. 57 of this Decree.

11. Para a validade do acceite, é sufficiente a simples assignatura do proprio punho do sacado ou do mandatario especial, no anverso da letra.

Vale, como acceite puro, a declaração que não traduzir inequivocamente a

recusa, limitação ou modificação.

Paragrapho unico. Para os effeitos cambiaes, a limitação ou modificação do acceite equivale á recusa, ficando, porém, o acceitante cambialmente vinculado, nos termos da limitação ou modificação.

12. O acceite, uma vez firmado, não póde ser cancellado nem retirado.

13. A falta ou recusa do acceite prova-se pelo protesto.

Capitulo IV. Do aval.

14. O pagamento de uma letra de cambio, independente, de acceite e do endosso, póde ser garantido por aval. Para a validade do aval, é sufficiente a simples assignatura do proprio punho do avalista ou do mandatario especial, no verso ou no anverso da letra.

15. O avalista é equiparado áquelle cujo nome indicar; na falta de indicação, áquelle abaixo de cuja assignatura lançar a sua; fora destes casos, ao acceitante e,

não estando acceita a letra, ao sacador.

Capitulo V. Da multiplicação da letra de cambio.

Secção I. Das duplicatas.

- 16. O sacador, sob pena de responder por perdas e interesses, é obrigado a dar, ao portador, as vias de letra que este reclamar antes do vencimento, differenciadas, no contexto, por numeros de ordem ou pela resalva, das que se extraviaram. Na falta da differenciação ou da resalva, que torne inequivoca a unicidade da obrigação, cada exemplar valerá como letra distincta.
- § 1. O endossador e o avalista, sob pena de responderem por perdas e interesses, são obrigados a repetir, na duplicata, o endosso e o aval firmados no original.
- § 2. O sacado fica cambialmente obrigado por cada um dos exemplares em que firmar o acceite.

§ 3. O endossador de dous ou mais exemplares da mesma letra a pessoas differentes, e os successivos endossa dores e avalistasficam cambialmente obrigados.

§ 4. O detentor da letra expedida para o acceite é obrigado a entregal-a ao legitimo portador da duplicata, sob pena de responder por perdas e interesses.

Capitulo VI. Do vencimento.

17. A letra á vista vence-se no acto da apresentação ao sacado.

A letra, a dia certo, vence-se nesse dia. A letra, a dias da data ou da vista, vence-se no ultimo dia do prazo; não se conta, para a primeira, o dia do saque, e, para a segunda, o dia do acceite.

A letra a semanas, mezes ou annos da data ou da vista vence no dia da semana, mez ou anno do pagamento, correspondente ao dia do saque ou ao dia do acceite. Na falta do dia correspondente, vence-se no ultimo dia do mez do pagamento.

- 18. Sacada a letra em paiz, onde vigorar outro calendario, sem a declaração do adoptado, verifica-se o termo do vencimento, contando-se do dia do calendario gregoriano, correspondente ao da emissão da letra pelo outro calendario.
- 19. A letra é considerada vencida, quando protestada: I. Pela falta ou recusa do acceite; II. Pela fallencia do acceitante.
- O pagamento, nestes casos, continúa differido até ao dia do vencimento ordinario da letra, occorrendo o acceite de outro sacado nomeado ou, na falta, a acquiescencia do portador, expressa no acto do protesto, ao acceite na letra, pelo interveniente voluntario.

Capitulo VII. Do pagamento.

20. A letra deve ser apresentada ao sacado ou ao acceitante para o pagamento, no logar designado e no dia do vencimento ou, sendo este dia feriado por lei, no

11. In order that the acceptance may be valid, the simple signature of the drawee or of his special attorney, in his own handwriting, on the face of the bill, is sufficient.

A declaration which clearly does not carry with it a refusal, limitation or

modification, is valid as a pure acceptance.

Sole paragraph. For exchange effects, a limitation or modification of the acceptance is equivalent to a refusal, but the acceptor is bound by it in the terms of the limitation or modification.

12. An acceptance once signed cannot be cancelled or withdrawn.

13. Failure or refusal to accept is proved by the protest.

Chapter IV. Aval.

14. The payment of a bill of exchange, independent of acceptance and endorsement, may be guaranteed by aval. In order that the aval may be valid, the simple signature of the guarantor (avalista) or of his special attorney, in his own handwriting, either on the back or face of the bill, is sufficient.

15. The guaranter is on an equal footing with the person whose name he mentions, and failing any mention, with the one below whose signature he has placed his own; in other cases, with the acceptor, or if the bill is not accepted,

with the drawer.

Chapter V. Duplication of bills of exchange.

Section I. Duplicates.

- 16. A drawer, on pain of being liable for loss or damage, is bound to give the holder any copies of the bill which the latter may demand before maturity, distinguished in their text by order numbers, or by a reservation as to those which have gone astray. In default of this distinction or reservation, making the singleness of the obligation clear, each copy shall have the value of a distinct and separate bill.
- § 1. The endorser and the guarantor (avalista) are bound to repeat in the copy the endorsement and guarantee signed in the original, on pain of being liable for loss and damage.
- § 2. The drawee is bound by each of the copies on which he signs his acceptance.

§ 3. The endorser of two or more copies of the same bill to different persons

and the successive endorsers and guarantors are bound by their signatures. § 4. A person who detains a bill sent for acceptance is bound to deliver it to the legitimate holder of a copy, on pain of being liable for loss and damage.

Chapter VI. Maturity.

17. A bill at sight matures by the act of its presentment to the drawee. A bill for a fixed day matures on that day. A bill at days after date or sight,

matures on the last day of the period; in the first case the day of drawing is not reckoned, nor in the second case is the day of acceptance.

A bill at weeks, months or years after date or sight matures on the day of the week, month or year of payment which corresponds to the day of drawing or of acceptance. Should there be no corresponding day, it matures on the last day

of the month of payment.

18. If the bill is drawn in a country where a different calendar is used, without mention of the one to be adopted, the term of maturity is arrived at by reckoning from the day of the Gregorian calendar corresponding to the day of the issue of the bill according to the other calendar.

19. A bill is considered matured when protested: I. Through failure or refusal

to accept it; — II. Through the bankruptcy of the acceptor.

In these cases, payment continues deferred until the ordinary due date of the bill, in case of the acceptance of any other drawee named, or failing him, the acquiesence of the holder, expressed in the act of protest, to the acceptance of the bill by an acceptor for honour.

Chapter VII. Payment.

20. A bill must be presented to the drawee or to the acceptor for payment in the place stated and on the day of maturity, but if that day is a legal holiday,

primeiro dia util immediato, sob pena de perder o portador o direito de regresso

contra o sacador, endossadores e avalistas.

§ 1. Será pagavel á vista a letra que não indicar a época do vencimento. Será pagavel, no logar mencionado ao pé do nome do sacado, a letra que não indicar o logar do pagamento.

E' facultada a indicação alternativa de logares de pagamento, tendo o portador direito de opção. A letra póde ser sacada sobre uma pessoa, para ser paga

no domicilio de outra, indicada pelo sacador ou pelo acceitante.

§ 2. No caso de recusa ou falta de pagamento pelo acceitante, sendo dous ou mais os sacados, o portador deve apresentar a letra ao primeiro nomeado, si estiver domiciliado na mesma praça; assim successivamente, sem embargo da fórma da indicação na letra dos nomes dos sacados.

§ 3. Sobrevindo caso fortuito ou força maior, a apresentação deve ser feita,

logo que cessar o impedimento.

- 21. A letra á vista deve ser apresentada ao pagamento dentro do prazo nella marcado; na falta desta designação, dentro de 12 mezes, contados da data da emissão do titulo, sob pena de perder o portador o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas.
- 22. O portador não é obrigado a receber o pagamento antes do vencimento da letra. Aquelle que paga uma letra, antes do respectivo vencimento, fica responsavel pela validade desse pagamento.

§ 1. O portador é obrigado a receber o pagamento parcial, ao tempo do ven-

cimento.

- § 2. O portador é obrigado a entregar a letra com a quitação áquelle que effectua o pagamento; no caso do pagamento parcial, em que se não opera a tradição do titulo, além da quitação em separado, outra deve ser firmada na propria letra.
- 23. Presume-se validamente desonerado aquelle que paga a letra no vencimento, sem opposição.

Paragrapho unico. A opposição ao pagamento é sómente admissivel no caso

de extravio da letra, de fallencia ou incapacidade do portador para recebel-o.

24. O pagamento feito pelo acceitante ou pelos respectivos avalistas desonera da responsabilidade cambial todos os co-obrigados.

O pagamento feito pelo sacador, pelos endossadores ou respectivos avalistas desonera da responsabilidade cambial os co-obrigados posteriores.

Paragrapho unico. O endossador ou o avalista, que paga ao endossatario ou ao avalista posterior, póde riscar o proprio endosso ou aval e os dos endossadores

ou avalistas posteriores.

25. A letra de cambio deve ser paga na moeda indicada. Designada moeda estrangeira, o pagamento, salvo determinação em contrario, expressa na letra, deve ser effectuado em moeda nacional, ao cambio á vista do dia do vencimento e do logar do pagamento; não havendo no logar curso de cambio, pelo da praça mais proxima.

26. Si o pagamento de uma letra de cambio não for exigido no vencimento, o acceitante póde, depois de expirado o prazo para o protesto por falta de pagamento, depositar o valor da mesma, por conta e risco do portador, independente

de qualquer citação.

27. A falta ou recusa, total ou parcial, de pagamento, prova-se pelo protesto.

Capitulo VIII. Do protesto.

28. A letra que houver de ser protestada por falta de acceite ou de pagamento deve ser entregue ao official competente, no primeiro dia util que se seguir ao da recusa do acceite ou ao do vencimento, e o respectivo protesto tirado dentro de tres dias uteis.

Paragrapho unico. O protesto deve ser tirado do logar indicado, na letra para o acceite ou para o pagamento. Sacada ou acceita a letra para ser paga em outro domicilio que não o do sacado, naquelle domicilio deve ser tirado o protesto.

29. O instrumento de protesto deve conter: I. A data; — II. A transcripção litteral da letra e das declarações nella inseridas pela ordem respectiva; — III. A certidão da intimação ao sacado ou ao acceitante ou aos outros sacados, nomeados na letra par a acceitar ou pagar, a resposta dada ou a declaração da falta da resposta; on the first following working day, on pain of the holder losing his right of regressive

action against the drawer, the endorsers and the guarantors.

§ 1. A bill which does not state the time of maturity, shall be payable at sight. A bill which does not state the place of payment shall be payable in the place mentioned below the name of the drawee.

An alternative mention of places of payment may be made, the holder having the right of choice. A bill may be drawn on one person for payment in the place of residence of another, indicated either by the drawer or by the acceptor.

§ 2. In case of the refusal or failure to pay by the acceptor, there being two or more drawees, the holder must present the bill to the one first named, if he resides in the same place, and so on successively, without prejudicing the order of the names of the drawees indicated in the bill.

§ 3. Should anything unforseen or vis major arise, presentment must be made

immediately the hindrance has passed.

21. A bill at sight must be presented for payment within the period named in it; should no period be mentioned, then within 12 months reckoned from the date of its issue, on pain of the holder losing the right of regressive action against the drawer, endorsers and guarantors.

22. A holder is not bound to accept payment before the maturity of a bill. A person who pays a bill before maturity makes himself responsible for the validity

of such payment.

- § 1. A holder is bound to accept partial payment at the time of maturity.
- § 2. A holder is bound to deliver the bill with a receipt to the person who has made payment; in the case of partial payment, in which a transference of the instrument does not take place, in addition to a separate receipt, another must be entered on the bill itself.

23. A person who pays a bill at maturity without opposition is presumed

validly freed from further obligation.

Sole paragraph. Opposition to payment is only admissible in the case of a bill having been lost, or of bankruptcy or the incapacity of the holder to receive it.

24. Payment made by the acceptor or by the respective guarantors frees

all the co-obligors from exchange liability.

Payment made by the drawer, by the endorsers or the respective guarantors

frees subsequent co-obligors from exchange liability.

Sole paragraph. The endorser or guarantor who pays an endorsee or subsequent guarantor may cross out his own endorsement or guarantee, and those of

subsequent endorsers or guarantors.

25. A bill of exchange must be paid in the coin indicated. If foreign money is mentioned, payment, unless it is expressed to the contrary in the bill, must be effected in national coin at the rate of exchange at sight on the due date at the place of payment; if there is no rate of exchange quoted at the place, then at that ruling in the nearest place.

26. If payment of a bill of exchange is not demanded at maturity, the acceptor may, after the time during which protest may be made in case of non-payment has elapsed, deposit the amount of the same, for the account and at the risk of

the holder, independent of any notice.

27. Failure or refusal to pay, either all or a part, is proved by the protest.

Chapter VIII. Protest.

28. A bill which has been protested for want of acceptance or of payment, must be delivered to the proper officer on the first working day following that of the refusal of acceptance or that of maturity, and the respective protest be drawn up within three working days.

Sole paragraph. The protest must be drawn up in the place indicated in the bill for acceptance or for payment. If the bill is drawn or accepted, to be paid in another place which is not that where the drawee resides, the protest must be

drawn up in such other place.

29. The instrument of protest must contain: I. The date; — II. A literal copy of the bill with the declarations therein inserted, in their proper order; — III. A certificate of the notice to the drawee or to the acceptor or to the other drawees named in the bill for acceptance or payment, the reply given or a declaration

- A intimação é dispensada no caso do sacado ou acceitante firmar na letra a declaração da recusa do acceite ou do pagamento e, na hypothese de protesto, por causa de fallencia do acceitante; — IV. A certidão de não haver sido encontrada ou de ser desconhecida a pessoa, indicada para acceitar ou para pagar. Nesta hypothese, o official affixará a intimação nos logares do estylo e, si possivel, a publicará pela imprensa; — V. A indicação dos intervenientes voluntarios e das firmas por elles honradas; — VI. A acquiescencia do portador ao acceite por honra; — VII. A assignatura, com o signal publico, do official do protesto.

Paragrapho unico. Este instrumento, depois de registrado no livro de protestos, deverá ser entregue ao detentor ou portador da letra óu áquelle que houver effectuado

30. O portador é obrigado a dar aviso do protesto ao ultimo endossador, dentro de dous dias, contados da data do intrumento do protesto e cada endossatario, dentro de dous dias, contados do recebimento do aviso, deve transmittil-o ao seu endossador sob pena de responder por perdas e interesses.

Não constando do endosso o domicilio ou a residencia do endossador, o aviso deve ser transmittido ao endossador anterior, que houver satisfeito aquella for-

malidade.

Paragrapho unico. O aviso póde ser dado em carta registrada. Para esse fim, a carta será levada aberta ao Correio, onde, verificada a existencia do aviso, se declarará o conteudo da carta registrada no conhecimento e talão respectivo.

31. Recusada a entrega da letra por aquelle que a recebeu para firmar o acceite ou para effectuar o pagamento, o protesto póde ser tirado por outro exemplar ou, na falta, pelas indicações do protestante.

Paragrapho unico. Pela prova do facto, póde ser decretada a prisão do detentor da letra, salvo depositando este a somma cambial e a importancia das despezas

- 32. O portador que não tira, em tempo util e fórma regular, o instrumento ao protesto da letra, perde o direito de regresso contra o sacador, endossadores e dvalistas.
- 33. O official que não lavra, em tempo util e fórma regular, o instrumento do protesto, além da pena em que incorrer, segundo o Codigo Penal, responde por perdas e interesses.

Capitulo IX. Da intervenção.

34. No acto do protesto pela falta ou recusa do acceite, a letra póde ser acceita por terceiro, mediante a acquiescencia do detentor ou portador.

A responsabilidade cambial deste interveniente é equiparada á do sacado que

acceita.

35. No acto do protesto, exceptuada apenas a hypothese do artigo anterior, qualquer pessoa tem o direito de intervir para effectuar o pagamento da letra, por honra de qualquer das firmas.

§ 1. O pagamento, por honra da firma do acceitante ou dos respectivos avalistas,

desonera da responsabilidade cambial todos os co-obrigados.

O pagamento, por honra da firma do sacador, do endossador ou dos respectivos avalistas, desonera da responsabilidade cambial todos os co-obrigados posteriores. § 2. Não indicada a firma, entende-se ter sido honrada a do sacador, quando

acceita a letra, a do acceitante.

§ 3. Sendo multiplas as intervenções, concorram ou não co-obrigados, deve

ser preferido o interveniente, que desonera maior numero de firmas.

Multiplas as intervenções pela mesma firma, deve ser preferido o interveniente co-obrigado; na falta deste, o sacado; na falta de ambos, o detentor ou portador tem a opção. E' vedada a intervenção ao acceitante ou ao respectivo avalista.

Capitulo X. Da annullação da letra.

36. Justificando a propriedade e o extravio ou a destruição total ou parcial da letra, descripta com clareza e precisão, o proprietario póde requerer ao juiz competente do logar do pagamento, na hypothese de extravio, a intimação do sacado ou do acceitante e dos co-obrigados, para não pagarem a alludida letra, that no reply was given. Notice is not necessary where the drawee or acceptor writes on the bill a declaration that he refuses to accept or pay, nor when protest is made by reason of the bankruptcy of the acceptor; - IV. A certificate that the person indicated to accept or to pay cannot be found or is unknown. In such a case, the officer shall affix the notice in the usual places and if possible shall publish it in the press; — V. A statement of the voluntary interveners (for honour) and of the signatures honoured by them; — VI. The consent of the holder to an acceptance for honour; - VII. The signature of the officer of the protest, with the public seal.

Sole paragraph. This instrument, after having been registered in the book of protests, must be delivered to the detainer or holder of the bill, or to the person

who has effected the payment.

30. The holder is bound to give notice of the protest to the last endorser within two days, reckoned from the date of the instrument of protest, and each endorsee within two days reckoned from the receipt of the notice, must transmit it to his endorser, on pain of being liable for loss and damage.

If the domicile or place of residence of the endorser does not appear in the endorsement, the notice must be transmitted to the next previous endorser who

has satisfied that formality.

Sole paragraph. The notice may be sent by registered letter. For the purpose, the letter shall be taken to the Post Office open, where, after the existence of the notice has been verified, the contents of the registered letter shall be declared on the receipt and respective tally.

31. If delivery of the bill is refused by the person who has received it to sign his acceptance or to effect payment, the protest may be drawn up from another

copy, or failing that, from the indications of the protestor.

Sole paragraph. The arrest of the detainer of a bill may be decreed, on proof of the fact, unless he deposits the exchange amount and the total of the expenses

32. A holder who does not take out in the proper time and regular form the instrument of protest of a bill, loses the right of regressive action against the drawer,

endorsers and guarantors.

33. An officer who does not draw up in the proper time and regular form the instrument of the protest, besides any penalty he may incur according to the Penal Code, is liable for loss and damage.

Chapter IX. Intervention (for honour).

34. In the act of protest through failure or refusal to accept, a bill may be accepted by a third person with the consent of the detainer or holder.

The exchange liability of such an intervener is equal to that of a drawee who

accepts.

35. In the act of protest, apart from the hypothesis of the preceding Article, any person has the right to intervene in order to effect the payment of a bill for the honour of any of the signatures.

§ 1. Payment for honour of the signature of the acceptor or of the respective

guarantors, frees from exchange liability all the co-obligors.

Payment for honour of the signature of the drawer, of the endorser or of the respective guarantors, frees from exchange liability all the succeeding co-obligors.

§ 2. If the signature is not indicated, that of the drawer is understood to have been honoured, and if the bill has been accepted, that of the acceptor.

§ 3. If there are several interventions, whether co-obligors enter or not, the intervener who will free the greatest number of signatures shall be preferred. If there are several interventions for the same signature, the co-obligor intervener shall be preferred; failing him, the drawer; and failing both, the detainer or holder shall have the option. The intervention of the acceptor or of the respective guarantor is not allowed.

Chapter X. Cancellation of a bill.

36. On proving the ownership of a bill and the loss or total or partial destruction, described with clearness and precision, the owner may apply to the competent Judge of the place of payment, in the case of loss, for the drawee or acceptor and the co-obligors to be notified not to pay the said bill, and for the detainer to be notified

e a citação do detentor para apresental-a em juizo, dentro do prazo de tres mezes, e, nos casos de extravio e de destruição, a citação dos co-obrigados para, dentro do referido prazo, opporem contestação, firmada em defeito de fórma do titulo ou, na falta de requisito essencial, ao exercicio da acção cambial.

Estas citações e intimações devem ser feitas pela imprensa, publicadas no jornal official do Estado e no Diario Official para o Districto Federal e nos periodicos indicados pelo juiz, além de affixadas nos logares do estylo e na bolsa da praça do

pagamento.

§ 1. O prazo de tres mezes corre da data do vencimento; estando vencida a

letra, da data da publicação no jornal official.

- § 2. Durante o curso desse prazo, munido da certidão do requerimento e do despacho favoravel do juiz, fica o proprietario autorizado a praticar todos os actos necessarios á garantia do direito creditorio, podendo, vencida a letra, reclamar do acceitante o deposito judicial da somma devida.
- § 3. Decorrido o prazo, sem se apresentar o portador legitimado (art. 39) da letra, ou sem a contestação do co-obrigado (art. 36), o juiz decretará a nullidade do titulo extraviado ou destruido e ordenará, em beneficio do proprietario, o levantamento do deposito da somma, caso tenha sido feito.

§ 4. Por esta sentença, fica o proprietario habilitado, para o exercicio da acção

executiva, contra o acceitante e os outros co-obrigados.

§ 5. Apresentada a letra pelo portador legitimado (art. 39) ou offerecida a contestação (art. 36) pelo co-obrigado, o juiz julgará prejudicado o pedido de annullação da letra, deixando salvo á parte, o recurso aos meios ordinarios.

§ 6. Da sentença proferida no processo cabe o recurso de aggravo com effeito

suspensivo.

§ 7. Este processo não impede o recurso á duplicata e nem para os effeitos da responsabilidade civil do co-obrigado, dispensa o aviso immediato do extravio, por cartas registradas, endereçadas ao sacado, ao acceitante e aos outros co-obrigados, pela fórma indicada no paragrapho unico do art. 30.

Capitulo XI. Do resaque.

37. O portador da letra protestada póde haver o embolso da somma devida, pelo resaque de nova letra de cambio, á vista, sobre qualquer dos obrigados.

O resacado que paga póde, por seu turno, resacar sobre qualquer dos co-obrigados

a elle anteriores.

Paragrapho unico. O resaque deve ser acompanhado da letra protestada, do

instrumento do protesto e da conta de retorno.

- 38. A conta de retorno deve indicar: I. A somma cambial e a dos juros legaes, desde o dia do veneimento; II. A somma das despezas legaes; protesto, commissão, porte de cartas, sellos, e dos juros legaes, desde o dia em que foram feitas; III. O nome do resacado; IV. O preço do cambio, certificado por corretor ou, na falta por dous commerciantes.
- § 1. O recambio é regulado pelo curso do cambio da praça do pagamento, sobre a praça do domicilio ou da residencia do resacado; o recambio, devido ao endossador ou ao avalista que resaca, é regulado pelo curso do cambio da praça do resaque, sobre a praça da residencia ou do domicilio do resacado.

Não havendo curso de cambio na praça do resaque, o recambio é regulado pelo curso do cambio da praça mais proxima.

§ 2. E' facultado o cumulo dos recambios, nos successivos resaques.

Capitulo XII. Dos direitos e das obrigações cambiaes.

Secção I. Dos direitos.

39. O possuidor é considerado legitimo proprietario da letra ao portador e da letra endossada em branco.

O ultimo endossatario é considerado legitimo proprietario da letra endossada em «prazo», si o primeiro endosso estiver assignado pelo tomador e cada um dos outros, pelo endossatario do endosso, immediatamente anterior.

to produce it in Court within a period of three months, and in the case of loss or destruction, for the co-obligors to be cited within the same period to offer an objection, based on a defect in the form of the instrument or on the absence of the essential requisites for the exercise of the exchange right of action.

These citations and notifications must be made in the press, published in the Official Journal of the State and in the *Diario Official* of the Federal District and in the periodicals indicated by the Judge, besides being fixed in the usual places

and in the Exchange of the place of payment.

§ 1. The period of three months commences from the due date; if the bill has matured it commences from the date of publication in the Official Journal.

- § 2. The owner is authorized, during the running of the said period, and after having obtained a certificate of his application, and of the finding of the Judge favourable to himself, to do all acts necessary to secure his right as creditor, and he may, after the bill has matured, demand from the acceptor the judicial deposit of the sum due.
- § 3. After the period has expired without the legitimate holder of the bill having appeared (Art. 39), or without the objection of a co-obligor (Art. 36), the Judge shall decree the nullity of the instrument which has been lost or destroyed, and shall order, for the benefit of the owner, the withdrawal of the amount deposited, if it has been deposited.

§ 4. By this decision the owner is empowered to bring an executive action

against the acceptor and the other co-obligors.

- § 5. After the bill has been presented by the legitimate holder (Art. 39) or the objection offered (Art. 36) by a co-obligor, the Judge shall refuse the application for cancellation of the bill, allowing the party to appeal through the ordinary channels.
- § 6. From the judgment delivered in the process, an appeal with suspensive effect will lie.
- § 7. This process does not hinder recourse to a duplicate nor, for the effects of the civil liability of the co-obligors, does it dispense with the immediate notification of the loss, by registered letters, addressed to the drawee, to the acceptor and to the other co-obligors, in the manner set out in the sole paragraph of Art. 30.

Chapter XI. Cross bill (re-draft).

37. The holder of a protested bill may be refunded the sum due by drawing a cross bill of exchange (re-draft) at sight on any of the persons liable.

The person on whom the cross bill is drawn, if he pays, may, in his turn, draw

again on any of the co-obligors previous to himself.

Sole paragraph. The cross bill must be accompanied by the protested bill, by

the instrument of protest and by an account of the expenses of the return.

38. The account of the return must state: I. The exchange amount and that of the legal interest since the due date; — II. The amount of the legal expenses and that of the protest, commission, postage and stamps, with the legal interest from the day on which they were incurred; — III. The name of the person on whom the cross bill (re-draft) is drawn; — IV. The rate of exchange, certified by a broker, or failing him by two traders.

§ 1. Re-exchange is regulated by the rate of exchange at the place of payment on the place where the person on whom the cross bill (re-draft) is drawn is domiciled or resident; re-exchange due to the endorser or to the guarantor who re-draws, is regulated by the rate of exchange at the place of re-drawing on the place where

the person on whom the bill is re-drawn resides or is domiciled.

If there is no rate of exchange quoted at the place of re-drawing, re-exchange

is regulated by the rate ruling in the nearest place.

§ 2. Re-exchanges may be cumulative, by successive cross bills (re-drafts).

Chapter XII. Exchange rights and obligations.

Section I. Rights.

39. A holder is considered the legitimate owner of a bill to bearer or of a bill endorsed in blank.

The last endorsee is considered the legitimate owner of a bill endorsed specially, if the first endorsement has been signed by the taker and each of the others by the endorsee of the endorsement immediately preceding.

Seguindo-se, ao endosso em branco, outro endosso, presume-se haver o endos-

sador deste adquirido por aquelle a propriedade da letra.

§ 1. No caso de pluralidade de tomadores ou de endossatarios, conjunctos ou disjunctos, o tomador ou o endossatario possuidor da letra é considerado, para eosffeitos cambiaes, o credor unico da obrigação. § 2. O possuidor, legitimado de accôrdo com este artigo, sómente no caso de

má fé na acquisição, póde ser obrigado a abrir mão da lettra de cambio.

40. Quem paga não está obrigado a verificar a authenticidade dos endossos. Paragrapho unico. O interveniente voluntario que paga fica subrogado em

todos os direitos daquelle, cuja firma foi por elle honrada.

41. O detentor, embora sem titulo algum, está autorizado a praticar as diligencias necessarias, á garantia do credito, a reclamar o acceite, a tirar os protestos, a exigir, ao tempo do vencimento, o deposito da somma cambial.

Secção II. Das obrigações.

42. Póde obrigar-se, por letra de cambio, quem tem a capacidade civil ou

Paragrapho unico. Téndo a capacidade pela lei brazileira, o estrangeiro fica obrigado pela declaração, que firmar, sem embargo da sua incapacidade, pela lei do

Estado a que pertencer.

43. As obrigações cambiaes são autonomas e independentes umas das outras. O signatario da declaração cambial, fica, por ella, vinculado e solidariamente responsavel pelo acceite e pelo pagamento da letra, sem embargo da falsidade, da falsifi-

cação ou da nullidade de qualquer outra assignatura.

44. Para os effeitos cambiaes, são consideradas não escriptas: I. A clausula de - II. A clausula prohibitiva do endosso ou do protesto, a excludente da responsabilidade pelas despezas e qualquer outra, dispensando a observancia dos termos ou das formalidades prescriptas por esta lei; — III. A clausula prohibitiva da apresentação da letra ao acceite do sacado; — IV. A clausula excludente ou restrictiva da responsabilidade e qualquer outra beneficiando o devedor ou o credor, além dos limites fixados por esta lei.

§ 1. Para os effeitos cambiaes, o endosso ou aval cancellado é considerado

não escripto.

§ 2. Não é letra de cambio o titulo em que o emittente exclue ou restringe a

sua responsabilidade cambial.

45. Pelo acceite, o sacado fica cambialmente obrigado para com o sacador e respectivos avalistas.

§ 1. A letra endossada ao acceitante, póde ser por este reendossada, antes

do vencimento.

§ 2. Pelo reendosso da letra, endossada ao sacador, ao endossado ou ao avalista,

continuam cambialmente obrigados os co-devedores intermedios.

46. Aquelle que assigna a declaração cambial, como mandatario ou representante legal de outrem, sem estar devidamente autorizado, fica, por ella, pessoal mente obrigado.

47. A substancia, os effeitos, a fórma extrinseca e os meios de prova da obrigação cambial são regulados pela lei do logar, onde a obrigação foi firmada.

48. Sem embargo da desoneração da responsabilidade cambial, o sacador ou o acceitante fica obrigado a restituir ao portador, com os juros legaes, a somma com a qual se locupletou á custa deste.

A acção do portador, para este fim, é a ordinaria.

Capitulo XIII. Da acção cambial.

49. A acção cambial é a executiva. Por ella, tem tambem o credor o direito de reclamar a importancia que receberia pelo resaque (art. 38).

50. A acção cambial póde ser proposta contra um, alguns ou todos os co-obrigados, sem estar o credor adstricto á observancia da ordem dos endossos.

51. Na acção cambial, sómente é admissivel defesa fundada no direito pessoal do réo contra o autor, em defeito de fórma do titulo e na falta de requisito necessario ao exercicio da acção.

If another endorsement follows an endorsement in blank, it is presumed that the after endorser acquired through the endorsement in blank the ownership of the bill.

§ 1. In case of there being several takers or endorsees, either together or separate, the taker or endorsee who is the possessor of the bill is considered, for exchange effects, the only creditor of the obligation.

§ 2. The possessor whose ownership has been legalized in accordance with this Article, can only be obliged to give up his claim to a bill of exchange, when it

has been fraudulently obtained.

40. He who pays is not bound to verify the authenticity of the endorsements. Sole paragraph. An intervener who pays for honour assumes all the rights of

the person whose signature he has honoured.

41. A possessor, although having no title, is authorized to take all the measures necessary to guarantee his credit, to demand acceptance, to make protests, and to require at the time of maturity a deposit of the exchange amount.

Section II. Obligations.

42. Any person having civil or commercial capacity may bind himself by a bill of exchange.

Sole paragraph. Having capacity according to Brazilian law, a foreigner is bound by the declaration which he signs, notwithstanding his incapacity accord-

ing to the law of the country to which he belongs.

43. Exchange obligations stand by themselves and are independent of one another. He who attaches his signature to an exchange declaration is thereby bound and jointly and severally liable for the acceptance and payment of the bill, notwith-

standing the falsity, falsification or nullity of any other signature.

44. For exchange effects the following are considered as unexpressed: I. A clause regarding interest; — II. A clause forbidding endorsement or protest, one excluding liability for expenses or any other dispensing with the observance of the periods or formalities set out in this Law; — III. A clause forbidding the presentment of the bill for acceptance by the drawee; — IV. A clause excluding or restricting liability or any other clause in favour of the debtor or creditor which exceeds the limits expressed in this Law.

§ 1. For exchange effects, a cancelled endorsement or guarantee is considered

as not having been written.

§ 2. An instrument in which the drawer excludes or restricts his exchange liability is not a bill of exchange.

45. By acceptance, a drawee is liable to the drawer and respective guarantors.

§ 1. A bill endorsed to the acceptor may be re-endorsed by him before maturity.

§ 2. By the re-endorsement of a bill endorsed to the drawer, to the endorsee

or to the guarantor, the intermediate co-debtors continue to be bound.

46. He who signs a declaration on a bill of exchange as the attorney or legal representative of another, without having been duly authorized to do so, is personally bound by it.

47. The substance, the effects, the extrinsic form and the means of proof of an exchange obligation are regulated by the law of the place where the obligation

was contracted.

48. Without prejudice to the discharging of an exchange liability, a drawer or acceptor is bound to restore to the holder, with legal interest, the amount by which he enriched himself at the cost of the latter.

To this end, the action of the holder is an ordinary action.

Chapter XIII. Bill of exchange action.

49. A bill of exchange action is an executive one. By it, a creditor has also the right of claiming the amount he should receive by a cross bill (re-draft).

50. A bill of exchange action may be brought against one, several or all the co-obligors, without the creditor being restricted to observe the order of the endorsements.

51. In a bill of exchange action, only defences founded on the personal right of the defendant against the plaintiff, on a defect in the form of the instrument or on the absence of the necessary requisites to the exercise of the action, are admissible.

Capitulo XIV. Da prescripção da acção cambial.

52. A acção cambial, contra o sacador, acceitante e respectivos avalistas, prescreve em cinco annos. A acção cambial contra o endossador e respectivo avalista prescreve em 12 mezes.

53. O prazo da prescripção é contado do dia em que a acção póde ser proposta;

para o endossador ou respectivo avalista que paga, do dia desse pagamento.

Titulo II. Da nota promissoria.

Capitulo I. Da emissão.

54. A nota promissoria é uma promessa de pagamento e deve conter estes requisitos essenciaes, lançados, por extenso, no contexto: I. A denominação de «Nota promissoria» ou termo correspondente, na lingua, em que for emittida; — II. A somma de dinheiro a pagar; — III. O nome da pessoa a quem deve ser paga;
 IV. A assignatura do proprio punho do emittente ou do mandatario especial.

§ 1. Presume-se ter o portador ó mandato para inserir a data e logar da emissão

da nota promissoria, que não contiver estes requisitos. § 2. Será pagavel á vista a nota promissoria que não indicar a época do vencimento. Será pagavel no domicilio do emittente, a nota promissoria que não indicar o logar do pagamento.

E' facultada a indicação alternativa de logar de pagamento, tendo o portador

direito de opção.

§ 3. Diversificando as indicações da somma do dinheiro, será considerada verdadeira a que se achar lançada por extenso no contexto.

Diversificando no contexto as indicações da somma de dinheiro, o titulo não

será nota promissoria.

- § 4. Não será nota promissoria o escripto ao qual faltar qualquer dos requisitos acima «enumerados». Os requisitos essenciaes são considerados lançados, ao tempo da emissão da nota promissoria. No caso de má fé do portador, será admittida prova em contrario.
 - 55. A nota promissoria póde ser passada: I. A vista; II. A dia certo; —

III. A tempo certo da data.

Paragrapho unico. A época do pagamento deve ser precisa e unica para toda a somma devida.

Capitulo II. Disposições geraes.

56. São applicaveis á nota promissoria, com as modificações necessarias, todos os dispositivos do titulo I desta lei, excepto os que se referem ao acceite e ás duplicatas.

Para o effeito da applicação de taes dispositivos, o emittente da nota promissoria

é equiparado ao acceitante da letra de cambio.

57. Ficam revogados todos os artigos do titulo XVI do Codigo Commercial e mais disposições em contrario.

Leis Consulares.1)

Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brazileiro, a que se refere o Decreto n.º 3.259 de 11 de abril de 1899.

Titulo I. Da organisação do corpo consular.

Capitulo I. Dos empregados consulares, suas jurisdicções, nomeações, classes e prerogativas.

Art. 1. Aos Consules incumbe nos seus districtos e logares de residencia promover o commercio e navegação, bem como proteger as pessoas e interesses dos cidadãos brazileiros. (Regulamento Consular, art. 1.)

¹⁾ Neste Regulamento se acham consolidadas e reunidas systematicamente todas as disposições de lei e de actos administrativos vigentes relativos ao Corpo Consular, sua organisação e serviço; por isso, adiante de cada artigo ou paragrapho vem sempre indicado, entre parenthesis,

Chapter XIV. Prescription of bills of exchange actions.

52. A bill of exchange action against the drawer, acceptor or respective guarantors, is prescribed in five years. A bill of exchange action against the endorser

or respective guarantor is prescribed in 12 months.

53. The period of prescription is reckoned from the day on which the action may be commenced; for the endorser or respective guarantor who pays, from the day of such payment.

Title II. Promissory notes.

Chapter I. Issue.

54. A promissory note is a promise to pay and the following are required to be written in full in the text: I. The words "Promissory Note" or their equivalent in the language in which it is issued; — II. The sum of money to be paid; — III. The name of the person to whom it has to be paid; — IV. The signature in the handwriting of the maker or in that of his special attorney.

§ 1. The holder is presumed to have authority to insert the date and place of

issue of a promissory note which does not contain these particulars.

§ 2. A promissory note which does not state the time of maturity shall be payable at sight. A promissory note which does not state the place of payment shall be payable at the residence of the maker.

The mention of an alternative place of payment is allowed, the holder having

the right of choice.

§ 3. If there is a difference in the amount of money stated, that which is written out in full in the text shall be considered the true one.

If there is a difference in the indications of the amount of money in the text,

the document is not a promissory note.

§ 4. Any document in which any of the requirements above "enumerated" are wanting is not a promissory note. The esssential requisites are considered as having been expressed at the time when the promissory note was made. In case of bad faith of the holder, proof to the contrary will be admitted.

55. A promissory note may be made: I. At sight; — II. For a fixed day; —

III. At a certain time after date.

Sole paragraph. The time of payment must be definite and for the undivided total of the amount due.

Chapter II. General provisions.

56. All the provisions of Title I of this Law, with the exception of those relating to acceptance and to duplicates are applicable to a promissory note.

For the effect of the application of such provisions, the maker of a promissory

note is on the same level with the acceptor of a bill of exchange.

57. All the Articles of Title XVI of the Commercial Code are hereby repealed, and also any provisions contrary to this Law.

The Consular Laws. 1)

The Consolidation of the laws, decrees and decisions relating to the Brazilian Consular Body, to which Decree No. 3259 of the 11th of April 1899 refers,

Title I. The organization of the Consular Body.

- Chapter I. Consular officers, their powers, appointment, classes and privileges.
- Art. 1. It is the duty of Consuls in their districts and places of residence to encourage trade and navigation, as well as to protect the persons and interests of Brazilian citizens (Consular Regulation, Art. 1).

¹⁾ In this Ordinance, all the legal provisions and administrative measures in force relating to the Consular Body, its organization and work, are consolidated and systematically collected; and, on this account, after each Article or paragraph, the previous provision of the law or ad-

2. Os districtos comprehendem todo o territorio em que os Consules Geraes e Consules exercem sua autoridade directamente, ou por meio de Vice-Consules.

Logares de residencia comprehendem o territorio em que os Consules Geraes, monsules e Vice-Consules ou Agentes Commerciaes exercem por si, sem outro inter-Cedio sua autoridade. (Regulamento Consular, art. 2.)

3. O Corpo Consular compõe-se de Consules Geraes de 1ª e 2ª classe, Consules, Vice-Consules, Chancelleres e Agentes Commerciaes. (Decreto n.º 997 B, de 11 de

novembro de 1890, art. 1.)

4. Haverá em cada paiz um só Consulado Geral, e, quando seja necessario, além do Consul Geral um ou mais Consules delle independentes. (Decreto n.º 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 1, § 1.)

5. Não obstante a disposição do artigo antecedente nas colonias e dominios importantes, poderá o Governo estabelecer Consulados Geraes ou Consulados. (Decreto n.º 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 1, § 2.)

- 6. Poderá o Governo crear Consulados sem remuneração fixa e igualmente estabelecer novos Vice-Consulados não remunerados, estes mediante propostas dos Consules e informações das respectivas legações, que as hão de acompanhar, acerca da necessidade que delles ha pela frequencia dos navios brazileiros, importancia de suas relações commerciaes com o Brazil, e por outras attendiveis circumstancias. (Lei n.º 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3 e Regulamento Consular, art. 14.)
- 7. O Consul Geral poderá servir em mais de um paiz, se, por sua pequena extensão e limitadas relações commerciaes com o Brazil, assim convier.
- 8. Cada Consul Geral ou Consul terá no logar da sua residencia um Vice-Consul que o substitua nos seus impedimentos; e, para o mesmo fim, cada Vice-Consul dos outros pontos do paiz, um Agente Commercial. Estes empregados terão, sendo possivel, as habilitações dos Consules Geraes e Consules.

Se o serviço exigir, será o Consul Geral ou Consul auxiliado por um Chanceller, cujas attribuições serão as que determinam os arts. 73 e 1601).

- 25. Os Vice-Consules poderão nomear Agentes Commerciaes para substituil-os em seus impedimentos; mas deverão préviamente propor taes nomeações ao respectivo Consul para sua approvação e do Governo. Não fica, porém, inhibido o Consul de nomear por si o Agente, não estando pela proposta do Vice-Consul. (Regulamento Consular, art. 19, Decreto n.º 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 5.)
- 26. Quando tiver de submetter á approvação do Governo a nomeação de Vice-Consules para seu districto, deverá o Consul Geral ou Consul indicar nos respectivos titulos se elles teem de funccionar em um ou mais territorios do paiz e os denominar exactamente de modo que, bem conhecidos os limites dos districtos Vice-Consulares, não se iniciem duvidas quanto á concessão do exequatur2), nem difficuldades no exercicio do cargo.

a disposição anterior da lei ou acto administrativo de que foi tirada a disposição consolidada. Este Regulamento foi approvado e promulgado pelo Decreto de Poder Executivo n.º 3259 de 11 de abril de 1899, e é muito longo, contendo 426 artigos, alem de um grande numero de annexes contendo formulas e mappas. Apenas aqui reproduzimos o texto official das disposições que interessam o plano de nossa obra e que convem ser contenidas dos estrangeiros em geral e especialmente dos commerciantes. Assim, supprimimos todas as partes referentes á organisação e serviço interna do Corpo Consular brazileiro e á sua subordinação e dependencia das auctoridades superiores.

¹⁾ O art. 73 aqui referido está adiante transcripto. O art. 160, fazendo parte dos que se referem ao serviço interno do Consulado, foi supprimido; em todo o caso para inteira comprehensão do texto aqui o reproduzimos: Art. 160. O Chanceller pode ser autorisado pelo Consul a escrever os termos Consulares, a guardar os sellos e sellar, a dirigir ou executar os trabalhos da Secretaria, a acompanhar os capitães de navios ás alfandegas ou administrações competentes, a fazer traducções legaes a proceder a citações e substituir ao Consul por morte delle, quando não haja Vice-Consul no logar de sua residencia e o Consul não tiver designado quem o deva substituir. (Regulamento Consular, art. 708.) — 2) O exequatur é concedido pelo governo do paiz para onde o Consul ou agente é nomeado e sem elle não pode entrar em funcções.

2. The districts comprise all the territory in which Consuls-General and Con-

suls exercise their authority directly, or through Vice-Consuls.

Places of residence comprise the territory in which Consuls-General, Consuls and Vice-Consuls or Commercial Agents exercise their authority directly, without any other intervention (Consular Regulation, Art. 2).

3. The Consular Body is composed of Consuls-General of the 1st and 2nd class, Consuls, Vice-Consuls, Chancellors and Commercial Agents (Decree No. 997 B, of

the 11th of November 1890, Art. 1).

4. There shall be in each country only one Consulate-General, and, when it is necessary, besides the Consul-General, one or more Consuls dependent on him (Decree No. 997 B, of the 11th of November 1890, Art. 1, § 1).

5. The Government, notwithstanding the provision of the preceding Article, may establish Consulates-General or Consulates in colonies and important depen-

dencies (Decree No. 997 B, of the 11th of November 1890, Art. 1, § 2).

6. The Government may create Consulates without fixed remuneration and likewise establish new Vice-Consulates without remuneration, the latter on the recommendations of the Consuls and on the reports of the respective legations, which must accompany them, as to the necessity for them owing to the frequent visits of Brazilian vessels, the importance of commercial relations with Brazil, or for other reasons worthy of attention (Law No. 322 of the 8th of November 1895, Art. 3 and the Consular Regulation, Art. 14).

7. A Consul-General can serve in more than one country, if, on account of ts small area and infrequent commercial relations with Brazil, it is more convenient.

8. Every Consul-General or Consul shall have in the place of his residence a Vice-Consul, who shall act in his place when he is prevented from performing his duties; and, for the same purpose, every Vice-Consul in other parts of the country shall have a Commercial Agent. These officers shall, where possible, have the functions of Consuls-General and Consuls.

Should the service require it, a Consul-General or Consul shall have the assistance of a Chancellor whose functions shall be those determined by Arts. 73 and 1601).

25. Vice-Consuls may appoint Commercial Agents to act as substitutes for them in case they are prevented from performing their duties; but they must previously recommend such appointments to the respective Consul for his approval and for that of the Government. A Consul, however, is not prohibited from himself appointing an Agent who has not been recommended by a Vice-Consul (Consular Regulation, Art. 19, Decree No. 997 B, of the 11th of November 1890, Art. 5).

26. A Consul-General or Consul, when he has to submit the appointment of Vice-Consuls for his district for the approval of the Government, must state in the instruments of appointment whether they have to exercise their functions in one or more territories of the country and must specify them exactly, so that the limits of the Vice-Consular districts being well known, no doubt can arise as to the granting of the exequatur2), nor difficulties in the performance of their duties.

ministrative measure from which the consolidated provision is derived is always given in parenthesis. This Ordinance was approved and promulgated by the Decree of the Executive Power, No. 3259 of the 11th of April 1899, and is very long, containing 426 Articles, besides a great number of appendices containing forms and tables. We only here reproduce the official text of the provisions which affect the plan of our work and which it is well that foreigners in general and traders in particular should know. We therefore omit all those portions which relate to the organization and internal work of the Brazilian Consular Body and to its subordination to and dependence on the higher Authorities.

1) Art. 73 here referred to is set out hereafter. Art. 160, forming one of those which have freerence to the internal service of the Consulate, has been suppressed; in order that the text may be fully undertood, we, however, here reproduce it: Art. 160. The Chancellor may be authorized by the Consul to make the consular written declarations, to keep the seals and to seal documents, to direct or perform the work of the Secretariat, to accompany masters of vessels to the customs houses or proper administrative departments, to make official translations, to serve notices and to act as substitute for the Consul in case of his death, when there is no Vice-Consul in the place of his residence and the Consul has not appointed any one to act as substitute for him. (Consular Regulation Art. 708.) — 2) The exequatur is granted by the Government of the country to which the Consul or Agent is appointed, and without it he cannot enter on his functions.

42. Os Consules não poderão exercer a profisção do commercio em seus districtos.

Exceptuam-se os não remunerados, de potencias de pequena importancia commercial com o Brazil, uma vez que se não encontrem nellas pessoas igualmente habili-

tadas que não sejam negociantes. (Regulamento Consular, art. 11.)
43. Os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules não poderão acceitar nomeação de agente ou delegado de sociedade no Brazil ou fóra, seja qual for o objecto da nomeação; aquelles que não forem brazileiros não devem acceitar nomeações que não sejam propriamente commerciaes sem consultar o Ministerio das Relações Exteriores, directamente ou por intermedio de seus chefes. (Circular n.º 5, de 17 de agosto de 1885.)

44. E' igualmente prohibido aos Consules acceitar a presidencia, embora honoraria, de assembléas geraes de bancos. (Despacho ao Consulado Geral em

Lisboa, n.º 13, de 5 de agosto de 1891.)

45. Na prohibição do art. 43 estão comprehendidas as associações de propaganda, permamentes ou temporarias, mas não as litterarias sem fim commercial. (Circular n. 5, de 30 de abril de 1888.)

46. As disposições do art. 72, § 2 da Constituição da Republica, que extinguiu as ordens honorificas, deverão ser respeitadas pelos empregados consulares. (Circular

de 18 de agosto de 1897, la secção)1).

47. Os Consules poderão fazer comparecer os brazileiros na respectiva secretaria para negocio, que será declarado na intimação, sob pena de perderem todo o direito á protecção do Governo os que não obedecerem.

Os Consules informação ao Ministerio das Relações Exteriores quaes são os brazileiros incursos na disposição deste artigo. (Regulamento Consular, art. 199.)

48. Todas as vezes que entenderem ser necessario ou conveniente, poderão os Consules convocar os negociantes nacionaes estabelecidos no porto de sua residencia e bem assim os capitães de navios, tambem nacionaes alli surtos, afim de se deliberar sobre algum interesse commercial do Brazil, ou a beneficio dos seus concidadãos.

Serão os presidentes destas reuniões ou assembléas, e, da resolução nellas tomada,

mandarão lavrar termo. (Regulamento Consular, art. 229.)

73. No caso de morte de um empregado consular qualquer ou do Consul, se não houver Vice-Consul, Agente Commercial ou Chanceller, seus herdeiros ou testamenteiros convocarão dois negociantes brazileiros, ou, na falta destes, dois dos estrangeiros mais respeitaveis, na presença do Agente Consular de uma nação amiga. Este Agente tomará posse dos sellos, com os quaes sellará os archivos e todos os papeis, sem abrir ou examinar nenhum.

Os negociantes receberão immediatamente em deposito o archivo assim sellado, e o Agente da nação amiga continuará a expedição dos negocios consulares, até que

o Governo resolva como julgar conveniente.

A disposição deste artigo tem vigor se não houver Legação Brazileira no districto, ou se, prevenida esta, não dispuzer outra cousa. (Regulamento Consular, art. 207.)

Titulo II. Da receita e despeza.

Capitulo I. Dos emolumentos consulares e sua escripturação.

217. A cobrança dos emolumentos nos Consulados brazileiros é regulada pela tabella annexa a esta Consolidação. (Decreto n.º 2487, de 21 de março de 1898, art. 1).

¹⁾ A disposição referida da Constituição Federal é a seguinte: Art. 72. § 2. Todas são eguaes perante a lei. A Republica não admitte privilegio de nascimento, desconhece os fóros de nobreza, e extingue as ordens honorificas existentes e todas as suas prerogativas e regalias, bem como os titulos nobiliarchicos e de Conselho. Por esta disposição, fructo do espirito reacionario que presidiu á elaboração da Constituição da Republica Brazileira, em 1891, foram extinctas as condecorações e titulos concedidos pelo Imperio e prohibido o seu uso aos. que haviam sido agraciados. A disposição evidentemente fére direitos adquiridos que deveriam ter sido respeitados, devendo se ter deixado ao criterio de cada um o abandono voluntario dessas honrarias por parte daquelles que adherissem á nova ordem politica ou quizessem continuar a servir ao paiz sob o regimen republicano. Em todo o caso a interpretação do texto constitucional ja foi submettida ao Poder Legislativo que ainda não lhe deu solução.

42. Consuls may not carry on trade in their districts.

Those in countries of small trading importance who receive no remuneration are excepted, unless there are persons in such countries with equal powers who are not traders (Consular Regulation, Art. 11).

43. Consuls-General, Consuls and Vice-Consuls may accept the appointment

of agent or representative of a partnership or company either in Brazil or abroad, whatever be the object of the appointment; those who are not Brazilians must not accept appointments which are not, properly speaking, commercial, without consulting the Ministry of Foreign Affairs directly or through the mediation of their chiefs (Circular No. 5 of the 17th of August 1885).

44. Consuls are likewise forbidden to preside, even in an honorary capacity, at the general meetings of banks (Despatch to the Consulate-General at Lisbon,

No. 13, of the 5th of August 1891).

45. Propaganda societies, whether permanent or temporary, are included in the prohibition of Art. 43, but not such as are literary, and without any commercial object (Circular No. 5, of the 30th of April 1888).

46. The provisions of Art. 72, § 2 of the Constitution of the Republic, which abolished the Orders of Honour, must be respected by consular officers (Circular

of the 18th of August 1897, 1st section) 1).

47. Consuls may summon Brazilians to appear at the respective Consulate for any purpose, which shall be stated in the summons, on pain of those who do not obey losing all right to the protection of the Government.

Consuls shall inform the Ministry of Foreign Affairs of any Brazilians who have transgressed the provisions of this Article (Consular Regulation, Art. 199).

48. Whenever they deem it necessary or desirable, Consuls may summon Brazilian merchants established in the port where the former reside, as well as masters of vessels, also being Brazilian, lying there, to discuss any commercial interest of Brazil, or anything which may be for the benefit of their fellow countrymen.

They shall preside at such meetings or assemblies, and shall cause minutes

to be taken of decisions arrived at (Consular Regulation, Art. 229).

73. In case of the death of any Consular officer or of the Consul, should there not be a Vice-Consul, Commercial Agent or Chancellor, his heirs or executors shall summon two Brazilian merchants, or, in default of these, two of the more respectable foreigners, to the presence of the Consular Agent of a friendly nation. This Agent shall take possession of the seals, with which he shall seal the archives and all papers without opening or examining any of them.

The merchants shall at once receive in deposit the archives thus sealed, and the Agent of the friendly nation shall continue to transact the consular business,

until the Government decides as it may deem fit.

The provision of this Article holds good if there is no Brazilian Legation in the district, or if, being informed, it does not take other measures (Consular Regulation, Art. 207).

Title II. Receipts and disbursements.

Chapter I. Consular fees and their record.

217. The collection of fees in Brazilian Consulates is regulated by the table annexed to this Consolidation (Decree No. 2487, of the 21st of March 1898, Art. 1).

28*

¹⁾ The provision of the Federal Constitution referred to is as follows: Art. 72. § 2. All are equal before the law. The Republic does not recognize privilege of birth, ignores the titles of nobility, and abolishes the existing Orders of Honour, with all their privileges and insignia, as well as peerage and Council titles. By this provision, the outcome of the reactionary spirit which influenced the drawing up of the Constitution of the Brazilian Republic in 1891, decorations and titles granted by the Empire were abolished, and their use by those on whom they had been conferred forbidden. The provision evidently violates acquired rights which ought to have been respected, and it should have been left to the judgment of each individual to renounce these honours voluntarily in the case of those who adhered to the new political order of things and wished to continue to serve the country under a republican form of government. In any case the interpretation of the text of the Constitution has already been submitted to the Legislative Power, which has not as yet given its decision.

- 218. Essa cobrança nos Consulados remunerados pelo Thesouro Federal e nos não remunerados que o Governo determinar, será feita por meio de estampilhas. Nos outros será realizada por verba e escripturada para conhecimento do Governo¹).
- 219. Os emolumentos serão cobrados ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por 1\$ brazileiros 2), em moeda ingleza ou outra equivalente, feita neste caso a devida redução pela cotação official, ou, na falta desta, pela mais fidedigna, estabelecida no primeiro dia util de cada mez, na propria praça ou na mais proxima com que aquella tiver transacções. Dessa cotação será enviado trimensalmente um documento comprobatorio á Secretaria das Relações Exteriores. (Decreto n.° 2487, de 21 de março de 1898, art. 3.)
- 220. Em todas as Chancellarias consulares e vice-consulares estarão sempre expostos um exemplar da tabella dos emolumentos e outro das instrucções para a sua cobrança, em portuguez e na lingua do paiz, de modo que possam ser consultados pelos interessados. (Decreto n.º 2487, de 21 março de 1898, art. 4. Annexo B.)

Capitulo II. Das estampilhas consulares e sua escripturação.

241. As estampilhas serão colladas nos documentos que derem origem á sua cobrança e inutilizadas com a data e a assignatura do funccionario consular, postas no

fim do acto que elle praticar, ou com o carimbo do Consulado.

Quanto aos conhecimentos de carga, porém, as estampilhas deverão ser collocadas por junto no fim de uma declaração do numero delles, que o dito funccionario fará e ligará aos mesmos por meio de uma fita presa com o sello de lacre do Consulado ou Vice-Consulado. (Decreto n.º 2487, de 21 de março de 1898, art. 5.)

- 242. Os Consules e Vice-Consules mencionarão em todos os documentos a quantia que receberem na moeda do paiz. Fica estabelecida a seguinte formula: Recebi... F. (só a rubrica). (Decreto n.º 2487, de 21 de março de 1898, art. 6.)
- 243. Nos documentos expedidos ou legalizados gratuitamente, será feita declaração expressa e justificada dessa circumstancia, a qual os isentará de estampilhas. Se o funccionario consular deixar indevidamente de cobrar emolumentos, será obrigado a indemnizar o prejuizo. (Decreto n.º 2487, de 21 de março de 1898, art. 7.)

Pg. . . . réis de emolumentos. Consulado . . . do Brazil em . . . de . . . de 19 . . .

F. Consul.

Capitulo III. Da execução da tabella de emolumentos.

254. Os navios deverão trazer tantos manifestos quantos forem os portos de destino e pagarão pelo que tiver de ser apresentado no primeiro porto a respectiva taxa completa, e por cada um dos outros, metade. Pelos manifestos supplementares

¹⁾ Pelo systema fiscal do Brazil as taxas e contribuições que se arrecadam como sello (e taes são os emolumentos devidos pelos actos consulares que constituem renda do Estado), podem ser cobrados por meio de estampilhas (timbre adhesif) que se adherem ao documento até o valor da taxa a pagar, ou por verba, que consiste numa declaração authentica, assignada pelo fun cionario arrecadador, de que a taxa devida foi paga. Em geral o sello se paga por verba quanod a quantia a arrecadar é superior a uma certa taxa, ou quando não ha estampilhas na repartição arrecadadora. É este o caso da disposição do Regulamento Consular, não enviando o Governo estampilhas para certos Consulados não remunerados pelo Thesauro Federal e cujos Consules tem como vencimento metade dos emolumentos até prefazer 4:000\$000 annuaes (art. 80 do Consolidação). Vide a forma da arrecadação nos arts. 241 e seguintes, adieant transcriptos no texto da Consolidação. — 2) Esta é a relação legal entre a moeda brazileira e a ingleza. Ao cambio par 1\$000 brazileiro equivale a 27 dinheiros esterlinos.

218. This collection in the Consulates remunerated by the Federal Treasury and in those not remunerated as the Government may decide, shall be made by means of adhesive stamps. In the others it shall be made by annotation and recorded

for the information of the Government 1).

219. Fees shall be collected at the exchange of 27 pence Sterling to 1\$ Brazilian2), in English coin or other equivalent, and in the latter case the proper calculation must be made from the official quotation, or, in default of this, from the one most trustworthy, ruling on the first working day of each month, in the market of the place or in the nearest one with which the former has commercial relations. Every three months a document proving the quotations taken shall be sent to the office of the Secretary for Foreign Affairs (Decree No. 2487, of the 21st of March 1898,

220. In all Consular and Vice-Consular Chancelleries, a copy of the table of fees shall always be exposed, and also a copy of the instructions for their collection, in Portuguese and in the language of the country, so that they may be consulted by interested persons (Decree No. 2487, of the 21st of March 1898, Art. 4, Appendix B).

Chapter II. Consular adhesive stamps and the record of them.

241. Adhesive stamps shall be affixed to the documents which require them and shall be cancelled with the date and signature of the Consular officer, placed at the end of the act which he performs, or with the hand stamp of the Consulate.

In the case of bills of lading of cargo, however, the adhesive stamps must be placed alongside the end of a declaration of the number of the bills of lading, which declaration the said officer shall make, and shall attach it to them by means of a tape fixed with the Consular or Vice-Consular seal in sealing wax (Decree No. 2487, of the 21st of March 1898, Art. 5).

242. Consuls and Vice-Consuls shall state in all documents the amount they receive, in the currency of the country. The following is the form to adopt: I have received A. B. (only the usual abbreviated signature). (Decree No. 2487, of the 21st of March 1898, Art. 3.)

243. In documents furnished or authenticated gratuitously, an express declaration giving the reasons of their being so furnished or authenticated, shall be made, which shall exempt them from stamp duty. Should a Consular officer improperly omit to collect fees, he shall be bound to make good the loss (Decree No. 2487, of the 21st of March 1898, Art. 7).

244. The form of the annotation stamp shall continue to be as follows, and

it may be engraved as a hand stamp.

Rs...Paid reis for fees. Brazilian Consulate the ... of ...19... A. B..... \dots Consul.

Chapter III. The observance of the table of fees.

254. Vessels must carry as many manifests as there are ports of destination, and shall pay for that which has to be presented at the first port the respective full tax, and for each of the others, a moiety thereof. For supplementary manifests,

¹⁾ According to the fiscal system of Brazil taxes and contributions which are collected by means of a stamp (and the fees due for consular acts which constitute State revenue are so), may be collected by means of adhesive stamps which are affixed to the document to the value of the tax to be paid, or by annotation, which consists of an authentic declaration, signed by the officer who receives the tax, that the proper tax has been paid. In general the stamp duty is collected by annotation when the amount to be collected exceeds a certain amount, or when there are no adhesive stamps in the collecting department. This occurs in the case of the provision of the Consular Regulation, when the Government do not supply adhesive stamps to certain Consulates which receive no remuneration from the Federal Treasury, and the Consuls of which receive as emoluments half the fees until they reach 4:000\$000 annually (Art. 80 of the Consolidation). As to the manner of collection see Art. 241 and those which follow, hereafter included in the text of the Consolidation. — 2) This is the legal rate of exchange between Brazilian and English currency. At the rate of exchange at par 1\$000 Brazilian is equal to 27 pence sterling.

será cobrada igualmente metade da taxa. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.º 2832, de 14 de março de 1898, art. 1 e

circular n.º 4, de 14 de março de 1899.)

255. A embarcação que receber carga em diversos portos estrangeiros para os do Brazil deverá legalizar os manifestos em cada um desses portos. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.º 2832, de 14 de março de 1898, art. 2.)

256. A base para a cobrança da legalização de manifestos é a tonelagem total da arqueação do navio. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos

approvada pelo Decreto n.º 2832, de 14 de março de 1898, art. 3.)

257. Tratando-se de vapores, a tonelagem total deve ser entendida como a liquida e não a bruta. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.º 2832, de 14 de março de 1898, art. 4.)

- 258. A lotação de cada navio para a cobrança dos emolumentos pela legalização dos manifestos de carga é a que constar da respectiva carta de registro, passaportes ou documento equivalente, reduzida á tonelada brazileira de 283 metros cubicos nos termos do art. 573 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.° 2832, de 14 de março de 1898, art. 5.)
- 259. Pela legalização dos manifestos de um navio estrangeiro não se devem repetir integralmente os emolumentos da tabella respectiva tantas vezes quantos forem os portos em que carregarem; devem-se receber os emolumentos por inteiro só no primeiro porto do despacho e metade nos outros, sejam ou não do mesmo districto consular. Para esse fim o empregado consular do primeiro porto dará gratuitamente ao commandante do navio um certificado dos emolumentos alli pagos. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto

n.º 2832, de 14 de março de 1898, art. 6.)
260. Os certificados, processados do mesmo modo que os manifestos, de não ter qualquer embarcação recebido carga ou descarregado volume, mercadoria ou objecto algum, ou, se houver feito, da quantidade ou numero dos volumes ou mercadorias descarregadas, devem pagar cada um a taxa de 4\$ em todos os portos, como certificado para servir em qualquer estação. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.º 2832, de 14 de março de 1898,

art. 7 e Circular n.º 4, de 14 de março de 1899.)

261. Os navios que só conduzem passageiros e suas bagagens e os que só os tomam nos portos intermediarios, além do carvão, terão de pagar apenas a taxa desses certificados, isto é, 4\$ por cada um. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.º 2832, de 14 março de 1898, art. 8.)

262. Os conhecimentos de mercadorias em transito para portos estrangeiros não devem ser visados e não estão sujeitos a emolumento algum. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.º 2832, de 14 de março de 1898, art. 9.)

263. Os navios pagarão a taxa de 12\$ tantas vezes quantos forem os certificados de lastro que necessitarem. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos

approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 10.)

264. Os emolumentos pelos vistos nos conhecimentos de carga deverão ser cobrados dos capitães de navios ou armadores pela serie de conhecimentos annexa ao manifesto, collando-se as estampilhas na declaração consular que os acompanha. (Instrucções para execução consular que os acompanha. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.º 2832, de 14 de março de 1898, art. 11.)

 $26\mathring{5}$. Não devem ser cobrados emolumentos consulares pela legalização de conhecimentos de cargas embarcadas por conta do Governo Britannico, em reciprocidade de não se exigir pagamento algum nos respectivos Consulados em casos analogos. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.º 2832, de 14 de março de 1898, art. 12.)

266. Os passaportes expedidos a diplomatas, agentes consulares, funccionarios publicos em commissão do Governo, desvalidos brazileiros e immigrantes são isentos de emolumentos e, portanto, de estampilhas. No mesmo caso estão os vistos lançados a moiety of the tax shall likewise be collected (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 1

and Circular No. 4 of the 14th of March 1899).

255. A vessel which receives cargo in various foreign ports for ports of Brazil must have her manifests authenticated in each of these ports. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March

256. The basis for the collection of fees for the authentication of the manifests is the total tonnage calculated from the measurements of the vessel. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 3.)

257. If it is question of steam vessels, the total tonnage must be understood as the net and not the gross tonnage. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 4.)

- 258. The capacity of each vessel for the purpose of the collection of the fees for the authentication of the manifests of cargo is that which is stated in the respective certificate of registry, passport or equivalent document, reduced to the Brazilian ton of 283 cubic metres in the terms of Art. 573 of the Consolidation of the Laws of the Customs Houses and Offices for Receiving Dues. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 5.)
- 259. For the authentication of the manifests of a foreign vessel it is not necessary to repeat specifically the fees of the respective table for each port in which she has loaded; the fees must be received in full only in the first port of clearance and one half thereof in the others, whether in the same Consular district or not. To this end the Consular officer in the first port shall furnish the master of the vessel gratuitously with a certificate of the fees there paid. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 6.)
- 260. The certificates, prepared in the same manner as the manifests, of any vessel not having received cargo or discharged any package, merchandise or other object, or, if she has done so, of the quantity or number of the packages or merchandise discharged, are each subject to payment of a tax of 4 \$ in respect of all the ports, as a certificate to serve in any department. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 7 and Circular No. 4, of the 14st of March 1899.)

261. Vessels which only carry passengers and their luggage and those which only take them in the intermediate ports, in addition to the coal tax, have only to pay the tax in respect of these certificates, that is to say, 4 \$ for each. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the

14th of March 1898, Art. 8.)

262. Bills of lading for merchandise in transit for foreign ports must not be viséd and are not subject to any fee. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 9.)

263. Vessels shall pay a tax of 12\$ for each occasion on which they require certificates of ballast. (Instructions for the observance of the table of fees approved

by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 10.)

- 264. Fees for the visa on the bills of lading of cargo must be collected from the masters or owners of vessels according to the series of bills of lading annexed to the manifest, the adhesive stamps being affixed to the consular declaration which accompanies them. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 11.)
- 265. Consular fees shall not be charged for the authentication of bills of lading of cargoes embarked for the account of the British Government, as a return for the non-exaction of any payment in the respective Consulates in analogous cases. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 12.)

266. Passports furnished to diplomatists, Consular Agents, public officials on Government commissions, indigent Brazilians and immigrants are exempt from fees, and consequently from stamp duties. The same also applies to the visa applied em documentos de immigrantes e os documentos que os marinheiros, moços, e quaesquer outros desvalidos pedirem aos empregados consulares. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.º 2832, de 14 de março de 1898, art. 13 e Regulamento Consular, art. 27.)

267. Pelas procurações que a pedido dos interessados forem registradas nos Consulados deverão ser cobrados os emolumentos determinados para o registro de qualquer documento (2\$ por pagina ou parte de pagina) e reconhecimento das firmas (5\$ pelo de cada uma). (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.º 2832, de 14 de março de 1898, art. 14.)

268. Pelas que forem passadas nos livros dos Consulados os Consules cobrarão 10\$ por traslado, devidamente legalizado e escripto em meia folha de papel cujas dimensões não excedam de 33 centimetros de comprimento e 22 de largura. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n.º 2832, de

14 de março de 1898, art. 15.)

269. Nas procurações, havendo mais de um outorgante, cada um delles pagará o emolumento de 10\$. Exceptuam-se, porém, as procurações de marido e mulher, irmãos e co-herdeiros para o inventario e herança commum, universidade, cabido, conselho, irmandade, confraria, sociedade commercial, scientifica ou artistica, que pagarão como um só outorgante. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto numero 2832, de 14 de março de 1898, art. 16.)

270. Quando no primeiro porto de despacho e seguintes o navio não tiver legalizado manifestos de carga, mas simplesmente os certificados de que tratam os arts. 260, 261 e 263 desta Consolidação, deverá pagar no primeiro porto onde legalizar os ditos manifestos a taxa integral fixada para o primeiro porto de despacho. Igual pagamento deverá effectuar quando não trouxer certificado de especie alguma dos portos anteriores.

Ao Agente Consular desse porto caberá então a obrigação de dar gratuitamente ao commandante do navio o certificado dos emolumentos alli pagos de que trata o art. 259. Esse certificado em todos os casos deverá declarar para quantos portos leva o navio manifesto de carga e para quantos simples certificado. (Circular n.º 3, de

6 julho de 1898.)

271. Ficam reduzidas de 50% as taxas dos emolumentos consulares para os vapores das companhias nacionaes de navegação subvencionadas pela União. Esta reducção será applicada sómente ás taxas de emolumentos que devam ser pagas pelas referidas companhias por quaesquer actos ou documentos consulares relativos aos seus vapores. (Circular n.º 1, de 7 de janeiro de 1899.)

272. Será gratuita nos Consulados a celebração do casamento civil, de accordo com o art. 72 da Constituição da Republica, mas quaesquer actos de registro, certidão ou busca a elle relativos estão sujeitos ás taxas da mesma tabella, bem como os referentes aos nascimentos e obitos. (Circular n.º 1, de 23 de abril de 1898.)

Titulo III. Das attribuições dos empregados consulares em relação ao commercio e á navegação.

Capitulo I. Das informações commerciaes 1), contractos, escripturas e protesto de letras.

273. Os Consules deverão prestar ao Governo em relatorios annuaes e trimensaes, acompanhados dos precisos mappas, informações relativas aos assumptos de

sua competencia.

Esses relatorios devem ser concisos e claros, e fundar-se em dados colhidos em documentos officiaes e em qualquer outra fonte digna de confiança, comprehendidos nesta classe os elementos que resultem da propria observação e registro dos Consulados; cumprindo em todo o caso declarar a origem de uns e outros dados e o gráo de exactidão que possam offerecer. (Regulamento Consular, art. 80.)

¹⁾ Presentemente alem das informações commerciaes que os Consules são obrigados a enviar e vem mencionadas nesta Consolidação, ha ainda as referentes á Estatistica Commercial e estatuidas no art. 17 e seguintes de Regulamento das Facturas Consulares, approvado pelo Decreto n.º 1103 de 21 de novembro de 1903, e que é neste livro publicado no lugar conveniente.

to the documents of immigrants and to the documents which sailors, servants and any other indigent persons request from the consular officers. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 13 and Consular Regulation, Art. 27.)

267. For powers of attorney which, at the request of interested parties, are registered in the Consulates, the fees fixed for the registration of any document (2\$ per page or part of a page), and the attestation of signatures (5\$ for each), must be charged. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 14.)

268. For those which are transcribed in the books of the Consulate, Consuls shall charge 10 \$ per copy, duly authenticated and written on a half sheet of paper the length of which shall not exceed 33 centimetres nor the breadth 22. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of

March 1898, Art. 15.)

269. In the case of powers of attorney, if there should be more than one principal, each shall pay a fee of 10 \\$. Powers of attorney of husband and wife, brothers or sisters and co-heirs of an estate and inheritance in common, a university, religious body, college, brotherhood, religious brotherhood, commercial association, scientific or artistic society, who shall pay as one individual, are, however, excepted. (Instructions for the observance of the table of fees approved by Decree No. 2832, of the 14th of March 1898, Art. 16.)

270. When in the first port of clearance and following ports the vessel has not had her manifests of cargo authenticated, but has only obtained the certificates of which Arts. 260, 261 and 263 of this Consolidation treat, she must pay in the first port where the said manifests are authenticated, the full tax fixed for the first

port of clearance. A like payment must be made when she does not bring a certificate of any kind from the previous ports.

The Consular Agent of this port has then the duty of gratuitously furnishing the master of the vessel with a certificate of the fees there paid, of which Art. 259 treats. This certificate in all cases must state for how many ports the vessel carries a manifest of cargo and for how many a simple certificate. (Circular No. 3 of the 6th of July 1898.)

271. For the steamers of national navigation companies subsidized by the Union, the consular fees are reduced by 50%. This reduction shall be applied only to fees which have to be paid by the said companies for any consular acts or documents relating to their steamers. (Circular No. 1 of the 7th of January 1899.)

272. The celebration of civil marriage in accordance with Art. 72 of the Constitution of the Republic, shall be gratuitous in the Consulates, but any acts of registration, certificate or search relating thereto are subject to the fees of the said table, as well as those relating to births and deaths. (Circular No. 1 of the 23rd of April 1898.)

The functions of Consular officers in relation to Com-Title III. merce and Navigation.

Chapter I. Commercial information 1), contracts, documents and the protest of bills of exchange.

273. Consuls must in annual and three-monthly reports, accompanied by the necessary particulars, supply the Government with information relating to matters

which fall within their competence.

These reports must be concise and clear, and be founded on data gathered from official documents or from any other reliable source, including in the latter class the materials which result from personal observation and from the archives in the Consulates; and in every case it is their duty to state the origin of both kinds of data and the degree of reliance which may be placed on them. (Consular Regulation, Art. 80.)

¹⁾ At the present time, besides the commercial information which Consuls are bound to supply and which is mentioned in this Consolidation, there is also the information relating to Commercial Statistics which is required by Art. 17 and by those which follow thereafter, of the Regulations for Consular Invoices, approved by Decree No. 1103 of the 21st of November 1903, which is published in its proper place in this work.

- 274. Os relatorios trimensaes apresentarão uma apreciação geral das operações commerciaes, e outra especial das que respeitam ao Brazil; acompanhada esta de observações sobre os preços correntes dos generos brazileiros e dos do paiz importador, cambios, taxas de descontos, fretes, seguros, commissões e effeitos ordinarios da concurrencia dos productos similares aos nossos, devendo servir de modelos para os respectivos mappas os que acompanham esta Consolidação sob ns. 10 a 13. (Regulamento Consular, art. 81.)
- 275. Os relatorios annuaes serão a synthese dos trimensaes, comprehendendo, sempre que for possivel, uma comparação dos seus resultados com os dos tres annos anteriores mais proximos; e alem disso informação circumstanciada sobre quaes os ramos da producção brazileira que mais sahida tiveram no anno anterior; qual a competencia em que se acham com as producções da mesma especie, mas de origem differente; quaes es meios que devam ser empregados para que se avantagem na competencia; quaes os artigos novos de commercio que, segundo sua opinião, podem ter consumo alli; e, finalmente, quaes as machinas de nova invenção e melhoramentos do processo industrial admittidos nos outros paizes, que convenha se appliquem na Republica; declarando neste caso seu custo e meios de acquisição. É para os mappas, que os devem acompanhar, servirão de modelo os appensos a esta Consolidação sob ns. 14 a 17. (Regulamento Consular, art. 82.)

276. As observações concernentes ás tarifas de direitos de consumo e exportação e aos tratados de commercio, navegação e correspondencia postal farão objecto de officios ou relatorios especiaes, sempre que sua exposição exija maior desenvolvimento.

(Regulamento Consular, art. 83.)

- 277. As tarifas e suas necessarias alterações, na parte que interessar ao commercio do Brazil, devem ser analyzadas, comparando-se os direitos antigos com os modernos, e mostrando-se a influencia que possam exercer sobre os productos brazileiros, directamente ou pela protecção que prestem ao commercio ou producção de outros paizes; não devendo nesta parte os Consules limitar-se a dar conhecimento de actos consummados, mas cumprindo-lhes procurar prevel-os, tendo em attenção os trabalhos preliminares, as manifestações da imprensa e as declarações officiaes que de ordinario precedem taes medidas. (Regulamento Consular, art. 84.)
- 278. Os tratados de commercio e navegação e as convenções postaes serão apreciados sob o mesmo ponto de vista da legislação fiscal, isto é, considerando-se a utilidade ou inconvenientes que dahi possam provir á Republica. (Regulamento Consular, art. 85.)
- 279. Nos mappas sobre preço corrente e quantidade de generos importados e exportados cujos modelos teem os ns. 11, 12, 16 e 17, deverá ser observada a ordem alphabetica. (Circular n.º 3, de 11 de abril de 1896.)
- 280. Os relatorios annuaes serão organizados dentro do anno civil, que se conta de janeiro a dezembro, e os documentos que a elles vierem annexos serão traduzidos.

Esses relatorios terão numeração especial e sua remessa deverá ser feita até maio do anno seguinte á Secretaria de Estado, senão antes, e os trimensaes o mais brevemente possível e nunca depois do segundo mez do trimestre seguinte. (Regulamento Consular, art. 86 e Circular n. 6, de 24 de abril de 1895.)°

- 281. Os empregados consulares deverão, quando forem requeridos: 1. Dar certificados da origem das mercadorias. (Modelo n.º 18.) 2. Passar certidões do preço dos generos e mercadorias vendidas em leilão. 3. Nomear louvados, presidir ao exame de todos os moveis ou immoveis perten- centes a nacionaes, se as leis do paiz o permittirem. 4. Fazer o protesto de lettras de cambio, redigir escripturas de contracto de juros. 5. Redigir contractos de fretamento. 6. Fazer escripturas de formação, dissolução ou prorogação de sociedades. 7. Passar escripturas de hypothecas. 8. Legalizar toda a transacção commercial destinada a fazer fé em juizo. 9. Regular as avarias, quando os unicos interessados nellas forem brazileiros e fôr reclamado seu serviço. (Regulamento Consular, art. 96.)
- 282. Cumpre aos Consules prestara mais séria attenção ás leis e regulamentos concernentes á emigração e aos meios que mais convenha empregar da parte do Governo para favorecel-a ao interesse da Republica; dando de tudo conta circum-

274. The three-monthly reports shall present a general appreciation of commercial operations, and another special one of those relating to Brazil; the latter being accompanied by remarks on the current prices of Brazilian products and of those of the importing country, rates of exchange and discounts, freights, insurances, commissions and the ordinary effects arising from the competition of the products similar to ours, and the tables which accompany this Consolidation under Nos. 10 to 13 must serve as the forms for the respective particulars. (Consular

Regulation, Art. 81.)

275. The annual reports shall be a synthesis of the three-monthly ones, including whenever possible, a comparison of the results with those of the preceding three years; and in addition detailed information as to which are the branches of Brazilian production which have had the greatest sale in the previous year; what has been the competition of products of the same nature but of a different origin; what means might be employed to overcome such competition; what new articles of commerce, in their opinion, might have a sale in the country in question; and, finally, what newly invented machines and improvements in industrial processes, introduced into other countries, might be introduced into the Republic, giving in this case their cost and how they may be acquired. And for the tables which must accompany them, those appended to this Consolidation, under Nos. 14 to 17, shall serve as models. (Consular Regulation, Art. 82.)

276. Remarks concerning the tariffs of excise and export duties and treaties of commerce, navigation and postal correspondence, shall form the subject of special despatches or reports, whenever their exposition requires a more detailed description.

(Consular Regulation, Art. 83.)

277. The tariffs and their necessary alterations, in so far as they are of interest to the trade of Brazil, must be analysed, and comparisons be made between the old and the new duties, and the influence which they may exercise on Brazilian products, either directly or through the protection which they afford to the trade or products of other countries, be shewn; in this connection Consuls must not limit themselves to supplying information of what is already in force, but must endeavour to forecast their effects, and give attention to the preliminary work, the opinions of the press and the official declarations which usually precede such measures. (Consular Regulation, Art. 84.)

278. Treaties of commerce and navigation and postal conventions shall be considered from the same point of view as fiscal legislation, that is, the advantages or disadvantages which the Republic may derive or suffer from them, must be

considered. (Consular Regulation, Art. 85.)

279. In the lists of current prices and the quantity of the products imported and exported, the forms for which are numbered 11, 12, 16 and 17, alphabetical order must be observed. (Circular No. 3, of the 11th of April 1896.)

280. The annual reports must be drawn up within the civil year, which is reckoned from January to December, and any documents which are affixed to them

shall be translated.

These reports shall be specially numbered and must be sent to the Department of State by May of the following year, if not earlier, and the three-monthly ones as soon as possible, but never after the second of the following three months. (Con-

sular Regulation, Art. 86 and Circular No. 6 of the 24th of April 1895.)

281. Consular officers must, whenever required: I. Give certificates of the origin of merchandise (Form No. 18); — 2. Grant certificates of the price of goods and merchandise sold by auction; — 3. Appoint appraisers, and assist at the examination of all movable or immovable property belonging to Brazilians, if the laws of the country permit it; — 4. Protest bills of exchange and draw up written contracts for payment of interest; — 5. Draw up contracts of affreightment; — 6. Make out instruments of the formation, dissolution or prolongation of companies; — 7. Draw up mortgage deeds; — 8. Authenticate all commercial transactions intended to be adduced as evidence in legal proceedings; — 9. Adjust average when the only persons interested therein are Brazilians and their assistance has been sought. (Consular Regulation, Art. 96.)

282. It is the duty of Consuls to give the most serious attention to the laws and regulations concerning emigration and to the means which may most suitably be employed on the part of the Government to favour it in the interest of the Re-

stanciada ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. (Regulamento Con-

sular, art. 87.)

283. Cumpre igualmente aos Consules informar ao mesmo Ministerio sobre o movimento da emigração e immigração em seus respectivos districtos, declarando: o numero de emigrantes, para onde se dirigirem e de onde procedem; em que portos embarcaram; quanto custa o seu transporte até esses portos e até o seu destino definitivo; em que condições pecuniarias emigram; porque preferem tal paiz a tal outro; quaes as profissões, religião, costume e moralidade da gente propensa á emigração, como são recebidos e auxiliados nos paizes a que se destinam. (Regulamento Consular, art. 88.)

Capitulo II. Das embarcações, seu despacho, legalização de manifestos, conhecimentos e facturas de mercadorias, cartas de saude e matricula de equipagem.¹)

284. Os Consules participarão o estabelecimento ou suppressão dos pharóes, balisas e boias, e de todas as mudanças mais notaveis que occorrerem nos bancos e correntes do seu districto; assim como remetterão mappas, planos, avisos e outros documentos hydrographicos, que se publicarem a este respeito. (Regulamento Con-

sular, art. 97.)

285. O mais tardar 24 horas depois de fundeada qualquer embarcação brazileira em um dos portos do seu Consulado, o capitão ou mestre entregará aos Consules um relatorio ou declaração do logar e tempo da sua sahida, da lotação e carga do navio, da derrota e dias da viagem, das desordens, accidentes, encontros, perigos e mais circumstancias que occorreram, o manifesto da carga ou cópia juramentada delle, o passaporte do navio e a matricula da equipagem, que se conservarão no Consulado até a sua sahida; e quando pareça aos Consules conveniente, para verificar a declaração dada, ou para examinar taes documentos, por qualquer motivo que se offereça, poderão exigir a provisão de arqueação, o livro dos ajustes, certificado de matricula, o contracto de fretamento e quaesquer outros documentos, até os mesmos passaportes dos passageiros.

A disposição deste artigo terá logar quando a embarcação se dirija áquelle porto,

ou vá a elle ter por escala ou por arribada.

O capitão que faltar a este dever, depois de ser legitimamente intimado, incorrerá na pena de 100\$ para o soccorro dos desvalidos nacionaes, e se negar-se ao pagamento desta multa, os Consules o declararão no endosso do passaporte especial de viagem, para que a autoridade a quem for apresentada na sua volta á Republica faça logo satisfazer, sob sua responsabilidade, o duplo da multa arbitrada, em castigo da contumacia do capitão; ficando a este o recurso para o Ministro das Relações Exteriores, executada a condemnação. (Regulamento Consular, art. 98)²).

286. A falta da satisfação da multa não impede a sahida da embarcação, nem autoriza demora nos papeis para esse fim precisos, e que devem ser dados pelos Consules.

Aos Consules fica o recurso de submetterem ao conhecimento do Governo os motivos da queixa que possam ter contra o capitão, sobrecarga ou quaesquer outras pessoas por quem a mesma embarcação responder. (Regulamento Consular, art. 99.)

287. Os Consules prestarão todo o auxilio para que os capitães das embarcações brasileiras preencham aquellas praças de suas tripolações que por algum motivo ou accidente lhes faltarem e farão na matricula as observações necessarias. (Regulamento Consular, art. 100.)

288. O capitão de qualquer embarcação que estiver de partida, tendo com antecipação participado aos Consules o dia em que pretende effectual-a, o porto a que se destina, e aquelle ou aquelles por onde intenta fazer escala, comparecerá no

¹⁾ Em relação ao despacho dos navios, alem das obrigações dos Consules, ennumeradas nesta parte da Consolidação, foi posteriormente creada a Factura Consular em virtude da Lei n.º 651 de 22 de novembro de 1899, que foi devidamente regulamentada pelo Decreto n.º 1103 de 21 de novembro de 1903. A respeito das facturas Consulares e respectivas attribuições dos Consules, veja-se no lugar competente o Regulamento citado. — 2) Esta disposição, impondo uma multa sem ser anteriormente creada por acto legislativo, está sujeita a approvação do Congresso Nacional, que ainda não resolven a respeito.

public; and to give a detailed account thereof to the Ministry of Industry, Railways

and Public Works. (Consular Regulation, Art. 87.)

283. It is likewise the duty of Consuls to furnish the same Ministry with information concerning the movement of emigration and immigration in their respective districts, stating: the number of emigrants, whither they go and whence they come; in which ports they have embarked; the cost of their passage to these ports and to their ultimate destination; in what pecuniary condition they emigrate; the reason of their preference for one country over another; their profession or trade, religion, the habits and morality of the people disposed to emigrate; and how they are received and assisted in the countries to which they emigrate. (Consular Regulation, Art. 88.)

Chapter II. Vessels, their clearance, the authentication of the manifests, bills of lading and invoices of merchandise, bills of health and the muster roll of the crew.1)

284. Consuls shall notify the establishment or suppression of lighthouses, land marks and buoys, and all the most important changes which take place in the banks and currents of their district; they shall also forward maps, plans, notices and any other hydrographic documents which are published on the subject. (Con-

sular Regulation, Art. 97.)
285. Within 24 hours at the latest after any Brazilian vessel has anchored in one of the ports of a Consulate, the master or captain shall deliver to the Consul a report or declaration of the place and time of his departure, of the tonnage and cargo of the vessel, of her course and the length of the voyage, of disorders, accidents, collisions, dangers and any other occurrences, the manifest of the cargo or an attested copy thereof, the passport of the vessel and the muster roll of the crew, which shall be kept in the Consulate until the vessel leaves; and should the Consul deem it necessary, in order to verify the declarations given, or to examine such documents, for any reason that presents itself, he may demand the tonnage certificate, the book of agreements, the certificate of registry, the contract of affreightment and any other documents, including even the passports of the passengers.

The provisions of this Article shall be observed when a vessel enters such a

port merely to call or in stress.

A master who fails in this duty, after having been legally notified, shall incur the penalty of 100 \$ to be devoted to the succour of indigent Brazilians, and if he refuses to pay this penalty, the Consul shall endorse the fact on the special passport of the voyage, in order that the Authority to whom it is presented on his return to the Republic, may immediately make him pay, under his own responsibility, double the fine imposed, as a punishment for the contumacy of the master; and after the fine has been paid an appeal may be made to the Ministry of Foreign Affairs. (Consular Regulation, Art. 982).

286. Failure to pay the fine does not impede the departure of the vessel, nor is it a reason for delay in delivering the papers necessary for this purpose, which

must be given by the Consul.

Consuls have the remedy of bringing to the knowledge of the Government any causes of complaint they may have against the master, supercargo or any other persons who are responsible for the said vessel. (Consular Regulation, Art. 99.)

287. Consuls shall give every assistance to enable the masters of Brazilian vessels to fill those places of their crews which for any reason or accident have become vacant, and shall record on the muster roll the necessary observations. (Consular Regulation, Art. 100.)

288. The master of any vessel about to sail, having previously notified the Consul of the day on which he intends to depart, the port to which he is destined, and the port or ports at which he intends to call, shall attend the Consulate on

¹⁾ In relation to the clearance of vessels, besides the duties of Consuls enumerated in this part of the Consolidation, the Consular Invoice was afterwards created by virtue of Law No. 651 of the 22nd of November 1899, which was duly enacted by Decree No. 1103 of the 21st of November 1903. With regard to Consular Invoices and the duties of the Consuls in relation thereto, refer to the said Enactment. — 2) This provision, imposing a fine without its having previously been created by legislative act, is subject to the approval of the National Congress, which has not as yet passed any resolution in this respect.

Consulado na vespera da sahida e apresentará os despachos da Alfandega e os conhecimentos numerados progressivamente, o manifesto da carga, na fórma das leis commerciaes e da Alfandega, e os passaportes dos passageiros. (Regulamento Consular, art. 101.)

289. Os Consules examinarão se a embarcação está desembaraçada pelas autoridades do paiz para sahir do porto; e das faltas que encontrarem advertirão o capitão.

(Regulamento Consular, art. 102.)

290. Os consules verificarão pela matricula da equipagem se a embarcação leva as mesmas pessoas comprehendidas nella; e se com sua autoridade, ou sem ella, tiverem desembarcado algumas, ou embarcado diversas, declararão essas outras alterações

na mesma matricula. (Regulamento Consular, art. 103.)

291. Tendo feito o capitão assignar o termo de declaração pelo qual affirma que não tem conhecimento de que esteja a bordo do seu navio outra carga, que não seja a declarada no manifesto que apresenta, o Consul legalizará o mesmo manifesto, que fechará com direcção ao inspector da Alfandega, entregando-o ao capitão, assim como o passaporte e os mais documentos respectivos por elle, Consul, visados. Do mesmo modo procederá quando o navio sahir em lastro.

O manifesto será acompanhado de officio do Consul ao inspector da Alfandega do porto para onde se dirige o navio, declarando-lhe o nome deste e do capitão, o porto

da sahida, assim como o numero de conhecimentos de carga.

Se houver a menor suspeita de fraude, a communicará de officio ao mesmo inspector, transmittindo todos os esclarecimentos que puderem aclarar a verdade. (Regulamento Consular, art. 104.)

292. Os manifestos devem ser feitos na fórma prescripta na Nova Consolidação das Leis Alfandegas e Mesas de Rendas da Republica. (Regulamento Consular,

art. 106.)

293. Os Consules dispensarão todo o zelo na verificação dos manifestos e facturas, documentos esses que devem ser organizados segundo os preceitos legaes cuja fórma na legislação fiscal se acha claramente definida. (Circular n.º 12, de 12. de setembro de 1896.)

294. Prestarão igualmente toda a attenção na legalização dos conhecimentos, previnirão quanto fôr possivel no que lhes disser respeito a reproducção de emendas, rasuras e declarações contradictorias nas diversas vias dos mesmos conhecimentos.

(Circular n.º 1, de 3 de março de 1896.)

295. Quando legalizarem manifestos relativos á remessa de artigos de caça munições e espingardas para qualquer dos Estados da União, darão a esse respeito aviso em tempo aos respectivos Governos, indicando-lhes os nomes dos carregadores e recebedores, as marcas, os numeros e as mercadorias. (Circular n.º 15, de 20 de novembro de 1894.)

296. Exercerão igualmente a maior vigilancia e communicarão immediatamente ao Ministerio da Fazenda todo e qualquer embarque, tanto para esta Republica como para os paizes limitrophes, de armamento, artigos bellicos e dynamite, enviandolhes posteriormente participação circumstanciada. (Circular n.º 7, de 13 de outubro

de 1897.)

297. Afim de evitar que cheguem tardiamente aos portos de destino as communicações de remessa de armas e munições de guerra, deverão essas communicações ser enviadas directamente ás autoridades fiscaes, podendo o Ministerio da Fazenda ter conhecimento dellas por meio de avisos. (Circular n.º 4 de 11 de novembro de 1898.)

298. Não deverão ser legalizados os manifestos organizados por diversos collaboradores nem os escriptos com tinta roxa ou violeta. (Circular n.º3 de 6 de setembro de 1883 e Despacho ao Consulado em Bordéos de 7 de março de 1895, 3ª Secção.)

299. E' exigivel a legalização dos manifestos seja qual fôr a importancia do commercio a que se referem. (Despacho ao Consulado em Copenhague, de 18 de setembro

de 1895, 3ª Secção.)

300. Os Consules farão declaração no manifesto dos generos nelle contidos, cuja entrada seja prohibida no Brazil e bem assim de que esclarecera o capitão a tal respeito. (Regulamento Consular, art. 108.)

respeito. (Regulamento Consular, art. 108.)

301. As agencias das companhias, principalmente das que gosam no Brazil de privilegios de paquetes e teem datas fixas de sahida para os seus vapores deverão

the eve of his departure and shall present the clearance papers of the Custom-House, and the bills of lading in numerical order, the manifest of the cargo, according to the form required by the laws of commerce and of the Custom-House, and the passports of the passengers. (Consular Regulation, Art. 101.)

289. Consuls shall ascertain if the vessel is cleared by the authorities of the country to enable her to leave the port; and shall advise the master of any irregu-

larities they meet with. (Consular Regulation, Art. 102.)

290. Consuls shall verify from the muster roll of the crew whether the vessel carries the same persons as are mentioned in it; and if, either with or without their authority, some have been landed or others embarked, they shall declare such

alterations on the said muster roll. (Consular Regulation, Art. 103.)

291. After having made the master sign a declaration affirming that he has no knowledge of any other cargo being on board than that which is declared in the manifest he presents, the Consul shall authenticate the said manifest, which he shall close and address to the inspector of the Custom-House, and deliver it to the master, along with the passport and the other respective documents viséd by himself, the Consul. The same procedure shall be adopted when the vessel leaves in ballast.

the Consul. The same procedure shall be adopted when the vessel leaves in ballast.

The manifest shall be accompanied by a despatch from the Consul to the inspector of the Custom-House of the port to which the vessel proceeds, stating her name and that of the master and the port of departure, as well as the number of

bills of lading of cargo.

Should there be the least suspicion of fraud, he shall communicate it in his despatch to the said inspector, sending him all particulars to enable him to elucidate the truth. (Consular Regulation, Art. 104).

292. The manifests must be made out in the form prescribed in the New Consolidation of the Custom-House Laws and Offices for receiving Dues of the

Republic. (Consular Regulation, Art. 106.)

293. Consuls shall exercise the greatest care in the verification of the manifests and invoices, being documents which must be drawn up according to the legal directions and in the form which is clearly defined in the fiscal legislation. (Circular No. 12, of the 12th of September 1896.)

294. They shall likewise devote the greatest attention to the authentication of bills of lading, and shall as far as possible prevent with regard to them, the repetition of corrections, erasures and contradictory declarations in the various copies of the said bills of lading. (Circular No. 1, of the 3rd of March 1896.)

295. When they authenticate manifests relating to the forwarding of articles

295. When they authenticate manifests relating to the forwarding of articles of the chase, munitions and guns, to any of the States of the Union, they shall give timely notice regarding them to the respective Governments, indicating the names of the senders and receivers, the marks, numbers and the class of goods. (Circular No. 15, of the 20th of November 1894.)

296. They shall likewise exercise the greatest vigilance and immediately

296. They shall likewise exercise the greatest vigilance and immediately inform the Finance Ministry of any and every embarcation, whether for this Republic, or for adjoining countries, of armaments, articles of warfare and dynamite, and shall afterwards furnish the said Ministry with full details. (Circular No. 7, of the

13th of October 1897.)

- 297. In order to avoid the late arrival of the information of the forwarding of arms and munitions of war at the port of destination, such information must be sent direct to the fiscal authorities, and the Ministry of Finance must be informed of them by means of despatches. (Circular No. 4 of the 11th of November 1898.)
- 298. A manifest drawn up by different individuals or written in red or violet ink must not be authenticated. (Circular No. 3 of the 6th of September 1883 and Despatch to the Consulate in Bordeaux of the 7th of March 1895, 3rd Section.)
- 299. The authentication of manifests may be demanded, whatever be the influence on the trade to which they refer. (Despatch to the Consulate in Copenhagen, of the 18th of September 1895, 3rd Section.)

300. Consuls shall make a declaration on the manifest of the goods therein contained, the entry of which into Brazil is prohibited, and also of any information

the master may give concerning them. (Consular Regulation, Art. 108.)

301. Agencies of companies, particularly of those which enjoy the privilege in Brazil of carrying mails, and have fixed dates for the departure of their steamers,

dar rigoroso cumprimento ás dispocições dos arts. 341, 342, 347 e 356, da *Consolidação das Leis das Alfandegas*¹. (Circular n°. 4, de 11 de junho de 1897.)

1) A Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas foi decretada por acto do Ministro da Fazenda de 13 de abril de 1894. As disposições mandadas observar no texto destea art, da Consolidação das Leis Consulares são as seguintes: Art. 341. Todo o Capitão ou Mestre de navio mercante nacional ou estrangeiro, que por qualquer motivo ou para qualquer fim demandar algum porto da Republica competentemente alfandegada ou habilitado para a importação, deverá trazer um manifesto contendo: 1.º O nome, classe e tonelagem da embarcação, e o nome da nação a que pertence; — 2.º O nome do Commandante ou Mestre; - 3. A designação do porto em que recebeu a carga que conduzir, e a de seu destino e escalas; -4.º As marcas, contramarcas, numero de cada volume e sua denominação, quando seja possivel; — 5.° Declaração da qualidade, quantidade, peso ou medida das mercadorias que contiver cada volume, quando seja possivel e das que vierem a granel; — 6.º Expressa designação do numero de volumes reunidos em um só envoltorio ou de cada amarrado; e da qualidade das mercadorias que cada um destes volumes contiver e de sua quantidade, peso e medida quando foi possivel, alem demais declarações exigidas nos ns.º 4 e 5 deste artigo; — 7.º Os nomes das pessoas a quem são consignadas os volumes ou mercadorias, ou se o são a ordem; — 8.º Expressa mensão: — 1.º Das mercadorias destinadas a entreposto ou transito, com as declarações exigidas, nos ns.º 4, 5 e 6; — 2.º Dos volumes que contiverem generos inflammaveis e semelhantes com todas as circunstancios exigidas nos mesmos n.º 4, 5 e 6. — § Unico. Estas declarações serão escriptas por extenso, excepto na parte relativa ao numero e marca de volume, e em folhas inteiras e não emendadas, ou presas umas ás outras, as quaes serão numeradas e rubricadas pelo respectivo Agente Consular ou pela pessoa que autenticar o Manifesto. — 342. Os manifestos serão datados e assignados pelo Capitão ou Mestro do respectivo navio ou pelos Agentes ou consignatarios dos paquetes das linhas regulares e autenticados pelo Consul, ou Agente Consular brazileiro residente no porto da partida, e na sua falta ou ausencia de pessoa que devidamente o substitira pelo Chefe da respectiva Alfandega ou Estação Fiscal e na falta de uns e de outras pela Auctoridade local; devendo neste ultimo caso suas assignaturas ser reconhecidas pelo Consul respectivo no porto de entrada, se alguma duvida se offerecer sobre sua veracidade. — § Unico. Os manifestos podem ser apresentados, já traduzidos em lingua vernacula, aos Consules que, na forma do Decreto n.º 4968 de 24 de maio de 1872*) os legalizarão se estiverem elles organisados de accordo com o artigo antecedente. — 343. As embarcações empregadas na pesca ou procedentes de portos pouco frequentados em que não houver Alfandega ou Estação Fiscal ou auctoridade que possa autenticar e regularisar os manifestos, serão obrigados no acto da visita da entrada, a apresentar uma relação de todos os objectos de sua carga com as declarações exigidas no art. 341 e a exhibir os conhecimentos, documentos e livros de carga ou outra qualquer escripturação que prove a verdade da mesma relação, alem do ról, lista e mais papeis exigidos pelos arts. 350 e 351. — 344. A embarcação que tiver feito escála ou recebido carga ou descarregado em um ou maisportos, trará tantos manifestos, quantos os portos em que tiver recebido carga, os quaes conterão declarações, formalidades e requisitos exigidos pelos artigos antecedentes; e tantos certificados, processados do mesmo modo que os manifestos, de não ter recebido carga, ou descarregado volume, mercadoria ou objecto algum, ou, se houver feito, da quantidade ou numero dos volumes ou mercadorias descarregadas, com todas as declarações exigidas no art. 341, quantos forem os portos de escála. Se o porto de escála ou descarga pertencer á Republica, os manifestos e certificadas serão passados pela Alfandega ou Repartição Fiscal competente. — § 1. Exceptuam-se desta disposição: 1.º Os paquetes e vapores das linhas regulares que frequentam os portos da Republica os quaes são dispensados de apresentação de manifestos dos portos intermedios de Lisbôa, Madeira, S. Vicente ou qualquer outro porto estrangeiro, onde os vapores se demorem pouco tempo e em que tenham recebido apenas alguns volumes e encommendas substituindo-se esta obrigação pela entrega, no acto da primeira visita da Alfandega, de uma lista do carregamento que houverem recebido nos ditos portos intermedios com distincção do que for relativo a cada um. 2.º Os vapores e mais embarca ções empregadas na navegação de cabotagem, os quaes ficam dispensadas não só da apresentação dos manifestos ou relações de cargo e respectivas guias, como dos conhecimentos dos artigos ou generos de producção nacional destinados ao consumo e á exportação entre os diversos Estados da Republica. — § 2. Quer as embarcações de longo curso, quer as de cabotagem, que não houverem recebido mercadorias de origem estrangeira, já despachadas para consumo, mas que conduzirem somente productos nacionaes, trarão simples certificados negativos do porto da procedencia. - 345. Os Consules, Autoridades, ou pessoas que na forma do art. 342 autenticarem os manifestos, numerarão e rubricarão todas as folhas e depois de riscarem todos os brancos, certificarão no fim da ultima lauda escripta do manifesto, que este se acha em devida forma, isento de rasuras, emendas, entrelinhas ou cousa que duvida faça, ou as resalvarão, declarando sua natureza, qualidade e teôr, e as entregarão ao Commandante, em carta fechada e lacrada com o sello do Consulado, com direcção ou subscripto ao Inspector da Alfandega do porto do destino da embarcação a que pertencer. Os ditos Consules declararão no manifesto o numero dos conhecimentos da

^{*)} Este Decreto de 1872 citado no texto é o que promulgou o Regulamento Consular cujas disposições foram consolidadas no novo Regulamento de 1899 cujo texto estamos dando na parte que nos interessa.

must strictly observe the provisions of Arts. 341, 342, 347 and 356 of the Consolidation of the Laws of the Custom-Houses¹). (Circular No. 4, of the 11th of June 1897.)

¹⁾ The New Consolidation of the Laws of the Custom-Houses and Offices for Receiving Dues was decreed by act of the Minister of Finance of the 13th of April 1894. The provisions ordered to be observed in the text of these Articles of the Consolidation of the Consular Laws are as follows: Art. 341. Every Master or Captain of a national or foreign merchant vessel, which for any reason or for any purpose seeks to enter any port of the Republic possessing a Custom-House or qualified to receive imports, must have a manifest containing: 1. The name, class and tonnage of the vessel, and the name of the country to which she belongs; - 2. The name of the Commander or Master; - 3. The name of the port where she received the cargo she carries, and those of her destination and calling places; — 4. The marks, countermarks, number and description of each package, wherever possible; — 5. A declaration of the quality, quantity, weight or measure of the goods which each package contains, wherever possible, and of those which are carried loose; — 6. A special description of the number of packages contained in one covering or of each of those fastened together; and of the quality of the goods which each of these packages contains with its quantity, weight and measure wherever possible, besides the other declarations required by Nos. 4 and 5 of this Article; - 7. The names of the persons to whom the packages or goods are consigned, or if they are consigned to order; — 8. Special mention: 1) Of goods intended for landing in bond or for transit, with the declarations required by Nos. 4, 5 and 6; — 2) Of packages containing inflammable material or similar substances, with all the particulars required by the same Nos. 4, 5 and 6. — Sole §. These declarations shall be written in full, except as regards the number and marks of the package, and on complete sheets without alterations, or fastened to one another, and in the latter case numbered and rubricated by the respective Consular Agent or by the person who authenticates the manifest. — 342. The manifests shall be dated and signed by the Master or Captain of the vessel in question or by the agents or consignees of the packets of the regular lines and be certified by the Brazilian Consul or Consular Agent residing in the port of departure, and in his absence, or in the absence of the person who should act as substitute for him, by the Head of the respective Custom-House or Fiscal Department, and in the absence of both, by the local Authority; in the last case the signatures must be attested by the proper Consul in the port of entry, should there be any doubt as to their authenticity. — Sole §. The manifests may be presented, already translated into the language of the country, to the Consuls who, according to the Decree No. 4968 of the 24th of May 1872*), shall authenticate them, if they have been drawn up in accordance with the preceding Article. — 343. Vessels employed in fishing or coming from ports little frequented, where there is no Custom-House or Fiscal Department or any authority which can authenticate and put the mainfests in order, shall be bound when they are visited on their arrival, to present a list of all the objects of their cargo with the declarations required by Art. 341, and to produce the bills of lading, documents and cargo books or any other written evidence which proves the truth of the said list, besides the muster roll, the list (of provisions) and other documents required by Arts. 350 and 351. — 344. A vessel which has called at or received or discharged cargo in one or more ports, shall have as many manifests as the ports at which she has received cargo, and such manifests shall contain the declarations, formalities and requirements demanded by the foregoing Articles; and shall have as many certificates, drawn up in the same manner as the manifests, of not having received cargo, or discharged any package, goods or other object, or, if she has done so, of the quantity or number of the packages or goods discharged, with all the declarations required by Art. 341, as there are ports at which she has called. If the port of call or discharge belongs to the Republic, the manifests and certificates shall be passed by the proper Custom-House or Fiscal Department. - § 1. From this provision the following are excepted: 1. Packet boats and steamers of the regular lines visiting the ports of the Republic, which vessels are exempted from the presentation of manifests in respect of the intermediate ports of Lisbon, Madeira, Saint Vincent **) or any other foreign port, where the steamers remain a short time, and in which they have received only some packages or postal packets, there being substituted for this duty the delivery, at the first visit of the Custom-House, of a list of the cargo which has been received in the said intermediate ports, with a separate list in relation to each one. 2. Steamers and other vessels employed in coasting trade, which vessels are exempted not only from the presentation of manifests or lists of the cargo and the respective certificates, but also of bills of lading of articles or goods of national production destined for sale and trade between the different States of the Republic. - § 2. Vessels employed for long voyages, as well as those for the coasting trade, which have not received goods of foreign origin already dispatched for sale, but which only carry national products, shall have simple negative certificates of the port of departure. — 345. Consuls, Authorities or persons who in the manner provided by Art. 342 certify the manifests, shall number and rubricate all the pages, and after drawing a line through all the blanks, shall certify at the end of the last written page of the manifest, that the latter is in proper form, free from erasures, alterations, interlineations or anything that may cause doubt, or shall correct or restore them, declaring their nature, quality

^{*)} This Decree of 1872 cited in the text is that which promulgated the Consular Regulation, the provisions of which were consolidated in the new Regulation of 1899, the text of which in so far as it interests us, we are now giving.

now giving.

**) In the Cape Verd Islands. (Translator's note.)

302. Quanto aos portos de procedencia e séde das companhias de paquetes ou embarcações de linhas regulares e de partidas fixas não tem applicação o art. 351 da Consolidação. (Circular n.º 4, de 11 de junho de 1897.)

carga que a embarcação transportar e os marcarão com o sello do Consulado, podendo remettel-os appensos ao manifesto ou entregal-os ao respectivo Capitão. — 346. As disposições dos artigos antecedentes comprehendem: 1.º As embarcações que navegarem em lastro, devendo-se mencionar no respectivo manifesto ou certificado a quantidade ou qualidade do lastro; — 2.º As embarcações que fizerem escálas por algum dos portos da Republica, ou que nelles derem entrada por franquia; — 3.º As embarcações que transportarem passageiros ou colonos ainda que não tragam carga. — § 1. Reputar-se-ha lastro, para quaesquer fins ou objectos fiscas, a quantidade de qualquer metria pesada que conduzirem ou receberem, indispensavel para segurança de sua navegação. — § 2. Poderá fazer parte do lastro: 1.º O ferro em bruto, em barras, chapas, lingoadas ou em obras grossas de fundição ou inutilisadas; — 2.º O cobre em bruto, fundido, coado ou em ladrilho, em barra, em laminas ou folhas; — 3.º O bronze em peças de artilharia ou obras inutilisadas; — 4.º A pedra calcarea ou outra de qualquer qualidade em bruto, lavrado, ou em obras grossas; — 5.º Calhao, cascalho ou areia, barro, cinzas, ossos ou chifres; — 6.º Madeiras em bruto, em tóros, couceiras, pranchões, ou lenha; — 7.º Carvão de pedra; — 8.º O sal; — 9.º Tijolo, telha, e outros materiaes proprios para construcção; - 10.º O vasilhame com aguada ou sem ella. - § 3. O Chefe da competente repartição fiscal do porto da entrada do navio em lastro mandará verificar, quando julgar conveniente á fiscalisação, se a quantidade do lastro é a estrictamente necessaria para segurança da navegação e no caso de ser superior sujeitará o mesmo navio ao regimen fiscal relativo ás embarcações que trouxerem carga. — 347. Os Consules ou Agentes Consulares da Republica não poderão autenticar manifesto algum que não estiver nos termos dos artigos antecedentes e obrigarão os Capitães a corrigil-os ou reformal-os. — 348. Os referidos Consules ou Agentes Consulares, antes de autenticarem os manifestos, instruirão os Capitães ou Mestres a respeito dos deveres que lhe são impostos e especialmente sobre a obrigação: 1.º De mencionarem expressamen te os volumes ou mercadorias destinadas ao transito, e os que contiverem generos inflammaveis e semelhantes; — 2.° De fazerem no acto da visita de entrada, as declarações de que trata o art. 351; — 3.° De entregarem o ról, listas e papeis mencionadas nos arts. 350 e 351. — Nessa mesma occasião os advertirão de que taes documentos, com os manifestos, devem ser presentes não só ao empregado da Repartição fiscal do porto a que se destina, que for encarregado da visita, como ás auctoridades locaes de qualquer porto ou logar onde por força maior arribarem, e aos Commandantes das embarcações da Alfandega ou Mesa de Rendas, encarregados da policia fiscal das costas e mares territoriaes da Republica; e de haverem cumprido exactamente este preceito e de que o Capitão ou Mestre da embarcação ficou sciente de todas estas obrigações, passarão certidão no manifesto; ficando pelo não cumprimento destas obrigações sujeitas á multa de 50\$000 ate 500\$000 de cada vez, que lhes será imposta pelo Ministro da Fazenda, dando o Chefe da competente repartição parte de taes faltas logo que lhe forem apresentados os manifestos. — 349. Não são admissiveis nos manifestos protestos de que não responde o Capitão ou Mestre por faltas, acrescimos ou differenças; nem declarações vagas a respeito da qualidade, quantidade, numero, dimensões, ou peso dos volumes ou mercadorias que tiver recebido e houver a bordo. — 350. O capitão ou Mestre do navio, logo que chegue a bordo o Guarda-mor ou o empregado encarregado da visita, lhe entregará o manifesto que trouxer e todos os conhecimentos, documentos e mais papeis pertencentes á carga, que lhe forem exigidos, para serem enviados ao Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de Rendas. Estes papeis ficarão em deposito na competente Repartição, até que a sua exhibição seja necessaria para outros effeitos legitimos e solicitada pelo respectivo Capitão ou Mestre. — § Unico. Aos Commandantes de paquetes e vapores de linhas regulares estabelecidas entre a Republica e os portos estrangeiros, é concedido o prazo de 15 dias para exhibição dos manifestos dos carregamentos recebidos nos portos de escala, quando não possa fazel-o na occasião da chegada. — 351. No mesmo acto da visita o Capitão ou Mestre do navio fará ou entregará por escripto: 1.º A relação de quaesquer mercadorias ou objectos acrescidos que trouxer a bordo, que não forem contempladas no manifesto por terem sido recebidos sob vela ou por qualquer outra razão, especificando a qualidade, quantidade, medida ou peso, marcas, contramarcas e numeros e todas as circunstancias exigidas no art. 341; — 2.º Declaração das mercadorias ou volumes que, estando comprehendidos no manifesto, tiver vendido ou descarregado em qualquer porto de arribada ou escála, ou tiver perdido em virtude de alijamento, ou que por outra qualquer razão lhe faltem para o completo da que manifeston; — 3.º O ról dos passageiros e dos volumes de sua bagagem, acompanhado de declaração summaria por escripto, assignada por cada um delles, do conteudo do volume que lhe pertencer, se contiver exclusivamente mercadorias ou objectos de commercio, nos termos do art. 392; — 4.° A lista dos sobresalentes, provisões e viveres do navio que ainda restarem, ou estiverem de reserva a bordo. — § 1. De tudo se fará menção no termo da visita da entrada que será assignada pelo Guardamor, ou quem suas vezes fizer, e pelo Capitão ou Mestre, a quem se dará resalva, se for exigida, da entrada de que for recebida. — § 2. Não serão admittidas declarações vagas que tendam a justificar irregularidades do manifesto, ou quaesquer falsas declarações, ou attenual-as. — § 3. Os Commandantes dos paquetes e vapores de linhas regulares são dispensados da apresentação da lista de sobresalentes. — 356. O

302. Art. 351 of the Consolidation does not apply to the ports of departure and head offices of the companies owning packets or vessels of regular lines and with fixed dates of departure. (Circular No. 4, of the 11th of June 1897.)

and meaning, and shall deliver them to the Commander, in a letter closed and sealed with the seal of the Consulate to which the vessel belongs, in sealing wax, directed or inclosed in an envelope addressed to the Inspector of the Custom-House of the port of destination of the said vessel. The said Consuls shall declare in the manifest the number of bills of lading of the cargo which the vessel carries and shall stamp them with the Consular seal, and can send them affixed to the manifest or deliver them to the Master concerned. — 346. The following are subject to the provisions of the preceding Articles: 1. Vessels which sail in ballast, the quantity and kind of ballast being stated in the corresponding manifest or certificate; — 2. Vessels which call at any of the ports of the Republic, or which enter them for orders; — 3. Vessels which carry passengers or agricultural labourers, even although they do not carry cargo. — § 1. A quantity of any heavy material which they carry or receive, and which is necessary for the safety of their navigation, is considered ballast for any fiscal aims or purposes. — § 2. Ballastimay consist of: 1. Pig, bar, sheet or rolled iron, or iron cast in large pieces or scrap iron; - 2. Raw copper, cast, bar and sheet copper, or copper which has been melted or is in blocks; — 3. Bronze in the form of artillery or scrap bronze; - 4. Calcareous stone or unhewn stone of any kind, or stone which has been hewn or fashioned in large pieces; — 5. Broken stone, stone chippings or sand, clay ashes, bones or horns; - 6. Wood in the rough, tree trunks, thick planks, large beams or firewood; — 7. Coal; — 8. Salt; — 9. Bricks, tiles and other building materials; — 10. Casks with or without water. - § 3. The Head of the competent Fiscal Department of the port of entry of the vessel in ballast, shall ascertain, whenever he thinks it necessary for purposes of inspection, if the quantity of ballast is strictly necessary for safe navigation, and should there be more than is necessary, the said vessel shall be subject to the fiscal regulations relating to vessels which carry cargo. - 347. The Consuls or Consular Agents of the Republic may not authenticate any manifest which does not comply with the terms of the preceding Articles, and shall compel masters to correct or alter them in order to conform thereto. - 348. The said Consuls or Consular Agents, before authenticating the manifests, shall inform Masters and Captains of the duties which are imposed upon them, and especially of their obligation: 1. To state expressly the packages or goods which are intended for transit, and those which contain goods of an inflammable or similar nature; — 2. To make the declarations of which Art. [351 treats, when they receive the visit on entering a port; — 3. To deliver the muster roll and the lists and documents mentioned in Arts. 350 and 351. — On the same occasion they shall inform them that such documents, along with the manifests, must be presented not only to the officer of the Fiscal Department of the port to which the vessel is bound, who has to make the visit, but also to the local authorities of any port or place where through vis major they take refuge, and to the Commanders of the vessels of the Custom-House or Office for Receiving Dues, charged with the fiscal policing of the coasts and territorial waters of the Republic; and having scrupulously complied with this enactment and ascertained that the Master or Captain of the vessel is cognizant of all these duties, they shall pass a certificate of the manifest; for the non-observance of these duties they shall be subject to a fine of from 50\$000 to 100\$000 for each omission, which shall be levied by the Minister of Finance, the Head of the proper Department giving information of such omissions as soon as the manifests are presented to him. — 349. Protests of omissions, additions or differences for which the Master or Captain is not responsible, are not admissible in the manifests; nor are vague declarations respecting the quality, quantity, number, dimensions, or weight of the packages or goods which have been received and are on board. — 350. As soon as the Chief Inspector of Customs or the officer charged with the visit boards the vessel, the Master or Captain shall deliver the manifest which he has brought, and all the bills of lading, documents and other papers appertaining to the cargo which are demanded of him, in order to be sent to the Inspector of the Custom-House, or Manager of the office for Receiving Dues. These papers shall remain deposited in the proper Department, until their production is necessary for any other lawful purposes, or is requested by the Master or Captain concerned. — Sole §. A period of 15 days is allowed to Commanders of packets, and to the steamers of regular lines running between the Republic and foreign ports, for the production of the manifests of cargo received in the ports of call, when they cannot produce them at the time of arrival. - 351. On the occasion of the visit the Master or Captain of the vessel shall make and deliver in writing: 1. A list of any additional goods or objects which he has brought on board, and which have not been included in the manifest by reason of having been received from a sailing vessel or by any other means, stating the quality, quantity, measurement or weight, marks, countermarks and numbers, and all the particulars required by Article 341; — 2. A declaration of the goods or packages, which, being included in the manifest, have been sold or discharged at any port of refuge or call, lost through having been jettisoned, or which for any other reason are wanting for completion of the manifest; - 3. A list of the passengers and of their luggage, accompanied by a short written statement, signed by each of them, of the contents of the packages which belong to him, if they contain only merchandise or articles of trade, according to the terms of Art. 392; - 4. A list of the surplus stores, provisions and victuals of the vessel which are left over, or are in store on board. - § 1. All the foregoing must be stated in the document presented on the occasion of the visit

- 303. Os conhecimentos de embarque feito á ultima hora, levados aos Consulados, serão acompanhados de manifesto supplementar distincto do primeiro com todos os predicados do art. 342 da *Consolidação*, salvo a unica excepção do § 1 do art. 344, cobrando-se os respectivos emolumentos¹). (Circular n.° 4, de 11 de junho de 1897.)
- 304. E' livre ao Governo retirar o privilegio de paquete ás embarcações de linhas regulares, desde que as suas directorias e agencias não observem fielmente os preceitos fiscaes do Brasil e não attendam ás exigencias legaes dos Consulados sobre esse serviço. (Circular n.º 4, de 11 de junho de 1897.)
- 305. Os Consulados communicarão ao Ministerio da Fazenda as transgressões praticadas pelas companhias, bem como, em officio reservado, avisarão aos inspectores

Capitão ou Mestre que não apresentão o manifesto respectivo, ficará sujeito á penalidade estabelecida no art. 340 (multa de 10\$ até 500\$). Exceptuam-se unicamente: — 1.º As embarcações arribadas por força maior, quando não se destinarem a qualquer porto da Republica; — 2.º As que, pelo mesmo motivo entradas, sendo condemnadas por innavegaveis, venderem em hasta publica parte ou todo o carregamento por avaria reconhecida pela competente Repartição; — 3.º As que entrarem para refrescar e dispuzerem unicamente de parte da carga sufficiente para fazer face ás despesas do porto; — 4. º As de pesca ou procedentes de portos pouco frequentados, em que não houver Alfandega, Estação Fiscal ou outro qualquer meio de autenticar os manifestos. — § 1. Todas as circunstancias a que se referem os numeros antecedentes deverão ser provados perante a Alfandega do porto de entrada. — § 2. Não será permittida todavia a descarga de qualquer volume sem que primeiramente seja exhibido pelo respectivo Capitão ou Mestre: 1.º Uma relação igual a que requer o art. 343 e todos os documentos, livros de carga, e papeis que provem sua exactidão se forem exigidos; — 2.° O pagamento da multa que for imposta ou caução pela sua importancia. — 357. Pelas faltas ou irregularidades verificadas no manifesto incorrerá o Capitão ou Mestre na penalidade estabelecida na §§ seguintes: - § 1. Pela falta de authenticidade do manifesto, na forma do presente Regulamento ser-lhe-ha imposta, a arbitrio do respectivo Inspector ou Administrador a multa de 500 reis ate 2\$000 reis na razão de cada tonelada de arqueação do respectivo navio, ou a de 1% sobre os direitos a que estiverem sujeitos pertencentes ao seu carregamento, salvo se o manifesto tiver ainda fechado e lacrado com o sello do Consulado. — § 2. Pela falta de menção no dito manifesto, ou nas declarações permittidas pelos arts. 192 e 351, da existencia de mercadorias inflammaveis, ser-lheha imposta multa de 20\$000 até 100\$000 por cada volume, ou de 10 a 50% de seu valor, a juizo do respectivo Inspector ou Administrador. — § 3. Pela dilaceração do sello ou alentura do manifesto, ser-lhe-ha imposta a multa de 25\$000 ate 50\$000. — § 4. Pela falsificação, substituição de folhas do manifesto, rasuras, emendas, praticadas depois de sua entrega pelo Agente Consular ao respectivo Capitão ou Mestre, incorrerá este na multa de 50\$000 ate 300\$000, alem das demais penas que lhe deverem ser impostas como falsificador, em virtude do Codigo penal. - 358. A ausencia de algumas das solemnidades e declarações exigidos para a regularidade dos manifestos dará lugar á imposição de uma multa de 50\$000 até 300\$000 ao Consul, Agente Consular, ou auctoridade brazileira a quem competir sua autenticidade. — § 1. Na mesma pena incorrerão os referidos Consules, Agentes Consulares, ou autoridades brazileiras, se forem encontrados vicios no manifesto ou certificados, que devessem corrigir ou resalvar na forma do art. 345, no caso de evidentemente se reconhecer que não foram praticados depois de fechados e sellados. - § 2. Se a falta de solemnidades ou os vicios forem encontrados em manifestos não autenticados por Consules ou Agentes Consulares, ou autoridades brazileiras, por serem feitos em portos ou lugares em que taes Consules ou Agentes não existam, a multa de que trata este artigo será imposta ao Capitão ou Mestre da embarcação. — § 3. Se ao manifesto, porem, faltar alguma formalidade não essencial, poderá o Inspector da Alfandega o Administrador da Mesa de Rendas, com attenção ao carregamento da embarcação e a quaesquer circunstancias em favor do Capitão cu Mestre, releval-o da referida multa. — § 4. São formalidades essenciaes dos manifestos: — 1.º Sua data e assignatura; — 2.º Sua autenticidade pelos Consules, Agentes Consulares ou autoridades locaes, ou pessõas de que trata o art. 342 na forma prescripta nos arts. 343 e seguintes; — 3.º A menção dos volumes ou mercadorias que tiver a bordo, com individuação de todos os signaes que os distinguam e de sua qualidade e quantidade, na forma do art. 341, ns. 4, 5 e 6; — 4.º A ausencia de emendas, rasuras, entrelinhas, ou de qualquer outro vicio, que torne duvidosas as declarações nelles contidas.

¹⁾ Vide as disposições referidas da Consolida

ãço das Leis das Al/andegas na nota anterior.

- 303. Bills of lading made out at the last moment, and taken to the Consulates, shall be accompanied by a supplementary manifest distinct from the first, with all the requirements of Art. 342 of the Consolidation, with the sole exception of § 1 of Art. 344, and on them the respective fees shall be collected 1) (Circular No. 4, of the 11th of June 1897.)
- 304. The Government is free to withdraw the privilege of carrying mails from the vessels of regular lines, whenever their directorates or agencies do not faithfully observe the fiscal laws of Brazil, or do not fulfil the legal requirements of the Consulates with regard to this service. (Circular No. 4 of the 11th of June 1897.)
- 305. Consuls shall inform the Ministry of Finance of transgressions practised by the companies, and shall also, by private despatch, advise the Inspectors of the

when the vessel arrives, and this shall be signed by the Chief Inspector of Customs, or whoever acts for him, and by the Master or Captain, to whom a receipt of entry shall be given, should he demand it. - § 2. Vague declarations which tend to justify irregularities in the manifest, or any false declarations, or declarations which extenuate them, shall not be admitted. — § 3. It is not necessary for commanders of packets or steamers of regular lines to present a list of surplus stores. — 356. A Master or Captain who does not present the respective manifest shall be subject to the penalty established in Art. 340 (a fine of from 10\$ to 500\$). Only the following are excepted: 1. Vessels which have had to take refuge through vis major, when they are not bound to any port of the Republic; — 2. Those which, having entered for the same reason, and being condemned as unseaworthy, should sell by public auction the whole or part of their cargo, on account of damage which has been verified by the proper Department; - 3. Those which enter a port to take provisions and dispose of only so much of the cargo as is sufficient to cover the expenses of the port; — 4. Fishing vessels or those coming from little-frequented ports, where there is no Custom-House, Fiscal Department or other means by which the manifests may be authenticated. — § 1. All the particulars to which the preceding numbers refer must be proved at the Custom-House of the port of entry. — § 2. No package, however, will be allowed to be discharged without the Master or Captain in question having previously furnished: 1. Such a list as that required by Art. 343, and all documents, cargo books, and papers which prove its correctness, should they be demanded; — 2. The payment of any fine which has been imposed, or security for the amount thereof. — 357. For omissions or irregularities proved to be contained in the manifest, the Master or Captain shall incur the penalty established by the following §§: § 1. For failure to have the manifest authenticated, as provided in the present Regulation, a fine of from 500 to 2000 reis for each ton of displacement of the vessel in question or of 1% on the duties to which her cargo is subject, shall be imposed, as the respective Inspector or Manager shall decide, unless the manifest has been closed and sealed with the Consular seal in sealing wax. - § 2. For failure to state in the said manifest, or in the declarations required by Arts. 192 and 351, the existence of inflammable goods, a fine of from 20\$000 to 100\$000 for each package or of from 10 to 50% of its value, shall be imposed, as the respective Inspector or Manager shall decide. — § 3. For destruction of the seal or alteration of the manifest, a fine of from 25\$000 to 50\$000 shall be imposed. — § 4. For the falsification or substitution of the pages of the manifest, erasures or alterations, practised after its delivery by the Consular Agent to the Master or Captain in question, the latter shall incur a fine of from 50\$000 to 300\$000 besides any other penalties which have to be imposed on him as a forger under the Penal Code. 358. In the absence of any of the formalities and declarations required for the regularity of the manifests, a fine of from 50\$000 to 300\$000 shall be imposed on the Consul, Consular Agent, or Brazilian Authority who or which is empowered to authenticate them. — § 1. The said Consuls, Consular Agents or Brazilian Authorities shall incur the same penalty if defects are met with in the manifest or certificates which they should have corrected or restored in the manner provided by Art. 345, if it appears evident that they were not practised after having been closed and sealed. — § 2. If the absence of formalities or the defects have been met with in manifests not authenticated by Consuls, Consular Agents, or Brazilian Authorities, by reason of their having been used in ports or places where such Consuls or Agents do not exist, the fine of which this Article treats shall be imposed on the Master or Captain of the vessel. - § 3. If, however, there should be wanting in the manifest some formality which is not essential, the Inspector of the Custom-House or the Manager of the Office for Receiving Dues, having regard to the cargo of the vessel and to any circumstances in favour of the Master or Captain, may release him from the said fine. — § 4. The following formalities are essential in manifests: 1. The date and signature; - 2. Their authentication by the Consuls, Consular Agents, or local authorities, or by the persons of whom Article 342 treats, in the form prescribed by Art. 343 and by those following it; - 3. A statement of the packages or goods which there are on board, with a specification of all the signs which distinguish them and of their quality and quantity, in the form provided by Art. 341, Nos. 4, 5 and 6; — 4. The absence of alterations, erasures, interlineations, or of any other defect which casts doubt on the declarations contained in them.

¹⁾ See the provisions of the Consolidation of the Laws of the Custom-Houses in the preceding note.

das Alfandegas dos carregamentos de ultima hora. (Circular n.º 4, de 11 de junho

de 1897.)

306. As mercadorias destinadas a Porto Alegre com baldeação na Capital Federal, Rio Grande ou Montevidéo não deverão vir como additamento aos manifestos levantados em paizes estrangeiros, visto resultar dessa pratica grave prejuizo para as rendas publicas. Para ellas devem ser levantados manifestos em separado, em observancia ao disposto nos arts. 342, 345, 347, 348, 357 e 358 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas¹). (Circular n.º 1, de 8 de fevereiro de 1898.)

307. Quando os manifestos, assim legalizados pelos Consules, contiverem irregularidades ou defeitos que elles deveriam impedir ou corrigir antes da legalização, os Consules são os unicos responsaveis pelas multas ou penas que por semelhantes omissões puderem ser impostas aos navios ou ás cargas. (Regulamento Consular,

art. 105.)

308. Os capitães dos navios estrangeiros que carregarem generos para os portos do Brazil são obrigados igualmente a apresentar aos Consules o manifesto para o legalizar, como está prescripto nos arts. 288 e 291, a matricula da equipagem e a carta de saude. (Regulamento Consular, art. 107.)

309. Os Consules poderão acceitar, em vez do original da matricula dos navios estrangeiros, a cópia authentica expedida pela respectiva Legação ou Consulado. (Circular n.º 2, de 23 de fevereiro de 1898.)

310. Os Consules exercerão policia a bordo dos navios mercantes, já deliberando como nos casos dos arts. 345 e 353 a 356, e já dando outras providencias em regulamentos apropriados aos portos de seus districtos, os quaes serão, antes de executados, sujeitos á approvação do Governo. (Regulamento Consular, art. 114.)

311. Entrando algum vaso de guerra da Republica no porto de sua residencia, ou em qualquer outro do seu districto, os Consules se offerecerão ao commandante para lhe fornecer os provimentos de que possa necessitar, e procurarão prestar-lhe todos os serviços que couberem nas suas forças, afim de promover e facilitar o bom exito da expedição. (Regulamento Consular, art. 115.)

312. Se o commandante de um vaso de guerra for por qualquer accidente obrigado a cortar as amarras ou a deixar em terra algumas munições, ou effeitos das embarcações do seu commando, os empregados consulares cuidarão logo em fazer rocegar os ferros, arrecadar as referidas munições e effeitos, e remetterão pela primeira occasião opportuna esses artigos para o porto do armamento.

Achando-se, porém, elles muito avariados e incapazes de conservação e uso, ou se a despeza da remessa absorver a importancia de seu valor, ficam os Consules autorizados para vendel-os, dando conta ao Governo. (Regulamento Consular,

art. 11.)

313. Se acontecer que uma embarcação, vindo com destino para algum porto do Brazil, largue em porto estrangeiro parte do carregamento comprehendido no seu manifesto, o Consul brazileiro legalizará as certidões das mercadorias descarregadas, com referencia ás declarações constantes dos manifestos em que elles estiverem incluidos. (Regulamento Consular, art. 112.)

314. Os Consules informarão aos capitães e mestres de embarcações, que se destinarem ao Brazil, dos deveres que teem de preencher á sua chegada, e especialmente da entrega das cartas, e outras obrigações determinadas por lei²). (Regula-

mento Consular, art. 109.)

- 315. Os Consules dos portos em que tocarem por arribada as embarcações que de outros portos se dirigirem ao Brazil examinarão se os papeis de bordo estão em conformidade com os artigos antecedentes; neste caso porão o visto sómente na carta de saude, accrescentando nella a noticia do estado sanitario do porto e dos seus arredores, e nenhum outro emolumento perceberão. (Regulamento Consular, art. 110.)
- 316. Pelos livros e documentos do art. 285 examinarão se faz parte da carga algum artigo que não tenha pago os direitos a que estava sujeito. E reconhecendo a existencia de contrabando, o communicarão ao Ministerio da Fazenda, especificando

¹⁾ Vide as disposições referidas da Consolidaãço das Leis das Alfandegas na nota anterior. — 2) Vide o art. 348 da Consolidação das Leis das Alfandegas transcripto na nota, art. 301.

Custom-Houses of cargo taken on board at the last moment. (Circular No. 4 of

the 11th of June 1897.)

306. Merchandise destined for Porto Alegre with transhipment in the Federal Capital, Rio Grande or Montevideo, must not come included in the manifests made out in foreign countries, seeing that serious loss may result to the public revenue. For such merchandise separate manifests must be made out in accordance with the provisions of Arts. 342, 345, 347, 348, 357 and 358 of the New Consolidation of the Laws of the Custom Houses and Offices for Receiving Dues¹). (Circular No. 1, of the 8th of February, 1898.)

307. When the manifests, authenticated in this manner by the Consuls, contain irregularities or defects which they ought to have prevented or corrected before authentication, the Consuls are alone responsible for the fines or penalties which could be imposed on the vessels or their cargoes for such omissions. (Consular

Regulation, Art. 105.)

308. Masters of foreign vessels which load goods for the ports of Brazil are likewise bound to present to the Consuls the manifest for authentication, as prescribed by Arts. 288 and 291, the muster roll of the crew and the bill of health. (Consular Regulation, Art. 107.)

309. Consuls may accept, instead of the original certificate of registry of foreign vessels, an authentic copy issued by the respective Legation or Consulate. (Circular No. 2, of the 23rd of February 1898.)

310. Consuls shall exercise police supervision over merchant vessels, sometimes giving their decisions as in the cases of Arts. 345 and 353 to 356, and sometimes taking precautionary measures in the form of regulations appropriate to the ports of their districts, which, before being carried into effect, shall be subject to the approval of the Government. (Consular Regulation, Art. 114.)

311. Should any war vessel of the Republic enter their port of residence, or any other of their district, the Consuls shall offer to supply the commander with any stores he may require, and shall endeavour to the best of their ability, to render him every assistance, in order to promote and facilitate the success of the voyage.

(Consular Regulation, Art. 115.)

312. Should the commander of a war vessel through any accident be obliged to cut his moorings or to leave on shore any munitions or effects of the vessels under his command, the consular officers shall immediately take steps to recover the anchors and to collect the said munitions and effects, and shall at the first favourable opportunity send these articles to the port of armament of the vessel.

If, however, they should be found to be greatly damaged, and useless to keep or unfit for use, or if the expense of sending them would amount to as much as their value, the Consuls are empowered to sell them, rendering an account to the

Government. (Consular Regulation, Art. 11.)
313. If it should happen that a vessel, having some port of Brazil as her destination, discharges in a foreign port part of the cargo contained in her manifest, the Brazilian Consul shall authenticate the certificates of the goods discharged, with reference to the declarations appearing in the manifests in which they have been included. (Consular Regulation, Art. 112.)

314. The Consuls shall inform masters and captains of vessels which are bound for Brazil, of the duties they have to fulfil on their arrival, and especially of the delivery of documents, and of other obligations determined by law2). (Con-

sular Regulation, Art. 109.)

315. The Consuls of ports at which vessels bound from other ports with a destination for Brazil, have been forced to take refuge, shall examine whether the papers on board are in conformity with the foregoing Articles; if so they shall place their visa only on the bill of health, adding to it a notice relative to the sanitary state of the port and its suburbs, and shall receive no further fee. (Consular Regula-

316. From the books and documents mentioned in Art. 285, the Consuls shall examine if any article which has not paid the duties to which it was subject forms part of the cargo. And if a Consul discovers the existence of contraband, he shall

¹⁾ See the provisions of the Consolidation of the Laws of the Custom-Houses in the previous note. - 2) See Art. 348 of the Consolidation of the Laws of the Custom-Houses given in note to Art. 301.

o nome, nacionalidade e classe da embarcação, sua lotação e equipagem; o dia, mez e anno em que sahiu do Brazil, e o em que chegou ao porto de sua residencia; o nome do capitão ou mestre e a carga que conduziu a embarcação, o porto donde partiu, e o seu destino, se delle tiver conhecimento. (Regulamento Consular, art. 89.)

- 317. Requererão certidões das Alfandegas, para verificar se vieram generos ou effeitos do artigo antecedente não mencionados no manifesto. (Regulamento Consular, art. 90.)
- 318. A communicação do art. 316 será sempre reservada feita na fórma do art. 169. (Regulamento Consular, art. 91.)
- 319. Os empregados consulares fornecerão aos capitães brazileiros que pela primeira vez entrarem nos portos dos respectivos Consulados, ou que não tiverem pratica sufficiente do paiz, uma instrucção ou nota impressa, em que os informarão de todos os regulamentos locaes que lhes fôr necessario conhecer, especialmente dos que respeitam á policia e á prohibição dos generos e effeitos de importação e exportação. (Regulamento Consular, art. 92.)
- 320. No caso de faltarem ou estarem impedidos o consignatario, o sobrecarga e o capitão do navio, e não haverem os donos ou o sobrecarga providenciado a respeito desta falta ou impedimento, os Consules, de accordo com quem fizer as vezes do capitão, passarão a vender em leilão publico os artigos e effeitos periveis, e procurarão conservar os outros, solicitando immediatamente as ordens dos ditos donos. (Regulamento Consular, art. 94.)
- 321. Avisarão, quando der-se o caso, da sahida de corsarios, e da existencia de piratas nos mares adjacentes, assim como de preparativos nos portos de seu Consulado que indiquem proxima guerra. (Regulamento Consular, art. 95.)
- 322. Informarão, com a possivel brevidade e exactidão, do estado da saude publica no seu districto, e, havendo molestia contagiosa, dos regulamentos destinados a prevenir o contagio, ou obstar ao seu progresso. (Regulamento Consular, art. 93.)
- 323. Os Consules não deverão dar carta de saude antes da chegada de qualquer embarcação, ainda mesmo quando alleguem os Agentes ou Commandantes a curta demora no porto; limitar-se-hão a vizar a carta de saude do navio. (Circular n.º 8, de 21 de julho de 1894. Modelo n.º 35.)

Capitulo III. Da navegação de cabotagem, compra e venda de embarcações.

324. A mudança do capitão, ou commandante de qualquer embarcação, só póde realizar-se exhibindo o consignatario que tem de a fazer, os poderes que lhe foram conferidos pelo proprietario, no caso de ter este feito ajuste com o capitão para deixar o navio naquelle porto; concordando na mudança o mesmo capitão e o consignatario, ou apresentando este ponderosos e justificados motivos para tirar áquelle o commando do navio.

A vista de taes documentos e circumstancias o Consul reconhecerá se o que vae ser nomeado é cidadão brazileiro, e, verificado que seja, mandará lavrar em sua presença o termo de nomeação, e o mencionará no endosso do passaporte especial de viagem, e na matricula da equipagem. (Regulamento Consular, art. 139. Modelo n.º 32.)

325. Terão tambem inspecção sobre a venda de qualquer embarcação brazileira, que haja de ter effeitos nos portos dos seus districtos. Neste caso exigirão do capitão procuração bastante ou outro documento legitimo que o autorize para effectuar a venda, e, achando este documento em termos, consentirão nella, se estiverem convencidos de que o preço dado pela embarcação é bona fide seu valor. (Regulamento Consular, art. 140.)

326. Sem procuração do proprietario, os Consules não consentirão na venda de embarcação alguma, salvo no caso de innavegabilidade.

A innavegabilidade sómente se haverá por justificada quando se provar alguns destes casos: — 1.° De ter havido naufragio; — 2.° De precisar a embarcação de concerto, cuja despeza exceda a tres quartos do seu valor; — 3.° De não ter o capitão ou mestre fundos nem credito sufficiente para fazer o necessario reparo,

inform the Ministry of Finance, giving the name, nationality and class of the vessel, her tonnage displacement and equipment; the day, month and year when she left Brazil, and that of arrival at the port of his residence; the name of the master or captain and the cargo which the vessel has carried, the port from which she sailed, and her destination, if he knows it. (Consular Regulation, Art. 89.)

317. They shall apply to the Custom-Houses for certificates, in order to verify if goods or articles referred to in the preceding Article and not mentioned in the

manifest, have been carried. (Consular Regulation, Art. 90.)

318. The information to be communicated according to Art. 316 shall always be confidential, and made out in the form given in Art. 169. (Consular Regulation,

Art. 91.)

319. The consular officers shall furnish Brazilian masters who for the first time enter the ports of their respective Consulates, or who have not become sufficiently acquainted with the practice of the country, with printed directions or a printed note, in which they shall acquaint them with all the local regulations which it is necessary for them to know, especially those respecting matters of police and what goods and effects are not allowed to be imported or exported. (Consular Regulation, Art. 92.)

320. In case the consignee, supercargo or master of a vessel is absent or prevented from appearing, and the owners or the supercargo have not taken measures with regard to such absence or prevention, the Consuls, in agreement with the person who acts for the master, shall authorize the sale by public auction of the articles and effects of a perishable nature, and shall take steps to guard the others and immediately apply to the said owners for orders. (Consular Regulation, Art. 94.)

321. They shall give notice, when such a case happens, of the departure of privateers, and of the existence of pirates in the neighbouring waters, as also of preparations in the ports of their Consulate which indicate approaching war.

(Consular Regulation, Art. 95.)

322. They shall give information, with all possible promptitude and exactitude, of the state of the public health of their district, and if there is contagious disease, of the regulations intended to prevent its dissemination, and to hinder its progress (Consular Regulation, Art. 93.)

323. The Consuls must not give a bill of health before the arrival of any vessel, even when the Agents or Commanders allege that there will only be a short stay in the port; they must confine themselves to placing their visa on the bill of health of the vessel. (Circular No. 8, of the 21st of July 1894. Form No. 35.)

Chapter III. Coasting navigation and the purchase and sale of vessels.

324. The change of the master or commander of any vessel can only take place, upon production by the consignee who has to effect it, of the powers which have been conferred on him by the owner, in case of the latter having agreed with the master to leave the vessel at that port; or when the master and the consignee agree to the change, or the latter presents weighty and justifiable reasons for relieving the former of the command of the vessel.

On the production of such documents or reasons, the Consul shall ascertain whether the person to be appointed is a Brazilian citizen, and, on its being shewn that he is, shall authorise the appointment to be executed in his presence, and shall note it by endorsement on the special passport of the voyage, and on the muster

roll of the crew. (Consular Regulation, Art. 139. Form No. 32.)

325. They shall also have supervision over the sale of any Brazilian vessel which has to be effected in the ports of their districts. In this case they shall demand that the master present a sufficient power of attorney or other legal document which authorizes him to effect the sale, and if they find this document in proper form, shall consent to the sale, if they are convinced that the price given for the vessel represents her true (bona fide) value. (Consular Regulation, Art. 140.)

326. Without a power of attorney from the owner, the Consuls shall not

consent to the sale of any vessel, except in the case of unseaworthiness.

Unseaworthiness shall only be considered to exist when any of the following cases are proved: 1. That there has been shipwreck; - 2. That the vessel requires repairs, the cost of which would exceed three fourths of her value; - 3. That the master or captain has neither credit nor funds sufficient for the necessary repairs,

ainda mesmo que a sua importancia seja inferior á do segundo caso. (Regulamento Consular, art. 141.)

327. Não sendo o comprador brazileiro, os Consules recolherão todos os docu-

mentos que provem a nacionalidade da embarcação.

Esta mesma prática se observará a respeito dos navios naufragados, condemnados por innavegaveis, ou abandonados.

Estes documentos devem ser remettidos ao Ministerio dos Negocios da Marinha,

na primeira opportunidade. (Regulamento Consular, art. 142.)

- 328. Se a venda, de que trata o artigo antecedente, for feita onde não haja agente consular, os Consules, tendo della noticia, se dirigirão ás autoridades locaes, pedindo que signifiquem em todos os logares de sua alçada aos notarios publicos, corretores e mais pessoas que possam envolver-se na venda da embarcação, para que só procedam a ella depois de ter o capitão ministrado provas do seu direito para aquelle fim, e se o comprador não for cidadão brazileiro, recolham todos os documentos que nacionalizem a embarcação. (Regulamento Consular, art. 143.)
- 329. Quando em qualquer dos casos dos artigos antecedentes o empregado consular julgar necessarios mais esclarecimentos do que os que lhe tiverem sido apresentados, poderá ir a bordo da embarcação e fazer nella as precisas perguntas ao capitão, officiaes, e tripolação e até aos passageiros, sobre os factos e circumstancias expostas, assim como sobre a carga, seu destino ou outro objecto relativo á viagem. (Regulamento Consular, art. 144.)
- 330. Comprando qualquer cidadão brazileiro algum navio em porto estrangeiro, deve apresentar ao Consul a respectiva escriptura de compra, para proceder-se ao exame de validade da mesma compra, da matricula, ajuste das soldadas dos officiaes e tripolação, descripção e arqueação do mencionado navio, bem como para pagar quaesquer direitos estabelecidos por lei. (Regulamento Consular, art. 145.)
- 331. Ficam isentas do respectivo imposto as transmissões de embarcações estrangeiras quando adquiridas por nacionaes, de conformidade com o disposto no art. 35 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896; porém tal isenção não comprehende o imposto do sello, estabelecido na tabella A, § 1., n.º 11 de Regulamento de 19 de maio de 18831).

O imposto, qualquer que seja a sua natureza, deve ser satisfeito no logar onde for effectuada a transmissão ou o contracto para a construcção de navio e, neste ultimo caso, o referido contracto substitue a escriptura publica de compra e venda, e delle deve, portanto, constar o pagamento do respectivo imposto. (Circular n.º 3, de 28 de maio de 1897.)

- 332. O Consul, feitos os exames do art. 330, se os achar exactos, fará lavrar e passar os documentos necessarios ou os legalizará. (Regulamento Consular, art. 146.)
- 333. Aos Consulados compete dar o passaporte extraordinario que autorize a sahida com a bandeira nacional ás embarcações que estiverem nas circumstancias do artigos antecedentes, afim de dirigirem-se com elles aos portos da Republica para ahi se habilitarem competentemente. (Circular n.º 6, de 13 de dezembro de 1898 e Regulamento Consular, art. 146.)

334. A mudança de bandeira de uma embarcação sem a do dono da mesma não está sujeita ao imposte de 5%. (Decreto de 31 de março de 1874, art. 14, n.º 3 e Despacho ao Consulado Geral em Iquitos, de 24 de setembro de 1892, 3ª secção.)

335. Os Consules cumprirão fielmente as disposições do Decreto n.º 2304, de 2 de julho de 1896, que regula a navegação de cabotagem especialmente na parte que lhes diz respeito. (Circular n.º 10, de 8 de agosto de 1896)2).

¹⁾ A lei 428 de 1896, a que se refere o texto é a do orçamento votado para 1897, e no art. 35 citado dispensou de pagar imposto de transmissão de propriedade nas compras de embarcações estrangeiras feitas por nacionaes. O Regulamento de 1883 tambem citado é o do sello, hoje substituido pelo Regulamento approvado pelo Decreto 3564 de 22 de janeiro de 1900. Esse imposto de sello, a que se refere o texto, é de 1\$100 por cada 1:000\$000. — 2) O Decreto citado é o que approvou o Regulamento para a navegação de cabotagem e é transcripto no lugar competente desta obra.

even although their cost would be less than that stated in the second case. (Consular Regulation, Art. 141.)
327. Should the buyer not be a Brazilian, the Consuls shall collect all the

documents which prove the nationality of the vessel.

The same practice shall be observed with regard to shipwrecked vessels, and to those condemned as unseaworthy, or abandoned.

These documents must be sent to the Ministry of Marine at the first opportunity.

(Consular Regulation, Art. 142.)

328. Should the sale of which the preceding Article treats be made where there is no consular agent, the Consuls, having been notified of it, shall apply to the local authorities, requesting them in all the places of their competence, to advise the public notaries, brokers and other persons who may be concerned in the sale of the vessel, only to proceed with it after the master has furnished proofs of his right to sell, and should the buyer not be a Brazilian citizen, to collect all the documents constituting evidence of the nationality the vessel. (Consular Regulation, Art. 143.)

When, in any of the cases of the preceding Articles, the consular officer considers that more explanations than those which have been presented to him are necessary, he may go on board the vessel and there ask the necessary questions of the master, officers, and members of the ship's company and even of the passengers, as to the facts and circumstances requiring explanation, as well as concerning the cargo, its destination, or anything else relating to the voyage. (Consular Regula-

tion, Art. 144.)

330. Should any Brazilian citizen purchase a vessel in a foreign port, he must present to the Consul the instrument of purchase in question, in order that an examination may be made concerning the validity of the said purchase, the certificate of registry, the agreement as to the pay of the officers and members of the ship's company, the description and tonnage by measurement of the said vessel, as well as with regard to the payment of any dues established by law. (Consular Regulation, Art. 145.)

331. Transfers of ownership of foreign vessels, when acquired by Brazilians, in conformity with the provisions of Art. 35 of Law No. 428, of the 10th of December 1896, are exempt from the transfer duty; such exemption, however, does not include the stamp duty established in Table A, § 1, No. 11 of the Regulation of the 19th

of May 18831).

The duty, whatever be its nature, must be paid in the place where the transfer or the contract for the construction of the vessel was effected, and in the latter case, the said contract takes the place of the notarial instrument of purchase and sale, and the payment of the corresponding duty must therefore apply to it. (Circular No. 3, of the 28th of May 1897.)

332. After the examination referred to in Art. 330 has been made, the Consul, if he finds everything in order, shall enter and pass the necessary documents or authenticate them. (Consular Regulation, Art. 146.)

333. It is the duty of the Consuls to grant the special passport which authorizes

the departure with the national flag to vessels which come under the conditions of the preceding Articles, in order that they may sail with it to the ports of the Republic, to be there properly registered. (Circular No. 6, of the 13th of December 1898 and Consular Regulation, Art. 146.)

334. The change of flag of a vessel without change of her owner is not subject to the duty of 5%. (Decree of the 31st of March 1874, Art. 14, No. 3 and Despatch to the Consul General at Iquitos, of the 24th of September 1892, 3rd section.)

335. The Consuls shall faithfully observe the provisions of Decree No. 2304, of the 2nd of July 1896, which regulates coasting navigation, especially in regard to the portion thereof which calls upon them to observe them. (Circular No. 10, of the 8th of August 18962).

¹⁾ Law 428 of 1896, to which the text refers, is that of the Budget voted for 1897, and in the cited Art. 35, the purchase of foreign vessels by Brazilians is exempted from the payment of the transfer of property duty. The Regulation of 1883, also cited, is that concerning stamps, for which is substituted to-day the Regulation approved by Decree 3564 of the 22nd of January 1900. This stamp duty to which the text refers is 1\$100 for each 1:000\$000. — 2) The Decree cited is that which approved the Regulation of coasting navigation and is given in the proper place in this work.

Capitulo IV. Dos accidentes perigos e mais circumstancias occorridas em

336. Se nascer durante a viagem alguma criança, procede-se a termo escripto pelo escrivão nos navios de guerra, ou pelo capitão ou mestre nos mercantes nas 24 horas seguintes ao nascimento, em presença do pae, se estiver a bordo, e de duas testemunhas, contendo o nome e sexo do recem-nascido, a hora, dia, mez, e anno, em que altura nasceu e todas as circumstancias do nascimento, assim como dos nomes, estado, profissão e patria dos paes e avós, sendo conhecidos. (Regulamento Consular, art. 117.)

Nestes termos serão igualmente observadas as disposições do Regulamento

approvado pelo decreto n.º 9886, de 7 de março de 1888¹).

337. Os Consules exigirão duas cópias authenticas do termo de que trata o artigo antecedente e transmittirão uma ao Ministerio das Relações Exteriores e

guardarão a outra no archivo. (Regulamento Consular, art. 118.)

338. O Ministro das Relações Exteriores mandará a cópia do termo, que lhe tiver sido remettida em observancia do artigo antecedente, á autoridade competente, para fazel-a registrar no cartorio do domicilio dos paes da criança mencionada, ou para o archivo publico, não se sabendo do domicilio. (Regulamento Consular, art. 119.)

339. No primeiro porto estrangeiro a que chegar o navio, as cópias do termo dos artigos antecedentes serão entregues ao Consul nelle residente, e, não o havendo ahi, remettidas pelo Correio ao mais visinho Consulado Geral. (Regulamento Consular,

art. 120.)

340. A disposição do artigo antecedente é tambem applicada ao caso de morte de qualquer individuo, que se tenha verificado durante a viagem. (Regulamento

Consular, art. 121.)

341. Fallecendo algum passageiro ou individuo da tripolação, durante a viagem, o capitão procederá a inventario de todos os bens que o fallecido deixar, com assistencia dos officiaes da embarcação e de duas testemunhas, que devem ser com preferencia passageiros, pondo tudo em boa arrecadação; e logo que chegar ao porto do seu destino, em que haja Consul Brazileiro, fará entrega a este do inventario dos bens, para serem remettidos á autoridade competente de Republica. (Regulamento Consular, art. 122.)

342. Os Consules receberão, na fórma das leis commerciaes e com as cautelas precisas, as declarações dos capitães ou mestres das embarcações, e os protestos de arribadas e avarias qualquer que seja sua natureza e as que forem requeridas por elles ou pelos sobrecargas, passageiros e pessoas da tripolação, não, só a bem dos seus direitos e dos interessados no casco e carga, como sobre máo tratamento a bordo. A requerimento das partes, darão traslados das ditas declarações e protestos. (Regu-

lamento Consular, art. 123. Modelo n.º 30.)

- 343. Nos casos do artigo antecedente, quando for presente aos Consules representação conjuntamente produzida pelo capitão, officiaes e tripolação, póde elle exigir declaração sobre seu conteúdo. (Regulamento Consular, art. 124.)
- 344. Os Consules podem resilir o contracto dos officiaes ou gente da equipagem se lh'o requererem e provarem que foram ou são maltratados pelo capitão ou privados por elle do devido sustento, no porto, ou durante a viagem. (Regulamento Consular, art. 125.)
- 345. Se durante a viagem houver necessidade de concerto da embarcação ou de compra de vitualhas, e se as circumstancias ou distancia do domicilio dos donos do navio ou do sobrecarga impedirem ao capitão de autorizar-se com as suas ordens, os Consules, tendo presente o acto assignado pela maioria da equipagem, o podem mandar fazer. (Regulamento Consular, art. 126.)

346. Tambem poderão os Consules, na ausencia do dono do navio ou do sobrecarga, nos termos do artigo antecedente, autorizar a descarga de um navio na fórma das leis commerciaes, comtanto que seja ella indispensavel para os concertos

¹⁾ Este Decreto n.º 9886 de 1888 é o que approvon o Regulamento para o registro civil de nascimentos, casamentos e obitos.

Chapter IV. Accidents, risks and other circumstances which may occur on a voyage.

336. Should a child be born during a voyage, an entry must be made by the clerk on vessels of war, or by the master or captain on merchant vessels, within 24 hours of the birth, in the presence of the father, should he be on board, and of two witnesses, containing the name and sex of the newly born child, the hour, day, month and year, the geographical position where the birth occurred, and all the circumstances attending it, as well as the names, status, profession or trade and native country of the parents and grandparents, if known. (Consular Regulation, Art. 117.)

As regards these entries, the provisions of the Regulation approved by Decree

No. 9886, of the 7th of March 18881), shall likewise be observed.

337. Consuls shall demand two authentic copies of the entry of which the preceding Article treats, and shall forward one to the Ministry of Foreign Affairs

and file the other. (Consular Regulation, Art. 118.)

338. The Minister of Foreign Affairs shall send a copy of the entry which has been forwarded to him in pursuance of the preceding Article, to the competent Authority, in order that it may be registered in the register office of the domicile of the parents of the said child, or in the public records, if the domicile is unknown. (Consular Regulation, Art. 119.)

339. At the first foreign port at which the vessel arrives, the copies of the entry mentioned in the preceding Articles shall be delivered to the Consul there resident, and, should there not be one, forwarded by post to the nearest Consulate

General. (Consular Regulation, Art. 120.)

340. The provision of the preceding Article also applies in case of the death of any person which has occurred during the voyage. (Consular Regulation, Art. 121.)

341. Should a passenger or member of a ship's company die during the voyage, the master shall proceed to make an inventory of all the property which the deceased has left, in the presence of the officers of the vessel and of two witnesses, who must preferably be passengers, placing everything in good order; and immediately on arrival at the port of destination, in which there is a Brazilian Consul, shall deliver to him the inventory of the property, to be forwarded to the competent Authority of the Republic. (Consular Regulation, Art. 122.)

The Consuls shall receive, in the form appointed by the commercial laws and with the necessary documents, the declarations of the masters or captains of vessels, and the protests of forced refuge and of damage whatever be its nature, and those which have been demanded by them or by the supercargoes, passengers or persons of the ship's company, not only in support of their rights and of the rights of those interested in the hull or cargo, but also in the case of illtreatment on board. At the request of the parties, they shall furnish copies of the said declarations and protests. (Consular Regulation, Art. 123. Form No. 30.)

343. In the cases of the preceding Article, when a joint representation has been presented to the Consul drawn up by the master, officers and members of

the ship's company, he can demand a declaration concerning its contents. (Consular Regulation, Art. 124.)

344. The Consuls can cancel the contract of the officers or members of the crew, if they ask for it and prove that they have been or are illtreated by the master or deprived by him of proper food, in port, or during the voyage. (Consular Regula-

tion, Art. 125.)
345. If the vessel should require repairs or the purchase of provisions during the voyage, and if the circumstances or the distance from the residence of the owners of the vessel or of the supercargo prevent the master from receiving their orders, the Consuls, having in hand a document signed by the majority of the crew, can order what is necessary to be done. (Consular Regulation, Art. 126.)

346. The Consuls, in the absence of the owner of the vessel or of the supercargo, may also, in pursuance of the preceding Article, authorize the unloading of a vessel according to the commercial laws, provided that it is indispensable for the

¹⁾ This Decree No. 9886 of 1888 is that which approved the Regulation for the civil registration of births, marriages and deaths.

que se tiver de fazer, ou por causa de avaria na carga. (Regulamento Consular,

art. 127.)

347. Naufragando qualquer embarcação brazileira, os Consules do districto deverão providenciar sobre o seu salvamento, recorrendo ás autoridades locaes para o soccorro necessario, sem comtudo obstar as diligencias dos capitães, donos e

consignatarios.

Na ausencia destes, farão elles os requerimentos e protestos convenientes para o auxilio opportuno e prevenção de roubos e descaminhos; procederão a inventario do que se achar, e á sua boa arrecadação, a beneficio de quem direito tiver; pagando as despezas de salvamento, segundo o estylo do paiz, por conta dos interessados, conformando-se em tudo o mais com o disposto no artigo antecedente. (Regulamento Consular, art. 128.)

348. No caso em que as embarcações naufragadas levarem carga para outro porto, dirigirão o inventario ao respectivo empregado consular brazileiro para lhe dar

publicidade.

E' entendido que em todos os casos de naufragio, apparecendo socios, correspondentes ou quaesquer pessoas propostas para esta arrecadação pelos proprietarios, carregadores, consignatarios ou seguradores, devem estas preferir para a mesma arrecadação e disposição dos objectos salvados, conforme as ordens e expressa vontade dos donos.

Nesta circumstancia os Consules não poderão pretender mais do que os emolumentos correspondentes aos documentos que na occasião fizeram ou que perante elles forem feitos na conformidade desta Consolidação. (Regulamento Consular, art. 129.)

349. Sendo alguma embarcação condemnada por innavegavel pela autoridade competente, ou abandonada por qualquer motivo pelo capitão ou consignatario, os Consules, não existindo no logar procurador bastante do dono, proverão a que se ponha em boa arrecadação o seu casco e carga, até que os respectivos proprietarios transmittam as suas ordens. (Regulamento Consular, art. 130.)

350. Deverão empregar toda a intelligencia e zelo para haver cabos, ancoras, boias ou outros pertences dos navios de guerra ou mercantes, quando estes objectos tenham sido achados no mar ou no porto, se seu valor exceder ás despezas ou direitos

de salvamento. (Regulamento Consular, art. 131.)

351. Se quaesquer marinheiros, ou outras pessoas embarcadas em uma embarcação brazileira mercante commetterem no mar levantamento, morte, ferimento ou outros quaesquer crimes, quer o capitão os tenha presos, ou não, os Consules tomarão conhecimento do caso sómente para o effeito de reter os réos a bordo, e de os remetter com os autos de informação da culpa, pela primeira embarcação que sahir para o Brazil, afim de serem entregues ás justiças competentes1).

No caso em que a embarcação onde se achar o preso ou presos queira partir para outro destino, e não haja a esse tempo no porto embarcação que os conduza para o Brazil, os empregados consulares requisitarão ás autoridades do paiz que os detenham

em custodia, até haver occasião de os fazer partir como fica dito.

352. Os Consules procederão a um summario de informação da culpa, ou crime commettido, quando o capitão o não tenha feito no caso do artigo antecedente. (Regulamento Consular, art. 133.)

¹⁾ Em relação ao juizo competente para o julgamento dos crimes commettidos no mar temos as seguintes disposições do Decreto 848 de 11 de Outubro de 1890, que organisou a Justiça Federal*): Art. 15. § 1. Os crimes commettidos em alto mar a bordo de navios nacionaes, ou commettidos nos rios e lagos que dividem dois ou mais Estados, nos portos, nas ilhas que pertençam á União, e, em geral, nos lugares de absoluta jurisdição do Governo Federal, serão entretanto, julgados pelas justiças locaes desde que não revistam o caracter de crimes politicios**). — § 2. Para o effeito do disposto no § antecedente, quando o criminoso não puder ser processado e julgado no lugar em que praticou o delicto sel-o-ha respectivamente ás hypotheses constantes do mesmo §, perante a justiça local do primeiro porto nacional em que entre o navio, ou perante a mais proxima do lugar do delicto, onde for encontrado o delinquente, ou finalmente perante aquella que haja prevenido a jurisdicção.

^{*)} Sobre a organisação da justiça federal parallela á justiça local veja se no Exposição sobre o processo as suas linhas geraes apresentadas.

**) Os crimes políticos são julgados pela justiça federal.

repairs which have to be made, or on account of damage to the cargo. (Consular

Regulation, Art. 127.)

347. Should any Brazilian vessel be shipwrecked, the Consuls of the district must take the measures necessary for her salvage, and apply to the local authorities for the necessary assistance, without, however, hindering the measures of the master, owners and consignees.

In their absence, the Consuls shall make the requests and protests necessary to secure immediate help and the prevention of robbery and theft; they shall proceed to make an inventory of what is found, and to see that it is put in order and properly guarded for the benefit of whomsoever has a right to it; and shall pay the expenses of salvage, according to the custom of the country, for the account of the interested persons, and shall conform in everything else to the provisions of the preceding

Article. (Consular Regulation, Art. 128.)
348. In the case of shipwrecked vessels carrying cargo for another port, they shall forward the inventory to the competent Brazilian Consular officer in order

that he may give it publicity.

It is understood that in all cases of shipwreck, should there appear partners, correspondents or any persons appointed by the owners, shippers, consignees or insurers, to take charge of the goods, these must be preferred for such work, and for the disposal of the objects salved, in accordance with the orders and express wish of the owners.

In these circumstances the Consuls cannot claim more than the fees corresponding to the documents which they draw up on the occasion, or which are prepared by them in conformity with this Consolidation. (Consular Regulation, Art. 129.)

349. Should any vessel be condemned as unseaworthy by the competent Authority, or abandoned for any reason by the master or consignee, the Consuls, if there is no attorney in the place sufficiently authorized by the owner, shall provide that the hull and cargo are placed under proper guard until the respective owners transmit their orders. (Consular Regulation, Art. 130.)
350. They must exercise all their intelligence and zeal to obtain possession

of the cables, anchors, buoys or other belongings of war or merchant vessels, when such objects have been found in the sea or in the port, if their value exceeds the

expenses or dues for salvage. (Consular Regulation, Art. 131).

351. Should any seamen or other persons on board a Brazilian merchant vessel rise in mutiny, cause death, wound or commit any other crimes, whether the master has them imprisoned or not, the Consuls shall take cognizance of the case only for the purpose of detaining the culprits on board, and of sending them, together with the particulars of the crime, by the first vessel which leaves for Brazil, in order to be delivered over to justice¹).

In case the vessel having the prisoner or prisoners on board has to sail for another destination, and there is not at the time in port another vessel to take them to Brazil, the consular officers shall request the authorities of the country to detain them in custody until another opportunity offers of sending them away

as aforesaid.

352. The Consuls shall draw up a short account of the offence or crime committed, when the master has not done so, in cases coming under the preceding Article. (Consular Regulation, Art. 133.)

¹⁾ With regard to the court competent for trying crimes committed at sea, we have the following provisions of Decree 848, of the 11th of October 1890, which organized the Federal Courts of Justice*): Art. 15. § 1. Crimes committed on the high seas on board merchant vessels, or committed on the rivers or lakes which divide two or more States, in the ports, on islands which belong to the Union, and in general, in places subject to the absolute jurisdiction of the Federal Government, shall in the meantime be tried by the local justices, so long as they do not bear the character of political crimes **). — § 2. In order that the provision of the preceding paragraph may have effect, when the culprit cannot be tried and sentenced in the place where he committed the crime, he must be tried and sentenced in the circumstances stated in the said paragraph, before the local justice in the first Brazilian port the vessel enters, or before the one nearest to the place of the crime, or where the culprit is met with, or finally before the justice who has first taken steps in the case.

^{*)} In the organization of the federal courts of justice in conjunction with the local courts see the Exposition of procedure and the general outlines there presented.

**) Political crimes are tried by the Federal courts.

353. Se os delictos do art. 351 forem commettidos a bordo depois da entrada do navio no porto estrangeiro, entre pessoas da equipagem do mesmo navio ou de outros navios brazileiros, os Consules procederão á informação da culpa e remetterão os culpados para o porto desta Republica a que pertencer o navio, afim de serem ahi julgados. (Regulamento Consular, art. 134.)

354. Se as leis do paiz em que estiver o navio não permittirem aos Consules estrangeiros este direito, ou as autoridades locaes reclamarem os criminosos, por correr perigo a tranquillidade publica, devem estes ser-lhes entregues. (Regulamento

Consular, art. 135.)

355. No caso de naufragio de embarcação de guerra nacional, os Consules procederão com zelo ás diligencias necessarias para a salvação, de accordo com o commandante e officiaes respectivos, pondo em boa arrecadação os salvados pela maneira determinada a respeito de semelhantes infortunios dos navios mercantes, salvo sempre a preferencia devida aos referidos commandantes e officiaes.

Se os aprestos, apparelhos e outros effeitos salvados, bem que avariados, forem ainda capazes de espera e serviço, assim o participarão ao Governo que lhes dará as suas ordens. (Regulamento Consular, art. 136.)

356. Desertando algum ou alguns marinheiros de bordo de qualquer embarcação mercante brazileira, os Consules darão parte ás autoridades locaes, requerendo-lhes a sua assistencia e auxilio para se descobrirem e apprehenderem os mesmos desertores, que deverão ser remettidos para bordo da embarcação a que pertencerem.

O mesmo praticarão com os marinheiros ou outras quaesquer pessoas que deser-

tarem dos vasos da marinha nacional. (Regulamento Consular, art. 137.)

357. Se o desertor for estrangeiro, procurarão obrigal-o ao cumprimento do seu dever, ou por intermedio do Consul da sua nação, ou, segundo as circumstancias, pelo das autoridades locaes. (Regulamento Consular, art. 138.)

Titulo V. Das attribuições dos empregados consulares com relação aos passaportes, procurações e demais documentos.

Capitulo unico. Da expedição de passaportes, procurações, reconhecimento de firmas e legalização dos demais documentos.

410. A expedição dos passaportes fica pertencendo aos Consules, sem prejuizo

da attribuição que cabe ás Legações.

Os Consules não deverão conceder passaportes aos menores e ás mulheres casadas, sem autorização expressa do pae, tutor ou marido. Esta restricção não comprehende os estrangeiros, cujos passaportes não teem de ser passados, mas tão sómente visados pelos Consules. (Regulamento Consular, art. 148.)

411. Os Consules ficam inhibidos de pôr o visto em passaportes e em quaesquer outros actos expedidos pelos Ministros Diplomaticos brazileiros. (Regulamento

Consular, art. 149.)

- 412. Afim de que o serviço relativo ás procurações¹) nos Consulados esteja de accordo com a legislação actual da Republica, além do livro destinado a registrar procurações, deverá haver outro em que serão lavradas aquellas que por não quererem ou não poderem os interessados fazer de seu proprio punho forem os empregados consulares incumbidos de lavral-as. (Circular n.º 11, de 15 de maio de 1893)
- 413. No primeiro dos livros de que trata o artigo antecedente só serão registradas procurações a pedido dos interessados, visto não ser esse acto obrigatorio, em virtude do decreto n.º 79, de 23 de agosto de 1892; e por ellas sómente serão cobrados os emolumentos determinados para o registro de qualquer documento e o reconhecimento das firmas. (Circular n.º 11, de 15 de maio de 1893.)
- 414. No segundo dos livros de que trata o art. 412, em que poderá ser impressa a parte invariavel, serão lavradas as procurações que devem conter nome e residencia

¹⁾ Pela lei civil brazileira as procurações podem ser passadas em notas de tabelião publico, notario, apenas assignando o outorgante do mandato, ou pode ser toda escripta do proprio punho do outorgante e tendo apenas a firma reconhecida pelo tabelião.

353. If the crimes referred to in Art. 351 have been committed on board, after the entry of the vessel into a foreign port, between members of the crew of the same vessel or of other Brazilian vessels, the Consuls shall collect particulars of the crime, and send the guilty parties to the port of this Republic to which the vessel belongs, in order to be there tried. (Consular Regulation, Art. 134.)

354. If the laws of the country in which the vessel is do not permit this right to foreign Consuls, or the local authorities claim the criminals by reason of the danger to public order, they must be delivered over to the latter. (Consular Regula-

tion, Art. 135.)

355. In case of the shipwreck of a Brazilian war vessel, the Consuls shall act with zeal in the measures they take for the saving of the vessel, in agreement with the commander and officers, and shall collect and place in safe custody the objects salved, in the manner determined with respect to similar misfortunes to merchant vessels, but shall always regard the preference due to the said commanders and officers.

If the apparatus and tackle and other effects saved, as well as those which have been damaged, are still worth keeping and fit for u e, the Government shall be advised of the fact, and shall order what is to be done. (Consular Regulation,

Art. 136.)

356. If one or more seamen desert any Brazilian merchant vessel, the Consuls shall inform the local authorities, requesting their assistance and help in order to discover and arrest the said deserters, who must be placed on board the vessel to which they belong.

Seamen or any other persons who desert vessels of the national marine shall

be treated in the same way. (Consular Regulation, Art. 137.)

357. Should the desertor be a foreigner, they shall endeavour to oblige him to fulfil his duty, either through the mediation of the Consul of the country to which he belongs, or, according to the circumstances, through that of the local authorities. (Consular Regulation, Art. 138.)

Title V. The functions of Consular officers with regard to passports, powers of attorney and other documents.

Sole Chapter. The granting of passports, powers of attorney, attesting signatures and the authentication of other documents.

410. The granting of passports continues to appertain to the Consuls, without

prejudice to the power of the Legations to grant the same.

The Consuls must not grant passports to minors or to married women, without the express consent of the parent, guardian or husband. This restriction does not apply to foreigners, passports to whom cannot be issued, but only their visa be placed on them by the Consuls. (Consular Regulation, Art. 148.)

411. The Consuls are forbidden to place their visa on passports or on any other documents issued by Brazilian Diplomatic Ministers. (Consular Regulation,

Art. 149.)

412. In order that the service relating to powers of attorney¹) in the Consulates may be in agreement with the present legislation of the Republic, in addition to the book intended for the registration of powers of attorney, there must be another, in which shall be entered those which, owing to the interested persons not wishing or being unable to make them in their own handwriting, it is incumbent on the Consular officers to enter them. (Circular No. 11, of the 15th of May 1893.)

on the Consular officers to enter them. (Circular No. 11, of the 15th of May 1893.)

413. In the first of the books of which the preceding Article treats, powers of attorney shall only be registered at the request of the interested persons, seeing that this act is not obligatory, in virtue of Decree No. 79 of the 23rd of August 1892; and for such powers of attorney only the fees fixed for the registration of any document and the attestation of the signatures shall be collected. (Circular No. 11, of the 15th of May 1893.)

414. In the second of the books of which Art. 412 treats, in which the portion which does not vary may be printed, powers of attorney shall be entered, and

¹⁾ By the Brazilian civil law powers of attorney may be executed by being written out by a public notary and only signed by the grantor of the power, or may be entirely written out in the handwriting of the grantor himself with only the signature attested by the notary.

dos constituinte, data e declaração, se foi lavrada no Consulado ou fóra delle; nome dos procuradores, causa ou negocios para que se constituem; poderes que conferem; fecho pelo Consul; a assignatura do constituinte ou de alguem a seu rogo com a especificação do motivo por que não assigna elle proprio e as de duas testemunhas conhecidas. (Circular n.º 11, de 15 de maio de 1893.)

- 415. Nos casos do artigo antecedente serão dados traslados devidamente legalizados e escriptos em meia folha de papel, cujas dimensões não excedam de 33 centimetros de comprimento e 22 de largura, devendo cada um ser considerado como uma procuração para a cobrança dos emolumentos. A parte invariavel delles poderá também ser impressa. (Circular n.º 11, de 15 de maio de 1893.)
- 416. As mesmas regras deverão ser observadas tanto nos Consulados Geraes e Consulados como nos Vice-Consulados. (Circular n.º 11, de 15 de maio de 1893.)
- 417. As procurações passadas pelos empregados consulares em que dão poderes para tratar de seus negocios particulares, depois de assignadas pelos referidos empregados, deverão receber o visto e o sello delles mesmo, logo em seguida á assignatura, para serem legalizadas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou Repartições Fiscaes. (Circular n.º 4, de 21 de junho de 1886, decreto n.º 2320, de 30 de julho de 1896 e circular n.º 3, de 17 de setembro de 1898.)

418. As procurações dos empregados diplomaticos são como em geral authenticadas pelos empregados consulares brazileiros, cuja firma é por seu turno legalizada pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou pelas Repartições Fiscaes. (Circular n.º 1, de 11 de janeiro de 1883, decreto n.º 2320, de 30 de julho de 1896, e circular n.º 3, de 17 de setembro de 1898.)

419. Em todos os documentos passados nas chancellarias consulares será deixado o espaço em branco de 12 centimetros de largura para reconhecimento das firmas dos empregados consulares. (Circular n.º 5, de 6 de junho de 1892.)

420. Aos documentos que forem apresentados para serem authenticados, se não tiverem espaço para que figurem nelles juntos os actos de legalização consular e da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou das Repartições Fiscaes, deverá ser annexada meia folha de papel devidamente presa e sellada. (Circular n.º 5, de 6 de junho de 1892 e decreto n.º 2320, de 30 de julho de 1896.)

421. Nos instrumentos de reconhecimento declararão os empregados consulares que para produzirem effeito no Brazil devem suas firmas ser por seu turno legalizadas e que essa legalização é facultada na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e nas Repartições Fiscaes. (Circulares n.º 6, de 16 de outubro de 1886, e n.º 9, de

1 de agosto de 1896.)

422. No acto do reconhecimento declarar-se-ha a categoria do signatario, o numero de documentos companheiros do que é legalizado, devendo ser todos numerados, rubricados e ligados a este por fio ou fita com o sello consular. (Modelo n.º 38.) (Circular n.º 6, de 16 de outubro de 1886.)

423. Os Consules poderão fazer legalizar e visar todos os autos e escripturas publicas que tiverem de ser produzidos perante as justiças e mais autoridades do Brazil, conformando-se com as leis deste. (Regulamento Consular, art. 225.)

Titulo VI. Disposições geraes.

Capitulo unico.

424. Os Consules velarão em que sejam pontualmente observados os privilegios, isenções e direitos accordados pelos tratados de commercio, convenções e ajustes, por leis ou ainda por direito consuetudinario, favor do Governo ou titulo de posse. (Regulamento Consular, art. 226.)

425. Publicarão pela imprensa, e por quaesquer outros meios, as ordens do Governo tendentes a promover as vantagens do commercio entre o Brazil e a potencia ou potencias que constituem o seu districto. (Regulamento Consular, art. 227.)

426. Providenciarão de maneira que esta Consolidação e as disposições que lhe hajam de servir de complemento estejam em todo tempo ao alcance dos que delles se quizerem informar, no districto do seu Consulado. (Regulamento Consular, art. 228.)

they must contain the name and residence of the grantor, the date, and a declaration whether they are executed in the Consulate or outside; the names of the attorneys, the object or business for which they are granted; the powers which they confer; the completion by the Consul; the signature of the grantor or of someone at his request, with an explanation of the reason why he himself does not sign it, and the signatures of two known witnesses. (Circular No. 11, of the 15th of May 1893.)

415. In cases coming under the preceding Article copies duly authenticated and written on a half sheet of paper, the dimensions of which do not exceed 33 centimetres in length and 22 in width, shall be furnished, and each one must be considered as a power of attorney for the purpose of collection of the fees. The portion of them which does not vary may also be printed. (Circular No. 11, of the 15th of May 1893.)

416. The same rules must be observed not only in the Consulates General and Consulates but also in the Vice-Consulates. (Circular No. 11, of the 15th of

May 1893.)

417. Powers of attorney given by the consular officers in which authority to treat of their private affairs is given, after having been signed by the said officers, must receive their own visa and seal, immediately after the signature, in order to be authenticated by the Office of the Secretary of State for Foreign Affairs or Fiscal Departments. (Circular No. 4, of the 21st of June 1886, Decree No. 2320, of the 30th of July 1896 and Circular No. 3, of the 17th of September 1898.)

418. Powers of attorney of officers of the diplomatic service are, as in other cases, authenticated by Brazilian consular officers, whose signatures are in their turn authenticated by the Office of the Secretary of State for Foreign Affairs or by the Fiscal Departments. (Circular No. 1, of the 11th of January 1883, Decree No. 2320, of the 30th of July 1896, and Circular No. 3, of the 17th of September 1898.)

419. In all documents passed in the consular secretariats, a blank space 12 centimetres in width must be left for the attestation of the signatures of the consular

officers. (Circular No. 5, of the 6th of June 1892.)

420. Documents which have been presented for attestation, if they have no space left for the act of authentication of the Consulate or of the Office of the Secretary of State for Foreign Affairs or of the Fiscal Departments, must have annexed to them half a sheet of paper properly affixed and sealed. (Circular No. 5, of the 6th of June 1892 and Decree No. 2320, of the 30th of July 1896.)

421. The consular officers shall declare in the instruments of attestation that, in order to have effect in Brazil their signatures must in their turn be authenticated, and that such authentication is to be effected in the Office of the Secretary of State for Foreign Affairs or in the Fiscal Departments. (Circulars No. 6, of the 16th of

October 1886, and No. 9, of the 1st of August 1896.)

422. In the act of attestation, the description of the signatory and the number of documents accompanying that which is authenticated, must be declared, and all must be numbered, rubricated and fastened to it by a thread or tape with the consular seal. (Form No. 38.) (Circular No. 6, of the 16th of October 1886.)

423. The Consuls may authenticate and place their visa on all the records and notarial documents which have to be produced before the Courts of Justice or other Brazilian Authorities in accordance with Brazilian law. (Consular Regulation, Art. 225.)

Title VI. General provisions.

Sole Chapter.

424. The Consuls shall take care that the privileges, exemptions and rights accorded by commercial treaties, conventions and agreements, by the laws or by right of usage, favour of the Government, or title of possession, are scrupulously observed. (Consular Regulation, Art. 226.)

425. They shall publish in the press, or by any other means, the orders of the Government tending to promote the advantages of trade between Brazil and the Power or Powers which constitute their district. (Consular Regulation, Art. 227.)

426. They shall provide so that this Consolidation and any complementary provisions shall always be within reach of those who wish to consult them, in the district of their Consulate. (Consular Regulation, Art. 228.)

Tratados Commerciaes.

Alem dos tratados geraes e uniões internacionaes a que tem adherido, o Brasil tem celebrado com varios outros paizes tratados especiaes de commercio e amizade

a que adiante nos referiremos.

Os tratados geraes e uniões internacionaes que interessam as relações commerciaes dos povos e aos quaes o Brasil tem adherido são os seguintes, na ordem da antiguidade: 1.º Tratado geral de 15 de julho de 1863 relativo ao resgate dos direitos sobre a navegação do Escalda (Decreto n.º 3204 de 24 de Dezembro de 1863). — 2.º Convenção telegraphica internacional celebrado em St. Petersburgo a 10—22 de Julho de 1875 (Decreto n.º 6701 de 1 de Outubro de 1877), e seu respectivo regulamento de 22 de Julho de 1896, revisto em Budapest. — 3.º Convenção internacional de 20 de Março de 1883, concluida em Paris, para protecção da propriedade industrial (Decreto n.º 9233 de 28 de Junho de 1884); tendo sido posteriormente approvados os protocollos de 14 e 15 de Abril de 1891, firmados em Madrid, a saber: a) Accordo concernente á repressão de falsas indicações de procedencia das mercadorias, concluido entre o Brasil, Hespanha, França, Gran-Bretanha, Portugal, Suissa, e Tunisia; — b) Accordo relativo ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio concluido entre a Belgica, França, Guatemala¹), Italia, Paizes Baixos, Portugal, Suissa e Tunisia; — c) Accordo concernente á dotação da Repartição Internacional da União para protecção da propriedade industrial, concluido entre a Belgica, Brasil, Hespanha, Estados Unidos da America, França, Gran-Bretanha, Guatemala, Italia, Noruega, Paizes Baixos, Portugal, Suecia, Suissa e Tunisia. (A ratificação do Brasil a estes protocollos foi depositada em Berno a 3 de Outubro de 1896.) Posteriormente pelo Decreto n.º 4858 de 3 de Junho de 1903 o Governo brasileiro mandou observar e cumprir os dois Actos addicionaes sobre a protecção da propriedade industrial firmados em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900. — 4.º Convenção internacional de 4 de Março de 1884 e accordo addicional de 14 de Março do mesmo anno para a protecção dos cabos submarinos, assignada em Paris (Decreto n.º 9454 de 4 de Julho de 1885). — 5.º União internacional das Republicas Americanas de 14 de Abril de 1890 para a prompta compilação e distribuição de dados sobre o Commercio. — 6.° Convenção de Bruxellas de 5 de Julho de 1890 e regulamento da respectiva Secretaria Internacional relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras (Decreto n.º 1327 B de 31 de Janeiro de 1891). — 7.º Convenção postal Universal de 15 de Junho de 1897 (Decreto n.º 3170 de 28 de Dezembro de 1898.).

Os tratados especiaes de commercio firmados pelo Brasil e que ainda vigoram são os que adiante serão enumerados, fazendo-se a transcripção dos artigos e disposições essenciães.

Com a Confederação Argentina firmou o Brasil o tratado de amizade, commercio e navegação de 7 de Março de 1856, approvado pelo Decreto imperial n.º 1781

de 16 de Julho do mesmo anno.

No art. 6 desse tratado se convencionou que desejando as duas Altas Partes Contratantes, pôr o commercio e navegação dos seus respectivos paizes sobre a base de uma perfeita egualdade e benevola reciprocidade, convem mutuamente em que os navios e os productos naturaes e manufacturados dos dois Estados gozem reciprocamente no outro dos mesmos direitos, franquezas e immunidades já concedidos, ou que no futuro o forem á nação mais favorecida, considerando-se (art. 7) como navios brasileiros ou argentinos aquelles que forem possuidos, tripolados e navegados segundo as leis dos respectivos paizes.

Nos artigos 14—15, 16 e 17 se estabelece e regula para as embarcações brasileiras e argentinas, tanto mercantes como de guerra, a liberdade de navegação dos rios Paraná, Uruguay e Paraguay na parte em que esses rios pertencem ao Brasil

e a Argentina.

Ainda com a Confederação Argentina e completando as estipulações de tratado de 7 de Março de 1856, a que acima nos referimos, relativas á navegação fluvial

¹) Guatemala denunciou a Convenção de 20 de Março de 1883, conforme nota do Conselho Federal Suisso de 27 de Novembro de 1894.

Commercial Treaties.

In addition to the general treaties and international conventions to which she has adhered, Brazil has celebrated with various other countries special treaties

of commerce and friendship to which we shall hereafter refer.

The general treaties and international Unions which concern the commercial relations of the peoples, and to which Brazil has adhered are the following, in their order of date: 1. A general Treaty of the 15th of July 1863, relating to the remission of the navigation rights of the River Scheldt (Decree No. 3204 of the 24th of December 1863); — 2. An international Telegraphic Convention celebrated at St. Petersburg on the 10th /22nd of July 1875 (Decree No. 6701 of the 1st of October 1877), and the regulation thereof of the 22nd of July 1896, revised at Budapest; — 3. An international Convention of the 20th of March 1883, concluded at Paris, for the protection of the ownership of trade marks, patent rights and names (industrial property). (Decree No. 9233 of the 28th of June 1884); there were afterwards approved the protocols of the 14th and 15th of April 1891, signed at Madrid, which are: a) An Agreement concerning the repression of false indications of origin of goods, concluded between Brazil, Spain, France, Great Britain, Portugal, Switzerland and Tunis; - b) An Agreement relating to the international registration of manufacturing or trade marks, concluded between Belgium, France, Guatemala¹), Italy, Holland, Portugal, Switzerland and Tunis; — c) An Agreement concerning the power of the International Department of the Union to protect industrial property, concluded between Belgium, Brazil, Spain, United States of America, France, Great Britain, Guatemala, Italy, Norway, Holland, Portugal, Sweden, Switzerland and Tunis. (The ratification of these protocols by Brazil was deposited at Berne on the 3rd of October 1896.) Afterwards by Decree No. 4858 of the 3rd of June 1903, the Brazilian Government ordered that the two additional Acts on the protection of industrial property, signed at Brussels on the 14th of December 1900, should be observed and complied with; — 4. An international Convention of the 4th of March 1884, and an additional Agreement of the 14th of March of the same year, for the protection of submarine cables, signed at Paris (Decree No. 9454 of the 4th of July 1885.); — 5. An international Agreement of the American Republics of the 14th of April 1890, for the speedy compilation and distribution of commercial data; — 6. A Convention of Brussels of the 5th of July 1890 and a regulation of the respective International Bureau, relating to the establishment of an International Union for the publication of customs tariffs (Decree No. 1327B, of the 31st of January 1891). - 7. A Universal Postal Convention of the 15th of June 1897 (Decree No. 3170 of the 18th of December 1898).

The special commercial treaties subscribed by Brazil which are still in force are those hereafter enumerated, quoting only their essential articles and provisions.

Brazil subscribed a treaty of friendship, commerce and navigation on the 7th of March 1856 with the Argentine Confederation, and it was approved by Imperial

Decree No. 1781 of the 16th of July of the same year.

By Art. 6 of this treaty it was agreed that the two High Contracting Parties, wishing to place the commerce and navigation of their respective countries on a basis of perfect equality and benevolent reciprocity, mutually agree that the vessels and the natural products and manufactures of the two States shall enjoy the same rights, liberties and immunities, already conceded or which hereafter may be conceded to the most favoured nation, being considered (Art. 7) as Brazilian or Argentine vessels those owned, manned and navigated according to the laws of the respective countries.

By Articles 14, 15, 16 and 17, freedom for Brazilian and Argentine merchant and war vessels to navigate the rivers Paraná, Uruguay and Paraguay in so far as these rivers belong to Brazil or to the Argentine is established and regulated.

Brazil also, in completion of the stipulations of the treaty of the 7th of March 1856, to which we have already referred, relating to the river navigation of the mouth

¹⁾ Guatemala denounced the Convention of the 20th of March 1883, as appears by a note of the Swiss Federal Council of the 27th November 1894.

da bacia da Prata firmou o Brasil a convenção de 30 de Novembro de 1857. Por essa convenção se estabelece para o commercio de todas as nações a liberdade de navegação dos rios Uruguay, Paraná e Paraguay desde o Rio da Prata até aos portos habilitados ou que o forem de futuro.

Com a Belgica celebrou o Brasil o accordo de 31 de Dezembro de 1863 regulando as relações commerciaes entre os dois paizes. Esse accordo foi concluido por meio de notas reversaes nas quaes ficou consignado que emquanto os productos belgas gozarem no Brasil do regimen assegurado á nação mais favorecida, serão os productos brasileiros admittidos na Belgica de conformidade com o regimen concedido ao Reino Unido de Gran-Bretanha e Irlanda.

Com a *China* celebrou o Brasil o tratado de amizade, commercio e navegação concluido e assignado na Cidade de Tientsin ao 3 de Outubro de 1883, e no qual se encontram seguintes disposições: — Pela clausula 5.ª se estatue a liberdade para os subditos brasileiros de transitar com suas mercadorias e commerciar por todos os portos e lugares da China onde tenham a faculdade de commerciar os subditos de todas as outras nações; bem igual a liberdade para os Chinezes em todo o territorio do Brasil.

Pela clausula 6.ª se estatue que os subditos e navios mercantes de cada uma das duas altas partes contractantes ficarão sujeitos, nos portos abertos da outra aos regulamentos commerciaes actualmente em vigor para todas as outras nações, ou que possam vigorar para o futuro; não podendo ser obrigados a pagar direitos de importação e exportação mais elevados dos que os que pagam os subditos dos nações mais favorecidas. Pela clausula 8.ª se consignou que os navios mercantes de cada um dos dois Estados poderão frequentar os portos do outro abertos ao commercio ou que possam abrir-se para o futuro e ahi transportar mercadorias e serão tratados, a todos os respeitos, como os navios mercantes de todas as outras nações; se tiverem accidentes no mar, na proximidade das costas e se taes navios forem compellidos a procurar abrigo em um porto qualquer de um dos dois paizes deverão encontrar da parte das auctoridades locaes toda a assistencia e o auxilio que estas estejam no caso de prestar. As mercadorias salvas não serão sujeitas ao pagamento de direitos, a menos que tenham de ser vendidas.

Com o Japão celebrou o Brasil o tratado de amizade, commercio e navegação assignado em Paris, em 5 de Novembro de 1895, no qual se encontram as disposições

seguintes:

Art. 3. Existirá entre os Territorios e Possessões das duas Altas Partes Contractantes liberdade reciproca de Commercio e de navegação. Os cidadãos e subditos respectivos terão o direito de transitar livremente e com inteira segurança com seus navios e mercadorias em todos os portos, rios e lugares onde igual favor foi permittido aos cidadãos ou subditos da nação mais favorecida, e ahi poderão alugar ou occupar casas e armazens e entregar-se ao commercio por atacado e a varejo de

todos os productos e mercadorias de commercio licito.

4. As duas altas partes contractantes convem que todo o privilegio, poder ou immunidade em materia de commercio, de navegação, de transito e de residencia que uma das altas partes contractantes conceder actualmente ou vier a conceder aos cidadãos ou subditos de um outro Estado, se estenderão aos cidadãos ou subditos da outra parte contractante, gratuitamente, se a concessão feita em favor deste alludito Estado for gratuita e com as mesmas condições ou sob condições equivalentes, se a concessão for condicional, sendo sua intenção reciproca de collocar, sob todos os pontos de vista, o commercio e a navegação de cada Paiz no

pé da nação mais favorecida.

5. Não serão lançados á importação no Japão de todos os artigos produzidos ou fabricados nos Estados Unidos do Brasil e reciprocamente não serão lançados á importação nos Estados Unidos de Brasil de todos os artigos fabricados ou produzidos no Japão, direitos differentes ou mais elevados do que aquelles que são ou forem impostos aos mesmos artigos produzidos ou fabricados em todo e qualquer paiz estrangeiro e importado para o mesmo fim. Não serão tão pouco impostos nos Territorios ou Possessões de uma das duas Altas Partes contractantes á exportação de todos os artigos para os Territorios e Possessões da outra, direitos e contribuições differentes ou mais elevados do que aquellas que foram pagos por artigos similares, com destino a outro qualquer paiz estrangeiro. Nenhuma prohibição será imposta á importação de artigos produzidos ou fabricados sobre Territorios

of the River Plate, signed the Convention of the 30th of November 1857, with the Argentine Confederation. By this Convention freedom to navigate the rivers Uruguay, Paraná and Paraguay, from the River Plate as far as the ports under Brazilian or Argentine dominion or which hereafter might become so, was established for the trade of all nations.

With Belgium Brazil celebrated the Agreement of the 31st of December 1863, regulating the commercial relations between the two countries. This Agreement was concluded by means of an exchange of notes in which it was laid down that as long as Belgian products enjoy in Brazil the treatment of the most favoured nation, Brazilian products shall be allowed to enter Belgium on an equality with the treatment conceded to the United Kingdom of Great Britain and Ireland.

Brazil celebrated with China the treaty of friendship, commerce and navigation, concluded and signed in the City of Tientsin on the 3rd of October 1883, in which the following provisions are contained: By the 5th clause freedom is granted to Brazilian subjects to pass with their goods and to trade in all the ports and places of China where the subjects of all other nations are free to trade; and an equal freedom is granted to Chinese in all the territory of Brazil.

By the 6th clause it is laid down that the subjects and merchant vessels of each of the two High Contracting Parties shall be subject, in the open ports of the other, to the commercial regulations at present in force, or which hereafter may come into force for all other nations; and they shall not be bound to pay import or export duties higher than those which the subjects of the most favoured nations pay. By the 8th clause it was agreed that the merchant vessels of each of the two States can enter the ports of the other which are open to trade, or which may hereafter be open, and there carry goods, and shall be treated in all respects as the merchant vessels of all other nations; should casualties at sea occur in proximity to the coast, or should the said vessels be forced to seek shelter in any port of one of the two countries, the local authorities must render all the assistance and help which it is in their power to bestow. Goods salved shall not be subject to the payment of duties, unless they have to be sold.

Brazil celebrated with Japan the treaty of friendship, commerce and navigation, signed in Paris on the 5th of November 1895, in which the following provisions are contained:

Art. 3. There shall exist between the Territories and Possessions of the two High Contracting Parties reciprocal freedom of trade and navigation. The respective citizens and subjects shall have the right of passing freely and in perfect security, with their vessels and goods, in all the ports, rivers and places where equal freedom is allowed to the citizens or subjects of the most favoured nation, and they may there hire and occupy houses or warehouses and engage in the wholesale or retail

trade of all the products and goods in which it is lawful to trade.

4. The two High Contracting Parties agree that every privilege, power or immunity, in matters of trade, navigation, transit or residence which one of the High Contracting Parties at present concedes, or may hereafter concede, to the citizens or subjects of another State, shall be extended to the citizens or subjects of the other Contracting Party gratuitously, if the concession granted to the said State be gratuitous, and under the same or equivalent conditions should the concession be conditional, it being the reciprocal intention to place, from all points of view, the trade and navigation of each country on the same footing as the most favoured nation.

5. No articles produced or manufactured in the United States of Brazil shall be charged on entry into Japan, and reciprocally, no articles manufactured or produced in Japan shall be charged on entry into the United States of Brazil, with duties different from or higher than those which are or may be imposed on the same articles produced or manufactured in any foreign country and imported with the same object. Further, no articles exported from the Territories or Possessions of one of the two High Contracting Parties to the Territories or Possessions of the other shall be charged with duties or contributions different from or higher than those which are charged on similar articles destined for any other foreign country. No prohibition shall be imposed on the importation of articles produced or manufactured in the Territories or Possessions of one of the High Contracting Parties into

ou Possessões de uma das altas partes contractantes, nos Territorios ou Possessões da outra, a menos que esta prohibição não seja igualmente applicada á importação dos artigos similares produzidos ou fabricados em outro qualquer paiz. Outrosim, nenhuma prohibição será imposta á exportação de artigos dos Territorios ou Possessões de uma das duas Altas Partes Contractantes com destino aos Territorios ou Possessões da outra, sem que essa prohibição se estenda igualmente á exportação de artigos similares com destino a outro qualquer paiz.

6. Quanto ao que diz respeito ao direito de transito, armazenagem, premios, facilidades e drawbacks, os cidadãos e subditos de cada uma das Altas Partes Contractantes serão nos Territorios e Possessões da outra, sob todos os pontos de vista,

collocados no pé de nação mais favorecida.

7. Não serão impostos nos portos do Japão sobre os navios do Brasil e nos portos do Brasil sobre os navios do Japão, direitos ou tributos de tonelagem, faróes, portos, pilotagem, quarentena, salvamento ou outros direitos ou contribuições similares ou anologos, de qualquer denominação que sejam, lançados ou não em proveito do Governo, dos funccionarios publicos, dos particulares, das corporações ou de qualquer estabelecimento, differentes ou mais elevados do que aquelles que são actualmente ou forem para o futuro applicados em iguaes circunstancias nos mesmos portos sobre os navios da Nação mais favorecida.

8. A cabotagem das duas Altas Partes Contractantes fica exceptuada das disposições do presente tratado e será respectivamente regularisada pelas leis, de-

cretos e regulamentos dos dois paizes.

9. No presente tratado todos os navios que, pelas leis brasileiras, puderem ser considerados como navios brasileiros e todos aquelles que, segundo as leis japonezas, puderem ser considerados como navios japonezes, serão respectivamente considerados como navios japonezes e brasileiros.

10. Os subditos e os navios do Imperio do Japão que forem ao Brasil ou ás suas aguas territoriaes se submeterão durante todo o tempo de sua estada ás leis e á jurisdicção do Brasil, bem como se sujeitarão ás leis e á jurisdicção do Japão todos os cidadãos ou navios brasileiros que forem ao Japão ou ás suas aguas territoriaes.

Com a Turquia celebrou o Brasil o tractado de amizade, commercio e navegação concluido em Londres a 5 de Fevereiro de 1858, approvado por Decreto Imperial n.º 2268 de 2 de Outubro de 1858, e no qual se encontram as seguintes clausulas:

Art. 4. Os subditos dos dois Imperios poderão commerciar livremente em todas as cidades, portos e logares abertos ao commercio estrangeiro, e alugar para esse fim casas e armazens, sendo somente obrigados a pagar os mesmos direitos e impostos que pagam os subditos das Potencias amigas. Os negociantes, subditos de um dos dois Imperios, que tiverem transacções commerciaes nos Estados do outro, terão a faculdade de dirigir por si mesmos todos os negocios, ou de servir se para esse fim

de agentes de sua escolha.

8. Os navios mercantes de cada uma das duas nações, que fizerem commercio entre os dois imperios, poderão em perfeita seguridade com a bandeira de sua respectiva nação navegar nas aguas e entrar nos portos da outra nação abertos ao commercio estrangeiro, onde pagarão os mesmos impostos e direitos que pagarem os navios mercantes das outras potencias amigas, e serão a todos os respeitos, tratados como estes pelos governos e autoridades das duas nações, podendo exportar e importar todos os productos e mercadorias cuja importação e exportação não for prohibida pelas leis e regulamentos do paiz. Estes productos e mercadorias serão sujeitos ao pagamento dos mesmos impostos e dos memos direitos de alfandega que pagam as outras nações amigas. E prohibido aos navios de uma das altas partes contratantes nos Estados de outra fazer o commercio de cabotagem ou costeiro; e, em nenhum caso, a bandeira de uma das duas nações será concedida a navios que pertençam a subditos da outra ou aos de qualquer outra nação.

Com o Uruguay celebrou o Brasil o tratado de commercio e navegação concluido no Rio de Janeiro a 12 de Outubro de 1851 pelo qual as duas partes contractantes desejando pôr o commercio e navegação de seus respectivos paizes sobre a base de uma perfeita egualdade e benevola reciprocidade de convieram mutuamente que os navios e os productos naturaes ou manufacturados dos dois Estados gozem no outro dos mesmos direitos, franquezas e immunidades já concedidas ou que o

the Territories or Possessions of the other, unless such prohibition is equally applicable to the importation of similar articles produced or manufactured in any other country. Similarly, no prohibition shall be imposed on the exportation of articles from the Territories or Possessions of one of the two High Contracting Parties to the Territories or Possessions of the other, unless such prohibition extends equally to the exportation of similar articles to any other country.

6. The citizens and subjects of each of the High Contracting Parties shall, in relation to what is said respecting the right of transit, warehousing, premiums, facilities and drawbacks, be classed, from all points of view, on the same footing as the most favoured nation, in the Territories or Possessions of the other.

7. There shall not be imposed in the ports of Japan on Brazilian vessels, or in the ports of Brazil on Japanese vessels, tonnage, lighthouse, port, pilotage, quarantine, or salvage dues or contributions, or any other similar or analogous contributions, under whatever name they may be levied, and whether charged or not in favour of the Government, public functionaries, private individuals, corporations or any establishment, different from or higher than those which are at present or may hereafter be applied in equal circumstances in the same ports to the vessels of the most favoured nation.

8. The coasting trade of the two High Contracting Parties is not included in the provisions of the present treaty, and shall be regulated by the laws, decrees

and regulations of the two countries respectively.

9. By the present treaty all vessels which according to the Brazilian laws may be considered as Brazilian vessels, and all those which according to the Japanese laws may be considered as Japanese vessels, shall be respectively considered as Brazilian or Japanese vessels.

10. Subjects and vessels of the Japanese Empire which visit Brazil or her territorial waters shall, during the whole time of their stay, be subject to the Brazilian laws and jurisdiction, and all Brazilian citizens or vessels which visit Japan or her territorial waters shall similarly be subject to the Japanese laws and jurisdiction.

Brazil celebrated with Turkey the treaty of friendship, commerce and navigation, concluded at London on the 5th of February 1858, approved by Imperial Decree No. 2268 of the 2nd of October 1858, which contains the following clauses:

Art. 4. The subjects of the two Empires may trade freely in all the cities, ports and places open to foreign trade, and may for the purpose hire houses and warehouses, being only bound to pay the same dues and imposts which the subjects of friendly Powers pay. Merchants, being the subjects of one of the two Empires, who have commercial transactions in the States of the other, shall have the right of transacting business either themselves or through agents chosen by them for the

purpose.

8. Merchant vessels of either of the two Nations which trade between the two Empires, may in perfect security, under the flag of their respective nations, sail in the waters and enter the ports of the other nation open to foreign trade, where they shall pay the same imposts and dues which the merchant vessels of other friendly Powers pay, and shall in all respects be treated as the latter by the Governments and Authorities of the two nations, and may export or import all the products and goods, the importation or exportation of which is not prohibited by the laws and regulations of the country. These products and goods shall be subject to the payment of the same imposts and the same customs duties as other friendly nations pay. It is not allowed to the vessels of one of the High Contracting Parties to engage in coasting trade in the States of the other; and in no case shall the flag of one of the two nations be allowed to be used by vessels which belong to the subjects of the other, or to those of any other nation.

Brazil celebrated with Uruguay the treaty of commerce and navigation, concluded in Rio de Janeiro on the 12th of October 1851, by which the two Contracting Parties, wishing to place the trade and navigation of their respective countries on a basis of perfect equality and benevolent reciprocity, mutually agreed that the vessels and natural products or manufactures of the two States should enjoy in the other the same rights, liberties and immunities already granted, or which

forem de futuro á nação mais favorecida. Para melhor intelligencia desse tratado se concordou em considerar navios brasileiros ou orientaes os que forem possuidos, tripolados e navegados segundo as leis dos respectivos paizes.

Em virtude dessa convenção foi em principio declarado commum a navegação do rio Uruguay e a dos affluentes deste rio que pertencem a uma ou outra das duas nações, e para regular a navegação fluvial entre os dois paizes se ajustou posteriormente o accordo de 15 de Setembro de 1857.

Alem dos tratados de commercio a que nos referimos, existe ainda a resolução tomada pela Conferencia Internacional Pan-Americana, cujo 3.º Congresso reuniu-se na Cidade do Rio de Janeiro em Julho de 1906, referente ao serviço de Commercio, alfandega e estatistica commercial.

O texto dessa resolução acceito por todos os paizes americanos, menos Venezuela que não compareceu á Conferencia e ainda não adheriu a ella, é o seguinte:

- Art. 1. O Conselho Director da Secretaria das Republicas Americanas creará uma secção especial de sua dependencia, que se denominará de Commercio, Alfandegas e Estatistica Commercial, devendo confiar sua direcção a uma pessoa especialista em taes materias.
- 2. Esta Secção terá como principal fim estudar especialmente a legislação aduaneira, regulamentos consulares e estatisticos das Republicas da America, e informar o Conselho Director das ditas Republicas, com a maior brevidade possivel, e, o mais tardar, um anno antes da reunião da proxima Conferencia Internacional Americana, sobre as medidas que se devem adoptar com o fim de obter: a) A simplificação e uniformização, tanto quanto possivel, das leis aduaneiras e consulares que se refiram á entrada e despacho dos vapores e mercadorias; b) A uniformização das bases sobre as quaes se hão de organizar as estatisticas officiaes de todos os paizes americanos; c) A maior circulação possivel de dados estatisticos e commerciaes, e o maior desenvolvimento e ampliação das relações commerciaes entre as Republicas Americanas; d) Que as alfandegas dos paizes americanos indiquem os direitos que devem pagar os artigos de importação quando se lhes envie uma amostra dos ditos artigos.
- 3. A Commissão, que se nomeará em cada paiz, de accordo com a resolução adoptada pela Terceira Conferencia Pan-Americana, em sua sessão de 13 de agosto, encarregar-se-ha de reunir os dados requeridos pela Secção de Commercio, Alfandega e Estatistica da Secretaria das Republicas Americanas.
- 4. O Conselho Director, uma vez apresentado o parecer, communical-o-ha immediatamente aos Governos das Republicas da America, afim de que seja devidamente estudado e possa servir de base para as instrucções aos Delegados da Quarta Conferencia.

might thereafter be granted, to the most favoured nation. For the better understanding of this treaty, it was agreed to consider Brazilian or Uruguayan vessels those which are owned, manned and navigated according to the laws of the respective countries.

In virtue of this Convention, the navigation of the River Uruguay and of the tributaries of this river which belong to one or other of the two nations, was in principle declared free to both, and in order to regulate the river navigation between the two countries the Agreement of the 15th of September 1857 was afterwards concluded.

Besides the treaties of commerce to which we have referred, there exists also the Resolution taken by the International Pan-American Conference, the 3rd Congress of which met in the City of Rio de Janeiro in July 1906, which refers to trade, and to customs and commercial statistics.

The text of this Resolution, accepted by all the American Countries with the exception of Venezuela, which was not represented at the Conference, and has

as yet not adhered to it, is as follows:

Art. 1. The Directing Council of the Bureau of the American Republics shall create under its supervision a special section, which shall be called that of Commerce, Customs and Commercial Statistics, its management being confided to a person

specially versed in such matters.

2. This Section shall have as its main object the special study of customs legislation, consular regulations and statistics of the American Republics, and shall acquaint the Directing Council of the said Republics, with the greatest possible despatch, and, at the latest one year before the meeting of the next American International Conference, of the measures to be adopted in order to obtain: a) The simplification and unification, as far as possible, of the customs and consular laws which relate to the entrance and clearance of vessels and goods; — b) The unification of the bases on which the official statistics of all the American countries are to be organized; — c) The greatest possible circulation of statistical and commercial data, and the greatest developement and spread of commercial relations between the American Republics; — d) That the Customs Houses of the American countries indicate the duties which imported articles ought to pay, when a sample or pattern of the said articles is sent to them.

3. The Committee, which is to be appointed in each country in agreement with the resolution adopted by the Third Pan-American Conference at its meeting of the 13th of August, is charged with the duty of collecting the data required by the Section of Commerce, Customs and Statistics of the Bureau of the American

Republics.

4. The Directing Council, as soon as the report has been presented, must communicate it immediately to the Governments of the American Republics in order that it may be duly studied and may form the basis of the instructions to the Delegates of the Fourth Conference.

Index.

Δ

ABANDONMENT.

```
marine insurance, 94.
ACCEPTANCE:
     for honour, 209.
     of bill of exchange, 206, 207.
     of offer, 40, 41.
    presentment for, 206.
ACCOUNT, ACCOUNTS:
    books of, duty of traders to keep, 28, 29.
         value of, as evidence, 29, 30.
         order for production of, 29.
         judicial inspection of, 29.
    of companies, 146, 148.
    of shipmaster, 68, 72.
ADJUSTMENT:
    of average: see AVERAGE; GENERAL AVERAGE.
ADMISSIONS, 12.
AFFREIGHTMENT, 75—82.
    abandonment of contract by freighter, 76, 78.
    abandonment of goods in payment of freight, 82.
    absence of consignee, 71, 77.
    arrest of goods for freight, 71. arrest of vessel, 80.
    bill of lading, 76-78.
    contract of, nature and form of, 75.
    charter-party, 75, 76.
    capacity of vessel, misrepresentation as to, 78.
    declaration of war, blockade, &c., 80. delay, liability of shipowner for, 79.
    delay in loading, 78.
    detention of ship during voyage, 80.
    damage to goods, 81.
    failure by charterer to load cargo, 78.
    freight, how calculated, 81.
    freight, payment of, 71.
    foreign ship, 82.
    general ship, 79.
    goods lost by wreck or stranding, 81, 82.
    goods to be received in another port, 79.
    judicial examination of damaged goods, 81.
    jettison of goods, 81.
    loading and unloading, time for, 78.
    loading only part of cargo, 78.
    loading goods in excess of contract, 79. lien for freight, 82.
    prohibited goods, loading of, 79.
    prohibition of commerce, 76.
    rights and obligations of freighter, 71, 78-82.
                           of shipowner, 78-82.
    repairs necessary during voyage, 80. rescission of contract of, 76.
    time for sailing, 79.
    total or partial, 75.
    unseaworthiness, 80.
AGENCY: see AGENT.
    commercial, 42, 43.
    commission, 43-45: see COMMISSION AGENT.
AGENT: 800 AUCTIONEER; BROKER; COMMERCIAL EMPLOYEE; COMMISSION
  AGENT; MANAGER.
    commercial, generally, 42, 43.
    transport, 38-40.
APPEALS, 25, 26,
    in bankruptcy proceedings, 204: see BANKRUPTCY.
```

```
APPROPRIATION OF PAYMENTS, 61.
ARBITRATIONS, 13, 14, 19.
ARRANGEMENTS WITH CREDITORS: 800 BANKRUPTCY.
ASSIGNMENT:
    of bottomry bond, 83.
    of marine insurance polices, 87.
    of trade mark, 120
ASSOCIATION: see COMPANY; PARTNERSHIP; INSURANCE ASSOCIATIONS.
ASSURANCE: see INSURANCE.
AUCTIONEER, 35, 36.
    bankruptey of, 201.
    books of, 35. office of, 35.
    remuneration of, 205.
AUTHENTICATION:
    consular, of powers of attorney, &c., 230.
        of invoices of imported merchandise, 124, 125.
        of manifests, &c., 220-223.
AVAL, 207.
AVERAGE:
    adjustment of, duties of consuls, 218.
    different kinds of, 94.
    general: see GENERAL AVERAGE.
    particular, 95, 97.
    relation of insurance to, 96-98: see MARINE INSURANCE.
    what are average expenses and losses, 95.
AWARD of arbitrators, 13.
BAILMENT: see COMMISSION AGENT, &c.,
BALANCE SHEET:
    of company, 146, 148.
    of insurance association, 157, 161.
BALLAST:
    consular certificates, 222.
        fees for, 216.
BANKERS, 40.
BANKRUPTCY:
    absent creditors may be represented by attorney, 171.
    accounts of trustees and liquidators, 178, 179, 194. acts of bankruptcy, 164, 165.
    advocates, engagement of, by trustees and liquidators, 178.
    appeal from judgment on petition, 169.
           from decision as to admission of claims, 184.
           from decision as to specific recovery, 195.
           from judgment in criminal proceedings, 202.
           generally, 204.
    application by debtor for decree, 166.
    appointment of liquidators, 187.
    approval of foreign judgments, 199.
    arrangements to prevent bankruptcy, 196-199.
    arrest of bankrupt, 172.
    avoidance of transactions, 174-176.
    cases in which bankruptcy will not be declared, 165.
    circulars to creditors to prove claims, 181, 182.
    claims not provable, 170.
    classification of creditors, 185, 186.
    co-debtors with bankrupt, 171.
    company, petition for decree, 166-168.
              sale of assets of bankrupt, 192.
              liability of shareholders, 174.
    committee of inspection, 187.
    compromise by liquidators, 192.
    computation of time, 204.
    commission of auctioneers, 205.
    composition in, 187-191.
        advantages to particular creditors, 188.
        appeal from judgment confirming or rejecting, 189, 190.
        confirmation of, 189.
```

```
BANKRUPTCY—continued.
    composition in-continued.
         continuance of bankruptcy after rescission of, 190, 191.
         costs, 191.
         debtors who are not allowed to propose, 188.
         effect of, 190.
         fraud of debtor, 190, 191.
         joint stock company, 188.
         majority required for, 188.
         meeting to consider, 189.
         objections to, 189.
         partnership, 187-190.
         preferential creditors, 190.
        proposal for, 187, 188. rescission of, 190, 191.
         secured creditors, 188.
         surety for, 188.
    conditional claims, 170.
    continuance of business of bankrupt, 181.
    co-owners with bankrupt, rights of, 186.
    conflict of laws, 199, 200.
    contracts of bankrupt, effect of decree on, 173, 174.
    creditor's petition, 166, 167.
    culpable, 200, 201.
    death of bankrupt, 173.
    declaration of, 166-170.
         after death or ceasing business, 165.
    dilatory creditors, 184.
    dividends, 193.
    discharge, 196.
    discount of debts not due, 170.
    duties of bankrupt, 172.
           of trustees, 176, 177.
           of liquidators, 178.
    examination of accounts at instance of creditor, 164, 165.
                 of records by advocates, &c., 204.
    false and fraudulent claims, 184, 185.
    first meeting of creditors, 186, 187.
    final report of liquidators, 193, 194.
    fees of clerks, experts, &c., 205.
    fixing date of commencement, 170.
    foreign composition, 200.
            judgments in bankruptcy matters, 199, 200.
    fraudulent, 200, 201.
    fraudulent transactions, 175.
    inventory, 180.
    insufficieny of assets for costs, 181.
    inheritance, of, 186.
    interest on debts, 170.
    joint stock company, offences and punishment of directors and liquidators, 201.
                           acts of bankruptcy, 165.
    joint adventure, 166.
    judicial decree of, 166-170.
            examination of claims, 183.
    judgment declaring, contents of, 168.
    jurisdiction to decree, 166.
    legal effects of decree of, 170-176.
    liability of trustees and liquidators for negligence, &c., 179.
    list of admitted creditors, 184.
    liens and rights of retention, 185.
    liquidators, 177-180.
        offences by, 201, 202.
    limitation of time for criminal proceedings, 202.
    malicious petition, 169.
    mandate given or received by bankrupt, 174.
    meetings of creditors, 186, 187.
    minutes of resolutions of trustees and liquidators, 178.
             of meetings of creditors, 187.
    monthly accounts of liquidators, 178.
    mortgagees, 185, 186.
```

```
BANKRUPTCY—continued.
      mortgaged or pledged property, sale of, 192, 193.
      objections to claims, 182-184.
      of broker or auctioneer deemed fraudulent, 201.
      offences and penalties, 200-202.
      partnership, of, meetings of creditors, 187.
                      involves bankruptcy of partners personally liable, 166.
                      application for decree, 166, 167.
                      payment of creditors, 193, 194.
      preferential creditors, 185, 193.
      preliminary sequestration of books and documents of bankrupt, 168.
      preventive composition, 196-199.
          application for, 196, 197.
          commissioners, appointment and duties of, 197.
          inspection of books of debtor by creditors, 198.
          meeting of creditors, 198.
          objections to claims, 198.
                     to composition, 198, 199.
          partnership, 198.
          persons who may not propose, 199.
          powers of debtor during proceedings, 199.
          publication of application for, 197.
          remuneration of commissioners, 197.
          rescission of, 199.
          voting on proposal for, 199.
     proof of debts, 181-185.
     protest of documents for purposes of, 167.
     prosecution of offences, 202.
     proposal for composition, 187, 188.
     property comprised in estate, 173.
     publication and notification of decree, 168, 169.
                 of official notices, 204, 205.
     public works companies and undertakings, 203.
     realisation of assets, 191, 192.
     real property credit companies, 203.
     redemption of mortgages and pledges, 193.
     rehabilitation, 196.
     recovery of specific assets, 194-196.
     remuneration of representatives of Public Attorney, 204.
                   of trustees and liquidators, 179, 180
                   of bankrupt, 173.
     report of trustees, 177, 182.
     removal of trustees or liquidators, 178, 179.
     rescission of decree of, 169, 170.
     reservation for disputed claims, 194.
     representatives of creditors, 171.
     representation of bankrupt company, 172.
     rights of creditors, effect of decree on, 170-172.
           of bankrupt, 172, 173.
           of unsatisfied creditors after termination of, 172.
    sale of property of bankrupt, 181, 191, 192.
    schedules of creditors, 182.
    secured creditors, 185, 186.
    separatio bonorum, 186.
    security from foreign creditor, 167.
    small bankruptcies, 202, 203.
    summary proceedings, 202, 203.
    suspension of pending actions and executions, 170.
    summoning of meetings of creditors, 186.
    sureties for bankrupt, 171.
    taking possession of books and property of bankrupt, 180.
    termination of bankruptcy, 194.
    transactions avoided by, 174-176.
    trustees, 176-180.
         offences by, 201, 202.
    who may petition, 166, 167.
BANKS:
    Government authorization necessary for establishment of, 138.
BARRATRY, 90.
```

BARTER, 48.

```
BEARER:
    debentures to, 104-108: see DEBENTURES.
    loss, theft, &c. of instruments to, 108, 109.
    restriction on issue of instruments to, 105.
BIBLIOGRAPHY, 5, 6.
BILL OF EXCHANGE, 206-212.
    acceptance, 206, 207.
    aval, 207.
    acceptance for honour, 209.
    bankruptcy of party liable, 170, 207.
    cancellation, 209, 210.
    capacity of parties, 211. conditional acceptance, 207.
    conflict of laws, 211.
    copies, 207.
    cross bill, 210.
    currency, 208.
    definition, 206.
    defences to action on, 211.
    difference between amount in figures and in words, 206.
    duty of holder to demand payment, 207, 208.
    duplicates, 207.
    essential requisites, 206.
    executive action on, 211.
    guaranty, 207.
    indorsement, 206.
    invalid clauses, 211.
    in sets, 207.
    intervention, 209.
    liability of parties, 211.
    limitation of actions, 212.
    legitimation of holder, 210, 211.
    lost, 209, 210.
    maturity, 207.
    notification of protest, 209.
    overdue, 206.
    part payment, 208.
    place of payment, 208.
    presentment for payment, 207, 208.
    protest, 208, 209.
presentment for acceptance, 206.
    payment, 208.
    payment for honour, 209.
    re-exchange and re-draft, 210.
    signature by agents, 211.
    time for presentment, 208.
    undue enrichment, 211.
BILL OF HEALTH, 224, 225.
BILL OF LADING: see AFFREIGHTMENT:
    change of master, 77.
    duty of master to give, 77.
    fees for consular authentication, 216.
    form and contents of, 76.
    incorporation of terms of charter-party in, 77.
    liability of master on, 77.
    value, as evidence, 78.
    various holders of copies, 77.
BONDED WAREHOUSES, 110, 111, 113.
BOOKS:
    auctioneers', 35.
     brokers', 32, 33, 35.
    commercial, duty of traders to keep, 28, 29.
                 judicial inspection of, 29.
                 order for production of, 29.
                 value of, as evidence, 29, 30.
     duty of shipmasters to keep, 68.
          of warehousemen to keep, 37, 111.
     entries in, by subordinates, 36.
```

```
BOTTOMRY, 82-86.
     authority of shipmaster to borrow on, 70, 84.
     assignment of bond, 83.
     advance in excess of value of things charged, 85.
         for round voyage, 84.
     collusion between master and lender, 85.
     contents of bond, 83.
     definition, 82.
     duties of borrower in case of casualty, 85.
     effect of non-registration, &c., 83, 85.
     form of contract, 82, 83.
     fraud, 85.
     general average, 84.
     insurance of advance, 88, 90.
     legalization, 83.
     limitation of actions, 62.
     partial loss, 84.
     power to touch or call, 84.
     premium, 85.
     protest for non-payment of bond, 85.
     priorities, 85.
     registration of loan, 82.
     risks taken by lender, 83.
     rights as between lender and insurer, 84.
     time for re-payment, 83, 85.
     transhipment, 84.
     unearned freight, 85.
     what things may be the subject of, 83.
BROKER, 31-35.
     bankruptcy of, 201.
     duties generally, 31-33.
            as to entry and registration of transactions, 32, 33.
            as to secrecy, 33.
           as to signing and delivery of notes of contracts, 33.
     offences by, 33, 34.
     personal liability of, 33.
    registers of, 32, 33.
    registration of, 31, 32.
    remuneration, 34, 35.
    security, 32.
    transactions forbidden to, 33, 34.
    who may be, 31.
                                              \mathbf{e}
CAPTAIN: see SHIPMASTER.
CARGO: see AFFREIGHTMENT.
    consular certificates as to loading and discharge of, 221, 224.
    damaged on voyage, sale of, 93.
    deck, loss of or damage to, 70.
    duties of shipmaster, as to delivery, 70, 71, 77, 81.
                          as to loading, 78, 79.
    jettison of, duties of shipmaster as to, 96.
    liability of shipmaster for loss of or damage to, 70, 75.
    manifests, &c.: see CONSULAR SERVICE.
    perishable, sale of, by consul, 225.
    unloading, in port of forced refuge, 93.
CARRIAGE BY LAND:
    agents for, 38-40.
    alteration of destination by consignor, 39.
    assessment of damages for loss of or injury to goods, 39.
    duties of carriers generally, 38-40.
    delay, liability of carrier for, 39.
    freight note, 38.
   liability of carrier for loss or damage, 38, 39.
   lien of carrier, 40.
   lien of consignor, 39.
   rights of carrier where freight not duly paid, 40.
   variation of route by carrier, 39.
   way bill, 38.
```

31

```
CARRIAGE BY SEA:
     of goods: see AFFREIGHTMENT: AVERAGE; GENERAL AVERAGE.
CARTER: see CARRIAGE BY LAND.
CERTIFICATE OF DEPOSIT, 113-117: see WAREHOUSES.
                            图 图1
CERTIFICATION:
     consular, of invoices of imported merchandise, 124, 125.
CHARTERER: see AFFREIGHTMENT.
CHARTER-PARTY, 75, 76: see AFFREIGHTMENT.
CIVIL LAW:
    how far applicable to commercial transactions, 40.
COASTING NAVIGATION, 127-134.
    by what vessels permitted, 127.
    Brazilian citizen, meaning of, 128.
    cancellation of registration and certificate of nationality, 128, 129.
    change of name or of master of vessel, 130, 225.
    clearance and inspection of vessels, 131.
    documents to be kept on board, 131.
    exemptions of coasting vessels from obligations as to manifests, &c. of cargo, 221.
    entry of foreign port by vessels engaged in, 134.
    exportation of national products and nationalized goods, 132-134.
    meaning of, 127.
    measurement of vessels, 129, 130.
    nationalization of vessels, 127, 128.
    periodical registration of vessels and crews, 131.
    registry of vessels, 128, 129.
    sale of vessels, 225, 226.
    seizure and sale of vessels which have ceased to be national, 129.
    services which may be performed by foreign vessels, 131, 132.
    survey of vessels, 129, 130.
    transfer of ownership of vessels, 130.
    transit, re-exportation and transhipment service, 131, 132.
    unseaworthiness, 225, 226.
    vessels employed under contract with the Government, 133.
    vessels not subject to registration, 129.
COLLISIONS AT SEA, 93.
COMMERCIAL AGENTS, 42, 43: see AGENT; AUCTIONEER; BROKER; COMMERCIAL
    EMPLOYEE: COMMISSION AGENT: MANAGER.
COMMERCIAL ASSOCIATION: see COMPANY; PARTNERSHIP; INSURANCE ASSO-
    CIATIONS.
COMMERCIAL BOOKS: see BOOKS. COMMERCIAL CODE, 4, 5.
COMMERCIAL COURT, 5, 99-101.
COMMERCIAL EMPLOYEE, 36, 37.
COMMERCIAL JURISDICTION, 101.
COMMERCIAL PERSONS, 27, 28: see TRADERS. COMMERCIAL PROCEDURE, 6 et seq.: see PROCEDURE.
COMMERCIAL REGISTER, 102-104.
COMMERCIAL STATISTICAL DEPARTMENT, 126.
COMMERCIAL TREATIES, 231-234.
COMMISSION AGENT, 43-45.
    authority of, to give credit, 44.
    commission agency in general, 43-45.
    definition, 43.
    del credere commission, 45.
    delegation by, 44.
    duties to fulfil mandate, if accepted, 44.
          to obey instructions, 44.
          to comply with usage, 44.
          to keep principal informed, 44.
          as to preservation of goods, 44, 45.
    lien of, 45.
    misappropriation of funds by, 45.
   rights and liabilities on contracts with third persons, 43, 44,
    remuneration of, 45.
    when entitled to depart from terms of commission, 44.
COMPANY, 134 et seq.
   accounts and balance sheet, 146, 148.
   amalgamation, 155.
   amortization, 138.
```

authorization of, 138-140.

```
COMPANY—continued.
    bankruptcy of: see BANKRUPTCY.
    benefits to promoters, 135, 136.
    capital, 135, 140, 144.
    contributions otherwise than in money, 135, 141-143.
    composition, 188.
    constitution, 140-144.
    constitutive meeting, 141, 142.
    deposit of capital, 140, 141.
    debentures, 104-108: see DEBENTURES.
    default in payment of calls, 137.
    dissolution, voluntary, 149, 150.
    directors, 144-146.
    dividends, 145.
    extraordinary meetings, 147.
    filing and publication of documents, 142, 143, 148.
    foreign, carrying on business in Brazil, 103, 139, 140.
    forfeiture of shares for non-payment of calls, 137.
    formation of, 134, 135, 141—144.
    founders, 135.
    general meetings, 146-148.
    Government authorization, when necessary, 138, 139.
    increase of capital, 141, 143.
    instrument of association, form and contents of, 141.
    inspectors, 146.
    insurance: see INSURANCE ASSOCIATIONS.
    liability of promoters for statements in prospectus, 135.
                          for transactions before legal constitution of company, 143.
                          for non-observance of the laws in the constitution of the company, 143.
    liability of shareholders for obligations of, 135, 174.
    management, 144, 145.
    may not deal in own shares, 138.
    name, 103, 135.
    nature, 134.
    number of members, 134, 141.
    objects, 134.
    offences and penalties, 154, 155.
    pledge of shares, 137, 138.
    powers of directors, 144.
    prospectus, 134.
    publication of balance sheets, 105.
    reduction of members to below seven, 149.
    register of shareholders, 136.
    registration, 135, 142.
    responsibility of directors, 143, 145.
    rights of debenture holders in liquidation of, 104, 106-108.
    shares, 135-138, 143.
    subscriptions, 134, 135.
    transfer and transmission of shares, 136, 137.
    valuation of contributions otherwise than in money, 141, 142.
    voluntary dissolution, 149, 150.
    voting at general meetings, 148. winding up, 149-154: see WINDING UP.
COMPOSITION: see BANKRUPTCY.
    acceptance of, by debenture holders, 106, 107, 108.
CONFLICT OF LAWS.
    bankruptcy, 199, 200.
    bills of exchange, 211.
CONSIGNEE: see AFFREIGHTMENT; CARRIAGE BY LAND.
CONSIGNMENT: see COMMISSION AGENT.
CONSTRUCTIVE TOTAL LOSS, 94.
CONSULAR INVOICES, 123-127.
    authentication, 124, 125.
    Commercial Statistical Department, duties of, 126.
    Customs Houses, duties of, 125, 126.
    duties of consuls and consular agents, 123-125.
```

emoluments, 124.

expenses of consulates, 127. for what goods required, 123.

```
CONSULAR INVOICES—continued.
    form and contents, 124, 125.
    nomenclature of merchandise, 126.
    obligation of secrecy, 127.
    penalties, 126, 127.
CONSULAR SERVICE, 212 et seq.
    appointment of consular officers, 213.
    annual reports, 218.
    adjustment of average, 218.
    arms and munitions of war, duty to report shipment of, 220.
    authorisation of change of master of vessel, 225.
    authentication of powers of attorney and other documents, 230. of manifests and bills of lading, 220—223.
    bills of lading and manifests, fees for authentication of, 215, 216.
    bills of health, 224, 225.
    cancellation of contracts of seamen, 227.
    consular districts, 213.
    consular officers, 213.
    chancellors, 213.
    certificates of ballast, 222.
         fees for, 216.
    commercial information, duty to supply, 217, 218.
    certificates of origin, contracts, protests, &c., 218. clearance of vessels, 219, 220.
    certificates as to loading and discharge of cargo, 221, 224.
    contraband, duties as to, 224, 225.
    crimes on board Brazilian vessels, 228, 229.
    deserters from Brazilian vessels, 229.
    death of consul, 214.
    declarations and protests of forced refuge and damage by shipmasters, 227.
    duties of consuls as regards vessels, 219-227.
    exequatur, 213.
    exemptions from fees, 216, 217.
    emigration, 218, 219.
    fees, 124, 214-217.
    imports, duties with respect to, 123-125, 220-223.
    invoices, authentication of, 124, 125.
    manifests and certificates, fees in respect of, 215-217.
    passports, 229.
         for vessels, 226.
    penalties for default in respect of manifests, &c., 223, 224.
    police supervision over vessels, 224.
    power to summon Brazilians to give information, &c., 214.
    powers of attorney, 229, 230.
         fees for registration of, 217.
    prohibition from trading, 214.
    purchase of vessel by Brazilian in foreign port, 226.
    publication of Government Orders, &c., 230.
    registration of births, deaths and marriages, fees, 217.
                           and deaths on board ship, 227.
    reports on commercial matters, 217-219.
            of shipmasters on arrival in port, 219.
    sale of coasting vessels, 225, 226.
         of perishable cargo, 225.
    shipwreck, duties in case of, 228, 229.
    stamps, 215.
    tariffs, information as to, 218.
    unseaworthy and shipwrecked vessels, sale, &c. of, 225, 226, 228.
    verification of muster rolls, 220.
    war vessels, duties of consuls as to, 224, 228, 229.
CONTRACT:
    affreightment, of: see AFFREIGHTMENT.
    alterations and erasures, 41.
    appropriation of payments, 61.
    by agent, 42.
    by commission agent, rights and liabilities of agent and principal, 43, 44.
    computation of time, 41.
    currency, 61.
    discharge of, 60 et seq.
    earnest, 48.
```

```
CONTRACT—continued.
    effect of bankruptcy, 173, 174.
    generally, 40, 41.
    hiring, 48-50.
    how proved, 40.
    interest, 50.
    interpretation, 41.
    novation, 61.
    of sale: see SALE; SALE OF GOODS.
    offer and acceptance, 40, 41.
    performance, 60, 61.
    place of performance, 61.
    set-off, 62.
    time for performance, 41.
    under penalty, 41.
    void, 41.
    withdrawal of offer, 40, 41.
    when complete, 40.
CONTRIBUTION:
    sureties, 51.
COUNTERCLAIM, 10.
CONVENTIONS, INTERNATIONAL, 231.
CO-OWNERS OF SHIP: see SHIPOWNERS.
CORRESPONDENCE:
    duties of traders as to, 28, 29.
COURTS: see PROCEDURE.
CREDIT, LETTER OF, 51.
CREW: see SEAMEN.
CROSS BILL, 210.
CULPABLE BANKRUPTCY, 200, 201.
CURRENCY:
    bills of exchange, 208.
CUSTOM OF TRADE:
    how proved, 14, 15.
CUSTOMS:
    documents to be lodged with, on importation, 125, 126.
                                           D
DAY-BOOK:
    duty of trader to keep, 28, 29.
    transactions to be entered in, 28.
DEBENTURES, 104-108, 138.
    acceptance of composition by holders, 106-108.
    amortisation, 106.
    arrangement in case of insolvency of company, 106-108.
    contents of, 105.
    formalities for issue of, 104, 105.
    issue of, 104, 105, 138.
    loss, theft, &c. of, 108, 109.
    meeting of holders to consider arrangement, 107.
    maximum issue, 104, 138.
    penalty for issuing unlawfully, 105.
    priorities, 104, 106.
    provisional certificates, 105.
    publication of balance sheets, 105.
    registration, 105, 106.
    rights of debenture holders, 104, 106-108, 138.
DECK-CARGO:
    general average liability for loss of or damage to, 70.
DEFENCES, 10.
DEL CREDERE COMMISSION, 45.
DELEGATION:
    by commission agent, 44.
DEPOSIT:
    action of, 17, 18.
    commercial, 53.
DEPOSITARIES, 37, 38.
DESERTION:
    of seamen, duties of consuls, 229.
```

DILATORY PLEAS, 10. DISCHARGE: of bankrupt, 196. of obligation, 60-63. DISSOLUTION: of company, 149, 150. of partnership, 56, 58, 59. DOCUMENTARÝ EVIDENCE, 11. DOCUMENTS OF TITLE, 113-117: see WAREHOUSES. E EARNEST, 48. EMPLOYEES, 36, 37. EVIDENCE, 10-15. admissions, 12. commercial books as, 29, 30. different kinds of, admissible in commercial actions, 10. presumptions, 13. documentary, 11. witnesses, 12, 13. **EXCHANGE:** CHANGE:
bill of: see BILL OF EXCHANGE. of goods, 48. EXCHANGES, 31. EXECUTION, 20-25. against goods in general warehouses, 114. against share of partner, 21, 22, 53, 54. against surety, 21. objections, 23—25. preferential claims, 25. property exempt from, 22. seizure 21, 22. valuation and sale, 22, 23. EXECUTIVE ACTIONS, 19, 20. EXEQUATUR, 213. \mathbf{F} FACTOR: see COMMISSION AGENT. **FALSIFICATION:** of trade marks, 120-122. FEES, CONSULAR, 124, 214—217. FIRM: see PARTNERSHIP. FIRM NAMES: registration of, 102-104. FORCED REFUGE, 93, 227. FOREIGN BANKRUPTCY, 199, 200. FOREIGN COMPANY: authorisation of, to carry on business in Brazil, 139, 140. insurance, conditions for carrying on business, 159, 160. name, 103. registration of, 139. FOREIGN MERCHANDISE: see IMPORTATION. FOREIGN SHIP: purchase of, by Brazilian, 226. FOREIGNER: cannot own share in Brazilian ship, 63. FOREIGN TRADE MARKS, 119, 122. FRAUDULENT BANKRUPTCY, 200, 201. FREE OF AVERAGE, 91. FREE OF HOSTILITIES, 91. FREIGHT: see AFFREIGHTMENT: limitation of actions for, 62, 63. special action for recovery of, 19, 20. FREIGHTER: see AFFREIGHTMENT.

G

GENERAL AVERAGE:

as between insurer and lender on bottomry, 84. apportionment and distribution, 97, 98.

GENERAL AVERAGE-continued. adjustment by consuls, 218. deck cargo, 98. duty of master to effect the distribution, 97, 98. goods loaded without bills of lading, 98. jettison, 96, 98. 1000 limitation of actions for contribution, 62. mode of adjustment and distribution, 97, 98. place of adjustment, 97. relation of, to insurance, 96-98. security for payment of, 97. valuation of contributing property, 98. who entitled to share in, 97, 98. what are general average losses and expenses, 95. what property contributes to, 97, 98. GENERAL SHIP, 79: see AFFREIGHTMENT. GENERAL WAREHOUSES, 109-118; see WAREHOUSES, GUARANTEE, 51. bill of exchange, 207. H HIRE, CONTRACT OF, 48-50. HISTORICAL INTRODUCTION, 4, 5. IMPORTATION: see CONSULAR SERVICE; CONSULAR INVOICES. ballast, 222, consular authentication of invoices, 124, 125. documents to be lodged with the Customs, 125, 126. duties of consignor, 123-125. duties of consuls and consular agents, 123-126, 220-223. duties of Statistical Department, 126. fines, 126, 127. formalities to be fulfilled in port of sailing, 221. goods imported direct for service of the Union, 123. goods to be transhipped, 131, 132. manifests and lists of cargo, 221-224. nomenclature of merchandise, 126. offences in respect of manifests, 223. proof of origin, 125, 126. re-exportation, 131,132. INDUSTRIAL PROPERTY CONVENTIONS, 231. INHERITANCE: bankruptcy of, 186. INSOLVENCY: see BANKRUPTCY. INSTALMENTS: payment by, 61. INSURANCE ASSOCIATIONS: amalgamation, 158. authorisation of Government necessary, 157. contributions to expenses of Inspection Department, 162. duties of inspectors, 162, 163. foreign, conditions for carrying on business, 159, 160. general provisions, 157, 158. inspection, 161-163. life, special obligations of, 161. mutual, 160, 161. national, conditions for carrying on business, 158, 159. penalties, 163. preliminary guarantee, 157, 158. publication of balance sheets, 157, 161. register of policies, 158. reserve, 157, 158. special action on policy, 19. stamp duties, 163, 164. transfer of business, 158.

withdrawal of guarantee, 158.

```
INTEREST:
    bankruptcy, 170. commercial loan, 50.
    compound, 50.
    loans generally, 50.
    principal and agent, 43.
    when payable, in contract, 50.
INTERNATIONAL CONVENTIONS, 231.
INTRODUCTION, 4, 5.
JETTISON, 96, 98: see GENERAL AVERAGE.
    duties of master in case of, 96.
    freight, 81.
JOINT ADVENTURE, 57, 58, 103.
bankruptcy, 166.
JOINT STOCK COMPANY: see COMPANY.
JUDGMENT:
    execution of, 20-25.
    in ordinary proceedings, 15.
    in bankruptcy proceedings: see BANKRUPTCY.
JUDICIAL DEPOSIT, 61, 77.
JUDICIAL PROCEEDINGS: see PROCEDURE.
JURISDICTION:
    in bankruptcy, 166.
    in commercial actions, 7-9.
    offences on high seas, 228, 229.
                                           L
LAY DAYS: see AFFREIGHTMENT.
LETTER BOOK:
    correspondence must be copied in, in due order, 29.
    duty of traders to keep, 28.
LETTER OF CREDIT, 51.
LIEN:
    for freight, 82.
    for passage money, 82.
    of carrier, 40.
    of seamen for wages, &c., 75.
    of warehouseman, 38.
    on ship, 65, 66.
LIFE ASSURANCE ASSOCIATIONS, 161: 800 INSURANCE ASSOCIATIONS.
LIMITATION OF ACTIONS:
    affreightment, 62, 63.
    bills of exchange, 62.
    bottomry bond, 62.
    contract of insurance, 62.
    current accounts, 62.
    generally, 62, 63.
    general average, 62.
    maritime obligations generally, 62, 63.
    partnership, actions arising from, 62.
    salaries, &c., 62.
LIMITED COMPANY: see COMPANY
LIMITED PARTNERSHIP: see PARTNERSHIP.
    bankruptcy of: see BANKRUPTCY.
    bankruptcy of partner, 174.
    composition, 187-190, 198.
    definition, 56.
    dissolution, 156.
    formation, 156.
    how far the provisions relating to limited companies apply to, 156, 157.
    inspectors, 156, 157.
    liability of partners, 56, 155, 156.
    management, 156.
    name or style, 102, 155, 156.
    powers of managers, 156.
    registration, 56, 102, 104.
   shares and shareholders, 155. with share capital, 102, 155—157.
```

LIQUIDATION: of company, 149-154: see WINDING UP. of partnership, 59, 60. rights of debenture holders, 104, 106-108. LITERATURE, 5, 6. LOAN: commercial, 50. on maritime risk: see BOTTOMRY. duty of shipmaster to keep, 68, 69. LOSS: of documents of title to goods, 116. of instruments to bearer, 108, 109. M MANAGER: appointment of, 36. authority of, 36. negligence and misconduct, 36. provisions relating to agents applicable to, 37. termination of employment, 36, 37. MANAGING OWNER: accounts, 68. arrest of ship for debts of, 66. bankruptcy of, 65. functions and duties of, 67. MANDATE: see AGENT. MANIFESTS: see CONSULAR SERVICE. MARINE INSURANCE, 86-92. agreement as to amount of compensation, 98. assignment of policy, 87. abandonment, 94. barratry, 90. beginning and end of risks, 89, 90. bottomry advance, insurance of, 88, 90. contents of policy, 86. cost of repairs, 96, 97. constructive total loss, 94. deck cargo, 87. deviation, 88, 90. double insurance, 87, 88. expected profits, 87, 90. effect of abandonment, 94. form of contract, 86. freight, insurance of, 90. "free of average", 91. "free of hostilities", 91. fraud, 87, 89. insurance after cessation of risk, 87. interpretation of policy, 87. "lost or not lost", 87. non-disclosure, 87. objects of, 88. on account of third person, 86. "on good or bad news", 87. of vessel and cargo in one policy, 88. places of call, 87, 88. premium where insurance void, 88. proof of loss, 98. partial losses, 97. presumption of loss, 91. ransom, 91, 92. reinsurance, 88. rights as between insurer and lender on bottomry, 84. risks undertaken, 88, 90, 91. rights and obligations of insurer and assured, 90-92.

slip, 86.

subrogation, 92, 98. several insurers, 86.

```
MARINE INSURANCE-continued.
    stamp duty, 164.
    time for payment, 92.
    transfer of cargo to another vessel, 91.
    transfer of subject-matter, 87.
    valuation in policy, 88, 89.
        where not expressed in policy, 89, 97.
    void insurances, 87.
    what included in policy, 87, 88.
    "worth more or less", 89.
MARITIME LAW, 63 et seq.
MARITIME LOAN: see BOTTOMRY.
MARKETS, 31.
MARRIED WOMAN:
    authorisation of, to practise commerce, 27, 28, 30.
    powers of, when authorised to practise commerce, 30.
    what property bound by transactions of, 30.
MATE, SHIP'S, 72.
MATURITY of bill of exchange, 207.
MERCANTILE: see COMMERCIAL.
MERCHANT SHIP: see SHIP.
MERCHANTS: see TRADERS.
MINORS:
    authorisation of, to practise commerce, 27, 28, 30.
    restitution, 25, 26, 30.
MORTGAGE, 51, 52.
MUTUUM, 50.
NEGOTIABLE INSTRUMENTS: see BILL OF EXCHANGE; DEBENTURES.
    loss, &c. of, 108, 109.
NOVATION, 61.
                                            a
OBLIGATION: see CONTRACT.
PARTICULAR AVERAGE, 95; see AVERAGE.
PARTNER:
    bankruptcy of, 174.
    cannot transfer share, 58.
    death of, 55, 56, 58.
    effect of failure to contribute agreed capital, 53.
    execution against share of, 21, 22, 53, 54, 57.
    industrial, 57.
    joint and several liability of, 55, 57.
    liability of person holding himself out as, 55, 103.
    misapplication of partnership property by, 58.
    retirement, 59.
    right of, to inspect books, &c., 53.
PARTNERSHIP:
    accidental or casual, 57, 58.
    accounts, 54.
    bankruptcy of, 54. contract of, form and contents of, 54, 55.
    capital, 53.
    composition, 187-190, 198.
    declaration of bankruptcy of, 166, 167.
    definition, 57.
    disputes, how decided, 54.
    dissolution of, 56, 58, 59.
    duties of liquidator, 59, 60.
    evidence not admitted to contradict terms of contract of, 54.
    firm name, 57, 102, 103.
    foreign, carrying on business in Brazil, 55.
    general provisions, 53, 54.
    how proved, 54, 55.
    limited: see LIMITED PARTNERSHIP.
```

```
PARTNERSHIP—continued.
    limitation of actions arising from, 62.
    maritime, 67.
    of capital and industry, 57
    profits and losses, how divided, 58.
    powers of majority, 58.
    powers of liquidator, 59.
    payment of contributions by partners, 53.
    prolongation of, 55.
    registration of dissolution, 59.
    registration of, 54, 55, 102-104.
    removal of liquidator, 60.
    use of partnership name, 57, 58.
    winding up, 59, 60.
    wrongful use of partnership name, 57.
PASSENGERS:
by sea, 82.
PASSPORTS, 229.
    for ships, 226.
PAYMENT, 60, 61.
    appropriation of, 61.
    bill of exchange, 208.
    by third person, 61.
    by instalments, 61
    for honour, 209.
    presumption of, 61.
    receipt, 61.
PERFORMANCE:
    of obligation, 60, 61.
PLEDGE:
     action for redemption or realisation of, 18.
     commercial, 52, 53.
     of shares, 137, 138.
POLICY: see MARINE INSURANCE.
PORT OF REFUGE, 93.
POWERS OF ATTORNEY:
     duties of consuls, 229, 230.
    fees for registration, 217.
PRESCRIPTION: see LIMITATION OF ACTIONS.
     acquisition of ownership of ship by, 63.
PRESUMPTIONS, 13.
PREVENTIVE COMPOSITION: see BANKRUPTCY.
PROCEDURE:
     admissions, 12.
    appeals, 25, 26. arbitration, 13, 14, 19.
     bankruptcy: see BANKRUPTCY.
     competence, 7-9.
     commercial causes, jurisdiction in, 7-9, 101.
     commercial tribunals, 99-101.
     commencement of ordinary actions, 10.
     counterclaim, 10.
     customs and usages, proof of, 14, 15.
     commercial documents, special actions on, 16, 17.
     defences, 10.
     documentary evidence, 11.
    deposition of party, 14.
     deposit, action of, 17, 18.
     execution, 20-25.
    exceptions, 10.
     evidence, 10-15.
    experts, reference to, 13, 14. executive action, 19, 20.
     final judgment, 15, 16.
    freight, action for recovery of, 19, 20.
     generalities, 6, 7.
     insurance policy, action on, 19.
    jurisdiction, 7-9, 101.
     judicial organisation, 7.
    judgment, 15, 16.
```

PROCEDURE-continued.

```
oath, 12.
    objections to execution, 23-25.
    ordinary actions, 9, 10.
    pleas, 10.
    presumptions, 13.
    proofs, 10-15.
    pledge, action for redemption or realisation of, 18.
    property exempt from execution, 22.
    restitution of minors, 25, 26.
    service of process, 8, 9, 101.
    special actions, 16-19.
    summons, 8, 9, 101.
    summary actions, 15-17.
    surety, execution against, 21.
    ten days, action for assignment of, 16, 17.
    ultra-summary actions, 16.
    yiew, 14.
    wages, action for, 18, 19.
    witnesses, 12, 13.
    written process, system of, 7, 8.
PRODUCTION:
    of merchants' books, order for, 29.
PROMISSORY NOTE, 212.
PROOF: see EVIDENCE.
PROTEST:
    of bill of exchange, 208, 209.
    of bottomry bond, 85.
    of warrant for goods, 115.
PUBLIC SALE ROOMS, 117.
PURCHASE: see SALE OF GOODS.
                                           \mathbf{R}
RECEIPT:
    duty of creditor to give, on payment, 61.
RE-DRAFT, 210.
RE-EXCHANGE, 210.
REFERENCE TO ARBITRATION, 13, 14, 19.
REFUGE, PORT OF, 93.
REGISTER, COMMERCIAL, 102-104.
REGISTRATION:
    bottomry bonds, 82.
    births and deaths on board ship, 227.
    consular, of powers of attorney, 229, 230.
    debentures, 105, 106.
    depositaries, 37. firm names, 102—104.
    foreign companies, 139.
    ships, 64, 128, 131.
    trade marks, 119, 120.
REHABILITATION OF BANKRUPT, 196.
RE-INSURANCE, 88.
                                            S
SALE:
    of ship, 65, 66, 71, 130, 225, 226.
    of goods in general warehouses, 111, 112, 115, 117.
    of ship, 65, 66, 71.
    unseaworthy ship, 225, 226, 228.
SALE OF GOODS, 45-48.
    at a valuation, 46.
    by sample, 46.
    contract, when complete, 45, 46.
    default of seller, 46, 47.
    duties and liabilities of seller, 46, 47.
    delivery of the goods, 46.
    duties of buyer, 47.
    earnest, 48.
    eviction, 48.
```

```
SALE OF GOODS-continued.
    goods not in existence, 46.
     hidden defects, 47.
    invoice, 48.
    limitation of actions, 62.
    laesio, 48.
    on inspection, 47.
    partial delivery, 46.
    risk of loss, 47.
    refusal of buyer to accept delivery, 47.
     the price, 46.
     warranty against defects, 47, 48.
     when commercial, 46.
SALVAGE, 92: see SHIPWRECK.
    duties of consuls as to, 228, 229.
SEAMEN:
    action for wages, 18, 19.
    cancellation of contract by consul, 227.
    contracts with, 72.
    crimes by, 228, 229. death of, 71, 72, 75.
    desertion, 73, 229.
dismissal of, 73, 74.
duties of, 72, 73.
    engagement of, 68, 72.
    enticing to break contract, 68.
    list of, 64, 72.
    lien for wages, &c., 75.
    rights of, on cancellation, delay or prolongation of voyage, 73. 74.
         in case of capture or wreck, 74.
    right to rescind agreement, 74, 227.
thefts by, liability of master for, 71.
wages of, 74, 75.
wounding or illness of, 75.
SERVICE OF PROCESS, 8, 9.
SET-OFF, 62.
SHIP:
    acquisition of, by prescription, 63.
    arrest of, for debts, 66.
    advances on bottomry: see BOTTOMRY.
    authentication of manifests and bills of lading, 220-223.
    bills of health, 224, 225.
    ballast, 222.
    Brazilian, who may own, 63, 128.
    change of name or ownership, 64, 130.
            of flag, 226.
    clearance of, 219, 220.
    crimes on board, 228, 229.
    certificate of registry, 64. certificates of ballast, 216, 222.
    claims having preference over, 65, 66.
    chartering: see AFFREIGHTMENT.
    collision, 93.
    documents to be kept on board, 64, 131.
    duties of consuls, 219-227.
    employed in coasting: see COASTING NAVIGATION.
    entry and inspection of, on entering port, 222, 223.
    execution against, 21, 22, 66.
    forced stoppage, 93, 227.
    foreign, arrest of, for debts, 66.
    insurance: see MARINE INSURANCE.
    judicial sale, 66.
    liability of, for debts of owner, 66.
   liens on, 65, 66.
   measurement, 129, 130.
   mate, 72.
   mortgage of, 65.
   muster roll, 64, 220.
   ownership, how acquired, 64.
                how transferred, 65, 66.
```

```
SHIP—continued.
    officers and seamen, 72-75: see SEAMEN.
    passport, 226.
    purchase of, in foreign port, 226.
    police supervision of consuls, 224.
    privileged claims, 65, 66.
    registry, 64, 128, 129.
    registration of births and deaths on board, 227.
    repairs during voyage, 227, 228.
    sale of, 65, 66, 71, 130, 225, 226.
    survey, 64, 129, 130.
    unseaworthy, sale of, 225, 226.
    wreck and stranding, 92.
SHIPBROKERS, 34.
SHIPMASTER:
    abandonment of vessel by, 69.
    authority of, to borrow on bottomry, 70, 84.
                  to sell cargo, 70.
    accounts of, 68, 72.
    barratry, 90.
    bills of exchange given by, 84.
    change of, 64, 225.
    charter-party agreed by, 76.
    carrying goods on own account, 70, 71, 77.
    dismissal of, 71.
    declarations by, on arrival in port, 69, 219.
    duties generally, 68-72.
           in case of death on board, 71, 72, 227.
           in relation to general average: see GENERAL AVERAGE.
           to keep books, 68.
           to consult officers, 69, 70.
           to resist capture, 71.
           in case of shipwreck or stranding, 92.
           in case of jettison, 96.
           to observe regulations of customs and police, 71.
           as to delivery of cargo, 70, 71, 77, 81.
           as to manifests, 220—223. to give bills of lading, 77. on arrival in port, 69, 219, 227.
           as to loading cargo, 78, 79.
           as to entries in log, 68, 69.
           in case of war or blockade, 80.
           as to registration of births and deaths, 227.
    fraud by, 70.
    functions generally, 68-72.
    indemnity, right to, 70.
    liability of, for thefts by crew, 71.
                 for repayment of bottomry advance, 70.
                 for damage to cargo, 70, 75.
                 for carrying prohibited goods, 79.
                 for default in respect of manifests, 223.
                 for not duly furnishing documents on entering port, 219, 223.
    liability of owners for acts of, 67.
    negligence, &c. of, 71, 80.
    powers of punishment, 68.
    prohibitions on, 70, 71.
    sale by, of cargo damaged on voyage, 93, 225.
    sale of ship by, 71.
    secret profits, 71.
    trading on own account, 71.
    where co-owner, 72.
    who may be, 68.
SHIPOWNERS:
    abandonment of ship by, for debts, 67, 68.
    execution against shares of, 66.
    liability for debts contracted by master, 67.
    liability for repairs, &c., 67.
    liability in respect of cargo lost or damaged, 75.
    powers of majority, 67.
    preference of, as freighters, 67.
```

```
SHIPOWNERS—continued.
    relations of part-owners, 67.
    right of pre-emption, 67.
    sale of shares by, 67.
    who may be, 63, 67, 127, 128.
SHIP'S HUSBAND: see MANAGING OWNER.
SHIP'S MATE, 72.
SHIPWRECK, 92.
    duties of consuls, 228, 229.
    freight on goods lost by, 81, 82.
    pillage, 92.
    remuneration for salvage, 92.
    sale of goods salved, 92, 225, 226, 228.
SOCIETY: see COMPANY; PARTNERSHIP.
STRANDING: see SHIPWRECK.
SUBROGATION, 51.
SUMMARY PROCEDURE, 15-17.
SURETYSHIP: see GUARANTEE.
                                            Т
TIME:
    computation of, in contract, 41.
TRADE MARKS, 119—123.
    actions for cancellation of registration, &c., 120.
    appeals from decisions as to registration, 120.
    assignment, 120.
    foreign, 119, 122.
    infringement, 120, 121. international convention, 231.
    liability for offences, 121, 122.
    non-user, 120.
    of what they may consist, 119.
    offences and penalties, 120, 121.
        abroad, 122.
    priorities, 119, 120.
    prohibited marks, 119.
    prosecution of offences, 121, 122.
    publication, 119.
    registration, 119.
    renewal of registration, 120.
    search for and seizure of falsified marks and goods bearing them, 121, 122.
TRADE NAMES, 102-104, 120.
TRADERS:
    books of, as evidence, 29, 30.
    death of, liquidation in case of, 56.
    duties, as to keeping books of account and commercial correspondence, 28, 29.
    firm names, 102-104.
    general obligations of, 28, 29.
    married women and minors, 27, 28, 30.
    powers of attorney, 29.
    who are deemed to be, 27, 28.
    who may be, 27.
TRANSFER: see ASSIGNMENT.
TRANSPORT AGENTS, 38-40.
TREATIES, 231-234.
                                           U
USAGE:
    how proved, 14, 15.
```

V

VALUED POLICY, 88, 89.

VESSEL: see SHIP.

VICE-CONSUL: see CONSULAR SERVICE.

```
W
WAGES:
    seamen's, action for, 18, 19.
               lien for, 75.
WAREHOUSES, 37, 38, 109—118.
    at railway stations, 110, 111, 113.
    auctions of goods depositied, 117.
    balance sheets, 37, 112, 113.
    bonded, 110, 111, 113.
    books to be kept, 37, 111.
    compensation for loss of or damage to goods, 112, 118.
    contents of documents of title issued by, 113.
    dock and wharf, 110, 111, 113.
    endorsement of documents of title, 114.
    examination, &c. of goods deposited, 111.
    establishment of, 109, 110.
    fiscal provisions, 117.
    inspection, 37, 112, 113.
    issue of certificates of deposit and warrants, 113.
    insurance of goods from damage by fire, 113, 114.
    licence, 37.
    lien of warehouseman, 38, 113.
    liability for irregularities as regards documents of title, 113.
    loss, theft, &c. of documents of title, 116, 117.
    mixing goods of different owners, 112.
    penalties, 117, 118.
    preferential rights of holders of warrants, 116.
    protest for non-payment of debt secured by warrant, 115.
    period of deposit, 111, 112.
    prohibitions, 111.
    publication of regulations and tariffs, 109, 110.
    public sale rooms, 117.
    reports, 113.
    responsibilities as to custody and delivery of goods deposited, 38, 112.
    receipts for goods deposited, 110, 111.
    registration of appointment of managers, &c., 110.
    rights of holders of documents of title, 114-116.
    samples, 111.
    sale of goods deposited, 117.
                  not withdrawn on expiration of period of deposit, 111, 112.
                  in default of payment of debt secured by warrant, 115.
    seizure in execution of goods deposited, 114.
    transfer of documents of title, 114.
    undue preference, 111.
    withdrawal of goods, 114.
WARRANT, 113-117: see WAREHOUSES.
    endorsement, 114.
    issue of, by Customs House, 110.
    issue of, by public warehouse, 113.
    loss, theft, &c., of, 116.
    preferential rights of holder, 116.
    protest on non-payment, 115.
    rights of holder, 114-116.
    sale of goods in default of payment, 115.
    stamp duties, 117.
    transfer of, 114.
WINDING UP:
    accounts of liquidators, 150.
             of trustees, 153, 154.
    appeal against decree for, 150.
    calls, 150.
    compulsory, 150-154.
    continuation or transfer of business, 152, 153.
    composition, 152.
    dividends, 150, 153, 154.
```

duties of liquidators, 149, 150. duties of trustees, 151. grounds for compulsory, 150.

liability of trustees for misconduct or neg.igence, 151

WINDING UP—continued. meetings of creditors, 152. partnership, of, 59, 60.
powers of liquidators, 150.
of trustees, 153.
proof and classification of debts, 153. publication of decree for, 151. removal of trustees, 153. rights of debenture holders, 104, 106—108. sale of property, 153. secured creditors, 152. void transactions, 151. voluntary, 149, 150. who may apply for compulsory, 150. WITNESSES, 12, 13, 40.

WORK:

contract for, 48-50.



THE COMMERCIAL LAWS OF THE WORLD

In their original languages, accompanied by an English translation.
In 35 large volumes, handsomely bound in leather.

Price for the set £1.15 s, net a volume. Separate volumes £2.2 s, net each.

HE ceaseless expansion of the world's trade has made it a necessity I for merchants and lawyers to study the commercial, exchange, bankruptcy and maritime laws of the countries with which they or their clients have dealings. The man of business who has to deal with foreign countries soon finds himself in difficulties unless he is "au courant" with the laws of such countries. The lawyer who advises, the judge who gives decisions, are often at a loss when they come into contact with the laws of other countries. Consequently the time has come when it is necessary to collect the Commercial Laws of the World in an accessible form, to interpret them, and to place them in a reliable and exhaustive work ready to hand. Lawyers, commercial men, export merchants and trading corporations will find in this work convenient and trustworthy information as to the legal obligations arising from operations abroad. In commercial life it will remove that feeling of uncertainty in regard to points of law which has often checked the prosperous development of important international trade relations. From its pages lawyers will be in a position to obtain exhaustive information on points of law on behalf of their clients engaged in commerce with foreign countries. Governments, Consulates and Judges may feel confident of being in a position to refer in this work to a concensus of authoritative opinion on commercial law. In recognition of its significance for the trade and commerce of the world, governments of all nations have placed official material at its disposal.

THE WORK DOES NOT PRESENT A MERE REPRINT OF THE CODES OR STATUTES, BUT IN ITS NOTES AND COMMENTARIES SUMMARISES EVERYTHING NECES-SARY TO A THOROUGH GRASP OF THE PRINCIPLES OF COMMERCIAL LAW.

THE COMMERCIAL LAWS OF THE WORLD

The following list of volumes will show how the laws of the different nations are distributed throughout the work:

SOUTH AMERICA.

Volume

- 1. Argentine Republic and Uruguay
- Colombia
 Venezuela, Ecuador
- 4. Brazil
- 5. Peru, Bolivia
- 6. Chile, Paraguay

NORTH AND CENTRAL AMERICA.

Volume

- 7 and 8. United States of America
 - 9. Mexico, Guatemala, Cuba
 - 10. San Salvador, Dominican Republic, Nicaragua

See below for

details of these

volumes.

11. Costa Rica, Honduras, Haiti, Panama.

AFRICA AND ASIA.

Volume

12. Egypt, Morocco, Liberia, Persia, China, Japan, Siam.

NORTH AND NORTH-WEST EUROPE.

Volume

13 and 14. Great Britain and Ireland

- 15. British Dominions and Protectorates in Europe and Africa 16. in Asia ,, ,, ,, 17. in America " ,, ., ,,
- 18,
- 19. Sweden, Norway 20. Denmark, Scandinavia.

EAST EUROPE.

in Australasia

Volume

- 30. Russia, Poland
- 31. Finland, Servia, Montenegro.

CENTRAL EUROPE. Volume

- 21. France, Monaco
- 22. Belgium, Luxemburg
- 23. Netherlands and Dutch East Indies

24, 25 and 26. German Empire

- 27 and 28. Austria, Hungary, Bosnia, Herzegovina, Croatia and Slavonia
 - 29. Switzerland.

SOUTH EUROPE. Volume

- 32. Spain 33. Portugal, Greece 34. Bulgaria, Turkey 35. Rumania, Italy, San Marino.

WHAT THE WORK CONTAINS.

The volumes cover the whole ground of Commercial Law, including, inter alia,

Contracts Trade Usages and Customs Agency Companies Partnerships Bills of Exchange Promissory Notes

Cheques Negotiable Instruments Sale of Goods Banking

Stock Exchanges Guarantees

Maritime Law, including Affreightment

Bills of Lading Charter-Parties

Bottomry

Demurrage Average Lien

Salvage Towage Collision

Marine Insurance Carriage by Land

Bankruptcy and Insolvency.

CLASSIFICATION OF THE MATERIALS.

a) THE HISTORICAL DEVELOPMENT OF THE COMMERCIAL LAWS OF ALL COUNTRIES.

A treatise on the historic development and scope of commercial legislation, together with, where requisite, an account of the economic progress of the country in question.

b) THE EXISTING LITERATURE OF THE COMMERCIAL, EXCHANGE, BANKRUPTCY AND MARITIME LAWS OF ALL COUNTRIES.

c) CONSTITUTION OF THE COURTS AND LEGAL PRACTICE.

d) LEGISLATION, CASE LAW AND TRADE USAGES AND CUSTOMS, including the Legal Provisions concerning the following:

Commercial Dealings in General: Trading Associations (Joint Stock Companies and Partnerships)—Brokers—Commission Agencies.

Sale of Goods-Exchanges.

Bills of Exchange: (Forms of Bills of Exchange, Duties of Drawers, Indorsement, Presentation, Acceptance, Maturity, Payment, Surety, Protest, &c.). Cheques: Promissory Notes.

Bankruptcy Proceedings: (Liquidation and Compulsory Bankruptcy), Liens, Rights of Married Persons. Maritime Law: (Ocean Trade, Maritime Enactments, Marine Insurance; Navigation and Friendly Treaties concluded between different States). Carriage by Land.

DISTRIBUTION OF THE COUNTRIES IN THE BRITISH EMPIRE.

Volume 15. Part I. EUROPE:

Isle of Man, Channel Islands, Gibraltar, Malta.

Part. II. AFRICA:

South Africa, Rhodesia, Sierra Leone, Gold Coast, Somaliland, Anglo-Egyptian Sudan, British Central Africa, British East Africa, Northern Nigeria, Southern Nigeria, Zanzibar, Uganda, Mauritius (incl. Rodriguez), Seychelles (incl. Amirantes), St. Helena, Ascension.

Volume 16. ASIA:

Empire of India, Ceylon, Hongkong, Weihaiwei, Johore, North Borneo, Sarawak, Bruonei, Straits Settlements including Penang (Prince of Wales Island), Wellesley, Malacca, Singapore, Cocos Islands, Christmas Island, Labuan, Laccadives, Andaman Islands, Nicobar Islands, Federated Malay States, including Perak, Selangor, Negri States, Including Sungai, Liberty Palace, Kedah, Kelantan, Tranggan, Cyprus Sembilan (including Sungei Ujong), Pahang, Kedah, Kelantan, Trengganu, Cyprus.

Volume 17. AMERICA:

Canada, Newfoundland, West Indies, British Honduras, British Guiana, Falkland Islands.

Volume 18. AUSTRALIA AND PACIFIC ISLANDS:

Australia, New Zealand, Fiji, Western Pacific (including Tonga, Ellice, Gilbert, Ocean, Southern Solomon, Santa Cruz, New Hebrides, Union Islands, Pitcairn Island; Miscellaneous Islands: Humphrey, Bahrein, Rierson, Christmas (No. 2), Penrhyn, Suwarrow, Phenix, Jarvis, Fanning, &c.).

NAMES OF CONTRIBUTORS TO VOLUMES 13 AND 14 GREAT BRITAIN AND IRELAND.

Sir Frederick Pollock, Bart., D. C. L., LL. D., of Lincoln's Inn, late Corpus Professor of Jurisprudence in the University of Oxford. (Introduction.)

Thomas Baty, D. C. L., LL. D., of the Inner Temple. (Constitution of the Courts and Procedure.)

Evans Austin, LL. D., M. A., of the Middle Temple; also of the Irish Bar. (Commercial Laws of Ireland.)

J. W. Brodie-Innes, B. A., LL. M., of Lincoln's Inn; also of the Scots Bar. (Commercial Laws of Scotland.)

Aubrey J. Spencer, M. A., of Lincoln's Inn. (Partnership.)

Wyndham A. Bewes, LL. B., of Lincoln's Inn. (Banking, Stock Exchange and Guaranties.)

H. W. Disney, B. A., of Lincoln's Inn. (Carriage by Land.)

J. Gerald Pease, B. A., of the Inner Temple. (Contracts).

F. G. Underhay, of the Inner Temple. (Trade Marks and Trade Names.)

Arthur B. Langridge, B.A., of the Middle Temple. (Maritime Law.)

N. W. Sibley, B. A., LL. M., of Lincoln's Inn. (Bankruptcy and Insolvency.)

The General Editor. (Agency.)

Walter J. B. Byles, of the Inner Temple. (Bills, Notes, Cheques, and other Negotiable Instruments.) F. D. Mackinnon, M. A., of the Inner Temple. (Marine Insurance.)
J. Bromley Eames, B. C. L., of the Middle Temple. (Sale of Goods.)
A. F. Topham, LL. M., of Lincoln's Inn. (Companies.)

Barristers-at-Law.

C. E. A. Bedwell, Librarian to the Honourable Society of the Middle Temple. (Bibliography.)

TRADE MARKS.

A Companion volume, dealing with the Laws of all civilised countries relating to Trade Marks, is in preparation, and will appear immediately after the final volume of the Commercial Laws of the World. The price will probably be less than £22s.

THE AUTHORS AND EDITORS.

As will be seen from the following list, the work has been compiled by some of the most eminent jurists of the countries concerned, and its accuracy may be relied upon. The work has been greatly promoted by the active assistance given by many foreign governments which have thus recognized the important service it renders to the world's trade.

CONSULTING EDITOR: The Hon. Sir THOMAS EDWARD SCRUTTON, Judge of the King's Bench Division of the High Court of Justice.

GENERAL EDITOR: WILLIAM BOWSTEAD Of the Middle Temple, Barrister-at-Law.

Of the Middle Temple, Barrister-at-Law.

AMERICA, UNITED STATES OF. Charles Henry Huberich, J. U. D. (Heidelberg), D. C. L. (Yale), LL. D. (Melbourne), Counsellor at Law, Berlin and Paris, sometime Professor of Law in the Law School of the Leland Stanford Junior University, Frank E. Chipman, Attorney at Law, Boston; Joseph Richardson Baker, A. B., of the Solicitor's Office of the Department of State, Washington. H. W. Ballantine, of the San Francisco Bar, Professor of Law in the University of Montana; Robert Thomas Devlin, United States Attorney, Northern District of California; Charles Andrews Huston, Professor of Law, Stanford University, California; Donald J. Kiser, Counsellor at Law, Chicago; James B. Lichtenberger, Fellow-in-Law, University of Pennsylvania; Philadelphia; J. W. Magrath, Counsellor at Law, New York; William Underhill Moore, A. M., LL, B., Professor of Law in the University of Wisconsin (Madison); Orrin Kip McMurray, Professor of Law, University of California, Berkeley; W. R. Vance, Professor of Law, Yale University, New Haven.

ARGENTINE REPUBLIC. Professor Dr. Ernesto Quesada. Buenos-Aires.

AUSTRIA. Dr. Gertscher, President of the High Court, Trieste; Dr. Anton Verona, Counsellor of the Imperial Court, Vienna; Dr. Paul Schreckenthal, Vienna. BELGIUM. Léon Hennebicq, Avocat à la Cour d'Appel, Brussels.

BOLIVIA. Artur Fernandez Pradel, Advocate La Paz. BOSNIA-HERZEGOVINA. Dr. Gertscher, President of the High Court, Trieste.

BRAZIL. Dr. Rodrigo Octavio Langgaard de Menezes, Advocate, Rio de Janeiro.

BULGARIA. Dr. M. St. Schischmanow, first Secretary of Legation to the Agence Diplomatique de Bulgarie; Dr. Subow, State Counsellor, High Court of Appeal, Sofia.

CHILE. Fernandez Pradel, Dr. Julio Philippi, Advocates Santiago

of Appeal, Sofia.

CHILE. Fernandez Pradel, Dr. Julio Philippi,

Advocates, Santiago.
CHINA. Dr. Chung-Hui-Wang, Shanghai; Prof. Dr. Forke, Berlin.
COLOMBIA. Antonio José Uribe. Advocat, Bogotá.

COSTA RICA. Dr. Ramon Zelaya, Advocate, San

COSTA RICA. Dr. Ramon Zelaya, Advocate, San José de Costa Rica.
CROATIA AND SLAVONIA. Prof. Dr. Cupovic, Prof. Vrbanic, Agram.
CUBA. Professor Frank L. Joannini.
DEMMARK. Dr. Tybjerg, Counsellor and Assessor of the Criminal Court, Copenhagen.
DOMINICAN REPUBLIC. Dr. R. Kück, Advocate, Secretary of Legation, Hamburg.
DUTCH INDIES. Dr. F. C. Hekmeyer, Judge-President, s'Gravenhage.
ECIJADOR. Francisco José Herutia, Advocate, Ouito.

ECUADOR. Francisco José Urrutia, Advocate, Quito.

Scient, Suravennage.

ECUADOR. Francisco José Urrutia, Advocate, Quito.

EGYPT. Dr. Friedrick v. Dumreicher, Advocate of the Mixed Court of Appeal and Legal Adviser to the Austro-Hungarian Consulate, Cairo.

FINLAND. Hermann Klibanski, Advocate, Berlin. FRANCE. Dr. G. Horn, Avocat a la Cour, Paris.

GERMAN EMPIRE, THE. Karl Lehmann, Professor of Jurisprudence, Goettingen; Dr. Heinr. Sievers, Counsellor of the Imperial Court, Leipsic; Dr. Carl Ritter, Counsellor of the Imperial Court, Leipsic; E. Brodmann, Counsellor of the Imperial Court, Leipsic; Dr. Georg Cohn, Professor of Law in Ordinary, Zurich; Dr. Ernst Jaeger, Professor of Law in Ordinary, Leipsic; Dr. Hans Crüger, Professor, Counsellor of Justice, Berlin-Westend; Dr. James Breit, Advocate, Dresden; H. Konige, Counsellor of the Imperial Court, Leipsig; B. v. König, Privy Councillor and Councillor of Legation (retired), Berlin.

GREAT BRITAIN AND IRELAND. See List above.

BRITISH DOMINIONS AND PROTECTORATES. JosephBaptista, Barrister-at-Law, lateProfessor of Jurisprudence in the Local Government Law School, Bombay; Charles Henry Huberich, J. U. D. (Heidel-

Bombay; Charles Henry Huberich, J. U. D. (Heidel-

berg), D.C.L. (Yale), Ll. D. (Melbourne), Counsellor at Law, Berlin and Paris, sometime Professor of Law in the Law School of the Leland Stanford Junior University (California); R. W. Lee, Professor of Roman-Dutch Law, London; M. A. Refalo, Ll. D., Assistant Crown Advocate, Professor of Commercial Law, University of Malta, Valletta; W. P. B. Shepheard, Barrister-at-Law, London; W. H. Stuart, Barrister-at-Law, Cape Colony. GREECE. Dr. von Streit, Advocate, Athens; Dr. G. Dlobouniotis, Advocate, Athens.
GUATEMALA. José Aspuru, Advocate and Notary, Guatemala.

Guatemala. HAITI. Alexandre Poujol, Judge of the Civil Tri-bunal, Haiti.

HONDURAS. Pedro F. Bustillo, Advoc., Tegucigalpa. HUNGARY. Prof. Dr. Béla-Levy, Advoc., Budapest. TTALY. Dr. Alavo Angelo Sraffa, Professor Parma University; Count Sommati de Mombello, Dr. jur.,

Berlin JAPAN. Dr. Lönholm, Prof. at the University of Tokio.

LIBERIA. Prof. F. Mc. Cants Stewart, Monrovia. LUXEMBURG. Emile Reuter, Advocate, Luxemburg. MEXICO. Sanchez P. Suarez, Advocate, Mexico. MONACO. Baron de Rolland, President of the

MEAICO. Baron de Rolland, President of the Supreme Court.

MONACO. Bron de Rolland, President of the Supreme Court.

MONTENEGRO. Mitar Djurowitsch, Advoc., Cettinje.

MOROCCO. Dr. Steinführer, Dragoman, Tangiers.

NETHERLANDS, THE. M. van Regteren Altena, Advocate, Member of the Association for Trade and Commerce, Amsterdam.

NICARAGUA. Dr. jur. Ramón Zelaya, Advocate and Consul-General of Costa Rica, Genoa.

NORWAY. E. Hambro, Member of the Supreme Court, Christiania.

PANAMA. Professor Frank L. Joannini.

PARAGUAY. A. Schuler, Advocate, Ascuncion.

PERSIA. James Greenfield, Dr. rer. pol., Tabriz.

PERU. Miguel de la Lama, Judge of the Supreme Military Court, Lima (Peru).

POLAND. Heinrich Klibanski, Advocate, Berlin.

PORTUGAL. Ed. Alves de Sá, Advocate, Lisbon.

RUMANIA. Dr. Flaislen, Judge of the Court of Appeal, Bucharest.

RUMANIA. Dr. Flaislen, Judge of the Court of Appeal, Bucharest.
RUSSIA. Dr. Zavadskij, Lecturer at Kasan; Dr. Pergament, Advocate, President of the Chamber of Advocates, Odessa; H. Klibanski, Advocate, Berlin. SAN MARINO. Professor Giannini, Rome. SAN SALVADOR. Professor Dr. Reyes Arrieta Rossi, Advocate, San Salvador.
SERVIA. Andreas Georgewitsch, K. C., formerly Professor of Jurisprudence, Belgrade; Dr. Stanoje Michallowitsch, Attaché to the Servian Embassy, Berlin.

Berlin.

Berlin.

SIAM. L'Evesque, Secretary of the Codification Committee of the Ministry of Justice, Bangkok.

SPAIN. Dr. Lorenzo Benito, Barcelona.

SWEDEN. Adolph Aström, Dr. jur., Lund.

SWITZERLAND. Dr. Ludwig Rudolf von Salis, Hon. Prof. at Zurich University; Dr. Mamelock, Advocate, Zurich.

TURKEY. W. Padel, late Consul of the German Empire and Director of the Mortgage-Bank in Cairo.

URUGUAY. Dr. Daniel Garcia Acevedo, Montevideo.

VENEZUELA. Dr. Angel Cesar Rivas, Advocate, Caracas.

TRANSLATORS:

W. R. Blsschop, LL. D., Barrister-at-Law.
Dr. Ernő Picker, Advocate of Budapest.
Philip A. Ashworth, LL. D., Barrister-at-Law.
Harold W. Williams, Ph. D.
F. J. Collinson, Barrister-at-Law.
Wyndham A. Bewes, LL. B., Barrister-at-Law.
Edw. S. Cox-Sinclair, Barrister-at-Law.
Thomas Hynes, LL. B., Barrister-at-Law.
M. R. Emanuel, M. A., B. C. L., Barrister-at-Law.
G. Stuart Robertson, M. A., Barrister-at-Law.
J. W. Scobell Armstrong, Barrister-at-Law.
W. Butler Lloyd, M. A., Barrister-at-Law.
Horace B. Samuel, M. A., Barrister-at-Law.
L. P. Rastorgoueff, Russian Advocate, London.
John Norris Marsden, English Solicitor, Lisbon.
Sydney Leader, English Solicitor, London and Berlin.
W. A. Plunkett, English Solicitor, London and Hamburg. W. R. Bisschop, LL. D., Barrister-at-Law.

